



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 24^a SESSÃO À 28^a SESSÃO DA 4^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 15
23 MAR. A 28 MAR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da matéria intitulada “Reeleição com dinheiro público”, publicada no <i>Jornal da Comunidade</i> , edição semanal de 18 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	129	jornal <i>O Globo</i> , edição de 03 de março de 2006. Senador João Batista Motta.	145
Registra o artigo intitulado “Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006. Senador Luiz Pontes.	131	Registro da matéria intitulada “Evento da FAO vira pré-campanha de Rosseto no Sul”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição do dia 06 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.	204
Registro da matéria intitulada “Imagens de uma infância perdida”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 20 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	132	Registro da entrevista do governador Geraldo Alckmin, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição do dia 19 de março de 2006, sob o título “O governo parece ter muito a esconder”. Senadora Lúcia Vânia.	206
Comentário sobre a matéria intitulada “Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes.	136	Registro da matéria intitulada “Oeste do Pará é um barril de pólvora”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , edição do dia 15 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	208
Registro do artigo intitulado “O fim da roubalheira”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006. Senador Sérgio Guerra.	137	Registro da matéria intitulada “O paradoxo de Okamoto”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição do dia 8 de março de 2006. Senador João Batista Motta.	209
Registro do artigo do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, intitulado “Tempus regit actum”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 05 de março de 2006. Senador Alvaro Dias. ...	138	Registro da matéria intitulada “Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição do dia 9 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	213
Registro da matéria intitulada “Valério ameaça falar”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 08 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	139	Registro da matéria intitulada “PT faz operação abafa para poupar Okamoto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição do dia 11 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	214
Registro da matéria intitulada “É ainda pior do que se pensava” publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 1º de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	141	Registro da matéria intitulada “Agora são mais R\$ 5 milhões para o Lulinha”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006. Senador Sérgio Guerra.	215
Registro da matéria intitulada “CGU constata irregularidades”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 13 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	143	Registro da matéria “Governo Alckmin recebe aprovação recorde”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> . Senador Arthur Virgílio.	376
Registro da matéria intitulada “Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família”, publicada pelo		Registro do editorial intitulado “Amigo leal”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 17 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.	378
		Registro do artigo intitulado “Milagreiro está de volta ao noticiário”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição	

	Pág.		Pág.
de 09 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	379	Registro da matéria intitulada “Sub-relator quer indiciar 20 por fraude em fundos”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de março de 2006. Senador João Batista Motta.	546
Registro da matéria intitulada “‘Confirmo até morrer’, afirma caseiro”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 17 de março de 2006. Senador Alvaro Dias.	380	Registro de várias matérias publicadas pela imprensa, a respeito da repercussão negativa da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Senador Flexa Ribeiro.	547
Registro da matéria intitulada “PT cobra mudança na economia e irrita Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2006. Senador Sérgio Guerra.	382	Registro do artigo intitulado “Lula diz que ‘o povo sofre’ e ataca Congresso por não votar orçamento”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	556
Registro do artigo intitulado “Mandaram o TSE às Favas”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de março de 2006. Senador Luiz Pontes.	383	Registro do artigo intitulado “Lista de Furnas é montagem”, de autoria do jornalista Rodrigo Lopes, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 19 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	557
Registro da matéria intitulada “Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	384	Registro de várias matérias publicadas pela imprensa, referentes ao depoimento de Duda Mendonça, convocado pela segunda vez pela CPMI dos Correios, limitando-se a repetir à exaustão as palavras “não vou responder”. Senador Luiz Pontes. ..	557
Registro da matéria intitulada “A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	385	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro da matéria intitulada “Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	387	Leitura de carta do ex-Ministro Paulo Brossard, dirigida ao Presidente Renan Calheiros, encaminhando trabalho jurídico, com referência à decisão tomada ontem no Supremo Tribunal Federal com relação à verticalização das eleições. Senador Pedro Simon.	83
Registro da matéria intitulada “Corretor diz que viu Palocci em mansão”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 19 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	388	Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. Senador Heráclito Fortes.	173
Registro da matéria intitulada “E os outros 70%?”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 08 de março de 2006. Senador João Batista Motta. ..	389	Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Marco Maciel.	173
Registro da matéria da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulada “Caseiro protesta contra violação de sigilo”, edição de 18 de março de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	540	Críticas à Deputada Ângela Guadagnin pela dança em comemoração à absolvição de um colega de partido. Senador Arthur Virgílio.	187
Registro da matéria intitulada “Dívida supera R\$ 1 tri”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 16 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.	541	Questionamentos acerca da posição da Senadora Ana Júlia Carepa acerca da atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Arthur Virgílio.	190
Registro das matérias intituladas “Tapa-buracos cumpre 47% da meta” e “Estradas, um retrato do descaso oficial”, publicadas pelo <i>Jornal do Senado</i> , edição de 20 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	543	Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. Senador Alvaro Dias.	194
Registro do artigo intitulado “A questão que mais conta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006. Senador Sérgio Guerra.	545		

	Pág.	III	Pág.
Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Arthur Virgílio.	195		
Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa.	196		
Comentários a respeito da dança da Deputada Ângela Guadagnin, referente a não cassação de seu colega do PT. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Jefferson Péres.	491		
(BA)			
Destaca a falta de investimentos do Governo Federal na Bahia. Suspensão das obras do Gasene. Senador Rodolpho Tourinho.	278		
Falta de investimentos do Governo Federal na Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges.	279		
CENSURA			
Críticas à censura do filme de Walter Salles, Diários de Motocicleta, por determinação do coronel Geraldo Martinez y Alonso, a mando do general da reserva Ney Oliveira. Senador Arthur Virgílio.	376		
CONCESSÃO HONORÍFICA			
Agradecimento público à população do município de Capanema, no Pará, onde recebeu o título de Cidadã de Capanema. Senadora Ana Júlia Carepa.	265		
COOPERATIVISMO			
Tramitação de projetos acerca de sociedades cooperativas. Senador Eduardo Suplicy.	508		
Defende o cooperativismo agrícola. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Eduardo Suplicy. .	523		
CORRUPÇÃO			
Acusações, de envolvimento em corrupção, a filhos de políticos. Senador Aloizio Mercadante.	104		
Questionamentos acerca de nomes dos filhos de políticos acusados de corrupção. Senador Aloizio Mercadante. Senador Arthur Virgílio.	110		
Defesa do caseiro Francenildo e destaca sua espera pelas próximas eleições que trarão alterações no poder. Senador Mão Santa.	239		
		Expressa sua vergonha referente ao caso do caseiro Francenildo e da dança da Deputada Ângela Guadagnin em comemoração a absolvição de seu companheiro de partido. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Osmar Dias.	240
		(CPI)	
		Considerações sobre a “incompetência administrativa do governo”, que acaba de macular uma instituição tradicional do país, a Caixa Econômica Federal, com o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador José Jorge.	69
		Comentários ao episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy.	71
		Comentários ao episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Alvaro Dias.	72
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Senadora Heloísa Helena. ..	93
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Pedro Simon.	94
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy.	95
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Jefferson Péres.	96
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador José Agripino.	100
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Arthur Virgílio.	101
		Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Alvaro Dias.	101

	Pág.		Pág.
Legalidade da exibição pública da gravação de conversa telefônica, durante depoimento na CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Riberão Preto, e o advogado Rogério Buratti. Senadora Ideli Salvatti.	102	Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Magno Malta.	219
Contradição à questão de ordem da Senadora Ideli Salvatti, sobre a ilegalidade da exibição pública da gravação de conversa telefônica de ex-servidor da prefeitura municipal de Riberão Preto - SP. Senador Alvaro Dias.	103	Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	223
Resposta à contradição levantada pelo Senador Alvaro Dias acerca da exibição pública da gravação de conversa telefônica, durante depoimento na CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Riberão Preto, e o advogado Rogério Buratti. Senadora Ideli Salvatti.	103	Considerações sobre a quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador José Jorge.	241
Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos e considerações sobre os trabalhos das CPIs. Senador Aloizio Mercadante.	104	Comenta a crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Arthur Virgílio.	248
Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos e considerações sobre os trabalhos das CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Magno Malta.	109	Aborda a crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	251
Repúdio ao silêncio e omissão do Banco Central do Brasil, no caso da quebra de sigilo bancário envolvendo o caseiro Francenildo dos Santos, correntista da Caixa Econômica Federal. Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro. Senador Heráclito Fortes.	126	Fala a respeito da crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	252
Considerações acerca da conclusão do relatório final da CPMI dos Correios. Senador Delcídio Amaral.	174	Justifica a apresentação de requerimento, solicitando o conhecimento aos membros da CPMI dos Correios, dos relatórios da empresa contratada pelo Senado para prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios. Senadora Ana Júlia Carepa.	265
Considerações acerca dos trabalhos realizados pela CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senadora Ana Júlia Carepa.	176	Considerações acerca do relatório da CPMI dos Correios que se realizará no dia 28 de março de 2006. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senadora Ideli Salvatti.	267
Comentário sobre matéria do jornal O Estado de S.Paulo, a respeito da decisão do Judiciário sobre o depoimento do caseiro Francenildo na CPI dos Bingos. Senadora Ana Júlia Carepa.	190	Comentários acerca da consequência penal da quebra do sigilo do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.	273
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Senador Arthur Virgílio.	216	Nota no site do jornalista Ricardo Noblat afirmando que Ricardo Schumann foi o responsável pela entrega do extrato bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Antero Paes de Barros.	273
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	217	Comentários acerca da crise que envolve a quebra de sigilo do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador César Borges. Senador Tião Viana.	277
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos.		Repúdio contra a atitude do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, com relação à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senadora Heloísa Helena.	486
		Depoimento da Sra. Clarice Coppetti, vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senadora Ideli Salvatti.	525
		Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador César Borges.	525

	Pág.		Pág.
Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa.	527	Registra a necessidade de apuração do episódio “Nossa Caixa”, em São Paulo, que teria desviado recursos, conforme notícias divulgadas pela imprensa. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa.	263
Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Arthur Virgílio.	528	Destaca a queda do Ministro Palocci em razão do depoimento do caseiro Francenildo. Senador João Batista Motta.	268
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		Considerações à queda do Ministro Palocci. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Mão Santa.	268
Registro do dia 21 de março, como o Dia do Combate à Discriminação Racial. Senadora Fátima Cleide.	79	Críticas às ações do governo federal, tanto nas CPMLs quanto na questão pública. Senador Antonio Carlos Magalhães.	271
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA		Notícias de que o Ministro Palocci enviou uma carta ao Presidente Lula pedindo afastamento do cargo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	272
Comentários acerca da distribuição de renda no Brasil. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Mão Santa.	191	Demissão do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, e a crise pela qual passa o governo. Senador César Borges.	276
DROGAS		Considerações acerca das demissões de ministros no Governo Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Jorge.	277
Consumo de drogas ilícitas e os seus prejuízos para a sociedade. Necessidade de combater o tráfico e de recuperar os dependentes de drogas. Senador Papaléo Paes.	247	Demissão do Ministro Antonio Palocci, e os fatos que motivaram sua destituição do cargo. Senador Arthur Virgílio.	280
EDUCAÇÃO		Confirmação da demissão do Ministro Palocci. Senador Tião Viana.	281
Solidariedade com os professores do Estado do Maranhão. Senador João Alberto Souza.	287	Considerações sobre a demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Senador Heráclito Fortes.	281
Comentários sobre a situação da educação no País. Senador Paulo Paim.	473	Considerações sobre a demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antonio Carlos Magalhães.	281
Manifestação de vergonha com os salários dos professores do Estado do Maranhão. Senador João Alberto Souza.	487	Comentários sobre as demissões do Ministro Antonio Palocci e do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Senador Antero Paes de Barros.	282
Solidariedade com os professores do Estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Edison Lobão.	487	Demissão do Ministro Antonio Palocci, ressaltando as suas qualidades pessoais. Senadora Ideli Salvatti.	283
EXPLICAÇÃO PESSOAL		Demissão do Ministro Antonio Palocci, ressaltando as suas qualidades pessoais. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tião Viana.	284
Considerações sobre procedimento ocorrido ontem na CPI dos Bingos. Senador Alvaro Dias. .	112	Fala a respeito da demissão do Ministro Palocci. Senador Garibaldi Alves Filho.	284
GOVERNO FEDERAL		Lamenta a saída do Ministro Palocci e repudia a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador Magno Malta.	285
Resultados alcançados pelo governo Lula. Senadora Ana Júlia Carepa.	190		
Registra a necessidade de apuração do episódio “Nossa Caixa”, em São Paulo, que teria desviado recursos, conforme notícias divulgadas pela imprensa. Senadora Ideli Salvatti.	262		

	Pág.		Pág.
Demissão do Ministro Palocci. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Tião Viana.	286	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	511
Preocupação com as mudanças na economia brasileira advindo da exoneração do Ministro Antonio Palocci. Senador João Alberto Souza.	287	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	513
Leitura de artigo de autoria de S.Exa. sobre a grave crise que passa o Brasil, oportunidade em que reclama o resgate dos valores éticos. Senador Almeida Lima.	484	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	514
Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci. Senador Jefferson Péres.	488	Crítica à política econômica do governo Lula, que provoca a destruição do setor produtivo do país. Senador Osmar Dias.	521
Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Almeida Lima.	489	Crítica à política econômica do governo Lula, que provoca a destruição do setor produtivo do país. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Arthur Virgílio.	524
Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Eduardo Suplicy.	489	Considerações sobre a renúncia do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Senador Pedro Simon.	529
Considerações sobre o afastamento do Ministro Palocci. Senador José Agripino.	489	Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Senador Efraim Morais.	532
Comentários sobre a queda do Ministro Palocci e a questão da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Senador José Jorge.	491	Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Heráclito Fortes.	533
Ponderações sobre a demissão do Ministro Palocci. Senador Leonel Pavan.	493	Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Mão Santa.	534
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	498		
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Pedro Simon.	500	HOMENAGEM	
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Jefferson Péres.	501	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senador Pedro Simon.	1
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	502	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senador José Sarney.	6
Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães.	509	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB e ao ex-Ministro João Sayad um dos responsáveis pelo Plano Cruzado. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Eduardo Suplicy.	9
Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Pedro Simon.	511	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senador Ney Suassuna.	10
		Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senador Ramez Tebet.	11

	Pág.		Pág.
Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senadora Ideli Salvatti.	13	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB. Senador Amir Lando.	14	Mensagem nº 104, de 2006 (nº 167/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.	22
Leitura de texto em homenagem a Florianópolis, pela passagem dos seus 280 anos. Senadora Ideli Salvatti.	77	Mensagem nº 105, de 2006 (nº 168/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo desse país.	34
Homenagem pela passagem, no próximo domingo, dos 15 anos de existência do Mercosul. Senador Sérgio Zambiasi.	81	Mensagem nº 106, de 2006 (nº 171/2006, na origem), solicitando autorização à contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$23.155.000,00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro.	69
Homenagem ao Senador Delcídio Amaral que acumulou as funções de Líder do Bloco de Apoio ao Governo e presidente da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Paulo Paim.	175	Mensagem nº 107, de 2006 (nº 170/2006, na origem), solicitando autorização à contratação de operação de crédito externo no valor total de até US\$93.000.000,00 entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.	69
Homenagem pelo transcurso dos 40 anos do PMDB. Senador Paulo Octávio.	215		
Homenagem aos 234 anos de existência da cidade de Porto Alegre, comemorado no dia 26 de março. Senador Sérgio Zambiasi.	391	(MERCOSUL)	
Homenagem à Polícia Federal pelo transcurso de seu sexagésimo segundo aniversário. Senador Romeu Tuma.	518	Crise enfrentada pelo Mercosul. Senador Marco Maciel.	185
Homenagem à Polícia Federal pelos 62 anos de existência. Senador Efraim Moraes.	532	MOVIMENTO TRABALHISTA	
Homenagem pelo Dia dos Diagramadores e Revisores, celebrado na data de 28 de março de 2006. Senador Valmir Amaral.	539	Preocupação com a greve dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, paralisados há mais de 20 dias. Senador Paulo Paim.	74
Enaltecimento do Mês da Imigração Árabe e o Dia da Comunidade Árabe, comemorado em 25 de março, na cidade de São Paulo. Senador Romeu Tuma.	563	Greve dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, paralisados há mais de 20 dias. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi. ..	75
Transcurso, no dia 27 de março, do Dia Internacional do Teatro. Senador Amir Lando.	563		
HOMENAGEM PÓSTUMA			
Registro do falecimento do Desembargador Emílio de Farias. Senador Efraim Moraes.	532		
IMPRENSA			
Apoio ao jornal O Estado de S.Paulo, criticado pelo Ministro Ciro Gomes. Senador Arthur Virgílio.	187		
JUDICIÁRIO			
Saudação à Ministra Ellen Gracie, que presidirá o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Senador Gilvam Borges.	127		

PARECER

Parecer nº 227, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2005 (nº 2.013/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 09 e 10 de novembro de 2000. Senador Jefferson Péres.

Parecer nº 228, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005 (nº 39/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em 20 de março de 2002. Senador Pedro Simon.

Parecer nº 229, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2006 (nº 494/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 06 de dezembro de 2002. Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer nº 230, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2006 (nº 634/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre a Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 04 de outubro de 2002. Senador Ney Suassuna.

Parecer nº 231, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2006 (nº 1.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003. Senador Romeu Tuma.

Parecer nº 232, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 06 de 2006 (nº 1.069/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova

Pág.

Pág.

o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999. Senador Roberto Saturnino.

Parecer nº 233, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 04 de outubro de 2002. Senador Pedro Simon.

Parecer nº 234, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (nº 1.299/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 09 de dezembro de 2002. Senador Romeu Tuma.

Parecer nº 235, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1.379/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Senador Heráclito Fortes. ..

Parecer nº 236, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006 (nº 1.629/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, 25 de agosto de 2003. Senador Gerson Camata.

Parecer nº 237, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006 (nº 1.837/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República Federativa do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003. Senador Jefferson Péres.

41

43

45

46

47

48

50

51

52

53

54

Pág.	Pág.
<p>Parecer nº 238, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (nº 1.491/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000. Senador José Jorge.</p>	<p>1.326/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênic, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003. Senador Ney Suassuna.</p>
<p>Parecer nº 239, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006 (nº 1.696/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina. Senador Mão Santa.</p>	<p>Parecer nº 245, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006 (nº 1.378/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute. Senador Flexa Ribeiro.</p>
<p>Parecer nº 240, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (nº 1.839/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001. Senador José Jorge.</p>	<p>Parecer nº 246, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006 (nº 1.627/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Arca de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli em 25 de janeiro de 2004. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p>
<p>Parecer nº 241, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 09 de novembro de 2000. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p>	<p>Parecer nº 247, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006 (nº 1.654/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 05 de outubro de 2004. Senador Ney Suassuna.</p>
<p>Parecer nº 242, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006 (nº 744/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas, celebrado em 09 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu. Senador Flexa Ribeiro.</p>	<p>Parecer nº 248, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (nº 1.737/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003. Senador Mão Santa.</p>
<p>Parecer nº 243, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (nº 821/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988; pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Senador José Agripino.</p>	<p>Parecer nº 249, de 2006 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”. Senador João Batista Motta.</p>
<p>Parecer nº 244, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº</p>	<p>Parecer nº 250, de 2006 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de</p>

	Pág.		Pág.
as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”. Senador Valdir Raupp. ..	163	6.537/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre de exercício de 2005; e sobre os Avisos nºs 30 e 40, de 2005 (nºs 6.537 e 7.147/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatórios de Atividades referentes, respectivamente aos 2º e 3º trimestres de 2005. Senador Nezinho Alencar.	439
Parecer nº 251, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”. Senadora Lúcia Vânia.	165	Parecer nº 258, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 21, de 2005 (nº 6.537/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre de exercício de 2005; e sobre os Avisos nºs 30 e 40, de 2005 (nºs 6.537 e 7.147/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatórios de Atividades referentes, respectivamente aos 2º e 3º trimestres de 2005. Senador João Ribeiro.	442
Parecer nº 252, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal. Senadora Lúcia Vânia.	169	Parecer nº 259, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº S/3, de 2006 (nº 1.783/2005, na origem), da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, tendo como reclamante a Senhora Joana Joaquina de Almeida Rosa e reclamado Tailor’s Ltda., sobre o não recolhimento de contribuições previdenciárias durante o período de vigência de relação empregatícia, bem como da decisão proferida pelo Juízo da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que extinguiu o Processo sem julgamento de mérito por não ter a Justiça do Trabalho competência para exigir os comprovantes previdenciários, bem como para aplicar multa pelo seu descumprimento. Senador Marcelo Crivella. .	445
Parecer nº 253, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício “S” nº 42, de 2001 (nº 1.432/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia de Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	225	Parecer nº 260, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº 1.410, de 2005, da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte anexado ao Ofício S/3, de 2006, referente ao Processo nº 295-2005-112-03-009, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Transglória Ltda. Senador Augusto Botelho.	447
Parecer nº 254, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre Mensagem nº 222, de 1999 (nº 1752/99, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal o relatório acerca da Retribuição Adicional variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999. Senador Aelton Freitas.	419	Parecer nº 261, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre Diversos nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com posição em 31 de dezembro de 1996. Senador Heráclito Fortes.	449
Parecer nº 255, de 2006 (da Comissão de Fiscalização e Controle), sobre Aviso nº 167, de 2000 (nº 5.574/200, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/99, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação. Senador Delcídio Amaral.	422	Parecer nº 262, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e	
Parecer nº 256, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/99, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação. Senador Gerson Camata.	425		
Parecer nº 257, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 21, de 2005 (nº			

Pág.		Pág.
	Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Sudam e Sudene. Senador Gilberto Goellner.	
453	Parecer nº 263, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Sudam e Sudene. Senador Jonas Pinheiro.	
457	Parecer nº 264, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 12, de 2003 (nº 626/2003, no Tribunal de Contas da União), que traz ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do Acórdão nº 473/2003 e do correspondente relatório (TC-03.798/2003-2), os quais tratam de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, contemplada no programa de trabalho sob a funcional nº 26.782.0237.5710.0105, da Lei Orçamentária Anual de 2003 (Lei nº 10.640/2003), e inserida no Quadro VII dessa lei em face de indícios de irregularidades graves. Senador Flexa Ribeiro.	
460	Parecer nº 265, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 12, de 2003 (nº 626/2003, no Tribunal de Contas da União), que traz ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do Acórdão nº 473/2003 e do correspondente relatório (TC-03.798/2003-2), os quais tratam de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, contemplada no programa de trabalho sob a funcional nº 26.782.0237.5710.0105, da Lei Orçamentária Anual de 2003 (Lei nº 10.640/2003), e inserida no Quadro VII dessa lei em face de indícios de irregularidades graves. Senador Flexa Ribeiro.	
463	Parecer nº 266, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº S/47, de 2005 (nº 1.549/2004, na origem), referente ao Processo 1211.2004.042.01.00.8, da 42ª Vara do Trabalho/RJ, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Datamet S/A. Senador Paulo Paim.	
465	Parecer nº 267, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 106, de 2006 (nº 171/2006, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contatar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 23.155.00,00 com o Fundo Internacional para	
	o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Senador Sérgio Guerra.	467
	Parecer nº 268, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 107, de 2006 (nº 170/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 93.000.000,00, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I. Senador Luiz Otávio.	470
	PECUÁRIA	
	Preocupação com a produção e comercialização de leite, especialmente no Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas.	77
	Preocupação com o alastramento da gripe aviária. Senador Papaléo Paes.	476
	Preocupação com o alastramento da gripe aviária. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Paulo Paim.	476
	Preocupação com o alastramento da gripe aviária. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan.	477
	(PETROBRÁS)	
	Audiência da Comissão de Assuntos Sociais para tratar de questões relacionadas à Petrobrás. Senador Paulo Paim.	228
	Críticas aos gastos com publicidade da Petrobrás. Senador Mão Santa.	480
	POLÍTICA	
	Considerações sobre o quadro político brasileiro. Senador Magno Malta.	121
	POLÍTICA AGRÍCOLA	
	Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil. Senador José Maranhão.	114
	Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Sérgio Guerra.	115

	Pág.		Pág.
Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Ney Suassuna. ..	116		
Posicionamento favorável à derrubada do veto presidencial ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Senador João Batista Motta.	119		
Transcrição, nos Anais do Senado, de documento recebido da Confederação Nacional da Indústria que fala a respeito da crise agropecuária. Senador Arthur Virgílio.	516		
Registro de propostas elaboradas por cooperativas de ações emergenciais mitigadoras da crise agropecuária. Senador Osmar Dias.	521		
POLÍTICA AMBIENTAL		POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA	
Preocupação com resultados de estudos científicos que afirmam o encolhimento da Floresta Amazônica em 40% até 2050. Senador Arthur Virgílio.	376	Destaca as dificuldades enfrentadas por empresários para realizar investimento e o baixo crescimento da economia brasileira. Senador Osmar Dias.	243
POLÍTICA CULTURAL		POLÍTICA ENERGÉTICA	
Destaque para as comemorações, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo Gilberto Freyre, em Recife, em 1926. Senador Marco Maciel.	231	Apelo para que o Presidente da Petrobrás compareça à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e à Comissão de Educação, a fim de prestar esclarecimentos sobre a auto-suficiência do Brasil em petróleo e as irregularidades apuradas pelo TCU nas obras da plataforma de petróleo P-34, em contrato com a empresa GDK Engenharia. Senador José Jorge.	244
Destaque para as comemorações, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo Gilberto Freyre, em Recife, em 1926. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.	233	Enaltece a Petrobrás pela auto-suficiência do Brasil em petróleo. Aparte ao Senador José Jorge. Senadora Ideli Salvatti.	246
Protesto dos atores de Rondônia pelo descaso com a cultura no Estado. Senador Amir Lando.	563	Comunicação da compra da Light, empresa de energia do Rio de Janeiro, pela Cemig, empresa de energia de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.	529
POLÍTICA DE EMPREGO		POLÍTICA EXTERNA	
Aumento nos postos de trabalho. Senadora Ana Júlia Carepa.	190	Avanços na política externa do Governo Lula. Senador Aloizio Mercadante.	152
Preocupação com o aumento da exploração de trabalhadores paraibanos e apelo ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao da Justiça para coibir essas ações. Senador Ney Suassuna.	275	Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Antonio Carlos Magalhães.	153
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador César Borges. .	154
Falta de recursos para a BR-163. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Ana Júlia Carepa.	151	Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Arthur Virgílio. ..	156
Destinação de recursos para estradas do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	228	Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Mão Santa.	158
Defesa da concessão, pelos prefeitos municipais, do passe estudantil gratuito e do passe para o idoso. Senador Juvêncio da Fonseca.	479	POLÍTICA INDIGENISTA	
		Registro do evento de assinatura, pelo Presidente Lula, do decreto de criação da Comissão Nacional de Política Indigenista. Senadora Fátima Cleide.	79
		POLÍTICA INDUSTRIAL	
		Cumprimentos à empresa Samsung e ao Pólo Industrial de Manaus, pela ampliação da venda de monitores de cristal líquido. Senador Arthur Virgílio.	129

	Pág.		Pág.
POLÍTICA PARTIDÁRIA			XIII
Defesa da candidatura própria do PMDB à presidência da República. Senador Mão Santa. ...	202	a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano. Senador Pedro Simon. .	397
POLÍTICA SALARIAL		Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2006, que altera o art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para tornar impassível de penhora, por débito condominial, o bem de família. Senador Marcelo Crivella.	402
Considerações acerca da recusa da Câmara dos Deputados em votar projeto de lei que altera o salário mínimo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Paulo Paim.	108	Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2006, que institui o dia 12 de setembro como "Dia do Urologista". Senadora Lúcia Vânia.	403
Necessidade da aprovação do novo valor do salário mínimo. Defesa de uma política permanente para o salário mínimo. Senadora Serys Slhessarenko. ...	183	Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2006, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Senador Flávio Arns.	404
POLÍTICA SOCIAL		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Aplausos ao documentário Falcão - Meninos do Tráfico, apresentado no último domingo, no programa Fantástico, da TV Globo, a respeito de menores envolvidos com o narcotráfico. Senadora Ana Júlia Carepa.	90	Projeto de Resolução nº 27, de 2006, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças. Senador Tião Viana.	408
Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome relativa ao alcance e à eficácia do Programa Bolsa-Família e também dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Senador Sibá Machado.	483	REGIME MILITAR	
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Citação do livro do jornalista Hugo Studart, intitulado "A Lei da Selva", que trata de movimento armado na região do Araguaia. Senador Delcídio Amaral.	174
Regozijo diante da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que revoga o fator previdenciário. Senador Paulo Paim.	178	REQUERIMENTO	
Aprovação do projeto de lei que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	179	Requerimento nº 322, de 2006, que requer voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa de seu Governador José Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado, enaltecido pela reportagem publicada na Revista <i>Forbes Brasil</i> , em sua edição de fevereiro de 2006, intitulada "Sergipe: OLHO VIVO NO FUTURO". Senador José Agripino.	67
Aprovação do projeto de lei que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ana Júlia Carepa.	180	Requerimento nº 323, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari ocorrido no dia 22 de março de 2006, em São Paulo. Senador Arthur Virgílio.	67
Cumprimentos ao Senador Antônio Carlos Valadares, que permitiu um debate, na CAS, sobre a situação dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	228	Requerimento nº 324, de 2006, que requer voto de louvor ao Senhor Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrida no dia 17 de março de 2006. Senador Luiz Otávio.	67
Defesa para a aprovação do Projeto de Lei do Senado 296, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que reduz o denominado "fator previdenciário". Senador Valdir Raupp.	538		
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2006, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995,			

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 325, de 2006, que, atendendo convites do Senado da França e da Assembléia de Portugal, requer autorização para o desempenho das referidas missões e informa a ausência do País de S.Exa. no período de 29 de março a 04 de abril de 2006. Senador Renan Calheiros.	68	Requerimento nº 335, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais. Senador Arthur Virgílio.	238
Requerimento nº 326, de 2006, que, a convite do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para acompanhá-lo em missão ao Senado da França e à Assembléia de Portugal, requer licença e autorização para afastamento de S.Exa do País e dos trabalhos desta Casa do dia 29 de março ao dia 04 de abril de 2006. Senador Luiz Otávio.	68	Requerimento nº 336, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais. Senador Arthur Virgílio.	238
Requerimento nº 327, de 2006, nos termos do art. 49, X e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Cristovam Buarque.	68	Requerimento nº 337, de 2006, que requer seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0146/2005, bem como a(s) data(s) e valores(s) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa. Senadora Ana Júlia Carepa.	267
Requerimento nº 328, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, ocorrido em 20 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	68	Requerimento nº 338, de 2006, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 62/2005, de minha autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 116, de 2003, e o nº 88, de 2005, de forma a retomar sua tramitação própria. Senador Paulo Paim.	417
Requerimento nº 329, de 2006, que solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro do Senhor Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Arthur Virgílio.	172	Requerimento nº 339, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda. Senador Alvaro Dias.	417
Requerimento nº 330, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antônio Rabelo, há 40 anos no exercício da função. Senador Arthur Virgílio.	236	Requerimento nº 340, de 2006, que requer voto de aplauso à Editora Desiderata, pelo lançamento do livro O Pasquim – antologia 1969-1971, com um resumo de 150 exemplares do jornal O Pasquim, que foi o mais irreverente tablóide brasileiro, editado durante o regime de exceção. Senador Arthur Virgílio.	417
Requerimento nº 331, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	236	Requerimento nº 341, de 2006, que requer tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006. Senador Rodolpho Tourinho.	418
Requerimento nº 332, de 2006, que requer Voto de Lembrança em homenagem à memória de um grande democrata amazonense, Aristóphanes Castro. Senador Arthur Virgílio.	236	Requerimento nº 342, de 2006, que requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de crédito rural. Senador José Maranhão.	418
Requerimento nº 333, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais. Senador Arthur Virgílio.	237	Requerimento nº 343, de 2006, que solicita tornar sem efeito o Requerimento nº 325, de 2006, de 23 de março de 2006. Senador Renan Calheiros.	419
Requerimento nº 334, de 2006, que solicita informações à Senhora Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais. Senador Arthur Virgílio.	237	RIBEIRÃO PRETO	
		Comentários a respeito de e-mail recebido de Jussara Teixeira Marcelino, moradora de Ribeirão Preto/SP, acerca da atuação do grupo do Ministro Palocci naquele município. Senador Arthur Virgílio.	216

	Pág.		Pág.
SAÚDE			XV
Combate à tuberculose. Senador Eduardo Suplicy.	146	lista Uchôa de Mendonça. Senador João Batista Motta.	119
Defesa da implantação da unidade do Hospital Sarah Kubitschek na cidade de Belém, Estado do Pará, cujas obras estão paralisadas. Senador Flexa Ribeiro.	150	Sugestão de rediscussão, por parte do Congresso Nacional, do conceito de segurança nacional. Senador Magno Malta.	121
Defesa da implantação da unidade do Hospital Sarah Kubitschek em Santa Catarina. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Leonel Pavan.	152	Repúdio à violência contra a mulher. Senadora Serys Slhessarenko.	183
Realização, no dia 28 de março de 2006, de reunião na Comissão de Direitos Humanos para tratar da gripe aviária. Senador Paulo Paim.	228	Considerações acerca da violência contra a mulher. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ana Júlia Carepa.	184
Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. Senador Tião Viana.	252	Comentários sobre a proposta de redução da maioria penal. Senador Magno Malta.	481
Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Ideli Salvatti.	253	SENADO FEDERAL	
Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa.	253	Necessidade de retomada das votações no Senado Federal e de votação do orçamento da União. Senador Aloizio Mercadante.	104
SEGURANÇA PÚBLICA		Reiteração à Mesa do Senado da retirada da câmara de segurança direcionada à entrada do gabinete. Senador Antero Paes de Barros.	270
Defesa de alterações no Estatuto do Desarmamento. Senador Juvêncio da Fonseca.	72	SIGILO BANCÁRIO	
Aprovação, ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.559/04, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Senadora Fátima Cleide.	79	Necessidade da quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. Senador Arthur Virgílio.	498
Registro de reportagem publicada pelo jornal A Gazeta, do estado do Espírito Santo, do jorna-		TELECOMUNICAÇÕES	
		Indefinição do Governo quanto à escolha do padrão de TV Digital a ser utilizado no Brasil. Senador Arthur Virgílio.	197
		Adverte o governo Lula, no sentido de que saia da confusão estabelecida em torno da TV-Digital. Senador Arthur Virgílio.	248

Ata da 24ª Sessão Especial, em 23 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Ney Suassuna

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo transcurso dos 40 anos da sua fundação, de acordo, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o Requerimento nº 302, do Senador Pedro Simon e de outros Senadores.

Tenho a honra de convidar o Senador Pedro Simon para compor a Mesa. (Pausa.)

Convido também, com muita honra, para compor a Mesa o Senador José Sarney, ex-Presidente do Senado e ex-Presidente da República. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal. (Pausa.)

Os outros Senadores presentes e os demais convidados considerem-se representados pelo Senador Pedro Simon, pelo Senador José Sarney, pelo Senador João Alberto e pelo Senador Ney Suassuna.

Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, autor do requerimento, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – “Concorrer com candidato próprio à Presidência da República é uma responsabilidade da qual, a não ser por covardia, não podemos fugir.”

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Dias atrás, entrei com requerimento junto à Mesa do Senado Federal pedindo uma sessão especial para homenagear o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, no dia em 24 de março deste ano, comemora quarenta anos de vitoriosa existência.

O meu objetivo era fazer uma justa homenagem a essa grande agremiação política, uma das mais importantes da nossa vida republicana. Uma homenagem também aos grandes líderes do partido, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Miguel Arraes.

Assim, vou me concentrar aqui principalmente nos primeiros vinte anos de vida do partido, os vinte anos gloriosos do nosso partido.

O Movimento Democrático Brasileiro surgiu por força de uma reforma partidária imposta pelo regime militar, que decidiu limitar em apenas duas siglas o espectro político nacional. O Movimento Democrático Brasil nasceu como o partido de oposição ao governo vigente, oposição consentida, é verdade. Dizia-se, então, que o se a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava incondicionalmente o regime militar era o partido do “sim, senhor”, o MDB era mais altivo, era o partido do “sim”, nunca do “sim, senhor”.

Inicialmente, a nova agremiação foi presidida pelo Senador Oscar Passos, que tinha como vice-presidente aquele que seria o principal dos militantes do partido, o deputado paulista Ulysses Guimarães. Os outros vice-presidentes eram os deputados Franco Montoro, também paulista, e Oswaldo Lima Filho, pernambucano.

Ao longo dos vinte anos seguintes, o MDB escreveria uma das mais belas páginas da história brasileira: a nossa longa caminhada em direção ao restabelecimento de um regime democrático.

Façamos uma breve digressão histórica.

Em 1964, instala-se no Brasil um regime arbitrário, comandado pelas forças armadas. Após a derubada do presidente eleito democraticamente, João Goulart, começa o sistemático desmantelamento das instituições democráticas.

Em 9 de abril, a junta militar liderada pelo general Costa e Silva baixa o AI-1, que cassa os direitos políticos de 102 brasileiros, entre eles João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.

No dia 13 de abril de 1964, surge uma nova lista: com 400 cassações ao todo.

No final de 1965, o AI-2 altera a vigência da Constituição de 1946, ampliando os poderes do presidente (eleito indiretamente) e suprime o multipartidarismo.

Em 24 de março de 1966, no então Estado da Guanabara, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Naquele mesmo ano, a democracia recebe um novo golpe. O Ato Institucional Número 3 estabelece eleições

indiretas para os governos estaduais. Mas, na primeira eleição direta para o Senado que disputa, o novo partido consegue eleger 20 dos seus integrantes.

Em 13 de dezembro de 1968, com o AI-5, o governo fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais. Sindicatos e entidades estudantis são também impedidos de funcionar. A partir daquela data, líderes estudantis, sindicais e políticos passam a ser perseguidos, têm seus direitos políticos cassados ou são obrigados a partir para o exílio.

Cabe, então, ao MDB, partido que tinha como bandeira o respeito às normas democráticas, denunciar as arbitrariedades sucessivas, que passam a ser conhecidas como “casuísmos”. Para cada dificuldade política que enfrentava, o regime militar inventava uma lei de exceção. A repressão se estende a todo e qualquer movimento social. O regime se concentra em cassar todos que se insurgem. Restringido o direito à liberdade e com a imprensa manietada, ganha terreno a corrupção.

É numa pequena margem de liberdade que os líderes e militantes PMDB têm que atuar.

Em uma atitude de protesto e, ao mesmo tempo, de enfrentamento ao regime, o Doutor Ulysses Guimarães, em 1971, lança a sua anticandidatura à Presidência da República. Numa eleição de cartas marcadas, que enfrenta só para firmar posição, o doutor Ulysses tem como companheiro de chapa o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI.

Nesse quadro de grave crise institucional, o MDB passa a exigir a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que considera o caminho mais rápido para restabelecer as instituições democráticas.

O início da década de 1970 ficou marcado por uma repressão cada vez mais violenta, que incluía a perseguição e até mesmo o assassinato de líderes políticos de oposição.

Nesse tempo tão amargo, apenas uma voz se insurgia contra o regime: a dos líderes e militantes do MDB, comandados pelo Dr. Ulysses.

Agremiação política que tinha a admiração de estudantes e trabalhadores, o MDB elege 16 senadores em 1974.

A luta pela constituinte, pela anistia e contra a tortura de presos políticos ganha força. As passeatas e atos de protestos, sob a coordenação dos líderes emedebistas, se repetem.

Lembro do nosso presidente Ulysses Guimarães construindo o partido apesar de todas as dificuldades. Havia muito medo. Mas, habilidoso e determinado, o doutor Ulysses comandou uma verdadeira articulação nacional para lutar pela democracia. Era um combate

diuturno para alcançar que os direitos básicos de liberdade de expressão e de reunião fossem assegurados para todos os cidadãos.

O Congresso Nacional é forçado a um recesso em abril de 1977. O governo militar edita então o chamado “Pacote” de abril de 1977, restringindo ainda mais as liberdades. Surge a figura dos senadores indicados, chamados “biônicos”, de forma que o governo pudesse manter sua maioria no Congresso Nacional.

Com a crise do petróleo, o “Milagre Econômico” do Brasil se transforma num pesadelo. O país está endividado, em dólares, em função de uma política econômica que não levava em conta o interesse da população e que desperdiçava as verbas públicas em obras faraônicas.

Em 1979, treze anos depois de criado, o partido consegue suas duas maiores vitórias: a concessão de anistia política aos que haviam sido perseguidos pelo regime e a extinção do mais arbitrário dos instrumentos criados pelo regime de exceção, o Ato Institucional Número 5.

Na virada para a década de 80, o povo começa a sair às ruas em protesto. O partido que dava sustentação a essa insatisfação era o MDB, que funcionava como um guarda-chuva para todos os que discordavam do regime.

Por essa época, ganha espaço no partido um dos mais importantes políticos brasileiros do século passado: Teotônio Vilela, o menestrel das Alagoas, que literalmente deu sua vida pela reconstrução da democracia em nosso país.

Com a anistia, os presos políticos são postos em liberdade. Começa, então, o retorno dos líderes políticos brasileiros que haviam sido forçados ao exílio.

Para enfraquecer a oposição, o regime lança mão de mais um casuísmo: decreta o fim dos dois únicos partidos. Forçado pela nova lei, que exigia a palavra “partido” em todas as legendas, o MDB acrescenta um “P” à sigla. Fica sendo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sob o comando do Dr. Ulysses Guimarães.

Nós considerávamos que ainda não era tempo de dividir a oposição. Pensávamos que deveríamos, todas as forças democráticas, seguir abrigados numa mesma sigla, acumulando forças até a Assembleia Nacional Constituinte. Uma vez instalada, seriam extintos os partidos e criadas as novas agremiações, com base nas idéias e princípios e afinidades surgidos nos debates da elaboração da nova Constituição brasileira.

Mas, essa tese não prosperou e em 6 de dezembro de 1980 é aprovado o novo Estatuto do PMDB, eleito o novo Diretório Nacional e a nova Comissão Executiva Nacional.

Em 1981, o Partido Popular, que tinha como líder máximo o extraordinário Tancredo Neves, incorpora-se ao PMDB numa operação que o regime tentou impedir.

A nossa grande luta passou a ser pela eleição direta para a Presidência da República. Em 1984, o PMDB liderou aquela que certamente foi a maior mobilização já vista por este país em torno de uma causa política: a frente popular que ficou conhecida como “Diretas-Já”.

Depois de uma reunião inicial em Goiânia, realizou-se na capital do Paraná o primeiro comício pelas Diretas Já. Com o descontentamento popular no seu ponto máximo, os comícios se sucedem por todo os cantos do Brasil. Os meios de comunicação, subordinados ao regime, tentaram esconder as manifestações de massa em favor das eleições diretas. Foram obrigados, no entanto, a abrir espaços para o assunto depois que veículos da imprensa começaram a ser atacados e virados nas ruas pela ira popular.

Mesmo enfraquecido, o regime decreta Estado de Emergência. Brasília é sitiada por forças militares. Volta a Censura aos meios de comunicação. A emenda Constitucional sugerida pelo Deputado Dante de Oliveira – que permitia eleições diretas para Presidente – é derrotada no Congresso.

Naquele momento, nada mais poderia deter o povo brasileiro na sua ânsia por liberdade. A batalha continuou nas ruas, em grandes manifestações populares que pregavam a eleição de Tancredo Neves, mesmo que no execrado Colégio Eleitoral.

O PMDB une-se a outros partidos na Frente Liberal e lança, no plenário da Câmara dos Deputados, Tancredo Neves para Presidente da República, tendo como vice José Sarney. A batalha final se travaria no Colégio Eleitoral montado pelo próprio Governo.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, mas não chega a tomar posse. Doente, é internado às pressas na noite que antecedeu a posse. O povo brasileiro passou a acompanhá-lo pelos meios de comunicação a luta do presidente eleito contra a doença. Eram diárias e tocantes as cenas de brasileiros, em geral pessoas das mais humildes, orando pela recuperação de Tancredo.

A morte de Tancredo mergulhou o país na tristeza. Foi um grande choque para a população. Em Belo Horizonte, em Brasília, emocionado, o povo se despediu do grande político mineiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1985, com a posse do Senador José Sarney na Presidência, inicia-se a Nova República.

No ano seguinte, em função do Plano Cruzado, estabelecido pelo Ministro Dílson Funaro, o PMDB colhe sua maior vitória de todos os tempos: elege 21 Governadores e 26 Senadores.

Como essa votação esmagadora, o partido elegeu uma bancada expressiva na Assembléia Nacional Constituinte, instalada sob o comando de Ulysses Guimarães.

Orgulhoso, depois de um trabalho exaustivo, o doutor Ulysses apresenta aos brasileiros, no final de 1988, aquela que ele vai chamar Constituição-Cidadã. Trata-se de uma Carta Magna que vinha para garantir instituições democráticas fortes, como nunca antes na nossa história.

Em abril de 1989, o PMDB se reúne para escolha de seu candidato à Presidente da República. Os nomes cotados eram: Álvaro Dias, Waldir Pires, Íris Rezende e Ulysses Guimarães. No final de um processo interno de escolha, Ulysses Guimarães é aclamado candidato do partido.

Nessas eleições, ocorreu uma das maiores surpresas da história republicana, a vitória de Fernando Collor, um aventureiro. Collor era governador de Alagoas pelo PMDB e eu governava o Rio Grande do Sul. Ele chegou a me procurar na época e me disse que iria sair do PMDB, formar um novo partido e se candidatar à presidência da República. Convidou-me para ser vice dele, mas aceitava também a fórmula inversa, ele poderia ser meu vice caso eu aceitasse concorrer. Achei que se tratava de um desequilibrado. Mas, esse homem venceu as eleições, surpreendendo a todos, enquanto grandes líderes ficaram à margem.

Em março de 1991, o doutor Ulysses Guimarães transfere a presidência do Partido ao ex-governador de São Paulo, Orestes Quéricia. Em um discurso emocionado, diz: “Meu filho, PMDB: Vá em frente. Caminhe rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite. Que Deus te abençoe e a Pátria ateste: Cumpriste o teu dever!”

No ano seguinte, o PMDB teve papel central no processo que levou à cassação do mandato de Fernando Collor. Na verdade, o presidente nunca pensou que as investigações chegassem até ele. Mas, apareceu uma testemunha, uma pessoa singela, um motorista que fez as ligações todas e apresentou as provas que faltavam, os cheques de contas fantasmas que compraram um automóvel com nota fiscal em nome de Collor. Assume, então, a presidência da República um antigo militante do emedebista: o mineiro Itamar Franco.

Com grande habilidade, Itamar Franco forma um governo de coalizção nacional. O PMDB desempenha papel de grande destaque na administração Itamar,

caracterizada pela estabilização da moeda, retomada do crescimento econômico, criação do Plano Real e restauração da dignidade da função pública.

Viria, então, a maior perda do partido em sua história: a morte do Dr. Ulysses em um trágico acidente de helicóptero. Falecem, na mesma ocasião, a esposa de Ulysses, dona Mora, o ex-ministro Severo Gomes e sua esposa.

No pleito de 1994, o PMDB escolhe Orestes Quércia para concorrer à Presidência da República. Mas já estava desgastado politicamente e não aceitou concorrer na condição de candidato do governo, apoiado por Itamar que tinha uma aceitação popular fantástica. O presidente Itamar Franco lança então o seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que acaba vencendo a eleição.

Na eleição seguinte, em 1998, trava-se luta interna no PMDB para definir uma posição diante da disputa pela Presidência. Por fim, o partido opta por não ter candidato próprio. E decide não dar respaldo a nenhum dos candidatos. Mesmo sem candidato ao principal cargo da República, o PMDB sai daquela eleição como a maior agremiação partidária nacional.

Em 2002, novamente, o partido decide não apresentar candidato à Presidência da República. Dá apoio ao candidato do PSDB, José Serra, no primeiro turno. No segundo turno, parte do partido respalda Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que saiu vencedor.

Começa, então, uma nova fase na vida do partido, que se estende até hoje. Uma fase menos gloriosa, eu diria.

Mas, na semana passada, o PMDB mostrou, pelo voto de milhares de seus militantes, que quer ter, este ano, finalmente, um candidato próprio à Presidência da República.

Essa é a luta que enfrentamos hoje: para que nosso partido não entre no próximo pleito a reboque de uma outra legenda, numa posição secundária indigna de sua glória e de seus quadros.

Nessa campanha das prévias, caminhamos pelo Brasil inteiro. Há muito tempo não realizamos, no conjunto partidário, uma jornada desse alcance e dessa importância. Tampouco, um grande congresso nacional para debater os rumos do partido e as nossas propostas para o País.

Um partido com a tradição do PMDB não pode se omitir dessa responsabilidade. Na história do Brasil não há exemplo igual de um partido com a dimensão nacional que alcançou o PMDB. Os partidos nunca não foram fortes e enraizados, com idéias e princípios firmes. Eram mais agremiações restritas aos estados. Só em 1945, com a Constituinte, se formaram partidos mais sólidos. Mesmo assim, não foram construí-

dos com base em doutrinas específicas, mas surgiram tendo como referência a figura do presidente Getúlio Vargas. Os que formavam com a oposição criaram a União Democrática Nacional (UDN), que reunia a elite urbana e setores oligárquicos que estavam fora do poder, além de intelectuais liberais. Já os partidários de Vargas criaram dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD), da burguesia rural e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), das massas trabalhadoras que começavam a aparecer.

Quando essas siglas começaram a crescer, veio a ditadura e acabou com a liberdade partidária, impondo o bipartidarismo com a Arena e o MDB. Essa situação permaneceu até que o MDB cresceu tanto e obteve tanto apoio popular, vencendo eleições seguidas, que o regime encontrou outra fórmula para dividir a oposição. Mais uma vez, extinguíram as agremiações e criaram esses partidos que estão aí até hoje.

Tivemos duas esperanças, o PSDB e o PT. Eu hoje me pergunto se não devia ter aceitado o convite do Covas. Eu era Governador do Rio Grande do Sul e ele, dramaticamente, pedia que eu fosse para o PSDB, porque o medo do Covas era que o PSDB ficasse um partido só de paulista e não um partido nacional.

Eu fiquei fiel ao meu partido e o PSDB cresceu. Que pena que o Covas não se elegeu Presidente. Covas era um homem para ser Presidente. O Covas é um homem notável na história deste País. Não ganhou. Aí o PSDB ficou oito anos e aconteceu o que aconteceu.

Outra expectativa foi o PT – 25 anos. Vinte e cinco anos em que o PT parecia o partido que vinha para salvar. O PT era o partido dos cruzados, dos homens santos, dos idealistas, que se formou na sacristia, que tinha o apoio da Igreja, o apoio da credibilidade nacional. Era o grande partido.

E Lula, praticamente um herói, nascido no zero para ser o Presidente. Deu no que deu. Juro que rezei muito para que o PT desse certo. Juro que rezo muito para que o Lula acorde e volte ser o Lula por quem tive tanto carinho e cujas idéias eu tanto respeitei. E não sei o que aconteceu para o Lula de ontem se transformar no Lula de hoje.

E no meio dessa realidade, eu não consigo convencer o Presidente José Sarney, que é o grande líder do nosso partido, nem o Dr. Renan, que é o grande chefe do nosso partido, nem o líder, Senador Ney Suassuna. Nosso querido Renan, que, quando jovem, teve a grandeza, teve a capacidade, teve a competência de pegar o Collor, um guri, de menos de 40 anos, ali, em Alagoas. Quando Collor veio me procurar – eu, Governador do Rio Grande do Sul, em março, dizendo que queria criar um partido para ser candidato a Pre-

sidente da República – eu ri. Achei que era um bobo; bobo era eu. Porque ele fez e ganhou. O meu querido Renan apostou e apostou bem, acertou. Ah, se meu amigo Renan tivesse hoje, com a Presidência do Congresso e com a competência que tem hoje, a mesma fé no seu partido.

Nesse conjunto todo, por amor de Deus. Olho para o PT: tem o Lula, o Lula com as duas asas pisadas, amarradas, cuidadas para que ele possa se manter. Nós aqui dando mil garantias para não atingir o Palocci demais, para não atingir demais o Lula, porque achamos que é melhor o Lula e o PT serem réus do que serem vítimas, porque levaria a um *impeachment*, a uma situação insustentável.

Mas o PT, que é partido de discussão, de reunir, de debater, não abre a boca. O candidato é o Lula e pronto. O PT não vão se reunir, porque, se reunirem numa grande assembléia, vai se cobrar aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, e não tem resposta. Então, não se reúne. O candidato é o Lula.

O PSDB se reúne. Quem se reúne? Uma assembléia? Um diretório Nacional? Reúne o Presidente do Partido, Senador Tasso Jereissati; reúne o Governador de Minas Gerais. Se não tem mais café com leite, é só café. Então, ele tem uma posição importante, e pode decidir. Está lá em Minas Gerais decidindo. E se reúne o ex-Presidente da República. E tem de escolher entre dois. Então, não dá para escolher, porque o Serra foi lá no cartório e assinou: “Eu, Serra, digo que, se for eleito Prefeito de São Paulo, fico até o último dia e, se eu renunciar, ninguém vote em mim para qualquer cargo”. Não renunciou. Então, só tinha o Governador de São Paulo.

Agora, o MDB tem o Presidente Sarney, que foi um grande Presidente. Tenho dito isso e repetido: choro a morte do Dr. Tancredo, porque ele tinha história, tinha biografia, tinha atrás dele a força para fazer. Mas o Dr. Sarney assumiu naquela hora e cumpriu os compromissos. A Assembléia Nacional Constituinte saiu; as grandes reformas que ele prometeu saíram; as tentativas com o plano econômico saíram. Foi um regime democrático, aberto, amplo, respeitoso. Temos os Itamar, que foi um Presidente da República espetacular. Temos o Rigotto. Temos o Requião, duas vezes Governador do Paraná, que está fazendo um Governo excepcional. Temos o Quéricia, que, hoje, já está recuperado – porque eu, que fui dos que mais bateu no Quéricia, sou obrigado a reconhecer que, em 30 anos, não tem um processo, não tem uma vírgula contra ele. Temos o Garotinho. Temos o Governador de Brasília, que é um segundo Juscelino, está fazendo um Governo fantástico de obra, de realizações. Temos Jarbas Vasconcelos, duas vezes Prefeito em

Recife, por oito anos considerado o melhor Prefeito do Brasil, duas vezes Governador, considerado o melhor do Brasil.

Mas, meu Deus, o MDB não tem gente em condições? Temos o Senador Renan, Presidente do Congresso, de atitude brilhante. Temos o Jobim, que está sendo apresentado aí para ser vice. Por que não apresentá-lo para Presidente, já que foi Presidente do Supremo e um homem de grandes qualidades? Então, o MDB não pode, não tem condições, não pode. Por quê? Mas que complexo de inferioridade é esse? Ah, mas agora veio o voto de cima a baixo, a verticalização que nos destruiu. Mas, se o voto de cima a baixo nos destruiu, o que dizer do PT e do PSDB? O MDB tem candidato vitorioso em condições de ganhar no Brasil inteiro. Em São Paulo, vai disputar, mas ganha no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, Rio de Janeiro e disputa também em Minas Gerais. Temos cerca de 16 Governadores em condições de se reeleger.

E o PT, como vai fazer? Com quem ele vai fazer? E o PSDB, que só tem Governador forte em São Paulo, em Minas Gerais e no Ceará? Vai perder em Goiás. O voto vinculado de cima a baixo atinge todo mundo! O que menos é atingido é o PMDB, que é o que tem mais prefeito, mais vereadores, mais Deputados, mais Senadores, mais governadores, tem mais candidato forte, tem percentual, porque houve um momento em que o PT foi lá para cima e o MDB baixou. Hoje, em nível nacional, nas pesquisas, o PMDB está em primeiro lugar com 22%; em segundo está o PT, com 14%; em terceiro, o PSDB, com 5%. Quer dizer, o PMDB hoje é o Partido que nacionalmente tem o maior percentual de simpatia a seu favor.

Eu, com os meus 76 anos, não tinha por que está aqui a essa altura, eu podia estar em casa; eu podia estar olhando, assistindo. O PMDB podia ficar mais dez anos nessa vidinha de faz-de-conta; não foi o PMDB que pediu, não fomos nós que nos apresentamos. Se o PT tivesse dado certo, era a vez do PT, seria uma reeleição tranqüila, e eu acharia que oferecendo um vice ao PT era a grande saída. Mas a verdade é que hoje a sociedade brasileira não aceita que tenha que escolher somente entre PSDB e PT, e mais ninguém.

Há uma ansiedade, e as pesquisas mostram isso: 80% respondem que deve haver uma terceira opção. E quem é essa terceira opção se não o velho MDB, com sua história, com sua tradição, com sua biografia? Foi o destino que nos colocou. Não fomos nós que pedimos. Não estamos rompendo portas. Não nos estamos apresentando à força. Colocaram na nossa frente uma responsabilidade de que, a não ser por covardia, não podemos fugir. É claro que temos companheiros nossos com cargos importantes no Governo. Acho isso normal

e importante, mas mais importante é que tenhamos uma linha a oferecer à Nação brasileira nesta hora. E podemos fazer isso. Temos condição para fazer isso. Temos para reunir dois Presidentes, Sarney e Itamar, para contar as histórias, as dificuldades e os acertos que eles cometeram.

Por isso, nosso velho MDB faz essa reunião singela, simples, pelos seus 40 anos. Não é com festa, nem com foguete, nem com flores. É singela. Essa reunião até me lembra quando festejávamos o MDB na época da ditadura. Também era singela, só que lá as pessoas não vinham porque podia ter cassação ou outras coisas. Então, era ato de coragem estar presente. Em muitas reuniões do MDB era ato de coragem estar presente. Aqui, não. Hoje estamos numa democracia plena. É verdade que há esses exageros, como a Caixa Econômica brincando com a conta do nosso amigo, mas a democracia existe. Mesmo assim, a reunião é singela. Mas ela tem significado. São 40 anos de uma história que existe. Ninguém tirará o nome do MDB da História do Brasil.

Infelizmente, os Partidos políticos têm pouco a deixar na História do Brasil. Na Independência, foi de pai para filho: “Põe essa coroa na sua cabeça antes que um aventureiro o faça”. A República, um golpe de Estado, ninguém sabia o que estava acontecendo. As leis sociais, numa ditadura, o Dr. Getúlio assinou, e todas as leis vieram. Não há muita participação da vida política partidária. A única é a do MDB no restabelecimento da democracia. A única vez que o povo brasileiro se manifesta, avança, está presente, luta, é o velho MDB na frente, quando reconstitui a democracia.

Lá estavam os Generais. Eu me lembro: olhavam para mim e riam, mais do que agora. “Mas o que vocês querem, vocês, do MDB? Vocês estão brincando! Vocês não reparam que esses Generais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, vocês não reparam que os grandes meios de comunicação estão todos fechados? Vocês não reparam que os grandes empresários estão fechadinhos? Vocês não reparam que o norte-americano está ali, e, se quisermos fazer um movimento de violência, se os americanos botaram milhares de soldados em São Domingos, quantos não vão botar aqui? Vocês estão ficando com a cara de bobo, rapaz!”. E nós fomos avançando. Fomos avançando e ganhamos

No início, o sentimento era anárquico, cada um dizia o que queria. Fizemos uma reunião no Rio Grande do Sul de todas as lideranças do Brasil, onde definimos o que seria o MDB:

1. Assembléia Nacional Constituinte;
2. Diretas Já;
3. Anistia;
4. Fim da tortura.

São essas quatro bandeiras que o MDB levanta. E líderes, Deputados e Parlamentares do MDB só podem levantar essas quatro bandeiras. Luta armada, guerrilha, voto em branco e não sei mais o quê não é o MDB. Foi a partir dessa organização que nós chegamos lá, partindo do nada. Hoje nós estamos aqui com uma história, com uma biografia, e com o povo olhando.

Já faríamos um grande favor se evitássemos que nessa eleição houvesse o conflito entre PSDB e PT, os dois usando a televisão para cada um contar a história do que o outro fez, e nós olharmos para um e dizermos, “é verdade”; para o outro e repetirmos “também é verdade”. Uma candidatura do MDB, no meio dessa disputa, muda o ambiente da campanha. A campanha mostraria mais o que se vai fazer do que os erros que se cometeu. Estaríamos já prestando um grande serviço à Nação se partirmos para uma eleição tranqüila e serena.

Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a pela gentileza e agradeço aos nobres companheiros a honra da presença. Deixo aqui a minha saudação fraterna ao velho MDB, partido que, ao longo do tempo se nega a morrer, se nega a baixar a cabeça e quer estar presente. Presente ele está, vamos ver até onde Deus permita que avancemos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Pedro.

Com a palavra, o nobre Senador José Sarney. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, minhas senhoras, meus senhores e todos que honram esta solenidade com suas presenças, hoje é uma data muito importante para a democracia brasileira. Embora possamos vivê-la sem grandes solenidades, nem por isso ela deixa de ser de extrema importância.

A democracia não vive sem partidos, e o Brasil não tem uma grande e longa tradição partidária. A política no Brasil sempre foi feita à margem dos partidos. Portanto, quando comemoramos a vida de um partido que tem 40 anos, é um grande feito para a democracia brasileira. O PMDB é o Partido mais antigo do País. O PMDB tem uma grande história e também um grande exemplo.

O Brasil não tem tradição de partidos políticos. Se olharmos para os países da América do Sul, vamos

ver que o Partido Radical, da Argentina, tem mais de 100 anos; o Partido Colorado, do Paraguai tem mais de 100 anos; no Chile acontece a mesma coisa, assim como nos outros países da América Latina. O Brasil não tem essa tradição partidária, talvez porque seja muito grande, com realidades às vezes opostas. Jamais poderemos ter um partido que possa, de norte a sul, congregar as mesmas idéias e ter a mesma face. Essa talvez tenha sido a dificuldade.

A tradição brasileira sempre foi de partidos políticos estaduais. Veio a Independência, e não tivemos a fundação de partidos; tivemos facções. Chamava-se Partido dos Brasileiros, mas era quase uma palavra a designar um movimento e não, na realidade, um partido político. Aqueles que estudam o partido político – como se formou, a que se destina, como opera dentro da democracia – indicam que, na realidade, nós, no Brasil, não tínhamos esses ingredientes que determinavam a formação partidária. Alguns, contrários, pensavam na volta do rei e, por isso, formaram, de certo modo, o Partido dos Portugueses. Mas não eram partidos.

Com o Segundo Reinado, começamos a formar-se tendências, que passam a ser a maneira de conduzir-se dos políticos: “tendência dos liberais”, “tendência dos conservadores”; depois, Partido Liberal e Partido Conservador. Na realidade, eram facções estaduais que se reuniam no âmbito federal em termos de Governo e Oposição. Tanto é verdade que, logo no princípio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, excepcional figura de estadista que o Brasil teve, formulou as instituições no início da nacionalidade, ele, que tinha sido um grande defensor das idéias libertárias. Disse: “Fui liberal, sim, quando a liberdade era nova no Brasil; hoje sou conservador, sou regressista” – esse era o termo que ele usava.

E, assim, vamos verificando que, ao longo da História do Brasil – é uma maneira de viver a política brasileira –, os homens iam se compondo diante dos acontecimentos, de tal modo que Nabuco de Araújo – o velho; não o filho, mas o pai –, formou o Clube Liberal. Ele era conservador, e passou a formar, depois, o Partido Liberal.

Considerando os momentos difíceis que o País atravessava, houve a famosa necessidade de conciliação. Então surge o Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, como uma grande figura da conciliação entre conservadores e liberais.

A verdade é que, com essa maneira que nós tivemos de fazer política, este País foi construído pela classe política; não foi construído em batalhas, como outros países, em divisões de militares, em disputas territoriais. Este País foi constituído pelos políticos e pela classe política. No princípio do Brasil, sem saber

o que era realmente um parlamento, eles iam para o parlamento, a cavalo, nas charretes, e ali se organizavam. Quando lemos os Anais da Assembléia Nacional Constituinte, notamos que nossos políticos falavam em universidade em um País que não tinha nem escola; falavam em liberdade de imprensa em um País que não tinha nem prelos para imprimir os jornais; falavam em liberdade individual quando existia um rei absoluto que podia ter tudo, decretar penas de morte. Então, eram idéias que nasciam e que constituíram as instituições que formaram o Brasil.

A classe política, com essa falta de vivência partidária, pôde compor nos seus momentos difíceis a unidade do partido. Muitos chamam o “jeitinho brasileiro”. Não! É a criatividade do Brasil e dos políticos brasileiros, que conseguiram atravessar todas as dificuldades, de modo que este País se mantivesse na integridade extraordinária que ele é, unido como um continente, sem que as lutas políticas e as revoltas populares pudessem fragmentá-lo. Isso é obra dos políticos! Quando se fala nos políticos, evidentemente falamos nos partidos políticos.

Vem a República, que, da mesma maneira, não tinha tradição partidária. A grande obra dos primórdios da República foi unir conservadores e liberais do Império, para que, juntos, pudessem dar continuidade à construção política de um País extraordinário como é o Brasil. Então, esses homens se unem. Muitas vezes, houve monarquistas dentre os republicanos, ministros e até presidentes, como Rodrigues Alves, considerado o maior Presidente daqueles tempos. Rui Barbosa, conselheiro do Império, tinha idéias republicanas, mas ainda não era republicano; nos últimos dias do movimento revolucionário, engajou-se.

Esse é o espírito brasileiro, da capacidade que temos de não radicalizar. E com essa natureza, em razão das grandes diversidades existentes, os partidos políticos não tiveram oportunidade de se formar.

Somente em 1945, com a Lei Agamenon Magalhães, falou-se no Brasil em Partido Nacional. Não existia essa expressão na literatura jurídica brasileira. Partido Nacional surgiu na Lei Agamenon Magalhães de 1945 – repito – depois da queda de Vargas, procurava-se reconstituir a vida nacional. Então, surgiu a idéia do Partido Nacional.

Mas, apesar dessa marcante tendência, a idéia do Partido Regional era tão forte que, mesmo criando o Partido Nacional em termos legais, em verdade, passaram a existir os Partidos Estaduais. Eram eles que funcionavam.

Diante dessa realidade, retroagindo novamente, Campos Salles, este, sim, republicano, estóico, chega e faz a política dos Governadores. Para quê? Para justa-

mente sustentar a República; do contrário, ela não teria condições de sobreviver, diante da falta de sustentação política, porque o Império se sustentava politicamente em quê? No Poder Moderador do Imperador, no Senado vitalício, dando continuidade ao processo. De repente, na República, tudo isso desaparece. Para que se formasse, Campos Salles teve a idéia de fazer a política dos Governadores. Como disse o Senador Pedro Simon, foi a política dos Governadores que, naquele primeiro momento, deu sustentabilidade à República.

Mesmo assim, a democracia não funcionava. Tiveram de fazer o reconhecimento dos Poderes, ou seja, os Deputados se elegiam, mas havia uma comissão de reconhecimento dos Poderes à frente da qual estava Pinheiro Machado. Nessa comissão, degolavam-se aqueles que eram adversários do Governo. Era assim que funcionava e foi assim que pôde a República começar a funcionar. Aos acontecimentos foram necessários à construção da vida brasileira.

Por exemplo, Campos Salles, ainda antes, numa reunião ao tempo do Governo Provisório do Marechal Deodoro, disse que se tinha de fazer uma legislação eleitoral capaz de dar a vitória ao Governo, porque o Governo não tinha votos. Era a chamada República Velha.

Não me quero alongar muito, mas minhas divagações são apenas para dar um certo embasamento sobre o que quero dizer a respeito do PMDB.

Conheci dois partidos no Brasil, dois partidos que se formaram com uma idéia nacional, com uma bandeira nacional, buscando, realmente, uma causa nacional. Quando caiu Getúlio, um desses partidos era a União Democrática Nacional, a UDN, que se formou na velha estrutura brasileira, isto é, com gente de todos os lados. Nunca, no Brasil, procuramos segregar quem quer que fosse, sempre tivemos a união dos momentos políticos que se formam para possibilitar a continuidade do País. E a UDN era justamente isto: era uma frente democrática. Era a esquerda democrática que estava dentro da UDN, eram os socialistas, eram, de certo modo, todas as tendências políticas que se uniam em torno do ideal de formar e fazer crescer a democracia contra a ditadura.

Depois, com os mesmos ideais, vamos ver surgir um outro partido. E esses dois partidos interpretavam uma causa nacional, uma causa de unidade, de grandeza, de liberdade, causas profundas que sedimentavam o processo político brasileiro. O PMDB foi esse segundo grande partido que se criou no Brasil levando em consideração tais ideais. Os demais partidos foram surgindo de circunstâncias; podem até ter crescido, mas foram partidos circunstanciais.

Quando vem a Revolução de 64, depois de extintos os partidos, testemunhamos a tentativa do Governo de

querer fazer o bipartidarismo através de legislação, de lei: um decreto criava o bipartidarismo – como se essas questões sociais, como a política, que também é uma ciência social, pudessem ser feitas na base do decreto.

Era de tal modo difícil, que não se encontrou o número legal para fazer o MDB daquele tempo. A própria legislação determinava que eram necessários sete Senadores, mas não se tinha esse número. O Presidente Castelo pensava em ordenar a vida política – de certo modo, era udenista –, achava que a Revolução ficaria por pouco tempo e que os candidatos iriam ser eleitos. Ele não tinha presente, quanto às revoluções, o fato de que se sabe como elas começam, mas não como se acabam nem que dinâmica tomam – ele mesmo foi vítima da linha dura logo em seguida. O Presidente Castelo, então, chama o Senador Ruy Carneiro, da Paraíba, para completar o número necessário. E Ruy Carneiro foi, depois, um homem do MDB, teve uma grande função dentro do partido.

O PMDB, então, foi criado nessa base, mas era um partido que interpretava uma causa, como a UDN interpretara, no passado, essa causa. Como não houve um partido da Abolição, que foi a primeira grande causa nacional, o PMDB, então, passa a ser esse grande partido. Em torno dele começam a chegar todas as tendências políticas, todas as correntes políticas, e o PMDB se transforma em ícone nacional, o que é até hoje. Temos a responsabilidade de ser o partido que interpretou essa causa e permanece com ela.

Do PMDB saíram todos os partidos que estão aí hoje. O último que se formou, o PSDB, surgiu a partir de uma dissidência do PMDB de São Paulo, de uma briga interna em São Paulo. Foram todos partidos de circunstância. O PMDB não: ele foi o partido de uma causa, o partido de um ideal que reuniu todos.

Eu cheguei ao PMDB, que hoje tem quarenta anos, há vinte e seis anos. Portanto, pertenço ao PMDB por mais da metade de sua existência. Cheguei ao PMDB também num acordo, como aqueles que foram feitos na República entre monarquistas e republicanos para que se pudesse assegurar a continuidade.

Estou no PMDB há vinte e seis anos e jamais quis sair do PMDB. Fui Presidente pelo PMDB e assumi comigo mesmo, com a minha consciência, a responsabilidade de ter sido o Presidente do PMDB. O PMDB será, até o fim da minha vida, a minha legenda partidária. Nem expulso me desligarei do PMDB. Dizia o Padre Antônio Vieira quando falaram em expulsá-lo da Companhia de Jesus: “Se me expulsarem da Companhia de Jesus, ficarei na porta do muro da Companhia, dia e noite; não sairei, em meu coração, da Companhia de Jesus”.

Pois bem, foi com essa idéia que, obedecendo ao programa do PMDB, cumprimos nosso mandato na Presidência da República. O PMDB, no meu governo, cumpriu o seu estatuto, cumpriu o seu programa, foi o partido das causas populares. Hoje, quando se fala nos programas sociais, deve-se dizer que foi o PMDB que começou todos eles: por meio do Programa do Leite, do Seguro-Desemprego, do Vale-Transporte, do Vale-Alimentação, das Farmácias Populares. Qual era o lema do PMDB durante o tempo em que presidi a República? “Tudo pelo social”. Então, a virada pela visão social do Brasil foi feita pelo PMDB, pelo Presidente do PMDB. É isto que devemos dizer: o PMDB não falhou ao Brasil nas causas pela liberdade, o PMDB não falhou ao Brasil nas causas sociais.

Tendo as causas sociais como lema, veio o Plano Cruzado. Qual era o objetivo do Plano Cruzado? Era distribuir riqueza entre os mais pobres. Era uma expressão minha daquele tempo: “Na Nova República, os privilegiados são os pobres. Vamos governar para eles”. E fizemos isso durante todo aquele tempo.

Durante o Plano Cruzado – quero aqui fazer justiça com o Ministro Dilson Funaro, que foi um grande peemedebista –, tínhamos o coração do PMDB para as causas populares. Ele era um visionário, tinha uma mística, e posso até dizer que, se o Plano Cruzado tivesse dado certo, ele teria sido Presidente do Brasil, porque era tão aplaudido quanto o Presidente nas ruas inteiras do País.

Mas quero recordar aqui as grandes figuras do PMDB.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a lembrança que V. Ex^a faz hoje do Ministro Dilson Funaro. Ainda esta semana falei com V. Ex^a que, naquele discurso, quando rememorou os vinte anos do Plano Cruzado, fez menção aos diversos responsáveis pelo programa, como o Ministro João Sayad, mas, no seu entusiasmo e com os apartes, notei que o Ministro Dilson Funaro não fora devidamente mencionado, mas agora é rememorado adequadamente por V. Ex^a. Aproveite a oportunidade, como membro do Partido dos Trabalhadores, para também saudar os quarenta anos do PMDB – eu, que, em 1977, quando Professor de Economia e articulista da **Folha de S. Paulo**, recebi o apelo de muitos amigos e pessoas para defender minhas idéias como Deputado e, em 1977, inscrevi-me no MDB para, em 1978, ser eleito Deputado Estadual e, depois, com as transformações outras, acabei participando da fundação do PT. Mas quero transmitir,

Senador José Sarney, que sinto no PMDB um partido irmão de campanhas memoráveis para a democratização do Brasil, as campanhas para a ética na política, e, muitas vezes, aqui tenho transmitido isso a seus colegas de Partido, como ao Senador Pedro Simon, que precedeu V. Ex^a na comunicação. Saúdo, portanto, efusivamente, os quarenta anos do PMDB e as figuras todas que V. Ex^a está recordando. Obrigado.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, sobretudo porque V. Ex^a confirma aquilo que eu disse no meu discurso: todos os partidos, todos os grandes políticos de hoje saíram do PMDB. V. Ex^a confirma isso lembrando que pertenceu ao PMDB, justamente aquele Partido que teve as bandeiras e as causas que reuniram todos os brasileiros.

Realmente V. Ex^a me falou sobre Dilson Funaro. Fui, então, rever o discurso que fiz aqui e lá encontrei que, quando comecei a falar sobre os mortos, eu disse: “Em primeiro lugar, quero lembrar a figura de Dilson Funaro”. E a Casa, inclusive, saudou-o com palmas naquele momento.

O PMDB tem características muito próprias. Muitas vezes, no Brasil inteiro, tem-se a impressão de que é um partido em que há sempre brigas, lutas internas e separações. Por quê? Porque o PMDB tem tradição e tem idéias. O PMDB, como disse, foi formado por todas as tendências e mantém essa sua tradição. É o único partido, no Brasil, que mantém a democracia interna. O PMDB não tem dono. O PMDB, quando se reúne, não é de ninguém; é de todos. Essa é uma característica que aprendi a verificar nas convenções do Partido. Mesmo quando Ulysses presidia o Partido, ele que tinha aquela chama, aquela luz, aquela estrela extraordinária derramada sobre o Partido, ele o dirigia como se fosse de todos, porque essa sempre foi a tradição do PMDB. De tal modo que o PMDB é o único Partido que tem, no seu estatuto, entre as cláusulas pétreas de sua formação, o seguinte: o Partido é integrado por todos os cidadãos e garante o direito de formação de correntes políticas de opinião. Este é o PMDB! Ele garante, no Partido, a existência de correntes de opinião. Por isso, tem a sua democracia interna, por isso uma coisa que pode parecer patológica, ao contrário, é saúde, é vida. Essa é a característica do PMDB. Nenhum de nós se sente inibido de defender o que pensa, o que deseja dentro do PMDB.

Muitas vezes algumas pessoas pensam que podem entrar neste Partido para dele se adonar. Mas isso jamais ocorrerá. Até porque o próprio estatuto determina, no seu art. 10, que é proibida a filiação em blocos que tiverem o objetivo do predomínio de pessoas ou grupos estranhos e sem afinidade com o Partido. O PMDB tem essa característica de partido da grande

democracia interna, que exercitamos. O País deve olhar essa maneira do PMDB como uma forma de pregação democrática, como uma forma de afirmação da vida partidária. Os outros partidos têm donos. Não temos donos. Isto é uma honra: completarmos 40 anos e dizermos à Nação que somos o Partido do qual saíram todos os partidos do Brasil. Somos o Partido que tem, no seu estatuto, a pregação da democracia interna.

Que ninguém pense que pode ser dono do PMDB, porque somos um Partido de todos, um Partido do povo brasileiro.

Quero recordar as nossas figuras extraordinárias do passado. Lembro Ulysses Guimarães; privei da sua intimidade, do seu carinho, da sua afetividade. Nunca a luta política nos fez deixar de ser o que sempre fomos: homens preocupados com o Brasil. Lembro Tancredo Neves, a grande estrela que se apagou na bandeira do nosso Partido, e cuja ausência tive a responsabilidade de tentar suprir na condução dos Países. Lembro Itamar Franco, sim, grande homem do PMDB. Quero lembrar Franco Montoro, que vi, durante aqueles tempos duros, dia e noite, ali, naquela primeira cadeira, como um grande orador, defendendo as causas do PMDB, nunca atrás de questões pessoais.

O PMDB se caracteriza por isso, por não andar atrás de pessoas, mas de defender idéias, de pregar idéias. E esse era o exemplo que vi de Franco Montoro tantas vezes.

Quero lembrar também uma figura esquecida do PMDB, mas que foi seu primeiro Presidente, o General Oscar Passos, do Acre, que, naquele momento difícil, aceitou presidir o PMDB. Quero lembrar Paulo Brossard, com quem, nesta tribuna, tantas vezes, tive oportunidade de debater; ele também defendendo as causas do PMDB. Lembro Teotônio Vilela, que, como eu também, vindos do outro lado, incorporamo-nos ao PMDB. Teotônio, aquele Quixote! O Brasil inteiro assistiu aos seus últimos anos de vida. O pregador da liberdade, o visitante das prisões, dos presos políticos. Estava o grande Teotônio, aquela alma extraordinária, em ebulição até os seus últimos momentos. Lembro Teotônio Vilela!

Lembro, portanto, todas as grandes figuras do PMDB. Falo mais dos mortos para não falar dos vivos, porque todos nós, hoje, temos a responsabilidade de viver sob essa bandeira e essa tradição.

Há uma fórmula muito simples, talvez muito coloquial, que, nesses momentos, no Brasil se gosta de dizer: viva o PMDB!

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao começar o meu pronunciamento gostaria de agradecer a Deus o privilégio de ser o Líder no Senado dessa imensa força política que é o PMDB, no momento em que se comemora os seus quarenta anos de fundação.

Há quarenta anos, meus amigos, era aberta uma das mais belas páginas da vida política brasileira. Em plena noite escura do regime autoritário, nascia o Movimento Democrático Brasileiro, o glorioso MDB. Nascia para combater o arbítrio, para oferecer à cidadania o instrumento com o qual haveria de fazer a Nação reencontrar-se consigo mesma.

Como bem definiu Alceu Amoroso Lima, “a Oposição no Brasil era como uma grande floresta: cada árvore lançava suas próprias raízes, mas estas uniam-se e se emaranhavam debaixo da terra”, e o MDB surgia como uma espécie de guarda-chuva ou placenta acolhedora para dar abrigo e proteção àqueles que não se conformavam com a dialética da violência promovida pelo Estado de Segurança Nacional, aqueles para os quais resistir era preciso, aqueles que acreditavam na possibilidade de uma travessia rumo ao encontro das liberdades cívicas.

Difícil, muito difícil foi essa longa travessia. Muitos sucumbiram ante a força bruta. Outros foram levados a desistirem da empreitada, tão desigual eram as forças em jogo. Contudo, entre a imensa maioria dos que não se sujeitavam ao poder discricionário, havia o compromisso moral de conduzir altaneira a bandeira da liberdade e da democracia.

Foi assim, muitas vezes lutando contra moinhos de vento, que a luta se fez vitoriosa. Para tanto, foi preciso que, ao lado da legião de militantes, filiados e simpatizantes, em todos os recantos da Pátria, lideranças incontrastáveis conduzissem, com firmeza e serenidade, as inúmeras batalhas contra o autoritarismo.

Foi preciso que existisse Ulysses Guimarães. O velho timoneiro, experiente de antigas lutas e sempre marcado pela defesa intransigente da liberdade e da justiça, soube conduzir, como ninguém, o braço da esperança em águas revoltas. Navegar é preciso, viver não é preciso.

Quem não se recorda de maneira sublime como ele se apropriou do verso latino, que a poética sensível de Fernando Pessoa ainda mais popularizou, para nos ensinar a todos que a luta não seria em vão. Por mais que a alma doesse. Por mais que o corpo fraquejasse.

Pois essa era uma luta na qual a arma mais poderosa seria a palavra e, seu objetivo, o mais nobre de todos: oferecer à Pátria a chance de ser livre!

Quem não se lembra do anticandidato, do Sr. Diretas Já, vestindo uma camiseta amarela onde se lia “Quero votar para Presidente”?

Como esquecer esse teimoso Moisés redivivo no Brasil do século XX sem se comover ao pensar na difícil trajetória descrita com sensibilidade e ternura por Luiz Gutemberg na biografia **Moisés, Codinome Ulysses Guimarães**, “para que fossem afinal cumpridos os versículos 5 e 6 do livro do Pentateuco, quando Moisés morre e nenhum homem soube até hoje o lugar do seu sepulcro?”

Foi preciso que o grande Teotônio Vilela se achesse ao Partido que simbolizava a união das consciências libertárias. Com sua coragem cívica, o Menestrel das Alagoas emocionou o País com sua pregação iluminada, toda ela envolta na ira santa que só os gigantes de espírito podem ostentar.

Quanto mais avançava a doença, mais poderosa se tornava sua voz, mais incisiva sua mensagem, mais forte ecoava seu compromisso imorredouro com a liberdade.

Mais que ninguém, Teotônio nos ensinou, pelas palavras e pelo exemplo vivido, que a vida só tem sentido quando sustentada por princípios e pela absoluta fidelidade a ideais maiores.

Na biografia **Teotônio, Guerreiro da Paz**, Márcio Moreira Alves, o Marcito, expressa como ninguém o nosso sentimento sobre esse homem extraordinário que comoveu os brasileiros como nenhum outro político.

Palavras de Márcio Moreira Alves:

Não posso vê-lo em pregação sem pensar em Cid, o Campeador. Como o espanhol, também ele serviu a dois partidos tão brutalmente opostos, como mouros e cristãos.

Também ele, quem sabe, enfiado dentro de uma armadura, mantido na sela do bagual por cordas invisíveis, sairá de lance em riste para o campo da batalha, à frente do seu povo na reconquista da liberdade perdida e da pátria vendida.

Foi preciso, meus senhores e minhas senhoras, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Tancredo Neves estivesse nessa longa caminhada. De todos os homens públicos que pontificaram na República brasileira, ninguém o superou na capacidade de conciliar posições aparentemente antagônicas, quando em jogo estavam os interesses maiores da nacionalidade.

Ninguém foi mais brilhante do que ele na compreensão exata do significado e da dimensão de cada momento histórico. Por isso, ele foi capaz de encontrar saídas quando tudo parecia perdido. Foi capaz de acender a luz redentora quando a mais fechada escuridão prenunciava crises institucionais.

Mas, antes e acima de tudo, Tancredo nos legou uma lição imortal: conciliar não se confunde com pusilanidade, serenidade não implica abandono da firmeza, e prudência não significa acovardamento.

Foi assim que, tendo na base a sustentação política do agora denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o nosso querido PMDB, foi possível proceder-se à transição pacífica para o poder civil – e aí o papel do Presidente Sarney foi muito importante.

Os brasileiros sobreviveram a essa traumática travessia e se tornaram mais fortes. Da imensidão do mar de Angra, dos sutis contornos das montanhas de São João Del Rey e do tropel suave das folhas da cana-de-açúcar das Alagoas, três vultos gigantes sorriem no coração da Pátria. Amanhece no PMDB.

Quarenta anos depois o País é outro: economicamente estabilizado e vendo consolidadas suas instituições democráticas.

Há os que, por desconhecimento da História ou deliberada má intenção, não conseguem entender a razão pela qual o PMDB é, ainda hoje, o partido político brasileiro com maior capilaridade nacional, estando presente em todo o País.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, o PMDB tem História, isso já foi aqui muito bem retratado pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador José Sarney. O PMDB faz História. O PMDB, decisivo para o fim da longa noite do arbítrio, continua sendo fundamental para a governabilidade. Porque ele reflete a alma brasileira. Porque ele traduz os melhores e mais justos anseios do povo brasileiro.

A longa travessia por ele conduzida não tem fim, porque eterno há de ser o Brasil, e perene nosso compromisso com a paz, a justiça, a democracia.

Como Sarney, também digo: viva o PMDB!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Senador Ney Suassuna, Líder da nossa Bancada, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, esta sessão começou com o pronunciamento de quem conhece o PMDB por dentro e por fora, de quem conhece a alma do Partido, um homem público que viveu e ainda vive intensamente a história do PMDB. Esta sessão começou com a fala do Senador Pedro Simon, para mim o ícone do Partido, o homem que teve o privilégio de conviver, de debater, de trocar idéias com os grandes vultos do PMDB, o homem que gozou da intimidade de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, do Menestrel das Alagoas – para homenagear V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, interrompo o discurso de V. Ex^a para comunicar, com muita satisfação, a honrosa presença, a visita inesquecível, da Presidente do Senado da Bélgica, a Senadora Anne-Marie Lizin. É uma honra muito grande tê-la aqui.

Hoje, estamos homenageando os 40 anos do PMDB, o Partido da redemocratização do Brasil, que continua sendo a maior instituição partidária congressual, com a maior capilaridade no País. Orgulha-nos muito essa coincidência, a presença de V. Ex^a no exato momento em que o Senado brasileiro presta esta homenagem ao Partido, que foi fundamental na redemocratização e é fundamental para a sustentabilidade política do nosso País.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Renan Calheiros, queria que a nossa ilustre visitante soubesse que o meu discurso ser interrompido por sua presença é uma honra para nós e que o Brasil também está avançando, não tanto quanto a Bélgica, em relação à presença feminina na vida pública. Tanto isso é verdade que, se não há uma mulher a presidir o Senado da República ou a Câmara dos Deputados, já há uma mulher a presidir a mais alta Corte de Justiça do nosso País.

Eu dizia, até em homenagem a S. Ex^a, que o Senador Pedro Simon conviveu com o Menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela. Portanto, foi contada a história, a vida do PMDB. Então, o que vim fazer nesta tribuna? Vim lembrar de alguns episódios, tão-somente para refletir o orgulho que tenho de pertencer a este Partido, este PMDB que não está retratado apenas nesses grandes homens aqui citados e em outros da vida pública brasileira que exerceram o seu mandato, mas orgulho-me de pertencer ao PMDB, que está retratado pela sua militância, por aquele peemedebista humilde, pelo peemedebista do interior, pelo PMDB do meu Estado, o meu Mato Grosso do Sul. Foi lá que aprendi a amar o PMDB, sem mandato algum, mas com a convivência daqueles que, no meu Estado e no meu Brasil, defendiam as causas do Partido: a liberdade, a solidariedade, queriam, como querem ainda hoje, um Brasil mais justo, mais humano e menos desigual.

E não posso, nesta hora, deixar de me referir a expressivos vultos do PMDB que não se encontram aqui conosco, mas que pertencem à história do Partido. Para isso, tenho de fazer o que sempre fiz nesta tribuna, Senador Renan Calheiros, porque vivo o Brasil, vivendo o Mato Grosso do Sul e não posso, nesta hora e neste momento em que a história do PMDB é relembrada, deixar de fazer a saudação a quem, como Deputado Federal, tanto lutou por nosso País, como Plínio Barbosa Martins; e a outro sul-mato-grossense,

que foi Senador nesta Casa, Wilson Barbosa Martins, de quem tive a honra, a glória e o orgulho de ser vice-Governador, quando dirigiu os destinos do meu Estado. Por que não me referir a alguns nomes que o Senado até desconhece, como Sérgio Cruz, que também foi Deputado Federal; Walter Pereira, que secretaria o meu Partido; e tantos outros que lá estão no meu Estado.

Por que não falar de um episódio do qual eu fui partícipe? Pedro Simon também participou, mas não se lembra. Como haveriam de se lembrar de um Vice-Governador que, na célebre reunião realizada por Franco Montoro – isso precisa ser lembrado, para tributar essa homenagem a esse grande Governador de São Paulo, a esse grande homem público do Brasil –, que reuniu os onze Governadores da Oposição e disse que estava na hora de o PMDB conclamar o povo e ir às ruas na famosa campanha das “Diretas Já”.

Refiro-me aos onze Estados da Federação brasileira e seus respectivos Governadores que lá compareceram: o anfitrião Franco Montoro; Rio Grande do Sul, na sua pessoa, Senador Pedro Simon; Paraná, na pessoa do inesquecível José Richa; Goiás na pessoa de Íris Rezende, hoje Prefeito de Goiás, e que já foi nosso colega aqui no Senado; Rio de Janeiro, representado por um homem que, na vida pública, sempre teve uma conduta praticamente retilínea, uniforme, a ponto de não se poder apresentar qualquer contradição – Leonel Brizola. Estavam presentes também os Governadores do Pará, Jader Barbalho; o ex-Governador de Minas Gerais, que depois deu a sua vida em holocausto ao Brasil, Tancredo Neves; o ex-Governador de Santa Catarina, de saudosa memória, Pedro Ivo; o Governador do Estado do Acre, que foi nosso companheiro no Senado, Nabor Júnior; e Gilberto Mestrinho, então Governador do Amazonas, que não vejo neste momento, mas esteve aqui até há pouco tempo. Eram dez Governadores e um Vice-Governador. Wilson Barbosa Martins, que governava Mato Grosso do Sul como seu primeiro Governador, não pôde estar presente e pediu-me que o representasse porque o Mato Grosso do Sul não poderia estar ausente a uma reunião daquela importância para a democracia no Brasil.

Lá fui eu, humildemente e, ao lado de dez Governadores, assinei, como Vice-Governador, o manifesto que levou o Brasil às ruas, que lotou a Praça da Sé com mais de um milhão de pessoas, que levou à Igreja da Candelária uma multidão, que se estendia até a Central do Brasil, muito mais de um milhão de pessoas, naquele comício comandado por Leonel Brizola.

Estive presente a todas essas manifestações, mas era modesto, como sou até hoje. Era um Vice-Governador e só queria estar lá para dizer que Mato Grosso do Sul estava presente aos movimentos democráticos,

tanto que, quando me perguntaram se eu queria fazer uso da palavra, diante de tantos oradores que lá se encontravam, eu disse: “Só digam que Mato Grosso do Sul está presente, e fico muito satisfeito, muito orgulhoso. E eu e Mato Grosso do Sul já nos consideramos integrados nessa luta para eleger o Presidente da República”. E foi ele mesmo que nós queríamos, mas, por incrível que pareça, por essas coisas da política, a eleição se deu por meio de um Colégio Eleitoral.

Coisa interessante, senhoras e senhores que me ouvem! Às vezes, um Colégio Eleitoral pode falar mais alto. Digo “às vezes”, porque não quero que isso aconteça, quero sempre eleições diretas. Mas, de que aquele Colégio Eleitoral falou por todo o Brasil, não tenho dúvida nenhuma, e o fez quando elegeu Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do nosso País.

É esse o PMDB. Ele é o responsável por todos os partidos políticos que existem no Brasil. Não há figura expressiva na vida pública nacional que não tenha passado pelo PMDB; e, se não passou, deve ao PMDB a sua vida pública e a sua vida democrática. Que mais posso dizer?!

O PMDB – e é isto que me traz à tribuna – não pode mais viver da sua história. A história do PMDB é empolgante, mas o Brasil tem desafios pela frente, desafios de um Partido cuja história e com tantas Lideranças nos seus quadros tem de responder aos desafios atuais da vida brasileira, que são os mesmos de sempre. Não são mais desafios políticos pelos quais o PMDB lutava, mas são desafios sociais pelos quais o PMDB tem responsabilidade: a eliminação das desigualdades sociais e regionais; a necessidade de termos um plano de desenvolvimento para o Brasil, um plano de eliminação da pobreza, da miséria, em se tratando de um País que está conturbado por uma grave crise moral, jamais vista na sua história.

É um chamamento. Está na hora de o PMDB fazer um chamamento a todos. Como o fez no passado, que o faça no presente, porque está sendo intolerável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e aqueles me ouvem, assistirmos àquilo a que estamos assistindo nas telas da televisão, na mídia brasileira, que mostra crianças com nove anos de idade vivendo do tráfico de drogas, tendo como padrinhos os traficantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O PMDB tem de participar da vida política nacional com candidatura própria, sim. Se temos nomes, se temos história, não vamos fugir à nossa responsabilidade.

O PMDB é um Partido muito grande – Sr. Presidente, vou encerrar, porque senão ficarei falando aqui por horas intermináveis. Há um episódio recente que mostra a grandeza do Partido: o Poder Judiciário impe-

diu o Partido de realizar as prévias que foram realizadas no domingo. Houve uma decisão judicial em que ficou estabelecido o seguinte: o PMDB não pode realizar as prévias. E o PMDB não combinou nada com ninguém. Somos 27 Estados da Federação, Colégio Eleitoral de milhares de eleitores. A Justiça não reclamou. O PMDB fez ouvidos de mercador, foi lá e realizou uma prévia bonita, como se dissesse ao País: para que uma ordem judicial como essa? Por que tentar impedir um espetáculo como esse, dos filiados de um Partido que comparece espontaneamente para escolher um dos seus candidatos, para discutir política, para falar das suas idéias?

Meus amigos, isso só acontece porque, nos quadros partidários da vida pública brasileira, há um nome consagrado, respeitado, que não se vangloriou pela realização das prévias, que não tripudiou sobre a decisão judiciária. Muito ao contrário, disse que respeitava a decisão judiciária, que faria uma consulta e diria: só vamos ali para fazer discursos, como foram feitos; só vamos ali para colocar o voto, para dizer aquilo que queremos e pretendemos.

Sr. Presidente e aqueles que estão me ouvindo no Brasil, isso só acontece com o PMDB; e pelo fato de acontecer somente com o PMDB, as coisas e a reviravolta neste País só poderão acontecer se continuarem a reverenciar a memória e a pensar o PMDB no futuro. Não o PMDB sozinho, porque ele não é dono da verdade, mas que juntemos as Lideranças que querem o bem do País e pensemos que esse quadro que estamos vivendo hoje o Brasil não quer, isso o Brasil não aceita, isso o Brasil não tolera.

É preciso haver mudança no Brasil, e na chefia dessa mudança, seja por um caminho ou por outro, deverá estar o PMDB. É isso o que penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de convidar a Presidenta – Aurélio Buarque dizia que era “Presidenta” mesmo – do Senado belga, Senadora Anne-Marie Lizin, para compor a Mesa dos nossos trabalhos. (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, penúltima oradora inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero saudar de forma muito carinhosa a Presidenta do Senado belga. Temos inveja – alguém traduza isto a ela – de saber que há uma mulher presidindo o Senado em outros países. Chegaremos lá, diz o Presidente Renan!

Insisti para falar. Creio que sou a única não-peemedebista a falar nesta sessão. E não quero falar na condição de Líder da Bancada do PT, quero falar como cidadã brasileira.

O PMDB está comemorando 40 anos. O PMDB é um Partido que contribui, contribuiu e tenho certeza de que vai continuar contribuindo de forma efetiva para a solidez da democracia brasileira.

Outros colegas do PT tiveram a oportunidade de passar pelo PMDB. Brinco, sempre, dizendo que sou mulher de um Partido só. Espero continuar sendo.

Todos os Partidos passam por crises e por problemas. Até brinco que se não houvesse crise e problema o nome não seria partido. Partido pressupõe pedaço e essas questões mais difíceis de superarmos.

Eu não poderia deixar nesta sessão, em meu nome, como cidadã brasileira, de fazer o registro do quanto, ao longo desses 40 anos, o PMDB, ou melhor, como diz o Senador Pedro Simon, o MDB – e S. Ex^a fala com muita ênfase, muita garra –, o quanto o MDB e o PMDB contribuíram para com este País, pelas ações e pela atuação nas crises.

Senador Ramez Tebet, houve muitas crises e em muitas delas estivemos juntos, PMDB e PT, na superação, no enfrentamento e na consolidação da democracia, como ocorreu em todo o período de combate à ditadura, de restabelecimento das eleições diretas e de fortalecimento das instituições democráticas no nosso País.

No PMDB há figuras marcantes, como a de Ulysses Guimarães e daqueles que já saíram do Partido e até da nossa convivência, como Mário Covas. Eu também não poderia deixar de registrar aquele que talvez seja uma das marcas fortes do PMDB, porque, inclusive, acabou gerando o Ato Institucional nº 5, que foi o jornalista Márcio Moreira Alves, o qual teve o seu mandato cassado. Infelizmente, não pudemos recuperar e ter a honra de lhe devolver o que, com afronta e violência, foi-lhe retirado pela ditadura militar.

Eu queria deixar, nesta sessão, de forma muito singela, o reconhecimento ao PMDB pelo “conjunto da obra”, uma expressão muito usada ultimamente. Problemas no PMDB existiram e existem neste momento.

Lembro as palavras do Senador Renan, ontem, para os órgãos de imprensa, dizendo que agora está na hora de colar os cacos. Uma frase dura, doída, mas os cacos do PMDB são bons e já demonstraram a sua firmeza, a sua resistência. Tenho certeza de que o PMDB vai sair dessa, como nós, do PT, estamos também buscando superar a crise, dar a volta por cima e continuar contribuindo para com este País, para a democracia e a justiça social. Isso é o que move a maioria dos peemedebistas, sejam os dirigentes partidários, aqueles com quem aqui tive a honra, nesses três anos e pouco, de conviver e de conhecer, como os mais humildes militantes que encontramos em todos os rincões deste País.

Eu não poderia deixar de fazer esta breve fala, Presidente Renan, saudando o PMDB por esses 40

anos e mandando os meus parabéns e respeito a toda a nação peemedebista. Sucesso, parabéns. Podem contar que, para enfrentar crises e superá-las, a bem do País, vamos estar juntos sempre. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Almir Lando enviou à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, em homenagem ao PMDB, que amanhã completará 40 anos de história de lutas, apresento discurso que proferi, em parte, em 2001, e que acredito, Sr. Presidente, não poderia edificar outra peça superior àquela, a não ser agregar-lhe algumas notas que não alterariam a essência, porque a essência daquele não foi alterada pelo tempo.

O partido político, Sr. Presidente, nada mais é do que uma sociedade constituída por um vínculo que une os seus membros no sentido de buscar objetivos comuns que constituem o cerne do programa partidário. O partido político é uma sociedade livre que busca a conquista do poder dentro da normalidade constituída.

Há, em toda a sociedade, um vínculo, um elo que faz de toda uma unidade, tanto quanto possível, porque um Partido democrático é constituído, também, de divergências, de diferenças. Mas a essência deve constituir uma unidade – uma unidade na diversidade, é fato. E o Partido subsiste enquanto há hegemônicos interesses da maioria, ao menos.

A pergunta que deve ser feita ao PMDB é exatamente esta: o que nos une? O que realmente nos faz manter este vínculo, este amálgama da unidade? O que une o Partido? Seria, Sr. Presidente, a essência, a base, os princípios do seu programa, que eu poderia, em uma inversão, dizer a esta Casa aquilo que constitui os princípios básicos do seu programa.

O PMDB é um Partido genuinamente brasileiro e popular. Ele foi o estuário da resistência democrática que retirou o Brasil da ditadura e o colocou na democracia. Hoje, o Partido continua sendo o veículo da mudança; a esperança não se chama mais anistia, nem “Diretas Já” ou Constituinte, o novo nome da esperança é desenvolvimento. Desenvolvimento quer dizer criação de empregos, desenvolvimento quer dizer salários dignos, desenvolvimento quer dizer multiplicação de empresas pela iniciativa privada. Desenvolvimento significa assegurar o direito à educação, à saúde, o direito à habitação decente, o direito à segurança da vida e do patrimônio. Desenvolvimento é, em suma, a democratização das oportunidades de uma vida melhor.

O PMDB defenderá intransigentemente o interesse nacional, concebido como o interesse do povo brasileiro na preservação do território e da soberania nacional; no fortalecimento da autonomia cultural, da capacidade produtiva e comercial e na defesa dos demais objetivos estratégicos do País.

O PMDB, dentro dos limites da sua linha programática, assegurará aos seus filiados liberdade de atuação no âmbito de suas atividades profissionais e de sua militância junto aos movimentos de massa.

Para o PMDB, o valor básico da vida social e política é a pessoa e sua consciência. Em nossa realidade histórica, é a população brasileira. O povo é o sujeito, o fundamento e o fim de nossas instituições e das medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode ser considerado mero objeto, coisa ou instrumento da economia, do Estado, do Partido ou do processo histórico. Cada pessoa, de qualquer condição ou estado, tem direito a ser considerada e respeitada em sua dignidade.

O PMDB considera que seja o trabalho o fundamento da riqueza coletiva e que seus interesses se sobrepõem aos interesses do capital.

Finalmente, eu não poderia deixar de acentuar o inciso XIII. O PMDB continuará movendo implacável combate à corrupção e à sonegação. Denunciará às autoridades competentes cada caso que lhe chegar ao conhecimento, para apuração da responsabilidade dos envolvidos. Apoiará também as iniciativas da comunidade em resguardo do Erário e do interesse público.

Seriam esses os objetivos aqui sintetizados de todos aqueles que não posso mencionar, dada a exigüidade do tempo, que constituem o programa partidário? Mas o que nos separa? Qual é o pomo da discórdia que realmente faz do PMDB essa imensa diversidade, que ameaça a unidade?

O que nos separa seriam os objetivos, a falta de propósitos comuns? O que nos separa seriam objetivos diferentes, propostas, idéias conflitantes? Não, Sr. Presidente, não creio que o que nos separa é exatamente essa divergência do feixe de idéias. O que nos separa talvez sejam objetivos pessoais, sejam interesses exclusivos de minorias que se enquistam no Partido na direção do benefício próprio.

E por que nos toleramos? Porque permanecemos sob a mesma bandeira partidária, sob a mesma sigla? Por que continuamos juntos? Essa é uma indagação de difícil resposta. Mas talvez seja um objetivo de ordem prática, porque a soma sempre é maior que as parcelas que a compõe; porque esse resultado da quantidade ainda continua sendo um instrumento eficiente em termos eleitorais, onde nos aproveitamos da capacidade e da densidade eleitoral de cada um dos nossos membros que forma essa unidade partidária.

Realmente, Sr. Presidente, o PMDB deve reinventar o seu discurso, o discurso próprio e apropriado ao momento histórico. O PMDB pode e tem necessidade de um discurso, que não seja ambíguo, porém tem a certeza também que não é um discurso perfeito e acabado.

Na visão heraclitiana, o discurso é proferido em igualdade de condições. O discurso constitui o lugar-comum, coloca um falante diante do outro, sem hegemonia, de tal modo que faça de todos um, sem prejudicar nenhum. Um ritual que reúna, que unifique, que adicione o movimento da ação política. Nada do que pertence ao domínio público deve ser julgado por um único indivíduo. O discurso é uma parceria. O discurso sustenta, congrega, une, critica, vigia e governa. O discurso é a base da democracia universal que abriga a todos os seres, segundo Donald Schüller, quando na sua obra magnífica trata do discurso de Heráclito.

Mas que fazer, Sr. Presidente? “Que fazer?”, já indagava Lenin. “Que fazer” marca um pensamento revolucionário de Lenin, que deixa tudo para trás. E dizia ele:

É preciso sonhar! Escrevo essas palavras e de repente tenho medo. Irei mais longe. Pergunto-lhe: um marxista tem, em geral, o direito de sonhar, se já não esqueceu, segundo Marx, que a humanidade sempre se atribui tarefas realizáveis, e que a tática é um processo de crescimento das tarefas do Partido, que crescem junto com o Partido?

Se o homem fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar assim, se não pudesse de vez em quando adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro lógico e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu não poderia decididamente compreender o que levaria o homem a empreender e realizar vastos e fatigantes trabalhos na arte, na ciência e na vida prática.

Talvez tenhamos de sonhar, sonhar que o Presidente tem responsabilidades históricas neste momento e não pode desvencilhar-se delas.

Que fazer? Respondo: liquidar as divergências e nunca o PMDB. Sim, neste momento, temos de ter à nossa frente uma preocupação maior, a preocupação da unidade, a preocupação, sim, de liquidarem divergências, mas não o PMDB.

Que fazer? Quando as divergências nos separam em poças como um rio ressequido, sem discurso para projetar a ação eficiente mirando o social. O PMDB não pode perder o movimento, a mobilização da corrente do entusiasmo e isolar-se nas fossas dos interesses menores.

O poeta João Cabral de Melo Neto, em seu poema “Rio sem discurso”, definiu discurso de maneira fantástica:

Quando um rio corta, corta-se de vez
 O discurso-rio de água que ele fazia;
 Cortado, a água quebra-se em pedaços,
 Em poços de água, em água paralítica.
 Em situação de poço, a água equivale
 A uma palavra em situação dicionária:
 Isolada, estanque no poço dela mesma,
 E porque assim estanque, estancada;
 E mais: porque assim estancada, muda,
 E muda porque com nenhuma comunica,
 Porque cortou-se sintaxe desse rio,
 O fio de água por que ele discorria.
 O discurso de um rio, seu discurso-rio,
 Chega raramente a se reatar de vez;
 Um rio precisa de muito fio de água
 Para refazer o fio antigo que o fez.
 Salvo a grandiloquência de uma cheia
 Lhe impondo interina outra linguagem,
 Um rio precisa de muita água em fios
 Para que todos os poços se enfrasem:
 Se reatando, de um para outro poço,
 Em frases curtas, então frase a frase,
 Até a sentença-rio do discurso único
 Em que se tem voz a sede ele combate.

É exatamente isto que falta ao nosso Partido: esse movimento, não esse isolamento, não essa formação de fossas estanques que não se comunicam. Queremos, sim, poços de água limpa e cristalina para refazer a corrente, porque não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, quebrada essa corrente, difícil será reatá-la.

O PMDB necessita imperativamente retomar o seu curso de luta e de glória. Como “enfrasar” os discursos dos grupos que se digladiam? Como reunir os fragmentos que se isolam e se imobilizam, enclausurados no interesse próprio ou no ponto de vista de cada um? O vácuo do discurso político-partidário abre as portas da dissidência, das divisões, dos ressentimentos e das mágoas, às vezes incuráveis. Saiamos dessa posição de isolamento e vamos à perseguição de um pólo de idéias nas quais todos os meridianos se encontram, tocam a si mesmos e se unem.

O alvo é a aliança interna do PMDB, fato que se edificará sob o laço das esperanças supremas da Nação, inspirando-se no ensinamento de Ulysses Guimarães, para quem: “O País é o território, a Nação é a história e a civilização, o povo é a Pátria. Não há Pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade”. (*Diretas Já*, 24/04/84.)

O programa partidário supre, irmana, imanta e amálgama desde que tenha apelo real, fundido nos clamores dos excluídos, dos que suplicam a condição humana para a realização da vida digna e honrada. Siplesmente isso, Sr. Presidente.

O PMDB, protagonista das liberdades democráticas, reivindica como quer o seu programa: a democracia interna. E não pretende absolutizar a verdade, porquanto não lhe cabe a titularidade exclusiva. Recolhe-a, todavia, nos mais íntimos anseios do povo brasileiro para tornar-lhe prática política no tabernáculo do programa. O PMDB não tem a menor vocação a qualquer servidão voluntária nem se submete docilmente aos encantos das vantagens e tampouco ao apelo dos poderosos e aos afagos dos que dominam. O PMDB constrói a si mesmo na própria construção da sociedade brasileira, sujeito a retrocessos e a avanços sucessivos.

Nossa oferta à Nação é o nosso compromisso com a justiça social, com o desenvolvimento econômico, o pleno emprego, a dignidade do povo e a satisfação de suas necessidades essenciais – alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, segurança e a felicidade geral, a promoção, enfim, da cidadania integral.

O PMDB desfralda as bandeiras sociais para integrar os excluídos às suas aspirações mais legítimas. A ruptura é o caminho para o renascimento, mas o consenso também pode revitalizar a renovação e a mudança. Haverá sempre um terreno comum para convir e reconvir a edificação do vigor partidário, quando for dada a chance ao discurso solidificado no diálogo que hierarquiza a verdade e a sinceridade de propósitos.

A fortaleza do PMDB deve situar-se mais na excelência da sua doutrina do que na pura autoridade da direção partidária.

Meditar para dar a cada coisa a justa medida, o seu devido valor.

A semente, muitas vezes lançada ao chão, deteriora-se para brotar nova e carregada de frutos – e aqui o partido – de bem-estar social.

O PMDB não pode tornar-se mero instrumento eleitoral, e sim um foro permanente para a construção de um projeto de país.

O PMDB qual fênix pode renascer das cinzas, desde que não se rompa o elo societário.

Lembremos que o PMDB foi o facho de luz a iluminar as aspirações democráticas do Brasil na longa e negra noite da ditadura que durou 30 anos.

Será que o PMDB é atingido pelo momento apocalíptico de ser apenas pó e ao pó volver? Não, não acredito, Sr. Presidente, pois há espaço para ludibriar o vaticínio da morte decretada pela impiedade dos adversários que não absorvem o tamanho da nossa agremiação política. A senda nossa é a tolerância e a superação das divergências que nos devoram e nos esfrangalham.

Não nos encontramos no âmago da diáspora, encruzilhada onde se abrem os caminhos diversos, e talvez o mais fácil seja o da destruição partidária. To-

davia, é preciso definir um rumo que salve a unidade e ofereça oportunidade à vitória da União.

Sr. Presidente, como afirmava Lenin, é possível sonhar! É possível sonhar com essa unidade e com essa ressurreição partidária, desde que os interesses do povo brasileiro sejam colocados em primeiro lugar.

O PMDB nasceu sob a égide da liberdade e tem o direito de ser livre para escolher o seu destino! Drapeja em nosso coração o pendão eterno da esperança!

Para encerrar, registro outras frases do imortal Ulysses Guimarães, figura maiúscula do PMDB:

“Não é o poder que corrompe o homem. O homem é que corrompe o poder”.

“Velho sim! Velhaco não!”

“O povo na rua é minha verdadeira estátua. A outra, de cimento armado, não me interessa, porque passarinho faz cocô na cabeça”.

“A vocação do político de carreira é fazer de cada solução um problema”.

“O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania”.

“Em política, até raiva é combinada”.

“A oportunidade é careca. Depois que passa, é impossível segurá-la pelos cabelos”.

“Ou nós mudamos ou nos mudam”.

Na promulgação da Constituição de 1988, assim falou Ulysses:

“A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.”

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conheçamos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.”

“A Constituição mudou na sua elaboração (...), mudou quando quer mudar o homem em cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.”

“Nosso desejo é o da nação: que este plenário não abrigue outra Assembléia Nacional Constituinte. Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta casa.”

“A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.”

“Foi a sociedade, mobiliza nos colossais comícios das diretas já, que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador.”

“A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos dos demagogos que, a pretexto de salvá-la, a tiranizaram. Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.”

“As necessidades básicas do homem estão nos Estados e municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las. A Federação é a governabilidade. A governabilidade da nação passa pela governabilidade dos Estados e municípios. O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto.”

“Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações principalmente na América Latina.”

“O Estado autoritário prendeu e exilou; a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram.”

“O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do mundo. O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: ‘Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei’. O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.”

Como se vê, juntando-se, aleatoriamente, frases de discursos do deputado Ulysses Guimarães, mantém-se, sempre, a lógica do seu pensamento humanístico e político. Mais do que isso, o seu discurso continua atual, porque as questões abertas, isto é, não resolvidas, não envelhecem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^a Sr^a Senadora Anne-Marie, Presidente do Senado belga, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, o PMDB está completando 40 anos neste mês de março e sua história se confunde com a própria luta pela redemocratização e pelo aperfeiçoamento institucional do Brasil.

Durante os anos de regime militar, o então MDB foi a grande trincheira democrática dos que lutavam pelo fim do autoritarismo. Graças à nossa resistência e à do povo brasileiro, graças à nossa organização, o Partido tornou-se o sólido eixo que permitiu a retomada do poder pela cidadania.

A atuação do MDB em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, a luta em favor das eleições diretas e da Assembléia Nacional Constituinte garantiram ao País uma saída, depois de 20 anos de regime autoritário. Pudemos, Sr^a Presidenta, retomar com segurança o projeto democrático do Brasil.

Hoje, damos a maior demonstração disso. Vivemos uma crise política sem precedentes: mais de 70 pessoas foram ejetadas dos cargos que ocupavam. O Congresso investiga intensamente; houve momentos em que coincidiu o funcionamento de três Comissões Parlamentares de Inquérito. Digo isso tudo para enfatizar que, em todos os momentos, sem sobressalto, sem medo mais de nada, as instituições funcionaram plenamente, como deveria ocorrer.

Cabe lembrar um pouco, um pouco mesmo, de nossa História. O então MDB – e muitos já disseram um pouco do que vou falar – foi criado como oposição ao regime militar em 1966, um ano depois da extinção dos velhos Partidos políticos, decretada pelo Ato Institucional nº 2.

Enquanto uma parte dos ativistas políticos brasileiros fez a opção pela luta armada, o MDB situou-se sempre como canal institucional de oposição, dentro da estreita margem permitida na época.

Dentre tantos nomes que fizeram, e ainda fazem hoje, parte da história do PMDB, lembro aqui – repetindo o que alguns já disseram – alguns fundadores do Partido, ao lado de Oscar Passos, grandes nomes dos extintos PTB e PSD que conseguiram escapar da cassação de mandatos: Tancredo Neves, Nelson Carneiro, além de Franco Montoro, oriundo do Partido Democrata Cristão, Pedro Simon, Itamar Franco, Teotônio Vilela, Arraes, Brossard, Marcos Freire, Fernando Henrique Cardoso, Covas, Richa. São tantos que posso cometer o erro de continuar citando-os e nunca mais acabar a citação.

Por falar em Dr. Ulysses, o “Senhor Diretas” é, sem dúvida alguma, até hoje, referência não somente para nós, peemedebistas. Seu nome e sinônimo de cidadania, de obstinação, de homem público, uma

pessoa que já tinha entrado para a História muito antes de ter deixado a vida.

Em 1966, o MDB elegeu dois Governadores: Negrão de Lima, no Estado da Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais. O regime militar, então, com a Constituição outorgada de 1967, acabou com as eleições diretas para Governadores e Prefeitos.

Em 1972, com ousadia e criatividade, o Partido lançou a chamada anticandidatura do Deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República. Era uma denúncia do Colégio Eleitoral, que apenas referendava os que se sucediam no poder.

O candidato a vice na chapa de Ulysses Guimarães foi o grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho. Os dois percorreram o País em uma inesquecível e memorável campanha cívica.

Em 1974, o MDB impôs ao regime a primeira derrota significativa, com a vitória de 16 Senadores da Oposição em 16 Estados. Um recado claro aos militares. Em número absoluto de votos, pela primeira vez, o MDB derrotava nacionalmente a Arena.

Em 1978, a conquista da maioria no Senado pela Oposição era cada vez mais previsível. O General Ernesto Geisel editou então o chamado “Pacote de Abril”, a pretexto de uma represália contra o Congresso Nacional, que rejeitara a Lei Orgânica da Magistratura proposta pelo Governo.

Na verdade, Ernesto Geisel queria garantir a maioria no Senado Federal. Por isso, incluiu no “Pacote” a criação dos chamados “senadores biônicos”. Anos mais tarde, com o fim do Regime Militar seria consequência direta da enorme mobilização nacional sob a liderança do PMDB.

O PMDB foi o grande fiador da campanha das Diretas Já, o maior movimento – aqui já o disseram – popular que o Brasil conheceu, com grandes nomes da sociedade civil, como o advogado Sobral Pinto e outros nomes já citados, como o próprio nome do Dr. Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela.

A emenda das Diretas Já foi derrotada, mas a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, em 1984, garantiu, sem dúvida alguma, a retomada da democracia.

Vamos para as eleições gerais em outubro próximo com os mesmos ideais que sempre nortearam o velho MDB. Os números continuam a atestar a força da legenda: temos, atualmente, no Brasil, Presidenta, mais de dois milhões de filiados; 27 diretórios estaduais e 4.671 diretórios municipais; 8.315 Vereadores; 1.059 Prefeitos; 140 Deputados Estaduais; nove Governadores; três Ministros de Estado e uma Bancada com 23 Senadores e 82 Deputados Federais, além de uma grande responsabilidade sobre os destinos do Brasil.

Nosso Partido, hoje, tem um dos quadros mais respeitáveis do Congresso Nacional. Como resumir em poucas palavras o que representa para o País e para o Senado a colaboração inestimável, histórica, deste grande amigo, deste firme companheiro, Senador José Sarney? Como deixar de reconhecer a combatividade e a eloquência do Senador Pedro Simon, este grande batalhador da democracia? Não podemos jamais deixar de reconhecer isso, Senador Ramez Tebet, mesmo nos momentos em que há uma óbvia divergência!

O homem, já disseram aqui, é suas circunstâncias. Todos temos que ter orgulho de nossas circunstâncias. Eu, modestamente, tenho muito orgulho das minhas circunstâncias e sou condescendente com as circunstâncias dos outros; sou muito condescendente.

Um partido democrático, um partido que não tem dono, um partido que costuma decidir, mesmo pela maioria, e muitas vezes tem dificuldade para construir e para preservar o consenso, ele também vive suas circunstâncias. Quantas vezes, Senador Ramez Tebet, não convivíamos aqui, ou mesmo na outra Casa do Congresso Nacional, com pessoas que faziam Oposição ao Governo e, quando chegava a exata hora de compor a chapa do Governo, faziam oposição, eram as primeiras que se colocavam para compor a chapa? E era preciso ter condescendência com isso; entender a magnitude do momento, a circunstância; e saber que um Partido tão grande quanto este Partido se faz mesmo dessa forma: a cada momento.

Quando fomos chamados para compor a chapa do Presidente Serra e decidir quem de nós iria compor a chapa, eu participei intensamente daquele momento e convivi com pessoas que, durante aqueles anos todos do Governo Fernando Henrique – fui Ministro da Justiça e me orgulho de tê-lo sido – fazia uma cerrada oposição, mas, na hora da composição, foram os primeiros que se apresentaram para compor a chapa do então candidato Serra à Presidência da República. Nem por isso nós brigamos. Este Partido não pode brigar, não vai brigar. Nós precisamos garantir a sustentabilidade política; defender uma agenda para o Brasil; vencer as etapas que atravancam o nosso desenvolvimento; compor uma maioria; construir a estabilidade e a sustentabilidade – repito. Nada disso será possível sem o PMDB com suas divisões, sem ter dono, como disse o Senador José Sarney, entendendo as particularidades, as circunstâncias e até mesmo as contradições de cada um. Um grande partido se faz dessa forma: com ponderação, com gesto, com compreensão.

Então, muitas vezes, as críticas sequer podem ser respondidas para não acirrar mais, para não dividirem mais, para não enfraquecerem mais o Partido que, nessa hora, mais do que nunca, se afirma, não mais

como fiador da redemocratização, mas como fiador da democracia, do Estado democrático de direito, porque, se o PMDB sair desse papel, ninguém o vai substituir.

Como, por exemplo, tocar os trabalhos desta Casa e do Partido sem a liderança deste querido amigo, Senador Ney Suassuna?

O PMDB é muitas vezes criticado por suas divisões internas – essas divisões a que me referi. Mas essas divisões são decorrentes da própria diversidade regional brasileira e do tamanho do Partido. É por isso que não adianta fazer invenção. A instância deliberativa derradeira do Partido é a convenção partidária. Não adianta convocar uma convenção para fazer uma prévia à revelia do estatuto. Era a mesma coisa que nós, agora, que vamos fazer a convenção, convocássemos diretamente a convenção pelos diretórios. Não! O Estatuto manda que nós façamos isso por representação à Comissão Executiva. Se aquela convenção lá não valeu, é porque ela foi convocada defeituosamente. Ontem, ouvi o Senador Almeida Lima falar sobre o assunto, e S. Ex^a não sabia do que falava. A liminar que proibiu a realização da convenção foi a mesma liminar que proibiu a realização da prévia. Nós não entramos nem com recurso; entramos com uma reclamação para fazer valer a liminar anteriormente concedida. Não adianta estabelecer peso ponderado. Meu Deus! O PMDB nunca se fez com isso! Quebrar o desenho da Federação, fazer com que o candidato que ganhou perca pelo índice ponderado. Por quê? Porque havia na convocação da prévia um desejo óbvio de, com a decisão da prévia, substituir a decisão da convenção.

O PMDB, que se fez de lutas, vai sempre se fazer de lutas. Mas não dá para inventar fórmulas, porque acaba dando no que deu. O Governador Germano Rigotto teve sete mil e tantos votos e perdeu para quem teve quatro mil votos. E o desenho federativo ficou arrebatado. O meu Estado de Alagoas, uma das pequenas Unidades da Federação, que eu tenho a honra de representar no Senado da República, foi um dos poucos Estados em que o PMDB ganhou as eleições. Colocou quase cem mil votos na frente do segundo colocado, o PSB. Teve, Senador Ramez Tebet, naquele índice ponderado, reduzida a sua participação para 0,0034. Um voto de um pequeno Estado do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, que V. Ex^a representa aqui, valia quase 20 votos dos grandes Estados da Federação, num índice que ninguém sabe de onde veio, como aconteceu, por que se fez, quando o Estatuto diz que a instância derradeira do PMDB é a convenção partidária, que leva em conta o desenho federativo e que vai decidir, apesar das divergências, como sempre decidiu. Não tem jeito.

A verticalização é uma camisa-de-força. Eu me insurji contra isso aqui. Defendo a verticalização como

um conceito, como um princípio na linha do fortalecimento dos partidos. Sempre defendi e vou continuar defendendo. Mas uma verticalização depois da reforma política, da cláusula de barreira, uma verticalização que se faça com quatro ou cinco partidos, e não uma verticalização que se faça com 29 partidos, que é o número hoje de partidos existentes oficialmente no Brasil. Como, meu Deus, verticalizar 29 partidos? Como verticalizar 29 partidos?

É natural que essas diferenças, essas contradições culturais, políticas e econômicas do País se reflitam no interior do nosso Partido. É natural. Precisamos estar permanentemente preparados para enfrentá-las, com equilíbrio, bom senso, responsabilidade, civilidade, muitas vezes discordando do companheiro, mas não deixando que essa divergência ultrapasse os limites impostos pela própria democracia. São diferenças que existem em todas as legendas, mas que ficam – claro! – mais evidentes no PMDB, por ser o mais estruturado, o maior, o mais representativo Partido do Brasil. A argamassa que garante a unidade do PMDB e o mantém como o maior Partido até hoje é a defesa intransigente da democracia como valor absoluto e o combate à desigualdade regional e à pobreza.

É em nome desses princípios e de nossa responsabilidade para com o País que temos sempre buscado garantir a governabilidade e, ao mesmo tempo, preservar a nossa independência, a nossa consciência crítica e uma ação propositiva. Quantas vezes eu próprio, como Líder do PMDB, depois, como Presidente do Congresso Nacional, não propus uma agenda propositiva para o País? Levei-a várias vezes ao Presidente da República, a alguns de seus Ministros, discuti alguns pontos aqui no próprio Senado Federal e fiz isso com a maior transparência, com a coragem que precisava ter, com toda a abertura, sabendo que, no Partido, existem pessoas que não gostariam que aquilo pudesse estar sendo feito naquela oportunidade.

O momento, agora, mais do que nunca, é de união em torno desses princípios fundamentais do PMDB. Temos de reconstruir a nossa unidade interna. A convenção, como eu disse e repito agora, é o melhor caminho para restabelecermos os canais de conversação entre as diversas correntes que compõem o PMDB.

A verticalização ainda vai prevalecer nas eleições deste ano, não por culpa do Senado Federal. Nós votamos a emenda constitucional em 2003, e eu trabalhei intensamente para que essa emenda fosse votada no ano que passou, na Câmara dos Deputados. Infelizmente, não o foi. Ontem, perguntavam-me: “O que vai haver? Isso é uma crise política? Vai haver conflito entre o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal?” E eu disse: “Não, muito pelo contrário”. Inclusive,

ontem, nós combinamos uma sessão de homenagem ao Presidente Jobim, que acontecerá no dia 29, às 10 horas. A Constituição define a competência e as atribuições de cada Poder da República – os Poderes se completam –, e cabe exatamente ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre a constitucionalidade e sobre a aplicabilidade de cada lei. Recebo a decisão do Supremo Tribunal Federal com absoluta naturalidade.

Portanto, acho que é tempo de, mais uma vez, nessa diversidade toda que conhecemos, buscar a unidade. É tempo – e o Senador Simon disse aqui muito bem – de avançar na definição dos nossos rumos, de decidir o que vamos realmente fazer. É tempo de tentar unir as correntes do Partido em torno de um projeto comum para o Brasil. Engana-se – e este sempre foi o grande erro de quem ousou analisar de fora para dentro o PMDB – quem pensa que o PMDB está rachado. Temos, sim, uma grande diversidade, como eu dizia aqui, mas essa é uma diversidade com a qual sempre convivemos. Mas as nossas linhas mestras são claras: democracia como valor fundamental, distribuição de renda, crescimento econômico e desenvolvimento regional, educação e aperfeiçoamento institucional. Estas são as bandeiras do PMDB. Estas são as nossas bandeiras e são elas, sem dúvida alguma, que nos levarão unidos à convenção. É tempo de construir.

Ontem, tive oportunidade de falar, por telefone, com muitas lideranças do Partido, inclusive, com o Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer. É hora novamente de buscarmos a união, de convocarmos a Executiva, de marcarmos a data da convenção, para que, definitivamente, o PMDB defina, diante dessa decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal, o que vai fazer. As prévias, que defendo, como defendo também candidatura própria, sempre a defendi, jamais deveriam ter acontecido, ou mesmo a consulta, se não houvesse a distorção do índice ponderado, antes da decisão do Supremo. Como decidir o rumo sem ter a regra, sem ter a lei? O rumo deveria ser, como deverá ser agora, consequência da definição da regra, da definição da lei. A inversão do processo não faz bem ao PMDB, muito menos à democracia e serviu apenas para dividir ainda mais as correntes que já estavam separadas.

Encerro esta rápida intervenção dizendo que tenho muito orgulho de pertencer aos quadros deste Partido, que continua prestando um grande serviço ao Brasil e está no meu coração.

Muito obrigado a todos e a V. Ex^a pela presença. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Ata da 25ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, da Sra. Fátima Cleide, e dos Srs. Paulo Paim, João Batista Motta, da Sra. Heloísa Helena, e dos Srs. Heráclito Fortes e Magno Malta

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/3/2006 07:39:28 até 23/3/2006 20:48:23

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARA	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	MS	RÁMEZ TEBET	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 104, DE 2006

(Nº 167/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 10 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Os méritos do Ministro Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 84/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 10 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER

CPF.: 34429468753

ID.: 7249 MRE/DF

- 1952 Filho de Henrique Santos Duque Estrada Meyer e Regina Salomão Duque Estrada Meyer, nasce em 30 de maio no Rio de Janeiro/RJ
- 1976 Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas/RJ
- 1978 CPCD - IRBr
- 1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro
- 1978 Divisão Consular, assistente
- 1978 Divisão Jurídica, assistente
- 1978 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente
- 1980 Embaixada em Bagdá, Terceiro Secretário e Segundo Secretário
- 1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 20 de novembro

- 1983 Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
- 1984 Ordem Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
- 1985 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
- 1985 Embaixada em Moscou, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Festival de Cinema de Moscou, Chefe da delegação
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1988 Festival de Cinema dos Países em Desenvolvimento, Tashkent, Usbequistão, Chefe de delegação
- 1989 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
- 1989 18a. Sessão da Comissão do Codex Alimentarius, FAO, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 51a. Sessão do Conselho do Centro de Treinamento, OIT, Turim, Chefe de delegação
- 1991 II Encontro sobre o Desenvolvimento de Armas a Laser para o Uso em campos de batalha, CIRC, Chefe de delegação
- 1991 52a. Sessão do Conselho do Centro Internacional de Treinamento, OIT/Turim, Chefe de delegação
- 1991 LXXVIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, OIT/Genebra, Presidente da Comissão de Finanças
- 1991 Reunião Tripartite da Comissão de Florestas e Indústrias de Madeira, OIT/Genebra, Presidente
- 1993 Embaixada do Brasil em Georgetown, Primeiro Secretário e Conselheiro comissionado
- 1993 Embaixada do Brasil em Havana, Conselheiro
- 1994 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente
- 1994 Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1995 Embaixada do Brasil em Havana, Conselheiro
- 1995 Festival do Cinema, Havana, Chefe de Delegação (1995/1996 e 1997)
- 1998 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
- 1999 CAE - IRBr, Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais
- 2000 Simpósio "Uso de Tecnologias Informatizadas nas Indústrias da Mídia e do Entretenimento: seu impacto no emprego, nas condições de trabalho e nas relações gerenciais do trabalho", OIT/Genebra, Chefe de delegação
- 2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 14 de junho
- 2001 I Sessão do Grupo de Trabalho do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 VII Sessão do Grupo de Trabalho sobre Minorias, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Encontro das Partes Interessadas, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 XI Sessão Regular da Junta de Coordenação do Programa, UNAIDS, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 III Sessão do GT do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 XIX Sessão do GT sobre Populações Indígenas, Sub-Comissão sobre a Promoção e a Proteção

- dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 LIII Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 III Comitê Preparatório sobre o Uso de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Consultas Informais sobre a Reforma da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Reunião Tripartite da Comissão de Construção Civil, OIT, Genebra, Presidente
- 2001 III Conferência Anual sobre o Uso de Minas e outros artefatos, Conferência de 1981 sobre a Proibição de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Sessão do GT sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Castigos Cruéis, Degradantes e Desumanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 I Sessão do Conselho do Fundo Global contra a AIDS, Tuberculose e Malária, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 III Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
- 2002 12a. Sessão do Junta de Coordenação do Programa, UNAIDS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 IV Encontro do GT Aberto Adhoc para a Revisão dos Métodos de Trabalho do Conselho Executivo, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 25a. Sessão do Programa Especial para a Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 54a. Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 II Encontro Informal dos Estados-Parte ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Encontro de Partes Interessadas, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Conferência de Interlaken sobre o Processo de Kimberley (Diamantes em Conflito), Chefe de delegação
- 2002 GT da Comissão de Direitos Humanos sobre a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 I Sessão do GT, Resolução 2002/68, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 IV Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Encontro Latinoamericano Preparatório à Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 V Sessão do Grupo de Peritos Governamentais da Convenção de 1981 sobre a Proibição do Uso de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Encontro dos Estados-parte à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e do Comitê sobre a Eliminação de Discriminação Racial, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Missão do Brasil junto à ONU, Nova York, Ministro de Segunda Classe
- 2004 38a. Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, New York, Chefe de delegação
- 2005 Comitê Ad Hoc da Convenção Internacional Compreensiva e Integral sobre a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade de Pessoas com Déficiências, Nova York, Chefe de delegação

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL
DIVISÃO DA ÁSIA CENTRAL

CAZAQUISTÃO

1. DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República do Cazaquistão

Capital: Astana (Ex-Aqmola) desde 10 de dezembro de 1997

Área: 2,717,300 Km²

Divisões administrativas: 14 províncias ("*oblystar*") e 3 cidades ("*calalar*").

Fronteiras: total 12.012 Km², sendo 1.533 Km² com a China, 1.051 Km² com a República Quirguiz, 6.846 Km² com a Rússia; 379 Km² com o Turcomenistão e 2.203 Km² com o Uzbequistão. O Cazaquistão é banhado pelo Mar Aral (1.015 Km²) e pelo Mar Cáspio (1.894 Km²).

População: 15.146.800 (September 2005)

Diversidade étnica: Cazaques 51.8%, Russos 31.4%, Ucrânianos 4.4%, Tártaros 1.7%, Alemães 1.6%. Existem pessoas de mais de 100 nacionalidades diferentes no país.

Religiões: Muçulmanos 47%, Ortodoxos Russos 44%, outras, como católicos, protestantes e judeus atingem 9%.

Independência: 16 de Dezembro de 1991

Idiomas: cazaque (oficial); e russo.

Moeda: tenge

Taxa de alfabetização: 98%

Taxa de Mortalidade Infantil: 29.21/1000

Taxa de Crescimento da População: 0.3%

Densidade Demográfica: 5,9 por Km²

Sistema de Governo: República Presidencialista (o Cazaquistão tem um sistema híbrido de Governo, que combina aspectos dos sistemas parlamentarista e presidencialista). O Presidente é eleito diretamente para um período de sete anos; serve como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, estabelece a política externa, tem o poder de iniciativa legislativa, e indica o Primeiro-Ministro, sujeito à aprovação do Parlamento.

Poder Judiciário: Suprema Corte (44 membros) e Conselho Constitucional (7 membros).

Poder Legislativo: Bicameral: Senado (Câmara Alta) e “*Majilis*” (Câmara Baixa).

Constituição: adotada em janeiro de 1993. Sofreu emendas em abril e agosto de 1995. Aprovada no Referendo Popular de agosto de 1995.

Principais partidos políticos: Asar (Todos Juntos); Otan (Terra Pátria); Partido Cívico do Cazaquistão, Partido Agrário do Cazaquistão, Partido Popular Republicano do Cazaquistão, Escolha Democrática do Cazaquistão, Ak Zhol (dissidência da Escolha Democrática do Cazaquistão), Partido Comunista do Cazaquistão e Movimento Eslavo LAD.

2. SÍNTESE HISTÓRICA

A história do Cazaquistão esteve ligada, desde cedo, à da Rússia, e os laços políticos e econômicos entre os dois países permanecem, ainda hoje, bastante sólidos.

Os cazaques, palavra que significa “cavaleiros das estepes”, descendem de tribos nômades de origem turca e religião muçulmana. No século XVII, em face da ameaça de uma invasão mongol, os cazaques solicitaram proteção ao czar russo. O perigo logo desapareceu, com a tomada dos territórios mongóis pelos manchus em 1758, mas os russos ficaram. O Império Russo retirou o poder dos chefes tribais e absorveu gradualmente o Cazaquistão, sobretudo ao longo do Século XIX. A abolição da servidão, em 1861, levou milhões de camponeses russos e ucranianos a se instalarem em terras cazaques doadas pelo governo central, provocando ressentimentos na população nativa. Em 1916, uma grande rebelião contra o domínio russo foi brutalmente reprimida pelo Exército do czar.

Em 1936, o Cazaquistão tornou-se uma República à parte dentro da URSS, depois de haver estado unida por dezesseis anos, desde 1920, a cinco outras nações da periferia do extinto Império Russo, formando o Turquestão. A imigração russa voltou a ser estimulada, de tal forma que, ao fim dos anos 30, já havia mais habitantes russos do que cazaques no país. A etnia cazaque só conseguiu superar novamente a população russa em 1989, graças a suas altas taxas de natalidade.

O Cazaquistão foi palco da primeira explosão de nacionalismo no período da abertura soviética, depois da posse de Mikhail Gorbatchev, em 1985. A substituição, em dezembro de 1986, do chefe comunista local Dinmukhamed Kunaev por um burocrata russo, Genadi Kolbin, desencadeou uma onda de protestos. Conflitos étnicos irromperam no sul da República em junho de 1989. Nesse contexto, Kolbin foi transferido para Moscou e substituído pelo Primeiro-Ministro da República, Nursultan Nazarbayev.

Defensor das reformas de Gorbatchev, Nazarbayev assumiu a presidência em fevereiro de 1990, sendo confirmado, em abril, como resultado das primeiras eleições multi-partidárias. Manteve o apoio a Gorbatchev contra a linha dura do Partido Comunista. Com a derrota dos golpistas em agosto de 1991, o Partido Comunista do Cazaquistão deixou de fazer parte do PC da União Soviética e

mudou seu nome para Partido Socialista. O Cazaquistão foi, assim, a última da ex-repúblicas soviéticas a proclamar a independência, tendo esperado até a criação da CEI, em dezembro de 1991, para dar esse passo. No mesmo mês, Nazarbayev foi reeleito Presidente.

Em março de 1995, Nazarbayev dissolveu o Parlamento, depois que o Tribunal Constitucional declarou inválidas as eleições de 1994, abrindo, assim, uma grave crise institucional. Nessas eleições, o partido do Presidente, o Congresso da Unidade Popular, havia conquistado maioria graças a fraudes, segundo o tribunal. Nazarbayev passou, então, a governar por decreto, prometendo novas eleições. Em abril do mesmo ano de 1995, o Presidente convocou e venceu um referendo sobre a extensão de seu mandato até o ano 2000. Em outubro de 1998, um voto parlamentar eliminou o teto máximo de idade para o Presidente e o limite de dois mandatos consecutivos, e antecipou as eleições presidenciais de 2000 para 1999. Esse pleito foi vencido por Nazarbayev com 79,8% dos votos.

Nas últimas eleições presidenciais, em dezembro de 2005, que foram observadas por representantes da OSCE, Nazarbayev obteve 91% dos votos, em processo considerado pelos observadores como representativo da vontade geral da população e que denotou um progresso significativo no processo de democratização e estabilização política do país.

3. POLÍTICA INTERNA

O Presidente Nursultan Nazarbayev, que domina a vida política nacional, obteve vitória retumbante no pleito de dezembro de 2005. Paralelamente, sua filha, Dariga Nazarbayeva, ganha força como possível sucessora do pai, tendo como horizonte a eleição de 2013. Nazarbayeva registrou, em dezembro de 2003, o partido Asar - que já representa uma importante força política no Congresso.

A posição política do Presidente depende, em boa medida, de sua habilidade para contabalançar interesses regionais e econômicos conflitantes. A tarefa tem sido facilitada pelo crescimento econômico expressivo logrado pelo Cazaquistão em anos recentes. Medidas destinadas a expressar compromisso político com padrões democráticos são implementadas - em geral como resposta a pressões de grupos de elite - mas não comprometem a concentração de poder na administração presidencial.

Em setembro de 2001, o Presidente Nazarbayev manifestou seu apoio à coalizão anti-terrorismo, formada após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos da América. Um dos gestos do Governo cazaque foi o de ter cedido suas bases para a ofensiva contra os Talibãs no Afeganistão. Os créditos de boa vontade ocidental gerados por tal decisão ainda enfrentam, contudo, críticas dos EUA em relação a abusos de direitos humanos e falta de democracia no Cazaquistão.

Nesse contexto, produziu reações internacionais negativas a nova lei de imprensa, aprovada em março de 2004, que reforça o controle do governo sobre a

mídia, ao permitir a suspensão de registro de órgãos que divulguem "segredos de Estado". Críticos afirmam que a meta governamental é impedir denúncias de corrupção no alto escalão. Por outro lado, muitos consideram que as modificações recentes da lei eleitoral, alegadamente liberalizantes, não reduzirão o controle exercido atualmente pelo governo sobre o processo político, por meio dos exigentes requisitos formais para o registro de partidos políticos.

O Parlamento do Cazaquistão consiste de duas casas. O Senado tem 47 representantes, 40 eleitos pelos legisladores locais e sete pelo Presidente da República. Os Senadores servem por um período de seis anos, com a metade sendo renovada em eleições a cada três anos. Sessenta e sete membros do Majilis são eleitos diretamente por cinco anos por distritos simples, e 10 deputados são adicionalmente eleitos pelos partidos políticos, selecionados na base da representação proporcional.

4. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O Cazaquistão possui o segundo maior território entre as antigas repúblicas soviéticas. Com uma população pouco superior a 15 milhões de habitantes, ou cerca de 5,9 habitantes por Km², é um dos países mais escassamente povoados do mundo.

Os principais recursos naturais encontrados no país são petróleo, gás, carvão e minérios como ferro, manganês, cromo, níquel, cobre, ouro, bauxita e zinco. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola, que representa 7,3% do PIB, enquanto o setor industrial representa quase 30%. A economia se mantém dependente de um número reduzido de "*commodities*". O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O petróleo foi responsável por 54% de toda a renda de exportação do Cazaquistão em 2003, que contou também com contribuições de metais e grãos. A economia do Cazaquistão mantém estreitos vínculos com as economias das ex-repúblicas soviéticas e, em particular, com a Rússia, seu principal parceiro comercial.

Dentre as antigas repúblicas da União Soviética, o Cazaquistão foi uma das que mais rapidamente implementou reformas econômicas. Nos primeiros anos da década passada, preços foram liberados, o comércio foi desobstruído, pequenas e médias empresas foram privatizadas e reformas financeiras e previdenciárias foram efetivadas. A crise soviética, contudo, ao reduzir a demanda pelos tradicionais produtos da indústria pesada cazaque, impactou sobre a economia nacional, que enfrentou anos de retração produtiva.

A recuperação econômica do país se iniciou em 2000. O Cazaquistão cresceu 9,8% em 2000, 13,5% em 2001, 9,8% em 2002 e 9,2% em 2003. Tal dinamismo foi sustentado pela produção de petróleo, que aumentou continuamente ao longo dos últimos nove anos, sendo que, em 2003, o crescimento foi de 9%. Espelhando o desempenho da economia russa, o setor de energia do Cazaquistão se beneficiou da subida no preço internacional do petróleo e de vigorosos investimentos. O investimento fixo na economia cazaque aumentou

10,6% em 2003, com 42% desse total se direcionando para petróleo e gás natural. Cabe ressaltar que 21% do investimento fixo no Cazaquistão, em 2003, teve origem internacional, o que indica a importância da participação estrangeira no setor de energia.

O Governo atualmente busca implementar um programa de diversificação industrial ("Estratégia de Desenvolvimento Industrial Inovador para o Cazaquistão em 2003-15"), de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

A mineração é o segundo setor industrial mais importante do Cazaquistão e também o segundo principal beneficiário de investimentos estrangeiros. A produção em 2003, como um todo, aumentou, graças ao desempenho do aço (subida de 4,1%) e de ligas de ferro (13,2%).

A agricultura, por sua vez, revela desempenho modesto. É reduzido o investimento nacional no setor e praticamente inexistente a entrada de capital internacional. Em 2003, a colheita aumentou apenas 1,4%, e a produção pecuária, 5%.

A despeito do crescimento expressivo do PIB em anos recentes, o desemprego se mantém no patamar de 9%. Isso pode ser explicado pelo investimento de tecnologia em setores mais dinâmicos, como o de petróleo, que reduz a demanda por mão de obra. Os salários estão crescendo, tendo experimentado aumento nominal de 11% e real de 4% em 2003, para chegar a valor médio correspondente a US\$ 158. Existem notáveis disparidades salariais, tanto setoriais, quanto geográficas.

A inflação em 2003 chegou a 6,8%, acima, portanto, da meta governamental de 6%. Como a Rússia, o cazaquistão enfrenta dificuldades para controlar os efeitos inflacionários do ingresso de divisas geradas pela exportação. A entrada de divisas também estimula a valorização do tenge frente ao dólar: 3% nominal e 7% real em 2003. Os efeitos dessa tendência sobre a competitividade internacional do Cazaquistão foram contrabalançados pela força do rublo e, em segundo plano, do euro, moedas de países com os quais o Cazaquistão mantém comércio intenso.

O aumento das exportações de petróleo, em volume e preço, elevou a US\$ 4,1 bilhões o superávit comercial cazaque em 2003 (exportações de US\$ 13,2 bilhões e importações de US\$ 9,1 bilhões). As exportações se inclinaram para os mercados ocidentais (as Bermudas recebem muito petróleo cujo destino final é o mercado europeu), a despeito da continuada importância dos países da CEI como destino de exportações e origem das importações cazaques. A conta corrente é deficitária (US\$ 100 milhões em 2003), devido ao impacto da balança de serviços.

As reservas internacionais do Cazaquistão, US\$ 4,9 bilhões em fevereiro de 2004, superam a dívida externa soberana, avaliada em US\$ 3,6 bilhões (setembro de 2003).

5. INDICADORES ECONÔMICOS

PIB: US\$ 118.4 bilhões (CIA-2004)

Taxa de crescimento do PIB: 9,1 % (CIA-2004).

PIB per capita: US\$ 7.800 (CIA-2004). Composição do PIB por setor: Agricultura, 7.4%; Indústria, 37.8%; Serviços, 54.8% (CIA-2004).

Câmbio: US\$ 1 / KZT 135,00 (Setembro de 2005).

Taxa de desemprego: 8,0 % (CIA-2004).

Terra cultivável: 11.23% (1998).

Produtos agropecuários: grãos, trigo, algodão, lã e carne

Taxa de crescimento da produção industrial: 10.6% (CIA-2004).

Principais indústrias: petróleo, carvão, minério de ferro, manganês, cimento, zinco, cobre, bauxita, ouro, prata, fosfatos, aço, tratores e equipamentos agrícolas, motores elétricos, materiais de construção.

Exportações: US\$ 18.47 bilhões fob (CIA-2004)

Principais produtos exportados: petróleo e derivados, metais ferrosos, maquinário, grãos, lã, carne.

Principais parceiros: Rússia, China, Alemanha, Suíça e França.

Importações: US\$ 13.07 bilhões fob (CIA-2004).

Principais produtos importados: máquinas, produtos químicos, produtos minerais, metais e produtos alimentícios.

Principais parceiros: Rússia, Alemanha, China e França.

Recursos Naturais: Possuem as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstenio e urânio. Segunda maiores reservas de prata, e zinco. Terceira reserva de magnésio, depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro.

Setor energético: reservas atuais de petróleo: 35 bilhões de barris (o dobro das do Mar do Norte). Reservas projetadas de petróleo: 100 - 110 bilhões de barris em 2015 (entre as três maiores do mundo). Reservas atuais de gás: dois trilhões de metros cúbicos. Reservas projetadas de gás: 5 trilhões de metros cúbicos até 2015.

6. POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência, o Cazaquistão busca reforçar seus vínculos econômicos com os EUA e a Europa, medida que atende a interesse político de diversificar parcerias e reduzir a preponderância da Rússia.

Tal estratégia, contudo, tem sido dificultada recentemente por crescentes críticas ocidentais quanto a falhas na proteção de direitos humanos e insuficiência

democrática no Cazaquistão. Isso vem gerando maior aproximação do país com a Rússia e a China, vizinhos de grande peso histórico e geopolítico que evitam comentários sobre os procedimentos políticos internos do Cazaquistão.

Cabe ressaltar que a preservação de boas relações com a Rússia é uma prioridade inevitável, tendo em vista a importância econômica e comercial deste país para o Cazaquistão, sua posição na rota de exportação do petróleo cazaque e a expressiva população de etnia russa que vive no Cazaquistão. A prioridade da relação com a Rússia se expressou em decisões diplomáticas fundamentais, como a transferência para a Rússia de armamentos nucleares herdados da URSS e o arrendamento do Centro de Lançamento Espacial de Baikonur.

O Presidente Nazarbayev foi também um dos principais defensores do projeto de constituição de Espaço Econômico Comum, em fase de negociação, que reúne Cazaquistão, Rússia, Ucrânia e Belarus.

O governo cazaque vem fazendo avanços, não somente na área econômica, mas também, na área estratégica, preocupação do governo que tem seu respaldo na participação do país na SCO ("Shanghai Cooperation Organization") organismo que tem, como membros proeminentes, a Rússia e China, e cujo propósito é maximizar a cooperação intra-bloco nos diversos setores e, em decorrência disso, buscar diminuir a participação americana na região.

Outro tema que se apresenta na Agenda Internacional do governo Narzabayev é a "construção de medidas de confiança", que devem ser aplicadas por todos os países da região com o propósito de trazer a estabilidade para a região. No encontro da CICA ("Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia"), o Cazaquistão defendeu que somente um ambiente de estabilidade poderá trazer o desenvolvimento pleno. As medidas de confiança sugeridas nessa Conferência vão desde o respeito aos direitos civis, políticos, culturais e econômicos até o desarmamento civil e o combate ao terrorismo.

O Cazaquistão vem-se tornando conhecido por ser um país que respeita a diversidade cultural e religiosa. Em razão dessa conduta, o país foi escolhido para sediar em Astana, no ano de 2003, a 1ª Conferência Mundial sobre a Tolerância Religiosa. A Conferência, que contou com a participação de líderes religiosos das diversas religiões, bem como Presidentes, políticos e estudiosos de diversos países, teve como *Chairman* o Presidente Narzabayev. O Cazaquistão teve um papel fundamental na Declaração do encontro, pois conseguiu, na coordenação dos trabalhos, aprovar um texto em que os países presentes e as diversas religiões se comprometeram a buscar a harmonia entre os povos e o respeito às suas diferenças.

7. RELAÇÕES COM O BRASIL

O Cazaquistão é uma das maiores e mais importantes ex-Repúblicas soviéticas. Por sua localização estratégica, com longas fronteiras com a Rússia e com a China, extensão territorial, recursos naturais e influência sobre os demais países da Ásia Central, aliados à estabilidade política interna, o Cazaquistão

representa uma importante liderança regional. As relações entre Brasil e Cazaquistão apresentam boas perspectivas de incremento, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico e comercial.

O Brasil reconheceu a independência do Cazaquistão em dezembro de 1991. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1993, com a criação, em caráter não-residente, da Embaixada do Brasil em Astana, cumulativa com a Missão diplomática em Moscou.

Entre todas as Repúblicas centro-asiáticas, surgidas do desmembramento da ex-URSS, o Cazaquistão foi o país que tomou mais iniciativas de aproximação em relação ao Brasil. Em razão do processo de transição pós-independência e das prioridades do cenário político regional, só a partir de fins de 1994 o Governo cazaque começou a voltar sua atenção para América Latina e, em especial, para o Brasil. Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão esteve no Brasil para as cerimônias de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, o Governo cazaque propôs a realização de visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.

Por motivos de ordem interna, a visita do Presidente Nazarbayev teve que ser adiada em mais de uma oportunidade. Os dois Presidentes, entretanto, mantiveram encontro em Nova York, à margem da Sessão Especial da AGNU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, em janeiro de 1998, em Davos, Suíça, à margem do Foro Econômico Mundial. Nessa oportunidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o convite para que o Presidente cazaque visitasse o Brasil e anunciou o envio a Aqmola, atual Astaná, de Missão de Alto Nível, chefiada pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava. A Missão realizou-se em março de 1998 e logrou obter resultados positivos no aprofundamento do diálogo político com o Cazaquistão e na avaliação das possibilidades concretas de cooperação e intercâmbio econômico e comercial entre os dois países.

Por ocasião da apresentação de credenciais do novo Embaixador do Brasil no Cazaquistão, em maio de 2004, foram detectadas numerosas oportunidades de cooperação bilateral. A área de agricultura e pecuária se mostrou especialmente promissora, sobretudo tendo presente manifestações de autoridades cazaques de que o "agribusiness" brasileiro é considerado um modelo para o desenvolvimento da produção cazaque.

Foi discutida a possibilidade de negociar um acordo de cooperação técnica agropecuária. Também se estimulou o andamento das negociações de certificados sanitários para a exportação de carnes brasileiras, assim como dos entendimentos para a retomada da importação de trigo cazaque (suspensa desde 2002 por problemas fitossanitários). As autoridades de Astaná expressaram o desejo de organizar uma missão empresarial agropecuária ao Brasil e comentaram o andamento das negociações bilaterais sobre temas agrícolas, no contexto da adesão do Cazaquistão à OMC.

Considerou-se a possível negociação de um acordo para facilitação de vistos de negócios, bem como de um acordo-quadro governamental para embasar futura aproximação entre a Petrobrás e a petroleira estatal KazmunaiGaz.

Manifestou-se interesse pela negociação de vínculos de "cidades irmãs" entre as duas capitais, Brasília e Astaná, bem como entre o centro econômico do Cazaquistão, Almaty, e cidade brasileira.

Finalmente, gerou interesse nas autoridades cazaques o modelo institucional do SEBRAE e as perspectivas de cooperação para o fortalecimento de pequenas e médias empresas. Também foi discutida a possível abertura, no futuro, de uma Embaixada do Cazaquistão em Brasília e a designação de um cônsul honorário do Brasil em Almaty.

Cumprir ainda informar que o Presidente do Cazaquistão dirigiu carta ao Presidente da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, em que considera o tema da reforma das Nações Unidas. O Cazaquistão concorda com a necessidade de ampliar o número de membros do CSNU, tanto na categoria dos membros não-permanentes quanto dos permanentes e que é necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento no órgão. Na mesma carta, o Presidente Nazarbayev estende convite para o Presidente Lula efetuar visita ao país, "quando lhe for conveniente".

Missão empresarial exploratória, chefiada pelo Embaixador Mario Vilalva, Diretor do Departamento de Promoção Comercial do MRE, visitou o Cazaquistão no período de 19 a 21 de outubro de 2005. A missão entrevistou com autoridades cazaques na capital Astaná e com lideranças do empresariado cazaque na cidade de Almaty. Foram identificadas oportunidades de cooperação em diversas áreas, entre as quais se destacam, além dos setores tradicionais de petróleo, gás e mineração: geração de energia, arquitetura, construção e serviços de engenharia e aviação civil regional.

Finalmente, no mês de novembro de 2005, o Governo brasileiro formalizou, oficialmente, por meio de nota verbal endereçada à Embaixada do Cazaquistão em Moscou, o pedido de anuência do Governo cazaque para a abertura da Embaixada do Brasil em Astaná.

8. COMÉRCIO BILATERAL

PERÍODO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2002	5.481.185	39.281.185	-33.799.361
2003	7.442.256	3.127.512	4.134.722
2004	13.281.041	5.083.122	8.197.919
2005 (1º quadrimestre)	9.963.350	236.643	9.963.350

Dados: DIC (Divisão de Informação Comercial)

Principais produtos:

- **Exportações:** fumo, tubos de ferro e aço, produtos químicos e carnes.
- **Importações:** couros, trigo, ferrocromo e ligas de alumínio.

9. ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- Estabelecimento de Relações Diplomáticas (27/09/1993).

10. ATOS BILATERAIS EM NEGOCIAÇÃO

- “Declaração sobre os Princípios Básicos das Relações Bilaterais”:
- “Acordo de Comércio e Cooperação Econômica”:
- “Protocolo de Consultas Políticas”:

O Cazaquistão demonstra também interesse na assinatura de acordos para evitar a bitributação e para a promoção e proteção recíproca de investimentos. Estas duas propostas poderiam ser negociadas em etapa posterior, quando o adensamento do intercâmbio entre os dois países o justifique.

Aviso nº 254 – C. Civil

Brasília, 16 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 105, DE 2006

(Nº 168/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do

Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Eduardo Dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Eduardo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de março de 2006 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 87/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 10 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo

Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Eduardo Dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Eduardo dos Santos poderá ser nomeado,

também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Eduardo dos Santos, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO DOS SANTOS

CPF.: 37600630710

ID.: 5691MRE/DF

- 1952 Filho de Vitto Raphael dos Santos e Esther da Conceição dos Santos, nasce em 29 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ**
- 1975 CPCD-IRBr**
- 1975 Terceiro Secretário em 11 de setembro**
- 1975 Divisão da América Meridional-II, assistente**
- 1975 Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ/RJ**
- 1975 Divisão da América Meridional-I, assistente**
- 1977 Embaixada em Moscou, Terceiro e Segundo Secretário**
- 1978 Segundo Secretário, por antigüidade, em 12 de dezembro**
- 1979 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário**
- 1982 CAD-IRBr**
- 1982 Primeiro Secretário, por merecimento, em 16 de junho**
- 1984 Divisão da América Meridional-I, Subchefe**
- 1986 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor**
- 1987 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro**
- 1987 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho**
- 1987 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial**
- 1988 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Comendador**
- 1988 Ordem do Rio Branco, Comendador**
- 1988 Medalha Santos Dumont, Brasil**
- 1989 Embaixada em Londres, Conselheiro**
- 1990 Ordem do Mérito Tamandaré, Brasil**
- 1992 Professor-Assistente de História Diplomática, IRBr**
- 1992 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Coordenador-Executivo**

- 1992 CAE - IRBr, Argentina: Conflitos de Soberania e Mudanças Políticas na Década de 1980 (A experiência dos casos Beagle e Malvinas e o impacto na atuação diplomática brasileira)
- 1993 Ministério da Fazenda, Gabinete do ME, Assessor Especial
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1994 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
- 1996 II Reunião da Força Tarefa do G-7/8 ampliado sobre os testes nucleares de Índia e Paquistão, Chefe de delegação
- 1997 Royal Victorian Order, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Honorary Commander
- 1999 Presidência da República, Assessor Especial do Gabinete
- 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 2000 Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz
- 2000 Ordem do Mérito, Portugal, Grã-Cruz
- 2000 Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Grã-Cruz
- 2001 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
- 2001 Legião de Honra, França, Comendador
- 2001 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 2001 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
- 2002 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz
- 2002 Ordem do Mérito da Polônia, Grã-Cruz
- 2002 Ordem da Águia Azteca, México, Grã Cruz
- 2002 Embaixada em Montevidéu, Embaixador
- 2003 III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, Chefe de delegação
- 2004 Medalha do Mérito Farrroupilha, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
- 2004 IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, Chefe de delegação


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES INFORMAÇÃO SOBRE A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

MARÇO DE 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

A excelência das relações entre Brasil e Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira. Para o Brasil, a importância desse relacionamento —cuja origem remonta à imigração iniciada há mais de 180 anos— decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais e de seu expressivo estoque de investimentos no País, que se encontra entre os dez maiores.

Autorizados por decreto do Rei D. João VI em 16 de maio de 1818, cerca de dois mil suíços —em grande parte originários do Cantão de Friburgo— estabeleceram-se no interior do Estado do Rio de Janeiro, fundando em abril de 1820 a cidade de Nova Friburgo. Os suíços foram os pioneiros da imigração de origem não-portuguesa para o Brasil.

A comunidade suíça no Brasil é a mais importante da América Latina, com cerca de 12 mil membros —dos quais 9 mil possuem dupla nacionalidade—, além de cerca de 1 milhão de descendentes de imigrantes suíços, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No plano político, os contatos de alto nível têm possibilitado troca de impressões ampla e objetiva sobre os principais aspectos da agenda bilateral, bem como sobre os grandes temas da atualidade internacional. O recente ingresso da Suíça na ONU, em 10 de setembro de 2002, deverá contribuir para o aproveitamento de todo o potencial de cooperação existente entre Brasil e Suíça nos principais foros políticos multilaterais.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, assinou, em 12 de maio de 2004, o Tratado sobre Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal com a Suíça. Trata-se de instrumento bilateral que aprofunda sensivelmente as possibilidades de cooperação entre os dois países na luta contra as diferentes formas de crime organizado transnacional.

Em termos de intercâmbio comercial e de investimentos, o Brasil é o principal mercado da Suíça na América Latina. Fora da Europa, e logo atrás dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil é o mais importante país de destino dos investimentos suíços. A maioria das grandes empresas multinacionais suíças dos setores farmacêutico, químico, alimentício e de máquinas estão instaladas no Brasil desde o início do século com unidades de produção próprias. As filiais dessas empresas no Brasil empregam cerca de 80 mil pessoas.

Cerca de 250 empresas suíças estão estabelecidas no Brasil, sendo as seguintes as mais importantes por setor:

indústria alimentícia: Nestlé e Sandoz; **indústria química:** Novartis, Roche e Givaudan Firmenich; **máquinas:** Asea Brown Boveri (ABB), Sulzer e Schindler; **construção e diversos:** Holderbank F. Glaris e Bally; **serviços:** Union des Banques Suisses (UBS), Société de Banques Suisses (SBS) e Crédit Suisse e as seguradoras Basler, Winterthur e Zürich.

O pioneirismo nos investimentos suíços no Brasil cabe à firma suíça Bally, que absorveu, em 1880, o Curtume Carioca. Em 1921, a Nestlé começou a operar

no Brasil (hoje seu terceiro mercado mundial) e a ela seguiram-se a Roche (1931), Ciba (1934), Sandoz (1937), Geigy (1938) e SBS (1938).

A Suíça, que sempre esteve entre os cinco maiores investidores europeus no Brasil, tem perdido espaço para países como França, Portugal e Espanha em função de sua inexpressiva participação no processo de privatizações. Com a venda de empresas dos setores elétrico (geradoras de energia), de água, de saneamento e de gás, bem como pelas Parcerias Público-Privadas, o Governo brasileiro espera que os investidores suíços possam manter o patamar da tradicional presença suíça na economia brasileira.

O comércio bilateral —tradicionalmente deficitário para o Brasil— tem se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e itens semi-manufaturados e por exportações suíças de produtos de tecnologia sofisticada e de alto valor agregado. A venda de aviões da Embraer tem contribuído para alterar essa tendência. A corrente comercial bilateral foi de US\$ 1,75 bilhão em 2005:

- Exportações: US\$ 534.180.219
- Importações: US\$ 1.219.060.401
- Saldo: (US\$ 684.880.182)

Pauta de exportações: alumínio bruto, pasta química de madeira, aviões a jato, carnes desossadas.

Pauta de importações: medicamentos, óleo diesel, máquinas e aparelhos de terraplanagem, hulha, motores a diesel.

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: Confederação Helvética

Capital: Berna

Área: 41.290km²

População: 7.489.370 habitantes (julho de 2005)

Densidade demográfica: 182 hab/km² (julho de 2005)

Independência: 1º de agosto de 1291 (fundação da Confederação Suíça)

Data Nacional: 1º de agosto de 1291 (fundação da Confederação Suíça)

Constituição: A revisão da Constituição de 1874 foi aprovada pelo Parlamento Federal em 18 de dezembro de 1998, aprovada por referendo em 18 de abril de 1999 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2000.

Línguas: alemão (oficial), 63,7%; francês (oficial) 20,4%; italiano (oficial) 6,5%.

Sistema Político

Principais produtos: maquinaria, produtos químicos, relógios, têxteis, instrumentos de precisão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES INFORMAÇÃO SOBRE O PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN

MARÇO DE 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

O Brasil e Liechtenstein mantêm relacionamento tradicional e cordial, porém de caráter essencialmente protocolar. Em razão da exigüidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² —área inferior à do Plano Piloto de Brasília— e apenas 34 mil habitantes), o intercâmbio com o Brasil apresenta níveis mínimos.

O diálogo político —que se limita a eventuais trocas de votos em organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas— processa-se pela Embaixada do Brasil em Berna e, ocasionalmente, pela Embaixada da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

No plano comercial, a união aduaneira entre Suíça e Liechtenstein impede a existência de estatísticas comerciais bilaterais.

Na condição de “paraíso fiscal”, Liechtenstein tem sido alvo crescente de atenção por partes das autoridades judiciárias brasileiras. Em 1999, diversas denúncias de lavagem de dinheiro levaram as autoridades do Principado a implementarem mecanismos mais rigorosos de controle dos fluxos financeiros.

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: Principado de Liechtenstein

Capital: Vaduz

Área: 160 km²

População: 34 mil habitantes (2005)

Densidade demográfica: 210 hab/km² (2004)

Independência: 23 de janeiro de 1719 (estabelecimento do Principado Imperial de Liechtenstein) e 12 de julho de 1806 (independência do Sacro Império Romano-Germânico)

Data Nacional: 15 de agosto (Coroação do Príncipe Reinante)

Constituição: 5 de outubro de 1921

Línguas: alemão (oficial), dialetos alemães.

Sistema Político

O Principado de Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo e o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro Ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo príncipe.

Principais Autoridades

Chefe de Estado: Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)

Príncipe Herdeiro: Príncipe Alois von und zu Liechtenstein

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Otmar Hasler (desde 2001)

Ministro da Economia, Justiça e Esporte e Vice-Primeiro-Ministro: Klaus Tschütscher

Ministro do Interior, Saúde Pública, Transporte e Telecomunicações: Martin Meyer;

Ministro dos Assuntos Estrangeiros, dos Assuntos Culturais e de Igualdade de Oportunidades: Rita Kieber-Beck;

Ministro da Educação, Assuntos Sociais, Meio Ambiente e Agricultura: Hugo Quaderer.

Economia

Apesar de um país pequeno e com limitados recursos naturais, a economia do Principado de Liechtenstein é próspera, altamente industrializada e amparada em um forte setor financeiro, o que proporciona aos seus habitantes um padrão de vida compatível com o dos grandes centros urbanos da Europa ocidental. Com baixo índice tributário —o maior taxa de imposto é de 18%— e com regras acessíveis de incorporação, cerca de 25 mil empresas possuem sedes estabelecidas em Liechtenstein, fator responsável por 30% da receita do Estado. O país faz parte de uma união aduaneira com a Suíça e usa o franco suíço como sua moeda nacional. O Principado é membro da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) desde 1995, que congrega também a Suíça, a Islândia e a Noruega.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 1 bilhão (est.2002)

PIB per capita: US\$ 30 mil (est.2002)

Inflação: 0,8% (est.2004)

Taxa de desemprego: 1% (est.2001)

Principais produtos: instrumentos eletrônicos e de precisão, produtos dentários, têxteis, cerâmica, alimentos industrializados, trigo, batatas, produtos derivados de leite e carne

Aviso nº 255 – C. Civil.

Brasília, 16 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efrain Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – As mensagens lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.
São lidos os seguintes:

PARECER Nº 227, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2005 (nº 2.013/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 562, de 2005 (nº 2.013, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

O texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional (daqui em diante, as Emendas) altera a estrutura e o funcionamento do sistema Intelsat, organização intergovernamental provedora de serviços de telecomunicação via satélite em nível internacional.

O texto das Emendas foi submetido ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 52, de 2002, nos termos do art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, acompanhada de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores. Nesta, argumenta-se pela necessidade de aprovar o texto para que não seja suspensa a participação do Brasil na Intelsat, uma vez que os atuais acordos constitutivos da Organização perderão a validade a partir da entrada em vigor do novo modelo.

Opinaram pela normalidade, juridicidade e constitucionalidade das Emendas o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Esta, amparada na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), ressaltou a condição do tratado de expressar a vontade mútua dos membros em prol da consolidação de uma instituição sólida que responda aos interesses das nações que a compõem. A Anatel entende que as alterações não representam risco à soberania e aos interesses do Brasil ou de qualquer outro País-Membro, inclusive no que se refere a acordos comerciais vinculados ao setor.

Na Câmara, o texto das Emendas foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos termos do projeto de decreto legislativo ora em exame.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Na forma do art. 376, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando o referendo do Congresso Nacional. O art. 49, I, também da Constituição, dispõe ser da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Em conseqüência, está na competência do Poder Executivo assinar o tratado em exame, assim como é regular o exame da proposição por esta Casa Legislativa e, mais especificamente, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Observa-se que o PDS nº 562, de 2005, atende os requisitos especificados no art. 376 do RISF, que exige que os projetos de decreto legislativo referentes a atos internacionais sejam acompanhados de cópia autenticada do texto, em português, do ato internacional respectivo, bem como da mensagem de encaminhamento e da exposição de motivos.

No mérito, verifica-se que as Emendas em apreço introduzem profunda alteração na Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), cooperativa intergovernamental que objetiva prestar serviços de telecomunicações via satélite aos 148 países que atualmente dela participam. A Intelsat, criada em 1964, é composta por governos e empresas de telecomunicações de todo o mundo, e, desde 1973, tem funcionado sob a égide de dois acordos básicos: o acordo que organiza o sistema Intelsat (o Acordo), assinado pelos Países-Membros (as Partes), e o acordo operativo (o Acordo Operacional), assinado pelas empresas de telecomunicações designadas pelos Países-Membros, (os Signatários – no caso do Brasil, a Embratel).

As discussões sobre a reestruturação da Intelsat começaram em março de 1998, na reunião da Assembléia das Partes realizada em Salvador, Bahia. Naquela ocasião foi aprovada a privatização parcial da Intelsat, com a transferência de seis satélites para a iniciativa privada em novembro daquele ano.

Na 25ª Reunião da Assembléia das Partes, realizada em Washington entre os dias 13 e 17 de novembro de 2000, e na 31ª Assembléia de Signatários, realizada nos dias 9 e 10 de novembro de 2000, as Partes decidiram que os serviços da Intelsat seriam privatizados, para tornar o sistema mais eficiente e garantir sua viabilidade e agilidade. Para isso, seriam constituídas uma companhia privada, a Intelsat Ltda., e uma entidade intergovernamental, a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO).

À ITSO cumpre assegurar que a Intelsat Ltda. preste, em bases comerciais, serviços públicos internacionais de telecomunicações, incluindo serviços de voz, dados e imagem, obedecendo aos seguintes princípios: **a)** manter conectividade e cobertura globais; **b)** prover conectividade vital a seus clientes; e **c)** fornecer acesso não-discriminatório ao sistema da Intelsat Ltda.

Para viabilizar as alterações projetadas, foi necessário efetuar emendas aos acordos constitutivos da

Intelsat: o texto do Acordo passou a definir o relacionamento entre a Intelsat Ltda. e a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO), ao passo que o Acordo Operacional foi emendado para refletir o período de transição, que expirará no momento da entrada em vigor do novo modelo.

Assim, a partir da implementação da privatização acordada, ficarão sem validade os atuais acordos do sistema Intelsat. Isso implica que, se o Brasil não ratificar as emendas, ficará suspensa a participação do País na ITSO, e serão retidas as cotas de participação da Embratel no capital da Intelsat Ltda. Isso implicaria que a Embratel, apesar de acionista da nova empresa, ficaria sem direito a participar de suas decisões e a votar na eleição de candidatos ao novo Conselho de Acionistas.

O sistema Intelsat constitui-se em experiência bem sucedida de cooperação multilateral na área tecnológica. Seu funcionamento, sob a forma de organização internacional e seguindo o modelo de cooperativa governamental, há algum tempo vem reclamando reformas quanto à sua estrutura e operatividade, em vista de transformações ocorridas no relacionamento entre os países, principalmente no campo das telecomunicações.

O relacionamento entre a ITSO e a empresa privada constituída (a Intelsat Ltda.) segue o mesmo modelo de privatização adotado no Brasil. Esse modelo contempla a criação de uma agência governamental, representante do interesse público, com poderes para regular e supervisionar o funcionamento da empresa privada que, em última instância, será a responsável direta pela execução dos serviços.

Os artigos VIII, IX e X do Acordo estabelecem a estrutura e competência dos órgãos da nova entidade. Haverá uma “Assembléia das Partes” e um órgão executivo, a Diretoria-Geral.

O artigo XI fixa os direitos e obrigações das Partes, basicamente o direito de participar de todas as conferências e reuniões da ITSO e o dever de tomar as medidas necessárias para facilitar – de forma transparente, não discriminatória e neutra, do ponto de vista da concorrência – o cumprimento, por parte da Intelsat Ltda., dos princípios fundamentais estabelecidos no acordo.

O artigo XII contém normas técnicas que regulamentam o tema das alocações de freqüências. Segundo ele, as partes da ITSO deverão reter as localizações orbitais e as alocações de freqüências em processo de coordenação ou registradas em nome das partes junto à União Internacional das Telecomunicações (UIT), de acordo com as disposições do regulamento de rádio comunicação da UIT, até o momento em que a admi-

nistração de notificação envie a devida notificação para o depositário, informando a aprovação, aceitação ou ratificação do Acordo. Trata-se ali do relacionamento e da representação da ITSO junto à UIT.

O artigo XIII institui Washington, D.C., como a sede da ITSO, a menos que a Assembléia das Partes disponha diferentemente. Além disso, disciplina as questões relacionadas ao patrimônio da organização internacional instituída e aos privilégios, isenções e imunidades que lhe são inerentes.

Os artigos XIV a XXI contêm normas de natureza adjetiva, relativas à retirada de membros da organização, à proposição e à adoção de emendas ao Acordo, aos procedimentos de resolução de conflitos, à assinatura e ratificação do Acordo e aos termos e condições de sua entrada em vigor, às línguas oficiais e de trabalho da organização, à designação do depositário do Acordo, no caso o governo dos EUA, e ao prazo de vigência do Acordo.

O Acordo contém um anexo, o Anexo A, que dispõe sobre processamento, regras, ritos e procedimentos relativos à solução de controvérsias entre os Países-Membros da organização. Para tanto, prevê a constituição de um tribunal de arbitragem, composto por três membros, com as competências estatuídas no artigo XIV do acordo principal.

Além das emendas ao Acordo, que, conforme já mencionado, é o tratado assinado pelos Estados-Membros, cabe apreciar também a emenda ao contrato assinado pelos Signatários (as empresas de telecomunicações designadas pelos países; no caso do Brasil, a Embratel), o Acordo Operacional. Destina-se ela a regulamentar o período de transição e valerá até que entre em vigor para cada uma das Partes e para todos eles. Segundo a alínea **a** da emenda proposta, o Acordo Operacional entrará em vigor para um signatário na data em que o Acordo entrar em vigor para a respectiva Parte interessada. Por outro lado, o Acordo Operacional será aplicado a título provisório para uma empresa signatária a partir da data em que o Acordo for aplicado a título provisório para a respectiva Parte. Além disso, o Acordo Operacional expirará quando o Acordo deixar de vigorar ou quando entrarem em vigor emendas ao Acordo que excluam referências ao Acordo Operacional.

Em síntese, resta que nada há de evidente na proposição legislativa e no texto das Emendas em exame que represente desobediência ou infração às disposições constitucionais vigentes, aos princípios consagrados pelo ordenamento jurídico pátrio, ao arcabouço regulatório das Telecomunicações, ou às normas de relações internacionais. A proposição ancora-se nos preceitos da boa técnica legislativa.

III – Conclusão

Do exposto, o voto é pela aprovação do PDS nº 562, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Mão Santa** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Heráclito Fortes** – **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

PARECER Nº 228, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005 (nº 39, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc**: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Anca, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 30 de julho de 2002, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 671, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Minas e Energia; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a Proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a qual destaca a importância do para o incremento da cooperação bilateral.

O Acordo, versado em dez artigos, fixa como campos básicos da cooperação, a ser conduzida com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, os que seguem:

1. Desenvolvimento de materiais avançados;
2. Intercâmbio de informações e **spin-off** de tecnologias de tecnologias de aplicação industrial;
3. Utilização de reatores nucleares de pesquisa;
4. Aplicação de técnicas nucleares;
5. Meio Ambiente;
6. Desenvolvimento e aplicações de tecnologia laser;
7. Segurança nuclear e radiológica de instalações nucleares e radioativas;
8. Salvaguardas; e
9. Nucleoeletricidade.

A cooperação ocorrerá pelo desenvolvimento comum de projetos, por visitas científicas e treinamento de profissionais e técnicos, por convites recíprocos a peritos com a finalidade de transferir experiência e pelo livre intercâmbio de informação e experiência, exceto nos casos em que a Parte que transmite a informação estabeleça restrições ou reservas com respeito ao seu uso e difusão. Os peritos visitantes e demais pessoas que entrem em território da outra Parte por razão do Acordo não estarão eximidas de observar as leis e regulamentos do país visitado.

O Acordo terá como órgãos de execução as respectivas Comissões de Energia Nuclear dos Estados. A cooperação poderão ser aplicadas salvaguardas, de

acordo com o julgamento da Agência Internacional de Energia Atômica.

Ficam pendentes de decisão posterior, pela forma de Protocolos Adicionais específicos, a forma e as condições nas quais será desenvolvida a cooperação e, por comum acordo, as condições de pagamento das despesas decorrentes da execução do Acordo.

II – Análise

Registre-se, inicialmente, que dentre as promissoras ramos de cooperação brasileiro-chilena para a diversificação de sua matriz energética (energias eólica, solar, de biomassa, a partir das marés), nenhuma das quais explorada em outros tratados de cooperação bilateral, o Acordo em tela versa sobre o uso pacífico da energia nuclear, objeto de outros acordos de cooperação firmados pelo Chile com a Coreia do Sul e a Austrália.

Embora o Acordo de Cooperação sob exame alcance os usos múltiplos da energia, todos eles carentes de desenvolvimento no Chile (medicina, mineração, agricultura, conservação de alimentos), é a crise de abastecimento de gás natural por que passa o Chile no início do século XXI que o tem levado a envidar esforços na mudança de sua matriz energética, o principal motor da assinatura do diploma em análise.

Os problemas de abastecimento do gás argentino, que cobrem 37% da demanda energética chilena – agravados a cada ano em razão do escasseamento do produto na Argentina, em virtude dos baixos investimentos na exploração de novos mananciais – fizeram com que o Chile pensasse na diversificação de suas fontes de energia, sobretudo, no desenvolvimento da energia nuclear, como forma de prover sustentabilidade energética ao País. Esse objetivo reflete a necessidade premente de prover o País de fontes energéticas alternativas, no prazo de 15 anos. As regiões norte do Chile, Antofagasta e Atacama, as quais alcançam temperaturas glaciais, carecem de fontes hidrelétricas e dependem fortemente da importação de gás argentino. A sobrevivência das populações residentes nessas regiões é colocada em risco em razão desse cenário nada alvissareiro.

A opção nuclear ganha importância, uma vez que as respostas mais imediatas à crise, como a antecipação para este ano da entrada em funcionamento da hidrelétrica Ralco, no curso superior do Rio Bio-Bio, que atravessa o centro do Chile, encontram resistência nas comunidades indígenas **pehuenches** e em organizações ambientalistas.

Malgrado esse fato, vale observar que o esforço desenvolvido pelo Chile ocorre na contramarcha da tendência mundial: a Europa tem paulatinamente desativado suas plantas nucleares e que, nada obstante o caráter oficialmente pacífico da cooperação aqui sob exame e

o compromisso chileno com tratados internacionais de restrição ao uso de armas nucleares e convencionais (Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição; Convenção sobre Armas Biológicas; Convenção sobre Certas Armas Convencionais; Tratado de Não-Proliferação Nuclear; Convenção de Armas Químicas; Tratado de Tlateloco), o esforço nuclear chileno gera apreensões quanto ao equilíbrio militar regional, sobretudo por parte do Peru, país com o qual mantém relacionamento tenso, em razão da divergência na delimitação do mar territorial e da zona econômica exclusiva de ambos no Pacífico, cujo objeto de discórdia é um triângulo de cerca de 35 mil quilômetros rico em recursos marinhos de alto valor no mercado.

Os termos do Acordo de Cooperação que ora analisamos, no entanto, são razoáveis e estão em consonância com outras linhas de cooperação existentes, nada havendo a ressaltar sobre eles.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Sery Shessarenko** – **Mão Santa** – **Eduardo Suplicy** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 229, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2006 (nº 494/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação

Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002,

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 35, de 3 de fevereiro de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser distribuído, também, para as comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Turismo e Desporto. A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 4 de fevereiro de 2003, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem foi aprovado em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 2 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator signatário, em 27 de janeiro de 2006, após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e o Peru que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando estratégias para incentivar o fluxo turístico em ambas as direções, baseadas na troca de informações e legislações sobre o assunto e assegurando que as organizações turísticas respeitem a realidade cultural, histórica e social de cada país.

O Acordo está lavrado em quatorze artigos, desdobrados em diversos parágrafos cada um. Nele se prevê que as Partes reforçarão e ampliarão as relações turísticas, com vistas ao intercâmbio de conhecimentos acerca de sua história, cultura e estilo de vida e à cooperação nessa mesma área. Entre os objetivos do Acordo está também a simplificação das formalidades de viagem exigidas por suas respectivas autoridades, o apoio a programas de vôos não regulares (charter), excursões temáticas, congressos, seminários, feiras e exposições nos dois países.

O Acordo contempla estratégias como a coordenação dos organismos de aeronáutica civil dos dois países para o estabelecimento de ferramentas que viabilizem a oferta de vôos amazônicos e transfronteiriços e o intercâmbio de informações técnicas e de especialistas e de experiências no campo do turismo, além de troca de informações sobre sistemas de treinamento para professores e instrutores em assuntos técnicos, especialmente em gerenciamento e operações na área de hotelaria. O texto reforça especialmente o incentivo à colaboração entre os órgãos oficiais de turismo e entre entidades do setor privado de ambos os países.

As Partes reafirmam seu comprometimento as recomendações da Organização Mundial do Turismo e acordaram em trocar informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito do programa “Combate à Exploração do Turismo Sexual”, tendo por base a “Declaração de São Vicente para a proteção dos menores contra a exploração pelo turismo sexual”, firmada na Itália, em abril de 1995.

O Tratado, por fim, determina que entrará em vigor por meio de troca de notas entre as chancelarias e que terá vigência de 4 anos prorrogáveis automaticamente, a não ser que uma das partes o denuncie.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma**, Relator “Ad Hoc” – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 230, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2006 (nº 634/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002

Relator: Senador **Ney Suassuna**
Relator *ad hoc* Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 1º de julho de 2003, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 297, de 2003, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos assinada eletronicamente pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual se destaca

(...) O Acordo em apreço tem como objetivos promover e favorecer a cooperação entre os dois países em questões referentes à condição pessoal, inclusive as que dizem respeito à guarda de crianças. No que se refere às medidas para combater os deslocamentos ilegais e o retorno de crianças, o instrumento fundamenta-se na Convenção das Nações Unidas Relativa aos Direitos das Crianças, assinada em Nova York, em 1989. O instrumento consubstancia, igualmente, o acordado na Convenção de Viena sobre Relações Consulares, celebrada em Viena, em 1963, que inclui, entre as funções consulares, a prestação de assistência aos nacionais e a salvaguarda dos interesses das crianças.

Com vistas ao atendimento desses objetivos, o instrumento em tela constitui uma Comissão consultiva conjunta (...). A Comissão consultiva terá habilitações específicas em ênfase no exame e no acompanhamento de documentos consulares que impliquem na garantia do direito das crianças, tais como o de manter relações pessoais com seus pais.

O Acordo visa ao estabelecimento de uma Comissão Consultiva bilateral habilitada a examinar problemas referentes a documentos consulares relativos a pessoas que possuam nacionalidade brasileira ou libanesa, com vistas a facilitar as respectivas soluções de acordo com as leis de cada Parte; garantir o respei-

to ao direito de uma criança separada de seu pai e de sua mãe ou de apenas um deles de manter relações pessoais e contato direto com seu pai e sua mãe de modo regular, salvo se estas relações e se este contato conflitam com os interesses da criança; garantir o respeito ao direito de visita do pai ou da mãe que não detiver a guarda legal da criança; acompanhar o encaminhamento dos documentos consulares que lhe forem submetidos a fim de apresentar em tempo hábil os relatórios de cada etapa às autoridades concorrentes das duas Partes; favorecer o conhecimento e a cooperação entre as autoridades públicas concorrentes das duas Partes com relação aos documentos consulares submetidos à Comissão; receber e trocar as informações e os documentos relacionados aos documentos consulares submetidos à Comissão e facilitar, na medida do necessário, sua transmissão às autoridades competentes de uma ou de outra Parte.

Cada Parte fica responsável por notificar a outra sobre o cumprimento dos procedimentos requeridos para a entrada em vigor do Acordo.

II – Análise

O Brasil possui a mais numerosa comunidade de origem libanesa de todo o mundo, estimada entre 6 e 7 milhões de pessoas, mais do que o dobro da população libanesa propriamente dita, fato que, associado ao grande contingente de cidadãos libaneses, naturalizados brasileiros, mas que voltaram a se estabelecer no Líbano (entre 40 a 60 mil pessoas), levam a que as relações brasileiro-libanesas ganhem contornos de transnacionalidade.

Os laços pessoais criados entre libaneses e descendentes e brasileiros de outras origens justificam este Acordo, que visa a conferir maiores garantias a pais e crianças de que não ocorrerão deslocamentos ilegais ou o não-retorno ilegal de crianças brasileiras e libanesas que estejam na jurisdição das Partes.

Os imbrólios surgidos na luta pela guarda de crianças de pais de nacionalidades diferentes são notórios e geram máculas profundas na psiquê das famílias.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do de Decreto Legislativo nº 3, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **José Agripino** – **Romeu Tuma**, Relator ad hoc – **José Jorge** – **Serys Slhessarenko** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional
.....

PARECER Nº 231, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006 (nº 1.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 300 de 1º de julho de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2006 (1.067, de 2003, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde também foi objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O presente acordo dispõe sobre os mecanismos judiciais e administrativos de recuperação e devolução de veículos automotores roubados ou furtados nos territórios dos dois países.

Em vista da necessidade de realização de esforços coordenados para a repressão ao tráfico ilícito de veículos automotora, a entrada em vigor do acordo é de interesse do Brasil e da Bolívia.

II – Análise

Ato internacional bilateral vocacionado a prover a cooperação judiciária interestatal, o presente Acordo firmado com a República da Bolívia é de grande interesse e conveniência aos interesses nacionais, em prol da otimização dos meios estatais de combate ao crime organizado.

A fronteira com a Bolívia representa a mais extensa e, por isso, vulnerável das nossas áreas limítrofes. Sabe-se, também, haver, de fato, uma indústria de furto e roubo de veículos de maior valor comercial, destinada ao comércio ilegal nos países vizinhos. Com relação ao Paraguai, tem havido grandes esforços dos dois governos para coibir tais práticas. É necessário também que, com relação à Bolívia, tenhamos meios jurídicos aptos a proscrever práticas tão nocivas entre países vizinhos.

A cooperação jurídica entre Estados é, moderadamente, a forma mais eficaz de combate a crimes transnacionais, como o terrorismo, o tráfico de drogas e armas e o contrabando, cada vez mais nocivo e insidioso.

Contra a idéia do crime organizado há que contrapor a idéia que os Estados se devem organizar contra o crime, como é o objeto do ato internacional ora examinado, exemplo de cooperação bilateral em condições de fazer face aos desafios da criminalidade internacional.

Versado em onze artigos, o Acordo possui caráter instrumental, provendo as instituições policiais e judiciárias de meios facilitadores para a apreensão e a devolução dos veículos roubados. Isso irá desencorajar o principal fator de aumento de tais práticas, evitando a impunidade e o enriquecimento ilícito.

A presença do Brasil em franca cooperação judiciária com seus países vizinhos é fator determinante para a repressão dos crimes transfronteiriços, haja vista as nossas dimensões territoriais, bem como as circunstâncias econômicas e sociais que caracterizam nosso País. Contribui, ademais, o presente acordo, para a aproximação e para a integração do Brasil com seus vizinhos da América Latina, como preconiza o parágrafo único, do artigo 4º, da Constituição Federal:

Art. 4º

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, po-

lítica, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2006 (1.067, de 2003, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Heráclito Fortes** – **Gerson Camata** – **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

PARECER Nº 232, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 6 de 2006 (nº 1069/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados 27 de fevereiro de 2002, por intermédio do Aviso do Poder Executivo nº 140, o qual encaminha a Mensagem Presidencial nº 121, da mesma data.

O texto do Protocolo, transformado em Projeto de Decreto Legislativo pela Comissão de Relações Exteriores daquela Casa foi apreciado, preliminarmente, pela Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e, posteriormente, pelas Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; e pela então denominada de Constituição e Justiça e de Redação.

A matéria, encaminhada ao Senado Federal, no dia 8 de dezembro de 2005, foi remetida a esta Comissão no dia 18 de janeiro de 2006.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a qual faz menção ao intento que balizou o Acordo de conferir maior agilidade ao comércio bilateral, a partir da simplificação dos procedimentos de controle sanitário em fronteira exercidos pelos Ministérios da Saúde dos dois países, *inter alia*, com o reconhecimento do certificado sanitário emitido pelo órgão do país de origem nos casos dos produtos considerados de menor risco sanitário. Os produtos que apresentam maior risco sanitário não serão retidos na fronteira, porquanto os demais controles sanitários necessários serão realizados em depósitos habilitados no país de destino.

O Acordo, de doze artigos e quatro anexos, elege a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (cuja sigla atual é ANVISA) e a Agência Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) os organismos responsáveis para assegurar o cumprimento de seus termos.

Constam do Anexo I ao Acordo a lista de produtos sujeitos a controles simplificados – sendo-lhes válida e suficiente a apresentação de avaliação efetuada pelo organismo responsável do país de origem e a inspeção física dos produtos e das condições de transporte – e do Anexo II a lista de produtos passíveis de controles regulares. Ambas as listas poderão ser revistas com a periodicidade desejada por quaisquer das Partes, com base nos critérios de risco à saúde pública, fluxo comercial e histórico de conformidade dos produtos.

A avaliação levada a cabo pelo organismo responsável do país de origem do produto será realizada em consulta com o congêneres do país de destino, no tocante à normativa nele vigente e em razão das informações que ele solicitar. Dessa avaliação, sempre que positiva, deverá resultar uma declaração, nos moldes e termos do formulário comum disposto no Anexo III ao Acordo, o qual ensejará comunicado informativo permitindo a internalização do produto, cujo modelo consta do Anexo IV ao Acordo. A declaração dará ensejo, automaticamente, à respectiva regularização interna do produto alimentício no país de destino.

Na eventualidade dos alimentos constantes no Anexo I objeto de transação comercial bilateral não atenderem as normas sanitárias do país de destino, apesar de atenderem às do país de origem, os organismos técnicos designados no Acordo deverão negociar de forma expedita a possibilidade de reconhecimento de equivalência dessas normas.

O Acordo também celebra que os organismos responsáveis pela sua administração implementem projetos conjuntos de cooperação técnica para o controle sanitário dos produtos alimentícios constantes no Anexo II, com o desenvolvimento de base de dados com a finalidade de incorporar as informações referentes aos estabelecimentos e produtos alimentícios que circulem entre os países e cujo controle seja de sua competência comum.

II – Análise

O uso criterioso de barreiras sanitárias e fitossanitárias no comércio internacional é um dos grandes desafios à transparência da ordem normativa que rege essa importante rama das relações internacionais. Usualmente, essas barreiras tem servido ao protecionismo injustificado de mercados.

Como princípio do comércio internacional, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, sob a égide do regime multilateral do comércio (Organização Mundial do Comércio), celebra o dever de suas Partes aceitarem as normas sanitárias de outros membros, ainda que diferentes das suas normas internas, desde que aqueles membros demonstrem objetivamente que suas medidas alcançam o mesmo nível de proteção à vida ou saúde animal ou vegetal.

Padrões científicos internacionais sobre análise de risco sanitário devem, à luz do regime multilateral do comércio, ser os balizadores das normativas internas, do que decorre da diretriz de harmonização das normas sanitárias domésticas. Para alcançá-la, foi criado o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, extremamente ativo nas consultas e negociações entre membros para a uniformização dos padrões sanitários,

o qual, ainda que não mencionado no Acordo bilateral em tela, poderá ser acionado a qualquer momento.

O Acordo é, dessarte, totalmente conforme as tendências atuais do comércio internacional, avançando nos intentos multilateralmente consagrados de harmonização de normas e, portanto, nessa perspectiva, oportuno e conveniente.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 06/06, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Relator – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Serys Slesarenko** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **José Jorge** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 233, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator *ad hoc*: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 174, de 12 de maio de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo recebeu a chancela daquela Casa em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 2 de janeiro de 2006

Nesta Casa, a Proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator que subcreve este Parecer, no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de um extenso e detalhado acordo, composto de vinte e um artigos, que visa a disciplinar as regras para a cooperação bilateral entre Brasil e Líbano na prevenção do crime e na persecução penal. Acordos como este, principalmente bilaterais, têm sido adotados pelo Brasil e se destinam a compor um quadro de relacionamento internacional favorável à implantação de sistemas de cooperação para a repressão criminal, o que, nessa época de transnacionalização, representa a alternativa mais eficaz.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, depreende-se bem esse caráter do acordo em análise, expresso no seguinte trecho:

O instrumento em apreço, que reflete a importância que vem adquirindo a cooperação judiciária no contexto internacional, privilegia a agilização da troca de informações, relativas à legislação e jurisprudência, em todo o processo penal que tenha por objeto infrações cuja repressão seja de competência das autoridades de ambos os países.

Ao designar os Ministérios das Justiças dos dois Estados como autoridades centrais para a atender as obrigações acordadas entre os Governos brasileiro e libanês, cria-se mecanismo que certamente facilitará o intercâmbio de informações entre as Partes, bem como a assistência recíproca em assuntos de natureza penal.

O escopo do tratado está bem resumido na Exposição Ministerial, devendo ser acrescido que se dispõe também sobre sua inaplicabilidade para casos de

delito político, ameaça a interesse público essencial da Parte Requerida, perseguição por raça, sexo, religião, nacionalidade ou opinião política e de conduta que não constituir delito na Parte Requerida.

É importante assinalar que o texto do Acordo contempla a proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias à investigação. Foi previsto, ademais, artigo específico que determina os procedimentos a serem seguidos por ambas as Partes quanto à localização, a imobilização, o confisco, a custódia e a transferência de produtos do crime.

O texto do Acordo em apreço estabelece ainda procedimentos de cooperação para obtenção de provas, entrega de atos processuais e de decisões judiciais e comparecimento de testemunhas, peritos e pessoas processadas.

Destaque-se que o Brasil mantém acordos de assistência judiciária em matéria penal com vários outros países (por exemplo, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e Peru) e que se encontram em tramitação acordos da mesma natureza com outros países. São tratados recentes, o que sinaliza uma tendência da diplomacia brasileira de se equipar com instrumentos de cooperação judiciária para o melhor enfrentamento dos delitos que se aproveitam dos refúgios fora das fronteiras nacionais.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa** – **Jefferson Péres**, Relator **Ad Hoc** – **Serys Silhessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata** – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **José Jorge** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Azeredo**.

PARECER Nº 234, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (nº 1.299/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Interna-

cionais assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 99, de 25 de março de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (PDC nº 1.299, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina, para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, 9 de dezembro de 2002.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Também tramitou pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Seção Brasileira, conforme determina a Resolução da Mesa Diretora do Congresso Nacional nº 1/96.

Acompanha o ato internacional sob exame Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O documento insere-se no âmbito dos esforços dos dois países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas Forças Armadas. Deverá servir de amparo institucional para diversas atividades na fronteira, onde se detectam cerca de 150 vôos clandestinos por mês.

Nessas condições, deverá constituir instrumento imprescindível parto combate às atividades ilegais, sobretudo de contrabando e narcotráfico. Sua relevância torna-se ainda maior face à deficiência na cobertura de sensoramento remoto na região fronteira (...), o que tende a estimular a ação ilegal.

Acordos semelhantes já forma firmados com o Paraguai, Colômbia e Peru, sendo desejável que venham a ser negociados com todos os demais países limítrofes.

II – Análise

O Acordo **sub examine** constitui ato de diplomacia bilateral, destinado à cooperação judiciária interestatal. Países com a economia mais desenvol-

vida do Mercosul, Brasil e Argentina possuem vasta região fronteiriça, interposta entre áreas densamente povoadas e que apresentam substanciais níveis de intercâmbio comercial. A par disso, sabe-se da existência de grande tráfico ilegal de substâncias ilícitas, como armamentos, munição e mercadorias clandestinas.

Como se depreende da Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a inexistência de sensoreamento remoto e de equipamentos sofisticados de controle aéreo incentiva a utilização de aeronaves para fins da prática de crimes transnacionais. Tais atividades só podem ser eficazmente combatidas por intermédio da cooperação bilateral.

O ato internacional em tela corresponde a valioso instrumento de cooperação entre Estados, voltado à eficiente forma de combate ao crime organizado, especialmente insidioso por fomentar e alimentar a criminalidade interna, a exemplo do contrabando de armas e munições.

Constituído de sete artigos, o Acordo prevê o comprometimento dos países signatários no sentido de dar cobro ao tráfico de irregulares, prevendo o controle e a intensificação da fiscalização. A par disso, prevê programa de trabalho conjunto das Forças Aéreas das Partes Contratantes, designando como executores do Acordo os Estados Maiores das Aeronáuticas brasileira e argentina.

É importante que o Brasil intensifique sua atuação internacional, principalmente no âmbito regional e sub-regional, voltada à repressão e à prevenção de crimes transnacionais, com a adoção de mecanismos modernos e eficientes de inteligência e de cooperação judiciária.

Por derradeiro, cumpre enfatizar que o presente Acordo contribui para a aproximação e a integração do Brasil com seu vizinho platino, conforme estipula a Constituição brasileira, em seu art. 4º, parágrafo único.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (PDC nº 1.299, de 2004, na origem).

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Serys Shtesarenko** – **Mão Santa** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Peres** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Azeredo** – **José Agripino** – **José Jorge**.

PARECER Nº 235, DE 2996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1.379/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 01379, de 2004, na Câmara dos Deputados), que resulta da Mensagem nº 272, de 2004, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição. Acompanha a referida Mensagem a Exposição de Motivos nº 00098, de 16 de abril de 2004, assinada eletronicamente pelo Ministro das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi aprovada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 25 de agosto de 2004. A proposição passou, ainda, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada em 29 de março de 2005, e da Comissão de Trabalho, de e Serviço Público, que aprovou parecer favorável em 4 de maio de 2005. O referido ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de dezembro de 2005.

Incluída na lista de prioridades da 5ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura (16 de novembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006), a Proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída a esse órgão colegiado em 18 de janeiro de 2006 e a este Relator em 27 de janeiro de 2006, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Visa o ato internacional em tela permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Panes Signatárias, designado para exercer missão oficial na outra, como membro de Missão diplomática, Repartição consular ou Missão Permanente do Estado acreditado perante Organização Internacional sediada no Estado acreditado e por ele

reconhecida, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado (Artigo 1º).

Segundo o Artigo 2º, são considerados dependentes: o cônjuge; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 24 anos que estejam cursando estudos superiores em centros de ensino superior; e filhos e filhas solteiros dependentes economicamente de seus pais e com deficiências físicas ou mentais.

À luz do que dispõe o Artigo 3º, não haverá restrições sobre a natureza do emprego a ser desempenhado, exceto no que diz respeito àquelas profissões que requeiram qualificações especiais, ou naqueles casos em que, por razões de segurança nacional, possam exercer a atividade apenas nacionais do Estado acreditado.

Os Artigos 4º e 5º estipulam, respectivamente, que a Embaixada do Estado acreditante deverá comprovar, perante a Chancelaria do Estado acreditado, a situação de dependência do interessado, em relação ao funcionário do qual é dependente; e que o presente Acordo não implica o reconhecimento de títulos, graus ou estudos entre os dois países.

Os Artigos 6º e 7º dispõem sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas com seu emprego, sendo que o Estado acreditado considerará a possibilidade de renúncia à imunidade penal, a ser solicitada, por escrito, pelo Estado acreditante.

O Artigo 8º sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária, trabalhista ou de segurança nacional.

O Artigo 9º contém dispositivo estabelecendo que a autorização para o exercício da atividade remunerada terminará no prazo de dois meses a partir da data em que cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, do término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente, ou da data em que deixe de vigor o Acordo em pauta.

II – Análise

O ato internacional em tela permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos e consulares, bem como de outros agentes públicos que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

O Artigo 1º assegura ao trabalho do dependente nos Estados Signatários, condições equânimes com aquelas de que desfrutaram os nacionais do país onde se encontra, e o Artigo 9º estipula as condições nas quais cessará a autorização para o desempenho profissional.

III – Voto

Por todo o exposto, e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1379, de 2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular”, “Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004”.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Valdir Raupp** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Romeu Tuma** – **Gerson Camata** – **Serys Slhessarenko** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Sérgio Zambiasi**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

PARECER Nº 236, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006 (nº 1.629/0 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Tratado de Extradicação Entre a Re-

pública Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, 25 de agosto de 2003.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 728, de 28 de outubro de 2004 submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 4 de novembro de 2004 e o Projeto de Decreto Legislativo dela derivado recebeu a chancela daquela Casa em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator que subcreve este Parecer no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de um típico acordo de extradicação, com todas as cláusulas pertinentes a este tipo de ato internacional, entre Brasil e Peru. Pela vontade expressada, os dois governos disciplinam o uso do instituto da extradicação, que é um dos mais vetustos instrumentos do direito internacional público, autêntica expressão da colaboração inter-estatal para a persecução criminal.

Em verdade, o Tratado em tela visa a substituir o Acordo Bilateral vigente entre os dois países, assinado em 1919 e em vigor desde 1922. A Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial assim registra seu valor:

Trata-se de importante instrumento de cooperação jurídica entre o Brasil e o Peru, que permite tornar mais eficaz o combate ao crime e, em especial, ao crime organizado transnacional. Permitirá ele a agilização da cooperação jurídica entre os dois Estados signatários que, no que se refere à extradicação, é ainda realizada com base na reciprocidade. Se bem mantenha a via diplomática para a tramitação de pedidos dessa natureza, o Acordo permite que os pedidos de prisão preventiva para fins de extradicação sejam

encaminhados por intermédio da Organização Internacional da Polícia Criminal (Interpol) e, posteriormente, transmitidos pela via diplomática. O recurso ao canal Interpol confere rapidez, em benefício do combate ao crime.

O Tratado está lavrado em 33 artigos e contém as cláusulas clássicas do direito internacional público sobre o tema, tais como a proibição de extradicação para crimes políticos, a necessidade de previsão do tipo penal na legislação do país solicitado, os impedimentos à concessão, as garantias do extraditando, os procedimentos para solicitação e entrega do extraditando e a autonomia das Partes para denegarem a concessão. A essas, se junta a novidade que é o credenciamento da Interpol para intermediar os pedidos, o que sem dúvida facilitará os procedimentos.

O estabelecimento sistemático de acordos de extradicação com os países irmãos é tarefa essencial para a cooperação judiciária e a construção de instrumentos modernos para o combate ao crime no plano internacional. O Acordo em análise insere-se nessa iniciativa, atualiza o tratado já existente entre Brasil e Peru e conforma-se às novas demandas da sociedade e da jurisprudência sobre a matéria.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Tratado em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Heráclito Fortes** – **Valdir Raupp**

PARECER Nº 237, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006 (nº 1.837/2005, na Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do

Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 16 de dezembro de 2004, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 894, de 2004, tendo, naquela Casa, sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e pela então Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual se destaca o trecho que segue:

A cooperação ambiental entre Brasil e o Peru tem existido desde 1975, ao amparo do Acordo para a Conservação e Uso Sustentável da Fauna e Flora Silvestre dos Territórios Amazônicos, cujos termos se encontram desatualizados. Não obstante, ambos os países têm posições convergentes em relação às temáticas ambientais e têm procurado, ao longo dos anos, estabelecer novos projetos de cooperação e de coordenação.

(...) o novo acordo prevê uma colaboração técnica e tecnológica mais próximas entre as instituições encarregadas de velar pela conservação do meio ambiente e pelo aproveitamento sustentável da flora e fauna silvestres e oferece oportunidades inovadoras de trabalho conjunto para esse fim.

A ação integrada dos dois Estados está ainda destinada a controlar o acesso não autorizado aos componentes da biodiversidade de ambos os países.

II – Análise

Com vistas a melhorar o controle e a fiscalização dos ilícitos ambientais contra a conservação da flora e da fauna silvestres da região amazônica limdeira entre Brasil e Peru, esses Países acordam promover, dentre outras ações de cooperação, programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento; de transferência de tecnologia; de intercâmbio de informações sobre diretrizes, programas, textos legais relativos à conservação e ao uso sustentável da fauna e da flora silvestres dos

respectivos territórios amazônicos; o compartilhamento de informações e promoção da capacitação relevante sobre atividades ilegais que atentem contra a conservação e o uso sustentável da flora e da fauna silvestres; o incentivo de trabalhos de pesquisa científica que propiciem a conservação e o uso sustentável da flora e da fauna silvestres no Peru e no Brasil, bem como a identificação dos principais problemas que afetam os respectivos ecossistemas amazônicos; a promoção do intercâmbio fluído de informações e a capacitação de técnicos e especialistas no manejo dos recursos da fauna e da flora silvestres, por meio de cursos, visitas e reuniões científicas e tecnológicas; e a realização de reuniões periódicas de coordenação técnica.

A divulgação do resultado das pesquisas deslançadas pelos Países com os propósitos supramencionados e a conscientização da sociedade sobre a importância da conservação dos recursos amazônicos também figuram como objetivos da cooperação em tela, que enseja o início dos contatos bilaterais para a criação e manutenção de áreas naturais protegidas adjacentes à fronteira comum destinadas à conservação da flora e da fauna silvestres.

A fronteira amazônica é um local extremamente vulnerável à depredação da fauna e da flora e à comissão de ilícitos ambientais e ao narcotráfico, os quais também ameaçam a sobrevivência das tribos que vivem isoladas na região.

O Acordo em tela foi pensado em razão do arrefecimento das tensões naquela região, significando o primeiro passo para a futura implementação de um parque binacional, medida que garantiria ainda mais a conservação ambiental e a preeminência do Estado de Direito.

Decerto, para cobrir os propósitos que lhe são ícitos, o Acordo deverá ser complementado com medidas de natureza ostensiva, com o trabalho de proteção aos indígenas e com programas de manejo sustentável de ecossistemas florestais e de manejo extensivo de animais silvestres para fins comerciais. Todavia, representa o primeiro e necessário passo para o logro desses propósitos.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **Mão Santa** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Serys Shhessarenko** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 238, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (nº 1.491/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília em 25 de julho de 2000.

Relator: Senador **José Jorge**

Relator *ad hoc*: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 820, de 6 de agosto de 2001, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (PDC nº 1.491, de 2001, na origem), que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido objeto de exame, ainda, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, e de Economia, Indústria e Comércio.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O Acordo tem por objetivo desenvolver e aprofundar as relações entre Brasil e Romênia no campo do turismo, mediante o encorajamento do intercâmbio turístico entre os dois países, bem como por intermédio da troca de informações sobre as respectivas legislações e regulamentos. O Acordo deverá, ainda, estimular e facilitar o intercâmbio entre representantes de agentes de viagem, de associações profissionais e de empresas, com o intuito de incrementar as relações comerciais e o fluxo de turistas para o Brasil e para a Romênia.

O Instituto Brasileiro de Turismo do Ministério do Esporte e Turismo participou das negociações e aprovou o texto final do Acordo.

II – Análise

Ato internacional de diplomacia bilateral, o Acordo sob exame destina-se à cooperação dos países signatários com o intuito de incrementar o fluxo turís-

tico recíproco. E de todo sabido ser o Brasil país com imenso potencial na área do turismo interno, sendo, ao mesmo tempo, provedor do mercado internacional, tendo em vista o grande número de brasileiros que, a cada ano, e sempre em maior número, viajam para países estrangeiros.

A Romênia constitui destino turístico pouco explorado pelos brasileiros, não obstante suas imensas riquezas culturais, folclóricas e gastronômicas, que compõem os insumos basilares da grande indústria do turismo. Neo-país comunitário europeu, com a recente adesão ao Tratado de Roma, de 25 de março de 1957, o qual criou as Comunidades Européias, a Romênia se projeta como nação de prodigioso futuro, como parceiro irrenunciável a países como o Brasil, que buscam maior e melhor inserção internacional.

Versado em doze artigos, o Acordo possui caráter instrumental, de cooperação e de aproximação turística entre os dois países, à medida que prevê intercâmbio de informações e de material de divulgação, além de agilização documental no fornecimento de vistos. Pretende, ainda, encorajar visitas recíprocas de jornalistas, editores de rádio e TV, e repórteres da área do turismo, como previsto nos termos de seu artigo 5º.

Vale ressaltar que, conforme a exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Turismo do Ministério do Esporte e Turismo participou das negociações conducentes ao texto final do Acordo, o que, certamente, contribui para seu caráter prático.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (PDC nº 1.491, de 2001, na origem), que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Jorge – Valdir Raupp – Marco Maciel – Eduardo Azeredo – Jefferson Péres – Mão Santa**, Relator *Ad Hoc* – **Serys Shhessarenko – José Agripino – Romeu Tuma – Sérgio Zambiasi – Gerson Camata – Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 239, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006 (nº 1.696/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o

texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.081, de 7 de agosto de 2000, submete ao Congresso Nacional o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.

A Emenda foi inicialmente apreciada pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 9 de agosto de 2000 e o Projeto de Decreto Legislativo decorrente foi aprovado naquela Casa em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, a este Relator, no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de uma singela, porém, expressiva alteração na Convenção Constitutiva da União Latina, da qual o Brasil é parte desde 1972, apesar de ter sido firmada em 1954, em Madrid.

Em razão de se viver naquela época, pelo menos parcialmente, o colonialismo na África e na Ásia, as nações daqueles continentes, mesmo de origem institucional européia, não possuíam autonomia para aderir a tratados e comunidades internacionais.

Assim, a União Latina espelhou aquela situação histórica e sua composição ficou circunscrita aos países europeus e americanos de origem latina. Ademais, a cláusula sobre reforma da Convenção de 1954, que é o caminho para sua atualização, estipula que qualquer alteração ao Texto terá que passar pelo procedimento de ratificação de cada Estado Parte, assim como foi feito com o texto principal da Convenção. Dessarte, para a necessária modificação que se pretende, possibilitando a adesão dos Estados africanos e asiáticos, tornou-se necessária a Emenda em apreço, que foi negociada e firmada pelo Brasil e pelos demais membros da União Latina.

Esse caráter da necessidade institucional da Emenda está bem demonstrada na Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores,

que acompanha a Mensagem Presidencial, no seguinte trecho:

Pelo Artigo XIII da Convenção, essa Emenda deverá ser ratificada pelos Estados Membros antes de entrar em vigor. O novo texto visa adequar a União Latina às modificações ocorridas em sua composição desde a sua fundação, com a inclusão de países africanos e asiáticos de colonização latina. Essa alteração contribuirá significativamente para o fortalecimento político e institucional daquela Organização.

Portanto, resulta sobremaneira adequada a Emenda, pela sua necessidade para o aperfeiçoamento político da Entidade, assim também quanto ao preenchimento dos requisitos formais e estabelecidos no próprio regime da Convenção para sua reforma.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação da Emenda em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Jefferson Péres** – **Serys Silhessarenko** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **José Jorge** – **Gerson Camata** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 240, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (nº 1.839/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Relator: Senador **José Jorge**
Relator *ad hoc* Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.104 de 22 de outubro de 2001, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (PDC nº 1.839, de 2002, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do

Panamá, no Campo da Luta Contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

Em consonância com a estratégia governamental de combater o crime organizado internacional, especialmente o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, o documento segue as recomendações da Convenção das Nações Unidas contra o crime transnacional, celebrado em Palermo, Itália, em 15 de dezembro de 2000, além de outros instrumentos jurídicos internacionais.

O Acordo visa à criação de canais institucionais de cooperação bilateral no combate ao crime organizado em suas variadas formas. O texto final do Acordo incorporou relevantes contribuições do ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal.

II – Análise

Ato internacional bilateral voltado para a cooperação judiciária interestatal, o presente Acordo firmado com a República do Panamá é de grande interesse e conveniência aos interesses nacionais, buscando otimizar os meios estatais de combate ao crime organizado, a cada dia mais sofisticado e insidioso.

Voltado ao combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, o Acordo, no entanto, poderá, pela aproximação e cooperação dos Estados, incidir decisivamente contra a lavagem de dinheiro, sempre corolário dos crimes transnacionais em todas as suas nuances.

Versado em sete artigos, o Acordo possui caráter instrumental, com a criação de canais institucionais de cooperação bilateral, como preconiza a melhor estratégia governamental de combate ao crime.

É importante que o Brasil intensifique sua atuação internacional, principalmente no âmbito regional e sub-regional, voltada à repressão e à prevenção de crimes transnacionais, com a adoção de mecanismos modernos e eficientes de inteligência e informação policial.

Vale salientar que, conforme a exposição de motivos do Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Departamento de Polícia Federal forneceu valiosos subsídios para a elaboração do Acordo,

o que deveria sempre ocorrer quando o objeto do ato internacional bi ou multilateral fosse vinculado às atividades policiais.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (PDC nº 1.839, de 2002, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta Contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Jorge** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Jefferson Péres** – **Mão Santa** – **Valdir Raupp**, Relator **Ad Hoc** – **Serys Shesarenko** – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 241, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc**: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302, de 2003, na Câmara dos Deputados), que resulta da Mensagem nº 142, de 16 de fevereiro de 2001, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição. Acompanha a referida Mensagem a Exposição de Motivos nº 3, de 3 de janeiro de 2001, assinada pelo então Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi aprovada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 12 de junho de 2003. A proposição passou, ainda, pelo crivo

da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada em 6 de novembro de 2003; e da recém criada Comissão de Turismo e Desporto que, em substituição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, passou a deliberar sobre as matérias relativas ao turismo. Seu parecer favorável foi emitido em 13 de novembro de 2003. O diploma internacional em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 8 de dezembro de 2005.

Incluída na lista de prioridades da 5a Sessão Legislativa da 52a Legislatura (16 de novembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006), a Proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída a esse órgão colegiado em 18 de janeiro de 2006 e a este Relator em 27 de janeiro seguinte, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

O ato internacional em tela visa a fomentar o desenvolvimento das relações turísticas entre o Brasil e a Estônia, permitindo a ampliação do intercâmbio de turistas e um melhor conhecimento recíproco entre os povos dos respectivos países.

Nesse intuito, as Partes decidem esforçarem-se para facilitar as formalidades de viagem entre seus países, observadas suas leis e regulamentos, incentivando, ademais, a cooperação entre suas agências de viagens, organizações e empresas interessadas no setor de turismo.

Os países signatários decidem, ainda, encorajar a promoção turística recíproca mediante a troca de informações, publicidade e outros materiais promocionais, e por meio da participação em exposições, feiras e outros eventos na área do turismo, no território da outra Parte.

Outros mecanismos adotados pelo ato internacional em pauta para fomentar as relações turísticas entre as Partes, consistem na troca de experiências e conhecimentos nas áreas do planejamento e do financiamento do turismo; do desenvolvimento e preservação de suas infra-estruturas de turismo; troca de documentação na área de treinamento de pessoal em hotelaria bem como prestação de assistência mútua com vistas ao treinamento deste pessoal; e a cooperação entre suas autoridades governamentais de turismo.

Por fim, os países signatários estabeleceram prazo de validade do Acordo de 5 (cinco) anos, que serão automaticamente prorrogado 4 períodos sucessivos de cinco anos, salvo quando denunciado por uma das Partes.

II – Análise

Assinado por ocasião da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia, Sr. Toomas Hendrik Ilves, o ato internacional em apreço pretende

estabelecer mecanismos para ampliar e desenvolver as relações turísticas entre o Brasil e a Estônia, contribuindo, assim, para a melhoria do entendimento mútuo entre seus povos.

Segundo informa a Exposição de Motivos que acompanha o texto do Acordo sob exame que a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR – participou ativamente da negociação e aprovou o texto do Acordo, que contempla o desenvolvimento de cooperação entre as autoridades governamentais do Brasil e Estônia no setor de turismo.

No Parecer aprovado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que apreciou em detalhe o mérito da matéria, o Relator, o Excelentíssimo Deputado Daniel Almeida, assinala que:

A Estônia tem uma das economias mais resilientes dentre todas as ex-repúblicas soviéticas, tendo sido bem sucedida na introdução de uma moeda própria e na estabilização dos preços.

Prossegue, ressaltando que o PIB estoniano acumulou um crescimento de 21% entre 1999 e 2001, e que a Estônia apresenta um dos maiores números de conexões à Internet *per capita* na Europa, superando o Reino Unido, a Alemanha e a França.

É de se destacar, também, o recente ingresso da Estônia na União Européia, em 1º de maio de 2004, o que a incorpora definitivamente aos padrões europeus ocidentais, contribuindo, ademais, para a sua estabilidade política e econômica.

III – Voto

Por todo o exposto e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa** – **Serys Shessarenko** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata**, Relator *ad hoc* – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

.....

PARECER Nº 242, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006 (nº 744/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

Relator **ad hoc**: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 27, de 2006, visa à ratificação, pelo Brasil, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre cooperação no campo de proteção de plantas, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu – PR.

O artigo 84 da Constituição Federal estabelece, entre as Atribuições do Presidente da República, que lhe compete privativamente: VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Complementarmente, para que o Acordo seja ratificado pelo Brasil, deve ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo. Conforme o artigo 49 da Carta Magna (Capítulo I, seção II, sobre atribuições do Congresso Nacional) é da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Enviado pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal. No Senado Federal, o PDS nº 27, de 2006 (PDC nº 744, de 2003, na origem), foi encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para emitir Parecer.

De acordo com o texto do Tratado, são órgãos responsáveis por sua implementação os Ministérios da Agricultura de ambos os países, os quais se comprometem a:

- 1) realizar troca de informações relativas aos regulamentos vigentes;
- 2) apoiar o intercâmbio de especialistas e publicações;
- 3) prestar ajuda científica e técnica mútua.

O Acordo prevê ainda que, caso seja constatada a presença de organismos nocivos ou a violação de normas fitossanitárias, os órgãos responsáveis deverão informar-se mutuamente sobre o fato.

II – Análise

Acordos fitossanitários bilaterais como este sob análise, celebrado com a República da Polônia, têm por finalidade a proteção do território dos países signatários contra a propagação de doenças, parasitas vegetais e ervas daninhas. O Brasil já possui acordos fitossanitários similares firmados com Austrália, Chile, China, Índia, Nova Zelândia, República Tcheca e Venezuela, além de outros tratados multilaterais.

Com relação aos acordos multilaterais, o Brasil é signatário do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), e da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O Acordo em questão está, portanto, em sintonia com a política que vem sendo adotada pelo País, de celebrar tratados internacionais com vistas à proteção contra patologias vegetais. Ademais, o presente Acordo se coaduna com as condutas internacionalmente aceitas.

Por essas razões, consideramos como altamente positivo o Acordo celebrado com a República da Polônia, pelo qual somos favoráveis à sua ratificação.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Romeu Tuma** – **Serys Silhessarenko** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Marco Maciel**, Relator **ad hoc** – **Valdir Raupp** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata**.

PARECER Nº 243, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (nº 821/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988; pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Senador **José Agripino**

Relator **ad hoc** Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 307, de 4 de julho de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (PDC nº 821, de 2003, na origem), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem. Seu texto foi formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional daquela Casa, após a proposição haver tramitado, também, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Ato internacional peculiar pela sua forma de adoção, as Convenções da OIT não decorrem propriamente da negociação bi ou multilateral entre Estados. São, de fato, fruto de deliberação em assembleia, no âmbito da OIT, em Genebra, onde devem ser aprovadas por maioria qualificada. Cabe, então, aos Estados proverem a incorporação das Convenções em seus ordenamentos jurídicos internos, conforme os termos do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

II – Análise

A Convenção nº 167 e a Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, são de grande importância para o Brasil, dizendo respeito a direitos de expressivo contingente de trabalhadores que se ocupam da construção civil.

Embora a legislação nacional brasileira contemple adequadamente a tutela laboral, mormente em questões de salubridade e segurança do trabalho, é de boa técnica ratificar-se a produção normativa da OIT, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico nacional. Vale salientar que só as Convenções devem ser objeto de ratificação, o mesmo não ocorrendo necessariamente com as Recomendações, que possuem natureza meramente exortatória e indicativa às legislações nacionais, como o próprio nome sugere.

Vale salientar que, aprovada em 1988, somente agora a norma em tela é objeto de ratificação, o que ordinariamente não deveria ocorrer, sobretudo porque ela não discrepa da Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT), no que concerne à proteção e à medicina do trabalho. É importante que o Brasil esteja atento à necessidade de prontamente se adequar às leis internacionais, haja vista a tradição democrática e de respeito ao direito internacional que possuímos.

Nada havendo que possa obstar a plena incorporação da Convenção nº 176 da OIT ao direito brasileiro, quer no plano formal, quer no plano material, vale por derradeiro, tão somente, destacar a sua importância e o seu significado político, de tutela dos diretos trabalhistas.

III – Voto

Com base no exposto, considerando serem convenientes e oportunas aos interesses do País as normas sob exame, além de constitucionais e legais, e versadas em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (PDC nº 821, de 2003, na origem), que aprova os textos da Convenção nº 167 e dá Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa** – **José Jorge** – **Serys Silhesarenko** – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 244, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.326/0 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator **ad hoc**: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 121, de 16 de março de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, assinado em Atenas, em 27 de março de 2003.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi distribuído, também, para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, que o aprovou em 9 de março de 2005; e de Educação e Cultura, cujo parecer pela aprovação foi emitido em 24 de maio do mesmo ano. A matéria foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 8 de dezembro de 2005.

No Senado Federal, a Proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e na Comissão, a este Relator, em 24 do mesmo mês.

Trata-se de acordo genérico entre o Brasil e a República Helênica, cujo objetivo é o de fortalecer e estreitar as relações culturais entre os dois países, por meio do intercâmbio de experiências nos campos da cultura e da educação. Cria, para esse fim, mecanismos voltados para a implementação dessa cooperação.

No que tange à área da cultura, o Acordo estabelece que as Partes devam encorajar iniciativas visando a organização de exposições e de outros eventos culturais e a apresentação de trabalhos de arte, bem como a apresentação de trabalhos de literatura do outro país, incluindo traduções; outras iniciativas deverão ser estimuladas, como a participação de representantes das partes em conferências internacionais, festivais, etc; o desenvolvimento de contatos entre associações de artistas e escritores de ambos os países e o intercâmbio de peritos em várias áreas culturais; o intercâmbio de grupos teatrais, musicais, de dança, artísticos e folclóricos; o intercâmbio de informação, de experiência e de visitas de peritos nas áreas de museologia e conservação e proteção da herança cultural. O texto do Acordo prevê, ainda, a cooperação na área de bibliotecas e arquivos públicos.

No tocante ao campo educacional, o Acordo estabelece que as Partes de verão encorajar a cooperação entre as instituições de ensino superior dos dois países; encorajar e facilitar o ensino da língua, história, literatura, e outros aspectos da cultura do outro país; encorajar o intercâmbio entre professores e pesquisadores de instituições de ensino superior dos dois países; convidar representantes de uma das Partes para a participação em eventos voltados para a esfera educacional promovidas pela outra Parte; encorajar o intercâmbio de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação, de informação e experiência em todos os níveis da educação,

e a criação de instituições culturais do outro país em seu território.

A cooperação deverá abranger, também, as organizações de rádio e televisão; o esporte e a educação física; e organizações voltadas para a juventude.

O Artigo 9 prevê a elaboração de programas concretos de cooperação, válidos para períodos específicos e que deverão incluir as condições organizacionais e financeiras para sua execução. Estipula, ademais, a convocação de comitês comuns pelas Partes, que procederão ao exame e à aprovação dos referidos programas.

II – Análise

A Exposição de Motivos nº 42, de 20 de fevereiro de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, ressalta que o ato internacional em apreço

(...) significou a concretização de um antigo desejo de aproximação compartilhado por ambos os países, a partir do reconhecimento de que aos respectivos Governos convinha regulamentar e incrementar o intercâmbio e a cooperação nas áreas cultural e educacional. O Acordo, assim, tem por objetivo precípuo contribuir para o melhor conhecimento recíproco ao incentivar a realização de atividades culturais e educacionais nos dois países.

Os traços culturais consistem naquilo que cada sociedade tem de mais profundo e o que determina os seus hábitos e características distintivas. A valorização e o respeito pela diversidade entre as várias culturas constitui importante passo para a formação de cidadãos capazes de conviver harmoniosamente em um mundo globalizado.

Revestem-se, portanto, de inegável mérito os vários tipos de intercâmbio, previstos pelo Acordo, a se realizarem entre Brasil e Grécia nas áreas educacional e cultural, ensejando o tão necessário conhecimento mútuo entre os povos destes dois países.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a aprovação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Jorge** – **Eduardo Azeredo** – **Valdir Raupp**, Relator Ad Hoc – **Mão Santa** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Serys Silhessarenko** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 245, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006 (nº 1.378/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

Relator **Ad Hoc** Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 182, de 19 de abril de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, acatando os pareceres da Comissão de Turismo e Desporto, pela aprovação da matéria, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006, não tendo recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e o Líbano, que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais entre os dois países, mediante a adoção das seguintes medidas, entre outras:

- as partes incentivarão o desenvolvimento da cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas e promoverão o investimento no setor turístico de ambos os países;

- as partes envidarão esforços para simplificar os procedimentos de emissão de vistos e demais formalidades para o incremento do intercâmbio turístico entre os dois países;

- as partes incentivarão o desenvolvimento do intercâmbio de turistas e excursões de grupos, com o objetivo de participar de eventos esportivos e musicais, festivais de teatro,

exibições, simpósios e congressos realizados na área de turismo; e

- as partes incentivarão a troca de estatísticas e informações no campo do turismo, inclusive sobre legislação e regulamentação da atividade, legislação sobre a proteção e preservação de riquezas naturais e culturais.

O Acordo prevê, ainda, a criação de um Grupo de Trabalho Conjunto sobre turismo, cuja atribuição será a de implementar o Acordo e de elaborar propostas e programas com o objetivo de desenvolver a cooperação bilateral entre os dois países.

O Acordo, celebrado por ocasião da visita oficial do Presidente da República, Senhor Luís Inácio Lula da Silva, à República do Líbano, constitui um importante instrumento de cooperação bilateral entre os dois países.

Ademais, como bem salienta o parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a aproximação do Brasil com o Líbano pode ser importante à medida em que esse país poderá se constituir em uma porta de entrada para o oriente médio, servindo ao fortalecimento da presença brasileira no mundo árabe. Nesse sentido, maiores contatos e um maior conhecimento recíproco entre nossos povos podem ser deflagrados e alavancados pela intensificação do turismo bilateral, na esteira das práticas e procedimentos previstos pelo acordo.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo – Valdir Raupp – Marco Maciel**, Relator **Ad Hoc** – **Eduardo Suplicy – Mão Santa – Romeu Tuma – Serys Silhesarenko – José Jorge – José Agripino – Gerson Camata – Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 246, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006 (nº 1.627/ 2005, na Câmara que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Arca de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli em 25 de janeiro de 2004.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc** Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 621, de 22 de setembro de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser distribuído, também, às comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Turismo e Desporto. A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 24 de setembro de 2004, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem aprovado em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator signatário, em 27 de janeiro de 2006, após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se de acordo de cooperação na área de turismo celebrado entre o Brasil e a Índia com o objetivo de incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando estratégias para incentivar o fluxo turístico em ambas as direções, baseadas na troca de informações e legislações sobre o assunto e assegurando que as organizações turísticas respeitem a realidade cultural, histórica e social de cada país.

O Acordo está lavrado em sete artigos, desdobrados em diversos parágrafos cada um. Nele se prevê que as Partes promoverão o intercâmbio de informações sobre planejamento, programas de estudo, sistemas de treinamento para professores e instrutores em assuntos técnicos, especialmente em gerenciamento e operações na área de hotelaria.

O instrumento estabelece que as Partes estimulem alunos e professores de turismo a aproveitar as oportunidades de bolsas de estudo oferecidas por instituições de ensino e treinamento do outro país.

As Partes reafirmam seu comprometimento com as recomendações da Organização Mundial do Turismo e acordam trocar informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito do programa “Combate à Exploração do Turismo Sexual”, tendo por base a “Declaração de São Vicente para a proteção dos menores contra a exploração pelo turismo sexual”, firmada na Itália, em abril de 1995.

O Acordo, por fim, estabelece um fórum bilateral para discussão dos assuntos pertinentes ao turismo e à sua indústria e, nos dispositivos finais, determina que entrará em vigor por meio da troca de notas entre as chancelarias.

Pela análise do Tratado, dois pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a excelente técnica normativa empregada, que, a par de abordar todos os temas pertinentes à cooperação almejada, resguarda no mais alto grau, os interesses nacionais dos dois países, o que não seria de surpreender, tratando-se de dois países do porte de Brasil e Índia.

Em segundo, cumpre assinalar que o presente Tratado é mais um pequeno passo na direção da cooperação Sul-Sul que o Brasil vem priorizando e aprofundando na administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estratégia na qual Índia, África do Sul e China desempenham papel fundamental.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Serys Silesarenko** – **Valdir Raupp** – **José Agripino** – **Eduardo Azeredo** – **José Jorge** – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 247, DE 2006

Da Comissão de Relações exteriores e Defesas Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006 nº 1.654/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator: **ad hoc** Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 3 de fevereiro de 2005, por intermédio da Mensagem do

Poder Executivo nº 56, de 2005, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores; de Educação e Cultura; e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Acordo tem como objetivos, destacáveis de seu Artigo 2, a cooperação educacional em nível superior; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências no campo educacional; o estabelecimento de mecanismos de cooperação e troca de experiências na área do ensino à distância; o estabelecimento de mecanismos de cooperação na área do ensino técnico-profissionalizante; o fortalecimento da cooperação entre equipes universitárias de pesquisa; e o incremento da produção científica.

Para alcançá-los, as Partes se comprometem a promover intercâmbio de missões de docentes e de pesquisadores, de dirigentes e de estudantes; o intercâmbio de docentes e pesquisadores para a realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior; o intercâmbio de técnicos, especialistas e dirigentes com a finalidade de aprofundar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino fundamental, médio e profissional, programas e métodos didáticos; intercâmbio ou elaboração conjunta de materiais educativos e de informações, sobre metodologias, resultados e avaliações; intercâmbio de alunos e professores por meio de convênios entre instituições de ensino médio e profissional; intercâmbio de discentes de ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento; apoio técnico e assessoria em projetos de treinamento e especialização de professores; elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisa em áreas a serem posteriormente acordadas; e troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente.

Malgrado a diretriz de estabelecer o máximo de facilidades ao intercâmbio pretendido, o reconhecimento dos estudos de nível fundamental e médio e o reconhecimento ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos seguem sujeitos às leis e normativas pátrias.

II – Análise

O Acordo é genérico e pavimenta o adensamento das então incipientes relações Brasil – Barbados.

Versa sobre a cooperação educacional e interuniversitária bilateral, não sendo, neste tocante, original em relação aos Acordos semelhantes do qual o Brasil é Parte e não trazendo conteúdo controverso ou em aparente desacordo com as normas pátrias atinentes.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Valdir Raupp**, Relator *ad hoc* – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **José Jorge** – **Mão Santa** – **Serys Silhesarenko** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 248, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (nº 1.737/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (PDC nº 1.737, de 2005, na origem), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal

em Relação do Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, 25 de setembro de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovada por todos os órgãos colegiados supramencionados, foi a matéria a Plenário, onde foi aprovada em 19 de janeiro de 2006, e enviada ao Senado Federal.

II – Análise

Segundo a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o principal objetivo da Convenção em exame é o de fixar regras precisas no que se refere ao recolhimento do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas residentes em um dos países ou em ambos.

O Artigo 1º define o âmbito de aplicação da Convenção. São abrangidas as pessoas residentes, de um ou de ambos os Estados Contratantes, conforme definição contida no inciso I do Artigo 4º, segundo a qual a expressão “residente de um Estado Contratante” significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a tributação em razão de seu domicílio ou residência, de sua sede de direção, lugar de constituição ou qualquer outro critério de natureza similar.

Os impostos objeto da Convenção são, no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda e no caso do México, o imposto federal sobre a renda. A Convenção aplica-se também a outros tributos, de natureza similar, que porventura venham a ser criados após a data de assinatura, do referido instrumento, em substituição ou adição aos impostos já mencionados.

O Artigo 3º trata das definições gerais dos termos e expressões utilizados no diploma internacional em pauta; enquanto que os Artigos 4º e 5º definem especificamente as expressões “Residência e Domicílio Fiscal” e “Estabelecimento Permanente”.

O Artigo 6º dispõe sobre a aplicação da presente Convenção aos rendimentos de bens imobiliários; o Artigo 7º aos lucros das empresas; o Artigo 8º aos lucros provenientes da exploração de transportes marítimos e aéreos; e o Artigo 9º disciplina a tributação sobre os lucros de empresas associadas.

Os Artigos 10, 11, 12 e 13 referem-se à tributação de dividendos, de juros, de **royalties** e de ganhos de capital, respectivamente.

Os Artigos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 disciplinam a tributação por atividade, entre elas os serviços profissionais independentes (atividades de caráter científico, literário, artístico, serviços desempe-

nhados por médicos, advogados, engenheiros, etc.); os serviços profissionais dependentes (salários e ordenados percebidos de empregador); remunerações de direção; artistas e desportistas; pensões; funções públicas; professores e pesquisadores e estudantes e aprendizes.

O Artigo 23 dispõe sobre os métodos a serem utilizados para eliminar a dupla tributação. Como regra geral, quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, aquele Estado deduzirá do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado. A soma deduzida em um país não será superior ao montante do imposto pagável no outro país sobre tais rendimentos.

O inciso 2 do Artigo 23 determina que se os rendimentos obtidos por um residente em um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, este poderá, não obstante, ao calcular o montante do imposto incidente sobre os demais rendimentos de tal residente, levar em conta os rendimentos isentos.

O Artigo 24 versa sobre a não-discriminação em matéria tributária para nacionais e empresas dos Estados Contratantes, evitando tratamentos gravosos que desequilibrem as relações bilaterais. O Artigo 25 prevê solução amistosa para dirimir controvérsias sobre os termos da Convenção. O Artigo 26 consagra mecanismo de troca de informação para implementar o tratado, enquanto o Artigo 28, § 1º, admite evitar a concessão desses benefícios de comum acordo caso haja extrapolação dos fins e objeto da Convenção, assim como o § 2º deste artigo exclui a aplicação do tratado a certas circunstâncias. E o Artigo 27 resguarda os privilégios fiscais dos agentes diplomáticos e consulares.

III – Voto

Em face de todo o exposto, dada a importância do instrumento internacional em apreço para a dinamização das relações de cooperação entre o Brasil e México, e tendo em vista a correta técnica legislativa em que é versado o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006, que o aprova, votamos favoravelmente ao seu texto.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Romeu Tuma** – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **José Jorge** – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Serys Shessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa de seu Governador José Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado, enaltecido pela reportagem publicada na Revista **Forbes Brasil**, em sua edição de fevereiro do corrente ano, sobre o título “Sergipe: OLHO VIVO NO FUTURO”, anexada ao presente requerimento.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari ocorrido em 22 de março de 2006, em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de março de 2006.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do documentarista.

Justificação

O documentarista Primo Carbonari foi nome muito conhecido no País à época em que existiam, como complemento das sessões de cinema, noticiosos cinematográficos. Um deles foi o de Primo Carbonari, denominado *Amplavisão* que, para não perder atualidade, registrava assuntos de turismo, esporte, inauguração de obras e índios da Amazônia. Ao longo de sua existência, o *Amplavisão* produziu 3.200 edições, cuja exibição era obrigatória. Durante o regime de exceção, Carbonari produzia noticiosos ufanistas. Como produção noticiosa, o *Amplavisão* registrou a posse de todos os Presidentes da República, a partir de Getúlio Vargas. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se

pela dedicação de Carbonari a um gênero de jornalismo já extinto.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2006

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrida no dia 17 de março de 2006.

A Associação Comercial do Pará, a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil, foi criada no dia 3 de abril de 1819, tendo fomentado, desde então, o desenvolvimento do comércio paraense. Surgiu com o nome de Praça do Comércio do Pará e passou a ser denominada Associação Comercial do Pará somente em 1899.

Desde então, desenvolve inúmeras atividades fundamentais, como a criação da Escola Prática do Comércio (1899-1944) e, posteriormente, da Escola Técnica do Comércio. Patrocinou, ademais, a fundação do Museu Comercial do Pará, da Escola de Química Industrial e da Bolsa de Mercadorias daquele Estado.

O empresário Altair Corrêa Vieira, atual presidente da Associação Comercial do Pará – na esteira de um Manoel Antônio Pimenta Bueno, um dos mais valerosos e cultos comerciantes paraenses do século XIX –, também deixará sua marca na história da entidade.

O Sr. Altair Corrêa ameahou, ao longo de sua vida, muitos saberes, na qualidade de ativo participante de conferências, treinamentos, seminários e ciclos de estudos, entre outros.

Além do aprendizado que acumulou por meio de estudos, foi diretor dos Produtos Vitória S/A, de 1962 a 1964, Presidente do Centro de Indústrias do Estado do Pará, de 1972 a 1976, membro do Conselho Universitário do Pará, de 1975 a 1977, Presidente do Conselho do Sesi, de 1978 a 1984, Diretor da Indústria de Bebidas Antártica da Amazônia, 1985 a 1997, entre inúmeras outras atividades.

A vibrante participação de Altair Corrêa na Associação Comercial do Pará iniciou-se em 1990, sendo agora coroada com a presidência da tradicional entidade.

Em decorrência, submeto à alta consideração dos ilustres pares o presente Requerimento de voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse na Presidência da Associação Comercial do Pará.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Luiz Otávio**

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente,

Atendendo a convites do Senado da França e da Assembléia de Portugal, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho das referidas missões.

Informo que estarei ausente do País no período de 29 de março a 4 de abril de 2006.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido convidado por Vossa Excelência para acompanhá-lo em missão ao Senado da França e à Assembléia de Portugal, requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno, licença e autorização para me afastar do País e dos trabalhos desta Casa do dia 29 de março ao dia 4 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB/PA

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2006

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista:

- O bom desempenho observado nas empresas estatais, que ocasionou o aumento significativo no orçamento de investimento das mesmas para o ano de 2006 em relação ao previsto para 2005;

- que as despesas de custeio das empresas estatais não fazem parte do Orçamento Geral da União;

e, com o objetivo de:

- disponibilizar as informações sobre o desempenho econômico financeiro das empresas estatais;

- conhecer a linha de atuação e os projetos implementados pelas empresas estatais na execução de políticas de responsabilidade social;

- apresentar dados referentes aos impactos dos resultados positivos alcançados e revertidos em favor da sociedade brasileira, notadamente aqueles ligados aos segmentos mais vulneráveis da população; e

- propor, se for o caso, outras linhas de atuação para as empresas estatais, cooperando assim com o aprimoramento dos processos de transparência da gestão orçamentária e de prestação de contas,

- requeiro sejam prestadas pelo Exº Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações detalhadas referentes ao Orçamento de Custeio das Empresas Estatais, mais precisamente no que diz respeito aos investimentos realizados, objetivando o cumprimento de políticas de responsabilidade social.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, ocorrido em 20 de março deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 20 de março, da modelo e atriz Marina Montini, musa inspiradora do pintor Di Cavalcanti.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

A modelo e atriz Marina Montini se tornou célebre por ter sido, durante mais de 10 anos, a musa inspiradora de Di Cavalcanti, sendo imortalizada nos quadros do pintor. Sua beleza foi retratada por diversos pintores e fotógrafos e encantou celebridades por todo o mundo.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 321, de 2006**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, lido na sessão do dia 22 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

– **Nº 106, de 2006** (nº 171/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro; e

– **Nº 107, de 2006** (nº 170/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem V.Exª a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria deixar meu nome na lista para as comunicações inadiáveis. Mas, como estou inscrito normalmente, se até na hora das comunicações inadiáveis eu não for chamado, então, fico nas comunicações inadiáveis. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Exª será atendido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem.) – Igualmente, Senador Juvêncio da Fonseca, que preside esta sessão, quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de, regimentalmente, inscrever-me para uma breve comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Então, já temos três inscritos: Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena e Senador Eduardo Suplicy.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Jorge.

S. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Caixa Econômica Federal, sob a administração do PT, leva 15 dias para fazer o que os outros bancos não levam 15 minutos.

A incompetência administrativa do Governo acaba de macular mais uma instituição secular do Estado brasileiro.

Segundo ouvi de alguns profissionais de bancos comerciais, todos foram unânimes em informar que, com os atuais recursos de informática, os acessos às contas são registrados e podem ser identificados em poucos minutos.

Na verdade, sabemos que a demora da Caixa em responder não é por incapacidade administrativa dos competentes profissionais de carreira daquela instituição. A delonga na resposta à CPI serve aos interesses menores deste desgoverno e é uma tentativa de construir uma versão fajuta ou achar um culpado que assuma o crime sozinho.

O que eles pretendem é abafar este abuso contra o cidadão brasileiro desprotegido.

Segundo o jornal **O Globo**, funcionários do banco “informaram que a Caixa tem um arquivo de segurança que permite a identificação quase imediata do autor de qualquer movimentação no sistema, o que permitiria chegar ao responsável em minutos”, e não em dias.

Gostaria de dizer aos empregados, em especial àqueles no nível de gerência, que não tenham medo. Segundo a imprensa, o clima na Caixa é tenso. Alguns estão de álibis do que estavam fazendo no dia do crime. Um diz que estava viajando. Outro, estava com a mulher no hospital.

Na condição de membro da CPI, vou propor a convocação do funcionário envolvido no delito. Não queremos constrangê-lo, pois basta que ele, ou ela, indique de onde veio a ordem de violar o sigilo bancário, para que tenham sua culpa atenuada.

O roteiro do crime contra o caseiro e sua família já está praticamente elucidado, Sr. Presidente.

Alguém da alta administração da Caixa teria determinado que a Superintendência Nacional de Rede violasse a conta de Francenildo. A invasão aconteceu depois do expediente bancário, às 20 horas e 50 minutos. Os dados foram repassados, por fax, para o Ministério da Fazenda, por uma gerente, que os teriam vazado para a revista **Época**.

O que nos interessa saber é quem é o mandante desse crime e com que motivação.

A responsabilização criminal de funcionários é papel da Polícia Federal e do Ministério Público. Ao Congresso Nacional caberá avaliar as implicações políticas dos agentes estatais eventualmente envolvidos.

O que nos preocupa é que, somente no quarto dia em que um protegido da Polícia Federal – o Sr. Francenildo estava sob proteção da Polícia Federal – teve o seu sigilo bancário quebrado, enquanto se encontrava na sede da instituição, é que a direção da Polícia determinou a abertura de um inquérito para apurar os fatos.

Depois de tamanha demora, ao ser perguntado sobre a falta de atitude da Polícia Federal, o Delegado Wilson Damázio saiu-se com uma afirmativa que comprova a falta de vontade de apurar os fatos demonstrada pelo Governo Lula. Pressionado, o delegado declarou: “Como demorando? Você está no Brasil, pelo amor de Deus!” – foi o que o delegado disse. Para começar, ele precisava de quatro dias só porque está no Brasil. Se estivesse nos Estados Unidos, na Inglaterra, certamente teria começado antes.

Não, não é “este o Brasil” que a população acreditou quando elegeu o Presidente Lula. E não é esta a Polícia Federal que o Presidente vive declarando que apurará tudo, “doa a quem doer”.

Além disto, nunca é demais lembrar que a Caixa Econômica, além de agente financeiro, é uma empresa pública, ou seja, 100% de suas ações pertencem à União, e portanto completamente sujeita aos interesses do Poder Executivo.

A população, em especial a menos esclarecida, está assustada, pois a Caixa é uma instituição de 145 anos de credibilidade. Alguns clientes estão telefonando para o Banco e até comparecendo pessoalmente nos balcões para questionar a segurança da instituição.

Segundo o jornal **Correio Braziliense**, um gerente que não quis se identificar declarou: “Estamos vivendo um clima de terror dentro da Caixa. Como podemos oferecer segurança à clientela depois de tudo que está sendo divulgado?”

Um fiscal do Banco Central, ouvido, sintetizou o sentimento da população para essa crise criada pela administração petista: “Quando o assunto é banco, que vive de credibilidade, não há espaço para brincadeira”.

O Banco Central, que tem a responsabilidade de manter a credibilidade bancária, está exigindo um rápido pronunciamento da Caixa, o que torna o pedido de 15 dias de prazo uma irresponsabilidade da direção da instituição financeira.

Quando surgiram rumores envolvendo a vida privada do Ministro Palocci, o Governo moveu céus e terras para protegê-lo. Agora que a privacidade do Sr. Eurípedes Soares da Silva, um senhor de 72 anos, suposto pai do caseiro, foi exposta à execução pública por esse crime de agentes governamentais, ninguém da base aliada saí em sua defesa e pede-lhe perdão.

É até interessante dizer que o suposto pai do caseiro, Eurípedes Soares da Silva, pelo que se sabe hoje, foi chamado à Caixa Econômica do Piauí pelo gerente para justificar os depósitos que fez. Quer dizer, o caseiro e o Sr. Eurípedes viraram criminosos, pois estão sendo investigados, quando quem deveria sê-lo é o Ministro Palocci, quem, supostamente, cometeu as irregularidades. Estão virando o jogo, porque testemunhas que estavam colaborando serão ouvidas como acusados de alguma coisa que não fizeram.

Num governo sério, comprometido efetivamente com o combate à corrupção, um presidente de banco oficial envolvido num crime como esse seria demitido de imediato pelo Ministro da Fazenda. Mas como disse a cientista política Lucia Hippólito:

Sei que é demais pedir que o presidente da Caixa seja demitido [eu também acho], o que aconteceria num país um pouco mais sério. Mas no Brasil está ficando aflitiva a total falta de cerimônia de autoridades de todos os poderes (...) Compreendo que o ministro da Fazenda, superior hierárquico do presidente da Caixa Econômica Federal, esteja com alguma dificuldade de fazer valer sua autoridade. Afinal, o Ministro Palocci vem sendo diariamente desautorizado por ex-assessores, motorista, caseiros, corretores de imóveis. Enfim, a fila é extensa.

Como bem destacou o editorial de ontem do jornal **Folha de S.Paulo**:

...a privacidade do ministro é preservada ao custo de sonegar-se à Nação o esclarecimento de suas relações com lobistas e es-croques. A intimidade do caseiro e seu drama familiar são desnudados ao país. Não é difícil imaginar como foi gestada a idéia de devastar as contas de Francenildo Santos Costa, o empregado de uma mansão de Brasília que, em consonância com outras duas testemunhas, contradiz Antonio Palocci ao afirmar que o ministro visitou a chamada “casa do lobby”. Desqualificar quem perturba é tática recorrente da cartilha autoritária que o PT, no poder, vem cultivando com desembaraço.

Para não permitir que esse crime petista fique impune e para garantir a credibilidade da Caixa, informo ao Plenário que proporei a convocação amanhã – seria hoje, mas ficou para terça-feira, por um requerimento de minha autoria – da SRA. Clarice, Vice-Presidente de Segurança e Tecnologia da Caixa e, portanto, pessoa correta para dar esses esclarecimentos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Já estou terminando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, acho perfeitamente compreensível a sua reação. Em relação ao Sr. Eurípedes Soares, manifesto a minha solidariedade, conforme V. Ex^a aqui expressa. O que aconteceu com ele e com Francenildo dos Santos Costa, de fato, é algo do âmbito da vida pessoal, privada, que acabou sendo exposta para todo o Brasil em decorrência dos episódios, algo que deveria mais estar no âmbito da família do Sr. Francenildo e de seu pai. Com respeito à averiguação dos fatos que a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senado brasileiro, o próprio Presidente Lula e o Ministro Márcio Thomaz Bastos consideraram grave, acho muito importante que possa a Caixa Econômica Federal, num tempo que não precisa ser de 15 dias, revelar-nos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Hoje já completa uma semana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi expresso ontem que, segundo foi explicado à comissão composta pelos Senadores Alvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado de Oliveira, há uma norma de que, para questões quaisquer que impliquem sindicância, o prazo normal do Regimento da Caixa Econômica Federal é de 15 dias. Claro que isso causou estranheza a todos nós. Imaginem 15 dias! Mas faça um apelo como o de V. Ex^a, de que a Caixa Econômica Federal possa, num espaço de tempo menor do que 15 dias, trazer à tona a revelação completa. V. Ex^a propôs que

a vice-presidente responsável ou a diretora de tecnologia e segurança pudesse vir, inclusive que viesse hoje. Não sei todos os detalhes, mas foi anunciada a transferência para o dia 28, acredito que terça-feira próxima. Espero que até terça-feira tenhamos a explicação completa sobre como aconteceu essa devassa nas contas de Francenildo dos Santos Costa de uma maneira que fere o seu direito constitucional como cidadão. Não quero, de pronto, fazer um julgamento sobre quem seria a pessoa responsável, mas avalio seja importante que o Governo que eu apóio, o do Presidente Lula, transmita o quanto antes essa informação, inclusive em defesa e em benefício do Ministro Antonio Palocci. Ontem, no depoimento da SRA. Isabel Bordini à CPI, ela esclareceu, de maneira muito espontânea e natural, procedimentos inadequados que lhe haviam sido atribuídos. As explicações que ela deu, na minha avaliação, foram adequadas, salvo tenhamos outras informações, mas ela prestou esclarecimentos de maneira espontânea, comparecendo no dia seguinte ao seu chamamento. O delegado Benedito Valencise não a havia chamado; já tinha anunciado à imprensa que iria indiciá-lo. O delegado, em verdade, está não apenas querendo denunciar servidores da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, mas, sim, como anunciou na própria CPI, indiciar o ex-Prefeito, hoje Ministro Antonio Palocci. Sua forma de agir contraria os princípios constitucionais, pois, sendo o Antonio Palocci Ministro de Estado, não poderia o delegado agir de maneira a querer indiciá-lo. Ainda mais anunciar que está indiciando uma pessoa que hoje é Ministro de Estado, porque a competência para isso não é dele. Então, é preciso que também se coloquem procedimentos de maneira adequada. Avalio como correta a sua observação e aqui estendo também a solicitação ao próprio Presidente Jorge Mattoso, da Caixa Econômica Federal, que é de se esperar que o esclarecimento completo do fato apontado por V. Ex^a se dê em tempo muito inferior a 15 dias, o quanto antes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a solidariedade de V. Ex^a às minhas palavras e devo dizer que já se passou uma semana desde que o sigilo do caseiro foi divulgado – isso se deu na quinta-feira passada, no dia em que ele veio à Comissão, às 21 horas. Daqui a pouco serão quinze dias e nada ainda foi feito.

Antes de conceder aparte ao Senador Alvaro Dias, queria dizer que, em relação à Sr^a Isabel Bordini, nada vou comentar aqui, porque não é esse o tema do meu discurso – evidentemente falarei depois sobre esse caso na CPI –, mas que essa senhora é a pessoa que mais vi gostar de varrição, é: durante o período em que ela presidiu a empresa, a varrição dobrou e, consequen-

temente, dobraram os pagamentos. É exatamente daí que o Sr. Rogério Buratti diz que saiu o dinheiro para o pagamento de propina às prefeituras. Não vou discutir isso agora, porque esse é outro tema.

Se o Presidente me permitir, ouvirei o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, V. Ex^a já está encerrando o seu discurso, mas aproveite a oportunidade para anunciar que eu e os senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado estamos nos dirigindo à Polícia Federal neste momento, em diligência, exatamente para dar continuidade aos trabalhos da CPI nessa tentativa de colaborar para esclarecer os fatos ou, muito mais, para cobrar uma investigação rigorosa que permita a punição daqueles que praticaram esse crime, um crime que afrontou a Constituição e revoltou a população do País. De outro lado, a Caixa Econômica já anuncia, em nota oficial, que identificou a máquina que foi utilizada para o acesso à conta do caseiro e coloca dois servidores da Caixa Econômica Federal como os prováveis responsáveis ou como suspeitos pelo ato praticado. Certamente um servidor público foi usado, um servidor público que presta seus serviços à Caixa Econômica como assalariado foi usado para acessar, para utilizar a máquina e acessar, invadir a conta do caseiro. É óbvio, porém, que queremos apurar mesmo é o responsável por isso, o responsável maior. É sobretudo a autoridade maior que deve ser penalizada. Todos os envolvidos devem pagar, mas evidentemente deve pagar mais caro o principal responsável. É isso o que desejamos, e isso não se esgota na ação administrativa, caminhará para a ação judicial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a e ouço o Senador Romeu Tuma, que, acredito, quer fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só a título de esclarecimento à Casa e ao Senador Eduardo Suplicy, que é muito atento à CPI dos Bingos, quero dizer que o Senador José Agripino perguntou ao delegado, com respeito ao Ministro, se ele teria condições de indiciar o Ministro. Ele disse que não poderia, porque o Ministro tem foro privilegiado. Portanto, esclareço que ele não disse que ia indiciar.

Houve uma insistência e o delegado disse que, com os elementos que tinha, poderia indiciá-lo se ele continuasse prefeito ou ex-prefeito, mas que, como ministro, não lhe compete indiciá-lo nem tomar providências, porque o foro dele é o Supremo Tribunal Federal. Só para esclarecer que o delegado não pode fazer o que seria uma irregularidade grave: abuso de autoridade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e devo concluir meu discurso dizendo da gravidade desse caso do caseiro. Hoje vemos diversos casos em que o Governo está metido: corrupção, Waldomiro Diniz, PT e caixa dois. Tudo isso é gravíssimo, mas acho que essa do caseiro foi a coisa mais grave que já aconteceu no Governo, pela personagem e principalmente porque mexe com um direito inalienável das pessoas, uma cláusula pétreia da Constituição que assegura às pessoas vida privada e não devassada, diferentemente da forma como agiu o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Juvêncio da Fonseca, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca como segundo inscrito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Jorge, eu, que já limitei no foro criminal por muito tempo, tenho o costume de indagar, diante de um caso como esse, o seguinte: a quem aproveita? O caseiro é testemunha contra o Ministro da Fazenda, o Sr. Antonio Palocci. Foi violada a conta do caseiro na Caixa Econômica. A quem a Caixa Econômica está subordinada política e administrativamente? Ao Palocci. Ora, se ele está encurralado, tem de ir a sua Caixa Econômica, aos seus funcionários, para obter essa irregularidade que assombra o País. Era apenas esse esclarecimento, Senador José Jorge.

Estou aqui hoje para falar que, após a fúria do Estatuto do Desarmamento, fúria essa que foi fulminada com o resultado do referendo, chega a hora, Senador Romeu Tuma – V. Ex^a é *expert* nisso – de aperfeiçoarmos o Estatuto do Desarmamento, tão importante que ele é para a Nação brasileira, principalmente para regulamentar o controle das armas por meio de seu registro.

Dirigindo-me aos Srs. Senadores e à população deste País, quero dizer que esse Estatuto contém uma série de irregularidades, inconstitucionalidades, disposições anti-sociais, disposições que, inclusive, contrariam a boa disciplina da dosagem das penas, um desrespeito completo ao cidadão brasileiro.

Para exemplificar o que digo, começo com uma inconstitucionalidade. Diz o Estatuto do Desarmamento que a pessoa, para adquirir uma arma, tem de ter no

mínimo 25 anos de idade. No entanto, a Constituição confere ao cidadão, a partir dos 21 anos de idade, a prática de todos os atos de sua vida por si só. A maioridade plena do brasileiro se dá aos 21 anos de idade. Para adquirir uma arma, porém, tem de ter 25 anos de idade. Baseado em quê? Na formação psicológica da pessoa? Ora, essa mesma formação psicológica da pessoa foi a base usada para se fixar em 21 anos a maioridade.

Tendo em vista questões como essa, elaboramos um projeto que faz correções ao Estatuto do Desarmamento. Uma das correções é diminuir a idade de 25 anos para 21 anos, dando, assim, constitucionalidade ao Estatuto do Desarmamento.

Faço referência agora à dosagem de pena. Não é possível, Sr^a Presidente, que as penas sejam estabelecidas de forma desequilibrada para crimes de maior e de menor significado. Citei um só exemplo a respeito dessa dosagem para esclarecer o meu ponto de vista.

Quando se pratica o crime de disparo de arma de fogo, a pena é de dois a quatro anos e estabelece-se que é um crime inafiançável. Como aceitar uma disposição como essa em um país onde, principalmente no interior, usam-se muito as armas de fogo para dar salvas no fim do ano, em aniversários, em grandes festas. Segundo o Estatuto do Desarmamento, porém, fazer um disparo é crime inafiançável sujeito à pena de dois anos e quatro meses.

Segundo o Código Penal, no caso de homicídio culposo por exemplo, ou seja, aquele em que se tira a vida de uma pessoa por imperícia, negligência ou imprudência, a pena fixada está entre um ano e três anos de detenção. Portanto, para o crime de matar uma pessoa por imperícia – às vezes pelo manuseio inadequado de um revólver –, a pena é menor do que aquela a que está sujeito quem faz um disparo.

Existem várias irregularidades na dosagem das penas no Estatuto do Desarmamento. Estamos corrigindo!

Outra questão inconstitucional que os tribunais já estão atacando é a relacionada aos crimes inafiançáveis de porte de arma de uso permitido. A Justiça já está pondo fim a essa questão em vários julgamentos por este Brasil todo. Essa inafiançabilidade é inconstitucional. Ora, se se permite a liberdade provisória até para crimes mais graves, você que porta uma arma não pode sequer pagar uma fiança para ser solto? Onde está a equidade na dosagem das penas?

Outra questão incrível é a relacionada à munição. Se você portar munição, ainda que sem arma, também comete crime, com a mesma dosagem das penas. E olhem o que aconteceu na minha cidade de Campo

Grande, no Mato Grosso do Sul, semana passada: uma senhora, vendo sua casa sendo invadida por ladrões, pegou o revólver, deu dois, três tiros para cima e, em seguida, pediu que a polícia viesse. Acabou sendo presa por posse ilegal de arma de fogo! Porque ela – coitada, ingênua! – contou que conseguiu espantar os bandidos usando o seu revólver, que não era registrado; logo, não se tratava de posse legítima, e, portanto, crime inafiançável. E foi presa essa mulher! E isso acontece no Brasil inteiro!

Outra questão gravíssima no Estatuto de Desarmamento: a lei quis disciplinar o porte de arma de fogo para o homem do campo. Dispõe, então, o referido Estatuto: “Na zona rural, o cidadão pode ter o porte de arma, desde que esse porte de arma comprovadamente seja para sua subsistência ou para a da sua família na categoria de caçador”. Meu Deus do céu! Está proibida a caça neste País. Não existem mais caçadores neste País, salvo os clandestinos, aqueles que estão burlando a lei. E vem o Estatuto do Desarmamento cometer uma barbaridade dessas! Estamos corrigindo e dizendo que também pode ter seu porte de arma o homem da zona rural, nos limites da sua propriedade; diferentemente do homem da cidade, que deve observar os limites da sua residência.

Uma outra questão diz respeito às armas apreendidas – e aí entra a volúpia autoritária de desarmar o povo, fazendo parecer até que estar armado é um crime. Diz o Estatuto que essas armas apreendidas têm que ser destruídas. Já vimos não sei quantos espetáculos na televisão mostrando aquele rolo compressor passando sobre as armas apreendidas, destruindo-as todas. Ora, essas armas não podem ser úteis para as instituições de segurança do País? Claro que podem. Quantos revólveres calibre 38 apreendidos, com eficiência plena, podem perfeitamente ser cedidos às Polícias Civil e Militar e para as instituições de segurança?

O nosso projeto pretende o seguinte: apreendidas as armas, elas passam por uma perícia. Tendo eficiência, sendo uma arma boa, ela será distribuída, cedida pelo Exército brasileiro, que é quem detém a posse das armas, para as instituições de segurança.

O projeto, ao fazer essa correção, é de grande importância para as nossas instituições, principalmente para a polícia, que vive momento de grande dificuldade para se estruturar até com o armamento, pois faltam gasolina, carros, pneus e também armas, Sr^a Presidente. E a solução das armas, em parte, está aqui. O nosso projeto, portanto, permite esta cessão facultativa feita pelo Exército.

E, por final, porque o meu tempo está esgotando, Sr^a Presidente, falo sobre as taxas cobradas para o registro e o porte de arma que são, hoje, respecti-

vamente, de R\$300 e R\$1000. É dar com uma mão e tomar com a outra. Permite-se comprar o revólver, registrá-lo legalmente, mas impossibilita-se o porte de arma ao se cobrar uma taxa exorbitante de R\$1.000,00, além das certidões, todas elas pagas, que o cidadão deve obter para conseguir a sua licença de aquisição e o porte de armas.

Portanto, essas são as regras do Estatuto do Desarmamento. Estamos propondo uma modificação bastante importante em nosso entendimento, mesmo porque as injustiças estão ocorrendo neste País, de Norte a Sul, com referência à aplicação desse Estatuto.

Peço aos meus pares, passada da fase da fúria autoritária na direção do desarmamento do povo, que tenhamos ansiedade para retificar esse Estatuto tão arbitrário, trazendo ao País, ao cidadão honesto, ao dono de casa um instrumento legítimo para a sua defesa, da sua família e do seu patrimônio.

Obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Fátima Cleide.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr^a Presidente, solicito minha inscrição para, em nome da Liderança do PTB, fazer uma comunicação de interesse da Bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – V. Ex^a está inscrito. A Mesa aguarda o ofício da Liderança.

Sem prejuízo dos demais oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Fátima Cleide, venho à tribuna no dia de hoje para demonstrar as minhas preocupações com o que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

Senador Sérgio Zambiasi, dirijo-me a V. Ex^a, pois sei que, na qualidade de Senador gaúcho, compartilha da mesma preocupação. Os professores estaduais do Rio Grande do Sul estão há mais de 20 dias em greve. A mobilização atinge todos os 42 núcleos do Sindicato (Cpers) da categoria no Estado. A categoria faz movimentos e, até o momento, não conseguiu entendimento com o Governo do Estado.

Diversas atividades estão acontecendo: mobilizações, atos públicos, debates sobre a questão da educação no Rio Grande do Sul. Neste momento, há

uma grande manifestação no centro da capital, Porto Alegre.

A pauta de reivindicações dos professores gaúchos aponta quatro eixos que passo a citar:

Questão salarial:

- 1 – Reposição emergencial de 28% e 8,69% já concedidos aos outros Poderes;
- 2 – O cumprimento da legislação em relação ao 13º salário, que lhes seja pago em dia; e
- 3 – Discussão conjunta Governo e sindicato para alteração da lei assegurando o direito ao vale-refeição.

Questões funcionais:

- 1 – Publicação e atualização das promoções dos funcionários e professores conforme acordo com entendimento já encaminhado;
- 2 – Nomeação imediata de funcionários e professores, considerando que a validade dos concursos expira agora, em 2006;
- 3 – Inclusão dos funcionários no plano de carreira.
- 4 – Garantia de condições dignas de trabalho a todos os trabalhadores em educação.
- 5 – Implementação da alteração do nível 3 para o nível 6 a todos os trabalhadores em educação que comprovarem este direito.
- 6 – Garantia de aposentadoria imediata, com todos os direitos conquistados, a todos os trabalhadores em educação que completarem o tempo de contribuição e a idade nos parâmetros exigidos pela lei.

Questões educacionais:

- 1 – Revogação do Contrato de Gestão.
- 2 – Suspensão imediata do processo de municipalização do ensino fundamental.
- 3 – Garantia de acesso ao ensino fundamental aos seis anos de idade
- 4 – Retirada imediata de tramitação na Assembléia Legislativa do PL nº 259, garantindo a ampla discussão do Plano Estadual de Educação, a fim de contemplar as questões levantadas no parecer do Ceed e as preocupações da categoria no que se refere, entre outras, ao plano de carreira, profissionais da educação, municipalização do ensino e qualificação profissional.

Ainda está na pauta:

- 5 – Repasse integral e em dia das verbas para a manutenção das escolas.

Entram, ainda, no rol de reivindicações as **questões previdenciárias:**

- 1 – Regulamentação do regime próprio da Previdência Social, de acordo com as normas da própria Constituição.
- 2 – Regulamentação imediata da dependência, possibilitando que as mulheres – 90% da categoria, Senadora Fátima Cleide, que preside a sessão –, possam colocar seus maridos ou companheiros como dependentes, tanto no IPE Saúde como no IPE Previdência.
- 3 – Efetivas melhorias na assistência à saúde pelo IPE Saúde e ampliação dos serviços prestados (odontologia, psicologia, psiquiatria, fisioterapia e outros) tanto na capital como no interior.

Sr^a Presidente, a pedido do Cpers/Sindicato, solicitei, mediante correspondência...

Senador Sérgio Zambiasi, vou conceder em seguida um aparte a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a concorda com o encaminhamento que fiz na seguinte linha: solicitei hoje pela manhã ao Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o ex-Deputado Federal Germano Rigotto, que receba a direção do Cpers/Sindicato para uma audiência emergencial.

As negociações entre o governo estadual e o comando de greve não podem parar.

Sei que o Secretário de Educação, ex-petista e hoje no PDT, companheiro José Fortunati, tem dialogado com os professores.

Entendo que é fundamental a manutenção do diálogo envolvendo a Secretaria da Fazenda, a área da Educação e o próprio Governador. Sei também, e quero reafirmar, em razão da minha própria história na área sindical, que a melhor maneira de chegar a resultados que sejam de interesses das partes é, sem sombra de dúvida, a conversa, o debate, o diálogo aberto.

Reafirmo, Sr. Presidente, que ninguém faz greve porque gosta. A greve é um instrumento de mobilização, mas que visa à construção de um grande acordo.

Senador Sérgio Zambiasi, sei que os professores, neste momento, estão assistindo, em um telão, na capital, ao debate no Senado. Eu disse a eles que, provavelmente, tanto V. Ex^a como o Senador Pedro Simon, se aqui estivessem, iriam participar desse diálogo a distância. Estou convencido de que o Governador Germano Rigotto há de chamar os trabalhadores da educação e os Secretários da Educação e da Fazenda para encontrar uma solução que aponte para o fim da paralisação, que, na verdade, é o que querem – tenho certeza absoluta – os pais, os alunos, o Governo do Estado e o próprio Cpers.

Concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, primeiro cumprimento V. Ex^a pela sua sen-

sibilidade, reconhecida em todo o Brasil, especialmente na área social. A sua manifestação vem ao encontro, seguramente, de uma preocupação que permeia todo o Estado – os professores, as suas famílias, os alunos, os seus pais – e demonstra realmente as perdas históricas do magistério gaúcho. Sem desmerecer os profissionais de nenhum outro Estado, talvez um dos setores mais qualificados do Brasil, em termos de educação, é o do Rio Grande do Sul. Realmente, o magistério gaúcho é de altíssima qualificação. Porém, lamentável, infeliz e historicamente, esses profissionais vêm, a cada ano, tendo seus vencimentos achatados, mas nem isso é suficiente para desmotivá-los a transmitir o conhecimento e a formar cidadãos e cidadãs, como essa classe vem fazendo. Acompanhei atentamente a extensa pauta de reivindicações, que demonstra um problema que não é de hoje, não é de ontem. É um problema histórico que, em algum momento, terá de ser resolvido com a participação, sim, desses profissionais, que exercitam, acima de tudo, uma missão. Quem vai para o Magistério estabelece, como primeira causa, a grande missão de transmitir conhecimento para as gerações futuras, as gerações que nos vão governar, que nos vão oferecer, seguramente, um mundo melhor do que este em que estamos vivendo. A manifestação de V. Ex^a tem minha solidariedade. Sei que o Secretário José Fortunati, seu ex-companheiro de Partido, hoje no PDT, tendo a grande responsabilidade de conduzir a questão da educação no Estado, já tem uma proposta emergencial para oferecer. Deverá ser realizada – e espero que se realize – a audiência com o Governador Germano Rigotto esta tarde ainda, para que esses homens e mulheres que estão à frente do Piratini não sofram ainda mais do que já estão sofrendo com a paralisação. Paralisação não faz bem para ninguém, mas, seguramente, não é boa especialmente para quem pára. Quem chega ao extremo de parar é porque já está numa situação de profundo desgaste. Confio que, reunindo ambas as partes, encontre-se um patamar mínimo de negociações e que se ofereça expectativa de alcançar, no futuro, os objetivos colocados na pauta de negociações, a que V. Ex^a acabou de se referir em seu pronunciamento. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a e me somo à sua preocupação, à preocupação do Estado e dos professores, na busca de uma solução imediata para esse problema do nosso querido Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, serei rápido, pois sei que só tenho dois minutos.

Senador Sérgio Zambiasi, pela sua manifestação, com relação ao documento que remeti ao Governador Rigotto, posso tomar a liberdade de dizer que, com

certeza absoluta, ele tem o aval de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon.

O que estamos pedindo? Que o Governador receba o Cpers/Sindicato, estabelecendo junto com o companheiro Fortunati um processo de negociação o mais rápido possível.

Para concluir, Sr^a Presidente, gostaria de deixar registrado outro pronunciamento, que, na verdade, é um agradecimento que faço a todos os Senadores da Comissão de Educação. Sei que V. Ex^a estava disposta a relatar o projeto, se fosse necessário, mas o Senador Valdir Raupp acabou relatando, mediante entendimento, o parecer do Senador Gilberto Mestrinho, que consagra, conforme nosso projeto, o dia 7 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, em homenagem ao grande Sepé Tiaraju.

Em neste último minuto do meu pronunciamento, aproveitando a chegada ao plenário da Senadora Ideli Salvatti, Líder do Bloco de apoio ao Governo, quero dizer que já estou recolhendo assinaturas – repetindo aqui o pronunciamento que fiz na Comissão Mista do Salário Mínimo –, para solicitar ao Ministro Luiz Marinho que, junto ao Presidente Lula, não encaminhe a proposta de reajuste do salário mínimo por medida provisória. O Presidente Lula nos atendeu e encaminhou a proposta por projeto de lei. Entendo que é grave para o Congresso Nacional se não votarmos o salário mínimo antes do dia 1º de abril, quando entra em vigor.

Nesse sentido, ficarei muito constrangido se tiver que pedir à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Tião Viana que faça um apelo ao Presidente Lula para que envie a proposta por medida provisória, o que é ruim para a Câmara e para o Senado.

Então, demonstrando uma iniciativa de quem quer efetivamente votar o salário mínimo, para que ele entre em vigor a partir de 1º de abril, já estou recolhendo assinaturas para que o reajuste do salário mínimo seja votado aqui na próxima semana, em regime de urgência urgentíssima. Afinal, nós, que tanto questionamos as medidas provisórias, exigimos o envio de um projeto de lei – no que fomos atendidos pelo Presidente – e precisamos votá-lo.

Espero que a Câmara dos Deputados vote ainda hoje e remeta para cá, e nós aqui votaremos.

Tenho certeza que o Senado fará a sua parte. Espero que a Câmara, onde estive por 16 anos, não vacile e não deixe o Congresso Nacional numa posição constrangedora.

Entendo que não se trata nem de divergência de mérito, porque percebo no Senado, na Câmara e na própria sociedade que há um grande entendimento sobre a proposta encaminhada via projeto de lei. Não percebi, na Comissão Mista de 11 Deputados e

Senadores, nenhum questionamento ao projeto em si. Então, se não há problema em relação ao mérito, não há motivo nenhum para que o Congresso não vote antes do dia 1º de abril o novo salário mínimo para o País, conforme encaminhado pelo Senhor Presidente da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente Fátima Cleide.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, por unanimidade, a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou o **Projeto de Lei nº 342, de 2005**, de nossa autoria, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, a ser celebrado no dia 7 de fevereiro. Nesse dia, em 1756, há 250 anos, o líder da resistência Guarani, Sepé Tiarajú, foi morto no sul do Brasil por tropas de Espanha e Portugal. Três dias após, cerca de 1500 índios são dizimados pelo exército binacional, o que ficou conhecido como “A batalha de Caiboaté”.

O parecer do ilustre Senador Gilberto Mestrinho diz:

“A instituição do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas certamente constituirá a oportunidade para que índios e setores da sociedade civil que se ocupam da questão indígena se mobilizem para a conquista de direitos pelos pré-colombianos brasileiros ou para a implementação das prerrogativas que lhes são legalmente asseguradas”.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar e agradecer a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que compreenderam a nossa intenção e o desejo dos povos indígenas, que estavam representados naquele dia pelos Pataxós, e agradecer em especial ao senador Gilberto Mestrinho pelo parecer favorável.

Sr. Presidente, para finalizar, faço um apelo aos Colegas da Câmara dos Deputados para que aprovem o projeto. Temos o dever de cada vez mais refletir sobre a realidade indígena no Brasil e no Continente, sobre os desafios, dificuldades, e resistência e conquistas dos povos indígenas ao longo dos últimos tempos.

Era o que eu tinha a dizer.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A minha fala pela ordem será um pouco diferenciada, para fazer uma homenagem a cidade de Florianópolis, que comemora, hoje, 280 anos.

Com a condescendência de V. Ex^a, Sr^a Presidente, aproveito a oportunidade para ler um pequeno texto que preparei em homenagem à cidade onde vivo e que é orgulho de todos nós:

Rósea Floripa

As paineiras floridas vestiram de rosa Floripa para o seu aniversário.

A nossa Floripa, de tantas cores, do vermelho Flamboyant, do amarelo Guarapuvu, fica linda com o rosa Paineira!

Aliás, este clima róseo é a vestimenta adequada para uma cidade que faz 280 anos no mês de março, o mais feminino dos meses.

Floripa é uma cidade-mulher, uma mágica ilha de “beleza sem par” que se estreita continente adentro.

As bruxas, “*que las hay, las hay*”, rondam a nossa cidade, com seus mistérios e criam “causos” que se repetem.

A nossa cidade-mulher acolhe em seus braços gente de todos os cantos, de todos os tipos, de todas as etnias, de todos os credos. Todos!

Floripa do rosa Paineira deste março não esconde, no entanto, as diferenças que aqui se expõem, gritantes, entre as pessoas todas que aqui vivem, que aqui chegam.

Floripa acolhe, cidade-mãe, mas, como a maioria das mães brasileiras, muitas vezes, está impotente para atender aos reclamos de todos os seus filhos, para poder ser justa e boa.

Mas, como as flores da paineira que graciosa e gratuitamente enfeitam esta cidade para o seu aniversário, temos de nos empenhar individual e coletivamente para que a vida de cada um possa ser efetivamente rosa.

Este empenho e compromisso são os melhores presentes que poderemos dar neste 23 de março à nossa cidade, que, como toda mulher, se sente valorizada quando seus filhos estão bem.

Parabéns, Floripa!

E, como canta o poeta Zininho, no hino da nossa cidade:

Um pedacinho de terra,

perdido no mar!...

Num pedacinho de terra

beleza sem par...

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Parabéns, Senadora Ideli Salvatti. Também estendemos as nossas felicitações ao aniversário da cidade de Florianópolis.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. Em seguida, falará a Senadora Fátima Cleide e, pela liderança do PTB, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Fátima Cleide, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo com freqüência a esta tribuna para tratar de temas relativos à produção e à comercialização de leite em nosso País e, principalmente, no nosso Estado de Minas Gerais. Mas a minha reiterada preocupação não é excessiva, pois, na verdade, reflete o que vejo nas minhas andanças pelo interior do meu Estado e pelas pequenas cidades desse interior.

Sou um brasileiro que veio do interior, que conhece o modo de vida de nossa gente e as dificuldades que ela enfrenta para conseguir o sustento do dia-a-dia. Mais do que isso, conheço como é desgastante o trabalho no campo e como é pequena a valorização que o homem da cidade dá para este trabalho.

Venho de uma família de pequenos e médios produtores rurais e sei que a atividade pecuária leiteira tem-se tornado, ano após ano, cada vez mais difícil para o pequeno produtor rural, que tem poucos recursos, pouco capital e poucas vacas de leite.

Como já comentei nesta tribuna em outra oportunidade, o setor leiteiro sofreu profundas modificações nos últimos 15 anos. As exigências sanitárias que se tornam cada dia maiores, o mercado deixou de ser regulamentado por meio de um preço mínimo para o produto e a concorrência internacional se tornou cada vez mais acirrada. Ao lado disso, Srs. Senadores, as empresas produtoras de laticínios passaram a se interessar pela negociação com um pequeno número de grandes fazendeiros, em vez de tratarem com um número maior de pequenos produtores e proprietários rurais.

Houve ainda um aumento da produção, que, entretanto, não foi acompanhado pela demanda, a qual cresceu muito menos. Hoje, por exemplo, o preço do leite se encontra em seu nível mais baixo dos últimos dez anos. O vento tem soprado, repetidamente, contra o pequeno produtor.

Meus amigos, diante de tantos obstáculos, o que fazer? Essa é a pergunta de milhares e milhares produtores de leite. Como resposta, os produtores não podem mais aceitar a derrota e curvar-se diante dessa

“força invisível” e implacável que é o mercado em sua forma mais selvagem. E nós, como representantes da população, não podemos deixar que milhares e milhares de pequenos produtores sejam expulsos da cadeia produtiva leiteira e engrossem a cadeia dos possuídos ou dos miseráveis.

Sr. Presidente, a solução passa necessariamente por mecanismos que fortaleçam o pequeno produtor. A minha experiência aponta para duas estratégias: a primeira é o fortalecimento do movimento cooperativista; a segunda, o conjunto de mecanismos que melhorem a produtividade e conseqüentemente a renda do pequeno produtor rural.

Pois não, Senador Ramez Tebet, com muito prazer lhe concedo um aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Não tenho nada a acrescentar ao seu pronunciamento, mas, sim, a realçar, a ressaltar: a sua insistência, a sua persistência, a sua luta, em favor dos produtores de leite no Brasil. V. Ex^a apresenta sugestões para a solução do grave problema que aflige a pecuária leiteira do Brasil. Destacaria que V. Ex^a, como representante do Estado de Minas Gerais, o maior produtor de leite do País. V. Ex^a tem dignificado o seu Estado. Só os discursos, a sua luta pelos produtores de leite, chamando a atenção do Governo para a necessidade de uma política que venha a ajudar esses produtores, que venha a ajudar o Brasil, só essa luta já lhe dá uma avaliação ótima como Senador da República, quando V. Ex^a fala por Minas Gerais. Esse assunto diz respeito ao Brasil inteiro, inclusive ao meu modesto Estado. Portanto, quero cumprimentá-lo. Não tenho sugestões a fazer.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Ramez. O seu aparte valoriza, e muito, o nosso discurso. Peço à Mesa que o inclua no meu pronunciamento.

Agradeço-lhe a defesa e o destaque que V. Ex^a deu ao assunto no dia de ontem, quando estive com o Presidente da ABCZ, seu conterrâneo, Orestes Prata, e hoje também, aqui, com a Liderança do Governo, quando V. Ex^a defendeu, e muito, o produtor rural, a nossa associação e esse segmento, que tem sofrido bastante, principalmente nos nossos Estados, que têm tudo a ver com a agropecuária e, principalmente, com a bacia leiteira.

Agradeço-lhe muito pelo aparte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos à primeira das nossas sugestões, que é o cooperativismo.

No meu Estado de Minas Gerais, por exemplo, há 184 cooperativas agropecuárias com 135 mil associados. Isso, aparentemente, é um sinal de pujança. No entanto, tais números escondem a fraqueza do setor.

As cooperativas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são, de modo geral, pequenas e têm muitos problemas de gestão. Isso decorre, em parte, da baixa atuação dos cooperados nas atividades administrativas. E por que o cooperado não participa? Em primeiro lugar, porque o cooperado não percebe o que a cooperativa pode fazer por ele. Em segundo, dada a pequena escala das cooperativas, elas não oferecem serviços suficientes para os seus cooperados.

É importante, Sr. Presidente, investir na educação do cooperado e na conscientização de que a cooperativa é viável apenas na medida em que o produtor participa, em que se envolve nas atividades administrativas da organização e em que se dispõe a atuar em conjunto com outros pequenos produtores. Em suma, isolado, o produtor é fraco, mas, se agir em conjunto com os vizinhos, pode obter ganhos econômicos significativos.

Para o segundo dilema, da melhor assistência técnica, a saída, além do aumento do quadro pessoal nos órgãos públicos, é a cooperativa oferecer mais serviços para os seus cooperados. Um exemplo: a Emater, de Minas Gerais, empresa que tive o prazer de presidir, possuiu, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, um técnico para cada 500 produtores rurais no nosso Estado. As entidades cooperativas poderiam, independentemente de um necessário aumento desse pessoal, investir mais agressivamente na assistência técnica aos seus cooperados, que são insuficientemente atendidos pelo serviço do Governo.

Isso é apenas uma hipótese. As cooperativas poderiam também investir no treinamento dos seus cooperados para produzir derivados do leite, como queijos e laticínios, agregando-se valor. Além disso, investir em silos coletivos que poderiam atender a diversas pequenas propriedades rurais no período da estiagem, como ocorre em muitos países europeus. Também não se pode descartar a compra de insumos agrícolas em grandes quantidades e assistir ao cooperado na melhoria do rebanho e no aumento da produtividade leiteira, sem esquecer que as cooperativas, ao conhecer a realidade da sua região, podem ajudar o cooperado a encontrar atividades associadas à criação de gado, como o exemplo ocorrido com o melhoramento genético. Deve-se partir também para essas pequenas associações.

Da mesma forma, Sr. Presidente, cooperativas de crédito, associadas às cooperativas agrícolas, são uma alternativa que se têm mostrado bem-sucedidas em diversas regiões do nosso País, inclusive em várias regiões de Minas Gerais.

Por fim, existe o papel do Governo, seja Federal, seja Estadual. Ambos podem colaborar, na medida em

que treinem o cooperado para aprender tarefas de gestão. O produtor rural pode ser muito bom no campo, mas, muitas vezes, falta-lhe conhecer as técnicas de administração de uma entidade, especialmente uma tão sensível como as cooperativas.

O Governo Federal deve também aumentar os seus investimentos na área sanitária animal, para evitar que o gado brasileiro enfrente riscos, como a recente crise de febre aftosa em Mato Grosso do Sul – no vizinho Estado do Senador Ramez Tebet – e também no Paraná. No mesmo sentido, a abertura de linhas de crédito para pequenos produtores com juros menores e prazos mais extensos é essencial. Por fim, Sr. Presidente, o Governo deve investir na assistência técnica ao pequeno produtor, a fim de melhorar geneticamente o rebanho para o conseqüente aumento de produtividade.

Colegas Senadoras, Colegas Senadores, Povo de Minas que está nos assistindo – principalmente o produtor rural –, estou continuamente envolvido em ações que visem a melhorar a situação da produção leiteira de Minas Gerais. Essa tem sido minha missão e, asseguro, continuará sendo, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim e Sr. Senador Ramez Tebet, aqui, no Congresso Nacional.

E quero, em tempo, nobre Senador Paulo Paim, agradecer e cumprimentar o meu conterrâneo de Conselheiro Lafaiete que se faz presente Dr. Luiz Antônio Teixeira de Andrade.

É um prazer recebê-lo nesta Casa!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, a Sra. Fátima Cleide, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide.

S. Ex^a dispõe de dez minutos com a tolerância de mais dois minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer três registros importantes de fatos que ocorreram nesta semana.

O primeiro ocorreu no dia de ontem, no Palácio do Planalto, Senador Paulo Paim. Militamos na mesma Frente, em defesa dos direitos dos povos indígenas. Houve a assinatura do decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cria a Comissão Nacional de Política Indigenista.

Para nós, da Frente Parlamentar, essa decisão vem a bom tempo, e esperamos que essa comissão trabalhe o mais arduamente possível para que possamos, ainda no Governo do Presidente Lula, instalar o Conselho Nacional de Política Indigenista neste País. Esse Conselho será, sem dúvida, um espaço para que possamos dirimir grandes problemas que ocorrem no dia-a-dia das nossas populações indígenas.

Outro registro, Senador Paulo Paim, Presidente desta Casa neste momento, é com relação ao dia 21 de março, dia em que comemoramos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Infelizmente, é necessário lembrar aqui que ainda tramita na Câmara dos Deputados, desde a convocação extraordinária, o Projeto de Lei nº 73/1999, da Deputada Nice Lobão, apensado a outros projetos com o mesmo objetivo. O projeto trata do ingresso nas universidades públicas de alunos oriundos de escola pública, e serão reservadas 50% das vagas para esses alunos.

Além disso, esse projeto estabelece uma reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas, proporcionalmente aos índices de composição populacional, conforme dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Essas medidas buscam corrigir distorções históricas no acesso ao ensino superior público federal, apontadas nas reivindicações da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, da União Nacional de Estudantes e do Movimento dos Sem Universidades, entre outros segmentos da sociedade brasileira.

Então, é importante, Senador Paulo Paim, que façamos essa cobrança, para que a Câmara Federal aprecie e envie para o Senado Federal, o mais urgente possível, esse projeto, que popularmente ficou conhecido como projeto da lei de cotas.

Outro registro que também considero importante fazer, na tarde de hoje, é com relação à aprovação, na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, de autoria do Governo Federal, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher e estabelece medidas para prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

O projeto, Sr. Presidente, autoriza os Estados a criarem Varas e juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência civil e criminal. Em outras palavras, torna crime a violência praticada contra a mulher no âmbito doméstico.

O texto aprovado é substitutivo ao da Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo. Entre as medidas de proteção que o juiz poderá adotar com urgência, quando necessário, estão o encaminhamento da mulher em situação de violência e de seus dependentes

a programa oficial ou comunitário de proteção e a recondução da mulher ao seu domicílio após o afastamento do acusado.

No caso do agente praticante da violência, o juiz poderá ainda suspender e restringir o porte e a posse de armas, determinar o afastamento do domicílio ou do local de convivência com a ofendida, proibir condutas como aproximação e comunicação, além de restringir ou suspender visitas aos dependentes menores.

Sr. Presidente, quero ainda felicitar a União Nacional de Vereadores pela realização do seu 139º Encontro Nacional de Vereadores, Vereadoras, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Funcionários das Câmaras Municipais do País.

O encontro, que começou na terça-feira, 21 de março, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, é de extensa e importante pauta. Dele consta agenda que avalio oportuna, não somente por nos encontrarmos em março, mês da mulher, mas especialmente porque estamos num ano eleitoral.

A cada eleição nos esforçamos para incentivar valorosas companheiras, guerreiras, a participar do processo eleitoral, oferecendo sua energia e competência para a nominata de candidatos aos diversos cargos eletivos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se fala da mulher no cenário político, logo pensamos na presença feminina nas esferas de poder. Pensamos na representação da mulher nos Parlamentos e nos Executivos.

A política de cotas, instituída nas eleições de 1996 e logo a seguir ampliada de 20% para 30% com mudança na lei geral das eleições, em setembro de 1997, não tem produzido mudança na relação desigual a curto prazo. Em 2004, por exemplo, nenhum Partido completou a cota mínima de indicação feminina para as eleições.

Sabíamos que assim seria, como sabemos que acontece em toda política de afirmação. Sabíamos que a lei de cotas seria um instrumento de avanço no processo, jamais a solução definitiva na reversão do pequeno número de mulheres na vida pública.

A lei de cotas é uma política de ação afirmativa, conquistada pela determinação da mulher organizada em diversos movimentos, que tem trazido idéias para o debate, aguçando a participação da mulher, propiciando aprendizagem nova sobre o exercício do poder para homens e mulheres.

Certamente, há muito caminho a percorrer para alterarmos a relação desigual existente no mundo da política. Exemplos? Temos vários.

Nesta Casa, dos 81 Senadores, 10 mulheres foram eleitas em 2002. Na Câmara Federal, são 45 mulheres num universo de 513 Deputados Federais.

Em meu Estado, Rondônia, das 52 Prefeituras, apenas cinco são administradas por mulheres. Também são cinco as Vice-Prefeitas. As Vereadoras, em meu Estado, somam 56 do total de 482 Vereadores eleitos em 2004, um percentual de 13,14%.

Alegra-me muito que, nesse universo, as Parlamentares petistas sejam o número maior. Das 56 Vereadoras de Rondônia, por exemplo, 14 são filiadas a meu Partido – e me alegra mais ainda o fato de que foram eleitas no momento em que eu presidia o diretório estadual –, um percentual de 24,56% dentre os eleitos pelo PT, índice proporcionalmente considerado o maior em pesquisa efetuada pelo Diretório Nacional do PT ao examinar os números dos Municípios na eleição de 2004.

Aqui, no Senado, somos três Parlamentares e esta Casa, com muito orgulho e respeito, abrigou excelentes nomes do PT, como a hoje Ministra Marina Silva, a ex-Ministra Emilia Fernandes e a ex-Governadora Benedita da Silva. Todas imprimiram marcas importantes em sua trajetória.

Também é curioso constatar, no Senado e na Câmara, que as mulheres do Norte e do Nordeste, as Regiões mais desiguais do País, predominam. É um elemento em que muitos estudiosos já se debruçaram.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença da mulher no cenário político ainda é tímida por muitas razões: medo do poder, inacessibilidade aos doadores de campanhas, sobrecarga de atribuições e, por que não dizer, a própria maternidade.

Desconhecimento e desconfianças sobre o processo eleitoral fornecem um quinhão significativo na aversão que muitas mulheres têm pela política, pela vida pública. Muitos desses impedimentos, certamente, afetam os homens também, porque alcançar a vida pública, todos sabemos, não é tarefa fácil. É renúncia. É missão. Pressão. Mas como, historicamente, as estruturas públicas e econômicas são majoritariamente conduzidas pelos homens e a cultura predominante na sociedade brasileira favorece a participação masculina no processo, é muito mais difícil para nós, mulheres, não há dúvida, lançarmo-nos na vida pública.

Sou, Sr. Presidente, entretanto, muito otimista, porque a História, a cada dia, desvenda a importância da participação das mulheres e de sua ação política nos processos revolucionários. Da abolição da escravidão à ampliação dos direitos dos cidadãos e cidadãs, nas Revoluções Francesa e Americana, na Revolução Industrial, as mulheres foram força e presença para as mudanças efetuadas entre os homens e entre os gêneros.

São reconhecidas e notórias as presenças de precursoras, no Brasil, como Nísia Floresta, Isabel Dilan,

Bertha Lutz, Gilka Machado, entre outras, lutadoras intransigentes pelos direitos femininos.

Em nosso tempo, vislumbro, como um marco importante para quebra de paradigmas e incentivo à vida pública, a formação do corpo ministerial do Presidente Lula, que nomeou muitas mulheres para compor seu Governo. Nele, a configuração com mulheres é marcante. Dilma Rousseff é um exemplo, no Ministério das Minas e Energia e, agora, na Casa Civil. Cargos de relevo incontestes e de predomínio da cultura política masculina simbolizam para nós, mulheres, e para toda a sociedade uma demonstração ímpar de que homens e mulheres podem caminhar, lado a lado, para a construção de um País melhor.

Sr. Presidente, considere importante fazer o registro de que a União Nacional de Vereadores está travando, neste momento, um debate importante para a vida pública e para a política nacional, a respeito da participação das mulheres no Poder Público.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, a Presidência faz questão de cumprimentá-la por trazer ao debate o 21 de Março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, inspirado no massacre de Shaperville, na África do Sul, na época de Nelson Mandela. V. Ex^a muito bem ilustra a luta das mulheres, dos negros e dos índios.

Faço uma homenagem a V. Ex^a como mulher e lutadora das causas populares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a devida tolerância que esta Presidência teve também com a Senadora Fátima Cleide. Em seguida, tem a palavra o Senador Pedro Simon, também gaúcho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, querido conterrâneo gaúcho, muito obrigado pela oportunidade e pela compreensão.

Trago um tema que considero relevante porque tem muito a ver não apenas com o nosso Rio Grande do Sul, mas com o Brasil e com o nosso continente, a América do Sul, já que, no próximo domingo, o Mercosul completa 15 anos de existência, com uma trajetória marcada por debates, muito trabalho, dúvidas, críticas, mas, acima de tudo, por avanços e conquistas em diversos terrenos.

O Mercosul tem seu marco histórico no Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, em Assunção, pelos Presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e seus respectivos Ministros de Relações Exteriores.

Em decorrência, fundamentada juridicamente no art. 24 do Tratado de Assunção, em 6 de dezembro de 1991, foi criada, em Montevideu, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, “com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum”.

Instituída definitivamente em 17 de dezembro de 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto, a Comissão – a qual presido atualmente – passou a funcionar internamente nos países-membros e, em particular, no Brasil, a partir de 1996, por meio da Resolução nº 1 do nosso Congresso Nacional.

Desde então, os países fundadores do Mercosul inauguraram um novo período histórico de relações comerciais mais intensas e, principalmente, plantaram a semente para a construção de uma unidade ainda mais ampla.

Exemplo dessa situação é o fato de que, apesar das dificuldades e dos conflitos pontuais – como a crise envolvendo a instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai, a crise instalada entre Uruguai e Argentina, que motivou inclusive a vinda do Presidente do Uruguai Tabaré Vázquez* a Brasília nesses últimos dias para um encontro com o Presidente Lula no sentido de intermediar a solução dessa questão, e a tensão com o tráfego de veículos e a fiscalização na Ponte da Amizade que hoje começa a ser resolvida entre o Brasil e o Paraguai –, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina dobrou de 2002 para 2005, segundo informações oficiais da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

Este momento, portanto, mais do que comemoração, é de reflexão sobre os caminhos do Mercosul, de avaliação dos seus acertos, das suas contribuições e também de corrigir rumos e de apontar novos caminhos para a integração de nossos povos.

A integração do continente sul-americano, em nossa opinião, deve avançar para um novo estágio, superando as atuais relações centralmente focadas no intercâmbio comercial.

A recente adesão da Venezuela, no histórico dia 9 de dezembro de 2005, em Montevideu, como já registramos em artigo publicado pelo jornal **O Globo**, alargou os horizontes do Mercosul, estendendo sua abrangência do extremo sul da Patagônia às portas do Caribe.

Acreditamos que, mais do que um bloco dos países do Cone Sul, que o deixaria exposto ao isolamento, o Mercosul tem condições de constituir-se em verdadeiro pólo catalisador da unidade dos países do conjunto da América Sul.

Nesse sentido, defendemos a preservação do Mercosul com o bloco de países do Pacto Andino com o objetivo estratégico de fundir as duas instituições

em um único bloco – o bloco da unidade do continente sul-americano.

Nesse espírito, gostaria de registrar a entrevista do historiador inglês, Tony Judt à revista **Veja** da semana passada, em que ele fala da União Européia como “uma combinação entre a liberdade dos Estados Nacionais e o poder das instituições transnacionais”.

Com extrema sabedoria, o historiador destaca a necessidade de combinar o poder de Estado e a liberdade da economia, ao mesmo tempo em que adverte que “se não quisermos um mundo anárquico, precisamos de um sistema internacional de instituições, legislação e acordos”.

É nesse sentido que acreditamos em uma nova visão de integração que, acima de compromissos ou preconceitos ideológicos, aposta na construção de uma ampla e sólida unidade dos países da América do Sul, com vistas à inserção soberana do continente na economia globalizada.

Antes ausente da agenda comum do continente, é inegável a importância que adquire, por exemplo, a iniciativa de se promover a integração energética da América do Sul, Presidente Paulo Paim, nos campos da energia elétrica, do petróleo e, de forma especial, do gás natural.

Também é de grande importância a proposta do Fundo de Financiamento Latino-Americano, defendida pelos Governos da Argentina e da Venezuela, para assegurar “vias” mais independentes de desenvolvimento econômico e social.

Na mesma direção, aprovamos recentemente na Comissão do Mercosul, o acordo internacional que prevê o Fundo para Financiar Ações de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem –, uma das principais decisões adotadas no âmbito dos debates e dos encaminhamentos para a construção do Mercosul.

O Fundo tem como objetivo financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, especialmente das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do bloco e apoiar o fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração.

A vigência de uma política industrial comum, também defendida recentemente pelos governos do Brasil e da Argentina, da mesma forma é fundamental para promover a inter-relação dos sistemas produtivos e reduzir as assimetrias das economias da região.

Longe de conceitos de “esquerda” ou “direita”, e baseado em uma política concreta, pragmática e estratégica, o bloco dos países da América Latina terá melhores condições de negociar e estabelecer melhores relações no jogo do poder mundial.

Quero registrar aqui o testemunho histórico de um dos precursores no processo da integração do Mercosul, o nosso Senador Pedro Simon, que, como Governador do Rio Grande do Sul, foi um dos idealizadores, um dos construtores desse processo. Lembro-me, Senador Pedro Simon, da luta travada por V. Ex^a por uma ligação estratégica Brasil/Chile, que, seguramente, construiria novos parâmetros e novos patamares de desenvolvimento. Então, é justo, neste momento em que o Mercosul completa 15 anos, registrar a luta de um de seus precursores que, para nosso privilégio, Senador Paulo Paim, é gaúcho e, como Governador do Rio Grande à época, iniciou todas essas tratativas que se concluem hoje pelas comemorações dos 15 anos de instalação do Mercosul.

Diante dessa realidade e da necessidade de construir novos caminhos para a integração, iniciados lá atrás com o testemunho e a experiência do nosso Senador Pedro Simon, reveste-se de extraordinária importância política a aprovação do protocolo de constituição do Parlamento do Mercosul em dezembro do ano passado.

Instalado até o final deste ano, o Parlamento do Mercosul será uma caixa de ressonância para as reivindicações dos setores impactados pelo processo de integração e interface entre o público em geral e as instâncias governamentais negociadoras.

A ampla integração do continente sul-americano tem o poder de consolidar definitivamente o processo democrático e contribuir para tornar vitoriosa qualquer política de combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao contrabando ou à violência urbana.

E, mais do que isso, promover a verdadeira união da América do Sul, com livre circulação de pessoas, igualdade de direitos, integração cultural, Senador Paim, e, fundamentalmente, com respeito à identidade particular de cada um dos nossos povos.

Para finalizar, queria destacar, como demonstração positiva desse processo, que, ainda hoje, nesta Casa, aprovamos, na Comissão de Relações Exteriores, Projeto de Decreto Legislativo que prevê acordo entre Brasil e Bolívia, nosso futuro sócio dentro do Mercosul, para permitir a residência, estudo e trabalho para os fronteiriços dos dois países – a exemplo do que já existe entre Brasil e Uruguai, já em vigor, e Brasil e Argentina, em estágio de implantação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, a Presidência, neste momento, exercida por mim, faz questão de cumprimentar V. Ex^a, na qualidade de Presidente da Comissão do Mercosul, pelo pronunciamento que faz ao ensejo do transcurso dos 15 anos do Mercosul. Por extensão, cumprimento também o Senador Pedro Simon, que,

como disse V. Ex^a, foi o grande coordenador desse movimento chamado Mercosul.

De imediato, passamos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma reunião de gaúchos, não é, Sr. Presidente? V. Ex^a presidindo a sessão; o Senador Sérgio Zambiasi deixando a tribuna a que assomo agora. Que bom! A nossa representação no Senado nunca teve um momento como este. Embora pertençamos a três Partidos diferentes, estamos permanentemente juntos na defesa do Rio Grande do Sul. Isso é tão importante e tão significativo que, muitas vezes, fazemos um trabalho três vezes ao mesmo tempo: V. Ex^a está num lugar, eu estou em outro e o Senador Sérgio Zambiasi, em outro.

V. Ex^a, por exemplo, sempre preocupado com o problema dos excluídos, que abordamos ontem, o problema do idoso, o problema do salário mínimo. Acho que V. Ex^a é o Senador que mais se preocupou com os problemas sociais ao longo da existência desta Casa. V. Ex^a dá um tom diferente desde que assumiu a Sennatoria. As manchetes de jornais inclusive publicam isso. O grande debate sobre o salário mínimo não é mais na Câmara, é aqui no Senado com V. Ex^a, como aconteceu – e foi um trabalho espetacular de V. Ex^a –, na questão dos aposentados, quando da defesa da emenda paralela. Naquela ocasião, nós, inúmeros Senadores, tivemos oportunidade de ficar atrás de V. Ex^a, dando-lhe apoio, e foi uma vitória muito grande à qual o Governo teve de se curvar.

E o mesmo com Zambiasi. O Senador Zambiasi, para quem não o conhece, é um homem que tem um programa de rádio durante anos a fio, das 6 da manhã até à uma da tarde, totalmente dedicado às questões, aos problemas sociais. Eu ficava impressionado com a vida do Zambiasi, porque ele não vivia. Ele resolvia centenas de problemas, equacionava uma infinidade de questões. Eu fui um dos responsáveis – porque insisti muito! – pelo fato de o Zambiasi entrar na política; ele não queria, porque dizia que a missão dele era fazer aquele trabalho social que ele fazia. E tem obra do Zambiasi, como o problema das drogas, lá no Recanto do Zé, onde ele fez mais sozinho do que todo o Governo do Estado junto, recolhendo, debaixo das pontes, pessoas praticamente às vésperas da morte e que vejo lá se recuperarem, deixando completamente o vício da droga, tornando-se inclusive colaboradores anônimos no trabalho de combate à droga.

Para mim, é uma honra muito grande ser companheiro de V. Ex^a e do Senador Sérgio Zambiasi. V. Ex^as

vieram dignificar e honrar o Estado do Rio Grande do Sul. E, ao entrar na sublegenda, nos trabalhos dos dois, posso dar ao meu trabalho um sentido social e humano tão mais profundo do que era antigamente.

Muito obrigado a V. Ex^as.

Sr. Presidente, o Senador Paulo Brossard foi uma das figuras mais extraordinárias deste Congresso. Ele viveu as horas mais difíceis. Em 1974, quando era difícil falar e havia um medo no ar, Paulo Brossard, líder do nosso Partido nesta Casa, começou a denunciar a violência e a tortura; ele começou a falar. Pena que, naquela altura, não tinha ainda a TV Senado. E foi uma voz que percorreu o Brasil em defesa da liberdade. Depois, Paulo Brossard foi Ministro da Justiça do Presidente José Sarney, que o indicou para membro do Supremo Tribunal Federal, aprovado pela unanimidade desta Casa.

Foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, onde começou as reformas enormes que terminaram hoje no processo da urna eletrônica, que nos coloca na frente de todo mundo nessa questão. Foi Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Apresentei um projeto aqui porque achei um absurdo quando ele completou 70 anos e teve de deixar o Tribunal, exatamente às vésperas de uma eleição em que iria possibilitá-lo presidir o tribunal e poder mostrar toda a sua capacidade.

Foi assim com ele e com o Ministro Jatene, que teve de abandonar a presidência do Instituto do Câncer por ter completado 100 anos. Apresentei uma emenda nesse sentido, mas está aí uma confusão que nem sei responder.

Recebi uma carta de Paulo Brossard, que foi escolhido para ser advogado da Mesa do Senado na questão referente à decisão tomada ontem no Supremo com relação à verticalização das eleições. Ele tornou pública a carta e a distribuiu, inclusive, à imprensa.

O conteúdo da carta é o seguinte:

Paulo Brossard
Advogado

Brasília, 20 de março de 2006

Exm^o Sr.
Renan Calheiros
DD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília – Distrito Federal.

Sr. Presidente,

Anexo à presente, e dentro do prazo legal, faço a entrega do trabalho jurídico que me foi solicitado, informações que o Congresso Nacional deveria prestar ao egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADIn nº 3685, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao formalizar a entrega do trabalho, sinto-me no dever de fazer o registro de alguns fatos.

Cronologicamente, lembro que fui convidado por V. Ex^a para defender a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 52 e sua aplicabilidade imediata, pois, publicamente, sustentara posição que afastava a dita “verticalização” das eleições do presente ano.

O convite ocorreu tão logo a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que ingressaria no Supremo Tribunal Federal contra a Emenda.

Em 6 de março corrente, a pedido de V. Ex^a, ficou esclarecido que meu trabalho seria como advogado, ficando a meu encargo elaborar as informações que o Congresso prestaria na ADIn anunciadas pela OAB, o único momento em que há possibilidade de expor razões nos autos por advogado em Ação Direta de Inconstitucionalidade. Fazia-se necessário aguardar o ingresso da ADIn anunciada pela OAB, para ver os fundamentos que seriam utilizados e, então, enfrentá-los.

Nos termos do despacho do Sr. Ministro Gilmar Mendes, foi determinado que o julgamento da liminar se daria com o mérito da ação. O Congresso Nacional, após a intimação, tinha dez dias de prazo para prestar informação ao Supremo Tribunal Federal. Após prestadas, e com elas, o processo seria encaminhado à Advocacia-Geral da União e, depois, à Procuradoria-Geral da República, ambos com prazo de cinco dias para manifestação.

Quando instruído, o processo retorna ao ministro relator, que pede dia para julgamento, colocando-o em pauta, com antecedência mínima de 48 horas. É feito este registro, que reproduz normas legais e regimentais do Supremo Tribunal Federal, pois ocorreram fatos inexplicados e inexplicáveis.

A ADIn nº 3.685 foi ajuizada no dia 09 de março de 2006.

O Congresso Nacional foi intimado a prestar informações no dia 10, sexta-feira. O prazo iniciou na terça-feira, dia 13 de março, primeiro dia útil, findando em 22 de março. Até esta data o Congresso Nacional teria prazo para apresentar suas informações ao STF, com as razões jurídicas na defesa da constitucionalidade da Emenda.

No domingo, dia 12, por mensagem eletrônica, consultei a Advocacia-Geral do Se-

nado sobre a data da intimação para prestar informações, consignando que utilizaria todo o prazo dos dez dias. Em resposta, na segunda-feira, 13 de março, o Advogado-Geral não se insurgiu quanto ao uso integral do prazo, e consultou se responderia também a segunda ADIn de nº 3.686.

Com surpresa recebi ligação telefônica do Advogado-Geral, feita a seu pedido [do Presidente do Senado], na noite do primeiro dia do prazo, 13 de março, perguntando se o trabalho poderia ser entregue no dia seguinte, quando recém estava tomando contato com a ação e, mais, havia recebido cópia da segunda ADIn, nº 3686, com cerca de cem páginas, ajuizada sobre a mesma matéria por outra entidade.

Desnecessário dizer que a responsabilidade profissional, a importância institucional do Congresso, a matéria a ser submetida ao mais alto Tribunal da Nação não tornavam possível fazer um trabalho de afogadilho, sem utilizar o prazo processual legalmente assegurado para prestar as informações.

Um segundo telefonema do Advogado-Geral, à noite de segunda-feira, solicitou o meu comparecimento ao Senado na manhã de terça-feira, para conversar com Vossa Excelência.

Lá estive, em seu gabinete, na manhã de 14 de março, mas V. Ex^a não pôde comparecer. Mas falamos ao telefone; expus as razões pelas quais não podia apresentar as informações com a pressa subitamente pretendida.

V. Ex^a pediu-me que expusesse ao presidente de um partido, debitando a ele o interesse na rápida solução. Assim o fiz, ao telefone, de seu gabinete, imaginando que a situação estivesse explicada.

Como o advogado do Congresso Nacional, tinha a obrigação de fazer o melhor na defesa do cliente, ao representá-lo em juízo, e não poderia apresentar um trabalho de forma apressada, para cumprir mera formalidade. Se o Congresso Nacional havia me escolhido, eu haveria de me desincumbir para bem defendê-lo. Naquela ocasião, perguntando, disse que não poderia apresentar o trabalho antes do próximo final de semana, ainda dentro do prazo, que finalizaria na quarta-feira, dia 22 de março.

Na tarde de 14 de março, estava na Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando fui chamado pelo Presidente da Corte, Ministro

Nelson Jobim, em seu gabinete. No caminho, atendi ligação telefônica de Vossa Excelência, e comuniquei o fato.

O Presidente Nelson Jobim pediu que fossem logo apresentadas as informações do Congresso Nacional. Respondi que não tinha como fazê-lo, que o prazo estava em curso, que aquele era o segundo dia, que havia razões a serem expostas pelo advogado.

Disse S. Ex^a que tinha compromisso com os partidos para julgar a ADIn nº 3685, e que precisava que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas com urgência. O julgamento deveria ocorrer a 23 ou 24 de março.

Nesse contexto, o Ministro Presidente informou que já havia providenciado junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República, e que a manifestação de uma e o parecer da outra já estavam prontos. A Ministra Relatora já estava apta para levar a julgamento o efeito, informou o Presidente do STF.

Tudo isto antes que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas e que as instituições – AGU e PGR – pudessem conhecer suas razões.

Salientei que havia outra ADIn, além da primeira, nº 3686, extensa, que também deveria ser examinada e respondida pelo Congresso Nacional, que fora intimado a fazê-lo. S. Ex^a disse que o Congresso respondesse apenas a da Ordem dos Advogados; ponderei que o Congresso estava intimado a prestar informações na ADIn nº 3686, e não podia se furtar de responder. Estávamos no segundo dia de prazo.

Pela responsabilidade da incumbência que me fora atribuída, não poderia apresentar informações adequadas com a pressa subitamente pretendida. Ele então disse que assim seria impossível de julgar a ADIn nº 3685 no dia 23 ou 24 de março, e chegou a aventar a possibilidade de o Congresso prestar as informações imediatamente, por seus serviços próprios, e a tramitação da ADIn prosseguir como ele esperava.

Na data de hoje, quando o Congresso Nacional disporia ainda de prazo para prestar informações, conforme o combinado, entrego a V. Ex^a o trabalho que me foi cometido. Considero cumprida a minha tarefa profissional.

Não posso deixar de registrar que chegou ao meu conhecimento que já foram apresentadas pelo Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal as informações pela Advocacia-Geral do Senado, sem que isso me tivesse sido sequer noticiado, por Vossa Excelência, ou por quem quer que fosse. Aliás, até agora não conheço o teor das informações, que suponho brilhantes.

Estes os fatos, dos quais concluo ter sido dispensado do encargo congressional. É claro que V. Ex^a poderia dispensar-me, o que estranho é a forma como isto foi feito. Não me queixo, apenas registro o fato. Sempre entendi que, se o advogado deve ser leal com o cliente, o mesmo dever de lealdade tem o cliente para com o advogado.

Passo às suas mãos o teor das informações por mim elaboradas apenas para documentar sua tempestividade. Outrossim, reservo-me o direito de dar publicidade a trabalho de minha autoria.

Atentamente

Paulo Brossard de Souza Pinto.

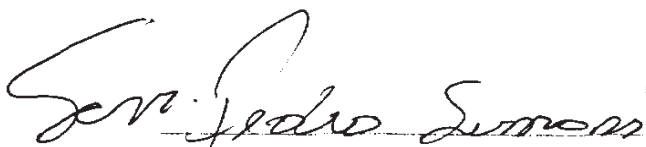
Ora, Sr. Presidente, nego-me a comentar esse projeto. Nego-me. É um assunto tão sério, tão previsível, tão grave, é o Presidente do Congresso Nacional, é o Presidente do Supremo, é a figura de uma pessoa como Paulo Brossard de Souza Pinto. Peço a transcrição nos Anais, mas não comento. As pessoas haverão de vir copiar esse documento, haverão de tomar conhecimento dele e haverão de fazer o seu juízo.

Paulo Brossard de Souza Pinto é uma das pessoas mais dignas e corretas que conheço, mais justas e mais descentes; advogado talvez o melhor do Brasil; Ministro dos mais dignos que o Supremo já teve; a sua vida é uma linha reta. Brossard é até tímido, ele é introspectivo. Imagino o profundo sentimento de tristeza que ele deve ter tido para escrever esta carta e lhe dar publicidade. Não sei se o Presidente da Casa ou o outro Presidente quer alguma resposta, mas nos Anais da Casa ficará para que, no devido tempo, se tome conhecimento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDROSIMONEM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

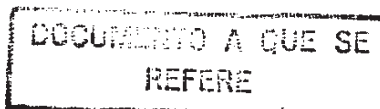
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

 Paulo Prassard
advogado

Brasília, 20 de março de 2006.

Exmo. Sr.
Renan Calheiros
DD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente:



Anexo à presente, e dentro do prazo legal, faço a entrega do trabalho jurídico que me foi solicitado, informações que o Congresso Nacional deveria prestar ao egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI nº 3685, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao formalizar a entrega do trabalho, sinto-me no dever de fazer o registro de alguns fatos.

Cronologicamente, lembro que fui convidado por V. Exa para defender a constitucionalidade da EC nº 52 e sua aplicabilidade imediata, pois publicamente sustentara posição que afastava a dita “verticalização” nas eleições do presente ano.

O convite ocorreu tão logo a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que ingressaria no STF contra a Emenda.

Em 6 de março corrente, a pedido de V. Exa., ficou esclarecido que meu trabalho seria como advogado ficando a meu encargo elaborar as informações que o Congresso prestaria na ADI anunciada pela OAB, o único momento em que há possibilidade de expor razões nos autos por advogado em Ação Direta de

Inconstitucionalidade. Fazia-se necessário aguardar o ingresso da ADI anunciada pela OAB, para ver os fundamentos que seriam utilizados, e então enfrentá-los.

Nos termos do despacho do Sr. Ministro Gilmar Mendes, foi determinado que o julgamento da liminar se daria com o mérito da ação. O Congresso Nacional, após a intimação, tinha dez dias de prazo para prestar informações ao STF. Após prestadas, e com elas, o processo seria encaminhado à Advocacia Geral da União, e depois à Procuradoria-Geral da República, ambas com prazo de cinco dias para manifestação.

Quando instruído, o processo retorna ao ministro relator, que pede dia para julgamento, colocando-o em pauta, com antecedência mínima de 48 horas. É feito este registro, que reproduz normas legais e regimentais do Supremo Tribunal Federal, pois ocorreram fatos inexplicados e inexplicáveis.

☐ A ADIn nº 3685 foi ajuizada no dia 9 de março de 2006.

O Congresso Nacional foi intimado a prestar informações no dia 10, sexta-feira. O prazo iniciou na segunda-feira, dia 13 de março, primeiro dia útil, findando em 22 de março. Até esta data o Congresso Nacional teria prazo para apresentar suas informações ao STF, com as razões jurídicas na defesa da constitucionalidade da Emenda.

No domingo, dia 12, por mensagem eletrônica, consultei a Advocacia-Geral do Senado sobre a data da intimação para prestar informações, consignando que utilizaria todo o prazo de dez dias. Em resposta, na segunda-feira, dia 13 de março, o Advogado-Geral não se insurgiu quanto ao uso integral do prazo, e consultou se responderia também a segunda ADI de nº 3686.

Com surpresa recebi ligação telefônica do Advogado-Geral, feita a seu pedido, na noite do primeiro dia do prazo, 13 de março, perguntando se o trabalho poderia ser entregue no dia seguinte, quando recém estava tomando contato com a

ação, e, mais, havia recebido cópia da segunda ADI, nº 3686, com cerca de 100 páginas, ajuizada sobre a mesma matéria, por outra entidade.

Desnecessário dizer que a responsabilidade profissional, a importância institucional do Congresso, a matéria a ser submetida ao mais alto tribunal da Nação, não tornavam possível fazer um trabalho de afogadilho, sem utilizar o prazo processual legalmente assegurado para prestar as informações.

Um segundo telefonema do Advogado-Geral à noite de segunda-feira solicitou meu comparecimento ao Senado na manhã de terça-feira, para conversar com Vossa Excelência.

Lá estive, em seu gabinete, na manhã de 14 de março, mas V. Exa. não pode comparecer, mas falamos ao telefone; expus as razões pelas quais não podia apresentar as informações com a pressa subitamente pretendida.

V. Exa. pediu-me que expusesse ao presidente de um partido, debitando a ele o interesse na rápida solução; assim o fiz, ao telefone, de seu gabinete, imaginando que a situação estivesse explicada.

Como advogado do Congresso Nacional, tinha a obrigação de fazer o melhor na defesa do cliente, ao representá-lo em juízo, e não poderia apresentar um trabalho de forma apressada, para cumprir mera formalidade. Se o Congresso Nacional havia me escolhido, eu haveria de me desincumbir para bem defendê-lo. Naquela ocasião, perguntado, disse que não poderia apresentar o trabalho antes do próximo final de semana, ainda dentro do prazo, que finalizaria na quarta-feira, dia 22 de março.

Na tarde de 14 de março estava na biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando fui chamado pelo Presidente da Corte, Ministro Nelson Jobim, em seu gabinete. No caminho, atendi ligação telefônica de Vossa Excelência, e comuniquei o fato.

O Presidente Jobim pediu que fossem logo apresentadas as informações do Congresso Nacional. Respondi que não tinha como fazê-lo, que o prazo estava em curso, aquele era o segundo dia, que havia razões a serem expostas pelo advogado.

Disse S. Exa. que tinha compromisso com os partidos para julgar a ADI nº 3685, e que precisava que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas com urgência. O julgamento deveria ocorrer a 23 ou 24 de março.

Nesse contexto, o Ministro Presidente informou que já havia providenciado junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República, e que a manifestação de uma e o parecer da outra já estavam prontos. A ministra relatora estava apta para levar a julgamento o feito, informou o Presidente do STF.

Tudo isto antes que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas, e que as instituições – AGU e PGR – pudessem conhecer suas razões.

Salientei que havia outra ADI além da primeira, nº 3686, extensa, que também deveria ser examinada e respondida pelo Congresso Nacional, que fora intimado a fazê-lo. S. Exa. disse que o Congresso respondesse apenas a da Ordem dos Advogados; ponderei que o Congresso estava intimado a prestar informações na ADI nº 3686, e não podia se furtar de responder. Estávamos no segundo dia do prazo.

Pela responsabilidade da incumbência que me fora atribuída, não poderia apresentar informações adequadas com a pressa subitamente pretendida. Ele então disse que assim seria impossível julgar a ADI nº 3685 no dia 23 ou 24 de março, e chegou a aventar a possibilidade do Congresso prestar as informações imediatamente, por seus serviços próprios, e a tramitação da ADI prosseguir como ele esperava.

Na data de hoje, quando o Congresso Nacional disporia ainda de prazo para prestar informações, conforme o combinado, entreguei a V. Exa. o trabalho que me foi cometido. Considero cumprida minha tarefa profissional.

Não posso deixar de registrar que chegou ao meu conhecimento que já foram apresentadas pelo Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal as informações pela Advocacia-Geral do Senado, **sem que isto me tivesse sido sequer noticiado**, por Vossa Excelência, ou por quem quer que fosse. Aliás, até agora não conheço o teor das informações, que suponho brilhantes.

Estes os fatos, dos quais concluo ter sido dispensado do encargo **congressual**. É claro que V. Exa. poderia dispensar-me, o que estranho é a forma como isto foi feito. Não me queixo, apenas registro o fato. Sempre entendi que, se o advogado deve ser leal com o cliente, o mesmo dever de lealdade tem o cliente com o advogado.

Passo às suas mãos o teor das informações por mim elaboradas apenas para documentar sua tempestividade. Outrossim, reservo-me o direito de dar publicidade a trabalho de minha autoria.

Atentamente

Paulo Brossard de Souza Pinto

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, V. Ex^a será atendido na forma regimental, mas, ao mesmo tempo, agradeço, em meu nome e em nome do Senador Zambiasi, as palavras elogiosas ao nosso mandato. O carinho e o respeito que nós todos temos pelo senhor é muito grande, não só eu e o Zambiasi, mas tenho certeza que todo o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a, e o carinho também a nosso sempre e sempre Senador Brossard.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa. S. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais dois de prorrogação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes de a Senadora chegar à tribuna, eu gostaria de uma informação de V. Ex^a. Estou inscrita para uma comunicação inadiável. No entanto, se demorar muito para chegar a minha vez, eu poderia me inscre-

ver pela Liderança do PSOL também; é claro, após a Senadora.

Inscrevo-me também pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a falará em seguida, após a Senadora Ana Júlia, e poderá escolher a melhor opção: comunicação inadiável, como Líder, ou mesmo como oradora inscrita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, pessoas que aqui se encontram e aquelas que nos ouvem em todo o País, desde segunda feira, dia 20 de março, a começar pelo discurso emocionado da Senadora Patrícia Saboya, vários Parlamentares têm ocupado a tribuna para falar sobre o documentário exibido pela Rede Globo, no programa Fantástico, no último domingo. Essa indignação é absolutamente legítima e é mais do que justificada. Como disse a Senadora Patrícia, trata-se de nossos meninos e meninas, que, cada vez mais cedo, vivem, no seu dia-a-dia, a realidade do tráfico de drogas e não apenas do consumo de drogas.

Afinal, estamos aqui como representantes do povo que nos elegeu e somos, por consequência, representantes desses pais e mães, sobretudo dessas mães, como nós, que vêem seus filhos perderem a vida para uma luta cruel e de cartas marcadas, que é exatamente o tráfico. Já tivemos várias campanhas educativas e até uma novela ilustrando o drama das famílias de jovens que se envolvem com drogas. Mas esse problema, com o qual famílias, em sua maioria, de classe alta ou média têm que lidar vai mais além. Atinge de forma pungente os jovens de classe baixa, aqueles que são exatamente os excluídos da sociedade. Aborda-se o envolvimento de jovens ricos com as drogas, a violência urbana, o crime organizado... mas nunca os jovens das favelas que perdem suas vidas como soldados do tráfico... Isso é trágico.

Pesquisa de opinião pública do Ibope, realizada entre os dias 8 e 11 de março, aponta que, para 24% dos entrevistados, o “combate ao crime organizado e à violência” é uma das duas prioridades a serem tratadas pelo próximo Presidente. Para mim, soa até mesquinho que a preocupação com a própria segurança ou a dos seus bens seja um dos motivos para o despertar desse problema que ceifa nossos jovens das favelas, das baixadas – porque na minha terra é baixada e não favela – para usurpar seus sonhos, esperanças, transformando-os, infelizmente, em bandidos.

Antes de colocarem o patrimônio, a tranquilidade ou a segurança das famílias de classe média ou alta em risco, esses jovens já estão condenados à morte, Senador Paulo Paim. Desses 16 meninos entrevistados, 15 já morreram, e o que não morreu está preso. Lembro que esse documentário – aliás, pouca gente fez questão de frisar esse detalhe – foi feito entre os anos de 1998 e 2003. Foram mais de 200 horas de filmagem, e o último ano do documentário foi o ano de 2003.

Lembro que, na minha infância – eu, que sou única mulher com vários irmãos homens – brincávamos de mocinho e bandido. E, na verdade, para esses jovens, crianças, não se trata de brincadeira. É vida real e pior: não há mocinho, porque o bandido é o herói! É o bandido que, como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, “dá uma graninha para comprar uma roupa da moda, para comprar um tênis, para dar comida à namorada, ou um presente melhor para a namorada”. Em uma fala emblemática, uma dessas crianças afirmou: “É o bandido que nos protege da polícia”. Meu Deus, isso é uma total inversão de valores! A que ponto chegamos, em que a polícia, que deveria nos proteger, é vista como algoz, como perigo! Na minha época, os meninos queriam ser polícia, queriam ser bombeiro,

queriam ser médico... Infelizmente, à mesma pergunta, a resposta: “Quando crescer, quero ser bandido”.

Segundo dados do Censo, realizado pelo IBGE em 2000, temos mais de 21 milhões de jovens com idade entre 12 e 17 anos, idade dos meninos entrevistados por esse documentário, que representa 12,51% da população total brasileira. Mais de 10 milhões são meninos. Grande parte desses meninos não têm direito à infância. Para eles, a juventude começa mais cedo, e muitos sequer chegarão à vida adulta, inclusive como esses do documentário, que mostra um único sobrevivente que está preso.

Os dados mais recentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2003, apontam que o Brasil tem quase 27 milhões de jovens com idade entre 10 e 17 anos; 4,5 milhões já trabalham, enquanto, infelizmente, 2,3 milhões estão fora da escola. No caso dessas crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupados, o seu rendimento médio mensal representa 16,8 % do rendimento médio mensal familiar. Vejam o quanto o trabalho dessas crianças tem peso no orçamento da família.

Como vamos combater o trabalho infantil se 38% das famílias, com crianças de 0 a 14 anos de idade, têm rendimento médio mensal familiar **per capita** de até meio salário mínimo? Para outros 26,4%, esse rendimento é de meio a um salário mínimo.

Esse é o resultado de uma avassaladora desigualdade econômico-social, que só agora, depois de duas décadas e meia, começa a dar sinais de recrudescimento, ou seja, uma realidade que começa a dar sinais de que pode ser alterada.

Por que digo isso? A Pnad, essa mesma Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, feita em 2004 e realizada em dez capitais brasileiras, constatou – isso foi em 2004, e já estamos em 2006 –, pelos dados, que essa perspectiva tende a melhorar, graças a Deus! Então, 2,65 milhões de brasileiros cruzaram a linha da pobreza.

Para ser mais clara, em 2005, foram alocados cerca de R\$6,5 bilhões para o pagamento de benefícios. Isso é o suficiente para que 77,7% das famílias pobres do Brasil recebessem o benefício do Bolsa Família. Oito em cada dez famílias pobres brasileiras recebem o Bolsa Família.

Quase metade dos 48% de domicílios onde houve recebimento de dinheiro de programas sociais têm crianças de 0 a 17 anos. Mais de 50% dos domicílios que têm rendimento domiciliar mensal **per capita** menor do que um quarto do salário mínimo receberam dinheiro de programas sociais governamentais.

A geração de empregos, apontada por 58% dos entrevistados pela pesquisa do Ibope como priorida-

de, é fundamental se quisermos que os nossos jovens tenham alguma perspectiva de futuro. A pesquisa do Pnad permite identificar, a propósito, o desempenho favorável do mercado de trabalho entre 2003 e 2004. Entre 2003 e 2004, foi registrado um aumento robusto da taxa de ocupação, o que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho. Portanto, a geração de emprego e renda, Senador Paulo Paim, tem sido buscada pelo atual governo. Todavia são políticas públicas que ainda não conseguiram reverter essa situação que o documentário, feito entre 1998 e 2003, mostra de forma desnudada e chocante para todo o País.

Quero dizer que fico feliz, porque, segundo os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*, o Caged, do Ministério do Trabalho, a expectativa da retomada do crescimento econômico tende a se confirmar. O resultado observado agora, em fevereiro, é o maior já registrado com relação à criação de empregos. É o maior já registrado no segundo mês do ano, comparando os meses de fevereiro desde 1992. Aponta 176.632 novos empregos. Está claro, portanto, que o desemprego vem sendo fortemente combatido e resultados positivos vêm sendo obtidos. Infelizmente, porém, como eu disse, essa cruel realidade brasileira ainda não pôde ser revertida completamente.

Essa situação pode ser ainda mais grave se introduzirmos outras variáveis, Senador Paim – V. Ex^a, que é um grande lutador em defesa das causas relativas a gênero e raça. As mulheres ganham menos do que os homens quando ocupam os mesmos postos de trabalho – lógico que não estamos falando do serviço público, mas é assim que acontece na iniciativa privada infelizmente. Infelizmente também, a “boa aparência” exigida para certos empregos exclui os mais pobres, exclui particularmente jovens negros e jovens negras. Aliás, o Senador Cristovam Buarque chamou a atenção para um fato interessante: enquanto as crianças e os adolescentes mostrados no documentário são negros, a discussão posterior ao documentário foi feita por economistas e sociólogos brancos. Corroborando a constatação feita pelo Senador Cristovam, gostaria de lembrar que já foi dito que a pobreza no país tem cor, é negra. Esse *apartheid* social é inaceitável e precisamos ter coragem para eliminá-lo.

Um passo importantíssimo nessa direção foi o reconhecimento da existência – o que aconteceu neste governo –, desse *apartheid* social, da existência desse *apartheid* racial. Pela primeira vez, temos uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que foi criada com **status** de ministério. Introduzimos, corajosamente, a discussão sobre a política de cotas como forma de possibilitar o acesso às universidades por parte de estudantes negros, uma medida

controversa, uma medida polêmica que, inclusive, foi objeto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos há dois dias. Aliás, há sempre polêmica quando se trata de lidar com aspectos secularmente arraigados, não só em nossa sociedade, mas em nossas consciências. Infelizmente é assim: o racismo no Brasil não é claro, é subjetivo, é dissimulado, e poucas vezes tomamos conhecimento de sua existência em toda sua crueldade. Por isso, esse documentário chocou tanto o País.

O governo atual foi acusado de não ter feito nenhum gesto radical diante de uma realidade tão cruel. Eu diria que isso é, no mínimo, injusto. Várias políticas públicas estão em curso para favorecer os jovens. Inclusive, foi feito um importante plebiscito sobre o desarmamento. A sociedade, democraticamente, preferiu assegurar o direito à posse de armas. Foi um resultado democrático, e eu o respeito. Eu e o Senador Arthur Virgílio, independentemente de posições políticas, defendemos o “sim”, lembra, Senador? Mas não foi o que a sociedade decidiu.

O governo, e especialmente o do Presidente Lula, tem, sim, buscado enfrentar o problema. Há pelo menos vinte programas direcionados para a juventude, aos quais foram destinados quase um bilhão só em 2005. Esses programas envolvem o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério dos Esportes, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Defesa e a própria Presidência da República, por meio da Secretaria Geral dos Direitos Humanos. Eu poderia citar, como exemplos, o ProUni, o Pronaf Jovem – uma modalidade nova de apoio ao jovem agricultor familiar –, o Bolsa Atleta, o programa Segundo Tempo.

E quero dizer que nem todos foram criações deste governo – o Pronaf Jovem e o ProUni são criações deste governo –, alguns programas foram criados pelo governo anterior. Isso é uma demonstração clara de que, neste governo, aquilo que é bom continua, porque nós não podemos simplesmente, adotando uma postura mesquinha, excluir e acabar com programas que são positivos só porque foram feitos por adversários. Ao contrário.

E eu quero dizer que é injusto responsabilizar o governo Lula por essa realidade, pois este é um governo que, ao contrário, tem trabalhado para criar uma outra perspectiva para a nossa juventude. Como eu falei, muita gente deixou de citar que esse documentário foi feito entre 1998 e 2003 e, portanto, diz respeito a apenas um ano do Governo Lula. Então, responsabilizar o Governo Lula é, no mínimo, injusto.

Antes de assumir a Presidência da República, inclusive, nosso Presidente coordenava o Instituto Cidadania e, ao se afastar da coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República, Lula participou das discussões que concluíram pela escolha do tema “Juventude” como objeto central de trabalho, debates e estudos do Instituto Cidadania em 2003 e 2004. A meta estabelecida era projetar a questão dos jovens e suas urgências “como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações surgidas na própria sociedade civil”. Portanto, trata-se de um assunto que recebeu a atenção do presidente Lula mesmo antes de ele se tornar Presidente da República.

Aliás, se quisermos romper com essa realidade cruel, brutal e desumana – e isso é imperativo! –, é necessário que toda a sociedade, não apenas o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, se mobilize. Senador João Batista Motta, que neste momento preside a sessão, nossas crianças, que não vêem perspectiva de futuro, não têm a quem recorrer. É tal o descaso da sociedade e das instituições com essas crianças, que elas buscam a proteção do bandido, perdem suas vidas ainda crianças sem terem a chance de conhecer outra realidade além daquela dos morros e das baixadas tomadas pelo tráfico.

Quero dizer que isso não pode ser usado política e eleitoralmente. É muito mesquinho utilizar isso dessa forma. Nossas crianças não merecem essa utilização mesquinha. Nossas crianças estão pedindo socorro. Vamos ouvi-las ou vamos continuar nos fazendo de surdas ou surdos?

Portanto, creio que é dando apoio a essas políticas, ampliando e, principalmente, assumindo, como sociedade, essa responsabilidade que poderemos construir um novo futuro, porque não faremos o futuro amanhã; o futuro nós construímos agora.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falará, como orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar de um rapaz, filho de uma lavadeira, uma empregada doméstica que engravidou aos 16 anos de idade. Seu

filho não foi reconhecido pelo pai. Se esse menino de que vou falar tivesse aparecido no Fantástico como um daqueles meninos que diziam que, quando crescesse, queria virar bandido, talvez tocasse mais a sensibilidade do coração dos brasileiros.

Vou falar, mais uma vez – já o fiz outras vezes –, do Francenildo, filho de uma empregada doméstica que foi abusada sexualmente aos 16 anos de idade e que teve um filhinho não reconhecido. E o Francenildo, que poderia ter virado bandido, poderia ter sido tragado e arrastado pelo narcotráfico e pela marginalidade, como último refúgio, virou caseiro! Filho de uma lavadeira, que continua lavando roupa para sustentar, de forma digna, sua família. Portanto, um pequeno caseiro – não pela bênção de Deus, porque Deus abençoa todos igualmente e não é de sua responsabilidade nem político bandido, nem criança pobre tragada pela marginalidade como último refúgio! – que está sendo atacado da forma mais perversa que há porque disse a verdade, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

E imaginem o que significa isso para uma sociedade como a nossa, elitista, preconceituosa! Imaginem qual é o significado disso para quem gosta dos rituais cínicos e esnobes, para quem jamais poderia aceitar que um simples caseiro contestasse a palavra do Ministro da Fazenda, um homem poderosíssimo, porque, infelizmente, poderoso é quem se transforma em serviçal do capital financeiro, com todo respeito às nossas meninas e meninos, pais e mães de família que são serviçais da Casa e do Brasil!

Mas o que está acontecendo com Francenildo? Francenildo foi prestar depoimento, hoje, na Polícia Federal. Simples como ele, veio simples, com um advogado simples, porque a ele não foi dado o direito de quem tem conta de bilhões de dólares no exterior, quem está junto da canalhice do mundo da política, do mundo do capital financeiro e chega em uma CPI no Senado Federal e diz “não digo nada, nem o nome dos meus filhos”.

Chega Francenildo lá para prestar depoimento hoje, ou seja, ele prestou depoimento hoje como denunciante. Mas também tomou conhecimento na Polícia Federal hoje que, agora, ele é investigado. Investigado, possivelmente investigado, por suspeita de crime de lavagem financeira. Então, vejamos... Realmente, é um Governo – ô governinho – eu sei que tem gente de bem lá, mas é o que pode se dizer “um governo bandido”.

O que foi que fizeram? Vou ler a movimentação bancária, Senador João Batista Motta, do rapaz que, a partir de agora, passa a ser investigado por suspeita de crime financeiro. Olha a movimentação bancária dele, Suplicy.

No dia 6 de janeiro, ele recebeu R\$10 mil. O pai dele foi até a agência federal com o dinheiro e depositou R\$10 mil. No dia 8 de janeiro, ele voltou a Brasília, foi à Caixa, na agência dele, retirou R\$2,5 mil para comprar um lote em Nazária, no Piauí. Olhem a movimentação financeira desse rapaz que está sendo investigado agora por crime contra o Sistema Financeiro. Então, ele ficou com R\$7,5 mil na conta.

No dia 6 de fevereiro, o pai, cumprindo o acordo, segundo o qual, não reconhecia a paternidade mas daria um dinheiro para ele comprar uma casa, depositou mais R\$10 mil. No dia 15 de fevereiro, Francenildo retirou R\$15 mil para comprar uma casinha aqui em São Sebastião. Como não vingou a compra da casinha com os R\$15 mil em dinheiro, ele ficou com R\$5 mil e depositou R\$10 mil na mesma continha dele.

Ou seja, no dia 6 de janeiro o pai dele deposita R\$10 mil. No dia 6 de fevereiro, o pai depositou mais R\$10 mil. Ora, se isso caracterizava, como manda a lei, uma movimentação de recursos incompatível com a movimentação bancária da conta do rapaz ou com a renda do rapaz, o que caberia o sistema de controle da Caixa fazer? Imediatamente, inserir essa movimentação suspeita no Sisbacen e encaminhar ao Coaf. Mas o que fizeram? Nada.

Fui, então, ler toda a legislação do Banco Central, do Coaf, da Caixa Econômica Federal. Li todas as porcarias das circulares do Banco Central, tudo que se refere a competência de presidente, de secretário-executivo, de plenário, tudo. Não há nada!

Por que foi que, no dia 17 de março... E vejam que a suposta movimentação suspeita aconteceu nos dias 6 de janeiro e 6 de fevereiro. No dia 17 de março. às 19h10, portanto, às vésperas de que fosse publicado na revista **Época** o tal extrato da Caixa Econômica Federal – extrato que a Caixa já sabe quem tirou, porque a agência da Caixa sabe quais os funcionários que estão lá às 20h58, sabe quem tem senha para entrar no sistema... Mas como o saque era uma porcaria, não se preocupa em informar o que aconteceu.

Mas, às 19h10 do dia 17 de março, alguém, que nem da agência era, porque quem faz isso é o sistema de controle, o setor de *compliance*, o sistema de fiscalização e controle na sede da Caixa Econômica Federal, inseriu no sistema para dizer que havia uma movimentação suspeitíssima, e o Coaf, que recebeu isso na segunda-feira, imediatamente encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal. E o rapaz, hoje, quando foi prestar depoimento na Polícia Federal, não era mais testemunha, mas investigado por suspeita de crimes contra o Sistema Financeiro, de lavagem de dinheiro. O filho de uma lavadeira, que lava roupa! O rapaz, porque queria imitar a mãe, lavando a podri-

dão, a roupa suja da gentalha que pousa como bom moço, mas que pratica crimes contra a administração pública, está sendo perseguido dessa forma.

Volto a repetir que não é apenas a ilegalidade e a imoralidade. Estão pondo em risco a vida do rapaz, porque ele não quer mais ser acompanhado pela Polícia Federal, não quer mais ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, Deputado Pauderney. Quem quer? Não quer! Ele agora não aceita mais andar com agentes da Polícia Federal, não aceita ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas. Ele deu um depoimento-chave que mostra claramente que mentiram.

Volto a repetir: nada da vida pessoal e sexual está sendo tratado, mas de uma quadrilha que patrocina crimes contra o sistema financeiro, além de outras bandidagens como a exploração do corpo, transformado-o em mercadoria, de meninas, filhas da classe trabalhadora.

Mas como é que pode? O menino, de denunciante, de testemunha, está sendo investigado por lavagem de dinheiro!

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon e, depois, ao Senador José Agripino.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Heloísa Helena, chegamos ao limite máximo nessa questão que estamos debatendo. Esse rapaz é o motorista do Collor. No meio dessa corrida em que pessoas fogem e não se consegue encontrar a verdade, de repente, não mais do que de repente, ele veio e cristaladamente disse as coisas que estavam acontecendo. Ele era caseiro, e o Ministro havia ido lá várias vezes – o Ministro disse que nunca fora, e outras testemunhas disseram que ele havia ido –, usado dinheiro, moças e tudo o mais. Foi suspenso o depoimento dele na Comissão, ele foi proibido de falar – não sei a troca de que o Supremo fez isso, não sei em nome de quem o Supremo fez isso –, a Caixa Econômica Federal liberou o sigilo da conta dele – e nós não conseguimos liberar o de ninguém –, porque eles viram ali o cidadãozinho humilde, sem mais nem menos, com R\$15 mil e pensaram: “Foi alguém que deu o dinheiro para ele, alguém o está comprando”. E lançaram o negócio. Quando foram ver, a história era verdadeira. Quer dizer, o pai, o não-pai mandou o dinheiro para ele, para atendê-lo – deve ter alguma coisa –, foi o cidadão do Piauí que mandou o dinheiro. E é verdade a história dele. O que o Supremo Tribunal fez com a Polícia Federal, que, de repente, faz esse cidadão ser ouvido como réu, como uma pessoa que está sendo indiciada? Mas indiciada em que sentido? Indiciada onde? Há uma pressão em cima desse jovem de tal forma que ele já não está mais em condições de ter

liberdade de pensar, de ir e de vir. V. Ex^a pertence à Comissão. Eu fui considerado uma pessoa desgastada, não tenho mais capacidade de pertencer à CPI, pois o Senador Ney Suassuna só convidou os competentes, e eu fiquei de fora. Acho que os membros da Comissão deveriam chamar o Presidente, colocar esse cidadão num hotel ou num hospital, com a garantia e a custódia certa das coisas que estão acontecendo. Nós devíamos ir – eu gostaria de ir junto – ao Supremo Tribunal Federal para dizer as coisas que estão acontecendo. Está mais que provado que não se quer que esse cara esclareça os fatos. Um representante da imobiliária que cuida da casa também confessou que viu o Ministro lá. A essa altura, o Ministro tinha de se afastar, tinha de enviar um ofício ao Presidente da República dizendo: “Presidente, a partir de agora, estou complicando a sua vida. Eu não vou dificultar nem tumultuar a sua vida. Peço licença para me afastar”. Ele poderá até voltar depois. Em vez de afastarem o Ministro, estão esmagando o rapaz. Se esse rapaz aparecer morto por aí, o Senhor Lula será o responsável, o Presidente da República será o responsável. Tem gente apertando o cerco. Tem gente querendo saber quais são as salas por onde ele andou aqui. Tem gente apertando o cerco no sentido de evitar que ele fale. Sinceramente, estranho isso. O Presidente da Comissão ou até nós mesmos poderíamos nos reunir hoje à noite, dentro ou fora do Senado, com as pessoas que quiserem vir, para ouvir esse cidadão e fazer uma gravação. Vamos convidar pessoas da sociedade, da CNBB, da OAB, para que venham assistir ao depoimento dele. Eu nunca vi isso em minha vida! O motorista do Collor fez o negócio, mostrou um cheque frio contra o ex-Presidente, comprou carro, mostrou que o comprou em nome do Collor, e ele não fez absolutamente nada. Não aconteceu nada com o motorista, como não aconteceu com a secretária que veio depor contra o Presidente da República! Olha, sinceramente, estranho o Supremo, estranho o Presidente da República, mas estranho não termos tomado outras providências. V. Ex^a está fazendo um belo pronunciamento, estou dando um bom aparte, mas temos de ir além disso, antes que aconteça alguma coisa. Repito: se acontecer, o responsável será o Presidente da República. Se o seu Ministro não se licenciar, não se afastar agora, ele vai pagar um preço muito caro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a o aparte. Concorde inteiramente com essa possibilidade de criarmos uma comissão suprapartidária da sociedade civil para ouvir o Francenildo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, e depois ao Senador Jefferson Péres e ao Senador Arthur Virgílio.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, Senador João Batista Motta, para que eu não seja indelicada em não permitir os apartes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, eu era o próximo inscrito para uma comunicação inadiável. Peço a gentileza de ser dado como lido o meu discurso, senão perderei o meu vôo – tenho uma emergência. Falaria hoje sobre o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, a ser comemorado amanhã. A Pastoral da Criança e o Ministério da Saúde estão divulgando informações extremamente importantes para que sobretudo a população pobre deste País possa tomar as medidas necessárias para evitar a doença. Mas, com respeito ao que V. Ex^a acaba de informar, Senadora Heloísa Helena, eu estava aguardando ansioso a presença da Comissão da qual fizeram parte os Senadores Alvaro Dias, Romeu Tuma e Wellington Salgado de Oliveira, que foram conversar com o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda. O Senador Alvaro Dias, que ouviu as palavras do Dr. Paulo Lacerda, esclareceu que o Sr. Francenildo não é objeto de investigação. Então, apenas do ponto de vista dos cuidados que precisamos ter, avalio que o Sr. Francenildo nos relatou as coisas tal como elas são. Há certas contradições, uma vez que Rogério Buratti e Vladimir Poletto informaram à CPI que não viram o Ministro Antonio Palocci na casa. Precisamos, portanto, com boa-fé, apurar inteiramente o caso, apurar se houve qualquer contribuição que não seja do pai para Francenildo – é natural que haja a vontade de se apurar isso –, mas há que se condenar, com toda a veemência, a forma como vazou o conhecimento das contas do Sr. Francenildo. Ele teve a dignidade, a hombridade de colocar à disposição, inclusive a V. Ex^a e à CPI, o sigilo de suas contas, demonstrando que parece ter uma atitude a mais aberta e transparente possível, o que é positivo. E quero também ressaltar que considero importantíssimo que a Caixa Econômica, o quanto antes, em muito menos do que 15 dias, esclareça inteiramente os fatos. Avalio como importante que se dê a proteção necessária ao Sr. Francenildo, conforme o Senador Pedro Simon estava colocando.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Suplicy, V. Ex^a, como economista e como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, como eu fui também, me responda: quando o Coaf encaminha ao Ministério Público e à Polícia Federal indícios de crimes contra o sistema financeiro, é para fazer o quê? Para que a Polícia Federal e o Ministério Público abram um

procedimento investigatório para investigar o dono da conta. Foi o que eles fizeram. O Paulo Lacerda pode nem está sabendo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, mas não está havendo tentativa de implicar, indiciar o Sr. Francenildo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas está. Óbvio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o que pelo menos a Comissão foi dialogar com a Polícia Federal. O Senador Alvaro Dias veio de lá há poucos instantes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Suplicy, é uma coisa objetiva. A Caixa Econômica Federal agiu ao contrário do que manda a lei, porque a lei diz que qualquer movimentação bancária suspeita deve ser comunicada ao Coaf.

A suposta movimentação suspeita do Francenildo aconteceu em duas datas, 06 de janeiro e 06 de fevereiro. A Caixa Econômica Federal não fez nada com essas duas movimentações de recursos incompatíveis com a movimentação bancária do rapaz. No dia 17 encaminhou ao Coaf.

Ora, é até um procedimento diferente do que qualquer gerente de Caixa faz, porque, de acordo com várias pessoas, não eu, várias pessoas com as quais conversei, se se deposita R\$40.000,00 na conta de alguém, o que o gerente faz imediatamente antes de comunicar ao Coaf? Chama o cliente para perguntar-lhe de onde veio o dinheiro antes de encaminhar ao Coaf.

A Caixa Econômica, às 19 horas e 10 minutos da sexta-feira, dia 17, encaminhou ao Coaf, o qual encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal. Quando um procedimento é encaminhado ao Ministério Público e à Polícia Federal é para ser instaurado um processo investigatório, para saber a origem, a movimentação bancária do Sr. Francenildo. Foi isso que aconteceu. Objetivamente foi isso que aconteceu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sobre esse ponto avalio como importante que a Direção da Caixa explique exatamente todo o procedimento. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade. Permita-me, Senadora Heloísa Helena, informar, inclusive ao Presidente Renan Calheiros, que há poucos instantes perguntei ao Secretário Augusto, da CPI, se porventura foi solicitado oficialmente pela CPI requerimento às autoridades competentes para obter a autorização para que houvesse a escuta telefônica da Sr. Isabel Bordini e ele disse que da Secretaria não houve iniciativa nesse sentido, pode ser que tenha havido da parte do Senador Alvaro Dias. Mas isso é um esclarecimento

importante, uma vez que as fitas não estão mais na CPI e estariam com o Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, eu também gostaria, se puder.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a sobe à tribuna de lança em riste, como uma guerreira que é, mas deve-se sentir como eu, cada vez mais impotente nesses tempos ominosos em que vivemos. É incrível o que está acontecendo! Às vezes, penso que estou vivendo um pesadelo. Como é possível que essa sucessão de ilegalidades, ocorridas no seio do Poder Executivo, com a conivência de parte do Congresso e de parte do Judiciário, como isso não provocou ainda uma crise gravíssima neste País? Será que chegamos a tamanha frouxidão de costumes, frouxidão moral, que não faz a Nação inteira perceber que estamos diante de algo gravíssimo? Esta sucessão de fatos – o empréstimo do Sr. Okamoto, a não revelação da conta bancária do Sr. Okamoto –, como é que não se cobra isso? De onde veio o dinheiro com que o Sr. Okamoto pagou a dívida do Senhor Presidente da República? Por que o Sr. Okamoto se nega a revelar isso? A fonte é espúria? Por que o Presidente da República não diz ao Sr. Okamoto que autorize a quebra de seu sigilo fiscal, e a Nação inteira não grita contra isso? Como é que vem, agora, dentro do aparelho de Estado a quebra, a violação do sigilo bancário de um cidadão brasileiro que, na véspera, tinha sido silenciado aqui – e o Judiciário foi conivente. Silenciou a voz de um cidadão brasileiro que queria dizer o que lhe parece a verdade sobre um Ministro de Estado. E esse cidadão, no dia seguinte, é violentado com a quebra do seu sigilo bancário. E agora vão encontrar o quê? Um funcionário de terceiro escalão da Caixa? A Direção da Caixa não tem nada a ver com isso? Isso foi feito à revelia? E a Direção da Caixa, se autorizou, foi sem o conhecimento do escalão superior, Senadora? Senadora Heloísa Helena, em um regime parlamentarista o Governo teria desabado há muito tempo. A situação moral é insustentável. Está cada vez pior! Eu não sei aonde vamos, mas parabéns pelo seu pronunciamento. Eu não podia deixar de apartear-la, com muito prazer. Vejo em V. Ex^a uma das poucas vozes realmente indignada como eu. Inconformada! Eu jamais deixarei de me indignar. Pode todo o Brasil, a população inteira considerar isso normal. Para mim, isso é uma grande indecência. Insuportável, Senadora!

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – PDT) – Eu agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres. E agora não é mais um funcionário da agência da Caixa que usou a senha para violar a conta. Tem um outro agora! Agora tem a única pessoa que pode fazer isso na sede da Caixa Econômica Federal. É uma pessoa – tem uma hierarquia para isso. Na sede nacional da agência da Caixa Econômica aqui em Brasília, alguém inseriu no Sisbacen para que fosse encaminhado ao Coaf, para que o Coaf encaminhasse ao Ministério Público e à Polícia Federal, para que ele começasse a ser investigado por indícios de lavagem de dinheiro.

Concluindo, Sr. Presidente, só para não ser indelicada com o Senador Arthur Virgílio e com o Senador Agripino.

O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a fique inteiramente à vontade para conceder os apartes, porque, como todos sabem, hoje não vamos ter Ordem do Dia. Não seria recomendável que, em função disso, fizéssemos um rigoroso controle de tempo.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de

serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social;

10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais para os fins que especifica.

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em

função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.

10

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14
REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação*

Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.

15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142
e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

da Emigração Ilegal, que altera o *Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa, Senadora Heloísa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Poderia me conceder um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Claro, Senador Agripino, e depois o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo com a furada de fila prazerosamente, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Como é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo com a furada de fila prazerosamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não esqueça daquele presente que V. Ex^a está me devendo, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Agora, antes de fazer a minha intervenção, acho que o Plenário todo gostaria de conhecer, se puder, qual é o presente, Senadora, porque agora quem está enciumado sou eu! Não me provoque!

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas não adianta. O meu amor é o Senador Pedro Simon. E o Jefferson. O Senador Jefferson e o Senador Pedro Simon.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Que honra, Senadora!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, vamos tratar este assunto com a se-

riedade com que V. Ex^a está tratando. Veja bem o que está acontecendo neste momento? Temos um Ministro de Estado trancafiado no Palácio do Planalto, está homiziado no Palácio do Planalto. Hoje de manhã, Senador Jefferson, circulava por aí que iriam demitir o Presidente Mattoso. Não me venham com essa! A demissão do Presidente Mattoso não é panacéia para o caso Francenildo. Quem está trancafiado no Palácio do Planalto não é Matoso, não é ninguém; é o Ministro da Fazenda. Está trancafiado por quê? Qual é o peso na sua consciência? Mattoso não conhece Poletto; ninguém nunca disse que Mattoso esteve na casa 25 do Lago; que ele conhece Caio, o bingueiro; Francenildo nunca se referiu a Mattoso. Quem está em jogo, em foco, em discussão – a quebra de sigilo é um assunto conectado – é o Ministro da Fazenda. E esse, sim, está homiziado no Palácio do Planalto, sob o guarda e proteção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz que não vai demiti-lo. Não vai demiti-lo e assume! O medo, Senadora Heloísa Helena, é de que se comprove agora que, no Governo do PT, estado de direito e brincadeira é a mesma coisa – ou pelo menos o estado de direito só vale para quem é poderoso, para Okamoto. Agora, para quem aparece nas câmeras de televisão com a camisa surrada, um homem do povo, que teve seu direito absolutamente escancarado, na maior falta de cerimônia, sem absolutamente nenhuma cerimônia, para o pequenininho, para o homem do povo, a quem Lula se refere com tanta frequência, negativo, nada de estado de direito. Para atingir os objetivos, vale tudo; para desqualificar Francenildo, vale tudo; se tiver que quebrar seu sigilo, que quebre. Senador Jefferson Péres, Senador Pedro Simon, só faltava o que li hoje. Foram atrás do suposto pai biológico de Francenildo para ver se os depósitos que estão na conta dele foram feitos realmente pelo pai. A investigação de Okamoto ninguém faz. Nada. Agora, na investigação do suposto pai biológico vão às últimas conseqüências. Foram ao Piauí e colocaram a Caixa Econômica para perguntar sobre o dinheiro. Esse depósito foi feito em dinheiro e o pai biológico disse tudo. Qual é!? Senadora Heloísa Helena, o pronunciamento de V. Ex^a que é tópico, é ferrinho de dentista em cima da questão que eu abordei ontem no Plenário, a questão técnica da quebra do sigilo e essa presepada que estão inventando dos 15 dias, para quê? Para inventar uma versão ou para criar um bode expiatório, um Delúbio novo para a Caixa Econômica; um Silvinho para o caso da Caixa Econômica. Não me venham com essa história. Então, quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a e dizer e lembrar que quem está homiziado é o Ministro Palocci. Não me venham com demissão de Presidente de Caixa Econômica como panacéia para este problema. O que

está em jogo é a preservação das instituições, é a preservação do estado de direito que está vilipendiado e que V. Ex^a, em muito boa hora, denuncia com o apoio do Plenário do Senado da República.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e ouço os Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, no tempo que foi designado pela Mesa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, dos quatro bancos oficiais que fazem varejo, temos três desmoralizados: Banco do Brasil, pelo Visanet; o Banco do Nordeste, pela negociata que terminou com o dólar na cueca, e temos a Caixa Econômica Federal, envolvida nesse atentado de liberdades democráticas, que é a quebra arbitrária ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Nós vimos na Caixa Econômica o gerente do Piauí se arvorando no direito de ele também pressionar a família, no caso, o pai natural do caseiro Francenildo, sobre a origem, as motivações do depósito. Então, respeito nenhum à privacidade do Sr. Francenildo e a tentativa inteira de desqualificá-lo. Mas eu poderia resumir o que sinto numa frase, não mais do que uma frase: em segundos quebraram o sigilo do Sr. Francenildo e agora querem semanas para encontrar um bode expiatório, imaginando que, nessa sociedade aberta que é o Brasil, democrática que é o Brasil, com a imprensa vigilante que é o Brasil, dá para se apagar vestígios, pistas, dá para se ilaquear a boa-fé de uma Nação inteira e, pura e simplesmente, se esconder o malfeito embaixo de algum tapete mágico, porque, se o tapete não for mágico, não dá. Como não existe tapete mágico, eu entendo que o Governo está, pelo seu apego à inverdade, à falácia, à mentira, para usar uma expressão mais forte, está cada vez se enlacrado mais e transformando uma crise séria em uma gravíssima crise política. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, apenas para prestar a informação solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy. Cheguei da diligência realizada juntamente com o Senador Romeu Tuma e o Senador Wellington Salgado à Polícia Federal. Ele me indagou se o caseiro estava sendo indiciado. Eu disse que indiciado, não, mas ele está sendo investigado. O Delegado da Polícia Federal, Dr. Rodrigo, informou que ele tem o dever de investigar as partes envolvidas. Então, segundo ele, é natural que se investigue o caseiro. E certamente o caseiro vai deixar a melhor das impressões ao delegado, pela sua convicção no que afirma, pela serenidade, pela lisura dos seus procedimentos. Não há absolutamente nada que possa

se impingir a um homem de bem, trabalhador. Agora, há um pedido já...

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É claro.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O delegado aguarda apenas a designação do juiz, mas há um pedido de autorização judicial para a quebra do sigilo telefônico do caseiro, do sigilo bancário, que já foi quebrado – o Brasil inteiro já conhece as contas bancárias do caseiro –, mas também do sigilo telefônico dele, que será quebrado. Enfim, teríamos um relato a fazer. Teremos outra oportunidade para fazê-lo, em respeito à solicitação do Presidente. Ficamos apenas nessa informação, para esclarecer, em razão do que disse o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Hoje, de fato, Senador Pedro Simon, estou com um problema seriíssimo de corda vocal e não poderia estar na tribuna. Mas quero continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar como mãe e como uma das muitas mães brasileiras que choraram quando viram aquela cena terrível das crianças pobres, dizendo que no futuro queriam ser bandidas.

A criança que nasceu carimbada para ser bandido, virou caseiro, com uma mãe lavadeira; não foi tragada pela marginalidade nem pelo narcotráfico e, porque ousou falar a verdade, desafiar os poderosos, inquilinos das estruturas de poder, passa a ser massacrada de uma forma tão perversa, com tanto requinte de crueldade, como essa.

Então, mais uma vez, a Caixa Econômica precisa se explicar porque violou o sigilo, porque prevaricou. Já que movimentação financeira indevida, incompatível com a renda e com a movimentação bancária havia, eles tinham que ter feito esse processo no dia seis de fevereiro ou ter chamado o cliente para esclarecer, e não ter agido em conluio para esquentar e dar legitimidade ao que sairia no outro dia. Às 19h10min, alguém no prédio central da Caixa Econômica inseriu no Sisbacen a movimentação bancária e, na segunda-feira de manhã, o COAF encaminhou ...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – ...ao Ministério Público e à Polícia Federal, para que passasse a ser investigado, sob a égide da lei que trata da lavagem de dinheiro.

Agora, quanto às instituições de crédito no Brasil, que não viram as movimentações bancárias de todos os envolvidos na canalhice do mensalão e de outras coisas mais, que não tiveram agilidade necessária para procedimentos investigatórios, para encaminhamento

ao Ministério Público, à Polícia Federal, nada, absolutamente nada aconteceu.

Agora, no caso do caseiro, porque é pobre, conta com a impunidade canalha e reinante no País, acontece tudo isso.

Fica aqui o nosso protesto. Estamos encaminhando o requerimento. Sei que a CPI encaminhará também. Eu não sou membro da CPI, mas sei que a CPI fará um requerimento de informações para que a Caixa Econômica Federal e o COAF disponibilizem todos os procedimentos necessários.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Com base nos arts. 403 e 147 do Regimento, quero encaminhar a V. Ex^a uma questão de ordem. Depois de todo esse debate extremamente relevante a respeito de quebra de sigilo e de vazamento de informações de forma ilícita, tenho buscado, durante todos esses dias, dizer que todo e qualquer vazamento e quebra de sigilo são absolutamente incompatíveis com o Estado Democrático e devem ser combatidos, apurados e punidos. Por isso, queremos trazer a V. Ex^a, para apreciação e encaminhamento, a seguinte situação: ontem, por volta de 20 horas, na CPI dos Bingos, no depoimento da ex-superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) Sr^a Isabel Bordini, foi executado um procedimento que nós entendemos que fere a legalidade e se transforma numa quebra de sigilo ilegal. Portanto, pedimos a V. Ex^a que isso seja apurado.

Durante o depoimento da SRA. Isabel Bordini, foi veiculada uma fita de áudio de gravações telefônicas entre A SRA. Isabel Bordini e o Sr. Rogério Buratti. Em termos de mérito, a fita não trazia elementos pertinentes nem relevantes para o assunto que estava sendo debatido, que eram os procedimentos da medição da varrição de lixo em Ribeirão Preto.

O objetivo de passagem das fitas, conforme ficou consignado nas Atas, era o de mostrar a familiaridade entre A SRA. Isabel Bordini e o Sr. Rogério Buratti.

Acontece que a Constituição, no art. 5º, inciso XII, estabelece que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

A Lei nº 9.296/96, que regulamenta esse texto da Constituição, no seu art. 1º, estabelece que a interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação criminal, sob sigredo de justiça.

Portanto, a veiculação dessas fitas, sob o nosso entendimento, afronta não só o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, como também o art. 1º da Lei nº 9.296. Assim, entendemos que a divulgação de qualquer interceptação telefônica, obtida ou não por medida judicial, constitui crime. A Lei nº 9.296 estabelece, de forma muito clara, que é a interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos que fosse apreciado o procedimento do que aconteceu ontem com a mesma importância e relevância que vêm sendo tratados todos os vazamentos e quebras de sigilos telefônicos pautados atualmente.

O Senador Eduardo Suplicy – que se retirou em virtude de vôo às 17 horas – solicitou ao Presidente da CPI dos Bingos cópia do ofício ou da documentação da Comissão que requisitou as interceptações telefônicas reproduzidas na última reunião. Ou seja, S. Ex^a pediu o requerimento de cópia da fita e do processo em que essa fita estava contida. Foi informado pelo Sr. Augusto, Secretário-Executivo da CPI – pelo menos, é a informação que ele tem –, que, pela Secretaria da CPI, não passou qualquer tipo de requerimento, pedindo processos ou fitas, e que também não ficaram, na CPI, as cópias das fitas utilizadas na oitiva da SRA. Isabel Bordini.

Portanto, Sr. Presidente, do nosso ponto de vista, esse procedimento é tão grave quanto todo e qualquer vazamento e quebra de sigilo.

No episódio, o Senador Tião Viana fez questionamentos. Posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy também. Estava presente ao procedimento, inclusive, o Corregedor desta Casa, Senador Romeu Tuma.

Por isso, com base nos arts. 403 e 147 do Regimento Interno, gostaríamos que essa questão de ordem pudesse ser respondida. É a respeito da legalidade ou não dos procedimentos. Sobre o que ocorreu na CPI no momento da utilização, sobre o fato de a fita ter sido utilizada, sem que existisse nenhuma documentação que legalizasse – e o Senador Tião Viana está me ajudando – no Código Penal e no Regimento. Não só o procedimento, mas o fato de a fita utilizada ontem na oitiva da SRA. Isabel Bordini não fazer parte da documentação oficialmente solicitada nem sequer estar disponível, hoje, para que possamos acessar a sua íntegra.

Portanto, Sr. Presidente, talvez de forma não tão apaixonada, mas com a mesma ênfase que requer toda e qualquer quebra de sigilo e vazamento propiciado de forma não compatível com os ordenamentos jurídicos e os direitos individuais de todo cidadão e cidadã brasileira, pedimos providências e resposta a essa questão de ordem que estamos formulando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para contraditar, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que tenho alguma participação nessa história, porque ontem fui designado Relator *ad hoc* pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Efraim Morais. Em virtude de estar impedido de comparecer o Senador Garibaldi Alves Filho, eu o substitui e apenas reproduzi as indagações que faria S. Ex^a à depoente, utilizando-me, inclusive, da gravação por S. Ex^a apresentada para esse depoimento.

Ocorre, Sr. Presidente, que essa gravação, cujo teor já é de conhecimento público, uma vez que já veiculada em outro depoimento da própria CPI – o depoimento, se não me falha a memória, do Sr. Rogério Buratti – e veiculada também pela imprensa de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Portanto, não houve vazamento de uma informação já vazada. Seria o mesmo que nos acusar de divulgar os dados referentes ao sigilo bancário do caseiro Nildo depois que esse sigilo foi frontalmente violado, supostamente por determinação judicial, de forma criminosa e deplorável, numa afronta à Constituição do País, numa atitude fascista, reacionária, hipócrita e preconceituosa de quem imagina ser impossível a um trabalhador assalariado ter conta bancária e poder movimentar modestamente alguns poucos recursos. Está ele impedido disso. Não pode fazê-lo. Fazendo-o, terá o sigilo quebrado, em uma afronta, em um desrespeito aos direitos humanos, o que mereceria até mesmo uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na qual o Brasil já foi condenado diversas vezes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que querem deslocar o foco. Há uma pretensão, no nosso País, de parte de algumas pessoas de fazer com que os que investigam e denunciam sejam condenados e absolvidos sejam os criminosos, os denunciados, os que praticam delitos.

Para sintetizar, Sr. Presidente, representei ontem, como Relator *ad hoc*, o sério, responsável, competente e honrado Senador Garibaldi Alves Filho. Sequer tinha

conhecimento do teor da fita que apresentei em substituição a S. Ex^a, mas o fiz em confiança, exatamente por considerá-lo um homem inatacável sob o ponto de vista ético. Ainda amanhã, se houver necessidade, procederei novamente a outro depoimento em que tenha que responder por questões referentes àquelas de ontem. Com a maior tranquilidade, apresentarei a gravação.

É preciso deixar claro que essa gravação faz parte do inquérito policial instaurado na cidade de Ribeirão Preto que apura a corrupção na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, na gestão do Sr. Ministro Antonio Palocci. Essa gravação teve seu teor conhecido pela sociedade brasileira, mediante veiculação em órgãos de imprensa, e já foi veiculada também, por meio da CPI dos Bingos, em outra ocasião, em outra oportunidade, em outro depoimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, esperando que, realmente, o Senado Federal não se disponha a ser palco dessa tragédia na qual querem condenar aqueles que se preocupam em combater de forma implacável a corrupção no País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apenas consignar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se for uma complementação rápida, tudo bem, porque vou decidir sobre a questão de ordem que V. Ex^a colocou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem revisão da oradora.) – Será muito rápida.

Não obstante a gravidade do caso, quero consignar que, se já foi vazado, se já não foi vazado, a CPI tem que se ater àquilo que o ordenamento jurídico prescreve, em termos de observância tanto da Constituição quanto da legislação em vigor, no que tange à questão das escutas telefônicas e do direito à inviolabilidade da privacidade.

E mais, Sr. Presidente. Além da obrigatoriedade de cumprir-se o ordenamento jurídico, há outra questão muito interessante: a gravação está no inquérito, já foi divulgada, mas o Senador Suplicy a requereu e ela não está na CPI.

Então, a primeira pergunta desta questão de ordem – penso que esta, inclusive, precede a outra – é: onde estão as fitas? Onde elas foram parar? Elas foram usadas ontem, de forma que entendemos que afrontou a Constituição e a legislação na questão da inviolabilidade, da privacidade da correspondência e das escutas telefônicas. E ainda o mais grave é que quem quis acessar, como foi o caso do Senador Eduardo Suplicy, o instrumento utilizado ontem para questionar a Sr. Isabel Bordini não pode fazê-lo.

Por isso, Sr. Presidente, não há dois pesos e duas medidas. Quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico, quebra de sigilo da privacidade é grave, seja feita por quem for e contra quem for. As duas situações são equivalentes.

Por isso, tenho o entendimento de que a questão de ordem é tão relevante quanto todas as outras questões levantadas neste plenário durante a tarde de ontem a respeito de violação de direitos individuais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou levantar todas as informações, requerer, buscar todas as informações e conversar com o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para que, dessa forma, possamos fazer uma análise à luz do Processo e da Constituição.

O ideal, Senadora Ideli, é que essa questão se esgote no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não for possível que ela se conclua lá no âmbito da Comissão, teremos de analisá-la aqui e decidir a questão de ordem que V. Ex^a acaba de suscitar.

Mas vou levantar as informações, requerê-las e, pormenorizadamente, fazer uma análise à luz do Processo e da Constituição.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, dado o clima da CPI – que já é de seu conhecimento –, eu, além de ter feito verbalmente a questão de ordem, vou formalizá-la por escrito, porque creio que a providência é necessária e urgente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por favor.

Tenho a honra de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio, que permutou com o Senador João Batista Motta. Em seguida, falará o Sr. José Maranhão e, depois, o Senador José Agripino.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, pela ordem, peço minha inscrição para falar pela Liderança do Governo. A autorização de delegação para que eu fale já está na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Se ainda não foi utilizado o tempo da Minoria, solicito minha inscrição para falar como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a também, como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que dispõe de até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELOS SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, pela ordem, para uma comunicação inadiável de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Líderes, eu começaria sugerindo que, na próxima terça-feira, nós marcássemos uma reunião dos Líderes da Casa para fazer um balanço desses fatos que estão ocorrendo no âmbito do Senado Federal e, também, estabelecer um compromisso em torno de uma pauta, porque estamos já há cerca de trinta dias sem votações. Nenhuma matéria importante foi votada, ou melhor, nada foi votado, a não ser a indicação da Ministra Ellen Gracie para o Conselho Nacional de Justiça.

Precisamos retomar o processo de votação. Há matérias relevantes que precisam ser equacionadas. Na quarta-feira mesmo, havíamos feito um acordo, que acabou não sendo mantido no plenário. As Lideranças tinham pactuado que votaríamos aquela medida provisória. Depois, fizemos um acordo de que votaríamos o texto-base, para depois votarmos as emendas, e, no entanto, sempre há algum incidente de última hora que prejudica o processo de votação. Nós precisamos voltar a evoluir no processo legislativo.

Da mesma forma, eu gostaria de destacar que acho que o Senado Federal, que sempre foi uma Casa de moderação, de equilíbrio, de responsabilidade pública, precisa trazer para o âmbito do colégio de Líderes a discussão sobre o Orçamento Geral da União.

Sr. Presidente, estamos concluindo o mês de março sem que o Orçamento seja votado. Todos sabem que o Orçamento, num país que tem restrições orçamentárias severas como tem o Brasil, precisa de planejamento, precisa definir prioridades. E este é um ano curto porque, a partir de 1º de junho, não temos mais possibilidade de liberação de recurso, em função do período do calendário eleitoral. Portanto, temos apenas abril e maio para liberar recursos que são indispensáveis para áreas como saúde, educação, infraestrutura, para a vida dos Municípios, para os Governos dos Estados, e estamos engessando o País num

momento que é indispensável que os recursos sejam encaminhados.

O Senado também não tem discutido o Orçamento do ponto de vista do Plenário. Há dificuldades na Comissão, porque o processo orçamentário, como é elaborado hoje no Brasil, está esgotado. Temos de repensar esse processo para a próxima legislatura. Mas, de qualquer forma, temos de concluir o Orçamento deste ano e estabelecer um processo de votação.

Bancadas estaduais que faziam Oposição a governos do PSDB, como é o caso de São Paulo, votaram o Orçamento na expectativa de que havia um acordo para ser votado também o Orçamento-Geral do País. Isso não aconteceu e os prejuízos estão começando a surgir, com graves dificuldades, especialmente investimentos, que são do maior interesse da sociedade brasileira.

A advertência mais importante que eu gostaria de fazer é exatamente sobre a nossa convivência e sobre os procedimentos que devemos tomar, quando o Legislativo reivindica o papel de investigador e de Poder Judiciário. Somos, ao mesmo tempo, juiz de instrução, fazemos o inquérito e somos juízes que definem a vida não só de instituições, mas também de pessoas.

A história construiu, numa sociedade civilizada, alguns procedimentos indissociáveis da Justiça. A Justiça não é apenas a busca da verdade e a punição do culpado. Em nome da verdade e da busca do culpado, já se torturou; já se violaram todas as prerrogativas e garantias individuais; já se impediram, no passado, nos tribunais de exceção, o direito de defesa, o contraditório, o devido processo legal. Essas conquistas que conformam o Estado de direito precisam ser respeitadas, em especial no âmbito do Congresso Nacional, porque o império da lei não é o abuso dos legisladores. Por termos um mandato legislativo, exatamente na Casa que faz as leis, nós temos responsabilidades além dos demais cidadãos, no sentido de respeitar integralmente a lei, os procedimentos, as atitudes. A forma como devemos nos comportar diante da motivação política e eleitoral não pode se sobrepor a alguns valores que são indispensáveis.

Quero dizer que estou entre aqueles que consideram que esse episódio da violação do sigilo bancário do Sr. Francenildo deve ser investigado com rigor, deve ser apurado. Tudo o que envolve esse episódio, todos os indícios, devem ser apurados com rigor. Inclusive, se houve ou não alguma interferência indevida no depoimento deve, também, ser investigado com todo rigor. Sobretudo para nós, que já fomos vítimas em outros momentos da história, exatamente em períodos eleitorais, de denúncias que foram pagas, compradas, e que trouxeram prejuízos imensos à história da de-

mocracia. Especialmente na campanha do Presidente Collor, o Presidente Lula foi vítima de calúnias e de manipulação de informações que são inaceitáveis na vida de uma sociedade democrática.

Não quero dizer com isso que o processo esteja se repetindo. Não estou afirmando que está se repetindo. Estou afirmando que não pode se repetir. Portanto, a sociedade tem que ter direito à transparência e tudo tem que ser apurado com rigor.

Quero parabenizar o Ministro Márcio Thomaz Bastos por ter instaurado imediatamente um inquérito na Polícia Federal, que tem atuado como uma polícia republicana, isenta e eficaz. De 2000 a 2003, em três anos, a Polícia Federal prendeu 50 pessoas no Brasil. De 2002 a 2005, 2.670 pessoas foram presas, de todos os níveis, em todas as ações: corrupção, sim, contrabando, narcotráfico. Em todo e qualquer desvio de conduta, a Polícia Federal tem atuado com preseteza, com eficiência e com uma isenção republicana. E, se ela abusou em alguma ação, deve também ser corrigida, porque ela também não está acima das leis. Mas a Polícia Federal tem demonstrado capacidade de apuração e investigação. E nesse episódio ela está investigando. Ela já convocou o caseiro para depor, para prestar todos os esclarecimentos. O Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso é um economista com uma carreira brilhante na vida acadêmica e professor universitário. Um homem que foi perseguido pela ditadura, preso e exilado e que teve de viver muitos anos fora do Brasil, no Chile, sabe exatamente o valor que tem o Estado democrático de direito, as leis, o respeito, portanto, a convivência civilizada. Ele também já foi prestar esclarecimentos hoje, às 14 horas e 30 minutos, na Polícia Federal, dando todas as informações da Caixa. Já foram identificados dois funcionários que tiveram acesso eletrônico, e a Caixa já divulgou, preservando – numa atitude responsável – o nome desses servidores, porque o fato de eles terem acionado o sistema não significa necessariamente que eles sejam diretamente os responsáveis pela operação. Eles têm que ter o direito de defesa, eles devem ter o direito de prestar todos os esclarecimentos, para que todo esse episódio seja esclarecido o mais breve possível, tanto no âmbito da Caixa, por meio de inquérito administrativo, quanto no âmbito da Polícia Federal, que já está com o processo de investigação bastante avançado. Tenho certeza de que os responsáveis serão identificados e punidos, e devem ser punidos com o rigor da lei.

Quero, no entanto, mencionar um episódio que me parece igualmente grave. Fiquei sabendo hoje que na CPI dos Bingos o Senador Eduardo Suplicy encaminhou um requerimento à Comissão solicitando acesso

às fitas, que foram gravadas por interceptação telefônica, referentes ao depoimento da SRA. Isabel Bordini, ex-Superintendente do Daerp. S. S^a estava como depoente na condição da função que existia junto ao Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto e uma fita de grampo telefônico foi acionada durante o depoimento.

Ora, a Constituição estabelece no art. 5º uma cláusula pétrea, a inviolabilidade do sigilo telefônico, dados e comunicações telefônicas. Ademais, a Lei nº 9.296, de 1996, estabelece a forma pela qual deve ser procedido o acesso a essas informações. O que diz o art. 5º, no Inciso XII?

Art. 5º.....

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

E a Lei nº 9.296, de 1996, que estabelece a quebra do sigilo também afirma em seu art. 1º:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de Justiça.

Portanto, se a autoridade policial foi autorizada pela Justiça a interceptar uma conversa telefônica, isso faz parte de um processo que está sob sigilo de Justiça. Pois bem, se está sob sigilo de Justiça, não poderia ter sido exposta da forma que foi.

Estranha-me que a fita possa ter sido colocada a público e não esteja sob guarda da CPI com os procedimentos formais que deveria haver. O processo não foi requisitado, não foi depositado e o Senador Suplicy não teve acesso à fita, porque a fita não consta nos autos da CPI.

Se isso de fato aconteceu, é muito grave, porque é mais um abuso de poder, mais uma violação dos direitos e garantias individuais, mais um desrespeito ao processo judicial, mais uma violação do art. 5º, que é a essência das garantias e prerrogativas individuais.

A responsabilidade tem que ser apurada: a responsabilidade do delegado, se de fato encaminhou uma prova que estava sob sigilo de Justiça e não poderia tê-lo feito; e a responsabilidade da CPI, se está utilizando indevidamente informações que não poderia utilizar. Enfim, a cadeia de responsabilidade tem que

ser apurada com o mesmo rigor da quebra do sigilo bancário.

Providências devem ser tomadas para que a lei seja respeitada. É tão grave essa violação que a lei estabelece, nesses casos de violação de sigilo – e digo mais, comunicações telefônicas de qualquer natureza – e, portanto, sob sigilo de Justiça, a reclusão de dois a quatro anos e multa. É tão grave quanto a quebra do sigilo bancário. Está no mesmo estatuto do direito e garantia individual.

E foi violado no Senado Federal, no âmbito de uma CPI que deve atuar sob a guarda da Constituição e sob o respeito e o império da lei, e não à vontade de cada legislador. E, se nós não tomarmos providências para repactuarmos procedimentos, para exigirmos transparência e apuração de todos esses episódios, seguramente iremos caminhar em direção ao desrespeito à Constituição, com graves conseqüências do ponto de vista da consolidação de valores que são essenciais ao Estado de direito.

Queria ainda mencionar, Srs. Senadores, que soube – e fui comunicado depois pela minha assessoria – que o PSDB encaminhou uma ação de crime de responsabilidade contra o Ministro Palocci. Não acho que isso terá qualquer desdobramento no âmbito da Câmara dos Deputados. Assisti também, quando era da Oposição, a várias iniciativas na mesma direção; alguns Parlamentares ficaram especialistas em apresentar requerimentos por crime de responsabilidade, alguns inclusive do meu Partido, e eu sempre achei absolutamente impecioso esse tipo de atitude, especialmente pelas motivações alegadas. Quer dizer, já debitam ao Ministro Palocci responsabilidade sobre violação do sigilo bancário. Isso é inaceitável, isso é prejulgamento, isso é parte de uma luta política pequena.

O Ministro da Fazenda, sobretudo com o trabalho que teve, com a responsabilidade que tem e com a contribuição que deu, não pode ser tratado dessa forma, muito menos com prejulgamento numa ação dessa natureza. Não vejo que isso vá prosperar. Tenho certeza de que a Câmara não dará guarida. Os argumentos são muito precários juridicamente, politicamente, e especialmente com os valores que deveríamos encaminhar: o direito de defesa, o contraditório, o devido processo legal. São dimensões indispensáveis para que possamos fazer a justiça com todos os valores que a história da civilização estabeleceu como condições indispensáveis para que a justiça se processasse no âmbito do Estado de direito.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Aloizio Mercadante, ouvi, com muita atenção,

o pronunciamento de V. Ex^a. Concordo, em gênero, número e grau, com sua preocupação quanto à falta de uma agenda para nossas atividades no Congresso Nacional, tanto é que ontem fiz um pronunciamento, mostrando minha preocupação nesse sentido, no qual propunha que se construísse aqui uma agenda positiva, uma agenda mínima, seja lá o que fosse. Projetos estão tramitando nesta Casa e necessitam, urgentemente, de votação rápida, antes que se inicie o período eleitoral, quando nesta Casa – como ocorre em qualquer país do mundo nesses períodos – ocorre um esvaziamento. Fiz ontem essa proposta e solicitei aos Líderes da Oposição que se fizesse isso. Evidentemente, a agenda positiva tem de passar pelo Governo. E ninguém melhor do que V. Ex^a, como Líder, para trabalhar nessa direção. Sabemos exatamente separar a disputa, o debate político, dos interesses do País. Quanto ao Orçamento, a informação que tenho é que já andou bem mais, mas há, no Orçamento, uma questão difícil de ser resolvida. E ninguém pode acusar a Oposição, pelo contrário. Nas últimas dez sessões, a sessão foi levantada exatamente pela base do Governo. Então, não é a Oposição que está obstruindo; é a própria base do Governo que assim está fazendo, porque existem divergências com relação à distribuição orçamentária, principalmente nas questões regionais. V. Ex^a aborda outro fato muito importante, e quero prestar um depoimento que ouvi de uma vítima sobre V. Ex^a. No domingo, recebi um telefonema do ex-Deputado Manoel Moreira, que dizia o seguinte: “Engraçado, está todo mundo agora defendendo a proibição de se invadir a privacidade das pessoas. Fui cassado, respondi a uma CPI, e invadiram minha privacidade, trouxeram minha ex-mulher para dentro da casa de um ex-parlamentar do PT”. Prefiro evitar a citação de nomes. Isso não fica bem e não é do meu feitio, porque há pessoas a quem queremos bem; algumas estão aqui, e outras não. Ele, então, historiou-me o processo e o calvário que viveu. E aí me disse uma coisa: “Das pessoas que atuavam” – faço questão, por dever de justiça, de dizer – “naquela CPI, representando, à época, o Partido dos Trabalhadores, o único de quem não tenho nada a dizer com relação à privacidade desses episódios foi exatamente o Mercadante, à época Deputado”. Estou lhe dando esse depoimento de uma pessoa que passou pelo mesmo processo. Ele foi seguido, rastreado. A mulher dele veio aqui e deu depoimento. Enfim, ele teve a vida devassada. Após ele me contar o fato, eu lhe perguntei se não havia nenhum constrangimento da parte dele se eu, numa oportunidade, no Senado, da tribuna, relembresse esses episódios. Ele me disse que não, daí por que estou exatamente trazendo o assunto apenas para registro à Casa. Senador Aloizio

Mercadante, V. Ex^a tem completa razão. Não podemos continuar, no Senado, neste clima. Não é tradição desta Casa este clima policalesco, este clima de tensão que estamos vivendo. Isso não é tradição da Casa e não nos leva a lugar algum. É preciso dar um basta! Mas é necessário que esse “basta” seja dado exatamente de onde saem as denúncias, as informações. Eu, por exemplo – o Senador Tião Viana é testemunha disso –, fiquei chocado com o fato de o Partido de V. Ex^a ter jogado nas minhas costas uma possível ligação com o caseiro Nildo pelo simples fato de ser piauiense. E eu, amargurado e frustrado, por não conhecê-lo, nem sua família, não pude, em nenhum momento, dar-lhe assistência ou apoio moral, o que teria obrigação de dar a um conterrâneo. Um fato dessa natureza, não aceito. Essa não é minha tradição de parlamentar. E V. Ex^a é testemunha do quanto lutei dentro do meu Partido, enfrentando opiniões contrárias para proteger o Ministro Palocci, não por ser o Ministro Palocci, mas por ser o continuador da política de um governo do qual fiz parte durante oito anos. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço-lhe o aparte, Senador Heráclito Fortes. Vou comentar sua intervenção, pois é muito oportuna.

Primeiro, espero que possamos, na próxima terça-feira, numa reunião do Colégio de Líderes, rediscutir a agenda e fazer um calendário de votações. Algumas medidas provisórias são indispensáveis. Não podemos pensar no País apenas no período em que não há eleições. Temos de adotar uma atitude republicana, e questões de Estado, que independem de quem é o governo de hoje – amanhã, pode haver alternância de governo –, têm de ter prosseguimento. Dou um exemplo: nas medidas provisórias que aí estão, na primeira a ser votada, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi constituída; há um prazo internacional, e é decisivo para a Embraer, na disputa comercial e internacional, que a Anac seja instalada, e as condições para o funcionamento da Anac estão paralisadas, porque o Senado não votou.

Já discuti isso do plenário e fico satisfeito que o debate tenha avançado no sentido de que agora a Oposição está concordando. Existem cargos para o Itamaraty num País que dobrou as exportações e triplicou o valor do comércio exterior em três anos. Quase quatro milhões de brasileiros migraram e precisam do atendimento. No Japão, temos visto vários brasileiros expostos a condições humilhantes; nos Estados Unidos, as prisões se sucedem, especialmente depois do Onze de Setembro, quando as restrições à imigração se tornaram muito severas. E o Brasil não tem uma estrutura de Estado para proteger nossos conterrâneos. O Itamaraty precisa disso.

A proposta de cargos que foi instituída é para ser implantada em quatro anos. É uma política de Estado e não de governo. É o novo governo que vai implantar essa estrutura, que precisa ser planejada. As funções precisam ser definidas, criadas, outras providências têm de ser tomadas, e o Legislativo não pode paralisar.

Dou outro exemplo, Senador Tião Viana. Fiz uma longa luta quando era Deputado Federal para o Congresso Nacional votar o salário mínimo. No Governo anterior, não se votava o salário mínimo, que era encaminhado por medida provisória, que, por sua vez, não precisava ser votada. Não tínhamos o debate sobre o salário mínimo. Passamos a votar o salário mínimo, e o Senador Paulo Paim esteve à frente desta luta por cinco ou seis anos. Lembro-me de que foi uma obstrução duríssima que fizemos para poder colocar essa matéria na pauta.

O Governo encaminhou a proposta de salário mínimo, aprovada por todas as centrais sindicais, por meio de projeto de lei e não de medida provisória, e o Congresso não vai votar, não vai votar! Pergunto: esse tipo de comportamento legislativo contribui para este Poder? A imagem popular que vai ficando é só a imagem da crise que atinge alguns Parlamentares. São alguns Parlamentares e são poucos. A imagem desta Casa que vai ficando para o povo é a de um distanciamento crescente dos Parlamentares da vida concreta da sociedade. Tínhamos de estar aqui debatendo salário mínimo, discutindo questões fundamentais, como as que estão na pauta, como a assistência à saúde dos servidores públicos – são 1,5 milhão de servidores. Essas matérias não entram na pauta, porque estamos o tempo inteiro prisioneiros de um processo de luta político-eleitoral. Estamos violando valores e princípios que não são negociáveis, seja qual for a circunstância.

Ouçó o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria ainda de dizer que o Presidente Lula atendeu a um pedido da Comissão Especial. A Comissão Especial do Salário Mínimo pediu que a matéria não viesse por meio de medida provisória. O Presidente, atendendo ao pedido da Comissão, via Ministro Marinho, manda o projeto de lei. Há minutos, fiquei sabendo que a Câmara não vai votar e que jogou a matéria para a quarta-feira da próxima semana. Como vamos aqui deliberar? Com essa preocupação – inclusive, peguei assinatura de V. Ex^a e de todos os Líderes –, estou encaminhando à Mesa o requerimento de urgência urgentíssima, para que aprovemos o requerimento. Quem sabe, na quarta-feira ou na quinta-feira, consigamos aprovar a matéria! Mas será lamentável se o Congresso não votar o salário mínimo e se tiver-

mos de pedir ao Presidente Lula para, pelo amor de Deus, mandar-nos uma medida provisória. Por isso, V. Ex^a tem toda razão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT SP)

– E estamos substituindo a função essencial do Legislativo, que é produzir leis para ajudar a resolver os problemas da sociedade, por uma função de investigação, para a qual não temos formação profissional, competências e procedimentos.

Nós temos de investigar, com muito cuidado, aquilo que realmente é um grande interesse da sociedade. Nós estamos transformando o mandato de Senador em uma figura menor, que, às vezes, tenta substituir o papel que é da Polícia Federal ou do inquérito administrativo. Vamos respeitar e valorizar as instituições. A força da sociedade está exatamente na qualidade das instituições democráticas que ela constrói. E vamos retomar uma agenda legislativa. Um mês sem votar nada no Senado Federal! Um mês! Isso não pode continuar. A cada sessão, ocorre um pequeno incidente que passa a ser hegemônico. Vamos repactuar procedimentos no âmbito da CPI. Vamos repactuar o nosso ambiente de convivência. Vamos retirar um pouco esse tom acusatório, precipitado, de ilações, de suspeição, que estamos construindo nesta Casa, para retomar aquilo que é a essência no Parlamento. Isso não significa deixar de investigar. Mas vamos diminuir o prejulgamento, o açodamento e, sobretudo, a violação de procedimento, de prerrogativas e garantias individuais, sem o que não há democracia, não há respeito à Constituição.

Termino com um último comentário. Senador Hércílio, eu realmente penso que a família é um valor fundamental na vida das pessoas. Os nossos familiares já pagam um preço muito caro pela condição de vida pública que nós temos. Considero inaceitável isso e já subi nesta tribuna, por exemplo, quando houve a acusação de filhos de adversários meus que acreditava ser completamente descabida; era só para atacar o pai. Levantei a questão nesta legislatura e tive uma atitude muito firme de obstrução a esse tipo de tentativa. E, com a mesma veemência que o fiz, farei com os filhos dos meus companheiros, adversários ou não, porque não concordo. Considero também inaceitável a exposição pública da intimidade pessoal. As relações pessoais também são valores. Segundo o inciso X do art. 5º da Constituição Federal, o direito à intimidade é inviolável. Quer dizer, trazer uma ex-mulher... Eu já ouvi propostas nesta Casa contra adversários de tentar trazer a amante para depor, e eu falei não, em nenhuma hipótese. É inaceitável! É inaceitável que o Senado Federal patrocine esse tipo de atitude. Então, o respeito à privacidade, o respeito à inviolabilidade

da intimidade do cidadão é um valor que temos que preservar com todo o cuidado e o respeito.

Espero que realmente consigamos construir essa cultura que esteve tão presente ao longo destes três anos. Espero que não percamos esses valores maiores, que são o melhor da tradição republicana do Senado nesse tensionamento político-eleitoral que se aproxima. Espero que retomemos procedimentos, estabeleçamos uma pauta ao País, façamos uma disputa política partidária, programática, eleitoral, na qual a Oposição tem, sim, o direito de fiscalizar, mas que respeite a Constituição, as prerrogativas e os direitos individuais. Espero que definitivamente eliminemos esse tipo de suspeição ou prejulgamento sobre o Senador Heráclito, ou seja quem for, porque isso em nada contribui para a nossa convivência.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, concedo a palavra a V. Ex^a, mas já considerado encerrado o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, porque há vários oradores que estão aguardando. V. Ex^a pode apartear-lo, mas já dou como encerrado o discurso de S. Ex^a, para contribuir com os oradores ainda inscritos.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Aloizio Mercadante, parablenizo V. Ex^a principalmente pela última parte do seu pronunciamento. É verdade que todas as suspeitas precisam ser investigadas. Tudo deve ser investigado pelo Ministério Público e a Polícia Federal ou Polícia Civil, conforme for o indício e onde estiver. Eu não sou doutor nesta matéria, mas tenho algum conhecimento de CPI. Eu dizia ao Senador Arthur Virgílio que tudo isso me parece uma luta de K-1 – soco e canelada fora do fato determinado. Eu saí da CPI do Banestado porque a Comissão tinha requerimento como a convocação do Sr. Paulo Maluf, que estava dentro do fato e nunca foi chamado, além de inúmeros requerimentos que nunca foram atendidos. A mim me parece que a conveniência faz o camaleão. É importante, neste momento, usar a situação de um simples trabalhador importantíssimo para a Nação e honrado, porque quem trabalha tem honra, como o caseiro. O sigilo dele é tão importante quanto o de outro, de qualquer rico. Usaram a figura desse menino sem o fato determinado, para fazer uma disputa política desnecessária e até rasteira, na minha visão. Então, V. Ex^a traz uma palavra lúcida no final do seu pronunciamento. Tudo foi lúcido, mas o final muito me agradou. E proponho a V. Ex^a que, com essa lucidez, procure o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, as Lideranças importantes desta Casa para, no mínimo, fazer uma discussão nesse nível, sem que se exponha

o Parlamento como está sendo feito; como se o grande drama da Nação brasileira fosse o problema do caseiro, que é algo que a própria Polícia pode resolver. E apelo a V. Ex^a, também como Líder, porque há alguns liderados de V. Ex^a que são verdadeiros fios desencapados. Eles reagem, parecendo que perderam a noção das coisas, como se quisessem briga, quisessem uma luta corporal, quando existe uma ilação. V. Ex^a já esteve na Oposição e fez ilações; a Oposição sempre fez. Votamos juntos, na Câmara, o tempo inteiro contra o Governo Fernando Henrique Cardoso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É necessário para distensionar, num momento como este, que todos os liderados de V. Ex^a, inclusive, pensem como V. Ex^a, tenham a cabeça de V. Ex^a, falem como V. Ex^a. Este não é o momento em que uma canelada se responde com uma canelada, em que uma cusparada se responde com uma cusparada. A Bíblia diz que a palavra branda abranda o furor. Então, a mim me faz muito bem o final do seu pronunciamento. O que V. Ex^a disse significa exatamente isto: a palavra branda abranda o furor, na sabedoria de Salomão. Creio que a Base do Governo, principalmente os petistas, precisava ouvir com muita atenção a sua fala, porque, se a palavra branda vier, abrandará o furor e teremos lucidez para podermos discutir este momento, que é grave, e deixarmos a investigação para quem deve fazê-la, nos foros competentes, porque não temos foros competentes para esse episódio do caseiro, a não ser a Polícia Federal. E com essa palavra tão lúcida de V. Ex^a certamente não ganhará só o Parlamento, ganhará o Brasil, porque conseguiremos votar, conseguiremos avançar e mostraremos que ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, peço a V. Ex^a que conclua.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Já concluirei, Senador Tião Viana. Este tema me chama a atenção e, por isso, acabei me alongando, mas estou encerrando. Senador Aloizio Mercadante, temos realmente, com lucidez, sabedoria e com os ânimos acalmados, de contribuir para colocar essa situação em seu devido lugar. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a o pronunciamento, Senador Magno Malta.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Evidentemente, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É simples, Senador Mercadante. Eu ouvia, com o acatamento e a atenção de sempre, o discurso de V. Ex^a. Em determinado momento, em uma marca que é da sua personalidade, V. Ex^a se referiu a gestos de generosidade que teve na direção de filhos de adversários seus. Se V. Ex^a souber de algum filho de adversário seu corrupto envolvido em negociatas, seria bom declinar porque, se pertencer ao meu Partido, eu expulso. Seria bom! Aguardo V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. Subi à tribuna e falei de dois episódios. Falei da filha do Governo Geraldo Alckmin que tinha sido acusada de ter ido a uma audiência da Daslu. Eu disse que considerava completamente descabido responsabilizar a filha do Governador por uma decisão que o Governo tinha tomado equivocadamente, mas que, seguramente, só a tomou porque a Daslu era uma das lojas mais importantes da elite paulista. Se fosse uma loja da 25 de março, dificilmente, teria dado aquele benefício tributário. Critiquei a decisão do Governo, mas disse que era completamente descabido ter envolvido a filha do Governador naquele episódio.

Se quiser, falo do outro assunto que mencionei.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Houve uma crítica em relação à filha de outro correligionário seu sobre um problema que estava havendo na CPI. Eu disse que não acreditava naquilo e que a conhecia pessoalmente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Qual foi ela?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A Verônica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Filha do José Serra?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Filha do José Serra. Minha amiga pessoal. Eu disse que acreditava nela, que não acreditava naquilo e que aquele não era o caminho de apuração.

Fiz as duas vezes e faria tantas vezes quantas fossem necessárias. Essa será sempre minha atitude na vida pública. Não creio que o episódio tenha relevância ou significância. Não o tem, assim como não tem nenhuma significância o filho do Presidente ter uma empresa que recebeu recurso de outra empresa para avançar na área de informática e telecomunicações. A empresa do filho do Presidente tem hoje a maior audiência do segmento em que ele disputa desde que o programa foi ao ar. Está batendo a MTV, que tem vinte anos de serviço, é uma excelente televisão, que faz entretenimento, jogos para a juventude. O programa, veiculado das 17 às 21 horas, está ganhando toda a

audiência da MTV. Isso mostra que o projeto, não apenas sob o ponto de vista da exposição televisiva, da interação com a juventude, tem futuro.

A nova economia, a economia dos intangíveis, a economia desse tipo de serviço é exatamente um potencial de crescimento. Houve, sim, bolha na Internet: projetos que se revelaram absolutamente espetaculares, outros não. Há um risco maior do que o da economia real, mas é um êxito a empresa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O argumento básico é o de que a empresa Telemar tem fundos de pensão. Por favor, se esse é o critério, posso arrolar dezenas de filhos de homens públicos que tiveram algum tipo de relação comercial com empresas que têm participação em fundos de pensão. Não creio que isso seja relevante. A única relevância é tratar-se de um filho do Presidente.

Então, eu o defendo com a mesma intensidade, com a mesma convicção, e o farei sempre que entender que houve um ataque à vida pessoal. No limite, os filhos dos homens públicos não têm alternativa: se forem trabalhar no Estado, há nepotismo; se tiverem relações comerciais no mercado, foram protegidos por sê-lo. Eu poderia ter a segurança de que, pelo fato de ser filho de um homem público, uma empresa não tenha tentado se aproximar? Não. Não tenho essa segurança, absolutamente. Mas vejo que há razões fundamentadas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me fazer um aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ontem, o empresário Di Gênio, da Unip, foi ao meu gabinete e afirmou: “Mercadante, não há um patrocínio público na participação da empresa do filho do Presidente na TV Mix. Nenhum. Não há patrocínio público. Trouxe aqui o *ranking*. Estou disposto a depor onde for necessário, porque é competente, é eficiente, está liderando o segmento, há potencial econômico, é um talento o que está sendo exposto. Eles são muito eficientes no que estão fazendo e não podem ser discriminados”. Foi esse o depoimento que ele deu. Todos aqui sabem que ele tem relações... Deve ter dito isso para a Oposição. Ele me trouxe o material todo, está à minha disposição, entregarei a V. Ex^a para estudar.

Então, foi isso o que eu quis dizer

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não queria citar nomes, exatamente porque acredito que citá-los não ajuda. Mas eu quis dizer – porque o Senador Heráclito estava mencionando que, no pas-

sado, tive atitude contrária na CPI a trazer a ex-esposa de um Parlamentar – que sempre tive essa atitude na vida. Nunca aceitei que as famílias sejam utilizadas, de uma forma ou de outra, para intervir na vida política.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Apenas lembro, Senador Mercadante, que V. Ex^a está excedendo o seu tempo. O Senador Arthur Virgílio terá dois minutos para fazer seu comentário, e a Mesa não prorrogará mais o tempo do orador, em razão do direito do Senador Alvaro Dias, que invocará o art. 14, e do Senador José Maranhão, que está aqui há muito tempo aguardando sua oportunidade de usar a tribuna.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Bem, Senador Mercadante, V. Ex^a conhece até meus pruridos a esse respeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É verdade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas Verônica Serra não tinha nenhuma relação empresarial com o Sr. Daniel Dantas. Isso foi provado por mim da tribuna que hoje V. Ex^a ocupa com tanto brilho. O caso da filha do Governador Alckmin é até ridículo. Eu dizia ainda há pouco da tribuna – não sei se V. Ex^a me ouviu com a atenção que dispenso sempre aos seus pronunciamentos – a velha lição do meu pai, o Senador Arthur Virgílio. Ele dizia: “Meu filho, não tenha medo de homem, de mulher, nem de lobisomem. Tenha medo do ridículo”. Então, não vou discutir coisas ridículas. Em relação ao filho do Presidente, considero legítimo o Senador Antero ter tomado a atitude que tomou. Eu não quis assinar com S. Ex^a o documento. No entanto, se V. Ex^a souber – não creio que devamos tratar com flacidez o dinheiro de fundos de pensão, porque é dinheiro da poupança brasileira –, como afirmou, de inúmeros filhos de políticos que se beneficiaram de fundos de pensão, é bom citar os nomes. Não há razão para ficarmos aqui dessa forma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não disse que se beneficiaram de dinheiro de fundos de pensão. Eu disse que empresas que têm participação em fundos de pensão já tiveram relações comerciais com filhos de homens públicos. Direi os nomes pessoalmente a V. Ex^a, porque, como eu disse, não é do meu feitio esse tipo de debate, e não o farei. Se V. Ex^a quiser trazer a público, faça-o. Mas faço questão de dizer-lhe quais são os nomes.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Então, muito bem. Vou passar a V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E não há nenhuma acusação, nenhum ilícito, nenhuma

corrupção. Disse que fundo de pensão é o patrimônio dos trabalhadores – eles depositam ali anos – e serve para proteger as famílias. O fundo de pensão é um direito do trabalhador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando há sociedade do Governo brasileiro, é diferente um pouco a situação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria concluir, Senador. O fundo de pensão também é outra coisa criminalizada no Brasil, porque só capitalista pode ser proprietário de empresa. O trabalhador, quando organiza uma poupança coletiva, constitui um fundo e passa a administrar empresas, sua atitude é vista de forma criminalizada, pois sempre fica sob suspeição. Não é! Quem dirige a Telemar não são os fundos de pensão, que têm apenas uma participação acionária, mas não têm o mando do grupo de controle.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deixe-me concluir o aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Isso vale para várias outras empresas da República. O fato relevante não é se é fundo de pensão ou não...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deixe-me concluir o aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, jamais fiz qualquer acusação, nem o faria. Estou dizendo que esse argumento é precário, é insustentável. Só isso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito bem. Deixe-me agora expender meu modestíssimo raciocínio. V. Ex^a agiu como o MST: invadiu o meu aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Apenas estou nervoso, porque a Mesa está pedindo que eu encerre, não quero desrespeitar os Colegas, e infelizmente a discussão seguiu um caminho que nem era o sentido da minha intervenção. Eu estava pedindo o diálogo e bom senso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Agora é a Via Campesina. Está invadindo de novo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador, a palavra é minha. Eu a estou concedendo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida, mas concedeu o aparte. É aquela história: “quem toma e dá vira a cacunda pro ar”. Esse é um ditado da minha infância. Senador, será extremamente amena a minha fala. Quero apenas dizer a V. Ex^a que entendo que, quando há participação do Governo, o caso é um pouco diferente. E, por se tratar de recursos dos trabalhadores, é preciso ter cuidado dobrado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Seguramente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas há o fato que vem dos nossos maiores, dos que nos antecederam. Refiro-me a uma figura simplória, que fez parte do anedotário político certa época, mas que foi importante no processo de redemocratização do Brasil, o Marechal Dutra. Ele dizia – para todos, pois é uma lição imortal: “No governo não se compra nada, porque senão os compradores querem valorizar o que você tem no intuito até de lhe bajular. E no governo não se vende nada, porque os bajuladores podem entender que, colocando um *over* preço ali, eles agradam a figura do poderoso”. Então, não quero, realmente, mergulhar mais do que isso nesse assunto. Mas fico feliz de V. Ex^a ter-me dado a oportunidade de ter, nos dois casos por V. Ex^a mencionados, estabelecido, quando nada, a inveracidade das acusações. Eu o parabeno por ter compartilhado da minha opinião. De minha parte, marco a diferença entre um caso e casos, mas continuarei ouvindo V. Ex^a e devolvo-lhe a palavra...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...porque seria um processo, se fosse eu o invasor, de reintegração de posse. O discurso é de V. Ex^a, afinal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Senador Arthur Virgílio, primeiro sou testemunha de que V. Ex^a sempre tratou esses temas com bastante responsabilidade e altivez. Tenho certeza de que saberemos no Senado tratar desses temas com a grandeza que exigem.

Essa frase do Dutra é bonita, e concordo com ela, como homem público. Mas penso que ela não pode ser uma imposição aos membros de uma família, porque, nessas condições, nenhum familiar pode ter uma atividade comercial ou empresarial. Estamos falando das famílias. Não estamos falando do homem público, mas das famílias. Se não podem trabalhar no Estado porque é nepotismo e não podem ter relações comerciais, qual é o futuro?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– A única condição é ser assalariado e, dependendo da empresa, ainda ouvir que foi um favor. Então, realmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Mercadante, mais um minuto e o microfone será desligado, sem apartes, porque não podemos desrespeitar os oradores inscritos.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está muito violento, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Fiz um chamamento ao diálogo, fiz um chamamento à necessidade de estabelecermos procedimentos para fazer uma disputa política, acreditei que a minha intervenção vinha exatamente para construir um clima de concórdia, e a interpretação do Senador Arthur Virgílio foi em direção exatamente contrária ao que tentei fazer.

Lamento, mas reafirmo que toda a minha intervenção vinha nessa perspectiva de preservarmos alguns valores fundamentais. Só tratei do tema familiar porque foi o Senador Heráclito que sugeriu, citando uma passagem. Eu disse que realmente essa sempre foi a minha atitude, nunca envolver família, a não ser que haja realmente dinheiro público, desvio, corrupção, mas, não havendo, sempre considero uma motivação política eleitoral menor, que não deveria estar presente na vida democrática, sobretudo no Parlamento, no Senado Federal.

Termino como comecei. Proponho uma reunião de Líderes para restabelecermos uma pauta de votação e procedimento de convivência, os quais considero indispensáveis neste momento.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)
– Peço a palavra, invocando o art. 14 do Regimento Interno, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a tem a palavra, conforme o art. 14, por cinco minutos.

A seguir, concederei a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero, embora tenha atuado como Relator **ad hoc** no dia de ontem, assumir a inteira responsabilidade em função do ato praticado, contestado aqui pela Senadora Ideli Salvatti. Não quero transferir essa responsabilidade ao honrado Senador Garibaldi Alves Filho. Cumpri o dever de exercer, provisoriamente, a Relatoria em função de estar impedido de fazê-lo o Relator titular em razão de cirurgia de catarata efetuada recentemente.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para condenar essa atitude de patrulhamento que se instala no Senado Federal, porque patrulhamento é próprio de regimes policiais. Não fica bem para o Senado Federal essa tentativa de impedir que se exercite na plenitude o mandato parlamentar outorgado pelo voto do povo brasileiro. Não é outro o objetivo a não ser esse. É, sim, uma tentativa de impedir o exercício livre do mandato parlamentar, o que temos de repudiar: câmaras direcionadas para gabinetes, pretensão de desqualificar determinada providência adotada por parlamentar de oposição – não creio que seja esse o caminho.

No que diz respeito ao conteúdo da fita, veiculada ontem durante a reunião da Comissão, é preciso dizer que a permissão – recorro à legislação do País, exatamente para responder à pretensão da Senadora – de solicitar quebra de sigilo telefônico pela CPI é concedida pela Constituição Federal e não por legislação ordinária. A Constituição Federal, art. 88, concede também o investimento dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento da Casa.

A Lei das Interceptações Telefônicas não faz citação aos poderes da CPI – a lei invocada pela Senadora Ideli –, apenas que ela deve ser concedida pela autoridade judiciária.

Por analogia, o Presidente da CPI tem o poder discricionário, durante os atos processuais da Comissão, para – por analogia, repito, ao juiz principal da causa no processo penal – confrontar as provas para atingir os fins específicos da persecução da verdade.

Portanto, o Presidente Efraim Morais tinha autoridade de juiz, na reunião de ontem, para autorizar a utilização da fita gravada. O Presidente da CPI pode, sim, autorizar a oitiva de provas legalmente requisitadas para, como juiz do processo da Lei das Interceptações, que se atinjam os fins específicos.

No processo referido não há segredo de justiça. A imprensa transferiu ao Relator Garibaldi Alves Filho a gravação que foi ontem utilizada, que já havia sido utilizada em outra reunião da mesma CPI, quando do depoimento do Sr. Rogério Burati, e que já havia sido veiculada por jornais paulistas. Portanto, não houve quebra de sigilo algum, porque sigilo já não existia mais. O sigilo, cuja quebra foi autorizada judicialmente, porque houve autorização para a gravação do diálogo telefônico, esse sigilo não existia mais. Portanto, ontem, não houve quebra de sigilo algum, não houve invasão de competência em momento algum.

O Senador Efraim Morais tem conduzido com muita sabedoria, tem conduzido com muita parcimônia os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito,

que evidentemente aborda questões polêmicas. Não podemos permitir, na verdade, Sr. Presidente João Batista Motta, que a Lei da Mordalha prevaleça também sobre os parlamentares do Congresso Nacional.

É certo, Sr. Presidente, que a verdade incomoda. A busca da verdade tem que ser a perspectiva preliminar de quem exerce um mandato parlamentar. Não posso também compactuar com a tese de que não legislamos porque investigamos. Ora, são duas funções primaciais do Poder Legislativo: legislar e investigar. A atividade de legislar não exclui a de investigar. São compatíveis e caminham paralelamente no destino de se alcançar os objetivos do mandato parlamentar.

É pretexto. Não há nenhuma razão para se responsabilizar eventuais investigações procedidas por Comissão Parlamentar de Inquérito pela não atuação de lideranças que, representando o Governo, não têm conseguido administrar o Parlamento de forma a fazê-lo produzir no campo, na atividade precípua de legislar.

O Congresso produz pouco, é verdade. A produção legislativa tem sido miseravelmente insignificante diante das aspirações da sociedade brasileira, mas não responsabilizem CPI alguma por isso. O que falta é capacidade de articulação política ao Governo, o que falta é competência política ao Governo, capacidade de liderança para conduzir, no regime presidencialista, a ação de legislar no Congresso Nacional.

Independentemente dessa tese, não há nada mais importante, neste momento do Brasil, do que a tarefa de investigar. Diante dos grandes escândalos que abalam a credibilidade das instituições públicas brasileiras, dos políticos de forma geral, não há nada mais importante para o povo do que a investigação para responsabilização e a necessária punição dos eventuais envolvidos em ilícitos praticados.

Não há como estabelecer o marco de um novo rumo no Brasil sem concluímos essa tarefa. É importante legislar. Mas, de que adianta legislar, se preservarmos esse cenário de corrupção que destrói o organismo do Estado brasileiro? Há uma crise de identidade do Estado brasileiro provocada pela ausência de ética na condução dos negócios públicos. Se não buscarmos, sobre os escombros dos escândalos da corrupção, erigir uma nova imagem para a instituição pública brasileira, estaremos levando o País a um desfileiro sem rumo, com conseqüências imprevisíveis, porque não construiremos o futuro que as novas gerações merecem.

Portanto, Sr. Presidente, vamos compatibilizar o interesse da investigação política com a necessidade imprescindível de legislarmos na construção do futuro deste País. Mas não vamos buscar pretextos para colocar debaixo do tapete toda a sujeira que se acumulou

nos últimos anos no governo brasileiro. Não, Sr. Presidente. Legislar, sim; mas investigar, neste momento, para punir exemplarmente é responsabilidade essencial do Congresso Nacional.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a sessão por 30 minutos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PDMB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2006, que trata da repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, aprovado nesta Casa, foi objeto de veto presidencial, substituído pela Medida Provisória nº 285, de 2006.

O tratamento dado pelo Poder Executivo ao assunto não nos convence. Alega o Governo que já procedeu a uma ampla renegociação das dívidas de produtores rurais, seja na região Nordeste seja em outras regiões do País. Alega também que a matéria aqui votada faria aumentar o déficit público, pela escassez de recursos alocados para tal finalidade.

Lamentavelmente, esse é o discurso próprio, adequado, do modelo econômico que, infelizmente, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou, seguindo exatamente as pegadas do Governo neoliberal que o antecedeu. Acreditar que uma iniciativa que eu não diria sequer de cunho social, mas de cunho econômico, se constitui em um instrumento de déficit público é um absurdo, sobretudo quando o Governo não entende que se constitui um instrumento gerador de déficit público o pagamento de juros da dívida externa, que são realmente escorchantes e ultrapassam qualquer limite que se possa imaginar.

O setor agropecuário, que historicamente contribui para o desenvolvimento econômico na Nação brasileira na geração de emprego e renda, na oferta de biomassa para a substituição energética, no abastecimento alimentar e na formação líquida de divisas, está sempre à deriva de políticas públicas, a despeito da legislação vigente.

Aliás, devo dizer que, desde a Proclamação da República até hoje, nenhum governo procurou definir uma política agrária neste País; por isso, a agricultura e a pecuária vivem sempre à mercê de medidas paliativas, de medidas conjunturais, e nunca se pensa nesse setor tão importante, não apenas por ser o que

mais emprega, mas, sobretudo, por ser um dos setores que mais têm gerado divisas para equilibrar o nosso balanço cambial.

Não obstante esse fato, o Governo atual, assim como os anteriores, desde a Proclamação da República, e ousou dizer desde o descobrimento do Brasil, não se preocupa em criar uma política agrária que reconheça a atividade primária como uma atividade econômica que contribui para a grandeza nacional.

As informações sobre a inadimplência, há muito discutida nesta Casa, são escassas e quase impossíveis de obter. Em novembro de 2005, mediante o Requerimento nº 1.365, de 2005, solicitei ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o nível de endividamento dos produtores rurais.

Por ocasião da aprovação da lei a que me referi, observei que se discute muito em cima de dados irreais, imprecisos e inteiramente inidôneos, porque não existe qualquer fundamento factual. Falou-se aqui, inclusive, como argumento para bombardear o projeto no momento em que estava sendo discutido, que nele foram incluídas atividades que não eram exatamente as atividades econômicas dos pequenos e médios produtores rurais. Mas quem inseriu essa categoria de grandes empresários rurais no projeto? Exatamente aqueles que, depois, aqui no plenário, alegaram como fundamento para negação à aprovação esse fato.

É um princípio de direito: ninguém pode se beneficiar do deslize que comete. Não se pode beneficiar, meu caro e brilhante Presidente, do deslize que comete.

O nobre Senador Tião Viana, ao relatar a matéria para instruir a decisão da Mesa do Senado, emitiu o Parecer nº 86, de 2006, em que reafirma que o pedido de informações não fere o sigilo bancário, disciplinado pela Lei Complementar nº 105, de 2001. Ressalta, ainda, que “as informações solicitadas deverão ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, por ser da sua competência o controle do crédito no País, bem como a fiscalização das instituições financeiras nacionais”.

E, em resposta à Mesa do Senado, a requerimento de minha autoria, o Banco Central disse, simplesmente, que não tinha esses arquivos, que já havia remetido os processos, que foram analisados na sua área de competência, aos Bancos responsáveis pela concessão do empréstimo; ou seja, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil.

Assim sendo, e tendo em vista que a Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, concedeu ao Presidente do Banco Central **status** de Ministro de Estado, o ofício da Mesa do Senado foi a ele endereçado.

Indagávamos sobre o nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos, segundo as fontes de recursos e os agentes financeiros. Ainda gostaríamos de conhecer o número de contratos renegociados, segundo as fontes de recursos e os agentes financeiros.

Na discussão desse assunto e até na justificativa do veto ao projeto, o Governo foi pródigo em dizer que o valor desses empréstimos envolviam até a estabilidade financeira do País, mas nada comprovou.

Queremos nada mais nada menos que documentos para discutir a veracidade dessa assertiva. De nossa parte, temos todo o direito de nutrir a desconfiança na veracidade desses fatos porque, enquanto insistimos para discutir o assunto com objetividade, o Banco Central e outras instituições se negam, terminantemente, a apresentar os documentos que serviriam até para embasar as justificativas apresentadas pelo Governo.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a resposta obtida deu-se em forma de nota técnica do Diretor de Fiscalização do Banco Central, informando-nos que:

Os dados captados e registrados neste Banco Central sobre crédito rural referem-se tão-somente aos valores constantes dos instrumentos de crédito originalmente pactuados entre financiadores e financiados, não dispondo esta Autarquia, na base de dados de operações de crédito rural, de informações sobre a evolução dos saldos dos financiamentos e nem tampouco sobre inadimplência das dívidas.

Além disso, reporta que as dívidas objeto de renegociação/securitização, nos termos da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, foram cadastradas no Sistema Recor do Banco Central e os débitos de cada produtor, consolidados e repassados, em outubro de 1997, para a Secretaria do Tesouro Nacional. A esta compete controlar a equalização das taxas de juros e a emissão de títulos públicos para a securitização dessas dívidas.

Sr. Presidente, para responder a essas questões, encaminho à Mesa do Senado novo pedido de informações, restringindo o volume de dados e a sua periodicidade, dessa vez ao Ministério de Estado da Fazenda.

Esperamos que, assim, a Secretaria do Tesouro Nacional e os agentes financeiros (Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil) nos enviem informações sobre o nível de endividamento dos produtores da área da Adene, segundo fontes de recursos, para um período de cinco anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não. Com todo o prazer, concedo um aparte a V. Ex^a, que conhece a fundo essa questão. Já o vi debruçado sobre o tema, inclusive com os rigores técnicos de que procura revestir os seus pronunciamentos.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador José Maranhão, tenho muito prazer de, primeiramente, felicitá-lo pela sua palavra oportuna, e não é surpreendente que seja assim. V. Ex^a é um homem de poucas palavras, mas de palavras incisivas e objetivas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sempre admirei no Governador José Maranhão essa característica que lhe fez um grande administrador público, que faz parte da sua composição de grande administrador público. Trago uma notícia que se relaciona a sua preocupação: convocamos o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil para comparecer à Subcomissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, semana que vem, solicitando dele esclarecimentos a respeito de preocupações que são também de V. Ex^a. Sempre que se inicia aqui uma discussão sobre débitos vencidos ou a vencer de produtores rurais de uma maneira geral, os produtores dizem uma coisa, e o Governo, algo completamente diferente. Os números do Governo são sempre colossais. As perdas possíveis, se por acaso as demandas dos produtores fossem atendidas, seriam do tamanho da dívida do Brasil, algo profundamente exagerado, desproporcional e, tenho quase certeza, inconsistente. Então, por iniciativa da nossa Comissão, convocamos o Presidente do Banco do Nordeste, para que ele nos esclareça uma série de pedidos de informação com a palavra de Presidente do Banco do Nordeste, pelo menos do ponto de vista do Banco do Nordeste e do FNE. Qual é realmente a composição desses débitos? Qual o seu vencimento? Qual o tamanho daqueles que tomaram financiamento? Quem é grande? Quem é médio? Quem é pequeno? Qual é o risco? Qual é a verdadeira inadimplência? Quais as taxas de juros? Enfim, qual é o valor inicial desses contratos que nunca têm a ver com o valor cobrado, que, normalmente, é um valor absurdo? Por iniciativa de Senadores, uma outra proposição nós estamos tentando encaminhar: a imediata suspensão das execuções no Nordeste. Enquanto não houver um encaminhamento para esta questão, é preciso paralisá-la. Venho de algumas cidades do interior do meu Estado bem próximas das cidades do interior da Paraíba, nas quais centenas de produtores estão perdendo a terra, que não lhes garante outra coisa a não ser um mínimo

de esperança. E o clima é realmente preocupante. A insensibilidade é total, completa. Infelizmente, a Medida Provisória oriunda do Governo não serve para coisa alguma, não produz resultados práticos. Essa característica é muito própria do Governo atual, mas já vem de muito tempo. O fato concreto é que ninguém compreende com a clareza devida a composição do sistema de agricultura da nossa região, na qual a melhor chance de a sociedade manter brasileiros na zona rural com um mínimo de dignidade é produzindo naquelas terras, para que não venham ainda mais a inchar as metrópoles, onde o custo do emprego é 10, 20, 30 vezes maior e as obras públicas são muito mais caras. Estou dizendo isso a alguém que conhece este assunto com perfeito domínio, o Senador José Maranhão. Na próxima semana, haverá o depoimento do Presidente do Banco do Nordeste, com os esclarecimentos de muitas das questões solicitadas pelos Senadores. Senador José Maranhão, eu tenho certeza de que V. Ex^a se fará presente, com sua inteligência e seu prestígio.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o substancioso aparte. Diria a V. Ex^a, corroborando com suas palavras, que, na sua grande maioria, as pessoas, objeto dessa tentativa de composição de dívidas, de securitização de dívidas, estão sobrevivendo precariamente num pedaço de terra que, muitas vezes, tem uma origem familiar, já vem dos ancestrais dos atuais exploradores da terra. São pessoas que vivem exclusivamente da terra, mas que não puderam honrar as suas dívidas – como é da própria cultura dos agricultores essa firmeza em honrar os compromissos assumidos –, em virtude da ocorrência, da incidência de fatores climáticos, que já são conhecidos, meu Deus.

Sabe-se que existe uma região seca no Brasil, o semi-árido do Nordeste brasileiro, desde que o Brasil é Brasil, desde o descobrimento do Brasil até hoje. No começo deste pronunciamento, eu dizia que faltam, não só a este Governo, mas a todos os Governos da República, mesmo antes da Proclamação da República, políticas agrárias adequadas que pudessem definir essa situação e criar mecanismos, instrumentos de compensação para aqueles que vivem em regiões problemáticas, como é o semi-árido nordestino.

Não podemos tratar – e isso é um truísmo antigo – da mesma forma regiões que são diferentes, pessoas que são diferentes. Esse é um princípio de justiça social e também de justiça econômica. No mundo inteiro, há disparidades intra-regionais. Os Estados Unidos, que são sempre o modelo capitalista que todo mundo gostaria de ver utilizado em seu país, têm regiões desérticas, regiões parecidas, assemelhadas às do Nordeste,

mas o governo, para manter a população fixada no seu hábitat, e evitar, como disse V. Ex^a muito bem, que essa população, forçada pela necessidade de sobrevivência, se mude para os grandes centros urbanos, constituindo novos problemas sociais e inclusive sofrendo o estigma da discriminação... Nos Estados Unidos fala-se muito de discriminação em relação ao negro, e ela existe, é verdadeira, é uma hipocrisia dizer que não existe. Todavia, já existe pelo menos uma preocupação, que eu diria universal, de todas as pessoas, de procurar assegurar ao negro um espaço mais democrático, um espaço mais justo na sociedade.

Mas não existe discriminação maior do que a que sofre o agricultor retirante, que sempre existiu e existe ainda no Nordeste em grande proporção. Quando ele vai para o Sul ou quando vai para São Paulo, é tratado de forma pejorativa, é tratado com discriminação inclusive no mercado de trabalho, recebendo os piores e os mais alvitantes salários, executando os serviços menos dignos que o mercado de trabalho oferece.

Se o Brasil tivesse praticado até hoje uma política adequada, uma política em relação ao semi-árido nordestino, certamente estaria pagando um preço muito mais baixo do que paga atualmente, inclusive na ocorrência de cada seca.

Permito-me, Senador Sérgio Guerra, embora sabendo que não há entendimento sobre essa questão, aqui mencionar um projeto que considero estruturante, um projeto que ajuda a resolver essa questão, que é o da transposição das águas do São Francisco para o Nordeste Setentrional, que é exatamente a área mais sofredora, a área mais atingida pelo fenômeno das secas e pela crônica falta de água, até para o abastecimento humano.

Quero ouvir o aparte do Senador Ney Suassuna, que também é um estudioso dessas questões, como V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador José Maranhão, quero saudar V. Ex^a, que, em seu discurso, faz justiça e clama pelo reconhecimento a uma parcela da população brasileira que sofre, mas que produz para que toda a população possa ter alimento à mesa. O PMDB, nobre Senador, já tomou uma decisão, assim como o PFL e o PSDB, no sentido de que a medida provisória que aqui vai chegar tem de estabelecer, no mínimo, dois anos de carência, 25 meses para pagar e um rebote, um desconto de pelo menos 62%. Essas são condições mínimas para votarmos a medida provisória. Já discutimos isso, e quero, ao me solidarizar com V. Ex^a, dizer que esse é um pensamento da Casa, tanto é que votamos maciçamente na medida provisória anterior, para dar sinalização.

Essa é uma decisão firme do nosso Partido em prol dos agricultores e dos pequenos pecuaristas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Participei dessa decisão da nossa Bancada, a Bancada do PMDB, embora sabendo que essa é uma questão suprapartidária e, conseqüentemente, não pode ser politizada. Todas as vezes que as matérias, mesmo as de importância fundamental para o País, foram vistas pelo ângulo da partidização, terminamos não chegando a lugar algum.

Pacientemente, ouvi os argumentos brilhantes dos Líderes, que se revezaram na tribuna durante quase toda a tarde de hoje, discutindo sobre as CPIs. Até hoje, os resultados que as CPIs apresentaram ao Senado da República, à Câmara Federal e à sociedade são muito poucos, pequenos, diante do estardalhaço com que foram anunciadas. E isso causa certa decepção não somente na sociedade, mas também em muitos Senadores e em muitos Deputados, que gostariam de ver uma apuração serena, que gostariam de ver um comportamento equilibrado dos integrantes das Comissões Parlamentares de Inquérito e não aquele animado palanque político, em que se fala muito mais para as platéias que tomam conhecimento dos trabalhos pela TV Senado do que propriamente para os membros da Comissão, os quais deveriam ter aquela conduta sensata, serena, do Judiciário na apuração dos fatos, nunca personalizando ou partidizando suas decisões. Isso frustra a população brasileira.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito deveria ter ser tão forte e tão rápida como um raio, porque o Congresso Nacional, esta Casa, a Câmara Federal não podem ficar paralisados. A discussão dos grandes problemas nacionais que nos são trazidos aqui não pode depender dos holofotes que animam um e outro lado.

Eu não excluirei partidos políticos disso, porque sabemos que todos os partidos políticos que participaram dessas CPIs estão tendo, mais ou menos, uma posição partidária e não uma posição institucional, não uma posição funcional, de quem quer realmente descer a fundo nas apurações, sem a preocupação de poupar um e de “descer a lenha” – como se diz na gíria popular – em outros, nos adversários.

Essa é uma apreciação que faço, mas não quero examinar a fundo essa questão.

Meu Líder, Senador Ney Suassuna, quer apartear-me. Quando S. Ex^a me procurou para incluir-me na CPI, eu lhe disse que declinava do convite, porque, no meu conceito, a composição de CPI não podia ser partidária, pois isso nos subordinaria aos interesses do Partido e não ao interesse público, ao interesse coletivo.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a tem razão, V. Ex^a me fez esse pedido, e atendi V. Ex^a. Quanto à idéia de parar com as execuções, eu queria dizer que fiz essa proposta na Comissão de Agricultura, e o Senador Sérgio Guerra, inclusive, falou sobre ela aqui. As execuções não podem continuar enquanto não se resolve esse caso.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É verdade. Faço justiça a V. Ex^a, que se preocupa em colocar em prática aqui aquela regra do dito popular: “Enquanto o pau levanta, as costas descansam”.

Os agricultores nordestinos estão sofrendo muito, Senador Ney Suassuna, porque estão impedidos de acessar os meios de financiamento da produção há muitos anos. Há muito tempo, essa parcela significativa da economia rural está impedida de realizar qualquer transação e, conseqüentemente, de sobreviver com mais dignidade nessa atividade onerosa, que é a agricultura, sobretudo nessa região em que o tempo é ingrato, em que o tempo é padrao.

Então, diante da resposta das autoridades do Banco Central ao meu pedido de informação, que pensava ser um passo decisivo para solucionar essa questão, vou formular outro pedido de informação, desta vez dirigido ao Banco do Nordeste do Brasil e ao Banco do Brasil.

Em nosso pedido de informação, queremos saber:

1 Nível de inadimplência, número de contratos e valor dos débitos, segundo o valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 mil e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil) por instituição financeira;

2 Número de contratos renegociados, valores repactuados, segundo o valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 mil e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil) por instituição financeira oficial.

Por que pergunto sobre o valor dos contratos já repactuados? Porque o Governo procura sempre enfatizar que já fez muita repactuação, que tradicionalmente vem fazendo essa repactuação, mas nunca diz quanto exatamente são esses valores. Então, essa informação é absolutamente necessária para se dar uma solução definitiva e até para orientar a posição das Bancadas que realmente se preocupam com essa questão, como é o caso da Bancada nordestina, na discussão da medida provisória que já está aí para substituir essa repactuação.

Não queremos uma segunda pecuária, como se conheceu historicamente o perdão que foi dado à agropecuária nacional do Rio Grande do Sul e do Amazonas

no Governo Getúlio Vargas. Queremos discutir caso a caso de forma objetiva, racional, mas também de forma humana, social e economicamente inteligente. Porque considero uma burrice muito grande o Governo ignorar que esse problema carece de uma solução imediata, urgente. A paralisação da atividade dos pequenos e médios produtores rurais, no semi-árido nordestino, está causando um prejuízo ao Governo, que arrecada menos porque não há produção, e está causando um prejuízo social sem precedentes à nossa atividade agropecuária no Nordeste.

Sem querer me estender, lembro às Senadoras e Senadores que vigoram no País, desde os anos de 1990, mais de seis ou sete leis e decretos, entre outros, que tratam da matéria. Vejam bem como procuramos enganar a nós mesmos. Seis a sete decretos-leis tratam dessa questão, mas sempre tangenciando, sempre passando ao largo, como se o Governo pudesse enganar a si mesmo. A ninguém mais ele engana com essa forma evasiva de enfrentar um problema que é realmente um problema de Governo, porque é um problema social, é um problema econômico.

Necessitamos buscar soluções para essas dívidas e ajudar um setor que, na safra 2005 e 2006, deverá produzir 122,6 milhões de toneladas de grãos, a despeito das intempéries climáticas, das altas taxas de juros, das taxas cambiais baixas e das doenças que afetam o setor.

É bom lembrar aqui, há pouco tempo, a crise na pecuária brasileira, com a ocorrência de um surto sem precedentes de aftosa.

Quando se discutia aqui a aprovação de um acordo internacional com um País da América do Sul, nosso vizinho, nosso irmão, e o Governo brasileiro, que se comprometia, por meio daquele acordo, que estávamos aprovando, a pagar a vacinação dos rebanhos dos países vizinhos, fiz uma observação: enquanto o Governo vai em socorro – penso eu que do Paraguai –, esquece-se dos rebanhos brasileiros, que são seus. É verdade, e não vamos mistificar a questão. A aftosa no Paraguai também pode afetar os rebanhos brasileiros, mas, em primeiro lugar, o Governo deveria estar vacinando os rebanhos do País. Se o tivesse feito, certamente o Brasil não teria sofrido o prejuízo extraordinário nas suas exportações de carne bovina, que foram contingenciadas para vários países do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o apelo que eu queria fazer ao Governo da República e este é o requerimento que quero apresentar à consideração da Casa, sobre a questão da securitização das dívidas do semi-árido brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a. Desculpe-me por ultrapassar o tempo. Sei que todos nós hoje nos esmeramos

nos discursos. Eu, que fiquei aqui desde as 14 horas, tive o prazer e a satisfação de ouvir muitos brilhantes discursos dos nossos luminares do Senado, que falaram sobre as mais variadas questões, para ter esta oportunidade agora, neste instante.

Gostaria até de fazer um comentário. O Presidente Renan Calheiros, quando assumiu a Presidência da Casa, mandou-nos um boletim informativo que disciplinava um pouco essa questão da utilização do tempo dos Parlamentares. Exultei de satisfação. Sempre achei que o Regimento precisava ser mais justo e rigoroso no deferimento da palavra aos Parlamentares, aos Senadores, porque privilegiava demais o Colégio de Líderes e de Vice-Líderes da Casa. Então, pareceu-me que aquela medida iria ser uma solução providencial para esse problema.

Lamentavelmente, noto, em ocasiões como a de hoje e de outras sessões, que as Lideranças são sempre maioria a se pronunciar em relação aos Senadores que não são do Colégio de Líderes. Revezam-se e falam tantas vezes querem e entendem, pelo tempo que querem e entendem; não este tempo que estamos tendo agora, porque este tempo, sabemos, é emergencial. Não vamos ter Ordem do Dia, não vamos ter votação e, por isso, a Mesa tem sido mais generosa com todos aqueles que estão falando.

A meu ver, poderia ser feito algo com relação a esse esforço do Presidente Renan Calheiros para otimizar essa disciplina do tempo reservado aos oradores, em todos os momentos das sessões do Senado Federal.

Era apenas uma observação. Não tem o sentido de crítica, mas de apelo e de contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Observação anotada. Sabe V. Ex^a que, quando estou na Presidência da Casa, sempre dou a V. Ex^a mais do que o triplo do tempo regimental.

Portanto, agradeço as observações. Com certeza, a Mesa da Casa será informada quanto à crítica importante feita por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Diria a V. Ex^a que, de tão tímida a minha observação, ela quase não chega a ser uma crítica. É uma sugestão, uma contribuição.

Quem tem parte no bônus tem que ter também no ônus. V. Ex^a, especialmente, tem sido muito generosa na tolerância em relação ao tempo. Não somente V. Ex^a, mas o companheiro Mão Santa também, em todas as vezes que eventualmente preside a sessão, talvez até como um prêmio a quem teve paciência de esperar tanto tempo por uma oportunidade de falar.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço as sugestões de V. Ex^a. Se eu estivesse em seu lugar, faria uma crítica mesmo. Mas, como V. Ex^a a transforma em sugestão, a sugestão está feita, anotada e certamente será encaminhada a quem dela precisa.

Registramos a presença da Vereadora Rose França, de Juiz de Fora, Minas Gerais, que é acolhida com muito carinho por esta Casa.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senadora, estou na tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os dois são do Espírito Santo. Como sempre um cede a vez ao outro, em razão de viagem, não sabemos quem vai falar.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É briga de capixaba, Sr^a Presidente. E a mais sacrificada é a moqueca, num caso como este.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Não é briga; é generosidade dele para comigo e de mim para com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com certeza.

Com a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitarei o gancho do Senador José Maranhão. Pena que ele tenha ido embora. Eu queria que ele e o Líder do PMDB ouvissem o que vou falar, que é exatamente da satisfação que tive em ouvi-lo. Da satisfação que tive em ouvir um homem que foi Governador de Estado e que é um grande Senador, o Senador José Maranhão, preocupado que é com o homem do campo, aquele que não pode pagar seu débito. Só que eu queria que o Líder Ney Suassuna me ouvisse. Quero dizer que aprovamos aqui a solução do problema. Meu Estado não está dentro do benefício, mas cerrei fileira com os nordestinos para que essa lei fosse aprovada. No entanto, o Presidente Lula vetou.

Só que o veto do Presidente Lula não é lei. O veto do Presidente Lula pode ser derrubado. Garanto que o PSOL votará contra o veto. Concorde, Senadora Heloísa Helena? Contra o veto ao benefício? Contra o benefício que foi vetado pelo Presidente Lula? O PSDB, do

mesmo jeito, estará contra o veto do Presidente Lula; o PFL, tenho certeza, agirá da mesma maneira; o PDT, também posso garantir, cerrará fileira ao nosso lado. O problema é o PMDB. Será que o PMDB vai cerrar fileiras para derrubar o veto do Presidente? Nas horas difíceis, todos os absurdos têm sido aprovados aqui, como isenção para multinacionais. Para o agricultor, não pode. Hoje, a Vale do Rio Doce, que não pagava pelas exportações, também não paga pela importação. É o maior lucro do mundo, e fica por isso mesmo. Estou citando a Vale do Rio Doce como exemplo. Todas as multinacionais, internacionais ou não, não pagam tributos, nem na exportação, nem na importação. É uma vergonha!

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também queria chamar a atenção para outro assunto. Quando se trata de crise – como mencionou ainda o Senador José Maranhão –, dizem que passou a crise da pecuária. Passou não. Passou não. Todos os pecuaristas estão quebrados neste País. Os agricultores também. A crise deles também não passou, não. Estão todos quebrados neste País. Estão todos desestimulados. Vi e ouvi uma entrevista do Ministro Roberto Rodrigues, e ele dizia: “Quando saíram os recursos para financiamento da safra, eu pedi para que saíssem em março, e saíram em novembro”.

Ministro Roberto Rodrigues, jogue a toalha. Desista de ser Ministro, mas não se submeta a isso. Uma grande liderança como V. Ex^a não merece passar por um vexame dessa natureza. O homem do campo está abandonado. O homem do campo não tem política de crédito, não tem política de seguros, não tem política de preços. Vive completamente abandonado. E o pior: noutro dia aqui, o Líder do PT comemorava o preço do saco de arroz a R\$12,00, como se isso fosse uma grande coisa, uma grande vantagem. Não sabe ele que os R\$12,00 do preço do arroz, ou os R\$11,00 do preço do saco de milho levam todo mundo a uma quebradeira só no campo. Alguém trabalhando, endividando-se, perdendo sua propriedade pequena para jogar comida mais barata nas casas da cidade! Isso é política?! E, como disse o Senador José Maranhão, isso vem desde a descoberta do Brasil.

Outra coisa passa despercebida do povo brasileiro. Quando a gasolina sobe todos os dias, o Governo diz: “O preço é **commodity**. O preço é mundial. O dólar subiu”. O dólar, no final do Governo Fernando Henrique, chegou a quase reais; hoje está cotado a dois reais, ou seja, 50% menos. E a gasolina? Baixou 50%? Permaneceu no patamar em que estava? Não. Subiu. O telefone baixou de preço? Não. Subiu. A energia elétrica baixou de preço? Não. Subiu.

Eu disse, Senadores, que as multinacionais, hoje, não pagam imposto nem quando exportam, nem quando importam máquinas pesadas. É o benefício dado às “pobrezinhas” das multinacionais! Só que, a mesma medida provisória – a de nº 255 – que cometeu esse absurdo jogou lá na perfumaria o nome de PEC do Bem e, então, diminuiu o preço da energia elétrica para irrigação no interior. Duvido que o Líder ou algum Parlamentar do Governo venha aqui amanhã dizer que houve um só cidadão brasileiro, um só produtor que se tenha beneficiado dessa medida provisória. Não! Falta regulamentação. Falta isso. Falta aquilo. Mas as multinacionais já começaram a usufruir do benefício.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, só toquei nesse assunto porque o Senador José Maranhão havia apontado para esse rumo.

Na verdade, queria hoje falar aqui sobre uma reportagem do jornal **A Gazeta**, da minha cidade, feita por um jornalista renomado da minha terra. Não vou colocar uma palavra a mais nem vou subtrair uma palavra. Vou me limitar a ler a reportagem. Ele começa assim:

As recentes manifestações de policiais civis e militares no meio urbano, até nas portas do Palácio Anchieta, para onde levaram camburões cheios de presos, ameaçando, caso o governo do Estado não atendesse suas reivindicações, mostram até que ponto nós, integrantes da sociedade, estamos entregues à própria sorte...

Obviamente que o movimento, no fundo, não é contra o governador, propriamente dito, mas contra todos nós, que pagamos essa conta e não suportamos mais tanta falta de escrúpulos daqueles que, vestidos de autoridade, não têm a necessária competência ou equilíbrio para reivindicar melhorias salariais, que dirá a difícil missão de manter a ordem [pública].

Confessemos, sem nenhum constrangimento, que nosso sistema policial é de baixa qualidade. Falta-nos uma moderna inteligência policial, para se organizar. Não é um problema apenas do Espírito Santo [vou repetir: não é um problema apenas do Espírito Santo], generalizadamente o Brasil padece da penúria de autoridade, da ausência de inteligência logística, exatamente porque não possui capacidade para se munir dos mais modernos instrumentos de vigilância, de pesquisa, de aprimoramento educacional.

Vejam que estão presos nas cadeias brasileiras apenas um terço dos marginais mais perigosos, os traficantes, os bandidos

e ladrões das mais diversas periculosidades. Dois terços dessa formidável malta estão nas ruas, por falta de cumprimento de mandado judicial, pelos mais elementares motivos.

Não são as prisões atulhadas de marginais um inibidor para a ausência de maior número de presos. É a falta de mecanismos investigadores, aliada à fragilidade de conhecimento das nossas autoridades policiais. Qualquer um de nós, da sociedade, cumpridor de suas obrigações, que se deparar com um policial, na rua, recua, se intimida, foge, porque não sabe se é policial ou marginal, travestido de autoridade.

Estamos no País do MST, invadindo propriedades privadas, instalações públicas; de organizações sindicais, obstaculando, com suas greves de transporte coletivo, que a sociedade vá para o trabalho; das manifestações policiais até intimidando com a soltura de presos em massa; das ligas camponesas sob o comando de ONGs estrangeiras que são instruídas para invadir propriedades. Somos o país da absolvição de políticos dos mais ordinários, que destroem nossos sentimentos de liberdade, de democracia, de respeito à justiça e tudo o mais. Já não temos mais em quem acreditar.

É estranho que tudo isso venha ocorrendo no Estado do Espírito Santo, que vem saltando à frente dos demais Estados como líder em organização, em crescimento econômico, em desenvolvimento e seriedade.

Há, por trás disso tudo, um mecanismo político, objetivando inibir o desenvolvimento, atacar a autoridade do Governador, do Secretário de Segurança até alcançar o enfraquecimento da confiança da sociedade nas autoridades.

Estamos prestes a descobrir que, por trás dessa artimanha toda, se escondem sórdidos mecanismos políticos. Infelizmente, no Brasil, as coisas estão caminhando com objetivos claros de se destruir a democracia.

Vamos ver até onde isso tudo irá chegar.

Assim termina o jornalista Uchôa de Mendonça.

Quero conceder um aparte ao nobre Senador Heráclito. (Pausa.)

V. Ex^a não pediu? Obrigado. É porque o microfone estava levantado, e eu entendi como tal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me estimula a apartear-lo. Não poderia deixar de parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz, exaltando um articulista da sua terra. Já dizia o Carlos Castelo Branco que feliz é quem pode cantar e contar sobre a sua terra. V. Ex^a traz aos Anais da Casa exatamente esse artigo. Eu me congratulo com V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Obrigado, Senador.

Sr^a Presidente, para finalizar, concluo dizendo que nosso País não tem política nem para a agricultura, nem para a segurança pública. O Governo Federal está completamente perdido. O Presidente Lula não é um gerente, não sabe administrar, não tem uma equipe capaz de enfrentá-lo, mostrando as realidades brasileiras e não deixando que ele cometa o crime que está cometendo contra os mais humildes.

O nosso País hoje é uma fábrica de miseráveis. Quando eu vejo aquele filme intitulado “Falcão”, que a Rede Globo apresentou, Senador Magno Malta, não vi ali um garoto preto. Vi ali um garoto pobre, vi ali miséria, vi ali falta de dinheiro para comer, falta de dinheiro para estudar. E este Governo não tem sido diferente dos demais governos que já passaram pelo nosso Brasil. Este Governo trabalha no firme propósito – e já dizia também outro dia numa entrevista o Senador Marcelo Crivella, que nunca viu um governo que tem como objetivo principal tirar do bolso dos pobres para colocar no bolso dos ricos.

Este País necessita urgentemente que alguém tome providências; que esta Casa assuma suas verdadeiras responsabilidades; que esta Casa aprove aqui uma reforma tributária nos moldes daquela que Flávio Rocha propôs no imposto único, ou seja, de cobrar tributos de fontes insonegáveis, de maneira invisível, para fazer justiça ao pobre, para fazer justiça ao trabalhador brasileiro. Há projetos nesta Casa com base nessa tese, só que não apreciamos, assim como não votamos para derrubar os vetos do Presidente Lula quando atentam contra a nossa agricultura, contra o nosso trabalhador.

O salário mínimo de R\$300,00 ou R\$350,00, Senadora Heloísa Helena, só é necessário porque não temos capacidade de tirar arrecadação de cima da folha de pagamento do trabalhador e colocar em cima da produção das empresas. Falta coragem ao Governo para tomar posição e determinação para executar a tarefa, porque, com a famigerada reeleição, um presidente da República, um prefeito ou governador, quando termina de ganhar a eleição e senta na cadeira, não o faz como presidente de todos os brasileiros, mas sim como candidato à reeleição. Aí começam as barganhas, as

distribuições de cargos. E vamos cada vez mais vendo a pobreza e a miséria proliferar no nosso País.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, pela compreensão que teve comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Motta, e passo a palavra para o Senador Magno Malta, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

Apelo ao Senador Heráclito para que me substitua na Presidência dos trabalhos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Senadores Heráclito Fortes, Senador Motta, o povo não está vendo, não, mas só estamos aqui nós quatro aqui, as taquígrafas e a assessoria da Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – E os nossos Senadores e Senadoras *ad hoc* aqui e na Casa toda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Exatamente. Quando V. Ex^a assume é um sofrimento, ouviu? V. Ex^a não encerra nunca a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sabe V. Ex^a que eu só tenho delicadeza e, às vezes, um pouco de pena dos funcionários da Casa, mas com os Senadores... Estamos todos para trabalhar e é por isso que V. Ex^a sempre está aqui, de segunda a sexta, trabalhando como eu, cumprindo com a nossa obrigação.

Tem a palavra V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, querido Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado.

Quero cumprimentar o nosso querido assessor Carreiro, da Mesa, que me deu uma gravata bonita. O Zezinho está dizendo que foi ele quem foi me entregar.

Sr^a Presidente, gostaria de cumprimentar a Vereadora de Juiz de Fora, Rose França, mais uma vez. Seja bem-vinda à Casa. Cumprimentar a minha querida Presidente, Heloísa Helena. Se for Presidenta da República mesmo, queria me colocar à disposição para ser o seu Líder aqui, o Senador Heráclito Fortes Vice-Líder...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vou ser líder da oposição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr^a Presidente, o que me traz à tribuna nesta tarde, e espero que possa fazê-lo rapidamente, tenho treinado para ser conciso, sucinto, mas não tenho a capacidade da síntese e acabo, Senador Gilvam Borges, me prolongando muito todas as vezes.

Todos os oradores que se revezam nesta tribuna tratam, nos últimos trinta, quarenta dias, quase que dos mesmos temas: violência, segurança pública, CPIs. São os temas que palpitam para nós. A impunidade é o adubo da violência. O Exército nas ruas, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, foi a prova mais contundente, Senador Gilvam, de que urge a necessidade de que a sociedade brasileira – e aí o cidadão que me ouve, jovem universitário, o cidadão que está se alfabetizando, a mãe, o pai, o professor, o profissional liberal, o trabalhador braçal comece a discutir, no nosso ambiente, a necessidade de rediscutirmos o nosso conceito de segurança nacional. Porque o Exército, durante muito tempo, esquिवou-se de participar do debate, de guardar as fronteiras, invocando o seu papel na Constituição: segurança nacional. Penso que agora descobriu que o nosso problema de segurança nacional é com o tráfico de drogas, com a contravenção, com o contrabando, com aqueles que, em nome da mortandade de milhões de inocentes e do silêncio forçado de milhões de famílias, de homens e de mulheres de bem que vivem nas favelas e são trabalhadores, fazem silêncio por medo, silêncio imposto por uma minoria. Acredito que o Exército tenha entendido agora que tem como fazer segurança nacional, porque esses são os nossos inimigos, esses são os adversários da sociedade.

Agora há tática de guerra. E eu dizia aqui que o Mossad, a maior inteligência de guerra do mundo, a inteligência de Israel, disse, quando tomaram a Montanha do Golan: na guerra, quando se toma o aparelho do adversário, assume-se e dele não se sai nunca mais. Assume-se o aparelho, ergue-se a própria bandeira, assume-se o chão como se fosse o proprietário. Não adianta subir nos morros e depois descer. Com a presença do Exército no morro, os que estavam insatisfeitos eram em número infinitamente menor que os que estavam satisfeitos. Leu-se, nessa ação do Exército no Rio de Janeiro, que, durante oito dias, empurrados contra a parede os narcotraficantes, o povo caminhou tranqüilo pela Linha Vermelha, pela Linha Amarela, sem o medo da bala perdida.

Entendeu-se que, com a presença das Forças Armadas, com esse novo conceito, Senadora Heloísa Helena, como eu já disse aqui, se desapropriassem, lá em cima, 50 casas de pessoas trabalhadoras – que não pensariam dez vezes se fossem chamadas a descer para um outro bairro – para ali construir uma unidade do Exército, conjuntamente com a Polícia Militar, erguendo a bandeira, e os narcotraficantes ficassem debaixo dos olhos das autoridades, certamente daríamos um grande passo não para erradicar a violência,

que é algo do coração do homem, mas para arrefecê-la, Senador Gilvam.

Isso eu gostaria também de ver no meu Estado. Quem não gostaria de ver no seu Estado? Qualquer Senador que vier a esta tribuna depois de mim, quem sabe, diga o mesmo. Eu gostaria de ver isso no meu Estado, onde os narcotraficantes estão mandando e intimidando. Em nome da vida fácil, comandam a desgraça da vida de famílias, jovens e adolescentes, Senador Heráclito.

Então, o Exército pode muito bem. Por que não criar uma unidade de fronteira? Eu dizia isso aqui. Ficou patente o exemplo de que nós precisamos discutir esse conceito. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica podem.

A Rede Globo exibiu um documentário: “Falcão – meninos do tráfico”. Foi de doer. Era sobre crianças. Aliás, eu falo isso e cada vez que vejo me dói mais. Mas estou há 25 anos, Senador Heráclito, tirando pessoas da rua, drogados, gente de cadeia. Estou acostumado a conviver com meninos de oito anos alcoólatras; meninos de nove anos traficantes. Eu os tenho no Projeto Vem Viver.

Aliás, aproveito, Senador Heráclito, que preside esta sessão, para apresentar essa cartilha que há anos produzimos no projeto: “Drogas – simplesmente diga não”. É produzida pelos próprios recuperandos e trata basicamente daquilo que se consome na sociedade: maconha, fumo, cigarro. Aliás, o fumante, quando ouve dizer que é drogado, reage. Mas cigarro é droga, assim como o crack e a bebida alcoólica, que é a grande hipocrisia desta Nação.

Nós temos uma sociedade de bêbados e fumantes. Alguns dizem que bebem por esporte. Eu nunca vi esse esporte. Alguns dizem que bebem socialmente. É uma bela desculpa, mas cada qual que trate da sua própria vida. E querem que a Polícia resolva o problema daqueles que estão usando drogas ilegais e comandando o bonde da violência, quando, na verdade, eles são filhos das pessoas que estão no consumo das drogas da legalidade: cocaína, ecstasy, que basicamente é o que se consome na sociedade, e as drogas do modismo, a droga do dia seguinte, que começou a acontecer agora nas baladas e nos *funks* violentos que estão estabelecidos pelas periferias das grandes cidades.

Atrás da cartilha há um texto: Eles saíram do inferno. São depoimentos de jovens recuperados na nossa instituição, que comandamos há 25 anos, Senador Heráclito, com muita satisfação, porque nada é mais feliz do que o investimento na vida de pessoas.

Aqui solicito à Mesa para que tenha condição de, pelo Senado, reproduzir e ajudar numa missão que

deveria ser da Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, que foi instituída no Governo Fernando Henrique exatamente para fazer prevenção, Senador Gilvam, a partir da escola, a partir da família, porque, quando se previne, tem-se a possibilidade de ter um ganho muito maior do que fazendo o enfrentamento depois.

O documentário Falcão – não sei se V. Ex^a o assistiu na Rede Globo – é lamentável. Eu dizia, desta tribuna, na semana passada, que daqui a cinco anos vamos pedir autorização a traficante para entrar nos *shopping centers*. Quero guardar essa fita do meu pronunciamento da semana passada e deste aqui, e o cidadão brasileiro marque isto em casa: nos próximos cinco anos, com essa violência que avassala o País, vamos ter que pedir ao dono da rua que autorize a van escolar a levar nossos filhos à escola. Por quê? Porque a crença na impunidade é muito séria.

Falava eu, na semana passada, a respeito do crime hediondo. A pena para quem estourar o vidro de um carro, quebrar o painel e roubar o toca-fitas é a mesma para quem estuprar uma criança de nove anos de idade ou uma mãe de família na frente do marido. Pior: muitas vezes, o criminoso é um homem de 17 anos que o Estatuto da Criança e do Adolescente chama de criança. Precisamos discutir exatamente a mudança do Estatuto – dizia eu na semana passada – e também a redução da maioridade penal.

E ainda lemos e ouvimos na televisão a hipocrisia e a ironia de intelectuais que se autodenominam filósofos de suas próprias verdades, que ironizam a fé, ironizam igrejas, zombam da Bíblia, como se eles fossem os donos do mundo, da verdade e como se Deus não existisse. Onde a Igreja se estabelece, há mudança, porque a mudança do homem começa por dentro. Por fora, o sujeito pode até se educar sem que haja completa mudança.

Senador Heráclito Fortes, este tema chama minha atenção e empolga-me. Estou preparando um documento para enviar ao Presidente da República e ao Dr. Márcio Thomaz Bastos, propondo uma solução imediata – e creio que ela existe – para socorrermos os Estados.

Meu Estado do Espírito Santo vive uma violência sem precedentes: queima de ônibus, violência, medo e sobressalto comandados de dentro dos presídios.

Espero dar minha contribuição. Do Congresso nada poderemos fazer senão contribuir sob o ponto de vista da sugestão, propondo a criação de leis que possam ajudar o Judiciário a fazer cumpri-las, como um instrumento da sociedade.

Senador Heráclito Fortes, hoje fiz um aparte ao Senador Arthur Virgílio. Quando fui Deputado Federal, presidi a CPI do Narcotráfico. Fui o autor da CPI dos

Bingos. Quero que a população que me ouve entenda essa questão. Como autor da CPI dos Bingos, apresentei um fato determinado, e a Comissão foi instalada para investigar a contravenção, o crime cometido dentro dessa atividade ilegal e a lavagem de dinheiro.

Quero afirmar que não sou Lula nem Alckmin. Meu candidato é Garotinho, se o deixarem ser. Se não deixarem, minha candidata é Heloísa Helena. Não sou do PMDB, mas não entendo como se abre mão de um candidato com tanta musculatura eleitoral e que pode, muito bem, chegar ao segundo turno e disputá-lo com o Presidente Lula. Queiramos ou não, sol não se tapa com peneira. Não sou da Base do Governo, não sou aliado do Presidente, mas o respeito como autoridade, porque a Bíblia diz que toda autoridade é constituída pelo Senhor. É um homem que tem musculatura e vai levar a eleição para o segundo turno.

O PMDB tem toda a chance de chegar ao segundo turno para enfrentar o Presidente Lula, mas me parece que aqueles que convidaram Garotinho para o PMDB estão dispostos a uma estratégia que só Garotinho não percebeu: colocá-lo dentro da jaula e trancar a porta, para que ele não tenha a mínima condição de se movimentar. Mas o controle está na mão de Deus, não na mão de homem nenhum. Se for o caso, está declarado que Garotinho será o meu candidato.

O senso de justiça leva-me a entender, Senador Gilvam, que todas as denúncias feitas contra o Ministro Palocci, lá em Ribeirão Preto, devem ser investigadas à exaustão pelo Ministério Público, que, inclusive, deveria requerer à Polícia Federal que entre no caso – já que se trata de um Ministro, o caso assumiu âmbito nacional –, para que se possa responder onde existe o dolo. No entanto, a CPI dos Bingos não tem nada a ver com o negócio de Ribeirão Preto. Eu dizia hoje ao Senador Arthur Virgílio que vejo que a CPI dos Bingos tornou-se uma arena de luta do K1, com canelada e soco para todo lado.

Sinto-me como Santos Dumont quando viu o avião jogando bomba para todo lado. Pensei que investigaríamos a contravenção, nesse viés infeliz e desgraçado que é o bingo no Brasil, lavando dinheiro do narcotráfico. Fico pensando na situação do Senador Garibaldi. O que ele vai dizer? Vai propor o fechamento dos bingos? Com base em que argumento? Ou vai propor abertura total dos bingos, dos jogos, dos cassinos no Brasil no relatório? Baseado em quê? Ou vai propor um meio-termo com base em que argumento? Esse viés nunca foi discutido.

Envolver aquele menino, o caseiro, um trabalhador digno, um brasileiro digno, como eu e o Senador Heráclito Fortes, nordestinos que somos, em um caso que compete à Polícia Federal?! Diz a Bíblia que, quando os

desplantes acontecem, um abismo chama outro. Não era lugar para isso, e outro abismo veio. Quebraram o sigilo do caseiro na Caixa Econômica. Isso é brincadeira! Mamãe, acode! O último apague a luz, porque eu já não entendo mais nada. Quebraram o sigilo do menino, Senador Heráclito. Escorados em quê? Qual é a crença? Crença na impunidade.

Advirto: a Bíblia diz que tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz. Veio à luz. É preciso explicar isso? Sim. Mas é preciso que a Polícia Federal entre no caso. É um caso de polícia, não de CPI dos Bingos, pelo amor de Deus!

Éramos membros da CPI do Banestado, eu e o Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a se lembra de quando fui a Nova Iorque, pela primeira vez, sozinho. Lá eu recebia os faxes dos jornais dizendo: “Sherlock Holmes é solitário”. Fui falar com o Dr. Robert Morgenthau, Procurador do Ministério Público de Nova Iorque. Ele falou: “Está tudo aqui: Beacon Hill... Está tudo aqui, mas oriento o senhor a trazer aqui uma comissão”. Voltei. Havia uma tentativa de desclassificar, acabar com aquela CPI. Ninguém queria de jeito algum. Desclassificaram inclusive o Delegado Castilho.

Quando chego aos Estados Unidos, vejo um jornal chamando o Delegado brasileiro Castilho de *pitbull*. Morgenthau disse que, se lá houvesse dez Castilhos, não haveria lavagem de dinheiro em Nova Iorque. E o homem é desclassificado aqui!

Criamos a Comissão e fomos a Nova Iorque eu, o Senador Antero – meu amigo particular, por quem tenho muito respeito –, Rodrigo Maia, José Mentor e Dr. Hélio, atual Prefeito de Campinas, nosso grande companheiro. Trouxemos tudo. Tudo isso era fato determinado.

Fiz um requerimento convocando Paulo Maluf, que estava dentro desse rolo – fato determinado. Paulo Maluf nunca foi chamado. Então, naquela época era de um jeito, e agora se pode distorcer o fato determinado em uma CPI para chamar quem quiser? Que história é essa? Falo isso como dever de justiça à minha consciência, Senador Gilvam.

Saí daquela CPI naqueles dias. Pedi para sair, dizendo que já sabia qual era o final: no final, iam indicar as sacoleiras do Paraguai.

O dono do Banco Araucária estava lá. Colocamos uma fita do cara conversando com o povo do Uruguai, falando dos laranjas novos, laranja novo com laranja velho etc.

Sr. Presidente, era preciso prender esse homem. E o homem não foi preso.

Não sou contra qualquer tipo de investigação, mas creio que, quando se foge do fato determinado, expõem-se pessoas, humilham-se pessoas e enseja-

se a ilegalidade, porque na Justiça isso não vale nada, nada, nada. Que se investigue tudo, todos esses processos de Palocci; que se investigue o Okamoto; se as contas de Lula que ele pagou estão certas ou erradas, diga lá o Ministério Público; que se peça o indiciamento dele; que o Ministério Público o denuncie à Justiça. Agora, relacionar o fato de Okamoto pagar contas de Lula com a CPI dos Bingos é muito para a minha cabeça. Ou nasci no tempo errado ou, realmente, raciocino muito pouco e lentamente. Se é crime, que pague o Sr. Okamoto. Não tenho procuração nem conheço esse cidadão. Agora, CPI dos Bingos? É muito, é muito. Senador Gilvam, V. Ex^a é pai de família. Não sei quantos filhos V. Ex^a tem, mas tenho três filhas e hoje sou o homem mais desestimulado para a vida pública. Tenho colocado isso nas mãos de Deus – não tenho dificuldade alguma de falar isso aqui para o Brasil que está ouvindo. Estou desestimulado, pelo amor que tenho às minhas filhas. Tenho muito amor, orgulho daquilo que elas são, do que representam, mas filho de político tornou-se o lodo da sociedade, Senador Heráclito. Os nossos filhos são o lodo, eles são leprosos, eles não podem nada. Se um filho seu se der bem na vida, foi tráfico de influência seu; se V. Ex^a colocar um filho perto de si, isso é crime, nepotismo. Crime! Se ele for uma pessoa bem-sucedida e ganha uma licitação, foi safadeza do pai, foi picaretagem para o filho ganhar. Deus não me deu essas filhas para isso, não! Hoje, faço uma reflexão muito séria sobre minha permanência na vida pública. Não gostaria de ver minhas filhas... Se hoje está desse jeito, avaliem daqui a cinco anos! Parece que só em dizer “sou filha de fulano” soa como se estivesse dizendo “sou filha de um ladrão, sou filha de um mau-caráter, sou filha de um aproveitador”. Do jeito que a coisa vai, a imprensa não dá a possibilidade a qualquer cidadão que faz vida pública o benefício da dúvida em qualquer situação.

Tenho refletido minha presença na vida pública a partir do que começo a enxergar daqui a alguns anos relacionado a minhas filhas.

Investiguem o filho do Lula! Representação no Ministério Público! Meta representação! Meta processo, denúncia! Vá fundo nesse trem! Mas esse negócio de filho do Lula em CPI de Bingo é brincadeira. Já ouvi até que se chamaria o irmão do Lula.

Quando eu era Vereador, meu irmão falava para mim assim: “Ó um cara foi lá em casa para conversar e perguntou se eu era irmão daquele Vereador e se poderia levá-lo para falar com ele”. Isso ocorreu quando eu era Vereador, e ele, irmão de Vereador. Não podemos ser hipócritas! Se é irmão ou primo de Senador, dizem: “Fulano pediu para conversar com você”. Desde

o mais simples cidadão a um pastor querem conversar com você.

Em Goiás, um juiz mandou arrombar a porta da igreja para o pastor fazer o casamento na marra, na liminar, quando o estatuto da Igreja – é Direito – não aceitava casamento misto. O juiz disse: “Não. Tem de fazer”. Recebi um telefonema de um irmão meu, que é pastor: “Olha, o pastor fulano, você o viu no Fantástico? Ele está querendo falar com você. Posso levá-lo ao seu gabinete?”.

Quem vai me dizer que um parente nunca o procurou? Há gente querendo falar, gente querendo conversar, gente querendo discutir problema. Tanta gente tem problemas emperrados no TRT! Muitos trabalhadores dizem: “O senhor olha isso para mim?”.

E um cara que tem irmão Presidente da República? Se existe desconfiança de que esse sujeito é criminoso, de que sua atividade foi criminosa, que o Ministério Público o investigue, e “pau nas costas dele”! Mas tratar disso em CPI de Bingo, nego, é muito! Não há fato para isso. Não há fato para isso.

Com todo o respeito ao meu Presidente e ao meu companheiro, fomos Deputados Federais juntos, Senador Efraim, com todo o respeito àqueles que fazem parte da CPI, com todo o respeito, preciso fazer algo por dever e compromisso com a minha própria consciência. Quando apresentei aquele fato, quando escrevi sobre aquele fato, minha intenção era outra, e vejo que não vai dar nada aquilo que é a minha intenção.

Li, Senador Heráclito, que iam tentar uma votação para ampliar o fato. Aí seria muito. Aí eu apresentaria uma questão de ordem no plenário. Eu ia dizer: “Bom, se não é esse o fato que propus, vou retirar meu fato. Acabem esta CPI e façam outra!”.

Eu tinha o dever de prestar à sociedade brasileira esse esclarecimento, Senador Gilvam, com todo o respeito à Oposição. Mas, infelizmente, a Nação está pagando, porque a luta política já começou e de forma rasteira – é canelada, soco, luta de K-1.

Espera-se um debate civilizado, até porque o PSDB lança um candidato da melhor qualidade, o Alckmin. Quem passa ao lado do rio Tietê, em São Paulo, sabe. Se a obra de Alckmin tivesse sido só aquela, Senador Heráclito, já teria justificado o mandato de Governador de São Paulo.

Não sei se V. Ex^a já viu, Senador Gilvam Borges, a obra que foi feita no rio Tietê, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Nobre Senador Magno Malta, a Mesa apela a V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento. V. Ex^a já está abrilhantando a todos nós há 25 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É porque estou no espírito que a Senadora Heloísa Helena me deixou. Mas, agora, vou atender V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço-lhe a compreensão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Atendo cada palavra de cada Presidente. Estava atendendo à palavra da Senadora; agora, vou escutar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concluo dizendo que o Governador Alckmin é brilhante, muito brilhante, um sujeito sereno e decente, de família. Espero que essa eleição seja um debate dos mais qualificados.

Essa onda de denunciismo, de dossiê, essa sujeira, a sociedade não agüenta isso mais, Senador Gilvam Borges. Ninguém quer saber disso. A pessoa tem quatro anos para denunciar o outro e só o faz na época da eleição. A sociedade não agüenta isso.

Espero um debate qualificado com esse Alckmin, porque o considero um belo quadro, Senador Heráclito Fortes, com o respeito que tenho também pelo Sr. José Serra e pela minha amizade por ele. Mas considero um belo quadro o Alckmin, como tenho respeito pelo Presidente Lula, embora tenha minhas divergências, mas o respeito, pois é o Presidente da Nação.

O Garotinho, pelo que fez no Rio de Janeiro, pelo Governador que foi, pela sua visão – embora o chamem de populista –, também é um quadro significativo. Mas todo o mundo que tem muita visão para o social acaba sendo pichado, e parece que quem coloca a pecha em você é mais importante do que você, que faz a obra. Mas é um quadro significativo também o ex-Governador do Rio Anthony Garotinho. Espero que tenhamos um embate decente.

Se o Vice for o nosso querido José Agripino, vou ficar mais feliz ainda, por ser um homem competente, preparado, ex-Governador do Rio Grande do Norte, um sujeito com muito conteúdo, que admiramos e por quem temos carinho.

Encerro, Sr. Presidente. Eu precisava dar essa satisfação ao povo brasileiro que assiste à TV Senado. Cada vez que reafirmo e faço este discurso, dou satisfação à minha consciência e melhoro meu senso de justiça.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa solicita a V. Ex^a que assuma a Presidência. (Pausa.)

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por cinco minutos, prorrogáveis por mais 35 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, eu já estava até decidido a não fazer mais uso da palavra, mas V. Ex^a citou a **Bíblia** quando disse que “tudo o que se faz nas trevas um dia virá à luz”.

Estamos, Senador Gilvam Borges, diante de um fato marcante, que é a prova disso. Temos dois episódios, e um deles é o do caseiro propriamente dito, que foi vítima de uma violência ao ser sacado no meio de um depoimento no Senado, na CPI. Aí vem a grande interrogação: por que não usaram aquele mesmo expediente quando os irmãos de Celso Daniel acusavam um membro do Partido, um membro do Governo, do crime, quando outros depoentes acusavam pessoas do Governo de maneira grave, mortal? Vão tomar exatamente essa atitude quando é um caseiro, temendo fatos mais graves. Pelo menos, é curioso se saber por que se tomou essa atitude exatamente nesse caso.

Mas a escuridão das trevas é exatamente, Senador Gilvam Borges, o fato de ter-se feito uma vítima. O Brasil jamais saberia que esse rapaz era filho de um pequeno empresário que mora nos cafundós do meu querido Piauí se esse episódio não viesse à luz, se ele não fosse exposto – V. Ex^a tem toda razão – vinte e tantos, ele, negando a paternidade até então, o filho foi à procura dessa paternidade, e a inclusão desses fatos fez com que as coisas fossem esclarecidas. Pelo menos é o que parece. Digo isso porque só tenho conhecimento dos fatos pela imprensa.

Este fato, porém, tem tomado dimensões desproporcionais. O jornal **Folha de S. Paulo** diz: “No Piauí, CEF pede explicações a pai de caseiro”. Alguém da Caixa Econômica – e não quero dizer que foi um superintendente, quem foi – chamou o correntista para saber o que ele faz do dinheiro dele. É uma invasão de privacidade tão grave como a quebra do sigilo bancário. Qual é a satisfação que o correntista tem de dar ao gerente ou aderente de seus atos? Ele foi chamado. Parece que viram a gravidade dos fatos, e aí a justificativa é pior: “Foi uma consulta informal, já que ele é nosso cliente antigo”. Mais adiante: “O

dinheiro é dele e ele pode usá-lo como quiser”. Queriam saber apenas se ele tinha algum problema, para dar algum apoio.

Paciência, gente! É cinismo que chega a encher a lata. E o mais grave disso tudo, meu caro Senador Magno Malta, é o silêncio e a omissão do Banco Central do Brasil. O Banco Central é o responsável pela segurança do sistema bancário. A partir do momento em que uma instituição bancária permite que a privacidade de uma conta seja invadida, caberia ao Banco Central, num caso de dimensão nacional, imediatamente, tomar providências e prestar esclarecimentos à Nação do que fez.

A omissão do Banco Central é inadmissível. E quanto mais tempo demorar é pior. Tudo que temos que explicar é ruim, imagina o que temos que explicar muito. É bobagem o que se está fazendo. E começa a se fazer vítimas, a encontrar suspeitos, a lançar calúnias inclusive aqui no Senado, sobre colegas. É inadmissível que, em um regime democrático, em um Estado de direito, a privacidade de um Senador da República ou de Senadores da República seja violada e que seja preciso colocar araponga eletrônico para saber quem entrou e quem saiu dos gabinetes. Até porque nossa vida é devassada no dia-a-dia. É bobagem esse tipo de atitude.

E nós não ouvimos um pronunciamento sincero por parte do Governo, apressado em apurar os fatos. Quando quer fazê-lo, é de uma maneira própria. V. Ex^a, pelo temperamento e característica parlamentar, deve se juntar a nós nessa preocupação.

A Caixa Econômica Federal tem dois suspeitos, mas não revela os nomes. O meu medo é de que estejam preparando dois bodes expiatórios que tiveram acesso às contas, por meio de suas senhas, mas cumprindo ordens superiores. E que se sacrifiquem inocentes nessa questão.

Tenho recebido telefonemas de funcionários da Caixa Econômica que estão em pânico porque o conceito da instituição está enlameado. Nós precisamos nos solidarizar, por obrigação, Senador Gilvam Borges, com essa instituição que não merece passar pelo que está passando. Estão fazendo, hoje, com a Caixa Econômica Federal o que fizeram com os Correios e Telégrafos. Os carteiros, por muito tempo, ficaram cabisbaixos, acanhados; eram motivo de chacota nas ruas. Agora, é a Caixa Econômica Federal. O Partido dos Trabalhadores precisa proteger entidades como essas. Não é possível, Senador, que esses fatos aconteçam.

Ontem, recebi o telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, que me revelou dados, e eu os repassei aqui da tribuna. Quero ter até a cautela de dizer

que a minha obrigação e o meu dever, pelas circunstâncias, era trazer o fato a público, porque havia risco, segundo as informações que recebi, de que a operação de degravação dos indícios que poderiam acusar os autores, que estava em curso, pudesse ser finalizada. Citei nomes, inclusive, de funcionários a quem, se não estão envolvidos, de antemão, peço desculpas, porque não sou homem de cometer injustiças com quem quer que seja. Mas é preciso que se apure. O fato tem que ser apurado. Trata-se de um fato da maior gravidade. Se os nomes existem ou não, é preciso que se apure. E que se apure a fundo, porque, veja bem, ninguém quebra o sigilo de uma conta nas circunstâncias em que se quebrou.

Agora, os jornais começam a mostrar que o sigilo foi quebrado na Agência Central da Caixa Econômica, em um terminal a que os correntistas comuns não têm acesso.

Senador Gilvam Borges, isso é o fim do mundo!

Portanto, Sr. Presidente, deixo esse registro e exijo – o que, inclusive, amanhã, farei formalmente – que o Banco Central se manifeste sobre esses fatos. Convocarei responsáveis da área do Banco Central para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos, da qual faço parte. Não é perseguição, não, mas o desejo do esclarecimento. Colocarei, inclusive, bem na fotografia uma instituição como o Banco Central, que não pode ser omissa em fatos dessa natureza.

Não pode haver dois pesos e duas medidas. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) age com rapidez; a Polícia Federal, com velocidade; e o Banco Central pára e cala. É estranho! Como? Bem disse V. Ex^a: tudo que foi feito às trevas, um dia, vem à luz. Voltemos ao velho Shakespeare: não há noite tão longa que, por fim, não encontre o dia. Que esse dia chegue logo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

Convoco o Senador Heráclito Fortes para assumir a Presidência, pois S. Ex^a ficou muito bem nesta cadeira.

S. Ex^a já foi embora? Ficarei aqui, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, V. Ex^a assumiu a Presidência desta sessão para acompanhar o meu pronunciamento nesta noite com o apoio total do Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 22 de março de 2006 entra para a história do Senado Federal. Após sabatina, a Ministra Ellen Gracie teve seu nome unanimemente aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para presidir o Conselho Nacional de Justiça, decisão confirmada pelo Plenário desta Casa. Pela primeira vez, uma mulher assume esse posto, decorrência natural de sua ascensão ao cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, também ocupado de forma inédita por uma mulher.

A relevância desse acontecimento revela mais um passo da evolução de nossa democracia e revela o papel das mulheres nos grandes acontecimentos da história de nosso País.

A luta por um trabalho mais igualitário e por um convívio social mais justo e pacífico principiou-se no Brasil, podemos assim dizer, com a busca pelo direito ao voto feminino. Durante os trabalhos da Constituição Republicana, em 1890, o constituinte César Zama propôs o direito ao voto feminino, sem sucesso. No Senado, a luta foi retomada pelo representante do Pará Justo Chermont, em 1919, com um projeto pela concessão do voto às mulheres.

O Rio Grande do Norte rompeu as barreiras e tornou-se o primeiro Estado brasileiro a conceder o direito ao voto feminino. Seria potiguar, conterrânea de meus pais, a primeira Prefeita do Brasil, Alzira Soriano, em 1928.

Coube a Bertha Lutz, bióloga e advogada, primeira mulher a ingressar no serviço público, em 1919, colher frutos da luta feminina pelo direito ao voto. Unindo forças com outras mulheres, conseguiu que o Presidente Getúlio Vargas, em 1932, concedesse, no Código Eleitoral, o direito à participação política por intermédio do voto.

No ano seguinte, Carlota Pereira de Queirós se tornou a primeira Deputada eleita para a Assembléia Nacional Constituinte – única mulher entre os 214 eleitos. Bertha Lutz assumiu uma cadeira de Deputada em 1936.

Após a Constituição de 1988, o Brasil teve sua primeira Senadora, Júnia Marise, e, nas eleições de 1994, Roseana Sarney foi eleita a primeira Governadora de um Estado brasileiro, o Maranhão.

Setenta e quatro anos se passaram desde a conquista do direito ao voto, e, hoje, as mulheres constituem mais de 51% do eleitorado nacional. Teremos a primeira mulher a ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário e também a Presidência do Conselho Nacional de Justiça – quiçá venha a ocupar o cargo máximo do Poder Executivo: a Presidência da República.

A aprovação, no Senado Federal, da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça não foi cumprimento de mera formalidade burocrática, pois estava clara a consciência de sua força simbólica na democracia brasileira.

De um lado, o respeito impecável pela trajetória profissional e acadêmica de quem construiu uma carreira jurídica toda pontilhada de méritos indiscutíveis. De outro, a inequívoca demonstração de que a mulher brasileira vai galgando os espaços de sua atuação pública, mercê de uma luta incessante e nada fácil. Ao fazê-lo, ela não apenas conquista seus direitos, mas contribui para um feito notável que a todos contempla, homens e mulheres: a ampliação dos limites de uma sociedade verdadeira, democrática e cidadã.

Esses dois acontecimentos – a posse da Ministra Ellen Gracie na Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça – são por demais auspiciosos e provam, em primeiro lugar, que o Brasil se moderniza. Vai ficando para trás, felizmente, a longa tradição patriarcal que acompanha a evolução da sociedade brasileira desde o período colonial e vão-se consagrando as grandes mudanças pelas quais os homens passaram com os embates femininos.

O Brasil de hoje mostra-se, cada vez mais, integrado à contemporaneidade, razão pela qual tende a afastar-se de práticas culturalmente sectárias, politicamente antidemocráticas e socialmente excludentes. A presença feminina nos mais diversos setores da vida nacional, ainda que longe do ideal com o qual sonhamos, mas que haveremos de conquistar, atesta a transformação positiva pela qual passamos, a qual – disto tenho plena convicção – não haverá de sofrer retrocesso.

Esse é, precisamente, o sentido maior da presença da Ministra Ellen Gracie à frente do mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro. A posição a que ascende, neste momento, faz jus a quem não mediu esforços para se aprimorar intelectual e profissionalmente. Nascida no Rio de Janeiro, graduou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, nessa instituição, especializou-se em Antropologia Social. Bolsista do Governo norte-americano, morou em Washington, tendo sido inclusive Jurista em Residência junto à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, muitas foram as vitórias acadêmicas e profissionais da Ministra Ellen Gracie. Sempre em razão dos seus méritos, comprovados em sucessivas aprovações em concursos públicos, chegou ao Magistério, como professora no Departamento de Direito Privado e Processual Civil da Faculdade de Direito da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De igual modo, ministrou a disciplina Direito Constitucional no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade do Vale dos Sinos, também no Rio Grande do Sul. Integrou o Conselho Seccional da OAB do Rio Grande do Sul e foi Diretora fundadora da Escola Superior de Advocacia da OAB do Rio Grande do Sul.

Brilhante também foi a passagem da Ministra Ellen Gracie pelo Ministério Público Federal, onde, da mesma forma, ingressou mediante concurso público. Nele fez notável carreira, tendo exercido o cargo de Procuradora Regional Eleitoral Substituta. Além disso, integrou o Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul e, na condição de representante do Ministério da Justiça, foi membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, a Sudesul.

Em 1980, a Ministra Ellen Gracie foi nomeada para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para o qual foi eleita Vice-presidente e Presidente, vindo a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Por fim, em 2000, em ato de sábia inspiração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso a nomeia para exercer o cargo honroso de Ministra do Supremo Tribunal Federal. Pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher era escolhida para compor o mais Alto Colegiado do Poder Judiciário. Feliz o País que pode contar com alguém da estatura moral, da densidade intelectual e da trajetória profissional de uma Ellen Gracie em sua Corte Suprema. Provavelmente, ainda no decorrer do presente ano, ela assumirá, interinamente, a Presidência da República, em face das determinações legais que envolvem o processo eleitoral. Simbolicamente, o Estado brasileiro terá então a representá-lo, alguém que personifica, de maneira cristalina e incontestável, o que a civilização brasileira tem de melhor. Parabéns, Ministra Ellen Gracie, por sua vitória! Sua presença à frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça é conquista que, antes de enobrecê-la, dignifica o Poder Judiciário e realça nossas melhores virtudes cívicas. O notório saber jurídico, a ponderação nas atitudes e a firmeza de princípios, qualidades que sempre marcaram sua carreira, são a garantia de uma gestão profícua e isenta. Todos nós, homens e mulheres, comprometidos com um Brasil próspero, democrático e justo, sentimo-nos orgulhosos de uma trajetória, que agora atinge a sua culminância.

Que Deus ilumine os seus passos e os passos de todas as mulheres do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, quero comunicar ao povo do Município de Tartagalzinho que brigamos durante essa semana no Mi-

nistério e liberamos R\$100 mil. Foi um trabalho grande da equipe; o Convênio é o 2515, de 2005, e a Ordem Bancária 6165, do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, passamos o dia todo falando nesta tribuna, e a dimensão do trabalho do parlamentar também se estende na objetividade de trabalhar bastante para poder levar recursos.

Para encerrar, quero dizer que o Município de Itaúbal foi contemplado também com R\$100 mil. Esse Convênio é o 2530, e o dinheiro já está na conta, no Banco do Brasil.

Quero dizer a todo o povo brasileiro da nossa alegria em poder estar trabalhando, contribuindo com o País. Sou um homem muito otimista, continuo acreditando nas boas idéias.

Quero parabenizar, definitivamente, todas as mulheres brasileiras, a Ministra Ellen Gracie, que tão brilhantemente se submeteu à sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. S. Ex^a, com sua fala sábia, mansa, tranqüila, de uma sabedoria jurídica reconhecida, de uma carreira palmilhada pela formação intelectual segura do grande saber jurídico, vai dar uma grande contribuição ao Brasil.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras. E recebam, especialmente no Amapá, todas as mulheres e homens, o nosso abraço.

Era o que tinha a dizer. Meu muito obrigado.

Quero dizer a todos os servidores da Casa, aos taquígrafos, a todos os servidores sem exceção, que realmente vocês são motivo de orgulho para nós, porque, se estivéssemos aqui até meia-noite, com certeza aqui vocês estariam.

Vamos tomar algumas providências, porque as coisas começaram a mudar depois da chegada da TV Senado e da Rádio Senado, as sessões têm se estendido. Inclusive, lamentavelmente, a quebra do Regimento, isso precisamos ver. O Regimento precisa ser cumprido à risca. Que se estenda o tempo, mas que seja pelo Regimento, porque realmente a coisa se complica muito.

Quero me solidarizar com todos os colegas que vêm aqui e tentam, de todas as formas, justificar a que vieram ao Senado Federal, representando seus Estados.

Que Deus nos abençoe. Paciência a todos. Sou daqueles que acreditam. Acho que vamos mudar muito. Quem diria que a Ministra Ellen Gracie, uma mulher, ia assumir a Presidência da mais alta Corte? Ninguém. Acredito neste Brasil, acredito que as coisas vão mudar, vão melhorar, vamos crescer, seremos exemplo de país num futuro bem próximo.

Muito obrigado. E que Deus nos proteja e nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Luiz Pontes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Eduardo Suplicy e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, este ano, serão vendidos no Brasil 1,5 milhão de monitores de cristal líquido (LCD), um avanço de 250% em relação aos números registrados em 2005.

Os monitores LCD, fabricados no Pólo Industrial de Manaus, são aquelas telas finas usadas em televisores e, principalmente, em computadores.

Para acompanhar esse crescimento, a Samsung, uma das principais empresas do PIM, deve dobrar o volume de produção dos monitores e já está produzindo, além dos modelos de 15 polegadas, também os de 17 e de 19 polegadas.

Só a Samsung, segundo o seu diretor-comercial Wladimir Benegas, vendeu 270 mil monitores no ano passado. Agora, com a nova ampliação, espera atingir, em 2006, algo em torno de 500 mil monitores.

Ao fazer esse registro, cumprimento a empresa Samsung e o Pólo Industrial de Manaus, na pessoa de sua superintendente, Dra. Flávia Grosso.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Reeleição com dinheiro público”, do Jornal da Comunidade, publicada em sua edição semanal de 18 de março do corrente.

Na matéria o jornalista Ricardo Callado diz: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o limite ético na tentativa de reeleição. Faz campanha ostensivamente fora do período eleitoral, viaja pelo interior do país, inaugura tapa-buracos e anuncia obras fantasmas, como a transposição do São Francisco e a Transnordestina. Insatisfeito, Lula gastou, nos primeiros 65 dias do ano, mais de R\$91 milhões em publicidade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Reeleição com dinheiro público

Lula extrapola gastos com publicidade numa campanha ostensiva fora do período eleitoral visando o segundo mandato

RICARDO CALLADO

ricallado@jornaldaconsciencia.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o limite ético na tentativa de reeleição. Faz campanha ostensivamente fora do período eleitoral, viaja pelo interior do país, inaugura tapa-buracos e anuncia obras fantasmas, como a transposição do rio São Francisco e a Transnordestina. Insatisfeito, Lula gastou, nos primeiros 65 dias do ano, mais de R\$ 91 milhões em publicidade.

Se houve um setor que o Executivo não deixou de investir foi em publicidade. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que os gastos com publicidade nos três anos de governo Lula — R\$ 703,1 milhões — superaram em 50% quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso — R\$ 467,1 milhões.

De acordo com o Siafi, a administração petista despendeu de janeiro a 6 de março deste ano (65 dias) R\$ 91,1 milhões com publicidade institucional e de "utilidade pública". Em todo o ano de 2005, nas mesmas rubricas, foram aplicados R\$ 399,1 milhões. Esses valores reportam apenas aos gastos da administração direta.

Investimento é uma infâmia

Para o deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), um dos principais fiscalizadores das contas do governo federal, o gasto com publicidade "é uma infâmia". Para ele, trata-se de um absurdo não só na administração Lula, mas em qualquer governo. "Essas despesas devem ser suspensas ou até proibidas. Espero que esta seja uma das conclusões da CPI dos Correios", defende.

"No Brasil é abusivo se ter um gasto que não seja para orientar a população, para políticas públicas. Em qualquer país de primeiro mundo não existe publicidade que não seja voltada para informação à população. Publicidade para auto-exaltação, num país onde a segurança e a saúde estão em frangalhos é o desrespeito", lamenta Augusto Carvalho, que também é presidente da Associação Contas Abertas, uma Organização não-Governamental que fiscaliza as contas do Executivo. "É a evolução dos gastos com publicidade: é gra-

tante, estonteante".

A "gastança" com publicidade pela Petrobras, Correios, Banco do Brasil e Caixa Econômica elevam esses valores à "estratosférica". Nas próximas semanas, afirma Carvalho, a Petrobras prepara uma campanha de R\$ 30 milhões para anunciar a auto-suficiência de petróleo. "Será mais uma eleitoral a ser usada pelo governo Lula", diz.

Aditivos sobre aditivos

A denúncia do deputado distrital Augusto Carvalho, já está sendo investigada. Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) resolveram avaliar a renovação de contrato firmado pela Petrobras com a agência de propaganda Duda Mendonça e Associados Ltda. Também deveria ser averiguadas as prorrogações de contratos com as empresas F/Nazca S&S Publicidade Ltda. e Rede Interamericana de Comunicação S.A.

O TCU tomou a decisão ao analisar uma representação do senador José Jorge (PFL-PE) para que fossem verificadas as prorrogações dos contratos e as suspeitas de utilização para fins eleitorais da campanha publicitária da empresa sobre a auto-suficiência brasileira em petróleo.

"O contrato celebrado com a empresa Duda Mendonça, com valor inicial de R\$ 63 milhões, adicionada a quantia de R\$ 21,5 milhões, teve aditamentos que foram alterando, no período de fevereiro a dezembro de 2005 o montante contratual, totalizando, pelo menos até o aditivo número 7, R\$ 129,4 milhões", diz o relator do caso no TCU, ministro Guilherme Palmeira. Há aditivos que superaram o limite de 25% do valor acordado.

Gasto supera investimentos na saúde e na educação

Até o início de dezembro, as despesas totais da União com publicidade superaram em R\$ 27 milhões os investimentos em saúde (construção de hospitais e postos de saúde, compra de equipamentos, etc) e em R\$ 12 milhões os investimentos em educação (construção de escolas, instalações, etc).

Segundo dados do Siafi, até dezembro, R\$ 230 milhões haviam sido gastos com publicidade legal, de utilidade pública, mercadológica e institucional, referente aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Desse valor, a maior parte se refere à publicidade de utilidade pública e institucional. Enquanto este ano o Estado aplicou R\$ 96 milhões em publicidade de utilidade pública destinada a campanhas educativas essenciais à população como vacinação e prevenção de doenças, destinou quase que o mesmo valor — R\$ 94

milhões — à publicidade institucional para promoção de suas próprias ações.

Os números também não incluem os gastos com a publicidade de estateras como Correios e Telegrafos e Caixa Econômica Federal, além de sociedades de economia mistas como o Banco do Brasil e a Petrobras.

O presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos, Oded Grajew, critica a propaganda institucional do governo, alegando ser ela um dos principais focos de corrupção no país. "O Brasil é o único país do mundo que faz propaganda de governo. Isso é absurdo", argumentou.

Grajew condenou também a renovação de um contrato de publicidade da Petrobras com a empresa do publicitário Duda Mendonça, que confessou ter recebido dinheiro de caixa 2 em pagamento de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

Gastos estratosféricos

"O governo federal quer gastar em 2006, ano de eleição presidencial, R\$ 326,3 milhões em publicidade institucional e de utilidade pública — o que representa 46,5% mais do que o valor efetivamente gasto com publicidade em 2004: R\$ 222,7 milhões.

Só em publicidade institucional para mostrar as realizações do mandato do presidente Lula, serão gastos R\$ 156,5 milhões. O valor se refere apenas às despesas feitas pela administração direta e por empresas públicas que não disputam o mercado. E os recursos estão previstos na proposta de Orçamento da União que está sendo analisado pelo Congresso, que também prevê gastos de mais R\$ 169,8 milhões em propaganda de utilidade pública.

Os gastos de publicidade institucional em 2006 estarão totalmente voltados para as eleições de outubro, quando o presidente Lula tentará a reeleição nas urnas. As campanhas que estão sendo preparadas e divulgadas, segundo assessores políticos da Presidência, pretendem fazer uma prestação de contas das ações e realizações do governo nos últimos três anos, uma espécie de balanço.

Para o líder da minoria na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), a aparente recuperação de Lula e de seu governo no conceito da sociedade, principalmente nos segmentos menos informados da população, não passa de uma "bolha".

"A exposição de Lula na mídia, diariamente, tapando buraco, falando de obras fantasmas, pedindo perdão pela roubo dos 'companheiros', tudo isso será rapidamente desmistificado pela inconsistência. O que vai ficar mesmo é a marca da corrupção, esta sim, o símbolo da gestão petista. É a tração que Lula comeu contra aqueles que acreditaram nas promessas de campanha", declarou Aleluia.

A tática do governo é gastar esses milhões em locais onde a sua popularidade se encontra em baixa. É a chamada regionalização da propaganda do Governo Federal. O Distrito Federal é um dos primeiros alvos de uma grande campanha publicitária.

No DF a propaganda eleitoral mostra que o governo federal investiu R\$ 43 milhões para duplicação da BR-060, ro-

devia que liga o DF a Goiânia e que nunca terminou. A operação tapa-buracos investigada pelo Tribunal de Contas da União apontou inúmeras irregularidades, desde a falta de licitação até o superfaturamento.

Na saúde, a União diz que repassou R\$ 368 milhões para o Saúde da Família, o Brasil Sorridente e o Samu-192, que ganhou 37 ambulâncias do governo federal.

Publicidade garantiu recursos para o mensalão

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou, durante a sessão da CPI dos Correios, que o Tribunal de Contas da União (TCU) está prestes a suspender vários contratos do governo federal na área de publicidade devido a irregularidades generalizadas. Ele culpa o ex-ministro Luiz Gushiken, que coordenava a política de comunicação do PT e denuncia a centralização de verbas e de-

cisões em mãos de Gushiken.

"O que o ex-ministro diz que é excelência na política de comunicação do governo do PT, o Tribunal de Contas da União acha que se trata de irregularidade e anuncia que vai cancelar vários contratos", afirma o senador.

De acordo com o senador, o ex-ministro Gushiken editou decretos, a partir do Governo Lula, para influenciar na decisão das empresas estatais sobre publi-

cidade, controlando as comissões de licitação. É o caso do Decreto nº 4.790, de agosto de 2003.

Também foi feito um decreto para centralizar as decisões sobre gastos de verba. "Houve centralização e não foi pela legislação, mas pela vontade deliberada do seu governo", disse o senador.

Para César Borges, tudo foi conduzido para beneficiar o organizador do "mensalão", o publicitário Marcos Valério Fer-

nandes de Souza, de forma a garantir os recursos necessários para influenciar nas votações do Congresso.

Além disso, lembrou o senador, também existe suspeita sobre recursos dos fundos de pensão, que envolve Gushiken. De acordo com César, o ex-ministro tentou influenciar na criação da Previc, agência que controlaria os fundos de pensão.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 24 de fevereiro do corrente. A matéria destaca que, estimulado pelo depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à CPI dos Bingos, o motorista Francisco Chagas da Costa resolveu contar tudo. O motorista confirma que levou um envelope de dinheiro para Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial de Palocci na Fazenda, no estacionamento do ministério.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/PALOCCI NA MIRA

Ex-funcionário agora afirma que viu ministro na “casa do lobby” “muitas vezes”

Motorista diz ter levado dinheiro para ministério

LÉONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Estimulado pelo depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à CPI dos Bingos, o motorista Francisco Chagas da Costa, 56, resolveu contar, segundo diz, tudo o que viu e ouviu durante os onze meses em que trabalhou para a “república de Ribeirão”, formada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

O motorista confirma que levou um envelope de dinheiro para Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial de Palocci na Fazenda, no estacionamento do ministério. A entrega, afirma, foi feita em uma casa de Vila Militar Poletto, ex-assessor de Palocci. Segundo Francenildo, havia de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil no envelope. Francisco disse não saber precisar o valor.

Francisco diz também ter visto o ministro “muitas vezes” na casa do Lago Sul alugada por Poletto. A casa foi descrita pelo advogado Rogério Buratti, outro integrante da “república de Ribeirão”, como uma central de encontros de lobistas e empresários com negócios de interesse no governo Lula.

Em depoimento à CPI dos Bingos na semana passada, em que envolveu Palocci na “casa do lobby”, Francisco disse tê-lo visto lá “três vezes, mais ou menos”.

Assim como Francenildo, o motorista diz que Palocci chegava à casa sempre num Peugeot prata de Ralf Barquete, outro ex-assessor de Palocci. Porém, ao contrário do caseiro, disse nunca ter visto Palocci dirigindo o carro.

Os depoimentos contradizem o ministro, que tem afirmado não ter mantido contato com seus ex-assessores de Ribeirão.

Maranhense, Francisco diz que não mente por ser um homem “honesto” e porque “sua religião [é evangélico] não permite”.

Francisco trabalhou para a “república de Ribeirão” de março de 2003 a janeiro de 2004. Contou que conheceu Poletto, Buratti e Ralf Barquete, morto em 2004, por meio do empresário Roberto

Ministério não quis comentar as declarações

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Procurada ontem pela reportagem para comentar as acusações feitas pelo motorista Francisco Chagas da Costa, a assessoria do Ministério da Fazenda não telefonou de volta até o fechamento desta edição.

Na semana passada, o ministro Antonio Palocci disse que as denúncias de sua suposta participação em um esquema de corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) são a “repetição de uma onda ocorrida no ano passado”, devido à proximidade do processo eleitoral, em que aumenta o volume das denúncias.

A respeito das denúncias feitas pelo caseiro Francenildo dos Santos Costa de que haveria distribuição de dinheiro na

Kurzweil, dono do Omega que, segundo reportagem da revista “Veja”, teria sido utilizado em 2002 para transportar dólares vindos de Cuba para o PT.

Leia a seguir trechos da entrevista concedida à Folha.

★

Folha - Como o sr. passou a trabalhar para Poletto e Buratti?

Francisco Chagas da Costa - O início dessa história foi com o senhor Roberto Carlos Kurzweil, o primeiro que eu conheci desse povo [...]. Eles alugavam o carro lá [uma locadora de automóveis]. Eu era motorista fixo da locadora já de muito tempo, eu fui serviloso, Roberto Carlos e Ralf Barquete. Depois deles é que eu passei a conter o resto da turma: Vladimir Poletto, Buratti, Ademirson, o irmão do Ralf, o Rui Barquete.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”.

três] falavam que “o chefe vai hoje na casa”. Falavam que tinha que organizar. O Vladimir gostava muito de falar que tinha que acionar a casa, “porque o chefe vai hoje”

quando estavam no carro?

Francisco - Falavam muito a respeito de mulher, sobre festas.

Folha - Quando eles falavam sobre o ministro Palocci, referiam-se a ele como “o chefe”?

Francisco - O chefe.

Folha - Sobre o que conversavam quando se referiam ao “chefe”?

Francisco - Falavam que “o chefe vai hoje na casa”. Falavam que tinha que organizar. O Vladimir [Poletto] gostava muito de falar que tinha que acionar a casa, “porque o chefe vai hoje”.

Folha - Quando eles falavam em acionar a casa para o “chefe” era dia de semana, final de semana?

Francisco - Variava muito. Final de semana, meio de semana.

Folha - Eles levavam “o chefe” frequentemente à casa?

Francisco - Quase toda semana.

Folha - O ministro, então, mantinha sempre contato com eles?

Francisco - Com certeza, todos os dias.

Folha - Todos os dias? **Francisco** - Quando estavam aqui, né? O Buratti vinha por um dia só, né? Sempre quando vinha, tinha contato.

Folha - Sempre que o Buratti vinha a Brasília ele se encontrava com Palocci?

Francisco - Quando não se encontravam, se falavam no telefone.

Folha - O sr. presenciou encontros de Palocci com Buratti?

Francisco - As vezes em que se encontravam era na casa.

Folha - Quantas vezes eles se encontraram na casa?

casa alugada pela chamada “república de Ribeirão”, o ministro Palocci disse ignorar quais “motivações, sentimentos ou interesses” estariam por trás das declarações.

Palocci chegou a dizer também que não dirige em Brasília, o que desmentiria a versão de Nildo, como o caseiro Francenildo dos Santos Costa é conhecido, de que o ministro da Fazenda chegava à casa do Lago Sul dirigindo sozinho.

De acordo com o ministro da Fazenda, sempre que ele está a serviço, o motorista do ministério é quem guia o carro oficial. Quando está de folga, no entanto, e sua mulher quem conduz o carro.

Desde que surgiu o escândalo envolvendo os seus ex-assessores na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), o ministro Antonio Palocci tem negado que mantivesse algum contato tanto com Vladimir Poletto como com o advogado Rogério Buratti, desde que assumiu a pasta da Fazenda no governo Lula.

Folha - Como era sua rotina de trabalho com eles?

Francisco - Primeiro, no aeroporto. Do aeroporto para a casa, da casa às vezes para o hotel Blue Tree, do hotel para restaurante.

Folha - O senhor alguma vez transportou o Ademirson juntamente com eles?

Francisco - Sempre. Muitas vezes transportei.

Folha - Para a casa também?

Francisco - Para a casa também. Muitas vezes.

Folha - Sobre o que eles costumavam conversar com o Ademirson

CHEFE



“[Poletto e os ou-

Francisco - Não sei, muitas vezes. Se eu falar dez vezes, quatro vezes, estou mentindo, né? Muitas vezes.

Folha - O sr. viu Palocci na casa?

Francisco - Eu vi ele entrando na casa. Ele ia de carro.

Folha - Em que carro?

Francisco - Um Peugeot pratz, de propriedade do Ralf Barquete.

Folha - Ele que dirigia?

Francisco - Não, ele nunca dirigiu aqui em Brasília. Quem dirigia sempre era o Ademirson. Muitas vezes o Ralf ou Rogério [Buratti].

Folha - Era comum eles transportarem dinheiro em pastas?

Francisco - Sempre tinha dinheiro na pasta do Vladimir. Vladimir que era o chefe, ele que andava com dinheiro. Ele que fazia os pagamentos.

Folha - O sr. entregou dinheiro para alguém a pedido do Poletto?

Francisco - Isso aí é uma coisa que eu não tinha relatado, mas eu me lembro. Nós fomos ao Ministério [da Fazenda] e tinha um en-

velope, acho que possivelmente seria dinheiro, que eu levei com o [caseiro] Nildo. Nildo levou, segurando, eu dirigindo, e levamos ao ministério. Chegando lá, eu liguei para doutor Ademirson, ele desceu e nós passamos para ele.

Folha - Havia bastante dinheiro no envelope?

Francisco - É, bastante.

Folha - Era só dinheiro?

Francisco - Só dinheiro.

Folha - Como foi o pedido do Poletto?

Francisco - "Faz essa entrega para o Ademirson. Chegando lá, você liga para ele, dá um toque que ele desce."

Folha - O sr. ligou no celular dele?

Francisco - Liguei no celular dele, aí ele veio na portaria.

Folha - Na portaria do ministério?

Francisco - Do lado, onde ficam os carros dos visitantes.

Folha - O sr. fez outras entregas de dinheiro para o Ademirson?

Francisco - Não, a única entrega de dinheiro foi essa no ministério.

Folha - Como eles entravam com Palocci na casa?

Francisco - Chegavam no portão e interfonavam, mas já estava tudo avisado, né? Quando tocavam o interfone, já abriam o portão.

Folha - Francenildo disse que o ministro ia à noite, dirigindo sozinho o carro.

Francisco - Ele sabia porque estava lá, era o caseiro. Eu não tenho como confirmar, eu não estava lá.

Folha - O sr. se lembra se eles mencionavam a palavra Gtech?

Francisco - Eu vi, sempre ess.

que possivelmente seria dinheiro, que eu levei com o [caseiro] Nildo. Nildo levou, segurando, eu dirigindo, e levamos ao ministério [da Fazenda]

palavra era comentada. Ralf, Rogério Buratti e Vladimir Poletto.

Folha - Sobre o que eles falavam quando se referiam à Gtech?

Francisco - Vamos ter uma reunião com o pessoal da Gtech [...], mas não detalhavam [o assunto].

Folha - Voltando à entrega do dinheiro ao Ademirson, o Francenildo disse que era por volta de uns R\$ 7 mil. Era esse valor?

Francisco - Essa base, mais ou menos. Não contei, só vi os pacotes dentro do envelope.

ENVELOPE



Nós fomos ao ministério e tinha um envelope, acho

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Imagens de uma infância perdida”, publicada no jornal **O GLOBO** em sua edição de 20 de março do corrente.

A matéria diz respeito ao documentário exibido pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão do último dia 19 de março e que mostra como crianças e adolescentes se envolvem com o tráfico de drogas. O documentário “Falcão – meninos do tráfico”, traz cenas tristes e desconcertantes com traficantes e crianças, num choque de vida

real que necessariamente provocará muita reflexão da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOSA QUE SEREFEREA SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Imagens de uma infância perdida”;

“Choque de vida real provoca reflexão”.

“FALCÃO — MENINOS DO TRÁFICO”

Imagens de uma infância perdida

Bernardo Mello Franco

• Pela primeira vez na TV, um documentário levou para a sala de jantar, em rede nacional, depoimentos de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. Exibido ontem à noite no “Fantástico”, “Falcão — Meninos do tráfico” fez revelações impactantes sobre a entrada de “soldados” cada vez mais jovens no crime. Os menores falaram abertamente sobre consumo de drogas, corrupção policial e assassinato de delatores. O filme de 58 minutos foi produzido pelo rapper MV Bill e pelo produtor Celso Athayde, coordenador da Central Única das Favelas (Cufa).

A dupla captou 217 horas de imagens entre 1998 e 2003 em comunidades de vários estados, que não são identificados. Dos 16 personagens principais, que aparecem com os rostos borrados digitalmente ou escondidos por uma tarja preta, 15 morreram e tiveram os enterros registrados pela equipe. Segundo Athayde, o único sobrevivente está preso.

Do alto de uma favela, um menor apresenta seu material de trabalho: “Isso aqui é o comunicador para avisar os amigos”. Na cena seguinte, outro jovem abre a mochila. Em vez de livros, carrega papelotes de cocaína com a imagem do terrorista Osama Bin Laden. “Essa é a carga que movimenta a firma”, diz. Minutos depois, cinco jovens desfazem um tijolo de maconha prensada. Uma voz infantil explica a divisão de trabalho: “Tem o que corta, o que desfaz a maconha e o que pesa. Daqui vai pra mão do vapor”.

Os falcões — nome dado aos jovens encarregados de vigiar a favela e avisar a chegada de rivais e da polícia — mostram consciência sobre os perigos de trabalhar para o tráfico. Num dos depoimentos mais impressionantes, um garoto de aproxi-

Crianças contam abertamente como se envolvem com o tráfico, em documentário contundente

madamente 10 anos fala sobre a falta de perspectivas e a rotatividade dos jovens no crime: “Se eu morrer, nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer vou descansar, é muito esculacho nessa vida”.

Depoimento mostra corrupção policial no Rio

O pagamento de propina a policiais é relatado com detalhes. Um dos jovens, com sotaque carioca, explica o acordo na comunidade em que mora: “De dia tem polícia na favela. De noite é *arrego* (suborno). Se entrar, leva bala”. Depois de relatar uma negociação para escapar da cadeia, um garoto arisca uma teoria para a ineficácia do combate à corrupção policial: “Se o tráfico acabar, eles só vão ter o salário deles, vão ficar massacrados. Então, não vai acabar tão cedo”. A truculência das operações surge na fala de outro jovem: “Com 10 anos, levei um tapa na cara. Até hoje guardo isso no coração”.

Sem apresentar soluções, o filme busca nos depoimentos as causas para a entrada dos jovens no crime. Além da sedução exercida pelas armas — um falcão diz que seu melhor amigo é um fuzil AK-47 — os menores citam problemas familiares para justificar a opção

pelo tráfico. Quase todos reclamam de maus-tratos e abandono em casa. “Meu pai só chegava para bater na gente, estou com 17 anos e nunca tive um aniversário”, diz um deles.

O sofrimento das famílias dos jovens traficantes aparece no depoimento da mãe de um rapaz morto em acerto de contas na periferia de uma capital nordestina. Durante a entrevista, chorando, ela abriu pela primeira vez o armário do filho, que in-

“Se eu morrer, nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer vou descansar”

Um menor

Falando sobre a violência

vestia o dinheiro das drogas em roupas da moda. “A bermuda que ele mais gostava de usar era essa”, conta a mulher, que ouviu de casa os dois tiros que mataram o filho. O boné furado pela bala que atingiu a cabeça do garoto, morto enquanto andava de bicicleta, foi guardado pelo melhor amigo, um menino de cerca de 10 anos. Sua explicação para o crime mostra a banalização da violência entre os

“Se o tráfico acabar, eles só vão ter o salário deles, vão ficar massacrados”

Outro menor
Falando sobre a polícia

jovens cercados pelo tráfico: “Ele pegava uns caras de outro setor, batia, batia, mas não matava. Por isso que eu falo: quando pegar, tem que conferir”.

A promessa de deixar a vida no crime é quase onipresente nos depoimentos. Um dos personagens, de 17 anos, diz que sonha em se tornar palhaço e planeja entrar numa escola de circo. Um ano depois, a equipe o reencontra no dia do seu aniversário. Ele foi promovido na quadrilha e continua trabalhando para o tráfico.

O filme também aborda o uso de drogas entre os jovens a serviço do tráfico. Um adolescente explica que a cocaína o ajuda a ficar acordado durante o plantão noturno sobre uma laje da favela, mas nega ter se tornado dependente. “Sou usuário, tenho que usar para não dormir. Mas não sou viciado, não. Se eu quiser, eu paro”, garante. Além de cocaína, o documentário registra o uso de crack, droga que, segundo policiais, ganhou força nos morros cariocas nos últimos anos.

Quase todas as imagens foram registradas à noite na câmera digital da dupla. Segundo Athayde, a maior parte das imagens foi feita durante turnês de Bill, que se apresenta em comunidades de todo o país.

Seis mil crianças-soldados

Pesquisas mostram efeitos da convivência com a violência

• Uma pesquisa feita pelo antropólogo Luke Dowdney, transformada no livro "Crianças no tráfico" em 2003, mostrou que cerca de seis mil crianças e adolescentes do Rio são considerados soldados do tráfico, usam armas como fuzis, metralhadoras e até granadas, e participam de confrontos com a polícia ou da disputa por pontos de droga em favelas. O estudo, feito entre 1987 e 2001, também entrevistou crianças e adolescentes, entre 12 e 23 anos que trabalha-

vam para o tráfico. Eles disseram, por exemplo, achar normal matar ou ser mortos por companheiros em caso de cometerem falhas.

Um estudo da Unesco mostrou que, entre 1993 a 2002, os homicídios entre jovens de 15 a 24 anos cresceram 88,6% no país. Na população em geral, o crescimento foi de 62,3%. Na pesquisa, o Rio aparece em primeiro lugar, tanto nos índices de assassinato da população em geral quanto no de violência contra jovens.

CORPO A CORPO

CELSO ATHAYDE

'O lucro das drogas está no asfalto, não no morro'

• O mentor de "Falcão — Meninos do tráfico" é um defensor apaixonado do rap como instrumento de transformação social. Nascido em Olinda, veio para o Rio ainda criança, quando a mãe fugiu de casa. Morou na rua até os 12

anos e passou a adolescência na Favela do Sapo, em Senador Camará. Aos 43 anos, é coordenador da Central Única das Favelas (Cufa), que comanda projetos de cultura em comunidades pobres, e empresário do rapper MV Bill, com quem dividiu a direção do filme. (B.M.F.)

O GLOBO: *Você não teme que o documentário seja acusado de apologia do tráfico ou aumente o preconceito contra jovens favelados?*
CELSO ATHAYDE: O filme dá voz a meninos que vivem em situação de risco e não existem para o Brasil oficial. Não tenho medo do público. Prefiro correr o risco de ser incompreendido a fazer um

documentário com especialistas que falam sem conhecer a realidade das favelas.

• *Os falcões ficam ricos com o tráfico?*

ATHAYDE: Isso é ficção. Mostramos um jovem que ganha R\$ 350 para arriscar a vida 14 horas por dia. O dinheiro das drogas está no asfalto, não no morro.

• *Quais são as diferenças entre o crime no Rio e em outras regiões do país?*

ATHAYDE: Só mudam as drogas e a quantidade de armamento. Conversamos com jovens que usam pelxelas em bocas-de-fumo do Nordeste. A tragédia está espalhada por todo o país.

A realidade nas telas

• Cenas desconcertantes com traficantes e crianças já foram filmadas por João Moreira Salles e Kátia Lund, que lançaram em 1998 o documentário "Notícias de uma Guerra Particular". O filme retrata o cotidiano no Morro Dona Marta, em Botafogo, e mostra um garoto de 10 anos dizendo ter prazer em estar perto da morte e um policial que se orgulha em matar.

A violência do tráfico e o dia-a-dia de uma favela também aparecem em "Cidade de Deus", de Fernando Meirelles. Lançado em 2002, mostra a trajetória de personagens como o traficante Zé Pequeno e o aprendiz de fotógrafo Buscapé. Em 2000, no clipe "Soldado do Morro", do MV Bill, aparecem traficantes armados, crianças aparecem brincando com armas de madeira e o próprio rapper segurando um fuzil AR-15.

Choque de vida real provoca reflexão

Filme provoca reações diversas em antropólogos, educadores e sociólogos

"As crianças falam mal mesmo da polícia, têm ódio. Evidenciam a cultura da polícia violenta."

MARINA MAGESSI
Inspetora da Polícia Civil

Alessandro Soler, Mariana Belmont e Simone Mousse

• O documentário provocou reações bastante diferentes entre especialistas. Para o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Direitos Humanos, a exibição de "Falcão" na noite de ontem foi histórica e deve ter repercussões até mesmo sobre políticas públicas, na medida em que "rompeu com as simplificações maniqueístas associadas a esses meninos, humanizando-os". Opinião similar tiveram o presidente da seção fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Otávio Gomes, e a inspetora Marina Maggessi. Já a artista plástica Yvone Bezerra de Mello, da ONG Uerê, que desde os anos 90 assiste crianças de rua, disse temer que o documentário tenha efeito oposto ao pretendido:

— Pode acirrar mais o ódio. Cada vez que alguém vir uma criança de rua vai ficar com mais raiva. As pessoas não ficam mais indignadas. Estão anestesiadas. Há 20 anos se debatem soluções, mas o problema só piora. O ódio e o medo do outro é generalizado. As crianças temem a polícia, que se comporta como os bandidos. A classe média teme essas crianças, por achar que são todas bandidas. Isso parece não ter fim.

Socióloga também vê lado educativo no filme

A antropóloga Alba Zaluar ponderou que é preciso abordar o flagelo social também sob outros aspectos.

— Se ficarmos só nas crianças do tráfico vai parecer que o mal está só ali, com elas. É preciso mostrar também outros lados, como por exemplo as quadrilhas formadas por ex-policiais e até mesmo a atuação da polícia, que deixa a desejar — propôs. — Acho que MV Bill quis alertar as pessoas e os próprios meninos do tráfico. Este é um barco furado. Por este lado o documentário é positivo.

Assim como Luiz Eduardo, o sociólogo Ignácio Cano e o professor Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas, consideraram o documentário positivo por humanizar as crianças ligadas ao tráfico. A despeito disso, Cano disse não crer que o impacto causado por "Falcão" será muito grande:

— Esse tipo de imagem já está no inconsciente coletivo das pessoas, só vai confirmar

o que elas já sabem. Mesmo assim é positivo, também por mostrar que este fenômeno não está só no eixo Rio-São Paulo. A escala maior é aqui, mas outras cidades estão no mesmo caminho, como Recife e Vitória.

Souza e Silva avaliou como inédita a abordagem. De acordo com ele, "Falcão" pode, sim, provocar muita reflexão.

— Esses meninos sempre são mostrados de uma maneira sensacionalista, como se fossem seres exóticos, com fuzis em punho. Na verdade estão muito mais próximos de nós do que costumamos pensar. O critério para esses meninos entrarem no tráfico é o desejo de consumir, de ter poder e visibilidade — lembra.

Antropólogo crê em mudanças na sociedade

Luiz Eduardo, que já havia assistido ao documentário, foi na mesma linha:

— "Falcão" é uma ponte entre esses garotos e a sociedade. Eles são reduzidos sempre à simples expressão da violência. Agora, deixam de ser róticos, guerreiros do mal com suas armas, e passam a ser seres humanos, que expressam a falta do pai, os traumas. São seres contraditórios como todos nós. Deixando de lado o estigma, dando voz aos meninos com paciência, generosidade e abertura, o filme provocará um resultado na sociedade. Todos nós nos co-responsabilizaremos, em vez de pedir que sejam executados.

Para o antropólogo, o destino dos protagonistas da obra — dos 16 meninos, apenas um ainda está vivo — é uma síntese da realidade das favelas.

— Um dia espero que esse genocídio, sobre o qual sequer há estatísticas confiáveis, não seja mais visto sob números frios. O documentário abre uma porta para chegarmos perto dessas vítimas.

O sociólogo Michel Misse, diretor do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, afirmou que o documentário abre uma importante discussão sobre o modo como o varejo das drogas afeta de modos muito distintos cada classe social.

— A questão é social, uma tragédia que acompanha a estagnação da economia, o esvaziamento do Rio e de outras cidades. Nas elites o varejo das drogas não é sinônimo de genocídio. O tráfico é uma tragédia para as populações urbanas pobres. Os jovens das favelas que não têm escola ou

trabalho são vulneráveis.

Otávio Gomes, da OAB-RJ, igualmente destacou o papel educativo do documentário.

— Temos mesmo que mostrar a realidade nua e crua. Sei que é cruel, uma coisa estarrecidora, mas é a nossa realidade. Este documentário é imprescindível para que o governo parta para ações mais efetivas — avaliou Gomes.

Inspetora diz que filme mostra lógica do tráfico

A inspetora Marina Maggessi, que assistiu ao documentário na casa do cineasta Cacá Diegues, a convite de MV Bill, fez coro. Para ela, a sociedade poderá entender melhor a lógica do tráfico com uma visão de dentro para fora.

— Matar bandido não é a solução, temos que fazer com o que ele não nasce. Movimentos como AfroReagge e a Central Única das Favelas são muito mais importantes do que dez batalhões numa favela — afirmou. — As crianças falam mal mesmo da polícia, têm ódio. Evidenciam a cultura da polícia violenta, que infelizmente existe, em todo o país.

"O filme provocará resultado. Nos co-responsabilizaremos em vez de pedir que sejam executados."

LUIZ EDUARDO SOARES
Antropólogo

As pessoas têm que olhar o bandido e o policial como pessoas que têm a mesma origem. Ninguém é só bom ou mau.

Presidente da ONG Viva Rio, o sociólogo Rubem Cesar Fernandes afirmou que o trabalho tem o mérito de dar voz a pessoas que só aparecem mortas ou presas.

— Eles conversaram com os caras. É preciso que todos possam falar. A realidade de guerra das favelas brasileiras, com crianças soldados, é tema de debate na ONU e em outros órgãos internacionais. A ONU tem o programa Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR), que é implantado nos países em guerra como o Haiti e vem dando certo. Esta é a prova de que há solução para este problema. Acho que o documentário vai gerar um debate mais inteligente sobre esse assunto. ■

Livro conta bastidores da filmagem

• MV Bill e Celso Athayde registraram os bastidores do documentário em "Falcão — Meninos do tráfico" (Record), que chega hoje às livrarias. Os autores vão entregar um exemplar à inspetora Marina Maggessi na Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). O livro conta as dificuldades da dupla para conquistar a confiança dos jovens envolvidos com o crime sem atrair a atenção da polícia durante as gravações em favelas de vários estados. Em 12 de outubro, Dia da Criança, chega aos cinemas uma versão de duas horas do filme.

TRECHO INÉDITO

"Cumprimentamos todos na sala, um a um. Os caras estavam sentados no chão, em pufes, alguns sem camisa e encostados nas paredes. As armas estavam espalhadas sobre um lençol colorido, ao lado de uma TV imensa que ficava sobre um banquinho de cerejeira. O medo me fazia ter certeza que a polícia ia chegar naquele momento, e, por pensar nisso, o medo aumentava. E quanto mais o medo aumentava, mais e mais medo eu sentia. Comecei a lembrar as velhas fofocas que nos viram entrar, o porteiro que podia estar escondido. (...) E se a polícia entrasse lá, prendesse os caras e eu estivesse no hotel? Eu certamente acabaria acusado e nem Jesus Cristo conseguiria convencer os caras de que eu era inocente".

TRECHO INÉDITO DO LIVRO • "FALCÃO — MENINOS DO TRÁFICO"

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre a matéria intitulada “Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do último dia 23 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que, neste ano de eleições, o Presidente Lula ampliou em 40% o número de suas viagens a cidades brasileiras, numa nítida e escandalosa maratona pela reeleição. Fica claro, também, o uso da máquina pública com o objetivo de aumentar a popularidade do presidente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”.

AS VIAGENS DO PRESIDENTE

O presidente visitou 14 Estados desde o início de 2006; no mesmo período do ano passado, Lula viajou a 7 Estados

- | Em janeiro | Em fevereiro |
|--|--|
| 1. 16.Jan: São José de Mipibu (RN), Distrito de Mata Redonda (PB) e Goliana (PE) | 6. 3.Fev: Belo Horizonte (MG) |
| 2. 20.Jan: Queimados (RJ), Xerém e Duque de Caxias (RJ) | 7. 17.Fev: Porto Alegre (RS), Caxias do Sul (RS) e Flores da Cunha (RS) |
| 3. 21.Jan: Assis Brasil (AC) e Senador Goulart (AC) | 8. Antontem: Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Arapiraca (AL) e Recife (PE) |
| 4. 27.Jan: Castilho (SP) e São Paulo | 9. Ontem: Parnaíba (PI), Imperatriz (MA) e Marabá (PA) |
| 5. 30.Jan: Viana (ES) | |

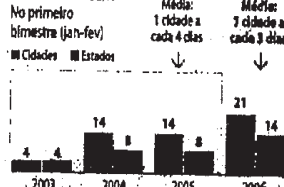
Só em 21 e 22, Lula terá passado por 7 cidades de 6 Estados para “fiscalizar” obras do governo



298 é o número de visitas a cidades brasileiras que o presidente fez em eventos oficiais de janeiro de 2003 ao final de fevereiro de 2006

256 é o total de dias que Lula ficou fora ou parcialmente fora do Palácio do Planalto por conta desses deslocamentos

TOTAL DE VIAGENS



AS “BONDADES”

- SALÁRIO MÍNIMO**
O reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 foi antecipado para abril
- CONSTRUÇÃO CIVIL**
Pacote inclui a desoneração de cerca de 40 produtos usados na reforma ou na construção de imóveis
- CÔRREGO DO IR**
Reajuste de 8% no Imposto de Renda da pessoa física
- DOMÉSTICOS**
Os encargos previdenciários dos domésticos serão reduzidos
- FARMÁCIA POPULAR**
O governo deve ampliar o programa em 2.000 balcões

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

Presidente já passou por 21 cidades em 14 Estados em 2006, um roteiro bem mais intenso do que o percorrido desde que tomou posse

Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano

EDUARDO SCOLESSE
JORNALISTA DE BRASÍLIA

Em ano eleitoral, além de acelerar os gastos publicitários do governo federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou o número de viagens. Até agora, em 2006, tem visitado cidades brasileiras num ritmo 40% superior ao dos três outros anos de sua gestão. Para cumprir agendas oficiais no primeiro bimestre deste ano, o presidente já passou por 21 municípios de 14 Estados, o que representa uma visita a cada quase 2,8 dias. Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, quando passou por 277 cidades de 25 Estados (menos Roraima), Lula acumulou a média de uma visita a cada quase quatro dias (3,95).

A atual sequência de viagens do presidente, que entre ontem e anteontem passou por sete cidades de seis Estados, supera também os primeiros bimestres de 2003, 2004 e 2005. No primeiro ano de governo, Lula esteve em quatro municípios nos meses de janeiro e fevereiro. Já em 2004 e 2005 fez 14 visitas nacionais no mesmo intervalo —são 21 neste ano.

As viagens de Lula têm provocado críticas da oposição, que aponta o uso da máquina pública para aumentar a popularidade do presidente. Lula tem dito que irá percorrer o país “no limite da lei” para que possa “fiscalizar” as obras em andamento do governo.

No campo publicitário, o governo também tem trabalhado num ritmo acima do normal neste ano. Reportagem da *Folha* no domingo passado mostrou que os empenhos registrados em publicidade até 15 de fevereiro, R\$ 46,8 milhões, representam o dobro do ritmo de gastos em 2005.

Incluindo viagens nacionais e internacionais, Lula completou ontem 420 dias fora ou parcialmente fora do Palácio do Planalto, o que representa 36% de seu mandato. Até agora, incluindo as repetições, Lula esteve em 89 países e nações, média de uma visita internacional a cada 13 dias.

De janeiro de 2003 até ontem, 51,3% das viagens nacionais do presidente ocorreram para cidades do Sudeste. O Nordeste aparece a seguir, com 20,8%, seguido de Sul (11%), Norte (10,7%) e Centro-Oeste (6%).

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “O fim da roubalheira”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 22 de fevereiro de 2006.

Em seu artigo, o senador se mostra indignado com a forma com que o Presidente Lula e o PT tratam os escândalos de corrupção e de falta de ética em seu governo. Segundo o Senador, “O certo é que, em seus 117 anos de República, o Brasil jamais passou por momento de degenerescência moral similar

ao que o PT e seus áulicos lhe impuseram desde que estão no governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“O fim da roubalheira”.

FOLHA DE S. PAULO

22/02/06

OPINIÃO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@folha.com.br

O fim da roubalheira

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

A CÚPULA do partido não gostou e até —em tom que me pareceu mais simples bravata do que outra coisa— anunciou que vai processar criminalmente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ele ter dito à revista “IstoÉ” e, com outras palavras, ter repetido no programa “Roda Vida”, da TV Cultura, que a ética do Partido dos Trabalhadores é a ética da roubalheira.

É compreensível essa reação —de falsa indignação— do PT. A verdade, às vezes, dói. Sobre tudo quando dita como foi e como deve ser dita, sem eufemismos nem subterfúgios.

O que o ex-presidente disse não constitui novidade para nenhum brasileiro. Trata-se de verdade de domínio público, o que certamente seus advogados demonstrarão, nos termos do parágrafo 3º do art. 138 do Código Penal, caso a ameaça do processo criminal se concretize —do que duvido muito.

O certo é que, em seus 117 anos de República, o Brasil jamais passou por momento de degenerescência moral similar ao que o PT e seus áulicos lhe impuseram desde que estão no governo.

Para mim, no entanto, tão grave quanto a roubalheira a que o ex-presidente se referiu é a maneira como se tem procurado impedir as investigações e proteger os responsáveis por ela.

Agindo assim, o presidente da República protege os corruptos e faz perdurar a corrupção. De um lado, ele afirmou à imprensa querer apurar tudo, ver punidos os responsáveis e, se preciso, cortar na própria carne. De outro lado, na contramão do que deseja a sociedade, sem cerimônia e de forma desaperada, o governo tentou, inicialmente, evitar a instalação das CPIs, e, ainda hoje, tenta esvaziá-las de qualquer matéria, para isso recorrendo até a expedientes antiéticos.

São ações deletérias, embora inúteis, pois levaremos as investigações até o fim, identificando os autores materiais e intelectuais da roubalheira.

Inacreditável que o presidente da República ainda tenha coragem de levantar a bandeira da ética —ética que ele desprezou e despreza— e seja capaz de ignorar que seu período de governo é tido como o mais antiético e corrupto da história do Brasil.

Eu já disse e repito que, quem quer que seja o candidato das oposições nas

Inacreditável que o atual presidente da República ainda tenha coragem de levantar a bandeira da ética

eleições presidenciais de outubro, terá que colocar entre as principais promessas de campanha o compromisso de reconstruir moralmente o país. Esse é o pressuposto básico para que o povo, superada a desastrosa e frustrante experiência petista, volte a acreditar no Brasil, nos homens que tentam construí-lo e em suas instituições.

Em condições normais, nenhum candidato a cargo eletivo, muito menos à Presidência da República, teria necessidade de sair por aí apresentando atestado de bons antecedentes criminais e prometendo um governo de honestidade e austeridade —duas virtudes que, a princípio, se supõe intrínsecas ao caráter de um postulante a qualquer cargo público.

Todavia, depois do péssimo exemplo do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados, nenhum candidato poderá chegar ao palanque e apenas prometer que, se eleito, pretende combater a fome, reduzir as taxas de juros, aumentar as oportunidades de emprego, conter a violência ou promover uma reforma agrária de verdade.

O candidato das oposições, que não deve demorar a apresentar-se à nação, terá que assumir o compromisso de enfrentar e superar esses e outros desafios que o PT e seus aliados até aqui só fizeram, despedaçadamente, empurrar com a barriga farta.

Mas esse candidato precisa, mais que prometer, demonstrar ao cidadão que a era da roubalheira institucionalizada, que toda a sociedade conhece e rejeita, termina em 31 de dezembro, com o fim melancólico do mandato equivocado do senhor Luiz Inácio Lula da Silva e o início de um novo governo, que restitua ao país a dignidade arranhada.

Antonio Carlos Magalhães, 78, é senador pelo PFL-BA e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Foi presidente da Casa (1979-89 e 199-2001), governador de Bahia (1979-84) e ministro das Comunicações (governo Sarney).

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, volto hoje à tribuna para fazer o registro do artigo do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, no dia 5 de março do corrente sob o título “Tempus regit actum”.

“O pífio crescimento da economia no ano passado se contrasta com informações, oficialmente já comprovadas, que mostram outro ângulo da verdade”. O crescimento interno estancou em 2,3% no ano passado. Não estamos gerando riquezas pois a política do governo prioriza o lucro dos banqueiros. Entretanto o governo manobra para a reeleição, assim, tanto a eco-

nomia quanto as próprias leis eleitorais estão ao sabor desses ventos. Realmente só o tempo dirá.

Senhor Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Tempus regit actum”.

Tempus regit actum

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A política se movimentou com surpreendente versatilidade. Às vezes com impetuosa velocidade. Não há nenhuma regra capaz de definir os contornos do fenômeno. São os chamados fatores imprevisíveis que fazem incertos seus resultados finalísticos. Se até ontem o governo podia comemorar o bom índice de aprovação junto ao eleitorado brasileiro, soltando fogos de artifício e bebericando vitória, convém ter cautela para não ter depois de tomar chá amargo.

O pífio crescimento da economia no ano passado se contrasta com informações, oficialmente já comprovadas, que mostram outro ângulo da verdade. Segundo dados divulgadas pelo IBGE – mais pessimistas que as estimativas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que previam um crescimento do PIB nacional de 4,3% para o ano passado –, na verdade mal chegou a 2,3%, o segundo menor da América Latina, superior apenas ao do Haiti, (1,5%), permanentemente em conturbação social e ora sob intervenção de tropas da ONU.

Como se sabe, o PIB é o indicador de crescimento de um país. Serve para medir o volume total de bens e serviços produzidos num determinado período, geralmente estimado em um ano. Se houver mais investimento na construção de pontes, estradas, navios, portos, esgotos, redes de coleta e distribuição de água, pavimentação urbana, e se a iniciativa privada ou o setor público investem mais na construção civil, como um todo, e em serviços, ter-se-á seguramente maior desenvolvimento econômico e social. No caso do Brasil, o crescimento interno estancou no ano que passou em 2,3%, o que, convenhamos, é simplesmente lamentável.

Se o crescimento é pequeno, isso quer dizer que estamos, no frígido dos ovos, ficando mais pobres. Não estamos gerando riquezas. A maior delas tem sido a de juros altos com os banqueiros rindo às escancaras. Nenhum setor no Brasil lucrou mais do que os bancos. Seus rendimentos têm sido estrondosos. E o maior acinte à miséria, infelizmente, essa tem sido a política do governo, que prioriza o lucro extorsivo da especulação para pôr em compasso de espera o desenvolvimento.

Enquanto isso, quem pode dançar um tango são os argentinos, que tiveram um crescimento de 9,1% em 2005, seguido da Venezuela (quem diria?) de 9,0%. Em 2004, o PIB nacional fechou em 4,9%, o que, com relação ao ano passado, significa um decréscimo de 2,6%, sinalizando o desastre da política de jirros altos, responsável, em

primeiro lugar, pela estagnação e perda de melhores ganhos econômicos.

O Congresso Nacional votou em janeiro passado proposta de emenda constitucional que põe fim à verticalização, de modo a permitir que os partidos políticos tenham liberdade de ajustar coligações independentemente de terem ou não candidato à Presidência da República. Curiosamente, até o presente momento não foi promulgada, parecendo traduzir o receio que tem de que venha o TSE, na elaboração das instruções para as eleições deste ano — até quinta-feira passada, quando escrevi essas notas, não tinham sido ainda baixadas — manter a mesma regra que prevaleceu para as eleições presidenciais de 2002.

De qualquer sorte, ainda que a norma seja promulgada, mudando a regra do artigo 16 da Constituição Federal, que estabelece que qualquer alteração no processo eleitoral só terá validade decorrido o prazo de um ano, e entre em vigor imediatamente, não me parece que possa prevalecer para as eleições de 1º de outubro próximo. Seria insensato dizer que, tanto o TSE, órgão do Judiciário encarregado de orientar e fiscalizar as eleições no país, quanto o STF, cuja competência precípua é de interpretar, em pronunciamento final, a Constituição Federal, vão fixar exegese de que a nova norma prevalecerá apenas para ter eficácia nas eleições futuras e não para já.

E, no entanto, o que creio que possa de fato acontecer. Poder-se-ia dizer que, tratando-se de emenda constitucional, seus efeitos seriam imediatos, sem necessidade de protraírem-se no tempo à espera do decurso da vacatio legis. O raciocínio estaria no fato de que, sendo a alteração decorrente de emenda constitucional, seus efeitos não estariam sujeitos a nenhum implemento temporário. Malgrado se cuide de norma constitucional que, na forma da sistemática do processo legislativo, tem peso maior do que a lei estricte sensu, é preciso ficar claro que, ao referir-se especificamente o artigo 16 à lei, seu sentido é de norma em sentido geral.

Outra norma tanto é o decreto legislativo, resolução, lei delegada, lei complementar ou ordinária, medida provisória, como a oriunda de emenda constitucional. Agora essa simplória perquirição, não vejo qual seria outro argumento a contrapor-se ao princípio moralizador da proibição de se poder editar lei a torto e a direito apenas para atender a caprichos e interesses de ordem pessoal às vésperas das eleições. Seguramente tal sofreguidão não resiste a nenhum critério de natureza ética e moral.

Como as tratativas políticas paralisaram na expectativa de confirmação ou não da verticalização, até mesmo para noitear os rumos do que se pretende fazer, assim também se dá com a questão relacionada com a disputa pela Presidência da República, se olhada sob o ângulo da economia. Dela poderá depender o sucesso de um e a derrota de outros. Só o tempo dirá. Tempus regit actum.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB –SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Valério ameaça falar”, publicada na revista **VEJA**, em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria destaca que o publicitário Marcos Valério, acusado pela CPMI dos Correios de ser o operador do maior esquema de corrupção e de assalto dos cofres públicos já registrado na história do País, ameaça fazer novas revelações capazes, segundo a reportagem da revista, de dar nova dimensão à crise, ameaçando ainda mais o PT e agora envolvendo o PMDB.

A matéria da revista revela ainda um esquema comandado pelo advogado Roberto Bertholdo, ex-

membro do conselho de administração da Itaipu, que teria pago ao apresentador de televisão, Ratinho, cinco milhões de reais para que “O programa do Ratinho”, falasse bem do PT e do Governo Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Valério ameaça falar”.

VALÉRIO AMEAÇA FALAR

ELE PODE JOGAR O PMDB NA LAMA DO MENSALÃO E CONTAR COMO O PT PAGOU PARA RATINHO FAZER ELOGIOS A LULA

Alexandre Oltramari e Otávio Cabral

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o pagador do mensalão, sentindo-se empurrado pela CPI dos Correios, anda ameaçando fazer revelações capazes de dar nova dimensão à crise – e o nome do PT, está deixando o PMDB de lado em pé. Do fim de dezembro até agora, o publicitário conversou pelo menos três vezes por telefone com o ex-deputado José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara que renunciou ao mandato em outubro passado quando se descobriu que embolsara 2,1 milhões de reais no valerioduto. Nas conversas telefônicas com Borba, Marcos Valério tem lembrado um acordo selado no começo do escândalo: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção a Marcos Valério, que, em troca, manteria silêncio sobre o envolvimento de peemedebistas com o mensalão. Como já ficou demonstrado que Osmar Serraglio, o relator da CPI dos Correios, não fez acordo algum nem pretende protegê-lo, Marcos Valério ameaça contar o que sabe. **VEJA** ouviu dois senadores que conversaram com Borba. Eles disseram que o publicitário

ameaça disparar três petardos que atingam o PMDB e, claro, o PT. São eles:

■ Valério tem ameaçado contar que, no início do ano passado, repassou dinheiro para que José Borba pudesse ficar como líder do PMDB na Câmara, comprando o apoio da ala oposicionista do partido, que uncaria um movimento para destituí-lo. (Soube-se, então, que Borba conseguiu neutralizar a rebelião dos oposicionistas, com a ajuda da fidelidade do Palácio Planalto, que torcia por sua permanência.)

■ Valério tem dito ainda que Simone Vasconcelos, a diretora da agência de publicidade SMPB, fazia pagamentos do mensalão também para deputados do PMDB. (Ao depor na CPI dos Correios, a diretora disse que várias vezes se hospedou em hotéis em Brasília e no quarto, contava e distribuía dinheiro a engravata-los, mas não soube identificá-los.)

■ O publicitário tem avisado que pode revelar detalhes de como, nos primeiros meses de 2004, repassou dinheiro para que José Borba pagasse o apresentador Carlos Massa, o Ratinho. O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha eleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do conselho de administração de Itaipu até fevereiro de 2004, foi grameado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de 200 horas de conversa que ele próprio manteve com Bertholdo. **VEJA** teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção a um acordo pelo qual o PT pagaria “cinco paus” ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A polícia acredita que “cinco paus” sejam 5 milhões de reais.

Bertholdo – É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho – Ah, é?

Bertholdo – Ai, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho – Como foi a conversa com o Ratinho? Você não estava lá para São Paulo?

Bertholdo – O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (personagem não identificado).

Costa Filho – Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo – O PT topou pagar.

Cinco paus.

(...)

Bertholdo – Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro.

Pra fazer um acordo de uns cinco paus. **Costa Filho** – Hum-hum.

apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.)

O publicitário Marcos Valério, de fato, manteve relações estreitas com José Borba. Um ex-auxiliar do PMDB, que privou da intimidade do ex-deputado, conta que Borba tinha encontros frequentes com Marcos Valério no hotel Sofitel, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo. Nesses encontros, além de Borba e Valério, outros dois personagens das sombras costumavam aparecer: o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o advogado Roberto Bertholdo, braço-direito de Borba e então membro do conselho de administração de Itaipu. Entre setembro de 2004 e março de 2005, os quatro fizeram pelo menos quatro reuniões no Sofitel. O ex-auxiliar do PMDB, que conversou com VEJA sob a condição de ficar no anonimato, nunca participou das reuniões, mas sabe que, depois delas, Borba voltava para Brasília e, numa saleta ao lado de seu gabinete de hotel, respinha filas de deputados do PMDB. Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite.

O advogado Roberto Bertholdo, sendo o principal assessor de José Borba, era o encarregado de operar o mensalão dentro do PMDB. Um ex-aliado de Bertholdo, em conversa de quase cinco horas com VEJA, contou detalhes da façanha. Ele diz que Bertholdo distribuía o mensalão a 55 dos 81 deputados do PMDB. Todos os 55 deputados pertenciam à base do governo. A mesada variava entre 15 000 reais e 200 000 reais, conforme o cacife do deputado mensaleiro. O ex-aliado conta que Bertholdo adorava exercer esse papel e, como trabalhava em nome dos interesses do governo, achava que pairava acima da lei. Num ocasião, em meados de 2004, querendo exibir seu poder, Bertholdo telefonou ao ex-aliado e convidou-o a visitá-lo no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Era noite e chovia nas franjas de Curitiba. Ao chegar ao aeroporto, o ex-aliado encontrou Bertholdo a bordo do Citation II que costumava usar e que pertencia ao empresário paranaense Wadi Debes. Dentro do avião, esparramado sobre uma poltrona de couro, Bertholdo mostrou ao amigo uma caixa de papelão, aberta, cheia de dinheiro.

"Tem 8 milhões de reais aí", disse Bertholdo. Diante da surpresa do interlocutor, que lhe perguntou se não tinha receio de ser preso com tanto dinheiro vivo, Bertholdo respondeu com a empatia que só a certeza da impunidade proporciona: "Que perigo, o que? Eu tô operando para o governo". Na semana passada, VEJA teve acesso a um conjunto de gravações de conversas de Bertholdo nas quais fica

claríssimo que, de fato, ele operava em nome do governo — e, nessas conversas, aparecem os bastidores de uma negociação com quem? Com Ratinho, para fazer propaganda do presidente Lula e da ex-prefeita Marta Suplicy. As gravações, que somam quase 200 horas, foram realizadas em 2004 pelo advogado Sérgio Renato Costa Filho, ex-sócio de Bertholdo no escritório Bertholdo & Costa Advogados. Como Costa Filho gravou as próprias conversas com Bertholdo, a arapongagem não constitui crime — embora seu conteúdo, em poder da Polícia Federal, seja suficiente para enquadrar o homem da mala do PMDB em uma fiação de artigos do Código Penal.

Em um dos trechos das gravações, Bertholdo revela ao sócio que está inter-

mediando um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador fale bem do partido em 2004. O PT topou pagar. Cinco paus", diz Bertholdo. A polícia acredita que "cinco paus" sejam 5 milhões de reais. Em outro trecho, Bertholdo informa que a negociação conta também com a presença do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares (veja transcrição na pág. 45). Como era maquinista do trem pagador do PMDB, Bertholdo priorizava seu partido quando surgia, digamos assim, um conflito de interesses. Um caso emblemático ocorreu em Itaipu, onde Bertholdo foi conselheiro de 2003 a fevereiro de 2005. Em uma das conversas gravadas pelo sócio, Bertholdo diz que o diretor-geral de Itaipu, o petista Jorge Samek, cobrou 6 milhões de dólares de propina da empresa Voith Siemens pa-

Neste trecho, Bertholdo conta, em conversa gravada por seu ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, ter descoberto que a Siemens pagou uma propina de "seis paus" de dólares ao diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, em troca do perdão de uma dívida milionária da empresa alemã com a estatal. A polícia acredita que "seis paus" sejam 6 milhões de dólares. Na mesma conversa, Bertholdo mostra-se indignado porque Samek não dividiu a propina com o PMDB.

Bertholdo — Eu te falei que eu vou dar uma ferrada no Samek?

Costa Filho — Não, não me contou.

Bertholdo — Eles fizeram um acordo com a Siemens e perdoaram uma dívida de 200 milhões de dólares.

Costa Filho — Duzentos milhões de dólares?

Bertholdo — É.

Costa Filho — P... que p...!

Bertholdo — Eu liguei. Foi naquele dia que eu não fui pra reunião do conselho porque tinha não sei o que lá em Brasília (no período em que foi conselheiro de Itaipu, em julho de 2003 e fevereiro de 2005).

Bertholdo faltou a apenas duas das onze reuniões do conselho de administração).

Costa Filho — Hã-hã.

Bertholdo — Ai eu liguei pro Samek. Falei: 'Samek, eu tô preocupado com isso, porque eu acho que você não pode fazer dessa forma...' (...) Depois é que eu fiquei sabendo que parece que rolou grana. Eu vou chamar o Samek pra uma

discussão de controle. Vou chamar o Samek pra falar e vou chamar o presidente da Siemens. Quando for pra chamar o Samek, a gente joga a água fria. (...) Pelo que eu sei, pegaram seis paus em dólar.

Costa Filho — Seis paus em dólar?

Bertholdo — É, temos que pagar pelo menos três.

Costa Filho — Sim.

Bertholdo — (...) Se quiserem me tirar do conselho, não me tiram por causa do PMDB. É minha função lá dentro.

Costa Filho — Sim, claro.

Bertholdo — (...) O Samek não pegou a gente pra dentro do jogo.

Vai tomar no c...

Costa Filho — Eu também acho. Podia ter chamado...

Bertholdo — Não. Podiam falar: 'Ó, tá o fazendo...'

Costa Filho — Então...

Bertholdo — É aí pegar como doação de campanha, mesmo...

Costa Filho — Hum-hum.

Bertholdo — Com gosto.

Costa Filho — Hum-hum.

ra perdoar uma dívida de 200 milhões de dólares para com a estatal. Ele fica uma fera ao saber que o PMDB fora excluído da negociata. “Temos que pegar pelo menos três”, diz Bertholdo (veja transcrição da conversa na pág. 47).

O que torna essa gravação perturbadora é o fato de que a Voith Siemens, de fato, tinha um negócio de quase 200 milhões de dólares com Itaipu e que, de fato, uma dívida sua com a estatal foi perdoada — de um modo heterodoxo. Em 2000, a Voith Siemens comprometeu-se a entregar duas novas turbinas para Itaipu, num negócio de 184,6 milhões de dólares, mas não conseguiu cumprir o prazo. Sofreu uma multa de 2,6 milhões de dólares, que foi devidamente paga, mas também tinha de sofrer outra multa, de 18,6 milhões de dólares. A multa gorda, porém, foi graciosamente perdoada e o prazo de entrega das turbinas foi estendido. O mimo saiu na forma de um despacho, de três páginas, assinado pelo diretor-geral Jorge Samek. O novo prazo venceu em setem-

bro do ano passado, mas também não foi cumprido. Ahias, até agora, Itaipu espera as turbinas da Voith Siemens — e a multa por esse atraso interminável está hoje em 9 milhões de dólares, mas nem um tostão foi pago. Ouvido por VEJA, Samek refutou a acusação de pegar propina. “Jamais fiz qualquer acordo nesse sentido”, afirma. “Trata-se de um absurdo, uma infâmia, um crime contra a minha honra.” A Voith Siemens, por meio de sua assessoria de imprensa, mandou dizer que “não paga propina a nenhuma instituição, pessoa jurídica ou física”.

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, integra o seleto grupo de amigos íntimos do presidente Lula. Samek costuma participar de churrascos e festas de reveillon na Granja do Torto. Foi por escolha direta de Lula que ele assumiu a diretoria de Itaipu, onde permanece até hoje. Samek também já foi bastante próximo de Bertholdo. Quando ambos trabalhavam em Itaipu, Samek costumava ir a Brasília de carona com Bertholdo no Citation das caixas de dinheiro. Mas, enquanto Samek

se mantém firme no comando de Itaipu, Bertholdo caiu. Renunciou ao cargo de conselheiro de Itaipu em fevereiro do ano passado — e está preso há quatro meses. Bertholdo é acusado pela Polícia Federal de grampear um juiz federal e de torturar seu ex-sócio Sergio Renato Costa Filho, no início do ano passado, numa violenta tentativa de reaver as fitas nas quais faz algumas das confidências relatadas nesta reportagem. Também é acusado de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. A acusação de lavagem de dinheiro indica que a relação pecuniária entre Bertholdo e Ratinho tem pelo menos um antecedente. Bertholdo é acusado de lavar 200.000 reais para Ratinho, espalhando o dinheiro em contas de funcionários, amigos e colaboradores do apresentador. A Polícia Federal e o Ministério Público, que investigam o caso, suspeitam que os 200.000 reais eram pagamento ao apoio de Ratinho a algum político assessorado pelo homem da mala do PMDB. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “É ainda pior do que se pensava”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 1º de março do corrente.

A matéria trata da relação existente entre o filho do Presidente Lula e a empresa Telemar. Segundo a matéria, “Na semana passada, descobriu-se que a relação da Telemar com Lulinha, como é conhecido o filho do presidente Lula, é ainda mais estreita. Em primeiro lugar, o repasse da Telemar para Lulinha não se limitou a R\$5 milhões, como se noticiou no ano passado, nem a R\$10 milhões, como a empresa admitiu há duas semanas. A cifra é ain-

da maior: bate na casa dos 15 milhões de reais. O mais estranho é que, enquanto a Telemar abastecia o filho de Lula com recursos, o Palácio do Planalto preparava uma mudança na legislação que beneficiava a Telemar”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

É AINDA PIOR DO QUE SE PENSAVA

Enquanto seu filho enriquecia, Lula quis mudar a lei que atrapalhava a Telemar

Alexandre Oftramari

Já se sabia que o biólogo Fábio Luís da Silva, um dos filhos do presidente Lula, se tornou milionário nos últimos dois anos fazendo negócios com a Telemar, a maior operadora de telefones do país. Também se sabia que, além de ser uma concessionária de serviço público, a Telemar é em parte uma empresa pública, pois 55% de suas ações pertencem ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a fundos de pensão de estatais. Na semana passada, descobriu-se que a relação da Telemar com Lulinha, como é conhecido o filho do presidente, é ainda mais estreita. Em primeiro lugar, o repasse da Telemar para Lulinha não se limitou a 5 milhões de reais, como se noticiou no ano passado, nem a 10 milhões de reais, como a empresa admitiu há duas semanas. A cifra é ainda maior: bate na casa dos 15 milhões de reais. O mais estranho é que, enquanto a Telemar abastecia o filho de Lula com recursos, o Palácio do Planalto preparava uma mudança na legislação que beneficiava a Telemar. O projeto foi abortado quando saiu das sombras a sociedade Lulinha-Telemar.

A Telemar comprou 35% das ações da Gamecorp, a empresa da qual Lulinha é sócio, em dezembro de 2004. Pagou 5 milhões de reais. Há duas semanas, noticiou-se que, além dos 5 milhões de reais, a Telemar se comprometera a repassar outros 5 milhões de reais

à Gamecorp em 2006. A justificativa oficial é um patrocínio a um programa de televisão produzido pela empresa do filho de Lula, cujos índices de audiência são desprezíveis. Ao confirmar o patrocínio de 5 milhões de reais, porém, a Telemar escondeu que já repassara à Gamecorp outros 5 milhões de reais, sob a mesma justificativa do patrocínio, no ano passado. Assim, os repasses da Telemar à empresa de Lulinha chegam a 15 milhões de reais. Cinco milhões a mais do que se admitira anteriormente. As coisas se complicam ainda mais quando se examinam as razões pelas quais a Telemar decidiu fazer do filho do presidente um alvo preferencial de seus investimentos.

Enquanto os negócios com Lulinha prosperavam, a Telemar articulava paralelamente uma transação cujo êxito dependia do governo: queria comprar a Brasil Telecom. Como a legislação brasileira proíbe que uma empresa seja dona de duas operadoras de telefonia ao mesmo tempo, o negócio só se viabilizaria com uma mudança na lei. A Telemar, no entanto, tinha tanta confiança de que a proibição legal seria removida que chegou até a fazer proposta de compra. Em julho do ano passado, o presidente da Telecom Italia, Paolo Dal Pino, que é sócio da Brasil Telecom, admitiu que recebera uma proposta da Telemar, mas manifestou sua estranheza. "Ou a Telemar está afrontando a legislação ou a proposta já faz parte de um plano da empresa para mudar a Lei Geral das Telecomunicações", dizia.

então, Dal Pino. O fato é que, desde o início de 2005, o governo vinha discutindo mudar a lei para permitir que uma empresa controlasse duas concessionárias ao mesmo tempo — presente dos céus à Telemar. Mas a mudança dividia o governo. Luiz Gushiken, então titular da Secretaria de Comunicação, era favorável à alteração, que beneficiaria os planos expansionistas de Carlos Jereissati e Sérgio Andrade, controladores da Telemar. José Dirceu, que ocupava a Casa Civil, apoiava o empresário Daniel Dantas, então controlador da Brasil Telecom. Dirceu, portanto, era contra a mudança da lei.

O cabo-de-guerra entre as teles coincidiu com um assédio repentino ao governo. Daniel Dantas contratou o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro,

O leilão das teles em julho de 1998: de lá para cá, disputas intermináveis José Dirceu, por 8 milhões de reais. Contratou, também, o advogado Roberto Teixeira, compadre

de Lula, por 1 milhão de reais. Não se sabe até hoje que serviço jurídico eles prestaram. Do lado da Telemar, a situação era mais tranquila. Um dos controladores, o empreiteiro Sérgio Andrade, é um velho conhecido do presidente. A única filha de Lula, Lulian, chegou a morar no apartamento de familiares de Andrade em Paris. Além disso, Lulinha, a essa altura, já era sócio da Telemar na Gamecorp havia seis meses — embora o público ainda não soubesse disso. Na semana passada, um ex-membro do governo, com a condição de não ser identificado, disse a VEJA que a divisão dentro do governo foi arbitrada pelo próprio presidente — que se decidiu a favor da Telemar. Em um encontro com um ministro, Lula explicou que a Telemar deveria ser priorizada pelo governo por ser uma empresa nacional e que poderia representar o país no exterior. Deu até o exemplo da Telefônica, que, segundo ele, ajuda a divulgar a Espanha pelo mundo.

“Achei que a posição do governo era apenas estratégica, uma idéia nacionalista. Hoje, desconfio que o aporte da Telemar à Gamecorp pode, de alguma maneira, ter influenciado a cabeça do presidente”, diz o ex-auxiliar do governo. Uma minuta do projeto chegou a ser redigida e a circular por gabinetes de ministros envolvidos com o processo. No dia 8 de julho de 2005, porém, a sociedade secreta entre Lulinha e a Telemar veio a público. O deputado Delfim Netto, que fora informado das intenções da Telemar de comprar a Brasil Telecom assim que a lei fosse alterada, procurou o presidente Lula para alertá-lo. “Se o governo mudar a lei, vai ser um escândalo, presidente”, advertiu Delfim. Lula escutou com atenção. No dia 21 de julho, duas semanas depois da revelação da sociedade secreta entre Lulinha e a Telemar, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, a pedido de Lula, anunciou publicamente que o governo não tinha a intenção de mudar a lei. ■

veja 1º de março, 2006 43

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “CGU constata irregularidades”, publicada no jornal Correio Braziliense em sua edição de 13 de março do corrente.

A matéria destaca que a fiscalização da Operação Tapa-Buracos feita por 120 auditores da Controladoria Geral da União (CGU) já conclui que, em alguns trechos, não havia motivo para dispensar a licitação na contratação de empreiteiras. Mais de 50% do leito

dessas rodovias apresentam boas condições de trafegabilidade.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Correio Braziliense • Brasília, segunda-feira, 13 de março de 2006 • 1

POLÍTICA

TAPA-BURACOS

Audidores da Controladoria Geral na União apontam falha do governo ao dispensar licitações em vários trechos de rodovias que estão sendo recuperados por empreiteiras em todo o país

CGU constata irregularidades

LÚCIO YAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A fiscalização da Operação Tapa-Buracos por 120 auditores da Controladoria Geral da União (CGU) já concluiu que, em alguns trechos, não havia motivo para dispensar a licitação na contratação de empreiteiras. Mais de 50% do leito dessas rodovias apresentam boas condições de trafegabilidade. Um exemplo é o trecho de 99km na BR-373, no Paraná, entre Três Pinheiros e Coronel Vivida. O valor da obra foi estimado em R\$ 383 mil.

A CGU comunicou os achados ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), ao Ministério dos Transportes e à Casa Civil da Presidência da República. O Dnit vai ouvir agora as explicações dos seus escritórios regionais. Se não forem convincentes, os contratos serão anulados. O Ministério Público Federal havia pedido à Justiça Federal que fosse anulada a portaria que declarou estado de emergência em trechos de rodovias e autorizou a contratação direta de obras. O pedido foi negado pela juíza substituta Cândia Jobim.

Os técnicos da CGU estão fil-

mando todos os trechos em obras com web-câmeras instaladas no vidro frontal de veículos, ao lado do espelho retrovisor, e ligadas a computadores portáteis. Equipamentos GPS (localização global por satélite) estão registrando, simultaneamente, o local exato de cada intervenção. Entre os dias 2 de fevereiro e 9 de março, foram vistoriados 13,8 mil quilômetros, sendo 3,6 mil quilômetros em trechos recuperados por empresas contratadas sem licitação. Cada equipe registra imagens de cerca de 100km por dia. No dia 17 de fevereiro, foram vistoriados 3,5 mil quilômetros.

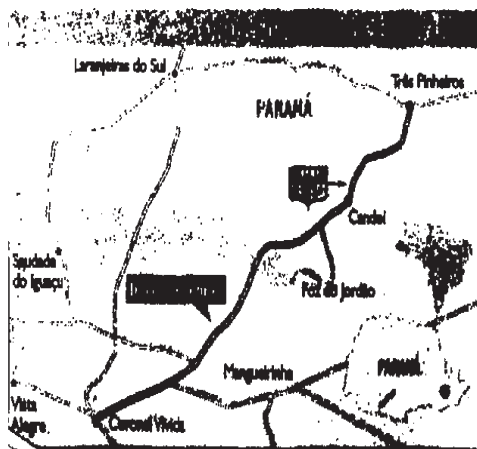
Federal com Goiás, em Cocalzinho (GO), com valor estimado de R\$ 1,7 milhão, a CGU concluiu que 54% da rodovia estava enquadrada nos padrões 5 e 6. Apenas 6,3% estava inserida no padrão 1. Esses dados justificariam a contratação da empresa sem licitação.

O sub-controlador-geral da União, Jorge Haga, afirma que a CGU tem uma despesa extra de cerca de R\$ 27 milhões em circuitos de câmeras e computadores instalados nos

trechos de estradas. Os R\$ 9 mil foram empregados na compra de 30 web-câmeras e outros R\$ 18 mil em despesas com gasolina. "O dinheiro empregado em fiscalização e controle retorna em proporções geométricas", reforça Haga. Segundo ele, a Controladoria está investindo no trabalho preventivo, que evita o desvio de recursos enquanto a obra ainda está em andamento.

A CGU faz a fiscalização de 100% dos trechos feitos sem licitação, a um custo de R\$ 196 milhões, e 50% das obras feitas com licitação. Mas decidiu agora investigar a totalidade das obras. São analisadas as condições atuais da pavimentação, a dimensão da obra, o tipo de trabalho executado e o material utilizado pelas empreiteiras. As informações obtidas pelos escritórios regionais são repassadas imediatamente para Brasília. A CGU repassa dados para o Ministério Público Federal quando há denúncias.

São analisadas as condições atuais da pavimentação, a dimensão da obra, o tipo de trabalho executado e o material utilizado pelas empreiteiras. As informações obtidas pelos escritórios regionais são repassadas imediatamente para Brasília. A CGU repassa dados para o Ministério Público Federal quando há denúncias.



Custo

Para classificar as condições de trafegabilidade, os auditores atribuem um "padrão" para cada trecho de 200m. Os segmentos inseridos no padrão 1 não apresentam comprometimento na trafegabilidade. Os trechos dos padrões 2, 3 e 4 apresentam falhas na sinalização e painéis no acostamento. As trinças e remendos antigos não afetam a tráfego. Nos padrões 5 e 6, há comprometimento na trafegabilidade e na segurança dos usuários.

Um trecho de 65km na BR-070, entre a divisa do Distrito

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família”, publicada pelo Jornal O Globo em sua edição de 3 de março deste ano.

A matéria faz referência às humilhações que sofrem as famílias de Jaboatão dos Guararapes, para fazer o cadastramento no programa Bolsa-Família. Os candidatos foram submetidos a sol e chuva durante a

espera de mais de 48 horas na fila, enfrentando ratos e até tentativa de estupro.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa Família

Espera de mais de 48 horas, ratos e até tentativa de estupro na disputa por cadastramento em Jaboatão

Letícia Lins

JABOATÃO DOS GUARARAPES Criado para melhorar a qualidade de vida de pessoas carentes, o programa Bolsa Família está levando os pobres de Jaboatão dos Guararapes a um cotidiano de humilhações. Centenas de três mil pessoas aguardavam ontem numa fila, sob sol e chuva, para se cadastrarem e continuar recebendo o benefício oferecido pelo governo federal. Com sombrinhas, cabanas improvisadas com papelão, sentadas no chão ou em pé e com fome, a maior parte dos interessados já estava ontem esperando há mais de 48 horas, dormindo ao relento em camas improvisadas nas calçadas. Os candidatos reclamavam do lixo e de ratos e bichos durante a noite. Uma das mulheres que esperava o dia amanhecer para ser atendida foi perseguida por dois homens que tentaram estuprá-la.

— Estou aqui desde segunda-feira. Não tenho emprego, meu marido está com os dois filhos em casa para que eu fique na fila. É uma humilhação. Não temos dinheiro para o ônibus e não podemos ficar indo e vindo o tempo todo — reclamava Marilene Maria da Silva, que recebe R\$ 50 mensais. Com três filhos para cuidar em casa, Luiza B. França pediu ao mais velho, Luis Francisco dos Santos, de 16 anos, que guardasse seu lugar na fila desde a quarta-feira de Cinzas. Mas às 14h de ontem Luis ainda não havia conseguido pegar a ficha distribuída pelos servidores responsáveis pelo cadastramento.

— Tive que dormir no chão. Peguei um pedaço de papelão e me dei, mas fui acorrido por rato, formiga e barata. O presidente, a prefeitura, as autoridades vivem fazendo festa e não vêem o estado do povo. Se vêem, nada fazem — diz Luis.

Prefeitura até 10c só 120 por dia

• Cilza Maria da Silva e Fabiana Flor da Rocha estavam ainda mais revoltadas. De madrugada elas viram uma das companheiras de fila desistir do cadastramento depois de ser atacada por marginais. A mulher se distanciou da fila para urinar num terreno baldio próximo à escola José Neves Filho, onde o cadastramento está sendo realizado. Mas foi atacada por dois homens e quase sofreu um estupro.

Os candidatos ao benefício também reclamaram da venda de fichas para atendimento, por preços que vão de R\$ 10 a R\$ 25. A denúncia foi confirmada pelo líder comunitário Saulo Fernandes, presidente da Associação de Pequenos Comerciantes Não Legalizados de Jaboatão dos Guararapes. Ele ontem arranjou um carro de som emprestado e convenceu os beneficiários dos programas do governo a bloquearem a rua em protesto contra a prefeitura.

A prefeitura informou, no entanto, desconhecer a irregularidade. Mas confirmou que só 120 pessoas que têm acesso à ficha estão sendo atendidas por dia.

— Estamos desde dezembro tentando fazer a unificação dos programas sociais do governo. Mas a demanda tem sido maior do que esperávamos. Infelizmente está tudo centralizado em um só lugar para evitar fraudes, como a duplicação de cadastro — afirmou a coordenadora do cadastramento, Verônica Belo, da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Jaboatão.

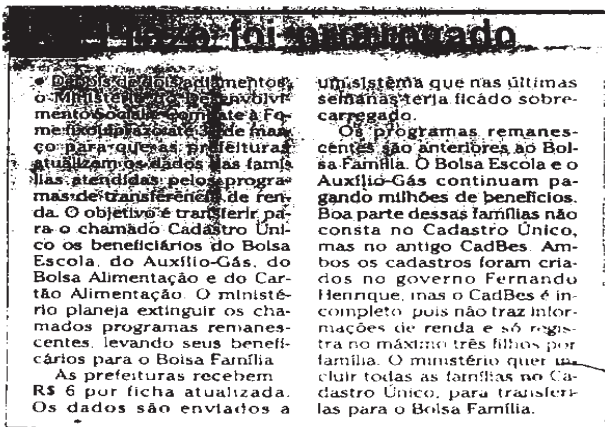
Ela disse que pediu aos técnicos que viabilizem uma forma de fazer o cadastramento em bairros diferentes, sem possibilidade de fraude. Informou que só 17 pessoas estão trabalhando no cadastramento e que a capacidade de atendimento é de 120 beneficiários por dia porque o preenchimento é feito manualmente. Cada ficha leva 45 minutos para ser preenchida. ■

“Estou aqui desde segunda-feira. É uma humilhação. Não posso ficar indo e vindo”

MARILENE MARIA DA SILVA
Beneficiária do Bolsa Família

“Está tudo centralizado para evitar fraudes, como a duplicação de cadastro”

VERÔNICA BELO
Coordenadora do cadastramento



Balcão de remédios deve sair este mês

Outros programas de apoio eleitoral podem ser lançados logo

• BRASÍLIA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu o primeiro item na reunião da coordenação de governo, lançar na segunda quinzena deste mês o projeto de estender o programa de Farmácias Populares para a rede

privada. A agenda do governo deste mês inclui outros projetos de apoio eleitoral, como o pacote que beneficia os trabalhadores domésticos e o já lançado pacote da habitação.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o projeto está sendo formulado no Ministério da Saúde, que decidirá o total de remédios oferecidos na rede privada com preço menor. A idéia é fazer convênio com duas mil farmácias privadas, mas isso ainda está em estudo. Outra idéia é permitir a venda mais barata de remédios destinados ao tratamento de hipertensão, por exemplo, que têm grande procura. ■

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Vamos ajudar a combater a tuberculose!

Estamos nos mobilizando para enfrentar a tuberculose, uma doença que tem cura. No 24 de março de 1882, o médico alemão Robert Koch informou o mundo sobre o germe causador da tuberculose: o bacilo de Koch. Em comemoração a esta descoberta, o dia 24 de março é lembrado como dia mundial da tuberculose

A tuberculose é a principal causa de morte por doença infecto-contagiosa em adultos em todo o mundo. No Brasil, calculam-se cerca de cem mil casos da doença todos os anos, o que significa 1 milhão de casos em uma década. Isto faz com que o nosso país esteja em 14. lugar em número de pessoas infectadas. Todos os anos, no Brasil, morrem 6 mil pessoas infectadas pelo bacilo da tuberculose.

Para reverter esse problema grave, a Pastoral da Criança integra o grupo Parceria Brasileira pelo Controle da Tuberculose, junto com outras entidades da sociedade civil e o Ministério da Saúde.

O compromisso da Pastoral da Criança é divulgar informações sobre a tuberculose e motivar os líderes comunitários a promover e/ou participar de ações de prevenção da doença em seus municípios.

Convidamos a todos para ajudar a combater a doença e o preconceito, orientando as famílias que acompanha sobre os sinais da doença e orientando-as a procurar o Posto de Saúde. Também pode atuar junto aos conselhos municipais de saúde para incluir o combate à tuberculose como uma das prioridades em seus municípios.

O que é tuberculose?

É uma doença contagiosa que ataca os pulmões e é transmitida por uma bactéria chamada Bacilo de Koch. Também pode atacar outros órgãos como as meninges, a laringe, os rins, a pleura, os gânglios, os ossos.

Quais são os sinais da doença?

Tosse há mais de três semanas com catarro, febre (geralmente à tarde), emagrecimento, suor noturno, cansaço fácil, dor no peito e escarro com sangue.

Como se pega a doença?

Por contaminação de uma pessoa doente para outra sadia, pela tosse, espirro ou fala. Nem todas as pessoas com tuberculose transmitem a doença, somente quem tem escarro.

Todas as pessoas que entram em contato com a bactéria ficam doentes?

Não, depende da imunidade do corpo, que se consegue principalmente com hábitos de vida e alimentação saudáveis.

Depois do contágio, quanto tempo leva para a doença aparecer?

Uma vez infectada, a pessoa pode desenvolver tuberculose em qualquer fase da vida. A doença aparece quando o organismo, sem imunidade, não consegue evitar a multiplicação dos bacilos. Calcula-se que 10% das pessoas infectadas adoecem.

Pessoas com doenças que enfraquecem o organismo podem pegar tuberculose, como diabetes, HIV, doenças renais, desnutrição.

Atenção! Pneumonia ou gripe mal-curadas também podem propiciar o desenvolvimento do bacilo da tuberculose! **Tuberculose tem cura?**

Sim, com a colaboração da pessoa, que precisa comparecer regularmente ao médico, tomar os remédios na hora certa e, principalmente, não interromper o tratamento.

É preciso pagar pelos exames?

Não, e nem pelo medicamento – o SUS deve oferecê-lo gratuitamente.

Gestantes podem fazer o tratamento?

Sim.

Como prevenir a tuberculose?

- Com uma alimentação saudável;
- Acompanhamento do serviço de saúde;
- Aplicação da vacina BCG em crianças menores de 4 anos;
- Encaminhamento das pessoas com suspeita da doença ao posto de saúde mais próximo.

O SR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

“Dia Mundial de Combate à Tuberculose – 24 de março”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de nós, políticos, estarmos em baixa no conceito do povo brasileiro, principalmente diante dos sucessivos escândalos de corrupção que vêm assolando nosso País, ainda considero a política como uma das mais nobres atividades que um ser humano pode exercer. Isso porque a preocupação maior do político deve ser sempre o Bem Comum e, por esse motivo, precisamos nos dedicar a uma gama imensa de assuntos que afetam as vidas de milhões de pessoas! Basta reparar em

nossas atividades cotidianas, aqui no Senado Federal, para constatar essa realidade.

Entre os temas que, enquanto Parlamentares, somos chamados a analisar, merece especial destaque a saúde do povo brasileiro. Como médico e ex-Secretário de Saúde de Roraima, tenho dedicado boa parte de minha vida pública a esse assunto, e não há como não me preocupar com as epidemias modernas que ameaçam a humanidade, como a AIDS, a gripe aviária e o ebola.

Se essas são doenças potencialmente letais, há ainda uma outra que, apesar de sua elevada periculosidade, foi relegada ao quase-abandono, como se já tivesse sido totalmente debelada, mas que ressurgiu com muita força em meados da década de 80 e que, por esse motivo, em 1993, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “uma emergência mundial”. Refiro-me, à tuberculose (TB), ao chamado “mal do século”, que dizimou milhões de pessoas em todo o mundo, e ceifou as vidas de alguns de nossos mais brilhantes poetas, como os inesquecíveis Castro Alves e Álvares de Azevedo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo estimativas da OMS, 2 bilhões de pessoas, ou seja, um terço da população da Terra, estão infectadas pelo *Mycobacterium tuberculosis*, o agente causador da doença. Esse é um dado preocupante, porque estudos têm demonstrado que uma única pessoa infectada, sem receber o tratamento adequado, é capaz de transmitir a bactéria para 10 ou 15 outras pessoas, no período de um ano. Para piorar a situação, mesmo se pudéssemos deter sua transmissão amanhã, ainda teríamos 100 milhões de pessoas que desenvolveriam a TB durante seu período de vida! Ainda segundo a OMS, a tuberculose é hoje a maior causa de morte por doença infecciosa em adultos, com maior incidência na China e em países da Ásia e da África, e menores índices na União Européia, nos Estados Unidos e no Japão.

No Brasil a situação também é preocupante. Estamos situados em 15º décimo quinto lugar no *ranking* dos 22 países que contribuem, em conjunto, com 80% dos casos de tuberculose registrados em todo o mundo! Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 50 milhões de brasileiros estão possivelmente infectados por esse mal. Isso faz com que o Brasil, juntamente com o Peru, seja o responsável por 50% das ocorrências verificadas nas Américas. Além disso, nesta triste estatística da enfermidade, surge, a cada ano, 111 mil novos casos de tuberculose em nosso País, e mil óbitos.

Mas, se no mundo a tuberculose está desigualmente distribuída, sua ocorrência no território nacional também não se verifica de forma homogênea. Qua-

se 80% dos casos registrados no Brasil ocorrem nas regiões Sudeste e Nordeste, com especial destaque para os Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente. Isso é explicado, em grande parte, pela maior propagação da bactéria causadora da doença nas áreas mais densamente urbanizadas, onde o contágio é mais fácil.

Eu poderia continuar apresentando diversos números, extraídos de estudos sérios, desenvolvidos tanto no Brasil quanto no Exterior, que demonstram a gravidade da situação que enfrentamos neste momento, no que se refere à propagação da tuberculose. Contudo, isso iria tomar uma quantidade considerável do meu tempo, que já é curto, de modo que solicito a Vossa Excelência que, nos termos regimentais, dê como lido o material que encaminharei à Mesa ao final deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ponto principal a que quero me ater neste momento, e para o qual solicito a atenção do Plenário, é que a tuberculose é um problema social, que atinge principalmente as pessoas em idade produtiva, entre 15 e 59 anos, com graves repercussões econômicas. Essa doença está umbilicalmente ligada à pobreza e ao subdesenvolvimento, e a ela associam-se diversos outros males, como a educação precária, as péssimas condições de moradia, a desnutrição, o alcoolismo crônico, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a fragilidade da assistência social. Por isso, a diferença de incidência entre os países pobres e os ricos é de sete vezes, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde. A esses fatores, somam-se outros dois agravantes que potencializam a ação destrutiva da tuberculose. Refiro-me à infecção pelo vírus HIV, que debilita o sistema imunológico de suas vítimas, e o surgimento da MRTB, a tuberculose multirresistente, que requer doses maciças de quimioterápicos e um período mais prolongado de tratamento. É triste constatar que, no Brasil, a MRTB está associada a falhas terapêuticas, tais como a irregularidade na ingestão de medicamentos, o abandono da terapia antes do prazo e as prescrições inadequadas.

O mais grave, o mais cruel de todas essas estatísticas e de todos esses fatos é saber que a tuberculose é uma doença que mata tanta gente, mas que é quase 100% curável, se diagnosticada e tratada precocemente! Essa é uma informação mais do que relevante para nós, homens públicos, que devemos atuar sobre a sociedade nesta nobre tarefa que é a promoção do Bem Comum.

Foi considerando a gravidade desses indicadores que acabo de apresentar, e a inércia que se verificava na comunidade internacional quanto à tuberculose, que

a Organização Mundial de Saúde e a União Internacional contra a TB e Doenças Pulmonares instituíram, em 1982, o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, a ser lembrado anualmente, no dia 24 de março. Essa data foi escolhida porque, naquela ocasião, completavam-se 100 anos que o Dr. Robert Koch, anunciara a descoberta do bacilo causador da tuberculose, feito este que constituiu um marco fundamental para o conhecimento dessa enfermidade e para o fortalecimento da teoria dos germes, que vinha sendo desenvolvida por outro notável cientista: o médico francês Louis Pasteur.

Mobilizar toda a sociedade para a luta contra a TB, a fim de erradicá-la definitivamente até o ano de 2050, é o principal objetivo do Dia Mundial de Combate à Tuberculose, que este ano tem como tema *Ações pela Vida: Rumo a um Mundo Livre da Tuberculose*. Aliás, Senhor Presidente, a completa eliminação da TB é uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio, aprovadas pelas Nações Unidas, cuja a realização acarretará a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

No Brasil, o dia 24 de março integra também a Semana Nacional de Mobilização e Combate à Tuberculose, coordenada pelo Ministério da Saúde, o qual pretende aplicar cerca de R\$120 milhões, até 2007, na luta contra essa moléstia. Segundo os especialistas, um dos principais desafios a serem enfrentados é a falta de informação da esmagadora maioria de nosso povo, fato este considerado como o grande motivo dos altos índices de tuberculose no Brasil.

Mas há ainda um outro ponto que como médico me preocupa muito e me causa certa perplexidade. É que, de acordo com o Coordenador-Geral de Doenças Endêmicas do Ministério da Saúde, Dr. Joseney Santos, cerca de 10% dos cursos de Medicina do País, em seu conteúdo programático, simplesmente não contam com orientações sobre a tuberculose! Como pode ser isso? Como pensar que um médico possa ministrar a seus pacientes o tratamento adequado à TB, se nem mesmo ele sabe como proceder nesses casos? Por isso, gostaria de fazer aqui um apelo ao Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que determine a inclusão de temas relacionados à tuberculose nos cursos de Medicina que ainda não os possuem. Não podemos admitir que, em pleno século XXI, ainda formemos profissionais de saúde sem conhecimentos adequados para atuarem no diagnóstico e no tratamento da tuberculose, uma doença tão antiga quanto a própria humanidade!

Apesar dessa lacuna, quero destacar os esforços que vêm sendo realizados no Brasil em prol do combate à tuberculose. A começar pela fundação, ainda no início do século passado, da Liga Brasileira contra

a Tuberculose, como resultado de um movimento de médicos e de intelectuais convencidos de que não poderiam se omitir no combate a uma moléstia causadora de elevados índices de mortalidade.

Outra iniciativa importante foi a Reforma Carlos Chagas, que, em 1920, deu origem ao Departamento Nacional de Saúde Pública e à Inspeção de Profilaxia da Tuberculose. Na década de 1930, surgiram novas tecnologias para lidar com a TB, como a vacina BCG, a baciloscopia, a abreugrafia e o pneumotórax, tecnologias que culminaram com a descoberta, na década de 1940, de antibióticos específicos contra a bactéria causadora da tuberculose. Isso alterou de forma bastante significativa, não apenas o perfil epidemiológico, mas também a ação institucional e o conhecimento científico em relação à TB. Trouxe ainda uma consequência importantíssima para os dias de hoje, que é o surgimento de bacilos resistentes aos medicamentos, e o conseqüente aparecimento da MRTB.

Nos anos 70, o Estado passou a monopolizar as ações de combate à TB, iniciando a implementação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), que, até hoje, é um dos instrumentos adotados pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vemos, a luta contra a tuberculose no Brasil vem de longa data. Atualmente, os esforços do Governo estão voltados para o cumprimento das metas mundiais de controle da tuberculose, quais sejam, localizar no mínimo 70% dos casos estimados anualmente e curar, pelo menos, 85% deles. Por isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como uma de suas diretrizes, a gratuidade do diagnóstico e do tratamento da tuberculose a todo cidadão brasileiro.

E os esforços empreendidos, tanto em solo pátrio quanto no exterior, não têm sido poucos! Em nível mundial, o Fórum Econômico de Davos aprovou, no início deste ano, o Plano Global de Combate à TB (2006-2015), que reafirma o compromisso estabelecido nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas, de deter o avanço e começar a reverter a incidência da tuberculose até o ano de 2015. Para que isso aconteça, o Plano considera fundamental a colaboração com os programas de luta contra o vírus HIV, bem como a criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de novas drogas, novas vacinas e novos diagnósticos da tuberculose que permitam enfrentar, com sucesso, a variedade multirresistente da tuberculose. Sabemos que essa é uma tarefa gigantesca, pois terá o custo aproximado de 56 bilhões de dólares, mas ela permitirá que sejam salvas 14 milhões de pessoas nos próximos 10 anos. É uma causa emi-

nentemente humanitária, para a qual todos os governos devem contribuir.

No Brasil, seguimos a orientação estabelecida pela Organização Mundial de Saúde e, desde 1998, adotamos a Estratégia do Tratamento Supervisionado da Tuberculose, mais conhecida pela sigla DOTS, em inglês, que aumenta a probabilidade de cura dos doentes para 96%, em função do tratamento assistido. A aplicação dessa metodologia vem se expandindo de forma gradual, tendo começado o Ministério da Saúde, em 2004, a aplicá-la nos 315 municípios considerados prioritários no combate à doença, justamente por responderem por mais de 70% dos casos de tuberculose no País.

Além disso, o Governo tem desenvolvido outras iniciativas de relevo para lidar com essa verdadeira chaga, aberta em nosso tecido social, que é a tuberculose. Em particular, gostaria de fazer referência à entrada em vigor do Plano Nacional de Combate à TB, para o período 2004-2007, e à criação de uma força-tarefa para monitorar e assistir os estados, priorizando os municípios na implementação da estratégia DOTS. Essas ações vêm somar-se à recente adesão do Brasil à *Parceria Stop TB*, um movimento global conduzido pela OMS e outros organismos internacionais, que visa acelerar as medidas de controle da tuberculose no mundo, envolvendo diferentes setores da sociedade civil. Cumpre destacar também a criação, na estrutura do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que dará mais eficiência às ações já empreendidas, permitindo integrar o controle da TB ao de outras doenças endêmicas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por tudo isso, neste momento, gostaria de parabenizar todos os profissionais de saúde que atuam no combate à tuberculose em nosso País, bem como louvar os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelas autoridades sanitárias em todo o mundo, a fim de conter e erradicar essa moléstia. Sobretudo, quero externar uma deferência especial ao Ministro da Saúde, o médico-sanitarista Saraiva Felipe, e ao Dr. Horácio Toro Ocampo, representante, no Brasil, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), não apenas pela atuação no combate à tuberculose, mas, principalmente, pelas enormes responsabilidades que ambos possuem, tanto na formulação, quanto na condução das políticas públicas voltadas à saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse no início deste meu longo pronunciamento, como médico e ex-Secretário de Saúde de Roraima, tenho devotado boa parte de minha vida à melhoria da saúde pública de nosso povo. Por isso, neste Dia Mundial de

Combate à Tuberculose, não poderia furtar de subir a esta tribuna para abordar esse tema, que nos apresenta tantos e tão grandes desafios. Se, no passado, ousamos crer que a TB estava debelada, agora devemos ousar agir firmemente para fazer da tuberculose apenas mais um registro nos museus da história! Daí a importância da data que hoje celebramos, para manter sempre viva, em nossas mentes e em nossos corações, a chama da vontade de legar aos nossos filhos e netos um mundo livre do flagelo da tuberculose, que tem assolado a humanidade desde seus primórdios.

Por esse motivo, apelo para a sensibilidade política do Presidente Renan Calheiros, para que determine a veiculação, pela TV e pela Rádio Senado, de programas alusivos ao combate dessa doença, e que isso se faça não apenas durante a Semana Nacional de Mobilização e Luta contra a Tuberculose, mas ao longo de todo o ano de 2006. Tenho a certeza de que, desta maneira, o Senado Federal estará contribuindo para eliminar uma das grandes causas da expansão desse mal entre nós, que é a desinformação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, reafirmo minha preocupação com as epidemias modernas que hoje somos obrigados a enfrentar, para dizer que, talvez, a maior de todas elas seja a falta de solidariedade e de amor para com o próximo. Por isso, precisamos unir nossos esforços, no Brasil e no mundo, para erradicar não apenas a TB, mas outras chagas da humanidade, que são motivo de vergonha para todos nós: a miséria, a fome e a violência. Só assim alcançaremos um futuro digno, repleto de paz, de justiça e de prosperidade para todos. E isso é possível, basta caminharmos. Afinal, como diz um provérbio chinês, “a maior das caminhadas começa com o primeiro passo”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 46 minutos.)

(OS Nº 11701/06)

DISCURSOPROFERIDOPELOSr.SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 2006, QUE ORA SE REPUBLICAPARAFAZERCONSTARRETI-FICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, hoje retorno a esta tribuna para externar mais uma vez a minha defesa pela implantação da unidade do Hospital Sarah em Belém, capital do meu querido Estado do Pará.

Há exatamente três anos e três meses, ou seja, trinta e nove meses, as obras estão paralisadas, causando um prejuízo imensurável à saúde da população do nosso Estado e às pessoas que precisam do atendimento especializado oferecido pela Rede Sarah.

Precisamos, Senadora Ana Júlia Carepa, afastar os entraves políticos e fazer com que os repasses devidos pelo Ministério da Saúde, na ordem de R\$14 milhões, cheguem ao Pará, viabilizando a conclusão do hospital.

Recentemente, recebi A SRA. Irene Barroso, uma entre tantas pessoas que buscam o gabinete, não só o meu, mas de todos os Senadores que representam o Estado do Pará e outros Estados da nossa Federação. Ela, A SRA. Irene, uma paraense de Marapanim, que está fazendo tratamento no Sarah de Brasília – as altas despesas com que A SRA. Irene tem que arcar aqui na capital Federal -, fez com que ela se dirigisse ao meu gabinete para solicitar apoio até o término do seu tratamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} devem saber o que é ter de ficar meses longe de casa. É preciso arcar com os gastos referentes à moradia, à alimentação e ao transporte em uma cidade muitas vezes com custo de vida bem mais elevado do que o da cidade natal, além, é claro, do desgaste emocional de ter de tratar da saúde longe da família.

Na segunda-feira passada, dia 13 de março, houve em Belém uma audiência pública solicitada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mário Couto, e pelos Deputados Estaduais Joaquim Passarinho e Faisal Salmen. A referida audiência contou com a presença, entre outras, da Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Sr^a Ana Maria Gomes Rodrigues, e de representantes da sociedade civil à frente, Dr. Agustinho Monteiro, idealizador do Movimento “Acorda Pará, Sarah já!”, em prol da implantação do hospital em Belém.

Em agosto do ano passado – e é bom que os paraenses, que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado, saibam –, Sr. Presidente, estive com o nobre Senador Luiz Otávio, com a vice-Governadora Valéria Pires Franco e o Secretário Executivo de Saúde do Estado, Fernando Dourado, em uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, cobrando a abertura imediata do Sarah em Belém e o término da

segunda etapa das obras. Na ocasião, Saraiva Felipe prometeu a inauguração da unidade ambulatorial da Rede Sarah em Belém ainda em 2005, o que, lamentavelmente, não foi cumprido.

Como já dissemos anteriormente, há 3 anos e 3 meses, ou seja, há 39 meses, as áreas ambulatoriais e administrativas do Sarah/Belém estão prontas, mas não foram entregues por falta de equipamentos e profissionais para o início do atendimento. Eu, assim como toda a sociedade paraense, quero o Sarah totalmente concluído em Belém, para que os cidadãos do Pará, e de outros Estados sem esse atendimento especializado, possam ter tratamento com dignidade.

Enquanto o Governo Federal atrasa e vem inviabilizando o repasse de recursos para a conclusão da Rede Sarah em Belém, o Governador do Estado do Pará Simão Jatene faz vultosos investimentos na ordem de R\$300 milhões do Tesouro Estadual – para a construção de seis hospitais regionais de média e alta complexidade, incluindo ao já existente mais 510 leitos convencionais e 125 leitos de UTI, um aumento de 47% no número de leitos de UTIs existente hoje, no Estado. Só de leitos de UTI pediátrica serão 42. E o Hospital Regional de Santarém, que está sendo construído no oeste do Estado, terá um centro de referência no tratamento de câncer. Hoje, só o Hospital Ophir Loyola, em Belém, faz esse tipo de atendimento.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a atenção de V. Ex^a porque quero um compromisso de apoio de V. Ex^a à proposta que o Governador Simão Jatene faz ao Governo do Presidente Lula. Em março de 2003, o Governador Jatene entregou ao Presidente Lula um documento em que ele, Governador do Estado do Pará, se comprometia a investir até 30% dos recursos necessários para a pavimentação das rodovias Santarém–Cuiabá e Transamazônica e para a conclusão das eclusas de Tucuruí. Até hoje, não houve resposta sequer do Presidente Lula à proposta de parceria do Governador Simão Jatene.

A partir de julho do ano passado, o Governador deu início às construções dos hospitais regionais de média e alta complexidade, o que era um compromisso seu de campanha, incluído na agenda mínima. Ele estava postergando o início, esperando o aceno do Governo Federal na parceria que o Estado do Pará fazia para colocar o asfalto definitivo nas duas rodovias e para concluir definitivamente a eclusa. Lamentavelmente isso não houve.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a V. Ex^a que, em nome do povo do Pará, que o Presidente Lula responda imediatamente a esta nova proposta de parceria do Governador Simão Jatene. É bom que o povo paraense saiba que ele se propõe a investir com recursos

do Tesouro do Estado os R\$14 milhões necessários para equipar a Rede Sarah, de Belém, para que esta, na sua fase ambulatorial, entre em funcionamento imediatamente e, ainda com esses recursos, invista no aperfeiçoamento, no treinamento, da equipe que vai lá atuar.

Para isso, Senadora Ana Júlia Carepa, é necessário que haja um compromisso do Presidente Lula no sentido de que ele garanta, por intermédio do Ministro da Saúde, os recursos para o custeio da unidade Sarah de Belém, e, assim procedendo, abra imediatamente o ambulatório daquele hospital e, a partir daí, encaminhe os recursos para a conclusão da segunda etapa.

É importante, Senadora Ana Júlia Carepa – e já concedo o aparte a V. Ex^a – que o Presidente Lula atenda a esse pedido de parceria do Governador Jatene porque ele será aplaudido por todos os paraenses. Ele vem buscando inaugurar operações tapa-buraco em todo o Brasil.

Em vez disso, ele pode, em curto espaço de tempo, imediatamente, inaugurar a unidade Sarah, que está pronta há trinta e nove meses no Estado do Pará, que não é concluída e posta em funcionamento por falta de vontade política de assim fazê-lo.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro, participei das conversas em relação, por exemplo, à BR-163. A proposta do Governo do Estado, só para recolocarmos a situação, era no sentido de que este entraria com recursos do Estado, mas o Governo do Estado estava querendo que o Governo Federal adiantasse os recursos do Estado em relação aos *royalties* da energia. Veja bem: seria necessário que o Governo Federal adiantasse os recursos. Então, não iria sair do cofre. Tinha que sair de qualquer jeito o adiantamento do Governo Federal. Então, não era bem assim: “Olha, nós temos o dinheiro aqui. Façam essa parceria.” Não. Era: “Vocês vão nos pagar ao longo de três anos, mas adiantem uns três anos para cá logo de uma vez. Aí depois...” Quer dizer, então, é uma parceria meio assim... Quero só registrar que, em relação ao Ministro da Saúde, todos nós, Senadores, – eu também fui ao Ministro – cobramos a questão do Sarah Kubitschek. Na época, o Ministro Saraiva Felipe realmente se comprometeu com a idéia de que os “Sarahs”, que já estavam com a sua estrutura pronta fossem inaugurados. Essa é uma luta que une todos os representantes do Pará, independente de partido político. Sabe V. Ex^a que estou em todas as lutas em defesa do povo do Pará e vou defender essa parceria junto ao Governo Federal, visto que infelizmente o governo anterior, apesar de ser do mes-

mo partido do Governador e ex-Governador, não fez este tipo de parceria: nem a Transamazônica, nem a BR-163, nem a eclusas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, eu agradeço o seu aparte. Quero só esclarecer – talvez por falta de conhecimento da área econômica por parte de V. Ex^a – é evidente que nenhum Estado brasileiro, talvez com raras exceções... talvez São Paulo, pela grande administração do Governador Geraldo Alckmin, possui recursos para investir hoje maciçamente, da ordem de R\$5 bilhões, tem R\$1 bilhão, que é o valor necessário para 30% dessas obras, em caixa, para fazer o aporte. Agora, a proposta do Governador foi para que os recursos, que são do Estado, sim – Estado que V. Ex^a representa aqui –, são da população do Estado do Pará, que são os *royalties* e o ICMS sobre a energia, possam ser utilizados. São do Tesouro e não havia em caixa, mas só aguardávamos a resposta, que lamentavelmente não houve.

Fico feliz de ter assistido ao compromisso de V. Ex^a, porque o Governador Simão Jatene aguardará – e é importante que isso fique registrado – tão somente o ofício por parte do Ministro da Saúde, dizendo que tão logo os equipamentos, Presidente Cristovam Buarque, estejam colocados no Hospital Sarah já concluído, ele possa, então, fazer esse investimento, para que o povo do Pará possa ter o hospital.

Com relação ao término do Governo do Presidente Fernando Henrique, Senadora Ana Júlia, quero lembrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa, quero lembrar que o tempo está se esgotando e há muitos oradores. Por isso, vou conceder mais um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo já. Quero só lembrar a V. Ex^a que essas obras do Sarah-Belém ficaram prontas em dezembro de 2002 e, a partir de então, estão paralisadas.

Aproveito também este pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia, para dizer ao povo do Pará que o Governador Simão Jatene inaugurará nesta sexta-feira, dia 17, o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Do total de recursos destinados ao hospital, cerca de R\$60 milhões, R\$52,5 milhões foram bancados pelo Tesouro do Estado e apenas R\$7,5 milhões bancados com recursos do Governo Federal.

Diferentemente do que o Presidente Lula pregou quando esteve no Município de Marabá, no sudeste paraense, o Governador Simão Jatene nunca fez uso

de programas federais para promoção social. Tanto o é que haverá uma placa no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, mostrando...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a generosidade de V. Ex^a me faz concluir imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa Ribeiro, minha generosidade passa a ser não-generosidade com os outros oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...mostrando o valor total da obra e discriminando quanto foi gasto pelos governos federal e estadual.

O hospital contará com o primeiro centro de atendimento especializado em assistência ambulatorial e cirúrgica a queimados na rede pública de saúde, uma iniciativa pioneira no norte do País.

O Hospital Metropolitano possui 17.772 metros quadrados de área construída, com capacidade para 148 leitos, sendo 44 para a área de pediatria, 44 para clínica, 44 para cirurgia e 16 para o Centro de Queimados.

Parabenizo o Governador Simão Jatene pela construção dos hospitais regionais, sendo que o primeiro deles, Hospital Metropolitano de Ananindeua, como disse, será inaugurado nesta sexta-feira, beneficiando toda a população do Estado do Pará.

Nos últimos dez segundos, ouço o aparte do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Solicito ao Senador Leonel Pavan que abra mão do aparte porque há muitos inscritos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Se eu passar de um minuto, V. Ex^a pode cortar minha palavra. Um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Um minuto para os dois, no máximo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – No próximo dia 3 ou 10, Santa Catarina receberá também a comissão do Sarah Kubitschek para a instalação de um Hospital Sarah Kubitschek naquele Estado, uma reivindicação também nossa. Em todas as minhas emendas ao Orçamento, destino recursos também para o Sarah Kubitschek. Tanto o Pará como Santa Catarina e outros lugares do Brasil precisam da instalação do Sarah, um serviço público dos melhores do mundo. Eu apenas fiz essa menção para cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pelo amor que tem pelo Pará. V. Ex^a defende tanto o Pará quanto eu defendo o Estado de Santa Catarina, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães defende a Bahia. Nós queremos o melhor para os nossos

Estados e para o Brasil. E o Hospital Sarah Kubitschek merece o apoio integral do Governo Federal. Lamentavelmente, o Lula não tem essa visão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan o seu aparte.

Obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSOPRONUNCIADOPELOSSR. SENADORALOIZIOMERCADANTENASESÃOODIA31DEJANEIRODE2006, QUE, RETIRADOPELOORADORPARAREVISÃO, SERÁ PUBLICADO CONFORME REGISTROS TAQUIGRÁFICOS.

(Art. 201, § 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei de um tema que me parece extremamente importante ao Brasil. Uma análise isenta necessariamente reconhecerá os avanços expressivos que o País teve do ponto de vista da política externa.

Se analisarmos esse período recente do Governo do Presidente Lula, tivemos um salto qualitativo no protagonismo internacional do Brasil, saudado como fato promissor, especialmente na perspectiva de alterar as assimetrias e desigualdades que se apresentam no processo de globalização da economia internacional. E não apenas o protagonismo do Brasil, reconhecido, por exemplo, nas articulações do G-22 e nas negociações da OMC, quando, pela primeira vez na história, os países em desenvolvimento se aglutinaram em um bloco que envolve nações como China, Índia, Rússia, África do Sul. Alguns países importadores de alimentos posicionaram-se ao lado dos países em desenvolvimento liderados pelo Brasil, países nos quais a produção agrícola tem destaque, na luta contra os subsídios abusivos praticados pela União Européia, Estados Unidos e Japão nas suas respectivas agriculturas. Essa é uma luta histórica.

Foi estabelecido, na rodada da OMC no Uruguai, quando foi criada a OMC, o compromisso de que dez anos depois, na rodada de Doha, haveria o início da redução dos subsídios. Isso não aconteceu, e os países ricos quiseram, mais uma vez, aprofundar a abertura no setor de serviços, reduzir a capacidade do Estado de fomentar a sua economia nos países em desenvolvimento e abrir ainda mais o setor industrial, prejudicando claramente a perspectiva de avanço no processo de industrialização e de crescimento econômico nas nações em desenvolvimento.

Não era fácil politicamente trazer nações como a Índia, que tem 1,35 bilhão de habitantes e a metade da terra agricultável que o Brasil possui – portanto, um

grande importador de alimentos –, para uma aliança com um país como o Brasil, que é hoje o maior produtor e exportador mundial de álcool, de açúcar, de soja, de carne bovina, de carne de frango, de café, de suco de laranja – o Brasil é hoje uma das nações que mais vêm expandido sua produção agrícola e agropecuária. Essa aliança permitiu agora, na última negociação de Hong Kong, a perspectiva, a partir de 2013, do fim dos subsídios agrícolas. E a liderança foi do Brasil, foi deste Governo. Quero, a propósito, saudar aqui o Ministro Celso Amorim, que fez um grande trabalho de articulação.

Uma vaca, na União Européia, recebe hoje US\$2 de subsídios por dia, e isso ocorre num mundo em que um bilhão e meio de pessoas sobrevive com US\$1 por dia. Portanto, o fim do subsídio agrícola permitirá que nações na América do Sul e na África, países pobres, possam produzir de forma competitiva e que os preços das *commodities* agrícolas sejam melhores, o que vai melhorar a renda e o desenvolvimento de nações em desenvolvimento, especialmente na América do Sul, na África e na Ásia.

Não foi apenas nas negociações da OMC: o protagonismo do Brasil, a liderança do Brasil também mudou, e mudou expressivamente, o leque político no âmbito da América do Sul. O Presidente Lula foi fundamental para que se alcançasse uma solução democrática para o impasse que existia na Venezuela do Presidente Hugo Chávez. Quando nós assumimos, havia uma grave crise político-institucional naquele país, e a saída negociada foi criar um grupo de amigos – Estados Unidos, Brasil e Espanha – para fazer um plebiscito na Venezuela e respeitar a vontade do povo e da Constituição venezuelana. Essa saída foi negociada numa audiência do Presidente Lula com o Presidente Bush na qual eu estive presente. Pude acompanhar e testemunhar a grandeza da atitude do Presidente Lula e o acolhimento desse caminho por parte do Presidente Bush para não permitir, na América Latina, mais golpes de Estado como o que estava sendo patrocinado na Venezuela do Presidente Chávez. O plebiscito permitiu que o povo escolhesse o seu caminho. Na Venezuela, o plebiscito foi uma saída constitucional e não a saída golpista que estava sendo articulada naquele momento da posse do Presidente Lula.

No Uruguai, após a vitória da Frente Ampla, eu assisti à menção, de viva voz, feita ao Presidente Lula pelo Presidente Tabaré Vasquez em sua posse. Ele falava da importância que teve a vitória de Lula no Brasil, da importância da mudança com responsabilidade no Brasil para dar confiança aos eleitores uruguaios de votar numa candidatura de esquerda, que poderia também mudar o Uruguai com responsabilidade, como

seguramente mudará nas mãos de Tabaré Vázquez e da Frente Ampla.

A vitória de Evo Morales na Bolívia, o primeiro índio a chegar ao governo, é um paradigma novo na política daquele país, que é extremamente pobre e instável – já passou por mais de cem golpes de Estado ao longo da história. A presença do Presidente Lula é um fator que abre a expectativa de uma saída político-institucional que estabilize a democracia boliviana e que permita que as transformações naquela nação se dêem no marco do Estado de Direito, sem as instabilidades, as turbulências e as graves crises institucionais do passado.

Na solução para a crise econômica da Argentina, tivemos um papel fundamental de apoio. Foi o momento mais difícil da história da Argentina, especialmente no Governo Duhalde e início do Governo Kirchner, e foi necessário buscar apoio nos fóruns internacionais e solidariedade a esse país irmão, membro do Mercosul.

Da mesma forma, a vitória no Chile de Michelle Bachelet, que foi presa, torturada e exilada e cujo pai foi torturado e morto. É a primeira mulher oriunda de uma tradição socialista a presidir o Chile. Elegeram-se com apoio de uma aliança, de uma coalizão que foi capaz de mudar e avançar na conquista da democracia no Chile. Agiu com responsabilidade, com a administração das finanças públicas, com a modernização da economia e agora poderá, seguramente, fazer avançar ainda mais o processo de crescimento no âmbito da América do Sul.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu só queria saber a opinião de V. Ex^a sobre a vitória de Aníbal Cavaco Silva em Portugal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– A vitória de Cavaco Silva em Portugal confirma a existência de um movimento pendular na história portuguesa, de uma oscilação de poder que sempre vem acontecendo entre o PS português e o PP português. No passado, Gutierrez, que era o presidente da Internacional Socialista, era o Primeiro Ministro; perdeu a eleição, e o PP voltou ao Governo; voltou o socialista como Primeiro Ministro; agora temos de novo Cavaco Silva como Primeiro Ministro de Portugal. É da dualidade, é do processo democrático. Acompanhando esse movimento, tivemos o PP, que governava a Espanha, e hoje temos Zapatero, que é um socialista, de volta ao governo.

A nossa capacidade de influir na Península Ibérica é muito pequena, mas na América do Sul o Brasil pode ajudar a buscar uma solução democrática, respeitando a soberania e a independência de cada país, a autode-

terminação dos países da região. O Brasil representa mais da metade do território, do PIB e da população da América do Sul. Portanto, a nossa liderança regional, o nosso papel na busca de saídas institucionais e democráticas é muito grande na América do Sul.

E o vento que sopra na América do Sul é um vento de mudança. Se nós olharmos para a história do Chile, veremos que houve tempo em que mencionar o nome de Allende era algo absolutamente proibido. E hoje, 25 anos depois, Allende é uma referência histórica de um governo popular, democrático, e a figura de Pinochet não consegue caminhar nem nos Estados Unidos, tem de pedir asilo para entrar na sociedade americana e é perseguido pela Justiça em todas as partes do mundo. Essas são mudanças profundas de uma América do Sul que caminha orientada por uma opção democrática. Espero que a democracia se estabeleça como valor universal e que as alternâncias de poder e de governo que ocorrerão nessa região se façam a partir do sufrágio universal, do Estado de Direito e do pluralismo político-partidário.

Agora, é inegável que, a partir da vitória do Presidente Lula, as mudanças que estão ocorrendo na América do Sul vão no sentido da busca de maior autonomia, soberania e integração regional. Estão aí o gasoduto, a refinaria, as obras de infra-estrutura, as pontes, energia, tudo isso buscando uma integração regional, a unidade.

Aliás, a força da Europa está na sua unidade. A União Européia construiu um processo, no Pós-Guerra, de unificação. Hoje, ela tem uma atitude diplomática unitária, independentemente de quem é o governo, em todos os fóruns internacionais. Ela tem o Banco Central, uma única moeda, a integração do mercado de trabalho, do mercado previdenciário, tem o Parlamento Europeu, uma Corte de Ministros, um Conselho de Justiça. Essa integração institucional, política, cultural, econômica e monetária é a força da Europa. Hoje ela consegue, com o Euro, criar uma zona de influência monetária crescente, com todas as vantagens que lhe traz a senhoriação da moeda já que está cunhando a sua própria moeda.

A América do Sul é uma região mais pobre, não tem a mesma infra-estrutura, não tem a base do Estado do Bem-Estar Social que a Europa tem, não tem a mesma ciência e tecnologia, não tem a mesma capacidade de influência nos fóruns internacionais. A nossa unidade regional, o fortalecimento do Mercosul, a integração regional, o ingresso da Venezuela e, espero, da Colômbia e do Peru, o aprofundamento da integração da América do Sul vai nos dar poder diplomático e capacidade de fomentar a economia re-

gional, assim como a Europa fez ao longo dos anos do Pós-Guerra.

Senador César Borges, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a faz um pronunciamento sobre política externa. E, segundo a sua visão, pelos avanços que o Presidente Lula promoveu na política externa brasileira, inclusive com relação às recentes vitórias da Esquerda, e os comentaristas colocam que são várias esquerdas na América do Sul. O que importa é verificar se isso veio a favorecer a criação de condições de melhor desenvolvimento para os países, inclusive para o Brasil, porque na recente reunião em Davos, na Suíça, na qual, embora o Presidente Lula costumasse estar presente freqüentemente, neste ano, lamentavelmente, não foi – como também não foi ao Fórum Social em Caracas – tiraram o Brasil do rol dos países emergentes, tudo isso diante de equívocos da política econômica brasileira, diante de equívocos da condução, inclusive, das ações públicas, com as recentes denúncias de corrupção no Governo. Hoje, há um artigo do jornalista Merval Pereira no jornal **O Globo**, que diz que o chamado BRIC, bloco composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China, deixou de ter o “B”. Agora não é mais o BRIC e, sim, o RIC, porque o Brasil já não está mais nessa esfera. Então, não adianta simplesmente pensar no mercado se não tivermos uma interação mundial, ou seja, em que o País possa aproveitar e interagir com mercados fortes, tirando proveito disso, porque apenas fazer aliança com Bolívia, Venezuela e com proveitos mínimos em relação às possibilidades de crescimento econômico, como está experimentando China e Índia, seria o tiro sair pela culatra e não seria bom para o País. Gostaria de fazer esta observação, já que V. Ex^a faz esses comentários, e também ouvir sua opinião a respeito desta exclusão do Brasil da relação dos países emergentes para dominar a economia mundial nos próximos anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, a propósito desta menção, gostaria de registrar que vários analistas, especialmente em Davos, apresentam o Brasil como uma grande potência econômica para as próximas duas décadas.

É evidente que a China, com 1 bilhão e 350 milhões de pessoas, crescendo a um ritmo de 9% ao ano, coloca-se nessa posição. A Índia, com 1 bilhão de pessoas e com uma área de ciência e tecnologia muito forte, nos campos de *software*, matemática e física, também é um país que, apesar de não ter o mesmo dinamismo, coloca-se nessa posição. A Rússia, que tem uma importante base científica e tecnológica, especialmente na corrida astronáutica, que tem avanços

na indústria bélica e que é grande produtor e exportador de petróleo, é uma nação importante do ponto de vista do potencial de recursos estratégicos e também se coloca nessa posição.

Agora, o Brasil não tem os problemas demográficos de China e Índia. Temos duas vezes mais terras que a China para produzir alimentos. A China produz 400 milhões de toneladas de grãos e nós produzimos 125 milhões de toneladas de grãos, mas, em pecuária, em álcool e açúcar, em várias outras culturas, o Brasil já é um país líder mundial, inclusive criando uma matriz energética alternativa que é o álcool. Tirando a Rússia, essas nações terão graves problemas no fornecimento de energia. Vinte e cinco por cento da energia que ia para a China eram do Iraque, e ela tem problemas de abastecimento hoje, para mencionar apenas um problema estrutural.

A China vem, há quarenta anos, num crescimento batido, num país que tem 14 mil estatais. E chegou a isso não com uma visão neoliberal de privatização, mas com uma visão de planejamento estratégico de uma economia de mercado socialmente planejada e com uma planificação que teve êxito no processo de industrialização. Enfim, tem um grande mercado de consumo em massa que impulsiona o país.

Do ponto de vista da política externa, entre todas as nações mencionadas, somente a China teve um crescimento das exportações maior que o do Brasil nesse último triênio. Nenhuma outra nação teve um crescimento nas exportações superior ao que o Brasil teve. E vou dar os dados.

Até 2002 – de Pedro Álvares Cabral a Fernando Henrique Cardoso –, o Brasil exportava US\$60 bilhões. Em três anos do Presidente Lula, estamos exportando US\$118 bilhões. E tínhamos um déficit comercial, nos últimos oito anos, de US\$8,5 bilhões. Mas tivemos um superávit comercial de US\$103 bilhões.

Vou dar alguns dados importantes em termos de comércio exterior. O Brasil, nestes três anos, aumentou as exportações em 96%, sendo que o crescimento das exportações mundiais foi de apenas 60%. Portanto, o Brasil está exportando muito acima da média mundial e do crescimento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, a base do Brasil era muito baixa, muito pequena. Compare os números das exportações chinesas. Pode dizer que o Brasil cresceu menos do que China, mas a China cresceu dez vezes mais que o Brasil em valores absolutos. V. Ex^a está falando em números relativos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, vou pegar os pontos que estão aqui e que são bem importantes.

O México teve um crescimento das exportações, nesse período, de 17,7% contra 96% do Brasil. Os Estados Unidos tiveram um crescimento das exportações da ordem de 18,1% contra 96% do Brasil. A Argentina teve um crescimento das exportações de 34,1% contra 96% do Brasil. O Japão teve um crescimento de 35,8% contra 96% do Brasil. A Comunidade Andina teve um crescimento de 40,2%; a União Européia, 41,8%. E mesmo a Índia, a que V. Ex^a se refere, teve um crescimento de 53,5%. E o Brasil teve um crescimento...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – São números relativos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E o Brasil teve um crescimento de 96%.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Se V. Ex^a analisar os números absolutos, verificará que o Brasil é irrisório no mercado mundial de exportação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem toda a razão. Estávamos com um patamar de exportações muito pequeno. O comércio exterior brasileiro era de 15% do PIB. As exportações brasileiras, em 2002, eram de US\$60 bilhões, um patamar muito baixo.

Neste Governo, dobramos as exportações em três anos. Se o outro Governo tivesse mantido o ritmo expresso nesses indicadores... Esse não é o problema, porque a economia mundial vai bem. Estou dando os dados. Estamos crescendo muito acima da média das exportações mundiais e muito acima da média da União Européia, dos Estados Unidos, do Japão, da Rússia, do México, da Região Andina e do Mercosul.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Brasil teve um ritmo de crescimento das exportações espetacular, primeiro, porque melhoramos a produtividade da economia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nós quem, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Melhoramos na indústria, na agricultura, nos serviços, e isso alavancou.

Segundo, melhoramos por meio de medidas tributárias como o Cofins, com a desoneração das exportações, uma medida fundamental para melhorar a capacidade de competitividade do Brasil. Esse foi um processo, inclusive, de que o Congresso Nacional participou.

Melhoramos porque a política externa brasileira passou a explorar outros mercados para os quais não olhávamos com a importância que tinham. Por exemplo, o mercado regional da América do Sul ou países como Rússia, África, China, Venezuela, Colômbia, Ar-

gentina, Chile, enfim, para os quais o Brasil não olhava com atenção.

A nossa herança colonial sempre nos fez pensar que política externa e comércio exterior eram basicamente Estados Unidos, União Européia e Japão, que representavam dois terços do comércio externo brasileiro. Hoje, não! A Argentina é o nosso segundo parceiro comercial; a China é o nosso terceiro ou quarto parceiro comercial, dependendo das estatísticas; e os Estados Unidos continuam sendo o primeiro, mas perdendo participação relativa. Também não significa que não tenhamos de explorar acordos comerciais com a União Européia, com os Estados Unidos, mas temos de verificar o salto espetacular que demos nas exportações ao longo desse período. Em três anos, dobramos as exportações brasileiras. E essas são as estatísticas oficiais. Dobramos! Dobramos e criamos um superávit comercial de US\$103 bilhões, superávit este que permitiu ao Brasil pré-pagar a dívida com o FMI, recompor as reservas cambiais, estabilizar o balanço de pagamento e desendividar externamente o Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a está diante de um adversário que tem sabido reconhecer feitos do Governo na área econômica e que, portanto, se sente autorizado a fazer certos reparos a esse pronunciamento de V. Ex^a. Entendo que, quando V. Ex^a diz “este Governo fez e aconteceu nas exportações”, V. Ex^a ignora, por exemplo, o salto, este sim representativo para as exportações, do processo de privatizações, do processo de desburocratização por que passou o Estado, do processo de reformas estruturais contra as quais o seu Partido votou empedernidamente ao longo de dois mandatos presidenciais. Quando V. Ex^a diz “nós aumentamos a produtividade da economia”, V. Ex^a se refere ao fato de o setor privado ter aumentado a sua própria capacidade de se tornar sistemicamente mais competitivo, e uma porção de mudanças que vieram com as tentativas de estabilidade que não deram certo e com a estabilidade econômica. E isso tudo é uma pedra de toque – e V. Ex^a sabe disso talvez melhor do que eu. Isso é uma pedra de toque, é um ponto essencial para se pensar em qualquer outro ponto futuro. Eu gostaria muito de poder pegar pontos positivos do seu discurso e com eles me pôr de acordo, mas, quando V. Ex^a propõe algo parecido com uma ruptura, tipo “antes o dilúvio, antes o caos, aí nós inauguramos o país”, mais um pouco, Juscelino não fez Brasília. Mais um pouco, foi o Lula quem fez Brasília. É fundamental trabalharmos com a honestidade intelectual que sempre caracterizou V. Ex^a. Ainda há pouco, mostrei-lhe a denúncia que fiz e

a fiz com uma certa revolta, pois havia dinheiro público envolvido naquele tal em questão. Deslavadamente, a Secretaria de Comunicação do seu Governo diz que houve recorde em investimento: “Foram liquidados, em 2005, dezoito ponto não sei o quê bilhões de reais”. Não é verdade, eu lhe mostrei que não era verdade e mostrei da tribuna. Foram realizados R\$18,4 bilhões e liquidados apenas R\$7,9 bilhões, menos do que em qualquer ano do período anterior, menos da metade do que seu Governo conseguiu liquidar no ano passado. Então, isso me cheirou a eleitoreiro, isso passa por certa fraude. Eu já havia pedido para eles não mandarem mais isso para minha casa, porque aquilo ali virou propaganda de caráter stalinista. Senador, peço-lhe isto: vamos analisar o saldo das exportações, por exemplo, observando o contexto internacional, o fato de que a China está comprando tudo e de que os Estados Unidos estão em época vigorosa. V. Ex^a disse que não se olhava para a Argentina. Olhava-se para a Argentina, que estava em crise, em recessão brutal. A Argentina mal está repondo aquilo que perdeu de PIB há tempos atrás.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já concluo. Peço-lhe mais um minuto apenas. Portanto, seu discurso ganhará, se V. Ex^a estabelecer essa relação de continuidade entre esforços que vêm sendo feitos há muitos anos neste País e, aí sim, esforços que o Governo, que V. Ex^a lidera com tanta competência aqui, vem fazendo também em certos setores. Parece-me que fica mais correto ao se estabelecer a noção de processo histórico. Fora disso, não sei quem será convencido. Mas, certamente, eu me sinto injustiçado, outras pessoas se sentem injustiçadas, porque seu discurso perde em riqueza. Pode ser melhor, porque V. Ex^a tem toda a capacidade de fazer muito melhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, quis trazer este debate ao plenário por duas razões. A primeira delas é que, na campanha eleitoral, havia uma crítica ao Presidente Lula no sentido de que não teria condições de representar bem a Nação nos foros internacionais, e aconteceu exatamente o contrário: o Presidente virou uma grande referência nos foros internacionais, o Brasil aumentou seu protagonismo. E, ao mesmo tempo, dizia-se que a política externa do Brasil era terceiro-mundista e que iria comprometer a capacidade de exportações.

Senador Arthur Virgílio, respondo a V. Ex^a. Quando falo “nós”, refiro-me à Nação. O crescimento da produtividade, a base industrial do Brasil vêm de décadas e décadas. O Plano de Metas do Juscelino Kubitschek, por exemplo, de 1956 a 1961 – e disse hoje da tribu-

na –, soube aproveitar o momento internacional, em que os investimentos americanos iam para a Europa por meio do Plano Marshall, e foram as empresas européias e japonesas, sobretudo as européias, que migraram para os países em desenvolvimento, disputando os mercados locais. Para cá vieram, na indústria automotiva, a Volkswagen, a Renault, a Dolphine. E vinham, porque o mercado europeu estava sendo pressionado pela invasão das empresas americanas. E Juscelino Kubitschek soube articular um pacote de investimentos que deu um grande salto na industrialização. Então, isso vem de antes. Hoje, temos uma base produtiva no setor automotivo, 14 montadoras, e produzimos 2,5 milhões de veículos. É uma história que tem 50 anos.

Mas, quando falo do comércio exterior, o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso prejudicou decisivamente a capacidade de exportação do Brasil. E dou os dados, Senador Arthur Virgílio. Na economia mundial, as exportações cresceram 26% naquele período.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, permita-me uma interrupção de trinta segundos?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só um minuto.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não falarei mais do que trinta segundos. Serei bem rápido. Olhe só: nem tudo naquela quase paridade cambial foi ruim, e V. Ex^a sabe disso. A demora foi deletéria, mas nem tudo foi ruim. Por exemplo, hoje, é essencial para o saldo atual da balança comercial haver dois setores bem vitais: bens de capital e indústria têxtil. Eles se modernizaram graças ao câmbio favorável a eles. Puderam importar as máquinas que hoje representam a pujança desses dois parques industriais, ou seja, o que hoje se exporta de bens de capital e de indústria têxtil – e olha que houve aquela pixotada da China, economia de mercado – tem a ver, sim, com o momento em que se precisou trabalhar a paridade cambial como um dos pilares da estabilidade econômica. Portanto, a noção do Brasil como processo leva à idéia de que há uma *Concertación* no Chile que faz com que alguns pilares não sejam abalados e com que a gente dispute detalhes de quem é mais ético, de quem governa melhor a saúde ou a educação. Mas certos princípios ligados à macroeconomia têm de dar esse salto civilizatório. Então, dei-lhe somente dois dados. V. Ex^a haverá de concordar comigo: foi ali que começou o sucesso atual dos bens de capitais e da indústria têxtil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou voltar. A nossa situação no Brasil é diferente da do Chile, porque, na *Concertación* chilena, nós estaríamos juntos no Governo do Brasil. O processo aqui

é distinto. Há uma polaridade no campo de centro e de centro-esquerda muito forte, totalmente distinta da aliança que foi feita no Chile.

Mas, no caso do primeiro Governo, as exportações cresciam 26%, e o Brasil só aumentou 9,6%. A âncora cambial foi utilizada abusivamente durante quatro anos e meio naquele período.

É verdade que o Plano Real, especialmente a desindexação da economia à URV, mecanismo muito inteligente e criativo que permitiu a desindexação da economia e a quebra da inércia inflacionária sem trauma, ajudou a criar um ambiente econômico de investimento e de crescimento, mas a âncora cambial foi abusiva.

E, hoje, temos de estar muito atentos à apreciação do câmbio. Com o superávit comercial de US\$42 bilhões, com a Bolsa batendo recorde atrás de recorde de entrada de investimentos externos, com os investimentos diretos subindo a US\$20 bilhões/ano, estamos falando em um volume de recursos que está entrando no Brasil da ordem de R\$80 bilhões, sendo que metade disso vem só pela atividade comercial. Por isso, foi possível pré-pagar a dívida com o FMI.

Vejo, às vezes, algumas coisas totalmente descabidas: “Não se deveria pagar a dívida com o FMI, porque o dinheiro deveria ser usado para habitação, saúde”. Não! O dinheiro do FMI é exclusivo: só pode ser usado para a defesa da moeda. Ele não pode ter nenhuma outra finalidade. Portanto, ao pré-pagar a dívida, economizamos US\$900 milhões de juros que pagaríamos para aplicar, aí, sim, em outros recursos.

Agora, há uma apreciação do real. O dólar a R\$2,20 ou a R\$2,30 começa a prejudicar o ritmo e a força das exportações. E isso é parte do ajuste de mercado, porque o câmbio é livre, mas se deve também a algumas medidas que precisamos analisar com muito cuidado, especialmente o problema mais delicado deste momento, a dívida pública, o impacto da Selic, que, apesar de ter caído de 27,5% para 17,25%, ainda é muito alta.

Deveríamos discutir mudanças institucionais que permitissem ao Brasil lançar títulos de médio e longo prazo, de dez anos, de vinte anos, que permitissem, inclusive, aos investidores internacionais comprarem apenas títulos de longo prazo, com desoneração tributária, para que a taxa de juros de longo prazo pudesse cair e para que, com isso, retirássemos cada vez mais a dívida pública da taxa Selic. Por quê? Porque, hoje, só metade da dívida pública está na taxa Selic; a outra metade é de títulos pré-fixados. Portanto, tiramos a indexação ao dólar da dívida, e a metade da dívida está pré-fixada, o que mostra uma confiança maior na

dívida pública e uma incidência menor da taxa Selic sobre a dívida pública.

Se conseguirmos lançar títulos... Quero lembrar a este Plenário que o Brasil lançou agora R\$3 bilhões lá fora e está conseguindo colocar títulos em reais. Portanto, é possível lançar títulos de médio e longo prazo que seguramente vão permitir ao País reduzir mais aceleradamente a taxa de juros e, com isso, diminuir o fluxo financeiro e permitir uma taxa de câmbio mais competitiva. A taxa se aprecia pelo volume de dólares que entra na economia, o que é positivo, mas, ao se apreciar, ela prejudica as exportações e o ritmo de dinamismo da economia. Se alongarmos o prazo da dívida pública e lançarmos títulos diretamente para grandes investidores, fundos de pensão no exterior, vamos reduzir o impacto da taxa Selic.

Concluo, portanto, o meu pronunciamento, Sr. Presidente, registrando esses dados.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um último aparte, Senador? Serei bem rápido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a falou do câmbio. E, enfim, uma receita para manter em trajetória de estabilidade, para descendente, a relação dívida pública/PIB era baixar a taxa Selic de maneira agressiva, levando em conta os cuidados com a inflação, ao mesmo tempo que trabalhar mais austeridade nos gastos públicos. Estou prevendo para o ano que vem um aumento dos gastos públicos em 1% do PIB por parte do Governo Federal. Deve-se ter muito cuidado com isso. Outro dado muito relevante é V. Ex^a se referir ao câmbio e nós constatar-mos – e este é o outro lado dos dados – que a renda brasileira cresceu nos últimos momentos, tivemos um momento virtuoso de fora para dentro; alguns exercícios foram muito bem feitos aqui também, mas temos um dado: o setor exportador está exportando, até com um sacrifício brutal pela relação cambial desfavorável a ele, em função de um outro dado, ou seja, a renda média dos trabalhadores urbanos ameaça agora, neste ano de 2006, talvez ultrapassar, talvez empatar com os padrões de 2002. Hoje, ela não retornou aos padrões de 2002. Então, temos um setor interno que é bastante comprimido. Isso obriga o setor exportador até a cumprir seu mister com dificuldade e, em alguns casos, até com prejuízo, para não ficar parado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Volto amanhã para debatermos essa questão do mercado interno. Eu tenho uma visão diferente. Acho que geramos 3,8 milhões de empregos. Houve uma recuperação importante do poder de compra da população, porque a cesta básica está com o maior poder

de compra desde que foi criado o índice do Dieese; o salário mínimo, com esse reajuste – são 40 milhões de brasileiros e nós vamos injetar R\$11 bilhões no consumo interno –, é o maior dos últimos 25 anos, pela média, e dos últimos 20 anos, pelo pico. Portanto, junto com o Bolsa-Família e os programas de transferência de renda, que injetam R\$44 bilhões na economia, e ainda o crédito consignado, que barateou o custo do crédito, e são mais de R\$30 bilhões, temos aí um avanço muito grande.

Amanhã, eu volto à tribuna porque quero falar do problema da livre opção bancária. Hoje, há uma matéria no jornal **Valor Econômico**, dizendo que os bancos finalmente aceitam uma tese – e eu luto há mais de um ano para aprovar um projeto de lei – que dá direito ao trabalhador de escolher o banco em que ele quer receber seu salário. No Brasil existe uma reserva de mercado bancário. O Senador Romeu Tuma também tem um projeto nessa mesma direção, assim como alguns Deputados. Existe uma reserva de mercado. A empresa negocia sua folha de pagamento com o banco, em troca de benefícios a ela. Dou um exemplo: o Banco Itaú fez um acordo com a Prefeitura de São Paulo e transferiu para ela R\$500 milhões para ficar com a folha de pagamento. Senador Rodolpho Tourinho, são 20 mil funcionários, o que significa que o custo por funcionário foi de R\$2.500,00. Ora, quem vai pagar esse custo? É o funcionário. O banco transfere para o funcionário, e a empresa transfere para o banco a folha de pagamento, quando a folha de pagamento, no momento do pagamento, é o salário do trabalhador.

Se os trabalhadores quiserem negociar coletivamente com o banco, muito bem, mas que se dê a opção de o trabalhador escolher o banco que ele quer, porque isso vai aumentar a concorrência, reduzir o custo e defender os interesses do trabalhador, e não da empresa. No mundo inteiro é assim. Na Europa é assim, nos Estados Unidos é assim; e, no Brasil, não. Temos ainda um oligopólio e um cartel que organiza a relação entre bancos e folha de pagamento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, para concluir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, este Brasil é engraçado. V. Ex^a é que devia ser o Ministro da Economia, mas esse cargo é de um médico, como eu, o Palocci. Já que “em terra de cego quem tem um olho é rei”, eu queria dar alguns dados a V. Ex^a e ao Governo. Esse negócio de dívida com o FMI... O que apavora mesmo o Brasil é a dívida interna. V. Ex^a sabe que, em fevereiro, ela vai somar um trilhão de reais; até fevereiro, ela chegará a esse valor emblemático e terrível. Está aí um valor

para o Presidente Lula comemorar: um trilhão de reais! É sobre esse valor que pagamos os juros mais altos do mundo. Em consequência, estima-se que o Brasil pagará, somente este ano, cerca de R\$160 bilhões, ou seja, R\$440 milhões por dia, seja sábado, domingo ou feriado, para os bancos que operam aqui no Brasil. Então, o PT está se tornando PB, Partido dos Bancos. Calculando em horas, o Brasil paga, só em juros da dívida interna, R\$18,3 bilhões por hora. É inacreditável! Espero que o Presidente Lula explique, na sua campanha, ao povo brasileiro por que não tem dinheiro para nada, mas sobra dinheiro para pagar juros aos banqueiros. Ou espero que ele tenha a feliz idéia de convocar V. Ex^a para ser o Ministro e levar este País à realidade econômica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, para concluir, o problema da dívida pública interna, nós podemos debater amanhã com mais profundidade. Não há uma solução fácil e mágica, porque nós não vamos repetir o que o Collor fez. O Collor tentou resolver em uma “canetada” o problema da dívida interna. Falou: “Não pago ninguém” e bloqueou a liquidez. Tivemos dois milhões de desempregados e uma recessão brutal no País, assim como a Argentina fez o *corralito*.

Se não é essa a solução... porque, na dívida pública, não há apenas os especuladores. Ali está o dinheiro da poupança dos mais idosos. Ali está o dinheiro da pessoa que vendeu a casa para comprar outra. Ali está o dinheiro do capital de giro das empresas. Ali está o salário dos trabalhadores que aplicaram no fundo de investimento. Isso ficou visível na experiência do Plano Collor. Não há uma solução fácil.

Quando nós assumimos, a taxa de juros era de 27,5%. Hoje é de 17,25%. Nós estávamos com uma inflação de 17,5% e, agora, estamos com uma inflação de 5,5%, em desaceleração...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...e a taxa de juros está numa trajetória de queda. Eu mencionei aqui: hoje, só metade da dívida está submetida à taxa de juros Selic. Na outra metade, já são os juros pré-fixados. Portanto, isso reduz o custo da dívida. Antes, eram 40% da dívida na taxa de câmbio e, hoje, não há mais indexação ao câmbio na dívida.

O que nós temos condições de fazer hoje é alongar o perfil da dívida: lançar títulos de dez ou vinte

anos, desonerar fiscalmente para que se comprem esses títulos. O Brasil já está conseguindo colocar títulos em real lá fora, são R\$3 bilhões. Portanto, é possível colocar esses títulos. Com isso, retiraríamos uma parcela ainda maior da dívida pública da taxa Selic, permitindo que a taxa Selic possa cair mais rapidamente.

Eu acho que é este o grande debate do País: como reduzir o custo da dívida, como reduzir a taxa de juros e manter de forma estável e duradoura os juros baixos. Penso que esse debate poderemos retomar posteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa e da Sra. Serys Slhessarenko

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005** (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005** (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Ao **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005**, foi oferecida uma emenda, que vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005**, não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005:

EMENDA Nº 2 – PLEN

Dê-se ao artigo 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, nos termos do que dispõe o artigo 1º do PLC nº 30 de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 520. A apelação será recebida no efeito devolutivo, devendo, no entanto, ser recebida também no efeito suspensivo quando disposição expressa de lei assim o determinar, ou quando interposta de sentença:

I – proferida em ação relativa ao estado ou capacidade da pessoa;

II – diretamente conducente à alteração em registro público;

III – cujo cumprimento necessariamente produza conseqüências práticas irreversíveis;

IV – que substitua declaração de vontade;

V – sujeita a reexame necessário.’

.....” (NR)

Justificação

A proposta veiculada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 30/2005 possui grande importância para a continuidade do processo de reforma da legislação processual infraconstitucional.

O fim da regra geral que atribui efeito suspensivo à apelação praticamente extinguirá as vantagens oriundas da interposição de recursos protelatórios, desestimulando o uso deste artifício. A medida aumentará a celeridade nos Tribunais de Justiça e valorizará as decisões do juiz de primeira instância.

Apesar disso, como bem observado no projeto, nem todas as demandas podem prescindir do efeito suspensivo do recurso de apelação, sem que isso coloque em risco os interesses dos litigantes e afaste a possibilidade de pacificação social. Há casos em que a atribuição do efeito suspensivo ao recurso de apelação é essencial para evitar que o recorrente sofra danos irreparáveis.

A redação do projeto contempla essas hipóteses, porém atribui poderes aos magistrados para definir quando está presente a situação em que se vislumbra & risco de dano irreparável, de modo a atribuir o efeito suspensivo à apelação.

Apesar disso, há situações em que a própria natureza da relação jurídica envolvida na lide implica necessariamente na imposição de dano irreparável ao vencido, tomando imprescindível a atribuição do efeito suspensivo ao recurso de apelação.

Na redação atual projeto, tais situações estariam sujeitas ao crivo do magistrado e, conseqüentemente, às divergências de entendimentos, muito comuns no meio forense.

Assim, os recorrentes ficariam sempre sujeitos ao entendimento dos magistrados para a obtenção do efeito suspensivo no recurso de apelação, por mais que seja incontestável o dano irreparável representado pela execução provisória da decisão proferida em primeira instância.

Essa situação pode trazer uma série de lesões indevidas aos recorrentes e tomar inútil a decisão favorável obtida em sede de recurso. Diante disso, seria aconselhável que o ordenamento dispusesse de forma mais objetiva sobre quais as situações em que o magistrado deverá atribuir efeito suspensivo à apelação, acolhendo expressamente as situações em que o risco de dano irreparável pode ser presumido.

Assim, objetivando aperfeiçoar a redação do projeto apresentado, propomos a presente emenda de redação ao projeto em discussão.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 23, de 2006**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e outras Senhoras Senadoras, que *acrescenta parágrafos ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 249, 250 E 251, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica.”

PARECER Nº 249, DE 2006

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Examina-se, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096, de 1995, na origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

O projeto foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Sociais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Às fls. 12/13, consta Parecer da lavra do Senador Osmar Dias, que conclui pela aprovação do projeto, a partir do exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

II – Análise

Não há qualquer reparo a fazer no Parecer da lavra do nobre Senador Osmar Dias, razão pela qual o adotamos em sua integralidade.

III – Voto



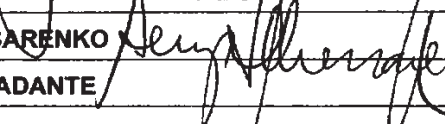
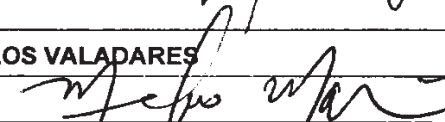
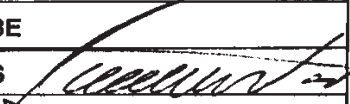

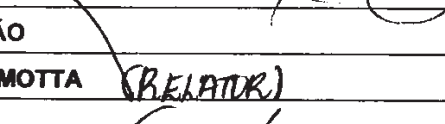
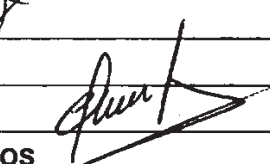

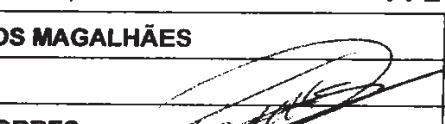
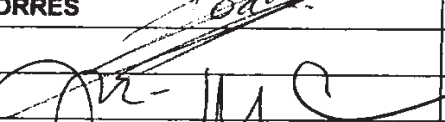
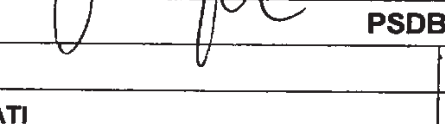
A proposta versada no Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096, de 1995, na origem), apresenta-se consentânea com os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e está vazado em boa técnica legislativa, razão pela qual votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004.
– **Edison Caobão**, Presidente – **João Batista Motta**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 64 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/12/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : 	
RELATOR :  SEN. JOÃO BATISTA MOTTA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO 	1-EDUARDO SUPLYCY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA 	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS 
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA 	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO 	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON 	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES 	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE 	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI 	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER Nº 250, DE 2006

(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005))

Relator: **Senador Valdir Raupp**

I – Relatório

Formulada em apenas três artigos, a proposição pretende tomar obrigatória a adoção de dispositivos de proteção aos usuários dos serviços de energia elétrica.

O art 1º estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da lei proposta adotem “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”.

Complementarmente, o art. 2º determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”. Por fim, o art 3º fixa o prazo de noventa dias para que a norma legal entre em vigor.

O projeto ampara-se no argumento de que, mesmo sendo o fio terra “uma proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não se inclui entre os países que adotam esse sistema básico de segurança.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposição foi submetida à deliberação do Senado Federal no dia 25 de outubro de 2000 e distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, que examinou os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, foi aprovada por unanimidade. Na segunda, mereceu relatório favorável, cuja apreciação foi sobrestada pela interposição do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, que solicitou a manifestação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Aprovado o Requerimento, o PLC nº 64, de 2000, veio a esta Comissão no último dia 16 de agosto.

II – Análise

Como informa o autor da proposição, Deputado Freire Júnior, embora constitua um equipamento de segurança de grande importância e baixo custo, o condutor-terra no cordão de alimentação de aparelhos elétricos não tem ainda franca utilização no Brasil, ao contrário da tendência presente nos demais países de economia dinâmica e crescente respeito aos consumidores. A razão alegada pelos fabricantes é a da falta, nas edificações, do condutor-terra de proteção das instalações elétricas, com tomadas adequadas de três pinos.

Embora a Norma Técnica NBR 5410/2004, que trata das instalações elétricas de baixa tensão, determine a adoção de sistema de aterramento eficaz, por meio da utilização do condutor-terra, ainda não é comum entre nós a aplicação desse requisito essencial de segurança

nas edificações residenciais, comerciais ou industriais. Não tendo poder coercitivo, as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conquanto sejam aprovadas por ampla representação de instituições civis de natureza técnica, dependem da adesão voluntária das empresas e profissionais que executam obras e serviços de engenharia.

Tentativas vêm sendo feitas no sentido de que órgãos governamentais que detenham efetivas prerrogativas regulatórias, a exemplo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), editem atos normativos destinados a fazer cumprir as exigências técnicas. No tocante ao Inmetro, essa possibilidade foi descartada pela área jurídica do Instituto, em razão de não se tratar de um produto físico, industrializado e comercializado, mas de um serviço. Por força desse entendimento, e por considerar necessária a aplicação da Norma Técnica, o próprio Inmetro vem promovendo gestões junto à Aneel para que essa Agência regulamente a inspeção compulsória das instalações de energia elétrica, como condição para sua utilização. O modelo proposto ensejaria a exigência, pela Aneel, de que as concessionárias de distribuição de energia elétrica passassem a requerer um certificado de inspeção, emitido por organismo credenciado pelo Inmetro. As iniciativas nesse sentido, contudo, ainda não produziram resultados.

De fato, muitos acidentes domésticos e freqüentes prejuízos financeiros, de pouca ou maior monta, poderiam ser evitados com a adoção da medida proposta. Como atesta o prof. Jamil Haddad, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais, em recente estudo em que defende a aprovação da PLC nº 64, de 2000, “os acidentes com eletricidade, na residência e no trabalho, são os que ocorrem com maior freqüência e comprovadamente os que trazem as mais graves conseqüências”, que podem incluir lesões irreversíveis e até a morte. Ainda em suas palavras, “é importante que o brasileiro abandone o péssimo hábito de inutilizar o terceiro pino do plugue de vários equipamentos (principalmente os importados), pois as instalações elétricas das edificações brasileiras, com raras exceções, não possuem tomadas apropriadas”.

Urge, portanto, suprir essa lacuna normativa, o que dá a medida da oportunidade da proposição sob exame.

III – Voto

De fácil implementação em seus aspectos técnicos, o projeto em pauta vem ao encontro do dever, atribuído ao Estado pela Constituição Federal, de resguardar o direito de todos à saúde e à segurança.

Ante o exposto, e considerando atendidos, nos termos da manifestação da CCJ, os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, voto, no mérito, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005.
– **Valdir Raupp**.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

<i>Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE <i>15/03/2005</i> , OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
HERÁCLITO FORTES - PFL	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - PFL
DEMÓSTENES TORRES - PFL	2- CÉSAR BORGES - PFL
JOSÉ JORGE - PFL	3- JONAS PINHEIRO - PFL
MARCO MACIEL - PFL	4- JORGE BORNHAUSEN - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	5- MARIA DO CARMO ALVES - PFL
LEONEL PAVAN - PSDB	6- FLEXA RIBEIRO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
TASSO JEREISSATI - PSDB	8- JUVÊNCIO DA FONSECA - PSDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	9- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
PMDB	PMDB - SUPLENTES
GERSON CAMATA	1- ROMERO JUCÁ
ALBERTO SILVA	2- LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3- PEDRO SIMON
NEY SUASSUNA	4- ÍRIS DE ARAÚJO
GILBERTO MESTRINHO	5- WELLINGTON SALGADO
MAIO SANTA	6- VAGO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)
DELCÍDIO AMARAL - PT	1- ROBERTO SATURNINO - PT
MAGNO MALTA - PL	2- PAULO PAIM - PT
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	3- FERNANDO BEZERRA - PTB
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB	4- FÁTIMA CLEIDE - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
SIBÁ MACHADO - PT	6- FLÁVIO ARNS - PT
AELTON FREITAS - PL	7- JOÃO RIBEIRO - PL
PDT	PDT
CRSTOVAM BUARQUE	1- AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº 251, DE 2006

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia****I – Relatório**

Examina-se o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”.

A proposição almeja exigir a adoção de dispositivos de proteção dos usuários dos serviços de energia elétrica. Para tanto, estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”. De outra parte, determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Nas palavras do autor do projeto, conquanto seja o fio-terra utilizado em muitos países por tratar-se de “proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não adota esse importante quesito de segurança. Embora não seja um sistema sofisticado, pois basta a conexão “de um simples cabo a sistema de aterramento eficiente”, são raras em nosso país as edificações que disponham de condutor-terra de proteção e igualmente escasseiam os aparelhos elétricos fabricados com tomadas de três contatos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde recebeu a aprovação unânime das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o PLC nº 64, de 2000, submetido à deliberação do Senado Federal, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, a proposição foi aprovada, sem emendas, no dia 15 de dezembro de 2004. Antes da deliberação da CAS, contudo, aprovou-se o Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, que levou a matéria ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que também aprovou parecer favorável ao projeto, exatamente um ano após a manifestação favorável da CCJ.

Cabe agora colher o pronunciamento desta Comissão.

II – Análise

Torna-se evidente, na argumentação que sustenta a proposição, que duas singelas medidas precisam ser concomitantemente adotadas no sentido de reduzir o grave risco de acidentes decorrentes da falta de sistemas adequados de aterramento.

De uma parte, as edificações precisam contar com instalações elétricas compatíveis. De outra, os aparelhos mais sensíveis às variações de tensão devem ser fabricados com pinos tripolares. Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em consequência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais.

Ao dispor sobre ambas as exigências, o projeto em causa preenche importante lacuna normativa. Embora a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já tenha editado norma no mesmo sentido, falta-lhe o poder coercitivo próprio das leis. Na prática, sem a coercitividade legal que o projeto pretende suprir, a efetividade da Norma Técnica tem dependido da escassa adesão voluntária das empresas e profissionais do setor de engenharia.

No tocante aos aspectos formais, o PLC nº 64, de 2000, não incorre em vício de iniciativa. Nos termos do inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre energia e, a teor do disposto nos incisos V e VIII do art. 24, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor”. A matéria não se encontra, ademais, adstrita à reserva de iniciativa atribuída ao Presidente da República por força do § 1º do art. 61.

Como consigna a manifestação da CCJ, a proposição harmoniza-se com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à obrigação do poder público em zelar “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”.

Do ponto de vista dos aspectos urbanísticos e edifícios, ainda que os objetivos do projeto pudessem ser alcançados pela via legislativa municipal ou, ainda, no âmbito dos regulamentos das concessionárias dos serviços de energia elétrica, nada obsta a edição da norma federal proposta, como bem observou o parecer da CCJ.

Cumpre por fim destacar que, embora se exija que as novas construções atendam às disposições da lei proposta tão logo decorra noventa dias de sua publicação, as necessárias adaptações do processo industrial para atender à obrigatoriedade da tomada tripolar nos aparelhos elétricos poderão ocorrer no período de quinze meses. Ambos os prazos parecem adequados.

III – Voto

A par de não padecer de inconstitucionalidade ou injuridicidade, a proposição sob exame, disposta em boa técnica legislativa, aborda matéria relevante para

o aprimoramento das condições de segurança em que ocorre a utilização domiciliar e comercial de aparelhos elétricos no Brasil. Voto, assim, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, – Lúcia Vânia.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64 DE 2000	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/03/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADORA LUCIA VÂNIA	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL.	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
ANTÔNIO PAVAN – PSDB.	6- PAPALÉO PAES – PSDB.
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
LUIZ PONTES – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
BLOCO MAIORIA - TITULARES	BLOCO MAIORIA - SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO MAIORIA - TITULARES	BLOCO MAIORIA - SUPLENTE
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
RODRIGO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- CRISTÓVAM BUARQUE.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
V – produção e consumo;

.....
VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº-18, de 1998)

e) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída nela Emenda Constitucional nº-18, de 1998)

.....
DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO,
DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Trata-se de proposição, de origem na Câmara dos Deputados, que busca tornar obrigatória a adoção de dispositivos de proteção aos usuários dos serviços de energia elétrica.

Sucinto, o projeto dispõe, no art. 1º, sobre a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”.

Complementarmente, o art. 2º – na Verdade oriundo de proposição autônoma apensada à principal – determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Por fim, o art. 3º estabelece em noventa dias o prazo para que a lei proposta entre em vigor.

Justifica a proposição o argumento de que, mesmo sendo o fio terra “uma proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não se inclui entre os países usuários desse singelo sistema de segurança.

Examinado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto, sempre aprovado por unanimidade, foi trazido à deliberação do Senado Federal no dia 25 de outubro de 2000 e distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – Análise

Não resta dúvida de que muitos acidentes domésticos e freqüentes prejuízos financeiros, de pouca ou maior monta, poderiam ser evitados com a adoção da medida proposta. No entanto, o fato de as construções não contarem obrigatoriamente com sistemas adequados de aterramento torna inviável a fabricação, no Brasil, de aparelhos elétricos com o condutor-terra no cordão de alimentação e com o plugue de três pinos, comum nos equipamentos importados. Desse modo, ao dispor ao mesmo tempo sobre as edificações e os aparelhos elétricos, o PLC nº 64, de 2000, sana a presente impossibilidade de conciliação.

A despeito, contudo, de reconhecermos a oportunidade e o caráter meritório da proposição, compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, cingir-se ao exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, cabendo à CAS manifestar-se sobre o mérito.

De início, cumpre observar que o PLC nº 64, de 2000, não padece de vício de iniciativa, vez que compete à União legislar privativamente sobre direito civil (art. 22, I, da Constituição Federal), campo em que se inscreve grande parcela dos chamados “direitos do consumidor”, e, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor” (art. 24, V e VIII).

De outra parte, a proposição parece consentânea com a Política Nacional de Relações de Consumo, instituída pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que tem por objetivo “o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança (...)”. Nos termos do art. 4º, inciso I, alínea **d**, dessa importante lei, a ação governamental deve ocorrer no sentido de proteger efetivamente o consumidor “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”. É o que pretende o projeto sob exame.

III – Voto

Ante o exposto, não vislumbro inconstitucionalidade, injuridicidade ou ofensa regimental na proposição, disposta, ademais, em boa técnica. Voto, assim pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, – **Osmar Dias**, Relator.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2000, que “determina a obrigatoriedade de as

edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”.

A proposição visa à adoção de dispositivos de proteção dos usuários dos serviços de energia elétrica. Para tanto, estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”. De outra parte, determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão disponham de condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Nas palavras do autor do projeto, o fio-terra é utilizado em diversos países por se tratar de “proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não adota esse importante quesito de segurança. Embora não seja um sistema sofisticado, pois basta a conexão “de um simples cabo a sistema de aterramento eficiente”, são raras em nosso país as edificações que disponham de Condutor-terra de proteção e igualmente escasseiam os aparelhos elétricos fabricados com tomadas de três contatos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde mereceu a aprovação unânime das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o PLS nº 64, de 2000, submetido à deliberação do Senado Federal, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, com base no relatório do Senador João Batista Motta, a matéria foi aprovada, sem emendas, no dia 15 de dezembro de 2004.

II – Análise

Torna-se evidente na argumentação que sustenta a proposição, que duas singelas medidas precisam ser concomitantemente adotadas no sentido de reduzir o grave risco de acidentes decorrentes da falta de sistemas adequados de aterramento.

De uma parte, as edificações precisam contar com instalações elétricas compatíveis. De outra, os aparelhos mais sensíveis às variações de tensão devem ser fabricados com pinos tripolares. Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em conseqüência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais.

Ao dispor concomitantemente sobre ambas as exigências, o projeto em causa preenche uma lacuna normativa, que, registre-se, no campo da engenharia, vem sendo parcial e gradativamente suprida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade de natureza privada e finalidade pública, responsável pela normalização técnica no país.

O PLC nº 64, de 2000, não incorre em vício de iniciativa. Nos termos do inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre energia e, a teor do disposto nos incisos V e VIII do art. 24, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor”. A matéria não se encontra, ademais, adstrita à reserva de iniciativa atribuída ao Presidente da República por força do §1º do art. 61.

Como consigna a manifestação da CCJ, a proposição harmoniza-se com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à obrigação do poder público em zelar “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”. Do ponto de vista dos aspectos urbanísticos e edifícios, ainda que os objetivos do projeto pudessem ser alcançados pela via legislativa municipal ou, ainda, no âmbito dos regulamentos das concessionárias dos serviços de energia elétrica, nada obsta a edição da norma federal proposta, como bem observou o parecer da CCJ.

Cumpra, por fim, destacar que embora se exija que as novas construções atendam às disposições da lei proposta tão logo decorra noventa dias de sua publicação, as necessárias adaptações do processo industrial para atender à obrigatoriedade da tomada tripolar nos aparelhos elétricos poderão ocorrer no período de quinze meses. Salvo melhor juízo, os prazos parecem adequados.

III – Voto

A par de não padecer de inconstitucionalidade ou injuridicidade, a proposição sob exame, disposta em boa técnica legislativa, aborda matéria relevante para o aprimoramento das condições de segurança em que ocorre a utilização domiciliar e comercial de aparelhos elétricos no Brasil. Voto, assim, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão. – **Lúcia Vânia**, Relatora.

PARECER Nº 252, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados

para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**
ad hoc: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flávio Arns, assegura a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão, pelo Regime Geral de Previdência Social, de aposentadoria ao segurado portador de deficiência.

Prevê ao portador de deficiência a possibilidade de se aposentar por idade aos 55 anos de idade, se homem, e 50, se mulher, desde que tenha, no mínimo, 180 contribuições à Previdência Social, no caso de ter sido inscrito na Previdência após 24-7-1991. Para os que se inscreveram antes dessa data, o número mínimo de contribuições varia de 60 a 180 a depender do exercício em que acontece o implemento das condições para a aposentadoria.

O PLS nº 358, de 2005 – Complementar, também dá a possibilidade ao portador de deficiência de se aposentar por tempo de contribuição. Nesse caso, exige-se 25 anos de trabalho na condição de deficiente.

Tanto na aposentadoria por idade, quanto na por tempo de contribuição, existem regras de transição para o caso do segurado ter adquirido a deficiência no decorrer de sua vida laboral.

Na hipótese de a legislação previdenciária federal ser mais vantajosa do que a presente proposta, fica assegurada ao portador de deficiência o direito à primeira.

A aposentadoria consistirá na totalidade do salário-de-benefício, que será apurado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo. O fator previdenciário só será aplicado se resultar vantagem extra ao portador de deficiência.

Por fim, a proposição prevê que ao portador de deficiência aposentado que necessite de assistência de terceiros será devido um acréscimo de 25% no valor de seu benefício.

Não houve apresentação de emendas.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não detectamos vícios que prejudiquem o projeto. Além disso, o texto segue a boa técnica legislativa.

Relativamente ao mérito, o projeto é pertinente e de elevado alcance social, pois visa a criar regras específicas de aposentadorias para pessoas que merecem nossa especial atenção, os portadores de deficiência. Essa possibilidade foi criada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2003, ao alterar o § 1º do art. 201 da Carta Magna.

Sabe-se que a Previdência Social passa por momentos difíceis, com elevados déficits. No entanto, apesar disso, não se pode argumentar que é um agravante a esse déficit dar aos portadores de necessidades especiais uma aposentadoria especial. Basta ver que, conforme o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, a condição de desgaste acentuado que todo deficiente sofre ao longo de sua existência reduz sua expectativa de vida. Ora, se a duração da vida é menor, tomando por base cálculos atuais, é necessário um menor tempo de contribuição para custear a aposentadoria.

Assim, entendemos que o PLS nº 358, de 2005 – Complementar, propicia uma melhor inclusão social do portador de deficiência, é pragmático e justo.

III – Voto

Em vista das considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar.

Sala da Comissão. – **Lúcia Vânia**, Relatora – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator *ad hoc*.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2005 - COMPLEMENTAR	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/03/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>ad hoc</i> SEN. EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB	6- PAPALÉO PAES – PSDB
LÚCIA VÂNIA – PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
LUÍZ PONTES – PSDB	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência aos pareceres que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), e o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of.n. 187/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro–Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de injuridicidade, do Projeto de Lei nº 4.253/98, do Senado Federal (PLS nº 181/97, na origem), que “Autoriza a União a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal do ex–Presidente Getúlio Vargas”.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 188/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 1.643, de 1999 (PLS nº 298/99), que “Estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 189/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.436/04, do Senado Federal (PLS nº 203/02, na origem), que “Acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I a III do art. 3º, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos de idade.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 190/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 3.153, de 2004 (PLS 61/03), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio”.

Atenciosamente. – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 191/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 5.427, de 2005 (PLS 453/03), que “Institui cota para estudantes da rede pública nas Universidades Públicas e dá outras providências.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados aos processados dos projetos a que se referem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2006

Solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso X, art. 49 da Constituição Federal, e o art. 14 da Lei nº 9.613/98, que seja solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Justificação

A imprensa brasileira tem publicado com grande destaque, o comprometedor depósito do atual Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, nas contas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A dívida, no valor de R\$ 29,4 mil, foi paga em quatro parcelas entre dezem-

bro de 2003 e março de 2004 e foram feitos em quatro agências do Banco do Brasil em São Paulo. Tesoureiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto afirma que pagou do próprio bolso uma dívida de R\$ 29,4 mil que o presidente tinha com o PT relativa a gastos pessoais, anteriores a 2003, com viagens internacionais pagas com dinheiro do Fundo Partidário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores: a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei: cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

Art. 14. É criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Há oradores inscritos. Por permuta com o Senador Paulo Paim, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria, se V. Ex^a concedesse, após a fala do nosso caro Senador Heráclito Fortes, de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a terá a palavra depois do Senador Heráclito Fortes nos termos do art. 14.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta não foi uma semana feliz para o Partido dos Trabalhadores. Começou com a vocação policlesca gestapiana, escarafunchando a vida de um caseiro, colocando todo o aparato do Estado – aparato policial e de investigação – para tentar coagir um cidadão que não cometeu pecado algum a não ser o de vir aqui e prestar depoimento sobre fatos a que assistiu.

A rapidez com que o Governo age nos assuntos que lhe interessam nesse caso é desproporcional com o que diz respeito à apuração dos fatos. A pressão se estendeu, inclusive, ao pai do caseiro, que foi chamado à agência da Caixa Econômica de Teresina, segundo o jornal **Folha de S.Paulo** de ontem, para prestar esclarecimentos sobre a movimentação de sua conta. Bisbilhotices dessa natureza eu nunca tinha visto, Senador Paulo Paim, cometerem-se no sistema bancário do Brasil.

Repito o que disse ontem: causa estorpecimento o silêncio, a omissão do Banco Central sobre esses episódios. Responsável pela condução do sistema bancário do Brasil, o Banco Central tem o dever e a obrigação de se manifestar. Daí por que, Senador Marco Maciel, temos que repensar o Estado brasileiro. Se essas funções – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Central – estivessem ocupadas profissionalmente, como função de carreira, estaríamos livres de vexames como esses, que contaminam a Nação e envergonham a todos os brasileiros.

Qual é o chefe de gabinete ou o diretor da Caixa Econômica que pode resistir à pressão de um superior seu para furar um sigilo sem sofrer o risco de ser demitido? Ele está ali por um favor, está ali por prestação, na maioria das vezes, de serviço partidário ou por querências pessoais, mas jamais pela brilhante história de sua carreira profissional. Esse é um caso que nos faz voltar à tese do aparelhamento do Estado e da ocupação de funções públicas que exigem profissionais de carreira e, acima de tudo, pessoas que possam agir com independência. Daí por que a autonomia do Banco Central, que se vem discutindo aqui há algum tempo, é um passo importante nesse sentido.

Senador Marco Maciel, com o maior prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz no Senado Federal, e observar que preconiza uma tese muito correta – separar as funções de Estado das funções de Governo. O Governo passa, o Estado fica. Cada vez mais precisamos, a exemplo do que fazem os países do Primeiro Mundo,

investir nas questões de governabilidade e reforçá-las. Busca-se sempre profissionalizar, o máximo possível, a Administração Pública. Realmente, V. Ex^a tem razão quando diz que o desempenho de certas instituições brasileiras seria bem melhor caso se optasse por esse modelo. Aliás, as agências reguladoras que surgiram no Governo passado, o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se pautam por esse objetivo. V. Ex^a preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e sabe disso muito bem, porque lá é o fórum onde se sabatinam os indicados para as referidas agências. Há, claramente, uma distinção entre função de Estado e função de Governo. Tanto o é que os mandatos não são coincidentes entre os titulares do Executivo e os titulares das agências. Com isso quer-se reforçar a profissionalização, a independência das agências em relação aos eventuais titulares do Governo. Somente assim vamos melhorar a institucionalidade e também a chamada governabilidade, ou seja, daremos às instituições condições de responder adequadamente às demandas da sociedade. Com esse discurso, creio que V. Ex^a produzirá com relação ao tema uma reflexão no Senado e na Câmara dos Deputados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte a V. Ex^a. Quero dizer-lhe que, ontem mesmo, tivemos um exemplo da importância das agências reguladoras.

O Senador Delcídio Amaral convocou o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres para participar da reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de que se discutisse, juntamente com o setor privado, a questão envolvendo ferrovias que servem ao seu Estado e ao Estado de São Paulo. O debate foi altamente esclarecedor, muito oportuno, e pudemos colher informações valiosas para o País.

Creio que as agências devem receber, por parte do atual Governo, uma atenção maior, a começar pelo não-contingenciamento dos seus recursos, que faz com que elas percam completamente sua independência e passem a, de pires na mão, pedir favor governamental para a liberação de recursos que lhes possibilitem, pelo menos, caminhar.

V. Ex^a tem absoluta razão. Acredito que, conforme aquela tese da agenda positiva que devemos discutir aqui, esse será, certamente, um dos temas que não poderá faltar a esse elenco de assuntos que discutiremos no Senado.

Sr. Presidente, iniciei dizendo que esta semana foi muito ruim para o Partido dos Trabalhadores: começou com a ação do Estado policlesco e termina com o balé da Deputada Angela Guadagnin no plenário da Câmara dos Deputados. Vejam isso! Partido dos Trabalhadores, quem te viu, quem te vê! Dançando, de-

bochando, não sei se do povo brasileiro, não sei se do Congresso Nacional, não sei de quem, nem de quê. Mas o gesto da Deputada envergonha-nos a todos e indignou a Nação. Quem abrir os jornais de hoje ou viu os canais de televisão ontem pode exatamente atestar o que digo.

Senador Alvaro Dias, não quero entrar no mérito do resultado que absolveu um petista envolvido no mensalão. Não quero entrar na questão! Agora, zombar do povo brasileiro, da instituição, do Conselho de Ética, dos companheiros que discordaram do seu voto é um ato impensado, extemporâneo, e merece o repúdio de toda a Nação brasileira.

Mas se prepare, Senador Alvaro Dias, prepare-se, Senador Arthur Virgílio, que a ala policialesca do PT haverá de dizer que essa atitude da Deputada foi coisa da Oposição e vão jogar a culpa em vocês. Tem sido assim! Ninguém assume a responsabilidade dos atos!

O gesto espontâneo do balé de mau gosto – já vi um *site* hoje chamando-o de balé da perereca, não quero entrar no mérito da questão, mas que dança bem, não dança, e é melhor que seja assim – é inaceitável, porque a Sr^a Angela Guadagnin é uma Deputada de passado, de currículo. Examinei a sua biografia: ex-Prefeita de São José dos Campos, membro do Diretório Nacional do PT e do Conselho de Ética.

Não vejo nenhuma condição moral – e abro um parêntese para dizer que esse é um assunto da Câmara dos Deputados –, Senador Alvaro Dias, para essa Parlamentar continuar no Conselho de Ética. Será muito incômodo para seus companheiros sentar-se ao lado de quem tripudia de uma decisão tomada.

De forma que, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Paim, a quem agradeço por ter-me concedido o privilégio de falar primeiro para poder me deslocar ao Piauí, quero dizer o seguinte: mais uma semana, mais uma frustração. A Oposição, meu caro Senador Alvaro Dias, não consegue criar nenhum problema, nenhuma dificuldade para o Governo. É o Governo que cria todos.

Começamos com a Polícia e vamos terminar em festa, com o balé. Que triste balé! A Nação envergonhada repudia, tenho certeza, esse tipo de comportamento.

Só espero que o final de semana seja longo o suficiente para reflexões. E, na segunda-feira, vamos ouvir, mais uma vez: o Presidente Lula não sabia, não viu, é intriga da Oposição, é a Oposição que está contaminada por inveja. Continuem assim que veremos aonde vamos parar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos Correios, para uma comunicação inadiável pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

V. Ex^a terá a prorrogação do tempo que necessitar para o seu pronunciamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, aproveitando o registro do Senador Heráclito Fortes e agradecendo ao Senador Paulo Paim a boa vontade, registro a importância da audiência pública que realizamos ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, tratando de um tema absolutamente fundamental, as ferrovias. Ficou muito claro a importância das regras da regulamentação especialmente no que se refere à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Essa audiência seria realizada na terça-feira, mas não ocorreu porque o próprio Dr. José Alexandre não poderia estar presente e, conseqüentemente, não pudemos contar com a presença de outros Senadores extremamente interessados nesse tema.

Sr. Presidente, também registro um trabalho muito competente, muito bem-feito do jornalista Hugo Studart, sobre um dos episódios mais dramáticos da história política contemporânea do Brasil. Refiro-me ao livro **A Lei da Selva**, em que o autor faz uma exaustiva investigação sobre o movimento armado na região do Araguaia, duramente reprimido pelas forças da repressão da época.

Na busca sempre difícil da isenção em temas polêmicos, Hugo Studart ouviu depoimentos de sobreviventes do movimento armado e dos militares que dele participaram. É um trabalho de fôlego e revelador de fatos e circunstâncias ainda desconhecidos, autênticos furos de reportagem.

Inclusive, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o livro em questão fornece dados bastante concretos que permitiriam aos órgãos competentes a localização de vítimas cujos corpos até hoje não foram encontrados. A partir dos dados fornecidos pelo livro, caberia uma investigação cuidadosa para localização de pessoas ainda não identificadas com segurança.

Há ainda indicações de violências praticadas pelos próprios guerrilheiros contra civis, simples moradores da região. Essa parece ser outra constatação importante do livro do jornalista. As grandes vítimas do movimento armado foram, na verdade, os moradores daquela selva sem lei, pessoas simples, lavradores absolutamente desinformados sobre as motivações do confronto. Muitos pagaram com a vida o simples fato de morarem naquele ponto distante do território nacional.

Quero dar os parabéns ao autor Hugo Studart e também à Geração Editorial pela ousadia de publicar obra destinada a abrir novas polêmicas sobre um episódio, cujo desfecho trágico todos os brasileiros têm o dever de lamentar.

Sr. Presidente, no tempo de que disponho, faço um registro para V. Ex^a, que é um Senador competente, que acompanha os principais acontecimentos do Congresso Nacional com muito rigor, é um Senador investigativo, de posições muito claras: na terça-feira, leremos o relatório da CPMI dos Correios.

Havíamos marcado inicialmente a data de terça-feira passada, dia 21, alteramos para 28, exatamente – e V. Ex^a conhece muito bem – em função dos cuidados que devemos tomar na elaboração do relatório e na consolidação de todas as teses defendidas por vários Parlamentares da CPMI dos Correios ao longo desses meses de trabalho.

É um relatório extenso, de quase 2.800 páginas. Tentaremos resumi-lo por meio de uma apresentação em *power point* a ser feita pelo Deputado Osmar Serraglio, utilizando-se de um sumário executivo.

Nesta semana, comecei a conversar com as Lideranças, para que não só – V. Ex^a é um regimentalista – de comum acordo com as Lideranças, possamos estruturar todo o processo de leitura e discussão do relatório final da CPMI dos Correios.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a me honra muito com seu aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, fiz questão de fazer um aparte a V. Ex^a porque ainda não tinha tido oportunidade de dar o testemunho ao País da liderança e da competência de V. Ex^a e da alegria que tive de ser seu liderado. V. Ex^a ao mesmo tempo era Líder do Bloco de Apoio ao Governo e Presidente da CPMI. Lembro-me – e quero ser breve devido ao tempo – de que muitos diziam que V. Ex^a não conseguiria acumular as duas funções. E foi um pedido nosso que V. Ex^a continuasse na Liderança do Bloco. V. Ex^a conseguiu coordenar o trabalho de todos os Senadores do Bloco, principalmente, é claro, do nosso Partido, e ampliar o leque com os outros aliados mesmo atuando na Presidência da CPMI. V. Ex^a foi uma grande revelação para o País quando teve a oportunidade de demonstrar que a CPMI não seria chapa-branca. Estão aqui os Senadores em plenário, e tenho certeza de que todos concordam com a minha opinião. Quero, neste aparte, cumprimentar V. Ex^a pela forma independente e tranqüila como se comportou durante todo esse período – e sei que permanecerá assim até o último minuto – na Presidência da CPMI dos Correios. Tenha certeza de que estamos orgulhosos da forma de o Senador Delcídio Amaral atuar no

nosso Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a! Entendo que o Brasil ganha muito tendo homens com a atuação como a de V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral. Meus cumprimentos!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Orgulha-me muito estar a seu lado na Bancada do PT, pois V. Ex^a é um homem conhecido nacionalmente, com grande biografia. É um homem de bem, que anda pelas ruas de cabeça erguida por causa do bom trabalho que aqui executa e pelo que representa para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

Portanto, é uma honra muito grande, Senador Paulo Paim, ouvir essas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, como V. Ex^a sabe, estamos, agora, encerrando as discussões, e os Sub-Relatores entregaram seus respectivos relatórios. Cabe ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, fazer uma análise desses relatórios para consolidar o relatório final, que será lido na próxima terça-feira.

Existem muitas versões, meu caro Presidente, as mais variadas, de que estariam discutindo indiciamento, de que estariam tentando acomodar as coisas, abafar as questões, desaparecer com cruzamentos, principalmente associados a saques em agências de vários Bancos que surgiram ao longo de todas essas denúncias ou cujos dirigentes foram ouvidos na CPMI dos Correios. Mas o importante e fundamental é registrar, meu caro Presidente, que temos discutido com absoluta transparência todas essas questões, desde a origem dos recursos, Senador Paulo Paim, Senador Marco Maciel, até a análise dos contratos. É importante também registrar o apoio que tivemos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União na análise dos contratos dos Correios.

Temos discutido também intensamente na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, que trará uma série de sugestões importantes, principalmente para o mercado em que os fundos de pensão desempenham um papel fundamental.

Não posso também deixar de registrar aquilo que foi diagnosticado e as propostas que surgirão ligadas ao Instituto de Resseguros do Brasil. O Presidente Renan Calheiros solicitou que tratássemos desse assunto, para que não houvesse necessidade de criação de uma nova CPI.

A Sub-relatoria do Deputado Onyx Lorenzoni sugere uma série de projetos de lei para, por meio de um arcabouço regulatório, evitar esses tristes acontecimentos que vivenciamos ao longo dos últimos meses e que se iniciaram na CPI dos Correios.

Sr. Presidente, estamos absolutamente serenos, discutindo com transparência. Como disse o Senador

Paulo Paim, uma CPI que no início era considerada chapa branca teve competência para tratar de todas essas questões de absoluta relevância para o Congresso Nacional e para o Executivo com transparência, e isso continuará.

Não tenho dúvida, meu caro Sr. Presidente Alvaro Dias, de que todos estamos empenhados na aprovação do relatório da CPI dos Correios. Todos nós sabemos quantas CPIs aconteceram nos últimos meses ou anos sem resultados, e aqui destaco a CPI do Banestado. Precisamos apresentar um relatório isento, justo, equilibrado, fático, técnico, sem adjetivação, e encaminhá-lo a quem de direito, ao Ministério Público, à Polícia Federal e, eventualmente, às Mesas da Câmara e do Senado, em função das verificações, do cruzamento de informações, que ainda está sendo processado e será concluído ao longo deste fim de semana.

Sr. Presidente, destaco ainda que, pela leitura dos jornais de hoje, tomei conhecimento de comentários feitos em sessão de ontem do STF sobre vazamento de informações, principalmente das CPIs, com a dos Correios, a do Mensalão, a dos Bingos.

Sr. Presidente, só falta agora o Judiciário questionar requerimento apresentado por Parlamentar. Aí será demais! Aí passaremos absolutamente da conta. Se o Congresso Nacional não responder à altura, daqui a pouco, será de pouca valia qualquer trabalho executado por nós, Parlamentares.

Sr. Presidente, quantas informações a CPI dos Correios e as outras CPIs receberam ao longo desse trabalho! Se ocorreram vazamentos, tomamos uma série de providências para evitá-los, e eles foram pontuais, Sr. Presidente. Não desrespeitamos direitos individuais, não penetramos em contas, abrimos todas as contas, ou as informações que surgiram ou que foram vazadas não prejudicaram empresas. E, se algumas dessas empresas, eventualmente, tiveram determinadas informações tornadas públicas, essas informações já eram tratadas há algum tempo, inclusive por órgãos fiscalizadores, por órgãos reguladores.

Sr. Presidente, tenha a certeza absoluta do cuidado que tivemos ao longo de toda essa caminhada, apesar de todas as dificuldades e por ser um processo parlamentar difícil, de enfrentamento, num momento difícil por que passa o País.

Fiquei surpreso com um comentário feito, ao se questionarem requerimentos de Parlamentares, de que os requerimentos não tinham consistência ou substância. Alguns requerimentos foram apresentados de maneira resumida por uma razão simples: exatamente porque a CPI já detinha informações sigilosas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, e, até por cuidado

com essas questões, nós não tornamos públicas essas informações ou esses dados.

É importante registrar, Sr. Presidente, que conseguimos derrubar várias liminares no STF, mostrando a sustentação técnica que existia sobre aqueles requerimentos.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, com muito prazer.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Primeiramente, parabeno V. Ex^a, pois ainda não tive oportunidade de fazê-lo publicamente, pelo trabalho desenvolvido, cumulativamente, na Liderança do PT e na Liderança do Bloco de apoio ao Governo, no ano passado. V. Ex^a acumulou ainda, além das duas importantes funções de Líder, a Presidência da CPMI dos Correios, Comissão tão importante. V. Ex^a, com o apoio da Bancada, conseguiu conduzir muito bem o seu trabalho à frente da CPI, de forma responsável. Infelizmente, alguns dados também foram vazados, mas não por responsabilidade de V. Ex^a – sabemos muito bem disso. Isso aconteceu também em outras CPIs, como na Câmara dos Deputados, onde houve o vazamento de sigilo bancário de cidadãs que foram parar em páginas de revista de circulação nacional. E ninguém se indignou, e isso não poderia ter acontecido. Não vi ninguém demonstrar a mesma indignação. Não podemos usar dois pesos e duas medidas em situações idênticas. Temos de condenar todo tipo de violação indevida, mas não apenas de alguns. Quando é para atingir alguém do Governo, todo mundo aplaude, vai à tribuna, acha maravilhoso! Mas não devemos aplaudir nenhuma situação para que, amanhã, não reforçemos situações indevidas, que tenham ocorrido infelizmente há muito tempo no nosso País, haja vista – de triste memória para o povo brasileiro – a ditadura militar, que até forjava processos contra cidadãs e cidadãos. Já fiz este registro, Presidente Delcídio, e não poderia deixar de fazê-lo neste momento; quando o fiz, V. Ex^a não estava presente, e eu estava na sub-relatoria dos fundos de pensão. Fiquei, infelizmente, mal impressionada com aquele relatório preliminar apresentado, cheio de falhas, cheio de erros. Parece que as pessoas que o fizeram não tinham conhecimento do assunto, mas, até onde sei, esta CPI está pagando empresas privadas para fazer esse trabalho. Senador Delcídio, há de se cobrar dessas empresas um trabalho de melhor qualidade, porque aquilo que foi feito em relação aos fundos de pensão, com a montanha de dinheiro que se pagou e que se está pagando para essas consultorias pariu-se um rato. Foi pífio aquele relatório, cheio de erros, quan-

do outros investimentos feitos pelos fundos de pensão, que causaram prejuízos imensos, parecem ter passado ao largo de uma investigação maior. E observem que esses documentos já estavam de posse da CPI, independentemente de divulgação na imprensa; já estavam de posse da rub-telatoria dos fundos de pensão. Sei que V. Ex^a tem primado por um trabalho de qualidade, por um trabalho que evite as ilações. Quando se está realizando um trabalho de CPI, deve-se ter todo o cuidado, exatamente porque, depois que sai uma notícia de acusação, às vezes, mesmo depois de se mostrar que aquilo não era verdadeiro, infelizmente não se consegue reparar a totalidade dos estragos. Digo isso porque quero ressaltar a postura de V. Ex^a, extremamente coerente durante todo esse tempo, jamais permitindo a não-investigação, jamais permitindo a impunidade, jamais permitindo que se aprovasse, por exemplo, um relatório, como aprovamos na CPMI da Terra, que foi uma verdadeira vergonha nacional, que incentivou a impunidade, que foi conivente com os crimes. V. Ex^a teve a postura de jamais permitir que isso ocorresse em uma CPI e investigou todos, sem se interessar por colorações partidárias. Essa é a postura correta e coerente. Por isso, faço este registro e parabênzo V. Ex^a, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

V. Ex^a foi minha Vice-Líder e, no meio dessa tempestade, representou-me muito bem aqui, liderando nossa Bancada, liderando os Partidos que constituem o Bloco de apoio ao Governo. Quero agradecer V. Ex^a por tudo o que fez por mim ao longo desse trabalho que realizamos juntos na Liderança da Bancada do PT, dos Partidos que constituem o Bloco de apoio ao Governo e em outras atividades parlamentares também.

Sr. Presidente, para concluir, respondendo a algumas questões levantadas pela Senadora Ana Júlia, quero dizer que o Deputado Osmar Serraglio é um Relator consciencioso e está analisando, com muito cuidado, todos os relatórios das sub-relatorias; analisa-os com rigor, com espírito crítico e, acima de tudo, com transparência. Isso está sendo discutido pelos dois adjuntos: Deputado Maurício Rands e Deputado Eduardo Paes e pelos respectivos sub-relatores. Assim, vamos concluir esse relatório e, assim, vamos discutir com as principais Lideranças esse relatório.

É absolutamente fundamental, meu caro Presidente Senador Alvaro Dias, que venhamos a aprovar o relatório, porque uma CPI sem aprovação de um relatório, especialmente uma CPI dos Correios, propiciaria a vitória dos responsáveis por tudo o que ocorreu nos últimos meses, ou seja, os culpados estão apostando na não-aprovação do relatório, porque isso criaria as

condições necessárias para que, depois, eles se livrassem das suas penas no Judiciário. Portanto, temos de trabalhar intensamente, trabalhar decisivamente, para que venhamos a aprovar esse relatório.

Concluindo, Sr. Presidente, com relação às auditorias que foram contratadas e citadas pela Senadora Ana Júlia, confesso que, ao longo desses meses, a despeito das dificuldades, a despeito de uma eventual interpretação equivocada de alguns posicionamentos assumidos pelos relatores ou pelos sub-relatores, o resultado foi muito bom. E teremos oportunidade de registrar esse fato quando da apresentação do relatório final.

Creio que isso foi uma grande e fundamental inovação. Trouxe isenção na análise, trouxemos *expertises* em movimentação financeira, em análises de contratos e, por que não dizer também, na avaliação dos trabalhos do fundo de pensão. Talvez o equívoco nosso foi apresentar relatórios preliminares que não foram votados, mas que por não detalharem informações até por questões de sigilo, isso levou a interpretações, em alguns casos, equivocadas.

Sr. Presidente, resumindo, quero mais uma vez registrar aqui o cuidado que a CPI dos Correios teve com relação a dados sigilosos e confidenciais a respeito de vazamentos que ocorreram, mas vazamentos pontuais. Nunca invadimos o sigilo das pessoas, principalmente causando danos, desobedecendo ou, mais do que nunca, ferindo direitos individuais.

Registro, Sr. Presidente, mais uma vez, o meu protesto, depois de tantas situações com as quais convivemos. Agora, até requerimentos são questionados pelo Judiciário, tirando até aquilo que, regimentalmente, é direito dos Parlamentares. Eles têm de apresentar, e as CPIs podem votar, como também os Plenários da Câmara e do Senado.

Registro o mais importante, Sr. Presidente: quando, em algumas situações, questionaram o mérito desses requerimentos, é porque tivemos o cuidado de preservar informações sigilosas que já havíamos obtido dos órgãos de regulação e de fiscalização.

Muito obrigado, meu caro Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Delcídio Amaral, e os cumprimentos da Mesa pelo extraordinário trabalho que V. Ex^a realiza à frente da CPI dos Correios. A expectativa desse relatório certamente é motivo de grande preocupação, de um lado; mas, de outro, é razão para a certeza de que, com a condução firme de V. Ex^a na Presidência, com a Presidência correta que V. Ex^a exercita à frente dos seus Colegas Senadores e Deputados, teremos uma conclusão que responda às expectativas nacionais sobre um relatório contundente, responsável, que

possa indiciar pessoas, reunir provas documentais, testemunhais e ilícitos comprometedores, para que o Ministério Público Federal possa dar seqüência e cumprir o seu dever, buscando a responsabilidade civil e criminal daqueles que, comprometendo a imagem das instituições públicas brasileiras, praticaram ilícitos e provocaram uma grande indignação no País.

Portanto, cumprimento V. Ex^a por esse notável serviço prestado não apenas ao Parlamento brasileiro, mas também ao País. V. Ex^a está de parabéns.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, quero apenas dizer uma frase ao Senador Delcídio Amaral, nosso Líder no Congresso. Com certeza absoluta, preciso dar uma notícia triste ao Senado: sei que não poderemos contar com V. Ex^a no próximo ano, mas Mato Grosso vai ganhar um Governador que honrará o Estado e o País. Fico triste e alegre ao mesmo tempo, pois estou dividido entre o interesse do País e o de Mato Grosso.

Meus parabéns pela candidatura a Governador.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje, primeiramente, para cobrar da Câmara dos Deputados a votação do projeto de lei sobre o salário mínimo, que está naquela Casa.

No Senado, já consegui a assinatura de todos os Líderes da Oposição e da Base do Governo. Esta Casa vai cumprir a sua parte, e espero que a Câmara cumpra a sua, a fim de que não precisemos aceitar uma medida provisória, na semana que vem, para que o salário mínimo, independentemente do valor, possa entrar em vigor a partir do dia 1^o de abril.

Portanto, faço, mais uma vez, um apelo ao Presidente Aldo Rebelo e a todos os Deputados Federais para que votem o projeto.

Na mesma linha, Sr. Presidente, quero falar sobre um dos projetos mais importantes, no meu entendimento, que consegui aprovar nesta Casa neste ano, que é aquele que revoga o fator previdenciário. Ele teve aprovação unânime. Todos os Partidos – todos – votaram a favor do fim do fator previdenciário, que é um redutor dos benefícios dos assalariados brasileiros. Quando ele foi aprovado, em 1999, sei que a população não o entendeu, porque nem sabia o que era fator previdenciário. Eu diria que 99% da população não sabe o que é isso.

Pois bem, é um instrumento que, no ato da aposentadoria – e agora a população está sentindo isso –, reduz os benefícios em 30% para o homem e em 35% para a mulher.

Só para dar um exemplo, Senador Gilvam Borges, que apoiou a minha iniciativa, um cidadão que se aposentaria com R\$2 mil receberia R\$1,4 mil. No caso da mulher, esse valor de R\$2 mil seria reduzido para R\$1,3 mil. Olhem a diferença que isso faz na vida do nosso povo!

Outra coisa: os altos salários não têm fator previdenciário. Para quem ganha acima de seis ou sete salários mínimos, para quem ganha 20, 30, 40, 50 salários mínimos, não se aplica esse fator. Em fundos de pensão privados também não se aplica o fator previdenciário, porque, caso contrário, ninguém iria querê-lo: “Vou pagar e, depois, reduzem aquilo a que tenho direito em 35%?”. Então, ele só serve para os da classe média para baixo, mas não deveria servir para ninguém, porque quem paga merece receber. Ora, se eu contribuir por 30 ou 35 anos, tenho o direito ao princípio da integralidade, como era antes do fator previdenciário.

Não estou criticando ninguém, porque se alguém ganha um salário maior isso acontece porque trabalhou, estudou, se preparou, se formou, fez concurso. Não quero o fator previdenciário para ninguém, mas faço a comparação, com todo o respeito, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eles se aposentam recebendo R\$24 mil por mês, que é o valor do último salário. Aplicam o fator previdenciário? Não. Para nós mesmos, Deputados e Senadores, que temos o nosso regime, aplicam o fator previdenciário? Não. E, aí, eu poderia dar centenas de exemplos.

Dizem que é até 10 salários, mas não é assim. Sabemos que, no Regime Geral da Previdência, a aposentadoria fica em torno de 10 ou 12 salários. Ninguém ganha mais do que isso. Então, para esses que ganham até seis ou sete salários vale e, para os outros, não vale. Por isso, o Senado, de forma correta, aprovou o fim do fator previdenciário e temos o princípio, via cálculo atuarial, da integralidade, de acordo com aquilo que você contribuiu. É justo. O servidor que paga sobre três que se aposente sobre três. O trabalhador que paga sobre dois que se aposente sobre dois. Para quem paga sobre R\$4 mil, se o faz via cálculo atuarial, é um direito seu, mas não podem fazer isso com os assalariados.

Quero agradecer, Sr. Presidente, porque o Brasil todo está de acordo quanto a essa questão. Eu recebo, diria, de cada mil correspondências, uma – que sei bem de onde vem – dizendo: “Não, mas vai dar problema na Previdência.”.

Sei que os grandes grupos de previdência privada querem que a pessoa desacredite cada vez mais na previdência pública e corra para o sistema bancário para fazer uma aposentadoria complementar, porque o fator previdenciário, embora a pessoa pague, vai reduzir os seus vencimentos.

Estou muito feliz pela repercussão positiva em todo o País, tanto que inúmeros jornais – e quero até cumprimentar a sua direção – me ligam pedindo artigos, porque aqueles que são contra os assalariados e o princípio da integralidade escreveram e o jornal publicou. Aí, os jornais disseram: “Olha, Paim, há uma cobrança muito grande dos eleitores para ouvir o outro lado, que é o daqueles que defendem, como nós, uma outra política sem o fator previdenciário.”

Então, a repercussão, eu diria, está excelente, a não ser por um ou outro que tenha compromisso com os grandes bancos. Até entendo, porque se os grandes bancos pagam o seu *blog*, financiam a sua caminhada, bom, ele deve prestar contas para o seu empregador.

O meu empregador é o povo, porque foi ele que me colocou na tribuna do Senado e da Câmara. Esse é o meu empregador. Quem paga o meu salário é o povo e para ele que trabalho aqui, com muita convicção.

Sr. Presidente, estou esperançoso devido às repercussões inclusive na Câmara dos Deputados, porque lá também – Senador Mão Santa, que chega agora, Relator desse projeto que estou, de novo, a comentar – vai ser revogado o fator previdenciário.

Quero destacar, com muita satisfação, que vai haver uma campanha nacional de todos os sindicatos, das mais variadas matrizes ideológicas, juntamente com a sociedade organizada, pelo fim do fator previdenciário, para que a Câmara o aprove ainda neste ano.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que falo do fator previdenciário, digo que sou daqueles que estão convencidos de que a previdência pública é viável, basta apenas não destinarem para outros fins os seus recursos. É um discursinho sem-vergonha o daqueles que dizem que a Previdência está falida. Eta discursinho malandro esse. Se tomarmos todos os recursos da Previdência, veremos que ela é superavitária. No entanto, venderam tanto a imagem de que a previdência pública está falida, que alguns já acreditam.

Mostro, com dados oficiais do Ciaf, e isso é histórico – nem vou falar da dívida de 500 bilhões que o País tem com os aposentados e pensionistas –, que os últimos 10 anos deram mais de 50 bilhões, que continuam sendo destinados para outros fins.

Reafirmo que a previdência pública é viável, é possível. Podemos, sim, ter um salário decente para os aposentados e pensionistas, inclusive aprovando o

PL 58, que é fruto, Senador Mão Santa, de um grande movimento nacional para valorizar os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me pediu um aparte, na condição de Relator do tema que trato. Não tenho como não concedê-lo e o faço com muita satisfação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – As nossas primeiras palavras são de aplauso à dedicação que o Senador Paulo Paim tem pelo trabalho e a sua consequência: a remuneração, a defesa daquilo que é justo, o salário. V. Ex^a defende o inativo e a Previdência. Essa sua última tese talvez seja inspirada num pensamento de Juscelino, que disse que a velhice é triste e que, desamparada, é uma desgraça. V. Ex^a conseguiu a aprovação desse assunto do fator previdenciário por unanimidade. Quero dizer que o PT mostrou sua miopia quando o Senador Paulo Octávio trouxe um projeto para cá, bem estudado, analisado, com consultores especializados, do qual fui Relator, em que provava, matematicamente, que a Previdência jamais teria risco de falência, desde que os recursos fossem limitados, quer dizer, os ganhos bancários de suas poupanças tivessem um caixa único. E fomos o Relator e nos empolgamos, da mesma maneira com que nos empolgamos pelo recente projeto de V. Ex^a, que já foi aprovado na CAE e está tramitando, que é uma esperança quanto à quebra do fator previdenciário. E tanto isso era verdade que o resultado da votação foi um empate em sete votos a sete na CAE, e tiveram de mudar o Presidente para derrubar. Então, penso que aquele projeto deveria voltar, visto que está amadurecida a conscientização, porque foi um erro, uma vez que provava, matemática e cientificamente, que a quebradeira da Previdência deve-se ao fato de que, nesse Orçamento tão discutido, podemos ver que, de várias maneiras, tira-se dinheiro da Previdência para outros Ministérios, para suprir outras necessidades que não aquela pregada pela Constituição em defesa da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concordo plenamente com V. Ex^a, tanto que apresentei projeto no mesmo sentido. Vamos ver se, na segunda votação, conseguimos fazer com que os recursos da Previdência fiquem efetivamente vinculados à Pasta correspondente à seguridade.

Digo também, Sr. Presidente, da minha alegria de o Senado ter aprovado um outro projeto que apresentamos, também na linha da Previdência, por unanimidade, que vai garantir a todo aposentado e pensionista, portador de uma doença incapacitante, um reajuste correspondente a 25% em sua aposentadoria. Esse é um momento difícil em sua vida e ele tem de ter alguém que o acompanhe, porque, se ele tem uma

doença incapacitante, não pode transitar livremente; enfim, ir ao hospital e ter uma assistência devida. Isso já existe em inúmeros países: Argentina, Uruguai, França, Espanha. É algo inclusive que tem a simpatia do Ministério da Previdência.

Cumprimento também o Senado por ter aprovado – e já está na Câmara – outro projeto de lei, de nossa autoria, que é a inclusão social da população de rua. Esse projeto tem um alcance social enorme, Sr. Presidente, e vai contribuir muito para que não tenhamos de assistir mais, por exemplo, àquele documentário realista e muito bem montado da TV Globo sobre a situação dos meninos envolvidos com o narcotráfico. Esse projeto, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua, com certeza, é um dos meios de respondermos à atuação do narcotráfico e a sua violência em nosso País.

Por último, Sr. Presidente, eu poderia aqui falar não só de meus projetos, mas nos de inúmeros Senadores e Deputados, que têm um alcance social enorme e que poderiam estar à altura da exigência do documentário “Falcão – meninos do tráfico”.

Com relação a esse aspecto, Sr. Presidente, quero cumprimentar o povo francês. Estou fascinado, empolgado – não sei se é porque eu vim do movimento social, do movimento sindical – com a forma como os sindicalistas e estudantes estão reagindo, na França, contra um projeto que inviabiliza o primeiro emprego e ainda prejudica aqueles que estão em atividade: duzentas mil pessoas foram para as ruas exigir a revogação desse famigerado projeto que dificulta o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e também dos mais idosos, dos adultos, dos mais velhos. Enfim, todos serão prejudicados pelo projeto produzido pelo Governo francês.

É claro que eu não estou defendendo a violência, mas estou esperançoso de que, também no Brasil, em defesa dos aposentados, dos pensionistas, tenhamos grandes movimentos. Não se trata de movimento contra ninguém, mas a favor, por exemplo, do fim do fator previdenciário; a favor, por exemplo, de uma política que efetivamente atenda os meninos de rua.

O movimento social brasileiro – tenho certeza, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, Senadora Serys, Senadora Ana Júlia, Senador Marco Maciel – haverá também de fazer o seu papel. Acho que é importante tanto para o Executivo quanto para o Legislativo e o Judiciário que haja uma mobilização, mas que seja pacífica, ordeira, capaz de demonstrar o que a sociedade efetivamente quer nas mais variadas áreas.

Esta tarde, às 14 horas, na Comissão de Assuntos Sociais, teremos um debate sobre a grande negociação

que está havendo entre a Braskem, o Pólo Petroquímico de Triunfo e a Petrobras. Representantes de todos os setores acompanharão a discussão que faremos sobre o interesse da Petrobras, da Braskem e do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico.

Na segunda-feira, às 10 horas, haverá uma reunião para debatermos o PL nº 58 e o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, cumprimento o povo francês por sua bonita história. Essa mobilização que fizeram, exigindo políticas nas áreas trabalhista, social e de emprego corresponde à expectativa de milhões de famílias.

Também vejo com bons olhos duas reuniões marcadas pelos representantes do movimento social a fim de elaborar uma pauta de mobilização sobre temas que gostariam de ver aprovados no Congresso Nacional. Espero, Sr. Presidente, sinceramente, que essa mobilização contribua para que a Câmara dos Deputados vote rapidamente o salário mínimo, o fator previdenciário, o PL nº 58 e tantos outros temas, Senadora Ana Júlia Carepa, que V. Ex^a tem acompanhado, junto com outros Senadores, e contribuído para a aprovação.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, fico feliz de ver V. Ex^a sempre na tribuna, uma pessoa que tem a sua história, o seu compromisso com os trabalhadores e sempre com o salário mínimo. Isso faz parte da sua história. Realmente, o Congresso Nacional precisa dar uma resposta em relação ao salário mínimo, porque, como V. Ex^a disse, conseguimos neste ano um valor de salário mínimo que foi discutido com diversos setores da sociedade, não apenas os ligados às organizações dos trabalhadores, mas também às dos empresários. É um avanço imenso em relação ao poder aquisitivo, ao poder de compra, avanço esse que tem reflexos claros na vida de milhares de pessoas. E veja que a pesquisa da Pnad faz referência apenas a 2004. Não temos ainda dados de 2005 e 2006. Isso vai registrar mais ainda a diminuição da pobreza. Quer dizer, depois de mais de duas décadas, este País começa a ver a diminuição da pobreza, mesmo que ela ainda seja insuficiente – repito: ela é insuficiente. Essa redução foi insuficiente? Sim, Senador Paulo Paim. É óbvio que temos de dar ainda muitos passos, mas desconhecer os passos que estão sendo dados seria querer retroceder. Como se diz na minha terra, para baixo só cresce rabo de cavalo. Precisamos olhar para frente, avançar. Como sou uma mulher muito esperançosa, quero ter fé, pois sou cristã, que vamos cumprir o prazo; porque, se vier uma medida provisória determinando o valor do novo salário mínimo, ninguém vai poder dizer um “ai”. O que não podemos é permitir que os trabalhadores,

por querelas de disputas eleitoreiras, fiquem sem o salário mínimo de R\$350. Interessante que, no meu Estado, ouvi muitos reclamarem que o valor é muito alto. E é verdade que, para algumas Prefeituras, esse valor realmente é significativo. Muitas Prefeituras são pobres neste País e, no meu Estado, isso também é uma realidade. Muitos Prefeitos reclamaram, é verdade. Mas precisamos combinar isso. Inclusive a própria reforma tributária permitiu, por exemplo, que o Imposto Territorial Rural, hoje, seja todo do Município, que ele seja recolhido e vá diretamente ao Município, sendo mais uma fonte de renda para aquele Município. O Imposto Territorial Rural representa um valor ínfimo hoje no País. Por quê? Porque não havia tanto interesse em cobrá-lo. Ficando no Município, há maior interesse do próprio gestor municipal, que está ali, próximo, de cobrar esse imposto, que é absolutamente justo, devido. Se pagamos IPTU, por que aqueles que têm grandes propriedade rural, imensos latifúndios, não pagam o Imposto Territorial Rural? Essa é mais uma forma de se contribuir com os Municípios, para que eles tenham maior volume de recursos, junto com outras questões que estamos discutindo, que já votamos e que vamos votar com certeza. Faço esse registro pelo histórico de V. Ex^a. Essa cobrança é absolutamente justa em relação ao Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia Carepa, reafirmo mais uma vez que o Presidente Lula, inclusive para evitar algum problema, encaminharia uma medida provisória. Entretanto, houve um pedido do Congresso – nós pedimos ao Ministro Marinho, ao Ministro da Fazenda, ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Aldo Rebelo que fizessem esta solicitação ao Presidente – para que o Presidente mandasse em forma de projeto de lei, que nós o votaríamos. Entretanto, o prazo está-se extinguindo e não podemos cometer um deslize deste, de o projeto não ser votado.

Eu esperava que a Câmara votasse ontem. Não votou. Agora dizem que vai votar na quarta; portanto, chegará aqui na quinta da semana que vem?!

Por isso, Presidente Alvaro Dias, mais uma vez insisto nesse tema. Pode haver alguma discordância quanto ao valor, o que é legítimo, mas temos de votar, para que entre em vigor a partir do dia 1^o.

Quando propus, há mais ou menos quatro anos, que o salário mínimo subisse na razão da inflação mais o dobro do PIB, disseram que era pura demagogia, que isso quebraria o País. Daí, reduziram à inflação mais o PIB **per capita**. Pois bem, se pegarmos o ano passado mais este ano, teremos um pouco mais que a inflação e o dobro do PIB, e o País não quebrou, está sob controle. Enfim, estamos provando, no dia-a-dia,

que podemos ter uma política permanente de recuperação do salário mínimo, como já vimos propondo há muitos anos a inflação mais o dobro do PIB.

E este reajuste de R\$50,00 de fato é o reajuste de aumento real maior dos últimos 25 anos. Então, não há grande discordância quanto ao reajuste, e a população já está contando com o dinheiro no bolso, a partir do dia primeiro, até porque temos diaristas e pessoas que recebem por semana.

Por isso, concludo, agradecendo a tolerância do Senador Alvaro Dias, que me concedeu mais que o tempo permitido, dizendo que estou muito esperançoso. A Câmara vai cumprir a sua parte; o Senado, também, e o novo salário mínimo há de entrar em vigor a partir do dia 1^o de abril.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje volto a esta tribuna para falar sobre a aprovação, por esta Casa, do PLS 296/03 que revoga o fator previdenciário. Para nós, uma vitória histórica. Um passo importante em favor dos direitos dos trabalhadores brasileiros já que esse redutor das aposentadorias é um tema que afligem todos aqueles vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Temos visto que após a aprovação da matéria alguns setores têm se mostrado contrário a revogação do fator.

Sr. Presidente, ficamos nos perguntando: será que as pessoas que hoje se declaram contrárias a nossa proposta pensarão assim quando, ao se aposentar, perceberem que seus benefícios sofrem reduções entre 30% e 35%?

Nos questionamos também as razões que levam determinados setores da sociedade a ficar contra os trabalhadores. A nosso ver isso é estar contra, é desvalorizar a Previdência Pública.

O fator previdenciário foi criado no governo anterior por meio da Lei 9.876/99 e nós, que compomos o governo atual, fomos os mais ferrenhos opositores a esse redutor das aposentadorias. Não vemos razão para, agora, mudarmos de opinião, mesmo porque foi um compromisso nosso revogar o fator previdenciário.

Uma cruel inovação, criada sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almeja, de fato, a contenção das despesas geradas pelos benefícios da Previdência Social. Principalmente da aposentadoria

por tempo de contribuição, mediante redução de seu valor ou retardamento de sua concessão.

A fórmula de cálculo do fator previdenciário leva em consideração a alíquota, a idade e o tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevivência (calculada conforme tabela do IBGE).

É importante ressaltar que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição que reduz em 30% e 35% – para homens e mulheres, respectivamente-, o valor do benefício a que o aposentado teria direito. Imaginem, reduções de 30% e 35%!! Um verdadeiro absurdo!!

Desejamos e trabalhamos para que seja aumentada a expectativa de vida dos brasileiros, o que para os trabalhadores do Regime Geral virou um pesadelo. Por quê? Simples, a expectativa de vida será maior, em compensação, os valores das aposentadorias pagas pelo INSS serão menores. Para receber um valor digno, o cidadão deve continuar contribuindo até o fim da vida, aposentando-se apenas na hora da morte.

Isso é totalmente errado. Aposentar-se é um direito de todo cidadão. Continuar trabalhando deve ser uma opção, não uma alternativa aos baixos vencimentos.

Foi justamente por discordarmos disso que apresentamos em 2006 o projeto 296 que extingue o fator previdenciário.

Nossa proposta é resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários.

Revogando o fator previdenciário a fórmula de cálculo será a média dos últimos 36 meses, o que irá garantir a aposentadoria integral.

Está em nossas mãos fazer justiça aos trabalhadores do Regime Geral. Essas pessoas não podem iniciar o recebimento de suas aposentadorias com perdas. A aposentadoria, um momento tão importante de suas vidas, deve ser de sonho, não de pesadelo.

O primeiro passo para a vitória já foi dado: o Senado aprovou a matéria. Agora a Câmara dos Deputados precisa fazer sua parte.

Também por isso é que, juntamente com as entidades que representam os trabalhadores, estaremos intensificando a campanha nacional pela aprovação do PLS 296/03.

Sr. Presidente, gostaria de informar a nossa alegria ao ver que esta Casa aprovou dois outros projetos de nossa autoria, que também foram para a Câmara:

o PLS 270/2004, que permite que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência

permanente de outra pessoa, por razões de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento;

e o PLS 299/2004, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.

Estas duas propostas são um avanço em termos sociais. A primeira, que trata da assistência permanente é um complemento ao artigo 45 da Lei nº 8.213/91, pois a Lei concede benefício apenas para aqueles que foram aposentados por invalidez.

Nossa Proposta estende o benefício para aqueles que, após a aposentadoria venham a contrair doença ou passem a ser portadores de deficiência física e, conseqüentemente, venham a necessitar, de fato, da mesma assistência.

Fica evidente a necessidade de corrigir a injustiça que vem sendo cometida contra os aposentados por idade, por tempo de contribuição e contra aqueles a quem foi concedida aposentadoria especial, quando esses ficam doentes ou passam a ser portadores de deficiência física que os impedem de sobreviver sem a assistência permanente de outra pessoa.

Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer referência à grande contribuição social que o Senado acaba de realizar ao aprovar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.

Esta proposta nasceu após episódios de violência ocorridos na cidade de São Paulo, que chamaram a atenção de toda a sociedade brasileira para o nível de vulnerabilidade a que está exposta essa sofrida camada da população.

As nossas preocupações vão além. Estamos falando de seres humanos que vivem em situações de total abandono. A existência desse contingente de desabrigados evidencia as desigualdades socioeconômicas que marcam historicamente o país e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente.

A situação da população de rua se agrava com as estratégias adotadas por alguns governos municipais que, a título de preservação dos espaços públicos contra o vandalismo, cercam essas áreas e expulsam os que as utilizam para dormir.

Em algumas cidades, prédios privados vêm adotando medidas como lavar suas calçadas com creolina ou instalar chuveiros contra incêndio preparado para funcionar à noite no caso de pessoas se instalarem sobre as marquises.

Situações assim, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento, expõem a população de rua a situações humilhantes, dificultando ainda mais o caminho de reencontro com a auto-estima e com a

dignidade. Tudo isso sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue e que os acolha.

O presente projeto propõe a celebração de convênios entre a União, Estados, Distrito federal e Municípios com a eventual colaboração de entidades não governamentais, para o tratamento da questão. A União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, coordenará as ações a serem implementadas em nível local.

Este projeto é mais um instrumento para que documentários como o que vimos no Fantástico “Falcão – Meninos do Tráfico” não sejam reproduzidos eternamente.

Sr. Presidente, para concluir quero cumprimentar os estudantes e os sindicalistas franceses, que foram às ruas protestar contra um projeto que fere os direitos dos trabalhadores daquele país, o primeiro emprego. Esta proposta dificulta a entrada dos jovens no mercado de trabalho e fere o direito dos que estão em atividade.

Porque eu cito a França neste momento. Primeiro porque a história do povo francês é uma história de luta a qual todos nós respeitamos. Gostaríamos muito que também aqui no Brasil, sem violência, nós pudéssemos ver nas ruas duzentas, quinhentas mil pessoas exigindo a aprovação destes projetos aqui citados.

Gostaríamos de ver a defesa do PLS nº58 que defende os aposentados e pensionistas e outros tantos projetos que necessitam da mobilização da população para que sejam aprovados.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Gostaria de solicitar minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pode usar da tribuna, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o nosso Senador Paulo Paim abordou da tribuna a questão do salário mínimo. Milhões e milhões de brasileiros ganham salário mínimo neste País, dependem deste salário e estão ansiosos pelo seu aumento. Estamos a poucos dias de 1º de abril, a menos de uma semana. Teremos aí ganhos? Teremos, sim, com certeza. Como foi anunciado, o reajuste do salário

mínimo representará o maior alcance de compra dos últimos 25 anos. Serão R\$50,00 de aumento. Talvez, para alguns, esse valor seja insignificante, mas, para quem ganha R\$300,00, R\$350,00, tem significado, sim. E será em 1º de abril, quando teriam de esperar mais 30 dias. Quer dizer, o Governo do Presidente Lula não só deu o maior reajuste para o salário mínimo dos últimos 20 anos, como antecipou em 30 dias esse reajuste.

Agora, cabe a nós, cabe ao Congresso Nacional, fazer a sua parte. A matéria está na Câmara, tem de ser votada por aquela Casa urgentemente e tem de vir para o Senado para também ser aprovada urgentemente, porque fomos eleitos – acredito que ninguém tenha dúvidas disso, nem na Câmara nem no Senado – com os votos de todos os brasileiros e as brasileiras que têm condições de votar. Então, estamos aqui por delegação, por procuração dos eleitores e das eleitoras do nosso País. Por conseguinte, temos de responder por isso, temos de demonstrar, temos de mostrar claramente o que estamos fazendo aqui, se estamos realmente trabalhando em defesa dos interesses, das necessidades, das aspirações etc. do povo brasileiro.

A questão do salário mínimo é fundamental, como já disse aqui. São milhões de trabalhadores que dependem da aprovação dessa propositura o mais rápido possível. Não é possível que, daqui a pouco, estejamos aqui fazendo discurso, Senador Paulo Paim... V. Ex^a, que em toda a sua história parlamentar tem sido um defensor ferrenho dessa causa, inclusive faz parte, como eu, da Comissão que estuda uma propositura de salário mínimo para acabar com essa história – não “história”, mas “estória” – de todo ano essa questão ser discutida, ser debatida. Encontramo-nos, por exemplo, agora, há cinco, seis dias do dia 1º de abril, e estamos em estado já de conclamação ao Parlamento para que aprove a matéria, para que o novo salário mínimo possa vigorar a partir do dia 1º de abril e aqueles que a ele têm direito possam recebê-lo, salário conquistado com muita dignidade, com certeza. Esse salário ainda não corresponde, tenho certeza disso, ao trabalho prestado por cada um que o recebe. Mas é o salário mínimo vigente e, se ele não puder vigorar a partir de 1º de abril porque falta de votação e aprovação do Parlamento brasileiro, realmente fica complicado.

Espero que a matéria seja aprovada rapidamente, até dia 30 ou 31, que até lá tenhamos resolvido o problema na Câmara e aqui no Senado, e que o novo salário mínimo esteja vigorando em estado de normalidade a partir dessa data. Senão, se vier uma medida provisória para o salário mínimo, quero ver quem será criticado, Senador. Com certeza, não pode ser o Governo, que, aliás, às vezes, até manda umas medidas

provisórias a mais, mas sobre essa ele não terá nenhuma responsabilidade. A responsabilidade será do Parlamento, que não aprovou em tempo.

A outra questão que quero tratar – falei que seriam duas –, diz respeito, realmente, à existência, à constituição dessa Comissão destinada a definir uma política permanente do salário mínimo, para que quem ganha salário mínimo saiba que não terá de passar mais por esta expectativa todo ano: “Será que haverá aumento? De quanto será? Será que o Congresso o aprova em tempo?”. Não só terá essa tranqüilidade, como saberá de quanto será o aumento a cada ano, independentemente de quem venha a ser eleito Presidente da República e de que tenha a possibilidade de definir uma nova política. Essa política já existirá.

Senador Paulo Paim, como eu disse, faço parte dessa Comissão, cujo Presidente é o Deputado Jackson Barreto; o Vice-Presidente, o Deputado Walter Barrelli; e o Relator, o Senador Paulo Paim, nosso lutador **ad eternum** dessa causa. Trata-se de uma Comissão mista, composta de Deputados e Senadores. Se pararmos para pensar, é uma das Comissões que tem um trabalho dentro da chamada agenda positiva que alguns querem propor. Sempre propusemos e sempre quisemos a agenda positiva, e um dos grandes trabalhos que temos para ser feito em termos de agenda positiva é essa definição do salário mínimo como política permanente.

Eu dizia – e meu tempo já está acabando – que teria de voltar a esta tribuna para falar da política de geração de emprego do nosso Governo. Repito rapidamente aqui, Sr. Presidente, só os dados deste ano, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Marco Maciel, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa. Não vou retroceder à política de geração de empregos, nem a dados do início do nosso Governo. Cito apenas dados deste ano, até repetitivamente, desta tribuna.

Nos dois primeiros meses deste ano, foram criados 263.248 empregos, número recorde desde o início da divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, em 1992, ou seja, praticamente nesses 15 anos, o maior recorde de geração de empregos ocorreu nos dois primeiros meses deste ano. Em fevereiro deste ano, foram criados 176.632 postos de trabalho, realmente um recorde.

Infelizmente, costume cumprir o tempo, disciplina essencial entre nós, Parlamentares, para que todos tenham chance de pronunciar-se.

Tenho um pronunciamento a fazer sobre a violência contra a mulher, questão que está extrapolando, Senadora Ana Júlia Carepa. Observemos no mês de março o número de assassinatos de mulheres! A cada 15 segundos, uma mulher sofre processo de violência

no Brasil, Senadora. Discutiremos isso com mais tempo. Há todo tipo de violência: humilhação, empurrão, recebimento de menor salário no trabalho do que o companheiro, não recebimento de hora extra, ausência de horário de almoço etc. Nós, mulheres, estamos sendo vítimas disso por todos os lados a todo momento. Não estou falando nem em agressão corporal, o que é algo violentíssimo. Estou falando em assassinatos.

Fiquei sabendo que, anteontem, foi assassinada uma mulher em Brasília e que, há poucos dias, houve a morte anunciada de outra mulher em Goiás. Ela estava separada há cinco anos, recebia ameaças e pedia socorro, até que foi assassinada. Será que é preciso matar? É preciso morrer, para se tomar alguma providência?

Concedo à Senadora Ana Júlia Carepa um breve aparte, porque meu tempo está acabando.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sei disso, mas tenho certeza de que o Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão, concederá mais um minuto. Parabéns, Senadora Serys Slhessarenko, porque V. Ex^a, como Senadora, trabalhadora e mulher, coordena essa batalha pela qual todas nós lutamos. Realmente, lamento muito que nós, mulheres, ainda sejamos vítimas de tanta violência. O pior é que essa violência tem aumentado ou, pelo menos, tem aparecido mais. A nossa percepção é a de que essa violência aparece mais agora, porque as pessoas estão tendo mais coragem de denunciar e, talvez por isso, estejam sendo assassinadas. Não podemos permitir isso. As Polícias nos Estados não podem ter esse descaso quando se trata de denúncia. V. Ex^a mencionou o caso ocorrido em Goiás, em que uma mulher já sofria ameaças há cinco anos. Por que a Polícia não tomou providências? Não posso aqui julgar nem quero fazê-lo sem conhecer profundamente o caso. Lamento muito pela família dessas mulheres que estão sendo mortas dessa forma. Muitas delas têm filhos, deixam crianças e jovens órfãos, quando se poderia ter evitado o mal maior, e isso não foi feito! E sabemos de quem é a responsabilidade pela segurança pública: é de cada Estado, de cada Governador ou Governadora. E por que não se faz isso? Vejo essa realidade no campo também; no meu Estado, é a mesma coisa! É um Estado, infelizmente, campeão de violência no campo. Homenageamos aqui duas mulheres lutadoras, trabalhadoras rurais, que ficaram viúvas, porque seus maridos foram assassinados, e agora estão assassinando também, mais ainda, mulheres, vítimas dessa violência doméstica. Esse é um trabalho que tem de envolver toda a sociedade também, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não podemos continuar criando meninas e meninos como se eles tivessem o poder sobre as mulheres, o poder, inclusive, de violentar e de bater. Devemos mostrar aos nossos filhos, inclusive às mulheres, que, apesar das diferenças, com muito orgulho – tenho muito orgulho de ser mulher! –, temos direitos iguais. Ninguém é melhor do que ninguém. Então, quero parabenizá-la por isso!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza!

Essa questão da visibilidade, que a Senadora Ana Júlia apresenta muito bem, parece que está começando a aparecer, Sr. Presidente. Realmente, parece que as mulheres estão tomando a iniciativa de denunciar. No entanto, a questão é muito mais complexa. Essa lei, Senadoras e Senadores, é a mais difícil de ser mudada – é a mais difícil! – porque é camuflada, é subliminar. Quantas vezes uma mulher leva um empurrão, leva uma humilhação qualquer, um xingamento, uma palavra errada, e pensa que é assim mesmo, que sempre foi assim: “Cresci, ouvindo minha mãe ser tratada assim!”. E o menininho, pequenininho, filho dela, está vendo isso e cresce acreditando que pode fazer o mesmo.

Precisamos realmente contar com a parceria dos companheiros homens, com a ajuda dos nossos filhos! Ao que me conste, não há homem que não seja filho de uma mulher. Se somos 52% da sociedade, os outros 48% são nossos filhos. Precisamos da consciência dos nossos filhos; precisamos que eles conheçam essa realidade. Daí a importância de se dar visibilidade à questão. Daí a importância de os meios de comunicação mostrarem essa questão abertamente, porque nossos companheiros, nossos filhos, nossos amigos e nossos colegas de trabalho, todos os homens precisam, conosco, ter essa consciência, ter a consciência dessa problemática e realmente saber que não queremos ser mais do que os homens, mas que não somos menos de jeito nenhum! Queremos ser apenas iguais e não vamos permitir que continue essa matança de mulheres.

Isso ocorre todo dia em algum Estado! Em um Estado, no ano de 2005 – não vou mais repetir aqui, mas já denunciei os dados –, a média foi de uma mulher assassinada por dia; a média foi de 28,8 assassinatos de mulheres por mês, e 95% desses assassinatos foram cometidos por seus companheiros ou por ex-companheiros. É a violência doméstica, e isso tem de acabar!

Os companheiros homens têm de saber que não estão ameaçados. Não queremos ser mais do que os homens, não queremos passar de oprimidas a opressoras; queremos a conquista da igualdade no trabalho, na

família, na política. Queremos ser apenas cidadãos em igualdade de condições. Queremos ser muito amadas e amar muito nossos companheiros homens, porque todos são nossos filhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marco Maciel, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Álvaro Dias, Sr^{as} e Srs, Senadores, as integrações econômicas, com êxito, são produtos de longas e amadurecidas decisões concretas e práticas.

E tomo como exemplo a Comunidade Econômica Européia, que surgiu dos Tratados de Roma, em 1957, sucessivamente transformada por dentro mediante o aumento de suas atribuições e, por fora, pelo gradativo acréscimo de novos membros, através dos Tratados de Amsterdã e Maastricht criando instituições próprias: o Executivo da Comissão Européia em Bruxelas, o Legislativo do Parlamento Europeu em Estrasburgo e o Judiciário Europeu em Luxemburgo, com competências pouco a pouco alargadas e aprofundadas.

Sr. Presidente, o mundo conhece e reconhece os êxitos da integração econômica, política e cultural da Europa, um continente dilacerado, no passado, por séculos de guerras aparentemente intermináveis, semeando ódios de geração em geração. Até que, em meados do século XX, após a Segunda Grande Guerra, talvez a pior das guerras da humanidade até hoje, os povos europeus e seus líderes resolveram enfim dialogar objetivamente em perspectivas pragmáticas com sucesso. Enquanto isso, fracassava a integração do Conselho Econômico da Europa do Leste, o Comecon, devido às suas deformações ideológicas, contribuindo para a crise que levou ao colapso a União Soviética e seus aliados, os países satélites. Enfim, a partir daí começou, a meu ver, a queda do chamado Muro de Berlim e, mais do que isso, começou a queda do sistema que se denominou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A integração da América do Sul começou nas presidências José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, com o Tratado de Assunção reunindo os fundadores Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o chamado Cone Sul ou Bacia do Prata, cenário também de inúmeras guerras desde as confrontações entre Portugal e Espanha pela posse da Colônia de Sacramento, defronte de Buenos Aires, como uma das repercussões das guerras européias entre nós,

ou seja, no subcontinente sul-americano. O Mercosul surgiu como ampla avenida a ser percorrida pelos povos de línguas ibéricas na América Latina. Em seguida, a partir de 1991, na Conferência de Guadalajara, no México, começou a ser construída a Comunidade Ibero-Americana de Nações também com a Espanha, ao lado de Portugal, Brasil e América Hispânica.

Estava configurado um amplo quadro institucional de uma grande integração dos povos de línguas e culturas ibéricas da Europa à América.

É bom lembrar que, na raiz da União Européia, se desenvolveu simultaneamente a Operação Erasmo, voltada a um intenso intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação que pudessem, assim, completar seus créditos em cursos de universidades dos diversos membros da União Européia, como se passou a chamar-se então a Comunidade Econômica Européia.

No Mercosul, por outro lado, pouco se fez no sentido da integração educacional. A bem da verdade, tal não vem ocorrendo entre nós. O intercâmbio de estudantes através de bolsas de estudos não se realizou. As novas gerações prosseguem se ignorando, a não ser na música popular que se propaga na mídia internacional.

Insisto, Sr. Presidente, ser necessário um grande esforço no campo da educação, da cultura e da ciência e tecnologia para ajudar o aprofundamento das relações do nosso país e do Mercosul. Entendo, Sr. Presidente, que enquanto não fizermos também um grande esforço nesse campo – repito: da educação, da cultura, da ciência e tecnologia –, não conseguiremos aprofundar o Mercosul.

Ademais, Sr. Presidente, os desencontros de opiniões no Mercosul são produtos de antigas desconfianças que precisam ser superadas. A experiência de outros processos de associação – e me referi ainda há pouco ao caso da União Européia, mas podia me referir a outras experiências semelhantes – demonstra a importância da aliança política, econômica, social e cultural para o mútuo conhecimento, desarmamento dos espíritos e maior predisposição para negociações objetivas e capazes de ultrapassar os diferendos acaso existentes.

No Mercosul, convém examinar, além do que não vem sendo feito, o que periga ser desfeito. Essa é a realidade com a qual nos defrontamos hoje no quadro do Mercosul, que começou de forma tão esperançosa e hoje vive momento tão obscuro.

Sr. Presidente, a mais recente reunião Brasil–Argentina, em princípios do corrente ano, acrescentou problemas, sem a solução dos anteriores, que, ao lado de retardarem o processo de integração, podem até fazê-lo perigar.

O momento de dificuldade que vive o Mercosul traz-nos à memória os tempos da diplomacia de Rio Branco. As linhas e os métodos do Barão prosseguem hoje muito atuais. Ele, no seu tempo, consolidou as fronteiras do Brasil e teve-as reconhecidas por negociações e arbitragens com todos os nossos vizinhos. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem dez Estados limítrofes e não tem problemas com quaisquer deles. E mais, o Brasil, graças a Rio Branco, estabeleceu novos paradigmas para a nossa política externa. Passou a incluir os Estados Unidos, ao lado da Europa, como um dos eixos prioritários de nossa política internacional. Ao término de sua década à frente do Itamaraty, Rio Branco esboçou o que classificou de ABC, aliança da Argentina, Brasil e Chile, isto é, as sementes do que viria a ser o Mercosul. Hoje, se vivo fosse, Rio Branco incluiria entre as suas prioridades, também, o relacionamento do Brasil com a Rússia, Índia e China, hoje batizado sob a sigla de Bric, além da África do Sul e, possivelmente, uma aliança com os integrantes das Asean, Associação dos Países do Sudoeste da Ásia. Como se vê, com pragmatismo, prudência e tenacidade, os métodos do Barão são sempre atuais.

Cabe-nos, portanto, neste instante, consolidar nossas alianças comerciais e ampliar os vínculos políticos e culturais para que não se perca o que já se construiu. O Mercosul, insisto, precisa aprofundar-se antes de estender-se.

Dentro desse quadro, impõe-se, igualmente, a criação de um Banco Central para o Mercosul, pressuposto da articulação das chamadas políticas macroeconômicas.

Um autêntico mercado comum, a meu ver, só pode funcionar com tarifa externa comum (TEC) sobre as exportações e importações dos seus membros, o que até hoje não se alcançou no Mercosul, mantendo-o – se assim posso dizer – no nível de zona livre de comércio administrada, pois nem mesmo ela é plena. A TEC e a gradativa abolição de subsídios, internos a cada país, bem como os respectivos impostos e taxas fronteiriças entre eles, são as condições fundamentais para uma integração econômica, simultaneamente à existência de políticas macroeconômicas, a que já me reportei, articuladas pela existência de um Banco Central que até hoje não se constituiu no Mercosul.

Lembre-se que todas as fundamentais etapas da atual União Européia, desde sua fundação, foram submetidas às ratificações dos Parlamentos nacionais ou a referendos populares. No ano passado, por exemplo, a França e a Holanda chegaram, inclusive, a rejeitar a proposta de uma Constituição européia por temerem a diminuição dos direitos sociais e a perda ainda maior das soberanias nacionais.

Sr. Presidente, embora não desconheça que o Mercosul tem sido útil nas negociações das rodadas da OMC (Organização Mundial do Comércio), não podemos deixar de registrar pequenos avanços, nos últimos anos e também que ele vive hoje, talvez, a sua mais grave crise desde a sua criação. É necessário, pois, o revigoreamento de seus objetivos iniciais, sob pena de se perder o que já foi realizado. O Mercosul precisa – insisto mais uma vez – aprofundar-se antes de estender-se. Também não pode, açodadamente, querer queimar etapas, quer políticas, econômicas, sociais ou culturais.

Lembre-se, a propósito, que o Mercosul, para funcionar adequadamente, deve ser transparente e participativo em suas estruturas. No quadro de globalização, são também necessários cuidados especiais em nossa integração regional e sua interface na sociedade mundial. Elas devem completar-se, não podem excluir-se.

A propósito do tema, Sr. Presidente, é oportuno o editorial publicado hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado: “Agora a Europa não quer”. Esse editorial reflete a crise do Mercosul. Diz o texto:

O Brasil está seriamente arriscado a entrar em 2007 sem nenhum acordo comercial importante, se as negociações globais – a Rodada Doha – não forem logo destravadas. Os europeus deixaram claro, nos últimos dias, que um pacto de livre comércio com o Mercosul não está entre suas prioridades neste momento.

Mais adiante continua referido editorial:

Enquanto isso, Brasil e Argentina continuaram empenhados num esforço frenético para ampliar o Mercosul, sem notar, aparentemente, que as prioridades dos parceiros sul-americanos são outras.

Em síntese, o que precisamos fazer agora é justamente uma análise aprofundada da crise do Mercosul, sob pena de comprometermos um instrumento fundamental para ampliar a inserção da América do Sul e, nomeadamente, do Brasil na comunidade internacional. Neste instante de globalização, não há outro caminho a ser cumprido na América do Sul a não ser o que ficou estabelecido com a criação do Mercosul.

Termino, Sr. Presidente, afirmando que o Mercosul é indispensável se queremos melhorar a inserção internacional do Brasil e, de alguma forma, também fazer com que a América do Sul possa ter um papel mais destacado na sociedade mundial, não apenas sob o ponto de vista econômico ou comercial, mas também, e sobretudo, sob o aspecto social, cultural e político.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, farei uma permuta com o Senador Arthur Virgílio, que deseja falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Ana Júlia permuta a palavra com o Senador Arthur Virgílio, que representa a grandeza do Estado do Amazonas e falará como Líder do PSDB.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Mão Santa, falarei logo após S. Ex^ª. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, em nome do PSDB, apresento um desagravo claro ao jornal **O Estado de S. Paulo**, que foi agredido. Mais do que isso, foi agredida a perspectiva de liberdade de imprensa no País, pelo Ministro Ciro Gomes, que, no afã de apresentar serviços ao Governo do Presidente Lula, pura e simplesmente agride, como não é incomum na sua atuação pública, o jornal que ousou dizer exatamente o que pensava em um editorial.

Pois vou endossar aqui exatamente tudo o que o jornal disse.

Está na hora mesmo de uma conversa forte entre o Presidente Renan Calheiros e o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Está na hora de delimitarmos para valer os limites da ação de cada um desses dois Poderes. Está na hora, sim, de não mais permitirmos o amesquinamento das prerrogativas do Congresso Nacional. Está na hora, sim, de nos darmos ao respeito e de convivermos com este outro pilar da democracia, que é o Judiciário, em pé de igualdade, não em pé de inferioridade.

O Ministro gosta desses lugares comuns. Chama o jornal de provinciano, como se fosse ele, Ciro, o mais cosmopolita dos homens públicos. Entre os dois, eu diria que o Ministro, ele sim, é que é provinciano.

O que deveria chocar o Ministro, o que deveria chocar as pessoas de bem neste País, seria aquela dança ridícula da Deputada Angela Guadagnin*; uma espécie de ritual, o ritual do mensalismo, cercando de opróbrio, de deboche o Congresso Nacional em todo o País. A Deputada, que exercia o seu papel de pedir vista e de embarçar o andamento dos processos contra os mensaleiros do Partido dela – até aí, um trabalho partidário, o qual eu via, não digo com respeito, mas

com compreensão –, extrapolou. E talvez, naquela sua dancinha canhestra, naquela sua falta de noção do que significa o decoro, o respeito formal à liturgia do Parlamento, talvez ela tenha encarnado todo o clima de ridicularia, de falta de senso que acometeu este Governo. Não sei se não fica marcada indelevelmente essa passagem. No fim do ano, quando forem fazer a retrospectiva do ano de 2006, ao lado dos escândalos e como símbolo dos escândalos, tenho certeza de que, no dia 31 de dezembro, em casa, estaremos vendo a dancinha da Deputada do PT.

Disse-me o meu leal chefe de gabinete, Edísio Matos, que no meu gabinete estão chegando inúmeros *e-mails* de críticas à posição da Deputada, de reclamações muito fortes contra uma postura, eu diria, suicida do Congresso Nacional, que está se imolando no altar da impunidade. Pedi ao meu chefe de gabinete que levante todos os *e-mails*, porque quero lê-los, não tive tempo de fazer isso ontem, tarde da noite. E alguns, mais exaltados, pedem o fechamento do Congresso Nacional, que é tudo que não pode acontecer, nunca, é tudo que não deve acontecer, é tudo que é impossível de acontecer, é tudo de que não precisa o povo brasileiro.

Por mais despreço que neste momento o povo brasileiro devote ao Congresso Nacional – e não por culpa de uma expressiva parcela dele, que trabalha com honradez e que não deve ser misturada com os dançarinos da impunidade, com os ritualistas, os tribalistas da corrupção –, o Congresso não pode ser visto como algo expletivo ou como um estorvo por um povo que, se se queixa dele, queixar-se-ia muito mais da ausência dele, porque é na ausência dele que se cometeriam as arbitrariedades contra o povo brasileiro. Aliás, nas ditaduras, a primeira medida é fechar o Congresso ou limitar sua ação, e a segunda é prender opositores, é assassinar, é torturar. Isso tudo, no fundo, no fundo, para encobrir corrupção e ataques à bolsa popular.

A cena protagonizada pelo Partido do Presidente Lula sugere uma adaptação num dos mais populares ditados, que passa a ser: “É cômico e é trágico”. É cômico, porque, pela primeira vez, um partido político brasileiro cria uma nova dança, que tanto pode ser chamada de a dança da pizza como a dança da impunidade, como aqui eu já havia relatado, uma e outra com direitos autorais assegurados ao esquema de corrupção que varre o País de norte a sul, humilhando os brasileiros e ignorando os riscos a que nos expomos.

Além de desrespeitar o Plenário da Câmara, a dança, ademais, seria mais adequada se o ritmo fosse de réquiem. Réquiem, sim. Réquiem para uma quadra imoral que, se Deus quiser, haverá de ter seus dias contados.

O *show* petista é estrábico. Não percebe o ridículo e até seria demasiado se seus figurantes o percebessem. O ridículo é incompatível com a seriedade, e ainda tenho na lembrança o que dizia meu pai, o Senador Arthur Virgílio: “Não tenho medo de homem, de mulher, nem de lobisomem; mas tenho medo do ridículo”.

Não é o que ocorre com o PT. O ridículo petista foi chamado pelo jornal **O Globo** de “samba do acinte”. E acinte é o que o Partido do Presidente Lula vem fazendo no País.

Na **Folha**, a mais nova vocação petista foi assim editada:

Moral

Toda Mídia – Nelson de Sá: “Dos *blogs* ao Jornal Nacional, causou furor o vídeo com a dança da petista Ângela Guadagnin na madrugada, no momento da absolvição de outro petista.

Escalada do **Jornal da Record**: “Festa da impunidade. Deputada dança de alegria”.

Para o blogueiro Jorge Moreno, “a dança é o mais imoral dos emblemas da degradação política brasileira”.

Para Ricardo Noblat, “estes são tempos de deplorável frouxidão moral e degradação dos costumes”.

Esse espetáculo de deplorável frouxidão moral pode até, ninguém duvide, virar selo de gravadora, o Selo do PT, com a estrelinha vermelha substituída pela amarela, para combinar com o traje do lançamento.

Enquanto isso, o desastrado Governo que aí está ignora a repercussão internacional da corrupção petista, sobretudo os lances da República de Ribeirão Preto.

Hoje tem novidade no **Correio Braziliense**. É algo mais, Senador Alvaro Dias, a ser desmentido pelo Ministro. E tome desmentido. E tome gente dizendo que mentem os que amontoadamente dizem que ele mente.

Muito bem! Vamos ao que disse a revista **The Economist**, que faz hoje uma advertência, não ao Governo Lula, porque creio que a própria revista não imagina que de nada adiantaria advertir o Presidente: “(...)algumas das acusações parecem mais críveis e as negativas de Palocci tem ficado mais frágeis (...)”

Para a revista, o Brasil entrou numa situação de perigo. Mas vejo, Senador, que nada disso importa para o PT de Lula. Então, vamos lá:

Petista exhibe o samba do acinte no plenário.

O Globo (de Evandro Éboli e Isabel Braga): Ferrenha defensora dos petista envolvidos no escândalo do valerioduto, a Deputada Ângela Guadagnin (PT – SP), despiu-se de qualquer pudor e chegou a sambar e a cantar no plenário da Câmara, na madrugada de ontem, ao constatar que o Deputado João Magno

(PT – MG), seria absolvido pelo Plenário. A petista foi um dos poucos parlamentares a resistir até depois da meia-noite, quando o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB – SP), anunciou o resultado favorável a Magno. Ela estava à esquerda do plenário, ao lado da também petista Maria do Carmo, e assim que percebeu que o número de votos já dava para absolver Magno começou a sambar – com os braços erguidas e feliz da vida”

Sr. Presidente, peço que o artigo “Economist vê situação de perigo” seja publicado nos Anais. Creio que a própria Câmara está diante de uma opção, de uma bifurcação. Uma hipótese seria dissolver o Conselho de Ética e acabar de uma vez com essa história. Não vamos agora, em pílulas, degradar e desgraçar o conceito do Congresso, seria melhor, quem sabe, numa tacada, absolver logo tudo de uma vez e acabar com isso. E que devolvam logo o mandato do Sr. José Dirceu! Aliás, hoje ele publica seu artiguinho muito bem remunerado no **Jornal do Brasil**. Hoje ele não fala em ética, mas em TV digital. Como tenho dado suporte ao ex-Ministro José Dirceu, que agora é pândego quando fala em ética e eu não sabia de seus pendores tecnológicos, peço que o artigo seja publicado nos Anais do Senado. Senador Alvaro Dias, sempre solicito que sejam publicados os artigos do Sr. José Dirceu. Primeiro, porque é um artigo valioso – não é pouca coisa que ele recebe para escrevê-lo –, e segundo, não poderão dizer que não dou colher de chá para adversário. Está aí: é o terceiro ou quarto artigo do Sr. José Dirceu que ponho nos Anais – saiu, eu ponho.

A Câmara está diante de uma opção: ou age com rigor, sem corporativismo, visando mesmo à elucidação dos fatos e à punição dos responsáveis, ou ela não sabe o buraco em que se está metendo. E com ela o Congresso Nacional e um segmento importantíssimo da democracia brasileira, que é precisamente o Parlamento.

Senador Alvaro Dias, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, se eu pudesse fazer aqui um vôo de pássaro, um passeio bem rápido sobre a sociologia das instituições, eu diria que todas tendem a ser conservadoras, a reproduzir-se como modelo e a buscar se perpetuar. Algumas conseguem e são até milenares; outras vão conseguindo e são até seculares; outras perecem ao longo do caminho.

Analiso, por exemplo, o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras. Aqueles tempos de agressão aos direitos humanos e de tortura ficaram para trás. Se fizéssemos uma pesquisa séria sobre o conceito das Forças Armadas brasileiras logo no início do Governo Sarney, no início do processo de transição democrática neste País, a pesquisa apontaria um julgamento muito

duro das Forças Armadas. Hoje, elas estão abaixo da Igreja e lá em cima no conceito das pessoas, porque souberam reciclar-se e foram, no bom sentido, conservadoras; souberam manter-se.

Se olharmos para a Igreja Católica, igreja majoritária no País e, portanto, com tendência à acomodação, perceberemos, Senador Alvaro Dias, que, no interior dela, nasceu o movimento de Renovação Carismática. Não há nenhuma contradição entre católicos menos agressivos e carismáticos. Existe, na verdade, uma união de propósitos a fim de revitalizar a Igreja Católica, e os carismáticos conseguiram fazer isso, enchendo com milhares de pessoas as suas missas tão movimentadas.

Se olharmos o interior das igrejas evangélicas, verificaremos que mais acomodadas seriam aquelas igrejas antigas – presbiterianas, batistas, adventistas – e mais agressivas no proselitismo seriam as seitas novas. Essas revitalizaram o movimento e significam o grande salto em número de adeptos das seitas evangélicas.

Olho para o Congresso Nacional, que é o terceiro no mundo, Sr^a Presidente, em matéria de curso ininterrupto, depois dos Estados Unidos e da Inglaterra, o berço do Parlamento ocidental, que está em primeiro lugar. Em terceiro lugar, está o Brasil. O Congresso do Brasil tem mais tempo de funcionamento do que o da Suécia; do que o da Alemanha, que viveu Hitler; da Itália, que viveu Mussolini. E isso é ajudado pelo fato de que a ditadura brasileira fechou o Congresso por dois períodos muito curtos. Ela cerceou a atividade do Congresso, mas não o fechou, a não ser em dois períodos muito curtos, nos seus 21 anos de existência.

Pergunto, então, se é ou não capaz de se autopreservar, de se autodefender, essa instituição secular que é o Congresso Nacional. Será que o Congresso Nacional vai perecer no ritmo da dança da Deputada tribalista lá do mensalão? Será que nós, que somos Congressistas, vamos assistir impávidos, distantes, olímpicos, como se não estivéssemos sendo tocados na nossa própria honra de cidadãos, de Parlamentares, de homens públicos, de pessoas públicas? Não vamos estabelecer uma forma clara de renovar a nossa forma de entendimento com o povo, de entendimento com a sociedade? Vamos permitir que, de degradação em degradação, nos desmoralizemos? Até o momento em que aquilo que recebo, hoje, em dezenas, vire milhares e milhões, Senador Mão Santa, e, daqui a pouco, o povo inteiro ache que não dá para nos aturar mais, que não dá mais para aturar o Congresso, que o Congresso passe a ser desnecessário?

Está nas nossas mãos, não adianta culpar ninguém, está nas nossas mãos! O Congresso, hoje, é um

poder que se está desmoralizando a cada passo, a cada minuto, a cada complacência com a impunidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...a cada tergiversação diante do cumprimento do dever, a cada ritmo e a cada som de uma dança que a Deputada expressou, mas uma dança que, sem dúvida alguma, é o ritual mais obscuro de incenso ao quadro que hoje a todos nos avilta. O ritual da impunidade, o passinho dois para cá e dois para acolá de apoio ao mensalismo, isso tudo não é outra coisa a não ser a expressão do desrespeito que o Congresso Nacional está devotando a si próprio, dando razão àqueles que lá fora, até com irracionalidade, contra nós se voltam e se voltam de maneira dura.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente Serys Shlessarenko, V. Ex^a é a única mulher a fazer parte da Mesa do Senado.

Primeiramente, lembro que estamos em um Estado democrático de direito em que, se um jornal tem o direito de usar o seu poder de imprensa, como veículo de comunicação, e lançar em seu editorial que o Congresso se indisponha com o Supremo e passe a não mais cumprir decisões de um outro Poder da República, é absolutamente natural que um Ministro de Estado se contraponha a essa posição absurda. Até porque o Supremo Tribunal Federal tem tido coerência nas suas decisões, inclusive desde quando nós éramos Oposição e o Supremo tomava as mesmas decisões, Sr^a Presidente Serys Shlessarenko. Mas eu não vi jornal algum dizer que o Congresso deveria desrespeitar o Estado democrático de direito.

No Estado democrático de direito, todos têm direito de defendê-lo, inclusive o Ministro de posicionar-se contra a decisão de um jornal, que, se teve o direito de apresentar a sua posição, o mesmo direito tem o Ministro de defender que o Estado democrático de direito seja respeitado, assim como as decisões do Supremo, que têm sido coerentes há muitos anos – gostemos ou não nós delas.

Farei, aqui, um brevíssimo balanço dos bons resultados alcançados no Governo Lula. Aliás, acho que

a palavra “balanço” é até inapropriada, porque eu tenho certeza de que o tempo que me foi concedido – e que procurarei respeitar – não será suficiente para falar de todos os resultados positivos alcançados. Assim, serei mais modesta, falarei apenas de alguns pontos, alguns aspectos que configuram inequívocas conquistas da sociedade brasileira.

Começo por um dado conjuntural, mas que tem um impacto significativo exatamente na população menos favorecida. A cesta básica ficou mais barata, no mês de fevereiro, em 13 das 16 capitais que foram pesquisadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Entre os produtos cujos preços tiveram queda predominante, destacam-se o tomate, a carne, o tomate, o óleo de soja e a batata, que são gêneros alimentícios de primeira necessidade.

A Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios) de 2004 mostrou a maior redução de número de pobres, graças às políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, como o aumento do salário mínimo e as transferências de renda representadas principalmente pelo Programa Bolsa-Família.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, já lhe concederei um aparte.

A minha felicidade é ainda maior quando constato que a retração mais expressiva foi apurada em Belém, capital do meu Estado, com a redução da taxa de miséria em 8,33%. Certamente esse resultado também é fruto colhido pelos oito anos da administração do PT, de 1997 a 2004, na capital paraense, onde tive a honra de ser Vice-Prefeita por quatro anos. Essa administração se preocupou em criar vários programas sociais voltados principalmente para a classe mais pobre e que deixaram saudades (não por muito tempo!), como o Bolsa-Escola, Banco do Povo, Escola Circo, Sementes do Amanhã e tantos outros, que, infelizmente, foram extintos ou estão funcionando de forma precária.

Como o meu discurso é muito longo, Senador Arthur Virgílio, vou-lhe conceder um breve aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, eu gostaria de saber a opinião de V. Ex^a sobre a dança da Deputada Guadagnin. O Delúbio, ex-tesoureiro do seu Partido, disse, numa entrevista de página inteira para um jornal brasileiro, que tudo isso terminaria em dança de salão. Espero, sinceramente, que não tenha terminado em dança de plenário. Eu queria a opinião de V. Ex^a sobre a dança da Deputada, do ritual do mensalão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, é esse o seu aparte? Porque V. Ex^a ainda está com o microfone levantado...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Por duas razões: uma, é que sofro de um certo descontrole motor, não faço as coisas com rapidez; e segundo, porque pode ser preciso intervir outra vez.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tudo bem. Espero não criar aqui um debate com V. Ex^a. Concedi um aparte a V. Ex^a com todo o prazer e o respeito que V. Ex^a sabe que lhe tenho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Lógico, estamos aqui para debater.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...até com carinho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Claro, claro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...independente de posições políticas diferentes que tenhamos.

A atitude da Deputada não contou com o meu apoio, é óbvio. V. Ex^a que me conhece, sabe muito bem da minha resposta...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...e sabe que não considero essa a melhor postura. V. Ex^a jamais viu nenhuma Senadora ou Senador desta Bancada adotar esse tipo de postura.

Acredito que há questões bem mais importantes no País a serem discutidas. São esses pontos que trago à discussão. Muitas vezes, dá-se grande importância a questões menores.

Quero fazer o registro da redução do custo da cesta básica. Essa redução – segundo pesquisa do Dieese e segundo a Pnad – foi maior na cidade de Belém. Inclusive, a redução da pobreza foi maior na cidade de Belém. Isso é importantíssimo! Redução da pobreza por quê? Porque várias pessoas, cuja qualidade de vida é considerada abaixo da linha da pobreza, tiveram sua renda elevada. E, como eu disse, a Pnad foi até 2004 e, assim, refletiu também as políticas sociais da Prefeitura de Belém, que, infelizmente, estão sendo relegadas a segundo plano; outras simplesmente foram abandonadas, literalmente abandonadas.

O único programa que existe hoje é o Bolsa-Família, do Governo Federal. Existia um programa chamado Bolsa-Escola, que era um programa da Prefeitura, Senadora Serys, que pagava inclusive um salário mínimo à família. A Prefeitura de Belém fazia o pagamento durante um ano, que poderia ser renovado por mais um ano. Esse programa acabou por completo. O Banco do Povo ainda existe, mas houve mudanças que podem,

inclusive, gerar prejuízos. Vários outros programas foram abandonados, como Semente do Amanhã, como Escola de Circo, que agregavam crianças em situação de risco, evitando até mesmo que elas fossem filmadas para documentários como aquele apresentado no Fantástico, realizado de 1998 a 2003.

Concedo-lhe um aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Carepa, eu estava, atentamente, ouvindo V. Ex^a. Lembro-me sempre daquela mensagem de Ulysses Guimarães: “Ouçam a voz rouca das ruas”. Tenho ouvido muito o povo das ruas. O País ficou alarmado com a reportagem do Fantástico, à qual não assisti. Ouvi comentários de vários Senadores que a assistiram. O que se vê mesmo, na realidade, é que os ricos ficaram mais ricos. Houve, agora, a lista dos mais ricos, e o Brasil teve destaque, porque muita gente entrou nessa lista. Dos quatro Bancos mundiais que mais ganharam, três deles são do Brasil. Então, há um ledor engano: os pobres estão mais pobres, as dificuldades estão maiores. Isso ocorre, inclusive, em Belém. Estamos aqui, encantados, sobre o tapete azul, com essa luz, mas a periferia de Belém deve ser como a periferia das cidades pobres do Piauí. Não vejo diminuição da pobreza, não. Vejo a desigualdade aumentando. Todo mundo sente, Senadora Ana Júlia Carepa, que quem ganhou dinheiro foram os banqueiros. Quando digo “Prefeitinho” é porque fui Prefeitinho, logo que saiu a Constituição cidadã de outubro. Talvez, V. Ex^a tenha sido Constituinte.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, não fui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Constituição é de outubro de 1988. Governei em 1989, em 1990 e em 1991.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em 1988, eu era apenas bancária, funcionária do Banco do Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentai bem para a realidade! Estou aqui porque fui um extraordinário Prefeito, tanto que, para Governador do Estado, competindo com quatro candidatos, obtive 93,84% dos votos. Vou lhe dizer por quê: porque a situação era melhor para o prefeito. Esse bolo da receita está na Constituição. Com todos os tributos que aumentaram, como o PIB, estamos massacrando o povo. Há 76 impostos, são 40%. Só de imposto, Senadora Ana Júlia, em 12 meses, quem trabalha, homem ou mulher, dá 5% para o Governo, mais os juros. Daquele bolo que está na Constituição, 21,5% eram dados para os prefeitos. E atentai bem: havia menos prefeituras. Não havia problema de menor abandonado. Digo aos que me estão ouvindo que, na minha cidade, não havia

nenhum menino de rua. A Adalgisa, sua amiga, recrutava meninos em creches. Havia também a LBA. Então, os prefeitos tinham muito, muito, muito mais dinheiro. Era esta a divisão do bolo, só para lembrar: 53% para a União, para o Planalto, para o Alvorada, hoje representado pelo Lula; 22,5% para os Governadores, que estão mais pobres, porque se aumentaram os Estados, como Tocantins e Mato Grosso; e 21,5% para os Municípios – e havia muito menos Municípios. Então, o bolo era maior. E quem serve mesmo é o prefeitinho, que está próximo. Quero dizer a V. Ex^a que, na minha cidade, Parnaíba, não havia um menino de rua. Por quê? Porque era fácil dar assistência a eles. Havia dinheiro. Esses prefeitos não são piores do que nós, não. As condições é que são diferentes. Isso é o que eu queria dizer a V. Ex^a. A Constituição é para ser obedecida, é ela que acaba com essa pobreza, com a criança pobre que mora em Belém e em outros Municípios. Os prefeitos estão sem recursos, estão pobres. Avalie os moradores que não têm trabalho!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Mão Santa, obrigada. Agradeço-lhe o aparte.

Peço a compreensão da Senadora Serys Silhesarenko, para que eu possa concluir.

Em relação a essa diminuição dos recursos, temos de lembrar que a situação existe há muito tempo. Parece que toda a história do nosso País aconteceu de 2003 para cá! Vamos lembrar que quem promoveu a maior diminuição de recursos para os Municípios foi o Governo Fernando Henrique Cardoso. Não podemos deixar que o povo perca a memória! Quem mais tirou dinheiro do Município foi o Governo FHC, foram o PSDB e o PFL juntos. Então, vamos dar a César o que é de César!

O Governo Lula, ao contrário, tem ampliado recursos para as prefeituras. O Fundo de Participação de Municípios ampliou esses recursos. Foram votadas aqui várias leis que ampliaram recursos para as prefeituras, inclusive o ISS, que tramitava neste Congresso há 14 anos, e nós o votamos há dois anos. O ITR hoje vai para os Municípios. Fomos nós que o votamos agora. A Cide, recurso para estradas, que se limitava ao Governo Federal, hoje é distribuída para Governos estaduais e para Municípios.

Portanto, não é responsabilidade deste Governo se as prefeituras receberam menos recursos. Ao contrário, o Governo está querendo, inclusive, votar o Fundeb. V. Ex^a aqui já se pronunciou várias vezes a respeito, Senadora Serys, defendendo que votássemos o Fundeb, que vai garantir, inclusive, recursos para as prefeituras, para o ensino infantil, para as creches, com as quais, hoje, as prefeituras arcam sozinhas.

Então, Senador Mão Santa, é verdade o que se diz, que diminuíram recursos para a prefeitura, mas a responsabilidade por essa diminuição não é do Governo Lula nem da carga tributária.

Mas me deixe terminar, senão ficaremos no pingue-pongue, Senador!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Senadora Serys sabe da importância dos apartes. Estou dizendo isso, porque sinto o problema, pois fui Prefeito. V. Ex^a foi Vice-Prefeita, não é?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E, talvez, seja até Governadora do Pará agora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Neste momento, ainda não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas lhe vou dizer: no bolo de imposto, 53% eram para a União; 22,5%, para os Governadores; e 21,5%, que baixou para 14,5%, para os Municípios, e surgiram contribuições. A Cide, a CPMF, o PIS e o Pasep são impostos cujos recursos formam um bolão que não é dividido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A Cide hoje é, Senador, agora!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, é um percentual.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, Senador, mas não fomos nós que criamos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas, matematicamente, há outros: Cofins, Pasep...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já falei sobre isso.

Essa diminuição de recursos para a Prefeitura pode ser creditada ao Governo anterior, principalmente, e o Governo Lula os tem, ao contrário, recuperado.

A PNAD foi realizada em 10 capitais e constatou que 2,665 milhões de brasileiros deixaram de estar abaixo da linha da pobreza. Isso é exatamente o contrário do que foi dito, ou seja, que os ricos estão mais ricos e os pobres, mais pobres. Não é verdade. Pela primeira vez, no Brasil, depois de 25 anos, viu-se a pobreza diminuir.

É verdade que os lucros dos bancos ainda são grandes, mas não vamos creditar isso só à taxa de juros.

Eu sou bancária e quero dizer que, durante os oito anos do Governo anterior, os funcionários de bancos públicos, que ainda precisam recuperar muito e que ficaram com uma espada de Dâmocles sobre a cabeça, esperando a privatização, tiveram reajuste zero, porque era isso que se acreditava que valiam

os bancários de bancos públicos. Valiam zero, para o Governo Fernando Henrique, os bancários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste. Valiam zero! Foi esse o reajuste que deram para os bancários dos bancos públicos durante os oito anos do Governo Fernando Henrique, além da ameaça de privatização que, espero, se Deus quiser, não teremos mais, porque este País vai continuar olhando para a frente.

Ao contrário do que se diz, realmente diminui a pobreza. Diminuiu o suficiente, Senadora? É claro que não. São necessários muitos passos ainda – muitos, muitos, muitos -, mas não posso deixar de registrar a realidade que muitas vezes não é mostrada e nós sabemos por quê.

Brasileiros que tinham renda familiar **per capita** inferior ao valor necessário para atender a todas as suas necessidades básicas, como alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc, agora têm uma renda familiar suficiente para fazer frente a essas necessidades.

Em Belém, verificou-se a maior redução do número de pobres. Tínhamos, na capital do meu Estado, em 2003, 45,4% da população nessas condições; em 2004, essa proporção baixou para 40,3%. Ainda é muito, com certeza. Ainda é muito, muito mesmo, mas o importante é que a desigualdade social no Brasil, que já foi apontada como inaceitavelmente estável, revelou que não é imutável. Ao contrário, essa é uma mazela social passível de ser enfrentada mediante políticas públicas adequadas, as quais estão sendo feitas no Governo Lula.

O Brasil, que ocupava o posto de vice-líder mundial em desigualdade social, aparece, neste ano, em 10º lugar na lista dos países com maior concentração de renda, citada em estudo do Bird (Banco Mundial). Claro está que não se trata exatamente de motivo de comemorações. Não estou aqui comemorando, de forma alguma, mas temos que reconhecer que essa é a melhor classificação do Brasil, que sempre esteve nas primeiras posições, em duas décadas e meia, Senadora Serys.

Não vamos comemorar o número de pobres, mas devemos reconhecer que estamos dando passos. Este é um País de mais de 500 anos e foram necessários três anos para que os resultados desses passos comesçassem a aparecer. Aliás, como a pesquisa foi feita até 2004, trata-se de dois anos, apenas, do Governo Lula, incluindo 2003, que, todo mundo sabe, foi um ano com dificuldades.

Os fatores para a redução do grau de desigualdade são vários, mas cabe destacar a importância do aumento de cobertura dos programas de trans-

ferência de renda com condicionalidades que vêm sendo integradas paulatinamente ao Bolsa Família, como frequência à escola, atendimento à saúde e vacinas, e que já causaram redução na evasão escolar de mais de 50%. Reduziu-se o número de crianças que abandonam a escola em mais de 50%, graças aos programas.

Eu teria muitas questões para tratar. Infelizmente, Senadora, não tenho tempo, mas queria abordar um outro ponto importantíssimo: o desempenho favorável do mercado de trabalho, entre 2003 e 2004, a respeito do qual V. Exª já falou aqui, Senadora Serys. Foi registrado um aumento robusto da taxa de ocupação, que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho nesse período.

A julgar pelos dados do Caged, a expectativa da retomada do crescimento econômico tende a se confirmar, pois em fevereiro houve a maior geração de emprego já registrada no segundo mês do ano, desde 1992, mesmo que tenha havido um aumento na taxa de desemprego. Sabem por que houve um aumento na taxa de desemprego? Porque em fevereiro, pela sazonalidade, sempre há um esse aumento, mas, assim mesmo, é preciso dizer que foi a menor taxa. Por exemplo: no ano passado, o índice de desocupação caiu 0,5% em relação ao mesmo fevereiro, porque sempre nesse mês aumenta o desemprego. No entanto, neste fevereiro aumentou pouquíssimo e, ao contrário, gerou-se mais emprego. Nunca tinha sido gerado tanto emprego no mês de fevereiro, desde 1992.

Com relação às negociações salariais, segundo levantamento feito pelo Dieese, em 2005, os salários tiveram os melhores reajustes dos últimos 10 anos. Do total de 640 negociações registradas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do Dieese, 88% resultaram em reajustes salariais superiores ou iguais à inflação medida pelo INPC, parâmetro para as negociações.

Isso demonstra que, em 2005, os trabalhadores, públicos ou privados, melhoraram, pois 88% tiveram um reajuste igual ou maior que a inflação, ou seja, não houve perda. As coisas estão melhorando, essa é a percepção da sociedade.

A centralidade do trabalhador dentro das prioridades estabelecidas pelo Governo Lula é evidenciada também pelo aumento do salário mínimo, como já foi dito. Enquanto em dezembro de 2005 todos os jornais destacavam a antecipação do pagamento de US\$15,5 bilhões ao FMI, valor que não poderia ser usado em estradas, como muitos acreditavam que seria, porque esse dinheiro era da reserva, matéria do **Jornal do Comercio** noticiava que o Presidente Lula afirmava

que “o maior valor possível” de reajuste do salário mínimo era prioridade absoluta para fechar o Orçamento de 2006. Isso foi confirmado.

Assim, vamos ter o maior salário mínimo real de duas décadas. Segundo dados do Dieese, o salário mínimo de R\$350,00 é o que tem o melhor poder de compra dos últimos 27 anos, se for levado em conta o valor da cesta-básica. Essa foi uma decisão que beneficiou diretamente 64 milhões de brasileiros e brasileiras (24 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social, que recebem exatamente um salário mínimo, e outros 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem até um salário).

Eu quero destacar que, Sr^a. Presidente, além de todas essas medidas que visam a beneficiar os mais pobres, o Governo reconhece também a importância de assegurar o poder aquisitivo da classe média, sob o risco de termos uma sociedade polarizada nos extremos.

Houve correção da tabela do Imposto de Renda em 8%, a segunda já feita neste Governo, como também a possibilidade de a empregada doméstica sair da informalidade, o que também será um benefício para a classe média, porque o pagamento do INSS poderá ser descontado do Imposto de Renda.

Eu só queria, para não me alongar demais, reconhecer que ainda há muito a fazer, muito mesmo, mas está claro também que o País está melhorando, e muito. Falei, aqui, de resultados concretos com que o País avançou. Essa é uma constatação real, não somente porque se conseguiu antecipar em dois anos o pagamento da dívida sem se vender o patrimônio público, do qual 75% já estão vendidos, não posso deixar de dizer isso.

Em 1994, a dívida externa, em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro era de 32,5%, em 2002, 57,5%! Essa é a herança maldita do Governo Fernando Henrique Cardoso para o povo brasileiro. Aumentou, quase dobrou a dívida pública. Essa é a verdade. E vendeu 75% do patrimônio deste País.

Nobres Parlamentares, não há avanço nem crescimento de um País quando o povo é ou está cético e não deposita confiança em seu dirigente. Sentimos, e as pesquisas comprovam, que o povo brasileiro acredita que o País está no rumo certo. É óbvio que há necessidade de correção de rumo em algumas questões, e sempre disse isso, inclusive em relação à política econômica, com a necessidade de baixar a taxa de juros e diminuir o superávit. Mas não podemos deixar que o País cresça para trás como rabo de cavalo. Precisamos avançar naquilo que concretamente tem ajudado principalmente os mais necessitados deste País.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Adorei, assim como o País, ouvir, aliás, a figura simpática da Senadora Ana Júlia Carepa, mas eu gostaria de saber o tempo que me será destinado. Pois, acima deste Regimento, está o direito igual para todos, segundo Clóvis Beviláqua, no primeiro livro do Código Civil.

Então, eu gostaria de ter esse mesmo direito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E eu também farei um aparte a V. Ex^a, Senador, utilizando o mesmo tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Será o maior prazer mantê-la aqui neste salão. V. Ex^a é a estrela que ainda brilha no seu Partido.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a paciência abusada vira fúria. Se não me falha a memória, essa frase é de Thomas Fuller.

Venho à tribuna confessar a minha incompetência. Sinceramente, não tenho a necessária competência para refletir, desta tribuna, a indignação que hoje campeia pelo País afora.

Rapidamente, acessei a Internet para verificar, nos *e-mails* que recebo, o grau de indignação do povo brasileiro diante das imagens de ontem à noite na televisão. Não sei como denominar aquele baile. Não sei como definir aquela dança. Dança macabra? A dança do ridículo, da falta de vergonha? A dança do mensalão? A dança da corrupção? Que festa era aquela, Senadora Serys Slhessarenko? Que saltitar era aquele? A dança da impunidade, da degradação moral, da falência do Poder Legislativo? Não sei se devo definir como a dança do deboche na ilha da fantasia.

Aliás, Senador Mão Santa, podemos levar os nossos filhos à Disneylândia, mas não podemos permitir que se deslumbrem com o impacto dos efeitos especiais, próprios do mundo fantasioso.

Querem transformar Brasília na ilha da fantasia. Não contem conosco, não contem com o povo brasileiro para isso. Não tenho competência, Senadora, para retratar o grau de indignação dos brasileiros relativamente a essa imagem degradada do Congresso Nacional.

Mas creio que a Câmara dos Deputados tem o dever de reagir, e talvez o apelo deva ser feito ao Presidente da Casa, Deputado Aldo Rebelo. Não há como essa “vetusta senhora” permanecer – e Jânio Quadros diria dessa forma, Senadora –, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Não sei se caberia, como forma de reagir e de responder às exigências da sociedade indignada, a instauração de um processo por quebra do decoro parlamentar. O plenário da Câmara dos Deputados não se pode transformar em palco para esse baile da indecência.

Enfim, tivemos uma triste semana, quando se desenhou a figura de um Estado policalesco, em que o Estado aparelhado provoca afronta à Constituição com a invasão da privacidade de um trabalhador modesto. Esse aparelhamento do Estado é retratado inclusive no artigo desta insuspeita articulista Miriam Leitão, que diz que o Governo Lula “está usando todo o poder do Estado contra o cidadão. Isso é inadmissível na democracia, mas previsível no Governo Lula”.

Faz referência a esse abuso inusitado contra o trabalhador Francenildo.

Diz ela:

Ontem o Governo escalou e emitiu sinais de que está usando a Caixa, o Coaf e a Polícia Federal para acuar a testemunha. O Coaf investiga as grandes movimentações financeiras. É informado automaticamente apenas de saques acima de R\$100 mil. Os valores da conta do Francenildo estão muito abaixo disso.

Portanto, o Presidente Lula é responsável por um Estado policalesco, adotando práticas fascistas, reacionárias, afrontando a Constituição do País e utilizando-se de uma estratégia própria do mundo do crime.

Senador Arthur Virgílio, já estamos acostumados a ver a marginália utilizando-se dessa estratégia de tentar desqualificar quem denuncia e quem investiga para proteger-se das acusações e das investigações. Numa inversão de valores, pretendem investigar o caseiro. Investigam-no de forma legal, usando a Polícia Federal, mas de forma autoritária, usando o aparelho do Estado clandestinamente para invadir a sua privacidade. Investigam-no na esperança de apanhá-lo em postura suspeita na conexão que pretendem com a Oposição, como se estivesse ele sendo orientado para dizer o que viu na chamada “mansão do *lobby*”, em Brasília, freqüentada pelo Ministro Antonio Palocci.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, investiguem o caseiro para valer, agora, porque conferirão a ele certamente o atestado de boa conduta. É um brasileiro que procurou cumprir o seu dever denunciando movimentações

suspeitas à margem da ética com a participação de um Ministro de Estado que tem a importância de administrar os negócios da economia nacional.

Diz Miriam Leitão:

Portanto, a hipótese levantada inicialmente, hoje totalmente desmascarada, de que precisava de tempo para buscar a informação é falsa. Visava a dar tempo à Caixa, onde o Presidente, Jorge Mattoso, arrumava tranquilamente as malas, certo da impunidade, para ir ao Japão. Quando o tempo fechou em Brasília, ele decidiu não decolar.

Aliás, o Presidente da Caixa foi intimado pela Polícia Federal ontem e não compareceu para prestar depoimento. O seu advogado não apresentou razões, pelo menos por telefone, para a ausência do Presidente da Caixa Econômica.

O caso revela a sem-cerimônia com que o Governo Lula se apossou do Estado, como se fosse seu protetorado e capitania. O Governo do PT tem mostrado uma crônica incapacidade de enxergar a fronteira entre público e privado; entre Estado e Governo.

Aliás, Senador Arthur Virgílio, desde o início das investigações, no seio das diversas CPIs, estamos constatando que o Governo confunde o que é público com o que é privado, e, ao misturá-los, não sabe distinguir. E, naturalmente, quem sofre as conseqüências do prejuízo são o País e o seu povo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Isso termina, Senador Alvaro Dias, no fundo, no fundo, para sermos crus, jogando o público na privada – essa mistura do público com o privado. É muito oportuna a transcrição nos anais, que V. Ex^a faz nesse momento, do brilhante artigo de Miriam Leitão. E vamos ser bem claros também: não adianta inventarem duas sardinhas para a Caixa Econômica achando que vamos dispensar os tubarões. Não estamos nem preocupados com as sardinhas. Não vão nos convencer nem a ninguém, nem ao Lula, nem ao Palocci, de que duas pessoas, dois funcionários quaisquer da Caixa Econômica arquitetaram tudo, fizeram tudo, vazaram a informação; enfim, fizeram tudo: do planejamento intelectual até a execução. Não vão conseguir convencer ninguém. Acho bom que as duas sardinhas estejam lá, porque vamos, daqui a pouco, saber dos tubarões mandados pelas orcas. A questão do crime é saber a quem interessa o crime. Interessa ao chefe hierárquico da Caixa Econômica, o Sr. Palocci, a desmoralização do caseiro Francenildo. O outro dado é nós termos a preocupação de articular

uma frente ampla, integrada por Parlamentares decentes de todos os partidos, em defesa da reputação do Congresso Nacional, que se está desmoralizando com as agressões que sofre de fora para dentro, com a impunidade que tem legado aos mensaleiros e, até agora, de maneira bem ritualística, pela dança tribal de deboche contra as instituições democráticas feita por aquela Deputada do PT. Obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

A imagem que fica do Governo Lula, um governo esquizofrênico, é essa imagem saltitante da bailarina do deboche que se apresentou ontem no palco da Câmara dos Deputados. Essa é a imagem de um governo que, conforme diz Miriam Leitão:

(...) foi um retrocesso em inúmeros processos de aperfeiçoamento que o País vinha conquistando nos últimos tempos. O uso das agências como cabide de emprego de políticos sem mandato representou um enorme prejuízo em termos de avanço regulatório.

Essa imprecisão se alastrou [diz mais, quando trata da expressão “imprecisos limites éticos”] no atual Governo, contaminou a base partidária e deteriora as instituições brasileiras como a máxima do “fiz, mas quem não faz?” que parece imperar no governo.

E conclui Miriam Leitão:

O que está acontecendo com o caseiro Nildo é uma perturbação inaceitável do estado de direito, um desrespeito aos direitos individuais. Não é mero evento da campanha eleitoral, como os petistas afirmam. É o governo usando o Estado para ameaçar um cidadão. A democracia não tolera um fato assim.

Quero, Senadora Serys, antes de concluir, dizer que é evidente que não podemos aceitar que resolvam esse episódio do caseiro penalizando, única e exclusivamente, o servidor da Caixa Econômica Federal, que, utilizando o sistema existente, acessou as contas para revelar à opinião pública a modesta movimentação financeira daquele trabalhador, na esperança vã de “linká-lo” a procedimentos escusos, desqualificando um depoimento que foi o retrato da verdade e da convicção, sobretudo no espelho da serenidade que reproduziu na CPI ou em entrevistas coletivas o caseiro Nildo.

Ora, não basta apontar o responsável pelo acesso ao equipamento, é preciso apontar a autoridade maior responsável por essa operação criminosa. Essa questão não se esgota no plano administrativo. Não

basta a demissão de alguém. Essa questão extrapola os limites da Caixa Econômica Federal, passa pelo Ministério da Fazenda, chega à Presidência da República e vai, sim, ao Poder Judiciário. O Tribunal haverá de julgar isso. Trata-se de uma afronta à Constituição, de uma atitude deplorável que tem que ser combatida e condenada, para que não prevaleça como exemplo. É evidente que nós temos que levar aos tribunais os principais responsáveis por esse episódio. Eles não estão localizados na superintendência de redes, que se instala ali, no prédio central, na sede da Caixa Econômica Federal. Eles estão, sim, no andar superior, no gabinete da Presidência e certamente além daquele gabinete, porque essa foi uma operação do Estado polícesco comandado pelo Presidente Lula.

Diante da indignação do povo brasileiro, neste final de semana em que se instalou um verdadeiro circo de horrores em Brasília, queremos lamentar tudo isso.

Henry Kissinger disse certa vez que 90% dos políticos colocam sob suspeita os 10% restantes. É lamentável constatar que Henry Kissinger provavelmente estava dizendo a verdade ao se referir a outro país. Certamente, sua afirmação tem muito sentido nesta hora que estamos vivendo no Brasil. Que nos perdoe o povo brasileiro. Não sei se basta pedir perdão; ou sei, não basta pedir perdão: é preciso reagir em nome daqueles que ainda adotam a postura da dignidade.

Com a permissão da Presidenta, concederei o aparte que não poderia faltar do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Presidenta é muito generosa, tem sensibilidade política e responsabilidade administrativa.

Posso usar a palavra, Sr^a Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, a partir do momento em que o orador concede o aparte, fica concedido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É porque nós todos, ele e eu, somos submissos a V. Ex^a, que representa a grandeza da mulher brasileira. V. Ex^a fica bem na Presidência. A história se repete. Eu comentava com o extraordinário Líder Arthur Virgílio que, nos idos de 1967, eu estava no Maracanã – e atentai bem para a gravidade do assunto que o Senador Alvaro Dias traz: reputação – quando houve a revolução, porque caiu aqui o crédito, isso aqui caiu no ridículo. Atentai bem! Senador Arthur Virgílio, eu estava no coração da Pátria, no Maracanã. Eu fazia residência em cirurgia. No Maracanã, naquele tempo, todo o mundo tinha aqueles pequenos rádios de pilha – naquele tempo, era como computador. Eu não tinha, pois médico residente ganhava pouco. Havia o que chamávamos de

“a boca do mundo”, um alto-falante que dava notícias. Entretido com o jogo, eu não prestei atenção. Quando vi, foi um alvoroço. Nunca vi um entusiasmo como aquele! O Maracanã, lotado, eu sem um rádio, e todo o mundo pulando, gritando. Aí, depois, fui entender. Sabem qual foi a notícia? “Presidente Humberto Castelo Branco acaba de fechar o Congresso Nacional”. Euforia. Eu estava presente. Então, vamos zelar – V. Ex^a traz o tema mais importante – pela honra, pela reputação, pela moral desta Casa, porque poderá o povo voltar a cantar o fechamento disto, porque, de corrupção em corrupção, de indignidade em indignidade, de ridículo em ridículo, a opinião pública pode dar os aplausos para o fechamento deste Congresso. V. Ex^a traz um assunto muito sério. Entendo simples isso aí. Primeiro: mentira. Se esse Palocci mentiu, ele tem de sair. Aprendi do meu pai, que está no céu. Ó, Lula, não sei para onde Vossa Excelência vai, mas meu pai, ao som das chibatadas, para me educar com seu cinturão, dizia: “Não minta. Quem mente rouba”. Acho isso uma assertiva. E mais: lá, no Piauí, entende-se que Congresso não é lugar para ladrão. Se há ladrão aqui, devemos mandar para a cadeia!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão: quem mente rouba. Aqui, mentem e roubam. Portanto, roubam duas vezes. Aliás, Senador Mão Santa, não podemos, de forma alguma, admitir a hipótese de fechar o Congresso Nacional. Mas, sem dúvida, o Maracanã lotado, provavelmente, hoje, aplaudiria o fechamento do Congresso, e isso é dramático, Senador Arthur Virgílio. Chega às raias do absurdo admitir que esse fato poderia ocorrer no Brasil, tal a desmoralização do Congresso Nacional.

A “dança da pizza” ontem retratava a alegria de alguém que se coloca como a advogada dos culpados, a advogada dos envolvidos em corrupção, a advogada do demônio. Na verdade, aquela cena é apenas um retrato do que está ocorrendo no Parlamento brasileiro. A absolvição de Parlamentares envolvidos no escândalo do mensalão depõe contra a imagem do Congresso Nacional, já arrebatada por tantos escândalos. É a preservação daqueles que se envolveram em corrupção em detrimento da imagem do Congresso Nacional, que deve ser construída com a sustentação da bandeira da ética acima de tudo.

Muito obrigado.

Desculpe extrapolar o tempo, mas é uma forma bastante modesta de alguém que se confessa incompetente para retratar, da tribuna, a indignação do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar da TV digital, mas, antes de mais nada, informo à Casa que estou protocolando junto à Mesa requerimento solicitando que o Coaf investigue a origem do dinheiro recebido pelo Presidente Lula por parte do Sr. Paulo Okamoto. Foram R\$29.436,26, portanto mais que os R\$25 mil recebidos do seu pai pelo caseiro Francenildo. Se o Coaf se abriu para fazer uma investigação, não se vai fechar para fazer a outra, porque não vamos deixar.

Não se entende a demora do Governo em resolver a questão da TV digital. Não é possível que continue impedindo o País de usufruir os benefícios da tecnologia num dos setores de maior interesse popular: o da televisão. Para o povo, a principal fonte gratuita de informação e de lazer é a televisão. Com a TV Digital, o telespectador receberá em casa imagem de muito melhor qualidade, com nitidez de cinema.

A TV digital é uma fantástica maravilha tecnológica. Seu sistema de transmissão por código binário é o mesmo utilizado nos computadores. No atual sistema analógico, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido por um grande e pesado tubo. No sistema digital, são ativados minúsculos sinais luminosos na tela. A imagem é nítida. Além disso, a TV digital permite a interatividade, a comunicação em via de mão dupla entre o telespectador e a emissora.

Por que não proporcionar logo isso ao povo, senhores do Governo?

Não há mais questões técnicas a resolver. O assunto vem sendo exaustivamente debatido desde 1998, quando, ainda sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual honrosamente participei, foi implantada a digitalização em outros setores, como os da telefonia móvel e da televisão por assinatura.

Tudo está maduro para a decisão. As dúvidas sobre que sistema atenderia melhor aos interesses do País – se o padrão norte-americano, se o europeu, se o japonês, ou se seria melhor o Brasil desenvolver sistema próprio – estão hoje definitivamente afastadas. Para mim, o sistema japonês é o que melhor atende aos nossos interesses.

Já disse isso aqui mais de uma vez. Disse que esse era o melhor sistema para a minha região amazônica, para a nossa Amazônia, pois levaria a televisão aberta, gratuita, a todos os seus rincões. A Rede Amazônica de Televisão, que tem sede no meu Estado e se espalha por toda a Amazônia ocidental, mais Amapá,

e é vista pelo satélite AmazonSat por telespectadores de todo o País, tem 202 repetidoras espalhadas pela área e já está pronta para operar com televisão digital. Pronta, portanto, para levar essa imagem de alta definição a toda a vastidão da região mais estratégica do País.

Se dúvidas restassem ainda quanto ao melhor sistema para o Brasil, elas foram afastadas ou teriam sido afastadas – e para mim foram afastadas – pelo comunicado que dez importantes redes de televisão publicaram nos jornais de ontem. São elas: a Band, a Cultura, a Globo, a Record, a Rede TV!, a Rede Vida, o SBT, o Canal 21, a CNT e a Rede Mulher.

Depois de informar que dedicaram vários anos ao estudo da questão, ao lado de diversas universidades brasileiras, essas empresas afirmam que “o sistema ISDB-T, desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, é **o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital**”.

Para mim, essa era e é a questão fundamental: **a gratuidade da televisão digital**, para atender, democraticamente, a todas as camadas da nossa população. Não podemos ter no País uma televisão digital restrita a apenas uma parcela privilegiada, que pode pagar para receber os sinais. Muito menos na minha região, onde grande parte da população é pobre e heterogeneamente espalhada pelo vasto território.

O sistema japonês, afirmam as empresas subscritoras do comunicado de ontem, proporciona os benefícios da televisão digital, gratuitamente, a todos os brasileiros. Os outros dois sistemas – o europeu e o norte-americano – pelas informações que obtive, não ofereceriam a mesma e indispensável vantagem. Acarretariam custos para os telespectadores, Sr^a Presidente.

Uma objeção que se faz ao padrão japonês é de que ele só é utilizado naquele país e que, adotando-o, o Brasil ficaria “isolado”. Isso poderia levar a pensar que o Brasil ficaria privado de receber transmissões de sinais e programas de televisão digital gerados em outras partes do mundo. Informam, porém, os especialistas que isso não ocorrerá. O “isolamento” a que se referem teria relação apenas com equipamentos, o que é outra questão, nada a ver diretamente com a transmissão de imagens.

O sistema japonês teria, ainda, outra vantagem: admitiria prazo mais longo do que o europeu e o norte-americano para a transição do sistema analógico para o digital, mais adequado, portanto, para um país pobre como o Brasil, uma vez que o televisor atual não

precisaria ser imediatamente substituído. Ele poderia captar a transmissão digital mediante um conversor cujo preço médio giraria em torno de R\$400,00 e poderia ser adquirido de acordo com a disponibilidade de cada cidadão, de cada cidadã.

Atenderia, também, às exigências do Governo, **de possibilidade de transmissão em alta definição, mobilidade** (televisor em veículos em movimento) e **portabilidade**, ou seja, a possibilidade de a imagem chegar a aparelhos de telefonia celular. Seria ainda o único a possibilitar a chegada de sinal forte em qualquer ponto de uma cidade de relevo acidentado, como o Rio de Janeiro, ou com muitos prédios altos, como São Paulo.

Volto a insistir em que o importante, sobretudo para a Amazônia – e aqui, como já disse anteriormente, faço o que Tolstoi aconselha: “Para ser universal, canto minha aldeia” – é que a TV digital contemple sobretudo a televisão aberta, para que, democraticamente, possa beneficiar a todos, Senadora Ana Júlia, e não apenas uns poucos que têm acesso à televisão paga. Na Amazônia, a transmissão por televisão paga implicaria a exclusão de grande parcela da população desse benefício tecnológico.

Diante da manifestação praticamente unânime das empresas de televisão, não há mais por que se protelar a decisão.

Sr^a Presidente, anexo a meu discurso o texto “Comunicado”, das grandes redes de televisão do País, a que me referi no início deste pronunciamento.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

TV DIGITAL: EMISSORAS JÁ FIZERAM A OPÇÃO; O BRASIL ESPERA A DECISÃO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se entende a demora do Governo em resolver a questão da TV digital. Não é possível que o Governo Lula continue impedindo o País de usufruir os benefícios da tecnologia num dos setores de maior interesse popular: o da televisão. Para o povo, a principal fonte gratuita de informação e de lazer. Com a TV digital, o telespectador receberá em casa imagem de muito melhor qualidade, com nitidez de cinema.

A tevê digital é uma maravilha tecnológica. Seu sistema de transmissão, por código binário, é o mesmo utilizado nos computadores. No atual sistema, analógico, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido por um grande e pesado tubo. No sistema

digital, são ativados minúsculos sinais luminosos na tela. A imagem é nítida.. Além disso, a televisão digital permite a interatividade, ou seja, a comunicação em via de mão dupla entre o telespectador e a emissora.

Por que não proporcionar logo isso ao povo?

Não há mais questões técnicas a resolver. O assunto vem sendo exaustivamente debatido desde 1998, quando, sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual honrosamente participei, foi implantada a digitalização em outros setores, como os da telefonia móvel e da televisão por assinatura.

Tudo está maduro para a decisão. As dúvidas sobre que sistema atenderia melhor aos interesses do País – se o padrão norte-americano, se o europeu, se o japonês, ou se seria melhor o Brasil desenvolver sistema próprio – estão hoje definitivamente afastadas. O sistema japonês é o que melhor atende aos nossos interesses.

Já disse isso aqui mais de uma vez. Disse que esse era o melhor sistema para a nossa Amazônia, pois permitiria levaria a televisão aberta, gratuita, a todos os seus rincões. A Rede Amazônica de Televisão, que tem 202 repetidoras espalhadas pela área, está pronta para operar com a televisão digital, pronta para levar essa imagem de alta definição a toda a vastidão da Amazônia.

Se dúvidas restassem ainda quanto ao melhor sistema para o País, elas foram afastadas pelo comunicado que dez importantes redes de televisão publicaram nos jornais de ontem. São elas: a Band, a Cultura, a Globo, a Record, a Rede TV!, a Rede Vida, o SBT, o Canal 21, a CNT e a Rede Mulher.

Depois de informar que dedicaram vários anos ao estudo da questão, junto com diversas Universidades brasileiras, essas empresas afirmam que “o sistema ISDB-T desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital”.

Para mim, essa era e é a questão fundamental: a gratuidade da televisão digital, para atender, democraticamente, a todas as camadas da população. Não podemos ter no País uma televisão digital restrita apenas a uma parcela da população que pode pagar para receber os sinais. Muito menos na minha Região, onde grande parte da população é pobre e heterogeneamente espalhada pelo vasto território.

O sistema japonês, afirmam as empresas subscritoras do comunicado de ontem, proporciona os benefícios da televisão digital, gratuitamente, a todos os brasileiros. Os outros dois sistemas – o europeu e o norte-americano – pelas informações que obtive, não

ofereceriam a mesma e indispensável vantagem. Acarretariam custos para os telespectadores.

Uma objeção que se faz ao padrão japonês é de que só é utilizado naquele país e que, adotando-o, o Brasil ficaria “isolado”. Isso poderia levar a pensar que o Brasil ficaria privado de receber transmissões de sinais e programas de televisão digital gerados em outras partes do mundo. Informam os especialistas que isso não ocorrerá. O “isolamento” a que se refere teria relação apenas com equipamentos, o que é outra questão. Nada tem a ver diretamente com a transmissão de imagens.

O sistema japonês teria ainda outra vantagem: admitiria prazo mais longo que o europeu e o norte-americano para a transição do sistema analógico para o digital. Mais adequado, portanto, para um País pobre como o Brasil, uma vez que o televisor atual não precisaria ser imediatamente substituído. Ele poderia captar a transmissão digital mediante um conversor cujo preço médio giraria em torno de R\$ 400 e poderia ser adquirido de acordo com as disponibilidades de cada um.

Atenderia também às exigências do Governo, de possibilidade de transmissão em alta definição, mobilidade (televisor em veículos em movimento) e portabilidade, ou seja, possibilidade de a imagem chegar a aparelhos de telefonia celular. Seria ainda o único a possibilitar a chegada de sinal forte em qualquer ponto de uma cidade de relevo acidentado, como o Rio de Janeiro, ou com muitos prédios altos, como São Paulo.

Volto a insistir em que o importante, sobretudo para a Amazônia – e aqui, como já disse anteriormente, faço o que Tolstoi aconselha: *para ser universal, canto a minha aldeia* – é que a TV digital contemple sobretudo a televisão aberta, para que, democraticamente, possa beneficiar a todos e não apenas uns poucos que têm acesso à televisão paga. Na Amazônia, a transmissão por televisão paga implicaria a exclusão de grande parcela da população desse benefício tecnológico.

Diante da manifestação praticamente unânime das empresas de televisão, não há mais por que se protelar a decisão.

Sr. Presidente, anexo ao meu discurso o texto do comunicado a que me referi.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMUNICADO

O país tem assistido a um amplo e democrático debate sobre o sistema digital a ser adotado pela televisão brasileira.

Isto é saudável.

Mas não se pode esquecer a questão fundamental – o que está em jogo, objetivamente, é uma só definição: *qual é o melhor modelo de televisão para o Brasil.*

Nada pode justificar que o brasileiro seja privado de usufruir, gratuitamente.

de uma televisão com imagem e som de alta qualidade, que possa ser assistida em movimento, em aparelhos portáteis e que ofereça opções de interatividade para o telespectador obter informações, serviços e diversão adicionais à programação exibida, usando apenas o seu controle remoto. É neste sentido que nós, representantes do setor de comunicação social, que temos responsabilidades perante a sociedade, disciplinadas pela Constituição Federal, nos dedicamos, por vários anos, a estudar esta questão e, junto com diversas universidades brasileiras, podemos afirmar que o sistema ISDB-T desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, **é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital.**

Diante das manifestações de outros setores sobre essa escolha, nos sentimos no direito e no dever de externar publicamente a nossa opinião. Esta decisão é urgente. O tema vem sendo estudado pelo Governo, universidades, a Sociedade de Engenharia de Televisão e Telecomunicações e radiodifusores, desde 1998.

Não faltam elementos para a tomada de decisão. A digitalização de outros setores, como a telefonia móvel e a televisão por assinatura, já foi implantada desde 1998. Não faz sentido que a TV livre e gratuita fique condenada ao atraso tecnológico e impedida de oferecer televisão de alta definição, de graça, ao povo brasileiro. Hoje, isso só pode ser oferecido pelos demais setores àqueles que podem pagar. Temos certeza de que o Governo Brasileiro tomará sua decisão com a urgência que o assunto exige em benefício da sociedade brasileira, que merece continuar a ter acesso, livre e gratuito, a uma das melhores televisões do mundo.

Esta televisão que é e deve continuar a ser fator decisivo de promoção de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de fortalecimento da identidade e coesão nacionais.

Televisão Digital - 100% Brasil. 100% grátis.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio. Está deferida sua solicitação de transcrição do documento, na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Senadora Serys Slhessarenko, que preside com muita elegância esta sessão de sexta-feira, 24 de março; as Senadoras e os Senadores; os brasileiros e as brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação.

Senador Arthur Virgílio, “Deus escreve certo por linhas tortas”. Atentai bem, brasileiros!

O pai de V. Ex^a era do PTB, não era, Senador Arthur Virgílio? Entrou no MDB, foi cassado aqui. “Árvore boa dá bons frutos”, isso está também no livro de Deus. “Deus escreve certo por linhas tortas.” O MDB, que veio do PTB, do Trabalhismo do Vargas, comemorou ontem 40 anos. Represento, Senador Arthur Virgílio, o PMDB de verdade, o PMDB de vergonha. Atentai bem, Arthur Virgílio, meditai: são 40 anos!

Ontem, o Senado fez uma reunião. Esse Partido de tanta história nos trouxe a redemocratização, enfrentou os canhões. Deu-nos Ulysses, que Deus encantou lá no fundo do mar; Teotônio Vilela, que, moribundo, pregava a democracia; Tancredo, que se imolou; Juscelino, humilhado e cassado aqui.

Senador Arthur Virgílio, o Partido fez 40 anos ontem. Esse Partido tem mais de oitenta Deputados federais, Senadora Serys Slhessarenko, mais de 22 Senadores, nove Governadores, mais de mil Prefeitos, oito mil Vereadores e mais de dois milhões de filiados.

Ontem, deu-se a sessão comemorativa dos 40 anos do PMDB, e, Senador Arthur Virgílio, Deus me permitiu não estar nela. Sou do PMDB do povo, da história, da vergonha e da verdade. Para preencherem aqui – é a vergonha! –, foram buscar nos gabinetes funcionários, faxineiros e serventes. Aprendi que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Foi a isso que levaram e que estão levando o nosso PMDB.

Ouviu-se a voz vibrante e emocionada de Ramez Tebet e de Pedro Simon, tentando reconduzir, reaproximar o PMDB com o compromisso com o povo, por uma candidatura própria. Não entendo por que um Partido desse tamanho, com tantas pessoas que se julgam capazes, Senador Arthur Virgílio, não adota a postura de Rui Barbosa diante da repetição da história. No início da República, os militares queriam perpetuar-se – Marechal Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto – e convidaram Rui Barbosa a permanecer

como Ministro. Atentai bem, Senador Arthur Virgílio! Deram a Rui Barbosa a chave do cofre, o Ministério da Fazenda, mas ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério!”. Estão trocando as convicções de todos nós, que fizemos a democracia, que fizemos o MDB, o Partido que enfrentou os canhões da ditadura, mas que se está enlameando na corrupção. Ulysses nos ensinou que a corrupção é o maior mal da democracia.

Portanto, esperamos que meditem aqueles que fizeram a história, aqueles militantes, os Vereadores, os Prefeitos, os delegados, os suplentes de delegados, os que se aproveitaram do Partido como uma avenida para chegar ao poder. Como no passado surgiu o movimento do MDB Autêntico, que surja agora o movimento do MDB de verdade, do MDB de vergonha, do MDB que não se vende. É isto o que esperamos: que o PMDB continue ligado ao seu compromisso com o povo, que é a razão de ser do PMDB. Foi tendo isso em mente que Ulysses disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”.

Quem está na rua é o povo, que é a destinação correta do nosso Partido. Não entendo esse desserviço à democracia. Não entendo que os vendilhões não tenham condições de se apresentar numa convenção e de disputar. Estou falando de um Partido que tem em seus quadros dois ex-Presidentes da República que cumpriram suas missões em momentos difíceis, Sarney e Itamar.

Dois jovens ofereceram sua coragem e sua inteligência e saíram por aí dando ensinamento a todos os traquinos que estão a vender o PMDB por posições. Essa é a verdade.

Senador Arthur Virgílio, está no livro de Deus que casa dividida é facilmente derrubada. Abraham Lincoln, inspirado nisso, disse: “este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Daí, nos Estados Unidos, a federação está forte.

Voltemos ao PMDB. O resultado é que a Câmara está digladiando quem é o Líder. Aqui, somos 22. Não há esse negócio de unidade, não. Arthur Virgílio, aqui a disputa está doze a dez; somamos nomes para tentar até destituir o Líder. Essa é a verdade. Estão enganando o Lula. Não vão levar o PMDB a nada.

E o Lula e o PT estão fazendo um estupro na democracia. Estupro, Senador Arthur Virgílio, é aquele crime odioso em que se pega uma mulher, que se leva para a cama e se força a ter relação sexual. É um dos mais... Até nos cárceres não é perdoado pelos bandidos. E o que se está fazendo é um estupro da democracia. O PT, por intermédio do Lula, quer casar, quer juntar o PMDB com ele; casar para ir para o leito nupcial da eleição, para o banquete da democracia.

Nós não queremos esse pesadelo. Não queremos! É isso que vocês querem? A corrupção, a cueca, dólar, a sem-vergonhice, a falta de ética? Nós não queremos. Estão vendendo o que não vão levar. Não vão!

O PMDB de verdade vai às convenções. Estão aí os dois nomes. Garotinho ganhou e está aí, um homem de luta. Não venham com essa... Atacar é bom. Por que não enfrentaram, palhaços do PMDB? Por que não enfrentaram, diante dos militantes, as convenções? Frouxos, traidores! Por que não se apresenta um nome desses, que tem mais dignidade para convenção, para ser julgado pelos convencionais, pelas bases, pelos militantes? Senador Arthur Virgílio, eles estão sendo vaiados aí fora. Por quê? Esses deviam ir e assumir esse compromisso.

Não existe esse negócio. Somos uma Federação. Esse negócio de dizer que é partido de ilhas... Ilha é uma ova! O partido é da Federação. A Federação é um pacto dos Estados com o comando da União. Nós passamos... Isso é ignorância!

Senador Arthur Virgílio, é como capitania hereditária: um PMDB daqui, um PMDB dali. Que negócio é esse? Foi nos primórdios que Portugal, vendo esta Pátria, mandou ocuparem-na. E pagamos caro por isso, porque, às vezes, justamente pessoas envolvidas com mau comportamento e que tinham dinheiro vinham para o Brasil. Querem voltar à capitania hereditária. Que desserviço! Que indignidade! Que falta de vergonha!

Depois, na história, evoluímos: o Governo Geral, a República, a Federação, o pacto. Senador Arthur Virgílio, isso não existe, como os cartolas estão pregando, mentindo, desonrando.

(A Sr^a Presidente faz soar campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Faltam quantos minutos para meia hora?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a tem, pelo horário previsto, mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não! O direito é igual para todos. A encantadora Senadora Ana Júlia Carepa usou trinta minutos. Eu somei. Mas eu queria até mais. Gostaria que V. Ex^a voltasse...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, continue o seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Carreiro, a que horas comecei a falar?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Exatamente às 12 horas. Já prorroguei cinco minutos e estou prorrogando mais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Prorroque para as 12 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Então, continue falando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Aqui, *soamente* Deus. O PT já basta querer tirar a presença do PMDB no banquete da democracia, que é uma eleição, mas da tribuna vai ser difícil. Estou aqui porque estou defendendo o PMDB. Estou por ele, porque era um grandioso partido, e foi ele que me trouxe até aqui.

Eu disse certas profecias, Senador Arthur Virgílio. Eu dizia que, desse núcleo duro, nenhum iria entrar aqui. Eu disse isso há três anos. Eu sabia a psicologia.

Queremos a nova geração, essa mocidade conscientizada de que a democracia é do povo, que foi quem a construiu das ruas, gritando: liberdade, igualdade e fraternidade! Derrubaram-se todos os reis para isso. Não vai ser diferente aqui no Brasil.

Estamos aqui para esse PMDB ser forte, para que venham outros, Senador Arthur Virgílio, assim como cheguei aqui. Isso só vai acontecer se esse Partido for grande e acreditado. Não confundam popularidade com credibilidade. Se rasgarem o PMDB, ele perderá essa credibilidade.

Digo isso de cátedra. Na última convenção, votei em Requião para ser o candidato a Presidente. Não participei da negociação. Senadora Serys, tenho meus conceitos: entendo que partido político não é lugar para bandido, não é lugar para ladrão. Daí queremos o melhor para o PMDB. Que ele venha para ser julgado pelo povo, em sua credibilidade e grandeza, e não fuja.

Ouçõ o aparte do Senador Arthur Virgílio, que revive aqui a história de seu pai, que sofreu na ditadura e que o MDB fez voltar à democracia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. No aparte a V. Ex^a, registro que cheguei a ser Deputado Federal pelo PMDB, ainda no período do regime autoritário; fui filiado ao MDB e eleito Deputado Federal pelo PMDB. Um Partido com quarenta anos, com muita história, com forte enraizamento na memória popular e no cotidiano da nossa gente, o PMDB é visto por meu Partido com muito respeito, e, por isso, não nos intrometemos na luta interna que imaginamos faça parte do jogo político e democrático desse Partido. Mas digo a V. Ex^a, quando registro também os meus parabéns – perdi, infelizmente, a sessão de homenagem ontem – pelos quarenta anos do seu PMDB – Partido que já foi meu quando representava a grande frente democrática contra o regime de força –, que o PSDB está pronto para, no primeiro turno, confrontar-se democraticamente com o candidato que seu Partido escolha e que, havendo segundo turno, não teríamos dificuldade alguma de estarmos juntos. Creio que essa é uma proposta a ser levada com muita seriedade. Estamos prontos para o entendimento em favor de um País que seja livre, sem sigilos quebra-

dos ilegalmente, justo, sem perseguições a caseiros, enquanto os mandarins da corrupção estão soltos; um País fraterno, sem o aparelhamento da máquina de Estado, como estamos vendo hoje; um País, enfim, que se pareça com os sonhos de V. Ex^a e com os meus sonhos. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação de V. Ex^a, que representa muito neste momento da democracia e em seu passado tem a história de seu pai.

Quero dizer que, dessa convenção difícil, complicada, saiu um candidato: Anthony Garotinho. Ninguém pode negar a sua vida, a sua luta.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a sabe por que esse apelido? A inveja e a mágoa corrompem os corações. Os cartolas que estão vendendo o PMDB têm inveja e mágoa porque não têm o povo. Esse apelido se deve ao fato de ele, menino, aos quinze anos, ter trabalhado como radialista. Que exemplo bonito! Naquela época, diziam-lhe: “Vai lá, garotinho, entrevistar aquele jóquei!” Tudo isso aos quinze anos, muita luta!

Perdeu eleições, ganhou eleições. Foi Vereador, foi Deputado, foi Prefeito da sua cidade por duas vezes – o que é importante – e Governador. Renunciou; entregou ao PT. Candidatou sua mulher e ela ganhou. Isso no Estado mais importante do País, o Rio de Janeiro – São Paulo pode ter um pouquinho mais de dinheiro, mas história tem o Rio. Fiz minha pós-graduação no hospital dos Servidores do Estado.

Ontem, Senador Arthur Virgílio, eu não estava aqui. Deus escreve certo por linhas tortas. Se estivesse, ficaria constrangido. O PMDB fez 40 anos, mas cadê a festa? Cadê os Líderes? O Partido tem dois milhões de filiados, oito mil Vereadores, mil Prefeitos, nove Governadores, 82 Deputados Federais, milhares e milhares de Deputados Estaduais, 22 Senadores. Cadê a festa? Olhem o que estão construindo. Deixem o PMDB entregue àqueles que tem o ideal da democracia.

Senadora Serys Slhessarenko, estou encantado por olhar V. Ex^a. Gosto daquela novela *Belíssima*. V. Ex^a está empatando ou ganhando daquelas atrizes. Terá de me aturar, porque vou igualar ao tempo da Senadora Ana Júlia Carepa, do PT. Faltam três minutos, o suficiente para eu dizer e repetir o que disse desta tribuna com a grande decepção daquela medida provisória que tirava dinheiro dos aposentados, dos velhinhos. Não vai haver mais ninguém aposentado. Eu sou médico.

Olha, quem começa a trabalhar cedo é pobre – rico fica parado –, com nove, dez anos. Chegar a 65 anos? Jamais! Eu sou mecânico de gente, sou médico. Uma máquina que foi construída, o automóvel, na inspiração dos engenheiros da máquina humana. Não tem a gasolina? É o alimento. Não se movimenta? Uma máquina de ferro dura cinco, dez anos. A máquina

humana vai de 10 anos a 65 anos. Trabalhar 55 anos para se aposentar? Jamais! Está com a coluna toda quebrada. Então, acabou! Foi a pior praga!

Diante daquela medida provisória arrasadora, eu podia ter me vendido! Eles tentaram me comprar! Eu podia ter votado calado, escondido, mas fiz questão de votar aberto. E repito que três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Não, mas a democracia não tem nada com V. Ex^a e com o PT. Foi o povo. E na democracia temos a sagrada esperança da alternância do poder. E, para isso, queremos o PMDB participando para que o povo, soberano, decida os destinos da Pátria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

O Sr. Senador Papaléo Paes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Paulo Octávio e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 6 de março do corrente.

A matéria fala sobre a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre na última semana. Mais um fiasco patrocinado com recursos do governo brasileiro. Do total de 188 países esperados, só 81 confirmaram a presença. A figura mais esperada e anunciada pelo material de divulgação, o Presidente Lula, não compareceu, viajou para a Inglaterra. O evento foi útil, porém, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que também será candidato nas próximas eleições. A Conferência, que foi idealizada para a divulgação e o debate de questões relacionadas ao desenvolvimento agrário, serviu apenas para antecipar sua campanha eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul

Ministro deixa cargo neste mês para disputar vaga no Senado, mas enfrentará críticas do MST a sua gestão

Roldão Arruda

O fiasco ronda a 2.ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), que começa hoje, em Porto Alegre, patrocinada pelo órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com recursos do governo brasileiro. Do total de 188 países esperados, até ontem só 81 tinham confirmado participação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a figura mais anunciada no material de divulgação, não vai participar da cerimônia de abertura, às 15 horas de hoje. De viagem para a Inglaterra, será substituído pelo vice, José Alencar.

Por outro lado, a ideia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de usar o evento para divulgar as suas realizações também pode fracassar. Na terça-feira, o Movimento dos Sem-Terra (MST) divulgará entre os participantes do encontro um relatório no qual afirma que houve mais retrocessos do que avanços na reforma agrária em três anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre os destaques do relatório do MST estarão os resultados pífios obtidos no Rio Grande do Sul, terra do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. As quase 2 mil famílias que estavam acampadas no Estado em 2003 ainda continuam sob a lona, segundo Egidio Brunetti, da direção nacional do MST e da coordenação internacional da Via Campesina. "Para inflar os números, o Incra chegou a contabilizar

peças de madeira para fazerem um acampamento para outro."

Os problemas de organização aumentaram as suspeitas de que a conferência teria sido organizada para servir como coroamento da atuação de Rossetto à frente do MDA e de antecipação da campanha eleitoral. Filiado ao PT, ele está se desligando neste mês do governo, para concorrer a uma vaga no Senado, pelo Rio Grande do Sul. Em 2002, ele foi candidato a vice-governador do Estado na chapa de Tarso Genro (PT), que acabou derrotado nas urnas por Germano Rigotto (PMDB).

INEXPRESSIVA

As desconfianças já existiam pe-

Lula, a figura mais anunciada na divulgação, não estará presente

lo fato de Porto Alegre ter sido a capital escolhida para sediar o encontro; pela pressa com que foi organizado, contrariando sugestões de setores da FAO para que ocorresse em junho; e pela falta de interesse no cenário internacional por esse tipo de debate. A última vez que a ONU organizou uma conferência sobre reforma agrária foi há 27 anos.

De lá para cá a organização só perdeu prestígio, segundo observações do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que precedeu Rossetto no Desenvolvimento Agrário. "Por falta de interesse dos governos, que deixaram de enviar recursos para a FAO, e pelas mudanças no cenário agrícola internacional, com

a expansão do agronegócio e a reorganização da produção, a organização tornou-se completamente inexpressiva", disse. "Tudo indica que o evento tem um efeito exclusivamente midiático, uma espécie de chance-la ou de carinho às realizações do ministro e candidato."

Jungmann também observou que o atual governo não tem o que comemorar na área da reforma agrária. "Em três anos, o PT não fez nenhuma mudança legislativa importante nesta área", afirmou.

"Como na economia, tudo que fizeram foi clonar o que o governo Fernando Henrique já vinha fazendo e eles combatiam com estardalhaço na oposição. Um exemplo foi a municipalização do Imposto Territorial Rural, o ITR. Quando propusemos isso, o PT quis pôr o mundo abaixo. E agora eles aprovaram", registrou. "Outro exemplo foram os programas do Banco da Terra, com recursos do Banco Mundial, que eles tanto criticavam, mas mantiveram."

Paralelamente à conferência da FAO, está sendo realizado em Porto Alegre um fórum da sociedade civil denominado Terra, Território e Dignidade. Reúne principalmente delegados da Via Campesina, organização internacional representada no Brasil pelo MST.

Segundo o hondurenho Rafael Alegria, que faz parte da direção da Via e coordena a Campanha Global pela Reforma Agrária, o fórum paralelo deverá produzir um documento com críticas à FAO, que teria abandonado seus propósitos iniciais, de combater à pobreza no mundo com o apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. e

Ministro reage e diz que encontro 'não é do governo'

... O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse ontem em Porto Alegre que, embora tenha partido do governo Lula a proposta de realizar no Brasil a 2.ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, trata-se de um evento promovido pelo órgão da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). "É um evento da FAO, não do governo", fez questão de ressaltar.

Candidato ao Senado pelo PT

gaúcho, Rossetto não deixou de valorizar as políticas de apoio à agricultura familiar que teriam sido implementadas pelo governo Lula. "A valorização dos pequenos agricultores é prioridade", afirmou. Também voltou a citar os recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 9 bilhões.

Sobre o hiato de 27 anos entre as duas conferências da FAO, disse que hoje existe "um ambiên-

te mais favorável a esse tipo de discussão em escala mundial".

A abertura do encontro, hoje à tarde, terá a presença do presidente em exercício, José Alencar, e dos ministros Ciro Gomes, Marina Silva, Patrus Ananias e José Fritsch, além do diretor-geral da FAO, Jacques Diouf.

Rossetto destacou, ainda, que as diretrizes políticas que vão nortear o encontro são diferentes das que balizam as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). e FLÁVIO BUA

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Globo** do último dia 19 de março do corrente publicou entrevista com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com seus comentários sobre a sua indicação para a disputa, pelo PSDB, à Presidência da República e sua análise sobre as denúncias de corrupção no governo Lula.

Na entrevista, intitulada “O governo parece ter muito a esconder”, o governador afirma que “Temos

um governo frouxo no ponto de vista ético, com baixa eficiência e um crescimento aquém do que poderia”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista publicada pelo **O Globo** passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘O governo parece ter muito a esconder

Alckmin critica PT por recorrer à Justiça para impedir investigações da CPI dos Bingos

ENTREVISTA

Geraldo Alckmin

Em entrevista que acabou no fim da noite de sexta-feira, no Palácio dos Bandeirantes, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à Presidência da Repu-

blica, citou uma frase do ex-presidente argentino Juan Perón para explicar seu comentário nas palavras: “Fa-

le muito das coisas, pouco das pessoas e nada de você”. É assim que ele pretende demonstrar ao eleitorado Discreto, Alckmin não reage a provocações mas mostra uma ponta de irritação com a pecha de conservador. O governador criticou a decisão do presidente Lula de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar impedir as investigações da CPI dos Bingos: “Parece que o governo tem muito a esconder”.

Flávio Freire

O GLOBO: O senhor acredita que a cúpula do PSDB subestimou seu interesse em ser o candidato do partido à Presidência da República?

GERALDO ALCKMIN: Na realidade sempre busquei o entendimento e o presidente Tasso Jereissati teve muita habilidade na condução do processo, apoiado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Aécio Neves. O importante é que não houve disputa e ficamos unidos.

• Não ficou evidente uma disputa individual por poder?

ALCKMIN: Não concordo. Primeiro, quero homenagear o prefeito José Serra, um dos homens públicos mais preparados do país, por seu desprendimento e espírito público. Não houve divergência conceitual, falamos o mesmo idioma, trilhamos o mesmo caminho. O que tem é diferença de estilo.

• Por que o senhor e não José Serra, se ele é o preferido da opinião pública, pelas pesquisas?

ALCKMIN: Não é nem melhor nem pior, é uma decisão política. Me sinto preparado e completei uma boa missão. Aprendi administração aos

23 anos de idade como prefeito e foi co-piloto do Mário Covas. Fui pesquisador de voto não me pressiona.

• José Serra deve ser submetido a prévias caso decida se lançar ao governo de São Paulo?

ALCKMIN: Se tivermos um entendimento não será preciso disputa. O Serra é um candidato excepcional.

• Excepcional para São Paulo e não para a Presidência?

ALCKMIN: Se ele tivesse sido escolhido, teria meu apoio.

• O PFL é o noivo perfeito?

ALCKMIN: O PFL vai se definir até o fim deste mês. O partido já lançou o prefeito Cesar Maia, um bom quadro. Mas se não decidirem ter um candidato, trabalharemos pela aliança.

• É possível atrair partidos para um arco de alianças ainda sem respaldo do eleitor, como apontam as pesquisas?

ALCKMIN: Não há eleição fácil e é bom que seja assim. Em eleição disputada quem ganha é o eleitor. Eu confio na mudança e estou até surpreso. Imaginava começar o horário eleitoral, em agosto, com um dígito, 8%, 9%. Ter 20% e ainda ser pouco conhecido do eleitor é um piso alto.

• Mas isso não intimida os partidos?

ALCKMIN: Entendo que as possibilidades da nossa candidatura são muito boas. Temos grande chance de ir ao segundo turno. Ainda vou crescer. Não é possível um governo e um partido do governo tão envolvidos com mentira. O povo está desencantado. Há um abismo entre falar e fazer. Sob o ponto de vista ético, todo dia tem uma medida judicial para evitar a verdade, impedir a apuração de fatos graves. É assustador. Parece que há muito o que se esconder para tentar evitar a verdade. Não é possível ir à Justiça para não se apurar caixa-dois, dólares de Cuba, crime de Santo André.

• Na sua opinião, o presidente Lula está por trás desses escândalos envolvendo gente do governo?

ALCKMIN: É impossível o presidente da República não ter conhecimento dessas coisas. É evidente que o chefe de governo é responsável e tem que ter conhecimento dos fatos que ocorrem.

• A questão da ética vai fazer diferença nessa eleição?

ALCKMIN: Entendo que a questão da ética não vai eleger ninguém, mas ela exclui.

'Política não se faz com o fígado'

Governador diz que na segurança 'questão central é a polícia de fronteira'

O GLOBO: *Como o senhor avalia o nível de corrupção no Brasil?*

GERALDO ALCKMIN: Essa é a questão que deveria ser de primeiro exemplo. E vou mais longe, não é só corrupção, mas também a ineficiência. A corrupção é uma praga e a ineficiência é outra praga. Não há governo ético com ineficiência. Temos um governo fraco no ponto de vista ético, com baixa eficiência e crescimento aquém do que poderia.

• *Que perfil teria o ministro da Fazenda?*

ALCKMIN: O foco tem que ser a felicidade das pessoas. Diminuir a pobreza, através do emprego, da renda.

• *Mas seria um ministro mais próximo dos empresários?*

ALCKMIN: Não pensei nisso. Precisamos personalizar menos e discutir projetos e programas. Fazer primeiro a moldura para depois pôr o personagem.

• *O debate vai se dar entre Alckmin paz e amor e Lula paz e amor?*

ALCKMIN: Vai ser um debate travado no respeito e na civilidade, mas com muita firmeza. Não vou mudar. Nunca fiz campanha falando mal de adversário. Há momentos em que se precisa fazer reparos, colocar de maneira mais ácida algumas questões, mas o essencial são as propostas e a confiança. Eu represento uma nova política.

• *O senhor pretende privatizar Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras?*

ALCKMIN: Não vou dar prioridade às privatizações. Vou dar prioridade à parceria com a iniciativa privada. O investimento privado complementa o investimento público. Vou

mos fazer concessões e parcerias. **PÚBLICA** (1999) (1999)

• *A segurança deve passar pelo Exército ou não?*

ALCKMIN: Sábios são os homicídios em 1998 para 2.576 no ano passado. E o índice continua caindo. O governo federal pode ajudar muito, e que a legislação é toda federal. Deveria ainda pôr mais policiais nas fronteiras, para evitar que as armas continuem entrando. O Exército pode em situações excepcionais, ajudar, mas a questão central é a polícia de fronteira.

Se pudéssemos brejar a entrada de drogas e armas, ajudaria muito a diminuir a violência.

• *O senhor tem um discurso bastante religioso. Qual a sua relação com a Opus Dei e a Tradição, Família e Propriedade?*

ALCKMIN: Não sou da Opus Dei, não sou da TFP, mas respeito quem tem religião. O Estado é laico.

• *Essa pecha de conservadorismo o incomoda?*

ALCKMIN: Levo com bom humor. Acho muito engraçado.

• *A política econômica*

do governo é uma continuidade da adotada por Fernando Henrique? O senhor acha que essa política é um dos erros do governo do PSDB?

ALCKMIN: Veja bem, o presidente Fernando Henrique deu um salto de qualidade. Estamos falando de outro país, que aprendeu a controlar a inflação

e criou uma rede de proteção e proibição de medicamentos. A diferença do remédio e do veneno é a dose. Se cortasse a taxa de juros pela metade, ainda seria a maior do mundo.

• *Não é um discurso mais fácil do se ter como candidato do que como governo?*

ALCKMIN: Precisamos unir o sonhador com o realizador. E precisamos aprender a lidar com adversidade. As coisas não acontecem muitas vezes por medo de quebrar ovos.

• *Que diferença é possível enxergar entre o senhor e Lula?*

ALCKMIN: Seria uma pretensão fazer comparações pessoais. Guardei um conselho que Perón deu a Isabelita. "Fale muito das coisas, pouco das pessoas e nada de você".

• *O senhor é muito cuidadoso com as palavras. Há muita diferença entre o que o senhor pensa de fato e o que fala?*

ALCKMIN: Não, sou absolutamente transparente. Só tomo cuidado em não ficar falando mal dos outros. Quando fui candidato a prefeito, jovem, fiz um discurso duro contra meu opo-

sitor e achei que tinha feito um brilhareco. Meu pai tinha ouvido meu discurso e disse: "Filho, os possíveis equívocos dos seus adversários não aumentam suas qualidades". Política não se faz com o fígado.

"Nunca fiz campanha falando mal de adversário. Eu represento uma nova política"

• *O que o tira do sério?*

ALCKMIN: Desvio de dinheiro público.

• *O jantar do triunvirato com o Serra não o tirou do sério?*

ALCKMIN: Não, eu como no bar da Portuguesa. São R\$ 6 e um belo almoço, arroz, feijão e bife.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Oeste do Pará é um barril de pólvora”, publicada no jornal **O Liberal** em sua edição de 15 de março do corrente.

O governo do Presidente Lula já foi avisado de que a situação na região é preocupante e de que a possibilidade de uma revolta social não pode ser descartada. Os posseiros da região já decidiram pela radicalização, caso o governo não volte atrás nos decretos que deixam intocáveis 6,4 milhões de hectares no oeste paraense. Segundo a matéria acima citada, “Os posseiros avisaram que se o governo não revogar os decretos que criaram as reservas vão colocar cinco mil

pessoas no meio da estrada e fazer uma grande manifestação, com disposição para enfrentar uma possível retaliação do Exército e da Polícia Federal”.

Sr. Presidente, o clima é de muita tensão e revolta. O governo Lula não pode ignorar os fatos. Desta forma, é neste contexto que solicito que a matéria do jornal **O Liberal** passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O LIBERAL

on line

Edição: **Ano LX – nº 31.327**

Belém, Quarta, 15/03/2006

Oeste do Pará é um barril de pólvora

Posseiros ameaçam derrubar milhares de hectares de florestas e governo demonstra preocupação com a situação

Os posseiros que ameaçam fazer uma mega derrubada na área de influência da rodovia BR-163, em protesto contra a criação de novas reservas florestais na região oeste do Pará, estão levando a sério o que disseram na semana passada. No final de semana aconteceram reuniões em Novo Progresso e no distrito de

Castelo de Sonhos, município de Altamira, para tratar do assunto. As reuniões foram marcadas pelo mesmo tom de revolta da realizada na semana passada na cidade de Itaituba, onde foi decidido pela radicalização caso o governo não volte atrás nos decretos que deixam intocáveis 6,4 milhões de hectares no oeste paraense, inclusive áreas sob posse de produtores rurais.

Conforme revelou **O LIBERAL** na semana passada, os posseiros prometem botar abaixo toda a floresta de uma das novas reservas criadas pelo Presidente Lula e ameaçam derrubar árvores no leito da rodovia em uma extensão de mais de cinco quilômetros. A notícia repercutiu em Brasília, de onde o governo federal enviou técnicos do MMA, oficiais do Exército e Policiais Federais disfarçados para fazer um levantamento do real clima existente na região.

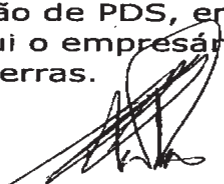
Os posseiros avisaram que se o governo não revogar os decretos que criaram as reservas vão colocar cinco mil pessoas no meio da estrada e fazer uma grande manifestação, com disposição para enfrentar uma possível retaliação do Exército e da Polícia Federal. Um posseiro da região revelou que tem armas em casa e que está disposto a usá-las

caso haja uma ação para lhe tirar da terra onde vive há décadas com sua família.

No final de semana, autoridades do governo federal entraram em contato com o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará (Simaspa), que apesar das duras críticas à política ambiental do Ministério do Meio Ambiente, vem se mantendo até aqui como um interlocutor entre o governo federal e os produtores da região. A notícia de que o clima é tenso e de revolta no Sudoeste do Pará deixou preocupados membros do governo, que marcaram para a quinta-feira, 16, uma audiência com diretores do Simaspa.

O sindicato já alertou o governo, através de telefonemas e e-mails enviados por seus diretores, que a situação é preocupante, que a região se tornou um barril de pólvora e que a criação das reservas acendeu o estopim que faltava para uma revolta social. 'O Simaspa sempre alertou para a necessidade de um processo de transição, onde todos concordam, porém efetivamente ninguém faz nada. Também sempre defendemos o direito da posse legítima, mansa e pacífica, pois entendemos que sem esse direito respeitado a região fica um barril de pólvora', disse Luís Carlos Tremonte, vice-presidente do Simaspa, em correspondência a um membro do segundo escalão do governo federal.

O Simaspa afirma que os motivos que geram revolta, além da criação de reservas, é o não cumprimento de vários acordos feitos com o setor produtivo da região e que nunca saíram do papel. O Ibama, por exemplo, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se obrigando a liberar planos de manejo para o setor madeireiro, mas depois criou mecanismos internos para impedir o cumprimento do acordo. Tremonte lembra que foi proposto ao governo que os posseiros doassem suas terras para implantação de PDS, em troca da liberação de planos de manejo. Agora, conclui o empresário, estes mesmos posseiros não aceitam sair de suas terras.



O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O paradoxo de Okamoto”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria questiona o empenho do governo para evitar o depoimento, na CPI dos Bingos, do atual presidente do Sebrae e amigo do Presidente Lula, Paulo Okamoto. Segundo a matéria, Okamoto “é também o administrador das finanças pessoais do Presidente e de sua família”, isto em função do até hoje mal explicado episódio da dívida de R\$29 mil que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Além disso, Okamoto saldou outra dívida, contraída pela filha mais velha de Lula.

A matéria termina com a seguinte afirmação: “Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do Presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PARADOXO DE OKAMOTTO

Ao contrário de outros petistas encrencados, o amigo de Lula tem de provar que é mais rico do que declara ser. Ele pagou também uma dívida de Lurian

Juliana Linhares

O petista Paulo Tarciso Okamoto — ex-garçom, jornaleiro, vendedor de cerâmica, operário da Volkswagen e sindicalista — sempre levou uma vida modesta. Nunca concorreu a cargo eletivo, mora até hoje em um sobrado geminado em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo, avaliado em 100 000 reais e, como presidente do Sebrae, está bem distante do núcleo do poder do governo. Apesar de sua aparente irrelevância, Okamoto tornou-se o centro das atenções de parlamentares que apuram a corrupção no governo Lula. As investigações em torno dele devem incomodar o governo. Os sinais disso são as manobras para blindá-lo que já envolveram até mesmo o Supremo Tribunal Federal, na figura de seu prestimoso presidente, Nelson Jobim. O barulho em torno da quebra de seus sigilos fiscal e telefônico — reiteradamente pedida pela CPI e sucessivamente negada pelo STF — já dura quase dois meses. Parece exagerado? Não quando se sabe que Okamoto, além de amigo de Lula há quase trinta

anos, é também o administrador das finanças pessoais do presidente e de sua família —

uma espécie de “caixa eletrônico 24 horas” do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos, no ano passado.

O depoimento girou em torno do até hoje mal explicado episódio da dívida de 29 000 reais que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Na ocasião, Okamoto declarou que pagou o débito do próprio bolso, em 2003, sem nem sequer participar ao presidente seu gesto magnânimo. A história sem pé nem cabeça, a falta de documentos que a comprovassem e o depoimento dado mais tarde pelo ex-

petista Paulo de Tarso Venceslau à mesma CPI (em que reafirmava que

Okamoto era responsável pelo recolhimento de dinheiro para o caixa dois do PT junto a fornecedores de prefeituras petistas) levantaram na CPI a suspeita de que o atual presidente do Sebrae usou dinheiro de origem suspeita para saldar a dívida de Lula. O débito, no entanto, não foi o único pago por Okamoto em favor da família do presidente.

VEJA apurou que, no mesmo ano de 2002, Okamoto saldou outra dívida, no valor de 26 000 reais, dessa vez contraída pela filha mais velha de Lula, Lurian Cordeiro Lula da Silva. Os valores envolvidos são baixos, mas eles têm um significado interessante, pois, proporcionalmente ao padrão de vida de Okamoto, são uma fortuna. Isso sugere que ou ele se colocou como missão da vida patrocinar Lula e sua família ou — o que é mais provável — Okamoto é apenas um canal de dinheiro que vem de outra fonte.

Em 1996, Lurian, então com 22 anos, lançou-se candidata a vereadora em São Bernardo do Campo. Para montar seu escritório de campanha, alugou um conjunto de duas salas no centro de São Bernardo e pediu à mãe de uma amiga que fosse sua fiadora (VEJA se comprometeu a manter o nome das duas em sigilo). O

escritório, na Rua Jurubatuba, 1025, funcionou de junho de 1996 a junho de 1997. Lurian foi derrotada nas urnas (teve 1 564 votos), deixou para trás o sonho de se tornar política e também uma dívida referente ao acúmulo dos doze aluguéis de seu gabinete político, nenhum deles pago. A amiga, cuja mãe havia servido de fiadora no contrato, cobrou Lurian por mais de quatro anos. Ao final do período, com a mãe já sendo processada pelo dono da casa, ela ameaçou vir a público transformar o episódio em escândalo. Foi nesse momento que Okamoto entrou em cena.

O amigo de Lula procurou a amiga de Lurian e prometeu assumir a dívida. Assim foi feito. Em acordo com o dono da casa alugada para Lurian, Okamoto reduziu o débito para 26 000 reais (a certa altura do processo a dívida chegou a 34 750 reais) e quitou-o em duas vezes. A primeira parcela, segundo mostra o documento judicial que relata os termos do acordo, foi paga no dia 22 de abril de 2002, mediante dois cheques totalizando 12 000 reais. A segunda parcela, no valor

de 14 000 reais, foi paga em 20 de junho do mesmo ano. Em relação a ela, o texto do acordo não faz menção a cheques, o que leva a supor que tenha sido quitada em dinheiro. Estranhamente, o acordo traz apenas o nome do banco e o número da agência bancária à qual pertencem os cheques que saldaram a primeira parcela da dívida. Omite o nome de seu titular e

o número da conta. O documento também não menciona o nome de Lurian nem o de Okamoto. Está assinado por duas advogadas — a que representa a fiadora e a que representa o proprietário do imóvel. Procurado por VEJA, o presidente do Sebrae recusou-se a dar entrevista. Limitou-se a dizer que não teve “participação na campanha de Lurian” e que, por causa disso, nada teria a declarar.

No ano em que pagou a dívida de Lurian, Okamoto declarou à Receita Federal ter recebido 45 679 reais — a soma do seu salário no PT, mais rendimentos da aposentadoria e de um plano de previdência privada. Caso tenha pago a dívida de Lurian novamente do próprio bolso, a exemplo do que diz ter feito com a de Lula, o amigo do presidente terá gasto, com isso, mais da metade de tudo o que ganhou em 2002. Seu desafio, nesse caso, será provar que era mais rico do que aparentava, exatamente o contrário do que costuma ocorrer entre outros personagens da atual safra de escândalos.

Os “gestos altruístas” de Okamoto têm razão de ser. Ele é o atual presidente da República se conheceram no fim de 1970, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O temperamento extrovertido de Lula, então líder sindicalista, contrapunha-se aos modos reservados de Okamoto. Apesar dessas diferenças, a amizade prosperou. Lula passou a rebocar o amigo, para cargos dentro do sindicato. De 1981 a 1984, Okamoto foi tesoureiro da instituição. Também participou da fundação do PT. Presidiu o diretório estadual do partido e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os laços de confiança entre os dois se fortaleceram ainda mais depois que Okamoto coordenou a campanha de Lula a deputado em 1986 e assumiu o cargo de tesoureiro de sua campanha a presidente em 1989. Desde então, Okamoto passou a cuidar com especial atenção também da economia doméstica de Lula.

O presidente tem retribuído à altura a dedicação do amigo. Foi ele quem, pessoalmente, telefonou para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no fim de 2002, pedindo que assinasse a nomeação de Okamoto para uma das diretorias do Sebrae. O petista já estava eleito e queria que a nomeação ocorresse antes do fim do período de transição. Okamoto foi promovido à presidência do órgão no ano passado. Além desse emprego, que lhe rende um salário de 25 000 reais, o amigo de Lula ainda tem participação em uma importadora e exportadora de mármore e granito, chamada SRB Granite, em Mauá. A empresa, criada em 2004, tem como sócios, além dele, o americano Richard John Farster e Sandra Regina Barbosa Fomazier, ex-secretária do petista. Até 2003, Okamoto também era sócio da Red Star, empresa que vende artigos com a marca PT. Ela hoje está no nome de sua mulher e de sua filha. Na semana passada, algumas das transações da Red Star com o PT foram consideradas suspeitas pela CPI, que começará a investigar a empresa. Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada. ■

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo.

Processo n.º 1415/98 - Ação de Execução por Título Extrajudicial

Reqte: Espólio de Aldo Vieira Ormonde

Reqda: J.º

1.- A Executada reconhece seu débito na presente Execução, no importe de R\$32.650,00 (vinte e dois mil seiscentos e cinquenta reais), referentes aos valores acordados e não pagos.

2.- Pagará, para quitação do débito, a importância de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) da seguinte forma:

a.) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na data de hoje, representados pelos seguintes cheques do Banco Bradesco S/A, agência 0302-6:

- nº 001312 - R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e

- nº 001313 - R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), importância da qual, mediante os pagamentos dos cheques pelo banco sacado, o executante dará plena quitação.

b.) R\$14.000,00 (quatorze mil reais), em 20 (vinte) de junho de 2002.

Rua Ernesto Pichelli n.º 71 - 1.º Andar - Conjuntos 11/18 - Cep 08771-825 - Centro - São Bernardo do Campo - SP
Telefons/Fax: 448-1437

Termo do acordo judicial que reduziu para 26 000 reais a dívida de Lurian paga por Okamoto em 2002: estranhamente, o documento omite o nome do titular dos cheques e o número de sua conta bancária

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 9 de março do corrente.

A matéria destaca que o advogado Roberto Bertholdo vai protocolar amanhã, em Brasília, um pedido na Procuradoria Geral da República para ser ouvido nas investigações que apuram o caso de corrupção no Governo Federal. Ele diz que pretende dar um depoimento sobre “todos os casos que envolvem o governo”

e outras situações que ocorriam de forma “sistemática” entre políticos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/NOVAS CONEXÕES

Advogado Roberto Bertholdo quer falar à Procuradoria Geral para revelar, segundo ele, todos os casos de corrupção que envolvem o governo

Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O advogado Roberto Bertholdo vai protocolar amanhã, em Brasília, um pedido na Procuradoria Geral da República para ser ouvido nas investigações que apuram casos de corrupção no governo federal. Ele diz que pretende dar um depoimento sobre “todos os casos de corrupção que envolvem o governo” e “outras situações” que ocorreriam de forma “sistemática” entre políticos.

Bertholdo, que está preso no Paraná acusado de grampear um juiz do Estado e de “torturar” um ex-sócio, foi apontado pela revista “Veja” que circula nesta semana como operador do “mensalão” dentro do PMDB

Mesada

De acordo com a revista, o advogado, que era assessor do então líder do partido na Câmara, deputado José Borba (PMDB-PR), distribuía uma mesada que variava de R\$ 15.000 a R\$ 200 mil para 55 dos 81 deputados do partido. Teria até transportado, de acordo com a “Veja”, mais de R\$ 8 milhões em dinheiro em um jatinho.

Borba, que foi envolvido no esquema do “mensalão”, renunciou ao mandato no ano passado para evitar a cassação.

Bertholdo teria ainda intermediado um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador do SBT falasse bem do partido em 2004. Ratinho nega.

Bertholdo diz que “as histórias da ‘Veja’ não são verdadeiras” e se “o ‘mensalão’ nunca existiu no PMDB”. O advogado diz que “relatá fatos que envolvem outros partidos “da base aliada”.

“Dinheiro vivo”

“Eu sei de outras coisas relacionadas a outros partidos. Sei como

está sendo feita essa corrupção. Toda a corrupção é feita sempre com dinheiro vivo. E eu sei, por exemplo, quem opera e quem transforma recursos em dinheiro vivo para ser distribuído a deputados”, afirmou.

De acordo com ele, as revelações vão mostrar que “outros braços”, além de bancos já citados no escândalo, são fonte de dinheiro vivo para a corrupção. “Existe esse outro braço. E não é banco. É um grupo de doleiros. Alguns já foram depor na CPI. Muitos mentiram. Eles estão articulados. São todos capitaneados por um deputado federal do Paraná, que pega o dinheiro e distribui a vários deputados da base aliada.”

De acordo com Bertholdo, o deputado dizia que fazia tudo “combinado com o presidente [da República], mas eu nem acredito que ele dizia a verdade”.

Furnas

A Folha perguntou os nomes do deputado, dos doleiros e dos parlamentares para quem tais recursos seriam distribuídos, mas Bertholdo não quis revelar. A Folha perguntou também de onde viria o dinheiro vivo distribuído a deputados —se do governo federal e de estatais ou de empresas privadas com interesse nos negócios do Estado.

“Provavelmente [as informações que dar] à Procuradoria Geral] vão chegar a Furnas, a diferentes fundos de pensão e a histórias que não se fecharam até agora.” O advogado participou do governo Lula. Ele foi indicado, no início do governo do PT, para fazer parte do conselho da Itaipá Binacional, indicado pelo PMDB do Paraná.

Bertholdo diz que as histórias que contará aos procuradores “demandam apuração” para que sejam provadas.

AS CPIS PERTO DO FIM

<p>CPI DOS CORREIOS</p> <p>Duração: 6 meses</p> <p>■ Deveria ter sido encerrada em dezembro, mas foi prorrogada até abril. PT e PSDB fizeram pressão para CPI acabar em fevereiro</p> <p>Prazo final: 10/abr</p>	<p>O que a CPI ainda quer</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Ouvir o publicitário Ouda Mendonça ■ Convocar o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) ■ Convocar o lobista Nilton Monteiro, que entregou à PF lista de supostos beneficiados por caixa dois de Furnas
<p>CPI DOS BINGOS</p> <p>Duração: 6 meses</p> <p>■ Deveria ter sido encerrada em dezembro, mas foi prorrogada até abril</p> <p>Prazo final: 25/abr</p>	<p>O que a CPI ainda quer</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto e Roberto Carlos Kurzeil ■ Ter acesso a mais dados do BC sobre movimentação financeira dos investigados

DE PRÓXIMO

- **CPI DOS CORREIOS**
O comando da comissão decidiu que não haverá prorrogação do prazo
- **CPI DOS BINGOS**
A comissão já conseguiu as 27 assinaturas mínimas necessárias para obter a prorrogação do prazo. A CPI agora avalia se é melhor ampliar o prazo por 30 ou 60 dias

Oposição entra com requerimento para prorrogar a CPI dos Bingos

FERNANDA KRÁKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A oposição protocolou requerimento com 37 assinaturas para prorrogar a CPI dos Bingos até o dia 27 de junho. Desistiu, porém, de tentar prorrogar a CPI dos Correios, sabendo que não conseguiria as assinaturas necessárias na Câmara. A CPI dos Correios termina em 10 de abril.

A oposição quer na CPI dos Bingos, principalmente, aprofundar as investigações sobre o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pagou uma dif-

vida do petista com o partido.

O primeiro passo para a prorrogação é a apresentação do requerimento à Mesa do Senado, ou seja, o protocolo. O documento deve então ser lido pelo presidente da Casa, que ordenará sua publicação, no dia seguinte, no Diário Oficial do Senado. Os senadores arrependidos têm até a meia-noite do dia anterior à publicação para retirar o apoio ao documento.

Na CPI dos Correios, os parlamentares do PSDB e do PFL levaram em conta, para não insistir na prorrogação, o risco de a comissão acabar sem um relatório final, tendo em vista que, quanto mais

pronto das eleições, mais difícil seria a construção de um acordo para a votação do texto, devido ao acirramento da disputa política.

“Seria precipitado iniciar uma coleta de assinaturas na Câmara correndo o risco de sofrer uma derrota. Isso só seria feito em um ambiente favorável à prorrogação”, afirmou o sub-relator de fundos de pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PEL-BA), antes favorável à prorrogação da comissão.

Como a decisão era mais política do que técnica, a oposição se satisfaz com a provável extensão da CPI dos Bingos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT . Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PT faz operação abafa para poupar Okamoto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 11 de março do corrente.

Segundo a matéria, O PT de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo) promoveu uma operação abafa para resguardar o amigo de Luiz Inácio Lula da Silva e presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pagou em dinheiro dívidas do Presidente da República e da filha dele, Lurian Cordeiro Lula da Silva”.

Ainda segundo a matéria, a operação teria o objetivo de “ocultar a participação de Okamoto no socorro financeiro de R\$ 26 mil dado a Lurian, em 2002”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT faz operação abafa para poupar Okamoto

Vereador petista pede que nome do presidente do Sebrae, que emprestou dinheiro a Lula e à filha dele, Lurian, seja omitido

LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

O PT de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo) promoveu uma operação abafa para resguardar o amigo de Luiz Inácio Lula da Silva e presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pagou em dinheiro dívidas do presidente da República e da filha dele, Lurian Cordeiro Lula da Silva.

A operação abafa foi comandada por José Ferreira (PT), vereador no sexto mandato e um dos fundadores do partido e da Central Única dos Trabalhadores.

A orientação dada por Ferreira, segundo a *Folha* apurou, foi no sentido de ocultar a participação de Okamoto no socorro financeiro de R\$ 26 mil dado a Lurian, em 2002. À época, Okamoto era presidente do Instituto da Cidadania, do PT, e não tinha salário. Ele recebia aposentadoria como ex-metalúrgico.

A dívida foi contraída por Lurian na eleição de 1996, quando se candidatou a vereadora em São Bernardo. Derrotada nas urnas, Lurian acumulou R\$ 34,75 mil em aluguéis atrasados —o valor foi renegociado por Okamoto.

A responsabilidade pelo não-pagamento recaiu sobre a fiadora do imóvel, Ida Ivone Müller Carloti, que teve a casa em que mora penhorada por decisão judicial.

Na última quarta-feira, Ferreira recebeu Carloti no gabinete dele —segundo os dois, o encontro foi solicitado por ela. “Eu o conheci

no comitê da Lurian. Contei a ele que não queria mais mentir, que estava cansada, doente e não sabia mais o que fazer”, afirmou.

A recomendação de Ferreira, segundo a fiadora, foi para que ela dissesse a verdade aos jornalistas. “O vereador falou que não adiantava viver às custas de mentira.”

Após o encontro com o vereador, Carloti recuou do que havia dito na última terça-feira, quando confirmou o auxílio financeiro de Okamoto. Ontem, ela disse que, como recorreu a muitas pessoas, já não sabe mais quem pagou os R\$ 26 mil em dinheiro.

“Liguei para a Lurian para reclamar. Uns seis meses depois, telefonaram da imobiliária e disseram que tudo tinha sido pago”, afirmou a fiadora.

Confrontada com a declaração dada na terça, afirmou: “Para falar a verdade, eu sabia que era alguém do PT, mas não sabia quem. Olha, estou doente e não quero mais encrenca”. Em seguida, ela pediu para encerrar a conversa.

Procurado oito vezes pela *Folha*, o vereador informou, por meio da assessoria, que falaria se a reportagem fosse “positiva”, se abordasse, por exemplo, a “importante biografia” dele.

Uma das advogadas que atuaram no caso, Indaiá Cristhiano, afirmou que desconhece qualquer pagamento de Okamoto. “E, se soubesse, não diria.”

Mais contas

No ano passado, Okamoto de-

clarou ter pago, com dinheiro do próprio bolso, uma dívida do presidente Lula de R\$ 29,4 mil. Ele se recusou, no entanto, a apresentar as provas da origem do dinheiro.

Nesta semana, a *Folha* revelou que Okamoto doou R\$ 24,84 mil para a campanha de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura de São Bernardo, em 2004. O valor representa quase todo o vencimento mensal declarado por ele à CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto disse receber “pouco mais de R\$ 30 mil” mensais, incluindo, além do salário do presidente do Sebrae, cargo para o qual foi indicado por Lula, o pagamento por sua participação no conselho da BrasilPrev e a aposentadoria.

A CPI dos Correios pediu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Okamoto, o que foi negado em caráter liminar (provisório) pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim.

Mesmo assim, a comissão já recebeu pelo menos duas caixas de documentos com dados sigilosos de Okamoto. Os papéis, no entanto, só poderão ser abertos após uma autorização final do STF.

Em nota à imprensa, Okamoto negou ter pago qualquer valor em benefício de Lurian. Disse que a acusação é falsa. A assessoria do Sebrae informou que ele não participou nem ajudou a filha do presidente na eleição de 1996. Procurada pela reportagem, Lurian disse que não falará sobre o tema.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Agora são mais R\$5 milhões para o Lulinha”, publicada na revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de fevereiro do corrente.

Segundo a matéria, a Telemar, mais uma vez, favoreceu o filho do Presidente, Fábio Luiz Lula da Silva. Ela injetou outros R\$5 milhões na Gamecorp para bancar os programas de tevê da empresa de Lulinha.

AGORA SÃO MAIS R\$ 5 MILHÕES PARA LULINHA

A semana do presidente Lula começa agitada com a notícia de que a Telemar estaria mais uma vez favorecendo Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha. Ela injetou outros R\$ 5 milhões na Gamecorp. Dessa vez para bancar os programas de tevê da empresa de Lulinha. O dinheiro é usado para comprar espaço nas televisões (uma das emissoras é apenas captada em UHF ou por algumas operadoras a cabo) e produzir atrações da Gamecorp que vão ao ar durante a semana. São quatro programas de meia hora e um de três minutos. Não é a primeira vez

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

O PMDB faz parte da moderna história política brasileira. É um fenômeno político que merece todo o nosso respeito e nossa reverência. Celebrar os 40 anos de existência deste partido político é comemorar também a consolidação da democracia e da cidadania brasileira.

O Movimento Democrático Brasileiro – esse é o seu nome de batismo – nasceu em 1966 como uma frente ampla política de resistência aos governos autoritários no Brasil. Por intermédio deste partido, a luta pelas liberdades democráticas e pela livre circulação de idéias no País ganhou corpo e capilaridade por todos os estados e rincões brasileiros.

O MDB elegeu nesta época seus primeiros deputados, senadores e governadores. Tornou-se um partido político forjado nos entendimentos políticos, nas conversas de gabinetes, mas também nas lutas de rua, no enfrentamento destemido. De um lado a Arena, partido da maioria, do governo. Do outro, MDB, cumprindo seu histórico papel de oposição democrática. Com a abertura democrática em 1985, o PMDB finalmente chegou ao poder com a eleição de Tancredo Neves, um mestre mineiro das manhas e das articulações.

Acostumado às grandes alianças, o PMDB contou com a histórica criação do nosso PFL – uma dissidên-

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

que a Telemar dá uma mãozinha a Lulinha. Ela injetou, em novembro de 2004, outros R\$ 5 milhões na Gamecorp, o que fez a empresa deslanchar. Coincidência ou não, a prosperidade dos negócios aconteceu somente depois que seu pai virou presidente da República. A Telemar não está sozinha quando se trata de patrocínio. Outros pesos pesados da indústria já fizeram propaganda nos programas sobre videogames produzidos por Lulinha. Entre eles estão a Gradiente e a Sadia, empresa da família do ministro Luiz Fernando Furlan.

cia da Arena –, fenômeno que foi fundamental para a eleição de Tancredo Neves, com o senador José Sarney como seu vice na chapa que derrotou Paulo Maluf.

Tudo isso é história, senhor Presidente.

Com esta aliança, consolidou-se um projeto de poder civil em substituição a 20 anos de ditaduras militares. O PMDB de Ulysses Guimarães, de Severo Gomes, de Paulo Brossard, de Pedro Simon foi uma espécie de universidade política para todos nós. Eles nos ensinaram com maestria, ética e serenidade a prática democrática no seu mais profundo significado.

Desta tribuna, vamos lembrar esses heróis e saudar vossas memórias. São exemplos que não podemos esquecer. O PMDB teve papel fundamental na Assembléia Nacional Constituinte que construiu a “Constituição cidadã”, que hoje é um guia para nossas práticas políticas.

O PMDB foi também uma permanente tribuna na luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Levantou bandeiras contra a tortura e pela anistia aos presos e exilados políticos. Humanizou o País. Levantou bem alto a bandeira das Diretas Já e soube, como nenhuma outra agremiação política, navegar de maneira pro-ativa por inúmeros governos.

Um dos mais significativos exemplos da dinâmica e da objetividade pela governabilidade no PMDB no poder, acontece em Brasília, onde o governador Joaquim Roriz construiu um projeto de desenvolvimento e pro-

gresso que já dura por três mandatos e 16 anos. Neste período da “Era Roriz”, o Distrito Federal construído por Juscelino Kubitschek realizou uma das mais bem sucedidas revoluções urbana que a história brasileira presenciou. Ao mesmo tempo em que preservou ao máximo o Plano Piloto, o governador Roriz, sempre à frente do PMDB local, construiu pelo menos meia dúzia de novas cidades, trazendo um endereço e todas as vantagens da cidadania para milhões de brasileiros que escolheram Brasília como cidade para viver.

O governo Roriz é um exemplo vivo da pulsação política do PMDB. E apesar da verticalização dificultar a nossa coligação, torce para que seja viável a união das forças políticas que apóiam esse político e empreendedor de mão cheia que é o governador Roriz, um exemplo para todos nós, do PFL, que temos um projeto político com a bandeira do desenvolvimento, do pleno emprego, da economia estável e da cultura e educação como prioridades de governo.

Para finalizar, Senhor Presidente, só nos resta dizer: longa vida ao PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro o dever de falar em resgate à população de Ribeirão Preto, uma das mais progressistas e belas cidades do Estado de S.Paulo.

Esse resgate atende também ao que me pede uma moradora da extraordinária cidade paulista, símbolo de desenvolvimento e do trabalho de milhares de paulistas que trabalham pelo progresso do Brasil.

Falo em atenção à Sra. Jussara Teixeira Marcelino, que hoje me enviou atencioso e-mail, em que destaca:

Realmente, o grupo do Ministro Palocci fez mesmo muita sujeira e continuam fazendo; eles não param.

Diz mais a Sr^a Jussara:

É preciso esclarecer, no entanto, que esse termo República de Ribeirão Preto nem de longe reflete a população riberopretana. Nós somos um povo muito para ganhar o pão de cada dia, somos pessoas pacíficas e nada temos a ver com essa bandalheira da tal República.

Dona Jussara faz um outro pedido, que atendo prazerosamente:

Quero sugerir que, ao se referirem aí no Senado a essa corja que não se use o termo República de Ribeirão Preto. Que se troque essa terminologia por Corja Palaciana.

Desde logo, atendo à solicitação, em respeito ao povo de Ribeirão.

E aproveito para declarar que todos sabemos que Ribeirão Preto tem uma população que trabalha, ao contrário do grupo palocciano que tanto infelicita a cidade.

Bem a propósito, não entendi bem se o nome sugerido por Dona Jussara seria *Corja Palaciana* ou

Corja Palocciana. Há muita semelhança entre uma e outra denominação.

Com todo o apreço a Ribeirão, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 26 minutos.*)

(O.S.: 11702/2006)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a também, como Líder da Minoria.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que dispõe de até vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes, ponho-me a sonhar com um Brasil ideal, um Brasil fácil. Que bom seria, Senador Alvaro Dias, se toda essa crise que leva o Ministro da Fazenda a deixar de sê-lo na prática – porque asilado, homiziado, no Palácio do Planalto, para pretextar algum despacho, impedido de comparecer à sede do seu Ministério, a fim de evitar jornalistas incômodos, fazendo perguntas mais incômodas ainda –, se tudo isso se resolvesse como imagina a Liderança do Governo.

De repente, a culpa de tudo recai nas costas do Senador Alvaro Dias, por exemplo, e acabou! Então, não houve quebra de sigilo do Sr. Francenildo; não houve casa de negócios no Lago Sul, com a presença do Ministro da Fazenda; não houve esse mar de corrupção que tem feito a vergonha do País. Basta, agora, dizermos que é preciso investigar as motivações do Sr. Alvaro Dias, que aqui, à farta, demonstrou que fez o papel de Relator *ad hoc*, substituindo o eminente Relator Garibaldi Alves, que se viu, aliás, muito bem substituído pela atitude e pela ação, no dia de ontem, competente – e essa é a sua praxe – do Senador Alvaro Dias. Mas que bom seria!

É engraçado ouvir o PT falar em vazamentos. Se vazamento pagasse imposto, o PT estaria muito mais endividado do que diz estar – e não acredito nessa dívida, creio que ela foi toda quitada no exterior com o Sr. Marcos Valério. Muito mais endividado ele estaria. Se vazamento, por outro lado, trouxesse felicidade pessoal, o PT seria um Partido composto de pessoas felizes, mais que **Alice no País das Maravilhas**. O PT

construiu a sua vida no vazamento, no conluio com o que havia de pior no Ministério Público. Essa mesma banda do Ministério Público que hoje está afastada das decisões e que agora se encontra em mãos maduras como a do Dr. Antônio Fernando, atual Procurador-Geral da República.

Seria tão bom, Senador Alvaro Dias! Bastaria cassar o mandato de V. Ex^a! Sr. Presidente Renan Calheiros, eu pediria a V. Ex^a seu empenho. Resolve-se a crise toda, não houve corrupção alguma, não há nada que continue a empatar o País de progredir, e nós aqui nos reunimos e cassamos o mandato do Senador Alvaro Dias. Está resolvido! E, aí, não teria havido o opróbrio da violência contra o caseiro que ousou dizer que o Ministro mentia— que mentiu! Bastaria cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias.

Meu pai me dizia: “Meu filho, ao longo de sua vida” – ele até fazia uma certa rima pobre –, “não tenha medo de homem, de mulher nem de lobisomem. Mas tenha medo do ridículo”. Tenha medo do ridículo! Fuja do ridículo como consta que o diabo foge da cruz! Fuja do ridículo, porque, de repente, a solução é: não se cuida mais de nenhum problema ético de defesa – até porque me parece indefensável o caso do Governo – do Governo com respostas às perguntas claras que estão sendo postas, mas, pura e simplesmente, vamos, daqui para frente, dizer que o Senador Alvaro Dias precisa ser cassado no seu mandato.

Com isso, quem sabe, devolvemos o mandato para o Deputado José Dirceu, reentronizamos o Waldo-miro Diniz na Presidência da República, restabelecemos o Sr. Silvio Pereira na Secretaria-Geral do PT, e o Sr. Delúbio volta para a Tesouraria. Todos nos esquecemos do que houve. Passaria a haver uma lavagem cerebral sobre cada um de nós. O senhor caseiro, Francenildo, não teria sido violado no seu direito. O povo brasileiro não teria nem que viver a baixa auto-estima de agora, nem mesmo o Presidente da República, num raro acesso de sinceridade, haveria de dizer que reconhece que está tudo mal, muito mal.

Bastaria, Senadora Heloísa Helena, cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias. Bastaria, portanto, tirarmos o sofá da sala. Bastaria, portanto, uma dose brutal de invidade e de insinceridade. Tire o sofá da sala, e vamos inventar o culpado!

A Caixa Econômica, Sr. Presidente, que precisou de segundos para violentar o caseiro no direito constitucional que lhe é assegurado, requer agora semanas para montar uma fraude, pensando que a Nação vai se deixar ilaquear na sua boa-fé – a Caixa Econômica, que é subordinada hierarquicamente ao Ministro Antonio Palocci Filho; a Caixa Econômica, que era vista, pelas pessoas da geração dos meus maiores, da minha avó Luiza, como um lugar seguro para se ter o dinheirinho da gente. Eu poderia fazer um gesto grandiloquente: como tenho conta na Caixa Econômica, Senador Luiz Fernando Freire, eu poderia ir à Caixa Econômica, levar a imprensa, tirar foto e não sei mais o quê e retirar

meu dinheirinho da Caixa Econômica Federal. Não posso fazer isso. Não é justo. Imporia um desgaste a mais numa instituição respeitável.

Não quero, pura e simplesmente, renegar a Caixa Econômica, que tem tantos e tão bons serviços prestados ao País. Quero a limpeza na Caixa Econômica, a demissão do Sr. Mattoso, a apuração das responsabilidades, não punindo um “subgerentinho” qualquer do terminal um ou do terminal 33. Quero a punição dos responsáveis intelectuais, daqueles que perpetraram um crime que não pode ser apoiado por ninguém de boa-fé deste Governo, até porque, pessoas de boa-fé não apóiam crimes.

Ninguém pode passar a mão pela cabeça de quem agride a Constituição e arranha a democracia num dos seus pilares básicos, que é o direito à privacidade.

Hoje há uma charge simplesmente sensacional no jornal. O chargista diz para alguém que estava abrindo conta na Caixa: “Você pode se inscrever, aqui você tem direito a tudo, cheque especial, isso, aquilo; sigilo bancário, não – só se for a favor do Governo”.

Senador Alvaro Dias, não vou perder mais tempo com a ridicularia. Temos que ter medo do ridículo, e isso aprendi com o meu pai. Do resto, homem, mulher e lobisomem eu não tenho, sinceramente; agora, do ridículo eu tenho, e parece que há pessoas que não têm.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, com muita honra.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Falarei muito rapidamente, Senador Arthur Virgílio. Enquanto V. Ex^a estava falando, eu estava analisando a possibilidade de se abrir qualquer procedimento em relação ao Senador Alvaro Dias, porque divulgou uma fita que está num processo. É evidente que nenhum procedimento poderia ser aberto contra S. Ex^a, como Senador, até porque teria de ser aberto retroativamente contra mim também. Essas coisas isonômicas devem ocorrer. Na época, Lideranças importantes do PT comemoraram muito. Recebi umas fitas que davam conta de indícios de corrupção e de tráfico de influência entre o Governador Roriz e vários empresários. Eu as encaminhei à Comissão de Fiscalização e Controle, as fitas foram divulgadas, nem por isso alguém solicitou abertura de procedimento em relação a mim. Tenho certeza de que isso não ocorrerá. É claro que todas as ações de todos os Parlamentares deve ser averiguadas; a ninguém é dado o direito de estar acima da Constituição ou do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só ao Okamoto.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – O pior é que não é só a ele, mas a outros também. Eu não me sentiria à vontade se não deixasse registrado esse caso que ocorreu, porque nenhum procedimento contra mim foi instalado. Talvez seja aquilo que disse a Eliane Catanhêde, a jornalista, em artigo: “Quando é o nosso, fala a verdade; quando é o deles, passo a desqualificar,

como se mentira fosse”. Gostaria de deixar registrado o que ocorreu. O fato foi muito comemorado na época, porque, talvez, se quisesse atingir nossos adversários. Isso fica realmente muito feio, desrespeitoso, quase que infame, não é? Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Não bastasse esse pega-ladrão-de-feira, essa tentativa diversionista, temos algo terrível a que V. Ex^a acaba de se referir no seu discurso. O gerente da Caixa Econômica – alguém de uma patente funcional parecida com os bodes expiatórios que o Governo visa construir para buscar encobrir a responsabilidade “incobrível” dos verdadeiros autores intelectuais dessa fraude –, o gerente da Caixa Econômica em Teresina se julgou no direito de chamar o empresário que depositou o dinheiro na conta do caseiro Francenildo para pressioná-lo. Ele teria que explicar a origem, as motivações, enfim, esse que Francenildo diz ser seu pai natural.

Pergunto, Sr^s e Srs. Senadores: o que é – nós sabemos que todo aquele cidadão ou cidadã que gosta de derrubar ícones, ídolos é um iconoclasta – um Governo que pretende desmoralizar todas as instituições? Alguém, a qualquer hora, vai imaginar que se pode colocar fogo aqui no bundestag.

O que é o Governo que, desde que começou a mostrar as suas garras, impôs sucessivos desgastes a um Poder que não pode ser desgastado a esse ponto, como é o Poder Judiciário? O que é um Governo que, praticante do “mensalão”, me fez viver aquela cena insólita da minha vida doméstica: a minha mulher dizia para mim assim “Ah, eu quero ver a TV Câmara até o final, para saber se vai ter alguém cassado”. Eu disse “Então, por favor, você vai ver da sala, porque eu quero dormir. Eu já sei que todos vão ser absolvidos. Então, para que eu vou ficar acordado? Vamos ver um filme, então. Vamos ver um filme. Não vou ficar acordado sabendo que foi montada toda uma farsa, para, no final, não se ter punição alguma, além daquelas que já aconteceram, matando de arrependimento os que renunciaram, senão seriam absolvidos também”.

Que Governo é este, Senador Gilberto Mestrinho, Sr^s e Srs. Senadores? Que Governo é este que faz o impossível para desmontar a credibilidade das próprias instituições que ele governa, que ele deveria reger? É um Governo que, a partir de uma negociata no BNB, Banco do Nordeste do Brasil, terminou flagrado com aquele fato do dólar na cueca. Isso desmoraliza o BNB. É aquele que arranhou, no episódio Visanet, no episódio Pizzolato, a credibilidade desse ícone da vida financeira do País, que é o Banco do Brasil. E que agora envolve a Caixa Econômica numa denúncia escabrosa de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Que Governo é esse? Que Governo é esse?

Sr^s e Srs. Senadores, comunico à Casa algo que já é do conhecimento de todos, suponho, mas é meu dever fazê-lo. O Presidente interino do meu Par-

tido, Deputado Alberto Goldman, apresentou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Aldo Rebelo, denúncia objetivando instauração de processo contra o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci Filho. Resumindo a peça, o senhor...

V. Ex^a pede um aparte, Senador Ney Suassuna?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, Senador Arthur Virgílio, quero apenas saber quem instaurou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem instaurou? O Presidente interino do PSDB, Deputado Alberto Goldman, pediu denúncia visando enquadrar o Sr. Antonio Palocci Filho em crime de responsabilidade pelas razões que passo a expor a V. Ex^a e aos nossos estimados Pares.

Pela razão óbvia de que o chefe da Caixa Econômica Federal, sabendo da suspeita sobre a Caixa Econômica Federal de quebra de sigilo... E não dá para se cometer aqui a leviandade suprema, a leviandade até covarde de tentar confundir o vazamento, que é delituoso, e que sempre foi uma prática do PT. O PT cresceu no vazamento. Cresceu na mancebia do vazamento que praticava com o que havia de pior no Ministério Público Federal, com a figura criminosa, atentatória da liberdade democrática, que é a quebra ilegal de sigilos. E no caso do caseiro Francenildo, foi o sigilo bancário.

Mas o Sr. Presidente Alberto Goldman...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Magno Malta. Vou apenas terminar a parte que explica a atitude do meu Partido. Em seguida, terei muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Ministro Palocci não providenciou. Digamos que não tivesse culpa alguma, que não fosse beneficiário – e seria beneficiário – da desmoralização que intentaram do caseiro Francenildo. Mas digamos que não fosse beneficiário. S. Ex^a teria incorrido em grave falta, porque a suspeita de dolo praticado, nesse caso pela Caixa Econômica Federal, deveria ter motivado de sua parte imediata abertura de processo de investigação. Isso não foi feito.

Arrazoa a peça do PSDB sobre o crime de quebra de sigilo bancário, que, na verdade, sujeita os responsáveis à pena de reclusão de um a quatro anos e multa, aplicando-se no que couber o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este é o País da lei.

Já concedo o aparte também ao Senador Heráclito Fortes.

Então, vamos à Lei de Crime de Responsabilidade. São argüidos os Itens 5 e 9 do art. 7º da Lei nº 1.079/50. Diz, em um trecho aqui, o Presidente Alberto Goldman: “É importante destacar que os extratos da referida conta da Caixa Econômica Federal descritos acima foram emitidos na quinta-feira, dia 16 de março

de 2006, às 20 horas, 58 minutos e 21 segundos”. Ou seja, no mesmo dia em que o depoimento de Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos foi interrompido, por determinação judicial do Supremo Tribunal Federal, em virtude de o mesmo estar fornecendo dados importantes sobre supostas práticas ilícitas do Sr. Ministro da Fazenda.

Vou resumir, para ouvir os colegas. Eu me desincumbo, não com alegria, mas com muita honra, desta missão partidária.

Há todo um passeio pelos artigos que embasam o enquadramento do Ministro: o Item 3 do art. 9º da mesma Lei nº 1.079/50, o item 7 do art. 9º da Lei nº 1.079/50. Diz um item da peça:

Não bastasse isso, restou comprovado também que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, faltou com a verdade para com uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, já que publicamente desmascarado pelo motorista e pelo caseiro da casa do Lago Sul, em Brasília, onde os seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti e Vladimir Poletto, fizeram a repartição de dinheiro proveniente de doações ilegais a campanhas do PT.

A peça de denúncia do PSDB – já concedo o aparte, Senador – questiona a legitimidade do Ministro. E eu vou à conclusão:

Em conclusão, assim sendo, com base nos argumentos e fundamentos colacionados na presente denúncia, requer-se: primeiro, seja a mesma recebida, pois, conforme o art. 15 da Lei nº 1.079/50, o único empecilho para o competente recebimento não se apresenta, já que o denunciado permanece no cargo de Ministro da Fazenda.

Segunda demanda: sejam requisitados à Caixa Econômica Federal e à Polícia Federal os documentos comprobatórios da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, de forma a comprovar que este não o autorizou.

Terceira demanda: para, após lida no Expediente da próxima sessão e regularmente processada ao final, instaurar processo contra o Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci, objetivando reconhecimento da prática do crime de responsabilidade, com a sua destituição do cargo e inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública.

Ainda nos termos do Regimento Interno, arrolam-se as seguintes testemunhas: Francenildo dos Santos Costa, o caseiro; Dr. Rogério

Buratti; Srª Clarice Coppetti, vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal; Sr. César Alvarez, Assessor Especial da Presidência da República; Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Sr. Marcelo Netto, Assessor de Imprensa do Ministro da Fazenda; e Sr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Brasília, 23 de março de 2006. – Deputado **Alberto Goldman**, Presidente Nacional Interino do PSDB.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, não farei propriamente um aparte, é apenas para perguntar: V. Exª não considera muito estranho o silêncio do Banco Central a respeito de tudo isso? Já não já era hora de o Banco Central se manifestar, por meio de sua Diretoria de Fiscalização, uma vez que a segurança do sistema financeiro e bancário, inclusive, está sob a responsabilidade desse órgão? Não lhe parece uma omissão imperdoável do Banco Central nessa questão? Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Heráclito Fortes.

O PSDB, dias atrás, entrou com outra representação, essa junto ao Ministério Público, visando a apurar as responsabilidades da Polícia Federal, do Banco Central e da Caixa Econômica Federal.

Concedo o aparte, com muita alegria e muita honra, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de abordar este assunto em um pronunciamento. No entanto, é tão qualificado e vasto o conteúdo de V. Exª, bem como o debate, que muito qualifica quem o aparteia, principalmente a mim que sou seu fã, resolvi apartear-lo e fazer, neste aparte, a revelação da minha angústia. V. Exª está extremamente correto quando pede a apuração de tudo o que está acontecendo. Falo da apuração da questão de Ribeirão Preto, Leão&Leão, Poletto, Ademirson. O Ministério Público e a Polícia Federal precisam ir fundo nessa questão que envolve o Ministro Antonio Palocci. É preciso ir fundo mesmo. E falo de forma desapaixonada, porque nem sou Lula nem sou Alckmin; meu candidato é outro. Não estou falando para defender o PT nem o PSDB nem o PFL. Meu candidato é outro. Estou falando com um sentimento de justiça. É preciso aprofundar a investigação totalmente. Essa da Caixa Econômica é lamentável! Senador Arthur Virgílio, tenho muito respeito por V. Exª e pela nossa amizade especial. E não falo do orador Arthur Virgílio, do colega, mas de meu amigo pessoal. A Bíblia diz que existem amigos que

são mais chegados do que irmãos. É o nosso caso. Esse caso do caseiro tornou-se emblemático, enigmático. É preciso que se faça uma investigação profunda, porque esse vazamento pode ter partido de um puxa-saco também. Não dá para fazer juízo sobre o Mattoso neste momento. Não tenho procuração para defendê-lo, há que se investigar. Mas não faço juízo. Até onde conheço o Mattoso, o conheço como gente de bem. Não tenho procuração para defender Palocci, acho até que é uma pessoa que não gosta de mim; muito menos tenho procuração para defender o Presidente Lula, porque me coloquei independente nesta Casa, e eles não morrem de amores por mim. Mas acho que investigação é bem-vinda onde existe indício. O Ministério Público deve se aprofundar, assim como a Polícia Federal. Sei que V. Ex^a não está falando nisso, mas, em nome da nossa amizade, fiz o aparte e aproveitei para dizer que estão querendo buscar algo legal num lugar onde legal não é: na CPI dos Bingos. Não há, dentro do fato determinado que escrevi, que saiu da minha cabeça. E hoje vejo a CPI dos Bingos virar um ringue de K-1, onde se bate com os pés e com as mãos – V. Ex^a, que é lutador, sabe. Aliás, o campeão mundial de K-1 de 2005 é um brasileiro, o Glauber Feitosa, que bate muito – com o calcanhar, então, o bicho é um doido. É um ringue de K-1! Vale tudo, sem fato determinado! O que esse menino caseiro pode contribuir com a contravenção no Brasil? E aí vejo a CPI dos Bingos e fico sentindo o mesmo que Santos Dumont sentiu quando viu o avião jogando bomba nos outros. É preciso investigar tudo, mas no foro correto. Fui integrante da CPI do Banestado. A convocação de Paulo Maluf fazia parte do fato determinado, e ele não foi chamado. Cheguei a pedir a prisão até de depoentes, Senador Arthur Virgílio. Mostramos a fita do sujeito falando, discutindo contravenção com o povo do Uruguai: “Vamos viajar! Vamos levar oito no jatinho!” Eu até disse ao Presidente: “V. Ex^a precisa prender”. Mas o indivíduo não foi preso. Por que as coisas incorporam o camaleão? Estou falando isso por questão de justiça a mim mesmo, mas respeito quem pensa de outra forma. Volto a afirmar: é escabroso o caso da Caixa Econômica. Sim. Quebrar sigilo é escabroso, mesmo que se trate do sigilo de um caseiro, que é tão honrado quanto um grande industrial que ganha milhões, que é igualzinho a Antonio Ermírio de Moraes, principalmente aos olhos de Deus. Quebrar o sigilo do caseiro é tão indigno quanto quebrar o de uma lavadeira que abriu uma pequena conta para depositar aquilo que recebe do patrão ou quanto quebrar o de Antonio Ermírio de Moraes ou de qualquer outro empresário bem-sucedido deste País, qualquer empresário integrante da Fiesp. É preciso investigar os fatos. Pode ter sido

obra de um puxa-saco, de alguém que quis vaziar os dados porque faz parte não se sabe de quê. E V. Ex^a disse que tipos do Ministério Público que não tinham compromisso com a sociedade vazavam informações para o PT. É necessário apurar os fatos. Quem comete dolo e crime tem que pagar. Deve-se aprofundar a investigação.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – No entanto, CPI dos Bingos não é o lugar. E aí eu dizia para o Senador Tião Viana que comete erro também quando apresenta lá requerimento convocando pessoas só para que haja luta de K-1. “Se eles convocaram fulano, nós convocamos sicrano. Convocou fulano, nós convocamos sicrano”. Parece aquela luta de vale-tudo, na mão, e que também não tem nada a ver com o fato determinado. E aí fico pensando como é que o Senador Garibaldi vai fazer um relatório da CPI dos Bingos, dizendo assim: “Nós somos contra o bingo no Brasil; a CPI propõe o fechamento por essa e essa razão; ou propomos abrir tudo por essa e essa razão; porque investigamos isso e isso e chegamos a esse e esse denominador”. Não tem isso. Quando se fala com alguém do bingo é esporádico. Não há investigação. Alguém fala: “É, mas, com relação ao caseiro, tinha um indivíduo lá que era um angolano”. Quero saber qual é a investigação a respeito do angolano, e se a investigação está pesada, e se descobriram as ligações internacionais do angolano. O que esse angolano está lavando aqui? Qual é o bingo onde ele coloca o dinheiro? Onde é que lava mais, lava menos? Onde é que ele entrou? Enfim, quero saber sobre a rede do angolano. Não. A investigação se dá só em cima do menino. E lamento que isso ocorra na CPI dos Bingos, porque a minha intenção foi outra. Escrevi um fato determinado, apanhei igual bode embarcado para poder protocolar, para garantir a minha posição. E depois vejo que virou um ringue de K-1. Então, Senador Arthur Virgílio, lamento interrompê-lo. E eu não faria este aparte a nenhum outro orador, iria para a tribuna e faria o meu discurso. Mas faço um aparte ao meu amigo e irmão Arthur Virgílio, que está falando de que necessária é a investigação – V. Ex^a não tocou em nenhum momento na CPI dos Bingos. Concordo com V. Ex^a: é preciso que o Ministro Palocci seja investigado; é preciso que todo mundo sob qualquer suspeição seja investigado. Agora, que o Ministério Público investigue o caso da Leão&Leão, que o Ministério Público investigue as coisas de Palocci lá, que o outro investigue...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas que a CPI dos Bingos cumpra o seu papel de investigar a

contravenção no Brasil, pois foi isso que propus. E me faz muito mal quando chego às sessões e vejo uma luta de K-1, desnecessária, que não acrescenta, porque o relatório será pífio, atingirá pessoas fora do fato determinado, ensejará ilegalidade, porque, judicialmente, não vale absolutamente nada. O único “ganho” entre aspas que fica da CPI é ter desmoralizado, na frente da televisão, pessoas que foram convocadas sem o fato determinado, o que, judicialmente, não vale absolutamente nada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Antes de mais nada, registro – e já é de conhecimento de todos – a estima e admiração que tenho por sua inteligência cintilante. Isso é um fato. E respeito a sua posição que, a meu ver, haverá de ser dirimida pelos tempos que estão correndo e pela própria Justiça brasileira na sua manifestação definitiva.

V. Ex^a se refere ao caseiro emblemático, e terminou virando. E, aí, digo de mim para mim: como pode ser Ministro aquele não resiste à oitiva do caseiro? Como é que pode ser Ministro, Sr. Presidente, aquele que, segundo notícia que li hoje, se não me engano no jornal **Folha de S. Paulo**, pode se embananar de vez se a esposa do caseiro falar? Como por ser Ministro aquele que está asilado na embaixada do Palácio do Planalto, sem ser por enfrentamento a nenhuma ditadura, mas embaixo de um escândalo que desnudou práticas ditatoriais, como a quebra vergonhosa, delituosa e criminosa do sigilo fiscal de alguém? Como pode ser Ministro aquele que não pode comparecer a um evento público? Como ser Presidente da Caixa Econômica aquele que admite que a instituição sob seu comando quebrou, em segundos, o sigilo do caseiro, mas que precisa, agora, de semanas para oferecer uma resposta supostamente convincente à Nação? Tenho a impressão de que precisaríamos dar dois anos, se não tivéssemos pressa, e não ofereceríamos resposta convincente à Nação.

V. Ex^a usou a expressão *pode ter sido um puxa-saco*. Até pode, mas pergunto por que, então, não mostraram logo que é um puxa-saco. Estão dizendo que não é possível dizer-se quem é. O cidadão comum acha que, imaginem, querem tempo para subornar, ameaçar, negociar.

Parece que o Presidente Lula foi traído por pessoas que ele não declina os nomes, traído por pessoas que ele chama, depois, de “nosso Delúbio”, ao mesmo tempo em que passou o tempo inteiro procurando ridicularizar e minimizar a atuação da Oposição. O Presidente Lula não parece em nada convincente.

Não argumentaria com V. Ex^a, até porque sei da sua convicção, que passou por lá o Sr. Caio, notório

bingueiro, que teria sido visto na Casa. Não argumentaria por aí, mas pelo fato de que não é possível mais continuarmos varrendo para baixo do tapete esse caso do caseiro Francenildo.

Vou dizer a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, e a V. Ex^a, Senador Magno Malta, que, amanhã, o Senador Tuma pode perfeitamente, convidar para comparecer à Corregedoria da Casa o caseiro Francenildo. Vou além: eu posso fazer isso. Eu posso, sem nenhum temor de que requisitem as fitas para saber quem foi ou quem não foi ao meu gabinete, convidar o caseiro Francenildo a ir ao gabinete da Liderança do PSDB e avisar a pouca gente, avisar apenas a nação dos gregos e a nação dos troianos, a imprensa e todo mundo. Convido os Parlamentares que lá queiram se apertar e, junto com meus Pares, faço todas as perguntas que quiser ao caseiro Francenildo. Que equilíbrio é esse que se estabelece...

Senador Magno Malta, já lhe concedo a palavra outra vez.

Que equilíbrio tenro é esse que exige o silêncio do caseiro e que admite ser uma bomba atômica, uma bomba de 500 mil megatons a fala da humilde, modesta, esposa do caseiro?

Ouçó V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, eu também acho. Até onde eu vi o Francenildo, não tem nada... Ele dizer que viu o Ministro... Na minha concepção, até onde isso caracteriza contravenção?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só o de o Ministro ter mentido.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Sim. Eu também não vejo nada de mais. Ele não tocou em vida pessoal, ele não falou, não atingiu a honra da família do Ministro, absolutamente, absolutamente. Em último caso, de fato, seria a palavra dele contra a palavra do Ministro. Portanto, não vejo nada para se criar um estardalhaço dessa natureza. Criou-se um estardalhaço dessa natureza, desnecessariamente, que culminou em um crime, o de quebrar o sigilo do rapaz – aí tem que se investigar a fundo. Agora, no finalzinho, fechando a minha fala, volto aqui à réplica da mente arguta de Arthur Virgílio – se entender como provocação, será. Quando Fernando Henrique era Presidente e aconteceu o escândalo com Mendonça de Barros, Fernando Henrique não autorizou nada daquilo. Eu votava contra o governo, mas discurssei, fazendo coro com V. Ex^a, defendendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando falaram dos escândalos dos aviões em que os ministros foram a Fernando de Noronha, fiz discurso, porque não dá... Que cada um responda pelos seus atos. Cada qual responda pelos seus atos, repito. Não tenho autorização para defender Mattoso, tenho pouco

relacionamento com ele, mas não o julgaria precipitadamente porque o tenho na conta de homem de bem. Defendi Fernando Henrique e os seus ministros, porque os tinha também na mesma conta. Agora fico de lado, como se estivesse num ringue vendo uma luta de K-1. É esse o sentimento que tenho. Acho que a Polícia Federal tem de ir fundo nessa questão emblemática do menino. Não havia necessidade de quebrar o sigilo do menino. Se, numa cadeia de investigação, tudo documentado, se chegar ao Presidente, que Sua Excelência responda pelo dolo cometido. Se houve dolo, puna-se. Se houve dolo do Sr. Palocci, que amanhã vai virar cidadão comum, que ele seja punido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem sabe, amanhã mesmo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Que seja punido. Se o Ministério Público ou a Polícia Federal a chegar a uma conclusão, no caso de Ribeirão Preto, que ele seja punido. Pedi esse aparte tão-somente porque acho que estão discutindo assuntos sérios, que devem ser tratados com seriedade – essa é a verdade –, mas o fórum não é aquele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder o aparte a V. Ex^a e à Senadora Heloisa Helena – pensei que o Senador Mercadante estava pedindo um aparte – eu digo, Sr. Presidente, que no episódio do Sr. Mendonça de Barros, há duas diferenças grandes: primeira, que já passou e ele foi absolvido em todas as instâncias em que foi julgado; segunda, ele foi demitido. Não houve panos quentes. Ele foi demitido prontamente.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É por isso que eu disse que ele foi absolvido. Eu sabia que o Sr. Mendonça tinha sido absolvido, que, naqueles dias, eram ilações. E a investigação concluiu o quê? Concluiu que nada existiu e que ele tinha de ser absolvido. Por isso, estou falando do cuidado que se deve ter com relação a Mattoso. Se há indício com relação ao Palocci, que se investigue. Se ele não dever nada... Hoje Mendonça de Barros leva esse arranhão pela ilação que se fez e vai carregá-lo pelo resto da vida por uma acusação da qual ele foi absolvido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Ministro Mendonça de Barros, em cuja seriedade acredito, cuja seriedade defendi e cuja seriedade foi proclamada pela Justiça, naquele momento exato perdeu a condição de permanecer no Ministério e não ficou lá. E ele não estava asilado no Palácio do Planalto, com medo de encontrar a imprensa e com medo de falar com as pessoas ou de ser visto em público.

O caso dos aviões que foram para Fernando de Noronha – meu Deus! – é uma brincadeira de criança perto do que se viu, os aviões de Fernando de Noro-

nha. E vi Ministros, no Governo do Presidente Fernando Henrique, inventando desculpas para cá, desculpas para acolá. O Sr. Raul Jungmann* foi mais claro que todos. Aquilo, para o mesmo PT ofendido de agora, era como se a República estivesse sendo virada do avesso. Estavam todas as vestais agoniadas.

Vou dizer uma coisa a V. Ex^a, Sr. Presidente, pois tem a ver com sua terra, tem a ver com Alagoas, Presidente Renan Calheiros. Estive lá, com V. Ex^a e com o Senador Teotônio Vilela, logo após o romper do ano de 2005. Uma coisa que considero marcante em Alagoas é a capacidade de os diversos grupos políticos que compõem a fauna política local de saberem se congraçar nos momentos festivos, nas reuniões sociais. Eu fui a uma festa, vizinha à casa onde estava hospedado. Lá havia gente de toda coloração política. Estava lá o filho do Sr. Paulo César Farias, que conversou comigo. O menino tem a marca do sofrimento que viveu. Estava lá o Sr. Romero Farias, Secretário Executivo do Ministério da Saúde na gestão Alcení Guerra, que veio depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a do PC Farias, que redundou no **impeachment** do Presidente Collor.

Ele me disse assim: “Arthur, o que aconteceu naquele Governo foi tão pequeno se comparado com o que estamos vendo hoje”. Aí ele citou quatro pessoas do PT – eu esqueci o nome de duas. Lembrome de que uma delas era o Sr. José Dirceu e a outra Luiz Gushiken. Ele disse que os quatro sentavam juntos. Antes de perguntar qualquer coisa, havia uma bateria de desmoralização de todo e qualquer cidadão que fosse depor na CPI. Era assim: primeiro desqualifica completamente e depois faz a primeira pergunta, supostamente com o moral do pobre depeente arreado.

Qualquer pessoa é testemunha; primeiro, não sou figura das mais assíduas de CPI nenhuma; segundo, desafio alguém que me diga... Se alguém me disser: Arthur você exagerou e chegou às raias da rudeza, no plenário da Casa, lidando com pessoas parecidas com você, gozando do mesmo **status** que você, Senadores, Deputados e Congressistas como você, aí até admito e dou a mão à palmatória. Mas desafio alguém que me diga que eu fui a alguma CPI para destratar alguém, para desqualificar quem quer que seja, para usufruir daquele **status** momentaneamente superior de alguém que está ali com toda imunidade, com todo peso, com toda força contra alguém que estaria muito mais nas minhas mãos do que nas mãos de outros setores da sociedade brasileira naquele momento. Eu tenho a consciência muito tranqüila quanto a isso.

Digo isso a V. Ex^a, com a autoridade de quem enfrentou tormentas dentro do PSDB, que enfrentei tormentas para estar, em muitos momentos, ao lado do Ministro Antonio Palocci. Enfrentei tormentas dentro do bloco de Oposição para estar ao lado do Ministro Antonio Palocci. Fui um dos responsáveis diretos pelo atendimento a um pleito de S. Ex^a, que me disse – deve ter dito a outros –, que era em tudo e por tudo inconveniente depor na CPI antes do fim do ano. Pois eu usei, Senador Heloísa Helena – não tenho o que esconder, mesmo, de ninguém –, de todos os artifícios, e todos os argumentos contidos no que eu pudesse ter de vida inteligente para jogar o depoimento para o outro ano, para quando o Ministro se dispusesse a vir.

Se a CPI fosse tão ilegítima assim – respeito o Senador Magno Malta, que criou a CPI, foi o pai da CPI –, o Ministro Palocci não tinha de ter vindo aqui; teria que ter ido ao Supremo, já àquela altura. Ele reconheceu a legitimidade da CPI, e foi isso que fez com que nós tivéssemos desaguado nesse imbróglio. Mas ele veio aqui, Sr. Presidente, quando ele quis. Ele veio aqui quando quis, repito. Em algum momento, S. Ex^a, o Ministro Palocci, a mim me disse: “É melhor ir logo.” Eu disse: muito bem. Todos são testemunhas do silêncio quase ensurdecedor que eu fiz naquela CPI. Quando fiz perguntas ao Ministro Palocci, eu fiz perguntas tão cuidadosas, de tal sorte cuidadosas, que mereci críticas em editoriais de jornais. A minha preocupação estava colocada na economia brasileira.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, somente para cooperar com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois, não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu sou testemunha disso, já que V. Ex^a está revelando o fato, e nós dois conversamos sobre isso. Eu fiz esse argumento junto com V. Ex^a, e V. Ex^a concordou naqueles dias. É indiscutível o seu comportamento com relação a esse episódio. V. Ex^a tem cem por cento... Aliás, para que dar número para isso? Mas, daquilo que V. Ex^a fala, neste momento, sou a sua testemunha, bem como das conversas que nós dois tivemos, em que eu fazia as ponderações e elas se somaram ao seu entendimento. E V. Ex^a realmente ajudou naquele momento, entendendo o momento do Ministro, o momento do País. Eu concordo com V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Não quero atrapalhá-lo mais. É só para dizer que testemunhei o fato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bom ouvi-lo.

Eu ouço o Senador Heráclito e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, apenas para dar o testemunho dessa luta e desse trabalho que V. Ex^a fez. Quero dizer que, não com a intensidade de V. Ex^a, mas também, dentro do meu Partido, trabalhei para que o Ministro tanto adiasse o seu depoimento aqui, como também viesse em uma data que mais confortável lhe fosse. Recebi as mesmas críticas e, por incrível que pareça, na maioria, de Senadores do próprio PT, que passaram notícias de maneira desleal aos jornais dizendo que eu era do grupo do Sr. Palocci, sem eu nunca, graças a deus, a ele ter pertencido. Mas, dentro do mesmo princípio que V. Ex^a defendeu, estamos defendendo uma economia que defendemos e ajudamos a construir há oito anos. Tive vários contatos, inclusive com o Senador Tião Viana...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...nos momentos que antecederam a audiência do Ministro Palocci. Depois comentamos, surpresos, o silêncio e a omissão de alguns companheiros dele no depoimento. Aí, fui surpreendido com informações saídas do próprio gabinete ou do Palácio do Planalto, que começou com a viagem do Presidente a Santa Catarina, de que eu estaria acobertando o caseiro Nildo. Eu não posso, de maneira nenhuma, pela vida pública que tenho, aceitar uma canalhice dessa natureza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Sr. Presidente, desta vez encerro, pedindo um pouquinho de tempo a V. Ex^a só para dizer duas frases mais – e o Senador Magno Malta fez essa provocação tão fraterna. Considero que o Ministro Palocci tem suas horas contadas no Ministério. Não depende do Presidente Lula. A demissão de José Dirceu foi feita por Roberto Jefferson, não por Lula. A nomeação foi feita por Lula. Se alguém me perguntar o que eu acho do desempenho técnico do Ministro Palocci, eu diria que o Ministro Palocci vai entrar para a história por esses defeitos que revelou, mas vai entrar para a história como um dos maiores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isso, é uma figura extremamente contraditória, tipo Doctor Jekyll* e Mr. Hyde*. Mas o Ministro Palocci mentiu para mim, mentiu para a Nação. O Ministro Palocci foi flagrado numa mentira que não lhe cabia. O Ministro Palocci terminou se enredando numa teia que tirou dele as mínimas condições de se manter como titular da Pasta

da Fazenda. Que ele, então, aguarde o julgamento da história a respeito da sua performance.

A Senadora Heloísa Helena pensa uma coisa que é a mesma, mais ou menos, que pensa o Senador Alvaro Dias, que aqui estava conosco. Eu penso diversamente, eu penso diferente. Eu penso que foi um grande Ministro, sim, mas um grande Ministro que já é, virtualmente, ex-grande Ministro, porque não tem mais condições de permanecer como Ministro. Todo mundo sabe disso, principalmente ele, que é uma das figuras políticas mais inteligentes com que já convivi. Principalmente ele.

Fingir não ver isso é participar de um certo jogo de hipocrisia, é desdenhar da inteligência do povo brasileiro, é subestimar a capacidade de análise de todos aqueles que estão na arena da decisão política.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de março de 2007

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Paulo Paim, da Sra. Ana Júlia Carepa, e do Sr. Juvêncio da Fonseca

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 253, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 42, de 2001, (nº 1.432/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

I – Relatório

Chega à Comissão de Assuntos Sociais o Ofício “S” nº 42, de 2001 (Ofício SGM/P nº 1.432, de 2001, na origem), de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados e datado de 18 de outubro de 2001. Trata-se de documento que encaminha ao Presidente do Senado Federal, “para conhecimento e providências porventura cabíveis”, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instituída naquela Casa legislativa para investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil. O ofício solicita especial atenção à recomendação contida na página 214 do citado relatório.

Integram também o processado cópias dos Ofícios SF nº 1.366 e nº 1.367, de 2001, ambos de autoria do Presidente do Senado Federal.

No primeiro deles, datado de 23 de outubro e dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Ramez Tebet informa que, na citada página 214 (reproduzida na página 225, do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 127/Suplemento, de 5 de setembro de 2001), o relatório da CPI recomenda à Mesa do Senado Federal que conceda urgência para apreciação do PLC nº 104, de 2000, que “institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais”.

O mesmo ofício, ao assinalar que o projeto mencionado encontra-se na CAS, solicita ao Presidente desta

Comissão, Senador Romeu Tuma, que adote “as providências que julgar cabíveis no sentido de agilizar a tramitação do projeto (...), de modo que em breve a matéria possa ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal”.

Segundo o documento, atender-se-á, assim, às conclusões da CPI e ao disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que determina o encaminhamento do relatório das Comissões Parlamentares de Inquérito “as autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência”.

No outro Ofício, o Senador Ramez Tebet comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados ter enviado correspondência ao Presidente da CAS “com o propósito de agilizar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000”.

II – Análise

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm representado papel fundamental no processo de condução de nosso País para um cenário de justiça social e maior credibilidade interna e externa. Entretanto, a sociedade sente-se muitas vezes frustrada diante das notícias veiculadas na imprensa que dão conta de que as recomendações das CPI ou acabam ignoradas pelas instâncias responsáveis ou levam muito tempo para serem atendidas. Por essa razão, é grande o mérito da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que busca tomar prioritárias as ações necessárias para o cumprimento daquelas determinações no âmbito dos diferentes órgãos da administração pública.

Especialmente, quando o objeto de investigação constitui um tema de tamanho alcance social como a mortalidade materna, maior a importância de se fazerem cumprir as determinações resultantes de uma CPI.

No caso em análise, louvemos a presteza e rapidez com que o Presidente do Senado Federal vem encaminhando as providências necessárias para o pronto cumprimento da determinação dirigida a esta Casa, não só solicitando a esta comissão uma decisão urgente sobre o PLC nº 104, de 2000, mas também respondendo imediatamente ao Presidente da Câmara dos Deputados e, dessa forma, cumprindo o disposto no art. 2º da Lei nº 10.001, que dispõe **in verbis**:

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

III – Voto

Uma vez conhecido o conteúdo do relatório e suas recomendações, paralelamente ao fato de encaminharmos requerimento ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais a solicitar preferência para a apreciação do PLC nº 104, de 2000, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2001.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Com fundamento no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar a incidência de Mortalidade Materna no Brasil e no art. 1º, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a se-

rem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, requeiro seja dada preferência, no âmbito desta comissão, à apreciação do PLC nº 104, de 2000, que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais e dá outras providências.

Assim procedendo, efetivamos a específica recomendação dirigida ao Senado Federal, constante do relatório daquela CPI e, igualmente, oferecemos nossa contribuição à causa da melhoria da qualidade de vida em nosso País, ao implementarmos medidas que visem à redução da mortalidade materna no quadro da saúde pública brasileira.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2006. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

OFÍCIO “S” Nº 42, DE 2001.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/06/03, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: <i>João Linhares</i>	
RELATOR: <i>Patrícia Saboya Gomes</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
EURÍPEDES CAMARGO (PT)	2- SERYS SLHESARENKO (PT)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	3- TIÃO VIANA (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
SIBÁ MACHADO (PT)	5- DUCIOMAR COSTA (PTB)
BERTO SATURNINO (PT)	6- VAGO
AELTON FREITAS (PL)	7- VAGO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	8- VAGO
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
MÃO SANTA	1- GARIBALDI ALVES FILHO
JUVÊNCIO DA FONSECA	2- HÉLIO COSTA
ÍRIS DE ARAÚJO	3- RAMEZ TEBET
SÉRGIO CABRAL	4- JOSÉ MARANHÃO
NEY SUASSUNA	5- PEDRO SIMON
AMIR LANDO	6- ROMERO JUCÁ
PAPALÉO PAES	7- GERSON CAMATA
PFL TITULARES	PFL SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
JONAS PINHEIRO	2- CÉSAR BORGES
JOSE AGRIPINO	3- DEMÓSTENES TORRES
LEOMAR QUINTANILHA	4- EFRAIM MORAIS
RENILDO SANTANA	5- JORGE BORNHAUSEN
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
EDUARDO AZEREDO	1- TASSO JERISSATI
LÚCIA VÂNIA	2- LEONEL PAVAN
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3- SÉRGIO GUERRA
ANTERO PAES DE BARROS	4- VAGO
REGINALDO DUARTE	5- VAGO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- OSMAR DIAS
ÁLVARO DIAS	2- VAGO
PPS TITULARES	PPS SUPLENTE
PATRÍCIA SABOYA GOMES	1- MOZARILDO CAVALCANTI

**PRONUNCIAMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TER-
MOS ART 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO
REGIMENTO INTERNO.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

Chega à Comissão de Assuntos Sociais o Ofício “S” nº 42, de 2001 (Ofício SGM/P nº 1.432, de 2001, na origem), de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados e datado de 18 de outubro de 2001. Trata-se de documento que encaminha ao Presidente do Senado Federal, “para conhecimento e providências porventura cabíveis”, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi instituída naquela Casa legislativa para investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil. O ofício solicita especial atenção à recomendação contida na página 214 do citado relatório.

Integram também o processado cópias dos Ofícios SF nº 1.366 e 1.367, de 2001, ambos de autoria do Presidente do Senado Federal.

No primeiro deles, datado de 23 de outubro e dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Ramez Tebet informa que, na citada página 214 (reproduzida na página 225, do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 127/Suplemento, de 5 de setembro de 2001) relatório da CPI recomenda à Mesa do Senado Federal que conceda urgência para apreciação do PLC nº 104, de 2000, que “institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais”.

O mesmo ofício, ao assinalar que o projeto mencionado – cuja relatoria foi a nós distribuída no dia 13 de dezembro de 2001 – encontra-se na CAS, solicita ao Presidente desta Comissão, Senador Romeu Tuma, que adote “as providências que julgar cabíveis no sentido de agilizar a tramitação do projeto (...), de modo que em breve a matéria possa ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal”.

Segundo o documento, atender-se-á, assim, às conclusões da CPI e ao disposto na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que determina o encaminhamento do relatório das Comissões Parlamentares de Inquérito “às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência”.

No outro ofício, o Senador Ramez Tebet comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados ter enviado correspondência ao Presidente da CAS “com o

propósito de agilizar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000”.

II – Análise

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm representado papel fundamental no processo de condução de nosso País para um cenário de justiça social e maior credibilidade interna e externa. Entretanto, a sociedade sente-se muitas vezes frustrada diante das notícias veiculadas na imprensa que dão conta de que as recomendações das CPIs ou acabam ignoradas pelas instâncias responsáveis ou levam muito tempo para serem atendidas. Por essa razão, é grande o mérito da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, que busca tornar prioritárias as ações necessárias para o cumprimento daquelas determinações no âmbito dos diferentes órgãos da administração pública.

Especialmente, quando o objeto de investigação constitui um tema de tamanho alcance social como a mortalidade materna, maior a importância de se fazerem cumprir as determinações resultantes de uma CPI.

No caso em análise, louvemos a presteza e rapidez com que o Presidente do Senado Federal vem encaminhando as providências necessárias para o pronto cumprimento da determinação dirigida a esta Casa, não só solicitando a esta comissão uma decisão urgente sobre o PLC nº 104, de 2000, mas também respondendo imediatamente ao Presidente da Câmara dos Deputados e, dessa forma, cumprindo o disposto no art. 2º da Lei nº 10.001, que dispõe **in verbis**:

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

De nossa parte, estamos apresentando concomitantemente tanto este parecer quanto aquele sobre o projeto de lei em pauta, encarecendo aos membros desta comissão que deliberem sobre ambos com a celeridade que o assunto requer.

III – Voto

Estando esta Casa ciente da recomendação ali contida e empenhada em adotar as providências necessárias para o seu cumprimento, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 42, de 2001.

Sala da Comissão, – **Sebastião Rocha**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao **Parecer nº 253, de 2006**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Ofício nº S/42, de 2001**, que acaba de ser lido, concluindo pela apresentação de requerimento no sentido de que seja dada preferência ao Projeto de Lei Câmara nº 104, de 2000, esta Presidência deixa de dar prosseguimento

ao requerimento, uma vez que, na sessão deliberativa de 8 de julho de 2004, a referida proposição foi aprovada, com emendas, e devolvida à Câmara dos Deputados.

O Ofício nº S/42, de 2001, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, por dez minutos, com mais cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

Inscrevo-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, Senador Marco Maciel, em primeiro lugar, dirijo-me a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, para dizer que é com satisfação que estaremos juntos amanhã em uma audiência conjunta na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a gripe aviária, tema que preocupa todo o País. Sei que o Senador Mão Santa também estará lá.

Sr. Presidente, cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, que colaborou muito para a realização de duas importantes audiências.

A audiência de sexta-feira à tarde tratou da participação da Petrobras na Braskem e da questão do pólo petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Dela participaram o Dr. Cláudio Akio, do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Patrick Horbach Fairon, da Petroquisa; o Sr. Carlos Eitor, Presidente do Sindipolo, representando os trabalhadores; o Dr. Alexandre Alencar, Vice-Presidente da Braskem; o Sr. Eduardo Tergolina, Diretor Comercial da Ipiranga Petroquímica; o Dr. Valter Luiz Guimarães, Diretor do Grupo Ipiranga; o Dr. Maurício Ferro, Vice-Presidente Jurídico da Braskem.

Depois de um debate em alto nível, restou-me fazer três questionamentos: primeiro, se nessa negociação haveria demissões no pólo petroquímico, e foi-me assegurado que não haveria; segundo, se a planta para o consumo interno sairia do Rio Grande do Sul, e foi-me assegurado que não sairia, sem prejuízo naturalmente de produzir em outros Estados; terceiro, se a planta exportadora ficaria só no Rio Grande, e foi-me garantido que isso não aconteceria. Se isso ocorresse, o Rio Grande do Sul seria o grande prejudicado, devido à Lei Kandir, e teríamos uma perda enorme na arrecadação.

Então, cumprimento todos os participantes pelo nível da audiência, o que ensejou, inclusive, que o tema possa ser aprofundado em outro momento.

Na mesma linha, ao mesmo tempo, cumprimento, mais uma vez, o Senador Antonio Carlos Valadares, que permitiu que, hoje pela manhã, houvesse, na Co-

missão de Assuntos Sociais, um debate sobre a situação dos aposentados e pensionistas.

Foi uma reunião muito importante com a presença do Sr. Canindé Pegado, representando a Central Geral dos Trabalhadores; o Sr. Paulo José Zanetti, representando a Força Sindical; o Sr. Benedito Marcílio, representando a Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos; o Sr. Edison Guilherme Haubert, representando o Mosap; o Sr. Floriano José Martins, representando a Fundação Anfipec; Antonio Queiroz, representando o Diap; e ainda o Daisson Portanova, como consultor jurídico da Cobap.

Foi um belíssimo debate onde aprofundamos a discussão sobre a Previdência Pública e apontamos caminhos de valorização do aposentado e do pensionista.

Recebi do Presidente da Cobap quatro a cinco caixas com cerca de 700 mil assinaturas para a aprovação do PL nº 58, que visa a recuperar os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, além de cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimento o Presidente da Comissão de Educação, Senador Gerson Camata, que foi fundamental para a realização de uma audiência com o MEC, em Canoas, no Rio Grande do Sul, onde discutimos o Proep e a criação de uma escola técnica naquela cidade, que contemplará toda a região metropolitana.

Toda a Comissão de Educação se deslocou para lá, com todo o aparato estrutural que V. Ex^a, Sr. Presidente, conhece muito bem, permitindo, inclusive, que o Ministro interino da Educação, Sr. Jairo Jorge, fizesse uma belíssima explanação sobre a política de escolas técnicas em todo o País.

Particpei de um debate na Escola Técnica de Canoas, onde presidi o evento em nome da Comissão de Educação, e participei, como convidado do Sr. Jairo Jorge, de um debate sobre o mesmo tema na cidade de Charqueada.

Sr. Presidente, na semana que passou fui convidado pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Ministro Alfredo Nascimento e pelo Ministro Miguel Rossetto para participar de uma série de atividades no Vale dos Sinos e na grande Porto Alegre.

Várias obras, que ali foram anunciadas, com certeza beneficiarão grande parte dos moradores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sobre o assunto, farei um pequeno relato.

Até o fim do ano, mais da metade dos recursos previstos para a duplicação da BR-101 deverão ser investidos pelo Governo Federal. A obra está orçada em R\$1,5 bilhão, sendo que R\$300 milhões para os trabalhos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Dentro de sete dias devem ocorrer mais de 500 desapropriações, com a devida indenização, ao longo da rodovia entre os dois Estados. As obras estão dentro do cronograma. A previsão é de que, até o final de 2008, seja concluída a duplicação da BR-101 no trecho sul do País.

Foram visitadas ainda, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, os quilômetros 90 e 84 da BR-101, onde estão localizados os túneis do emboque Norte, em Maquiné. Os dois túneis devem ser concluídos até o final do ano. Cada um tem 1.600 metros de extensão, 15 metros de largura e 9 metros de altura. Esses túneis são os de maior extensão do Rio Grande do Sul. Para os dois túneis estão previstos R\$90 milhões. A construção elimina 11 quilômetros de extensão da rodovia.

A BR-116 será transformada numa via expressa. A partir de Ivoti, serão construídas, ao longo da estrada, duas pontes, onze passarelas e três complexos de viadutos, totalizando R\$109 milhões em investimentos. A passarela da Vila Pedreira, em Esteio, será iniciada ainda no primeiro semestre.

Também foi anunciado o início do projeto para construção da BR-448, a Rodovia do Parque, fundamental para todo o Vale dos Sinos, Caxias, região da Serra em relação à entrada na capital. A Rodovia terá 22 quilômetros de extensão e estará localizada entre o entroncamento da BR-116 com a RS-118 e a *freeway*. Orçada em R\$275 milhões, a rodovia será uma alternativa para desafogar o tráfego de veículos na BR-116. Antes de serem iniciadas as obras, contudo, o projeto da BR-448 passará por estudos ambientais.

Outro ponto da agenda que mais deixou a todos nós empolgados, pois sentimos a felicidade das pessoas, foi a assinatura do termo de revogação da licitação de um antigo projeto, chamado Projeto Polão. Esse projeto, se implementado, iria levar a pedágios; e sabemos que os pedágios significam gastos no bolso da nossa gente. Uma reivindicação de diversos empresários e da população em geral foi festejada, com o aplauso das pessoas que lotaram o Salão Nobre da Prefeitura de São Leopoldo e também de Canoas.

Sr. Presidente, a perspectiva de ver mais de 80 quilômetros da BR-116, no Vale dos Sinos, concedidos à iniciativa privada, o que acarretaria a instalação de praças de pedágios, amedrontava principalmente os produtores que tivessem que usar aquela via. A comunidade do Vale dos Sinos fez uma grande mobilização para que o projeto fosse cancelado.

Sr. Presidente, termino este pronunciamento, cumprimentando o Ministro interino da Educação, Dr. Jairo Jorge, e o Dr. Eliezer Pacheco, Secretário do MEC que coordena as escolas técnicas, pelo investimento que estão fazendo nesse sentido e pelo apoio ao Projeto

que institui o Fundep (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador). O Fundep é um projeto de nossa autoria, que está tramitando na Comissão de Educação do Senado, pronto para a pauta, que tem como Relator o Senador Juvêncio da Fonseca, um entusiasta da idéia. Se o Fundep for aprovado rapidamente, teremos cerca de R\$ 1,5 bilhão destinados ao ensino profissionalizante.

Todos nós sabemos que investir no ensino profissional significa mais emprego, mais oportunidade para os filhos principalmente dos trabalhadores; significa a diminuição do *apartheid* social existente, como, infelizmente, vimos no Programa Fantástico desse fim de semana a segunda parte da reportagem “Falcão – meninos do tráfico”. Precisamos ter políticas públicas em defesa da nossa juventude.

Enfatizo a importância do Fundep, que, uma vez aprovado, propiciará o investimento de cerca de R\$1,5 bilhão, enquanto que, no ano passado, foram investidos apenas R\$236 milhões nas escolas técnicas.

Sr. Presidente, lembro que não apenas eu como inúmeros Senadores desta Casa começaram a sua vida, a sua caminhada rumo ao Senado ou à Câmara dos Deputados, e mesmo o atual Presidente da República, numa escola técnica.

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando a Comissão de Educação e os Senadores pela aprovação desse requerimento; os funcionários que se deslocaram para o Rio Grande do Sul; os veículos de comunicação desta Casa, a TV Senado, a Rádio Senado, o **Jornal do Senado**, enfim, todos que estiveram lá e foram fundamentais para que esse debate acontecesse.

Lá em Canoas, foi-me perguntado como havia ficado a questão do investimento no Conjunto Habitacional Guajuviras, mais precisamente no bairro Nancy Pansera. Assegurei, mediante conversa que tive com o Ministro das Cidades, que já foi liberado cerca de R\$1 milhão para infra-estrutura do Conjunto Habitacional Nancy Pansera, que pertence ao Complexo Guajuviras.

Complexo este que, na época, estava abandonado, Senador Papaléo Paes, como um elefante branco, eram mais ou menos sete mil residências e tivemos a alegria de, em determinado dia, chamarmos a população da região metropolitana para ocupar de forma pacífica e ordeira aquele Complexo que era um investimento do Estado e da União e estava lá apodrecendo. Hoje é uma bela cidade e tenho muito orgulho de dizer que ajudei a fazer com que aquelas sete mil famílias chegassem ao Conjunto Habitacional, que plantassem as flores, fizessem o jardim, terminassem as casas, concluíssem os apartamentos. Depois, avançamos e conseguimos o título de propriedade para as sete mil

famílias e, hoje, estamos conseguindo – não por iniciativa minha, mas de Deputados, de Senadores, da Prefeitura de Canoas, da sua Câmara de Vereadores – mais de R\$1 milhão de investimento por parte do Governo Federal para infra-estrutura, a fim de que os filhos dos trabalhadores possam viver com dignidade.

Como abreviei ao máximo o meu discurso, solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido na íntegra, tanto em relação às audiências públicas, como sobre os investimentos que o Governo Federal está fazendo na chamada região metropolitana da capital, Vale dos Sinos, e a região de Charqueadas, onde fica o pólo petroquímico de Triunfo.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias estive acompanhando a Ministra Dilma Rouseff da Casa Civil, bem como os Ministros Alfredo Nascimento, dos Transportes e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, em uma série de atividades no meu estado, mais especificamente nas regiões da grande Porto Alegre e Vale dos Sinos.

Uma série de obras foram anunciadas. Elas irão beneficiar grande parte dos moradores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sobre o que passo a fazer um pequeno relato:

Até o final do ano mais da metade dos recursos previstos para a duplicação da BR-101 deverão ser investidos pelo governo federal. A obra esta orçada em 1 bilhão e meio de reais, sendo que 300 milhões de reais para os trabalhos no RS e em Santa Catarina.

Dentro de sete dias devem ocorrer mais de 500 desapropriações ao longo da rodovia entre os dois estados. As obras estão dentro do cronograma. A previsão é que até o final de 2008 seja concluída a duplicação da BR-101, no trecho sul do país.

Visitamos os quilômetros 90 e 84 da BR-101, onde estão localizados os túneis do emboque Norte, em Maquiné. Os dois túneis devem ser concluídos até o final do ano. Cada um tem mil e seiscentos metros de extensão, 15 metros de largura e nove metros de altura. Esses túneis são os de maior extensão do Rio Grande do Sul. Para os dois túneis estão previstos 90 milhões de reais. A construção elimina 11 quilômetros de extensão da rodovia.

A BR 116 será transformando numa via expressa. A partir de Ivoti, serão construídas ao longo da estrada duas pontes, onze passarelas e três complexos de

viadutos, totalizando 109 milhões de reais em investimentos. A passarela da vila Pedreira, em Esteio - será iniciada ainda no primeiro semestre.

Também foi anunciado o início do projeto para construção da BR 448, a Rodovia do Parque, que terá 22 quilômetros de extensão e estará localizada entre o entroncamento da BR -116 com a RS-118 e a *freeway*. Orçada em R\$275 milhões, a rodovia vai ser uma alternativa para desafogar o tráfego de veículos na BR-116. Antes de serem iniciadas as obras, contudo, o projeto da BR-448 passará por estudos ambientais.

Outro ponto da agenda que mais deixou a todos nós empolgados pois sentimos a felicidade das pessoas, foi a assinatura do termo de revogação da licitação do projeto Polão. Uma reivindicação de diversos empresários e população que foi comemorada com aplausos por centenas de pessoas que lotaram o Salão Nobre da prefeitura de São Leopoldo.

A perspectiva de ver mais de 80 quilômetros da BR-116, no Vale dos Sinos, concedidos à iniciativa privada, o que acarretaria a instalação de praças de pedágios, amedrontava, principalmente os produtores. A comunidade do Vale dos Sinos fez uma grande mobilização para que o projeto fosse cancelado.

Mas, Sr. Presidente, terminamos esta extensa agenda em uma audiência pública da Comissão de Educação do Senado Federal em Canoas.

Com a participação do Ministério da Educação, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Vereadores, sindicatos de trabalhadores e empresários, foi anunciado pelo MEC a tão esperada escola técnica tecnológica de Canoas que vai beneficiar toda região metropolitana e vale dos sinos.

Também debatemos nesta audiência projeto de nossa autoria que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP). O Fundep encontra-se tramitando na Comissão de Educação do Senado pronto para pauta. A Relatoria é do Senador Juvêncio da Fonseca.

Dentre os objetivos do Fundep estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e de outras fontes que estão especificadas no projeto.

Destaco aqui que o Governo Federal apóia o nosso projeto, até porque é uma linha de governo aumentar os investimentos nessa área.

Para se ter uma idéia o governo federal está investindo cerca de 236 milhões de reais em escolas técnicas. A meta é concluir 234 convênios para construção, reforma ou ampliação de escolas profissionalizantes no país. Até o fim do primeiro semestre, serão concluídos 45 convênios. Outros 189 devem estar encerrados até o fim do ano.

Só para lembrar, tanto eu como o Presidente Luis Inácio Lula da Silva somos oriundos de escola profissionalizante.

Quero agradecer aqui a Comissão de Educação, aos senadores e todos os funcionários, pois a realização da audiência só foi possível pelo empenho deles. Os veículos de Comunicação desta casa, tevê, rádio e jornal, foram fantásticos na cobertura.

Neste mesmo dia também estivemos a convite do Ministério da Educação em Charqueadas, município que receberá a instalação de uma escola técnica.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de informar que está garantida uma verba de R\$1 milhão para infra-estrutura no conjunto habitacional Nancy Pansera em Canoas. O empenho efetuado pelo Ministério das Cidades foi a pedido deste Senador juntamente com a participação de uma comitiva de vereadores e secretários daquela cidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a já está inscrito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Também solicito a minha inscrição, no momento oportuno, para uma comunicação inadiável. Quantos estão inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu, o Senador Tião Viana e a V. Ex^a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a falará como oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de 15 minutos, dez minutos regimentais e mais cinco de prorrogação, se necessário.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, um continente formado por arquipélagos econômicos e culturais era como Viana Moog via o Brasil, conforme assim se expressou em conferência proferida em 1942. De lá para cá, Sr. Presidente, o Brasil vem-se integrando por intermédio de todos os tipos de estradas, inclusive as eletrônicas e virtuais, e por meio também do processo migratório. Mesmo assim, persistem – a meu ver afortunadamente – diferenças típicas próprias da terra, clima e origens étnicas e culturais de cada região e até de sub-regiões dentro delas.

A diversidade interna do Brasil torna difícil registrar, no campo literário, o começo de cada regionalismo. Ele pode se ter iniciado no Nordeste, com a **Casa de Palha**, de Franklin Távora, em 1866, mesmo ano da obra **O Ermitão de Muquém**, publicado pelo mineiro Bernardo Guimarães, sobre tema goiano, demonstrando a força dos diversos regionalismos. Outros escritores regionalistas se sucederam da Amazônia ao Rio Grande do Sul, inclusive passando por São Paulo.

Eu desejaria, por oportuno, dentro desse quadro, registrar o transcurso, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida por Gilberto Freyre, no Recife, em 1926, dois anos após a criação do Centro Regionalista do Nordeste. Tal não se passou por acaso, Sr. Presidente.

Pernambuco tem forte consciência de si mesmo e do Brasil, estruturada institucionalmente, diria, desde a fundação do Seminário de Olinda em 1799, instalado pelo Bispo Azeredo Coutinho em 1800, e da Faculdade de Direito do Recife em 1827, mesmo ano da criação de sua irmã, a Faculdade de Direito de São Paulo, do Largo de São Francisco. Da Faculdade do Recife emergiu o grande movimento jurídico e filosófico nacional de Tobias Barreto e Sílvio Romero, na denominada Escola do Recife. A força intelectual de Pernambuco e do Nordeste ficara evidente também na Semana Regionalista do Recife em 1926 – a que já aludi –, ambiente gerador de **A Bagaceira**, de José Américo de Almeida, em 1928; **O Quinze**, de Rachel de Queiroz, em 1930; **Menino de Engenho**, de José Lins do Rego, em 1932; **Caetés** (1933), e **São Bernardo** (1934), de Graciliano Ramos. Ainda no ano de 1933, Amando Fontes publicava **Os corumbas**, e o potiguar Luís da Câmara Cascudo começava a produzir sua vasta obra, especialmente no folclore.

Era uma ampla constelação nordestina, do Ceará à Bahia, esta com Jorge Amado. Convém salientar, por oportuno e importante, sua contribuição com **O País do Carnaval**, logo sucedido pelo seu ciclo de Ilhéus, de **Cacau a Gabriela, cravo e canela** e por muitos outros livros de sua lavra.

De alguma forma, a sua obra teve continuação por intermédio de sua companheira Zélia Gattai sobre a Bahia e o mundo. Daí o artigo de Tristão de Athayde, pseudônimo literário do pensador Alceu Amoroso Lima, intitulado **São os do Norte que vêm**.

À época, Sr. Presidente – V. Ex^a era muito jovem –, os nordestinos ainda não eram assim definidos. Chamavam-nos genericamente de “nortistas”, o que compreendia os Estados do Nordeste e do Norte do País. Daí o título do estudo do grande humanista Alceu Amoroso Lima, quando se refere a **São os do Norte que vêm**.

Já em 1878, José Veríssimo escrevia **Quadros Paraenses**, seguido por Inglês de Sousa, também sobre a Amazônia. Regionalismo extensivo a São Paulo, com Valdomiro Silveira; Rio Grande do Sul, com Simões Lopes Neto e Minas Gerais, com o primeiro Afonso Arinos, tio do nosso ex-colega de Parlamento Afonso Arinos de Melo Franco.

O regionalismo prossegue intenso e denso na literatura brasileira até os dias atuais com Guimarães Rosa e Ariano Suassuna entre outras expressões do gênio criativo do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Semana Regionalista do Recife, em 1926, possuía raízes também sociais, além de culturais. O brasilianista americano Robert M. Levine demonstrou as peculiaridades do nosso federalismo nos albores da vida republicana, a chamada República Velha, deflagradoras de um novo ciclo político, social e cultural com a Revolução de 1930, sob a égide da aliança liberal, que teve, no Nordeste, sua principal base na Paraíba, com a figura de João Pessoa.

Sr. Presidente, Gilberto Freyre, vindo de estudos universitários realizados nos Estados Unidos e Inglaterra, a partir da segunda década do século XX, passara a escrever artigos no **Diário de Pernambuco**, um dos jornais mais antigos da América do Sul, nos quais ele analisava a realidade brasileira e nordestina, compreendendo então que as idéias estrangeiras precisavam ser reaculturadas para não serem apenas inviáveis imitações.

Talvez, em consequência disso, lhe surgiu a idéia de realizar a já citada Semana Regionalista do Recife, reunindo não só escritores, mas também pintores, cientistas sociais e jornalistas, estendendo suas preocupações à alimentação e aos trajés, passando pelo

urbanismo e arquitetura. Pode-se dizer que o evento foi, no Brasil, o mais completo até hoje no gênero, inclusive com Manifesto, ensejando significativas reverberações que se prolongam nos nossos tempos.

Ao analisar esse processo cultural, o escritor e crítico literário Wilson Martins questionou, em agosto do ano passado, no **Jornal da Poesia**, se a formulação do Movimento de 1926 teria sido apenas na forma verbal, pois a primeira edição do seu texto somente apareceu 25 anos depois.

Isso demonstra, na minha opinião, a força intelectual de Mestre Freyre, ao fazer germinar o movimento cultural de envergadura que transvasou do Recife para todo o País e todo o continente. Manoel Diegues Júnior, na mesma direção, opina que, a partir de 1926, os meios culturais de Pernambuco e do Nordeste se agitaram, projetando toda uma geração de escritores, poetas, artistas em geral, produzindo uma contribuição expressiva à compreensão do Brasil e, em particular, do Nordeste.

Alguns críticos pretendem opor a Semana Regionalista, de 1926, do Recife, à Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922. Na realidade, assim penso, elas se completavam, pois, como é notório, houve igualmente regionalismo na Semana de 1922, com Menotti del Picchia, por exemplo, em **Juca Mulato**; Cassiano Ricardo em **Martim Cererê**; e até Raul Bopp, com **Cobra Norato**, sobre a Amazônia.

Basicamente, o tema das duas Semanas era a proposta de redescoberta cultural do “Brasil brasileiro”, diversificado, porém convergente dentro de si próprio, estabelecendo seus enlances com os regionalismos estrangeiros. Gilberto Freyre conhecera pessoalmente o regionalista americano Vachel Lindsay, que inspirará, por exemplo, poetas e escritores como Ascenso Ferreira.

Regionalistas de todo o Brasil e modernistas paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos – não nos esqueçamos de Carlos Drummond de Andrade, então em Belo Horizonte; Augusto Meyer, em Porto Alegre, e o pernambucano Manoel Bandeira, morando no Rio de Janeiro – deram novo impulso à nossa Literatura, às artes plásticas e até à arquitetura e ao urbanismo. Não olvidemos também a influência modernista, não só estrangeira, em Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Ceschiatti, em Brasília.

Foi, portanto, extensa e não só intensa a repercussão do Modernismo, de 1922, e do Regionalismo, de 1926, que se entrecruzaram e produziram a cultura brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, ouço, com prazer, V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é um excepcional homem, de quem todos do Nordeste nos orgulhamos. V. Ex^a assumiu, por 81 vezes, a Presidência da República, e, em nenhum instante, ninguém do Brasil recriminou V. Ex^a como Presidente da República. Muito pelo contrário, há uma gratidão pelo equilíbrio e pela maneira como V. Ex^a presidiu este País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas não sei se V. Ex^a é mais vitorioso na política ou como homem da Literatura. V. Ex^a também representa muito bem a cultura do Nordeste na Academia Brasileira de Letras. No fim de semana, tive a oportunidade de estar presente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no Rio de Janeiro, quando se prestava uma homenagem a Evandro Lins e Silva, jurista, nascido na minha cidade, Parnaíba. Ele se iguala a Rui Barbosa. Fizemos um pronunciamento. Logo após o ex-Senador Bernardo Cabral se manifestar, eu disse que, talvez, o último livro que Evandro Lins e Silva escrevera fora por nossa inspiração. Fui convidado a ser paraninfo de uma turma de Direito de uma faculdade fundada por mim em Parnaíba, nossa cidade natal. E convenci os alunos de que a homenagem deveria ser transferida a ele, que, já com idade muito avançada, teve dificuldade, só querendo ver as raízes que fez voltar. E assumi o compromisso de dar-lhe um cachê, imprimindo, assim, por meio da colaboração do melhor jornalista do Piauí, Zózimo Tavares, um livreto que se assemelhasse à **Oração dos Moços**, de Rui Barbosa; foi o último trabalho de Rui Barbosa, também paraninfo de concludentes. Ele não pôde nem ler, mandou um amigo. Fizemos isso. Mas o combinado, com o acompanhamento de Zózimo Tavares, era para ele pedir para ser lançado na Academia de Letras, mas, infelizmente, na data marcada, o Governo do Piauí, que eu representava, transferiu-se para lá – foi na morte de Roberto Campos. Como não coincidia, consegui que um empresário fizesse a festa. V. Ex^a relembra Gilberto Freyre, que é muito importante. O primeiro livro grande que li, mesmo, foi no curso ginasial, a mando de Zé Rodrigues Silva, o maior professor de Português, que foi meu e educou João Paulo dos Reis Velloso. Lembro-me de quando o Ministro chegou em Parnaíba, eu era Deputado e Lucídio Portella era Governador, um cortejo recebeu-o. De repente, Senador Papaléo Paes, ele disse: “Pára, pára, pára.” Pararam o cortejo: era a casa do professor. Ele foi prestar uma homenagem. Esse professor me ensinou e o primeiro livro sério que me mandou ler foi de Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**.

Ele é isso tudo que V. Ex^a diz e é quem melhor relata a nossa história no período colonial. Em V. Ex^a, não sei se é melhor o político ou o homem culto, Senador Marco Maciel, mas, de qualquer jeito, somos orgulhosos desse homem nordestino.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a lembrou a figura de Evandro Lins e Silva, uma personalidade que todos muito admirávamos e que tinha, também, uma raiz pernambucana.

Sr. Presidente, prossigo e vou sintetizar, para que possa concluir minha oração no tempo que V. Ex^a me destinou.

Eu gostaria de chamar a atenção que o regionalismo chegou à própria política econômica, por meio da criação da Sudene, para o Nordeste, da Sudam e da Suframa, para a Amazônia, e da Sudeco, para o Centro-Oeste, em projetos de planejamento regional, cujos primeiros passos foram empreendidos na Presidência Kubitschek, com objetivo igualmente de modernizar o País.

Antes houvera a pioneira experiência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, sem deixar de mencionar também a Comissão do Vale do São Francisco, com planos destinados a fazer o aproveitamento do “Velho Chico”, o rio da unidade nacional, como o batizou o historiador João Ribeiro, para o abastecimento de água das cidades e irrigação, entre outros objetivos.

Também cabe lembrar a criação dos bancos de desenvolvimento regional: entre eles o Banco do Nordeste, por ter sido o primeiro, e posteriormente, na Amazônia, o BASA e no Sul, o BRDE.

O regionalismo, no que tem de melhor para além dos bairrismos, continua vivo e forte nos dias atuais, num País de vastas dimensões territoriais e grande expressão demográfica. O estudo das experiências estrangeiras de irrigação e o planejamento regional contribuíram para o conhecimento da viabilidade das necessidades nacionais. O regionalismo liga-se diretamente ao federalismo do cultural, político, econômico e social ao institucional.

O regionalismo do Nordeste é tradicionalista quanto à fidelidade às fontes populares, tanto quanto o modernismo, em alguns de seus principais representantes, se diz nacionalista, porém no sentido de preservação de nossas riquezas. Modernismo e regionalismo brasileiros são includentes, jamais excludentes, permeados, explicavelmente, de grande diversidade de opiniões.

Gilberto Freyre, recorde-se, começara suas pesquisas regionalistas pelos regionalismos dos Estados Unidos, no sul daquele país, assistido pelo seu colega universitário Francis Butler Simkins. Outro colega,

Rudiger Bilden, de origem alemã, interessava-se mais pela miscigenação com africanos, no Sul dos Estados Unidos e Nordeste do Brasil. Depois, o nosso Freyre se interessou pelo regionalismo provençal de Frederic Mistral, no Sul da França: sempre regiões meridionais caracterizadas por clima quente e por populações miscigenadas com negros na América e com árabes na Europa.

Foram as primeiras lições de aproximação de Gilberto Freyre à tropicologia, que ele veio a desenvolver num seminário permanente que se realizava, todo o mês, no Instituto Joaquim Nabuco de Estudos e Pesquisas Sociais, criado por lei de sua iniciativa, hoje denominado Fundação Joaquim Nabuco.

Portanto, o regionalismo de 1926 nunca teve nada de regressismo no seu tradicionalismo, do mesmo modo que o defensivo nacionalismo modernista de 1922 jamais enveredou pela xenofobia. As posições pessoais, em ambos os casos, foram moderadas nos dois movimentos.

A obra de Gilberto Freyre teve, como se sabe, repercussão mundial: foi traduzida em muitas línguas, com reedições, e interpretada por professores das melhores universidades nacionais e estrangeiras.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que trago também à consideração desta Casa o fato de haver sido recentemente lançado, no instante em que se recordam os 80 anos da Semana Regionalista encetada por Gilberto Freyre, o livro intitulado **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**, de autoria de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, brasileira, professora da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e casada com o reputado historiador britânico Peter Burke.

Ela percorre o fio da meada da influência intelectual inglesa em Gilberto Freyre, de início anglo-americana, posto que ele primeiro esteve nos Estados Unidos e somente depois foi para a Inglaterra, até o seu bacharelado na Universidade de Baylor e mestrado na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Depois, ela se reporta à presença de Gilberto Freyre em Oxford, em inconcluso doutoramento. Gilberto Freyre não concluiu o doutoramento porque preferiu voltar ao Brasil para pesquisar e dedicar-se a produzir sua tão admirada obra.

Nas influências pessoais por ele recebidas avultam as de Andrew Joseph Armstrong, humanista e escritor em Baylor, e Franz Boas que veio a fazer escola renovadora dos estudos antropológicos, a partir de Colúmbia.

Outros grandes professores teve ele em Baylor, Colúmbia e Oxford. Beneficiou-se do grande florescimento intelectual geracional entre as duas guerras mundiais, mas fiel ao Brasil, Nordeste, Pernambuco e

Recife, como sempre frisava, embora sem bairrismos, uma vez que teve amigos em todo o País e em todos os partidos políticos. Eleito deputado federal, participou da Constituinte de 1946, quando se destacou na luta contra a discriminação racial, cujos direitos foram depois ampliados no projeto de lei de Afonso Arinos de Melo Franco e na Constituição de 1988.

A Inglaterra, chamada vitoriana por descender diretamente dos tempos da rainha Vitória, mudou muito a forma de Gilberto Freyre ver os problemas, como se deduz da análise de dois de seus livros: **Inglese** (1942) e **Inglese no Brasil** (1948). Daí também haver assumido a defesa da Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial, quando se jogava o próprio futuro da Humanidade, conforme ele salientou na conferência denominada **Uma cultura ameaçada (A luso-brasileira)**, que foi pronunciada em 1940.

A professora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke estuda extensa e acuradamente os itinerários do Mestre Freyre nas fontes dos autores britânicos, que mais influenciaram o sociólogo-antropólogo brasileiro, também nordestino e pernambucano.

Concluo, Sr. Presidente, citando Edson Nery da Fonseca, professor emérito da Universidade de Brasília e considerado um dos mais completos conhecedores da vida e obra de Gilberto Freyre. Ele não hesita em assinalar, em artigo publicado no **Jornal do Brasil** de 11 de fevereiro de 2006, constituir-se a obra:

Mais do que uma biografia intelectual, o livro da autora paulista radicada em Cambridge é um estudo de literatura comparada, disciplina que, salvo engano, ainda não é oferecida nas universidades brasileiras. Inspirada nas idéias de Schlegel e Goëthe e nos estudos de Madame Stael, a literatura comparada foi fundada, em 1829, pelo francês Abel François Villemain e teve logo seguidores ilustres como Sainte-Beuve e Matthew Arnold e, no século 20, René Wellek, Leo Spitzer e Eric Auerbach, sem esquecer nosso grande contemporâneo George Steiner. Estudando a forte influência de autores ingleses do período vitoriano na formação intelectual e moral de Gilberto Freyre, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke coloca-se no mesmo nível dos citados comparativistas.

Conclui o professor Edson Nery da Fonseca:

Não exagero nem faço retórica. Como conhecido gilbertólogo – desculpem a nota pessoal – depois de ler e reler o livro **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**, estou pensando em não mais publicar o volume no qual reuniria tudo o que escrevi sobre o Gran-

de Pensador, de 1945 a 2000. Parafraseando uma referência de Gilberto Freyre a Oxford, em seu diário íntimo, direi que depois do livro de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke 'tudo para mim será medíocre'.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 4, de 2006**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei nº 126, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 4, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 3º e 4º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, que "Institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes", seja apreciado pelo plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006.

A collection of handwritten signatures in black ink, including names like Sibi Machado, Luiz Inácio Lula da Silva, and others, arranged vertically.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senador nº 192, de 2004); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os **Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 173, de 2004**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados, e o de **nº 192, de 2004**, prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência defere os **Requerimentos nºs 325 e 326, de 2006**, dos Senadores Luiz Otávio e Renan Calheiros, respectivamente, lidos na sessão do dia 23 do corrente, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antônio Rabelo, há 40 anos no exercício da função.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Antonino Rabelo, o mais antigo cartorário de Manaus, com 40 anos no desempenho da função, com correção e zelo.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Antonino Rabelo, titular do 1º Ofício de Notas de Manaus, ao qual chegou por concurso público, após longos anos de exercício de idênticas funções no interior do Estado. Sua carreira, sempre correta, iniciou-se em Canutama, onde trabalhou por 10 anos. Depois, foi para o Município de Borba, para, finalmente, inscrever-se em concurso público para a Capital, onde passou a trabalhar no ano passado.

O cartorário é reconhecido publicamente em meu Estado como servidor dedicado, que jamais teve qualquer documentação por ele preparada, rejeitada ou criticada. Ao contrário, nesse quase meio século, só recebeu elogios, pelo que é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido no Rio de Janeiro de 2006.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Um dos precursores do movimento da Bossa Nova, nas décadas de 1950 e 1960, o músico artista plástico Antônio Carlos Castro Neves deixou expres-

siva contribuição à música brasileira, sendo, pois, merecido o Voto de Pesar que ora requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2006

Requer Voto de Lembrança em homenagem à memória de um grande democrata amazonense, Aristóphanes Castro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança em homenagem a memória de Aristóphanes Castro, um grande democrata amazonense, advogado que dedicou a vida à defesa dos humildes, mesmo enfrentando a prepotência do regime de exceção implantado pelo golpe de 1964.

Requeiro, ainda, que o Voto de Lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Aristóphanes Castro, advogado amazonense, foi um grande democrata; enfrentou a opressão do regime militar de 1964 e o Poder Judiciário do Estado, tudo para defender os menos protegidos. Ele morreu em março último, deixando entre os amazonenses o sentimento de perda. Como Juiz substituto em Boa Fonte, no interior do Estado, foi demitido porque se recusara a atender a ordem do Presidente da Corte, que exigia a concessão de liminar para afastar um candidato à Prefeitura. Ao regressar a Manaus, assinou artigo num jornal da Capital, explicando aos amigos e à população da cidade que fora exonerado por se recusar a cumprir uma ordem ilegal. Foi, então, processado e absolvido por crime de imprensa. Escreveu outro artigo e novamente foi processado e absolvido. Durante a ditadura militar, foi chamado a depor em CGI, ocasião em que lhe foi perguntado porque escrevem contra o Desembargador-Presidente do Tribunal, uma vez que era tão perseguido pelo magistrado. Os militares queriam informações sobre o Desembargador, mas Aristóphanes disse que apenas o conhecia superficialmente, nada sabendo de sua vida privada. Procurado, mais tarde, pelo Desembargador, o advogado disse-lhe: “nada falei porque não sou dedo-duro”. Em outra ocasião, foi ameaçado por um escrivão de polícia, com a afirmativa de que lhe haveria de aplicar uma grande surra quando ele viesse a ser preso pelos militares. “Se eu for preso, já estarei sabendo o que me espera.” Alguns anos após, o escrivão o procurou para que ele fosse seu advogado

de defesa. Aristóphanes aceitou, mas disse-lhe: “Em pagamento pela surra que você tanto queria me dar, não vou lhe cobrar honorários.” É essa notável figura de democrata que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os recursos destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a

partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requero são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis conseqüências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2006

Solicita informações à Srª Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Srª Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os re-

curso destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006 – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 335, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sociais?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os re-

curso destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais:

1. Quais são os programas existentes no âmbito dessa Pasta destinados a desenvolver atividades sócio-esportivas?
2. Quais são as instituições, relacionadas por Estado, que têm projetos aprovados no âmbito desses programas?
3. Quais são os critérios existentes que norteiam a seleção das instituições que receberão os recursos dos programas?
4. Qual o volume de recursos destinados a cada uma dessas instituições?
5. Como é feita a fiscalização com relação à distribuição de verbas entre essas instituições?
6. Existe alguma fiscalização com relação à utilização, por parte das instituições, dos recursos a elas destinados?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 27 de março do corrente, publicou matéria intitulada

“Muito dinheiro para poucos”, mostrando que os recursos destinados a projetos sociais e esportivos frequentemente são destinados a instituições ligadas “a partidos que apoiaram a eleição de Lula ou a pessoas próximas de ministros e secretários”.

Segundo a matéria, “a aritmética de distribuição de verbas, bem como a de entidades beneficiadas, foge à lógica da igualdade por estado, por número de pessoas atendidas e até mesmo por afinidade do terceiro setor com o tema da ação social. E a fiscalização dos órgãos governamentais também parece ignorar esses disparates”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da matéria acima citada e suas possíveis consequências para a sociedade brasileira, uma vez que recursos públicos podem não estar sendo aplicados de forma adequada.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra no momento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente,

prefiro aguardar o próximo orador inscrito, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então, convido o Senador Mão Santa, Senador inscrito, para fazer uso da palavra por dez minutos e cinco minutos, caso necessário, de prorrogação.

Informo a V. Ex^a que seu tempo já está sendo contado. **O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador Osmar Dias, todos temos saudades do Boris Casoy. “Isto é uma vergonha”, ele dizia.

Atentai bem, Senador Papaléo Paes. V. Ex^a tem na lembrança o discurso comovente e verdadeiro das mulheres que choraram por Cristo. Senador Paulo Paim, a mulher de Pilatos não chorou. A Adalgizinha dele disse: Pilatos, tenha coragem. Esse homem é

bom, é justo. Verônica, com a coragem que não teve Pilatos, homem, venceu o cerco militar e enxugou o rosto de Cristo. E lá estavam as mulheres a chorar – três. Senador Osmar Dias, dos homens amigos de Cristo, nenhum apareceu. Nem o pai, nem Pedro, nem os amigos, nada, mas as mulheres. E aqui, Senador Paulo Paim, a história se repete. E, naquele instante, Senador Papaléo Paes, o vitorioso foi Herodes. O vitorioso, momentaneamente, foi Herodes. Cristo foi derrotado. E a história se repete.

Senador Osmar Dias, Francenildo, humilhado, do Piauí, igual a Cristo. E as mulheres, reproduzindo aquelas três Marias, a coragem, a sensibilidade das mulheres, porque têm vergonha as mulheres. Eis o jornal do Piauí, é de um empresário – aliás, esse jornal nasceu quando governei o Piauí, fomos os libertadores da imprensa. Ele é de Paulo, o empresário Paulinho, muito amigo do Presidente José Sarney e do Senador Edison Lobão. “Mães choram com desejo do caseiro de ir para longe do País”. Isso é uma vergonha! A ausência de Boris Casoy é uma vergonha! Todo mundo sabe que foram os bancos, que pagaram a mídia e pressionaram. Lula, és a vergonha da História do País! Mães choram ida do caseiro Francenildo para fora.

Nunca dantes este País... Eu sei História, ó, Lula! Eu sei que bandido aqui tem muito, porque, já na descoberta, na época das capitanias hereditárias, gente que tinha dinheiro e não tinha bom caráter, que tinha até cumprido pena, foi mandada para cá para tomar conta.

Eu sei, mas nunca dantes tanta indignidade, Senador José Jorge. Atentai bem. Este País, que esse meninozinho, olha a vida, a avó. Olha, como me lembro da vó Sinhá, da Dindinha, da vó Inhazinha! Quem recorda a avó? A avó chorando, igual àquelas três mulheres que choravam a justiça de Cristo.

Ele é, ele era um pobrezinho, como tem aí no Brasil. De vergonha que Lula perdeu. Fome Zero não sei, não, Lula, mas vergonha zero está na sua cara. Isso não existe. Está aqui a avó chorando e a mãe. Esse menino – está aqui a avó contando – não pôde nem ser registrado pela mãe biológica, está aqui. Por quê? Porque todo mundo sabe que uma mãe solteira sofre discriminações. E a avó? Lembro-me da minha avó Inhazinha, da minha avó Sinhá. A avó o registrou para a filha não ficar carimbada “mãe solteira”. Isso é muito natural na nossa cultura, de que agorinha falou o nosso Marco Maciel, a nossa cultura, Gilberto Freyre, **Casa-Grande & Senzala**. Então, isso é cultura. Pegou da mãe legal, da lei. A mãe biológica é a filha. E choram.

Atentei bem, brasileiras e brasileiros. Quanta vergonha! Zero na cara do Lula. Atentai bem. Olha o que elas dizem. Antes desse imbróglio que vocês conhecem, o que fazia esse sofredor, como Jesus, lá da Nazária. Oh, Osmar Dias, quis Deus V. Ex^a estivesse aqui. Nazária é a zona rural de Teresina. É a que alimenta, a que planta, a que produz e cria. V. Ex^a – e ninguém mais do que V. Ex^a – conhece o homem do campo, a sua pureza e identidade.

Então, o que fazia esse menino? Olhe, é interessante. Olhe o meu filho, disse Maria, ele, o que fazia? Ele plantava. Trabalhou com seis, sete anos na roça. Começou com seis, sete anos. Todos conhecem a nossa história. Todos rezam e querem ajudar Francenildo. A nossa vida está como uma novela. E ela conta e chora, porque o Francenildo telefonou, dizendo que quer ir-se embora, porque nunca pensou que sofreria tanta humilhação e tanta perseguição.

Senador Papaléo Paes, Gilberto Freyre está morto.

A Caixa Econômica era um patrimônio.

Eu era menininho, e meu pai me dava surra. Está na Bíblia que aquele que não usa vara é porque não gosta. Eu tenho é gratidão.

Senador Osmar Dias, não sei se V. Ex^a e o Senador Alvaro Dias receberam alguma chicotada, mas eu recebia surra de cinturão. Meu velho pai, que está no céu, Senador Paulo Paim, dizia: “Quem rouba mente”. Faltou a essas pessoas um pai como o meu. Roubam, mentem, humilham, perseguem.

Lula, não sei se Vossa Excelência está sendo, ao menos, pai para o Lulinha, pois nem sabe a riqueza dele. Eu não sei.

Senador Osmar Dias, meu pai pegava a pequena poupança e dizia: “É o presente do seu aniversário. Vamos depositar na Caixa Econômica”, fazendo nascer em mim, como em todos, a confiança na Caixa Econômica. Como podemos ter confiança numa instituição avacalhada, desmoralizada, com gangues, com bandidos?

Oh, Senador Paulo Paim. Oh, Francenildo, você não vai embora, não. Esta Pátria é a Pátria amada, e você é piauiense. Nós não vamos mandar nem esses pilantras para fora. Agora, uma coisa eu digo: lugar de ladrão não é na política, não é na Justiça, não é no Congresso. É na cadeia!

O Sr. Osmar Dias (PDT - PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT - PR) – Senador Mão Santa, apenas para concordar com V. Ex^a de que é realmente vergonhoso o que está acontecendo nesse episódio do caseiro, tão vergonhoso quanto a dança da Deputada, na Câmara dos Deputados, para comemorar a **pizza** que resultou daquela votação da cassação do seu companheiro de partido. Acho que o Congresso precisa ter também, Senador Mão Santa, vergonha na cara. Hoje, quando saí de Curitiba, um cidadão me cobrou na rua, dizendo: “Ou o Congresso cassa aqueles que cometeram improbidade e corrupção, ou a população vai acabar quebrando o Congresso”. É um alerta, Senador Mão Santa. Precisamos, aqui no Congresso Nacional, fazer aquilo que nos cabe também, cobrando do Governo Lula aquilo que ele não tem feito em relação a todos esses escândalos que têm ocorrido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a participação de V. Ex^a. Este País tem de meditar. E o partido de V. Ex^a escreveu aqui a mais bela página de coragem.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Leonel Brizola... Atentai bem! Essa Justiça calou um homem comum e verdadeiro, que trabalhava desde 6, 7 anos – e eles contando a vida aqui de quem trabalha – na rocinha, plantando! Ontem, a mãe-avó mostrava a roça, o feijãozinho que ele plantava, a horta que ele aguava, as galinhas que ele alimentava, e depois veio para cá; trabalhou muito, trabalhou em supermercado, foi *office-boy*, atingiu o seu ápice: caseiro. Homem de bem, porque o proprietário, Senador Papaléo Paes, que é um homem de êxito financeiro, tem uma casa daquela, não ia agüentar um homem desonesto por oito anos com carteira assinada, não. Desonestos são esses que calaram, a Justiça!

Osmar Dias, parabéns ao seu partido! O seu partido tem história.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A fraude de Nelson Jobim que calou Leonel Brizola aqui antes de morrer.

Francenildo, esses da Justiça são condenados por Leonel Brizola. Não vou cansá-lo, mas vou deixar para V. Ex^a reproduzir nos anais a verdade. Não vamos aceitar esse abuso... O fim de Brizola! Se as instituições políticas e jurídicas deste País aceitarem que isso fique sem consequência, então estará estimulada a prática de todo tipo de fraudes, porque

nenhuma poderá ser maior do que a que se fez contra a lei das leis.

Brizola previa isso – e estamos aqui.

Eu queria dizer o seguinte, antes de dar o aparte ao Senador José Jorge. Senador Papaléo, isso é importante. V. Ex^a é um homem de luta, homem justo e correto. Olha, acho que poucos que ocuparam a Presidência deste Senado têm as suas qualificações morais. V. Ex^a fez da ciência médica a mais humana das ciências.

Senador José Jorge, de Pernambuco, bravo: não admitimos isso com esse nordestino, o Francenildo. Ele não vai para fora, não. Vamos lutar.

“Um quadro vale mais do que mil palavras”. Atentai bem! Muitos anos já se passaram, mas fica na história. Áustria, Alemanha, Prússia. Um poderoso, Frederico da Prússia, viajando com todo o seu cortejo de aparatos militares, passa por uma fazenda e vê um moinho muito bonito. Aí, pára, param os militares. Ele gosta do moinho, chama o caseiro, o homem da fazenda, o simplório e diz: “Olha, quero adquirir esse moinho. Quero levá-lo e colocá-lo no meu palácio”. E o homem responde: “Mas, não está à venda. Essa terra foi fruto do trabalho dos meus avós, dos meus pais, e eu a preservo”. Disse o rei: “Mas quero levar; eu sou o Rei Frederico da Prússia”. Aí aquele caboclo – oh, meu Deus, lembrem de Rui, que tanto pregou a justiça – disse: “Majestade, ainda há juízes em Berlim”.

Meu Deus, posso dizer que ainda há justiça neste Brasil se estão estuprando a Constituição? E pior, Senador Osmar Dias: é canalhice. Peço às taquígrafas que registrem: é canalhice o nome.

Foram no pai biológico, que deu o dinheiro, fez o depósito, os inquisidores, os bandidos deste Governo; foram ameaçar o homem para ele dar a procedência dos R\$10 mil que ele tinha dado em dinheiro para o filho.

Têm que se perguntar, Senador Osmar Dias, sobre os R\$15 milhões do Lulinha; é o Okamoto. Senador Osmar Dias, eu o vejo quase Governador do Estado.

Lembro-me, Senador Papaléo Paes, de um crime organizado. Detectamos, e mandei prender. E havia uns ligados a ele no Palácio que eu governava. E vem o Ministério Público, o Governo, pedindo para quebrar o meu sigilo. Peguei de pronto um papel: vasculhe-se a minha vida financeira desde o primeiro cheque que dei no Banco da Lavoura, que nem existe mais, quando cheguei formado.

É assim, Lula, que um governo de vergonha tem que fazer: Vossa Excelência abrir as suas contas, a do

Lulinha, a do Okamoto, e não devassar a do irmão piauiense, que esse irmão é muito mais forte que Vossa Excelência, porque ele tem as virtudes, o caráter e a honestidade do homem do Piauí.

Senador José Jorge, com a palavra, com a aquiescência desse extraordinário Líder, Senador Papaléo Paes.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mão Santa, manifesto minha solidariedade a V. Ex^a. O Presidente da Caixa está indo depor na Polícia Federal, exatamente para esclarecer aquilo que já deveria ter sido esclarecido há dez dias. Qualquer sistema eletrônico permite que rapidamente se dê esse esclarecimento. Quinta-feira fará duas semanas, e o Governo está procurando um bode expiatório, alguém, possivelmente do segundo escalão, que possa ser o Delúbio da quebra de sigilo fiscal, ou seja, aquele que vai assumir a responsabilidade pela falta de responsabilidade dos seus chefes. Então, Senador Mão Santa, entendo que essa quebra do sigilo, depois do mensalão, foi a coisa mais grave que o Governo fez, entre tantos fatos graves. Agora, tivemos a dança da Deputada, chamada “dança da pizza”, mostrando a seriedade com que estão levando essa questão. Toda a população brasileira viu aquele espetáculo deprimente, de madrugada, quando uma Deputada, que deveria ter zelo pelo seu mandato, se deliciava porque um companheiro não foi punido. Então, minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, Senador José Jorge.

Senador Arthur Virgílio, acredito muito é no TJP, tribunal de justiça popular, que vai cassar essa gentilha toda, e em Deus, que condenará toda essa corja de malandros ao inferno.

Senador Arthur Virgílio, a mãe chorando ontem mostrava a terrinha onde ele plantava, aos 6 e 7 anos, o feijão, o milho; antes disso, ele era garçom, trabalhador, foi auxiliar de mercado, catador de milho e feijão na Nazária.

É como a vida de Cristo. Herodes foi momentaneamente vencedor; Lula e sua quadrilha são momentaneamente vencedores. Mas vem a eleição, com a riqueza da democracia e a alternância de poder nesse País, e vamos plantar vergonha.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A fraude de Nelson Jobim

Leonel Brizola

A insólita revelação do sr. Nelson Jobim de que, na promulgação da constituição de 1988, ele próprio participou de uma fraude para introduzir no texto constitucional artigos que não foram votados pelos constituintes, deixa o hoje ministro do Supremo em posição ética e jurídica delicada, para não dizer insustentável, como integrante da mais alta corte constitucional deste país. Como pode alguém que deliberada e conscientemente violou, no nascedouro, a Carta Magna, ser agora aquele que vai julgar, no Supremo Tribunal Federal, as questões constitucionais?

O absurdo é maior ainda que Sua Excelência diz que não apenas um, mas dois artigos foram introduzidos na Constituição sem o voto daqueles que, legitimamente, tinham o poder de fazê-lo. E mais: numa atitude chocante, julga-se no direito de nem mesmo revelar qual foi o segundo enxerto que praticou, dizendo que só o fará em livro que irá lançar! O que pretende o sr. Ministro? Vender mais livros? O país e outros ministros do STF devem esperar o que mais de falso na Constituição?

Francamente, em qualquer país sério, um ministro do Supremo envolvido em tal episódio estaria, a esta altura, apresentando sua renúncia e pedindo desculpas ao país e à consciência jurídica. Alguém tem dúvidas de que seria assim nos EUA, na Inglaterra ou na França? Mas aqui o ministro Jobim ainda se julga no direito de pavonear-se, quase que afirmando que é graças à da qual participou que a Constituição aperfeiçoou-se!

Depois desta revelação chocante, o que pensar dos escrúpulos do ministro Jobim em relação à verdade, ao rigor jurídico? Como pode a consciência nacional aceitar tais procedimentos? Pior, como alguém pode se sentir seguro quando Sua Excelência foi, de forma ativa e exorbitante, o patrocinador da recente abolição dos sistemas de impressão que poderiam impedir as possibilidades de fraude na urna eletrônica? O PDT, depois desta revelação, mais que nunca sente-se no dever de impugnar a intervenção escandalosa do ministro, num processo que culminou com a revogação da única garantia de que nossas eleições não possam vir a ser eletronicamente fraudadas.

Por muito menos, pela violação do sigilo do voto dos senadores, que é um nada perto da violação do próprio texto constitucional, vimos o processo de condenação pública que se abateu sobre seus responsáveis, que os levou até a renúncia. A violação cometida pelo sr. Jobim é de natureza muito mais grave, porque alterou o próprio texto da Constituição em vigor, a cujo cumprimento todos se obrigam. Ou a pretensão de Sua Excelência é tanta que se julga acima da ética e da lei, e que ter fraudado a Constituição deve ser algo impune apenas porque o fraudador é ele próprio? Se as instituições políticas e jurídicas deste país aceitarem que isto fique sem conseqüências, então estarão estimuladas as práticas de todo tipo de fraudes, porque nenhuma poderá ser maior que a que se fez contra a Lei das Leis.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, os jornais, de quinta-feira para cá, trazem uma análise sobre o desempenho da economia brasileira, que chama a atenção não apenas daqueles que, sendo empresários, estão sentindo na pele a incapacidade de investir que o setor produtivo atravessa, como, principalmente, destacam o susto que o próprio Governo levou quando descobriu que o desemprego aumentou, e muito, no último trimestre.

Se tomarmos os dados, vamos ver por quê. Aqui está uma manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Imposto come 42% da alta do PIB”, ou seja, quase a metade do crescimento da economia nacional, que deveria estar beneficiando principalmente as camadas menos favorecidas da população – 42% da alta do PIB –, estão ficando exatamente na mão do Governo ou, pior, sendo transferidos para outros países.

Nos últimos dez anos, o PIB no Brasil cresceu 22%; o crescimento da economia mundial ficou em 45%, portanto, metade do que cresceu a economia mundial nesse período. Esse fenômeno do baixo crescimento da economia não é de agora, pois já vem acontecendo desde o Governo anterior. Acentuou-se agora, porque, no ano passado, houve um crescimento de 2,3% da economia. Quando a economia cresce, isso ocorre praticamente de forma vegetativa, porque, nos últimos dez anos, o crescimento da nossa renda foi de 0,7% ao ano **per capita**, enquanto, na economia mundial, foi de 2,5%.

Se compararmos o Brasil com aqueles que chamo de nossos concorrentes, os países emergentes, ou seja, a China, a Rússia e a Índia, vamos ver que aqueles países tiveram uma média de crescimento anual de 4,3% na Rússia; de 4,4%, na Índia; e 7,7%, na China. E o Brasil, repito, nos últimos dez anos, ficou com uma média de 2,6%.

Isso significa que, mesmo se o crescimento estivesse sendo distribuído para a população de forma integral, não estaria atendendo ao crescimento da população. Por isso, observa-se a descapitalização e o empobrecimento da população. Já se verificou uma redução da classe média em nosso País, de forma brutal: pessoas que antes eram da classe média passaram a ser consideradas da classe “c”, ou seja, pobres, com uma renda anual abaixo da média do crescimento **per capita** do Brasil.

Por que isso vem acontecendo? Um estudo do Ipea, órgão financiado pelo Governo, chega à conclusão de que os motivos ou as causas principais são juros altos; falta de competência no gerenciamento do Estado, que se apossa praticamente de todos os recursos disponíveis; o baixo investimento permitido pelo Estado, já que o maior captador de recursos no mercado é a própria União – não sobram, portanto, recursos para a iniciativa privada captar e investir em projetos de crescimento do emprego; a corrupção – e um exemplo muito claro disso é que o Governo ainda gasta com a Sudam e a Sudene, que foram extintas, onde se verificou um rombo, o que por ser dito um roubo de R\$5 bilhões. Lá, o Governo gasta R\$70 milhões todos os anos em função de projetos que não foram cancelados, mesmo quando havia sido constatada alguma irregularidade grave, ou seja, desvio de recursos públicos.

Agora, soma-se a tudo isso o gerenciamento do Governo, voltado a fazer uma política assistencialista, que toma recursos que deveriam estar sendo investidos para que o setor produtivo gerasse empregos, para uma ação permanente e duradoura de Governo. No entanto, este prefere o imediatismo de doar alguns trocados, para que famílias possam, nas próximas eleições, votar no Presidente da República exatamente pelos benefícios que estão recebendo diretamente. Não sabem que esses benefícios poderão ser cortados ali adiante, quando o País encontrar-se numa situação econômica ainda pior do que a que se encontra hoje, porque, sem investimentos, sem apoio ao setor produtivo, o País não crescerá e, se não crescer, não haverá recursos suficientes para atender aos seus programas e às demandas sociais, que deverão ser cortados em função exatamente da falta de dinheiro para continuá-los. São programas que duram muito pouco tempo, Senador Papaléo Paes, enquanto o emprego pode dar, além da dignidade à família, esperança para um futuro melhor.

Por isso, faço mais um alerta: que o Governo, mesmo neste ano, que é eleitoral, mude a sua política econômica, para gerar mais empregos e para combater a corrupção, Senador Papaléo Paes, não apenas dentro do Governo, mas também naquilo que vem trazendo um enorme prejuízo aos cofres públicos brasileiros.

Um Ministro do Tribunal de Contas esteve no meu Estado e verificou que a União pagou por estradas que não foram sequer reformadas no trajeto entre União da Vitória e Palmas. Lá, obras que não foram feitas foram pagas para empreiteiras. Em nome de que isso vem sendo feito e para beneficiar quem?

Isso, Sr. Presidente, é o que eu gostaria de dizer, para explicar por que o Brasil não cresce e por

que o desemprego cresce tanto, principalmente em Estados onde o setor produtivo primário é a base da economia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge como orador inscrito.

S. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, apenas lembro V. Ex^a de que há inscritos para comunicações inadiáveis a quem deveria ser dada a palavra em alternância com os oradores regularmente inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Depois do Senador José Jorge, adotaremos o critério dos dias de sessões não-deliberativas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no começo do ano – se não me engano, no dia 6 de fevereiro –, apresentei dois requerimentos, um deles na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e outro na Comissão de Educação, para que o Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli, comparecesse a essas duas Comissões. Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ele viria para explicar como se deu a auto-suficiência de petróleo, como foi essa evolução. Na Comissão de Educação, ele falaria especificamente sobre uma campanha publicitária orçada em R\$37 milhões que seria feita em torno dessa auto-suficiência.

Não somos contra a campanha. Se o Brasil atingiu a auto-suficiência por um esforço de 50 anos, isso tem de ser comemorado. No entanto, não sei se R\$37 milhões não é muito dinheiro para uma campanha institucional. Em segundo lugar, o que se dizia da campanha era que seria feita pelo publicitário Duda Mendonça, que é réu confesso por ter recebido R\$10 milhões do PT no exterior, e também que seria feita de forma bastante politizada, associando a imagem de Getúlio Vargas, que criou a Petrobras, à imagem do Presidente Lula, que teria feito com que o Brasil atingisse auto-suficiência – trata-se de algo previsto já há dez anos; vão caminhando pouco a pouco o consumo e a operação da Petrobras.

Infelizmente, desde 6 de fevereiro, a Comissão de Educação do Senado tenta marcar essa audiência com o Presidente da Petrobras, que não vem aqui dar satisfação nem sobre a campanha nem sobre a

auto-suficiência. Agora, há uma série de acusações também em relação àquela questão da chamada plataforma P-34.

O Senador Dutra, por exemplo, político que tinha mandato – era ex-Senador –, à frente da Petrobras, sempre se comportou como técnico, como Presidente da empresa. O Presidente atual não age assim. Ele apareceu, inclusive, no programa do PT como garoto-propaganda. Nada tenho contra isso. Se ele quer aparecer, é questão dele – acho até que não deveria, mas tudo bem. Mas, enquanto ele tem tempo para aparecer no programa do PT, ele não tem tempo para vir aqui prestar satisfações ao Senado. Isso é que não está correto. Se ele tem tempo para participar de programa político como garoto-propaganda, ele devia ter mais tempo ainda para vir ao Senado prestar contas dessas acusações que saem todos os dias na imprensa e no Tribunal de Contas; ele, na realidade, finge ignorá-las. Estava marcada a sua vinda para a semana passada, mas ele não veio. Está marcada a audiência com ele para quarta-feira, mas, segundo notícias que recebi hoje, ele não virá também nessa quarta-feira.

Eu gostaria de fazer um apelo, aproveitando a presença do Senador Tião Viana, Vice-Presidente da Casa, um dos Senadores mais importantes do Governo, talvez o futuro Líder do Governo. Se o Senador Aloizio Mercadante se tornar Ministro, talvez S. Ex^a passe a ser Líder do Governo. Aliás, mesmo sem ser Líder do Governo, V. Ex^a poderia colaborar, para que o Presidente da Petrobras viesse aqui prestar esclarecimentos. Asseguro-lhe que ele será muito bem tratado. Queremos somente que sejam esclarecidas essas acusações ou apurações – o Tribunal de Contas não faz acusações, mas apurações. É preciso que sejam esclarecidas essas apurações que o Tribunal de Contas fez tanto em relação à campanha publicitária como em relação à P-34. Seria uma maneira de esclarecermos o assunto aqui.

Já estamos tentando marcar a data. O Secretário da Comissão já marcou e remarcou a audiência, mas o Presidente não vem aqui. Daqui a pouco, seremos obrigados a apresentar um requerimento em uma CPI ou a criar uma CPI da Petrobras, enfim, a usar outros instrumentos para alcançar algo simples: só queremos esclarecimentos. Só queremos que ele venha aqui e se sente lá. Ele será muito bem tratado – o Senador Tião Viana é testemunha. Ouviremos o que ele tem a dizer e vamos perguntar aquilo que quisermos. Não queremos fazer nada de errado com ele a não ser ouvi-lo.

O Tribunal de Contas da União elaborou um relatório que aponta as irregularidades na contratação da adaptação da plataforma de petróleo P-34 da Petrobras pela empresa GDK.

Segundo o relatório do Tribunal, a maior obra da estatal durante o Governo do Presidente Lula apresenta pagamentos indevidos ou superfaturamento de US\$17 milhões, que equivalem a R\$36 milhões.

O objeto da contratação superfaturada da Petrobras é a adaptação da plataforma P-34 para atuar no campo de Jubarte, um campo de petróleo, na costa do Espírito Santo.

Segundo o que foi divulgado na imprensa, o relatório bem fundamentado e elaborado por técnicos da TCU conclui que a contratação da estatal contém “graves, inaceitáveis e inúmeras irregularidades”.

Entre as irregularidades destacadas, encontraram-se antecipações à empreiteira por serviços “não necessários, não realizados e superfaturados”. Além dessas impropriedades, o TCU identificou indícios de favorecimento à GDK durante o processo de licitação dos serviços.

Para aqueles que não se lembram, é bom recordar quem é essa GDK, que foi beneficiada pela Petrobras. Ela é a “empresa boazinha” que deu um veículo importado, um jipe Land Rover, para o dirigente petista Sílvio Pereira, como descobriu a CPMI dos Correios. Além do presente para o “Silvinho”, a GDK também agraciou o Ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, com um bom emprego para sua filha numa prestadora de serviços da Petrobras.

A revista **Veja**, que denunciou o esquema em julho do ano passado, no artigo “O petróleo é deles: como o lobista Fernando Moura, representante de José Dirceu e Sílvio Pereira, intermediou negócios na Petrobras”, foi desmentida pela estatal naquela oportunidade por meio de nota publicada nos principais órgãos de imprensa do País. Agora, depois do relatório do TCU, as denúncias da revista se confirmaram, e fica uma vez mais comprovado o esquema de corrupção que existiu nesse contrato.

Um fato destacável relatado pelo jornal **Folha de S.Paulo** é que os auditores do TCU só conseguiram calcular os preços inflados na obra da P-34 por causa do equívoco de um funcionário da estatal. O empregado entregou, por engano, alguns arquivos cuja devolução chegou a ser pedida pelo advogado da Petrobras. Segundo o relatório, “esses arquivos foram imprescindíveis para a apuração e identificação das inconsistências e do sobrepreço indicados nessa auditoria”.

Enquanto isso, os gastos com comunicação da Petrobras estão evoluindo explosivamente. Esse fato já foi destacado pelo TCU, para quem “os gastos da Petrobras com publicidade só vêm aumentando nos últimos anos, nos termos do Relatório de Auditoria. (...) Isto torna-se mais grave por se tratar de uma empresa líder de mercado, uma vez que, mesmo após a aber-

tura do mercado, a Companhia continua praticamente monopolista em alguns setores como exploração, refino e transporte”.

Os dados que tenho em mão confirmam essa denúncia do TCU. Em 2002, último ano da administração de Fernando Henrique, os gastos totais com comunicação institucional da Petrobras foram de R\$252,14 milhões. A estimativa de gastos em 2005 foi de R\$700,35 milhões, quer dizer, o gasto com publicidade da Petrobras aumentou, em três anos, de R\$252 milhões para R\$700 milhões, um aumento de 177,7% em três anos. Quase triplicou!

Já os gastos com publicidade pularam de R\$90,5 milhões em 2002, para R\$220 milhões em 2005. Um crescimento de 143,1%.

A propalada campanha de auto-suficiência, que deverá custar cerca de R\$36 milhões, induzirá a população menos esclarecida que os meios de auto-suficiência são da administração petista.

Nada mais equivocado. Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense, Cláudio Considera, a auto-suficiência talvez só esteja sendo alcançada devido ao pequeno crescimento da economia brasileira. Para o especialista: “Este Governo está festejando a auto-suficiência, mas foi o que teve o pior desempenho em termos de aumento da produção de petróleo”.

A campanha publicitária, preparada pelo publicitário Duda Mendonça, que deve muitas explicações à sociedade brasileira – e um publicitário com sua história não deveria estar trabalhando mais para o Governo. Aliás, a Presidência da República cancelou o contrato do publicitário Duda Mendonça e a Petrobras renovou sem licitação –, terá início no dia 21 de abril e concluirá nas vésperas do prazo de proibição de publicidade oficial pela Justiça Eleitoral.

Como lembrou o jornal **O Globo**, o valor utilizado na campanha da auto-suficiência é maior do que o destinado ao programa federal de proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, que seria uma das prioridades deste desgoverno.

Sr. Presidente, para encerrar, só gostaria de renovar o apelo para o Presidente da Petrobras para que venha nesta semana, de preferência na quarta-feira, para que possamos ter os esclarecimentos necessários, sob pena de termos convocá-lo para uma CPI ou, então, fazer uma CPI específica para que tenhamos esses esclarecimentos da Petrobras. Era só isso, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a queria um aparte?
A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu queria, é usual quando se levanta o microfone.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, mas V. Ex^a nem estava olhando para mim, estava conversando com a Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu estava aguardando V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com muito prazer, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, acho que V. Ex^a tem todo o direito de cobrar a presença do Dr. Sérgio Gabrielli, para prestar todos os esclarecimentos necessários e que interessam ao País, principalmente numa área que todos sabemos é estratégica para o nosso País, que é energia...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Petróleo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Petróleo. Pedi o aparte porque entendo importante além dos questionamentos que V. Ex^a traz, em primeiro lugar, registrar que a informação que me consta é que os dados do Tribunal de Contas não é uma auditoria concluída e avaliada pelo Pleno do Tribunal de Contas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, já foi avaliado pelo Pleno.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Essa que o senhor está dizendo? Bom a informação que tenho não procede.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Essa da publicidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, mas outras questões que V. Ex^a citou, como, por exemplo, dos contratos da GDK. Esta não é conclusiva, não passou pelo Pleno. De qualquer forma, eu não poderia deixar de fazer alguns registros. Primeiro, quero agradecer ao Líder do seu Partido, o Senador José Agripino, que, quando apresentei o requerimento para que pudéssemos realizar, no dia 3 de maio, uma sessão especial comemorativa da auto-suficiência em petróleo, o Senador José Agripino, de pronto, assinou, como outros Líderes, Senador Arthur Virgílio, Senador Ney Suassuna...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Ex^a tivesse me pedido, eu teria assinado.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Até tentei localizá-lo, porque sei que V. Ex^a faria questão de também corroborar com uma sessão que, segundo meu entendimento, é uma sessão de auto-estima do povo brasileiro. Porque a questão da auto-suficiência do petróleo tem essa característica. Foi uma luta de muitas décadas do povo brasileiro para que pudéssemos fazer valer aquela máxima lançada há algumas gerações de que o petróleo é nosso. E foi uma luta para fazer com que o petróleo fosse efetivamente nosso e a ponto de estarmos conquistando agora – não é uma conquista de Governo, é uma conquista de País – a auto-suficiência. Não poderia também de deixar de fa-

zer o registro, porque hoje constam nos jornais várias matérias extremamente positivas sobre a Petrobras. Então, dá a impressão de que há somente coisas ruins ou questionamentos ruins a serem feitos a respeito da Petrobras. Consta que a Petrobras cresceu R\$146 bilhões na Bolsa. De 2000 a 2006, foi como se a estatal incorporasse uma Vale do Rio Doce e uma AmBev. A produção passou de 900 mil barris/dia, em 1997, para 1,075 milhão barril/dia em fevereiro de 2006. A previsão de investimentos é de R\$12 bilhões ao ano contra apenas R\$3 bilhões de antes de 1997. As reservas de petróleo são hoje da ordem de 11,2 bilhões de barris contra 7,1 bilhões de barris em 1997. Portanto, Senador José Jorge, todas as questões que podem ser levantadas e questionadas com relação a Petrobras são pertinentes e devem ser feitas. Eu, na Oposição, faria indiscutivelmente como V. Ex^a faz.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a faria mais.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não sei, não sei. Senador José Jorge, com certeza, todos os questionamentos não podem nublar, colocar sob dúvida o quanto que a empresa é importante e vem sendo administrada para dar orgulho aos brasileiros e quanto ela nos enche de satisfação ao saber que é a principal empresa, tem tecnologia reconhecida internacionalmente, faz a diferença nas relações internacionais do nosso País, em todos os cantos onde ela atua só dá orgulho ao povo brasileiro. Portanto, não poderia deixar de fazer os registros dos aspectos positivos que a Petrobras, não só da administração atual como das anteriores, mas de forma inequívoca, a administração inicialmente do nosso Senador José Eduardo Dutra e, agora, do Sérgio Gabrielli tem dado resultados positivos que efetivamente nos colocam na condição de respaldar o que vem sendo feito lá.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concordo com a maior parte dele. Na verdade, não temos nenhuma intenção de tirar o brilho da meta que a Petrobras alcançou como empresa, como instituição nacional, que é a auto-suficiência, por um esforço coletivo.

O que queremos, no entanto, é que essas dúvidas sejam esclarecidas. Mesmo a Petrobras, mesmo a maior empresa brasileira, enfim, toda a empresa pública tem obrigação de vir ao Congresso para dar esclarecimentos sobre aquelas dúvidas que estão sendo colocadas não por mim, mas pelo Tribunal de Contas da União. Ela vai prestar contas ao Tribunal de Contas da União, mas também tem que prestar contas ao Congresso sempre que um requerimento for aprovado, porque o requerimento não é de minha autoria. Eu fiz o requerimento, que foi aprovado na Comissão

de Educação e na Comissão de Infra-estrutura e, portanto, o Presidente da Petrobras tem que vir, sob pena de termos que utilizar outros instrumentos.

Em relação à questão da festa ou da comemoração da auto-suficiência, só não assinei porque V. Ex^a não me pediu. Mas não sou muito difícil de ser achado, porque estou sempre aqui. Mas vou procurar na Mesa e assinarei para que seja uma coisa suprapartidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

Em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os grandes temas que integram a agenda mundial está, certamente, a questão do consumo de drogas ilícitas. Para o Estado, o problema se reveste de um duplo viés: o combate ao tráfico de drogas (e o seu consumo) e os investimentos na reabilitação dos usuários de entorpecentes. Para a sociedade, os prejuízos são imensuráveis: por um lado, o gasto público onera a todos, usuários ou não; por outro, há que se considerar os dramas familiares, cada vez mais corriqueiros e pungentes.

Uma das drogas de uso mais comum, em todo mundo, é a cocaína. Extremamente lucrativa para os chefões do tráfico de entorpecentes, ela possui efeitos devastadores para o organismo dos usuários. Infelizmente, a cocaína é uma das quatro drogas mais consumidas no Brasil. Para se ter uma idéia, estima-se que 180 mil brasileiros façam uso abusivo dessa substância.

Respaldo em minha experiência como médico, posso afirmar, com absoluta convicção, que o uso de cocaína está associado a complicações cardiovasculares e neurológicas muito graves. A substância tem significativo efeito vasoconstritor, ou seja, provoca contração das artérias, especialmente aquelas artérias que irrigam o cérebro.

E qual o efeito prático dessa vasoconstrição? Aumenta, consideravelmente, a probabilidade de um derrame cerebral, ou mesmo a probabilidade de pequenos derrames, que são, por vezes, imperceptíveis, mas que, ao longo do tempo, podem ter efeito devastador.

Outra conseqüência visível é a diminuição da perfusão cerebral, ou seja, a queda da quantidade de sangue que circula no cérebro, o que provoca os

sintomas clássicos do consumo de cocaína: déficit de atenção, concentração e aprendizado, bem como deficiência de memória visual e de memória verbal.

Estudo promovido pelo Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), demonstra a forte correlação entre os danos cerebrais e o uso da cocaína. Os resultados do estudo, feito por um grupo de 30 usuários – a maior amostra já analisada em um trabalho desse tipo – confirmam que a droga prejudica o funcionamento do cérebro como um todo, mas mostram que ela prejudica, de maneira especial, o lobo frontal.

Segundo o Professor Doutor Dartiu Xavier da Silveira, coordenador do estudo, os danos ao lobo frontal explicam comportamentos muito comuns entre os viciados, como mudanças repentinas de humor e surtos de agressividade.

O estudo chegou a conclusões significativas, que foram reconhecidas pela comunidade científica internacional. Ficou demonstrada a existência de alterações na perfusão cerebral na maioria dos dependentes de cocaína. Esse é um dado bastante grave, pois sabemos que os altos índices de morbidade e de mortalidade, verificados entre os usuários mais jovens, são fruto de complicações neurovasculares resultantes do uso da substância.

De acordo com os autores do estudo, os pequenos derrames cerebrais a que me referi anteriormente, muitas vezes imperceptíveis, são os grandes responsáveis pela perda gradativa de atividade cerebral por parte dos dependentes de cocaína.

Outra conclusão preocupante é que o comprometimento da atividade cerebral se mostrou presente tanto nos usuários que declararam ainda estar consumindo a droga quanto naqueles que declararam estar abstinentes. Isso sugere que os danos cerebrais causados pela cocaína possam ser irreversíveis.

A conclusão mais significativa do estudo da Unifesp é a correlação entre a intensidade das alterações funcionais cerebrais e o tempo de consumo da cocaína. Quanto maior o tempo de uso, mais intensos são os danos. Justamente esse ponto fez com que o estudo brasileiro fosse considerado como uma importante contribuição para a análise dos efeitos da cocaína em longo prazo.

Mais do que uma grande contribuição ao mundo da ciência, o estudo é um alerta à sociedade sobre os enormes perigos do uso da cocaína. Não estamos falando em sintomas passageiros nem tampouco em danos temporários. Estamos falando em sintomas persistentes e em danos irreversíveis! Não se trata de um simples problema de concentração. Trata-se de demência! Trata-se de morte!

As famílias precisam fazer a sua parte. E o melhor a fazer é acompanhar de perto o crescimento dos filhos, é

observar criteriosamente seu comportamento. Ao primeiro sinal de que algo está errado, é preciso buscar o diálogo. Se o diálogo não resolver, é preciso buscar ajuda!

Aí é que entra o Governo, Senador Mão Santa. Em primeiro lugar, combatendo vigorosamente o tráfico de entorpecentes e o crime organizado. Não podemos mais tolerar a liberdade, para não dizer libertinagem, com que os traficantes agem em nosso País! Não podemos mais tolerar que esses criminosos continuem a aliciar nossos jovens, iludindo-os com promessas de dinheiro fácil e de vida mansa!

O Estado tem de se fazer presente nos morros e nas favelas! Não é possível que, por pura negligência dos governantes, os chefões do tráfico assumam o lugar do Estado na promoção da assistência social e conquistem, para sua causa, as populações dos lugares em que habitam!

Em segundo lugar, o Governo precisa investir na recuperação de dependentes. Não é possível que a reabilitação do jovem para a vida em sociedade só esteja ao alcance dos mais ricos, capazes de buscar, a peso de ouro, os tratamentos de recuperação em caríssimas e exclusivíssimas clínicas particulares.

Chega de negligência! Chega de desídia! É hora de o Governo dar à sociedade as respostas que, há anos, ela vem cobrando. Combater o tráfico de drogas e investir na recuperação de dependentes têm de ser uma prioridade.

Estamos falando, Senador Paulo Paim, da juventude! Estamos falando do futuro do nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.
(Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que tem a palavra por até 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, divido este pronunciamento em dois tópicos. O primeiro é advertência ao Governo Lula no sentido de que saia da confusão que se estabeleceu em torno da TV digital, assunto que, há poucos dias, já se dava por resolvido.

O jornal **Folha de S. Paulo** chegou até a noticiar que a decisão já teria sido tomada e que, assim que

voltasse da Grã-Bretanha – isso já faz muito tempo – o Presidente Lula a anunciaria.

A questão, totalmente embaralhada, mais embaralhada ainda ficou ao se misturar com um novo ingrediente da crise política, que envolve o Ministro Palocci, que pode cair a qualquer momento, e com outro que, em poucos dias, poderá deixar o Ministério para disputar a eleição em outubro.

Realmente, noticia-se que, para tratar do assunto, daqui a 10 ou 15 dias, seguiriam para o Japão e para a Coréia do Sul os Ministros Hélio Costa, Antonio Palocci e Dilma Rousseff.

Ora, o Ministro Palocci, no mínimo, está instável. Depois da casa do Lago Sul e, pior, da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo, sua permanência no Governo acha-se por um fio. E nosso Colega, Senador Hélio Costa, poderá disputar o Governo das Minas Gerais.

Com isso, retarda-se um benefício tecnológico para a população, que continua privada de ter em sua casa sinais de televisão de muito melhor qualidade, com definição de tela de cinema.

E já não há por que adiar o assunto, depois que as emissoras de televisão, praticamente por unanimidade, fizeram publicamente opção pelo padrão japonês, pela tecnologia nipônica.

Entre os três sistemas avaliados – o norte-americano, o europeu e o já referido japonês –, este último, segundo comunicado das principais emissoras de televisão do País, “é o único que garantirá gratuitamente, a todos os brasileiros, todos os benefícios da televisão digital”.

É tempo de decidir, Presidente Lula! Muitas vezes, a pior escolha é não fazer escolha nenhuma.

O segundo tópico de meu pronunciamento não poderia deixar de ser a crise ética. Não poderia deixar de ser. Eu creio que o Senador José Jorge, Líder da Minoria, já deve ter relatado à Casa que o **CMA Surfing**, que distribui notícias e é ligado à **Folha de S. Paulo**, à **Folha News**, em matéria do jornalista Felipe Freire, adianta que a investigação da Polícia Federal aponta um consultor da Presidência da Caixa Econômica – um consultor, portanto, alguém da vida privada –, como responsável por mandar quebrar o sigilo do caseiro Francenildo Costa. E o nome desse consultor está sendo mantido em sigilo pela Polícia Federal.

Acho estranho que todo mundo mereça cuidado. Só quem não mereceu cuidado foi o sigilo do pobre caseiro, que, aliás, de testemunha, Senador Mão Santa, passou a investigado. É uma terrível demonstração de consciência culpada e de desapego às instituições democráticas deste País.

O mais interessante, Sr. Presidente Paulo Paim, é que a minha assessoria me deu algo curioso, Senador

João Batista Motta, e eu vou mandar para os Anais, porque não podemos perder o humor em hora nenhuma.

Circula, na Internet – e está no **blog** do jornalista Ricardo Noblat – uma série de recomendações que a Caixa faz para preservar o sigilo.

As dicas da Caixa são as seguintes:

“Decore sua senha. Evite anotá-la.”

Pois alguém anotou a senha do caseiro e desvendou criminosamente o seu sigilo bancário.

“Proteja a sua senha sempre. Não deixe que ninguém a veja.”

O pobre do caseiro até que tentou proteger a sua senha, mas os poderosos, enrolados até o pescoço em corrupção neste País, deram um jeito de mexer na senha do caseiro.

A terceira recomendação da Caixa:

“Nunca informe sua senha para ninguém.”

Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que o caseiro Francenildo não informou a senha dele a ninguém. Ele teve sua senha violada e o seu direito constitucional mexido, violentado, pelas figuras que têm medo da sua palavra e que queriam desmoralizá-lo.

Engraçado foi o nosso Presidente Lula, o novo grã-fino do **jet set** internacional, dizer que se trata de um simples caseiro, esquecendo-se completamente de sua origem operária. E ainda se diz candidato dos pobres, alguém que protege os ricos sempre e faz o que faz com o pobre caseiro.

De novo, Sr. Lula, não vá me dizer que não sabia de nada. Vai cair, agora, o Ministro da Fazenda. Eu disse: “Vai cair o Ministro da Fazenda, Presidente”. E o pessoal dizia: “Não, não vai porque é Lula quem demite. Lula foi eleito”. E digo: “Não, neste Governo que está aí, quem nomeia é Lula, mas quem demite é o acontecimento ligado à apuração das irregularidades”.

Assim foi Roberto Jefferson quem demitiu o José Dirceu, e é assim que o caseiro está demitindo o Ministro Palocci.

A quarta dica da Caixa Econômica:

“Não digite sua senha no telefone de pessoa desconhecida”.

O caseiro não fez nada disso. Quebraram o sigilo do rapaz, sem ele ter descumprido recomendação alguma de segurança da Caixa.

“Não aceite ajuda estranha”.

Essa ajuda não foi boa para ele. A ajuda que lhe deram, na verdade, tem de merecer aspas.

“Peça ajuda somente para empregados da Caixa identificados”.

Mas foi lá que alguém recebeu ordens superiores, que certamente passaram pelo gabinete do Ministro da Fazenda e seguramente com o conhecimento do Presidente da República. Vamos parar com essa história de que estamos sendo governados por um neném inocente, porque não é neném, nem é inocente!

O que adiantou? Foram servidores da Caixa que não honraram a integridade da maioria esmagadora daqueles que trabalham nessa instituição tão acreditada e que não deve perder a sua credibilidade, que é a Caixa Econômica Federal. Foram esses alguns que não honraram os seus cargos, os seus juramentos, que se portaram desse jeito.

Esta é engraçada:

“Pratique segurança. Direito e responsabilidade de todos”

O caseiro não fez nada que não significasse observar o manual de segurança que a Caixa lhe recomenda. Faltou foi caráter, por parte do Governo e por parte dos que serviram de paus mandados – e paus-mandados é porque alguém mandou!

Prossigo, Sr. Presidente. Até a manhã de hoje, cerca de mil **e-mails** haviam chegado ao meu gabinete, e continuam chegando e – o que é de se estranhar e que me dá uma enorme angústia em relação a esse Governo que aí está: todos exigindo o fechamento do Congresso Nacional, pela sua subserviência a decisões do Judiciário e ainda pela sua pouca utilidade num país em que o Executivo legisla por medidas provisórias.

Resumidamente é o que têm dito esses **e-mails**.

Tudo que não pode acontecer em nenhum País do mundo é se pensar em fechamento de Congresso. Seria a ditadura, seria consagrarmos a idéia do desrespeito sistemático à pessoa humana. O que hoje escandaliza? Escandaliza hoje a quebra do sigilo do caseiro? Porque isso não é o comum em uma democracia, mas, na ditadura, vão quebrar o sigilo de quem eles quiserem.

Em seguida, vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa.

Começo, dizendo que o Governo implantado no Brasil em 2003 deixou de lado os princípios da ética e criou uma máquina policial no Estado, passou a mão com afagos leves à roubalheira e na corrupção de um esquema diabólico de poder. Um esquema de arrecadação de dinheiro, que teve, senão a sede, ao menos a aprovação tácita em salas do Palácio do Planalto. Bem próximas ao gabinete presidencial!

Faço a leitura de um desses mil e tantos **e-mails**, bem sintético, enviado por Wagner, do provedor Terra:

Se o Congresso não enquadrar o Judiciário delimitando seus poderes, o Judiciário dará o golpe e assumirá o poder no Brasil. Não me refiro apenas aos episódios de maior repercussão que temos presenciado, mas a dezenas de fatos absurdos que acontecem todos os dias em todas as instâncias judiciais.

É a corrupção jogando o Congresso contra o Judiciário, o que não pode acontecer. Os dois são pilares da democracia.

Absorvo desses **e-mails** outra dura e direta crítica ao Legislativo; vem de Ronaldo, de algum lugar do Brasil:

Com respeito aos Senadores – ele se dirige a mim – indago-lhe: o senhor não sente vergonha? Eu, como brasileiro, estou envergonhado. O Brasil não merece isso que está acontecendo. A classe política é a responsável pelo descrédito. Desculpe, Senador, o meu desabafo.

Passo a palavra a outro internauta que dá nome, sobrenome e endereço eletrônico. Vem do Sr. Alexandre, também pelo Terra:

A decisão do Ministro César Peluso de conceder liminar ao mandado de segurança impetrado pelo PT, impedindo o depoimento do caseiro Francenildo, deixa evidente que a população brasileira o resultado da desconstrução da República promovida pelo PT.

Endosso essa opinião.

O triste e decidido empenho do Governo petista em desarrumar o País deu no que deu: o povo se tornou apático, mas consciente de que ainda pode se valer das franquias democráticas para externar opiniões.

É em nome desse direito que, de São Paulo, chega um *e-mail* assinado por Shirlei Horta:

Que país é esse em que a mãe de um caseiro teme pela vida do filho e pede ao Presidente da República que “não faça nada com ele”? Uma ditadura militar? Uma ditadura de esquerda, de direita, uma anarquia? Não. É a democracia de um Presidente-Operário, eleito pelo voto e que já tem contabilizados, em seu currículo, ao menos – e aí diz ela, até exagerando – dois assassinatos, pagamentos a Deputados – aí é verdade – e que espalha o medo pelo País.

Shirlei adverte: “Não contrariem o homem, ele não contabiliza os obstáculos que tem que ultrapassar.”

Advertência é também o que contém o *e-mail* de Aduino Coutinho, Senador Tasso Jereissati, que chega pelo Terra:

Está definida uma situação, a merecer de todos nós uma drástica providência: o impedimento do Presidente Lula. Essa é uma medida preventiva, pois não se sabe o que está por vir nesse ambiente de liminares e mandados de segurança. A Nação perdeu a confiança também na mais alta corte. E assim estamos praticamente fora do Estado de direito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Senador Heráclito Fortes, já lhe concederei um aparte.

Pelo provedor UOL, Ana Prudente condena também a omissão da Ordem dos Advogados do Brasil e conclui:

O Brasil está realmente sem Governo. Tornou-se um país sem leis e grande parte disso deve-se a duas pessoas – aí ela critica duramente –: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal.

Esse, Sr. Presidente, é um resumo apenas do que o povo manda dizer por *e-mails*. Sei que outros Senadores recebem mensagens assemelhadas. Menos alguns petistas que, para evitar o contato com os desabafos do povo, decidiram o caminho mais curto: bloquearam as caixas postais de **e-mails**. Fogem da verdade, ignorando o clamor de um povo, que não se conforma com tantos desmandos do desastrado Governo que infelicitou o Brasil.

A denúncia desse bloqueio de **e-mails** vem de Humberto Viana Guimarães.

Aceito as críticas dirigidas ao Parlamento. É a voz do povo que se manifesta. E não tenho qualquer dúvida de que esses desvios, que, comprometendo o Legislativo, têm a sua origem, espúria, no atual Governo. Acho até que o apelido dado a este Governo, com cara, jeito e postura de República Petista, sugere que se lhe altere a denominação: agora o que temos a nos ameaçar, com um Estado policial, não é uma República. É, sim, uma “Republiqueta”, a “Republiqueta” de Luiz Inácio Lula da Silva, a “Republiqueta” que o Brasil se recusará a ser. É o que diz o povo nas ruas e nos *e-mails*, é o que diz o mesmo povo que brevemente será chamado a decidir sobre seus destinos.

O desfecho da crise que apontava a impossibilidade de o Ministro Palocci permanecer no Ministério é ou será, em horas, suponho, o resultado natural dos desacertos, que não são poucos, do Governo petista do Presidente Lula. Só não parece natural nem decente o Presidente sair por aí dizendo que a Oposição quer derrubar o seu

desastrado Governo. Não. A Oposição não quer derrubar o Governo Lula. A Oposição, isto sim, tem o dever de apontar falhas do Governo, de qualquer Governo. Não estamos falando em impedimento, mesmo quando todos sabemos que nosso governante até aqui se notabilizou apenas por sucessivos gestos de passar a mão e deixar a coisa correr. E disso a Nação está cansada. Ao contrário do raciocínio primário de Lula, a Oposição de certa forma “impediu” que este Governo findasse antes do tempo. Essa mesma Oposição, ao contrário de Lula, adotou postura responsável ao preservar, enquanto lhe foi possível fazê-lo, o Ministro Palocci.

Ainda na sexta-feira, eu disse aqui que Palocci foi um bom Ministro. Foi. Até o momento em que mentiu à Nação. E não só mentiu: de seu gabinete pode ter saído a ordem para que a CEF violasse o sigilo bancário de Nildo – se não foi de sua lavra, foi da do Palácio do Planalto diretamente.

O comportamento do Presidente Lula já não surpreende a Nação. Ele não contribui em nada para o fortalecimento da democracia. Em nada. O seu Governo é eficaz apenas, apenas mesmo, na propaganda.

Desde o primeiro momento de sua posse, Lula valeu-se da propaganda maciça, de *slogans* nazi-fascistas, supondo que isso seria suficiente. O Presidente deveria ler o novo livro do Presidente Fernando Henrique Cardoso: **A Arte da Política**, que diz: “[...] Quando o sentido da comunicação é substituído pela demagogia escancarada, surge de imediato o vazio da imagem.”

A imagem de Lula não era consistente e se quebrou – digo eu. A menos que ele altere a conduta com que até aqui conduziu o País, o desfecho, no mínimo, será o malogro de seu projeto reeleitoral.

Ainda Fernando Henrique: “[...] boa parte dos marqueteiros [...] cria uma atmosfera, com imagens para substituir o ator principal quando este é mau no desempenho [...]”. Acrescento, a propósito, o disco nazista: um país de todos.

Isso a que assistimos é o caminho do autoritarismo, que corresponde aos anseios do Presidente Lula e de seu grupo. Eles querem transformar o Brasil num Estado Policial, do qual são alguns exemplos gestos que tentaram impedir a livre manifestação e, agora, mais duramente, violando o sigilo bancário de um simples cidadão brasileiro. Advirto: não vão conseguir. A Nação anseia por um Governo decente, e não por uma organização que tem tudo de sinistra, uma organização que fecha os olhos aos que invadem terras e afagam dirigentes de movimentos clandestinos.

Nessa parte, já não em *e-mail*, mas em carta, relata-me o agricultor Marcelo Gonçalves, de Muriaé, Minas Gerais, os infortúnios do quadro rural brasileiro. Diz Marcelo: “Sou pequeno produtor rural (leite e horti-

cultura), e estou convencido de que já não é possível trabalhar a agropecuária na minha região. O que produzimos não tem valor, os preços não compensam”.

Indaga Marcelo:

Que política é essa que quer acabar com quem produz e gera empregos? Será que o PT pretende sustentar todos com a tal Bolsa? Aqui, na minha região, 60% das pessoas têm algum tipo de bolsa. Penso que governar não é isso, não é tão simples governar. Fácil, isso sim, é distribuir bolsas.

Termino com a leitura de trecho de artigo da Professora Sandra Cavalcanti, ex-Deputada Federal e ex-Constituinte, Secretária de Serviços Sociais no Governo Carlos Lacerda (RJ) e fundadora e ex-Presidente do BNH. A íntegra, extraída do **Estadão** está incorporada a este pronunciamento.

Diz a professora Sandra Cavalcanti:

O País está vivendo uma fase de completo e total desrespeito às leis. A Lei Maior, aquela que o País aprovou por meio de seus representantes, não existe. Para uns, todas as leniências. Para outros, todas as violências. Nas grandes cidades, dois governos, duas autoridades: a tradicional e a dos marginais. No campo, ausência de direitos e deveres. Uma malta de desocupados, chefiados por líderes atrevidos e até debochados, está conseguindo levar o desassossego e a insegurança aos milhões de trabalhadores rurais que se esforçam para sobreviver. Isso já vem acontecendo há muito tempo e não há sinal de que alguma autoridade pretenda submetê-los às penas da lei. Ao contrário. Eles gozam de imenso prestígio junto ao Presidente, que não se acanha em lhes dar cobertura e agir com a maior cumplicidade.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, só para lembrá-lo que já concedi a V. Ex^a 15 minutos e mais um de prorrogação. Vou conceder-lhe mais dois minutos para permitir os apartes e para que V. Ex^a conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço os apartes dos Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, serei breve. Apenas queria comunicar a V. Ex^a que, enquanto pronunciava o seu discurso, o *blog* do jornalista Ricardo Noblat publica o seguinte: “Ricardo Schumann é o nome do consultor que disse à Polícia Federal que entregou o extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa à Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal”. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. De fato, é um escândalo dentro de um escândalo.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu queria cumprimentá-lo por trazer à Casa a preocupação do povo brasileiro por meio das correspondências eletrônicas que recebe. Mas, hoje, creio que o Congresso tem de ser aprimorado, tem de ser defendido. Entendo que, aqui, é a caixa de ressonância do povo. Um povo sem Congresso é um povo escravo. Mas, atentai bem, Senador Arthur Virgílio, a história se repete. Não posso me esquecer de que, em 1967, eu estava no coração do País, no Maracanã. De chofre, houve uma euforia nunca antes vista, nem no milésimo gol do Pelé. Eu não tinha, Senador Heráclito, um rádio portátil, mas os outros tinham. Extravasou a notícia: “Presidente Castello acaba de fechar o Congresso Nacional”. A vibração foi maior que o milésimo gol do Pelé. Eu estava lá. Podemos estar vivendo um momento desse. Portanto, temos de estar atentos. Quero cumprimentá-lo e ao Presidente Paim; se não fosse S. Ex^ª, nem segunda-feira nem sexta-feira teria havido sessão. Foi a Vice-Presidência desse extraordinário homem do PT, compromissado com o povo, com a liberdade e com a democracia, que permitiu que chegássemos aqui. Éramos poucos de início. Lembro-me bem: estavam Antero Paes, Efraim Moraes, Arthur Virgílio e eu. Muitas vezes presidi a sessão de sexta-feira, por ter mais idade. Esta Casa salvou o País de uma ditadura modelo cubano, que era a fonte de inspiração de José Dirceu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro, agradecendo aos dois ilustres aparteantes e fazendo a advertência para o fato de que não adiantou dizerem que o Ministro Palocci não seria demitido. Não digo isso com alegria, porque se trata, de fato, a meu ver, de um dos melhores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. Aquela arrogância toda – quem demite é o Presidente – revelava mesmo o caráter debilitado de um Governo que consegue, ao mesmo tempo, ser fraco e prepotente. Prepotente porque quem demite é Lula; fraco porque não é Lula quem demite. Quem demitiu José Dirceu foi Roberto Jefferson; quem demitiu Palocci, que está demitindo Palocci é o caseiro Francenildo, aquele que nosso astro do *jet set* internacional, o Presidente Lula, neogrã-fino, diz que é um simples caseiro. Mas é o simples caseiro que está demitindo o poderoso Ministro da Fazenda.

Ou seja, este é um País, Presidente Lula, de opinião pública, e País de opinião pública é assim, não se verga. Portanto, não aceita manifestações de autoritarismo e nem aceita a consagração da impunidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Tião Viana, para fazer uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos, com a tolerância de mais dois.

Em seguida, como oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal a notícia sobre um programa de Governo que julgo da maior relevância e da maior qualidade em termos de decisão política e impacto social, que é exatamente a expansão do programa chamado Farmácia Popular.

Em cada dez medicamentos procurados pela população de baixa renda, oito estão vinculados a doenças como hipertensão arterial, como diabetes, e o Governo do Presidente Lula conseguiu afirmar esse programa de maneira sólida, de maneira expansiva. Ele tinha como meta alcançar 500 farmácias populares no Brasil até o final deste ano e hoje já dá um passo mais definitivo, porque abre um credenciamento para consolidar vínculo com farmácias e com a venda de medicamentos chamados da Farmácia Popular em até 1,8 mil unidades no Brasil. Com isso, já estamos consolidando a entrega de mais de 15 milhões de medicamentos para essas enfermidades.

Vale lembrar que a hipertensão arterial matou, há poucos anos, em média anual, 26 mil pessoas; e o diabetes, 36 mil. O último dado que temos sobre óbito diz respeito a dois anos. São doenças que, marcadamente, atingem a população, e, por essa razão, o Governo iniciou sua consolidação na expansão de uma política de assistência farmacêutica, tentando dar proteção à população que estivesse mais suscetível às doenças mais comuns, que foram exatamente a hipertensão arterial e seus agravos e também o diabetes.

Vale lembrar que, comparativamente, o Governo do Presidente Lula alcança e consolida um gasto da ordem de 11,5% do seu Orçamento com distribuição de medicamentos em unidades básicas de saúde, juntamente com farmácia popular. Quando Lula assumiu o Governo, o gasto era de apenas R\$1,9 bilhão, representando 5,8% dessa cobertura. Hoje, o gasto, na verdade, é de R\$4 bilhões, representando um orçamento de 11,5% de ocupação das despesas com saúde.

Para ilustrar, Sr. Presidente, hoje, no Brasil, uma pessoa portadora de diabetes, quando vai comprar um medicamento de uso comum numa drogaria, gasta

R\$110,00, em média. Agora, com a implantação da farmácia popular, esse custo cai para R\$11,00. Isso significa muito no orçamento de uma família de baixa renda.

Tínhamos como busca da população em termos de peso no seu orçamento familiar mensal a habitação, a alimentação e o transporte. O quarto item seria o custo com assistência farmacêutica, ou seja, a aquisição de remédios. Agora, vê-se um impacto muito forte.

O melhor para mim, como profissional de saúde que também sou, é a certeza de que o Governo expandiu, de maneira muito correta, esse tipo de política. Uma pessoa desprovida de qualquer acesso a consumo de medicamento, a preço, mesmo que seja mínimo, terá, no centro do posto de saúde, por responsabilidade do Estado ou do Município, o medicamento completamente livre de despesa para sua aquisição ou de sua família. Quando fizer a opção de ir a uma farmácia popular, a pessoa terá medicamento com redução de custo de até 90%.

Agora, o Governo vinculou mais uma chamada co-participação. Para o cidadão brasileiro que quer ir apenas a uma drogaria de uso comercial, está sendo aberto o chamado boxe de atendimento do programa Farmácia Popular dentro daquela drogaria. Ali, ao comprar outros medicamentos, a pessoa pode encontrar esses medicamentos a baixo custo. Isso significa uma ação de concorrência favorável e vai impor uma redução de custo. Penso que isso significa redução também de arrecadação de receita para o Governo, mas é uma contrapartida social fundamental.

Se olharmos a realidade do cidadão brasileiro comum, verificaremos que há uma perda de continuidade de adesão ao tratamento – quem é médico, quem é profissional de saúde sabe o que isso significa – de 51%, em média, nas grandes cidades. Quando olhamos para as Regiões pobres – Norte e Nordeste –, essa perda, esse abandono de tratamento chega a 60%.

Então, essa é uma medida de alto impacto social, que exigiu uma decisão política forte. E não foi uma medida isolada, pois é pautada em experiências da França, do Canadá, da Espanha e da Alemanha, que têm políticas também de redução de custos de medicamentos para sua população.

Sinto-me profundamente orgulhoso de uma medida dessa, adotada pelo Governo do Presidente Lula, que traz um impacto marcante para a sociedade brasileira, especialmente para a de baixa renda. Estou falando de 36 mil mortes, por ano, por diabetes e de 22 mil mortes, por ano, por hipertensão arterial, além dos agravos: a doença cardíaca, a complicação pulmonar e a complicação renal, que acompanham essas doenças quando o abandono de tratamento ocorre.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti, com muito prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Tião Viana, também tinha-me reservado para falar sobre a questão das farmácias populares, até porque tive a oportunidade de, na sexta-feira, participar da inauguração de mais uma unidade em Santa Catarina. Serão 16 farmácias ao todo, no nosso Estado. É um sucesso, é realmente algo de um impacto significativo em termos de atendimento e de redução dos preços. Há, agora, essa questão do balcão em todas as farmácias. Sabemos como funciona: colocam-se aquelas duas linhas iniciais de medicação para hipertensão e para diabetes, e isso serve até como chamariz. Os donos de farmácia não precisam preocupar-se com a queda da venda e da receita, porque, como já está comprovado, esse tipo de procedimento alavanca, inclusive, o trabalho dos próprios farmacêuticos. Que não paire qualquer dúvida a respeito de que a escolha dos medicamentos tenha sido para hipertensão e para diabetes! Que ninguém pense que há algum viés eleitoral nisso, dado o aquecimento eleitoral e a precaução das hipertensões generalizadas que estão colocadas! Efetivamente, hipertensão é uma das doenças que mais atingem brasileiros e brasileiras. São quase 17 milhões, infelizmente, de pessoas que necessitam de medicação continuada para esse tipo de doença. Desculpem a brincadeira, mas o clima está tão tenso, que, de repente, fazer um pouco de humor também faz parte da colaboração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com a anuência da Presidência, concedo o aparte a V. Ex^a, para concluir meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não é nem um aparte. É uma reza, uma oração a Deus, para que inspire nosso Presidente a convidá-lo para ser Ministro da Saúde. V. Ex^a sintetiza sensibilidade política e responsabilidade administrativa. Isso agradaria todos os profissionais de saúde e o Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa a generosidade e à Senadora Ideli Salvatti. Incorporo o sentimento de respeito e de gratificação pessoal e política por ver atividades de Governo com esse propósito e com esse alcance.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

EXPANSÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR

- Pesquisas recentes divulgadas pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que **a despesa com a saúde é um dos itens que mais oneram o orçamento familiar**. De acordo com o levantamento, os gastos com a saúde ocupam, em geral, o **quarto lugar no orçamento das famílias brasileiras, atrás apenas das despesas com habitação, alimentação e transporte**. De acordo com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), 51,7% dos brasileiros abandonam o tratamento médico por falta de dinheiro para comprar os remédios prescritos. A realidade é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, onde a interrupção atinge 57,1% e 60,7% da população, respectivamente.

- O Programa Farmácia Popular, criado pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, busca **possibilitar e ampliar o acesso – igualitário, na medida em que atende a pessoas usuárias ou não dos serviços públicos de saúde - da população aos medicamentos considerados essenciais, privilegiando usuários com dificuldade financeira para fazer o tratamento da doença em virtude dos preços do medicamento no mercado**.

- Os medicamentos oferecidos pelas farmácias populares são adquiridos pela Fiocruz exclusivamente para o Programa, em laboratórios públicos e privados, e repassados à população pelo valor de custo. Dessa forma, é possível uma **redução de até 90% no preço dos produtos** e nas despesas do usuário com aquisição de medicamentos.

- O Programa tem por **objetivos principais**: oferecer alternativas de acesso à assistência farmacêutica, com vistas à promoção da integralidade do atendimento à saúde; assegurar medicamentos essenciais para o tratamento dos agravos com maior incidência na população, mediante redução de seu custo para os pacientes, especialmente os que não buscaram atendimento pelo Sistema Único de Saúde; reduzir o impacto das despesas com assistência médica no orçamento doméstico, cujo poder aquisitivo deve ser preservado para a satisfação das necessidades básicas do grupo familiar.

- Existem, hoje, **120 farmácias populares em 88 cidades brasileiras**. Outras 259 aderiram ao programa, estando aptas a serem instaladas pelos parceiros do Ministério da Saúde (governos estaduais, prefeituras municipais ou entidades filantrópicas).

- Somadas as 120 unidades inauguradas às 259 credenciadas, são 379 adesões até o momento, número próximo da meta definida pelo Governo federal de **credenciar 500 farmácias populares, em todo o país, até o final de 2006**.

- O programa já forneceu aos brasileiros cerca de 15 milhões de medicamentos indicados para tratar as doenças de maior incidência no Brasil.

- Levantamento do Ministério da Saúde constatou que o Programa Farmácia Popular do Brasil tem a **aprovação de 91% dos usuários**. O atendimento prestado nas unidades foi considerado um ponto forte, com 97% de aprovação.

Expansão do Programa

- A Portaria nº 491, de 9 de março de 2006, dispõe sobre a expansão do Programa Farmácia Popular no Brasil, lançado em 23 de março pelo Presidente Lula.
- Com essa medida, **medicamentos para hipertensão e diabetes** – que correspondem a 8 dentre os 10 medicamentos mais procurados pela população - **estarão disponíveis em cerca de 1,2 mil farmácias e drogarias privadas do país com preços até 90% menores que os cobrados nesses estabelecimentos**, sem prejuízo da distribuição realizada na rede pública de saúde ou da implantação de farmácias populares em parceria com os governos estaduais, municipais ou entidades filantrópicas. Ou seja, os medicamentos **passarão a ser vendidos também na rede comercial os medicamentos a preço de custo encontrados hoje na rede do Farmácia Popular**, o que permitirá ao cidadão mais facilidade para participar do programa, atingindo a parcela da população que, embora não busque assistência médica no Sistema Único de Saúde (SUS), tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos remédios.
- A extensão do programa **beneficiará diretamente cerca de 11,5 milhões de pessoas**, que hoje compram os medicamentos nas farmácias privadas.
- Para que os medicamentos sejam oferecidos em drogarias e farmácias privadas, o Ministério da Saúde desenvolveu **sistema de co-participação**. Isso significa que o Governo federal e os pacientes dividirão as despesas, sendo que o governo arcará com 90% do valor de referência do medicamento. Qualquer cidadão

pode se beneficiar do programa. Para obter remédios do Farmácia Popular em drogarias e farmácias privadas, basta apresentar a receita do médico, que tem validade de 180 dias a partir da emissão, e o CPF.

- O Ministério da Saúde divulgou as regras para expansão do programa Farmácia Popular para a rede privada. A portaria apresenta uma lista de oito princípios ativos - além da insulina - para tratamento de diabetes e hipertensão, que terão 90% do preço custeados pelo Governo federal. A partir de agora, o Ministério da Saúde passa a cadastrar as farmácias e drogarias interessadas em participar do programa (prevê credenciamento de cerca de 1.800 estabelecimentos).
- A adesão das farmácias será orientada por portaria do Ministério da Saúde (Portaria nº 491, do MS, de 10/3/2006). Entre os critérios de adesão está o cumprimento de exigências sanitárias e fiscais. As farmácias e drogarias interessadas também devem estar em dia com as obrigações tributárias e previdenciárias.
- A habilitação ao programa não deve interferir na rotina de trabalho dos estabelecimentos. Além da parceria com o governo federal, o Ministério da Saúde ainda vai estimular que os estabelecimentos que aderirem ao Farmácia Popular sejam farmácias notificadoras. Isso significa que estarão aptas para receber as informações sobre reações adversas dos medicamentos percebidas pelos pacientes, e habilitadas para realizar o fracionamento de remédios.

- Esta é a primeira vez que o governo brasileiro implanta um sistema nesses moldes, de co-participação para fornecimento de medicamentos no país. A experiência já existe com sucesso há mais de 10 anos na Europa, em países como França, Alemanha, Espanha e Portugal, e no Canadá. Esse mecanismo estimula as empresas a reduzir seus preços.

(Na França, onde não existe um modelo de assistência à saúde universal como o SUS, o co-pagamento é feito segundo as classes terapêuticas e as patologias. Os descontos chegam a 100% para medicamentos de doenças graves, a 65% para medicamentos mais consumidos e a 35% para os demais. Em Portugal, os remédios incluídos no programa de co-pagamento são divididos em níveis: os classificados como A têm descontos de 100%. São os indispensáveis para a sobrevivência do paciente ou os utilizados no tratamento de doenças crônicas; os considerados como B têm descontos de 70%. São os essenciais, usados no tratamento de doenças graves ou de uso prolongado; os classificados no nível C têm 40% de desconto. São os fármacos que, apesar de não prioritários, têm valor terapêutico comprovado. Nesse país, o preço de referência de um medicamento é o definido pelo preço mais caro de seu nível. O governo espanhol define como preço de referência a média do quinto inferior, ou seja, 20% dos menores preços no mercado, desde que não seja menor do que o genérico mais barato. Esse é o procedimento que está sendo estudado no Brasil. Na Itália, o preço de referência equivale à média de todos os produtos do grupo. Já o Canadá escolhe a alternativa mais barata no mercado como base.)

- Onde não houver o Programa, o cidadão pode pedir também ao farmacêutico para aderir ao Programa pelo Disque Saúde: 0800 611997.

Presidente Lula, no “Café com o Presidente” de 27/3/06

- “O nosso governo tem feito um forte investimento para facilitar a vida das pessoas que precisam de um tratamento de saúde. Quando nós assumimos, o governo gastava 1 bilhão e 900 milhões de reais, o que significava 5,8% do orçamento da saúde para distribuição de remédios nos postos de atendimento médico do governo. Hoje, o governo está gastando quatro bilhões e 144 milhões, significando 11,5%.”
- “Uma pessoa, no Brasil, que faz tratamento com insulina, normalmente gastaria por volta de 111, 110, 112 reais por mês. Agora, essa pessoa vai gastar apenas 10% disso, ou seja, vai gastar 11 reais por mês. Significa o quê? Que praticamente o que ela gastava no mês, vai agora gastar no ano.”
- “Tem mais opção para o povo: tem o posto de saúde, em que ele pega de graça; tem a Farmácia Popular, construída pelo governo federal, em que ele vai pagar mais barato. E, agora, tem o acordo do governo com as farmácias privadas, em que ele vai economizar 90% em cada remédio que comprar para hipertensão e para diabetes.”

Hipertensão e diabetes

- Hipertensão e diabetes são doenças com elevado número de óbitos por ano no Brasil. Em 2002, 25.464 pessoas morreram porque sofriam com hipertensão. No mesmo ano, os casos de diabetes levaram 36.631 brasileiros à morte. O diabetes mata mais pessoas que a pneumonia, que registrou 32.712 óbitos, em 2002.

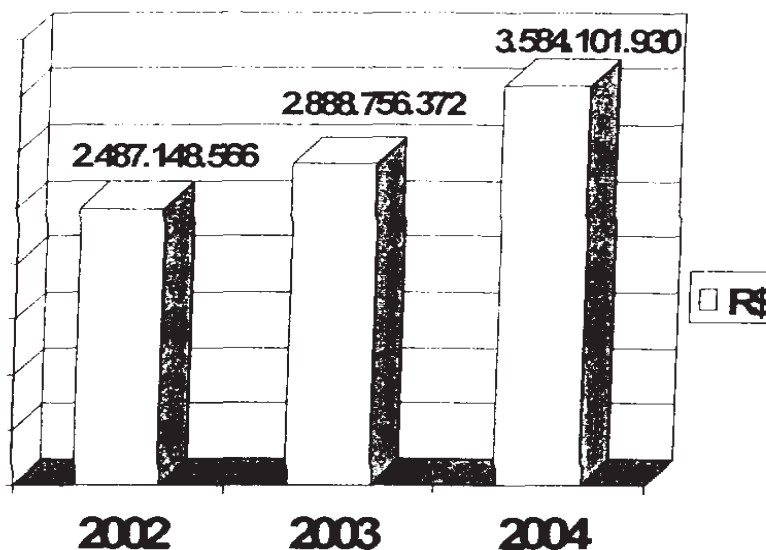
- Qualquer das duas doenças, separadamente, também causa mais mortes que a soma dos óbitos por câncer de mama (9.082 óbitos), câncer da próstata (8.389) e leucemia (4.816) no Brasil, no período de um ano.
- Em 2005, o SUS gastou R\$ 295,8 milhões com 586,6 mil internações hospitalares por diabetes, hipertensão e agravos associados, como doença cardíaca e renal hipertensiva, infarto e acidente vascular cerebral.
- Para o tratamento de hipertensão e diabetes com medicamentos, o **Ministério distribuiu, em 2005, 5,6 bilhões de medicamentos para hipertensão e 1,6 bilhão de medicamentos para diabetes, crescimentos de 65,24% e de 124,30%, respectivamente, em relação a 2004. No total, o governo investiu R\$ 4,2 bilhões na distribuição gratuita em 2005.**

Outras ações do MS que ampliam o acesso aos serviços de assistência farmacêutica

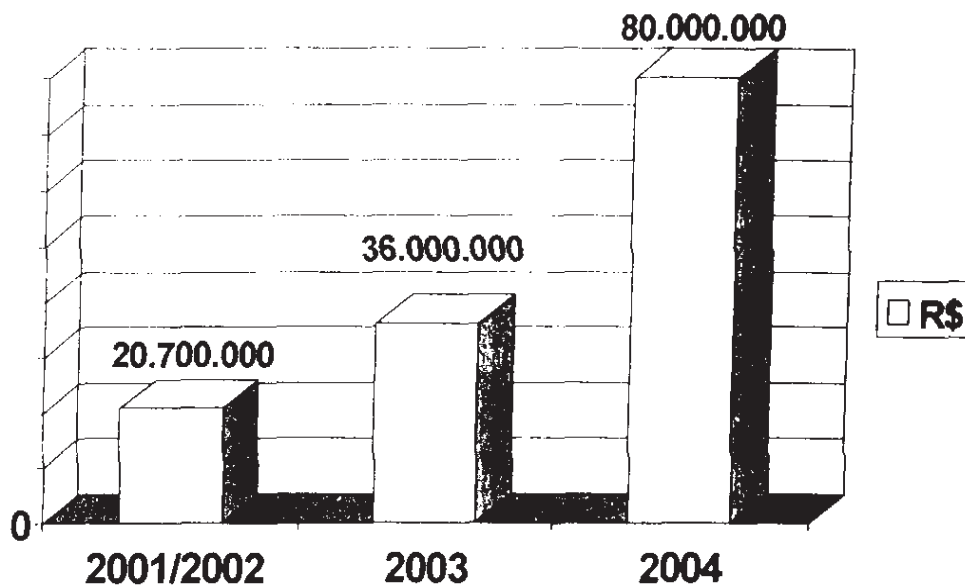
- Além do Farmácia Popular, outras medidas do Governo federal ampliam o acesso aos serviços de assistência farmacêutica.
- Na área industrial, o governo criou uma **linha especial de financiamento**, o **Profarma**, para a produção de medicamentos, o estímulo de atividades de pesquisa e para a incorporação, a aquisição e a fusão de empresas. A meta é reduzir o déficit comercial da cadeia produtiva, aumentar a produção e a qualidade dos medicamentos.

- Também foi adquirida uma fábrica da Fiocruz para produção de medicamentos básicos e especializados. A fábrica permitirá que o laboratório Far-Manguinhos produza os principais anti-retrovirais, medicamentos contra a hipertensão e o diabetes, medicamentos antiparasitários, antibióticos e outros produtos essenciais para o SUS, num volume de 10 bilhões de unidades farmacêuticas até 2008.
- O governo também duplicou o Piso de Incentivo da Assistência Farmacêutica Básica para os municípios integrantes do programa Fome Zero.

Principais Gastos do Ministério da Saúde com Medicamentos



Investimentos do Ministério da Saúde para Modernização e Ampliação da Capacidade Produtiva dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais



FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Convido o Senador Tião Viana para assumir a Presidência dos trabalhos.

Como oradora inscrita, concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, pelo tempo de dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz a brincadeira com o Senador Tião Viana, a respeito da hipertensão, porque, efetivamente, estamos vivenciando momentos bastante tensos no Brasil, os quais devem trazer a todos nós a preocupação e a responsabilidade do que acontece com o nosso País e com o nosso povo.

Eu tinha preparado algumas questões para abordar, porque tive a oportunidade não só de acompanhar, mas também de observar a repercussão da fala, como sempre muito calma e equilibrada, do Ministro Palocci,

no evento relacionado ao comércio exterior, na última sexta-feira.

O Ministro Palocci, entre tantas questões, referiu-se a uma situação de economia com estabilidade, com perspectivas, com potencialidades positivas para o País e para os brasileiros e para as brasileiras, e, ao mesmo tempo, à situação pessoal de constrangimento pela qual está passando, fazendo um comparativo entre céu de brigadeiro e inferno de Dante.

É importante citar algumas questões abordadas na fala do Ministro Palocci, porque elas devem nortear nosso comportamento e nossa responsabilidade neste período e nesse processo, o que me propiciou, inclusive, a preocupação com os remédios para hipertensão.

O Ministro Palocci disse, exatamente, que atingimos determinado nível de consolidação dos compromissos assumidos pelo Governo e pelas instituições brasileiras que tem três pilares, os quais, em nenhum outro momento, estiveram tão consolidados. Fazia mui-

to tempo que, na História brasileira, não havia a consolidação dos três pilares econômicos que dão essa condição de segurança, de estabilidade, de perspectiva e de potencialidade. Trata-se da questão do equilíbrio fiscal, da melhoria nas contas externas e do controle do processo inflacionário.

A conjugação desses três fatores, Senador Paulo Paim, não é algo fácil nem tranquilo de ser alcançado pelas ações de Governo. Há muito tempo não tínhamos essa conjugação. E é exatamente essa fusão de fatores que faz com que tenhamos uma possibilidade, inclusive pela própria fala do Ministro Palocci, no sentido de que esse nível de consolidação permita que o País tenha um grau de profundidade para que as suas políticas se tornem mais permanentes do que as pessoas.

Então, essa fala equilibrada e positiva do Ministro Palocci dá a dimensão do seu papel e da responsabilidade que ele teve, tem e, tenho certeza, continuará tendo com o nosso País.

S. Ex^a foi uma das pessoas que contribuiu de forma efetiva para com a consolidação destes três pilares: equilíbrio fiscal, melhoria nas contas externas e controle do processo inflacionário, com a imagem de calma e de tranqüilidade, inclusive com sua colocação muito clara de que chegamos a um ponto tal em que as pessoas não precisam ter mais necessidades para que a consolidação dessas políticas tenham continuidade.

Todos sabemos – e, mais que ninguém, o Presidente Lula sabe – que, mesmo nessa condição, o Ministro Palocci tem papel importante na condução da política econômica que vem desenvolvendo à frente do País. Por isso que, ao ouvir algumas explicações anteriores, eu não poderia aqui deixar de tecer alguns comentários.

Por exemplo, um dos Senadores que me antecedeu falou – e a Senadora Ana Júlia e eu não pudemos fazer o aparte porque se tratava de uma breve comunicação, apenas cinco minutos – da evolução da dívida líquida como porcentagem do PIB. Falava da relação entre dívida e PIB, que é uma questão muito elucidativa sobre o que acontece com o País e sobre o esforço para se tentar reverter. Tenho aqui os dados, e é importante registrarmos.

Em 1994, tínhamos 32,5% do PIB comprometido com a dívida; já, em 1999, esse percentual passou para 50,4%; e, ao final do período Fernando Henrique, tivemos, em 2002, 57,3% do PIB comprometido com a dívida brasileira.

Portanto, fez-se todo um esforço para reduzir – e o Ministro Palocci tem sido um dos principais responsáveis por isso – a relação entre dívida líquida e porcentagem do PIB. Tivemos, no primeiro ano, 56,6%;

em 2004, 54,9%; e em 2005, 51,2%. Esse é um dado que foi criticado anteriormente, mas é importante que façamos aqui uma reflexão, porque, digamos, a ânsia oposicionista, muitas vezes, coloca determinados dados e indicadores econômicos de forma a não representarem a realidade.

Como tenho certeza, o Senador Paim não estava aqui no momento, quando foi comentada a questão do emprego e do desemprego, colocando o aumento do desemprego em março como algo extremamente preocupante, quando todos os indicadores apontam que tivemos, em primeiro lugar, em fevereiro, um recorde da criação de emprego com carteira assinada. Em fevereiro de 2006 houve o maior volume de emprego com carteira assinada na série histórica do Caged. E mesmo esse aumento de desemprego – porque foi apontado que houve aumento de desemprego efetivamente no mês de março – faz parte da série histórica. Em todos os meses de fevereiro e março, há aumento de desemprego, porque há exatamente o processo de desativação daquele volume de empregos temporários criados no final do ano. Esse volume de emprego se desativa exatamente nesses meses. E todos os que fizeram análise desse crescimento do desemprego em fevereiro apontaram que não seguiu inclusive os parâmetros das séries históricas anteriores. Portanto, são de fundamental importância esses registros, para que não paire qualquer dúvida.

E, antes de entrar no outro assunto, concedo o aparte à Senadora Ana Júlia, para depois tecer outros comentários.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É só para corroborar, Senadora Ideli, em relação a esses resultados da economia. Mesmo que V. Ex^a saiba que comemoramos os bons resultados, estamos sempre querendo um pouco mais. Houve aceleração da queda da taxa de juros e aumento do salário mínimo. Inclusive, este ano, o aumento do salário mínimo foi significativo, o maior dos últimos 20 anos; o maior poder de compra do salário mínimo dos últimos 27 anos mostra essa mudança em 2006, o que é um ponto positivo. Não posso deixar de registrar isso. Acrescento também um outro dado: fevereiro realmente é um mês sazonal; o aumento do desemprego é sazonal. Todo mês de fevereiro acontece, e esse foi o menor aumento de desemprego. Igualmente, houve o aumento da renda do trabalhador brasileiro. Isso é significativo. Somente em 2005, Senadora Ideli Salvatti, em 88% das negociações salariais entre trabalhadores e empresas, públicas ou privadas, os reajustes foram de acordo com a inflação ou acima da inflação. Esses são dados do Dieese.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, peço um pouco mais de complacência com o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos, quando terminar os dez.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Registro esses dados com toda a calma com que estou hoje nesta tribuna, porque o momento exige calma, ponderação e responsabilidade. Estamos *on-line* com os blogs, notícias, tem depoimento na Polícia Federal, o Ministério Público está acompanhado, a pedido do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a investigação do episódio envolvendo a quebra do sigilo bancário e dos procedimentos relacionados ao Sr. Francenildo. Imaginei que, pelo menos em algum momento, tivéssemos algum outro. É claro que não vou querer fazer aqui comparações de gravidade, até porque a quebra de sigilo numa instituição como a Caixa Econômica Federal preocupa todos nós e exige que efetivamente as investigações cheguem até as últimas consequências, que se descubra e puna os responsáveis porque não se pode admitir que esse tipo de procedimento aconteça.

Como Caixa Econômica Federal é uma instituição que todos nós preservamos, uma instituição da mais alta responsabilidade e estima dos brasileiros pelos importantíssimos benefícios que proporciona à sociedade brasileira, imaginei que iríamos ter pelo menos algum tipo de comentário com relação à Nossa Caixa, no Estado. Talvez até o episódio Nossa Caixa, em São Paulo, não tenha a mesma gravidade, talvez até não tenha mesmo. Mas, de qualquer forma, os jornais estampam isso hoje. E, da mesma forma que se exigem as apurações e investigações no caso da Caixa Econômica Federal – e aqui eu tenho tranqüilidade de falar porque, desde o primeiro momento, eu tenho me posicionado sobre a importância de se fazer investigação, apuração e punição –, acho que o episódio Nossa Caixa, em São Paulo, também mereceria pelo menos o registro na tribuna do Senado, tendo em vista que o **Jornal do Brasil** afirma que foram direcionados recursos da Nossa Caixa para favorecer jornais, revistas e programas de rádio e televisão, mantidos ou indicados por Deputados da base governista da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Há manchetes como: “Banco Estatal beneficiou aliados de Alckimin”; “Alckimin não vai apurar se banco ajudou seus aliados”; “Favorecimento de agências é investigado”. Há uma afirmação de que a denúncia é inverídica e não será investigada, afirma o governador. Portanto, acho que todas essas questões, já que há uma preocupação tão grande, Senador Paulo Paim, em se investigar todas as formas de ilícitos, todas

as denúncias, que esse assunto não passasse como algo só de São Paulo, porque comportamentos com relação à utilização da publicidade para favorecer, e nas reportagens existem questões inclusive que acho que mereceriam mesmo atenção especial, porque, em determinados trechos:

Wagner Salustiano (PSDB): “...para o mês de outubro: TV R\$ 14.638,00. Revista **De Fato**, R\$32.300,00. Total de R\$46.938,00 (...)”.

Afanázio Jazadji (PFL): “...acertei com ele um montante que estou distribuindo entre os nossos parceiros”.

Edson Ferrarini (PTB): “Negociar verba de R\$ 20.000,00/mês”.

Então aqui há indícios que mereceriam tanto quanto atenção, já que estamos debruçados há tantos meses em investigações relacionadas à possibilidade de utilização de recursos públicos para lubrificar máquinas ou lubrificar interesses de tantas ordens. E o interessante é que – até se ele estivesse aqui eu iria perguntar – quem está colhendo as assinaturas para a instalação da CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo é o Deputado Romeu Tuma Junior, do PMDB.

Eu gostaria apenas de fazer esse registro porque imaginei que pelo menos esse assunto viria à tribuna. Temos insistido na investigação e na apuração de todo e qualquer fato que envolva atividades que possam ter indícios de ilícito ou, como no caso da Caixa, de quebra ilegal de sigilo. Da mesma forma, acho que esse fato também mereceria atenção.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Ideli Salvatti, serei bem breve, mas gostaria de dizer que realmente eu esperava que essa questão fosse discutido hoje, aqui, até pela importância que tem e pelo descaso que teve também a pessoa que disse que não era necessário investigar, que é o Governador. Acho que isso é muito grave, até porque, diferente de tentar resumir em cinco empresas, os dados também nos dizem que o Ministério Público, dos mais de 200 casos, quase 300 investigados, já encontrou irregularidades em 97%. Não se trata apenas de cinco casos em 500, mas de 97% das questões investigadas. Então, nós aqui não fazemos ilações e nem acusações indevidas, mas, sim, defendemos. Assim como defendo arduamente, como V. Ex^a e tantos outros, que se apurem quebras indevidas de sigilo seja de quem for, não podemos fazer generalizações. Inclusive, quero aqui fazer uma defesa dos funcionários da Caixa Econômica Federal, que, na sua imensa maioria...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E também da Nossa Caixa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – ... como também da Nossa Caixa, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, enfim dos bancos públicos, na sua imensa maioria, pois são trabalhadores sérios. Só como exemplo, os bancários dos bancos públicos, durante oito anos do Governo anterior, ficaram com uma espada de Dâmoques na cabeça o tempo inteiro à espera da privatização e tiveram reajuste zero durante os oito anos, Senadora, que é exatamente quanto esses bancários valiam para aquele Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só informo que eu dei os dois minutos além do tempo de V. Ex^a, como dei aos outros.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Queremos apuração total, seja em São Paulo, seja dos escândalos todos, seja das denúncias de questões indevidas, de quebras de sigilo e de outras tantas, para que possamos fazer do Brasil um país melhor, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Paim. Apenas fiz questão de fazer o registro até no sentido de que a coerência exige a firmeza no pedido de investigação de tudo que possa ter algum tipo de ilícito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Júlia Carepa.

Em seguida ao Senador João Batista Motta; depois, Senadores César Borges, Ney Suassuna, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Rodolpho Tourinho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tenho a palavra para uma comunicação, não é? Sou a terceira, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está como oradora inscrita, a não ser que queira abrir mão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí V. Ex^a fica com cinco minutos e eu passo os dez restantes para o próximo orador.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é melhor para V. Ex^a; estou só alertando.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Claro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando – já falei duas vezes sobre esse assunto, inclusive na sexta-feira – um requerimento que passo a ler.

Requeremos, nos termos regimentais, seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/ S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0147/2005, bem como a(s) data(s) e valor(es) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa.

Estou apresentando esse requerimento até porque o contrato diz que, com exceção do pagamento dos 20% iniciais, que deve ter sido feito com apresentação do planejamento da empresa contratada pelo Senado para prestar assessoria à Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, os outros pagamentos devem ser feitos mediante apresentação de relatório.

Cobrei tanto na CPMI quanto aqui, em aparte. Inclusive V. Ex^a, Senador Paulo Paim, estava presente quando cobrei isso do Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral. Apesar de ter cobrado verbalmente duas vezes, não recebi nada da empresa, nenhum relatório. Desconheço que os dois relatórios parciais apresentados tenham sido assinados pela contratada.

Em relação à confidencialidade, vou ler a cláusula 3^a do contrato:

Todas as informações que vierem ao conhecimento da CONTRATADA, durante a execução dos trabalhos, relacionadas às operações desenvolvidas pelas partes objeto deste instrumento, serão consideradas estritamente confidenciais, e não serão fornecidas ou reveladas a terceiros, sob qualquer hipótese, salvo através da expressa autorização, por escrito, ou determinação profissional, judicial ou legal.

Terceiros seriam pessoas que não são da CPMI, o que não é o meu caso, que não são Senadores, não são Parlamentares. Eu, mesmo membro suplente, faço parte da CPMI, e, como membro suplente, tenho direito a ter acesso.

O § 1^o diz o seguinte:

Da mesma forma, os serviços, as informações, registros, dados, orientações ou recomendações contidas em quaisquer relatórios, materiais, apresentações ou outros tipos de comunicação escrita ou em qualquer outro

formato, em forma de minuta ou formato final, fornecidos pela CONTRATADA (coletivamente relatórios), destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da CPMI e não serão divulgados a terceiros sem prévia autorização da Sub-relatoria.

A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais (que não sejam confirmados pela CONTRATADA por escrito) (...)

Ou seja, que não sejam confirmados pela empresa que este Senado Federal contratou, por uma auditoria privada, pela empresa Ernst & Young. O relatório da CPMI não pode se basear em algo que não seja com base num relatório por escrito da auditoria que este Senado está pagando.

(...) ou relatórios por escrito em forma de minuta. Os relatórios em forma de minuta podem ser alterados por fatos e eventos posteriores e são definitivamente superados pelo relatório final da contratada.

Faço este requerimento, Senador Paulo Paim, porque, apesar de já tê-lo feito duas vezes verbalmente, e V. Ex^a sabe que quando fazemos uma solicitação verbal, neste caso, se esse relatório existir – não estou dizendo que não exista –, ele não chegou ao nosso conhecimento; deve chegar.

Por isso, faça essa solicitação. Isso não é responsabilidade, com certeza, do Senador Renan Calheiros, mas S. Ex^a é o Presidente do Senado, instituição que contratou a empresa. Fico muito preocupada, até porque o relatório será lido e votado na CPMI, e desconheço até hoje, apesar de haver sido contratada uma auditoria privada, paga com dinheiro público, qualquer relatório.

Sr. Presidente, lembro bem que técnicos da Receita e auditores fiscais nos procuraram, e eu disse que entendia que deveriam, sim, ser auditores da Receita, auditores públicos, técnicos de órgãos públicos, mas foi uma decisão da maioria, naquele momento, contratar a empresa.

No entanto, como desconheço o relatório – e não quero aqui, de forma alguma, dizer que a empresa contratada não o apresentou –, faço aqui um pedido formal.

Até onde sei, a Senadora Ideli Salvatti já fez esse pedido formal e não recebeu resposta. Ela não recebeu resposta alguma, o que é muito estranho, porque eles já deveriam ter entregado isso. Como já saíram dois relatórios parciais, e a contratada não entregou nada? E foi contratada exatamente para nos subsidiar.

Senador Paulo Paim, não somos obrigados a ser economistas ou especialistas nessa área do sistema

financeiro. Não sou especialista, mesmo sendo bancária, mesmo sendo da frente que defende os associados dos fundos de pensão. Por isso mesmo, estou muito preocupada pelo fato de não saber onde está o relatório dessa empresa contratada para nos subsidiar. Isso está no contrato. A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais; ou seja, têm de ser confirmados pela contratada por escrito. Então, estão se baseando em quê, já que não há um relatório escrito? Ou, se há, por que não chegou na nossa mão?

Eu não quero aqui causar... Apenas quero ter conhecimento desses relatórios, como Senadora da República – e acho que todos nós temos esse direito, principalmente quem é membro de uma CPI –, para proceder a uma avaliação mais justa dos dados apresentados, evitando injustiças.

Penso que devemos investigar. E todos são testemunhas – V. Ex^a e outros Senadores – de que, há muito tempo, sempre defendemos as investigações, mesmo que em determinados momentos nos causem tristeza os erros e os absurdos cometidos, como a violação de contas, o que nós, de forma alguma, admitimos que aconteça.

Por isso, os culpados devem ser punidos. Agora, não podemos fazer isso apenas para um lado. Não vamos admitir generalizações. Portanto, acho que estamos fazendo algo justo apresentando esse requerimento.

Era o registro que gostaria de fazer, Senador Paulo Paim.

Por fim, vou falar de outro assunto.

Faço aqui um agradecimento público, o qual já pude fazer de forma muito breve, à população do Município de Capanema, no Estado do Pará, por meio de sua Câmara Municipal.

Há duas semanas, recebi, com muita honra, o título de Cidadã de Capanema. Não nasci no Município de Capanema, mas em Belém. Recebi aquele título com muito orgulho, numa sessão extremamente emocionante. Além de mim, várias pessoas receberam esse título de cidadãos e cidadãs de Capanema, pessoas que têm um histórico de luta, inclusive uma freira, juízes, delegados de polícia, empresários, enfim, cidadãos de diversos setores da sociedade.

Portanto, agradeço ao povo de Capanema. Coloquei-me à disposição, como tenho feito junto ao povo do Pará, de todos os Municípios, para ajudar mais ainda aquele Município com políticas públicas importantes. Agradeço, especialmente, à Câmara, na pessoa do Vereador Marcelo Pierre, que apresentou essa proposta, aprovada pela Câmara Municipal de Capanema. O tratamento que nos deu deixou-nos extremamente emocionada, em uma sessão que durou até quase meia-noite. Senti-me extremamente orgu-

lhosa de receber aquele título, como primeira mulher Senadora do Pará, em um Município histórico, de gente trabalhadora e produtora.

Desta tribuna, faço publicamente este agradecimento ao povo de Capanema, por meio de sua Câmara Municipal, que representa aquela população, aquela sociedade.

De outro lado, por fim, entrego este requerimento à Mesa, para que seja respondido, porque talvez o relatório tenha sido feito e apenas ainda não chegou ao nosso conhecimento; com certeza, ainda vai chegar.

Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Ana Júlia, em primeiro lugar, parabéns pelo título que V. Ex^a recebeu. Tenho certeza de que é legítimo e merecido. V. Ex^a levanta da tribuna uma questão que eu estava comentando com a imprensa, que fazia perguntas a respeito do que vai acontecer amanhã no relatório da CPMI dos Correios, e temos muita dúvida efetivamente sobre o que vai acontecer. Tem vazado tanto, tem sido feita tanta ilação, tem sido feita tanta coisa, que há até o procedimento de jogar lá em cima, como uma especulação mesmo: joga-se lá em cima, e fica todo o mundo preocupado com isso; mas, no final, não é lá em cima. Quer-se mesmo a metade, com o que se vai ficar satisfeito. Então, cria-se toda uma situação de tensionamento que muitas vezes não contribui. Há procedimentos de dar reiteradas declarações controvertidas: em um dia, diz que vai fazer tal coisa e colocar tal coisa no relatório; no outro dia, desdiz. Por isso, essa questão que V. Ex.^a levanta a respeito das auditorias que estão sendo muito bem pagas – e, no caso, são R\$5 milhões, não é qualquer dinheiro. Eu tive a oportunidade inclusive de pedir ao Presidente da CPMI, porque nos havia causado muita espécie aquele sub-relatório preliminar, o segundo apresentado pelo Deputado ACM Neto, porque não tínhamos certeza se a Ernst & Young havia contribuído. A documentação, a explanação e as teses ali desenvolvidos tinham muita fragilidade. Eu até brinquei dizendo assim “não sendo nenhuma especialista em mercado, nada disso, só com os meus conhecimentos de aritmética e de diagnóstico, de análise de gráficos, foi possível desmontar algumas das teses que estavam ali colocadas”. Então, acho muito pertinente este questionamento: se efetivamente houve algum trabalho, se produziram, para quem foi entregue, onde está isso, se assinaram ou não assinaram os relatórios parciais, se os relatórios entregues ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, têm ou não a concordância da auditoria que está sendo paga com um valor bastante significativo. Acho

importante até porque – não sei se já saiu o segundo pagamento –, como V. Ex^a mesma colocou, a

segunda parte do pagamento só pode sair mediante a apresentação do trabalho e resultado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Exatamente. Não estou aqui questionando absolutamente o relatório, mas solicitando sua entrega, porque foi este Senado que contratou a auditoria. Nada mais justo e mais correto do que fazer essa cobrança, até porque sei o que é ser vítima de ilações e de vazamento de informações – vazamento de informações que deveriam ser sigilosas e vão parar nas páginas de jornais e revistas.

Costumo dizer, como cristã, que a justiça pode tardar, mas ela não falha. Então, pelo menos em relação a mim, estou absolutamente tranqüila.

Eram esses os dois registros que queria fazer, Sr. Presidente. Agradeço à Senadora Ideli pelo aparte e a V. Ex^a. Minhas preocupações dizem respeito a recursos do povo e, portanto, devemos cobrar o trabalho devido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0147/2005, bem como a(s) data(s) e valor(es) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa.

Justificação

Às vésperas da apresentação do relatório final da CPMI dos Correios não foi dado conhecimento aos seus membros, até a presente data, sobre os serviços que estão sendo prestados pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de oferecer assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme contrato nº 0147/2005, que tem o Senado Federal como Contratante.

O contrato, em várias de suas cláusulas, estabelece entre as obrigações à contratada prestar informações aos membros da CPMI na forma de relatórios escritos. O Parágrafo Primeiro da cláusula terceira do referido contrato, ao referir-se sobre a confidencialidade das informações, é claro ao afirmar que “A CPMI não deverá basear-se em relatórios verbais (que não

sejam confirmados pela contratada por escrito) ou relatório por escrito em forma de minuta...”.

Também no parágrafo terceiro da cláusula quinta do mesmo contrato, quando versa sobre a forma de pagamento da contratante pelo serviço prestado pela contratada, é prevista a entrega de relatório formal.

Assim, não tendo efeito, até o presente momento, as solicitações dirigidas tanto ao Presidente da CPMI Senador Delcídio Amaral, quanto ao Sub-relator Antônio Carlos Magalhães Neto, sobre as contribuições da prestação de serviço da Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, como membro desta CPMI, é que dirijo a Vossa Excelência o presente requerimento.

Sala das Sessões, 27 de março de 2006. _ **Ana Júlia Carepa.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, que tem o maior respeito e carinho pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui procurado há pouco por uma pessoa do meu Estado que trabalha na imprensa para conversar sobre a queda do Ministro Palocci. Em relação ao que vou falar aqui, tenho certeza de que merecerei a solidariedade do Senador Paulo Paim. Vou contrariar o que disse o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, que considerou o Ministro Palocci o melhor Ministro do Governo Lula – e o povo brasileiro que assiste à TV Senado vai entender bem o que vou falar.

Eu não queria ver a demissão do Ministro Palocci por causa da acusação do caseiro, eu não queria ver o Ministro Palocci perder o seu posto de Ministro da Fazenda por uma denúncia de corrupção. Eu queria que o Ministro Palocci já tivesse sido demitido, a um ou dois anos atrás, pelo modelo econômico que implementou no País, quando aprofundou uma política neoliberal que tanto mal fez ao País. Eu queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo porque permitiu que o dólar estivesse sendo vendido por R\$2,00, quando, há quatro anos, o dólar esteve beirando a casa dos R\$4,00. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o mandato porque pratica, neste País, os mais altos juros do Planeta – juros com os quais permite a entrada de dinheiro volátil que derruba o câmbio, prejudica os exportadores e elimi-

na o mercado interno. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo de Ministro da Fazenda por permitir que, num País em que a taxa oficial está em torno de 16%, bancos oficiais, como a Caixa Econômica e Banco do Brasil, cobrem juros acima de 150% ao ano. Queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo por não ter uma política salarial para o País, por não ter feito uma reforma tributária, por não ter mandado para esta Casa uma reforma tributária capaz de tirar da folha de pagamento dos trabalhadores as contribuições, colocando-as em cima do faturamento das empresas e permitindo que, assim, pudéssemos estar praticando hoje um salário mínimo de quinhentos, seiscentos, setecentos, quem sabe até mil reais. Eu queria que o Ministro Palocci estivesse perdendo o cargo hoje, Senador Arthur Virgílio, porque não fez uma política para o homem do campo, porque permitiu denúncias como a do Ministro da Agricultura, que disse em cadeia de rádio e televisão que os recursos obtidos do Governo Federal, que deveriam ter saído em março para financiar a safra, só saíram em novembro – o dinheiro fornecido pelo Governo Federal não chegou às mãos dos produtores brasileiros.

Eu queria que o Ministro Palocci estivesse hoje perdendo o cargo de Ministro da Fazenda porque fez com que este País paralisasse todo o seu interior – todo o campo brasileiro, todo o agronegócio deixou de existir de uma hora para outra. Um Ministro que comemora, junto com o Líder do PT aqui nesta Casa, o preço do arroz a R\$12,00, do milho a R\$10,00 a saca, não entende que, com isso, o produtor brasileiro deixa de produzir, o produtor brasileiro desanima, abandona o seu posto de trabalho.

Queria, meu Líder Arthur Virgílio, que o Ministro Palocci estivesse deixando o Ministério da Fazenda, juntamente com o Presidente Lula, pela incapacidade administrativa de ambos. Queria que eles tivessem a humildade de entender o mal que fizeram a este País e renunciassem juntos. Já que isso não acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de esperar mais alguns meses para ver o fim daquilo que está acontecendo hoje, ou seja, o nosso País completamente parado, com seus habitantes preocupados com o passar dos sete meses que ainda faltam para que possamos acabar com essa farra do PT.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Queria que o Espírito Santo iluminasse o povo de Vitória (Espírito Santo) para que o fizesse voltar com o mandato de Senador. V. Ex^a entrou aqui como suplente, como entrou Fernando Henrique Cardoso, e, sem dúvida, foi um dos mais proeminentes Senadores desta Casa. V. Ex^a

retrata a economia do País muito bem. Eu só acrescentaria, como professor de Biologia que sou, o leite, que é o mais fundamental alimento do ser humano e que custa R\$0,35 o litro, enquanto a água Perrier que tomam nas comemorações custa R\$6,50. Isso acaba com o campo, contraria Franklin Delano Roosevelt, que fez dos Estados Unidos um país rico e dizia que era importante olhar o campo; que as cidades, mesmo destruídas, ressurgiriam do campo, mas o campo não-apoiado e destruído significaria a destruição das cidades.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte.

Quero acrescentar que estive em Natal no final de semana, onde conversei com vários agricultores e alguns carcinicultores. Cheguei a conversar com um engenheiro, que é gerente de uma grande empresa que cultiva frutas no País, e ele me disse que está com toda a safra de manga perdida, que não pode colher porque não tem preço, não tem quem compre. Com o dólar que estamos praticando, não dá para exportar. Os carcinicultores falavam também a mesma coisa: com o dólar a R\$2,00, ninguém pode exportar camarão. E assim estão todos os produtores brasileiros: desiludidos e desesperados.

Não há sensibilidade por parte do Governo para tomar nenhuma providência. Não há sensibilidade, Senador Mão Santa, nem para resolver problemas tais como: no Governo Fernando Henrique, foi repassado dinheiro para centenas de prefeituras que não puderam realizar a obra, porque o pessoal do meio ambiente não deixou; os projetos não foram aprovados por causa da burocracia daqueles que cuidavam da parte ambiental. Vai acabar o Governo Lula, e o dinheiro se encontra parado no Banco, agora com o projeto aprovado pelos ambientalistas, mas sem a ordem do Ministério da Saúde para aplicar o dinheiro naquele esgoto, conforme o projeto. Vou repetir: o dinheiro que foi repassado para a prefeitura no Governo Fernando Henrique Cardoso até hoje está parado por falta de decisão. Ninguém decide! No Governo, ninguém toma providência, ninguém tem coragem para resolver os problemas, a não ser para fazer mal a essa ou àquela categoria.

Dou outro exemplo: quando muitos agricultores, Senador Tasso Jereissati, vão ao Banco pegar um empréstimo – embora tenham uma fazenda que valha, digamos, R\$5 milhões – de R\$100 mil ou de R\$200 mil para comprar um trator, o gerente do Banco pega toda a fazenda como garantia. Depois, não tendo como pagar esse empréstimo, o cidadão fica com toda a fazenda presa, sem poder pegar recursos de custeio, sem poder vender, sem poder trocar, sem poder fazer nada. Ele quer vender um pedaço da fazenda e pagar

a dívida, mas não pode fazê-lo, porque a dívida foi securitizada, foi mandada para a Secretaria do Tesouro e agora fica presa, sem nenhuma solução. O agricultor sofre, sem ter como resolver seu problema. E assim acontece com milhares e milhares de pessoas.

Não estou querendo aqui denunciar que meia dúzia ou centenas de agricultores estão sofrendo, estão perdendo o que têm. Não é apenas isso. O que estou querendo dizer é que o Governo não decide, não toma providência, nada faz no sentido de ajudar aqueles que trabalham.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador João Batista Motta. V. Ex^a ainda dispõe de três minutos. Se quiser usar desse tempo, V. Ex^a tem o direito de fazê-lo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – V. Ex^a não sabe como lhe agradeço por isso, Senadora Ana Júlia Carepa, que é do Estado do Pará e que sabe como os agricultores...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Este é um novo método de presidir a Casa: quando o orador deixa a tribuna, a Presidente o chama para ocupar o tempo. Agradeço a V. Ex^a, porque é um precedente muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, Senador Antonio Carlos Magalhães, não é um precedente. Simplesmente, comuniquéi isso a S. Ex^a, porque a Dr^a Cláudia colocou mais dois minutos, quando S. Ex^a teria direito, nessas sessões, a dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. S. Ex^a havia falado apenas dois minutos, e o tempo foi prorrogado por mais dois minutos. Imediatamente, prorroguei por mais três minutos, para fazer justiça. Eu não poderia agir de outra forma para ser justa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, porque, no momento em que o PT não quer que o caseiro fale, V. Ex^a quer que o Parlamentar fale. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, agradeço-lhe de coração, até porque V. Ex^a, tenho certeza, compartilha das mesmas idéias. Conhecemos o sul do Pará e sabemos como aquela gente está sofrendo. Não são apenas os capixabas que sofrem nas garras deste Governo. Quando percorremos o sul do Pará, de

onde V. Ex^a é Senadora, vemos aqueles trabalhadores cansados, exaustos, que foram ao Banco, que conseguiram dinheiro para fazer um financiamento, que tiveram uma despesa de R\$200 mil na sua lavoura, que, depois, tiveram de vender a safra por R\$50 mil e que perderam R\$150 mil. Saíram do ar.

V. Ex^a sabe que, no Governo passado, uma arroba de boi custava R\$45,00. No “Globo Rural” de domingo, Senador Mão Santa, o valor divulgado foi de R\$37,00. Naquela época, um rolo de arame de mil metros custava R\$45,00 e, hoje, custa R\$245,00. Olhem para onde foi a situação do pecuarista brasileiro!

A Senadora Ana Júlia Carepa sabe do que estou falando, porque seus correligionários também estão sofrendo por todos esses desmandos. Queria agradecer-lhe de coração.

Faço um apelo ao povo brasileiro para que pense muito, em 3 de outubro, para escolher um candidato que possa ser um gerente, pois este País precisa, Senador Mão Santa, de alguém que tenha pulso forte e que saiba gerenciar a Nação. Que escolhamos alguém que já trabalhou na vida, que já gerenciou algo na vida, que tenha experiência administrativa, para que, amanhã, neste País, o povo brasileiro tenha condições reais de viver com dignidade!

É o que quero, é o que penso, é o que desejo. Tenho certeza de que todos os Senadores desta Casa desejam o mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador João Batista Motta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, após o Senador Ney Suassuna e o Senador Antonio Carlos Magalhães, eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Senador Ney Suassuna, antes de V. Ex^a, está inscrito o Senador César Borges.

Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, antes do Senador César Borges falar, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo-lhe a palavra, pela ordem, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero só fazer mais um registro oficial nesta Casa. É um registro que preocupa não pelo conteúdo, mas pelos métodos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do PT, que é um problema. Mas, se são desenvolvidos pelo Governo do PT dentro desta Casa, é um problema diferente.

Recebi, na última quinta-feira, a visita de um amigo pessoal, que respeito e admiro muito, cujo escritório de advocacia trata de algumas questões judiciais que movo contra os detratores da minha honra.

Já informei a esta Casa que a câmera de televisão, que deveria estar voltada para o corredor do Senado, está voltada para a porta do meu gabinete. Aí sai na coluna da jornalista Tereza Cruvinel: “Foi visto entrando, ontem, no gabinete do Senador tucano Antero Paes de Barros, o Procurador José Roberto Santoro”. Aí faz algumas considerações sobre o Procurador José Roberto Santoro, que se licenciou do Ministério Público e cujo escritório me representa em algumas ações jurídicas. É verdade que, outro dia, tendo recebido uma carta do Procurador Santoro, ela esclareceu o assunto.

Quero aqui ratificar que eu havia telefonado ao Dr. Santoro, que se encontrava no gabinete do Senador Tião Viana. Aqui, não está escrito “foi visto no gabinete do Senador Tião Viana e, depois, no gabinete do Senador Antero”, não. A expressão “foi visto” refere-se apenas a “no gabinete do Senador Antero Paes de Barros”.

Quando falei com o Dr. José Roberto Santoro, ele estava no gabinete do Senador Tião Viana e disse-me: “Estou no gabinete do Senador Tião Viana e, quando terminar a audiência, vou lhe fazer uma visita”. Ele foi ao meu gabinete e fez-me uma visita. Na saída, ainda brinquei ao mostrar a câmera de televisão, dizendo: “Veja como a câmera está virada para o meu gabinete”.

Portanto, estou reiterando o pedido à Mesa da Casa. Não aceito a justificativa da Segurança da Casa de que a câmera deve ficar assim mesmo. Todas as outras câmeras do Senado são direcionadas ao corredor. Por que a câmera, vizinha ao meu gabinete, está direcionada ao meu gabinete? Ou é para me filmar ou para filmar o Senador Renan Calheiros, cujo gabinete fica próximo ao meu. Não aceito isso!

Esse método petista de governar não cabe nesta Casa. Este é o Senado da República. Não é possível bisbilhotar a vida alheia. Como Senador, exijo uma total autonomia do meu mandato.

Faço um registro a Tereza Cruvinel, jornalista respeitada que tem uma coluna importante no jornal **O**

Globo: reitero, com a maior tranquilidade, as amizades que possuo e que me orgulho de possuir.

Então, eu gostaria de deixar esse registro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antero Paes de Barros, respondo à sua questão de ordem, dizendo que, neste momento, ao ocupar a Presidência desta sessão, já solicitei as notas taquigráficas, que enviarei, juntamente com sua questão de ordem, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Fora do microfone.) – E também ao Corregedor da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Então, encaminharemos também ao Corregedor da Casa. A questão de ordem de V. Ex^a está acatada e será encaminhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, que, inclusive, está inscrito também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sobre o tema, Sr^a Presidente, devo dizer que se passou, de fato, algo de grave. Não consigo entender por que seria notícia o Procurador Santoro, aposentado hoje, visitar quem quisesse, seja o Senador Tião Viana, seja o Senadora Antero de Barros. Tenho um pouco alma de jornalista, não daria essa notícia. Muito bem, mas cada um com sua própria autonomia.

Houve algo de grave, sim, porque, é verdade que o Senador Antero Paes de Barros não tem de dar a menor satisfação a respeito de quem visita o seu gabinete. Quem o procurou não foi o Marcos Valério, quem o procurou não foi o Delúbio, não foi o Sílvio *Land Rover*, não foi ninguém desses. Quem o procurou foi um homem íntegro, um homem decente.

E aí há uma coisa grave, imperdoável, que merece, portanto, o meu protesto: é o fato de o Procurador Santoro, meu contemporâneo, meu amigo de família e meu amigo pessoal, não ter ido ao meu gabinete. Ele não poderia ter vindo ao Senado, sem ter ido ao meu gabinete. Faça daqui um protesto claro: Santoro não deveria ter vindo ao Senado e não ter ido ao meu gabinete. Espero que nunca mais repita isso. Ou seja, toda vez que vier ao Senado, ele tem de ir ao meu gabinete, até por uma questão de afinidade familiar que temos, amizade pessoal, ligação de coestaduanos que somos. Portanto, estou realmente enciumado com essa visita que o Antero recebeu, e que não mereci.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só uma explicação necessária, Sr^a Presidente.

Acabo de receber um telefonema do meu gabinete, dizendo que endireitaram a câmara, porque eu já havia falado sobre o assunto com o Senador Renan Calheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está bom. Mesmo assim, a questão será encaminhada, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, eu gostaria de fazer uma permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que está com compromisso marcado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Com certeza, Senador César Borges! V. Ex^a falará, então, depois do Senador Ney Suassuna.

Concedo, então, a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer a generosidade do Senador César Borges, meu colega, meu amigo e, sobretudo, competente Senador.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje abordar um tema que me vem causando, pelo menos, três sentimentos desagradáveis, produzindo em meu espírito, como acredito que no de toda a gente da Nação brasileira, um misto de indignação, de desalento e de melancolia.

Quero lhes falar sobre uma das faces mais cruéis de um terremoto que sacudiu as estruturas morais do País, tendo, de um lado, como causa, o Governo do PT, seus aliados, que, a esta altura, não sei se devo chamar de aliados, se de comparsas, e a figura bizarra e altamente comprometida com os escândalos do Presidente da República.

E, do outro lado, como epicentro, a sociedade brasileira, como um todo, de modo particular órgãos e instituições federais, alguns deles centenários, cuja credibilidade e respeito os credenciaram a ser motivo de orgulho e referência para os brasileiros, sobretudo para os que construíram a sua história, muito embora hoje não passem de casas saqueadas e de má fama.

Casas saqueadas e de má fama ou trilhas obrigatórias de passagem de ratazanas em que se transformaram para os freqüentadores dos porões palacianos, cuja avidez pelo poder a qualquer custo não encontra

similar nem mesmo nos momentos de exceção por que já vivemos no passado.

Depois que voltarmos à normalidade, com o fim da desastrosa experiência petista de desgoverno, é impossível saber de quantos anos o Brasil vai precisar para se recuperar dos saques e pilhagens, que se supõem elevadíssimos, feitos aos cofres públicos por esse bando de malfeitores.

É impossível saber, mesmo porque, até agora, nenhum de nós é capaz de estimar, nem pelo alto, a quanto se eleva a sangria ao Erário depois que o PT, instalado no Governo, a partir de janeiro de 2003, teceu a gigantesca teia de corrupção com que pretende alimentar seu projeto de nele se perpetuar.

Com os bloqueios sistemáticos impostos desde o início pelo Governo aos trabalhos das CPIs no Congresso, recorrendo inclusive a expedientes escusos para impedir o aprofundamento das nossas investigações, nem é preciso listá-los, tão presentes e recentes estão na memória da Nação.

Com a lamentável convivência de respeitáveis membros desta Casa, que, por vezes, renegando seu passado de coerência política, se esquecem de que, quaisquer que sejam as circunstâncias, mesmo as mais adversas, e por maiores que sejam os prejuízos, os interesses do Brasil devem estar sempre acima, muito acima, mais acima ainda, dos interesses e das conveniências particulares.

Com ajuda de instâncias superiores de nossa magistratura, cujos atos mais recentes têm merecido reparo dos mais amplos setores da sociedade do ponto de vista moral, ainda que legitimamente defensáveis.

Afinal, com todas essas barreiras impostas ao nosso trabalho investigativo, por quem deveria ter e tem o dever inclusive constitucional de apoiá-lo, vai ser muito difícil, conquanto não impossível, chegarmos a levantar o material suficiente para listar todos os crimes de ação penal pública praticados em cadeia contra os cofres públicos e a administração do País, a partir de janeiro de 2003.

Como muito difícil, senão impossível, será chegarmos a todos os seus autores materiais, que agiram individualmente ou com o concurso de comparsas.

Muito mais remotas, ressalvo ainda, embora não impossíveis, são as possibilidades de chegarmos a todos os autores intelectuais dos crimes, do mais humilde e indefeso ao mais arrogante e blindado deles, sem exclusão de nenhum.

Se vai ser difícil chegarmos a todos os ladrões, muito mais difícil será ainda sabermos quanto eles levaram dos cofres públicos, através dos dutos, viadutos, pontes, túneis, malas, maletas, valises, cuecas, bolsas e outros meios que não se deve duvidar jamais

quando se lida com profissionais altamente qualificados no crime.

De qualquer sorte, o povo vai ter que se sacrificar mais ainda com o suor do seu trabalho e sua escorchante contribuição tributária compulsória para restituir ao País o que o PT e seus aliados, companheiros de vôos noturnos rapinaram e o torraram em suas farras orgíacas, nos salões dos palácios de Brasília.

Aliás, estou aguardando, como milhões de outros brasileiros, com certa inquietação pela demora, os resultados da auditoria que o Tribunal de Contas da União está fazendo junto ao cerimonial das residências presidenciais em Brasília, em busca de justificativa para os elevados gastos do Governo com bebidas alcoólicas e outros produtos importados do exterior.

Só nos últimos 18 meses do período levantado pelos zelosos Ministros do Tribunal de Contas, o Governo gastou – e o Presidente Lula prefere dizer “investiu” em vez de “gastar” – quase R\$1 milhão na compra de bebidas alcoólicas e outros produtos importados.

Ora, com tantos litros e garrafas em renovados estoques nas adegas dos palácios presidenciais, certamente para comemorar o sucesso de cada assalto aos cofres públicos, não estranha que, só de sentir remotamente o cheiro do álcool, o Presidente freqüentemente se embriague, a ponto de desconhecer tudo o que se passou e passa ao seu redor, nesses três anos e meses em que dorme em Brasília, quando não esteve ou está voando, passeando de charrete, servindo de bobo das cortes por onde anda.

Dá-se com o Presidente o que os estudantes de Medicina costumam chamar de amnésia alcoólica de causa remota. Os outros bebem e ele fica tonto, como na marchinha carnavalesca da Turma do Funil. A Turma do Funil é realmente perigosa.

Mas, a menos que algo de mais trágico ocorra na vida do País, como o PT vencer as eleições de outubro próximo, mais cedo ou mais tarde – talvez até mais cedo do que se pode esperar – os estragos de sua pilhagem sobre os cofres públicos se recuperarão, ao contrário do prestígio dos órgãos e instituições atingidos pela pilhagem.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, os *blogs* e os noticiários *on line* já dão que o Ministro Antonio Palocci enviou carta ao Presidente Lula pedindo afastamento do cargo de Ministro da Fazenda. O que desmente aquela arrogância de que Lula nomeava e demitia. Nesse Governo, Lula

nomeia, mas quem demite é a sociedade, a partir dos fatos de que ela vai tomando conhecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como deve ser demitido o Presidente da Caixa Econômica, que foi pilhado, inclusive como responsável principal de tudo isso.

Complete-se, Senhor Presidente, pelo menos com esse ato de recuperação moral da Caixa Econômica do País.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu acho que ao Presidente da Caixa Econômica cabe algo mais drástico, pois violou preceito fundamental da Constituição. Cometeu um crime. Creio que deva ser imediatamente punido, não apenas com o afastamento e a demissão, mas com a responsabilidade levada a julgamento pelo crime que cometeu contra um cidadão humilde. Aí, sim, vamos ver se, neste País, os poderosos são punidos criminalmente quando cometem crimes contra os mais humildes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Cabe ao Procurador-Geral da República, ilustre Senador Tasso Jereissati, a esta altura, tomar uma providência drástica, pelo que V. Ex^a anuncia. E tenho certeza de que, por mais corrupto que seja este Governo, haverá punição.

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras, para ficar apenas com as quatro instituições federais mais afetadas pelo esquema de corrupção do Governo petista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de janeiro, terão que passar por um período muito longo de descontaminação, até poderem voltar a ser as entidades que, num passado nem tão remoto, encheram-nos de brios e de orgulho.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Antonio Carlos, gostaria apenas de ler o trecho de uma nota postada no *site* do jornalista Ricardo Noblat: “Ricardo Schumann é o nome do consultor que disse hoje à Polícia Federal que entregou o extrato do caseiro Francenildo dos Santos Costa a Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal”. Quer

dizer, é preciso saber por que o Jorge Mattoso pediu e quem pediu para o Jorge Mattoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E por que ele pediu 15 dias para provar isso.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – E por que ele pediu 15 dias para apurar algo que ele mesmo pediu e de que teve conhecimento imediatamente, conforme depoimento que o consultor está fazendo na Polícia Federal, em que diz que entregou a ele? V. Ex^a tem absoluta razão: esse moço tem de sair hoje, demitido, da Presidência da Caixa Econômica Federal, Instituição centenária jogada no lixo pelo Governo do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como no lixo têm sido jogadas as outras empresas, o que torna o PT um Partido inteiramente escondido da Nação e seus aliados, tristes, com a mão no queixo, sem poderem defender.

Recordo-me, a propósito, com que satisfação os pais apresentavam aos amigos os filhos empregados da Petrobras, funcionários do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Os velhos pais espiritualmente se realizavam duas vezes na realização profissional dos filhos. É que dava *status* financeiro e condição de cidadão de primeira classe trabalhar numa dessas instituições.

O gerente de uma pequena agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, em qualquer cidadezinha do interior do País, era tratado com o respeito e a solenidade só devidos ao Prefeito, ao juiz, ao promotor, ao presidente da Câmara Municipal e ao vigário da paróquia.

Até que o PT chegou, com espírito de Átila, para subverter tudo, corromper tudo, e os órgãos públicos federais se transformaram nessa vergonha de covil de que hoje os Correios, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são exemplos deploráveis.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Atenderei a V. Ex^a.

Eles não mereciam tanta humilhação, tanto ultraje.

Apenas para avivar a memória dos mais antigos e informar aos mais novos, lembro que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a ECT, funciona no Brasil desde 1663, há 343 anos. São mais de três séculos, quase três séculos e meio de história viva, de relevantes serviços prestados a dezenas de centenas de gerações, em condições difíceis e desumanas às vezes para seus agentes, nos mais longínquos e inacessíveis rincões do Brasil, que os dirigentes do PT e o Presidente da República, insensivelmente, irres-

ponsavelmente, criminosamente mesmo, corrompem, desmoralizam, humilham e jogam no lixo, com o mesmo menosprezo com que os facínoras mais frios tratam os corpos de seus inimigos, depois de abatê-los.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA. Fazendo soar a campainha.) – Agora já é prorrogação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria apenas de fazer uma defesa de Átila, o rei dos Hunos. Senador Antonio Carlos Magalhães, aliás, fiquei muito orgulhoso de representá-lo numa solenidade em homenagem a Evandro Lins e Silva, que representa a justiça e equipara-se a Rui Barbosa. Átila era o rei dos Hunos, um povo nômade, como os ciganos, difíceis de serem liderados. Mas ele deixou um ensinamento que o PT não conhece, e eu queria ensiná-lo ao Partido. Ele disse: “Governar é fácil: é premiar os bons e punir os maus”. Então, eu queria defender o Átila, que é muito melhor do que os que estão aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o excelente aparte de V. Ex^a.

Foi fundado o Banco do Brasil pelo príncipe regente Dom João, na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1808...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – (...) já se vão 198 anos, quase dois séculos de um trabalho fecundo, da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Um sólido patrimônio nacional, inclusive para seus servidores, cujo fundo de pensão, infelizmente, também está comprometido com o esquema da corrupção do Governo Federal. O mesmo esquema criminoso que envolveu o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica.

Aliás, de todas as instituições públicas utilizadas pelo PT para fazer seus negócios sujos, a Caixa Econômica foi, seguramente, a que mais se desgastou interna e externamente. O processo de limpeza de sua imagem, por isso mesmo, vai demandar muito mais tempo. Não adianta substituir dirigentes apenas, temos de fazer um corte mais forte.

De nada valerem os esforços de seus empregados, ao longo de mais de 140 anos de serviços, para transformar a Caixa numa das instituições bancárias de raízes mais profundas na sociedade.

Os mais de 140 anos de trabalho de seus servidores...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antonio Carlos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – (...) de repente se pulverizaram com a notícia de ter partido de um ou mais de um de seus servidores a decisão ignóbil de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa neste triste episódio, que é de conhecimento de toda a sociedade.

Ora, ninguém, ao longo da história da Caixa Econômica, jamais soube que um de seus gerentes houvesse antes retirado o extrato de um cliente sem seu consentimento, nem sequer com o seu conhecimento, por conta própria, e entregá-lo à imprensa para divulgação.

Só posso conceder um aparte se a Presidência consentir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei breve, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Solicito um aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O *blog* do jornalista Jorge Moreno já noticia também o afastamento do Presidente da Caixa, Dr. Mattoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Parabéns à imprensa brasileira pelo trabalho que realizou, forçando o Governo a destituir as pessoas que estavam implicadas nesse triste caso, mesmo que não tenha sido este o seu objetivo!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Antonio Carlos, estou prorrogando por mais dois minutos o tempo de V. Ex^a para que conclua o seu pronunciamento, até porque já o prorrogamos três vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou atender V. Ex^a, a quem respeito. Peço-lhe desculpas e vou terminar.

Vejo com o mesmo misto de indignação, desalento e melancolia o que se passa com a Petrobras e com o fundo de pensão de seus funcionários. Um dos símbolos mais significativos de nossas lutas, Tantos sacrifícios, nem a Petrobras, no vigor de seus 52 anos, pôde escapar do processo de pilhagem do dinheiro público com que o Partido dos Trabalhadores arquitetou alimentar seu projeto de governo de longo curso. Na Bahia, a direção da Petrobras financia até quadrilhas juninas de prefeituras dirigidas pelo PT, não sei se para manter viva a tradição do São João ou se por ter se confundido a quadrilha junina com outro agrupamento de pessoas de suas relações.

O que não fazem os perdulários com o dinheiro alheio!

Para finalizar, Sr^a Presidente, só me resta solidarizar-me com centenas de milhares de funcionários de todas essas entidades, criminosamente transformadas pelo PT em casas suspeitas de negócios espúrios e seus servidores, em agentes públicos pagos pelo Estado, a serviço do crime.

O PT passa, mas o Brasil continua.

Alckmin chegará à Presidência da República para acabar com essa desgraça que está envolvendo a moral da sociedade brasileira!

Muito obrigado a V. Ex^a.

Peço-lhe desculpas.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pelo prazo de dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em recente pesquisa qualitativa feita na Paraíba, o item mais desejado pelos paraibanos é emprego. Não deve ser diferente, Senador Mão Santa, no restante do Nordeste, onde há poucas indústrias e, por isso, há necessidade de empregos.

Esse é o item número um. E essa carência é tanta, Sr^s e Srs. Senadores, que dá margem à exploração do trabalhador em busca do emprego.

Hoje, nos jornais paraibanos, principalmente no **Jornal da Paraíba**, saiu a seguinte notícia:

Trabalhadores paraibanos estão sendo levados para outros Estados para trabalharem como escravos. Os principais destinos de adultos e adolescentes são as regiões emergentes, com grande potencial agrícola, como os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais e mesmo áreas mais afastadas e de difícil acesso de Estados vizinhos, como o Rio Grande do Norte. Segundo o Procurador Regional do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas, praticamente não existe trabalho escravo na Paraíba, que serve principalmente como Estado “fornecedor” de mão-de-obra escrava devido às precárias condições de vida de boa parte da população. “Na Paraíba, o que existe, é trabalho em condições degradantes, como as minas de caulim

no Município de Assunção e as pedreiras em Junco do Seridó”, afirmou o Procurador.

Na tentativa de coibir o envio de novos trabalhadores às fazendas onde são mantidos como escravos, a Procuradoria do Trabalho da Paraíba firmou convênio, no ano passado, com a Polícia Rodoviária Federal, para que os ônibus com características suspeitas, ou seja, em condições precárias, não pertencentes a nenhuma linha habitual de transporte intermunicipal, sejam parados para se averiguar se estão transportando trabalhadores sem autorização da Delegacia Regional do Trabalho, como manda a lei.

A operação, no entanto, ainda demanda mais treinamento à Polícia Rodoviária Federal, o que, com toda a certeza, deverá ocorrer no início do próximo mês.

Ele comenta sobre o tráfico e mostra, inclusive, casos reais que foram constatados. Por exemplo:

Em janeiro do ano passado, dois menores do Município paraibano de Caaporã, a 55 quilômetros de João Pessoa, foram levados para trabalhar catando caranguejo na Ilha de Imburanas, no Município de Macau, Rio Grande do Norte, a 180 Km quilômetros de Natal. Carlos e José (nomes fictícios), de 14 e 16 anos na época, receberam a proposta de trabalho de um homem conhecido como “Anchieta” e que, mais tarde, foi identificado como Everaldo Manoel de Lima, que ofereceu R\$200,00 por cerca de 24 dias catando caranguejo. Eles tinham uma jornada de trabalho de aproximadamente 80 horas semanais e dormiam em camas feitas com varas improvisadas no meio do mangue. No depoimento que prestou ao Ministério Público do Trabalho, Carlos contou que não tinham água potável no local de trabalho e precisavam andar muito para conseguir água limpa.

O agenciador Everaldo Manoel de Lima, o menor André e outras 13 pessoas foram encontradas na Ilha de Imburanas pela polícia do Rio Grande do Norte após a denúncia feita por Carlos, que conseguiu fugir do mangue uma semana após ter começado a trabalhar e caminhou por aproximadamente 12 quilômetros até chegar a uma borracharia, onde foi encontrado por um conselheiro tutelar de Macau. Os agenciadores foram protestados por corrupção de menores, exploração do trabalho e por incentivarem o trabalho infantil.

Ele cita uma centena de outros casos, mostrando o preço da passagem. Cobram R\$100,00 por uma

passagem, cobram R\$30,00 pela comida e, no final, o cidadão não acaba de pagar nunca, Sr. Presidente. Ele vai ficando prisioneiro da situação.

Não é só na Paraíba que isso está acontecendo. Esses agenciadores que foram presos em várias investidas do Ministério do Trabalho e da Polícia rodoviária declararam inclusive – e aqui cita do Estado de V. Ex^a – que a preferência deles é exatamente os trabalhadores maranhenses. Diz o seguinte:

A perversidade dos agenciadores de trabalhadores escravos chega a tal ponto que eles escolhem a proveniência do trabalhador levando em conta o seu grau de subserviência. O trabalhador maranhense é considerado, segundo o Procurador do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas, o preferido dos “traficantes” de trabalhadores escravos.

Em pleno século XXI, isso é uma coisa degradante.

Quero alertar que esse é um trabalho ao qual também devemos estar ligados. Precisamos arranjar para o Nordeste mais empregos.

Fico pasmo por ver que a nossa Sudene não tem cumprido o seu papel e que há três anos e pouco lutamos para que ela volte a ter um papel proeminente na consecução de empregos. É essa carência de emprego infame que leva os agenciadores a terem esse campo de exploração dos trabalhadores da Paraíba, do Maranhão e de todos os Estados nordestinos, não só para trabalhos na região mais desenvolvida, pois mandam gente até para a Europa.

Há alguns pedidos sérios, como é o caso, por exemplo, de Taiwan, que quer levar 20 mil trabalhadores para lá, mas a legislação não permite. É tanta solicitação que não permite. Com toda certeza, esse seria um caso mais fiscalizado. No entanto, enquanto coibimos e proibimos isso para países que precisam de mão-de-obra, uma coisa que pode ser acompanhada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que tem envolvimento diplomático, não conseguimos fazer o mesmo no nosso País. Dessa forma, as pessoas já estão sem trabalho e quando o encontram é nessa condição de trabalho escravo.

Eu queria alertar o Senado para esse fenômeno, que se vem agravando. Antes, tínhamos um caso esporádico, aqui e ali. Agora, estamos tendo volume, quantidade de captação de pessoas nos Estados nordestinos – e meu Estado está envolvido nisso, assim como o Maranhão –, trabalhadores sendo levados, sem nenhuma segurança legal, para sofrer duramente nesses campos de trabalho forçado que viraram as fazendas do interior, das áreas de grande potencial

agrícola, que passaram a utilizar esse tipo de artifício. Com toda a certeza, vou oficialiar ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao próprio Ministro da Justiça para ver se conseguimos coibir, com mais firmeza, esse triste fenômeno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta sessão está prevista para ser encerrada às 18 horas e 41 minutos.

Eu queria propor aos Senadores inscritos – César Borges, Rodolpho Tourinho, Heráclito Fortes, João Alberto, Magno Malta e Efraim Morais – que, às 18 horas e 41 minutos, fosse prorrogada a sessão, mas que cada um usasse oito minutos, apenas, do seu tempo. Seria possível isso? Não há problema? Consulto os Senador César Borges, Heráclito Fortes, Rodolpho Tourinho, Magno Malta e Efraim Morais.

Concedo a palavra, por oito minutos improrrogáveis, ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, dificilmente eu poderia negar uma solicitação tão gentil feita por V. Ex^a. Em deferência a essa Presidência e aos demais colegas que ainda usarão a tribuna, é claro que aceito oito minutos.

Sr. Presidente, o dilema que vivia o Presidente Lula até há poucos minutos era demitir ou não o Ministro Palocci. Lamentavelmente, o Presidente Lula ainda vivia esse dilema, porque se ele tivesse respeito pelas instituições brasileiras e pela República, já teria demitido há muito o Ministro Palocci, desde quando apareceram as denúncias da “República de Ribeirão Preto” e o Ministro Palocci se negou até a ter indignação por seus acusadores. O Ministro Palocci aceitava e dizia que não via os amigos da “República de Ribeirão Preto”, mas, na verdade, não se indignava e não processava absolutamente ninguém. A partir daquele momento, praticamente aceitava que tinha participado, como Prefeito de Ribeirão Preto, do que estava sendo acusado e de tudo o mais que a Nação veio a saber.

Agora, sem ter mais como avançar nesse processo de tentar manter aqueles que não têm condições em cargos públicos da maior importância para o País, como no caso do Ministro da Fazenda, resolve o Presidente dar oportunidade para que o Ministro se demita, peça o seu afastamento.

Veio tarde, Sr. Presidente, veio tarde.

Estamos vendo ser desmontado o Governo Lula, que não respeita as instituições brasileiras e vai pelo viés do autoritarismo, do aparelhamento de Estado. Seu Partido está infiltrado em todos os órgãos, de todos os escalões da Administração Pública Federal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a, sempre apropriado, tem ainda que cobrar de todos esses que aqui chegaram à tribuna e do próprio Presidente da República, que disse: “Eu não afastarei Palocci”. E afastou. Nem a palavra ele sabe cumprir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Antonio Carlos. Foi assim com vários outros próceres, pessoas ilustres do Governo Lula e do PT; foi assim com José Dirceu.

Recordo-me muito bem da indignação com que alguns Senadores e Senadoras do PT se pronunciavam na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e neste plenário. O hoje Líder do PT na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana, dizia: “O nosso companheiro José Dirceu é inatacável. Não admitimos esse tipo de suspeição sobre o nosso companheiro José Dirceu!” Era assim, Senador Antonio Carlos. E José Dirceu não era demissível, de jeito nenhum. Era um dos pilares básicos em que se assentava o Governo do PT. Era José Dirceu de um lado e Palocci do outro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Jorge, conceder-lhe-ei, com muita satisfação, um aparte.

Os dois pilares desmoronaram.

Agora, mais uma vez, o povo brasileiro e esta Nação precisam entender que isso não é um problema de José Dirceu ou de Antonio Palocci. Isso é um problema da gênese do PT no Governo, a qual não tem respeito pelas instituições republicanas. Aqui, vários Senadores e Senadoras do PT já assumiram a tribuna para falar em republicanismo e manutenção das instituições.

Sr. Presidente, da mesma forma, não podemos admitir que o Presidente não saiba e não tenha tido participação em todos esses atos, como ele gosta de dizer: “Não tenho nada, não vi nada”.

Que governo é esse em que o Presidente não governa, não manda e não sabe de nada?

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, com muita satisfação.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a e quero concordar em gênero, número e grau com o que está dizendo. V. Ex^a se esqueceu do Ministro Gushiken. Quando o Presidente Lula assumiu, havia um triunvirato, o chamado núcleo duro: José Dirceu, Gushiken e Palocci. O último acaba de cair, e todos que saíram fizeram-no ou por corrupção ou por en-

volvimento com coisa errada. Ninguém saiu para ser promovido ou porque estava doente. Todos receberam o cartão vermelho da sociedade. Foi a sociedade que deu o cartão vermelho, e o Presidente Lula, então, teve de tirá-lo. Portanto, a responsabilidade é do Presidente. É o Presidente que escolhe mal e que governa mal. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Lamentavelmente, para o nosso País, essa é a realidade, e não adianta o Governo sacrificar, às vezes, Senadores que, tenho certeza, procuram servir bem ao Presidente, porque têm esse dever de lealdade com Sua Excelência, pois são do mesmo Partido, e que se dispõem a entrar com medidas no Supremo Tribunal Federal, argumentando sempre algo que não tem substância, que não é verdadeiro e que, por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, vai cair por terra.

De que adiantou o Senador Tião Viana ter propugnado para não ouvir o caseiro?

Senador Tião Viana, o próprio Governo de que V. Ex^a participa não se satisfaz com a medida que veio do Supremo Tribunal Federal. Quería mais, Sr. Presidente, queria desqualificar o pobre do Francenildo.

Senador Tião Viana, com o maior respeito que tenho por V. Ex^a, quero dizer que aqui aprendi muito ao ouvir do PT: “Vamos qualificar o debate!”. Isso sempre foi muito usado nesta Casa, em especial pelo Senador Aloizio Mercadante. E demorei a entender, Sr. Presidente, o que significava isso. O significado de “vamos qualificar o debate” é essencialmente “vamos desqualificar o interlocutor”. Foi isso que o Governo tentou e tenta fazer com os aparelhos republicanos, com a Polícia Federal, com a Caixa Econômica Federal. O Governo tenta fazer a desqualificação de um caseiro, porque ele é humilde, é um pobre caseiro.

Assisti aqui à defesa da vida pessoal do Ministro, que não poderia ser de forma nenhuma pública, porque era algo pessoal, e, por isso, não podíamos assistir aqui ao depoimento do caseiro. Mas a vida pessoal do caseiro está escancarada para a Nação, e isso foi feito pelo Partido dos Trabalhadores.

Concedo o aparte, rapidamente, ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Estarei atento ao tempo de que dispõe V. Ex^a na tribuna. Eu poderia recorrer ao art. 14 do Regimento Interno desta Casa, mas é melhor esta interação democrática com V. Ex^a, por quem tenho muito apreço. Meu recurso ao Supremo Tribunal Federal deveu-se à defesa de direito individual, da vida pessoal, e a que o Regimento do Senado Federal e a CPI estivessem sob o manto ju-

rídico constitucional. Então, estou absolutamente em paz com o recurso que defendi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Tião Viana, responda-me: seu Partido respeitou a vida individual e os direitos individuais do Sr. Franzenildo?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não posso falar isso. Quando foi violado o sigilo bancário dele, houve um ato de violência constitucional ao direito individual. Nesse sentido, não posso dizer que foi o meu Partido ou quem quer que seja que o fez. Isso tem de ser apurado e exemplarmente punido. Mas a minha defesa ao Supremo Tribunal Federal, felizmente, pois acredito que a democracia é o império da Lei, deu-se com a concordância da maioria do Supremo Tribunal Federal. E sei que V. Ex^a concorda com isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse viés do império da Lei está com as autoridades do PT, com o Sr. Jorge Mattoso, com o Sr. Antonio Palocci, com o Sr. Marcelo Netto?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não. Aprendi, Senador César Borges, a não ter compromisso com o erro de ninguém. Mas aprendi a defender as minhas convicções com absoluta determinação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, eu havia prometido conceder apuramento aos Senadores Juvêncio da Fonseca e Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Vários outros Senadores desejam usar a palavra. Em seguida, S. Ex^{as} a usarão no seu tempo normal. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo o aparte apenas ao Senador Juvêncio da Fonseca, que eu já havia anunciado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas ainda pedem apuramento ao Senador Juvêncio da Fonseca e ao Senador Heráclito Fortes. Fica para a próxima vez, por gentileza.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço desculpas aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Desculpem-me, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

S. Ex^a dispõe de oito minutos, conforme o acordo que aqui propusemos e que foi aceito por V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que cumprirei o acordo que fizemos

de não falar por mais do que oito minutos. Apenas quero trazer determinados assuntos que interessam muito ao meu Estado, em particular à população baiana, que é exatamente a questão de investimentos que hoje não são feitos, na Bahia, pelo Governo Federal.

É incrível quando analisamos a situação, por exemplo, em primeiro lugar, das estradas baianas. Há cerca de uma semana, tive oportunidade, juntamente com o Senador César Borges, de percorrer um trecho da estrada importantíssima que liga Feira de Santana a Municípios próximos. Feira de Santana é um entroncamento muito importante da Bahia, onde os caminhões não podem trafegar a mais do que cinco ou dez quilômetros por hora. Isso ocorre numa região absolutamente importante para o desenvolvimento do Estado, um centro de comunicações das estradas do Estado. Esse abandono que se vê reflete muito todo o desamparo a que hoje fica submetido o Estado pelo Governo Federal.

Independentemente disso, o Estado tem conseguido, pelo Governo que tem realizado o Governador Paulo Souto, resultados altamente positivos, até quando se comparam esses resultados com a *performance* do País. Em primeiro lugar, o que se verifica é que, nos últimos cinco anos, fruto de investimentos importantes, básicos, que foram feitos em infra-estrutura, fruto de incentivos que foram dados à agricultura, fruto também da credibilidade do Governo em atrair investimentos para as áreas industriais, o Estado tem crescido duas vezes mais do que o País.

Se fosse considerado como um País independente, o Estado teria até um crescimento maior do que o crescimento médio dos países do mundo. Se analisássemos nosso Estado, apesar de todo esse cerceamento que sofre hoje do Governo Federal na área de investimentos, verificaríamos que ele também estaria crescendo mais do que o Chile, que, eu diria, é a grande vedete nossa em termos de América do Sul. Se considerarmos o crescimento das exportações baianas, vamos observar que o crescimento é da ordem de 25% ao ano, semelhante ao crescimento da China.

Quando analisamos todos esses parâmetros, todos esses indicadores, algo que entendo ser muito importante é que, ao lado desse crescimento econômico, há também, fruto de um Governo que se preocupa com a área social, um crescimento nos indicadores sociais: redução sistemática do analfabetismo, melhor distribuição de renda – hoje, o Estado tem a melhor distribuição de renda do Nordeste – e também melhor expectativa de vida. Hoje, essa expectativa se situa em cerca de 71 anos, quando, há 20 anos, era de cerca de 60 anos. No caso das mulheres, hoje, a expectativa de vida é de 76 anos. Além de ser a melhor expectativa

de vida observada no Nordeste, ela se compara ou é igual à verificada no Estado do Rio de Janeiro.

Os investimentos feitos foram muito importantes para a Bahia. Há o caso da Ford, por exemplo. O Estado teve a capacidade de atrair investimentos não só por uma ação muito determinada do Governador César Borges, hoje Senador, mas também por uma questão de credibilidade, pela capacidade de cumprir esses compromissos, que é o que se tem verificado até hoje. Quando vai buscar investimentos, o Estado consegue atender, depois, a tudo aquilo que foi acertado em termos de incentivos fiscais com os empresários.

Nessas condições, temos muito a reclamar da falta de investimentos, volto a repetir, do Governo Federal no Estado. Mais uma vez, quero referir-me à questão da crise de energia anunciada para 2009. Eu achava que a crise seria em 2009, mas, hoje, entendo que, na medida em que o Governo Federal comprou energia emergencial para 2008, essa crise será em 2008.

Refiro-me, sobretudo, à questão da suspensão das obras do Gasene, o gasoduto que fará a ligação entre as malhas Sudeste e Nordeste, que levará o gás natural para o Nordeste, Região esta que, para ter o atendimento do crescimento de energia elétrica, precisará, necessariamente, ter gás natural.

Isso aconteceu quando o Sr. Evo Morales, hoje Presidente da Bolívia, anunciou aquele aumento de 17% para 50% de impostos. Só que agora – e hoje está nos jornais – já veio o anúncio de que se vai nacionalizar, e o Brasil verá, pois ele está tratando a Bolívia como uma semicôlonia.

Então, só temos é crise pela frente em relação a gás. Quanto a isso não tenho dúvida nenhuma. Por isso me preocupa tanto essa questão do Nordeste em relação à área de infra-estrutura.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, quero agradecer a menção que V. Ex^a fez ao meu nome de que, como Governador, levamos a Ford, e foi muito importante. A Bahia hoje cresce mais do que o dobro do País, o seu Produto Interno Bruto. Mas V. Ex^a toca em um ponto muito importante: a infra-estrutura. Vejo que V. Ex^a fala com muita objetividade da questão energética, do gás de forma particular. Mas lembro também a V. Ex^a – sei que V. Ex^a sabe disso, é uma contribuição ao seu pronunciamento – que o Governo não investe em nenhuma área da infra-estrutura, não apenas na energética. Mas, se olharmos as estradas, que são importantíssimas para que as indústrias possam receber insumos e mandar mercadorias, estão todas destruídas. V. Ex^a transitou comigo na BR-116, na RioBahia, de Feira de Santana

a Paraguaçu, e viu como estava. As ferrovias, da mesma forma, Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Sabemos que é necessário que sejam construídos ramais na Ferrovia Centro Atlântico, sabemos que essa ferrovia precisa praticamente ser refeita em boa parte. Há a questão da travessia do Paraguaçu, que até hoje não foi resolvida. O Governo está anunciando agora que vai licitar. Mas, até agora, não foi resolvida, depois de três anos de Governo. E os portos, da mesma forma. Foi preciso que o Estado construísse um porto, para que a Ford estivesse lá. Por fim, quanto à questão da infra-estrutura, nós ampliamos o aeroporto de Salvador, inclusive com mais da metade dos recursos do Governo. Mesmo assim, o Governo Federal faz anúncios, dizendo que ele realizou a construção do aeroporto de Salvador. Senador Rodolpho Tourinho, parabéns a V. Ex^a pelo discurso. Há pouco, saiu a notícia de que o novo Ministro da Fazenda é o Sr. Guido Mantega, que não se saiu bem como Ministro do Planejamento e foi para o BNDES como prêmio de consolação. Agora, ele vai ser Ministro. Ele não será nada a não ser um pau-mandado do Presidente Lula. Quem vai realmente ser o futuro Ministro – imagine o que ele conhece de economia – será o Presidente Lula. Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por ter usado muito do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, ainda disponho de um minuto. Vou concluir o meu pronunciamento.

Quero demonstrar também a minha preocupação em relação ao novo Ministro, mesmo porque, naquele grande projeto das PPPs, o Nordeste pouco tinha sido contemplado. Essa situação me preocupa muito, sobretudo quando fazemos uma análise, como a que estamos fazendo, daquilo que falta em uma área como a nossa, apesar do grande esforço que está sendo feito pelo Governador Paulo Souto, que, com sua competência, tem conseguido resolver os problemas da Bahia. Evidentemente, não tenho a menor dúvida de que precisamos de investimentos federais.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Rodolpho Tourinho, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo um breve aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quero apenas dizer a V. Ex^a que tenho respeito e apreço pessoal pelo Ministro Guido Mantega, mas S. Ex^a terá de desmentir – e isso certamente ocorrerá – tudo o que já disse e já escreveu até hoje em matéria de economia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

Senador, fizemos um acordo aqui, hoje, para não extrapolarmos o tempo, a fim de que possamos dar também oportunidade aos demais oradores inscritos. V. Ex^a tem cinco minutos, por gentileza.

Em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sem dúvida!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tencionava falar, hoje, sobre requerimento que fiz de voto de lembrança em homenagem à memória de um dos maiores democratas que meu Estado já conheceu, o Advogado Aristóфанes Castro. Não poderia deixar de mencionar, portanto, essa intenção.

Mas, Sr. Presidente, o Presidente Lula recebeu uma grande lição do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. O líder sindical Lula foi preso por uma ditadura, ajudou na construção de um regime democrático neste País, e o Presidente Lula imaginou que a luta do sindicalista Lula tinha sido em vão. Não foi, Senhor Presidente, a luta de Lula e de tantos que, como nós, combatemos o regime de arbítrio não foi em vão, valeu a pena, sim.

Se vigorasse no País uma ditadura, a mesma que prendeu o sindicalista Lula da Silva, preso teria sido o caseiro e impunes teriam ficado os que fraudaram a confiança dos usuários dos serviços da Caixa Econômica, aqueles que fraudaram a expectativa democrática da Nação.

Como a luta do sindicalista Lula da Silva não foi em vão, como não foi a de Ulysses, como não foi a de Tancredo, como não foi a de Covas, não foi em vão, Sr. Presidente, estamos vendo a punição dos culpados, a demissão do Ministro da Fazenda, a demissão do Presidente da Caixa Econômica, os processos a que responderão todos os envolvidos nessa maroteira, da qual, sem dúvida, a meu ver, tinha conhecimento pleno o Presidente da República. Não estamos sendo governados por um neném de colo. Estamos sendo governados por um homem supostamente maduro, que não pode dizer o tempo inteiro que de nada sabia, do que se passava no seu Governo.

Repito, Senador Antero, essa é a grande lição que fica. Reputo o Sr. Antonio Palocci, essa é a minha opinião e não vou fugir da coerência, um dos maiores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. E a história vai julgá-lo assim: alguém que não poderia nunca ter mantido todo esse vínculo com situações tão obscuras quanto aquelas que de Ribeirão Preto se espalharam para Brasília.

Mas, a grande lição que fica, porque todo mundo hoje diz alguma coisa parecida com aquilo que todo mundo está dizendo – e não tenho a pretensão de ser original, mas quero retirar alguma lição desse episódio – a grande lição, Antero de Barros, é que a luta do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva não foi em vão, a sua prisão valeu a pena, o enfrentamento à ditadura também deu frutos e precisamente àquela altura, quando os que faziam as negociatas no País, apadrinhados pelo arbítrio, apadrinhados pelas limitações ao Congresso, apadrinhados e protegidos pelos atos institucionais, que àquela altura prendiam todos os que se insurgiam contra o regime de força que, no fundo, no fundo, o que queria era eternamente apadrinhar as negociatas e as violações dos direitos da pessoa humana.

A ditadura tinha a sua lógica e contra essa lógica Lula se insurgiu, e, nessa lógica, Lula foi preso. Volto a dizer, Senador Mão Santa e Deputado Eduardo Paes, cuja presença registro com muito afeto nesta Casa: se o sindicalista Lula não tivesse sido vitorioso na luta pela democracia neste País, hoje teríamos o caseiro preso e os culpados inocentados. Como a luta do sindicalista Lula valeu a pena, temos uma democracia reinando nesta Pátria, temos hoje o caseiro inocentado e indo para o acerto de contas com a Justiça os culpados desse episódio torpe.

É uma lição dura que o bravo sindicalista Lula passa historicamente para o Presidente que se mostrou prepotente, que se mostrou fraco, que se mostrou arrogante, que se mostrou tímido. Parece uma contradição alguém ser tímido e ser prepotente; alguém ser fraco e ser arrogante. Mas, diziam eles: quem demite é o Presidente Lula; quem nomeia é o Presidente Lula. Para isso, levou cinquenta e tantos milhões de votos. E eu dizia: isso era antes, quando o Governo tinha pleno controle do País. Agora, quem nomeia continua sendo o Presidente Lula, mas quem demite é a sociedade brasileira. Quem demite esse conjunto que passa pelo Ministério Público vigilante, que passa pela imprensa livre, que passa pelo Congresso, que tem uma Oposição combativa como a nossa, que passa pela vigilância da sociedade, quem demite é a sociedade. Quem demite é a democracia brasileira. Posso dizer que se repetiu a passagem bíblica. Antes, Davi tinha vencido Golias; desta vez, Davi é o caseiro, Davi é a opinião pública, Davi personifica os humildes, Davi venceu os Golias – os Golias, no plural – da prepotência, da arrogância, da fraqueza moral, do esquema de corrupção que tem infelicitado este País!

Mas se começa a fazer justiça, porque a democracia é um regime muito mais distante da injustiça do que a ditadura, que se serve e se alimenta na injustiça,

que a faz forte. O que faz mal à democracia é precisamente o brado ditatorial. O que faz mal à ditadura é precisamente o inconformismo dos que, como Lula, não se curvaram a ela no passado, precisamente para que hoje o Presidente Lula não pudesse violentar os direitos de um caseiro para beneficiar os seus poderosos amigos, os seus poderosos companheiros de empreitada infausta para o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para informar a V. Ex^a e ao Plenário que acabei de receber um telefonema do Ministro Palocci, confirmando o que já está noticiado na imprensa. Deixa claro que a sua Pasta da Economia não deveria estar afetada pela política; ele fez todo o esforço que estava ao seu alcance para assegurar a tranquilidade da vida econômica do País, mas entendeu que chegou a um limite de desgaste político que já tornaria incompatível a plena segurança da política econômica com a sua permanência no cargo.

Ele está com sua consciência absolutamente tranquila, grato àqueles que o respeitaram, àqueles que entenderam a sua importância de homem público. Sai com absoluta certeza do dever cumprido e com a consciência tranquila das acusações que lhe são apresentadas por quem quer que o tenha feito.

Então, é um homem público que renuncia à sua condição, neste momento, de servidor do Brasil, na condição de Ministro de Estado, para seguir o seu caminho de defesa da honra e da sua consciência. Foi o que ele me pediu para transmitir, e agradece a confiança e o respeito do Congresso Nacional à sua pessoa e à sua vida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o estranho disso tudo é que, até o momento, o PT, pelas suas Lideranças formais não tenha ainda vindo a esta tribuna esclarecer à Nação o que ocorreu. Socorre-se, mais uma vez, dos serviços do sempre generoso e dedicado militante Tião Viana.

Penso que a um assunto dessa natureza, que envolve um Ministro da Economia, deveria caber um esclarecimento das Lideranças formais do Partido.

Mas, daqui a pouco, vão chegar Sr. Presidente, para colocar a culpa na Oposição, para dizer que a Oposição entrou na intimidade do Ministro Palocci, sem se lembrar que quem o derrubou foi exatamente o PT ao entrar na intimidade do caseiro.

Agora mesmo, a informação que me chega aqui pela imprensa é de que o Sr. Jorge Mattoso, no depoimento na Polícia Federal, disse que entregou o extrato ao próprio Ministro. É lamentável que um homem que tenha prestado tantos serviços à economia brasileira, ao longo de três anos e meio, seja derrubado pelos maus amigos que o cercaram no Governo.

Senador Antonio Carlos, o PT – e não generalizo, em respeito inclusive a V. Ex^a, Senador Tião Viana –, quando se sente no banco dos réus, vai atrás de companheiros. E, agora, traz o fato da Nossa Caixa em São Paulo. Ouvimos, agora há pouco, pronunciamentos aqui a esse respeito. São duas questões totalmente diferentes. Acho que o caso da Nossa Caixa deveria ser comparado ao caso em que o cunhado do Ministro Gushiken, utilizando-se do prestígio no Palácio, conseguiu recursos para a publicação de revistas de sua responsabilidade, como a **Investidor Institucional** e a **Investidor Individual** em mais de R\$2 milhões. O Governador Geraldo Alckmin tomou as providências e remeteu o fato ao Ministério Público. O atual Governo vive em crise e, em todas elas, a origem é a omissão, a tentativa de jogar para debaixo do tapete o erro dos militantes ou, então, de defendê-los sem saber, de fato, o que ocorre.

É lamentável, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas é a verdade. E se formos examinar o que ocorreu na Caixa Econômica, os envolvidos são militantes partidários que foram deslocados, alguns de São Paulo, para virem servir aqui. E essa bisbilhotice na conta do caseiro não é isolada. Em outras instituições bancárias do País, os funcionários denunciam que existe o mesmo processo.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, muito apropriadamente coloca o assunto. Os maus amigos derrubaram o Ministro Palocci, inclusive o Presidente da Caixa, que, se fosse mesmo um amigo do Ministro Palocci, lhe diria: “Ministro, eu lhe devo obediência, mas o senhor está cometendo um crime. Se eu fizer isso, também estarei cometendo um crime. Vamos evitar esse fato”. Mas, não, incentiva e comete o crime. O Presidente da Caixa é responsável tanto quanto o Ministro Palocci, ou mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse é um episódio muito triste, Sr. Presidente, porque poderá ou não – espero que não aconteça – comprometer a

credibilidade brasileira perante o mercado do mundo no instante em que vivemos um bom momento, uma boa hora na nossa economia.

É lamentável. Só espero que a substituição do Sr. Palocci não atenda ao anseio de alguns membros do Partido dos Trabalhadores que defendem com sofreguidão a “gastança” desenfreada em período eleitoral, porque há essa ala e há essa divisão. O Sr. Palocci, antes de ser bombardeado pela Oposição, era constantemente bombardeado, nesta Casa, pelos seus companheiros.

Na CPI dos Bingos e na CPMI dos Correios, muitas vezes, via os Senadores da base oposicionista defenderem o Palocci e a omissão completa, propositada, deliberada dos seus próprios companheiros.

Agora, vão chorar o leite derramado e colocar a culpa na Oposição; não têm a condição de assumir a responsabilidade, porque, nessa questão de entrar em intimidade aqui, se há um partido que não tem a menor condição moral de fazer críticas é exatamente o Partido dos Trabalhadores, que entrou na intimidade de vários homens públicos, inclusive do Congresso Nacional; que o diga o Deputado Manoel Moreira, cassado e que teve a mulher custodiada e protegida...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou encerrando, Sr. Presidente, e agradeço a V. Ex^a. ...por membros históricos do Partido dos Trabalhadores; devassaram as suas contas. Estou citando apenas esse exemplo porque pedi permissão ao ex-Deputado para isso.

De forma que o próprio Palocci jamais vai acreditar que foi vítima da Oposição. Ele sabe que é vítima dos maus amigos e, acima de tudo, da omissão quando precisou de seus companheiros de cima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O próximo orador é o Senador Magno Malta. (Pausa.) Não o vejo no momento.

Então, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente do Senado, do PSDB de Mato Grosso, por oito minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Magno Malta chegou, mas concederei a palavra a S. Ex^a em seguida.

Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente. Peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança do PT, está inscrita para falar a Senadora Ideli Salvatti logo após o pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros por oito minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a situação do Ministro Palocci vinha mal já há algum tempo. Os episódios relativos a Ribeirão Preto, mas principalmente os que envolviam a GTech e o Governo Federal, enfraqueceram o Ministro.

No trabalho feito pela CPI dos Bingos, no relatório preliminar do Relator, o Senador Garibaldi Alves Filho, todos os amigos de Palocci aparecem como indiciados pelo Relator. Depois veio o episódio Francenildo.

Creio que o Ministro Palocci teve momentos infelizes na sua ida à CPI. Infelizes porque fez pregaçãoes que não eram compatíveis com a verdade. E aquelas verdades pela metade foram inteiramente derrubadas uma a uma: a história do avião, o depoimento do empresário do avião em seguida ao do Ministro, a prestação de contas do PT, que provava que o PT não pagou avião algum. O depoimento do empresário depois viria a reforçar que o Ministro já havia faltado com a verdade à CPI e, posteriormente, cumpriu esse papel o depoimento do motorista, que não foi menos importante que o depoimento do caseiro – o depoimento do caseiro foi como uma pá de cal porque reforçou um outro testemunho. Essas pessoas, simples e humildes, colocaram a verdade sobre o Ministro da Fazenda do Brasil.

Quero chamar a atenção do Brasil para a nota de demissão do Ministro Palocci. Ao anunciar a demissão, o texto da nota fala em “afastamento”. É demissão ou é afastamento? Um Ministro da República tem funções. Quem vai ocupar o cargo de Ministro da Economia do Brasil é interino ou é titular? Se é titular, não pode ser afastamento, o Sr. Palocci está demitido mesmo. Por que, então, esse truque com a Língua Portuguesa, dizendo que é afastamento?

Este Governo já exagerou demais no atropelo da ética. Deu **status** de ministro ao Presidente do Banco Central para que ele não respondesse a processo. Quer criar agora o cargo de ministro sem ser ministro? De ministro afastado depois da demissão? Se a moda pega, não teremos mais ex-ministros, teremos ministros eternamente afastados da função para que possam continuar sendo julgados no Supremo Tribunal Federal.

Essa manobra mostra a verdadeira intenção desse Governo, que é, Senador Juvêncio da Fonseca – V. Ex^a

é advogado –, a de mediocrizar as relações com o Poder Judiciário brasileiro. Será que alguém pode aprovar essa tese do afastamento do Ministro Palocci?

Sr. Presidente, o Ministro Palocci, quando foi à CPI, disse uma frase que ficou gravada. Pausadamente, no seu estilo, ele disse com toda calma: “Eu sei o que fiz e sei o que não fiz”. Hoje, quando ele pede “afastamento” do Ministério da Fazenda, ficamos convencidos de que o Ministro Palocci sabe verdadeiramente o que fez e o que não fez. E é exatamente por saber o que fez e o que não fez é que ele não pode pedir demissão, é que ele tem de usar esse subterfúgio do afastamento.

O Brasil precisa encerrar de vez com uma cultura que é inteiramente ultrapassada, uma cultura que não está à altura do Brasil. As pessoas perguntavam aqui: “E agora que o Palocci e o Presidente da Caixa foram demitidos, vai ter o depoimento amanhã da Vice-Presidente da Caixa?” É claro que ele tem de acontecer! Por que não? Qual seria o motivo para não se ter o depoimento amanhã da Vice-Presidente da Caixa? O Brasil precisa acabar com essa cultura de que a demissão é uma pena, de que o pedido de demissão basta. O Sr. Jorge Mattoso tem de responder a processo; ele cometeu crimes.

Já disse aqui da tribuna que sou filho de economiária. Lembro-me de que, quando criança, ia ajudar minha mãe na Caixa Econômica Federal. Eu ia lá porque naquele tempo não havia máquinas nem computadores: fazia-se conta por conta para achar as diferenças de saldos. A Caixa Econômica Federal é uma instituição centenária; é uma instituição do Brasil; é uma instituição que todos nós queremos bem. Uma instituição assim dirigida pelo Sr. Jorge Mattoso? É o que dá esse aparelhamento do Estado brasileiro.

Aí o assessor do Jorge Mattoso diz que tirou o sigilo do caseiro e entregou para ele, Presidente da Caixa Econômica Federal do Brasil. E a única pena vai ser demissão, afastamento? Ele tem de ser indiciado pela Polícia Federal e tem de ser processado. E essa pena é de reclusão de um a quatro anos e, pelo fato de ser um dirigente de empresa estatal, essa pena deveria ser agravada, sendo esse cidadão proibido de ocupar cargos públicos.

Mas não terminou aí. Terá sido o Sr. Jorge Mattoso quem decidiu proteger o Palocci e deu a ordem de invadir o sigilo? Ou foi alguém que pediu para o Jorge Mattoso fazer isso? E esse alguém, de onde era? Era do Ministério da Fazenda? Esse alguém não pode ser alguém ligado ao Palácio do Planalto? Essas perguntas ainda precisam ser respondidas.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Antero, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É apenas para ilustrar o seu pronunciamento. Está aqui no UOL a última notícia:

Foi o Ministro da Fazenda Antonio Palocci quem pediu a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. A afirmação foi feita nesta segunda-feira pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, em depoimento na Polícia Federal. No depoimento, Mattoso disse que entregou pessoalmente o extrato bancário a Palocci.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Então a situação é gravíssima! Palocci não tem de ser afastado, não tem de ser demitido; tem de responder a processo. A lei vale para todos. E, se vale para todos, a pena é de reclusão de um a quatro anos.

Essa é a maior violência que se fez neste País. Como é que um Ministro da Fazenda e um Presidente da Caixa Econômica Federal pedem para invadir o sigilo? Não se trata de quebrar o sigilo. Quem quebra sigilo é o Poder Judiciário. Isso não é quebra de sigilo, mas invasão de sigilo. Palocci e Mattoso são candidatos a presidiários e não devem ser colocados na condição de ex-ministro e de ex-presidente da Caixa Econômica Federal.

É isso que dá Luiz Inácio Lula da Silva fazer de conta que não sabe de nada, que não viu nada, que não fala nada, que não ouve nada, que não governa nada. Não é possível que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva continue a dizer que não sabe de nada. A crise é gravíssima.

Sr. Presidente, creio que esta sessão não poderá ser interrompida no tempo que deseja V. Ex^a embora eu vá cumprir com o meu prazo. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e Líder do Bloco, que incorpora PT, PL e PSB.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, por gentileza, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de, há poucos minutos, falar, por telefone, com o Ministro Palocci, que, de viva voz, informou-me de seu afastamento definitivo. Ele comunicou a mim e também ao Presidente a sua disposição em afastar-se definitivamente do cargo de Ministro da Fazenda em consideração ao País e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu a ele todo o amparo, o respaldo e o apoio por mais de três anos, três anos e três meses!

O Ministro Palocci pediu-me que transmitisse o seu agradecimento pelo apoio e pelo respeito que recebeu da ampla maioria dos Senadores nesta Casa. E o fez como sempre, de forma tranqüila, num momento em que gritos não resolvem e não fazem com que a situação se desenvolva da forma como o País merece.

Aliás, em todos os episódios, na condução do País, o Ministro Palocci sempre demonstrou tranqüilidade e bom senso, apesar de ter pegado o País numa situação bastante crítica e grave, quando os indicadores traziam preocupação a todos: o risco-país estava elevadíssimo, o dólar elevadíssimo, a inflação elevadíssima, o desemprego elevadíssimo. S. Ex^a conseguiu, nesses três anos e três meses, produzir resultados concretos para o quotidiano das pessoas. Portanto, o Ministro Palocci merece, como tive a oportunidade de dizer no início da tarde, o respeito da ampla maioria do povo brasileiro pela condução que teve à frente do Ministério da Fazenda, pois produziu resultados positivos para a população.

Acho que essa é a marca e o diferenciador significativo do Ministro Palocci. Efetivamente, pudemos concretizar para a ampla maioria da população resultados positivos, visíveis, concretos. Como eu disse para a imprensa, para a parcela da população que come, que se veste, que tem oportunidade de viajar, de estudar e de fazer tantas coisas que a ampla maioria da população não tem oportunidade de fazer, talvez a política desenvolvida, implementada e conduzida pelo Ministro Palocci possa ser desprezada ou foi desprezível. Mas, em meu Estado, onde a maioria das famílias ainda fazem o pão em casa, poder comprar o pacote de cinco quilos de farinha por menos da metade do preço que comprava há três ou quatro anos, ou para aquele que só pode ter um tetozinho se fizer por conta própria o puxadinho poder comprar o saco de cimento por quase um terço do preço de três ou quatro anos atrás, ou então o arroz por quase um terço do preço, enfim, para essas pessoas, indiscutivelmente a atuação do Ministro Palocci foi relevante, significativa, fundamental, pois permitiu-lhes comer, construir, ter uma possibilidade de emprego, estudar em faculdade, como o caso do ProUni e tantas outras ampliações da política adotada pelo Governo.

Quero dar um aparte ao Senador Tião Viana para depois concluir.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Apenas para externar meu respeito pelo pronunciamento de V. Ex^a, que é coerente com a sua vida, com a sua função de Líder do Governo, com alguém que acredita na dignidade da vida pública. Externo também o mesmo respeito e reconhecimento ao Ministro Palocci. S. Ex^a, no meu entendimento, foi vítima de um ataque dos mais violentos da história brasileira, porque extrapolaram o

limite do ataque político, alcançando a sua vida pessoal. Isso gerou uma situação de instabilidade na função que ele ocupa. Então, a fim de preservar a sua coerência de homem público, S. Ex^a pediu o afastamento da função de Ministro de Estado, pois colocou como primeiro fundamento de sua vida de servidor brasileiro a Pasta da Economia, a governabilidade do País, a defesa institucional do Brasil e a mudança na vida econômica do povo brasileiro. Portanto, trata-se de uma pessoa que continua gozando do mesmo respeito e da mesma dignidade perante nós.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Reproduzo aqui o que disse à imprensa: pode haver todo e qualquer tipo de ataque; pode haver todo e qualquer tipo de grito, podem vir até com ataques histéricos (até brinquei, pois estava falando com uma jornalista enquanto estavam aqui aos gritos, e tive oportunidade de dizer a ela: “Se fosse uma mulher, diriam que estava com TPM ou histeria. Quando é homem que fica tão bravo é chamado de valente”).

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, para concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir.

A verdade, de qualquer forma, vai aparecer. Espero, Senador Tião Viana, que a verdade apareça a tempo e no momento adequado para que todo este episódio se elucide e que se faça justiça a um homem como o Ministro Palocci, que, do meu ponto de vista, contribuiu de forma significativa para que mais pessoas comessem, para que mais pessoas pudessem trabalhar, para que mais pessoas pudessem construir o seu lar, para que mais pessoas pudessem estudar, para que mais pessoas pudessem ter chances de sobreviver com dignidade no nosso País.

Penso que o Ministro Palocci merece de todos nós o respeito, porque efetivamente foi uma pessoa que, à frente do Ministério da Fazenda, fez muito pela maioria do povo brasileiro. Talvez isso irrite tanto, irrite sobremaneira aqueles que, infelizmente, tendo tido a oportunidade de governar por tantas décadas, para não dizer séculos, não tiveram capacidade de fazê-lo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, prorrogo a sessão por 20 minutos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao chegarmos aqui ao plenário do Senado Federal, fomos tomados pela notícia da saída do Ministro da Fazenda, do Ministro Antonio Palocci. Era uma saída, Sr. Presidente, anunciada, pois a situação do Ministro se tornara insustentável. Aquele que era o guardião da estabilidade do Governo se tornara, por uma série de acontecimentos, aquele que estava fazendo com que o Governo tivesse dias de intransigibilidade.

O que quero deixar patente aqui perante meus colegas, perante os Senadores da República, é a maneira como a CPI dos Bingos tratou o Ministro Palocci, isso porque a CPI poderá, num momento de incompreensão, ser incriminada, ser questionada de que agiu de forma tendenciosa, de que agiu para forçar a saída do Ministro Palocci. Todos os que testemunham as nossas reuniões – e as testemunhas não se contam nos dedos, são milhares de testemunhas que assistem pela televisão – sabem da maneira como o Ministro Antonio Palocci foi tratado na nossa CPI. Inclusive, o Senador Tião Viana é testemunha de que a CPI, que poderia ter convocado o Ministro em diversas ocasiões, optou, pela maioria de seus membros, para que S. Ex^a, em vez de ser convocado, fosse apenas convidado, o que de fato ocorreu.

Portanto, não podemos deixar de registrar o comportamento da CPI com relação ao Ministro Palocci, para que não se faça injustiça à maneira como S. Ex^a foi tratado naquela Comissão.

Na verdade, os fatos é que se foram agravando, devido ao seu passado na Prefeitura de Ribeirão Preto e, mais recentemente, ao episódio da casa onde se promovia tráfico de influência, confirmado pelos testemunhos e pelos depoimentos existentes. Tudo isso levou o Ministro a essa situação realmente difícil, que culminou com seu pedido de demissão na tarde de hoje.

Seria injustiça negar, a esta altura, a sua obra como Ministro da Fazenda, os resultados de sua política econômica para o País, a imagem do nosso País com a queda do risco Brasil e muitos outros feitos do Ministro Palocci. Isso não pode ser negado.

Temos de separar, a esta altura, Sr. Presidente, o joio do trigo, mas temos de dizer que, infelizmente, o Ministro foi atropelado por determinados fatos que não lhe deixaram alternativa.

Daí por que deixo essas palavras em defesa da CPI dos Bingos, já que o Presidente Efraim Morais se encontra viajando da Paraíba para Brasília. E deixo uma palavra de certeza de que as instituições permanecerão, de que essas crises passarão e de que, ao final, haverá o grande julgamento de tudo isso, que será o julgamento popular no início de outubro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo, por cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, já recebi um pedido de desculpas do jornalista da **Folha da Tarde** que escreveu um artigo detonando a Deputada Angela...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Guadagnin.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ele detonou a Deputada Angela Guadagnin e o Deputado João Magno. No entanto, em vez de escrever João Magno escreveu Magno Malta. Disse que ele recebeu R\$400,00 e não sei o quê. Eu falei que ia processá-lo.

Portanto, informo para quem leu a reportagem que isso nada tem a ver comigo. A Deputada não dançou para mim. Já falei com o jornalista, e, amanhã, será publicada uma notinha dizendo que não sou eu, a qual, certamente, será infinitamente menor do que o texto que ele escreveu. O jornalista até diz que prestei um grande serviço a Campinas e a Jundiaí, que é a terra dele, com a CPI do Narcotráfico, e que ele me conhece muito bem.

Sr. Presidente, saúdo nosso querido e eterno Senador Geraldo Melo, ali sentado, uma pessoa que admiro e com quem participei da Comissão Mista de Segurança Pública. S. Ex^a foi o primeiro a falar da necessidade de a Nação rediscutir o conceito de segurança nacional, para dar entendimento às Forças Armadas brasileiras de que a luta que se trava por conta da violência que se estabeleceu neste País não está atrelada a qualquer movimento de guerra que tenha a ver com o Sr. Bin Laden ou até com Bush, mas com o narcotráfico e com o contrabando, que violam as nossas instituições. S. Ex^a usou uma figura – veja como me lembro bem, Senador Geraldo Melo! – dizendo que, quando um cidadão é colocado numa penitenciária, é o Estado que o colocou ali. Portanto, se, em seguida, um helicóptero descer e resgatar o indivíduo, ele terá afrontado o Estado. Isso é questão de segurança nacional.

Ao me encontrar com S. Ex^a hoje aqui, regozijando-me com sua presença – certamente, S. Ex^a voltará para esta Casa –, eu lhe dizia: “Senador Geraldo Melo, quando vi o Exército na rua no Rio de Janeiro, lembrei-me de V. Ex^a, porque, durante dez dias, a presença do Exército arrefeceu até bala perdida, encostou os traficantes contra a parede nos morros em que subiu”.

Tática de guerra se faz desta forma: assume-se o aparelho do adversário, mas fica, não desce. Se o Exército tivesse ficado lá, junto com o Governo do Rio – tenho plena consciência de que a Governadora Rosinha Garotinho teria aceitado o desafio de desapropriar

100, 200 barracos e levar as famílias para áreas mais seguras, porque o morro está cheio de gente de bem, que vive debaixo da imposição do tráfico –, se lá tivesse sido colocado um batalhão para uma ação conjunta com a Polícia Militar e com a Polícia Federal para tratar a questão e a vigilância do tráfico de cima para baixo, o Rio de Janeiro já estaria vivendo um outro momento.

Esse argumento que tenho apresentado nesta tribuna e no Brasil devo a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo. Por isso, homenageio-o. Fiquei feliz de revê-lo aqui. No meu último discurso, até pedi aos Senadores de seu Estado que lhe dessem um abraço em meu nome, porque, sem dúvida, sua estada aqui contribuía muito para a discussão da segurança pública no Estado brasileiro. Não estou fazendo campanha para V. Ex^a, mas, se voltar para cá, será muito bem-vindo.

Sr. Presidente, recebi, com muita tristeza, o afastamento do Ministro Palocci. O Senador Garibaldi Alves Filho, que é um homem sensato, de fala mansa, sempre equilibrado, encerrou seu pronunciamento dizendo: “É preciso separar o joio do trigo”. As ações do Ministro, na política de Governo – embora não concordemos com a questão dos juros –, na esfera internacional, deram certo naquilo a que o Ministro se propôs. Precisamos elogiar as ações de Palocci como Ministro.

Recebo a notícia com certo sobressalto e volto a citar uma frase que gosto muito, até por dar satisfação ao meu senso de justiça. No depoimento do caseiro, até onde falou e pelo que disse à imprensa, nada há que possa derrubar um Ministro. Ele não foi ofensivo, não tocou na honra pessoal do Ministro Palocci, não tocou na família do Ministro Palocci, em absoluto. Ele só falou que o viu lá. E aí poderia ser uma discussão eterna, a palavra de um contra a do outro, ou até poderia o Ministro provar que não foi àquela casa, sei lá. Mas isso não seria suficiente para derrubá-lo.

O que o derrubou, o que causou a queda do Ministro – e recebo isso com uma certa dose de tristeza – foi esse atropelamento desnecessário, esse gesto ignorante, seja lá de quem for, de invadir a privacidade de um sigilo bancário. Não é porque é de um caseiro! Ninguém tem direito de invadir a privacidade do sigilo bancário de ninguém! Foi um crime horrível, condenável! Foi condenável!

E aí o Brasil, Senador Tião Viana, é obrigado a pagar o preço de perder um Ministro da qualidade do Palocci, por conta da irresponsabilidade sabe Deus de quem, se de um puxa-saco, ou de alguém que fez por voluntarismo, ou por um pau-mandado mesmo, que recebeu ordens de cima para fazer. E estamos, agora, vivendo essa turbulência.

Esse é um debate a ser feito, porque, de vez em quando, vemos nos jornais e nas revistas a publicação

de extratos bancários de cidadãos que ninguém sabe de onde vieram. Se essa cultura pega, onde iremos parar? Se alguém não gosta de um sujeito, e tem o aparelho na mão, vai lá e pinta e borda em cima da vida e da honra dele.

Nós não precisávamos estar passando por este momento. Por outro lado, Senador Tião Viana, eu acho que isso já faz parte do acirramento da campanha política. Quando se descobriu que o dono da casa pertencia ao PSDB, raciocinou-se: “O caseiro está orientado, vamos quebrar o sigilo bancário dele, para ver se pagaram para ele.” Isso nos leva a fazer mil raciocínios.

Eu lamento porque até da ação do Senador Tião Viana junto no Poder Judiciário – completamente respeitável, legítima – nem a mídia falava mais. O que havia era o discurso da própria Oposição, o discurso dos contrários, que é extremamente legítimo e normal na democracia. Aí aparece um doido, que, num gesto criminoso, vai lá e invade a privacidade do caseiro e provoca essa situação que estamos vivendo agora.

Senador Tião Viana, lamento isso tudo na capacidade de separar o joio do trigo, como dizia o Senador Garibaldi Alves Filho.

Gostaria de ouvir V. Ex^a, Senador Tião Viana, se o Presidente assim permitir. Só um minuto para ouvir o Senador e encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Ex^a dispõe de mais doze segundos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, eu deixo todo o tempo para o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Infelizmente não dá tempo. E eu, respeitando a decisão da Presidência e para colaborar com V. Ex^a, farei minha manifestação amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O Presidente concedeu um minuto para V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Então, Senador Magno Malta, agradecendo à Presidência, externo o respeito pelo pronunciamento de V. Ex^a, ao focar um ponto inquestionável, qual seja, a ferida ao direito individual e constitucional de proteção do sigilo do caseiro, algo inaceitável, seja quem for o autor. É justa a apuração e a punição exemplar. Mas eu não limitaria a esse foco. Eu deixaria claro que houve uma ação orquestrada, bem planejada e bem determinada, de setores da Oposição, para derrubar o Ministro Palocci, entendendo claramente que isso enfraqueceria o Governo do Presidente Lula. Não estou dizendo que a culpa seja da Oposição. Houve um conjunto de situações que levaram à saída, hoje, do Ministro Palocci, que, no meu entendimento, é homem de bem, merecedor

do mais elevado respeito do Brasil, e especialmente nosso, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É por isso, Senador Tião Viana, que eu entendo que a investigação, de fato, tem de ir a fundo, continuar, revelar, dar nomes aos bois....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Eu gostaria que V. Ex^a encerrasse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro.

Precisamos dar nomes aos bois, trazer à luz o que foi feito no escuro e, pelo respeito que tenho também ao Jorge Mattoso, que sempre tive na conta de um homem de bem e, até que me provem o contrário...A lei diz que “todo cidadão é honesto até que se prove o contrário”. E a Bíblia diz que “se vossa justiça não exceder de escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus”. Eu quero que a minha justiça exceda a dos fariseus.

Sempre respeitei o Jorge Mattoso pelo grande trabalho que fez diante da Caixa Econômica. Se ele aceitou uma demanda dessa natureza, teve um momento de fraqueza e o fez, eu lamento. E lamento com muita tristeza. Acho que o Brasil não precisava estar vivendo este momento. Mas, infelizmente, estamos enfrentando essa situação. Somos grandes, este País não se curva e é capaz de superar um momento como este e de caminhar para frente.

É preciso responder a esse gesto criminoso que se fez com o sigilo do caseiro.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. João Alberto Souza, 2^o Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Concedo a palavra ao eminente Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão.

A Mesa não poderia deixar de registrar, com muita satisfação, a presença do ex-Senador Geraldo Melo, que para nós é sempre Senador. V. Ex^a é muito querido entre nós pela sua inteligência, pela sua oratória que a todos encanta, pela sua cultura e pela representação que V. Ex^a tem nesta Casa da população de seu Estado. Parabéns a nós que o recebemos hoje aqui.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim fazer hoje um pronunciamento a respeito de fatos no Estado do Maranhão, mas também não poderia deixar de dar a minha opinião sobre a exoneração do Ministro Palocci. Receio que o Governo Federal fique desestabilizado e que se desmonte a sua estrutura. Não podemos negar

que é muito importante – até para nós – dar um sentido todo especial à política externa independente do País.

Lembro-me de que, ainda bem jovem, universitário no Rio de Janeiro, eu já fazia passeatas para dizer “Fora FMI!”. Hoje, o Governo quitou sua dívida com o FMI, que não está mais no Brasil.

O dólar, quando o atual Presidente assumiu, chegava à barreira dos R\$4,00; hoje, está em R\$2,10. É uma grande vitória para todos nós: a inflação em um patamar de 6% ao ano; o combate à fome; os programas sociais; as investigações que estão sendo feitas hoje, só possíveis porque há um Governo que se abriu para que isso acontecesse; a imagem de respeito ao Brasil internacionalmente; o Risco Brasil; tudo isso espero que não venha a sofrer um retrocesso.

Um dos primeiros pronunciamentos que fiz quando Deputado Federal era que o salário mínimo chegasse a US\$100. Naquela época eu verberava que o salário mínimo era apenas US\$68. Hoje estamos chegando ao patamar do salário mínimo de quase US\$200. A tendência do dólar é cair. Sabemos que R\$350,00 é pouco, mas já representa um avanço para o trabalhador brasileiro.

Sempre estive do lado do mais humilde e do mais fraco, daquele mais pobre. Essa foi a minha política. Lamento profundamente esses desacertos, esses desencontros e espero que não se modifique a política econômica do País, que ela continue nesse trilho.

O Ministro Palocci se conduziu muito bem. Não quero ser contra os Srs. Senadores, sei que alguns têm opinião diferente a esse respeito, mas quero dizer que, como cidadão, sinto profundamente a saída do Ministro Palocci do Ministério da Fazenda do Brasil.

Sr. Presidente, venho, hoje, falar sobre os professores do Maranhão, o único Estado do Brasil que não paga salário mínimo a seus funcionários. E o Governo do Maranhão anuncia que, mesmo com um salário mínimo de R\$350,00, no Maranhão, só vai valer R\$320,00.

Recebi, Sr. Presidente, um documento do professorado do meu Estado, principalmente da cidade de São Raimundo das Mangabeiras, em que vem verberar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quanto tempo V. Ex^a me concedeu? Eu tenho direito a oito minutos, não é isso? Mas não me foram dados oito minutos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Ex^a tem ainda a palavra prorrogada.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Muito obrigado.

A lei determina que os professores se qualifiquem para que tenham melhores condições de ensinar e incentive-os com o direito de serem promovidos.

Acabo de receber, do Município de São Raimundo das Mangabeiras, do Estado do Maranhão, um abaixo-assinado dos professores do Estado, no qual lamentam, com amargura, a falta de reconhecimento dos estudos feitos mediante o enquadramento previsto pelo Estatuto do Magistério do Estado, época do Governo de Roseana Sarney. Trata-se de professoras e professores que atenderam à determinação legal. Para atingir esse objetivo, assumiram o desafio: deslocaram-se até às cidades, de balsas, para cursar a faculdade de pedagogia. Largavam seus lares, os filhos, os afazeres; gastavam seu dinheiro com transporte, hospedavam-se em modestas pensões, freqüentavam a faculdade e, no fim de semana, voltavam para casa com tempo apenas para pequenas providências, porque imediatamente deviam retornar às aulas.

Hoje, formados, com diploma de curso superior de pedagogia, não tiveram a merecida promoção. Continuam dando aula para, no fim do mês, receberem o aviltante salário de R\$400,00. No Maranhão, o salário de professor de nível médio varia entre R\$400,00 e R\$500,00. É uma vergonha, Sr^{as} e Srs. Senadores! É lamentável que um setor de tão grande importância para o desenvolvimento seja assim tratado.

Dizem as professoras no seu manifesto: “Sr. Senador, como V. Ex^a sabe mais do que ninguém, o Maranhão está em colapso com o Governo do Sr. José Reinaldo; e sabe também que a maior vítima do seu desmando é a educação”.

Sr. Presidente, venho aqui para lamentar a situação dos professores do Maranhão. Aqui falou um Senador que este será o ano em que o povo vai dar sua resposta, fazer sua análise e dar o seu veredicto. Assim acredito que ocorrerá no Estado do Maranhão.

Várias vezes, vim a esta tribuna para falar sobre as estradas estaduais do Maranhão, que são as piores do Brasil. Lá, constroem-se estradas de povoado a povoado. Mas não existe povoado, nem Município. São estradas fantasmas.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, que isso aconteça no nosso Estado. Porém, está muito perto de o povo do Maranhão dar o seu veredicto.

Sr. Presidente, quero que meu pronunciamento seja transcrito na íntegra, obedecendo ao tempo considerado por V. Ex^a.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA.**

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

A lei determina que os professores se qualifiquem para que tenham melhores condições de ensinar e incentive-os com o direito de serem promovidos.

Acabo de receber do Município de São Raimundo das Mangabeiras, do Estado do Maranhão, um abaixo assinado dos professores do Estado, no qual lamentam, com amargura, a falta de reconhecimento dos estudos feitos mediante o enquadramento previsto pelo Estatuto do Magistério do Estado. Trata-se de professores e professoras que atenderam à determinação legal. Para atingir esse objetivo, assumiram o desafio: deslocaram-se durante anos para a cidade de Balsas, para cursar a faculdade de pedagogia. Largavam seus lares, os filhos, os afazeres. Gastavam o seu dinheiro com transporte, hospedavam-se em modestas pensões, freqüentavam a faculdade e, nos fins de semana, voltavam para casa com tempo apenas para pequenas providências porque imediatamente deviam retornar às aulas. Hoje, formados, com diploma de curso superior em pedagogia, não tiveram a merecida promoção. Continuam dando aulas, para, no fim do mês, receberem o aviltante salário de R\$400,00 reais. No Maranhão, o salário de nível médio do professor varia de 400 a 500,00 reais. É uma vergonha, Senhoras e Senhores Senadores, é lastimável que um setor de tão grande importância para o desenvolvimento seja assim tratado. Dizem as professoras no seu manifesto: “Senhor Senador, como Vossa Excelência sabe mais do que ninguém, o Maranhão está em colapso com o Governo de José Reinaldo, e sabe também que a maior vítima do seu desmando é a educação”.

A história do desenvolvimento dos povos confirma que a educação é o único instrumento que redime o homem da pobreza. No Brasil, o problema da educação é recorrente e caracteriza-se pelo desmantelamento. Existem idéias, existem programas, existem também recursos apesar de tudo, mas não existe sintonia de visão, de ação e de vontade política. Um programa federal tropeça e se anula no nível estadual. E o problema da educação perpetua-se no tempo como filão de teses, de discussões, de discursos e de paternalismos fátuos que nunca entram numa sala de aula para se tornarem giz, para serem professor, para prepararem e estimularem a inteligência das crianças, a verdadeira fonte da criatividade, da inovação, da transformação, do desenvolvimento e do progresso.

Não É repetição inútil afirmar mais uma vez que nas crianças de hoje germina o futuro da Nação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, também não É tautologia afirmar que A boa educação se faz com professor motivado na sala de aula. Os professores brasileiros constituem uma classe cada vez menos prestigiada, desprestígio que se materializa no salário indigno que recebem, salário que tira deles as mínimas condições de se aperfeiçoarem e, quando se aperfeiçoam, às suas duras expensas, precisam

munir-se de humilhação e paciência para esperarem o enquadramento adequado ao diploma obtido.

É lastimável, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que professores cheguem a esse nível de desalento. É lastimável também que a população não disponha de instrumentos legais, para tirar do poder os homens públicos que elegeu e se demonstraram ineptos e ignavos, perdulários na futilidade ou na promoção de si mesmos, mas irresponsáveis no que

diz respeito às necessidades básicas da população, como é o caso da educação e da saúde.

Muito obrigado! Senador **João Alberto Souza**,
- PMDB/MA.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Processos de PROMOÇÃO requeridos no Ano de 2005
ASSINATURA DE PROFESSORES(AS):**

Antonia Selis Loureiro	3532-1265
Inacema da Cruz Leiria	3532-1315
Flávia Patrícia de Carvalho Barros	3532-1458
Dellimar Costa e Silva	3532-1462
Maria Raimunda de Carvalho Rezende	3532-1618
Esmeralda Lima de Sousa	3532-1169
Angela Maria Costa Carvalho	3532-1160
Elviana Miramanda Albuquerque	3532-1418
Quesina Nogueira da Silva	3532-1232
Helma Maria Benigno de Souza	3532-1286
Rosemary Cunha Miranda	3532-1138
Maria do Amparo Melo Cavalcanti	3532-1241
Martene Mendes Costa Barros	3532-1914
Maria Floracy Costa da Rocha	3532-1669 ou 1913
Maria Paixão da Silva Santos	3532-1689

**Processos de PROMOÇÃO requeridos no ano de 2004
ASSINATURA DE PROFESSORES(a)**

Márcia da Rocha Santos Lopes



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA.

tendo colado grau em 30 de outubro de 2004

Data 18/10/2004

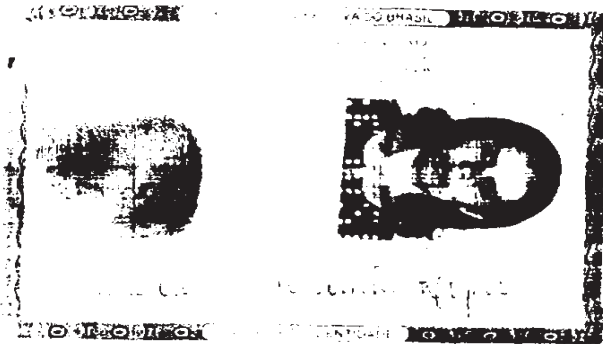
Luzinete M. Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 UEMA

Elisângela Maria de Oliveira Moura
 Diretora do Centro
 UEMA

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 UEMA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	JANEIRO	Ano	2008	Nº Ordem	30.775
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABE1				
SIDR	12239112AT	Identidade	J. J. S. NASC.	Matrícula	000751792		
CIC	363792653-20	995446 SSP					
Nome do Funcionário	MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES						
Cargo	PROFESSOR-MAG-1						
VANTAGENS E DESCONTOS		Agência Bancária	007820	Nº Conta	0000340882		
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	280,00					
136	ADIC. TEN. SER	42,00					
131	SAL. FAMILIAR	282,98					
150	TOTAL VANTAGENS	604,98					
682	FUN. AMER. SEG.	66,22					
683	FUN. AMER. SEG.	16,02					
694	TOTAL DESCONTOS	82,24					
N. REC. FGT'S *****							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				521,94	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
						SEPLAN	

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES	Matrícula	000751792
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	0000340882
VIA BANCO		LÍQUIDO	
18/10/2006		521,94	
MANGABEIAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA			



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 23950932003-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/02/2003

NOME MIRENE DA ROCHA SANTOS LOPES

FILIAÇÃO VALMIRO BARBOSA DOS SANTOS E MARLY DA SILVA ROCHA

NATURALIDADE S. RDD. DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 17/05/1965

DOC ORDEM CASAM. N. 477/80 FLS. 04 LIV. 04

CPF 363792553-20

P-243 VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 2003

Chancel Quirino Neto
 Mal. 2013/2001

CIC

REGISTRO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

792, 553, 20

MIRENE DA ROCHA SANTOS

17.05.65

Assinatura: *Mirene da Rocha Santos*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MIRENE DA ROCHA SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 17/05/1965

Nº INSCRIÇÃO 87460611/04

ZONA 017 SEÇÃO 0046

MUNICÍPIO - UF NOVA IGRQUE MA

DATA DE EMISSÃO 28/05/94

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MIRENE DA ROCHA SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 17/05/1965

Nº INSCRIÇÃO 87460611/04

ZONA 017 SEÇÃO 0046

MUNICÍPIO - UF NOVA IGRQUE MA

DATA DE EMISSÃO 28/05/94

SENADO FEDERAL

ORGÃO	NUMERO	DATA
CADRS M	910/04	30/01/04

Nome: *Mirene da Rocha Santos*

lopes

Assunto: *P. Quirino*

Rubrica: *Mirene da Rocha Santos*

Procurador: *Francisco de Assis*

Assinatura: *Francisco de Assis*

CPF: 11.000.111

CIRCULO RECEBIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **MARIA TELMA DE SOUSA ALVES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

sendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

Lucinete Rodrigues Lope
Coordenadora CEG

Terezinha de J. Maria Lima
Diretora CEG
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis
Exercício
Mar. 2003

Gerência de Art. e D da Reg. do C. Maranhense
Processo nº 362/03 Data: 25/03/2003
Assunto: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Maria Telma de Sousa Alves
Unidade: U. I. Monsenhor Barros
Município: São Rdo. das Mangabeiras - MA

CEDULA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Telma de Sousa Alves

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE POLÍCIA DO RAINUNDO

12.1955

03.1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLECAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Maria Telma de Sousa Alves

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARIA TELMA DE SOUSA ALVES

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	DV	ZONA	SEÇÃO
05/12/1955	8745791104		034	0033

MUNICÍPIO / UF

SÃO RAIMUNDO DAS MANGUEIRAS / MA

DATA DE EMISSÃO

27/04/2000

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Telma de Sousa Alves

JUIZ - José Ensmar Martins

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

... DO TERRITÓRIO NACIONAL

... DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

... DETERMINADOS

... TRIBUTARIA, PROCURE A UNIDADE LEGAL DA SECRETARIA

RECIBO DE

CARIMBO

001/0603-4

08-10-85

BANCO DO BRASIL

BÃO J. DOS PATOS (MA)

31361/0919

504

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL

... DE INFORMAÇÕES

Nº DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE PESSOAL FÍSICO - CPF

997962883-120

NOME DO CONTRIBUINTE

MARIA TELMA DE SOUSA ALVES

NASCIMENTO

05.12.55

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEITA

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Maria Telma de Sousa Alves

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTERA DE IDENTIDADE

Cod. 11.070



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **FRANCISCO GOMES DA SILVA**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Luzinete Pinheiro Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
Coordenadora / CEG
 UEMA

Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Diretor(a) / Centro

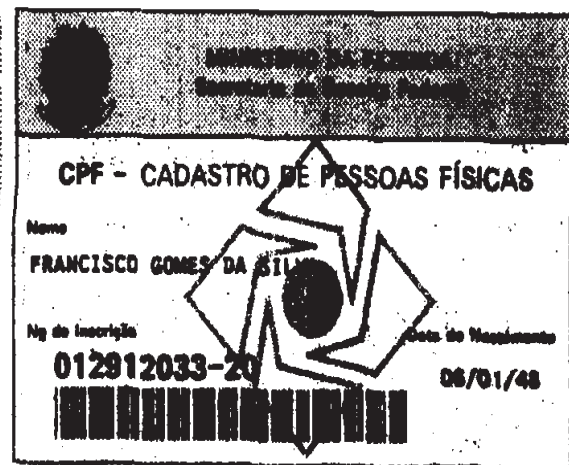
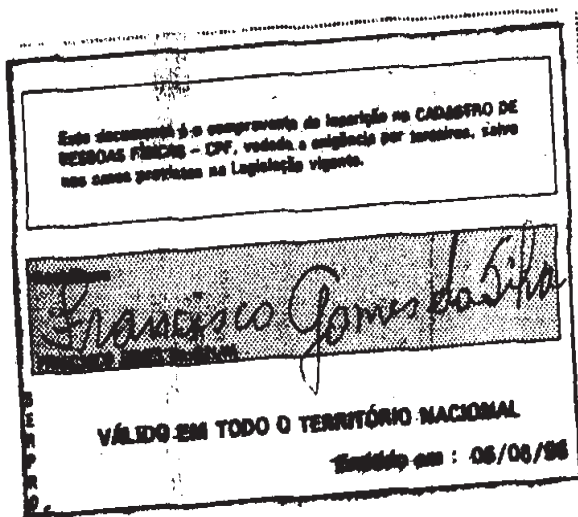
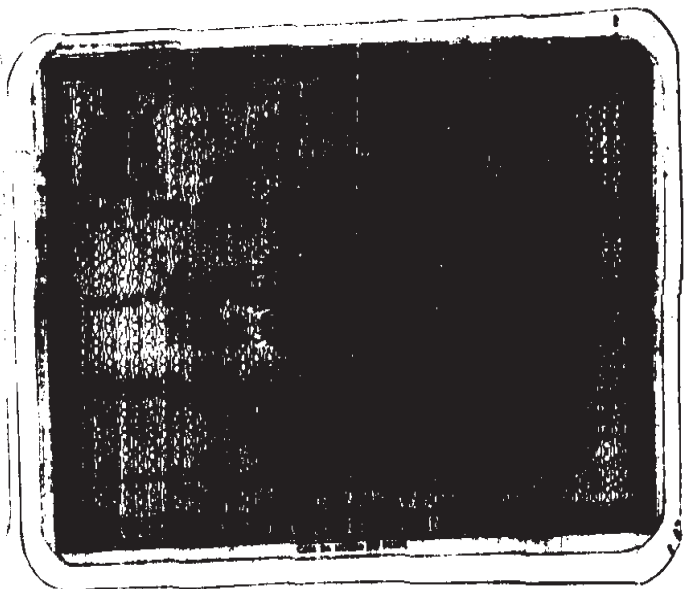
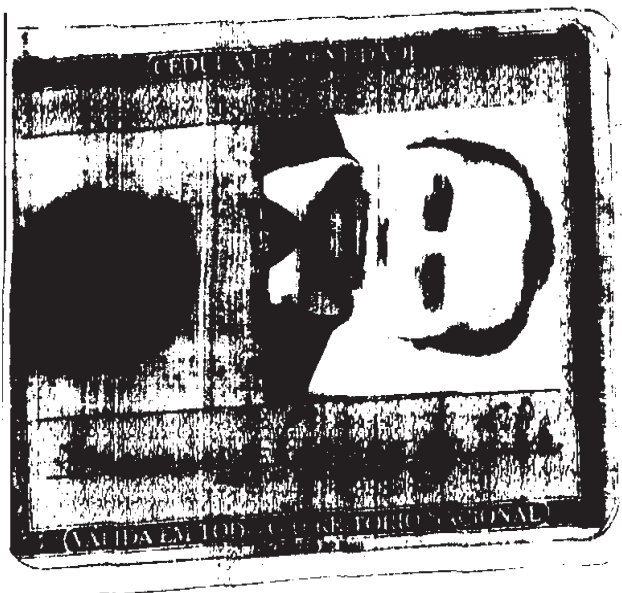
Data **22/03/2003**

Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício

ANEXO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.778
Curso	SEEDUC	Município	122-S	R	MANGABEI		
Selator	12239112AU - U. I. BARROS	Matrícula	000939272				
C.I.C.	012912033-20	Identidade	195508 SSP	Cod. Nivel	009		
Nome do Funcionário		FRANCISCO GOMES DA SILVA					
Cargo		PROFESSOR-MAG-II					
Agência Bancária		007820					
Nº Conta		00003400182					
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	303,74					
116	ADIC. TEM. SER.	60,75					
150	GRAT. ATIV. MAG	303,74					
	TOTAL VANTAGENS-	668,23					
822	FED. BEN. ES. MA	73,51					
833	SIN. PRO. ES. MA	1,09					
834	TOTAL A DECONTAR -	74,60					
	N. REC. FGTS *****	100,76					
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO					
SEM MENSAGEM		587,47					
SEM MENSAGEM		SEPLAN					

Origem	Situação
SEEDUC	ATIVO
Nome do Funcionário	
FRANCISCO GOMES DA SILVA	
Matrícula	
00007959272	
Cargo	Agência Bancária
PROFESSOR-MAG-II	007820
	Nº Conta
	00003400182
VIA BANCO	
LÍQUIDO	
FEB - 2006	
MANGABEIRAÇÃO MECÂNICA	
587,47	
ASSINATURA	

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEEDUC
 Proc. N° 429/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Francisco Gomes da Silva
 U.I. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**

Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data 22 / 03 / 2003

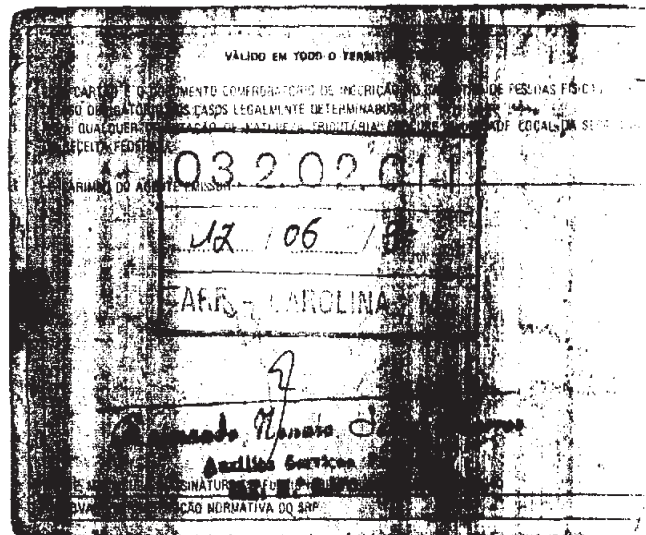
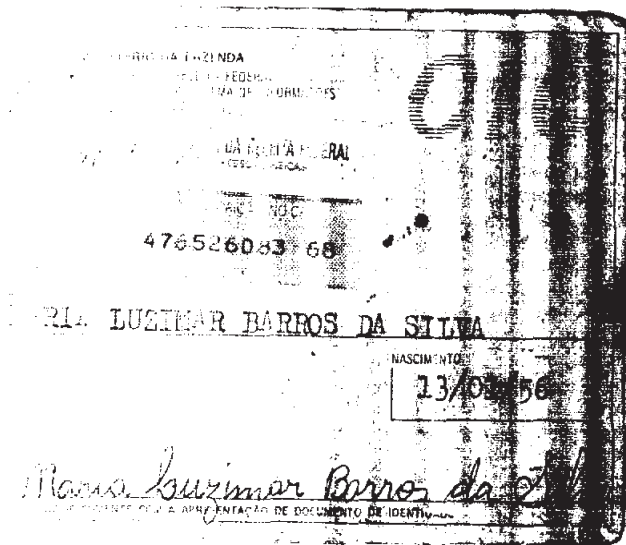
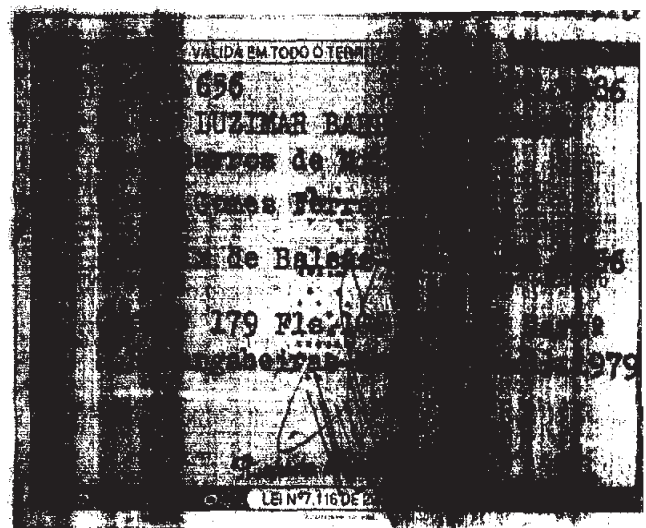
Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Colação
M. 5124

Terezinha da Mota Lima
Diretora de Ensino UEMA
M. 5129
Diretor(a) / Centro

Prof. José Antônio Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação
Assuntos Estudantis em Exercício
M. 5128

CEG/PROGAE/UEMA

AVISO DE CÉDULO		Mês	Ano	Nº Ordem
		FEVEREIRO	2006	30.746
Origem	Município		Ano	
SEEDUC	122-S R MANGABEI		2006	
Sector	1229912AU - U. I. BARROS		Município	
C.I.C.	434656 SSP		Cód. Nível	
Nome do Funcionário		Cód. Nível		Situação
MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA		010		ATIVO
Cargo		Nº Conta		Nº Conta
PROFESSOR-MAG-II		007820		00003401588
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	313,60		
136	ADIC. TEM. SER	43,04		
150	GRAT. ATIV. MAG	313,60		
	TOTAL VANTAGENS-	670,24		
982	FUNDEB	74,17		
983	FUNDEB - MER. SEG	28,70		
934	TOTAL DESCONTOS-	102,87		
	N. REC. FGTS: *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		865,03		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		
Gatilho		Situação		
SEEDUC		ATIVO		
Nome do Funcionário		Matrícula		
MARIA LUZIMAR BARROS DA SILVA		000717587		
Cargo		Agência Bancária		Nº Conta
PROFESSOR-MAG-11		007820		00003401588
VIA BANCO		LÍQUIDO		
FÉV. 2006		589,03		
MANUTENÇÃO MECÂNICA				
ASSINATURA				



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 445/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome: Maria Luzimar Barros da Silva
 U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **ROSIMAR MAIA DE CARVALHO***

*concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA*

*Terezinha Maria de Lima
Diretora de Ensino de Graduação
UEMA
Mat. 6120
Diretor(a) / Centro*

*Data **22/03/2003***

*Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor (a) e
Assessor Especial em Exercício
Mat. 6108*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 412/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Rosimar Maia de Carvalho
U. I. São R. Nonato - S R das Mangabeiras - IV

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
Proc. Nº 413/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II - P/ MAG-IV
Nome : Rosimar Maia de Carvalho
U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - MA

AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.765
Orgão		Município		
1229112AU - U.I BARROS		122-S R MANGABEI		
Setor		Matrícula		
071839923-49		000940775		
C.I.C.		Cód. Nível		
071839923-49		009		
Nome do Funcionário		Situação		
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO		ATIVO		
Cargo		Agência Bancária		
PROFESSOR-MAG-II		007820		
		Nº Conta		
		00003400948		
Código		Descrição		Valor
101	VENCIMENTO		303,74	
136	ADIC. TEM. SER		60,75	
150	GRAT. ATIV. MAGS-		303,74	
	TOTAL VANTAGENS-		668,23	
982	FEPA		73,51	
983	FUNDEB		8,68	
	FUNDEB SIND. DESCONTOS-		8,02	
	TOTAL DESCONTOS-		16,70	
	N. REC. FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		647,07
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM				
				SEPLAN

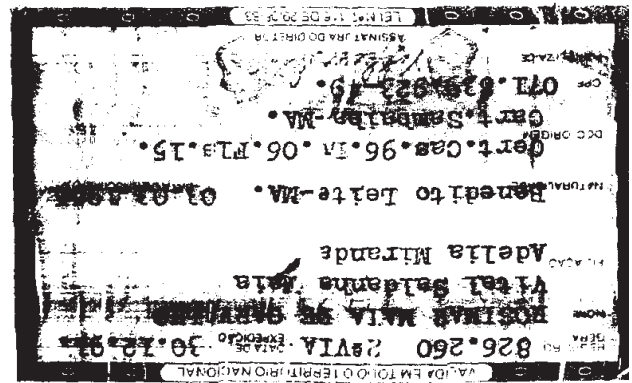
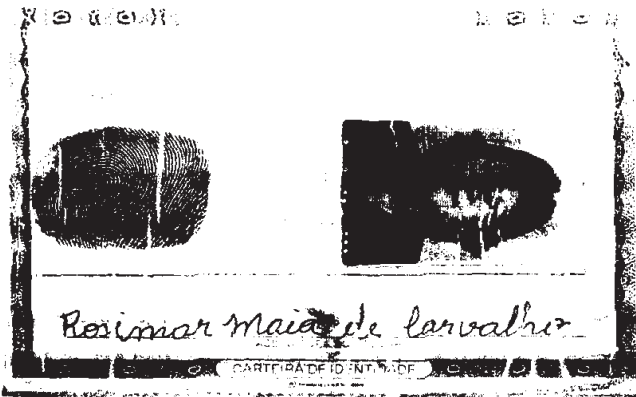
AVISO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.813
Orgão		Município		
1229112AV - U.I R.NONA		122-S R MANGABEI		
Setor		Matrícula		
071839923-49		000931600		
C.I.C.		Cód. Nível		
071839923-49		009		
Nome do Funcionário		Situação		
ROSI MAR MAIA DE CARVALHO		ATIVO		
Cargo		Agência Bancária		
PROFESSOR-MAG-II		007820		
		Nº Conta		
		00003400948		
Código		Descrição		Valor
101	VENCIMENTO		303,74	
136	ADIC. TEM. SER		60,75	
150	GRAT. ATIV. MAGS-		303,74	
	TOTAL VANTAGENS-		668,23	
982	FEPA		73,51	
983	FUNDEB		8,68	
	FUNDEB SIND. DESCONTOS-		8,02	
	TOTAL DESCONTOS-		16,70	
	N. REC. FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		581,97
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM				
				SEPLAN

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	ROSI MAR MAIA DE CARVALHO	Matrícula	000940775
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003400948
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEB-2006 MANUTENÇÃO MECÂNICA		647,07	

ASSINATURA _____

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	ROSI MAR MAIA DE CARVALHO	Matrícula	000931600
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003400948
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEB-2006 MANUTENÇÃO MECÂNICA		581,97	

ASSINATURA _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA SOELI DOS SANTOS ROCHA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa Língua Inglesa**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22 / 03 / 2003**

Luciene Rodrigues Lopes
 Coordenadora de Graduação

Terezinha de Melo Lima
 Diretora de UEMA

Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício

Mat. 5159

CEG/PROGAE/UEMA

ANO DE CREDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.782
Salto		Município		
12429112AU - U.I BARROS		122-5 R MANGABEI		
CIC: 252518273-00		Identidade	Matrícula	
		743358 SSP	000939801	
Nome do Funcionário		Cód. Nível		
MARIA SOELI DOS SANTOS ROCHA		009		
Cargo		Situação		
PROFESSOR-MAG-11		ATIVO		
Agência Bancária		Nº Conta		
007820		00003401499		
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
150	GRAT. AN. MAG. 100	303,74		
	TOTAL VANTAGENS-	607,48		
982	FEPA	73,51		
983	SUL AMER. SEG	6,68		
984	CREDITO NEG-	9,24		
	TOTAL DESCONTOS-	159,43		
	N.REC.FGTS *****	227,91		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		440,32		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

ASSINATURA

Orgão SEEDUC

Nome do Funcionário MARI SOELI DOS SANTOS ROCHA

Cargo PROFESSOR-MAG-11

VIA BANCO

FEB-2006 MANGABEI

LÍQUIDO

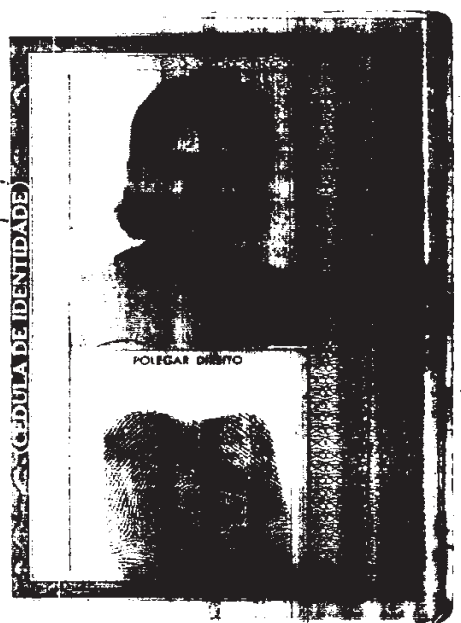
440,32

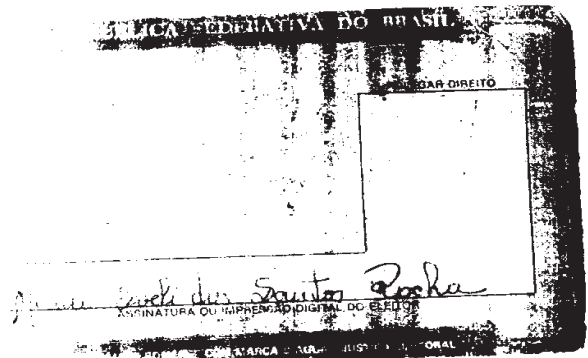
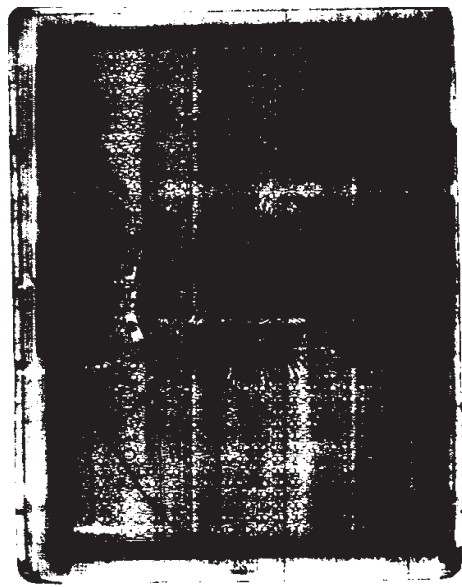
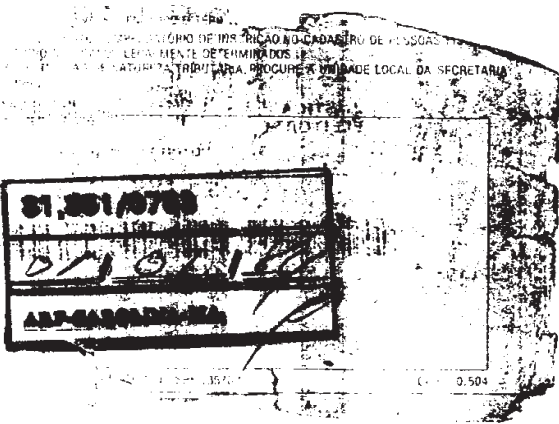
Situação ATIVO

Matrícula 000939801

Agência Bancária 007820

Nº Conta 00003401499





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE
Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA LÚCIA ALVES DA SILVA**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

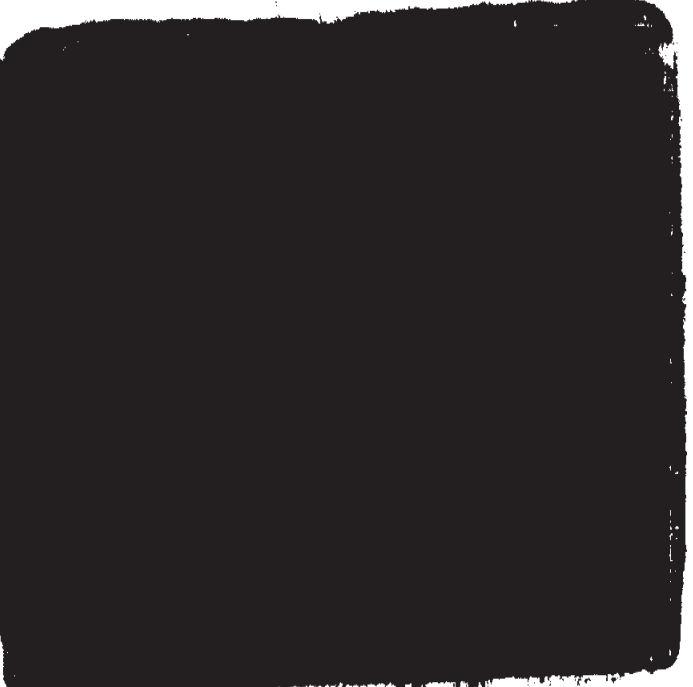
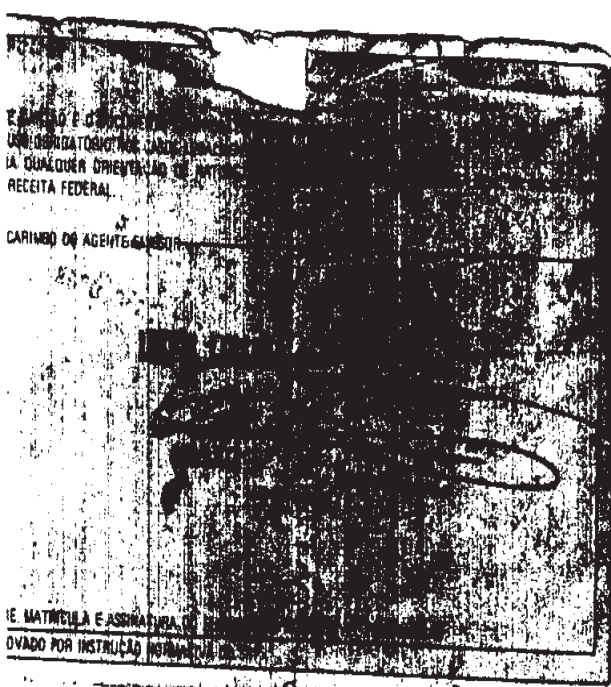
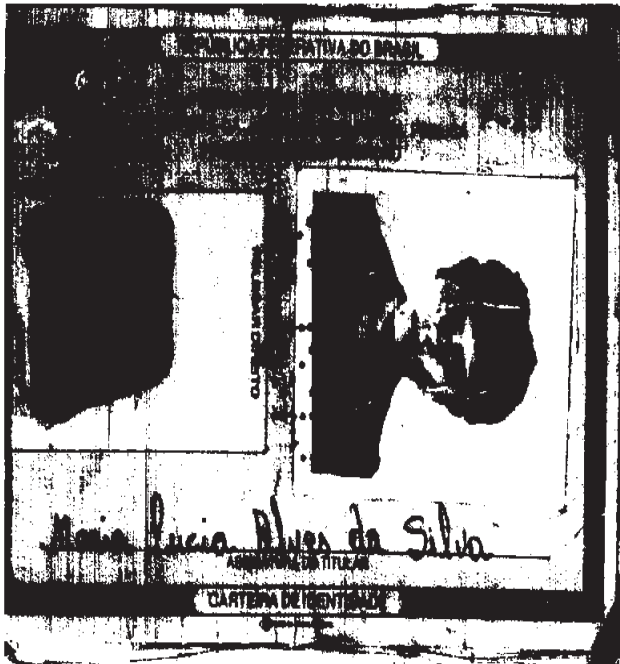
Luizete Rodrigues Lopes
 Coordenadoria de Ensino de Graduação

Terezinha Maia Lima
 Diretora
 UEMA
 MAR. 400
 Diretor(a) / Centro

Data 22/03/2003

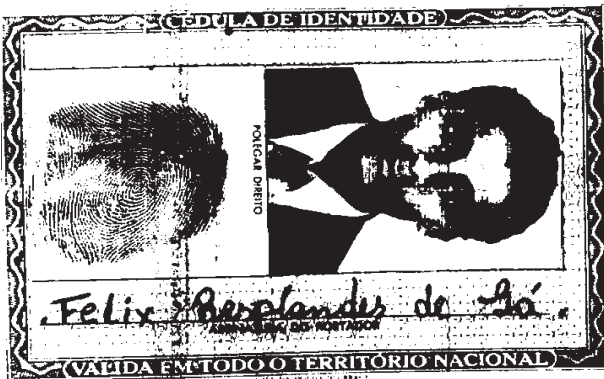
Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício
 MAR. 4100

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado Maranhense
Unid. Gesto. de Desenvolvi. Humano - UGDH
Proc. Nº 418/03 Data: 26/03/03 - Matr- 714113
ASS: PROMOÇÃO - MAG 3 - P/ MAG - 3V
Nome : Maria Lúcia Alves da Silva
U. I. São Raimundo Nonato - SR das Mangabeiras - MA



AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2008	Nº Ordem	30.776
Órgão	SEEDUC	Município	122 - S. R MANGABEI				
Sector	12239112AU - U. I BARROS	Matrícula	000785717				
C.I.C.	279702213-00	Identidade	822083 - SSP.	Cod. Nivel	06		
Nome do Funcionário	FELIX RESP LANDES DE SA						
Cargo	PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003403114		
VANTAGENS E DESCONTOS							
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	280,00					
136	ADIC. TEM. SER	28,00					
137	SAL. FAMILIAR	280,00					
150	TOTAL VANTAGENS	588,00					
882	FAPA	64,68					
883	FUNBEN	5,88					
888	PROG. M. CASA	43,08					
583	SINPROESMA	5,60					
584	CREDI BEM NEG	67,92					
	TOTAL DESCONTOS	187,14					
	N. REC. FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		400,86			
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Órgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	FELIX RESP LANDES DE SA	Matrícula	000785717
Cargo	PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403114
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FELIX - S. R. MANGABEIRAS MECÂNICA		400,86	
ASSINATURA: _____			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Felix Resplandes de Sá

CIC

NASCIMENTO
27.03.67

INSCRIÇÃO NO CPF
279 702 213 00

CONTRIBUINTE

FELIX RESP LANDES DE SA

[Signature]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 446/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-I- P/ MAG-IV
Nome: Félix Resplandes de Sá
U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA FERREIRA***

*concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Data **22 / 03 / 2003***

*Lucinete de Azevedo Lopes
Coordenadora CEG*

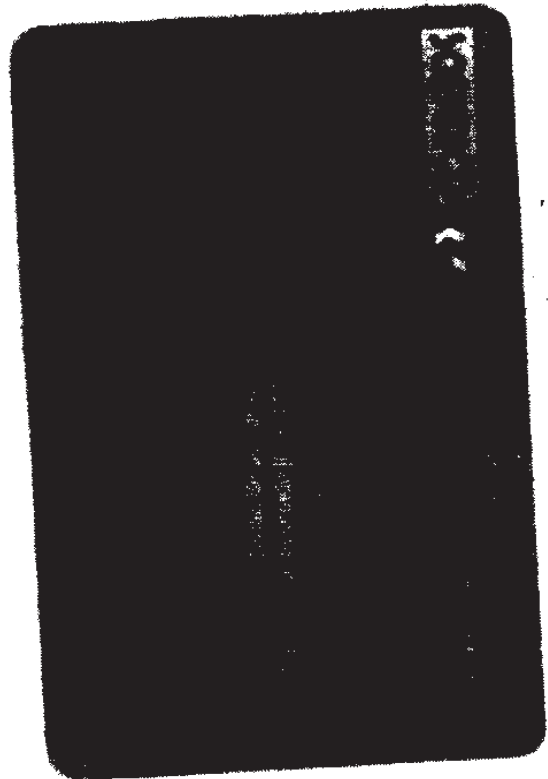
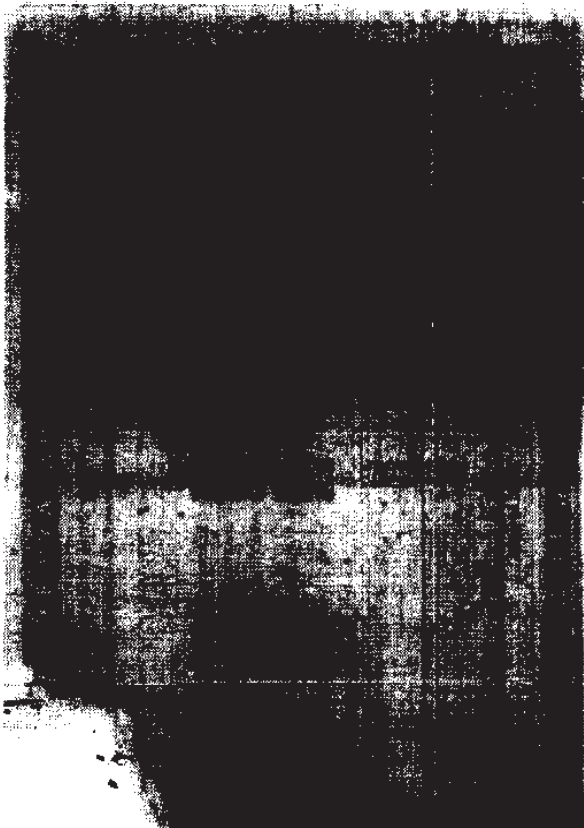
*Terezinha de Azevedo Maia Lima
Diretora de Assuntos Estudantis
MAT. 5130*

Diretor(a) / Centro

*Profº José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício
Mat. 5160*

CEG / PROGAE / UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado Maranhense
Unid. Gesto. de Desenvolvi. Humano - UGDH
Proc. Nº 591/03 Data: 28/03/03 - Matr - 409292
ASS: PROMOÇÃO
Nome : Maria da Conceição Costa Ferreira
CEM. Rosário de Mª. N. Costa - SR. das Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **RITA COSTA LIMA**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

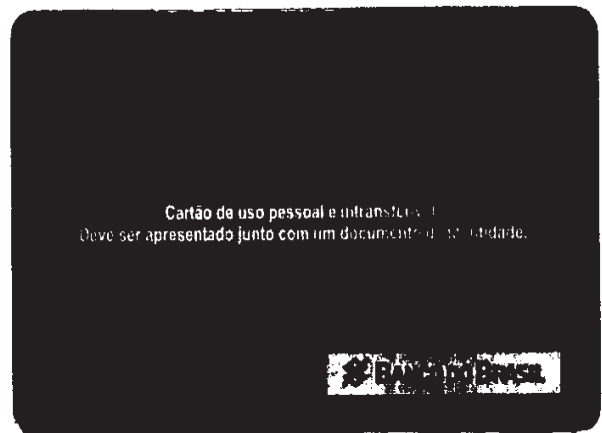
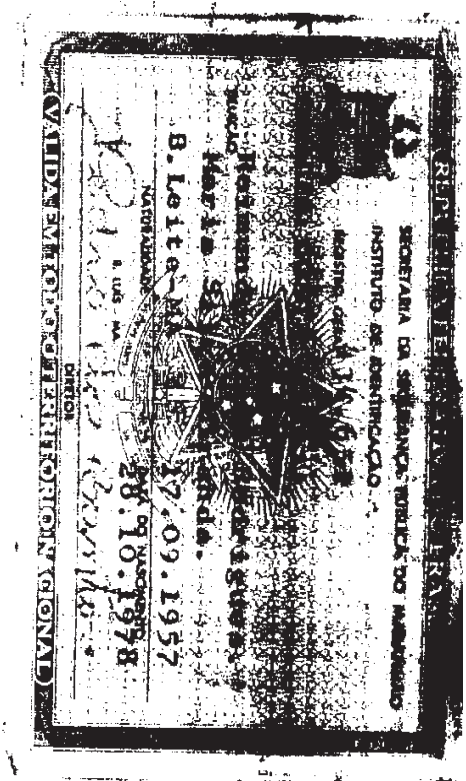
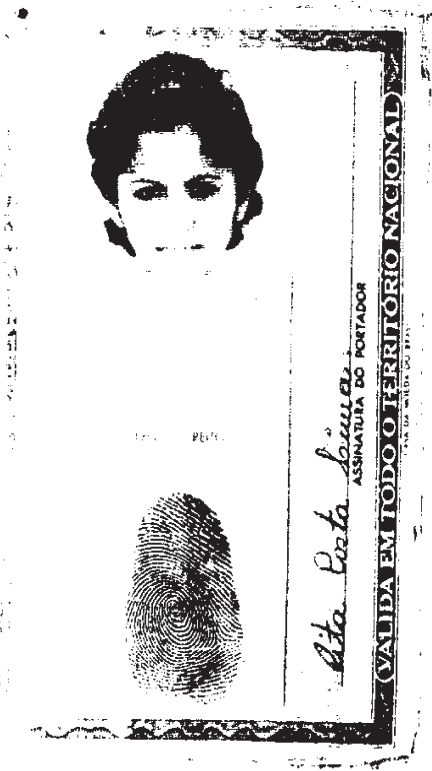
Terezinha da **Maia Lima**
Diretora da **PROGAE**
Mat. 120

Diretor(a) / Centro

Prof. **José Augusto Silva Oliveira**
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício
Mat. 5159

Coordenadoria de Ensino de Graduação
Mat. 0124

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.795
12239112AV - U.I.R. NONA		Município	122-S	R MANGABEI
CIC	476525793-53	Identidade	434851	SSP
RITA COSTA LIMA		Matrícula	000274365	
PROFESSOR-MAG-II		Cód. Nivel	009	
VANTAGENS E DESCONTOS		Situação	ATIVO	
007830		Agência Bancária	0000340873	
0000340873		Nº Conta		
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
136	ADIC. TEM. SER	75,94		
426	GRAT. TEM. SER	60,75		
235	GRAT. TR/MAG	35,44		
516	TOTAL VANTAGENS	1.109,86		
983	FERRAEN. SESSA	75,18		
982	SUBPROSSA	6,83		
981	PLASENA. SEEG	27,00		
516	ABEM-METLIFE	10,00		
	TOTAL DESCONTOS-	144,09		
	N. REC. FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM		Líquido	984,58	
		SEPLAN		
Órgão	Situação			
SEEDUC	ATIVO			
Nome do Funcionário	Matrícula			
RITA COSTA LIMA	000274365			
Cargo	Agência Bancária	Nº Conta		
PROFESSOR-MAG-11	007830	0000340873		
VIA BANCO	Líquido			
FEV 2006	984,58			
ASSINATURA				



Grat. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Dire. N.º 404/03 Data: 25.03.2003
 Ass. Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome: Rita Costa Lima
 End. São R. Nonato - S R das Ilangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **MARIA ESTER COELHO LIMA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**

Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22 / 03 / 2003**

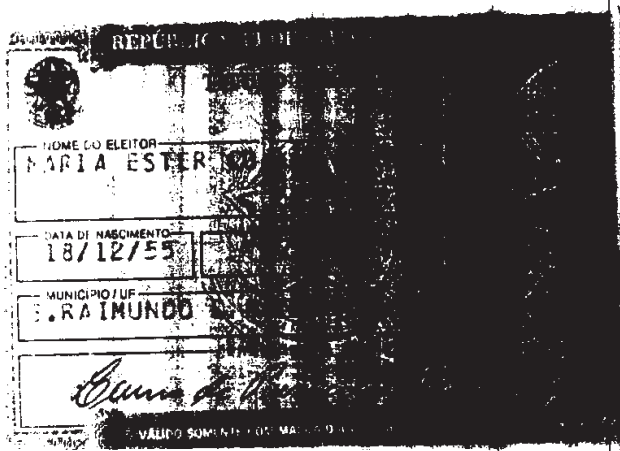
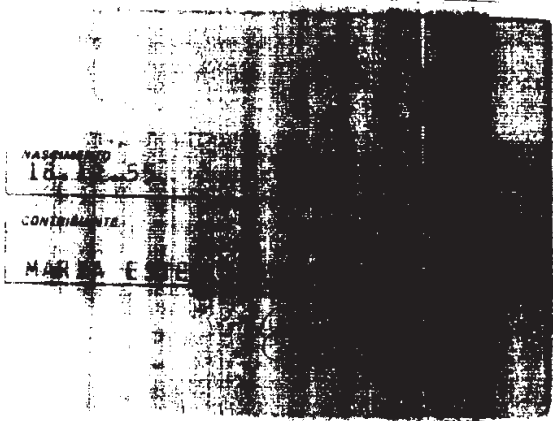
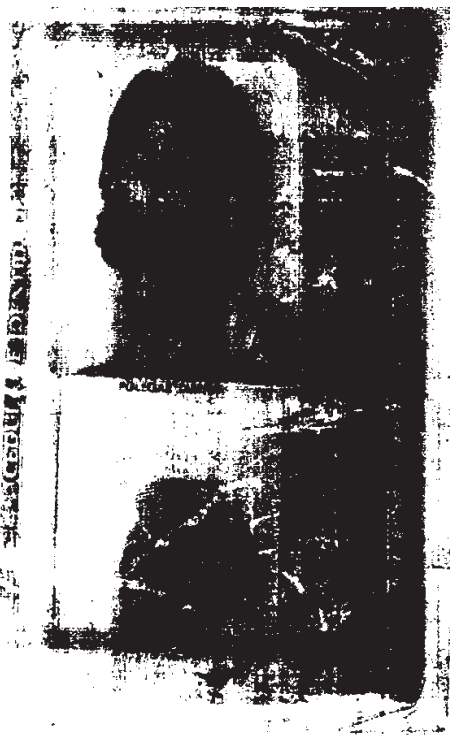
Luzinete Poliana Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
MAG-III
REG. DE GRADUAÇÃO UEMA

Terezinha de J. Maria Lima
Diretora do **MAG-III**
MAG-III
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e
Assuntos Estudantis em Exercicio
MAG-III
Mai. 5159

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. N° 417/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Maria Ester Coelho Lima
U. I. S. R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. N° 416/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Maria Ester Coelho Lima
U. I. São R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - MA



AVISO DE CREDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.821
Orgão	SEEDUC	Município	122-S	R	MANGABEI		
Selator	12239112AV - U.1 R.NONA	Matrícula	000939819				
C.I.C.	19787083-04	Identidade	264388	SSP	Cód. Nível	011	
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA					
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003400549		
SITUAÇÃO		ATIVO					
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	328,31					
136	ADIC. TEM. SER	65,26					
128	GRAT. P/TITUL	326,93					
150	GRAT. ATIV. MAG	750,51					
TOTAL VANTAGENS-		1223,00					
983	FUN. N. DESSEMA	82,56					
983	SIN. PROSEMA	4,23					
983	AGREM. MENS. LIFE	17,00					
516	TOTAL DESCONTOS-	123,60					
N. REC. FGTS *****							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		628,91			
SEM MENSAGEM		SEPLAN					

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário		Matrícula	
MARIA ESTER COELHO LIMA		000939819	
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta
		007820	00003400549
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FÉV-2006 MANUSEIO DE REPARAÇÃO MECÂNICA		628,91	
ASSINATURA			

AVISO DE CREDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.801
Orgão	SEEDUC	Município	122-S	R	MANGABEI		
Selator	12239112AV - U.1 R.NONA	Matrícula	000714162				
C.I.C.	19787083-04	Identidade	264388	SSP	Cód. Nível	010	
Nome do Funcionário		MARIA ESTER COELHO LIMA					
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003400549		
SITUAÇÃO		ATIVO					
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	313,60					
136	ADIC. TEM. SER	31,36					
128	GRAT. P/TITUL	313,60					
150	GRAT. ATIV. MAG	708,60					
TOTAL VANTAGENS-		1071,12					
983	FUN. N. DESSEMA	77,62					
983	SIN. PROSEMA	7,06					
983	AGREM. MENS. LIFE	12,50					
516	TOTAL DESCONTOS-	107,12					
N. REC. FGTS *****							
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		998,38			
SEM MENSAGEM		SEPLAN					

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário		Matrícula	
MARIA ESTER COELHO LIMA		000714162	
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	Nº Conta
		007820	00003400549
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FÉV-2006 MANUSEIO DE REPARAÇÃO MECÂNICA		998,38	
ASSINATURA			



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



Handwritten notes and stamps in a box, including the number 494 and a signature.

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

Terezinha da **Maia Lima**
Diretora da **PROGAE**
UEMA

Dir(a) / Centro

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de **PROGAE**
UEMA

Dr. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de **Graduação e Assuntos Estudantis**
UEMA
Mol. 5150

CEG/PROGAE/UEMA



1º Tabelionato de Notas de Balsas - Maranhão

Ivan Alceu Barbosa - Tabelião

Autenticado e preservado eletronicamente por

conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Balsas-MA, 27 de março de 2003.

Rosa Maria Martins Barros Alencar
Escrivente Autorizada

Válido somente com o selo de Autenticidade



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14641702000-4 DATA DE EMISSÃO 08/09/2001

NOME MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES

FILIAÇÃO JOSE DA SILVA E ONESINA NOGUEIRA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 14/04/1962

DOC ORDEM CASAM-N.244 FLS.74 L.10.3

CPF 476532053-72

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

740

AVISO DE CREDITO Mês FEVEREIRO Ano 2008 Nº Ordem 30.743

Orgão SEEDUC Município 122-S R MANGABEIRA

Sector 12238112AU - U. I BARROS Matrícula 000714083

C.I.C. 476532053-72 Identidade 146417020004 SSP Cód. Nível 008

Nome do Funcionário MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GO Situação ATIVO

Cargo PROFESSOR-MAG-II Agência Bancária 007820 Nº Conta 00003403888

VANTAGENS E DESCONTOS

Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	284,35
1000	ADIC. TEN. SER 15	44,15
1000	SAL. FAMILIA 2	22,48
1000	GRAT. ATIV. MAG 100	284,35
	TOTAL VANTAGENS-	635,33
0000	FEPA	8,53
0000	FUNBEN	8,53
0000	SUL. AMER. SEG	48,04
0000	PROG. M. CASA	48,04
	TOTAL DESCONTOS-	113,14
	N. REC. FGTS *****	

VIA FUNCIONÁRIO LÍQUIDO

SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM

SEPLAN

2-271

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

DIREÇÃO DE REGISTRO DE JUSTIÇA

SECRETARIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E CARTERAS

INSTITUTO DE REGISTRAÇÃO

CARTERA DE IDENTIDADE

ASSINATURA

Orgão SEEDUC Situação ATIVO

Nome do Funcionário MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GO Matrícula 000714083

Cargo PROFESSOR-MAG-II Agência Bancária 007820 Nº Conta 00003403888

VIA BANCO LÍQUIDO

FEV-2008 MANGABEIRA MECÂNICA

ASSINATURA:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITOR

NOME DO ELEITOR MARYNEUSA NOGUEIRA DA SILVA GOMES

DATA DE NASCIMENTO 14/04/62

MUNICÍPIO / UF S. RAIMUNDO / MA

ASSINATURA

SECRETARIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E CARTERAS

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 444/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção- MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome Maryneusa Nogueira da Silva Gomes
 U. I. Mons. Barros - SR das Mangabeiras - M

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Registro de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - **LUZIA SÔNIA COELHO PEREIRA**

Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

Assinada em **22 de março de 2003.**

Terezinha *(assinatura)* J. Maria Lima
Diretora do CEEEFM UEMA

Data **22/03/2003**

Diretor(a) / Centro

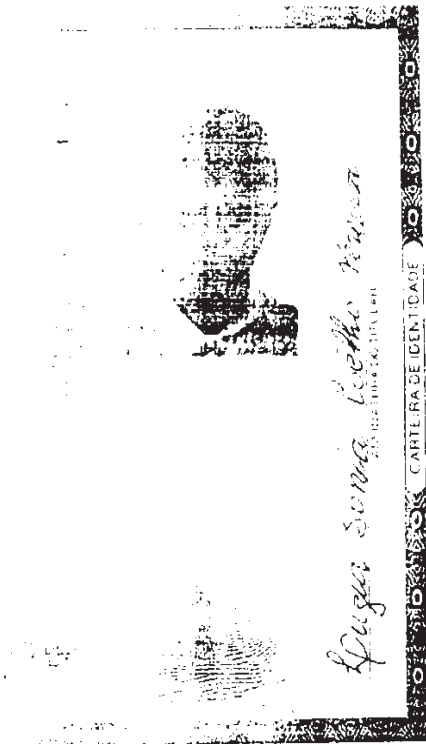
Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis
Mat 5159



GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação - DEDUC
Proc. Nº 188/04 Data: 09.02/04
ASS. Gratificação Por Titulação
Nome: Luzia Sonia Coelho Pereira
CEEFM São Rdo Nonato - S R Mangabeiras - MA



VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 18440652001-8 DATA DE EMISSÃO: 12/09/2001

NOME: LUZIA SONIA COELHO PEREIRA

FILIAÇÃO: ZEFERINO COELHO DE ARAUJO E FELOME A DE SOUSA LIMA

NATURALIDADE: S. RDO. DAS MANGABETIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO: 12/12/1966

DOC. CIVIL: CASAM. N. 684 FLS. 19 MV. 21

CPF: 515863423-15 *15 anos*

P-233 *15 anos*

ASSINATURA DO DIRETOR: *[Signature]*

LENY 7.116 DE 29/09/01

VIA: 01

LUZIA SONIA COELHO PEREIRA

13.12.64

Luzia Sonia Coelho Pereira

03.2.02.01-1

10/03/92

ARF - CAROLINA - MA

Sebastião *[Signature]* **Sebastião**
 Tac. Postal Junior **Maritinus**
 Mai. Cel. **Sandus**

ARF - CAROLINA - MA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	Ano	Nº Ordem
SEEDUC		FEVEREIRO	2006	30.808
Setor		Município	R MANGABEI	
12239112AV - U.I.R.NONA		122-S		
CIC	Identidade	Matrícula	000785733	
515963423-15	712159 SSP	Cód. Nível	001	
Nome do Funcionário		SITUAÇÃO		
LUZIA SONIA COELHO PEREIRA		ATIVO		
Cargo		Agência Bancária	Nº Conta	00003402444
PROFESSOR-MAG-I		007820	00003402444	
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	280,00		
136	ADIC. FAMIL. 3A	28,00		
131	GRAT. ATIV. MAG. 100	280,00		
150	TOTAL VANTAGENS	588,00		
982	FUNBEN	64,68		
983	SINPRODESSEMA	5,88		
984	CREDI BEM NEG	78,13		
984	SOL. AMER. SECTOS	175,15		
N. REC. FGTS *****				
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		
SEM MENSAGEM		418,24		
SEM MENSAGEM		SEPLAN		

Orgão SEEDUC
 Nome do Funcionário LUZIA SONIA COELHO PEREIRA
 Matrícula 000785733
 Agência Bancária 007820
 Nº Conta 00003402444
 PROFESSOR-MAG-I
 VIA BANCO
 FEV 2006 MANGABEI: 00003402444
 LÍQUIDO
 418,24

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEduc
 Proc. Nº 403/03 Data: 25.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-I- P/MAG-IV
 Nome : Luzia Sonia Coelho Pereira
 U.F. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

**Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE**

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **JOSEFINA BATISTA CARNEIRO DE MIRANDA**

concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**
Língua Inglesa

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data 22 / 03 / 2003

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação

Terezinha de J. Mata Lima
Diretora de Ensino de Graduação
Diretor(a) / Centro

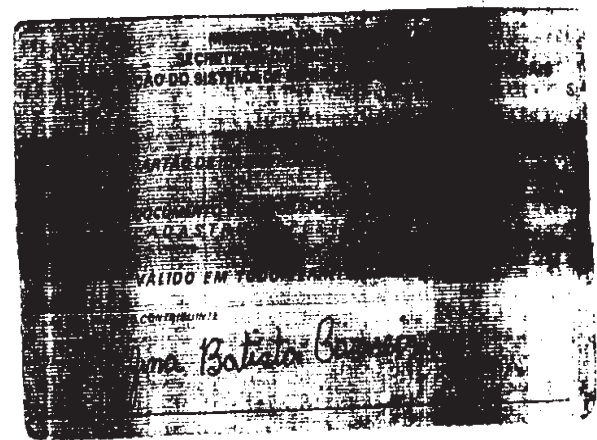
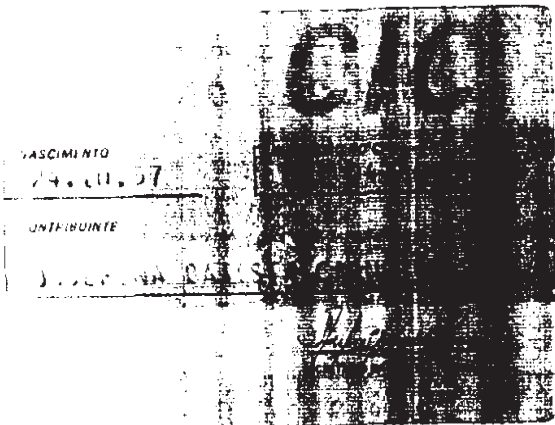
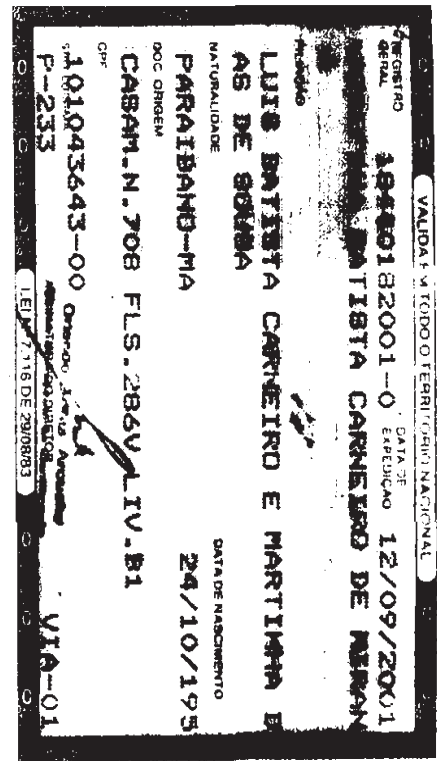
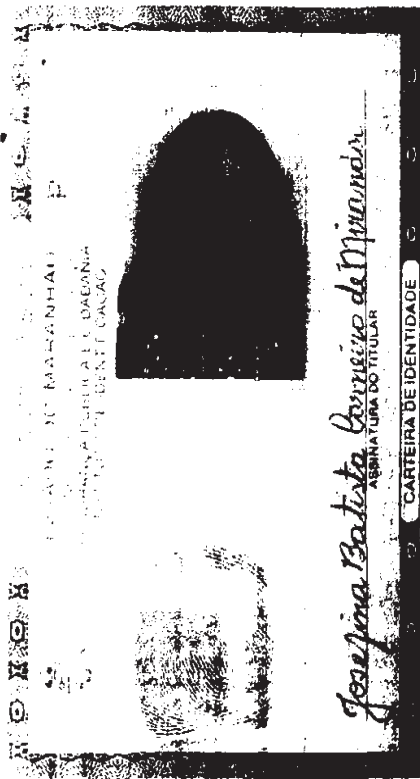
Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício

CEG / PROGAE / UEMA

Orgão	SEBUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	JOSEFINA BATISTA C DE MIRANDA	Matrícula	000253868
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403939
VIA BANCO	LÍQUIDO		529,48
F51-5098 MANUTENÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA			

Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	303,74
136	ADIC. TEM. SER	75,74
137	SAL. FAM. LÍQ	303,74
150	TOTAL VANTAGENS	885,88
883	FUNDEN	75,18
884	FUNDEN - CASA	53,88
885	SULFONER-SEG	18,10
886	TOTAL DESCONTOS	158,12
887	N. REC. FOTS *****	
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO
SEM MENSAGEM		829,48
SEM MENSAGEM		SEPLAN

Orgão	SEBUC	Município	122-5 R MANGABEI
Sector	1233819AV - U. I. R. NOMA	Matrícula	000253868
C.I.C.	101048848-00	Cad. Nível	009
Nome do Funcionário	JOSEFINA BATISTA C DE MIRANDA	Situação	ATIVO
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003403939
Mês		FEVEREIRO	Ano
			2005
			Nº Ordem
			30.783



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 408/03 Data: 25.03.2003
 Ass. Promoção - MAG-III - P/ MAG-IV
 Nome: Josefina Batista Carneiro de Miranda
 III. São R. Nonato - S. R. das Mangabeiras - N



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **ANA MARIA PIRES DA SILVA***

*concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa***

Língua Inglesa

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Data **22 / 03 / 2003***

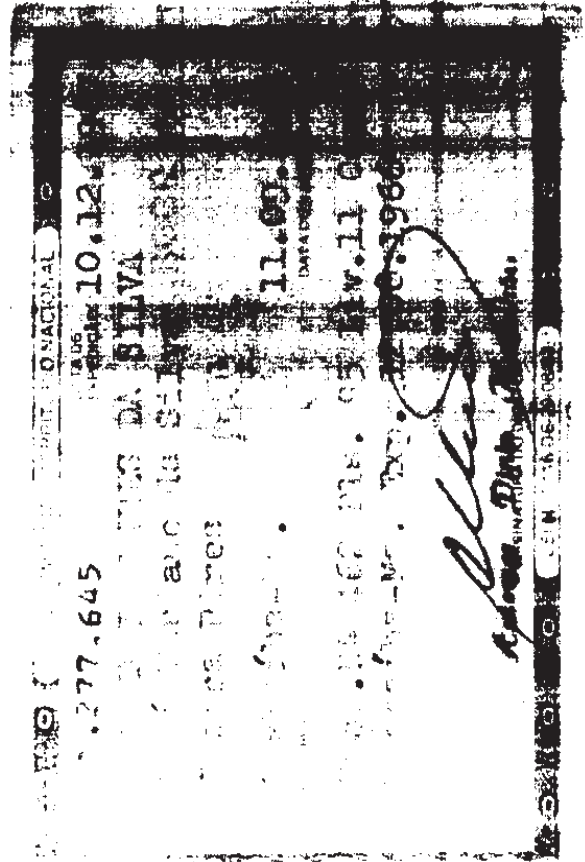
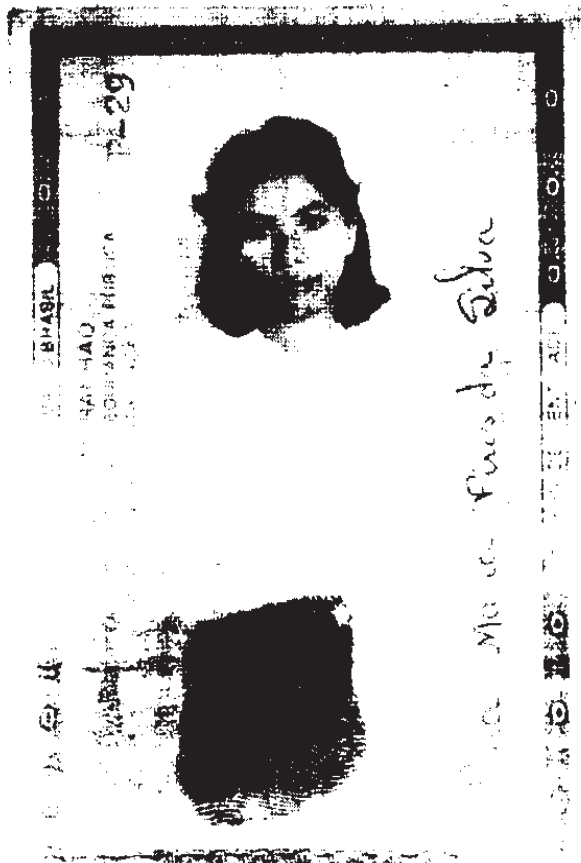
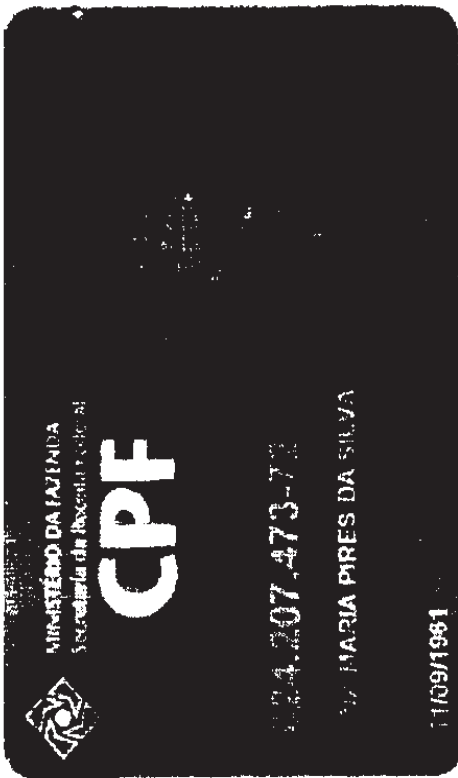
*Terezinha da ~~Costa~~ **Mota Lima**
Diretora da ~~PROGAE~~ **UEMA**
MAT. 438
Diretor(a) / Centro*

*Prof. **Jose Augusto Silva Oliveira**
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis (a) Exercício
Mat. 616*

*~~Luiz Carlos de **Lopes**~~
Coordenador de Ensino de Graduação
MAT. 034
CEG/PROGAE/UEMA*

FOAC01	
Orgão SEDUC	Situação ATIVO
Nome do Funcionário ANA MARIA PIRES DA SILVA	Matrícula 001023548
Cargo PROFESSOR - MAG-11	Agência Bancária Nº Conta 007920 00003403580
VIA BANCO FÉX-3096 MANAÍBA/RELAÇÃO MECÂNICA	LÍQUIDO 478,87
ASSINATURA	

Orgão SEDUC		Mês FEVEREIRO	Ano 2006	Nº Ordem 30.825
Nome do Funcionário ANA MARIA PIRES DA SILVA		Identidade 1477845 SSPMA	Matrícula 001023548	Cdd. Nível 008
Cargo PROFESSOR-MAG-11		Agência Bancária 007920	Nº Conta 00003403580	Situação ATIVO
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO SER	284,35		
138	ADIC. TEM. SER	29,44		
150	GRAT. ATIV. MAG. 100	284,35		
	TOTAL VANTAGENS -	618,14		
983	FERA	88,00		
984	FUNDEB. CREDIT. BEM. NEG	67,18		
	TOTAL DESCONTOS -	141,27		
	N. REC. FOLTS. *****			
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM		LÍQUIDO	478,87	
		SEPLAN		



Ger. de Arte e Desenho da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 440/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Ana Maria Pires da Silva
 U. I. São R. Nonato - R das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
 Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
 Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
 UEMA, RAIMUNDA LÊDA LOPES LACERDA

concluiu o Curso de Letras / Habilitação Língua Portuguesa

Língua Inglesa

tendo colado grau em 22 de março de 2003.

Data 22 / 03 / 2003

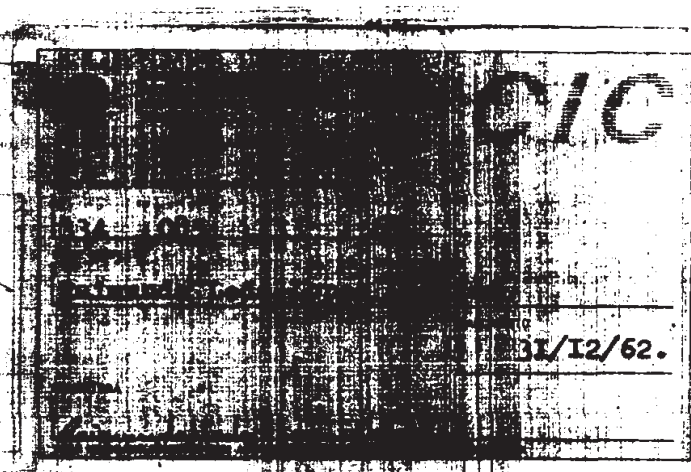
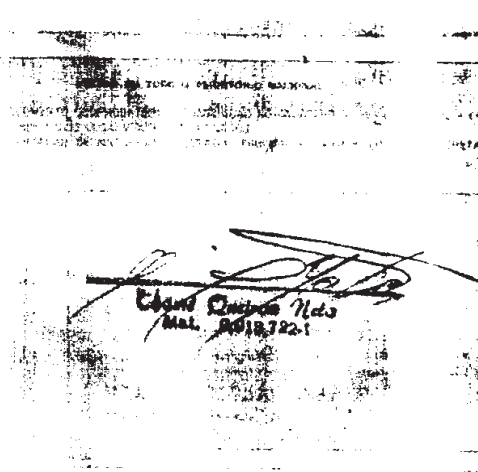
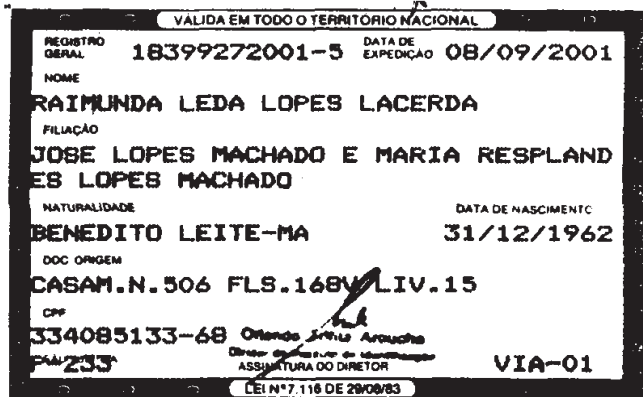
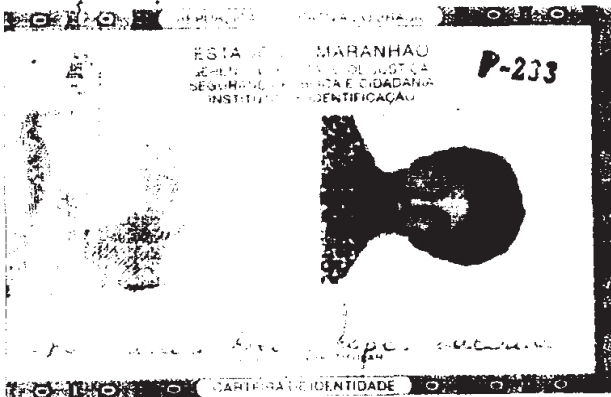
Luzinete Raimundo Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 UEMA

Terezinha de Jesus Melo Lima
 Diretora de Ensino de Graduação
 UEMA

Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e
 Assuntos Estudantis (Exercício)
 UEMA

CEC - PROGAE / UEMA



Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. N° 411/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Raimunda Leda Lopes Lacerda
 U.I. Mons. Barros - S. R. das Mangabeiras - A

AVISO DE CRÉDITO		Mês FEVEREIRO	Ano 2006	Nº Ordem 30.787
Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI		
Setor 12239112AU - U. I BARROS		Matricula 000878415		
C.I.C. 334085133-88	Identidade 817222 SSP		Cód. Nivel 003	
Nome do Funcionário RAIMUNDA LEDA LOPES LACERDA		Situação ATIVO		
Cargo PROFESSOR-MAG-I		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003401889	
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	280,00		
138	ADIC. TEM. SER 20	58,00		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	280,00		
	TOTAL VANTAGENS -	618,00		
982	FAPA	67,78		
983	FUNBEN	8,18		
583	SINPROESSEMA 1	3,80		
854	SUL AMER. SEG.	29,00		
589	PLASEMA SEG.	17,00		
516	ABEM-METLIFE	10,00		
	TOTAL DESCONTOS -	135,52		
	N. REC. FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		482,48
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM				
				SEPLAN

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário RAIMUNDA LEDA LOPES LACERDA		Matricula 000878415	
Cargo PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003401889	
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEV-2006		482,48	
122-S R MANGABEIAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA: _____			



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **FRANCISCA ILMAR LOPES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

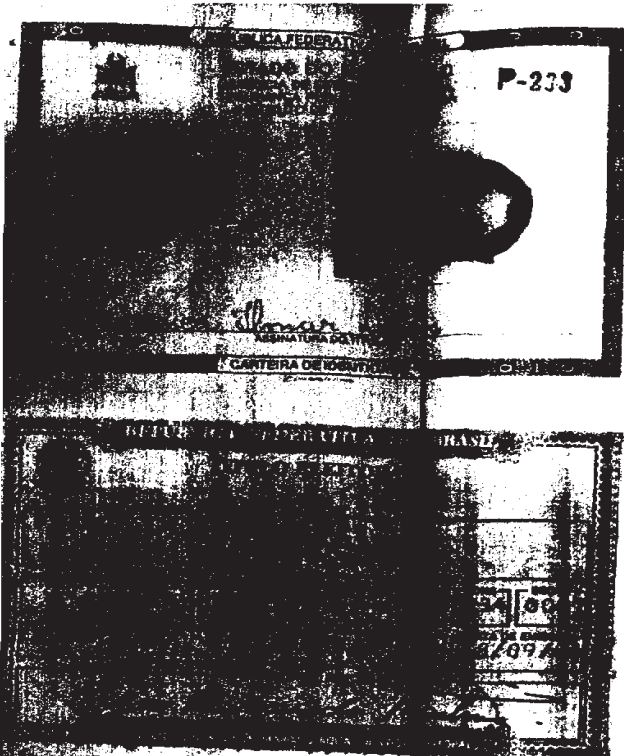
Data **22/03/2003**

Lucineia Ilmar Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA
Mar/2004

Terezinha de *M. Maia Lima*
Diretora de Ensino - UEMA
Mar/2004
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pro-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis em Exercício
UEMA
Mar/2004

CEG/PROGAE/UEMA



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18399702001-8 DATA DE EXPEDICAO 08/09/2001

NOME FRANCISCA ILMAR LOPES

FILIAÇÃO MANOEL PEDRO LOPES E LUCINDA ALVES DE MOURA

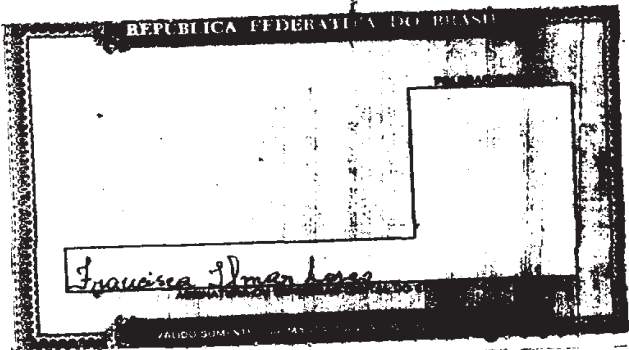
NATURALIDADE DEIRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 28/06/1954

DOC ORIGEM NASC.N.519 FLS.57V LV.32

CPF 064398453-49

PAL-233 ASSINATURA DO DIRETOR VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 2006/83



Orgão SEDUC

Nome do Funcionário FRANCISCA ILMAR LOPES

Cargo PROFESSOR - MAG-II

VIA BANCO

LÍQUIDO

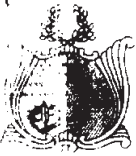
Matricula 000988281

Agência Bancária 113 Conta 00003400884

Situação ATIVO

Orgão	Mês	Ano	Nº Ordem
SEDFUC	FEVEREIRO	2006	30.788
Município 123-S R MANGABEI			
CIC 1239112AU - U.I BARROS		Matricula 000988281	
CIC 064398453-49		Ord. Nivel 009	
Nome do Funcionário FRANCISCA ILMAR LOPES		Situação ATIVO	
Orgão PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007830	Nº Conta 00003400884
Código	Descrição	Valor	
101	VENCIAMENTO	303.774	
136	GRAT. ATIV. MAG 100	303.774	
150	TOTAL VANTAGENS	607.548	
402	FECAEN	73.51	
403	FUNDEB	6.185	
404	PLS SEVA - SEG	14.550	
405	ASBEM-METLIFE	17.000	
406	TOTAL DESCONTOS	121.88	
516	N.REC.FGTS *****		
VIA FUNCIONÁRIO LÍQUIDO		585.66	
SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM			
		SEPLAN	

Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEIDUC
 Proc. Nº 421/03 Data: 26.03 2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Francisca Ilmar Lopes
 U.I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **JOSÉLIA FERREIRA PASSARINHO***

*concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério***

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Terezinha da **Maria Lima**
Diretora da **PROGAE**
MAT. 1150*

*Data **22/03/2003***

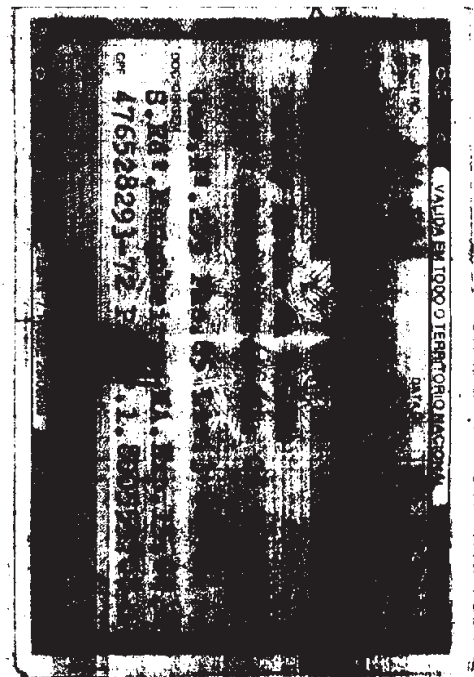
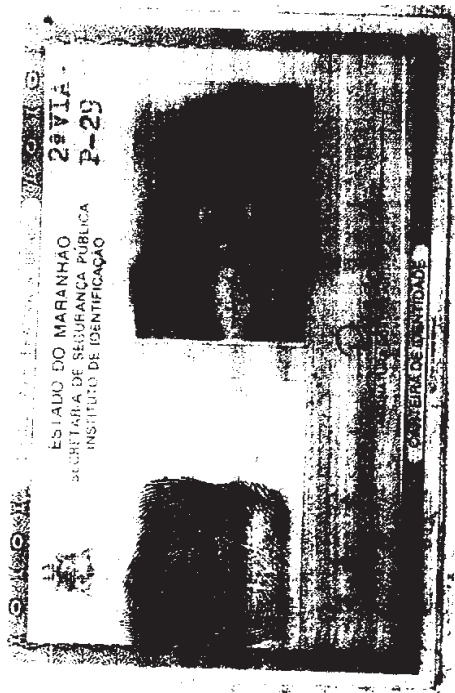
Coordenadora de Ensino de Graduação

Director(a) / Centro

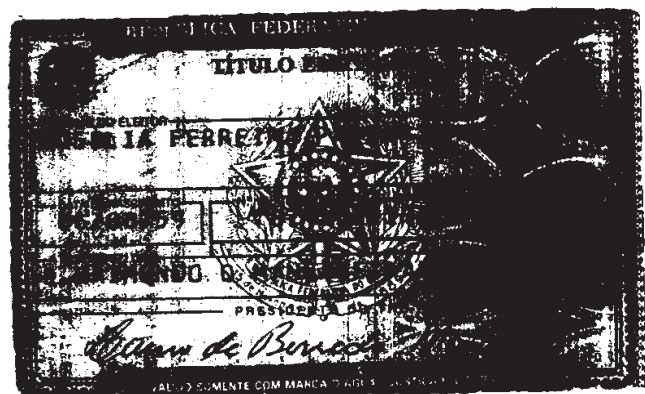
*Prof.ª **Patrícia Silveira Oliveira**
Assistente Administrativo em Exercício
MAT. 5150*

AVISO DE CREDITO		Mes: FEVEREIRO	Ano: 2006	Nº Ordem: 130 805
Cidade: SEEDUC	Município: 122-S R MANGABEI			
Sector: 12239112AV - U 1 R NONA	Identidade: 34553 SSP			
CIC: 476528293-72	Situação: ATIVO			
Nome do Funcionário: JOSELIA FERREIRA PASSARINHO	Agência Bancária: 007820			
Cargo: PROFESSOR-MAG-II	Nº Conta: 00003403728			
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	294.35		
136	ADIC.FAMILIA	44.15		
150	GRAT.ATV.MAG 100	2.48		
	TOTAL VANTAGENS-	836.13		
992	FEPA	89.61		
983	FUNBEN CASA	47.78		
988	PROGRAM. P. SEG	14.50		
934	SUPROFESSEMA	5.89		
963	TOTAL DESCONTOS -	144.11		
	N.REC.FGTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	491,19	SEPLAN
SEM MENSAGEM				
SEM MENSAGEM				

Órgão: SEEDUC	Situação: ATIVO
Nome do Funcionário: JOSELIA FERREIRA PASSARINHO	Matrícula: 000726232
Cargo: PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária: 007820
	Nº Conta: 00003403728
VIA BANCO	LÍQUIDO
FEV-2006	MANGABEIAÇÃO MECÂNICA
	491,19
ASSINATURA	



Ger. de Arte e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
 Proc. Nº 005/03 Data: 25.03.2003
 Obj. Promoção - MAG-II - P/ MAG-IV
 Nome: Joselia Ferreira Passarinho
 End: R. Nonato - S.R. das Mangabeiras - M





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **MARIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA TAVARES**

concluiu o Curso de **Pedagogia / Habilitação Magistério**

tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data **22/03/2003**

Luzinete Rodrigues Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 Coordenadora do CEG

Terezinha de J. Maria Lima
 Diretora de Ensino de Graduação
 Diretora do CEG
 Diretor(a) / Centro

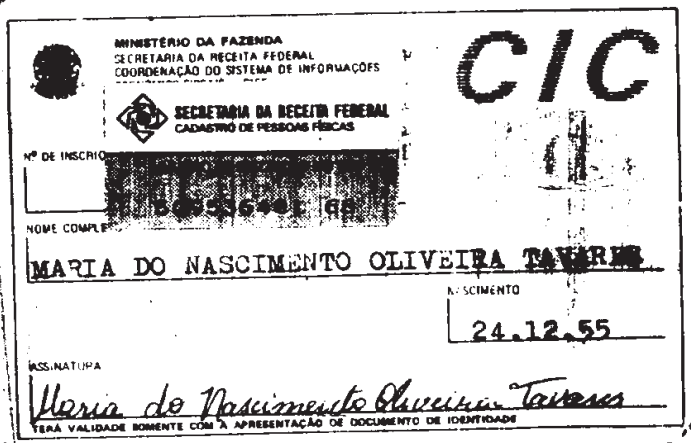
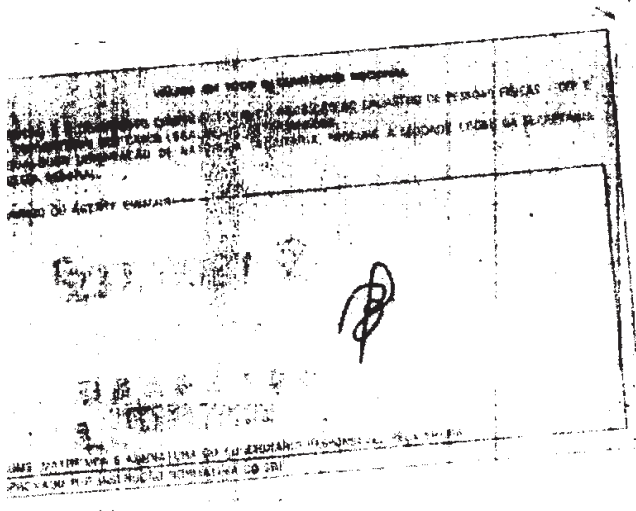
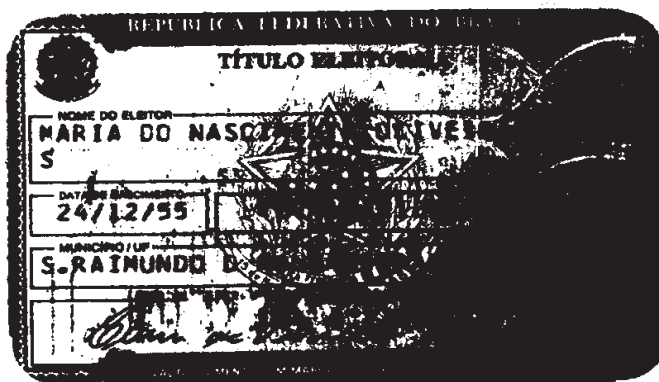
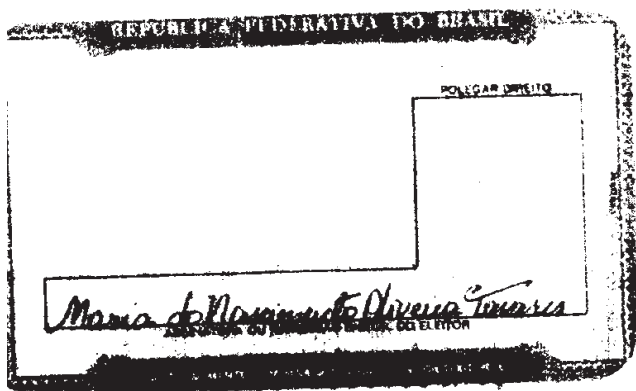
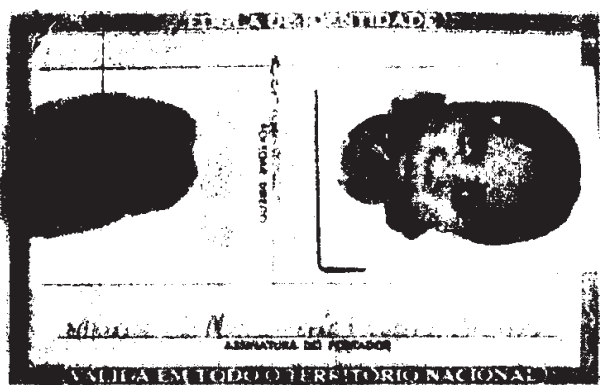
Prof. José Augusto Silva Oliveira
 Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis
 Exercício 2003

FBAC01

Orgão	SEBUDC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	MARIA DO NASCIMENTO O TAVARES	Matrícula	001028128
Cargo	PROFESSOR-MAG-I	Nº Conta	00003403227
Agência Bancária	007820		
VIA BANCO	LÍQUIDO		
FEV-2006	MANDEBATEÇÃO MECÂNICA		488,74
ASSINATURA: _____			

Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	280,00
138	ADIC. TEM. SER	28,00
139	GRAT. F. F. F. F. F.	28,00
150	TOTAL VANTAGENS	618,00
883	FEPA	67,78
884	SINPROSSOMA	1,16
885	SUL AMER. SEG	5,10
886	RAMER. AND. SEG	4,30
887	TOTAL DESCONTOS	25,34
888	N. REC. F. O. S. *****	129,12
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO
SEM MENSAGEM		488,74
SEM MENSAGEM		SEPLAN

Orgão	SEBUDC	Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.789
Sector	1229112AU - U.I BARROS	Município	122-S R MANGABEI	Matrícula	001028128		
C.I.C.	80828481-88	Identidade	434387 SSPMA	Cód. Nível	002		
Nome do Funcionário	MARIA DO NASCIMENTO O TAVARES	Situação	ATIVO				
Corpo	PROFESSOR-MAG-I	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003403227		



Ger. de Art e Desenv. da Reg do Cerrado MA
 Diretoria de Educação de Balsas -DEDUC
 Proc. Nº 441/03 Data: 26.03.2003
 Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
 Nome : Maria do Nascimento Oliveira Tavares
 U. I. Mons. Barros - S R das Mangabeiras - M



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, **FRANCISCA GUIOMAR LOPES DÔ NASCIMENTO**

concluiu o Curso de **Ciências / Habilitação Matemática**

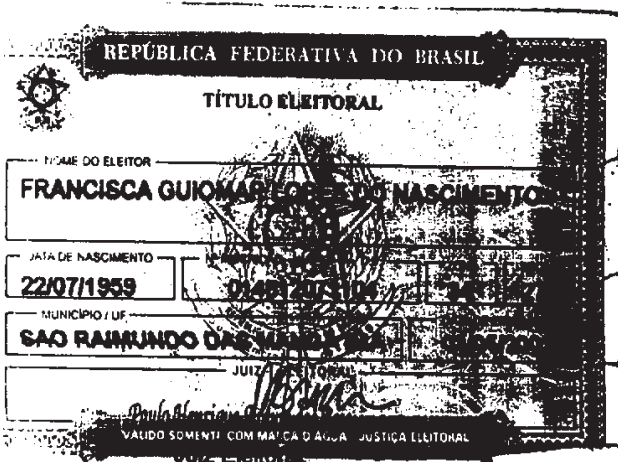
tendo colado grau em **22 de março de 2003.**

Data 22/03/2003

Lucinete Rodrigues Lopes
Coordenadora - CEG
CEG/PROGAE/UEMA

Terezinha Maria Lima
Diretora - CEG
CER/PROGAE/UEMA
Diretor(a) / Centro

Prof. José Augusto Siqueira Oliveira
Pró-Reitor de Graduação
PRG/PROGAE/UEMA



Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 406/03 Data: 25.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Francisca Guiomar Lopes do Nascimento
U.I. São R. Nonato-S. R. das Mangabeiras - N

Ger. de Art e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. Nº 407/03 Data: 25.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome: Francisca Guiomar Lopes do Nascimento
U.I. São R. Nonato-S. R. das Mangabeiras - N

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DO IMPOSTO

FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Nome: FRANCISCA GUEIMARA LOPES
Matrícula: 123456789
Data de Nascimento: 09.07.1957
CPF: 123.456.789-01

Assinatura: Francisca Gueimara Lopes


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CIC

07.57

FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Assinatura: Francisca Gueimara Lopes



FRANCISCA GUEIMARA LOPES

Assinatura: Francisca Gueimara Lopes

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

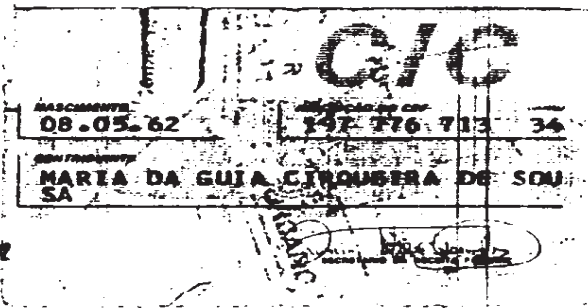
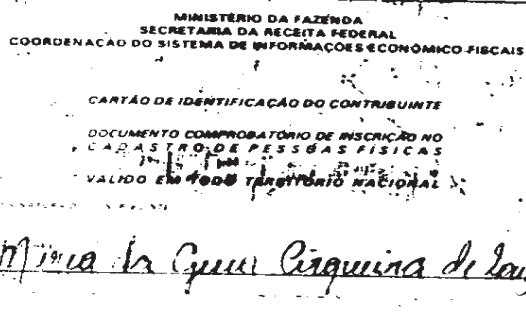
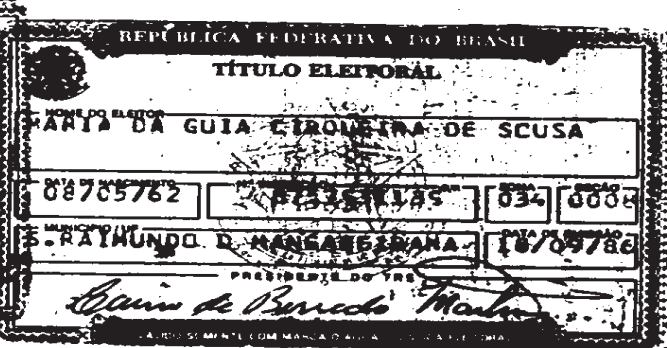
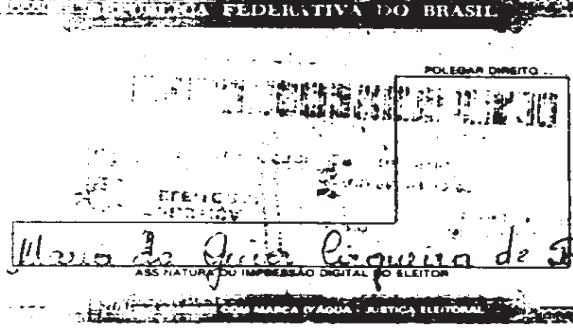
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura: Francisca Gueimara Lopes



AVISO DE CREDITO		Mês:	JANEIRO <th>Ano:</th> <td>2008 <th>Nº Ordem</th> <td>30.808 </td></td>	Ano:	2008 <th>Nº Ordem</th> <td>30.808 </td>	Nº Ordem	30.808
Órgão		SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI			
Setor		12239124U - U. J. BARROS	Matrícula	001026145			
C.C.		197776713-94	Cód. Nível	008			
Nome do Funcionário		MARIA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU	Situação	ATIVO			
Cargo		PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820			
			Nº Conta	00003401707			
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	284,35					
136	ADIC. TEM. SER	29,44					
131	SAL. FAMILIA	1,23					
150	GRAT. ATIV. MAG 100	284,35					
	TOTAL VANTAGENS-	619,37					
882	FGPA	88,00					
883	FGP EN	0,00					
884	SUPLENESMA	5,80					
885	SULPAVER. SEG	24,30					
886	BAHERTIND. SEG	21,08					
	TOTAL DESCONTOS-	139,18					
	N. REC. FGTS	*****					
VIA FUNCIONARIO		LÍQUIDO		483,91			
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Órgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	MARIA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOU	Matrícula	001026145
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003401707
VIA BANCO	LÍQUIDO	483,91	
483,91	MANGABEIRA MECANICA		

ASSINATURA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, **MARIA DA GUIA CIRQUEIRA DE SOUZA***

*concluiu o Curso de **Letras / Habilitação Língua Portuguesa**
Língua Inglesa*

*tendo colado grau em **22 de março de 2003.***

*Data **22 / 03 / 2003***

*Luiz Inácio de Moraes Lopes
Coordenador(a) / CEG
Coordenador(a) de Ensino de Graduação
Mat. 0534
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO*

*Terezinha de J. Melo Lima
Diretora de Ensino de Graduação
MAT. 430*

Diretor(a) / Centro

*Prof. José Augusto Silva Oliveira
Pró-Reitor(a) de Graduação e
Assuntos Estudantis em Exercício
Mat. 5159*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação de Balsas - DEDUC
Proc. N° 439/03 Data: 26.03.2003
Ass: Promoção - MAG-II- P/ MAG-IV
Nome : Maria da Guia Cirqueira de Souza
U. I. Mons. Barros - SR das Mangabeiras - M

Gerência de Desenvol. Regional de Balsas
Processo nº 110/03 Data 27/01/2003
Assunto: Gratificação Por Titulação
Nome: Maria da Guia Cirqueira de Souza
Unidade: U.I. Monsenhor Barros
Município: São Rdo. das Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARLENE MENDES COSTA BARROS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 de 12 de 2004

Luzinete [Signature] Lopes
 Coordenadora de Graduação
 PROGAE

Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora de CECEN/UEMA
 Março de 2004

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 PROGAE

Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI		Ano 2008 2008		IN Ordem 2007	
Setor 12239112AU - U.I BARROS		Matrícula 000714188		Cód. Nível 008		Situação ATIVO	
C.I.C. 269951993-83		Identidade 822108 SSP		Agência Bancária 007830		IN Conta 00003401824	
Nome do Funcionário MARLENE MENDES COSTA BARROS		Cargo PROFESSOR-MAG-II		Descrição VENCIMENTO 15 ADIC. TEM. SER 15 SAL. FAV. MAG 100 TOTAL VANTAGENS 294.335,31		Valor 294.335,31	
Código 883		Descrição FUNG. GABA PROPOSESMA SUBS. INQ EXAME INQ TOTAL DESCONTOS - N. REC. FGYS *****		Valor 58.863,11 58.863,11 80.000,00 80.000,00 314.441,23		Valor 58.863,11 58.863,11 80.000,00 80.000,00 314.441,23	
VIA FUNCIONÁRIO SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM		LÍQUIDO		SEPLAN		6.822.0	

JUSTIÇA ELEITORAL
34ª ZONA ELEITORAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA
RUA MANOEL OLIVIO DE CARVALHO, 150 - CENTRO Telefone 9935321166

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: MARLENE MENDES COSTA BARROS
Inscrição: 008745931155 Zona: 34 Seção: 4
Município: 9253 - SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS UF: MA
Data de nascimento: 24/05/1961 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: EDINA COSTA MENDES
PEDRO MENDES DE SOUSA
Ocupação declarada pela eleitora:
PROFESSOR DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS
Endereço: RUA 13 DE MAIO,S/N
CEP: 65840000 Telefone: 00000000

Em 10 de março de 2006.


ROBERVAL COSTA LIMA
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO



Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 12 / 12 / 2004

Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA

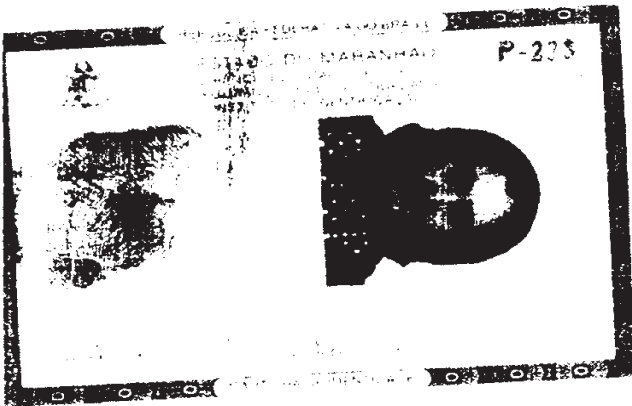
CEG/PRGAE/UEMA

Efigênia Mágda de Oliveira
Diretora do Centro de Educação
Ciências Exatas e Naturais
UEMA Mar. 8020

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação
UEMA

AVISO DE CÉDULO		Mês	Fevereiro	Ano	2008	Nº Ordem	30.754
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI	Matrícula	000928307		
Síntese	12239112AU - U. I BARROS	Identidade	197797713-87	Cód Nivel	009		
CIC	197797713-87	Nome do Funcionário	DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA	Agência Bandeira	007820	Nº Conta	00003401008
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Situação	ATIVO				
	VANTAGENS E DESCONTOS						
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO			303,74			
136	ADIC. TEM. SER			80,75			
150	GRAT. ATIV. MAG			309,74			
	TOTAL VANTAGENS-			694,23			
982	FUNPA			73,51			
983	SINPROESSEMA			8,66			
984	CREDI BEM NEG			107,00			
985	PLASMA SEG			17,00			
986	ALBEM-METI FFE			10,00			
987	TOTAL DESCONTOS-			220,31			
	N. REC. FGTS. *****						
VIA FUNCIONÁRIO		Líquido		447,92			
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM						SEPLAN	

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA	Matrícula	000928307
Cargo	PROFESSOR-MAG-11	Agência Bandeira	007820
		Nº Conta	00003401008
VIA BANCO		Líquido	
FEL-309		447,92	
MANTENIMENTO MECÂNICA			
ASSINATURA:			



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18403032001-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/09/2001

NOME DILMA MARIA BENIGNO DE SOUZA

FILIAÇÃO NEUTON BENIGNO DE SOUZA E MARIA ALVES DE SOUZA

NATALIDADE S.RDO.DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 10/05/1953

DOC ORIGEM NASC.N.136 FLS.45V LTV.08A

CPF 197797713-87

283

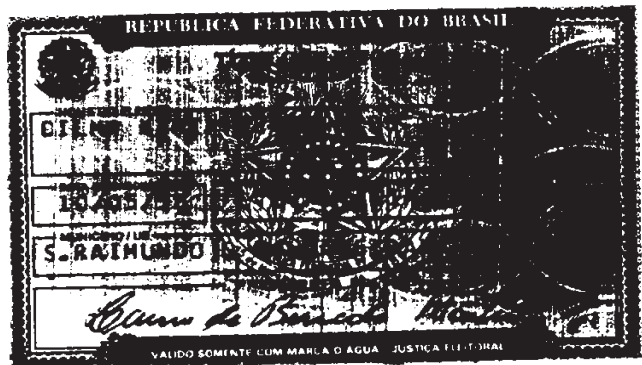
Otendo fé no Arquivo
Diretor do Serviço de Registro
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

POLEMAN DIRETOR

Dilma Maria Benigno de Souza



Cler. de Art. e Doc. em Rec. do Senado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano UGDH
Proc. Nº 10205 Data 04/02/05 Matr. 929007
ANO Promocão
Nome Dilma Maria Benigno de Souza
U. I. Monsenhor Dalmir MA Mangabeiras MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação

CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, FLÁVIA PATRÍCIA DE CARVALHO BARROS

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004



Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
UEMA

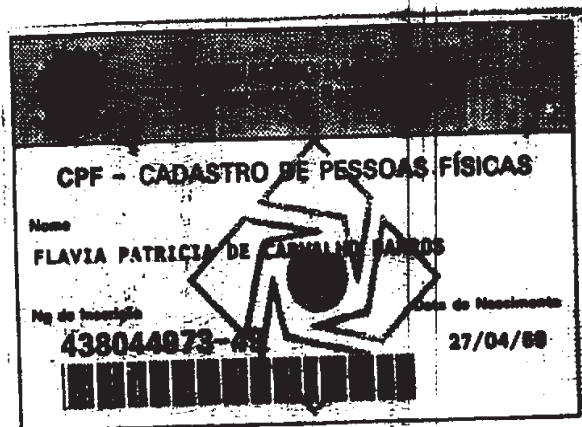
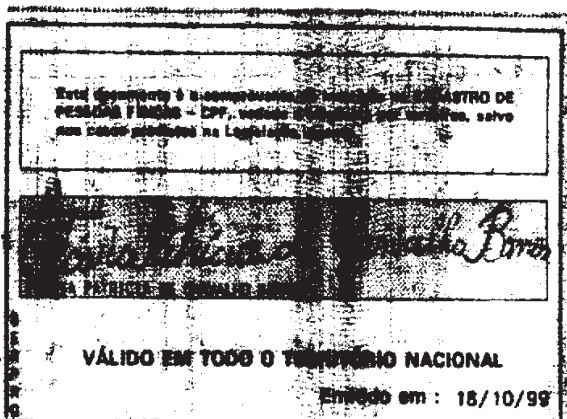
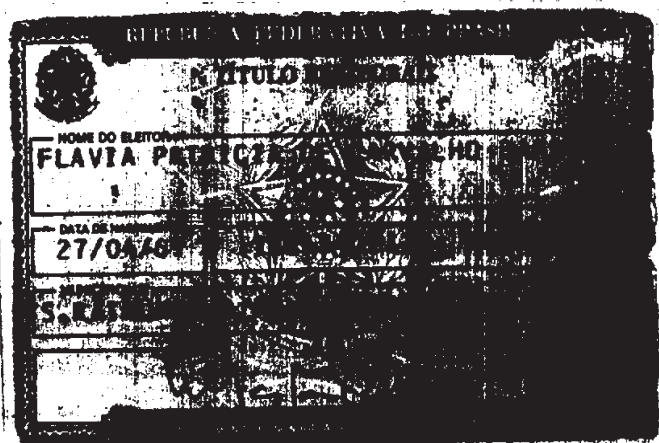
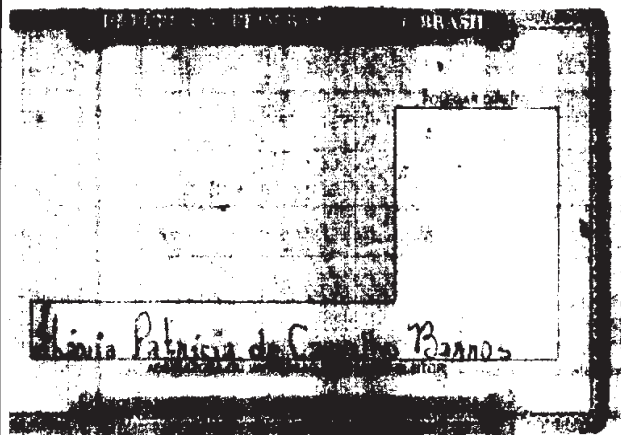
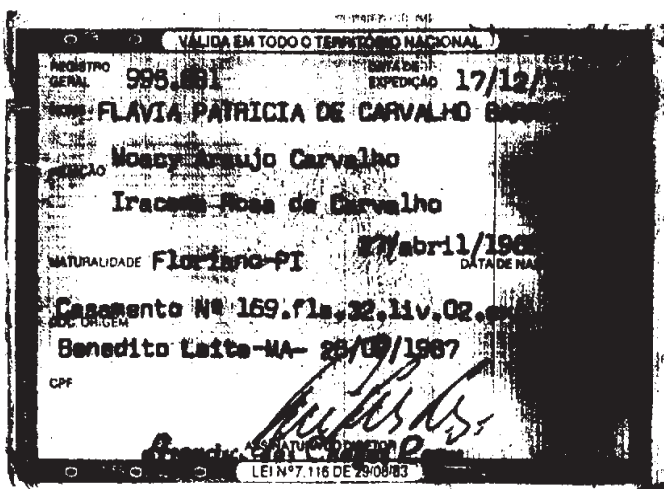
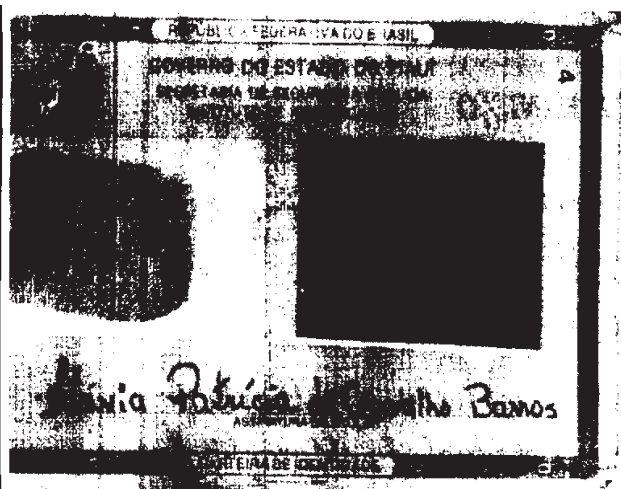
Regina Magda de Oliveira
Diretora do Centro de Educação
Ciências Exatas e Naturais
UEMA

Data 17/12/2004

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação/UEMA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2008	Nº Ordem	30.749
Órgão		Município		122-S R MANGABEI			
Setor		12239112AU - U.I BARROS		Matrícula		000766642	
C.I.C.		438044973-49		Cód. Nível		007	
Nome do Funcionário		FLAVIA PATRICIA DE CARVALHO BA		Situação		ATIVO	
Cargo		PROFESSOR-MAG-11		Agência Bancária		007820	
		VANTAGENS		Nº Conta		00003408830	
Código	Descrição			Valor			
101	VENCIMENTO	288,00					
136	ADIC. TEM. SER 10	28,80					
137	SAL. FAMILIA 102	28,80					
180	TOTAL VANTAGENS	595,60					
983	FERRA	65,93					
986	FUNBEN	85,98					
	BAHMERIND.SEG	17,08					
	TOTAL DESCONTOS	169,01					
	N.REC.FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				511,77	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							

Órgão		SEEDUC		Situação		ATIVO	
Nome do Funcionário		FLAVIA PATRICIA DE CARVALHO BA		Matrícula		000766642	
Cargo		PROFESSOR-MAG-11		Agência Bancária		007820	
				Nº Conta		00003408830	
VIA BANCO		LÍQUIDO				511,77	
FEV-2008		MANGABEIAÇÃO MECÂNICA					
ASSINATURA: _____							



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Diretoria de Educação - DEDUC
Proc. Nº 341/04 Data: 15.03/04 -Matr-785642
ASS. Promoção - MAG-II-P/MAG-IV
Nome: Flávia Patrícia de Carvalho Barros
U.I. Monsenhor Barros - S R Mangebeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PRÓGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ESMERALDA CUNHA DE SOUSA*

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

*Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação*

*Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino de Graduação*

*Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação*



GOVERNO DO ESTADO

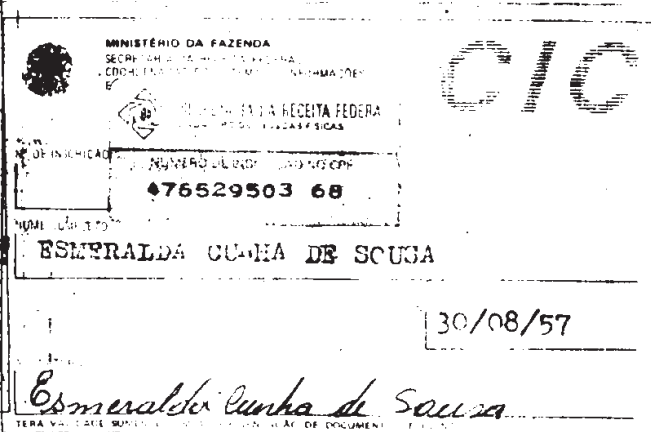
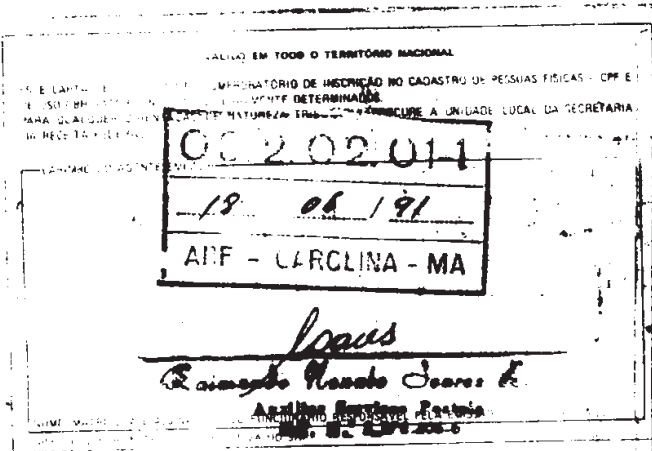
PROTOCOLO

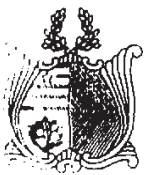
1740 - SEDUC-SEC. DE EST. DE EDUCACAO
Proc. : 1762 / 2005 Data: 01/03/2005
Requerente: ESMERALDA CUNHA DE SOUSA

Assunto: PROGRESSAO
Hist.: SOLICITACAO

Ano		2008		Nº Orçop		30.75R	
Mês		FEVEREIRO		Município		122-S R MANGABEI	
Setor		SEEDUC		Matricula		000277376	
C.I.C.		476529503-68		Cód. Nivel		012	
Nome do Funcionário		ESMERALDA CUNHA DE SOUSA		Situação		ATIVO	
Cargo		PROFESSOR-MAG-II		Nº Conta		00003408466	
Código		Descrição		Valor			
101	VENCIMENTO		342,82				
102	ADIC. TENSER	25	85,18				
103	GALV. FAMILIA		342,82				
104	GRAT. ATIV. MAG	100	342,82				
105	GRAT. ATIV. MAG	10	34,28				
106	TOTAL VANTAGENS		807,82				
902	FAPA		88,57				
903	FUNREN SSOMA		8,08				
904	SINPROE SSOMA	1	8,08				
905	PLASOMA SEQ.		17,00				
906	ABEN-METLIFE		10,00				
907	TOTAL DESCONTOS		130,47				
	N. REC. POTS	*****					
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO		677,15		SEPLAN	

Situação		ATIVO	
Nome de Funcionário		ESMERALDA CUNHA DE SOUSA	
Matricula		000277376	
Cargo		PROFESSOR-MAG-II	
Agência Bancária		007820	
Nº Conta		00003408466	
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEB-08		NANDESSAÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA:		677,15	





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

**Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE**

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, CLARICE MIRANDA MILHOMENS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Rosângela Lopes
Diretora de Ensino de Graduação
PROGAE/UEMA

Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino UEMA
Matrícula 8020

Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação UEMA



**TABELIONATO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO**

Autêntico a Presente Fotocópia por Estar de Acordo com o Original.

S. Rio das Mangabeiras, 21/02/05

Maria Alba Mala Correia

Maria Alba Mala Correia

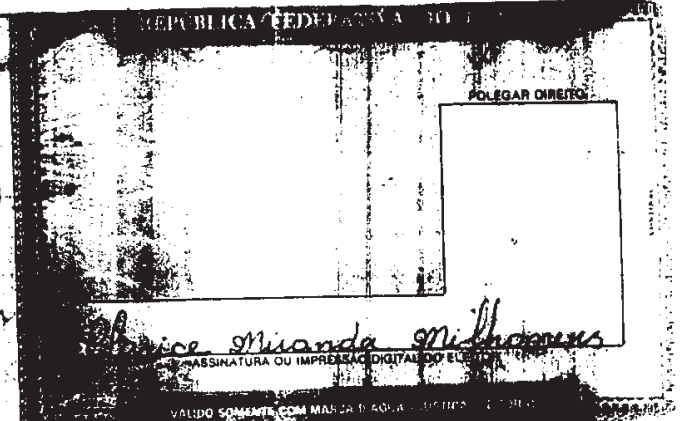
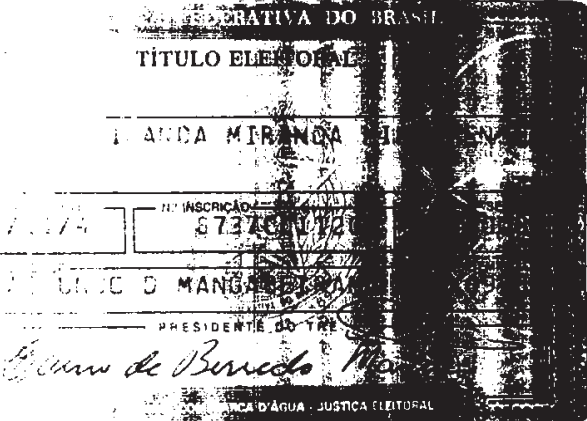
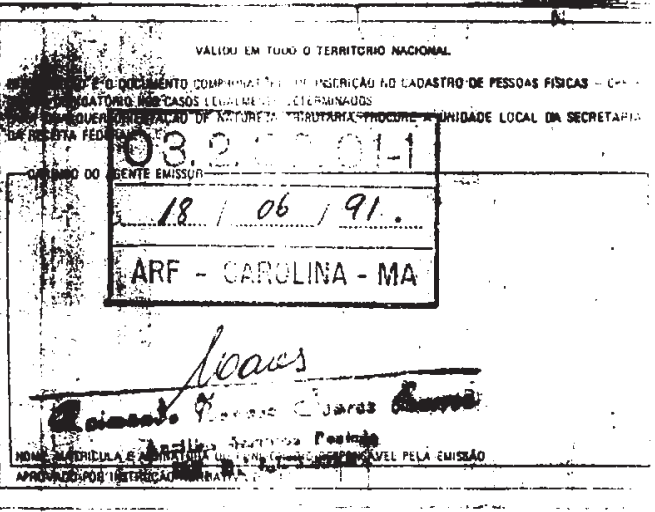
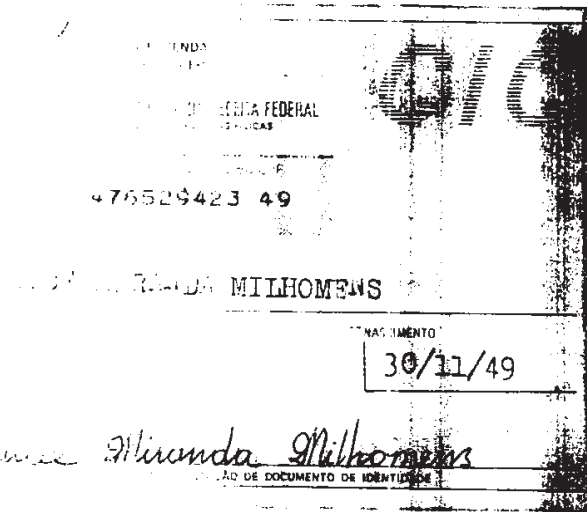
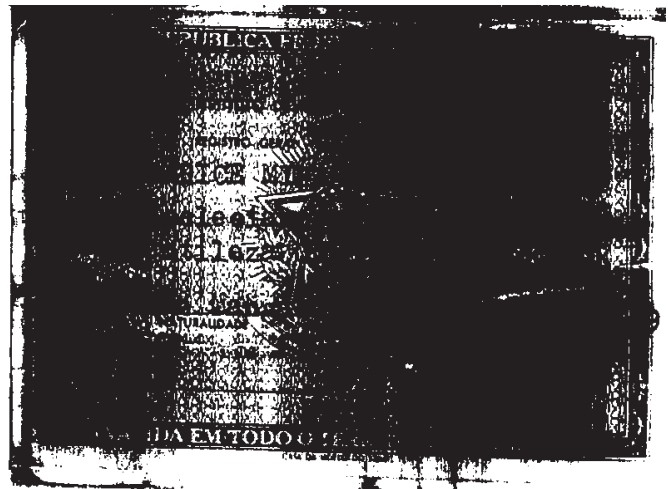
TITULAR

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 065/05 Data: 25/01/05
ASS. Promoção - Matr- 726208
Nome : Clarice Miranda Milhomens
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA

AVISO DE CREDITO		Mês JANEIRO	Ano 2006	Nº Ordem 30.813
Orgão SEEDUC			Município 122-S R MANGABEI	
Setor 12239112AU - U. I BARROS			Matrícula 000728208	
C.I.C. 476528423-48	Identidade 836450 SSP		Cód Nivel 009	
Nome do Funcionário CLARICE MIRANDA MILHOMENS			Situação ATIVO	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402189	
VANTAGENS E DESCONTOS				
Código	Descrição	Valor		
101	VENCIMENTO	303,74		
136	ADIC. TEM. SER 15	45,56		
150	GRAT. ATIV. MAG 100	303,74		
128	GRAT. P/TITUL 10	30,37		
	TOTAL VANTAGENS-	883,41		
982	FERA	75,18		
983	FUNBEN	6,83		
954	SUB. AMER. SEG	14,50		
583	SINPROESSEMA 1	6,07		
	TOTAL DESCONTOS-	102,58		
	N. REC. FQTS *****			
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	880,83	
SEM MENSAGEM SEM MENSAGEM			SEPLAN	

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário CLARICE MIRANDA MILHOMENS			Matrícula 000728208
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402189
VIA BANCO		LÍQUIDO	880,83
JAN-2006		MANGABEIAÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA: _____			

104031



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA REFERENDO 23/10/2005

CLARICE MIRANDA MIRANDA MILHOMENS

Inscrição: 0087 3700 1120

NASC: 30/11/1949 ZONA: 034 SEÇÃO: 0001



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANTE

concluiu o Curso de CIÊNCIAS HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004


Luzinete Rodrigues Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE


Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Ensino de Graduação
PROGAE

Data 06  12 / 2004

Raimundo Nonato N. Vale
PROGAE

Mês: FEVEREIRO		Ano: 2005		Nº Contas: 0003401088	
Endereço: 122-B R MARGARIEI		Cidade: MA		CEP: 68000000	
Nome: MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANT		Cargo: PROFESSOR-MAQ-11		Situação: ATIVO	
Inscrição: 782889 SSP		Matrícula: 00039777		Agência Bancária: 007820	
Código: 1036		Valor: 873,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1037		Valor: 80,75		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1038		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1039		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1040		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1041		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1042		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1043		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1044		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1045		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1046		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1047		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1048		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1049		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1050		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1051		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1052		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1053		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1054		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1055		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1056		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1057		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1058		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1059		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1060		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1061		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1062		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1063		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1064		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1065		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1066		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1067		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1068		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1069		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1070		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1071		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1072		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1073		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1074		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1075		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1076		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1077		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1078		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1079		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1080		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1081		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1082		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1083		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1084		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1085		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1086		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1087		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1088		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1089		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1090		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1091		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1092		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1093		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1094		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1095		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1096		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1097		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1098		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1099		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	
Código: 1100		Valor: 882,74		Situação: LÍQUIDO	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nº IDENTIFICADORA: **113788799-8** DATA DE EMISSÃO: **02/06/1999**

NOME: **MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANTE**

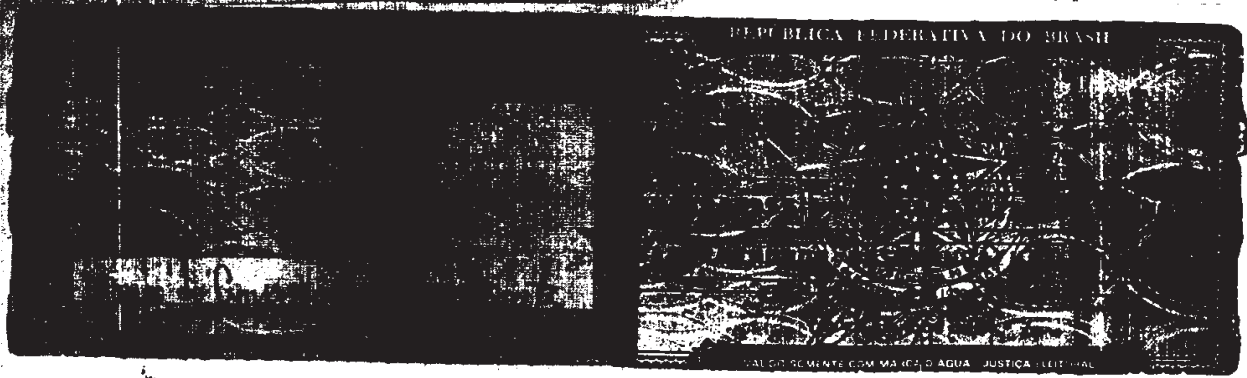
PROFISSÃO: **DEL ALVES DA MOTA E RAINUNDA GUIXA
BEIRA DE ARAUJO MOTA**

SITUALIDADE: **AMBAIBA-MA** DATA DE NASCIMENTO: **09/09/1955**

ENDEREÇO: **ASAIA, N.28 FLS.V58 LIV.01**

Assinatura: **97287243-34** Diretor de Identificação: **VIA-01**

LEI Nº 7.118 DE 2000



140 - SEDUC-SEC.DE EST.DE EDUCACAO
 Proc. : 1763 / 2005 Data: 01/03/2005
 Requerente: MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANTE
 Assunto: PROMOCAO
 Mat. : SOLICITACAO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

concluiu o Curso de Letras Habilitação Português Inglês e Respectivas Literaturas

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

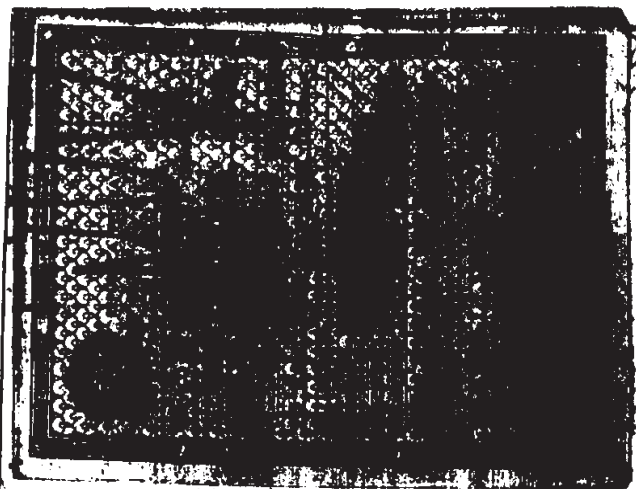
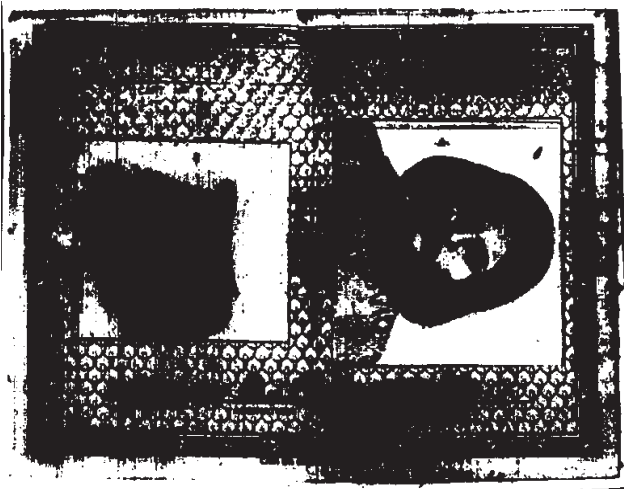
Data 06 / 12 / 2004

Luzinete
Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE

Efigênia
Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora de Graduação
PROGAE

Raimundo
Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação
PROGAE

Ger. de Art. e Desenv. da Rep. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 131/05 Data: 24/02/05 - Matr- 274100
ASS. Promoção
Nome : Maria Raimunda da Carvalho Azevedo
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - LEI Nº 8.987/96

08.11.2004

09/10/191

SAMBAMBANA

ASSINATURA RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

170144408 96

MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

14.08.1950

Maria Raimunda de Carvalho Azevedo

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria Raimunda de C. Azevedo

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARIA RAIMUNDA DE CARVALHO AZEVEDO

DATA DE NASCIMENTO	NP INSCRIÇÃO	D.V.	ZONA	SEÇÃO
14/08/1950	0007 0015 1120		034	0007
MUNICÍPIO / UF	DATA DE EMISSÃO			
SAMBAMBANA	05/05/2004			

DOM. ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ÂNGELA MARIA COSTA CARVALHO*

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

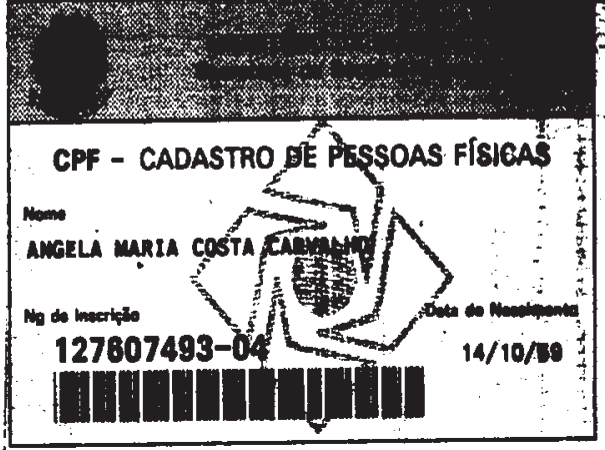
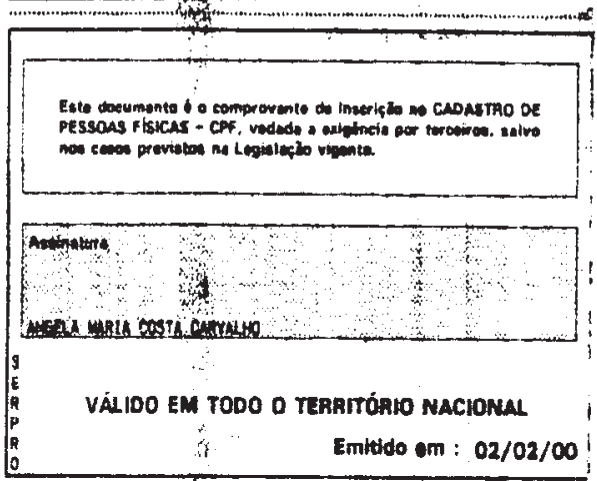
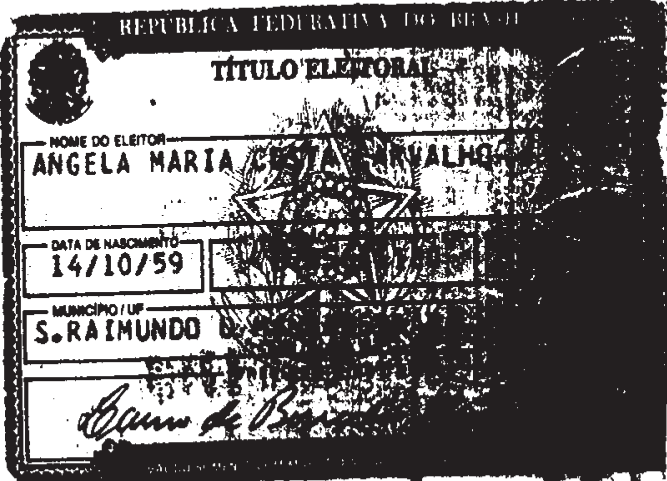
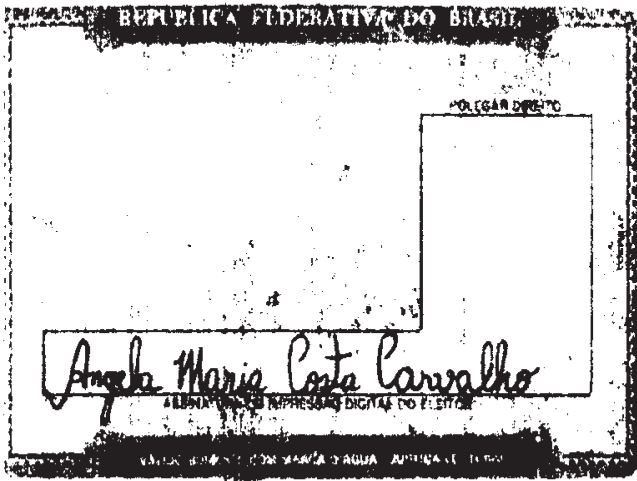
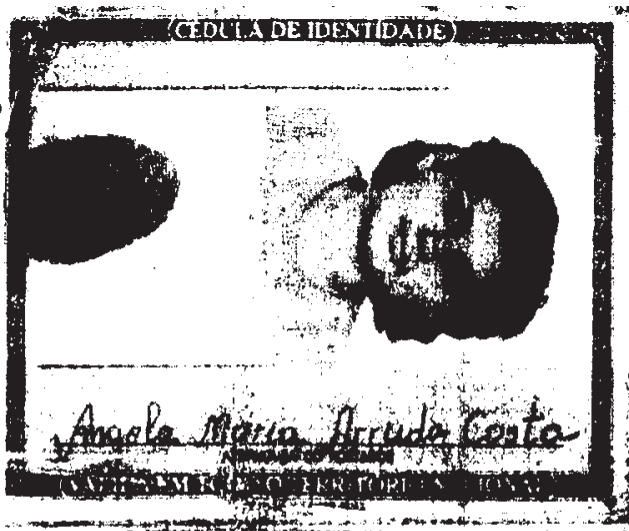
tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

*Luzinete Nogueira
Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE*

*Édson Magalhães de Oliveira
Diretor do Centro de Estudos
Classificados e Matrícula
UEMA*

*Data: 17/12/2004
Raimundo Nonato N. Vale
PROGAE*

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 076/05 Data: 14/02/05-Matr-928457
ASS. Promoção
Nome : Angela Maria Costa Carvalho
U.I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARIA PAIXÃO DA SILVA SANTOS

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 PROGAE - UEMA
 F-67/000-0000-0000

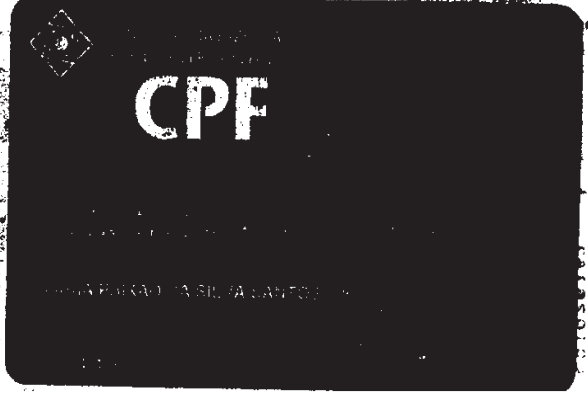
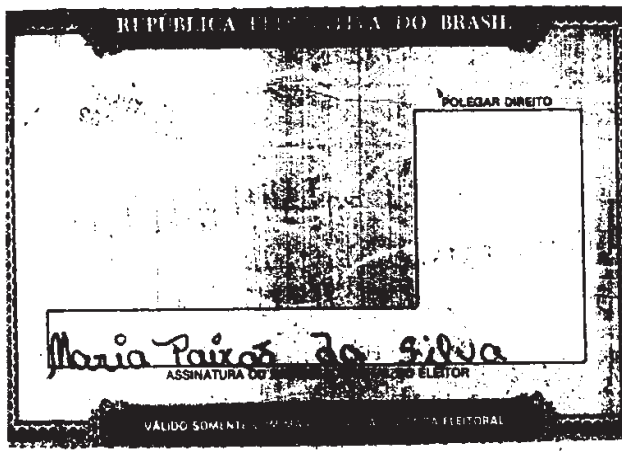
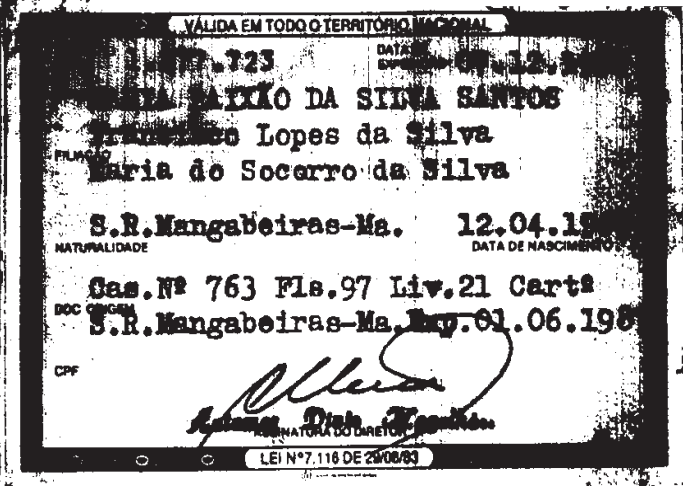
Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora de Ensino de Graduação
 UEMA
 Matrícula 0000

Raimundo Nonato N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 UEMA

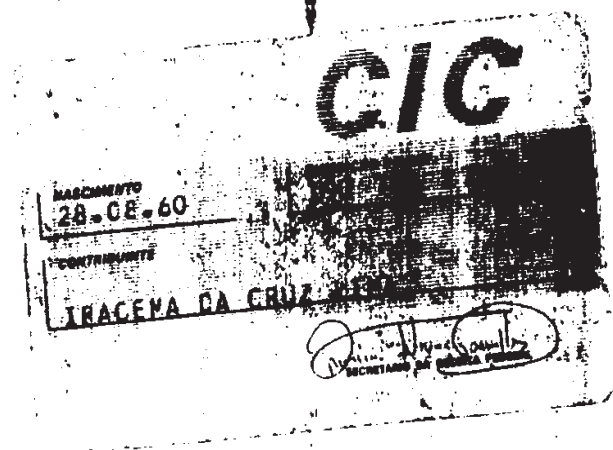
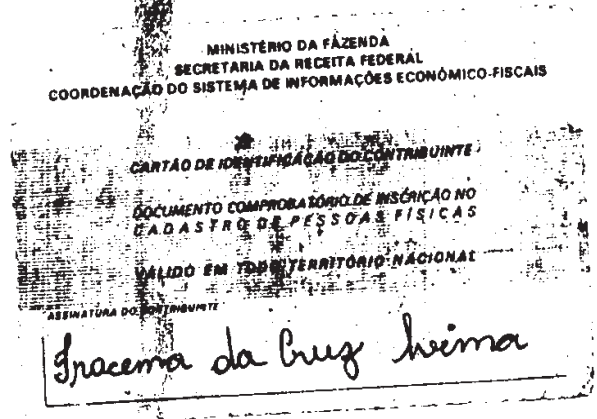
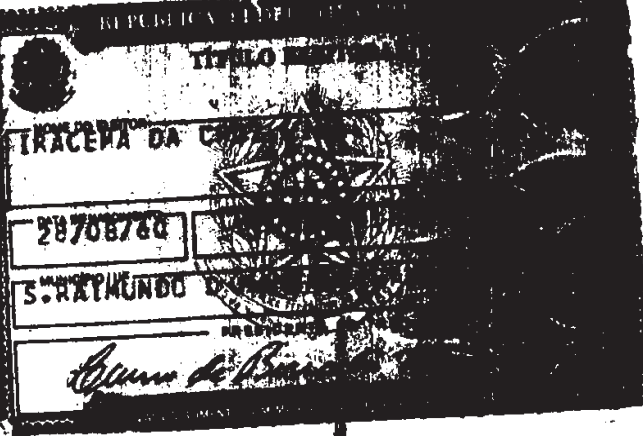
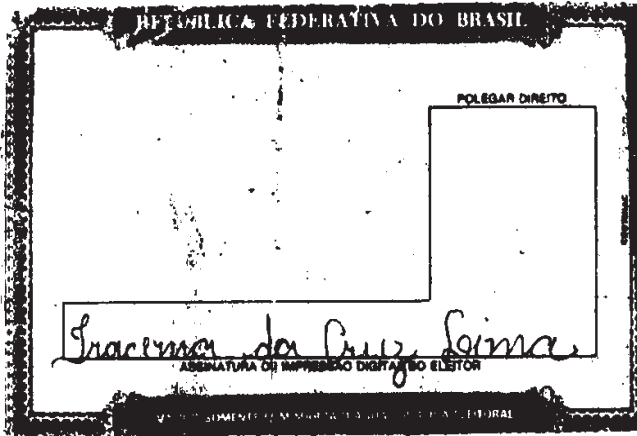
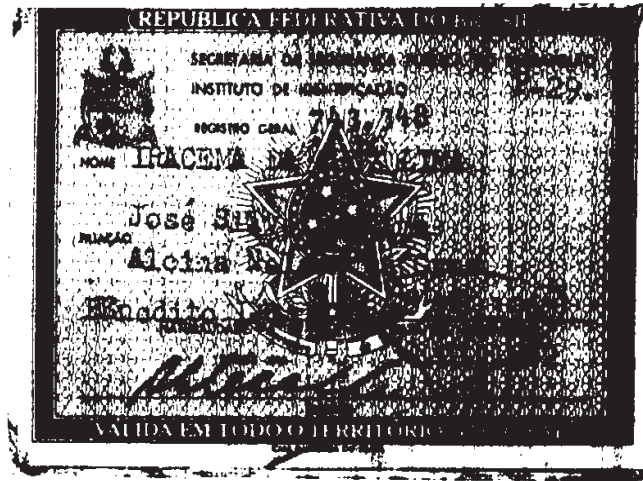
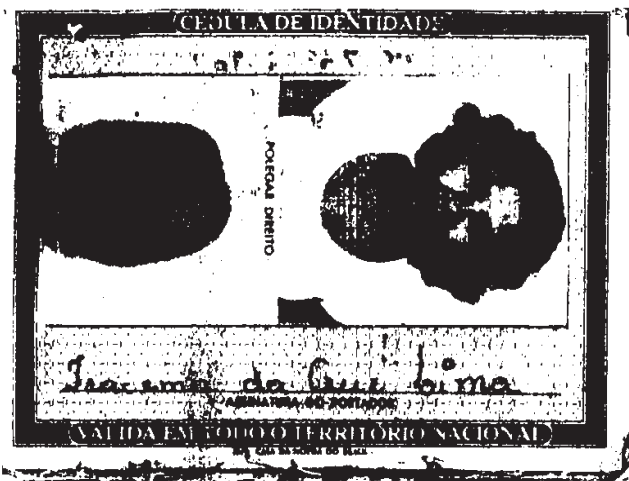
Código	Descrição	Valor
101	VENCIMENTO	300,00
136	ADIC. TEM. SER 10	220,00
150	GRAT. ATIV. MAG 100	888,00
	TOTAL VANTAGENS -	1308,00
882	FEPA	10,00
883	FUNDESSEMA	50,00
584	SINPROSEMA	50,00
584	CRED. IBSN / BUS	82,76
706	BOC. INAD / SEG	236,10
636	TOTAL DESCONTOS -	236,10
	N. REC. FGTS *****	

VIA FUNCIONÁRIO
 SEM MENSAGEM
 SEM MENSAGEM
LÍQUIDO
SEPLAN

Orgão SEEDUC	Situação ATIVO
Nome do Funcionário MARIA PAIXÃO DA SILVA SANTOS	Matrícula 001028137
Cargo PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária 007820
VIA BANCO LÍQUIDO 551.800 MANUTENÇÃO MECÂNICA	
ASSINATURA	



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
 Proc. Nº 121/05 Data: 22/02/05- Matr- 1026137
 ASS. Promoção
 Nome : Maria Paixão da Silva Santos
 J. Inf. Chap. Vermelho - SR Mangabeiras - MA



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenv. Humano - UGDH
 Proc. Nº 157/05 Data: 01/03/05- Matr- 939488
 ASS. Mudança de Nível
 Nome : Iracema da Cruz Lima
 CEEFM S. R. Nonato - SR das Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Diretoria de Educação - DEDUC
 Proc. Nº 273/04 Data: 03.03/04
 ASS. Gratificação Por Titulação
 Nome: Iracema da Cruz Lima
 CEEFM - S R Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de
Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA, ONESINA NOGUEIRA DA SILVA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes

Coordenadora de Ensino de Graduação

PROGAE/UEMA

Efígenia Magda de Oliveira Moura

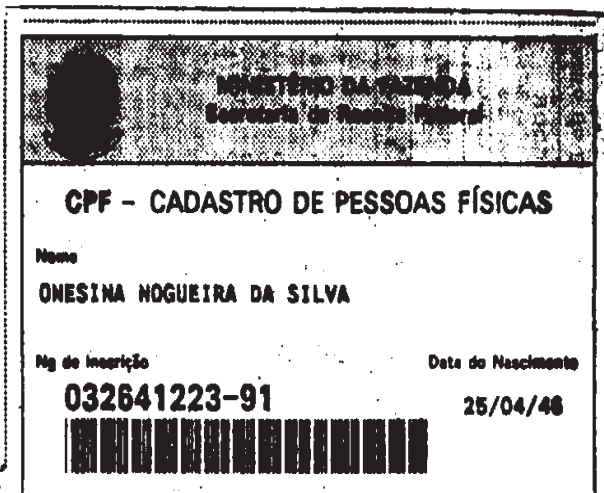
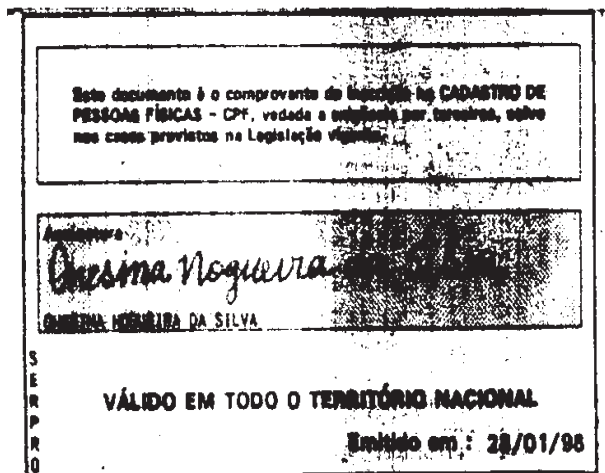
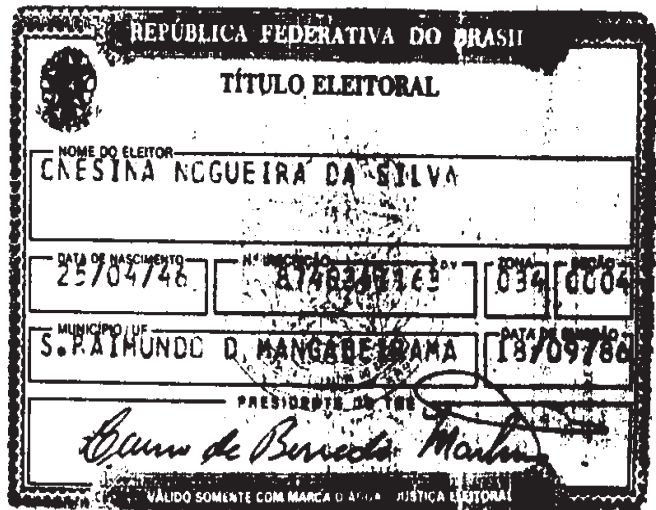
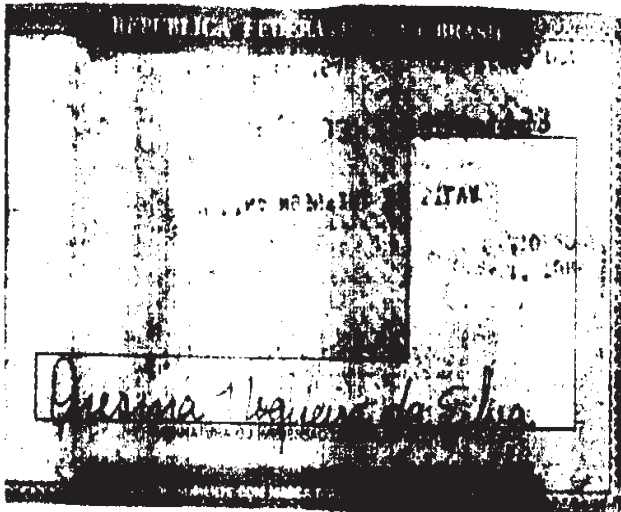
Coordenadora de Ensino de Graduação

PROGAE/UEMA

Raimundo Nogueira N. Vale

PROGAE/UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 133/05 Data: 24/02/05- Matr- 114033
ASS. Promoção
Nome : Onesina Nogueira da Silva
U. I. Monsenhor Barros - SR das Mangabeiras - MA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ROSIMAY CUNHA MIRANDA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06/12/2004

Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação / CEG

Efigênia Magda de Oliveira Moura
Diretora do Centro de Graduação / CEG

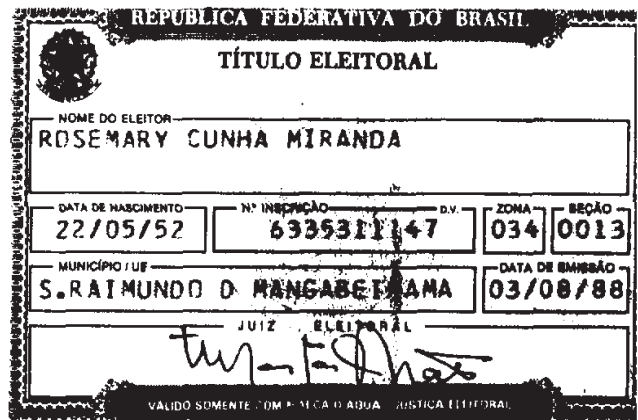
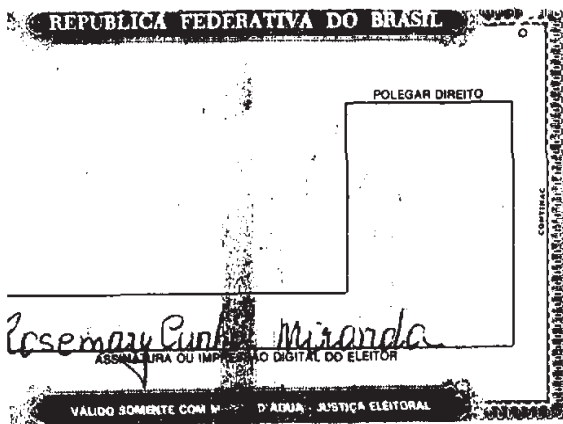
Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação / PROGAE

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 066/05 Data: 25/01/05
ASS. Promoção - Matr: 931592
Nome: Rosimay Cunha Miranda
U. I. Monsenhor Barros - SR Mangabeiras - MA

FEVEREIRO		2006	30.787
Orgão SEEDUC		Município 122-S R MANGABEI	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Matrícula 000931582	
Código de Identidade 403585 SSP		Cód. de Funcionário 010	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Situação ATIVO	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402185
Código	Descrição	Valor	
101	VENCIMENTO	313,60	
136	ADIC. TEM. SER 20	62,72	
150	GRAT. ATIV. MAG 100	313,60	
128	GRAT. P/TITUL 10	31,38	
	TOTAL VANTAGENS-	721,28	
982	FAPA	78,34	
983	FUNBEN	7,21	
954	SUL AMER. SEG	24,30	
563	SINPROESSEMA 1	8,27	
	TOTAL DESCONTOS-	117,12	
	N. REC. FGTS *****		
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO	604,16
SEM MENSAGEM			
SEM MENSAGEM			
			SEPLAN

Orgão SEEDUC		Situação ATIVO	
Nome do Funcionário ROSEMARY CUNHA MIRANDA		Matrícula 000931582	
Cargo PROFESSOR-MAG-II		Agência Bancária 007820	Nº Conta 00003402185
VIA BANCO		LÍQUIDO	604,16
FEV-2006			
122-S R MANGABEICAÇÃO MECÂNICA			
ASSINATURA: _____			

MAC01



JUSTIÇA ELEITORAL REFERENDO
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO 23/10/2005

ROSEMARY CUNHA MIRANDA

Inscrição: 0063 3531.1147

NASC: 22/05/1952 ZONA: 034 SEÇÃO: 0013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA

concluiu o Curso de PEDAGOGIA HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

Luzinete Lopes
 Coordenadora de Ensino de Graduação
 F-FG/PROGAE/UEMA

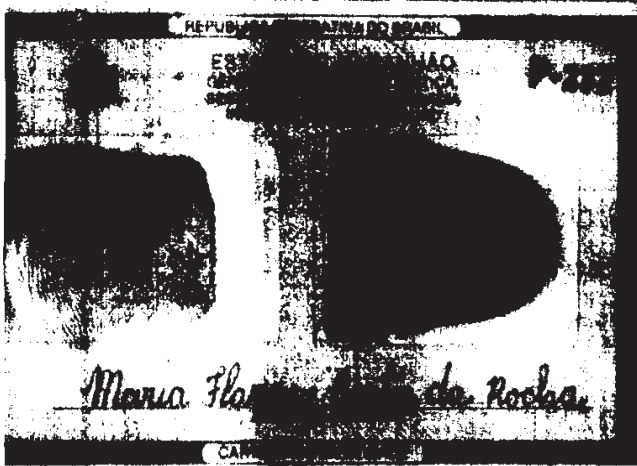
Efigênia Magda de Oliveira Moura
 Diretora de Ensino UEMA
 Matrícula: 0000

Raimundo Nivaldo N. Vale
 Pró-Reitor de Graduação
 F-FG/PROGAE/UEMA

FORM 01

Orgão SEBUDUC	Situação ATIVO
Nome do Funcionário MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA	Matrícula 000717603
Cargo PROFESSOR-MAG-11	Agência Bancária 007820
	Nº Conta 00003407138
VIA BANCO F53-5098 MANUSEIO MECÂNICA	LÍQUIDO 428,21
ASSINATURA: _____	

Orgão SEBUDUC	Mês FEVEREIRO	Ano 2008	Nº Ordem 30.731
Nome do Funcionário MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA	Identidade 99228 SSP	Município 123-S R MANGABEI	Matrícula 000717603
Código 1232912AS - J.1 CH.VER	Cód. Nível 008	Situação ATIVO	Agência Bancária 007820
Cargo PROFESSOR-MAG-11	Nº Conta 00003407138	Valor	
Descrição			
101 VENCIMENTO	15	303,74	
136 ADIC. TEM. SER	100	42,74	
137 GRAT. FAMILIA	100	303,74	
150 GRAT. ATIV-MAG	100	855,50	
TOTAL VANTAGENS-		1721,19	
9003 FUNBEN	1	71,83	
9004 FUNBEN	1	12,15	
9005 FUNBEN	1	44,13	
9006 FUNBEN	1	10,00	
9007 FUNBEN	1	20,98	
9008 FUNBEN	1	172,19	
9009 FUNBEN	1	172,19	
9010 FUNBEN	1	172,19	
9011 FUNBEN	1	172,19	
9012 FUNBEN	1	172,19	
9013 FUNBEN	1	172,19	
9014 FUNBEN	1	172,19	
9015 FUNBEN	1	172,19	
9016 FUNBEN	1	172,19	
9017 FUNBEN	1	172,19	
9018 FUNBEN	1	172,19	
9019 FUNBEN	1	172,19	
9020 FUNBEN	1	172,19	
9021 FUNBEN	1	172,19	
9022 FUNBEN	1	172,19	
9023 FUNBEN	1	172,19	
9024 FUNBEN	1	172,19	
9025 FUNBEN	1	172,19	
9026 FUNBEN	1	172,19	
9027 FUNBEN	1	172,19	
9028 FUNBEN	1	172,19	
9029 FUNBEN	1	172,19	
9030 FUNBEN	1	172,19	
9031 FUNBEN	1	172,19	
9032 FUNBEN	1	172,19	
9033 FUNBEN	1	172,19	
9034 FUNBEN	1	172,19	
9035 FUNBEN	1	172,19	
9036 FUNBEN	1	172,19	
9037 FUNBEN	1	172,19	
9038 FUNBEN	1	172,19	
9039 FUNBEN	1	172,19	
9040 FUNBEN	1	172,19	
9041 FUNBEN	1	172,19	
9042 FUNBEN	1	172,19	
9043 FUNBEN	1	172,19	
9044 FUNBEN	1	172,19	
9045 FUNBEN	1	172,19	
9046 FUNBEN	1	172,19	
9047 FUNBEN	1	172,19	
9048 FUNBEN	1	172,19	
9049 FUNBEN	1	172,19	
9050 FUNBEN	1	172,19	
9051 FUNBEN	1	172,19	
9052 FUNBEN	1	172,19	
9053 FUNBEN	1	172,19	
9054 FUNBEN	1	172,19	
9055 FUNBEN	1	172,19	
9056 FUNBEN	1	172,19	
9057 FUNBEN	1	172,19	
9058 FUNBEN	1	172,19	
9059 FUNBEN	1	172,19	
9060 FUNBEN	1	172,19	
9061 FUNBEN	1	172,19	
9062 FUNBEN	1	172,19	
9063 FUNBEN	1	172,19	
9064 FUNBEN	1	172,19	
9065 FUNBEN	1	172,19	
9066 FUNBEN	1	172,19	
9067 FUNBEN	1	172,19	
9068 FUNBEN	1	172,19	
9069 FUNBEN	1	172,19	
9070 FUNBEN	1	172,19	
9071 FUNBEN	1	172,19	
9072 FUNBEN	1	172,19	
9073 FUNBEN	1	172,19	
9074 FUNBEN	1	172,19	
9075 FUNBEN	1	172,19	
9076 FUNBEN	1	172,19	
9077 FUNBEN	1	172,19	
9078 FUNBEN	1	172,19	
9079 FUNBEN	1	172,19	
9080 FUNBEN	1	172,19	
9081 FUNBEN	1	172,19	
9082 FUNBEN	1	172,19	
9083 FUNBEN	1	172,19	
9084 FUNBEN	1	172,19	
9085 FUNBEN	1	172,19	
9086 FUNBEN	1	172,19	
9087 FUNBEN	1	172,19	
9088 FUNBEN	1	172,19	
9089 FUNBEN	1	172,19	
9090 FUNBEN	1	172,19	
9091 FUNBEN	1	172,19	
9092 FUNBEN	1	172,19	
9093 FUNBEN	1	172,19	
9094 FUNBEN	1	172,19	
9095 FUNBEN	1	172,19	
9096 FUNBEN	1	172,19	
9097 FUNBEN	1	172,19	
9098 FUNBEN	1	172,19	
9099 FUNBEN	1	172,19	
9100 FUNBEN	1	172,19	
9101 FUNBEN	1	172,19	
9102 FUNBEN	1	172,19	
9103 FUNBEN	1	172,19	
9104 FUNBEN	1	172,19	
9105 FUNBEN	1	172,19	
9106 FUNBEN	1	172,19	
9107 FUNBEN	1	172,19	
9108 FUNBEN	1	172,19	
9109 FUNBEN	1	172,19	
9110 FUNBEN	1	172,19	
9111 FUNBEN	1	172,19	
9112 FUNBEN	1	172,19	
9113 FUNBEN	1	172,19	
9114 FUNBEN	1	172,19	
9115 FUNBEN	1	172,19	
9116 FUNBEN	1	172,19	
9117 FUNBEN	1	172,19	
9118 FUNBEN	1	172,19	
9119 FUNBEN	1	172,19	
9120 FUNBEN	1	172,19	
9121 FUNBEN	1	172,19	
9122 FUNBEN	1	172,19	
9123 FUNBEN	1	172,19	
9124 FUNBEN	1	172,19	
9125 FUNBEN	1	172,19	
9126 FUNBEN	1	172,19	
9127 FUNBEN	1	172,19	
9128 FUNBEN	1	172,19	
9129 FUNBEN	1	172,19	
9130 FUNBEN	1	172,19	
9131 FUNBEN	1	172,19	
9132 FUNBEN	1	172,19	
9133 FUNBEN	1	172,19	
9134 FUNBEN	1	172,19	
9135 FUNBEN	1	172,19	
9136 FUNBEN	1	172,19	
9137 FUNBEN	1	172,19	
9138 FUNBEN	1	172,19	
9139 FUNBEN	1	172,19	
9140 FUNBEN	1	172,19	
9141 FUNBEN	1	172,19	
9142 FUNBEN	1	172,19	
9143 FUNBEN	1	172,19	
9144 FUNBEN	1	172,19	
9145 FUNBEN	1	172,19	
9146 FUNBEN	1	172,19	
9147 FUNBEN	1	172,19	
9148 FUNBEN	1	172,19	
9149 FUNBEN	1	172,19	
9150 FUNBEN	1	172,19	
9151 FUNBEN	1	172,19	
9152 FUNBEN	1	172,19	
9153 FUNBEN	1	172,19	
9154 FUNBEN	1	172,19	
9155 FUNBEN	1	172,19	
9156 FUNBEN	1	172,19	
9157 FUNBEN	1	172,19	
9158 FUNBEN	1	172,19	
9159 FUNBEN	1	172,19	
9160 FUNBEN	1	172,19	
9161 FUNBEN	1	172,19	
9162 FUNBEN	1	172,19	
9163 FUNBEN	1	172,19	
9164 FUNBEN	1	172,19	
9165 FUNBEN	1	172,19	
9166 FUNBEN	1	172,19	
9167 FUNBEN	1	172,19	
9168 FUNBEN	1	172,19	
9169 FUNBEN	1	172,19	
9170 FUNBEN	1	172,19	
9171 FUNBEN	1	172,19	
9172 FUNBEN	1	172,19	
9173 FUNBEN	1	172,19	
9174 FUNBEN	1	172,19	
9175 FUNBEN	1	172,19	
9176 FUNBEN	1	172,19	
9177 FUNBEN	1	172,19	
9178 FUNBEN	1	172,19	
9179 FUNBEN	1	172,19	
9180 FUNBEN	1	172,19	
9181 FUNBEN	1	172,19	
9182 FUNBEN	1	172,19	
9183 FUNBEN	1	172,19	
9184 FUNBEN	1	172,19	
9185 FUNBEN	1	172,19	
9186 FUNBEN	1	172,19	
9187 FUNBEN	1	172,19	
9188 FUNBEN	1	172,19	
9189 FUNBEN	1	172,19	
9190 FUNBEN	1	172,19	
9191 FUNBEN	1	172,19	
9192 FUNBEN	1	172,19	
9193 FUNBEN	1	172,19	
9194 FUNBEN	1	172,19	
9195 FUNBEN	1	172,19	
9196 FUNBEN	1	172,19	
9197 FUNBEN	1	172,19	
9198 FUNBEN	1	172,19	
9199 FUNBEN	1	172,19	
9200 FUNBEN	1	172,19	
9201 FUNBEN	1	172,19	
9202 FUNBEN	1	172,19	
9203 FUNBEN	1	172,19	
9204 FUNBEN	1	172,19	
9205 FUNBEN	1	172,19	
9206 FUNBEN	1	172,19	
9207 FUNBEN	1	172,19	
9208 FUNBEN	1	172,19	
9209 FUNBEN	1	172,19	
9210 FUNBEN	1	172,19	
9211 FUNBEN	1	172,19	
9212 FUNBEN	1	172,19	
9213 FUNBEN	1	172,19	
9214 FUNBEN	1	172,19	
9215 FUNBEN	1	172,19	
9216 FUNBEN	1	172,19	
9217 FUNBEN	1	172,19	
9218 FUNBEN	1	172,19	
9219 FUNBEN	1	172,19	
9220 FUNBEN	1	172,19	
9221 FUNBEN	1	172,19	
9222 FUNBEN	1	172,19	
9223 FUNBEN	1	172,19	
9224 FUNBEN	1	172,19	
9225 FUNBEN	1	172,19	
9226 FUNBEN	1	172,19	
9227 FUNBEN	1	172,19	
9228 FUNBEN	1	172,19	
9229 FUNBEN	1	172,19	
9230 FUNBEN	1	172,19	
9231 FUNBEN	1	172,19	
9232 FUNBEN	1	172,19	
9233 FUNBEN	1	172,19	
9234 FUNBEN	1	172,19	
9235 FUNBEN	1	172,19	
9236 FUNBEN	1	172,19	
9237 FUNBEN	1	172,19	
9238 FUNBEN	1	172,19	
9239 FUNBEN	1	172,19	
9240 FUNBEN	1	172,19	
9241 FUNBEN	1	172,19	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22687982002-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/10/2002

NOME MARIA FLORACY COSTA DA ROCHA

FILIAÇÃO JOAO ALVES COSTA E FLORENTINA FERREIRA DA SILVA

NATALIDADE S.RDO.DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 03/04/1960

DOC ORIGEM CASAM.N.321 FLS.1770 LIV.19

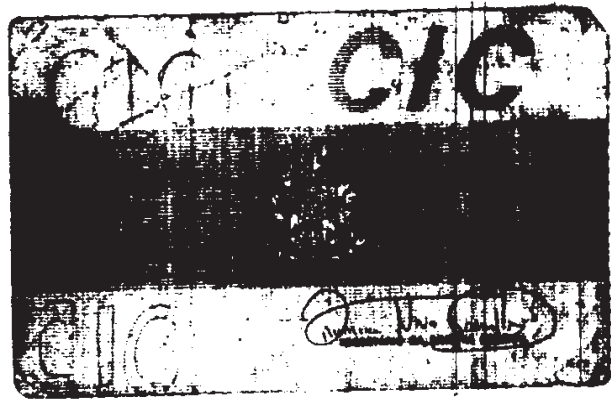
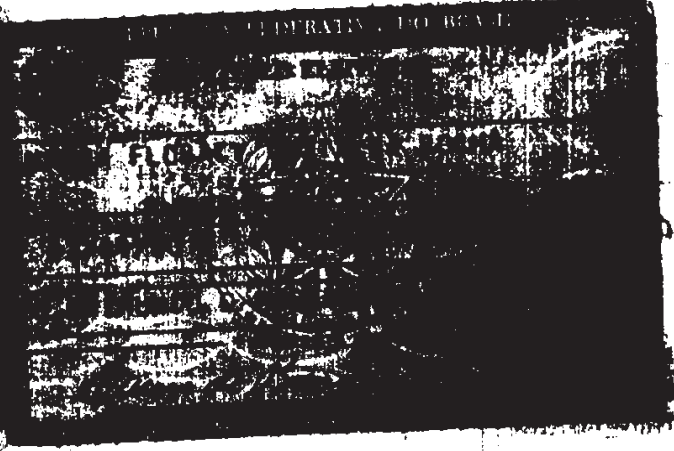
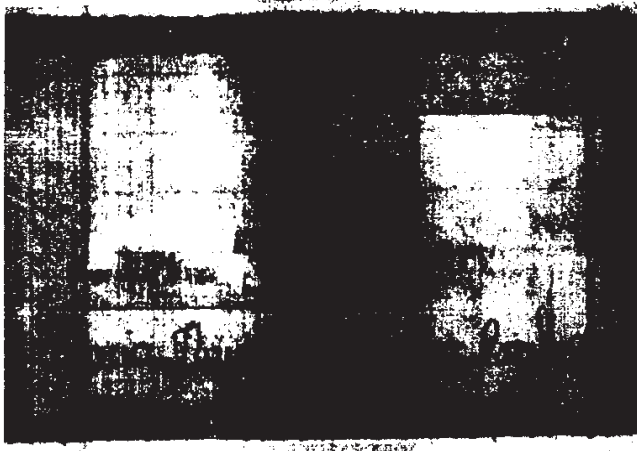
CPF 242626093-91

P-237

Orlando Tosta Arouche
 Assessor Promotor

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Senado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano UGDH
 Proc. Nº 122405 Data: 22/02/05 - Matr. 717603
 ASS. Promoção
 Nome : Maria Floracy Costa da Rocha
 J. Inf. Chan. Vermelho - SR Mangabeiras - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
 GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
 SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Antonia Felix Correia
 ASSINATURA DO TITULAR

Carteira de Identidade

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21378992002-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/07/2002

NOME ANTONIA FELIX CORREIA

FILIAÇÃO ***** E MARIA DO SOCORRO CORREIA

NATURALIDADE S. RDU. DAS MANGABEIRAS-MA DATA DE NASCIMENTO 20/05/1961

DOC. ORIGEM SEP. DIV. - N. 203 FLS. 118V LIV. 19

CPF 265910813-72
 Orlando Tavares Arouche
 Diretor do Instituto de Identificação
 ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.118 DE 20/08/83

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

CPF

265.910.813-72

20/05/1961

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSINATURA DO TITULAR

Antonia Felix Correia Rodrigues
 ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR ANTONIA FELIX CORREIA RODRIGUES

DATA DE NASCIMENTO 20/05/61

MUNICÍPIO / UF S. RAIMUNDO / MA

PRESIDENTE DO TRE

Osvaldo de Barros Monteiro

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

*Pró-Reitoria de Graduação e
Assuntos Estudantis - PROGAE*

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

*Certificamos que, conforme consta no livro de
de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão -*

A, ANTÔNIA FÉLIX CORREIA

ou o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 / 12 / 2004

*[Signature]
Lopes*

*[Signature]
Efigênia Magda de Oliveira Moura*

*[Signature]
Raimundo Nonato N. Vale*

*Coordenador de Ensino de Graduação
PROGAE/UEMA*

*Coordenadora de Ensino de Graduação
PROGAE/UEMA*

*Pró-Reitor de Graduação
PROGAE/UEMA*

PROGAE/UEMA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
Unid. Gest. de Desenvol. Humano - UGDH
Proc. Nº 109/05 Data: 22/02/05
ASS. Promoção
Nome : Antonia Félix Correia
J. Infº Sol Nascente - SR Mangabeiras - MA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis - PROGAE

Coordenadoria de Ensino de Graduação



CERTIDÃO

Certificamos que, conforme consta no livro de Atas de Colação de Grau da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, DELTIMAR COSTA E SILVA

concluiu o Curso de LICENCIATURA EM HISTÓRIA

tendo colado grau em 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Data 06 12 2004

Luzinete Lopes
Luzinete Lopes
Coordenadora de Ensino de Graduação / CEG
PROGAE/UEMA

Eliênia Magda de Oliveira Moura
Eliênia Magda de Oliveira Moura
Diretora do RECEX/UEMA
Município de São Luís

Raimundo Nonato N. Vale
Raimundo Nonato N. Vale
Pró-Reitor de Graduação
UEMA

Document Name: REDE SERPRO-RJ

CPF, CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

USUARIO: FRANCO
11/07/2001 16:13

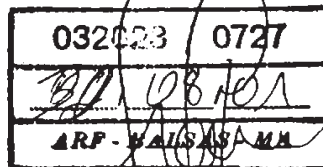
NI-CPF : 229.191.803-63 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : DELTIMAR COSTA E SILVA
DT NASC: 04/09/1953
MAE : ALMERINDA FERREIRA DA SILVA
NIT. ELEITOR : 00087515811-71 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

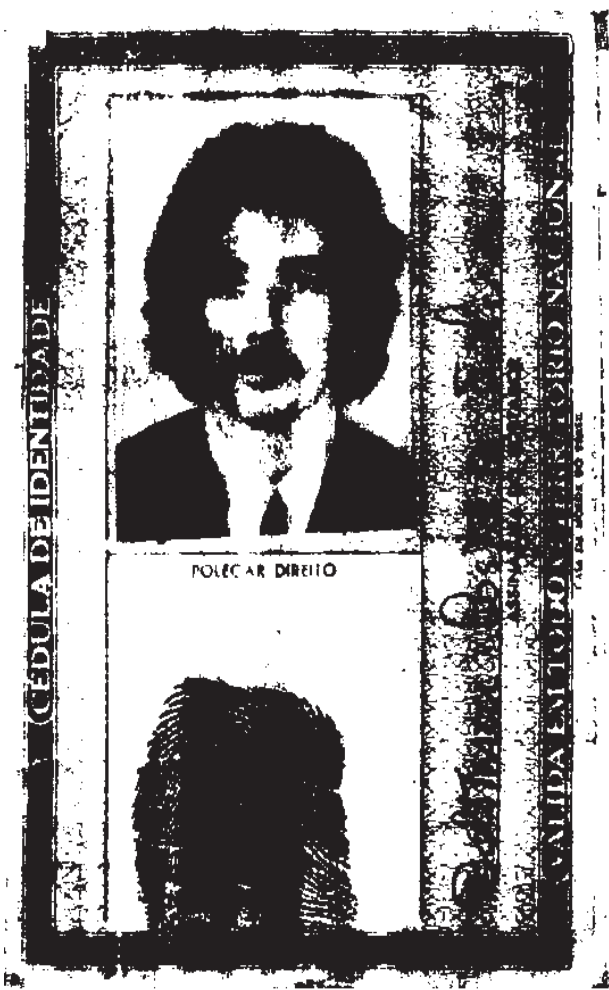
ENDERECO: R ROZENO PIRES, 434
65840-000 CENTRO, SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

TELEFONE: FAX: COD.MUN.: 0925 MA
EMAIL : COD.UA : 032023

PROXIMO NI-CPF: _____
25A

DADOS CADASTRAIS
PF4 DADOS FISCAIS PF6 HISTORICO
PF8 VIC PF11 ISENTOS





Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano – UGDH
 Proc. Nº 241/05 Data: 15/03/05- Matr-946822
 ASS. Promoção –Mud. de Nivel- MAG- II – P - IV
 Nome : Deltimar Costa e Silva
 CEEFM São Rdo. Nonato – SR. Mangabeiras - MA

Ger. de Art. e Desenv. da Reg. do Cerrado MA
 Unid. Gest. de Desenvol. Humano – UGDH
 Proc. Nº 242/05 Data: 15/03/05- Matr-929448
 ASS. Promoção –Mud. de Nivel- MAG- II – P - IV
 Nome : Deltimar Costa e Silva
 CEEFM São Rdo. Nonato – SR. Mangabeiras - MA

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.708
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI				
Sector	12239112AR - CEM R. NINA	Matricula	000929448				
C.F.C.	229191803-63	Identidade	434030 SSP	Cód. Nivel	003		
Nome do Funcionário		DELTIMAR COSTA E SILVA					
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003401197		
PROFESSOR-MAG-1 VANTAGENS E DESCONTOS							
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	280,00					
136	ADIC. TEM. SER 20	56,00					
150	GRAT. ATIV. MAG 100	280,00					
	TOTAL VANTAGENS-	616,00					
982	FAPA	67,76					
983	FUNBEN	5,16					
983	SINPROESSEMA	17,80					
989	PLASMAT SEGE	10,00					
916	TOTAL DESCONTOS-	106,52					
	N.REC.FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				509,48	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DELTIMAR COSTA E SILVA	Matricula	000929448
Cargo	PROFESSOR-MAG-1	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003401197
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEB-2006		509,48	
MANTENIMENTO MECÂNICA			
ASSINATURA:			

AVISO DE CRÉDITO		Mês	FEVEREIRO	Ano	2006	Nº Ordem	30.824
Orgão	SEEDUC	Município	122-S R MANGABEI				
Sector	12239112AV - U. I. R. NONA	Matricula	000946822				
C.F.C.	229191803-63	Identidade	434030 SSP	Cód. Nivel	009		
Nome do Funcionário		DELTIMAR COSTA E SILVA					
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820	Nº Conta	00003401197		
PROFESSOR-MAG-II VANTAGENS E DESCONTOS							
Código	Descrição	Valor					
101	VENCIMENTO	303,74					
136	ADIC. TEM. SER 20	60,75					
150	GRAT. ATIV. MAG 100	303,74					
	TOTAL VANTAGENS-	668,23					
982	FAPA	73,51					
983	FUNBEN	16,48					
983	SUL AMER. SEG	14,50					
984	TOTAL DESCONTOS-	94,69					
	N.REC.FGTS *****						
VIA FUNCIONÁRIO		LÍQUIDO				573,54	
SEM MENSAGEM							
SEM MENSAGEM							
SEPLAN							

Orgão	SEEDUC	Situação	ATIVO
Nome do Funcionário	DELTIMAR COSTA E SILVA	Matricula	000946822
Cargo	PROFESSOR-MAG-II	Agência Bancária	007820
		Nº Conta	00003401197
VIA BANCO		LÍQUIDO	
FEB-2006		573,54	
MANTENIMENTO MECÂNICA			
ASSINATURA:			

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O requerimento de V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Sérgio Zambiasi enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em matéria de Amazônia, tenho a impressão de que, a despeito de tudo que se fala e de pretensas medidas de defesa da Grande Floresta, o Brasil vive patinando ou em marcha-ré.

É o que senti hoje, ao ler nos jornais a aterradora matéria acerca de minucioso artigo científico do cartógrafo Brital Soares Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG. Ele prevê que a Floresta Amazônica encolherá 40% até 2050.

O editor de Ciência da *Folha de S. Paulo*, Cláudio Ângelo, abre a matéria acerca do estudo do cartógrafo mineiro, assinalando:

Uma cifra assombra a Amazônia. Um estudo publicado hoje pela revista *Nature* prevê que 40% da floresta pode desaparecer em 2050, se nada for feito para conter o ciclo de destruição imposto pelo avanço da fronteira agrícola.

E aí o mais preocupante:

Pior, a política de criação de áreas protegidas pelo governo não basta para conter a tendência. É preciso fazer algo muito mais complicado para cumprir a Lei.

É com esse objetivo, ou seja, de fazer algo mais, que estou requerendo à Subcomissão da Amazônia a realização de audiência pública, com a participação daquele cartógrafo, a fim de que o Senado possa debater esse algo mais complicado.

Leio o requerimento:

REQUERIMENTO Nº /2006

(Subcomissão Permanente da Amazônia)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública da Subcomissão Permanente da Amazônia, para debate sobre previsões sombrias para a Floresta Amazônica, constantes de artigo científico, publicado neste mês de março de 2006, pela revista *Nature*, convidando para esse fim o seu autor, Brital Soares Filho, cartógrafo do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Reunião de Audiência Pública, com a presença do cartógrafo Brital Soares Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Justificação

O cientista que indico para ser convidado pela Subcomissão da Amazônia é autor de artigo publicado na Revista **Nature**, neste mês de março de 2006, no qual faz sombrias previsões para o futuro da Amazônia, sustentando que até o ano de 2050, haverá perda de 40% da Floresta nesta área. Ao Senado e, em especial, para a Subcomissão Permanente da Amazônia, é preocupante a previsão, que sugere debates e estudos imediatos a respeito.

O debate pretendido com a Audiência sugerida poderá, após estender-se, ouvindo sugestões de outros especialistas, a fim de indicar os caminhos para que a Subcomissão possa vir a propor medidas legislativas cabíveis e assim coibir o desmatamento da Amazônia.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o sucesso da administração do governador Geraldo Alckimin frente ao Estado de São Paulo. O governador teve a sua administração avaliada como ótima/boa por 69% dos entrevistados, o melhor índice desde 2001, quando ele assumiu o Estado.

Senhor presidente, é neste contexto que solicito que a matéria intitulada “Governo Alckmin recebe aprovação recorde”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de 20 de março do corrente, seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

E, como terceiro e último assunto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero dizer que o mundo gira, a lusitana (como diz o anúncio) continua rodando e, não obstante, volta e meia aparece um troglodita desses bem cavernosos e manda censurar alguma coisa.

Agora, é com o filme de Walter Salles, *Diários de Motocicleta*, vetado numa escola do Rio Comprido (RTJ), por determinação do coronel Geraldo Martinez y Alonso, a mando do general da reserva Ney Oliveira.

Ainda bem que o Exército, pelo que mandou dizer, vai apurar a censura, aplicada em plena democracia brasileira.

Pelas alegações dos improvisados e apressados censores, o filme, que conta a viagem de Che Guevara pela América Latina nos anos 50, seria *uma provocação ao Exército*.

A imprensa divulga a censura, reproduzindo uma página do boletim oficial da Fundação Osório, dona da escola de Rio Comprido:

Decisão

Em face do que aqui exponho et cetera e tal, resolvo:

– Recomendar à Div Ens, às coordenações e à STE que exerçam efetivo controle das atividades de ensino praticadas na Fundação, particularmente quanto aos meios de instrução (filmes, cartazes etc) utilizados durante as aulas ou expostos nos quadros de avisos nos corredores dos diversos edifícios.

(as) Gen.Ex. Ney da Silva Oliveira, Presidente da Fundação Osório
Se o ilustre general ainda não sabe, que saiba agora e para sempre:
Censura, nunca mais!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006/DATAFOLHA

Administração de tucano é avaliada como ótima/boa por 69% dos entrevistados, o melhor índice desde 2001, quando assumiu

Governo Alckmin recebe aprovação recorde

MICHELE OLIVEIRA
DA REDAÇÃO

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) recebeu, na semana em que o tucano foi anunciado candidato a presidente, a melhor avaliação desde 2001, quando ele assumiu o Estado de São Paulo.

Pesquisa Datafolha realizada nos dias 16 e 17 de março mostra que 69% dos entrevistados avaliam o governo Alckmin como ótimo/bom, um crescimento de sete pontos percentuais desde dezembro. O índice é o melhor desde o governo Franco Montoro (1983-1987), quando foi feito o primeiro levantamento do tipo pelo Instituto Datafolha.

Por outro lado, a proporção dos que consideram a gestão de Alckmin regular atingiu o menor índice desde 2001, com 23%.

O tucano tem seu governo mais bem avaliado no interior paulista, onde 72% consideram a gestão tucana ótima/boa. Na capital, esse índice vai para 65%.

Principal concorrente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro, Alckmin

vê a taxa de aprovação ao seu governo ficar 31 pontos percentuais acima da aprovação recebida pelo governo Lula, avaliado como ótimo/bom por 38%, conforme pesquisa Datafolha publicada ontem.

Se a eleição fosse agora, os números de aprovação ao governo Alckmin poderiam ter influência sobre os eleitores, segundo o diretor do Datafolha, Mauro Paulino, 45. "É um cacife que o governador tem para a campanha." Paulino avalia que a exposição do tucano na mídia em função da disputa pela candidatura ao Planalto provavelmente influenciou o aumento da aprovação ao seu governo.

Ainda na comparação com os números do presidente, a boa avaliação do governo Alckmin acompanha a aprovação do desempenho pessoal do tucano, o que não acontece com Lula.

Alckmin tem diferença de apenas um ponto percentual entre as aprovações de seu governo (69%) e de seu desempenho pessoal (68%). Lula vê essa diferença su-

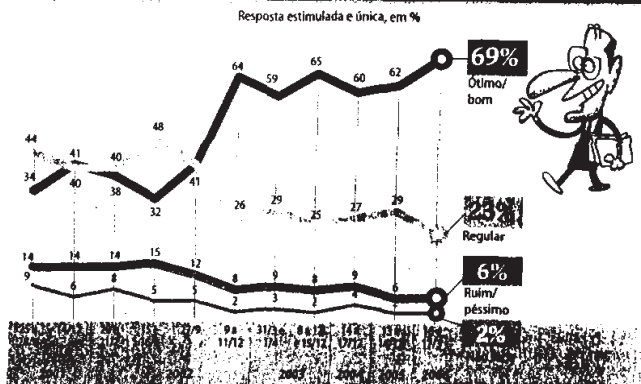
bir para seis pontos percentuais —44% de aprovação ao desempenho pessoal contra 38%.

Covas e Serra
Alckmin, que assumiu com a morte de Mário Covas, tem sua gestão mais bem avaliada do que a de Covas. Na comparação após cinco anos de governo, Alckmin recebe 69% de ótimo/bom, enquanto Covas, em dezembro de 1999, ficou com 24% de aprovação e 38% de ruim/péssimo.

O governador Alckmin, que disputou com o prefeito José Serra a vaga de candidato do PSDB à Presidência, vê o índice de aprovação ao seu governo subir entre os que também aprovam a gestão de Serra à frente da Prefeitura de São Paulo. Entre aqueles que consideram o governo Serra ótimo/bom (44%), 84% têm a mesma avaliação do governo Alckmin.

"Os eleitores do Serra tendem fortemente a votar no Alckmin e vice-versa", diz Paulino.

AValiação DO GOVERNO ALCKMIN NO ESTADO DE SP



AValiação DO DESEMPENHO PESSOAL



EVOLUÇÃO DA NOTA MÉDIA



AValiação DO GOVERNO ALCKMIN POR REGIÕES

Região	Capital	Metropolitana	Interior
Ótimo/bom	65	69	72
Regular	25	24	21
Ruim/péssimo	8	5	5
Não sabe	1	2	3

ONDE A AValiação DO GOVERNO ALCKMIN MAIS CRESCEU



COVAS X ALCKMIN APÓS 5 ANOS DE GOVERNO



Polarização com Serra ajudou, afirma PSDB

DA REPORTAGEM LOCAL

O PSDB avaliou que a polarização entre o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito paulistano, José Serra, na disputa pela candidatura à Presidência ajudou a tornar o primeiro mais conhecido pelo país, influenciando no resultado da pesquisa Datafolha divulgada ontem.

De acordo com o levantamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem 42% das intenções de votos, oscilando negativamente um ponto percentual em relação à última enquete, realizada em fevereiro. Alckmin aparece agora com 23%, um crescimento de seis pontos percentuais.

"Fiquei extremamente contente, mas é preciso ter pé no chão, sandálias da humildade", afirmou. "Isso demonstra que o tempo que [o PSDB] levou para fazer a indicação não atrapalhou", ana-

lisou o governador.

Para o tucano, os 23% demonstrados na pesquisa — a primeira realizada depois de Alckmin ter sido definido como o pré-candidato do PSDB — "é um piso bastante alto, à medida que sou menos conhecido fora de São Paulo".

O secretário estadual de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles, um dos coordenadores da campanha de Alckmin, avaliou que a polarização com Serra "ajudou a consolidar o nome de Alckmin". Além disso, no entendimento de Meirelles, as viagens feitas pelo governador a outros Estados, em busca de apoio dentro da legenda, foi outro fator importante para tornar o paulista mais conhecido pelo país.

"O governador nunca começou uma campanha com um piso tão alto. Estamos encantados com a pesquisa, embora saibamos que ela é reflexo de hoje", disse.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** de 17 de março do corrente, intitulado “Amigo leal”.

O editorial trata da acareação que será feita na CPI dos Bingos entre o atual presidente do Sebrae e amigo do presidente Lula, Paulo Okamoto, e o economista Paulo de Tarso Venceslau. Segundo o editorial, “A decisão é acertada e contrasta com a inexplicável

série de esforços para impedir que Okamoto seja submetido a escrutínio mais severo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

AMIGO LEAL

A CPI dos Bingos convocou anteontem o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamoto, para acareação com o economista Paulo de Tarso Venceslau. O objetivo é esclarecer as suspeitas sobre um esquema de caixa dois em prefeituras do PT no interior paulista supostamente orquestrado por Okamoto no início dos anos 1990.

A decisão é acertada e contrasta com a inexplicável série de esforços para impedir que Okamoto seja submetido a escrutínio mais severo. Por margem estreita de votos, o governo barrou uma nova convocação de Okamoto para depor na CPI. No mês passado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, concedeu liminar suspendendo a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do chefe do Sebrae.

Amigo íntimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Okamoto é figura-chave para as apurações da CPI. Há sérias dúvidas sobre suas atitudes que necessitam de esclarecimento.

Com recursos próprios, diz ter qui-

tado dívida de R\$ 29,4 mil do presidente com o PT —sem ter informado o amigo do ato generoso ou apresentado comprovantes. Em 2004, doou R\$ 24,8 mil para a campanha de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura de São Bernardo do Campo. O valor representa quase a totalidade de seus vencimentos mensais declarados, cerca de R\$ 30 mil.

Há suspeita de que outro gesto solidário tenha ocorrido dois anos antes. Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente da República, teve dívida de R\$ 34,7 mil em alugueis atrasados quitada por Okamoto, segundo a fiadora do imóvel. À época, o amigo de Lula recebia apenas uma aposentadoria de ex-metalúrgico.

Responsável pelo caixa petista na campanha presidencial de 1989, Okamoto é tido como um tesoureiro informal do partido. Conhecedor das práticas contábeis do PT e membro do conselho do fundo BrasilPrev, o presidente do Sebrae opera em nichos da atividade estatal que estão sob investigação. Não há por que manter à sombra as suas atividades.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Milagreiro está de volta ao noticiário”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no Jornal do Brasil em 9 de março do corrente.

Em seu artigo, o jornalista analisa um dos mistérios investigados pela CPI dos Bingos, o pagamento feito por Paulo Okamoto para saldar uma dívida do Presidente Lula. O sr. Okamoto tentou, em vão, explicar como. O Presidente não soube de nada, nem sobre a

dívida, nem sobre o pagamento. E o Supremo Tribunal Federal livrou o Presidente do Sebrae, o Sr. Okamoto, da quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, o que talvez explicasse o milagre.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES

augusto@jb.com.br

Milagreiro está de volta ao noticiário

O presidente Lula sempre foi avesso a ouvir más notícias. Só gosta das boas e fáceis de entender. Se complicada, melhor nem contar como a coisa foi feita. Basta-lhe saber que foi. Íntimo de Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, conhece há muito tempo esse traço de temperamento.

Foi por isso, contou em agosto passado, que resolveu não aperrear o amigo com a narrativa do epílogo de uma pendência financeira que se arrastava desde 2002. Naquele ano, Lula, então presidente de honra do PT, solicitou um empréstimo que, até meados de 2005, jazia na gaveta dos assuntos a tratar.

Ressuscitada pela CPI dos Correios, a história teria desdobramentos intrigantes. Lula mandou avisar que nunca deveria um só centavo ao PT. Portanto, nunca houvera o que pagar. Ocorre que a dívida fora quitada em 2003. Quem estendera a mão providencial? Teria sido mais uma do Marcos Valério? A última do Delúbio?

Depois de alguns dias de suspense, apresentou-se ao país o pagador da dívida de R\$ 29.536,00: Paulo Okamoto. Liquidara o débito com dinheiro do próprio bolso, jurou o presidente do Sebrae. Não apresentou comprovantes. Não se lembrava sequer do local do pagamento. Mais tarde, retocou a versão: fizera o bem dum guichê do Banco do Brasil.

Não se recuperara por inteiro do acesso de amnésia: foi-lhe impossível explicar, por exemplo, de que modo a bolada aterrissara numa conta do PT no ABC paulista. Como prova do que dissera, Oka-

O STF livra Okamoto de contar como se multiplica dinheiro

motto ofereceu a palavra de Okamoto. E garantiu que assim agira impelido pelo sentimento da gratidão.

Paulista de Mauá, ex-metalúrgico, ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e ex-presidente do PT paulista, Okamoto devia a Lula o desembarque na chefia do Sebrae. A entidade representa 15 milhões de microempresários, emprega 4.500 empregados e administrou no ano passado um orçamento de R\$ 900 milhões. Nada mau para um neto de imigrantes japoneses expulsos pela fome do país natal.

Nada mais natural que socorresse o Grande Companheiro na hora da aflição.

Convocado pela CPI dos Bingos, o amigão-do-HOMEM tropeçou em enigmas ainda por decifrar. Como pode um brasileiro da classe média, conforme se define, desembolsar com a desenvoltura de ricoço perdulário quase R\$ 30 mil, quantia equivalente a seu ordenado atual? Por que a doação não aparecera nas declarações de renda do presenteador e do presenteado?

Encerrado o depoimento, Okamoto achou sensato solicitar ao Supremo Tribunal Federal que impedisse a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal, solicitada pela CPI. Foi atendido pelo sempre caridoso Nelson Jobim (PMDB-STF).

No Brasil, quem busca evitar a quebra do sigilo bancário deveria ser preso imediatamente: só age assim quem pecou. Como o STF tem coração de mãe, manteve à distância da CPI o homem que acaba de retornar ruidosamente ao noticiário político-policia.

Nesta semana, o país foi informado de que Okamoto já brincava de trem-pagador quando ganhava bem menos por mês. Em 2002, socorreu com quase R\$ 25 mil a filha mais velha de Lula, Lurian, enredada num calote aplicado no dono do imóvel que abrigara o escritório da candidata a vereadora em São Bernardo. Não conseguiu a vaga. Conseguiu o adjutório. Em 2004, o cofre-ambulante voltou a São Bernardo para doar R\$ 25 mil ao candidato a prefeito Vicentinho.

“Sou um perito em economia formado pela universidade da vida”, repete Okamoto. Nessa academia, os alunos espertos aprendem como se opera o milagre da multiplicação dos centavos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Confirmando até morrer”, afirma caseiro”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 17 de março do corrente.

Antes de ser interrompido pela liminar do STF que suspendeu seu depoimento, Francenildo dos Santos Costa conseguiu reafirmar na CPI dos Bingos que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul em

Brasília. O caseiro disse que “confirma até morrer” tudo o falou.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO” PALOCCI EM APUROS

Antes de ter depoimento suspenso, testem unha referência que Palocci visitava ‘casa do lobby’ e que ministro era chamado de ‘chefe’

“Confirmando até morrer”, afirma caseiro

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Antes que seu depoimento fosse proibido pelo Supremo Tribunal Federal, o caseiro Francenildo dos Santos Costa, 24, reafirmou na CPI dos Bingos que o ministro Antonio Palocci (Fazenda) esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul em Brasília alugada pelo economista Vladimir Poletto. “Confirmando até morrer”, disse o caseiro em relação às denúncias que vem fazendo.

Em um depoimento que durou cerca de uma hora e questionado apenas por três senadores, Nildo disse que, além de Palocci e dos membros da “república de Ribeirão” já citados, pode ter estado na casa Juscelino Dourado, o ex-chefe de gabinete de Palocci.

Dourado foi auxiliar direto de Palocci até setembro do ano passado, quando deixou o cargo em meio às investigações da CPI.

A CPI investiga se empresários de casas de bingos se reuniram no local com Palocci e seus auxiliares. O ministro nega ter frequentado a casa.

O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) foram os únicos que conseguiram fazer perguntas a Nildo. Dias reproduziu em um telão colocado na sala da CPI fotografias de pessoas que poderiam ter ido à casa.

De imediato, o caseiro identificou Rogério Buratti e o Ralf Barquete — dois secretários das gestões de Palocci em Ribeirão Preto. Ele demorou um pouco para identificar Ademirson Azevedo da Silva, o secretário particular de Palocci. Por fim, afirmou que Juscelino Dourado visitava a casa com um churrasco na casa.

“Acho que vi ele [Dourado] na churrasqueira, mas não lembro o nome”, disse, ao ver a foto dele.

Ao ver a imagem de Vladimir Poletto — outro assessor de Palocci, o caseiro fez um comentário que provocou risos: “Esse aí é meu patrãozinho”. Sobre Palocci, o comentário foi parecido: “Ah, esse aí era o chefe”. Ele contou que recebia ordens de Barquete, Buratti e Ademirson. Disse, porém, que era Poletto quem fazia o pagamento do seu salário. “Ele é quem dava salário. Era pago em dinheiro, trazia numa maleta.”

O caseiro voltou a relatar que Barquete, Poletto e Buratti se referiam a Palocci como “o chefe”.

“Na primeira vez [em que viu Palocci] o doutor Ademirson e

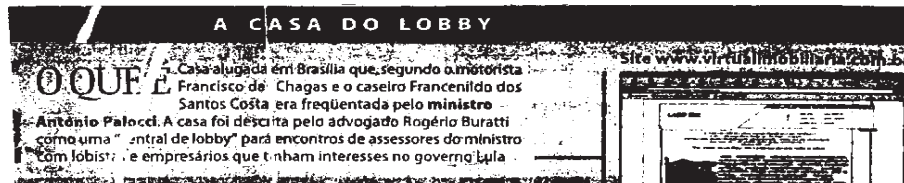
viu ele. Quando o carro chegou, vi ele [o ministro] saindo. No outro dia, comentei com o Francisco [Chagas da Costa, motorista que trabalhava para o grupo na casa] “O chefe e o Palocci, né?”

Nildo disse que soube de um desentendimento entre Buratti e Poletto através do motorista. “Ouvi do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.”

O caseiro confirmou que conversou com Palocci só uma vez pelo telefone. Disse que ele ia a casa a maioria das vezes sozinho, entre as 18h30 e as 19h. Segundo ele, quase sempre tinha “uma me-

luna” à espera dele e que costumava deixar o local por volta das 22h. Relatou, porém, que numa tarde chegou a servi-lo enquanto jogava tênis na casa. “Levei vinho e Red Bull [bebida energética].”

O caseiro não identificou empresários ou demais políticos que podem ter ido à casa. Questionado sobre esse assunto por Garibaldi Alves, o caseiro confundiu-se e achou que o senador se referia aos parlamentares que estavam no depoimento. “Assim que cheguei, dei uma olhada boa aqui [na CPI], mas não tinha desses [senadores presentes] lá [na casa].”



O INQUILINO

Vladimir Poletto, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, alugou a casa, que pertence a Luiz Antônio Guerra da Silva. Segundo Nildo, era Poletto quem pagava as contas da casa, sempre com dinheiro em espécie trazido por Rogério Buratti.

OUTRO LADO/POLETO

Em depoimento à CPI dos Bingos, em novembro de 2005, Poletto disse que havia alugado a casa em seu nome, mas que ela era para uso pessoal, para quando estivesse em Brasília, e não para reuniões. Procurado para falar sobre as declarações do motorista e do caseiro, Poletto não quis se manifestar.

OUTRO LADO/PALOCCI

Palocci disse à CPI que não conhecia Poletto e que nunca havia estado na casa. O ministro afirma que “nunca foi à casa e que não tem conhecimento das atividades que aconteciam lá e que tanto o caseiro quanto o motorista não estão falando a verdade”. Palocci disse que não dirige carro em Brasília

AS FESTAS

Segundo a CPI, assessores de Palocci, lobistas e empresários se encontravam na casa para discutir negócios e para se divertir com recepcionistas agenciadas por Jeany Mary Corner. As terças e quintas-feiras, elas participavam de festas com ex-assessores de Palocci.

O “CHEFE”

Era assim que o ministro era chamado na casa, segundo o caseiro. Palocci aparecia ali “quinta-feira sim, quinta-feira não”, além de alguns sábados e domingos de 2003 até o início de 2004. Ele não gostava que as luzes do jardim ficassem acesas quando ele estava lá.

O CARRO

Segundo Nildo e o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava à casa em um Peugeot prata, de Ralf. O caseiro conta que nas noites em que Palocci ia à casa sempre havia uma mulher, trazida por Ademirson ou por Poletto. Palocci e a mulher ficavam sos.

Eu só ouvia comentário. “O chefe vem hoje, o chefe vem hoje”. Aí fiquei curioso. Fiquei de butuca, escondido. Aí o carro chegou

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA
Caseiro da “casa do lobby”

Dono da “casa do lobby” é filiado ao PSDB

GUSTAVO PÁTU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Proprietário da casa utilizada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e patrão do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o advogado e professor Luiz Antonio Guerra é filiado ao PSDB, mas diz não ter interferido nas denúncias feitas pelo caseiro.

“Ele é muito reservado, nunca me disse nada sobre o que acontecia na casa”, afirma Guerra, que minimiza o vínculo com o partido — filiou-se, diz, por insistência de um aluno, sem ter participado de atividades partidárias ou tido ligações com políticos da sigla.

O advogado afirma que move uma ação indenizatória contra Vladimir Poeto, que trabalhou com Palocci em Ribeirão Preto e foi o responsável por alugar a casa. Guerra argumenta que o episódio prejudicou sua imagem e a do imóvel.

Localizada no Lago Sul, área nobre de Brasília, e descrita como “cinematográfica” em anúncio na internet, a casa está à venda por R\$ 2,5 milhões e disponível para aluguel por R\$ 15 mil mensais.

Antes de ser alugada por Poeto, a casa hospedava o escritório Guerra Advogados & Consultores Associados. Francenildo, que nessa época já era o caseiro, foi

mantido pelo ex-assessor do ministro Palocci.

Hoje, mesmo com a casa desocupada, ele continua no emprego. Guerra atribui ao funcionário, por quem tem “grande apreço”, a decisão de fazer as denúncias.

Senador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) confirmou ontem, na CPI dos Bingos, que na última sexta fez contatos com a imprensa para que fosse divulgada entrevista com o caseiro. Ele afirmou que partiu de Francenildo a iniciativa de procurar integrantes da CPI e que o caseiro esteve na última sexta em seu gabinete,

acompanhado de um “conhecido”, em encontro agendado por um amigo do senador. Segundo ele, Francenildo decidiu falar por se sentir desprotegido após depoimento do motorista Francisco Chagas Costa, que o citou.

A primeira entrevista do caseiro foi divulgada na terça-feira pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

Desde então, está sendo acompanhado por Wlício Chaveiro Nascimento, advogado criminalista e trabalhista. Ele disse que foi contatado por um amigo do caseiro, mas que ainda não se falou em remuneração. Ele reconheceu que não espera receber de Francenildo, cujo salário é de R\$ 700

TV esconde depoimento de caseiro à CPI

DANIEL CASTRO
COLUNISTA DA FOLHA

Principal canal de notícias do país, a Globo News não exibiu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Enquanto Costa comprometia o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, na CPI dos Bingos, o canal da Globo mostrava sessão da Comissão de Ética da

Câmara que discutia o envolvimento do deputado José Mentor (PT-SP) no esquema do “mensalão”.

A Globo afirma que optou por transmitir a sessão da Comissão de Ética porque “a sociedade cobra que os meios de comunicação acompanhem os processos até o fim e dêem visibilidade a eles, para evitar o risco de pizza”. Como na comissão o voto é aberto, o canal acredita que prestaria um serviço aos telespectadores. Mas a votação acabou adiada.

Além disso, defende a Globo, na CPI dos Bingos “o caseiro confirmaria o que já dissera em entrevista coleti-

va”. A Globo News é produzida pela Central Globo de Jornalismo, da TV Globo — que noticiou o depoimento do caseiro com destaque no “Jornal Nacional”.

O canal transmitiu a sessão sobre José Mentor até seu final, às 14h17. A essa altura, o depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos já havia sido suspenso por liminar do STF. Às 13h59, enquanto transmitia da Comissão de Ética, a Globo News informou a suspensão do depoimento em um “lettering” (notícia no formato de legenda).

O principal assessor de imprensa de Palocci é ex-dire-

tor da Globo no DF. Palocci, como a Globo, defende o padrão de TV digital japonês.

A Band News também não exibiu o depoimento do caseiro Costa na íntegra. O canal diz que optou por transmitir a sessão sobre Mentor porque os membros da CPI dos Bingos, até o final da manhã de ontem, ainda discutiam se o depoimento seria aberto ou não.

A Band News transmitiu da Comissão de Ética das 12h20 até as 13h35. Só então passou a mostrar a CPI dos Bingos, embora o sinal da TV Senado estivesse disponível desde as 13h.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “PT cobra mudança na economia e irrita Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de março do corrente.

Na matéria, o jornalista alerta para o grande problema que o Presidente Lula deverá enfrentar na disputa pela reeleição. Trata-se de um documento elaborado pelo assessor de Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, de título “O primeiro ano do segundo mandato”, e que será apresentado na reunião do Partido nos dias 18 e 19 de março, destacando que

Lula precisará reduzir drasticamente as taxas de juros e as metas de superávit primário para o País voltar a crescer, ainda neste ano.

Aproveitando a oportunidade, o presidente do partido, deputado Ricardo Berzoini, declarou: “Ninguém pode se arvorar em dono da política econômica”, em referência a atual equipe, capitaneada por Palocci.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2006
ESTADO DE S. PAULO | NACIONAL | A5

PARTIDOS

PT cobra mudança na economia e irrita Lula

Documento traz polêmica no instante em que presidente recupera prestígio

Vera Rosa
BRASÍLIA

Doze dias antes da reunião do Diretório Nacional do PT, um documento escrito pelo assessor de Assuntos Internacionais do Presidência, Marco Aurélio Garcia, já começou a provocar críticas da equipe econômica. Com o título provisório de “O primeiro ano do segundo mandato”, o texto contém diretrizes do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a campanha da reeleição e será apresentado na reunião do diretório, marcada para os dias 18 e 19, em São Paulo.

O documento destaca que Lula precisará reduzir drasticamente as taxas de juros e as me-

tas de superávit primário para o País voltar a crescer, ainda neste ano. Condena, também, a proposta de déficit nominal zero. Se levado ao pé da letra, não contém nada de novo em relação ao que os petistas vêm falando em alto e bom som há tempos. Mas causou uma crise porque agora Lula exhibe sinais de recuperação nas pesquisas de intenção de voto e a ordem no Palácio do Planalto é não lavar roupa suja em público.

“Ninguém pode se arvorar em dono da política econômica”, afirmou o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). “É claro que o presidente Lula não vai ouvir apenas o PT nessa sua caminhada.”

Marco Aurélio, que também

é vice-presidente do PT, integra a comitiva de Lula na viagem a Londres, com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na tentativa de diminuir o mal-estar, ontem mesmo Marco Aurélio enviou carta a Berzoini. Disse que a leitura do documento escrito por ele “não autoriza” a interpretação de que seu conteúdo esteja em oposição aos fundamentos da política econômica. “Pelo contrário (...) contém forte endosso dos grandes avanços conquistados na criação de condições estruturais que dêem

sustentação, no próximo período, a um processo de crescimento acelerado com geração de emprego e renda”, insistiu.

No dia 8 de janeiro, quando o Estado mostrou que expressiva fatia do PT queria ressuscitar idéias contidas em *A Ruptura Necessária* – o polêmico texto aprovado no último encontro nacional do PT, em 2001, na cidade pernambucana de Olinda –, Marco Aurélio confirmou que pretendia defender mudanças na economia nas diretrizes do programa de governo.

“Não é que vamos reeditar aquele texto, mas, evidentemente, daremos ênfase à necessidade de um crescimento econômico mais acelerado e de mais rapidez na distribuição de renda no País”, disse ele, na ocasião.

Na prática, a próxima reunião do diretório será uma prévia do que ocorrerá no 13º Encontro Nacional do PT, marcado para os dias 28, 29 e 30 de abril, em São Paulo. Além dos petardos na direção da política econômica capitaneada por Palocci, o PT também dará dor de

cabeça a Lula em relação à política de alianças.

Mesmo entre os moderados não há consenso sobre qual deve ser o tamanho das coalizações e se elas devem ou não incluir partidos envolvidos no escândalo do mensalão, como o PTB e o PL. Toda essa discussão, porém, pode cair por terra se o Supremo Tribunal Federal (STF) mantiver a verticalização das alianças, obrigando os partidos a reproduzirem nos Estados a parceria firmada para a eleição presidencial. ●

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Mandaram o TSE às Favas”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 12 de março deste ano.

Segundo o autor do artigo, “o que estão fazendo com o Tribunal Superior Eleitoral é incivilidade, desrespeito, opróbrio. Mandaram o TSE às favas”. Ele tece comentários acerca do processo de alteração da verticalização, culminando com a decisão do TSE de mantê-la

para a eleição deste ano. A Justiça Eleitoral deve ser respeitada, pois foi instituída como garantia do processo eleitoral e para dirimir os conflitos eleitorais.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Mandaram o TSE às favas

Quando o presidente da República indica e nomeia um juiz para qualquer tribunal federal, a vaga preenchida não é sua, mas, sim, do Poder Judiciário. Pode-se dizer apenas que é da magistratura ou do quinto constitucional, conforme o caso — Ministério Público ou advocacia —, com exceção, entre outras, das vagas de ministros do Supremo Tribunal Federal, cuja forma de provimento é de livre escolha do presidente, após ser o nome indicado submetido a sabatina pelo Senado Federal.

Cumpre-se com tal procedimento apenas o ritual previsto na Constituição. Disso resulta que o juiz é do Estado. Não é dessa ou de qualquer outra autoridade. Aliás, juiz nenhum pode ser de ninguém. Pelo menos esse é o pressuposto lógico da vigente ordem constitucional.

A Justiça Eleitoral foi instituída como garantia do processo eleitoral. É uma conquista democrática. Veio para acabar com as eleições a bico de pena, cujas listas finais de votação eram elaboradas pelos coronéis ou chefes políticos, que controlavam e elegiam candidatos previamente selecionados. Por isso mesmo, é o Tribunal Superior Eleitoral o único órgão do Estado que tem competência para dirimir os conflitos eleitorais, e, inclusive, expedir instruções visando à disciplina das eleições.

Com base nessa prerrogativa é que, para as eleições de 2002, baixou o TSE a Instrução 55, aprovada pela Resolução 20.993/02, fixando a correta aplicação do artigo 6º da Lei 9.504/97, que regulamenta a forma de realização das coligações partidárias. Concluiu o tribunal que “os partidos políticos que ajustarem coligação para eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com outros partidos políticos que tenham, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial”. É isso que passou a ser conhecido como verticalização.

É essa mesma Justiça Eleitoral, que assim entendeu, que está sendo arrostada a retroceder no tempo, contra cujo atraso, em nome da democracia e da boa ordem dos pleitos eleitorais, se erigiu um sistema imparcial de controle das eleições por um órgão do Poder Judiciário.

O que não se entende é a razão de haver o Congresso Nacional esperado um mês após a votação em segundo turno da emenda da queda da verticalização, que se deu no dia 8 do mês passado, vo-

tada em regime de urgência, para promulgá-la somente agora, exatamente depois de haver o TSE entendido que o instituto seria mantido. Melhor seria se tivesse a promulgado logo em seguida à conclusão da última votação. Ficaria menos mal.

Examinemos as duas situações criadas em torno desse mesmo tema. Quanto à nova consulta dirigida ao TSE para saber se continua prevalecendo ou não a regra, a resposta da corte foi pela sua manutenção, argumentando que não se justificaria entendimento em sentido contrário, como garantia da própria segurança jurídica. Tem assentado o STF que, do conceito de resposta à consulta, não cabe ação direta de inconstitucionalidade, ainda que a regra dela oriunda conste de instruções regulamentares sobre eleições. Assim procedeu, quando, por exemplo, por maioria de votos, não conheceu das AdIns 2.626 e 2.628, ambas julgadas na sessão de 18.4.2002. Como a composição do tribunal foi alterada, pode ser que mudem a orientação, o que é possível.

Quanto à Emenda Constitucional 52/2006, que acabou com a exigência, é preciso saber a exata extensão da exegese a ser dada ao artigo 16 da Constituição Federal. Esse preceito é claro ao ordenar que “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data

de sua vigência”. Lei aqui é norma em sentido geral, compreendendo, inclusive, porque não, a emenda constitucional. Essa disposição, que possui conteúdo de extrema moralidade, tem o objetivo de evitar casuísmos criados às vésperas das eleições.

Volto ao começo dessas notas. É preciso deixar explícito que o juiz julga segundo sua convicção. O que não se pode admitir sequer é que, tão-só pela prerrogativa de nomear, infira-se quem nomeia ser credor de favor do nomeado, à busca de retribuição. Isso é ultraje, subversão, torpeza, indignidade.

Estou assistindo a um espetáculo que eleva certos comportamentos de políticos da atualidade aos de agentes de republiquetas ao gosto de Mobutu. O que estão fazendo com o Tribunal Superior Eleitoral é incivilidade, desrespeito, opróbrio. Mandaram o TSE às favas. A Justiça Eleitoral tem a missão constitucional de interpretar as normas eleitorais e pô-las em prática. Em matéria constitucional, quem dá a última palavra é o Supremo Tribunal Federal. Esperem pelo menos que este primeiro se pronuncie.

O que não vale é a irritação de alguns setores políticos com a interpretação dada pelo TSE, ou do que venha a decidir o STF sobre a mesma questão. Chega do que foi feito de mal para o país: mensagens, propaganda eleitoral antecipada, obras liberadas propositalmente no ano das eleições, disposição exagerada na mídia, desmandos palacianos, enfim, convivência comissiva ou omissiva com a roubalheira.

A nação confia nos juizes da Suprema Corte. Como asseverava Guizot, não deixem que a política entre por uma porta do tribunal para que a Justiça saia por outra. Façam como o juiz de Berlim. Reconheçam o direito do pobre granjeiro e deneguem o do rei. O Supremo é o tribunal do povo e não do rei, mesmo que o rei possa achar que a Justiça seja somente dele.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria da **Folha de S. Paulo**, de 13 de março do corrente, intitulada “Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI”.

A matéria destaca que o Diretório Nacional do PT, então sob a presidência de José Dirceu (SP), que teve o seu mandato de Deputado Federal cassado em 2005, obteve R\$1 milhão em empréstimos do Banestado (Banco do Estado do Paraná) entre 1999 e 2001,

segundo revelam os dados bancários das contas do PT, em poder da CPI dos Correios.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

segunda-feira, 13 de março de 2006 A 7

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/NOVAS CONEXÕES

Entre 1999 e 2001, partido tomou R\$ 1 mi emprestado no banco; em 2003, governo tentou barrar investigação sobre operações da instituição

Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI

RUBENS VALENTE
LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Diretório Nacional do PT, então sob a presidência de José Dirceu (SP), que teve seu mandato de deputado federal cassado em 2005, obteve R\$ 1 milhão em empréstimos do Banestado (Banco do Estado do Paraná) entre 1999 e 2001, segundo revelam os dados bancários das contas do PT, em poder da CPI dos Correios.

O Banestado ficou conhecido por ser o foco de uma das maiores fraudes financeiras já registradas no país: a remessa, entre 1998 e 2002, de pelo menos R\$ 120 bilhões para o exterior por meio de contas abertas em nome de laranjas e de empresas “offshore” e operadas por doleiros, usualmente para ocultar dinheiro de caixa dois de empresários e recursos oriundos de corrupção política.

Em 2003, no primeiro ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto trabalhou para impedir a criação da CPI do Banestado, que teria o objetivo de investigar as irregularidades na instituição. A CPI funcionou entre 2003 e 2004.

José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, teve papel importante na tentativa de barrar a investigação. Mas, pressionado pela oposição e pela mídia, acabou tendo de ceder. O Planalto indicou para a função de relator, uma das mais importantes da comissão, o deputado federal José Mentor (PT-SP), homem de confiança de Dirceu. A exemplo do ex-ministro, Mentor também foi acusado de envolvimento no escândalo do “mensalão” e corre o risco de ter seu mandato cassado. Ambos negam irregularidades.

Durante entrevista divulgada ontem pela Folha, o empresário paranaense Antônio Celso Garcia, o Tony, mostrou transcrições de gravações em que seu ex-sócio, o advogado Roberto Bertholdo, comenta a influência que supostamente tinha sobre a CPI, por meio do deputado Mentor.

Em 2004, a Folha revelou ter ha-

Empréstimos foram regulares, afirma assessoria do PT

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A assessoria de imprensa do PT informou que as operações de empréstimo do partido no Banestado entre 1999 e 2001 foram “regulares” e “seguiram as regras bancárias”.

José Dirceu, presidente do partido na época dos créditos, não foi localizado até às 17h30 de ontem. Segundo sua assessoria, o Diretório Nacional do PT “já esclareceu todas as dúvidas”.

A assessoria de imprensa do banco Itaú lembrou que o banco comprou o Banestado em outubro de 2000, mas preferiu não prestar informações sobre as operações.

Em 2004, o deputado José Mentor (PT-SP) refutou as acusações de que trabalhava a mando do governo para dificultar as investigações no caso Banestado e imputou a Antero Paes de Barros a responsabilidade por não aprofundar a apuração. (RVELS)

vido um pacto entre o PT e Paulo Maluf, então candidato a prefeito de São Paulo, pelo qual ele apoiaria, no segundo turno, a candidata Marta Suplicy (PT) em troca da exclusão do seu nome no relatório final da CPI. O nome de Maluf não foi incluído no rol dos indicados no relatório de Mentor.

A CPI foi marcada por uma série de acusações do PSDB sobre a suposta leniência da relatoria em investigar as operações do Banestado e de outros bancos. Até agora, não se sabia que o PT, sediado em São Paulo, mantivera contas e empréstimos com o Banestado, cuja sede fica em Curitiba.

“Fica cada vez mais evidente a

razão do papel que o PT desempenhou para tentar enterrar a CPI. Dirceu e o partido foram frontalmente contrários à criação da CPI e à minha indicação [para cargo na comissão]”, disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado. “Agora dá para entender melhor muita coisa que aconteceu. Mas parece que é só a ponta do iceberg”, disse Antero.

Retiradas rotativas

O PT assinou com o Banestado um “contrato de empréstimo rotativo”, pelo qual fazia retiradas de dinheiro segundo suas necessidades. Na época das operações, Luiz Inácio Lula da Silva era presidente de honra do PT, e as decisões administrativas cabiam a Dirceu. Os extratos em poder da CPI revelam que o Diretório Nacional do PT movimentou R\$ 4,87 milhões na conta do banco.

De acordo com a assessoria de comunicação do Diretório Nacional da sigla, todas as dívidas com o Banestado foram quitadas até abril de 2001, quando o PT encerrou sua movimentação no banco. O partido adquiriu ainda um título de capitalização do banco e resgatou-o em 2004. O valor do título não foi divulgado.

As operações entre o PT e o Banestado se estenderam de março de 1999 a janeiro de 2001. A conta fora aberta no banco em maio de 1998. Na prestação de contas do partido do ano de 2001 ao Tribunal Superior Eleitoral, o PT declarou ter apenas R\$ 3 na conta que ainda mantinha no Banestado.

Pelo menos desde 1999, quando o PT iniciou seus empréstimos, o Banestado é cercado de denúncias sobre irregularidades em seus procedimentos e remessas ilegais para o exterior. Em abril daquele ano, o procurador Celso Trés teve acesso à lista de todas as remessas de dinheiro fritas por meio de contas do tipo CC5. Ele revelou que o Paraná era o campeão nesse tipo de operação, e que 54% dos R\$ 7,5 bilhões remetidos por pessoas físicas entre 1992 e 1998 correspondiam a laranjas.

FRASE

Fica cada vez mais evidente a razão do papel que o PT desempenhou para tentar enterrar a CPI. Dirceu e o PT foram frontalmente contrários à criação da CPI e à minha indicação

ANTERO PAES DE BARROS
Senador (PSDB-MT), foi presidente da CPI do Banestado

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 12 de março do corrente.

A matéria destaca que o deputado Roberto Jefferson voltou a discursar sobre a crise. Segundo ele finalmente as CPIs podem chegar a um elo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o esquema de caixa dois do PT. Para Jefferson, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, “serve de prova contra o seu

amigo Lula da mesma forma que o Fiat Elba comparado pelo ex-tesoureiro PC Farias mostrou a participação do então presidente Fernando Collor no esquema de corrupção”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Roberto Jefferson, ex-deputado e presidente do PTB

GROTÕES: Esse mensurar do do pobre...
 ...
 ...

MENSALÃO: Deputados são cassados...
 ...
 ...

VISÃO: O lulismo é fenômeno muito...
 ...
 ...

‘A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula’

Para Jefferson, se o chefe do Sebrae tiver seu sigilo quebrado, “a coisa pode ficar muito ruim para o presidente”

Roberto Jefferson, ex-deputado e presidente do PTB, está de volta. Com o mesmo vozalhão e a verve teatral que o que relatou o esquema do mensalão, ele avalia agora que as “CPIs podem finalmente chegar a um elo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o esquema de caixa dois do PT”. Para o ex-deputado, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, serve de prova contra o seu amigo Lula da mesma forma que o Fiat Elba comprado pelo ex-tesoureiro PC Farias mostrou a participação do então presidente Fernando Collor no esquema de corrupção. “Collor caiu por causa de um Fiat Elba. A ligação pessoal de pagar as contas do presidente, da filha do presidente, se dá através do Okamoto. Ele é o Fiat Elba, é o elo perdido”, diz. “Se quebrar o sigilo dele, a coisa pode ficar muito ruim para o presidente Lula”. Jefferson ressalva que em nenhum dos encontros com o presidente ouviu qualquer coisa que o desabonasse. Mas avalia que o mensalão não se beneficiou de impeachment porque a oposição e a imprensa resolveram não deixar para lá, já que a economia ia bem. “Eles não editavam que Lula sangrou e chegaria anêmico na eleição. Mas Lula se fortaleceu”, e seguir, os principais trechos de sua entrevista ao Estado

do pobre, esta básica, renda mínima, essa política de compensação do pobre, que o Fundo Monetário Internacional dita aos países endividados, aceita muito o efeito do grotão. **Como assim?** O fenômeno é o seguinte: o PT deixou de ser partido da opinião pública para ser o partido dos grotões, por causa do assistencialismo. A opinião pública não está mais com o PT. Hoje tem um lado sismico no conceito do PT. A elite nacional, a classe média se abstaram. A própria Igreja Católica se abstou. O PT crucificou um monte de gente na deposição ética e acabou fazendo muito pior. **Esse “mensalinho” será decisivo na próxima eleição?** Sim. *O mensalinho mata o nome, será decisivo. O povo está muito empobrecido e tudo que se faz por ele tem repercussão. O povo dos grotões não tem essa visão do desemprego, do crescimento. Ele vive a seca e isso o governo está suprimindo.* **O PTB vai apoiar Lula?** No meu entendimento, o PTB não deveria apoiar ninguém, para evitar a fadiga. Mesmo que a verticalização aconte, não vamos apoiar nenhum candidato. **Presidência. Nem o PTB nem, do PT. Nossa base bordesquina, que representa o voto mais necessitado, está com Lula. A base de Centro-Oeste, Sul e Sudeste não. Para evitar o fracasso, vamos evitar apoiar um candidato no primeiro turno.**

Um pouco antes da entrevista, o sr. estava comparando Paulo Okamoto a doadores de sangue... Eu disse que era uma espécie de doador universal, tipo O, doa para todo mundo. Doa pa-

FRASES
 “A opinião pública não está mais com o PT. Houve um abalo sísmico no conceito do PT”
 “O Congresso não tem ninguém que tenha vencido a eleição sem caixa 2. O que está acontecendo é um esparçamento público do companheiro o que foi descoberto”
 “O caixa 2 sempre houve. Financiamento eleitoral sempre foi caixa 2. Mensalão é diferente. É pagamento pelo compromisso de votar em plenário. É o auge da bancada em troca de votos”

ra o Vicentinho, para a filha do Lula, é um doador universal.
O sr. acha que ele teve um papel-chave no esquema do mensalão? Não, é um tapa-buraco. Igual à operação tapa-buraco das estradas. Nada sério. Tapa-buraco de 20 contos, 30 contos, coisinha que ficou assim um rabicho de fora. Esse Okamoto é o Fiat Elba de Lula. Collor caiu por causa de um Fiat Elba. A ligação pessoal com o presidente, de pagar as contas do presidente, da filha do presidente, se dá através do Okamoto. Ele é o Fiat Elba, é o elo. Se quebrar o sigilo dele, a coisa pode ficar muito ruim para o presidente Lula. Por isso eu estou sendo tão protegido assim.
O que pode aparecer com a quebra de sigilo de Okamoto? O que é verdade, que ele recebeu dinheiro não de sua conta, que não pagou da conta pessoal, mas da conta que ele atravessou. Ele está mentindo e vai ter de se buscar o autor do pagamento das contas. Ele é o Fiat Elba, o elo perdido.
O filho do presidente, Lulinha, com

negócios com a Telemar, não seria também um ponto vulnerável? A nível moral ficou muito ruim para Lula. Eles bateram no filho de Fernando Henrique Cardoso, o Paulo Henrique, por causa do vínculo com o pai. Imagina se fosse o Paulo Henrique que recebesse essa grana preta da Telemar? O escândalo que o PT teria feito. Imagina se no governo Collor aparecessem ministros recebendo dinheiro para pagar contas num esquema como esse. Estava linchado em praça pública.
Por que isso não ocorre agora? Nem a imprensa tem o apetite de empurrar isso. Parou. A imprensa não fez muita força. Deixa. Está dando certo a economia. Teve um pensamento nacional de que o segundo impeachment poderia ser muito traumático. A coisa foi deixada assim até Lula chegar à eleição. O PSDB embarcou nessa, achando que Lula chegaria anêmico na eleição de tanto sangrar. Pelo contrário. O Lula se fortaleceu e hoje as pesquisas indicam que o PSDB perde para Lula. Vai ser difícil o candidato do PSDB ganhar.
Em quem o senhor vai votar? Se for Lula ou José Serra, nenhum dos dois. Anulo meu voto. Não voto no Lula nem voto no Serra. O Serra é a continuação do Fernando Henrique. E o Lula é a continuação do José Dirceu, do Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) e do Marcos Valério. Essa polarização agora em março é falsa.
As denúncias contra o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, abalaram sua influência no PTB? Não. Mares Guia é um homem de bem. Ele fez isso para ajudar um amigo. Diferentemente de outros ministros, ele deu

o sr. acha que o discurso de Lula é PT ativamente é igual aos outros partidos levará Lula à reeleição? As pesquisas têm mostrado isso. O lulismo é um fenômeno paulista muito parecido com o malufismo, ou com o ademarismo. É daquele tipo rouba, mas faz. Na base, o povo está muito assistido. Esse mensalinho

dinheiro para pagar as contas do Eduardo Azeredo através do Valério. Mas tem ministros que pegaram dinheiro do Valério para pagar suas contas.

Quem?

O Ciro Gomes não pegou R\$ 500 mil do Valério para pagar conta? O engraçado é que a imprensa não tocou nisso, a CPI não mexeu nisso. O chefe do gabinete Gilberto... pegou R\$ 250 mil. Os deputados serão cassados por pegar R\$ 50 mil, enquanto ministros que pegaram R\$ 500 mil continuam aí.

E a lista de Furnas (do suposto esquema de doações para candidatos em 2002)? O ex-diretor de Furnas Dimas Toledo era homem forte do PSDB, mas acabou ficando no governo do PT com seu apoio. Fiz um acordo com o ex-ministro Dirceu de dividir entre PT e PTB o rendimento que Dimas pudesse operacionalizar em Furnas. Quem insistiu para tirar Dimas foi Lula. No projeto Luz para Todos, Furnas repassou R\$ 1 milhão para a Cemig, que colocou o nome do governo de Minas de maneira muito destacada e o governo federal numa tripinha embaixo, que ninguém via a não ser com lupa. Lula achou desleal.

O sr. acredita na lista de Furnas?

Ela tem lógica política e se assemelha a verdade, mas se é verdadeira não sei. A gente sabe que o santo praticava aquele milagre, a gente sabe, por ouvir dizer, que muitas pessoas da lista receberam financiamento dele na campanha. A lista tem tudo para ser verdadeira, mas não sei dizer se é.

Que balanço o sr. faz das investigações sobre o mensalão?

As investigações estão indo bem, mas na medida do que é possível investigar. Ficou claro um jogo de financiamento que o PT montou para se financiar e operar partidos aliados.

O número de cassados é baixo...

Esse Congresso não tem ninguém que tenha vencido a eleição sem caixa 2. Se estivéssemos num regime parlamentarista esse Congresso teria sido dissolvido e eleições gerais seriam convocadas. Se os presidentes dos partidos fazem ca-

ixa 2, é claro que todo mundo embaixo tem caixa 2. O que está acontecendo é um esbanjamento público do companheiro que foi descoberto.

O sr. acredita que o presidente Lula não sabia de nada?

Eu não podia nem posso acusar Lula. Nunca tratei com ele de nenhum assunto que não fosse institucional. Nunca tratei do financiamento do PTB. Mas acho que Lula sabia. É uma avaliação minha. Penso que não é possível que homens de confiança do presidente pratiquem um caixa concentrado, para fazer distribuição mensal entre partidos aliados e o presidente não saiba. Mas é o que eu acho. Não é uma coisa que possa provar ou acusar.

Até onde aconteceu o caixa 2 e até onde houve o mensalão?

O caixa 2 sempre houve. FHC não vai bater no peito e dizer que não teve porque teve. Itamar Franco não vai dizer que não teve porque teve. Collor teve. Todo mundo teve caixa 2. Financiamento eleitoral sempre foi caixa 2. O mensalão é diferente, e o pagamento mensal pelo compromisso de votar em plenário. É o aluguel da bancada em troca de votos. Eu sabia que os partidos no Brasil rece-

biam ministérios, cargos nas estatais e organizavam caixa do partido. Mas mensalão foi a primeira vez que eu vi.

O esquema do mensalão era irrigado via estatais?

Sim. Os partidos nomeiam os diretores e estabelecem relações com as empresas que trabalham para estatais e em toda operação comercial se tira uma parte para os partidos sendo. So que neste governo só o PT arrecadava. Quando era o PSDB, o PFL arrecadava, o PTB arrecadava, todo mundo. Não dependia de votação. Mas se fosse desleal só do governo. Era uma coisa subentendida, não era tão clara.

O sr. se arrepende de ter feito essas denúncias?

Não. Se não faço isso, teria de aceitar o acordo proposto pelo governo. O governo nomearia um delegado com fama de ferabrás para o inquerito e no final eu sairia, mas de rabo entre as pernas e cabeça baixa, como um vagabundo que se livrou de um processo por pressão política. Essa coisa me foi proposta e eu disse não. Eu entrei pela porta da frente e vou sair pela porta da frente. O que eu fiz todo mundo sabe. ●

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a matéria intitulada “Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 22 de março do corrente.

A matéria destaca estudo elaborado pelo economista Marcio Pochmann, pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp, que mostra que o gasto social per capita caiu nos três primeiros anos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os

últimos anos do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DINHEIRO

FOLHA DE S. PAULO

ORÇAMENTO Comparação de despesa per capita é feita com 2 últimos anos de FHC

Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo

MARCELO BILLI DA REPORTAGEM LOCAL

O gasto social per capita caiu nos três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. O gasto médio per capita entre 2003 e 2005 foi de R\$ 1.492, contra R\$ 1.534 nos dois últimos anos de mandato de FHC.

Os cálculos sobre gasto social foram apresentados ontem pelo economista Marcio Pochmann, ex-secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy (2001-2004), hoje pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp. Pochmann usou o indicador per capita por considerar que ele é “a medida mais fina” para apurar o comportamento dos gastos sociais, já que, na prática, ele está tentando medir os gastos com atendimento de saúde, educação, assistência social, que, teoricamente, deveriam crescer com uma população relativamente maior. Os valores foram anuais, pelo IGP-DI, índice de preços da Fundação Getúlio Vargas.

O pesquisador só obteve dados que permitem comparações interanuais a partir de 2001, por isso ele compara apenas os dois últimos anos de FHC com os três primeiros de Lula. A queda na gestão de Lula é quase totalmente explicada pelo aperto econômico de 2003, quando o gasto social por habitante caiu de R\$ 1.546 em 2002 para R\$ 1.414, queda de cerca de 9%.

“Na verdade, há uma certa estabilidade do gasto social. O ano de 2003 foi exceção”, diz Pochmann. Após a queda de 2003, o gasto voltou a subir em 2004 (7,7%) e em 2005 (11%), mas não atingiu o pico de 2002, quando o gasto social por habitante foi, nas estimativas de Pochmann, de R\$ 1.546,02.

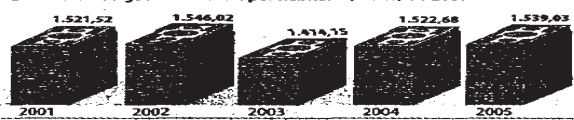
Assim, em todo o período analisado pelo economista da Unicamp, há um comportamento bem homogêneo dos gastos caso seja realmente executado o ano de 2003.

Assistência social

A única grande diferença marcante na gestão Lula são os gastos com assistência social, rubrica em que estão incluídos os gastos dos programas assistenciais e de transferência de renda, como o Bolsa Família. Nesse caso, há aumento significativo. Nos três anos do governo Lula, os gastos com assistência social subiram, em média, 11,11% em relação aos dois últimos anos de FHC.

Uma comparação com outros gastos do Orçamento mostra que o crescente esforço do governo para atingir superávits fiscais caia a vez maiores, pelo menos no ca-

GASTO SOCIAL CAI NOS PRIMEIROS ANOS DE LULA
Gasto social do governo federal por habitante, em R\$ de 2006*



	2001	2002	2003	2004	2005
Previdência social	965,01	1.030,30	962,76	1.021,73	1.033,80
Assistência social	83,10	89,28	85,23	100,19	101,89
Saúde	207,16	209,11	178,87	198,18	200,60
Educação e cultura	87,78	78,89	75,76	81,47	80,67
Habituação e saneamento	18,73	9,40	6,31	8,81	8,49
Organização agrária	12,87	12,92	8,42	14,31	13,80
Proteção do trabalhador	67,88	69,31	61,03	62,76	65,81
Benefícios ao servidor	22,24	18,80	16,83	16,51	15,92
Sistema S	25,75	27,02	18,94	18,72	18,04

EM MÉDIA, QUEDA FOI DE 2,73%
Evolução do gasto social, por habitante, por período, em R\$

	2001/02	2003/05	Varição, em %
Gasto total	1.533,77	1.491,95	-2,73
Previdência social	1.013,15	1.006,10	-0,70
Assistência social	86,19	95,77	11,11
Saúde	208,13	192,55	-7,49
Educação e cultura	83,83	79,30	-5,40
Habituação e saneamento	14,06	7,87	-44,03
Organização agrária	12,89	12,18	-5,51
Proteção do trabalhador	68,59	63,20	-7,86
Benefícios ao servidor	20,52	16,42	-19,98
Sistema S	26,38	18,57	-29,61

INVESTIMENTOS SOFRERAM MAIS QUE SOCIAL
Gasto por habitante, por período, em R\$ de 2006*

	2001/02	2003/05	Varição, em %
Gasto social	1.533,77	1.491,95	-2,73
Encargos da dívida	1.012,50	880,97	-12,99
Investimentos do governo federal	115,45	68,98	-39,73
Investimentos das estatais	124,31	130,77	5,20

*Atualizados pelo IGP-DI

Fonte: Marcio Pochmann

so do superávit primário, que não considera o pagamento de juros da dívida pública, não comprometeu significativamente os gastos sociais. O preço do aperto, sempre na comparação segundo a metodologia de Pochmann, que considera o gasto por habitante, recaiu mais fortemente sobre o investimento do governo.

Investimentos

Enquanto entre 2001 e 2002 os gastos de investimento do governo federal eram de R\$ 115,45 por habitante, entre 2003 e 2005 eles caíram, em média, para R\$ 68,98, redução de consideráveis 39,7%. O gasto por habitante com encargos da dívida pública também caiu — era de R\$ 1.012,50 no primeiro período e ficou em R\$ 880,97 no segundo, queda de aproximadamente 13%.

Não são poucos os economistas que apontam para a taxa crescente dos gastos sociais como um problema a ser enfrentado pelo Brasil. Na prática, todos apontam

para a Previdência Social. Mais de dois terços do gasto social per capita brasileiro são consumidos pela Previdência Social.

A Previdência gastou, no ano passado, R\$ 1.033 do total de R\$ 1.539 por habitante despendido pelo governo federal. Um ajuste fiscal mais rigoroso, diz parte dos economistas, só seria sustentável, na pior das hipóteses, com estancamento do déficit da Previdência, na melhor, com sua redução. Em ambos os casos, seria necessário, dizem os analistas, reformar o sistema previdenciário.

“Os conservadores dizem que o espaço para fazer mais superávit primário são os gastos sociais. É claro que parte dele poderia ser reorganizada ou feita de maneira mais eficaz, mas a discussão é ideologicamente enviesada. O gasto social pode não ser feito de maneira perfeita, mas o financiamento da dívida é”, diz Pochmann, referindo-se aos mais de 8% do PIB que o Brasil gasta com pagamento de juros anualmente.

Despesa crescente no setor desde 95 reduz desemprego

DA REPORTAGEM LOCAL

O Brasil teria 2,2 milhões de desempregados a mais no ano de 2004 caso o país não tivesse, no período que separa aquele ano de 1995, elevado os gastos sociais em 34%. Entre 2003 e 2004, quase 34% das novas empregos urbanos criados no país estavam diretamente pelo gasto social.

As estimativas também são do economista Marcio Pochmann, que calculou, além da evolução dos gastos públicos nos últimos anos, o impacto deles para o emprego e a distribuição de renda no Brasil. “Nesse caso, medimos apenas o impacto direto no emprego”, diz o economista, lembrando que a pesquisa não faz menção aos efeitos indiretos que o gasto, por exemplo, na construção de um hospital público, tem no emprego de outros setores.

Entre 1995 e 2004, foram criados 13 milhões de vagas no mercado de trabalho brasileiro. No período, o gasto social cresceu 34%. Sem esse crescimento, estima Pochmann, a taxa de desemprego teria chegado, em 2004, a 11,4%, contra os 9% efetivamente registrados pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Também entre os anos de 1995 e 2004, diz Pochmann, diminuiu a concentração de renda no Brasil. O índice de Gini (índice que varia de 0 a 1 e, quanto maior, revela maior desigualdade) para o Brasil caiu de 0,585 para 0,547, redução de 6,5%.

No período em que o índice caiu, o rendimento médio dos trabalhadores brasileiros perdeu poder de compra, registrando queda de 18,8%. Já o salário mínimo ganhou poder de compra, tendo subido 29,8% em termos reais.

“Se a remuneração mínima sobe, e o rendimento médio cai, há queda na desigualdade. A alta dos gastos sociais também ajuda a reduzi-la”, lembra Pochmann. O economista estima que 87% da queda do índice de Gini seja explicada pela alta do gasto social e do salário mínimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Corretor diz que viu Palocci em mansão”, publicada no jornal Correio Braziliense em sua edição de 19 de março do corrente.

A matéria trata do testemunho do corretor, Carlos Magalhães, que afirmou ter participado de um episódio em que Palocci foi levado por Rogério Buratti e Ralf

Barquette para escolher o imóvel onde a República de Ribeirão Preto se instalaria, no início de 2003.

Senhor presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

6 • Brasília, domingo, 19 de março de 2006 • CORREIO BRAZILIENSE

POLÍTICA

CRÔNICA

Carlos Magalhães afirma que testemunhou o ministro da Fazenda escolhendo casa no Lago Sul para servir de base à República de Ribeirão Preto. O imóvel não foi alugado, segundo o proprietário

Corretor diz que viu Palocci em mansão

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

Primero, foi um motorista. Em seguida, um caseiro. Agora, surge um corretor de imóveis como testemunha das ligações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a chamada “República de Ribeirão Preto”, grupo formado por lobistas suspeitos de engendrar negociações com o governo. Este corretor chama-se Carlos Magalhães. Ele carrega reputação controversa, embora esteja no mercado imobiliário de Brasília há anos. Magalhães afirma ter participado de um episódio em que Palocci foi levado por Rogério Buratti e Ralf Barquette, dois próceres da turma, para escolher o imóvel onde a “República” se instalaria, no início de 2003.

O imóvel a que o testemunho de Carlos Magalhães se refere não é o mesmo em que o caseiro

Francenildo dos Santos Costa trabalhou, na QI 01 do Lago Sul. Fica no outro extremo da parte sul do Lago, o conjunto 26 do Setor de Mansões Dom Bosco. É uma casa confortabilíssima, pertencente ao diplomata Jorge Geraldo Kadri, que além da localização discreta, oferece uma vista panorâmica de Brasília, com a Esplanada dos Ministérios em primeiro plano.

Carlos Magalhães diz que, em 2003, Kadri pôs sua casa para alugar, pois saíra em missão diplomática para Genebra, na Suíça. Não o fez, entretanto, entregando o imóvel a uma imobiliária. Quereria negociar ele mesmo com os inquilinos. E, ao ver um anúncio da empresa Imob2000, pertencente a Magalhães, telefonou perguntando se não havia ninguém querendo locar um imóvel com tais e tais características.

Ao mesmo tempo, segundo o corretor, a Imob2000 foi contata-

da por “um rapaz chamado Alexandre, de uma empresa lá de Goiânia”, procurando uma casa boa para alugar em Brasília. “Ele me disse que era para um ministro, mas que ele queria reserva, não queria que seu nome aparecesse”, conta.

Tendo a oferta de um lado e a demanda de outro, Carlos Magalhães diz ter juntado as pontas. “Foi quando apareceram o Rogério Buratti e o Ralf Barquette”, lembra. “Eles vieram ver a casa em nome do tal ministro, que eu não sabia quem era.” O corretor diz ter levado a dupla, depois do primeiro contato, para ver pelo menos

outros dois imóveis, um deles localizado na Península dos Ministros - QI 12 do Lago Sul -, de propriedade de Flávio Jussiani Ramos, ex-diretor da Caixa Econômica Federal. “O Jussiani disse que conhecia eles (Buratti e Barquette) lá de São Paulo e que não queria negócio com esse pessoal.”

O grupo decidiu-se pela casa do diplomata, no Setor de Mansões Dom Bosco. Havia uma ressalva: o lugar não tinha quadra de tênis. Eles perguntaram ao proprietário se podiam construir uma, receberam permissão e pediram um orçamento à empresa Engequadra, de Belo Horizonte. “No dia

em que o rapaz da Engequadra foi lá tirar as medidas do terreno, uma sexta-feira, por volta das 18h, chegou um Ômega preto, com placa oficial, trazendo Buratti, Ralf e Palocci. Foi quando eu soube qual era o ministro que queria alugar a casa”, diz. Na ocasião, de acordo com Magalhães, não havia mais ninguém no local. “Quando eles chegaram, o rapaz da Engequadra já tinha ido embora fazia uns 20 minutos. Como o ministro estava lá, eu nem disse naquela hora que a obra custaria R\$ 44 mil.”

O que se seguiu em relação ao imóvel é uma série de informações desencontradas. Magalhães

diz que ele chegou a ser alugado e que o casal Kadri resolveu rescindir o contrato depois de ter notificado de “festas da pesada” feitas no local. A informação foi passada aos donos pelo caseiro, identificado até aqui apenas pelo primeiro nome, Domingos. Elza Kadri admite ter aberto negociações com Buratti, que soube que o grupo chegou a “dormir um ou dois dias na casa”, mas diz que não fechou negócio depois dos relatos de Domingos e que não tem notícia da presença de Palocci em sua casa. O ministro vem negando qualquer proximidade com Buratti.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “E os outros 70%?”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria, em sua chamada, publica que Rogério Buratti, ex-Assessor e amigo do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou em novo depoimento prestado à Polícia Civil de São Paulo, que só contou 30% do que sabe. Nesse depoimento, Buratti identifica Palocci

como o personagem central do esquema de corrupção durante sua segunda gestão como prefeito do município de Ribeirão Preto.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E OS OUTROS 70%?

Ex-assessor e amigo de Palocci, Rogério Buratti diz que só contou 30% do que sabe. Ele voltou a depor na polícia

Marcio Aith e Fábio Portela

Sete meses atrás, o advogado Rogério Buratti colocou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na linha de tiro da crise política. Ex-auxiliar do ministro, Buratti havia contado que a empreiteira Leão&Leão pagava um mensalão de 50 000 reais à prefeitura de Ribeirão Preto durante a segunda gestão de Palocci como prefeito. Segundo Buratti, esse dinheiro era repassado ao caixa dois do Partido dos Trabalhadores. Palocci negou o fato. Disse que poderia até ter ocorrido algum ato de corrupção isolado na prefeitura, mas que, se fosse o caso de corrupção sistemática, ele te-

ria tomado conhecimento. O ministro saiu chamuscado do episódio. Palocci manteve-se vivo politicamente, contando com uma vigorosa boa vontade da oposição e do imenso time de brasileiros gratos por seu impecável trabalho de condução da economia. Não havia nenhuma acusação de que Palocci tivesse negociado pessoalmente o pagamento da propina ou que dela tivesse se beneficiado. Em novo depoimento prestado à Polícia Civil de São Paulo, Buratti voltou à carga. **VEJA** teve acesso a trechos do depoimento que até agora vinham sendo mantidos em sigilo. Neles, Buratti identifica Palocci como o personagem central do esquema de corrupção e apresenta os seguintes detalhes:

■ Foi o próprio prefeito quem negociou o mensalão de 50 000 reais com a Leão&Leão, empresa da qual Buratti se tornou diretor depois de deixar a prefeitura

■ Embora a maior parte do dinheiro fosse repassada para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Palocci sempre reservava uma parcela para si

■ Em troca da propina, Palocci organizou um sistema contábil fraudulento pelo qual a empresa sempre ganha-

va da prefeitura valores maiores que os fixados no contrato inicial de varrição de lixo

■ O relacionamento entre Palocci e a Leão&Leão era tão próximo que o então prefeito tinha à sua disposição uma reserva financeira para ser usada sempre que necessário

■ Mesmo depois que Palocci deixou a prefeitura para se tornar ministro, a propina de 50 000 reais continuou a ser paga pela Leão&Leão com o conhecimento de seu sucessor, Gilberto Maggioni.

Palocci soube das novas acusações assim que Buratti saiu do depoimento, em 4 de fevereiro passado. Tomou duas providências. Negociou com o Ministério Público de São Paulo que as partes do depoimento que o envolviam fossem mantidas em sigilo. É por essa razão que, até agora, a imprensa só havia tido acesso a trechos periféricos do documento. Para obter essa garantia, Palocci contou com a discrição dos promotores que, no ano passado, foram criticados por dar publicidade instantânea às primeiras acusações de Buratti. A segunda providência do ministro foi pedir a seu amigo do peito Juscelino Dourado, ex-chefe de seu gabinete no Ministério da

Fazenda, que tentasse convencer Buratti a fechar sua boca de uma vez por todas. Juscelino não obteve essas garantias.

Buratti pode estar mentindo em suas acusações? Sim, e o ministro tem o benefício da dúvida. Mas a cada novo depoimento Buratti enriquece a narrativa de detalhes e, a seu favor, diga-se que não caiu ainda em contradição. Palocci recusa-se a processar seu ex-assessor e, mesmo pressionado por parlamentares em seu depoimento à CPI dos Bingos, em janeiro, evitou dizer que Buratti é mentiroso. Se nem Palocci (o maior interessado, diga-se) afirma que Buratti mente, as acusações do advogado tendem a ganhar maior credibilidade. Planilhas internas da Leão e notas fiscais frias emitidas para justificar o pagamento da propina dão sustentação material a algumas das denúncias.

Nos últimos dias, Buratti tem dito a amigos que contou "apenas uns 30%" do que sabe sobre o ministro. Como um bom matemático que é, o médico Palocci está ciente de que, se a conta de Buratti for verdadeira, os outros 70% podem ser fatais não só para ele como para os sonhos de reeleição do presidente Lula, que, num voto de confiança ao ministro, pode escalá-lo como um dos coordenadores de sua campanha. Palocci já avisou que, mesmo que venha a aceitar a missão, não quer ter uma das incumbências de 2002. Ficará longe da arrecadação de recursos. ■



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião nº 119 - Centro - Ribeirão Preto/SP - Fone - 510-4611 - CEP - 14015-040

empresa, pois era delegado para a área técnica. Que, em relação ao valor de R\$50.000,00, que era pago mensalmente pela empresa e era entregue ao secretário da fazenda, Raif Barquete, constituía um benefício da empresa em decorrência de duas coisas básicas, que se fizesse o pagamento em dia das faturas e se mantivesse o equilíbrio do contrato e volume do faturamento, conforme já esclareci. Que, sei que o prefeito Palocci tinha conhecimento desse valor, seu recebimento e destino, sendo que essa modalidade continuou no governo de Gilberto Maggioni, entretanto não tenho condições de afirmar em que valores; Que, esses valores eram pagos no meio de cada mês, para frente e o Raif ia apertar na empresa o envelope com o dinheiro, entretanto, não havia uma pessoa determinada para a entrega desse montante; Que, excepcionalmente alguém da empresa levava este valor até à Secretaria da Fazenda; Que, o acordo sobre o pagamento desse valor aconteceu entre a direção da empresa e o próprio prefeito Palocci, entretanto o valor era separado na forma já esclarecida anteriormente.

dos serviços normais; Que, além do valor de R\$ 50.000,00 pago pela empresa à Prefeitura, conforme já esclareci, poderiam ocorrer pagamentos de outros valores a outras pessoas ligadas à política em geral; Que, conforme era de meu conhecimento o valor de R\$ 50.000,00 era encaminhado ao Delúbio Soares, que o repassava ao PT - Partido dos Trabalhadores; Que, a empresa tinha a obrigação do pagamento de R\$ 50.000,00 mensais para se manter a atividade.

nessa época, a Prefeitura possuía um banco de despesas constantes às fls.4264 do Inquérito Policial nº 050/2004, posto falar em relação a Ribeirão Preto, que efetivamente uma parte das despesas relacionadas eram destinadas ao Prefeito Municipal, tratando-se, respectivamente, de Palocci e Maggioni, conforme já esclareci, além de outras despesas com a imprensa e entidades de assistência. Que, ratifico integralmente o teor de meu interrogatório, ora citado. Que, tenho conhecimento de que além do pagamento de R\$ 50.000,00 à prefeitura, o prefeito Palocci praticamente mantinha uma reserva junto à empresa Leão, que era sobrado no período eleitoral, cuja quantia de vezes era declarada...

EM NOVO DEPOIMENTO, BURATTI DIZ QUE PALOCCI NÃO SO TINHA

conhecimento do esquema de propina de Ribeirão como também foi seu principal mentor e beneficiário. Segundo ele, o ministro "praticamente mantinha uma reserva" junto a empresa Leão&Leão

O QUE BURATTI DISSE EM AGOSTO DE 2005...

- A Leão&Leão pagava 50.000 reais por mês a prefeitura de Ribeirão Preto na gestão Anton o Palocci
- Quem recebia o dinheiro era o secretário de Finanças, Raif Barquete, morto em 2004
- O dinheiro era repassado por Barquete para o diretório nacional do PT
- Palocci autorizou seu assessor a receber o mensaleiro
- A empresa deu 150.000 reais para a campanha de Palocci a prefeitura de Ribeirão Preto em 2000

...E O QUE ELE ACRESCENTOU AGORA

- O pagamento de 50.000 reais foi uma exigência feita pelo próprio Palocci a direção da empreiteira
- Parte do mensaleiro da Leão&Leão ficava com o próprio Palocci
- "Outras pessoas ligadas a política" também recebiam propina da empresa
- A Leão&Leão negociava diretamente com Palocci formas de elevar artificialmente o pagamento que a empresa recebia pela variação da cidade
- Palocci mantinha uma reserva financeira fixa junto a empreiteira, usada sempre em períodos eleitorais

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, e Srs. Senadores, o último domingo, dia 26 de março, foi um dia muito importante para os porto-alegrenses e para todos que adotaram a capital dos gaúchos. A nossa moderna e poética Porto Alegre completou 234 anos de existência.

Fundada em 1772 por um grupo de açorianos, a metrópole de hoje pouco tem a ver com a Porto dos Casais de antigamente. A cidade, que também já foi chamada de Freguesia de São Francisco e de Madre de Deus de Porto Alegre, cresceu, desenvolveu-se, fez história e hoje é uma das cidades com maior potencial de crescimento mundial e uma das mais preparadas para receber investimentos nos próximos dez anos. O levantamento é da consultoria inglesa Jones Lang LaSalle, que analisou em 2004 mais de cem municípios em todo o mundo.

Esse desenvolvimento contou com a colaboração de muitas culturas. Tropeiros, colonos açorianos, africanos, imigrante italianos e alemães, entre outros, foram formando pouco a pouco o cenário da nossa Porto Alegre atual. As crenças, as lendas, os hábitos, os costumes e as tecnologias dessas diferentes etnias e culturas formam o mosaico cultural que identifica e apresenta a Porto Alegre do Século XXI.

A Porto Alegre de hoje tem uma expectativa de vida de 71,4 anos. A população alfabetizada é de 91%. Atualmente, a cidade conta com 83% de coleta de esgoto, 98% de abastecimento de energia elétrica e 99% de abastecimento de água. Além disso, é referência nacional na Coleta Seletiva de Lixo, com 100% de recolhimento.

A Porto Alegre do Parque da Redenção, do Marinha do Brasil e do Parcão está entre as cidades mais arborizadas do mundo, com mais de um milhão de árvores, mais de 400 praças, uma reserva biológica, nove parques urbanos e a maior concentração de pássaros do país.

Para comemorar esta data tão especial, a Prefeitura de Porto Alegre elaborou um amplo calendário de eventos, que inclui desde atividades esportivas e de lazer à inauguração de parques e ruas. Durante toda a semana, a população porto-alegrense pôde se divertir participando do 2º Concurso de Comida Campeira Gaúcha e da 3ª Feira Agropecuária de Porto Alegre, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Também assistindo ao filme *Porto Alegre - Meu canto no mundo*, apresentado em sessão ao ar livre no Largo Glênio Peres; ou praticando esportes, na Corrida 10km Cidade de Porto Alegre, na Regata de Remo ou no Ciclotur, com trajeto por alguns pontos turísticos da cidade. Além disso, a programação da prefeitura contou com

exposições artísticas, passeios de ônibus e de barco, apresentações culturais e até um baile em pleno Parque da Redenção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas são as manifestações artísticas de amor e admiração por Porto Alegre. Já citamos aqui, desta tribuna, trecho do conhecido poema *O Mapa*, de autoria do nosso querido Mario Quintana, alegretense, que adotou a capital como a cidade do seu coração. Quintana, que neste ano terá seu centenário de nascimento comemorado, assim definiu Porto Alegre: “Cidade do meu andar. Deste já tão longo andar. E talvez do meu repouso”.

Hoje prefeito da cidade que tanto adora, o então senador José Fogaça escreveu a canção *Porto Alegre é Demais*, interpretada maravilhosamente por sua esposa, Isabela Fogaça, para matar um pouco a saudade da capital gaúcha durante sua estada em Brasília. Após falar das delícias de viver em Porto Alegre, Fogaça acaba se desculpando pela melancolia que sente ao lembrar de tudo isso. “Porto Alegre me dói, não diga a ninguém, Porto Alegre me tem. Não leve a mal, a saudade é demais, é lá que eu vivo em paz”, diz Fogaça.

Outra canção, mais conhecida Brasil afora, usa uma expressão bem porto-alegrense para dizer que, quando se vai a Porto Alegre, não há mal-estar que resista. Os irmãos Kleiton e Kledir cantam a capital com alegria, dizendo: “Deu pra ti, baixo astral. Vou pra Porto Alegre, tchau!”.

Porto Alegre também foi cantada por um baiano. Ao passar pelas ruas da cidade, no final dos anos 70, Caetano Veloso se admirou com a poesia de uma placa de trânsito que indicava a direção dos bairros Menino Deus e Tristeza. Assim, compôs a música *Menino Deus*, na qual ele diz que “Um porto alegre é bem mais que um seguro”.

Enfim, existem muitas formas de demonstrar o carinho pela cidade. Um poema, uma canção, uma caminhada pelos parques, uma visita aos prédios históricos, uma volta na Rua da Praia, um passeio pelo Guaíba, uma manhã de domingo no Brique da Redenção, um chimarrão na Usina do Gasômetro.

Parabéns, Porto Alegre. Parabéns a todos que construíram e continuam a formar, a cada dia, sua história, sua identidade, transformando Porto Alegre numa cidade única, inesquecível e encantadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 2, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Parecer sob nº 206, de 2006-Plen, em substituição à Comissão Mista, Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide, favorável ao Projeto de Lei de Conversão, com a Emenda nº 38-Plen, que apresenta.

Prazo final: 13.4.2006

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 3, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de

Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
o § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui

o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28-4-2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1-5-2006

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor:

Prazo final: 18-5-2006

10

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de

Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código*

Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 03 minutos.)

Ata da 28ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Papaléo Paes, Augusto Botelho e Gilberto Mestrinho

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/3/2006 07:41:14 até 28/3/2006 21:10:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	

PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 100/2006, de 17 do corrente, encaminhando informações complementares ao Requerimento nº 1.413, de 2005, do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Nº 70/2006, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.320, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

– Nº 71/2006, de 14 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.404, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2006

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 7º A implantação de rede de distribuição de água ou de energia elétrica em assentamento humano estabelecido em desacordo com esta lei equipara-se, para todos os efeitos, ao parcelamento do solo.(NR)”

“Art. 16.

§ 3º A prestação dos serviços de distribuição de água e de energia elétrica somente poderá ser realizada após a aceitação das obras executadas. (NR)”

“Art. 37-A. A prestação dos serviços de distribuição de água e de energia elétrica a loteamento ou desmembramento irregularmente executado dependerá de prévia autorização dos órgãos urbanísticos e ambientais.”

“Art. 51. Quem, de qualquer modo, incorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial os atos praticados na qualidade de mandatário de loteador, diretor ou gerente de sociedade ou de dirigente de órgão ou empresa prestadora de serviço público. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º

§ 5º As perdas comerciais decorrentes de ligações clandestinas às redes de infraestrutura utilizadas na prestação do serviço, serão consideradas como custos gerenciáveis, de responsabilidade exclusiva da concessionária.(NR)”

Art. 3º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população, das redes de infraestrutura e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados ao ordenamento territorial da cidade, tendo em vista os interesses e necessidades da população e as características locais;

VI –

h) a instalação de redes de infra-estrutura em desacordo com a ordem urbanística estabelecida pelo plano diretor.

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária, regulatória e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XIII – anuência do Poder Público municipal e consulta à população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente urbano, natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

..... (NR)”

“Art. 4º

IV – institutos regulatórios, tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

d) regulação dos serviços públicos de transporte coletivo, distribuição de energia elétrica e de água e esgotamento sanitário.

..... (NR)”

Art. 4º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.

§ 4º Na regulamentação deste artigo, a Anel levará em conta, dentre outros fatores, a ordem urbanística, a proteção ambiental, a taxa de atendimento da concessionária ou permissionária, considerada no global e desagregada por Município e a capacidade técnica, econômica e financeira necessá-

rias ao atendimento das metas de universalização.

§ 14. A delimitação das áreas a que se refere o inciso I será feita em colaboração com os órgãos estaduais e municipais de política urbana e ambiental.(NR)”

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O parcelamento irregular do solo urbano é responsável por inúmeros problemas vivenciados pelos moradores das principais cidades brasileiras: poluição de recursos hídricos, propagação de doenças respiratórias e infecto-contagiosas, congestionamentos de trânsito e aumento dos custos de urbanização, dentre outros.

Além de comprometerem o ordenamento territorial do município, esses assentamentos provocam grave degradação ambiental, na medida em que contribuem para a erosão da terra e o assoreamento dos rios. Em muitos casos, caracterizam-se como áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos e alagamentos, que têm por vítima principal a população de baixa renda.

A ocupação irregular do território é agravada pela desarticulação entre a prestação de serviços públicos e as políticas urbana e ambiental. É raro, por exemplo, encontrar um loteamento clandestino que não esteja abastecido com água e energia elétrica, o que, por sua vez, contribui para seu adensamento e cria um fato consumado de difícil reversão.

O presente projeto de lei visa eliminar essa incoerência nas políticas públicas, contribuindo para reduzir a ocupação irregular do solo urbano, mediante o controle do principal insumo logístico necessário para a consolidação de loteamentos clandestinos, que é o abastecimento de água e energia elétrica.

O desenvolvimento urbano é regido na esfera federal pelas Leis nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 2001, mais conhecida como “Estatuto da Cidade”, que estabelece as diretrizes e os instrumentos da política urbana.

Os loteamentos devem ser realizados segundo projetos aprovados pelas autoridades municipais, em áreas e segundo parâmetros previamente estabelecidos pelo plano diretor, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 182, § 1º, da Constituição Federal).

A execução de loteamentos à margem desse processo é caracterizada como crime e sujeita o infrator a penas que vão de um a cinco anos. Admite-se, entretanto, a sua regularização pela Prefeitura, para “evitar

lesão aos padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes” (art. 40 da Lei nº 6.766, de 1979).

Nas etapas iniciais de um assentamento irregular, o abastecimento de água e energia elétrica é feito por meio de ligações clandestinas, mais conhecidas como “gatos”. Muitas dessas ligações são realizadas por verdadeiros empresários, que fintam água e energia elétrica no “atacado”, para vendê-las no “varejo” aos demais moradores.

Posteriormente, muitas concessionárias oficializam essas ligações e passam a cobrar tarifas. Ainda assim, é grande a dificuldade em gerenciar o serviço, uma vez que, em muitos casos, os funcionários da concessionária são hostilizados pelos moradores.

Toda essa atuação das concessionárias de serviços públicos em assentamentos irregulares ocorre à revelia das políticas urbana e ambiental dos estados e municípios. Ocorre que a provisão de infra-estrutura tem efeito indutor sobre a ocupação do território, estimulando a ocupação das áreas atendidas. A extensão das redes de distribuição de água e energia elétrica a um loteamento clandestino não apenas consolida a sua ocupação, mas fundamentalmente estimula novos loteamentos, na medida em que cria a expectativa de atendimento dos futuros empreendimentos. Além disso, uma vez oficializadas as ligações, o assentamento tende a se expandir, mediante a implantação de novas ligações clandestinas.

Paradoxalmente, é a própria regulação dos serviços públicos que induz as concessionárias a agirem em prejuízo da ordem urbanística e da proteção do meio ambiente. Muitas vezes, autoriza-se a compensação das chamadas “perdas comerciais”, decorrentes de ligações clandestinas, com o aumento generalizado das tarifas do serviço, pagas por toda a população. Dessa forma, retira-se da concessionária qualquer incentivo econômico para combater essa prática ilícita, uma vez que ela não arca com nenhum prejuízo.

Além disso, a expansão das redes de distribuição tem sido subsidiada pelas tarifas dos demais usuários, em nome da universalização dos serviços. A implantação de ligações oficiais em assentamentos clandestinos é cobrada, por exemplo, das concessionárias de energia elétrica, independentemente de qualquer consideração urbanística ou ambiental.

Embora a universalização seja um objetivo legítimo, ela não pode se sobrepujar aos valores constitucionais do adequado ordenamento territorial (art. 30, VIII) e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225).

A universalização dos serviços públicos há de ser compreendida em harmonia com a política urbana.

Muitos assentamentos irregulares devem ser regularizados. Outros, no entanto, precisam ser desconstituídos, como os situados em áreas de risco ou de proteção ambiental. A opção por uma ou outra providência é de responsabilidade dos órgãos urbanísticos e ambientais, e não das concessionárias de serviços públicos. A Lei nº 6.766, de 1979, detalha o procedimento de regularização de assentamentos irregulares, a ser feito pela Prefeitura Municipal. É preciso que a provisão de serviços seja integrada a essa política, como uma etapa da regularização urbanística.

A presente proposição procura integrar a prestação de serviços públicos à política urbana e ambiental, mediante alteração das respectivas leis.

A Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é alterada para estabelecer a regra geral segundo a qual a ligação do loteamento às redes de distribuição de água e energia elétrica deve ser feita após a aceitação das obras de responsabilidade do loteador. A implantação de rede de distribuição de água ou energia elétrica em assentamentos irregulares é submetida ao regime geral de parcelamento do solo: deverá ser autorizada pelos órgãos urbanísticos e ambientais, a quem incumbe decidir sobre a regularização. Explícita-se, ainda, a responsabilidade penal do dirigente de órgão ou empresa prestadora de serviço público que contribua para o parcelamento irregular do solo.

O Estatuto da Cidade é alterado, em suas diretrizes, para integrar a implantação de redes de infra-estrutura ao contexto do planejamento urbano, de modo a corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Estabelece-se, ainda, a necessidade de anuência do Município para a implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente urbano. A regulação dos serviços de transporte coletivo, distribuição de energia elétrica e de água e esgotamento sanitário é incluída entre os instrumentos da política urbana, devendo ser adequada aos objetivos do desenvolvimento urbano.

A Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre as concessões de serviço público, é alterada, para impedir o repasse automático das perdas decorrentes de ligações clandestinas às tarifas, de modo a criar incentivos econômicos para que as concessionárias desenvolvam medidas de proteção às suas redes.

Por fim, altera-se a Lei nº 10.438, de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, para determinar que a política de universalização leve em consideração a ordem urbanística e a proteção ambiental e que a delimitação das áreas

de atendimento obrigatório pelas concessionárias seja feita em parceria com os estados e municípios.

A infra-estrutura urbana é um poderoso instrumento de ordenamento territorial. As medidas propostas permitirão harmonizar sua provisão com as políticas de desenvolvimento urbano e de proteção do meio ambiente, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Art. 2º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

“§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe. (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

§ 5º Consideram-se infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não. (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

§ 6º A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de: (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

I – vias de circulação; (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

II – escoamento das águas pluviais; (Incluído pela lei nº 9.785, 29-1-99)

III – rede para o abastecimento de água potável; e (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

IV – soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.” (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

Art. 16. A lei municipal definirá os prazos para que um projeto de parcelamento apresentado seja aprovado ou rejeitado e para que as obras executadas sejam aceitas ou recusadas.” (NR) (Incluído pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

“§ 1º Transcorridos os prazos sem a manifestação do Poder Público, o projeto será considerado rejeitado ou as obras recusadas, assegurada a indenização por eventuais danos derivados da omissão. (Incluído pela lei nº 9.785, 29-1-99)

§ 2º Nos Municípios cuja legislação for omissa, os prazos serão de noventa dias para a aprovação ou rejeição e de sessenta dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.” (Incluído pela lei nº 9.785, 29-1-99)

Art. 37. É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.

Art. 51. Quem, de qualquer modo, concorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial

Os atos praticados na qualidade de mandatário de loteador, diretor ou gerente de sociedade.

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital e no contato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.” (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

Art. 4º Para os fins desta lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

- a) plano diretor;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) zoneamento ambiental;
- d) plano plurianual;
- e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) gestão orçamentária participativa;
- g) planos, programas e projetos setoriais;
- h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

Art. 14. No estabelecimento das metas de universalização do uso da energia elétrica, a Aneel fixará, para cada concessionária e permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica:

.....
 § 4º O cumprimento das metas de universalização será verificado pela Aneel, em periodicidade no máximo igual ao estabelecido nos contratos de concessão para cada revisão tarifária, devendo os desvios repercutir no resultado da revisão mediante metodologia a ser publicada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2006

Altera o art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para tornar impassível de penhora, por débito condominial, o bem de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

.....
 IV – para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições de caráter tributário devidas em função do imóvel familiar;

.....(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, prescreve, salvo as hipóteses nela previstas, a impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar em relação às dívidas contraídas pelos cônjuges, pais ou filhos proprietários que nele residam. Trata-se do “bem de família.”

Como, no direito brasileiro, a penhorabilidade dos bens do devedor é a regra, claro está que a Lei nº

8.009, de 1990, ao estabelecer disposições de exceção, representa um subsistema. Ocorre que, mesmo nos subsistemas, se podem se encontrar proposições jurídicas de caráter excepcional.

No que concerne à mencionada Lei nº 8.009, de 1990, uma das principais questões que se põem consiste precisamente em saber se o bem de família por ela protegido pode ser penhorado em virtude de débito oriundo do dever estabelecido no art. 12 da Lei nº 4.591, de 1964 – Lei dos Condomínios Edifícios e Incorporações Imobiliárias –, a saber, o pagamento de taxas e contribuições necessários à manutenção do condomínio.

Há, no particular, duas posições sobre o tema. A primeira defende que as taxas condominiais estão incluídas nas exceções à impenhorabilidade, vale dizer, podem, sim, ensejar a imposição do gravame ao bem de família. Pondera-se, em síntese, que o inciso IV do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, deve ser interpretado extensivamente, de modo que a palavra “contribuições”, nele encartado, alcance as de natureza tributária e as condominiais, o que representa o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Consigna-se, ainda, que a interpretação restritiva levaria a um enriquecimento sem causa do condômino inadimplente proprietário de apenas um imóvel.

A segunda corrente assevera a impenhorabilidade do bem de família por dívida de condomínio com esteio nas seguintes razões:

1) o inciso IV, do artigo 3º, da Lei nº 8.009, de 1990, é norma excepcional em um subsistema de exceção, que prejudica o proprietário do único imóvel destinado à residência da família, devendo, portanto, ser interpretado restritivamente;

2) a questão é de política legislativa, vez que o legislador, agente político competente, não desejou – pelo menos não expressamente – inserir as contribuições condominiais no texto da citada Lei. Dessarte, não caberia ao Poder Judiciário, imiscuindo-se em competência do Poder Legislativo, criar hipótese jurídica não prevista pela lei.

Com efeito, Carlos Maximiliano, em sua clássica “Hermenêutica e Aplicação de Direito”, afirma que sofram exegese estrita as disposições que impõem limites ao exercício normal dos direitos sobre as coisas. Encontram-se, portanto, sob a orientação desse princípio, as normas que autorizam qualquer tipo de expropriação.

Assim, além do preceito geral de que as exceções são sempre interpretadas restritivamente, ainda quando venham a beneficiar o sujeito, Carlos Maximiliano

proclama a construção hermenêutica restrigente das normas para os casos que prejudicam o indivíduo.

O certo é que a norma em comento – o citado inciso IV do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990 – não pode permanecer com a abertura determinada por sua atual redação. Ademais, como, em nosso sistema constitucional, apenas ao Poder Legislativo é dado positivar condutas, conferindo direitos e impondo deveres aos cidadãos, mister que estabeleçamos, no presente caso, o correto e inescusável alcance do dispositivo em pauta, o que, para não contrariar a lógica que decerto o presidiu, consistente na homenagem e proteção da família, que, nos termos do art. 226 da Constituição, tem especial proteção do Estado, significa impedir a penhorabilidade, por dívidas contraídas junto ao condomínio, do único imóvel destinado à moradia do núcleo familiar.

Certos de que assim contribuímos para o fortalecimento do papel do Legislativo e, correlativamente, do instituto do bem de família, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta que acreditamos seja importante medida de proteção e consolidação dos interesses da família brasileira.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964

Vide arts. 1331 a 1358 da Lei nº 10.406, de 10-1-2002

Mensagem de veto

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Art. 12. Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na Convenção, a quota-parte que lhe couber em rateio.

§ 1º Salvo disposição em contrário na Convenção, a fixação da quota no rateio corresponderá à fração ideal de terreno de cada unidade.

§ 2º Cabe ao síndico arrecadar as contribuições competindo-lhe promover, por via executiva, a cobrança judicial das quotas atrasadas.

§ 3º O condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito ao juro moratório de 1% ao mês, e multa de até 20% sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a Convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso da mora por período igual ou superior a seis meses.

§ 4º As obras que interessarem à estrutura integral da edificação ou conjunto de edificações, ou ao serviço comum, serão feitas com o concurso pecuniário de todos os proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades, mediante orçamento prévio aprovado em assembléia-geral, podendo incumbir-se de sua execução o síndico, ou outra pessoa, com aprovação da assembléia.

§ 5º A renúncia de qualquer condômino aos seus direitos, em caso algum valerá como escusa para exonerá-lo de seus encargos.

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

IV – para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2006

Institui o dia 12 de setembro como o “Dia do Urologista.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 12 de setembro como o “Dia do Urologista.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A urologia é a especialidade da medicina que trata os distúrbios do sistema genital masculino e do aparelho urinário de ambos os sexos.

Os médicos urologistas tem importante papel a desempenhar na atenção à saúde, especialmente do homem, pois cabe a eles diagnosticar e tratar doenças como cânceres de próstata e pênis, infertilidade, disfunção erétil, incontinência urinária, além de atuar na prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

O dia 12 de setembro foi escolhido como o Dia do Urologista por ser o do nascimento do médico urologista e grande político Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), aclamado, em outubro de 2005, como patrono da urologia brasileira. Tal homenagem deve-se ao fato de que o ex-presidente JK, após especializar-se nessa área da medicina com o famoso professor Maurice Chevassu, no Hospital Cochin, em Paris, atuou nesse setor, tendo sido chefe do serviço de urologia do Hospital Militar da Força Pública do Estado de Minas Gerais.

A criação dessa data tem por objetivo contribuir para a conscientização do homem brasileiro quanto à necessidade de cuidar melhor da própria saúde, consultando um médico especializado em diagnosticar e tratar problemas específicos do sistema geniturinário.

A instituição do Dia do Urologista possibilitará maior divulgação da especialidade médica e poderá despertar, no homem brasileiro, a consciência de que as questões de saúde específicas do sexo masculino precisam receber a mesma atenção dispensada às do sexo feminino.

Infelizmente, no Brasil, a procura por especialistas em urologia ainda é restrita, especialmente para os homens de baixa renda, que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), e para aqueles que vivem em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Essa data ensejará discussões e contribuirá para alertar os homens para problemas de saúde bastante graves, como o câncer de próstata, por exemplo. A detecção precoce dessa neoplasia maligna, que é uma das que mais afetam a população masculina, terá impacto positivo na redução da morbidade e da mortalidade a ela relacionadas. Quanto mais cedo doenças como essa forem diagnosticadas, maior será a probabilidade de cura e menos agressivos os tratamentos.

O primeiro estudo epidemiológico sobre o câncer de próstata realizado no Brasil, com base em dados coletados entre setembro de 2004 e setembro de 2005, revelou que uma parcela expressiva dos pacientes atendidos pelo SUS teve a doença diagnosticada em

estado avançado ou já com metástase. Justifica-se, portanto, a necessidade de esclarecer e conscientizar a população masculina sobre a importância da consulta periódica ao urologista, para a detecção precoce de doenças.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), do Ministério da Saúde, os números de novos casos de câncer de próstata e de mama, no Brasil, são bastante próximos. No entanto, somente a atenção ao câncer de mama ganhou uma dimensão abrangente no País, envolvendo especialistas, meios de comunicação e autoridades da área de saúde. Em consequência, a detecção do câncer de mama se dá mais precocemente e com muito maior possibilidade de cura.

Os argumentos aqui apresentados reforçam a necessidade de incentivar os homens, principalmente após os 50 anos de idade, a consultarem especialistas em saúde masculina, para a realização de exames periódicos. Para isso, a criação do Dia do Urologista constitui uma importante estratégia para abolir preconceitos e conscientizar os brasileiros sobre problemas que podem afetar sua saúde e sua qualidade de vida.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2006

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 18.

Parágrafo único. Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CERAS, caberá recurso ao Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no

prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A redação original da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 não dispunha de parágrafo único ao artigo 18. O assunto nele veiculado somente veio disciplinado no artigo 7º § 1º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, que dispôs sobre a concessão do então Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, atual Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

O artigo 7º, § 1º do Decreto nº 2.536/98 assim dispunha:

§ 1º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de trinta dias, contados da data de publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Posteriormente, a redação do dispositivo artigo 7º, § 1º foi alterada pelo Decreto nº 3.504, de 13 de junho de 2000:

§ 1º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data da publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e das decisões do CNAS que não referendarem os atos da Presidência será interposto recurso ex officio, sem prejuízo de eventual recurso voluntário.

Em 30 de maio de 2003 foi promulgada a Lei nº 10.684, que, a pretexto de alterar a legislação tributária e dispondo sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, acabou nas entrelinhas introduzindo ao artigo 18 da LOAS um parágrafo único, que dispôs:

Parágrafo único. Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério da Assistência e Promoção

Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência Social, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Conquanto o dispositivo apresente o mérito de disciplinar por meio de lei o que antes vinha disposto apenas em Decreto, fato é que incorreu em equívoco, ao atribuir competência para análise de recurso a Ministério, por sua finalidade institucional, não detém atribuição para tanto.

Com efeito, se o Conselho Nacional de Assistência Social está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a competência para análise de recurso contra decisão final proferida por este Colegiado incumbe a este Ministério e não ao Ministério da Previdência Social.

A impropriedade existente em se atribuir competência a quem institucionalmente não a tem pode ser melhor compreendida a partir da análise de criação do atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Com efeito, por ocasião da edição dos Decretos nº 2.536/98 e nº 3.504/00, a Previdência Social e a Assistência Social estavam unificadas num único Ministério, no caso, o Ministério da Previdência e Assistência Social. Desta forma, era justificável que a competência para análise recursal fosse atribuída ao referido Ministério.

Posteriormente, quando da promulgação da Lei nº 10.684/03, o Ministério da Previdência e Assistência Social já estava desmembrado, o que ocorreu por ocasião da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a Previdência Social permaneceu afeta ao agora Ministério de Previdência Social enquanto a Assistência Social permaneceu para o novo Ministério à época criado, no caso, Ministério da Assistência e Promoção Social, assumido pela Ministra Benedita da Silva, atualmente denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Desta forma, o outrora Ministério da Previdência e Assistência Social passou a denomina-se apenas Ministério da Previdência Social, justamente por deixar de competir-lhe a matéria da Assistência Social.

Equivocadamente, entretanto, quando da promulgação da Lei nº 10.684/03 esta ruptura não foi observada e, o que até então era razoável deixou de sê-lo, por alteração da competência do Ministério da Previdência Social para decidir, **ultima ratio**, sobre

matéria afeta à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na medida em que este assunto é inerente da pasta do Ministério do Desenvolvimento Social do Combate à Fome.

Desta forma, a presente proposição objetiva conduzir a sistemática processual administrativa aos seus termos originais dispostos no Decreto nº 2.536/98, mantida, todavia, a introdução da legitimidade da Secretaria da Receita Federal para interposição do recurso, haja vista que este órgão, assim como o INSS, igualmente administra tributos passíveis de isenção pelas entidades qualificadas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, aqui citando, exemplificativamente, a CPMF.

A proposição torna-se não apenas formal e legalmente, mas socialmente relevante, pois além do ajuste estrutural, a iniciativa permite assegurar uma efetiva imparcialidade na análise destes eventuais recursos interpostos, uma vez que ao Ministério da Previdência Social está vinculado o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que exige o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para concessão da isenção da cota patronal e, desta forma, permanece arrecadando este encargo das entidades que não possuem a qualificação.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Flávio Arns**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

.....
Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I – aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III – fixar normas para a concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social; (*Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001*)

IV – conceder atestado de registro e certificado de entidades de fins filantrópicos, na forma do regulamento a ser fixado, observado o disposto no art. 9º desta lei; (*Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001*)

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI – a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; (*Redação dada pela Lei nº 9.720, de 26-4-1991*)

VII – (Vetado.)

VIII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX – aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais eqüitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI – estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

XII – indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII – elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

Parágrafo único. Das decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério da Assistência e Promoção Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência Social, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. (*Incluído pela Lei nº 10.684, de 30-5-2003*)

.....

DECRETO Nº 2.536, DE 6 DE ABRIL DE 1998

Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

Decreta:

Art. 7º Compete ao CNAS julgar a qualidade de entidade beneficente de assistência social, observando as disposições deste Decreto e de legislação específica, bem como cancelar, a qualquer tempo, o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, se verificado o descumprimento das condições e dos requisitos estabelecidos nos arts. 2º e 3º.

§ 1º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data da publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e das decisões do CNAS que não referendarem os atos da Presidência será interposto recurso **ex officio**, sem prejuízo de eventual recurso voluntário. (Redação dada pelo Dec nº 3.504, de 13-6-2000)

§ 2º Qualquer Conselheiro do CNAS, os órgãos específicos dos Ministérios da Justiça e da Previdência e Assistência Social, o INSS, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda ou o Ministério Público poderão representar àquele Conselho sobre o descumprimento das condições e requisitos previstos nos arts. 2º e 3º indicando os fatos, com suas circunstâncias, o fundamento legal e as provas ou, quando for o caso, a indicação de onde estas possam ser obtidas, sendo observado o seguinte procedimento:

I – recebida a representação, será designada relator, que notificará a empresa sobre o seu inteiro teor;

II – notificada, a entidade terá o prazo de trinta dias para apresentação de defesa e produção de provas;

III – apresentada a defesa ou decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, o relator, em quinze dias, proferirá seu voto, salvo se considerar indispensável a realização de diligências;

IV – havendo determinação de diligências, o relator proferirá o seu voto em quinze dias pós a sua realização;

V – O CNAS deliberará acerca do cancelamento do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos até a primeira sessão seguinte à apresentação do voto do relator, não cabendo pedido de reconsideração;

VI – da decisão poderá a entidade interessada ou o INSS interpor recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de trinta dias, contados da data de publicação do ato no **Diário Oficial** da União.

§ 3º O CNAS e o INSS integrarão seus respectivos sistemas informatizados para intercâmbio permanente de dados relativos às entidades beneficiárias de assistência social.

§ 4º O CNAS fornecerá mensalmente ao Ministério da Justiça e à Secretária da Receita Federal a relação das entidades que tiveram seus certificados cancelados.

DECRETO Nº 3.504, DE 13 DE JUNHO DE 2000

Altera dispositivos do Decreto, nº 2.536, de 6 de abril de 1998, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins filantrópicos a que se refere o inciso IV do art 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

Decreta:

Art. 7º.....

§ 1º Das decisões finais do CNAS caberá recurso ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no prazo de dez dias, contados da data da publicação do ato no **Diário Oficial** da União, por parte da entidade interessada ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e das decisões do CNAS que não referendarem os atos da Presidência será interposto recurso a ofício, sem prejuízo de eventual recurso voluntário.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2006

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 3º, 14, 15, 48, 78, 162, 210, 215, 255, 256, 258 e 260 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
 VIII – Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado (CF, art. 58, § 1º);

IX – panos fins do cálculo de proporcionalidade as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)”

“Art. 14.

.....
 I – nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e nas sessões não deliberativas por vinte minutos;

II – se líder, uma única vez na sessão:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da anulo, para comunicação urgente de interesse partidário, exceto durante a Ordem do Dia; ou

.....
 III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos, limitada a palavra a cinco Senadores a favor e cinco contra;

.....

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos, o relator da Comissão de mérito e os líderes de partido ou bloco parlamentar ou Senadores por esses designados;

.....
 XII – por delegação de sua liderança partidária, por cinco minutos, observado o disposto na alínea **a** do inciso II do § 3º deste artigo.

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para a concessão da palavra;

.....
 § 3º O líder que acumular lideranças de partido e de bloco parlamentar poderá usar da palavra com base no inciso II uma única vez numa mesma sessão.

§ 4º Os vice-líderes, na ordem em que foram indicados, poderão usar da palavra com base no inciso II deste artigo se o líder lhe ceder a palavra, estiver ausente ou impedido nos termos do art. 13.

§ 5º O uso da palavra, por delegação de uma liderança, poderá ocorrer uma única vez em uma mesma sessão e não poderá ser exercido na mesma fase da sessão utilizada pelo líder para falar com base nos termos do inciso II deste artigo.

§ 6º O Senador que fizer uso da palavra por delegação de liderança ou para comunicação inadiável não poderá, na mesma sessão, solicitar a palavra como orador inscrito.

§ 7º Aplica-se o disposto no § 1º do art. 17 aos Senadores que fizerem uso da palavra com base no que dispõem os incisos I, VII, IX e XII.

§ 8º Aos membros de representação partidária com menos de um décimo da composição do Senado será permitido o uso da palavra, nos termos dos incisos I, III e XIII, uma única vez em cada sessão. (NR)”

“Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 só poderão ser prorrogados, pelo Presidente, por um ou dois minutos, para permitir o encerramento do pronunciamento, após o que o som do orador será cortado. (NR)”

“Art. 48.

.....
 § 1º Após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexas em tramitação na Casa, hipótese

em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica à proposição sobre a qual já exista parecer aprovado em Comissão.

§ 3º Da decisão do Presidente, prevista no § 1º, caberá recurso para a Mesa no prazo de três sessões contado da sua publicação. (NR);

“Art. 78.

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade as bancadas partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)”

“Art. 162. A Ordem do Dia terá início às dezesseis horas. (NR)”

“Art. 210.

II – quando aprovada pelo Presidente do Senado, a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º (Revogado)

.....(NR)

“Art. 215.

I – dependentes de despacho da Mesa:

c) tramitação em conjunto de proposição regulando a mesma matéria, exceto se a proposição constar da Ordem do Dia ou for objeto de parecer aprovado em Comissão;

II –

e) de retirada de proposição, desde que não tenha recebido parecer de comissão e não conste de Ordem do Dia (art. 256, § 2º);

f) de publicação de documento no **Diário do Senado Federal** para transcrição nos Anais.” (art. 210, II)

.....(NR)”

“Art. 255.

II –

c)

2 – (Revogado)

8 – (Revogado.)

10 – retirada de proposição com parecer de comissão;

12 (Revogado.)

.....(NR)”

“Art. 256.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição que constar da ordem do Dia só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar de proposição sem parecer de Comissão ou que não conste da Ordem do Dia;

II – submetido à deliberação do Plenário, imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia.

III – incluído em Ordem do Dia, se a matéria já estiver instruída com parecer de Comissão. (NR)”

“Art. 258. Havendo, em curso no Senado, duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constam da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os requerimentos de tramitação conjunta, com matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão, serão submetidos à deliberação do Plenário. (NR)”

“Art. 260.

II –

b) o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa.

§ 1º O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensadas.

§ 2º Em todos os casos as proposições objeto deste artigo serão incluídas conjuntamente na Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 3º As proposições apensadas terão um único relatório, nos termos do disposto no art. 268. (NR)”

“Art. 412. A legitimidade da elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....

III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou

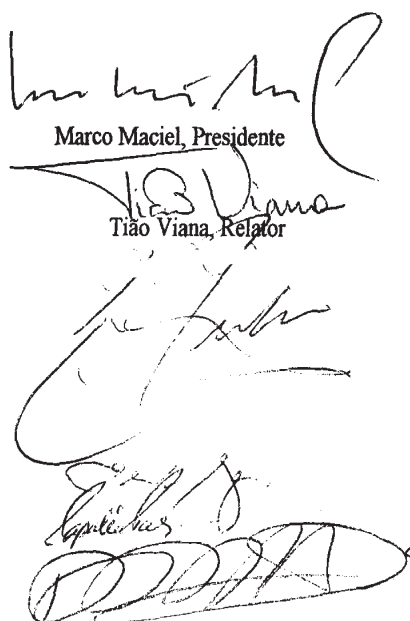
de decisão do Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quorum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

..... (NR)”

Art. 2º São revogados o § 1º do art. 210; o inciso IV do art. 215; e os itens 2, 8 e 12 da alínea c, do inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2006.



Marco Maciel, Presidente

Tião Viana, Relator

RELATÓRIO PARCIAL Nº 1, DE 2006-CERI

Da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Existe no Senado Federal amplo consenso a respeito da necessidade de reforma das regras procedimentais, de modo a tornar mais claros determinados ritos, de simplificar outros e, especialmente, de tornar mais democrático o acesso à palavra, em Plenário.

Sobretudo, existe consenso a respeito da necessidade de modificar o sistema de tramitação em conjunto de proposições legislativas, para facilitar a análise de matérias que tratam do mesmo assunto, quando essas matérias são apreciadas em conjunto.

A tramitação em conjunto de matérias seguirá princípio simples e claro: terá prioridade a proposição apresentada com maior antecedência, independentemente de sua amplitude.

A ampliação do acesso à palavra dar-se-á mediante duas alterações regimentais: o aumento do período da Hora do Expediente, de noventa para cento e vinte minutos, de uma parte e, de outra, mediante a limitação da intervenção dos líderes a uma única vez, por sessão.

Após a Ordem do Dia, o Líder de bancada poderá solicitar a palavra outra vez. Desta feita, sua intervenção será intercalada com a dos oradores regularmente inscritos.

A ampliação do acesso à Tribuna do Senado também se dá mediante a restrição à liberalidade com o uso do tempo pelos oradores: o presidente da sessão somente poderá ampliar o prazo por um ou dois minutos, após o que o som do orador será cortado.

Importa ressaltar que o amplo acordo que existe em torno dessas alterações no Regimento Interno do Senado foi clara e publicamente expresso pelo Presidente Renan Calheiros, em pronunciamento no início de seu mandato, em 10 de março de 2005, quanto Sua Excelência, manifestando a vontade majoritária da Casa, afirmou:

Objetivando democratizar o uso da palavra, como havíamos prometido na última sessão, bem como acabar com o mal-estar que havia no plenário por consequência de alguma discriminação, em função de distorções que o nosso Regimento enseja, Sr^{as} e Sr^{es} Senadores, e procurando também garantir igualdade de oportunidades, a Mesa do Senado Federal foi sensível aos pedidos de sugestões de muitos Senadora Contamos, na reunião da Mesa, com a honrosa presença do Senador Pedro Simon, que representava, na oportunidade, os Senadores que queriam verdadeiramente mudar os critérios de uso da palavra. em conjunto, hoje, com as Lideranças Partidárias da Casa; determinamos novos procedimentos para o uso da palavra em plenário pelos Srs. Líderes, realizando, para tanto, o reexame da interpretação desta matéria no Regimento Interno do Senado Federal de modo que não sejam prejudicados os Srs. Senadores que se inscreveram para utilizar a tribuna.

Em seguida, a matéria foi discutida pelos Senadores José Sarney (PMDB/AP), Arthur Virgílio (PSDB/AM), Sibá Machado (PT/AC), Jefferson Péres (PDT/AM), Antonio Carlos Magalhães (PFL/IBA), Juvêncio da Fonseca (PDT/MS) e Hélio Costa (PMDB/MG). Todas essas lideranças manifestaram o entendimento de que é necessário aperfeiçoar o Regimento Interno do Senado Federal, e que as medidas anunciadas

pelo Presidente Renan Calheiros apontam um caminho saudável.

Para dar conseqüência a esses propósitos, foi instituída esta Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Seus primeiros estudos e debates voltaram-se para os temas anunciados no início do ano passado, já mencionados. Suas conclusões estão consubstanciadas nas alterações regimentais constantes do projeto de resolução com que concluímos o presente Parecer.

Nesses debates, percebeu-se a necessidade de que o Regimento Interno contemplasse um critério rigoroso de definição das bancadas partidárias no Senado, para o efeito de definir a representação dos partidos nas comissões permanentes e provisórias. Entendemos, e essa é a contribuição que oferecemos ao processo de reforma política, que o resultado das urnas deve ser prestigiado, e a maneira de fazê-lo é contemplar, na definição da bancada, o quantitativo da data da diplomação dos eleitos.

Outra matéria de altíssimo relevo é a tramitação conjunta de proposições legislativas: o critério da amplitude no tratamento da matéria pode dar azo a subjetivismos e mesmo a manobras que podem prejudicar o autor da idéia original. Optou-se, então, pela regra simples e objetiva de conferir primazia ao projeto apresentado anteriormente aos demais.

Os propósitos do projeto apresentado ao final deste relatório:

a) definição do quantitativo da bancada, para o efeito de ocupação de cargos em comissões do Senado, com base nos números da data da diplomação dos eleitos (arts. 3º e 78);

b) limitação do uso da palavra para permitir a participação de um número maior de Senadores (arts. 14 e 15);

c) aperfeiçoamento do procedimento de tramitação conjunta de proposições, vedada sua adoção para as matérias que tiverem parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia (arts. 48, 258 e 260);

d) fixação do início da Ordem do Dia para as 16 horas (art. 162);

e) simplificação do procedimento para transcrição de documentos nos Anais do Senado (arts. 210 e 215);

f) simplificação da tramitação de requerimentos de publicação de documentos, de tramitação conjunta de proposições, de retirada de proposições e de remessa de proposição para outra comissão e

g) disciplinamento da retirada de proposição que consta da Ordem do Dia.

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005, DE AUTORIA DO SENADOR TIÃO VIANA, PARA, NO PRAZO DE SESENTA DIAS, APRESENTAR PROJETO DE RESOLUÇÃO DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

Ata da 5ª Reunião, realizada em 20-2-2006.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta e oito minutos, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marco Maciel e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Tião Viana, Augusto Botelho e Papaléo Paes, membros, reúne-se a Comissão Especial Criada Mediante Requerimento nº 91, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Marco Maciel, declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Por conseguinte, comunica ao Plenário que a presente reunião destina-se à análise de questões de cunho administrativo. Ato contínuo passa a palavra ao O Sr. Relator da matéria, Senador Tião Viana, que informa sobre o prejuízo de reuniões da Comissão face à turbulência política do ano recém terminado. Também assim, o Relator apresentou seu Relatório Parcial sobre alterações consistentes e necessárias do Regimento Interno do Senado Federal, o qual foi aprovado por unanimidade. Usou da palavra o Senador Augusto Botelho. O Presidente convocou reunião para o dia sete de março, às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL. (PFL – PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial criada mediante requerimento 91, de 2005, de autoria do nobre Senador Tião Viana, para no prazo de 60 dias apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço que a presen-

te reunião destina-se à análise de questões de cunho administrativo. Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana Relator da referida Comissão.

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Meu caríssimo Presidente, Senador Marco Maciel, Senador Augusto Botelho, nós tivemos, é importante que se registre, uma turbulência política, que foi motivada pela crise de denúncias que envolveu a presença das CPIs e tivemos um prejuízo do funcionamento das outras Comissões da Casa em razão de todo o esforço que tiveram os partidos de ter a sua presença marcada dentro das CPIs, cumprindo suas funções constitucionais. E a nossa Comissão, que diz respeito à reforma do Regimento, evidentemente passou por um prejuízo dessa natureza em termo de agenda, de prazos, não que o tema não seja tão importante quanto qualquer outra Comissão da Casa, mas houve esse intervalo que não foi muito favorável, em razão das crises da própria Convocação Extraordinária. Então, o que nós pudemos evoluir nesse período foi um trabalho em relação a distintos itens do Regimento Interno, que eu pude enumerar aqui em sete itens, que dizem respeito à definição da bancada, com base no quantitativo da data da diplomação, alterando os arts. 3 e o 78 do Regimento Interno, essa é uma matéria da maior relevância, porque eu poderia dizer com muita tranqüilidade, que foi muito de uma sugestão sua isso aqui, a Câmara dos Deputados já absorveu, já acolheu tal medida, inclusive. Isso aqui serve como 70 a 80% de uma Reforma Política, no que diz respeito à fidelidade partidária, que é um componente essencial da maturidade democrática e do indicador do amadurecimento dos partidos políticos. A limitação do uso da palavra para permitir a participação do número maior dos Senadores envolvendo os arts. 14 e 15, o aperfeiçoamento do procedimento de tramitação conjunta de proposições vedado para os que tiverem parecer aprovados em Comissões ou que conste da Ordem do Dia, conforme os arts. 48, 258 e 260, que nós vivemos um drama das manobras parlamentares, que impedem o andamento de matérias que são julgadas essenciais por recursos que, na verdade, são obstruções de evolução de matéria legislativa. Então, a matéria da maior relevância, a fixação do início da Ordem do Dia para às 16 horas no art. 162, também outro item que passa por uma apreciação, a simplificação de procedimento para a transcrição de documentos nos anais do Senado, conforme os arts. 210 e 215, a simplificação da tramitação de requerimentos no art. 255, com publicação de documentos, tramitação conjunta de proposições, retirada de proposição e remessa de proposição para outra Comissão e, enfim, o disciplinamento da retirada de proposição que consta

da Ordem do Dia, nos termos do art. 256, temas relevantes que dizem respeito ao cotidiano da vida parlamentar do fluxo legislativo. Se nós tomarmos essas medidas, nós estaremos atualizando nos moldes da capacidade, da dinâmica funcional da Casa hoje, o Regimento Interno. Seria um primeiro passo consistente para mostrar a disposição da Casa em se tomar mais célere, mais capaz de dar resposta que a sociedade quer sobre o trâmite legislativo. Então, foi uma síntese da primeira contribuição, temos diversas outras matérias tramitando na Casa, por sugestão sua e de outros senadores nas Comissões e que nós estamos tentando fazer um ajuntamento e uma reflexão para ponderar após a apreciação dessas, que devem ser um marco de primeiro passo decisivo da atualização do Regimento Interno do Senado Federal. Então, da minha parte, o documento foi entregue na minha condição de Relator, aos senhores membros da Comissão e a nós, caberia a decisão da sua aprovação, para que ele pudesse efetivamente ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sofrer uma apreciação crítica, um aperfeiçoamento, ser votado e ir ao plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, ao nobre, nosso agradecimento ao Senador Tião Viana, Vice-presidente do Senado Federal e Relator desta Comissão. E eu acredito, em função do relatório que V. Ex^a, acaba de apresentar, que nós poderíamos, se não houver nenhuma objeção, considerá-lo como aprovado e a partir daí, então, encaminhá-lo à CCJ para que nós possamos, quem sabe, dar maior agilidade à tramitação das proposições. E, talvez, seja oportuno também comunicar à Mesa, ao Presidente do Senado Federal.

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu só lhe ponderaria uma sugestão para que a Comissão de Constituição e Justiça pudesse estabelecer uma prioridade para o andamento desta matéria, já que lá nós temos mais de oitocentas matérias em tramitação, em apreciação.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – O que eu gostaria, então, de sugerir, era que nós possamos também fazer, como foi lembrado pelo ilustre Relator, fazer gestão junto à CCJ, uma discussão, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que ele dê prioridade à tramitação dessas matérias. E é bom lembrar que a primeira, inclusive, já foi acolhida na Câmara dos Deputados. E seria muito bom que nós também pudéssemos diligenciar. Exatamente.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu acho que a sugestão é boa, porque a gente vai responder com mais agilidade aos an-

seios da sociedade. E também em relação a essa permanência do quadro que se definia na época da eleição, não é? Eu estive conversando com V. Ex^a, sobre como ficaria os Senadores que já estão com mandatos ou que trocaram de mandatos, vai valer o quadro político da época do início da legislatura. Isso, então fica bem claro isso que a gente vai, não vai haver dúvida.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – E acho que isso, é inclusive a mais relevante na Câmara, porque a Câmara resulta de um voto dado a partir do Senado a... Majoritária tendo coligações, então, fica muito mais difícil caracterizar o chamado voto de legenda, voto partidário. Mas é muito bom que o Senado adote igual Providência, porque isto é uma forma de contribuir para além da fidelidade partidária...

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Então, se fizermos isso como estamos fazendo na Câmara e Senado, isso ajudará em muito a melhorar as Políticas brasileiras.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu vou usar um termo que V. Ex^a usou, isonomia entre as duas Casas, para manter a isonomia entre as duas Casas, para deixar bem claro que nós somos iguais nas decisões aqui.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Exatamente. Eu acho que seria muito bom. E como o Senador Tião Viana já fez, inclusive, um fundamental Relatório Parcial das referidas proposições, nós podemos agora tratá-los no encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não sei se há mais algum assunto a tratar? Nada?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Acho que esgotamos a pauta de hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sim, vamos para a próxima. Pois não. Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião e podemos agendá-la para o dia 6 de março?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Numa segunda?

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Numa segunda. 7. Terça-feira 7.

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Para mim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Então, eu acho podia ser às 18 horas? Um horário mais conveniente a todos na Casa. Ótimo assim. Então está encerrada a Reunião.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

REGIMENTO INTERNO

.....

Art. 3º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de reuniões preparatórias, que obedecerão às seguintes normas:

I – iniciar-se-ão com o **quorum** mínimo de um sexto da composição do Senado, em horário fixado pela Presidência, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 288;

II – a direção dos trabalhos caberá à Mesa anterior, dela excluídos, no início de legislatura, aqueles cujos mandatos com ela houverem terminado, ainda que reeleitos;

III – na falta dos membros da Mesa anterior, assumirá a Presidência o mais idoso dentre os presentes, o qual convidará, para os quatro lugares de Secretários, Senadores pertencentes às representações partidárias mais numerosas;

IV – a primeira reunião preparatória realizar-se-á:

a) no início de legislatura, no dia 1º de fevereiro;
b) na terceira sessão legislativa ordinária, no mês de fevereiro, em data fixada pela Presidência;

V – no início de legislatura, os Senadores eleitos prestarão o compromisso regimental na primeira reunião preparatória; em reunião seguinte, será realizada a eleição do Presidente e, na terceira, a dos demais membros da Mesa;

VI – na terceira sessão legislativa ordinária, far-se-á a eleição do Presidente da Mesa na primeira reunião preparatória e a dos demais membros, na reunião seguinte;

VII – nas reuniões preparatórias, não será lícito o uso da palavra, salvo para declaração pertinente à matéria que nelas deva ser tratada.

.....

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II – se líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;

IV – na discussão da redação final (art. 321), uma só vez, por cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido;

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

VII – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificação de proposição, uma só vez, por cinco minutos;

VIII – em qualquer fase da sessão, por cinco minutos:

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 403;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinquenta minutos, para as considerações que entender (art. 176);

X – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes:

1 – ao Presidente;

2 – aparecer oral;

3 – a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar ou de voto de aplauso ou semelhante;

4 – a explicação pessoal;

5 – a questão de ordem;

6 – a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XI – para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos, e para a réplica, por dois minutos (art. 398, X).

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º (Revogado) (NR)(*)

Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 são improrrogáveis, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.

Art. 48. Ao Presidente compete: (*)

I – exercer as atribuições previstas nos arts. 57, § 6º, I e II, 66, § 7º e 80 da Constituição;

II – velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos Senadores; (***)

III – convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional;

IV – propor a transformação de sessão pública em secreta;

V – propor a prorrogação da sessão;

VI – designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso e para sanar falhas da instrução; (***)

VII – fazer ao Plenário, em qualquer momento, comunicação de interesse do Senado e do País;

VIII – fazer observar na sessão a Constituição, as leis e este Regimento;

IX – assinar as atas das sessões secretas, uma vez aprovadas;

X – determinar o destino do expediente lido e distribuir as matérias às comissões;

XI – impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

XII – declarar prejudicada proposição que assim deva ser considerada, na conformidade regimental;

XIII – decidir as questões de ordem;

XIV – orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar, podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de votação;

XV – dar posse aos Senadores;

XVI – convocar Suplente de Senador;

XVII – comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral a ocorrência de vaga de Senador, quando não haja Suplente a convocar e faltarem mais de quinze meses para o término do mandato;

XVIII – propor ao Plenário a indicação de Senador para desempenhar missão temporária no País ou no exterior;

XIX – propor ao Plenário a constituição de comissão para a representação externa do Senado;

XX – designar oradores para as sessões especiais do Senado e sessões solenes do Congresso Nacional;

XXI – designar substitutos de membros das comissões e nomear relator em plenário;

XXII – convidar, se necessário, o relator ou o Presidente da comissão a explicar as conclusões de seu parecer;

XXIII – desempatar as votações, quando ostensivas;

XXIV – proclamar o resultado das votações;

XXV – despachar, de acordo com o disposto no art. 41, requerimento de licença de Senador;(*)

XXVI – despachar os requerimentos constantes do parágrafo único do art. 214 e do inciso II do art. 215;

XXVII – assinar os autógrafos dos projetos e emendas a serem remetidos à Câmara dos Deputados, e dos projetos destinados à sanção;

XXVIII – promulgar as resoluções do Senado e os decretos legislativos;

XXIX – assinar a correspondência dirigida pelo Senado às seguintes autoridades:

a) Presidente da República;

b) Vice-Presidente da República;

c) Presidente da Câmara dos Deputados;

d) Presidentes do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores do País e do Tribunal de Contas da União;

e) Chefes de Governos estrangeiros e seus representantes no Brasil;

f) Presidentes das Casas de Parlamento estrangeiro;

g) Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais;

h) Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados;

i) Autoridades judiciárias, em resposta a pedidos de informações sobre assuntos pertinentes ao Senado, no curso de feitos judiciais;

XXX – autorizar a divulgação das sessões, nos termos do disposto no art. 186;

XXXI – promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado, impedindo a de expressões vedadas por este Regimento, inclusive quando constantes de documento lido pelo orador;

XXXII – avocar a representação do Senado quando se trate de atos públicos de especial relevância, e não seja possível designar comissão ou Senador para esse fim;

XXXIII – resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XXXIV – presidir as reuniões da Mesa e da Comissão Diretora, podendo discutir e votar;

XXXV – exercer a competência fixada no Regulamento Administrativo do Senado Federal. (NR)

.....

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º).

.....

Art. 162. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.

.....

Art. 210. A transcrição de documento no Diário do Senado Federal, para que conste dos Anais, é permitida:

I – quando constituir parte integrante de discurso de Senador;

II – quando aprovada pelo Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º O requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora antes de sua inclusão em Ordem do Dia.

§ 2º Se o documento corresponder a mais de cinco páginas do Diário do Senado Federal, o espaço excedente desse limite será custeado pelo orador ou requerente, cabendo à Comissão Diretora orçar o custo da publicação.

.....

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I – dependentes de decisão da Mesa:

a) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, § 2º);(*)

b) de licença (arts. 13 e 43);(**)

II – dependentes de despacho do Presidente:

a) de publicação de informações oficiais no Diário do Senado Federal;

- b) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado;
 - c) de retirada de indicação ou requerimento;
 - d) de reconstituição de proposição;
- III – dependentes de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:
- a) (Revogado)(*)
 - b) de prorrogação do tempo da sessão;
 - c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão;

Art. 255. A deliberação do Senado será:

I – na mesma sessão, após a matéria constante da Ordem do Dia, nos requerimentos que solicitem:

- a) urgência no caso do art. 336, II;(**)
- b) realização de sessão deliberativa extraordinária, especial ou secreta;(*)
- c) (Revogado)(***)

II – mediante inclusão em Ordem do Dia, quando se tratar de:

- a) projeto;
- b) parecer;
- c) requerimento de:
 - 1 – urgência do art. 336, III;(**)
 - 2 – publicação de documento no Diário do Senado Federal para transcrição nos Anais;
 - 3 – inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no prazo regimental (art. 172, I);
 - 4 – audiência de comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental (art. 119, parágrafo único);
 - 5 – dispensa de parecer da comissão que haja esgotado o prazo a ela destinado (art. 119, **caput**);
 - 6 – constituição de comissão temporária;
 - 7 – voto de censura, de aplauso ou semelhante (arts. 222 e 223);
 - 8 – tramitação em conjunto, de projeto regulando a mesma matéria (art. 258);
 - 9 – comparecimento, ao plenário, de Ministro de Estado e titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República (Const., art. 50);(*)
 - 10 – retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 256, § 2º, II, **b**);
 - 11 – sobrestamento do estudo de proposição;
 - 12 – remessa a determinada comissão de matéria despachada a outra.(**)

III – imediata, nos requerimentos não constantes dos incisos I e II.

Parágrafo único. Ao ser anunciado o requerimento constante do inciso II, e, 3, será dada a palavra ao Presidente da Comissão em que se ache o projeto para se manifestar sobre a providência requerida. (NR)

CAPÍTULO IX

Da Retirada das Proposições

Art. 256. A retirada de proposições em curso no Senado é permitida:

I – a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

II – a de autoria de comissão, mediante requerimento de seu Presidente ou do Relator da matéria, com a declaração expressa de que assim procede devidamente autorizado.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar da retirada de requerimento ou indicação;

II – submetido à deliberação do Plenário:

a) imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

b) mediante inclusão em Ordem do Dia, se a matéria não constar da pauta dos trabalhos da sessão, com distribuição prévia dos avulsos do requerimento e da proposição.

Art. 258. Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador.

Art. 260. Na tramitação em conjunto, serão obedecidas as seguintes normas:

I – ao processo do projeto que deva ter precedência serão apensos, sem incorporações, os dos demais;

II – terá precedência:

a) o projeto da Câmara sobre o do Senado;

b) o mais antigo sobre os mais recentes, quando originários todos da mesma Casa, salvo se entre eles houver algum que regule a matéria com maior amplitude;

III – em qualquer caso, a proposição será incluída, em série, com as demais, na Ordem do Dia, obedecido, no processamento dos pareceres, o disposto no art. 268.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 27, de 2006**, que acaba de ser lido, será publicado e ficará sobre a Mesa durante

cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, §1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 2006,

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 62/2005, de minha autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 116 de 2003 e o nº 88 de 2005, de forma a retomar sua tramitação própria.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e posteriormente incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 255 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 339, DE 2006

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais aplicáveis a norma, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda para que forneça os nomes das pessoas, vinculadas ou não à Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPF, que acessaram os sistemas “Dossiê Integrado da Pessoa Física e Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física” relativos ao Senhor Francenildo Santos Costa, além de informar a data e horários que foram feitos os acessos, encaminhando relatório impresso contendo o código do computador pelo qual os acessos foram feitos, bem como a localização do computador ou computadores que permitiram a devassa ilegal.

Justificação

Não restam dúvidas de que ocorreu devassa ilegal na vida privada do Sr. Francenildo Santos Costa. Assim, o presente requerimento busca dar seguimento a investigações iniciadas na Câmara, conforme requerimento apresentado pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, tendo por objetivo saber se pessoas não autorizadas judicialmente obtiveram acesso a informações fiscais e bancárias do Senhor Francenildo Santos Costa de forma irregular e sob cobertura de autoridades deste Ministério. Caso tenha ocorrido tal fato, as pesso-

as poderão ser identificadas nos computadores que fiscalizaram as movimentações financeiras e fiscais, identificados pelo sistema de software da Secretaria da Receita Federal. É imprescindível que este requerimento seja aprovado com a urgência devida, pois a nação clama por respostas cabais sobre o fato em comento. Além do mais, a própria credibilidade das instituições democráticas faz com que o conhecimento da profundidade com que agentes públicos realizaram a ilegalidade venha à tona.

Assim, considerando que o Poder Legislativo é o responsável último pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, bem como representante do povo na fiscalização dos princípios democráticos, solicito de meus pares o apoio ao presente requerimento, já apresentado na Câmara.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 340, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Editora Desiderata, pelo lançamento do livro O Pasquim – antologia 1969-1971, com um resumo de 150 exemplares do jornal O Pasquim, que foi o mais irreverente tablóide brasileiro, editado durante o regime de exceção.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Editora Desiderata, pelo lançamento do livro **O Pasquim** – antologia 1969-1971.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Editora Desiderata.

Justificação

O jornal **O Pasquim** foi o primeiro e, sem dúvida, também influente jornal de oposição ao regime de exceção implantado pelo golpe de 1964. Foi criado em 1969, por iniciativa de um grupo de escritores e humoristas, entre os quais Ziraldo, Millôr Fernandes, Jaguar, Fortuna, Prósperi e Gáudios. Como veículo de crítica ao arbítrio, marcou época no Brasil. Agora, por iniciativa da Editora Desiderata, as edições do tablóide foram reunidas em livro, que é, ademais) um documento importante para a História contemporânea do Brasil.

É, pois, merecido o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho”, com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que “dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal”, por versarem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 342, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre operações de crédito rural, contratadas na área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), ao amparo da Securitização (Lei nº 9.138, de 1995), do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) (Resolução CMN nº 2.471, de 1998), e do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE) e, ainda, em operações contratadas com recursos equalizáveis do Tesouro Nacional:

1. Nível de inadimplência número de contratos e valor dos débitos, segundo valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil), por instituição financeira;

2. Número de contratos renegociados, valores repactuados, segundo valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil), por instituição financeira oficial;

Justificação

O recente veto presidencial ao PLC nº 142, de 2005, que dispunha sobre a renegociação de débitos oriundos de crédito rural contratados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), usando como argumento o fato de que o Estado iria gastar bilhões com poucos mutuários, trouxe à tona tema que, não raramente, se toma repetitivo no debate sobre essa questão no País – o real nível de inadimplência dos produtores, o número de pessoas a serem abrangidas e o volume de recursos envolvidos.

Não teria sido mais fácil para o Governo excluir os excessos e aprovar o Projeto do que prejudicar milhares de pequenos produtores do Nordeste que tanto vêm lutando para sobreviver em um ambiente de extrema dificuldade climática. Só para se ter uma idéia desse problema, nos últimos quinze anos. foram sete anos de seca e dois de enchentes.

Recentemente, por meio do Requerimento nº 1.365, de 2005, tentei me antecipar ao processo de discussão por que passou recentemente o Congresso Nacional ao avaliar o PLC nº 142, de 2005, solicitando ao Ministério da Agricultura dados sobre o endividamento rural, no entanto, o Parecer da Mesa entendeu que as informações solicitadas poderiam ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, por ser da sua competência o controle do crédito no País, incluindo o crédito rural, bem como a fiscalização das operações das instituições financeiras nacionais.

No entanto, o Aviso nº 27/BCB-Presi, de 9 de março de 2006, do Presidente Henrique de Campos Meirelles, que tem **status** de Ministro de Estado, encaminhou a Nota Técnica Diret-2006/202, de 23 de fevereiro do corrente, que informa que aquela Autarquia não acompanha a evolução dos saldos e o nível de inadimplência do crédito rural. Ademais, a referida Nota sugere que as informações sejam solicitadas à Secretaria do Tesouro Nacional e aos agentes financeiros envolvidos.

Portanto, para que o futuro debate sobre o endividamento rural seja travado em um ambiente de maior racionalidade econômica e social, e tendo em conta a

função constitucional de fiscalização externa do Congresso Nacional, apresento o presente Requerimento a ser encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda requerendo as informações antes solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil.

Sala de Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente

Solicito tornar sem efeito o Requerimento nº 325, de 2006, de 23 de março de 2006.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido é deferido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. INT. GSLP Nº 43/2006

Brasília, 22 de março de 2006

Senhor Presidente,

Em função de compor diversas comissões na qualidade de titular e suplente, tendo que me dedicar à relatoria de matérias em todas, não tenho como dedicar-me como necessário se faz, a todas as comissões para as quais fui honrosamente indicado.

Assim, apresento a Vossa Excelência minha renúncia da condição de membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Agradecendo a atenção do nobre colega, reitero os votos de sucesso no desempenho de suas atribuições.

Atenciosamente, – Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 127, de**

2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e, no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, de *definição de funções de magistério*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 24, de 2006 (nº 178/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, relatório de avaliação estimativas de receitas e despesas primárias para 2006.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 254, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 222, de 1999 (nº 1.752/99, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

Relator *ad hoc*: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o Chefe do Executivo encaminhou a esta Casa a Mensagem em epígrafe, juntamente com o relatório sobre a Retribuição Adicional Variável – RAV, correspondente ao primeiro semestre de 1999.

O referido dispositivo legal que determinou essa modalidade de prestação de contas ao Congresso Nacional dispõe:

Art. 6º

§ 1º O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório semestral detalhado relativo à aplicação desse Fundo, inclusive especificando metas e avaliando os resultados.

O Fundo referido na dicção do parágrafo é o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF, criado pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 1975, destinado a fornecer recursos para financiar o reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Receita Federal, a atender os demais encargos específicos inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais e, especialmente, a intensificar a repressão às infrações relativas a mercadorias estrangeiras e a outras modalidades de fraude fiscal ou cambial.

Como assinala a apresentação, trata-se do vigésimo e último relatório da espécie, tendo em vista a extinção da Retribuição Adicional Variável – RAV, definida na Medida Provisória nº 1.915, de 29 de junho de 1999, que veio a ser convertida na Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, que reorganizou as carreiras de auditoria e fiscalização da Administração Federal.

II – Análise

A Gratificação em questão era devida aos Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional, de nível superior, e aos Técnicos do Tesouro Nacional, de nível médio, integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, criada pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e teve por objetivo melhorar o desempenho da administração dos tributos federais, conforme as diretrizes da Lei nº 7.711, de 1988, por meio de:

- estímulo à mão-de-obra fiscal e aos administradores tributários, no sentido de aumentar a eficiência e a produtividade na execução das atribuições da Receita Federal;
- racionalização dos serviços e melhor alocação da mão-de-obra disponível;
- fornecimento de instrumental gerencial capaz de assegurar a execução das ações planejadas, e
- realização das metas governamentais de arrecadação.

O relatório é minucioso na explanação na origem e composição dos recursos do referido Fundo, bem como nos critérios de cálculo da RAV durante o período considerado. O exame desses dados, no entanto, refoge ao objetivo precípua do presente parecer, por duas razões fundamentais: primeiro, por serem qualitativamente similares aos já examinados por esta Comissão ao ensejo da apreciação de outros relatórios da espécie; segundo, porque o Senado Federal já deu sua contribuição à reformulação do critério de remuneração das atividades de fiscalização, através da instituição da

Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor, atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e das metas e resultados da arrecadação, nos termos da Lei nº 10.593, de 2002.

Importa registrar que, segundo o relatório sob exame, a RAV evidenciou-se, no decorrer de sua vigência, como poderoso instrumento gerencial, por intermédio da avaliação a que cada membro da Secretaria da Receita Federal estava sujeito, para a ela fazer jus, funcionando como incentivo intenso à arrecadação dos tributos federais (p. 39).

Mais adiante, observa o relatório que:

a RAV foi um instrumento eficaz de estímulo ao aumento da arrecadação tributária, direta ou indiretamente, através do efeito multiplicador da ação fiscal, que garantiu ao Governo o cumprimento de sua metas de arrecadação e de combate à evasão fiscal, sem necessidade de utilização de velhos expedientes de manipulação da lei para aumentar a carga tributária dos contribuintes, que cumpriram, pontualmente, as suas obrigações tributárias (p. 40).

Sobre a exaustão do modelo de incentivo remuneratório representado pela RAV, assim se posiciona o relatório:

Em que pesem todos esses predicados, a Retribuição Adicional Variável vinha, gradativamente, sendo esvaziada de sua característica principal, a da possibilidade de gratificar proporcionalmente, com valores mais elevados, as unidades e os servidores que mais se destacavam pela eficiência, coletiva ou individual, no cumprimento das metas estabelecidas pela Administração da Receita Federal.

A razão dessa falha no pleno atingimento de seus objetivos foi o advento de limites legais e de subtetos, (...) o que acarretou nivelamento de pagamentos, impedindo o administrador de recompensar, por meio de valores diferenciados, performances melhores. (Idem)

III – Voto

Em face de todo o exposto, nosso voto é pelo Arquivamento da Mensagem nº 222, de 1999, nos termos do inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 222 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (SEN LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: AD HOC <i>Augusto Botelho</i> (SEN. AUGUSTO BOTELHO)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
GILBERTO GOELLNER - PFL <i>César Borges</i>	3- ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB <i>Arthur Virgílio</i>	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (Presidente)	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL <i>Aelton Freitas</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT <i>Ana Júlia Carepa</i>	2-FÁTIMA CLEIDE - PT <i>Fátima Cleide</i>
SIBÁ MACHADO - PT <i>Sibá Machado</i>	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL <i>João Ribeiro</i>	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT <i>Serys Slhessarenko</i>	5-FLÁVIO ARNS - PT <i>Flávio Arns</i>
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1-OSMAR DIAS

PARECERES NºS 255 E 256, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 167, de 2000 (nº 5.574/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/99, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação.

PARECER Nº 255, DE 2006

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

Relator *ad hoc*: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório**I.1 – Histórico**

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 167 de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/1999, relativa auditoria realizada em projetos de irrigação conduzidos pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS.

O Aviso foi recebido no Senado em 14 de setembro de 2000, e tendo sido designado Relator, em 30 de abril de 2001, o Senador Wellington Roberto, que o devolveu em 20 de dezembro de 2002, sem parecer.

Posteriormente, foi designada a Senadora Heleísa Helena que, em tendo saído desta Comissão devolveu a relatoria.

I.2. Análise da Matéria

O presente processo trata de auditoria realizada nas obras de perímetros de irrigação sob a responsabilidade do DNOCS.

A Decisão do TCU levou em consideração, na íntegra, o relatório de auditoria realizada pela equipe técnica daquela Corte, do qual depreende-se que:

– os perímetros públicos de irrigação visavam à elevação da renda de comunidades agrícolas, bem como ao desenvolvimento da capacidade gerencial e da organização dos produtores, minimizando os efeitos da seca;

– por força da própria Lei de Irrigação, foi estimulada a participação dos irrigantes e

de suas organizações na gestão dos perímetros; o DNOCS iniciou um tímido programa de emancipação de seus perímetros em meados de 1983, que consistiu, fundamentalmente, na tentativa de romper com o paternalismo do órgão para com as organizações.

– o programa foi ineficaz pois além da falta de recursos, não desenvolveu ações integradas no âmbito do próprio DNOCS, fazendo com que a Diretoria de Irrigação (DIRGA) operasse e desenvolvesse em um contexto específico, sem considerar todas as variáveis necessárias para que fosse efetivamente implementado.

– esse programa está sendo implementado pela Diretoria de Irrigação – DIRGA que funciona com três grupos de trabalhos: Grupo de Operação e Manutenção; Organização de Produtores; e Produção. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelos grupos estão a reabilitação das infra-estruturas de irrigação e drenagem de uso comum dos perímetros e a busca da titulação imobiliária definitiva dos lotes agrícolas, fatores essenciais para que os perímetros alcancem a sua autogestão;

– atualmente, existem 38 (trinta e oito) projetos públicos de irrigação sob a administração do DNOCS, dos quais 09 (nove) estão com limitação de recursos hídricos e 13 (treze) outros perímetros estão sem recursos hídricos. Desses treze, 04 (quatro) estão em Pernambuco, 03 (três) no Rio Grande do Norte, 03 (três) no Ceará, 02 (dois) na Paraíba e 01 (um) na Bahia (ver tabelas de fls. 51. e 231, volume 1).

– segundo informações contidas no Relatório Técnico de Atividades da Diretoria de Irrigação, elaborado em dezembro/99, o DNOCS administra 38 (trinta e oito) perímetros de irrigação, sendo 9 (nove) no Piauí – 1ª DR, 14 (quatorze) no Ceará – 2ª DR, 4 (quatro) em Pernambuco – 3ª DR, 3 (três) na Bahia – 4ª DR, 5 (cinco) no Rio Grande do Norte – 1º DERUR e 3 (três) na Paraíba – 2º DERUR, totalizando 42.385 hectares de área implantada

– a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000 estabeleceu para o DNOCS o montante de R\$521 milhões;

– estão no elenco das atividades do DNOCS, ações plurianuais que se enquadram no Projeto PROÁGUA e no Projeto Novo Modelo de Irrigação, integrantes do Programa “Brasil em Ação”; voltadas para dotar o semi-árido nordestino de uma infraestrutura hídrica capaz de conduzir a região a uma resistência efetiva aos efeitos das condições climáticas, escassez de água e da reduzida ocorrência de solos agricultáveis, ações com características estruturais e de sustentabilidade.

Com o exame do Relatório de Auditoria, o TCU verificou as seguintes características importantes da política governamental de irrigação implementada pelo DNOCS ao longo dos últimos 30 anos:

“I) a escolha dos locais de implantação dos perímetros irrigáveis levaram em conta aspectos de ordem subjetiva, a exemplo da influência de parlamentares, em detrimento de questões técnicas;

II) as políticas públicas não vêm contemplando a assistência técnica e a capacitação de irrigantes;

III) baixo nível de eficácia dos programas de irrigação implantados a partir dos anos 70. Neste sentido é relevante a observação registrada no relatório de que os programas governamentais de irrigação elaborados nas décadas de 1970 e 1980 se revelaram ineficazes, haja vista que as metas não foram atingidas, a exemplo do PROINE, que previa 122.000 hectares de irrigação e apenas 42.385 hectares (35%) estão atualmente implantados (item 7.22 do Relatório de auditoria).”

Continua, ainda, o Ministro relator chamando a atenção para a constatação da inadequada estrutura do órgão executor, no caso o DNOCS, o que tem resultado em restrições de caráter operacional mormente quanto à não efetividade de suas ações. Esta observação está corroborada pela percepção do próprio governo, que, editando a Medida Provisória nº 1.934-

13, de 28.4.2000, almeja modificações na estrutura do DNOCS, possivelmente restringindo suas atribuições, a construção de barragens e outras obras de combate às secas.

Diante do exposto, o TCU opinou por recomendar, com fulcro nos arts. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, ao atual Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

a) maior rigor quanto ao acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural e regularização fundiária;

b) que sejam promovidos estudos no sentido da adoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação, já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequeno produtor;

c) que a primeira proposta orçamentária encaminhada pelo DNOCS ao Ministério da Integração Nacional contenha indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para sua execução, de forma a evitar que decréscimos orçamentários posteriores, decorrentes do regular trâmite ministerial e da atuação de parlamentares, possam ocasionar paralisações de obras de relevo, aumento do custo de mobilizações e, principalmente, adiamentos de benefícios sociais e econômicos regionais, mantendo-se arquivadas, para futuras análises, as justificativas técnicas para as priorizações a nível de programa de trabalho, tendo sempre como elemento balizador o Plano Plurianual PPA 2000-2003;

d) que realize gestão junto ao Conselho Consultivo do DNOCS objetivando medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo efi-

caz de recursos hídricos e da terra, aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes, na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação.

II – Voto do Relator

No exame da tramitação do processo na Corte de Contas não se verifica qualquer decisão posterior, relativamente ao cumprimento das recomendações aprovadas.

Cumpra a esta Comissão, portanto, requerer do TCU as informações relativas às medidas recomendadas, em face da grande relevância da matéria para a

qualidade dos resultados dos programas de irrigação, mormente quando o Governo atual demonstra sensibilidade para a questão da fome.

Opino, portanto, no sentido de que esta Comissão requeira ao TCU que examine o cumprimento das recomendações feitas, bem como que realize uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação, se possível, oferecendo sugestões ao aprimoramento da proposta e da execução orçamentária do DNOCS.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2004
– Senador **Delcídio Amaral** Relator – Senador **Ney Suassuna** Presidente.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS N.º 167 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/11/04 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR AD <i>Nej Suassuna</i>	
<i>Gerson Camata</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
IDELI SALVATTI	1-ANA JÚLIA CAREPA <i>Angelina</i>
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2-DELCÍDIO AMARAL
ANTONIO CARLOS VALADARES	3-FÁTIMA CLEIDE
AELTON FREITAS	
DUCIOMAR COSTA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VALMIR AMARAL
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	
JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>	
PFL	
CÉSAR BORGES	1-JORGE BORNHAUSEN
EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>	2-PAULO OCTAVIO
JOÃO RIBEIRO	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
PSDB	
ARTHUR VIRGILIO	1-LEONEL PAVAN
ANTERO PAES DE BARROS <i>Antero Paes de Barros</i>	
PDT	
OSMAR DIAS	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	

PARECER Nº 256, DE 2006Relator: Senador **Gerson Camata****I – Relatório**

Por intermédio do Aviso nº 167, de 2000 (Aviso nº 5.574-SGS-TCU, de 4 de setembro de 2000, na origem), o Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União encaminha ao Presidente do Senado Federal, para conhecimento, cópia da Decisão nº 321/2000, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 31 de agosto de 2000, incluídos o relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

O Aviso nº 167, de 2000, foi recebido pelo Senado Federal em 14 de setembro de 2000, sendo, na mesma data, encaminhado ao Plenário para ciência.

Em 19 de setembro de 2000, o Aviso nº 167, de 2000, foi distribuído a esta Comissão.

Em 30 de abril de 2001, o Senador Wellington Roberto foi designado relator do Aviso nº 167, de 2000, junto a esta Comissão.

Em 10 de dezembro de 2002, o Senador Wellington Roberto devolveu o processado a esta Comissão acompanhado de minuta de parecer.

Em 22 de outubro de 2003, a Senadora Heloísa Helena foi designada relatora do Aviso nº 167, de 2000, junto a esta Comissão, em razão de o Senador Wellington Roberto não mais pertencer aos quadros da Comissão.

Em 12 de novembro de 2003, a Senadora Heloísa Helena devolveu o processado a esta Comissão acompanhado de minuta de parecer.

Em 23 de junho de 2004, o Senador Delcídio Amaral foi designado relator do Aviso nº 167, de 2000, junto a esta Comissão, em razão de a Senadora Heloísa Helena não mais pertencer aos quadros da Comissão.

Em 22 de setembro de 2004, o Senador Delcídio Amaral devolveu o processado a esta Comissão acompanhado de minuta de parecer.

Em 17 de novembro de 2004, esta Comissão aprovou o parecer ao Aviso nº 167, de 2000, apresentado pelo relator **ad hoc**, Senador Gerson Camata, decidindo pela solicitação, ao Tribunal de Contas da União, de informações complementares e reavaliação dos resultados dos programas de irrigação. Na mesma data, foi encaminhado o Ofício CFC nº 79/2004, do Presidente desta Comissão àquele Tribunal, comunicando a decisão e solicitando a adoção das devidas providências.

Em 23 de novembro de 2004, esta Comissão recebeu o Aviso nº 2.217-GP-TCU, de 22 de novembro de 2004, do Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando o recebimento do Ofício CFC nº 79/2004 e a designação de relator para examinar a matéria.

Em 1º de setembro de 2005, esta Comissão recebeu o Aviso nº 1.269-SGS-TCU-Plenário, de 24 de agosto de 2005, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 019.733/2004-7, referente à matéria constante do Ofício CFC nº 79/2004, bem como do relatório e voto que fundamentaram a decisão.

II – Análise

O Aviso nº 167, de 2000, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União refere-se a auditoria realizada nas obras de perímetros de irrigação sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A Decisão do Tribunal de Contas da União levou em consideração, na íntegra, o relatório de auditoria realizada por equipe técnica daquela Corte, do qual se depreende que:

– os perímetros públicos de irrigação visam à elevação da renda de comunidades agrícolas, bem como ao desenvolvimento da capacidade gerencial e da organização dos produtores, minimizando os efeitos da seca;

– por força da própria Lei de Irrigação, foi estimulada a participação dos irrigantes e de suas organizações na gestão dos perímetros; o DNOCS iniciou um tímido programa de emancipação de seus perímetros em meados de 1983, que consistiu, fundamentalmente, na tentativa de romper com o paternalismo do órgão para com as organizações;

– o programa foi ineficaz pois, além da falta de recursos, não desenvolveu ações integradas no âmbito do próprio DNOCS, fazendo com que a Diretoria de Irrigação (DIRGA) o operasse e desenvolvesse em um contexto específico, sem considerar todas as variáveis necessárias para que fosse efetivamente implementado;

– o programa que está sendo implementado pela DIRGA, baseia-se em três grupos de trabalho, o de Operação e Manutenção, o de Organização de Produtores e o de Produção; entre os trabalhos desenvolvidos pelos grupos estão a reabilitação das infra-estruturas de irrigação e drenagem de uso comum dos perímetros e a busca da titulação imobiliária definitiva dos lotes agrícolas, fatores essenciais para que os perímetros alcancem a autogestão;

– segundo informações contidas no Relatório Técnico de Atividades da DIRGA, elaborado em dezembro de 1999, o DNOCS administra 38 (trinta e oito) perímetros de irrigação, sendo 9 (nove) no Piauí – 1ª DR, 14 (quatorze) no Ceará – 2ª DR, 4 (quatro) em Pernambuco – 3ª DR, 3 (três) na Bahia – 4ª DR, 5 (cinco) no Rio Gran-

de do Norte – 1º DERUIR e 3 (três) na Paraíba – 2º DERUR, totalizando 42.385 hectares de área implantada; dos 38 (trinta e oito) projetos de irrigação, nove estão com limitação de recursos hídricos e treze, sem recursos hídricos; destes últimos, quatro estão em Pernambuco, três, no Rio Grande do Norte, três, no Ceará, dois, na Paraíba e um, na Bahia;

– a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000 estabeleceu para o DNOCS o montante de R\$ 521 milhões;

– estão no elenco das atividades do DNOCS, ações plurianuais que se enquadram no Projeto Proágua e no Projeto Novo Modelo de Irrigação, integrantes do Programa Brasil em Ação, voltadas para dotar o semi-árido nordestino de infra-estrutura hídrica capaz de conduzir a região à resistência efetiva aos efeitos das condições climáticas, escassez de água e da reduzida disponibilidade de solos agricultáveis, ações com características estruturais e de sustentabilidade.

O Tribunal de Contas da União aponta as seguintes características da política governamental de irrigação implementada pelo DNOCS ao longo dos últimos trinta anos:

I) a escolha dos locais de implantação dos perímetros irrigáveis levou em conta aspectos de ordem subjetiva, a exemplo da influência de parlamentares, em detrimento de questões técnicas;

II) as políticas públicas não vêm contemplando a assistência técnica e a capacitação de irrigantes;

III) verifica-se um baixo nível de eficácia dos programas de irrigação implantados a partir dos anos 70; neste sentido é relevante a observação registrada no relatório de auditoria, de que os programas de irrigação elaborados nas décadas de 1970 e 1980 se revelaram ineficazes, não tendo sido atingidas suas metas, a exemplo do PROINE, que previa 122.000 hectares de irrigação, dos quais apenas 42.385 hectares (35% do previsto) estão atualmente implantados.

O Tribunal de Contas da União alerta, ainda, para a inadequada estrutura do DNOCS como órgão executor, o que tem resultado em restrições de caráter operacional, mormente quanto à não efetividade de suas ações. Esta observação foi corroborada pela percepção do próprio governo, que, editando a Medida Provisória nº 1.934-13, de 28 de abril de 2000, introduziu modificações na estrutura do Departamento, restringindo

suas atribuições a construção de barragens e outras obras de combate às secas.

Com base nestas constatações, o Tribunal de Contas da União optou por recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, ao atual Diretor-Geral do DNOCS:

a) maior rigor no acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural e regularização fundiária;

b) promoção de estudos com vistas à adoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação, já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequenos produtores;

c) inclusão, na primeira proposta orçamentária a ser encaminhada pelo DNOCS ao Ministério da Integração Nacional, de indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para sua execução, de forma a evitar que decréscimos orçamentários posteriores, decorrentes do regular trâmite ministerial e da atuação de parlamentares, possam ocasionar paralisações de obras de relevo, aumento do custo de mobilizações e, principalmente, adiamentos de benefícios sociais e econômicos regionais, mantendo-se arquivadas, para futuras análises, as justificativas técnicas para as prioritizações ao nível de programa de trabalho, tendo sempre como elemento balizador o Plano Plurianual 2000-2003;

d) realização de gestões junto ao Conselho Consultivo do DNOCS objetivando a adoção de medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo eficaz de recursos hídricos e da terra, e ao aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes, na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação.

Em 17 de novembro de 2004, esta Comissão aprovou o parecer ao Aviso nº 167, de 2000, apresentado pelo relator **ad hoc**, Senador Gerson Camata, decidindo pela solicitação, ao Tribunal de Contas da União, de informações complementares e reavaliação dos resul-

tados dos programas de irrigação. Na mesma data, foi encaminhado àquele Tribunal o Ofício CFC nº 79/2004, do Presidente desta Comissão, dando ciência da decisão e solicitando a adoção das devidas providências.

Em 1º de setembro de 2005, esta Comissão recebeu o Aviso nº 1.269-SGS-TCU-Plenário, de 24 de agosto de 2005, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 019.733/2004-7, referente à matéria constante do Ofício CFC nº 79/2004, bem como do relatório e voto que fundamentaram a decisão.

Realizando diligências junto ao DNOCS e ao Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional com vistas à reavaliação dos resultados dos programas de irrigação, o Tribunal de Contas da União concluiu que:

a) o Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação (PROEMA), atualmente intitulado de Transferência da Gestão de Perímetros de Irrigação, baseia-se na celebração de convênios com as Organizações de Produtores, objetivando a administração, gestão, operação e manutenção de toda a infraestrutura de uso comum dos perímetros, com a contratação de gerentes e técnicos necessários à prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação;

b) estava previsto, para o exercício de 2004, o repasse de recursos da ordem de R\$12.374.900,00 (doze milhões, trezentos e setenta e quatro mil e novecentos reais) de crédito orçamentário, incluindo a reabilitação da infraestrutura de uso comum de alguns projetos;

c) as Organizações de Produtores encaminham ao DNOCS os planos de trabalho, que os aprova ou não, sendo a liberação das parcelas de recursos somente autorizadas pela fiscalização após a constatação de que os serviços/obras foram adequadamente executados e estão de acordo com o plano de trabalho;

d) no que se refere ao acesso ao crédito, estão sendo feitas gestões junto ao Ministério da Integração Nacional a fim de que o Governo Federal participe com um fundo de aval para os pequenos produtores, visando a suprir as garantias exigidas pelas instituições financeiras;

e) quanto à regularização fundiária, a atual administração do DNOCS vem priorizando a implantação da gestão ambiental de recursos hídricos das bacias hidrográficas do Nordeste, tanto de oferta (fontes hídricas) quanto de demanda (relativa ao abastecimento, pesca, aquicultura e irrigação) e da gestão da informação e do conhecimento do semi-árido nordestino;

f) embora o DNOCS disponha de quarenta mil hectares de áreas irrigáveis com infraestrutura hídrica sem condições de funcionar, o ponto mais grave encontra-se na falta de titulação das glebas destinadas aos irrigantes (cerca de mil títulos de propriedade distribuídos entre mais de seis mil irrigantes); relativamente a esta questão, o DNOCS vem priorizando o Programa de Regularização Fundiária, em que se selecionaram, para o trabalho inicial, os seguintes seis perímetros dentre os trinta e oito existentes: Araras Norte (CE), Baixo Acaraú (CE), Curu-Paraipaba (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Baixo-Açu (RN) e Custódia (PE);

g) o modelo utilizado nos projetos de irrigação foi, quase que exclusivamente, o de assentamentos familiares; esse modelo, entretanto, vem sendo revisto, no caso do Estado do Ceará (Perímetros Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas) e do Estado do Rio Grande do Norte (Perímetro Baixo Açu), mediante a ampliação das áreas reservadas à implantação de empresas e com a participação efetiva dos demais parceiros no empreendimento; está sendo estimulada a formação de associações de pequenos produtores, notadamente nos aspectos gerenciais;

h) levantamento das condições operacionais dos perímetros de irrigação realizado em abril de 2003 verificou que, dos oitenta e dois mil hectares de perímetros de irrigação implantados, apenas vinte e seis mil estavam produzindo, em razão de problemas como falta de água por escassez ou funcionamento inadequado dos sistemas hidráulicos, falta de assistência técnica, inadimplência com os bancos, débitos junto aos fornecedores de energia, deficiências gerenciais e falta de titulação da propriedade da terra;

i) com base nas conclusões do levantamento foram rescindidos os convênios com as organizações de irrigantes, a fim de ser formalizado um convênio padrão com o objetivo de recuperar e revitalizar os perímetros com disponibilidade de água; foi firmado convênio com o Instituto Centro de Estudos Tecnológicos (CENTEC) para, juntamente com o DNOCS, elaborar estudo de sete perímetros de irrigação e apresentar propostas de recuperação e modernização;

j) a proposta orçamentária para 2005 contemplava recursos para a conclusão de apenas três projetos de irrigação, o de Jaguaribe-Apodi, com R\$3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), o do Baixo Acaraú,

coni R\$2.287.800,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais) e o do Tabuleiro de Russas, com R\$7.616.600,00 (sete milhões, seiscentos e dezesseis mil e seiscentos reais); consta, ainda, da proposta orçamentária, na rubrica Transferência de Gestão de Perímetros, o valor de R\$27.913.700,00 (vinte e sete milhões, novecentos e treze mil e setecentos reais) ao qual se acrescenta a importância de R\$32.758.300,00 (trinta e dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e

trezentos reais) a ser transferida ao DNOCS pelo Ministério da Integração Nacional.

III – Voto

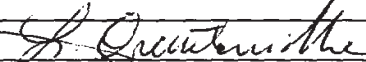


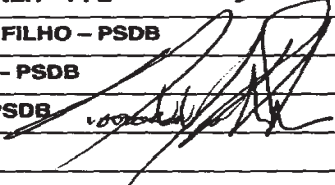

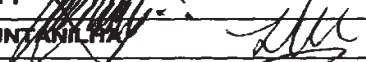




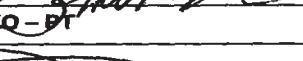
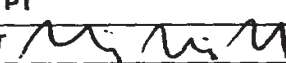
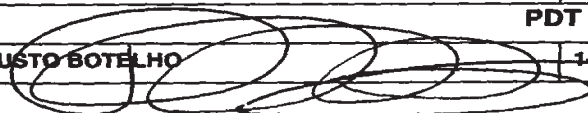
Com base na argumentação acima, considero atendidas pelo Tribunal de Contas da União as solicitações constantes do Ofício CFC/Nº 79, de 2004, expedido em decorrência das recomendações constantes do parecer aprovado por esta Comissão ao deliberar sobre o Aviso nº 167, de 2000, razão pela qual me manifesto pelo arquivamento do referido Aviso.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 167 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. GERSON CAMATA)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL 	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB 	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA (RELATOR)	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP 	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA 	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT 	2-FÁTIMA CLEIDE – PT 
SIBÁ MACHADO – PT 	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO – PL 	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESARENKO – PT 	5-FLÁVIO ARNS - PT 
PDT	
AUGUSTO BOTELHO 	1-OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.934-13,
DE 28 DE ABRIL DE 2000

Altera a Lei nº 4.229, de 12 de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.

.....
LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....
Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal:

I – determinará as providências estabelecidas no regimento interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão-somente, falta ou impropriedade de caráter formal;

.....
DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relator: Senador **Wellington Roberto**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 5574-SGS-TCU, de 4 de setembro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321/2000, adotado pela 2ª Câmara daquela Instituição, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS.

Os documentos em comento foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Corte, de enviar cópia de todos os julgamentos atinentes a auditorias a esta Casa.

A auditoria objetivou conhecer o elenco de projetos, a sistemática de atuação, os critérios de seleção dos perímetros e os modelos de irrigação adotados pela Autarquia. Tem origem na Decisão nº 703/99 – TCU – Plenário, que repercutiu a realização de auditorias na área de projetos de irrigação financiados com recursos

federais, na região abrangida pela então Sudene. De acordo com o Relatório do Tribunal, as informações obtidas nesta auditoria operacional serviram de base para auditorias realizadas em 8 perímetros de irrigação do DNOCS, selecionados em cumprimento ao subitem 8.3.1 da Decisão nº 703/99 – TCU – Plenário.

A documentação em análise foi recebida, em 13 de setembro de 2000, neste Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso no 167, de 2000, sendo encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle em 19-09-2000.

I.2. Análise da Matéria

O DNOCS foi criado em 1909, como Inspetoria de Obras Contra as Secas, atuando no semi-árido nordestino, com o intuito de amenizar os efeitos da seca. Em 1963 recebeu a denominação atual, transformando-se em autarquia. Atualmente, encontra-se vinculado ao Ministério da Integração Nacional e tem sede em Fortaleza – CE.

Sua área de atuação abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais, excetuada a área da Bacia do Rio São Francisco, que é da competência da Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF.

As principais conclusões da equipe de auditoria do TCU foram:

- os programas e planos de governo relativos à área de irrigação, elaborados desde a década de 70, não lograram obter sucesso, a exemplo do Plano Plurianual de Irrigação – PPI (produzido na década de 70 pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola) e do Programa Nacional de Irrigação – PROINE (elaborado, em 1986, por comissão interministerial, presidida pelo ex- MINTER, para o período 1986-1990);

- 10 anos após a extinção do PROINE, apenas 35% das metas de implantação dos perímetros foram efetivamente realizadas. Significa que dos 122.000 hectares previstos, apenas 42.385 estão atualmente implantados;

- a edição da Medida Provisória nº 1934-13, de 28-4-2000, traz alterações substantivas, de ordem estrutural, no DNOCS, apontando para a emancipação dos perímetros de irrigação e uma redução de atribuições da Entidade. A atuação do DNOCS fica concentrada na construção de barragens, perímetros e outras obras de combate à seca;

- quanto à seleção dos perímetros de irrigação, constatou-se uma grande influência

de fatores políticos, tanto no âmbito do Poder Executivo como no Congresso Nacional, em detrimento de argumentos de ordem técnica;

- as políticas públicas e as ações governamentais não vêm contemplando os aspectos relativos à assistência técnica e à capacitação dos irrigantes, o que, aliado à falta de estrutura do órgão executor, acarreta restrições de caráter operacional.

A proposta de encaminhamento da equipe de auditoria foi inteiramente adotada pelo Tribunal, que decidiu, a par de encaminhar ao Ministro de Estado da Integração Nacional as conclusões do relatório de auditoria, recomendar ao Diretor-Geral do DNOCS:

- um maior rigor quando do acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PRO-EMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural e regularização fundiária;

- a promoção de estudos no sentido da adoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação, já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequenos produtores;

- que a primeira proposta orçamentária encaminhada pelo DNOCS ao Ministério da Integração Nacional, a cada ano, contenha indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para sua execução, de forma a evitar que decréscimos orçamentários posteriores, decorrentes do trâmite ministerial e da atuação parlamentar, possam ocasionar paralisações de obras de relevo, aumento do custo das mobilizações e, principalmente, adiamento de benefícios sociais e econômicos;

- que realize gestão junto ao Conselho Consultivo do DNOCS, objetivando medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais, mormente os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo eficaz de recursos hídricos e da terra, com aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes.

Importa mencionar que o TCU desempenha importante papel como órgão de controle ao efetuar auditorias operacionais na Administração Pública. Por

meio desses trabalhos, o Tribunal disponibiliza aos gestores e aos parlamentares informações relevantes à avaliação das rotinas e da efetividade da atuação dos entes públicos. Naturalmente, esses subsídios devem ser atentamente considerados pelos gestores, com vistas ao aprimoramento das ações públicas sob sua responsabilidade.

Entendemos, em suma, que o Tribunal conferiu à matéria em comento adequado tratamento. No entanto, por tratar-se de auditoria operacional que focaliza uma atividade fundamental para o desenvolvimento da Região Nordeste, julgamos oportuno convocar o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contras as Secas – DNOCS para, em audiência pública nesta Comissão de Fiscalização e Controle, expor as providências que vêm sendo adotadas pelo Órgão para superar os problemas levantados e, principalmente, explicar o baixo atingimento das metas do Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE.

II – Voto do Relator

Ante o exposto, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor da Decisão nº 321/2000, sobre a auditoria operacional realizada no Departamento de Obras contras as Secas – DNOCS, e delibere pela convocação do Diretor-Geral do referido Órgão para, em Audiência Pública nesta Comissão, expor as providências adotadas para corrigir os problemas apontados pelo TCU e, principalmente, explicar o baixo atingimento das metas do PROINE.

Sala da Comissão, de de 2002. – Senador **Amir Lando** Presidente – Senador **Wellington Roberto**, Relator.

Senado Federal, Comissão de Fiscalização e Controle. Relatora: Senadora **Heloísa Helena**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 167 de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/1999, relativa auditoria realizada em projetos de irrigação conduzidos pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS.

O Aviso foi recebido no Senado em 14 de setembro de 2000, e tendo sido designado Relator, em 30 de abril de 2001, o Senador Wellington Roberto, que o devolveu em 20 de dezembro de 2002, sem parecer.

I.2. Análise da Matéria

O presente processo trata de auditoria realizada nas obras de perímetros de irrigação sob a responsabilidade do Dnocs.

A Decisão do TCU levou em consideração, na íntegra, o relatório de auditoria realizada pela equipe técnica daquela Corte, do qual se depreende que:

– os perímetros públicos de irrigação visavam à elevação da renda de comunidades agrícolas, bem como ao desenvolvimento da capacidade gerencial e da organização dos produtores, minimizando os efeitos da seca;

– por força da própria Lei de Irrigação, foi estimulada a participação dos irrigantes e de suas organizações na gestão dos perímetros; o Dnocs iniciou um tímido programa de emancipação de seus perímetros em meados de 1983, que consistiu, fundamentalmente, na tentativa de romper com o paternalismo do órgão para com as organizações;

– o programa foi ineficaz, pois além da falta de recursos, não desenvolveu ações integradas no âmbito do próprio Dnocs, fazendo com que a Diretoria de Irrigação (DIRGA) operasse e desenvolvesse em um contexto específico, sem considerar todas as variáveis necessárias para que fosse efetivamente implementado;

– esse programa está sendo implementado pela Diretoria de Irrigação – DIRGA que funciona com três grupos de trabalhos: Grupo de Operação e Manutenção; Organização de Produtores; e Produção. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelos grupos estão a reabilitação das infra-estruturas de irrigação e drenagem de uso comum dos perímetros e a busca da titulação imobiliária definitiva dos lotes agrícolas, fatores essenciais para que os perímetros alcancem a sua autogestão;

– atualmente, existem 38 (trinta e oito) projetos públicos de irrigação sob a administração do Dnocs, dos quais 9 (nove) estão com limitação de recursos hídricos e 13 (treze) outros perímetros estão sem recursos hídricos. Desses treze, 4 (quatro) estão em Pernambuco, 3 (três) no Rio Grande do Norte, 3 (três) no Ceará, 2 (dois) na Paraíba e 1 (um) na Bahia (ver tabelas de fls. 51 e 231, volume I);

– segundo informações contidas no Relatório Técnico de Atividades da Diretoria de Irrigação, elaborado em dezembro/99, o Dnocs administra 38 (trinta e oito) perímetros de irrigação, sendo 9 (nove) no Piauí – 1ª DR, 14 (quatorze) no Ceará – 2ª DR, 4 (quatro) em Pernambuco – 3ª DR, 3 (três) na

Bahia – 4ª DR, 5 (cinco) no Rio Grande do Norte – 1ª Derur e 3 (três) na Paraíba – 2ª Derur, totalizando 42.385 hectares de área implantada;

– a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000 estabeleceu para o DNOCS o montante de R\$ 521 milhões;

– estão no elenco das atividades do DNOCS, ações plurianuais que se enquadram no Projeto Proágua e no Projeto Novo Modelo de Irrigação, integrantes do Programa 'Brasil em Ação', voltadas para dotar o semi-árido nordestino de uma infra-estrutura hídrica capaz de conduzir a região a uma resistência efetiva aos efeitos das condições climáticas, escassez de água e da reduzida ocorrência de solos agricultáveis, ações com características estruturais e de sustentabilidade.

Com o exame do Relatório de Auditoria, o TCU verificou as seguintes características importantes da política governamental de irrigação implementada pelo DNOCS ao longo dos últimos 30 anos:

I) a escolha dos locais de implantação dos perímetros irrigáveis levaram em conta aspectos de ordem subjetiva, a exemplo da influência de parlamentares, em detrimento de questões técnicas;

II) as políticas públicas não vêm contemplando a assistência técnica e a capacitação de irrigantes;

III) baixo nível de eficácia dos programas de irrigação implantados a partir dos anos 70. Neste sentido é relevante a observação registrada no relatório de que os programas governamentais de irrigação elaborados nas décadas de 1970 e 1980 se revelaram ineficazes, haja vista que as metas não foram atingidas, a exemplo do Proine, que previa 122.000 hectares de irrigação e apenas 42.385 hectares (35%) estão atualmente implantados (item 7.22 do Relatório de auditoria)."

Continua, ainda, o Ministro relator chamando a atenção para a constatação da inadequada estrutura do órgão executor, no caso o Dnocs, o que tem resultado em restrições de caráter operacional mormente quanto à não efetividade de suas ações. Esta observação está corroborada pela percepção do próprio governo, que, editando a Medida Provisória nº 1.934-13, de 28-4-2000, almeja modificações na estrutura do DNOCS, possivelmente restringindo suas atribui-

ções, a construção de barragens e outras obras de combate às secas.

Diante do exposto, o TCU opinou por recomendar, com fulcro nos arts. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, ao atual Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

a) maior rigor quanto ao acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural e regularização fundiária;

b) que sejam promovidos estudos no sentido da adoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação, já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequeno produtor;

c) que a primeira proposta orçamentária encaminhada pelo Dnocs ao Ministério da Integração Nacional contenha indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para sua execução, de forma a evitar que decréscimos orçamentários posteriores, decorrentes do regular trâmite ministerial e da atuação de parlamentares, possam ocasionar paralisações de obras de relevo, aumento do custo de mobilizações e, principalmente, adiamentos de benefícios sociais e econômicos regionais, mantendo-se arquivadas, para futuras análises, as justificativas técnicas para as prioridades a nível de programa de trabalho, tendo sempre como elemento balizador o Plano Plurianual PPA 2000-2003;

d) que realize gestão junto ao Conselho Consultivo do Dnocs objetivando medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo eficaz de recursos hídricos e da terra, aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes, na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação.

II – Voto do Relator

No exame da tramitação do processo na Corte de Contas não se verifica qualquer decisão posterior,

relativamente ao cumprimento das recomendações aprovadas.

Cumpra a esta Comissão, portanto, requerer do TCU as informações relativas às medidas recomendadas, em face da grande relevância da matéria para a qualidade dos resultados dos programas de irrigação, mormente quando o Governo atual demonstra sensibilidade para a questão da fome.

Opino, portanto, no sentido de que esta Comissão requeira ao TCU que examine o cumprimento das recomendações feitas, bem como que realize uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação, se possível, oferecendo sugestões ao aprimoramento da proposta e da execução orçamentárias do DNOCS.

Sala da Comissão, 2003. – Senadora **Heloísa Helena**, Relatora – **Ney Suassuna**, Presidente.

OF/CFC/Nº 79/2004

Brasília, 17 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Parecer de autoria do Senador Gerson Camata, relativo ao Aviso nº 167, de 2000, que “solicita informações ao Tribunal de Contas da União bem como a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação”, constantes no voto do Relator.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência cópia da matéria para as providências cabíveis.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

Aviso nº 2217/GP/TCU

Brasília, 22 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do OF/CFC/Nº 79/2004, de 17-11-2004, mediante o qual Vossa Excelência encaminha o Parecer de autoria do Senador Gerson Camata, que “solicita informações ao Tribunal de Contas da União bem como a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação.”

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente – autuado neste Tribunal sob o número de Documento 42292159 – foi remetido ao Relator, Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 1.269-SGS-TCU-Plenário

Brasília-DF, 24 de agosto de 2005

O Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Parecer proferido sobre o AVS nº 167/2000 e aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle, atual CMA do Senado Federal, remetido ao TCU por meio do Ofício nº 79, de 17-11-2004, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 019.733/2004-7, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 24-8-2005, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1.248/2005 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo TC-019.73312004-7 (c/ 1 volume)
2. Grupo: 1 – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional
3. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
4. Interessada: Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/CE
8. Advogados constituídos nos autos: não há
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, solicitando informações acerca do cumprimento das recomendações efetuadas pelo Tribunal ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, por meio da Decisão nº 321/2000 – 2ª Câmara, bem como que seja feita reavaliação dos resultados dos programas de irrigação,

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 38, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 231 e 232 do Regimento Interno do TCU, em:

- 9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 232 do RI/TCU;
- 9.2. informar ao Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal que:
 - 9.2.1. em linhas gerais, vêm sendo cumpridas as recomendações contidas na Decisão nº 321/2000 – 2ª Câmara; e
 - 9.2.2. mediante trabalhos de fiscalização programados para o segundo semestre de 2005, será feita a reavaliação dos resultados dos programas

de irrigação levados a efeito pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, de forma a serem, se for o caso, oferecidas sugestões para o aprimoramento da proposta e da execução orçamentária da Autarquia;

- 9.3. incluir no Plano de Fiscalização do segundo semestre de 2005, levantamento de auditoria com o objetivo de atender ao disposto no subitem 9.2.2. deste acórdão; e
- 9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do voto e do relatório que o fundamentam, ao Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e à Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional; e
- 9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 32/2005 – Plenário

11. Data da Sessão: 24-8-2005 – Ordinária

12. Especificação do **quorum**:

- 12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.
- 12.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
- 12.3. Auditor presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

Adylson Motta, Presidente – **Marcos Bemquerer Costa**, Relator

Fui presente: **Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – PLENÁRIO

TC – 019.733/2004-7 (c/ 1 volume)

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Interessada: Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal

Advogados constituídos nos autos: não há

Sumário: Solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informações acerca do cumprimento das recomendações efetuadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS por meio da Decisão/TCU nº 321/2000 – 2ª Câmara. Atendimento parcial das recomendações. Não confirmação de sua efetividade. Inclusão de trabalhos de auditoria no Plano de Fiscalização de 2005, segundo semestre. Ciência à Comissão e à Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional. Arquivamento.

Relatório

Tratam os autos de Solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, encaminhada pelo seu Presidente, Senador Ney Suassuna, por intermédio do Ofício/CFC/nº 79/2004, de 17-11-2004, juntamente com o Parecer de autoria do Senador Gerson Camata (fls. 1/07, vol. principal), solicitando informações acerca do cumprimento das recomendações efetuadas pelo TCU (Decisão nº 321/2000 – 2ª Câmara – TC 006.073/2000-4) ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, bem como que seja feita reavaliação dos resultados dos programas de irrigação, oferecendo, se possível, sugestões ao aprimoramento da proposta e da execução orçamentária daquela Autarquia.

2. As recomendações efetuadas ao Dnocs no bojo da decisão mencionada foram as seguintes:

“8.1. recomendar, com fulcro nos arts. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, ao atual Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

a) maior rigor quanto ao acompanhamento da execução do Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, especialmente quanto à capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural e regularização fundiária;

b) que sejam promovidos estudos no sentido da adoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos irrigantes, mormente quanto aos perímetros em implantação, já emancipados, no intuito de efetivar o desenvolvimento integrado entre empresários, técnicos agrícolas e pequeno produtor;

c) que a primeira proposta orçamentária encaminhada pelo DNOCS ao Ministério da Integração Nacional contenha indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para sua execução, de forma a evitar que decréscimos orçamentários posteriores, decorrentes do regular trâmite ministerial e da atuação de parlamentares, possam ocasionar paralisações de obras de relevo, aumento do custo de mobilizações e, principalmente, adiamentos de benefícios sociais e econômicos regionais, mantendo-se arquivadas, para futuras análises, as justificativas técnicas para as prioridades a nível de programa de trabalho, tendo sempre como elemento balizador o Plano Plurianual PPA 2000-2003;

d) que realize gestão junto ao Conselho Consultivo do DNOCS objetivando medidas no sentido de que as políticas públicas de irrigação sejam traçadas de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo eficaz de recursos hídricos e da terra, aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes, na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação.”

3. O então Ministro-Relator Augusto Sherman Cavalcanti, preliminarmente, conheceu da solicitação e determinou à Secex/CE que instrísse o feito.

4. Após a realização de diligências junto ao Diretor Geral do DNOCS e ao Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, a analista assim se manifestou acerca dos elementos informativos encaminhados pelo primeiro responsável:

“[quanto à alínea 8.1.a da Decisão nº 321/2000-2ª Câmara]

4. O responsável esclareceu, quanto à alínea **a** do item 8.1 da Decisão supracitada, que o Programa de Emancipação dos Perímetros de Irrigação – PROEMA, atualmente intitulado de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação, baseia-se na celebração de convênios com as Organizações de Produtores, objetivando a administração, gestão, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum dos Perímetros, com a contratação de gerentes e técnicos necessários à prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação. afirmou que estava previsto para o exercício de 2004 repasse de recursos da ordem de R\$12.374.900,00 (crédito orçamentário), incluindo a reabilitação de infra-estrutura de uso comum de alguns projetos. As Organizações de Produtores encaminham ao DNOCS os planos de trabalho, que os aprova ou não, sendo a liberação das parcelas de recursos somente autorizadas pela Fiscalização após a constatação de que os serviços/obras foram adequadamente executados e de acordo com o plano de trabalho.

5. Informou, também, quanto ao acesso ao crédito, que estão sendo realizadas gestões junto ao Ministério da Integração Nacional a fim de que o Governo Federal participe com um Fundo de Aval para os pequenos produtores.

res, visando suprir as garantias exigidas pelas instituições financeiras.

6. No que tange à regularização fundiária, o responsável aduziu, em síntese, que a atual administração do DNOCS vem priorizando a implantação das seguintes ações: 1 – gestão ambiental e dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Nordeste, tanto de oferta (fontes hídricas), quanto de demanda (relativa ao abastecimento, pesca, aquicultura e irrigação); 2 – gestão da informação e do conhecimento do semi-árido nordestino. Partindo desses objetivos, o DNOCS levantou a seguinte questão: o que é prioritário para a operação produtiva dos 38 perímetros irrigados existentes?

7. Em que pese o DNOCS dispor de mais de 40 mil hectares de áreas irrigáveis com infraestrutura hídrica sem funcionar, o que a Direção Geral considerou como ponto mais grave foi a falta de titulação das glebas destinadas aos irrigantes. De acordo com o responsável, “o DNOCS, até aqui, praticamente, só tinha distribuído 60 títulos de propriedade de terra dentre os mais de seis mil litigantes assentados em seus perímetros, ao longo de toda a sua existência”. Contudo, no encerramento do exercício de 2004, a Autarquia já havia distribuído 1.000 títulos em todos os seus perímetros.

8. Salientou, ainda, que o DNOCS, acreditando que não é possível a emancipação do irrigante se ele não for detentor do título de propriedade da terra, vem priorizando a ação denominada “Programa de Regularização Fundiária”, no qual foram selecionados 6 perímetros, dentre os 38 existentes, para o trabalho inicial: Araras Norte (CE); Baixo Acaraú (CE); Curu-Paraipaba (CE); Platôs de Guadalupe (PI); Baixo-Açu (RIM); e Custódia (PE).

9. O DNOCS objetivou selecionar um conjunto de projetos com representatividade na questão da regularização fundiária. Posteriormente, o mesmo critério poderá ser aplicado aos demais perímetros de irrigação. Foi realizado um trabalho de levantamento de dados e informações que possibilitam um conhecimento da real situação fundiária de cada um dos projetos pré-selecionados, a fim de que sejam estabelecidos os procedimentos necessários à imediata regularização. Assinalou o responsável que “a Direção Geral do DNOCS não está a descuidar de matéria tão relevante”.

10. O trabalho desenvolvido pela Autarquia no Programa de Regularização Fundiária foi um

levantamento dos seguintes requisitos de base: **a)** dos registros de unificação; **b)** da alienação dos lotes aos irrigantes; **c)** das obrigações e prazos assumidos pelo DNOCS; **d)** das atividades efetivamente realizadas para a regularização fundiária dos perímetros pré-selecionados; e **e)** das pendências existentes em cada um destes projetos e de quem é a responsabilidade.

11. Segundo afirmou o responsável, o levantamento da situação específica de cada perímetro, considerando cada um dos mencionados requisitos, possibilitará ao DNOCS adotar uma política adequada para a agricultura irrigada.

12. Às fls. 41/49, constam quadros contendo, de forma resumida, as principais informações apuradas sobre cada perímetro pesquisado, juntamente com um diagnóstico individual de cada projeto.

[quanto à alínea 8.1.b da Decisão nº 321/2000-2ª Câmara]

13. Relativamente à alínea **b**, item 8.1 da decisão mencionada, o responsável aduziu que o modelo utilizado na maioria dos projetos de irrigação do DNOCS foi, quase que exclusivamente, assentamentos familiares. Entretanto, referido modelo vem sendo revisto, com a ampliação das áreas reservadas à implantação de empresas e com a participação efetiva dos demais parceiros no empreendimento, no caso do Estado do Ceará (Perímetro Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas) e do Rio Grande do Norte (Perímetro Baixo Açu). Em tais perímetros, está sendo estimulada a formação de associações de pequenos produtores, na busca de parceiros (empresas) no sistema de produção integrada.

14. Salientou que, para a ampliação da participação empresarial nos projetos de irrigação, a idéia é que “as empresas venham a desempenhar o papel de “âncoras”, implementando novas tecnologias, transformando o perfil cultural dos Projetos, contribuindo para o incremento de produção e produtividade das áreas de Pequenos Produtores, equacionando melhor os problemas de comercialização, inclusive para o exterior com as culturas de melão, abacaxi e manga, e contribuindo, por fim, para um melhor desempenho dos Pequenos Produtores, notadamente nos aspectos gerenciais”.

15. Acrescentou que outra forma de integrar as diversas categorias de irrigantes é a constituição do Conselho de Administração dos Distritos de Irrigação. Assim, está previsto

no Estatuto Social do Perímetro Tabuleiros de Russas (CE), art. 54, § 4º (fls. 67), que “dos 6 (seis) membros titulares do Conselho de Administração, 3 (três) serão eleitos exclusivamente por Associados, pessoas físicas, classificadas como “Pequeno Produtor”, 1 (um) exclusivamente por Associados, pessoas físicas, classificadas como “Profissional em Ciências Agrícolas”, e 2 (dois) exclusivamente por Associados, pessoas físicas ou jurídicas, classificadas como “Empresa”.

[quanto à alínea 8.1.c da Decisão nº 321/2000-2ª Câmara]

16. No tocante à alínea **c** da Decisão em comento, o responsável sustentou que, após a fixação dos limites orçamentários pelo Ministério de Integração Nacional, o DNOCS efetua a distribuição desses limites, ouvindo as áreas técnicas envolvidas, e direcionando-os para os programas/ações que contenham obras prioritárias. Informou que, após elaborada a proposta orçamentária, esta é submetida à Comissão Mista de Orçamento, que poderá aumentar ou diminuir os valores estabelecidos pelo DNOCS.

[quanto à alínea 8.1.d da Decisão nº 321/2000-2ª Câmara]

17. Por fim, quanto à alínea **d** supracitado, assinalou o responsável que foram promovidas recomendações à Diretoria de Tecnologia e Produção no sentido de que fossem apresentados à Diretoria Colegiada do DNOCS estudos acerca da política de irrigação integrada, conforme expresso na mencionada Decisão nº 321/2000-2ª Câmara”

5. Dando seguimento ao feito, foi promovida nova diligência junto ao Diretor-Geral, a fim de que fosse apresentado o seguinte:

“**a**) proposta orçamentária encaminhada pelo DNOCS ao Ministério da Integração Nacional – MIN com o indicativo das obras prioritárias e dos respectivos limites mínimos de recursos para a sua execução e as justificativas para as priorizações em nível de programa de trabalho, nos moldes da letra **c** da Decisão TCU nº 321/2000-2ª Câmara; e

b) os estudos da Diretoria de Tecnologia e Produção inerentes à política de irrigação de forma integrada entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, em especial os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, visando ao manejo eficaz de recursos hídricos e

da terra, aprimoramento da capacidade técnica e gerencial das organizações de irrigantes, na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos projetos de irrigação, conforme recomendação inserta na letra **d** da Decisão em apreço.

6. Examinando os novos elementos encaminhados, a analista assim se manifestou:

“5. Em seu ofício, o responsável, inicialmente, teceu comentários sobre as providências por ele adotadas logo que assumiu a Direção Geral do DNOCS, em fevereiro de 2003, objetivando o desenvolvimento de ações relativas à política de irrigação.

[esclarecimentos referentes ao item **b**, do ofício de diligência]

Em síntese, informou que, com base em diversos estudos e análises, seu primeiro ato foi o de promover uma audiência com os representantes de todos os perímetros irrigados. Assim, foi realizada, em abril de 2003, uma Oficina de Trabalho na sede do DNOCS, em Fortaleza. Ademais, foi formada uma Comissão para preparar e coordenar um diagnóstico dos 38 perímetros públicos de irrigação. Como resultado dessa iniciativa, foi elaborado um extenso relatório-resumo, anexado às fls. 97/177, vol. principal, no qual há a constatação de que dos 82 mil ha implantados, apenas 26 mil ha estavam produzindo, em decorrência de uma série de problemas, conforme referenciado no terceiro parágrafo de fls. 82, vol. principal, nos seguintes termos:

‘Com a Oficina de Trabalho, cujo relatório-resumo anexamos, constatamos que dos 82 mil ha implantados, apenas 26 mil ha estavam produzindo, como resultado de vários problemas. Problemas estes, que iam desde a falta d’água, por escassez ou falta de funcionamento adequado dos sistemas hidráulicos, passando pela falta de assistência técnica, inadimplência com os bancos, débito de energia – alguns funcionando com liminar concedida pela Justiça – deficiências gerenciais no âmbito dos próprios distritos de irrigação, até a falta de titulação dos lotes dos irrigantes, fator este básico para a segurança e o desenvolvimento das comunidades de produtores neles assentados. Em resumo uma situação caótica’.

6. Segundo afirmou o Diretor Geral, ele próprio, acompanhado do Diretor da área e dos Coordenadores do DNOCS de cada Estado envolvido, visitou todos os perímetros irrigados, com vistas a confirmar e validar os diagnósticos elaborados por ocasião da referida Ofici-

na. Informou que, após esse trabalho, foram adotadas providências, que estão a seguir resumidas:

a) foram rescindidos todos os convênios existentes com Organizações de Irrigantes dos referidos perímetros, a fim de ser formalizado um convênio padrão, dentro da filosofia de recuperar e revitalizar todos os perímetros que tivessem disponibilidade de água. Ressaltou o responsável que foi dado todo apoio à assistência técnica e à organização dos irrigantes, como também à recuperação da infra-estrutura com os próprios irrigantes, descartando a utilização de empresas contratadas;

b) foi firmado convênio com o Instituto Centro de Estudos Tecnológicos – CENTEC, para, juntamente com o DNOCS, elaborar, a partir do diagnóstico anteriormente realizado, um estudo dos principais perímetros e, ao final, apresentar propostas para sua recuperação e modernização. Forais, então, estudados sete perímetros, tendo sido elaborados relatórios, que se encontram na Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção do DNOCS;

c) um fator que muito contribuiu para a situação caótica em que se encontravam os perímetros irrigados à época do diagnóstico já mencionado foi a ausência de regularização fundiária e de titulação das glebas. Segundo o gestor, durante os 95 anos de existência do DNOCS, até fevereiro de 2003, só haviam sido titulados 65 lotes de irrigação, dos cerca de 6.500 existentes. Informou que, nesses dois anos de sua gestão, vem desenvolvendo trabalho intenso junto à Justiça Federal no Ceará e, só agora, conseguiu autorização para que o cartório faça a escritura unificada da área do Projeto de Irrigação de Tabuleiro de Russas, no Ceará, o que irá possibilitar a titulação dos lotes. Como resultado do esforço despendido para a titulação das glebas nos perímetros, o DNOCS, até o final do exercício de 2004, entregou cerca de 1.100 escrituras. Acrescentou que foi instituída uma Comissão Especial para tratar exclusivamente da regularização fundiária e titulação, posto que a quase totalidade dos perímetros públicos sofrem com esse problema;

d) esclareceu que, apesar dos poucos recursos constantes dos orçamentos de 2003 e 2004 na rubrica Transferência de Gestão, foram recuperados e ampliados 6.000 há até o final de 2004. Informou, também, que:

‘Ao mesmo tempo, cuidamos da reconfiguração do sistema de exploração agrícola do

Perímetro de Várzea do Boi, no Ceará, devido à comprovada insuficiência hídrica e, no Piauí, o Perímetro Lagoas do Piauí, por inviabilidade técnica. No Maranhão, foi dada outra destinação ao Projeto Baixada Ocidental Maranhense, por se tratar de área inadequada para irrigação. No caso do Várzea do Boi, em Tauá, já titulamos todos os lotes como área de sequeiro, enquanto que, no Maranhão, estamos transferindo cerca de 13.000 ha ao Incra para realizar ali um projeto de reforma agrária, dando preferência às famílias que haviam sido, equivocadamente ali assentadas para desenvolver a irrigação. Vale salientar que essa Egrégia Corte de Contas tem conhecimento dessa decisão’

e) o Ministério da Integração Nacional elaborou um amplo diagnóstico dos cerca de 72 perímetros de irrigação existentes, tendo como resultado um forte programa de revitalização e recuperação de áreas ociosas nos citados perímetros, com previsão de serem aplicados, só em 2005, mais de 150 milhões;

f) o referido programa está sendo coordenado pessoalmente pelo Ministro Ciro Gomes que, juntamente com o Secretário Executivo do Ministério, tem visitado os principais perímetros, objetivando envolver no processo os próprios irrigantes e suas organizações; e

g) ressaltou que esse trabalho está sendo realizado em articulação com os Estados participantes da implementação do programa, cabendo-lhes a responsabilidade pela assistência técnica. Na execução do mencionado programa, estão envolvidos, também, os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, além da Casa Civil da Presidência da República, e outras instituições, a saber; Embrapa, Sebrae e Agência Nacional de Águas – ANA.

[esclarecimentos referentes ao item **a** do ofício de diligência]

7. Prestados os esclarecimentos retroreferidos, passamos a tratar do item “a” do ofício de diligência. No que tange a essa questão, o gestor afirmou que na proposta orçamentária para 2005, rubrica Obras, estão alocados recursos para a conclusão de apenas três projetos de irrigação: Jaguaribe-Apodi, com R\$3.400 mil; Baixo Acaraú, com R\$2.287,8 mil; e Tabuleiro de Russas, com R\$7.616,6 mil. Constam do orçamento de 2005, além desses recursos, na rubrica Transferência de Gestão de Perímetros, o valor de R\$27.913,7 mil, somado à importância de R\$32.758,3 mil a ser transferida pelo Ministério da Integração Nacional, a fim de

complementar o referido programa para a recuperação e revitalização dos perímetros do DNOCS, visando à concretização da passagem da gestão dos mesmos aos seus beneficiários através de suas organizações.

8. Com vistas à complementação das informações prestadas, o gestor salientou que um dos maiores problemas que afetam tanto os perímetros irrigados como o sistema de reservatórios do Dnocs diz respeito à forma perdulária como a água vem sendo utilizada. Acrescentou que, numa região de reconhecida escassez hídrica como o semi-árido nordestino, é inaceitável que não se tenha dado a devida atenção ao manejo dos recursos naturais. Com base nesse quadro, o gestor instituiu um Grupo de Trabalho que deu início à implantação de um programa de gestão participativa e compartilhada dos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que foi solicitada a inclusão, na estrutura do Dnocs, de uma Coordenação-Geral de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, com o objetivo de dar caráter formal ao desenvolvimento dessas atividades.

9. O Sr. Diretor Geral do Dnocs juntou aos presentes autos, para maiores esclarecimentos, os seguintes documentos:

a) 2 CDs contendo o resumo do diagnóstico dos vários perímetros irrigados, elaborado pela equipe constituída pelo Ministério da Integração Nacional (fls. 88, vol. principal);

b) Orçamento do Dnocs para 2005 (fls. 89/96, vol. principal);

c) Relatório da primeira Oficina de Trabalho, realizada em abril de 2003 (fls. 97/177, vol. principal);

d) Cópia do convênio celebrado com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CEN-TEC (fls. 178/1 86, vol. principal);

e) Resumo das ações de titulação de lotes (fls. 187/188, vol. principal); e

f) Plano de Ação com as respectivas fichas dos investimentos a serem realizados em 2005 para a recuperação e revitalização dos perímetros do Dnocs, dentro do Programa de Transferência de Gestão (fls. 189/200 – vol. principal e 201/212 – vol. 1).

10. Analisando os esclarecimentos apresentados pelo Dnocs, entendemos que os mesmos atendem plenamente a diligência realizada por esta Secex/CE e, portanto, devem ser aceitos.

Salientamos que o objeto da aludida diligência relaciona-se aos itens **c** e **d** da Decisão nº 321/2000 - TCU – 2ª Câmara, às fls. 26/27, vol. principal, os quais consideramos cumpridos.

11. No tocante aos itens “a” e “b” da supracitada Decisão, ressaltamos que o DNOCS vem buscando, sistematicamente, cumprir tais determinações, conforme foi explanado na instrução de fls. 72/75, vol. principal.

Proposta de Encaminhamento

Dessa forma, com base em todo o exposto, propomos:

I) comunicar à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, em atendimento ao Ofício nº OF/CFC/Nº 79/2004, de 17/11/2004, inerente à Decisão TCU nº 321/2000-2ª Câmara, que o Dnocs vem buscando, sistematicamente, cumprir as determinações contidas na Decisão nº 321/2000 – TCU – 2ª Câmara;

II) dar conhecimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e ao Ministério da Integração Nacional do inteiro teor do presente processo, bem como da decisão a ser prolatada, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam.”

7. Os dirigentes da unidade técnica manifestaram-se de acordo com a proposta de encaminhamento da analista.

É o relatório

Voto

Preliminarmente, registro atuar neste autos com fundamento no art. 27 da Resolução TCU nº 175/2005, tendo em vista haver sido designado, por meio da Portaria TCU nº 113, de 18-5-2005, para exercer as funções de Ministro, em virtude da aposentadoria do Ministro Humberto Guimarães Souto.

2. Nos termos do inciso II do art. 1º do art. 231 e do inciso III do art. 232 do Regimento Interno desta Corte, o Tribunal apreciará, em caráter de urgência, as solicitações de auditoria que lhe forem endereçadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou pelas respectivas Comissões, sendo competente para solicitar a realização de auditorias e inspeções os presidentes de Comissões do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

3. Verifico, pois, que o requerimento sob exame, encaminhado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, atende a todos os requisitos regimentais deste Tribunal, devendo, portanto, ser conhecido de modo a ser atendida a solicitação.

4. A Comissão demanda informações acerca do cumprimento das quatro recomendações efetuadas pelo Tribunal ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, por meio da Decisão nº 321/2000 – 2ª Câmara, bem como que seja feita reavaliação dos

resultados dos programas de irrigação, sendo oferecidas, se possível, sugestões ao aprimoramento da proposta da execução orçamentária da autarquia.

5. A primeira recomendação foi para que o Dnocs agisse com maior rigor no acompanhamento das execuções dos programas de irrigação, especialmente quanto à capacitação dos agricultores, à assistência técnica, ao acesso ao crédito rural e à regularização fundiária. Após informar que, no exercício de 2003, dos 82 mil hectares de irrigação implantados, somente 26 mil estavam em operação, a autarquia informa que adotou, à época, diversas providências para diagnosticar as causas da pouca efetividade dos programas de irrigação (fls. 41/48 e 97/186, todas do v.p.). De posse desses dados, o Dnocs informa que foram, e estão sendo, adotadas diversas medidas para a revitalização dos perímetros irrigados, incluídas aquelas constantes da recomendação em comento (fls. 189/200, v.p., e 201/212, vol. 1).

6. A segunda recomendação versou sobre a promoção de medidas que assegurem a participação permanente dos pequenos agricultores nos projetos de irrigação. A respeito, informou a autarquia estarem sendo estimuladas as associações dos pequenos irrigantes com empresas que venham a desempenhar o papel de “âncoras”, o que incorporará novas tecnologias aos empreendimentos e propiciará ganhos de escala para a produção e comercialização dos produtos agrícolas. Um exemplo desse estímulo seria a previsão de que os Conselhos de Administração dos Distritos de Irrigação sejam compostos de forma paritária por representantes dos pequenos produtores e das empresas.

7. A terceira recomendação versa acerca da proposta orçamentária do Dnocs, no sentido de que ela contenha indicativo das obras prioritárias e os respectivos limites mínimos para sua execução, de forma a evitar a paralisação de obras em situações que comprometam os investimentos já realizados. Dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a recomendação foi somente parcialmente cumprida, pois não há indicativos de que tenham sido estabelecidos os referidos limites mínimos de realização das obras, com o intuito de orientar a execução orçamentária.

8. A quarta recomendação refere-se à proposta de maior integração entre as diversas pastas ministeriais envolvidas na área, havendo a autarquia informado que os trabalhos de recuperação dos perímetros públicos de irrigação estão sendo desenvolvidos com a participação dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, além da Casa Civil da Presidência da República e outras instituições – Embrapa, Sebrae e Agência Nacional de Águas (fls. 86/87, v.p.).

9. Feitas essas considerações, é de se constatar que, na linha adotada nos pareceres precedentes, estão, de modo geral, sendo adotadas as recomendações efetuadas pelo Tribunal no bojo da Decisão nº 321/2000-2ª Câmara. Entretanto, não há nos autos notícias conclusivas acerca da efetividade dessas medidas, ou seja, não se sabe com qual intensidade e em que abrangência as medidas estão propiciando que os perímetros irrigados atinjam as finalidades sociais e econômicas a que se destinam. Por outro lado, a Comissão do Senado Federal também solicita desta Corte sugestões para aprimoramento da execução da proposta orçamentária do DNOCS, bem como uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação. Assim, por demandarem essas questões mii exame mais aprofundado das matérias aqui tratadas, julgo pertinente a inclusão de levantamento de auditoria no Plano de Fiscalização de 2005, segundo semestre, de forma a ser atendida plenamente a presente Solicitação do Congresso Nacional.

10. Diante do exposto, acolhendo em essência os pareceres precedentes, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, 24 de agosto de 2005.

– **Marcos Bemquerer Costa**, Relator.

PARECERES NºS 257 E 258, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 21, de 2005 (nº 6.537/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre de exercício de 2005; e sobre os Avisos nºs 30 e 40, de 2005 (nºs 6.537 e 7.147/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatórios de Atividades referentes, respectivamente aos 2º e 3º trimestres de 2005.

PARECER Nº 257, DE 2006

Relator: Senador **Nezinho Alencar**

Nos termos do art. 71, § 4º, da Constituição da República, o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Senhor Adylson Motta, encaminha ao Congresso Nacional relatório de atividades daquele órgão fiscalizador, referente ao primeiro trimestre do exercício do ano corrente.

No Senado Federal, a matéria foi encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, mediante o Aviso nº 21, de 2005.

Os Ministros do TCU têm a incumbência constitucional de auxiliar o Poder Legislativo Federal, sendo o Tribunal responsável por todo o rol de competências arroladas nos arts. 71 a 74, da Constituição, inclusive a apreciação das contas anuais do presidente da República, a realização de inspeções e auditorias, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, a apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão brasileiro, partido político, associação ou sindicato, sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais, dentre várias outras incumbências legais, descritas, amiúde, na Constituição Federal e na norma infraconstitucional, tudo com vistas a resguardar amoralidade e a legalidade na aplicação dos recursos públicos federais, inclusive nos pouco mais de 5.500 municípios brasileiros.

O relatório indica que, ao longo do primeiro trimestre de 2005, 1.204 processos relativos a matérias de controle externo foram autuados pelo órgão, além dos 15.060 atos de pessoal.

No período, foram julgados, em definitivo, pelo TCU, 540 processos de contas, envolvendo 2.352 responsáveis. Do total, 32% se revelaram completamente regulares, 53%, “regulares com ressalva” e 15% não estavam de acordo com os ditames da legislação brasileira.

O TCU esclarece que 204 dos 540 processos de contas julgados conclusivamente no trimestre foram reputados irregulares, o que resultou na condenação de 268 responsáveis ao pagamento de pouco mais de 65 milhões de reais, em multas e ressarcimento de débitos à União. Em outros 17 processos de fiscalização, denúncia ou representação, um total de cento e vinte nove mil reais foi aplicado, a título de multas, a 29 responsáveis pela prática de irregularidades.

De todo o auditamento realizado pelo TCU, no primeiro trimestre de 2005, as cópias de 147 processos, envolvendo 191 responsáveis, foram remetidas ao Ministério Público da União, para o aprofundamento das investigações.

Outra relevante incumbência do Tribunal de Contas diz respeito à prestação de informações a diversos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do próprio Ministério Público. Nos três primeiros meses de 2005, 213 pedidos de informação foram atendidos, além de outras 17 solicitações de convocação de servidores, por diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

No período, 176 fiscalizações dos mais diversos tipos – acompanhamentos, auditorias monitoramentos, inspeções e levantamentos – foram levadas adiante, sendo que 36, a pedido do Congresso Nacional, e as outras 140, por iniciativa do próprio TCU.

O Tribunal também examina a efetividade da ação estatal na implementação de programas de governo, ao

acompanhar, fiscalizar e avaliar os programas de desestatização, bem como a atuação das agências reguladoras. Outra incumbência fundamental do TCU consiste em efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos constitucionais, de acordo com o parágrafo único, do art. 161, da Constituição Federal, além da fiscalização da entrega das parcelas aos entes federativos.

No que tange ao seu relacionamento com o Congresso Nacional, ao TCU incumbe atender solicitações de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas para auxílio à elaboração da lei orçamentária anual, a cessão de servidores e a apreciação e a emissão de pareceres sobre as contas do governo federal.

Durante o primeiro trimestre, foram 10 os processos autuados, de interesse do Congresso Nacional, mediante solicitação da Câmara e do Senado. Ao final do trimestre, 90 processos de interesse das duas casas congressuais tramitavam no TCU.

No que diz respeito às atividades administrativas, o TCU aprovou, no primeiro trimestre, o seu Plano de Diretrizes, com os marcos que pautarão suas ações nos próximos dois exercícios, tendo fixado a meta de aprimorar a tempestividade e a qualidade no atendimento das demandas do Congresso Nacional. O Plano visa, igualmente, a melhoria na gestão de pessoas da entidade e o incremento da racionalização dos seus custos administrativos, pela diminuição de gastos com passagens para os servidores e contratação, a melhores preços, de serviços e compra de materiais, bem como a economia no consumo de água e energia.

Em sua relação com a sociedade brasileira, o Tribunal de Contas pretende fortalecer parcerias e redes de informação, divulgar ações de controle e interagir com os cidadãos em geral, inclusive por uma maior aproximação com o Congresso Nacional. Nesse sentido, conta com uma Ouvidoria, disponível para a oitiva de críticas e de sugestões de aprimoramento dos seus serviços.

O TCU mantém diversos acordos de cooperação técnica e treinamento de servidores, com vários órgãos governamentais, tendo passado, no trimestre, a integrar a Rede Pública de Fiscalização do programa Bolsa Família e a Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal. O TCU também participa da formação de gestores públicos nos Estados, e realizará, ao longo do ano, 31 eventos de Diálogo Público, abordando relevantes temas, como “licitações e contratos” e “Lei de Responsabilidade Fiscal”, em todas as unidades federativas. Os seminários terão como público preferencial os prefeitos recém-eleitos.

Além de integrar importantes organismos multilaterais de fiscalização, como a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosal) e a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o Tribunal de Contas da União tem promovido ampla divulgação institucional de suas ações, por meio de diversos mecanismos, inclusive pelo seu portal na internet.

A divulgação intensiva de suas atividades nos parece de suma importância para dar maior relevo às atividades do Tribunal de Contas da União, órgão do Estado

que tem se consagrado ao aperfeiçoamento da auditoria isenta, com vistas a aumentar a eficiência dos esforços do Estado na resolução dos problemas brasileiros, evitando, pela ação ininterrupta dos seus quadros, altamente qualificados, o desperdício dos recursos do erário.

Pelo exposto, entendemos que o esclarecedor Relatório Trimestral das Atividades do Tribunal de Contas da União deve ser trazido ao conhecimento dos membros desta comissão e dos demais senadores, e arquivado.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005. – **Nezinho Alencar**, Relator.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 21 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (Sen. Eloy Romão - PFL)	
RELATOR: <i>Nezinho Alencar</i> (Sen. Nezinho Alencar)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
TERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL <i>Jorge</i>
JONAS PINHEIRO – PFL	3-ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB <i>Flexa</i>	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>	4-AMIR LANDO
EOMAR QUINTANILHA <i>Eomar</i>	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT <i>Ana Julia</i>	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT <i>Siba Machado</i>	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT <i>Serys</i>	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 258, DE 2006

Relator: Senador **João Ribeiro**

Retoma a esta Comissão o Aviso (AVS) nº 21, de 2005, que teve a ele juntados os Avisos nº 30 e 40, de 2005, que encaminham ao Senado Federal os Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referentes, respectivamente, ao 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2005.

Cumpra recordar que, na reunião de 16 de agosto de 2005, a Comissão aprovou Relatório, apresentado pelo ilustre Senador Nezinho Alencar, sobre o Aviso nº 21, de 2005, que encaminha o Relatório de Atividades do TCU referente ao 1º trimestre de 2005, com conclusão pelo conhecimento da matéria e remessa ao Arquivo.

Ocorre que, posteriormente, foram recebidos os Avisos nºs 30 (nº 6.537, na origem), de 31 de agosto de 2005, e 40 (nº 7.147, na origem), de 29 de novembro de 2005, que encaminham, respectivamente, os Relatórios de Atividades do Tribunal relativos aos 2º e 3º trimestre de 2005. Ambos os Avisos foram juntados ao processado do Aviso nº 21, de 2005, por despacho do Presidente do Senado Federal, que também os remeteu ao exame desta Comissão.

Desse modo, já tendo sido apreciado, nesta Comissão, o Aviso nº 21, de 2005, com o Relatório referente ao 1º trimestre, cabe-nos apreciar, nesta oportunidade, os Avisos nº 30 e 40, que contém os Relatórios de Atividades do 2º e 3º trimestre de 2005.

Com relação ao Relatório de Atividades do TCU relativo ao 2º trimestre de 2005, objeto do Aviso nº 30, de 2005, o Presidente do Tribunal, na Apresentação do documento, destaca a apreciação das contas do Governo da República, que não se atém à verificação dos balanços apresentados, da execução orçamentária, das questões contábeis e à investigação de irregularidades, mas aprofunda-se na formulação de amplo diagnóstico do desempenho econômico e social do País. Na seqüência, como resumo das atividades da Corte de Contas no período, o Relatório apresenta:

- apreciação conclusiva de 1.408 processos de controle externo;
- julgamento de 12.995 atos referentes a admissão de pessoal ou a concessão de aposentadorias, reformas e pensões, dos quais

425 tiveram registro negado em razão de ilegalidades verificadas;

- julgamento pela irregularidade de 238 processos de contas, equivalente a 40% do total de processos dessa natureza julgados de forma conclusiva no período;

- condenação de 388 responsáveis ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, no montante de aproximadamente R\$118 milhões;

- início de 440 fiscalizações, sendo 211 em atendimento ao Congresso Nacional;

- remessa de cópia de 173 processos ao Ministério Público da União, para fins de ajuizamento de ações cíveis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário, desfalque ou desvio de recurso;

- apreciação de 25 processos de interesse do Congresso Nacional;

- decretação da inabilitação de 6 responsáveis, por período de 5 anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração pública federal;

- declaração de inidoneidade de 3 empresas para participarem de licitações, no âmbito da Administração pública federal, por prazos que variam de 1 a 5 anos, em razão de procedimentos irregulares;

- adoção de 9 medidas cautelares com o intuito de evitar potencial lesão ao erário;

- continuidade de ciclo de seminários com prefeitos municipais, compreendendo 28 eventos em todos os Estados, destinados a orientar os gestores municipais, grande parte deles em primeiro mandato, sobre assuntos essenciais de administração pública;

- apuração de 439 denúncias ou representações.

No Relatório de Atividades do TCU relativo ao 3º trimestre de 2005, objeto do Aviso nº 40, de 2005, o Presidente do Tribunal destaca duas importantes ações empreendidas no período: a entrega do relatório consolidado dos trabalhos de fiscalização em obras públicas federais e a continuidade da atuação da força tarefa, com mais de 100 técnicos, incumbida

de investigar as denúncias apresentadas nas Comissões Parlamentares de Inquérito então em andamento. Em seguida, o Relatório sintetiza como principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no período:

- apreciação conclusiva de 2.254 processos de controle externo;
- julgamento de 28.669 atos referentes a admissão de pessoal ou concessão de aposentadorias, reformas e pensões, dos quais 813 tiveram registro negado em razão de ilegalidades verificadas;
 - julgamento pela irregularidade de 298 processos de contas, equivalente a 22% do total de processos dessa natureza julgados de forma conclusiva no período;
 - condenação de 518 responsáveis ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, em montante superior a R\$86 milhões;
 - início de 201 fiscalizações, sendo 11 em atendimento ao Congresso Nacional;
 - remessa de cópia de 220 processos ao Ministério Público da União, para fins de ajuizamento de ações cíveis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário, desfalque ou desvio de recurso;
 - adoção de 37 medidas cautelares com o intuito de evitar potencial lesão ao erário;
 - realização de 37 eventos de treinamento de conselheiros de alimentação escolar em cinco estados da Federação;
 - apuração de 427 denúncias ou representações;
 - apreciação do processo de privatização do Banco do Estado do Ceará – BEC, cujo valor superou em R\$300 milhões a avaliação anteriormente realizada;
 - determinações à Anatel para que avalie a situação dos contratos de concessão de te-

lefoneia fixa, com vistas a preservar o equilíbrio econômico-financeiro;

- promoção da Conferência Internacional da Desestatização;
- redução de R\$500 milhões no valor das obras das BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco, em decorrência da atuação tempestiva do TCU.

Com a remessa dos Avisos ora sob exame, o Tribunal de Contas da União cumpre disposição constitucional, assentada no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, segundo o qual o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestralmente, relatório de suas atividades.

No caso, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas nos referidos Relatórios e, se entender que não há algo que mereça exame ou providências por outro órgão da Casa, encaminhar a matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa (art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal).

Em razão da natureza dos documentos examinados, e não havendo qualquer reparo a fazer em relação à matéria, entendemos não se fazer necessária qualquer providência adicional por parte desta Comissão, razão pela qual sugerimos o arquivamento dos referidos Avisos, encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



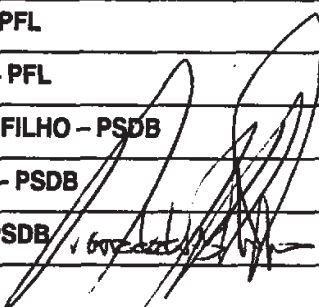
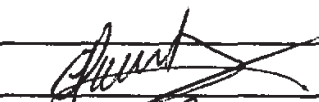

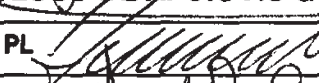

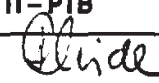

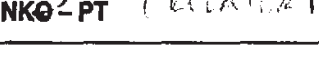
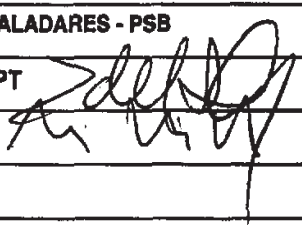
Em face do exposto, e considerando que este Colegiado já aprovou Parecer pelo arquivamento do Aviso nº 21, de 2005 (Relatório de Atividades do TCU no 1º trimestre de 2005), concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e conseqüente arquivamento dos Avisos nº 30 e 40, de 2005 (Relatórios de Atividades do TCU nos 2º e 3º trimestres de 2005).

Sala da Comissão, 7 de março de 2006. – **João Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 021 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/03 12006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN JOÃO RIBEIRO)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB 	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO 	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP 	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL 	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT 	2-FÁTIMA CLEIDE - PT 
SIBÁ MACHADO - PT 	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL 	4-IDELI SALVATTI - PT 
SERYS SLHESARENKO - PT (RELATOR)	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 259, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício nº S/3, de 2006 (nº 1.783/2005, na origem), da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, tendo como reclamante a Srª Joana Joaquina de Almeida Rosa e reclamado Taylor's Ltda., sobre o não recolhimento de contribuições previdenciárias durante o período de vigência de relação empregatícia, bem como da decisão proferida pelo Juízo da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que extinguiu o Processo sem julgamento de mérito por não ter a Justiça do Trabalho competência para exigir os comprovantes previdenciários, bem como para aplicar multa pelo seu descumprimento.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, passamos a relatar o Ofício nº 01783/05, referente ao Processo nº 00987-2005-112-03-00-7.

Informam os documentos anexados ao ofício em epígrafe que a Srª Joana Joaquina de Almeida Rosa, tendo trabalhado numa determinada empresa, de 1º-8-1972 a 25-5-1975, ajuizou ação trabalhista para que o empregador comprovasse os recolhimentos previdenciários de todo seu contrato de trabalho, com vistas a obter aposentadoria junto ao INSS. Segundo a ex-empregada, como o empregador não efetuou os recolhimentos das contribuições previdenciárias, ela estaria impossibilitada de obter sua aposentadoria, conforme comunicação do INSS.

De acordo com o Senhor Juiz do Trabalho Substituto, André Luiz Gonçalves Coimbra, do exame da Carteira de Trabalho e Previdência Social, constatou-se anotação de seu contrato, bem como a da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Entendeu, corretamente, o magistrado que a pretensão da reclamante, de fazer a Justiça do Trabalho determinar os recolhimentos previdenciários sobre os salários que foram pagos, não poderia, naquela instância, ser atendida, por dois motivos:

1º) o art. 114 da Constituição Federal dá competência à justiça trabalhista para executar as contribuições sociais somente se forem sobre as verbas decorrentes de suas decisões; e

2º) cabe, somente ao INSS, a cobrança das contribuições em juízo.

Acrescente-se ainda o fato que a obrigatoriedade dos recolhimentos previdenciários referidos no

processo já tinha ultrapassado trinta anos, estando, portanto, prescrita.

Finalmente, o Senhor Juiz do Trabalho Substituto, afligido pela situação da Srª Joana e de tantos outros casos com que se deparou, solicita providências desta Casa no sentido de alterar a legislação em vigor, se for o caso, pois, segundo ele, ao se referir ao art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, o descumprimento, pelo empregador, deve, necessariamente, ensejar fiscalização do INSS (§ 11) com a aplicação da multa administrativa prevista no § 4º bem como a cobrança do tributo perante a Justiça Federal Comum. Jamais a obrigação poderia ser transferida à ex-empregada. Evidente, então, que a autarquia está invertendo as coisas, e se omitindo nos seus deveres funcionais, jogando nas costas do segurado e da Justiça do Trabalho a responsabilidade pela cobrança do tributo eventualmente sonogado.

De acordo com o Comunicado de Decisão, expedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), temos que o pedido de aposentadoria por idade requerida pela Srª Joana Joaquina de Almeida Rosa, em 10-2-2004, não foi deferido e, conseqüentemente, não se reconheceu o direito ao benefício, uma vez que foram comprovadas apenas 126 das 138 contribuições exigidas no ano de 2004, conforme tabela constante do art. 142 da Lei nº 8.213, de 1991. Inexiste, todavia, menção no citado comunicado que as 12 contribuições que faltam sejam decorrentes do não recolhimento do tributo, ou do não reconhecimento do tempo de serviço relativo aos anos de 1972 a 1975.

Daí decorre não termos certeza se, por algum motivo, as contribuições relativas aos anos de 1972 a 1975 foram consideradas ou não no cômputo de cumprimento do período de carência para recebimento de benefício. Tampouco podemos supor se mesmo que computadas a Srª Joana teria cumprido o período de carência do tempo de contribuição.

De qualquer forma, é importante observar que, embora a contribuição seja indispensável para a percepção do benefício da aposentadoria, conforme disposto nos arts. 40 e 201 da Constituição Federal, uma vez que sem a sua contribuição a pessoa não é considerada vinculada ao regime previdenciário, a lei de custeio transferiu a responsabilidade tributária do recolhimento pra o empregador. Assim, não compete ao segurado comprovar o seu efetivo pagamento, eis que o desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadou em desacordo com o disposto nesta lei (art. 33, § 5º da Lei nº 8.212, de 1991).

É certo que o período de carência do segurado começa a contar somente a partir de sua filiação ao Regime Geral da Previdência Social. Com efeito, ainda que fossem vertidas as contribuições sem que tenha ocorrido a devida filiação, elas não gerariam para a pessoa não segurada qualquer direito previdenciário. As contribuições nessa condição são absolutamente irrelevantes e não geram direito a qualquer benefício, restando apenas a possibilidade de receber de volta as contribuições indevidamente recolhidas, respeitados os prazos decadenciais e prescricionais da legislação tributária.

Vale lembrar, todavia, que o empregado com vínculo empregatício passa a ser enquadrado na categoria de segurado obrigatório e, conseqüentemente, sua filiação é automática, uma vez que esta independe da vontade do segurado, mas decorre da própria lei, ainda que o empregador não tenha recolhido as contribuições, ou efetivado sua inscrição junto ao INSS.

Em verdade, essa inscrição é ato de mera regularização do segurado perante a Previdência Social e não é exigida para o cômputo do período de carência. É o que estabelece o art. 27 da Lei nº 8.213, de 1991:

Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I – referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos I e VI do art. 11;

.....

Assim, uma vez comprovado que a Sr^a Joana trabalhou como empregada no estabelecimento referido no Processo nº 00987-2005-112-03-00-7, nos anos de 1972 a 1975, ainda que inexistente sua inscrição e o recolhimento das contribuições relativas ao período, junto ao INSS, ela faz jus àquele tempo, para efeito de cômputo do período de carência para recebimento de benefício da Previdência Social.

Finalmente, quanto à sugestão do Senhor Juiz do Trabalho Substituto de alterar a legislação previdenciária, entendemos que a ineficiência da fiscalização do INSS e a conseqüente sonegação das contribuições a ele devidas se deve mais à falta de pessoal do que às imperfeições que qualquer legislação comporta. Não é demais enfatizar que, segundo alguns especialistas do assunto, a fiscalização de uma mesma empresa, tendo em vista o escasso contingente do corpo de fiscais, só é realizada, estatisticamente, uma vez a cada vinte anos.

Vale ressaltar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), há fortes indícios de sonegação fiscal em 29,5% das empresas pesquisadas neste ano, diante de 27,5%, no levantamento realizado em 2002. Constatou-se, portanto, um aumento de cerca de 7% no índice de sonegação, prá-

tica esta liderada pelo setor de comércio. Entre 2002 e 2004, o percentual de empresas comerciais, com indícios de fraude fiscal, passou de 29% para 31%, e, nas indústrias, de 26% para 27%.

Exceção à regra foi o setor de serviços que registrou um recuo na sonegação: 26% para 22% das empresas pesquisadas. A redução se explica, segundo o IBPT, pela decisão do governo federal de determinar, a partir de fevereiro de 2004, a retenção na fonte das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS), para o financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devidas por empresas e bancos. O recolhimento na fonte, feito pela empresa que contrata a prestação do serviço, reduz as chances de sonegação, assim como ocorre com o pagamento antecipado do Imposto de Renda sobre os salários.

O IBPT analisou, ainda, os níveis de sonegação por tipo de imposto, numa avaliação que coloca a Previdência na liderança absoluta, em termos proporcionais. Quase 30% das empresas deixaram de recolher ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a contribuição descontada de seus empregados. Nesse segmento, houve um aumento de 40% no percentual de sonegadores, em comparação com 2002, quando o Instituto havia observado indícios de desvios em 21% das empresas.

A partir da segunda quinzena de agosto do corrente, o Governo vem fiscalizando empresas e pessoas físicas de maneira integrada, analisando o recolhimento tanto de impostos federais quanto da contribuição previdenciária. Com a criação da Super-Receita, os fiscais tributários e previdenciários passaram a trabalhar de modo integrado no combate à sonegação, embora as legislações de regência ainda sejam diferentes.

Com o surgimento do novo órgão, resultado da fusão entre a Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária, o objetivo do governo é racionalizar e facilitar as ações fiscais.

Entendemos, pois, que a nova sistemática de fiscalização integrada pode trazer melhores resultados no âmbito da fiscalização das empresas. Assim, não caberia, no momento, propor alterações na legislação vigente, tendo em vista as recentes mudanças promovidas pelo Poder Executivo. Ademais disso, a normatização das ações de fiscalização deve ficar mais restrita à iniciativa do chefe do órgão responsável, principalmente por meio de diplomas infra-legais, que lhe conferem maior agilidade no trato da fiscalização e por constituírem atos típicos dos órgãos executivos.

À vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre o Ofício nº 01783/03, sendo a recomendação deste subscritor, a de arquivamento.

Sala da Comissão, – Senador Marcelo Crivella, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO JUDICIAL Nº 01783, DE 2005	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: <i>Sen. MARCELO CRIVELA</i>	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL <i>Marco Maciel</i>	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
(VAGO)	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL. <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL. <i>Rodolpho Tourinho</i>	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. <i>Eduardo Azeredo</i>
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- RAPALÉO PAES - PSDB
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB. <i>Reginaldo Duarte</i>	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) <i>Patrícia Saboya</i>	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
FDT TITULARES	FDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- CRISTÓVAM BUARQUE

Atualizado em 10.11.2005

PARECER Nº 260, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o ofício nº 1.410, de 2005, da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte anexado ao Ofício S/3, de 2006, referente ao Processo nº 295-2005-112-03-00-9, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Transglória Ltda.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I - Relatório

Recebemos para análise, cópia de processo trabalhista que tramitou na 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte tendo como reclamante o Sr. Jair Artur Afonso e reclamada a empresa Transglória Ltda. Demandou o litigante pela comprovação dos recolhimentos previdenciários referentes ao período de contratação de trabalho entre as partes.

A cópia do processado foi encaminhada ao Senado Federal, por ordem do Juiz André Luiz Gonçalves Coim-

bra, que entendeu possível a necessidade de mudanças na legislação para que o INSS – Instituto Nacional de Seguro Social assumira a fiscalização das empresas e não exija do empregado prova de um recolhimento de contribuição que não é da responsabilidade dele.

II – Análise

Em nosso entendimento, como bem ilustra a sentença do ilustre magistrado, a legislação já contempla a responsabilidade da Previdência Social pela fiscalização das empresas. Desnecessário repetir aqui os artigos da Lei nº 8.212, de 1991, que fixam as obrigações empresariais. Ademais, como comprovam os autos, o empregado possui carteira de trabalho assinada e houve recolhimento do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, referente ao período de contratação.

O direito do reclamante à contagem do tempo está, portanto, comprovado e não vislumbramos razões para

a negativa do órgão previdenciário. Não é razoável, no entanto, a elaboração de uma proposição que obrigue um órgão público a cumprir com suas obrigações legais.

Sendo assim, entendemos que a competência para decidir o litígio é da Justiça Federal. A Justiça do Trabalho, à qual recorreu o reclamante, não é competente para decidir sobre o tema. No caso, o Sr. Jair Artur Afonso deve mover ação contra o INSS, pleiteando o reconhecimento do tempo de serviço e a concessão do benefício da aposentadoria.

III – Voto

Lamentando a ocorrência da injustiça relatada, opinamos pelo arquivamento do processado, eis que não se trata, no caso, de elaboração de nova proposição legislativa, já que a legislação vigente contempla o direito pleiteado.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO JUDICIAL Nº 1410, DE 2005	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/03/2006. OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- PAPALÉO PAES – PSDB
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
(VAGO)	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUP LICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

PARECER Nº 261, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre Diversos nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com posição em 31 de dezembro de 1996.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

Relator **ad hoc**: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Processo Diversos nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle, às Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste S.A. (BNB), com posição em 31 de dezembro de 1996.

O Ofício nº 492/97, do Banco do Nordeste do Brasil, que encaminhou as Demonstrações Contábeis, foi recebido em 13 de maio de 1997 e encaminhado, na mesma data, à Comissão de Fiscalização e Controle.

Em 25 de janeiro de 1999, o processo foi devolvido em atendimento ao disposto nos artigos 332 e 333 do Regimento Interno.

Em 26 de fevereiro de 1999, o processo retomou à Comissão de Fiscalização e Controle em razão da inaplicabilidade dos arts. 332 e 333 do RISF.

Em 18 de março de 1999, foi distribuído ao Senador Hugo Napoleão para relatar. O relator devolveu o processo, em 25 de novembro de 1999, com minuta de parecer, ficando a matéria em condições de ser incluída na pauta de reunião da Comissão.

Em 30 de abril de 2001, a matéria foi redistribuída em razão de o relator não mais pertencer aos quadros desta Comissão.

Em 24 de maio de 2005, a matéria foi distribuída para este relator.

II – Análise

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea **c**, da Constituição Federal, e instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), em seu art. 20, § 4º, determina que o balanço dos Fundos, devidamente auditado, seja encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle, pelos bancos administradores respectivos.

Conforme a Lei nº 7.827/1989, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento.

O art. 159, inciso I, alínea **c**, da Constituição Federal e o art. 2º, § 2º, da citada lei, estabelecem que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste destine metade dos recursos ingressados a atividades econômicas do semi-árido. A Lei nº 7.827/1989 também enumera as diretrizes para formulação dos programas de financiamento dos Fundos, entre as quais, se destacam o tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas e a preservação do meio ambiente.

Segundo as informações constantes das Demonstrações Contábeis, no ano de 1996, foram atendidas, no âmbito do FNE, 68.232 propostas de financiamento, com a alocação de R\$865 milhões. Deste montante, 81% foram alocados ao setor rural, com 58.645 operações, 17%, ao setor industrial e 3% à agroindústria.

Os empreendimentos de pequeno porte representaram 99% das operações contratadas e 83% dos valores alocados. A zona semi-árida recebeu 53% dos financiamentos, destinação que respeita os preceitos constitucionais e legais.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento de atividades ambientais produtivas e a conservação e controle do meio ambiente, a programação do FNE para 1997 incluiu o Programa de Financiamento à Conservação do Meio Ambiente (FNE Verde).

Os recursos do FNE também foram aplicados em programas especiais, tais como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), em que foram alocados R\$87,0 milhões, o que resultou na criação de 28.450 empregos; o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), voltado para atender a famílias assentadas nos projetos de colonização e reforma agrária, com montante aplicado de R\$81,8 milhões; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ao qual foram destinados R\$50 milhões.

Em relação ao controle e à prestação de contas das aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, cabe destacar que a Lei nº 7.827/1989, com as alterações decorrentes da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, impõe, em seu art. 15, parágrafo único, que os bancos administradores dos Fundos encaminhem ao Ministério da Integração Nacional (MI), até o dia 30 de setembro de cada ano, a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte. Já o art. 20 estabelece que os bancos administradores apresentem, semestralmente, ao MI, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Para efetiva fiscalização e controle dos recursos dos Fundos, o relatório circunstanciado e os programas de financiamento deveriam ser, igualmente, encaminhados ao Congresso Nacional. Com tal fim, tramita o PLS nº 142, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Peres, que prevê o envio, à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, para conhecimento, a proposição de

aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte. Ainda prevê o envio, à mesma Comissão, para efeito de fiscalização e controle, do relatório circunstanciado, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, que deverão ser apreciados na forma e no prazo do seu regimento interno.

III – Voto

Diante do exposto, constatamos que, em regra geral, os administradores do FNE têm cumprido as determinações normativas relativas ao Fundo, especialmente no que se refere à aplicação do percentual mínimo de recursos na região semi-árida e ao trata-

mento preferencial a pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas.

Salientamos, no entanto, a necessidade do envio de informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a fim de que o Congresso Nacional possa exercer efetivo controle das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelos bancos administradores na operação dos Fundos.

Dessa forma, submetemos essas considerações à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que tome conhecimento das Demonstrações Contábeis apresentadas.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: DIV Nº 25 DE 1997

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: "AD HOC" <i>Aelton Freitas</i> (SEN. AELTON FREITAS)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL <i>César Borges</i>	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- ROSEANA SARNEY – PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL <i>Aelton Freitas</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT <i>Ana Júlia Carepa</i>	2-FÁTIMA CLEIDE – PT <i>Fátima Cleide</i>
SIBÁ MACHADO – PT <i>Sibá Machado</i>	3-ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB
JOÃO RIBEIRO – PL <i>João Ribeiro</i>	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT <i>Flávio Arns (sem voto)</i>
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1-OSMAR DIAS

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

PARECER Nº , DE 1999-CFC

Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Processo Diversos nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, alusivo ao segundo semestre de 1996.

Relator: Senador **Hugo Napoleão**

I – Relatório

1.1 – Histórico

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, encaminhou ao Congresso Nacional, mediante o ofício nº 492/97, o Relatório sobre o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, alusivo ao segundo semestre de 1996.

Neste Senado Federal, o referido Relatório foi identificado como Diversos nº 25, de 1997, e enviado à Comissão de Fiscalização e Controle, em 13-5-97.

O Relatório em comento foi-nos encaminhado para análise e parecer em 18-3-99.

1.2 – Análise

Criado pelo art. 159, inciso I, alínea e, da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 7.827/89, o FNE tem como objetivo básico promover o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento do setor produtivo em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional. A administração do Fundo cabe ao Conselho Deliberativo da Sudene e ao BNB.

Com a finalidade de controle das atividades desenvolvidas no âmbito do FNE, a Lei nº 7.827/89 impõe ao BNB a apresentação de relatório semestral, ao Conselho Deliberativo da Sudene, contendo informações circunstanciadas sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. Adicionalmente, o BNB deverá publicar os balanços semestrais do Fundo, devidamente auditados. Esses balanços serão, ainda, enviados ao Congresso Nacional.

De acordo com o Relatório de Atividades e Resultados do FNE, elaborado pelo Banco do Nordeste S.A., no segundo semestre de 1996, o Fundo destinou aos seus programas o montante de R\$387,1 mi-

lhões distribuídos entre 32.994 produtores e empresas. Predominaram os benefícios aos programas rurais, responsáveis por mais de 80% dos financiamentos realizados.

O Fundo visa a um aumento da atividade econômica na região, com vistas a tornar as diversas regiões geográficas do País mais uniformes economicamente. Para alcançar esse objetivo, torna-se necessária a formulação de políticas que distribuam ao máximo pelos diversos Estados os recursos disponibilizados pelo Fundo. Com esse pensamento, o Conselho Deliberativo da Sudene, embora não tenha fixado percentuais para cada Estado (até porque há de se considerar a existência de demanda), recomenda como limite mínimo para cada UF 5% do total do financiado. No decurso do segundo semestre de 1996 todos os Estados da Região alcançaram o percentual mínimo determinado pela Sudene. Registre-se que, em alguns anos essa determinação não foi obedecida para os Estados de menor atividade econômica da Região.

Também relacionado com a distribuição, a Constituição Federal vigente determina a destinação de pelo menos 50% dos recursos do FNE para a região semi-árida. Essa disposição tem sido respeitada durante a existência do Fundo. Para fins de quantificação, as aplicações do FNE no semi-árido, no semestre em análise, atingiram o montante de R\$208,7 milhões, correspondente a 53,9% dos recursos totais contratados.

Por sua vez, consoante o Relatório de Atividades do segundo semestre de 1996, o índice geral de inadimplência do Fundo alcança 3,1% do saldo das aplicações. Por setor, observa-se um elevado nível de inadimplência no setor industrial, que já atinge cerca de 7,3% das aplicações. O setor agroindustrial apresenta, aproximadamente, 4,8% de inadimplência, ao passo que no setor rural há o menor índice, cerca de 1,0%.

O nível geral de inadimplência pode ser decomposto por parte de beneficiário. O mini/pequeno beneficiário tem se mostrado tomador de boa qualidade nesse aspecto, tendo um índice associado de inadimplência de apenas 0,7%. O beneficiário de porte médio apresenta um nível de 4,3%, enquanto o tomador de grande porte é responsável por cerca de 5,4% de inadimplência.

Esse comportamento indica que há um somatório de vantagens na concessão de financiamentos a mini e pequenos produtores e empresas, pois além de serem os que mais necessitam de crédito a um custo aceitável (não têm grande facilidade de acesso a linhas de crédito oferecidas pelo mercado), são os que cum-

prem com seus compromissos com maior pontualidade, mantendo a saúde financeira do Fundo.

Dados contidos no Relatório do Banco do Nordeste S.A. relativo ao segundo semestre de 1996, sugerem que os impactos sociais e econômicos gerados pelas contratações do FNE envolvem aumentos na produção global da economia regional, no nível de emprego e nas importações. No entanto, tendo em vista que as informações existentes sobre os resultados gerados pela aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste limitam-se aos relatórios elaborados pelo BNB e que a metodologia adotada pela citada Instituição Financeira parte da Matriz de Insumo-Produto da Região Nordeste para 1985, a confiabilidade desses dados pode ser questionada. Sabemos, outrossim, que esse foi um período marcado pela dinâmica nas relações sócio-econômicas da Região, com transformações consideráveis na estrutura da sociedade nordestina.

Assim, recomenda-se cautela ao examinar os dados fornecidos pelo BNB. Em outras palavras, possivelmente as estimativas de efeitos sócio-econômicos encontram-se eivadas de alguns vícios metodológicos. De todo modo, são praticamente os únicos elementos existentes para alicerçar qualquer tentativa de avaliação dos resultados obtidos.

Quanto à situação patrimonial do FNE, no transcurso do semestre em tela, o patrimônio líquido do Fundo, a exemplo de períodos anteriores, cresceu ascendendo a R\$3,25 bilhões, representando um aumento percentual de 14,4% em relação ao período anterior. Esse é um dado importante, tendo em vista que a remuneração do banco gestor do Fundo é calculada sobre essa base de cálculo. Como a Lei nº. 9.126/95 elevou de 2% para 3% a alíquota dessa remuneração e o patrimônio líquido cresce ano a ano, o Banco do Nordeste vem auferindo ganhos progressivos. Entretanto, a Medida Provisória nº 1.806/98, já instituiu o limite de remuneração do Banco em 20% dos ingressos anuais do Tesouro para o FNE, garantindo a preservação de um fluxo líquido que proporcionará o crescimento anual das aplicações do Fundo.

Os resultados financeiros do Fundo foram favoráveis, atingindo a cifra positiva de R\$57,7 milhões no segundo semestre de 1996. Esse desempenho contribuiu para o já mencionado acréscimo no patrimônio líquido do FNE.

II – Voto

Diante do exposto, constatamos que, regra geral, os administradores do FNE têm cumprido as determinações normativas aplicáveis ao Fundo, especialmente no que se refere à aplicação do percentual mínimo de recursos na região semi-árida, à priorização do apoio a pequenos e miniprodutores e empresas e à distribuição dos recursos pelas unidades da federação que compõem a Região.

Salientamos, no entanto, a necessidade de mudanças no enfoque do acompanhamento dos recursos repassados ao FNE, a fim de que as ações de controle tornem-se de fato instrumentos valiosos de correção de rumos e otimização da aplicação de recursos públicos. O controle formalístico deve ceder espaço à atuação substantiva.

Dessa forma, submetemos essas considerações à Comissão de Fiscalização e Controle para que tome conhecimento do balanço do Fundo ora apresentado.

Sala das Comissões. – Senador **Hugo Napoleão**, Relator – Senador **Romero Jucá**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

.....
c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

.....
Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regulamento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

.....

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional e do Banco do Brasil S/A., nos termos da lei: (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001).

Parágrafo único. Até o dia 30 de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o caput encaminharão ao Ministério da Integração Nacional a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte. (Incluído pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001).

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001).

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Mensagem de Veto nº 20

Vide texto compilado

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

PARECERES Nºs 262 E 263, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Sudam e Sudene.

PARECER Nº 262, DE 2006

Relator: Senador **Gilberto Goellner**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336, de 2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), extintas, com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

A auditoria detectou as seguintes impropriedades:

a) ausência de acompanhamento dos projetos incentivados após a concessão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI);

b) existência, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, de pendências administrativas com relação a opções aos fundos realizadas por pessoas jurídicas, com mais de dez anos;

c) grande concentração de projetos incentivados em poucos estados e municípios das regiões abrangidas pela Sudam e pela Sudene;

d) tempo excessivo de permanência dos projetos incentivados pelos fundos dentro do sistema até a obtenção do CEI;

e) intempestividade, por parte das autoridades, na liberação dos recursos para os projetos incentivados;

f) excessiva dependência dos funcionários da Sudam encarregados das fiscalizações e auditorias com relação aos empresários detentores de projetos incentivados, quando da realização dos trabalhos de avaliação.

Em vista da preocupação com possíveis danos ao Erário, particularmente, em relação ao alto índice de insucesso dos projetos incentivados, ao prazo médio para implantação dos projetos superior a dez anos e à intempestividade na liberação dos recursos para os projetos incentivados, esta Comissão, aprovou, por intermédio do Parecer nº 413, de 17 de abril de 2002, solicitação ao Tribunal de Contas da União para:

a) realização de levantamento, no prazo de noventa dias, dos projetos financiados pelos fundos Finam e Finor que não obtiveram sucesso, totalizando o montante dos recursos aportados a esses projetos e o montante dos reembolsos, bem assim as providências adotadas pelos gestores desses fundos para garantir o ressarcimento ao Erário, nas hipóteses em que não houve reembolso;

b) fornecimento de informações quanto à efetiva implementação das recomendações listadas na Decisão nº 320, de 2001, no sentido de prevenir eventual ocorrência de danos ao Erário.

Em atendimento à solicitação, o TCU realizou diligência junto à inventariança extrajudicial da extinta Sudene e levantamento de auditoria na inventariança extrajudicial da extinta Sudam.

Relativamente aos projetos financiados pelo Finor, a inventariança extrajudicial da extinta Sudene informou que, dos 653 projetos cancelados, apenas 8% (53) estavam sendo objeto de cobrança judicial por terem sido constatadas irregularidades de natureza mais grave.

Nos outros projetos cancelados, foram constatadas irregularidades de natureza formal ou legal. As 53 empresas acionadas judicialmente para devolução de recursos do Fundo foram beneficiadas com liberações no valor de R\$414,89 milhões.

A inventariança extrajudicial da extinta Sudene forneceu a relação dos projetos cancelados entre 1963 e 2000, que contém, entre outros dados, o motivo do cancelamento, as datas da aprovação e da exclusão do projeto e os valores dos investimentos totais, da participação do Finor e dos recursos liberados.

Também foram fornecidas informações relativas à posição, em 31 de maio de 2002, dos procedimentos administrativos instaurados para investigar desvios de recursos do Finor, com dados a respeito de processos em andamento, procedimentos administrativos que concluíram pela não existência de dano, processos suspensos, processos em fase de cobrança amigável, processos que ensejaram ação de execução fiscal junto à Justiça Federal e processos que deram causa a **notitia criminis** junto ao Ministério Público Federal.

A inventariança extrajudicial registrou que a morosidade na realização dos trabalhos se devia a: falta de recursos financeiros para custeio das despesas com viagens e estadas; escassez de mão-de-obra especializada motivada pela redistribuição de servidores a outros órgãos; falta de recursos materiais; e atraso no atendimento de solicitação de informações por parte da Receita Federal.

Quanto à implementação das recomendações constantes da Decisão nº 320, de 2001, a inventariança informou que estavam sendo tomadas providências necessárias para repasse tempestivo dos recursos contratados e fiscalização nas empresas incentivadas que já receberam o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). A inventariança também afirmou que caberia proposta de avaliação dos resultados dos projetos no processo de liquidação do Finor.

No que diz respeito ao Finam, em razão da baixa confiabilidade das informações prestadas pela inventariança extrajudicial, o TCU procedeu a levantamento de auditoria. A auditoria revelou, entre outros aspectos: liberação de recursos sem a devida verificação de regularidade dos empreendimentos; extrema lentidão na apuração de irregularidades; indefinição do órgão competente para proceder às ações de cobrança; e existência de divergências quanto à metodologia de cálculos de atualização de recursos liberados para projetos cancelados.

A equipe de auditoria concluiu que as recomendações constantes da Decisão TCU nº 320, de 2001, não vêm sendo atendidas em sua totalidade devido, em grande parte, à precária estrutura operacional e orçamentária da inventariança da extinta Sudam.

Os Ministros do TCU, por intermédio do Acórdão nº 1.838/2003-TCU – Plenário, determinaram ao Ministério da Integração Nacional, entre outras providências, que adote medidas com vistas a reconstituir os bancos de dados do Finam, bem como a dotar a Comissão Permanente de Apuração da inventariança dos meios necessários para o exercício de suas funções, em especial quanto ao cancelamento de projetos e recuperação de recursos indevidamente aplicados.

O Tribunal ainda recomendou à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria da Receita Federal e ao Ministério da Integração Nacional que, em conjunto, definam a competência para cobrança administrativa de incentivos do Finam e a metodologia de cálculo a ser adotada para atualização dos valores de incentivos fiscais a serem restituídos.

II – Análise

As Medidas Provisórias nºs 2.156-5 e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, que extinguíram, respectivamente, as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, foram motivadas por denúncias de irregularidades na concessão de incentivos dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste, Finam e Finor.

Tendo em vista a motivação da extinção das superintendências de desenvolvimento e dos sistemas Finam e Finor, poder-se-ia esperar que fossem tomadas medidas concretas para averiguação das denúncias de irregularidades cometidas por empresas beneficiárias e ressarcimento dos débitos ao Erário decorrentes de fraudes na aplicação dos recursos. No entanto, as informações a respeito da atuação das inventarianças extrajudiciais das extintas Sudam e Sudene revelaram a precariedade de suas estruturas. A respeito da situação encontrada, a Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Pernambuco se pronunciou da seguinte forma:

“A grande causa que levou à extinção da Sudene e da Sudam foram as irregularidades e desvios de recursos dos fundos. No entanto, o Poder Executivo, contraditoriamente, extinguiu as referidas entidades e não vem disponibilizando recursos financeiros, de pessoal e material para efetiva apuração das irregularidades e punição dos responsáveis. A total desagregação administrativa que testemunhamos conduz à impunidade dos infratores e não à moralidade administrativa, que foi o móbil para a extinção da Sudene.”

Nas duas inventarianças extrajudiciais, os procedimentos administrativos para apuração das irregularidades e recuperação de débitos estavam sendo realizados de forma extremamente lenta em função da insuficiência de recursos humanos e materiais. A situação constatada na inventariança extrajudicial da Sudam é mais grave, em razão de divergências quanto à competência para a cobrança administrativa de débitos e às metodologias de atualização de valores. Tais divergências estavam implicando a paralisação dos processos de cancelamento e a possibilidade de nulidades e prescrição das ações de cobrança.

As informações prestadas pelo TCU dão conta de que persistem os riscos de danos ao Erário em decorrência da quantidade de projetos passíveis de cancelamento e da lentidão dos procedimentos administrativos para apuração de denúncias de irregularidades e restituição de valores liberados pelos Fundos de Investimento.

O montante de recursos envolvidos é bastante expressivo. Segundo informações da inventariança da extinta Sudam, tinham sido aplicados, nos 158 projetos sujeitos o cancelamento, o montante de R\$3.105,58 milhões. Já em relação à Sudene, 53 empresas beneficiárias foram acionadas para devolução de recursos ao Finor no valor de R\$414,89 milhões.

III – Voto



Diante do exposto, tendo em vista a persistência de riscos de danos ao Erário, nosso voto é no sentido de que esta Comissão solicite ao TCU informações relativas à efetiva implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 1.838/2003-TCU – Plenário.

Sala da Comissão, 4 de outubro de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR | FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 204 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/10/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  (SEN. GILBERTO GOELLNER)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
GILBERTO GOELLNER - PFL	3-VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4-ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
EOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

Ofício nº 122/2005-CMA

Brasília, 4 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Parecer ao Aviso nº 204/2001, proveniente dessa Corte de Contas, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (extintas), com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM. (TC nº 11.707/2000-8)”.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência cópia da matéria para as providências cabíveis.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CMA.

Aviso nº 6.819-GP/TCU

Brasília, 17 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 122/2005-CMA, de 4-10-2005, mediante o qual Vossa Excelência comunica que essa Comissão aprovou o “Parecer ao Aviso nº. 204/2001” – cujo voto é no sentido de solicitar a este Tribunal informações relativas à efetiva implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 1.838/2003 – TCU – Plenário, e encaminha cópia do referido documento.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente-autuado no TCU como processo de nº TC-017.982/2005-1 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Marcos Vinícios Vilaça.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

PARECER Nº 263, DE 2006 – CMA

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336, de 2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320/2001 – TCU – (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), extintas, com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

Tendo em vista as impropriedades verificadas na auditoria, que poderiam causar elevados danos ao Erário, foi aprovado, pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), o Parecer nº 413, de 17 de abril de 2002, com solicitação ao Tribunal de Contas da União das seguintes providências:

a) realização de levantamento, no prazo de noventa dias, dos projetos financiados pelos fundos Finam e Finor que não obtiveram sucesso, totalizando o montante dos recursos aportados a esses projetos e o montante dos reembolsos, bem assim as providências adotadas pelos gestores desses fundos para garantir o ressarcimento ao Erário, nas hipóteses em que não houve reembolso;

b) fornecimento de informações quanto à efetiva implementação das recomendações listadas na Decisão nº 320, de 2001, no sentido de prevenir eventual ocorrência de danos ao Erário.

Em atendimento à solicitação, o TCU realizou diligência junto à Inventariança Extrajudicial da extinta Sudene e levantamento de auditoria na Inventariança Extrajudicial da extinta Sudam.

Em razão das informações obtidas junto às Inventarianças, os Ministros do TCU, por intermédio do Acórdão nº 1.838/2003 – TCU – Plenário, determinaram ao Ministério da Integração Nacional que: adotasse medidas para a reconstituição dos bancos de dados do Finam; implementasse a padronização de auditorias e fiscalizações de projetos do Fundo; tomasse obrigatória

a manifestação, nos laudos de fiscalização, dos achados e exigências das fiscalizações anteriores; utilizasse as informações obtidas junto à Secretaria Federal de Controle Interno, para análise do deferimento de solicitações de Certificado de Empreendimento Implantado (CEI); dotasse a Comissão Permanente de Apuração da Inventariança dos meios necessários para o exercício de suas funções.

O Tribunal ainda recomendou à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria da Receita Federal e ao Ministério da Integração Nacional que, em conjunto, definissem a competência para a cobrança administrativa de incentivos do Finam e a metodologia de cálculo a ser adotada para atualização dos valores de incentivos fiscais a serem restituídos.

A CMA, em reunião realizada em 4 de outubro do presente ano, aprovou parecer no sentido de solicitar ao Tribunal informações relativas à implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 1.838/2003 – TCU – Plenário.

Em resposta, o TCU encaminhou cópia do Acórdão nº 1.772/2005 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 17.982/2005-4, relativo às informações solicitadas por esta Comissão, bem como cópia do Acórdão nº 1.384/2005-TCU – Plenário, do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação.

Segundo as informações prestadas, foram implementadas medidas administrativas pelos órgãos e entidades que redundaram no cumprimento da maior parte das determinações formuladas pelo TCU.

II – Análise

As informações constantes do monitoramento destinado a verificar a implementação do conjunto de determinações e recomendações do TCU aos órgãos e entidades competentes dão conta do seu cumprimento parcial.

Alguns avanços foram obtidos com a criação, pelo Ministério da Integração Nacional, da Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimento (UGFIN), regulamentada pela Portaria nº 117, de 17 de fevereiro de 2004, e destinada à gestão unificada do Finam e do Finor.

Por um lado, foram plenamente atendidas as determinações de padronização de auditorias e fiscalizações de projetos do Finam, manifestação nos laudos

de fiscalização quanto aos achados e às exigências das fiscalizações anteriores, utilização das informações oriundas da Secretaria Federal de Controle Interno e definição da competência para cobrança administrativa de incentivos do Fundo, bem como a recomendação de adotar providências para obtenção de dados atualizados sobre as ações de execução fiscal.

Por outro lado, ainda resta garantir o cumprimento pleno das determinações de reconstituir os bancos de dados do Finam e de dotar o órgão responsável pela administração do Fundo de meios adequados para o cumprimento de suas funções.

Adicionalmente, permanecem as divergências quanto à adoção de metodologia uniforme para a atualização de valores de incentivos fiscais a serem restituídos por empreendimentos do Finam cancelados, o que toma as ações de cobrança bastante morosas e sujeitas a recursos no Poder Judiciário.

Assim, de acordo com as informações prestadas pelo TCU, persistem os riscos de danos ao Erário em decorrência da quantidade de projetos passíveis de cancelamento e da lentidão dos procedimentos administrativos para apuração de denúncias de irregularidades e restituição de valores liberados pelos Fundos de Investimento.

O cumprimento apenas parcial das determinações e recomendações do TCU leva a crer que as condições necessárias para a boa gestão dos projetos remanescentes do FINAM e a recuperação dos incentivos fiscais de empreendimentos cancelados ainda não foram alcançadas. O volume de recursos envolvidos e os riscos de danos permanentes ao Erário exige a continuação do monitoramento das providências formuladas pelo Tribunal e das medidas tomadas pelos órgãos e entidades competentes para a recuperação dos recursos dos Fundos de Investimento indevidamente aplicados.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pelo arquivamento da matéria, e que o Senado Federal reitere ao Tribunal de Contas da União a necessidade de envio das novas informações relativas ao cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.384/2005 – TCU – Plenário e à recuperação dos recursos indevidamente aplicados no âmbito do Finam e do Finor.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 204 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/02/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Leomar Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: "AD Hoc" <i>Valdir Raupp</i> (SEN. VALDIR RAUPP)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
GILBERTO GOELLNER - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>[Signature]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP (RELATOR)	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT <i>[Signature]</i>	2-FÁTIMA CLEIDE - PT <i>[Signature]</i>
SIBÁ MACHADO - PT <i>[Signature]</i>	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL <i>[Signature]</i>	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT <i>[Signature]</i>
PDT	
AUGUSTO BOTELHO <i>[Signature]</i>	1-OSMAR DIAS

PARECERES Nºs 264 E 265, DE 2006

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sobre o Aviso nº 12, de 2003 (Nº 626/2003, na origem do Tribunal de Contas da União), que traz ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do Acórdão nº 473/2003 e do correspondente relatório (TC-03.798/2003-2), os quais tratam de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, contemplada no programa de trabalho sob a funcional nº 26.782.0237.5710.0105, da Lei Orçamentária Anual de 2003 (Lei nº 10.640/2003), e inserida no Quadro VII dessa lei em face de indícios de irregularidades graves.

PARECER Nº 264, DE 2006

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O teor do Acórdão nº 473/2003, do Tribunal de Contas da União, é trazido ao conhecimento desta Comissão, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle (CMA) por intermédio do Aviso nº 626-SGS-TCU. A matéria cuida de obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia – Tocantins – BR–235 – Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso, sob a funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, relacionada entre as obras eivadas por indícios de irregularidades graves, de conformidade com Quadro VII da Lei nº 10.640, de 2003, a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2003 (LOA 2003).

Em síntese, o Acórdão dá três providências. Pela primeira, determina à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Tocantins a adoção das medidas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental para a realização das obras na BR-235. Na segunda, que se promova o apensamento do próprio Acórdão e da documentação que o acompanha ao TC–005.166/2001-9, processo no qual os indícios de irregularidades se encontram sob análise do Tribunal. Na terceira providência, determina-se que se fraga ao conhecimento

do Congresso Nacional o teor do próprio Acórdão, em que se destaca o fato de que, a propósito dos indícios de irregularidades, tratados no bojo do processo TC-005.166/2001-9, ainda não há deliberação definitiva por parte daquela Corte de Contas.

E o relatório.

II – Análise

Em face dos elementos formalmente trazidos à apreciação desta CMA, nomeadamente o Acórdão nº 473/2003 e a correspondente documentação de suporte, iniciamos pela consideração de que a matéria poderia ser declarada prejudicada, com base no art. 334 do Regimento Interno desta Casa. Mas, por que prejudicada? Porque se trata de obra, sob a funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, que havia sido relacionada, em quadro da LOA 2003, como eivada por indícios de irregularidade e, portanto, como obra cuja execução orçamentária, financeira e física, enquanto perdurasse a irregularidade apontada, estaria suspensa. Ora, o exercício de 2003 findou-se, não havendo como executar-lhe um programa de trabalho, a exemplo do programa em questão, exceto se esse programa houvesse sido inscrito em restos a pagar ao término do exercício. Isso, entretanto, não aconteceu com o programa sob a funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, conforme exame da base de dados referente ao exercício de 2003. Essa mesma funcional, por outro lado, não consta das leis orçamentárias de 2004 (LOA 2004) e 2005 (LOA 2005), sendo também digno de nota que, em 2005, tampouco está relacionada dentre as obras eivadas por indícios de irregularidades graves. Há, contudo, elementos adicionais a analisar, elementos esses que impedem a pronta declaração de prejudicialidade da matéria e que dizem respeito à LOA 2005.

Na LOA 2005, dentre os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, figura programa de trabalho sob a funcional nº “26.782.0237.7224.0107” (construção de trechos rodoviários na BR-235 no Estado de Tocantins – trecho Pedro Afonso – Divisa TO/MA – TO). Nessa funcional, encontram-se suspensos o convênio Siafi nº 33.0496, o contrato nº 184/2000 e o contrato nº 185/2000. O convênio cuida da “execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na rodovia BR-235”, no trecho

Pedro Afonso, na divisa entre Tocantins e Maranhão, ao passo que os contratos, respectivamente, da “execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte correntes e especiais na rodovia BR–35, lote 1 (estaca 4.520 a 00)” e da “execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de arte correntes e especiais na rodovia BR-235, lote 2 (estaca 7.742 a 4.520)”. Não obstante as funcionais nº “26.782.0237.5710.0105” e nº “26.782.0237.7224.0107” sejam distintas sob o ângulo de seus códigos de classificação, os empreendimentos são semelhantes, para não dizer exatamente iguais. Além disso, verificou-se que, na programação de trabalho de ambas as funcionais, constam, pelo menos, os mesmos dois contratos, nomeadamente os já aludidos contratos nº 184/2000 e nº 185/2000. A menção a esses contratos, a propósito da funcional nº “26.782.0237.7224.0107”, é feita na própria LOA 2005, na relação dos subtítulos com irregularidades, enquanto que, no tocante à funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, tais contratos são mencionados nos Acórdãos nºs 758/2004 e 820/2003 e na Decisão nº 1.139/2002, todos do Tribunal de Contas da União.

Vê-se, portanto, que o tema está por merecer providências múltiplas por parte desta Casa. Em primeiro lugar, providência no intuito de solicitar ao Tribunal de Contas da União que esclareça se há deliberação definitiva acerca das irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sob a funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, essa a funcional de que trata o Acórdão nº 473/2003, a qual anima, desde o início, a elaboração deste parecer. Em segundo lugar, também

a de solicitar ao Tribunal de Contas que esclareça se há conexão entre as programações de trabalhos classificadas sob as funcionais nºs “26.782.0237.5710.0105” e “26.782.0237.7224.0107”, notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiriam a execução. Finalmente, adiar decisão quanto a esta matéria, determinando seu reexame tão logo sejam encaminhadas respostas por parte do Tribunal de Contas da União.

III – Voto

Em vista dos argumentos aqui expendidos, o voto é no sentido de que:

(1) leve-se o inteiro teor deste parecer ao conhecimento do Tribunal de Contas da União;

(2) solicitem-se àquela Corte de Contas esclarecimentos sobre a existência de deliberação definitiva acerca das irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sob a funcional nº “26.782.0237.5710.0105”, assim como esclarecimentos sobre possível conexão entre as programações de trabalho classificadas sob as funcionais nºs “26.782.0237.5710.0105” e “26.782.0237.7224.0107”, notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiriam a execução; e

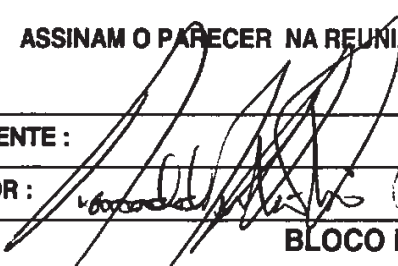
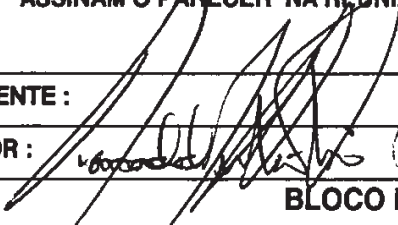
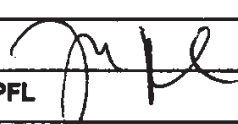


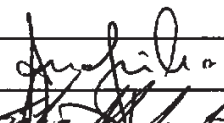
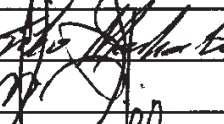
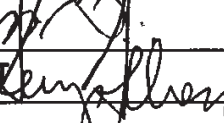
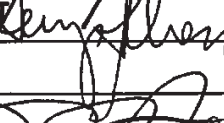

(3) proceda-se ao reexame da presente matéria tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários por parte do Tribunal de Contas da União.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 12 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :  <u>L. Quintanilha (Sen. LOMAR QUINTANILHA)</u>	
RELATOR :  <u>Flexa Ribeiro (Sen. FLEXA RIBEIRO)</u>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
IERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL 
JONAS PINHEIRO - PFL	3-ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP 	4-AMIR LANDO
DOMAR QUINTANILHA 	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT 	2-CRISTÓVAM BUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT 	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR - PSB 	4-DELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT 	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO 	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 265, DE 2006Relator: Senador **Flexa Ribeiro****I – Relatório****1.1. Histórico**

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Aviso nº 626-SGS/TCU, de 7 de maio de 2003, encaminhou ao Senado Federal, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 473-SGS-TCU – Plenário, de 5 de maio de 2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativo ao Processo nº TC 003.798/2003-2.

Referida decisão trata de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, relacionado ao Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5710.0105 (Orçamento de 2003) e 26.782.0237.7224.0107 (PLOA 2006). O referido trecho foi inserido nos quadros de anexo de obras com indícios de irregularidades graves nos anos de 2003 a 2005 e encontra-se, também, no PLOA 2006 (contratos 185 e 186/00).

A decisão da Corte de Contas, encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, informava a determinação para que a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Tocantins adotasse as providências necessárias para o Licenciamento Ambiental da Obra.

No âmbito desta Comissão, fomos designados pelo seu Presidente, para examinar a matéria e sobre ela emitir relatório, e, em 16 de agosto passado elaboramos pedido de informações ao TCU para que esclarecesse sobre a diversidade de Programas de Trabalho que alterava anualmente os orçamentos e sobre o andamento do processo TC-003.798/2003-2, apensado ao TC 005.166/2001-9. O Presidente do TCU, por meio do Aviso nº 6915, de 24 de outubro passado, esclareceu que os diversos Programas de Trabalho se referiam ao mesmo empreendimento e

que não havia ainda deliberação definitiva sobre a matéria, conforme processo TC-005.166/2001 -9, em fase final de análise.

1.2. Análise da Matéria

A obra em tela possibilita a ligação dos municípios do norte do Estado do Tocantins e Sul do Estado do Pará com a Cidade de Palmas e com o Centro-Oeste do País, tendo uma importância grande para o desenvolvimento da agricultura na região.

As irregularidades apontadas pelas equipes de auditoria envolvem questões relativas ao licenciamento ambiental e ao projeto básico (indícios de sobrepreço e critérios indevidos de reajustes). Destacamos, porém, que esse processo iniciou-se em 2001, resultou na paralisação da execução física financeira e orçamentária nos orçamentos de 2003 a 2005 e consta na proposta encaminhada pelo Poder Executivo no Orçamento de 2006. As equipes de auditoria informam que fisicamente a obra não foi iniciada.

Existem correlatas ao processo de 2001, auditorias procedidas em 2002, 2003, 2004 e 2005, tendo as equipes ratificado as irregularidades encontradas, estando o feito em fase de audiência dos responsáveis.

É o Relatório.

II – Voto

Ante o exposto, e considerando que o objetivo maior do regime de sustação da execução física, financeira e orçamentária de obras visa a preservar o Erário e garantir o interesse público, propomos que:

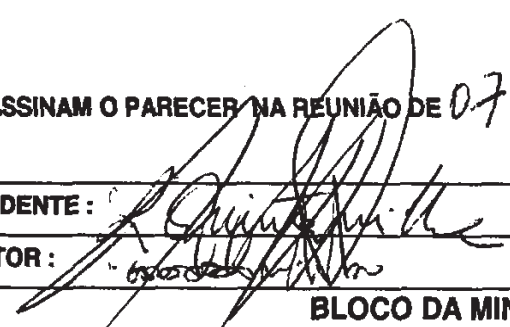

- a) esta comissão tome conhecimento do Acórdão ora em tela;
- b) solicite ao Tribunal de Contas da União que o processo que analisa a obra de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins-BR-235– Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC005.166/2001-9), seja apreciado com a maior brevidade possível; e
- c) encaminhe os autos ao arquivo.

Sala da Comissão, 7 de março de 2006. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 12 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB (RELATOR)	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
ALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOÍO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Ofício nº 61/2005-CMA

Brasília, 16 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Parecer ao Aviso nº. 12/2003, proveniente dessa Corte de Contas, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia–Tocantins–BR–235 – Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC – 003.798/2003-2)”.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência cópia da matéria para as providências cabíveis.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CMA.

Aviso nº 6.915-GP/TCU

Brasília, 24 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Ofício nº 61/2005-CMA, de 16-8-2005 (autuado neste Tribunal com o nº TC-015.141/2005-6), mediante o qual Vossa Excelência encaminha Parecer dessa Comissão que solicita informações acerca da existência de deliberação definitiva a respeito de irregularidades atinentes ao PT 26.782.0237.5710.0105, bem como esclarecimentos sobre possível conexão entre o citado PT e o PT 26.782.0237.7224.0107.

Em atenção a referida solicitação, e consoante despacho do Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, informo:

- O Plano de Trabalho (PT) 26.782.0237.5710.0105 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins/BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisão PA/TO, conforme consta da LOA/2003, e o PT 26.782.0237.7224.0107 – Construção de Trechos Rodoviários na BR–235 no Estado do Tocantins – Trecho Pedro Afonso – Divisa TO/MA, conforme LOA/2005, referem-se ao mesmo empreendimento;
- até a presente data não há deliberação definitiva acerca dos indícios de irregularidades apontados na auditoria realizada em 2001, conforme processo nº 5.166/2001-9, em tramitação neste Tribunal, o qual se encontra em fase final de análise.

Registro, por fim, que o Gabinete do mencionado Ministro encontra-se à disposição de Vossa Excelên-

cia para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente, – **Guilherme Palmeira**, na Presidência.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....
LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

Mensagem de veto

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

.....
PARECER Nº 266, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício nº S/47, de 2005 (nº 1549/2004, na origem), referente ao Processo 1211.2004.042.01.00.8, da 42ª Vara do Trabalho/RJ, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Datamet S/A.

Relator: Senador **Paulo Paim**

Relator: **ad hoc**: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

O presente ofício visa instigar a Instituição Senado Federal a manifestar sobre seu interesse em atuar no Processo 1211.2004.042.01.00.8, da 42ª Vara do Trabalho/RJ **custos legis**. Ofício este remetido pelo Exmº. Sr. Juiz José Saba Filho.

Fundamenta-se, o remetente, no depoimento efetuado pela preposta da empresa demandada, o qual enumera fatos da realidade laboral do demandante, dentro de uma previsão legal formal. Substância ainda sua ação diante dos fatos narrados na peça inicial dos autos daquele processo judicial.

II – Análise

Nos termos do despacho da mesa do Senado Federal, vem à Comissão de Assuntos Sociais a presente proposição para a análise do seu mérito.

Em relação aos aspectos legislativos não se vislumbra interesse do Senado Federal no feito supra.

Quanto à previsão legal, naquilo que litigam as partes, existe texto legal formal que ampara as pretensões do demandante e a resposta do demandado.

Diante disto, não se remanesce qualquer interesse desta instituição como suscitado, porquanto incumbe ao Ministério Público a interesse **custos legis** e somente a ele caberia interesse como fiscal da lei porquanto, ainda, cabe ao judiciário a interpretação legal.

Sendo, a nosso ver, estas as instituições detentoras de legitimidade para atuarem no feito.

III – Voto

Em face do exposto, votamos em que seja oficiado ao Exmo.sr. Juiz José Saba Filho, que não há interesse do Senado Federal, em atuar **custos legis** no Processo 1211.2004.042.01.00.8, da 42ª Vara do Trabalho/RJ.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO JUDICIAL Nº1549, de 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/10/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR FLÁVIO ARNS	
RELATOR: "ad hoc" SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>PSDB TITULARES</p> <p>MARCO MACIEL – PFL</p> <p>GILBERTO GOELLNER – PFL</p> <p>MARIA DO CARMO ALVES – PFL</p> <p>RODOLPHO TOURINHO – PFL</p> <p>FLEXA RIBEIRO – PSDB</p> <p>LEONEL PAVAN – PSDB</p> <p>CIA VÂNIA – PSDB</p> <p>REGINALDO DUARTE – PSDB</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>DEPUTADOS MINORITÁRIOS</p> <p>1- HERÁCLITO FORTES – PFL</p> <p>2- JOSÉ JORGE – PFL</p> <p>3- DEMÓSTENES TORRES – PFL</p> <p>4- ROMEU TUMA – PFL</p> <p>5- EDUARDO AZEREDO – PSDB</p> <p>6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)</p> <p>7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB</p> <p>8- SÉRGIO GUERRA – PSDB</p> </div> </div>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>PDT TITULARES</p> <p>NEY SUASSUNA</p> <p>ROMERO JUCÁ</p> <p>VALDIR RAUPP</p> <p>MÃO SANTA</p> <p>SÉRGIO CABRAL</p> <p>PAPALEO PAES – PSDB</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>PDT SUPLENTE</p> <p>1- WELLINGTON SALGADO</p> <p>2- RAMEZ TEBET</p> <p>3- JOSÉ MARANHÃO</p> <p>4- PEDRO SIMON</p> <p>5- IRIS DE ARAÚJO</p> <p>6- GERSON CAMATA</p> </div> </div>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>PSB TITULARES</p> <p>ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)</p> <p>FLÁVIO ARNS (PT)</p> <p>IDELI SALVATTI (PT)</p> <p>MARCELO CRIVELA (PL)</p> <p>PAULO PAIM (PT)</p> <p>PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>REATOR</p> <p>1- CRISTOVAM BUARQUE – (Sem Partido)</p> <p>2- MAGNO MALTA (PL)</p> <p>3- EDUARDO SUPPLY (PT)</p> <p>4- FÁTIMA CLEIDE (PT)</p> <p>5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)</p> <p>6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)</p> </div> </div>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>PDT TITULARES</p> <p>AUGUSTO BOTELHO</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>PDT SUPLENTE</p> <p>1- JUVÊNCIO DA FONSECA</p> </div> </div>	

PARECER Nº 267, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 106, de 2006 (nº 171/2006, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contatar operação de crédito externo, no valor total de até US\$23.155.000,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

Relator “ad hoc”: Senador **Cesar Borges**

I – Relatório

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$23.155.000,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FLDA).

Os recursos da operação serão destinados ao Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro.

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, o empréstimo a ser contratado visa a contribuir com a redução dos níveis de pobreza e desigualdade social e desenvolver a capacidade de pequenos agricultores familiares do Nordeste.

O custo total do programa está estimado em US\$46,6 milhões, sendo que, além dos recursos previstos para serem contratados com o FIDA, serão aportados, como contrapartida da União e dos agricultores beneficiados, US\$22 milhões e US\$1,47 milhão, respectivamente.

Ressalte-se que a contrapartida prevista para os agricultores não consta no Contrato de Empréstimo negociado, assim como a da União incorpora, além dos recursos do OGU, os recursos provenientes da aplicação pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) no crédito rural na região, equivalentes à US\$16,9 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN): TA360635. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de

credenciamento Decec/Diope/Suaut-2005/082, de 16 de dezembro de 2005.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo FIDA, que constitui um organismo internacional do qual o Brasil é um País-membro, e que, geralmente, apresentam condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o FIDA se processará na modalidade de empréstimo em moeda, na qual incidem juros vinculados à taxa de juros fixada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para empréstimo em cesta de moeda. Destaque-se que, em 2005, a taxa fixada foi de 4,36% ao ano e, em 2006, será da ordem de 5,09% ao ano.

Nas condições financeiras do empréstimo, não são previstos encargos relacionados à comissão de crédito e à inspeção e supervisão geral, cujos custos serão inteiramente assumidos pelo FLDA.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de até US\$23.155.000,00 (vinte e três milhões cento e Comissão de Assuntos Econômicos cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América). Os recursos desse empréstimo destinam-se ao Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro.

As operações de crédito externo desta natureza, em apreciação nesta Comissão de Assuntos Econômicos, sujeitam-se ao cumprimento de um; série de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, são de se destacar:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução, são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer STN/COREF/GERFI nº 529, de 23 de dezembro de 2005, complementado pelo Parecer GERF/COREF/STN nº 57, de 14 de fevereiro de 2006.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/Nº 425, de 9 de março de 2006, encaminhado ao Senado

Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, no Programa Agricultura Familiar – PRONAF, a ser viabilizado pela ação 4280 – Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar no valor total para o quadriênio de R\$ 62.400.000,00.

Entende aquela SPI que os investimentos decorrentes da presente operação estão plenamente amparados no PPA 2004/2007, sendo os recursos previstos suficientes para suportar as ações para o projeto no período em questão.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa, prestadas pela SOF, e, ainda, o cronograma de utilização dos recursos, as dotações orçamentárias existentes para o ano de 2005, assim como as previstas para o corrente ano, serão suficientes para dar suporte ao Programa no exercício corrente.

Ressalte-se que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 6,3% a.a., levando aquela Secretaria a concluir que a referida estimativa constitui indicativo aceitável se comparado com o custo de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

É de se enfatizar também a observância, pela União, das restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III – Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 106, de 2006, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2006

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$23.155.000,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 23.155.000,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – Devedor: República Federativa do Brasil;

II – Credor: Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – Valor Total: até US\$ 23.155.000,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – Modalidade de Empréstimo: empréstimo em moeda;

V – Prazo de Carência: três anos, contados a partir da data da aprovação do empréstimo pelo FIDA;

VI – Amortização: parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 10 de março de 2008 e a última em 1º de setembro de 2022;

VII – Juros: exigidos semestralmente e pagos nas mesmas datas da amortização; a taxa de juros adotada pelo FIDA para cada ano é a taxa de juros estipulada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para empréstimo em cesta de moeda no período de julho a dezembro do ano anterior.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º O exercício da autorização concedida por esta Resolução deverá ocorrer em um prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2006. – **César Borges**, Relator **Ad Hoc**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 106, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/03/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Assinatura]*

RELATOR(A): *César Borges* SENADOR CÉSAR BORGES, RELATOR AD HOC

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) <i>Edison</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) <i>Rodolpho</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) <i>Romeu</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALFONSO VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lucia Vania</i>	9-LEONEL PAVAN (PSDB) <i>Leonel Pavan</i>
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
ALBERTO MESTRINHO <i>Alberto</i>	6-GERSON CAMATA <i>Gerson</i>
VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA <i>Ney</i>	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL) <i>Aelton</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT) <i>Delcídio</i>	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio</i>
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) <i>Fernando</i>	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL) <i>João</i>	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) <i>Patricia</i>	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS <i>Osmar</i>	1- JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson</i>
-------------------------	-------------------------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 4-5-2000

Estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

PARECER Nº 268, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 107, de 2006 (nº 170/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal, por intermédio da Mensagem 110 107, de 2006, solicitação para que seja autorizada contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos destinam-se ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I, sendo prevista contrapartida de até US\$10,2 milhões da União e US\$51,8 milhões dos Estados e Distrito Federal, ou seja, com uma relação 60% / 40% entre o total do financiamento e o total da contrapartida.

O PNAGE é um programa de natureza institucional que visa modernizar as administrações estaduais a partir da integração das funções do ciclo da gestão

pública (planejamento, execução, administração e controle), com vistas a promover a eficiência e a qualidade do gasto público. O programa é de grande importância, considerando a necessidade de melhoria da qualidade do gasto público e que cerca de 75% do orçamento federal é executado de forma descentralizada.

Os recursos do financiamento serão repassados pela União aos Estados participantes do Programa, por intermédio da Caixa Econômica Federal, de forma não reembolsável, como autorizado pelo art. 9º da Lei nº 11.313, de 10 de julho de 2005.

Trata-se de uma operação de crédito de longo prazo: o desembolso deverá ocorrer entre 2006 a 2010 e a amortização será em parcelas semestrais, vencidas entre 2011 e 2026. A taxa de juros é flutuante, calculada com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários, acrescida de margem para cobertura de despesas administrativas. Outro custo incidente é a comissão de compromisso, de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo. O BID poderá reservar recursos do financiamento para atender despesas de inspeção e supervisão, que não poderão ser superiores a 1% do financiamento.

II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiram pareceres favoráveis ao pleito.

A STN, por meio do Parecer nº 64/2006/GERFI/COREF/STN, informou que a Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) identificou o PNAGE como passível de financiamento externo. Além disso, esse programa está incluído no Plano Plurianual para 2004-2007 e está previsto no Projeto de Lei Orçamentária para 2006. No que diz respeito às condições financeiras do contrato, a STN estimou o custo efetivo da operação em 5,68% a.a., o que é um valor aceitável tendo em vista o custo de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional. Verificou-se também que a União atendia às restrições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 2001, para a contratação de operações de crédito.

O Parecer concluiu favoravelmente à contratação do empréstimo, desde que cumpridas as seguintes condicionalidades para a efetivação do contrato e realização do primeiro desembolso:

- a) Atendimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da Seção 4.01 das Normas Gerais e da Seção 3.02 da minuta do Acordo de Empréstimo, mediante manifestação prévia do BID.

b) Confirmação dos recursos na lei orçamentária anual para 2006, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

A PGFN, por meio do Parecer PGFN/COF/nº 424/2006, concluiu não haver óbice legal ao pleito, observadas, contudo, as ressalvas feitas pela STN descritas acima.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, e demais normas legais e constitucionais, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2006

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A República Federativa do Brasil está autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput serão utilizados para financiar o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I.

§ 2º A autorização prevista no caput fica condicionada:

I – ao atendimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da Seção 4.01 das Normas Gerais e da Seção 3.02 da minuta do Acordo de Empréstimo, mediante manifestação prévia do BID;

II – à confirmação dos recursos na lei orçamentária anual para 2006.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – valor: até US\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – modalidade de empréstimo: mecanismo unimonetários;

V – prazo de desembolso: até cinco anos;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar vinte anos após a assinatura do contato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do MD para empréstimos unimonetários qualificados apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

VIII – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, segundo consta nas Normas Gerais do Acordo de Empréstimo, Capítulo III, art. 3.02; cabe ressaltar que de acordo com a Cláusula 2.05 das Disposições Especiais da minuta do Acordo de Empréstimo, o Mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o BID estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinando, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2006.



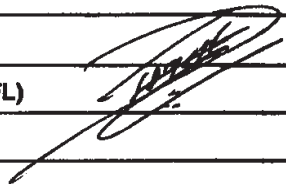




COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 107, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/03/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

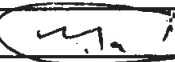

PRESIDENTE:  **SENADOR ROMEU TUMA - VICE-PRESIDENTE**

RELATOR(A): 

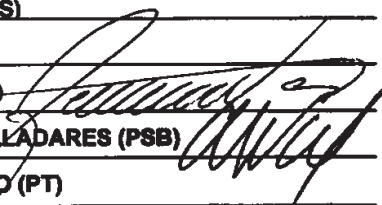
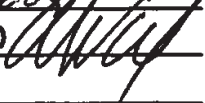
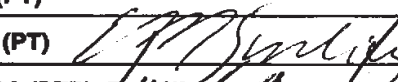


Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) 
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB) 
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

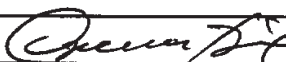
PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA 
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL) 
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLYCY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) 	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL) 	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS 	1- JEFFERSON PÉRES	Comissão de Assuntos Econômicos
---	---------------------------	---------------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4-5-2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com relação aos **Pareceres nºs 254 a 260, de 2006**, lidos anteriormente, sobre a **Mensagem nº 222, de 1999; os Avisos nºs 167, de 2000; 21, 30 e 40, de 2005; e o Ofício nº S/3, de 2006**, a Presidência, em observância às conclusões encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com relação aos **Pareceres nºs 261 a 266, de 2006**, lidos anteriormente, sobre o **Diversos nº 25, de 1997; os Avisos nºs 204, de 2001; e 12, de 2003; e o Ofício nº S/47, de 2005**, a Presidência, em observância às conclusões cumprirá as providências e encaminhará as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 267 e 268, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes **Projetos de Resolução**:

– **Nº 28, de 2006** (MSF 171/2006), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA*; e

– **Nº 29, de 2006** (MSF 170/2006), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I*.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu ia me inscrever para uma comunicação inadiável, mas a Senadora Serys está em São Paulo e cedeu-me o seu lugar. Então, falo no seu lugar como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está anotado, Senador.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem.) – Inscrevo-me, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição, em segundo lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em terceiro lugar, Senadora Heloísa Helena. Em quarto lugar, Senador João Alberto, como primeiro suplente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Inscreva-me como segundo suplente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Segundo suplente, Senador Sibá Machado.

Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O Senador Paulo Paim faz a permuta com a Senadora Serys Silhessarenko.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, faço meu pronunciamento de hoje comentando a situação da educação em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, duas pesquisas nos mostraram como está a educação de nossos jovens. Avançamos, sem sombra de dúvida, mas muito ainda precisa acontecer.

cer para que nossas crianças e nossos adolescentes possam se tornar adultos capazes de enfrentar a sua caminhada, a sua educação, o mercado de trabalho e ter uma vida digna.

Em 2004, Sr. Presidente João Alberto, de acordo com o último Censo Escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep –, ligado ao Ministério da Educação, quinze em cada cem jovens matriculados no ensino médio abandonaram a escola. Em um universo de nove, 169 milhões de matrículas correspondem a 1,4 milhão, o maior índice registrado desde 1996.

O número de reprovados em 2004 é bem maior desde 1996: 10 em cada 100.

De acordo com a pesquisa, “Aspectos Complementares de Educação 2004”, suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, as crianças brasileiras ficam muito pouco tempo nas escolas. Cerca de 60% dos alunos do ensino fundamental permanecem menos de 4 horas nas escolas, tempo que, de acordo com especialistas em educação é insuficiente para o perfeito aprendizado.

Os números na rede pública assustam: em 2004, as escolas públicas abrigavam 84% das pessoas entre zero e 17 anos. E o que ficou registrado? Que, por exemplo, no ensino fundamental, apenas 38,5% permaneciam mais de 4 horas nas escolas. Na rede privada, esse número foi para 56,3%. Já no ensino médio, o número de alunos da escola pública que passam mais de 4 horas na escola foi de 49% contra 71,9% da rede privada.

As principais razões para isso foram apontadas: trabalho, afazeres domésticos e inexistência de escolas públicas próximas às residências. Entre os adolescentes, na faixa etária de 15 a 17 anos, 20,1% não freqüentam a escola em razão de trabalharem ou de permanecerem em casa ajudando nos afazeres da família. O Rio Grande do Sul registrou o mais alto percentual, 26,7%.

A pesquisa do IBGE nos mostra que 34% das pessoas entre zero e 17 anos não freqüentavam a escola ou creche por vontade própria, dos pais ou dos responsáveis, ou pela conclusão dos estudos. Para 15,6%, a justificativa era a inexistência de escolas ou creches, como eu dizia, próximas às residências. No Norte, 20,9%; no Centro-Oeste, 19%; no Sul, 8,4%.

A educação básica também precisa de atenção. Especialistas afirmam que as crianças que freqüentam creches têm mais chances de terminar o ensino médio. Dizem ainda que essas crianças têm menos possibilidade de ir para as ruas e serem envolvidas pelo mundo do crime. Ou seja, as crianças que passam

pelos creches têm menos possibilidade de entrarem no mundo do crime.

De acordo com a pesquisa, entre as crianças de zero a três anos (11,5 milhões), menos de 14% freqüentam creches. Ou seja, 1,5 milhão de crianças deixam de passar pelas creches.

Na região Norte foi registrado o maior índice: 94,3%. Nas regiões Sul e Sudeste, os menores: 81,5 e 83,8%, respectivamente.

Sr. Presidente, esse quadro nos mostra a importância de aprovarmos o projeto do Fundo Nacional de Educação Básica, o Fundeb. E eu sei que o Senador Sibá Machado, que se encontra presente, é um defensor dessa tese. Hoje, pela manhã, S. Ex^a insistia muito na Bancada sobre a importância da aprovação do projeto. Todos esses números apontam nesse sentido.

O Fundeb é fundamental, Sr. Presidente, porque significa efetivamente investimentos no ensino básico. Esse projeto do Governo ampliará a abrangência de financiamento para a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos.

Coloquei todos esses dados aqui, Senador Sibá Machado, com o objetivo de demonstrar a importância do Fundeb. Nós, aqui, por algumas divergências que entendo até políticas ou mesmo técnicas, não podemos permitir que o Fundeb não seja aprovado. Se for aprovado, Sr. Presidente, serão 47 milhões de alunos beneficiados. E repito: com duração de 14 anos, ele prevê aporte de R\$ 4,5 bilhões por parte da União, a partir do quarto ano, o que representa cerca de 10% do valor total do Fundo. Os Estados e os Municípios entram com o restante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Fundeb é um grande avanço da educação brasileira. Por isso, entendemos que esta Casa deveria votá-lo o mais rápido possível. Portanto, apelo para que façamos um grande entendimento político e técnico a fim de que o Fundeb seja aprovado com rapidez.

Sr. Presidente, quero insistir em outro projeto de nossa autoria que vai na mesma linha do Fundeb. Trata-se do Fundep, que vai garantir mais investimento na área da educação. A relatoria é do Senador Juvêncio da Fonseca, que já deu parecer favorável.

V. Ex^a foi tão competente na relatoria, Senador Juvêncio, que me sugeriu apresentar, além do projeto de lei, uma emenda constitucional para evitar que alguém o considerasse inconstitucional. Sei que o parecer de V. Ex^a é no sentido da aprovação da emenda constitucional e também do projeto de lei, garantindo, com o relatório de V. Ex^a, que cerca de R\$ 1,5 bilhão seja investido nas escolas profissionalizantes, tanto na área rural como na área urbana.

Essa é uma forma de garantir que a nossa juventude, a partir do ensino básico, já aprenda uma profissão que a capacite para o mercado de trabalho. Como digo sempre, oxalá todos cheguem à universidade pública federal. Mas aqueles que não puderem, caso tenham uma profissão, poderão pagar, embora com dificuldade, a própria universidade privada, quando for o caso.

Registro que os recursos do Fundep serão provenientes principalmente do Imposto de Renda, do Fundo de Amparo do Trabalhador e de outras fontes que estão especificadas no projeto. Quero aqui dizer, alertado pelo Senador Juvêncio, que em nenhum momento eu mexo no Sistema S. Que fique muito claro que sou um defensor do Sistema S, tendo em vista que ele é o princípio da escola técnica. O meu ensino básico, Senador João Alberto, foi no Senai, que é do Sistema S. Lá eu aprendi uma profissão e pude inclusive me preparar para, no segundo momento da minha vida, fazer a minha caminhada.

Senhoras e Senhores, como vimos, a pesquisa deixa clara a importância do Fundeb e do Fundep para darmos aos nossos jovens a chance de cursar o ensino básico e terem uma profissão.

Quero terminar, Sr. Presidente, porque sei que meu tempo está no final, dizendo a V. Ex^a que precisamos implementar políticas que possibilitem aos nossos jovens optar pelo ensino profissionalizante de qualidade, tornando-se assim capazes para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Educação para todos, nós sabemos, já foi comprovado, é o caminho para o desenvolvimento de qualquer Nação. Por isso, mais uma vez reafirmo a importância de esta Casa aprovar tanto o Fundeb como o Fundep.

Sr. Presidente, como tive que acelerar o meu pronunciamento, gostaria que V. Ex^a considerasse como lida na íntegra a análise que eu faço da pesquisa e da importância do Fundeb e do Fundep.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada duas pesquisas nos mostraram como está a educação de nossos jovens. Alguns avanços foram feitos, mas muito ainda precisa acontecer para que nossas crianças e nossos adolescentes possam se tornar adultos capazes de enfrentar o mercado de trabalho, capazes de ter uma vida digna.

Em 2004, de acordo com o último Censo Escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao Ministério da Educação, 15 em cada 100 jovens matriculados no ensino médio abandonaram a escola. Em um universo de 9,169 milhões de matrículas corresponde a 1,402 milhão. O maior índice registrado desde 1996.

O número de reprovados em 2004 é também o maior desde 1996: dez em cada cem.

De acordo com a pesquisa, “Aspectos Complementares de educação 2004”, suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as crianças brasileiras ficam muito pouco tempo nas escolas. Cerca de 60% dos alunos do ensino fundamental permanece menos de quatro horas nas instituições!

Tempo que, de acordo com especialistas em educação, é insuficiente para o perfeito aprendizado.

Os números na rede pública assustam: em 2004 as escolas públicas abrigavam 84% das pessoas entre zero e 17 anos. E o que foi registrado? Que, por exemplo, no ensino fundamental apenas 38,5% permaneciam mais de quatro horas nas escolas. Na rede privada esse número foi de 56,3%. Já no ensino médio, os alunos das escolas públicas que passam mais de quatro horas na escola foram de 49% contra 71,9% da rede privada.

As principais razões para isso foram apontadas: trabalho, afazeres domésticos e inexistência de escolas próximas às residências.

Entre os adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, 20,1% não freqüentam a escola em razão de trabalharem ou de permanecerem em casa ajudando nos afazeres. O nosso Rio Grande, registrou o mais alto percentual: 26,7%.

A pesquisa do IBGE nos mostra que 34% das pessoas entre zero e 17 anos não freqüentavam a escola ou creche por vontade própria, dos pais ou dos responsáveis, ou pela conclusão dos estudos. Para 15,6%, a justificativa era a inexistência de escolas ou creches próximas às residências. No Norte, 20,9%; no Centro-Oeste, 19%; e no Sul 8,4%.

A educação básica também precisa de atenção. Especialistas afirmam que as crianças que freqüentam creches têm mais chances de terminar o ensino médio. Dizem ainda que essas crianças têm menos possibilidade de ir para as ruas e serem envolvidas pelo mundo do crime.

De acordo com a pesquisa, entre as crianças de zero a três anos (11,5 milhões), menos de 14% freqüentam creches (1,5 milhão).

Na Região Norte, foi registrado o maior índice: 94,3%. Nas Regiões Sul e Sudeste, os menores: 81,5% e 83,8%, respectivamente.

Esse quadro nos mostra a importância de apreciarmos dois projetos, um do governo, o Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb), e outro de nossa autoria, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), PLS 274/03.

O Fundeb, projeto do governo, ampliará a abrangência de financiamento para educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. Serão 47 milhões de alunos beneficiados. Com duração de 14 anos, prevê aporte de R\$4,5 bilhões por parte da União, a partir do quarto ano, o que representa cerca de 10% do valor total do fundo – estados e municípios entram com o restante.

Senhores. O Fundeb é um grande avanço da educação brasileira. Por isso entendemos que esta Casa deveria votá-lo o mais rápido possível. Eu faço um apelo aos meus pares para que façamos um entendimento para aprovarmos este fundo.

Já o FUNDEP, projeto de nossa autoria, é outro avanço. Ele está tramitando na Comissão de Educação do Senado pronto para pauta. A relatoria é do Senador Juvêncio da Fonseca.

Dentre os objetivos do FUNDEP estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Os recursos do FUNDEP serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outras fontes que estão especificadas no projeto.

Senhoras e senhores, como vimos, a pesquisa deixa claro que muitas crianças e jovens abandonam os estudos para auxiliar as famílias. Daí a importância de darmos a esses jovens a chance de terem uma profissão.

Ao se especializarem, essas crianças e jovens terão perspectivas de um futuro melhor. Seus pais vislumbrarão um futuro melhor, diferente do seu, para seus filhos.

Queremos consolidar uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todas as cidades brasileiras. Isso sem esquecer de levar em consideração a vocação de cada região.

Precisamos implementar políticas que possibilitem aos nossos jovens optar pelo ensino profissionalizante de qualidade, tornando-os capazes para con-

correr a uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Educação, como todos nós sabemos e como já foi comprovado em outros países, é uma das chaves para o desenvolvimento do país. E o governo acerta ao querer implementar programas como o Fundeb e o Fundep.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Por permuta com o Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, do PSDB, do Amapá.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional têm demonstrado inquietação com o alastramento da gripe aviária pelo mundo, que, embora em pequena escala, muito preocupa a todos nós. No Senado, colegas como o Senador Paulo Paim, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Marco Maciel, Leonel Pavan, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Magno Malta e outros têm acompanhado a questão, cobrando das autoridades da área de saúde e vigilância sanitária explicações sobre as medidas tomadas pelo Governo brasileiro para prevenir uma possível contaminação de aves e seres humanos no território nacional.

Senador Paulo Paim, se V. Ex^a desejar, uma vez que está extremamente atuante sobre o tema, eu lhe concedo um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, desejo cumprimentá-lo, pois V. Ex^a foi o autor, eu diria, do requerimento principal. Tive a alegria de assiná-lo, junto com V. tno com e, jentaApt O ltnwasesBrEx^a e o Senador Cristovam Buarque, para que realizássemos uma série de audiências públicas a fim de debatermos o tema. E hoje, sob a presidência de V. Ex^a e do Senador Antonio Carlos Valadares, nós ouvimos o Ministério da Agricultura, a área da saúde e os empresários. Também lá levei um documento dos trabalhadores. O Senador Leonel Pavan apresentou uma série de dados sobre as suas preocupações em relação a nossa política de exportação, que está sendo prejudicada devido à onda da gripe aviária. Eu estava lá e percebi o que representa aquela grave denúncia. Então, este é o rápido aparte que faço, pois eu já havia usado a tribuna. Cumprimento V. Ex^a, que é médico e demonstra toda a preocupação com as vidas e também com a repercussão econômica. Segundo a Embrapa – e V. Ex^a confirmava hoje pela manhã –, a

rede da gripe aviária envolve em torno de quatro milhões de pessoas, e mais de quatrocentas mil pessoas no Brasil poderão perder o emprego se não reagirmos rapidamente, porque a gripe aviária não chegou aqui, mas as conseqüências no campo econômico e social já chegaram. Por isso, Senador Papaléo Paes, que está liderando essa caminhada de debates acerca da gripe aviária, aceite aqui os nossos cumprimentos e o reconhecimento pelo seu excelente mandato.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, que também presidiu a reunião de hoje, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Também quero fazer-lhe justiça, porque V. Ex^a foi, pelo que presenciei, o primeiro a levantar esse assunto da tribuna do Senado Federal e a assinar todos os requerimentos de audiências públicas.

Agradeço também a sua presença, que é brilhante, durante os procedimentos nessas audiências públicas, porque, pelo seu conhecimento, pela sua experiência e vivência, V. Ex^a sabe explorar muito bem as informações que os palestrantes nos dão.

Parabéns.

No último dia 22, a Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, realizou audiência pública com a finalidade de debater a estratégia preventiva contra a gripe aviária. Compareceram à reunião – faço questão de citar os nomes – o Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – por sinal, um técnico brilhante –, em substituição ao Ministro Saraiva Felipe, que, na última hora, não pôde comparecer; e a Dr^a Paula Montagner, Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, também uma técnica da mais alta qualidade que nos esclareceu muito sobre a área que expunha.

Hoje, dia 28 de março, houve nova audiência pública, desta vez no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da qual sou Presidente. Estiveram presentes o Dr. Expedito Luma, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde; o Sr. Jamil Gomes de Souza, Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura; o Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango; e o Sr. Paulo Ricardo Santos Nunes, Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e de Fronteiras da Anvisa. Lamentavelmente não pôde comparecer o Dr. Paulo Marchiori Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz.

Tecnicamente, a moléstia caracteriza-se como uma epizootia, isto é, uma epidemia em animais, causada pelo vírus da Influenza Aviária tipo A. A doença apresenta um diferenciado nível de letalidade, mas uma cepa em especial, identificada por H5N1, é muito virulenta. Eis aqui o perigo! Em 1997, verificou-se, pela primeira vez, num surto epidêmico em Hong Kong, a contaminação de seres humanos por esse subtipo viral. Desde, pelo menos, o final de 2002, o vírus é endêmico entre aves no sudeste da Ásia e, pouco a pouco, tem sido levado por aves migratórias a outras regiões do planeta, como a Ásia central, o norte da África e o Oriente Médio. Recentemente, foram detectados casos de contaminações de aves silvestres em países da Europa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a situação, de fato, é preocupante e inspira providências. Há sérias implicações de ordem econômica, pois o vírus é devastador em criações de aves domésticas, e as medidas de contenção sanitária incluem o sacrifício de grandes contingentes avícolas, instituição de quarentenas e aplicações de embargos a produto. E isso, para nós do Brasil, é muito grave. Em conseqüência, há grande retraimento no comércio global, com elevados prejuízos para nações produtoras, como é o caso do nosso País.

O pânico que tomou conta da nossa população traz uma reação local. As pessoas estão com medo de consumir a carne do frango. Hoje, não há risco algum. Mas a conseqüência mais forte sobre a economia está exatamente na exportação da carne de frango, da qual o Brasil é grande exportador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pela preocupação que demonstra ao falar sobre essa tão falada epidemia: a gripe aviária. Na Presidência da Comissão de Saúde, V. Ex^a proporcionou hoje um debate, apesar de não contarmos com a presença de muitos Senadores, que serviu para alertar o Governo Federal. Esse assunto preocupa-me, Senador, porque o Governo não está usando suas prerrogativas para tranquilizar a população brasileira. O Governo gasta milhões na mídia para mostrar seus feitos, suas obras, suas fantasias, no entanto, não investe um centavo para esclarecer a opinião pública sobre a gripe aviária. O Governo não tem sensibilidade. Filhos de homens do campo que trabalhavam em criadouros de frangos, em aviários, estão indo embora, abandonando seus empregos com medo de pegar a gripe. Dizem: “Olha,

vai morrer muita gente e não quero ter contato com aves”. Senador Papaléo Paes, recebi uma pesquisa que demonstra que, nos últimos dez anos, morreram 94 pessoas em países asiáticos – a Terra tem seis bilhões de habitantes. O Governo Federal tem a obrigação de tranquilizar a população, que está aflita, sem rumo, sem orientação, porque existe apenas notícia ruim; não existe orientação alguma para aqueles que lidam com a produção de frangos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, eu pediria a minha prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concederei uma prorrogação de um minuto para que V. Ex^a conclua. O aparte do Senador Leonel Pavan foi de três minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero lembrar V. Ex^a que temos direito a dois minutos de prorrogação.

Para termos uma idéia, Senador Leonel Pavan, da letalidade do vírus entre aves domésticas, apresento dois dados importantes:

1) no início de fevereiro deste ano, em uma província da China, um surto da gripe aviária provocou a morte de 15 mil frangos em apenas 24 horas;

2) especialistas estimam que mais de 150 milhões de aves já tenham sido mortas apenas no sudeste asiático desde 2003.

Há que se considerar, ainda, o impacto na saúde humana. E aqui reside o principal foco de nossas atenções. No período compreendido entre 2003 e meados de 2006, 184 pessoas haviam sido contaminadas pelo H5N1, em sete países diferentes, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. Destes, 103 morreram. Observe-se que não há, até o presente momento, no mundo inteiro, registro de transmissão de humano a humano, embora os cientistas alertem para a possibilidade de o vírus sofrer mutação capaz de permiti-la – hipótese que pode conduzir a uma pandemia mundial.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a notícias um tanto alarmistas, nas quais constantemente se evoca a pandemia da gripe espanhola, de 1918, algumas considerações têm sido esquecidas no debate. Se, de um lado, é impossível descartar a possibilidade de haver uma mutação que permita transmissão entre os homens, também não se pode afirmar, categoricamente, que haverá a pandemia. Mesmo em tal cenário, os especialistas divergem quanto à intensidade do impacto global.

O Dr. Jarbas Barbosa deixou claro, em sua exposição na referida audiência pública, que as doenças de animais, ao se transformarem em doenças huma-

nas, tipicamente perdem uma fração de seu potencial patogênico, diminuindo sua letalidade. Além disso, as autoridades governamentais brasileiras estão se preparando, tanto para a possibilidade da chegada da gripe aviária em sua conformação atual, quanto para a hipótese de pandemia. No entanto, verifico que ainda precisamos de maiores providências, inclusive de campanhas de orientação à população.

Não custa lembrar que nosso País encontra-se em posição geográfica de baixo risco, fora da reta da maioria das aves migrantes. Ainda assim, parceria entre o Ministério da Saúde, o Ibama e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento propiciou a montagem de 66 unidades de sentinelas em todas as unidades federativas, para monitorar a saúde das aves migrantes e detectar eventual contaminação pelo vírus H5N1 tão logo ela ocorra. O País também já restringiu a importação de produtos e subprodutos avícolas provenientes de regiões afetadas pela gripe viária.

Sr. Presidente, imploro um minuto a mais para terminar a minha fala sobre tema tão importante.

Para responder a uma possível pandemia de gripe, o Ministério da Saúde instituiu, em dezembro de 2003, Comitê Técnico para preparar um plano de ação. Desde meados de 2005, contamos com um Plano de Preparação para a Pandemia de Influenza, cujas primeiras simulações tiveram lugar em fevereiro de 2006. O Plano prevê uma série de ações integradas, visando à detecção precoce, com medidas de vigilância, à contenção, ao tratamento e à comunicação social.

Vale destacar que o País tem investido na aquisição de medicamentos antivirais e também na geração de tecnologia para produzir vacinas. É o caso da parceria entre o Ministério da Saúde e o Governo de São Paulo, que é administrado por nosso colega de Partido Geraldo Alckmin, que destinou recursos ao Instituto Butantã para a pesquisa e o desenvolvimento de uma vacina contra a gripe aviária.

Sr. Presidente, convido os colegas Parlamentares a continuar acompanhando, passo a passo, as medidas governamentais nesta área, particularmente quanto à eficácia das ações preventivas até agora implantadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança antes da Ordem do Dia, não é para já, não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra, com aquiescência do Senador Mão Santa, ao Senador Juvêncio da Fonseca, do PSDB por Mato Grosso do Sul, por cinco minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao grande líder e orador político Senador Mão Santa a permissão de inserir esta comunicação inadiável antes de seu discurso.

Vi, Sr. Presidente, pela imprensa nacional, a grande luta dos estudantes de Santa Catarina, daqui de Brasília e de outros Estados em busca de um passe que os favoreça. Os Prefeitos municipais deveriam fazer um esforço bastante grande para conceder o passe livre ao estudante. É certo que há certa dificuldade para negociação com as empresas, mas façam um esforço!

Lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, já há dez anos, quando eu estava na Prefeitura, negociamos esse passe do estudante, de grande benefício. É gratuito? Sim, é gratuito. Mas a negociação é feita todo ano com as empresas, e elas também dão a sua contribuição social em favor do estudante. Mas é preciso que haja princípios rígidos de atendimento. Por exemplo, há que haver uma distância da residência do estudante a escola. Lá, estabelecemos dois quilômetros, no mínimo, de distância. Para quem mora além dos dois quilômetros, sim, pode-se conceder o passe do estudante. Também há necessidade da obrigatoriedade de frequência escolar, a ser comprovada todo mês. Pode-se também fazer limite à renda familiar.

Outra coisa que considero de fundamental importância, em razão principalmente da tecnologia da informática hoje: só se pode conceder o passe do estudante de maneira personalizada, com cores que permitam apenas a ida e a vinda da escola, sem que haja possibilidade de negociar esse passe fora desse momento.

Reputamos importante que o aumento do número de passe de estudantes seja sempre proporcional ao aumento dos passageiros pagantes, para que não inviabilize o acordo feito.

Tive dificuldade para fazer o acordo junto às concessionárias? É claro que tive, mas chegamos a um acordo bom, inclusive excluindo da planilha de custo o valor da gratuidade para o transporte coletivo de Campo Grande.

Adotamos também um outro passe importante, que é o passe do idoso. São incluídas na Constituição

e no Estatuto do Idoso muitas vantagens, mas, na prática, às vezes não são concedidas.

Também instituímos o passe do idoso. A negociação foi fácil, porque o idoso normalmente pega o ônibus, o transporte coletivo, nas horas em que esse transporte está ocioso. Essa é a hora em que o idoso passeia, sai para visitar um parente. Ele pega os ônibus até para sair um pouco de dentro de casa, para ter mais liberdade e não sentir aquele peso da idade quando está na casa da filha, do filho, do neto. Ele, às vezes, se sente muito mal e não tem para onde ir. Muito embora tenha muitos parentes, tenha praças para visitar, ele tem dificuldades para fazer tudo isso. Em consequência, sua auto-estima baixa, fica em situação precária.

Assim, com o passe para o idoso acima de 65 anos de idade, ele pode perfeitamente ter o transporte coletivo após o horário de pique sem causar prejuízo às empresas de transportes. Ele poderá visitar os seus parentes, visitar as praças e até mesmo dar um passeio pela cidade.

É preciso que os Srs. Prefeitos municipais tenham cuidado com estas duas pontas da nossa sociedade: a criança que está na escola; e o idoso, que deve ter a sua auto-estima supervalorizada. Esse é um grande serviço social que temos que nos esforçar para que seja prestado, como ocorreu e continua ocorrendo em Campo Grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB pelo Piauí, por 10 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as três inscrições para comunicações inadiáveis estão preenchidas?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estão preenchidas, Senador. V. Ex^a poderá ficar na segunda suplência. O Senador Almeida Lima já falou, e houve uma desistência.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado. Peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito como suplente. Mas aqui hoje falam todos. Pode aguardar. Tenha certeza.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, que preside esta sessão, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador João Alberto, V. Ex^a, como eu, é do tempo de Monteiro Lobato. Monteiro Lobato escreveu muito, de Medicina a Jeca Tatu; e foi ele, nos seus escritos, o primeiro a falar em petróleo no Brasil, que devíamos organizar uma companhia.

Depois, somos todos testemunhas: Getúlio Vargas fez a grande campanha do “petróleo é nosso”, “o petróleo é nosso”.

Magno Malta, não sei se V. Ex^a havia nascido, mas essa era a bandeira de Getúlio.

Hoje, a mídia diz que chegamos à auto-suficiência.

Pergunto, João Alberto: a vergonha é nossa? Isso é uma vergonha – tiraram o Boris Casoy, que dizia isso. O petróleo não é nosso.

Atentai bem! Foi instalada aqui a mentalidade – e eu denunciei, fui o primeiro – “Duda Goebbels Mendonça”. Goebbels foi o diretor de propaganda de Hitler. Ele dizia que uma mentira repetida se tornava verdade. E aqui nós advertíamos para esse fato. E aí está o petróleo: “Brasil bate às portas da auto-suficiência”.

Cumprimento o grande Líder José Jorge, do PFL. Eu sou do PMDB, do Senador Amir Lando. O PMDB do pacto federativo, não o PMDB da capitania hereditária. Que negócio é esse? O PMDB tem que ser da Nação, não podemos voltar à capitania hereditária. O PMDB tem donos? Que nada, o PMDB é do povo, é da Pátria. Este é o nosso sentimento.

Seguindo: “Denúncias contra a Petrobras junto ao TCU”, do Senador José Jorge. E o Tribunal de Contas da União comprova tudo. Eu não vou ler tudo, mas comprova a traquinagem, a malandragem, a roubalheira do PT junto à propaganda. Está aqui o texto, o laudo, desse extraordinário homem público que foi Senador, Guilherme Palmeira. Malandragem e traquinagem essas peças publicitárias. Está aqui. Rendo homenagem ao Senador José Jorge, que pediu uma auditoria. E foi comprovado: a roubalheira do PT é carimbada. Aqui se rouba como nunca dantes. E o que é nosso, atentai bem, Senador Magno Malta.

João Alberto, João Alberto! Tenho admiração pelo Senador João Alberto Souza. S. Ex^a foi Secretário de Segurança – está aí a dupla que devia ser aproveitada lá no Maranhão –, e o que prendeu de bandido! Eles tinham medo de que João Alberto fosse até para o Piauí. Mas se esqueceu de prender os traquinos que estão aí no Governo, deixou-os soltos, e eles estão engratando.

Senador João Alberto Souza, atentai bem: gastos de comunicação. Malandros. Irresponsáveis. Ô pena da ignorância do Lula! Não sabe nada, não vê nada. É tão simples! Senador Magno Malta, gastos de comunicação: em 1999 – dizem os técnicos que não existe inflação, que o Brasil é o mesmo, a inflação não aumentou –, a Petrobras gastou R\$128.490.000,00.

Senador Magno Malta, filho de Dadá, que está no céu, baiano de nascimento, em 1999, R\$128.490.000,00; em 2005, sem inflação, nosso salário de servidor público está todo congestionado, não aumenta nada, não dá 1%, foi de R\$700.350.000,00. Senador João Alberto, atentai, esses malandros... E está aqui o Tribunal de Contas da União, já foi comprovado: o PT é o único Partido que tem diploma de ladrão. Está aqui, é o Guilherme Palmeira que está dizendo. Ele é do Nordeste. Era do PFL, Senador João Alberto Souza. Agora, é do Tribunal de Contas da União. Então, aumentou de R\$128.490.000,00 para R\$700.350.000,00. Isso foi no ano passado. Os homens são ligeiros, roubam muito ligeiro, traquinos.

É isso a mídia. Ora, precisa fazer propaganda de oxigênio? Respiramos porque temos de respirar mesmo. Senador Sibá Machado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^{as} já viram alguém fazer propaganda de fotossíntese, que libera oxigênio? Precisamos do carro. Não precisamos de propaganda de gasolina, de óleo, de gás, não. Isso é malandragem, safadeza.

Atentai bem, gastos de comunicação. E há outros: de patrocínios culturais, sociais... Que negócio é esse? Este País, que tem o maior número de Ministérios, quarenta, cada um patrocina. O da Cultura patrocina. Aquele moreninho só dançando para cima e para baixo, tem dinheiro para lhe patrocinar – o “GG da Bahia”. E a Petrobras, com dinheiro de você de mototáxi, de você que está andando de ônibus. Por quê? Aumentou, Senador Amir Lando, de R\$35.878.000,00, em 1999, para R\$324.607.000,00, fazendo bloco de Carnaval. Buscaram até o Hugo Chávez para dar dinheiro. É essa a malandragem.

A Petrobras é para nos fornecer o combustível barato. Aí, Lulinha! Eu disse aqui, Senador Sibá Machado – a Senadora Heloísa Helena é testemunha –, que o “núcleo duro” não chegaria aqui porque era burro. Acabou-se. Acabo-o-o-o-ou... O lucro é a taxa de juros. É como aquela música do Ricardo Chaves: “Acabo-o-o-o-ou”. Cadê o “núcleo duro”? Nem Lula entraria aqui. Eu não sabia que ele ia morrer precocemente. Acabou.

Vamos ver os números do preço da gasolina.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – João Alberto, João Alberto, eu gastei dois minutos fazendo o comercial de V. Ex^a como Secretário de Segurança.

Mas, Senador João Alberto Souza, está aqui. Eu pensei que o “cão” havia levado a folha. Eu acredito em Deus, mas “cão” existe. Eu não votei no Lula, na primeira vez; na segunda, também não, Senador Amir Lando; e, na terceira, o “cão” atentou, e eu devo ter votado. E eu pensei que esse “cão” havia escondido esta folha. Mas, Senador João Alberto Souza, medite: V. Ex^a é um homem honesto e firme e luta contra bandido. E bandido não é para estar no Palácio da Alvorada, bandido não é para estar no Congresso ou na Justiça. Bandido é para estar na cadeia, para onde V. Ex^a mandou tantos.

Atentai bem: nosso combustível, aqui, custa R\$2,50, a gasolina simples; e o álcool custa R\$2,22. No Brasil, a gasolina custa R\$2,50 o litro. E bem ali, nos Estados Unidos, custa o equivalente a R\$1,24. São as malandragens do Duda Mendonça da vida, do PT, que está aqui dentro, gastando em publicidade, gastando em *shows* e em Carnaval. Nos Estados Unidos, custa R\$1,24, e aqui custa R\$2,54. Bem ali, na Argentina de Néstor Kirchner, de Perón, custa R\$1,18.

Senadora Heloísa Helena, companheira da área de saúde, Senador Magno Malta, vou ser muito prático falando como a Dadá lhe ensinou, para que nunca se esqueça. Tenho um carrinho. Sou muito prático, vejo o custo de vida pelo combustível. Sou cirurgião, e cirurgião é prático. Quando começou esta campanha para o Senado, Heloísa Helena, eu pegava R\$50,00 e enchia o tanque. Agora, o tanque custa R\$150,00. Custa R\$150,00! Então, o Lula, que vai à Venezuela, que traz o Chávez aqui, por que não aprende? Sabe quanto é a gasolina lá? Zero, duzentos e oitenta, quase dez vezes mais barato. Você que está me ouvindo, que está comendo comida fria porque não tem dinheiro para o gás, o botijão de gás está R\$40,00. Lá, na Venezuela é R\$4,00.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Mão Santa, por gentileza, vou dar mais 1 minuto para que V. Ex^a conclua.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com 1 minuto, Deus nos ensinou o caminho ao céu, o Pai Nosso tem 56 palavras, e quero, nesse minuto, tirar o povo do inferno, tirar o povo deste Governo. O povo que explora o povo: a gasolina mais cara do mundo, os juros mais altos do mundo, a taxa de imposto mais elevada do mundo, a roubalheira maior do mundo. Fome Zero não vi, mas falta de vergonha na cara do Lula é zero.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, do PL, do Espírito Santo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar que a Senadora Ideli está na CPI e que, pela ordem de inscrição, falo no lugar dela

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores que acompanham a vida política brasileira através da TV Senado; Senadora Heloísa Helena, ontem, eu vi o lançamento da candidatura de V. Ex^a a Presidente da República lá na Candelária, ocasião em que Ex^a recebeu um buquê de flores. Lá estava o Milton Temer.

Cumprimento a galeria, os estudantes, os cidadãos que visitam esta Casa. Certamente, é importante visitar-nos, acompanhar-nos e ouvir-nos para saber que nem todos são iguais e para não se criar a consciência de que devam todos ir para a vala comum.

Agradeço ao Senador Mão Santa pelas referências a mim e pelas mentiras que sempre diz a meu respeito. Mesmo assim eu agradeço e peço a Deus que o perdoe pelas mentiras e que me perdoe também porque eu gostei.

Senador Sibá, lia hoje nos jornais que o instrumento da ONU que mede o índice da falência do sistema penitenciário atribuiu um índice médio de 5,0 a 5,5 para o Brasil inteiro e 4,0 para o meu Estado, o Espírito Santo. Mas cinco e meio, quatro, numa escala de zero a dez, não é muito diferente.

Eu tenho recebido milhares de *e-mails* de pessoas que fazem coro, comigo concordam quando eu trato da redução da maioridade penal. A elas eu quero agradecer. Aliás, quero parabenizar a Rede TV, porque, despretenciosamente, estava mexendo no controle remoto quando vi lá a Deputada Zulaiê Cobra no programa da Luciana Gimenez tratando da redução da maioridade penal. E ela dizia, com a concordância de todos, que era a favor da redução de 17 anos para 16 anos. Não reduz nada, porque homem de 17 ou 16 anos é homem do mesmo jeito: vota, já passou a fase da puberdade, já estupra, gera filho e, com 17 anos, não é criança.

Senador Sibá Machado, diversas vezes nesta tribuna, tenho dito que o Estatuto da Criança e do Adolescente é bom. Mas nada é tão bom nessa vida que não mereça ser mudado, mexido, ou melhorado. E o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser mudado, exatamente para ser um estatuto de criança,

porque um estatuto de criança que inclui um homem de 17 anos não é mais uma criança. Um sujeito de 17 anos que mete uma pistola na cara de um trabalhador, chama-o de vagabundo, amordaça-o, leva-o para dentro de casa, estupra a mulher dele e diz: “Tira a mão de mim, porque eu sou criança.”

Na verdade, eu tenho um projeto chamado PEC Liana. Liana, filha do advogado de São Paulo, aquela menina estuprada por menores durante quatro dias e morta no quarto dia – menores no estatuto, mas um homem de 17 anos. A minha PEC, que leva o nome dessa moça, uma homenagem póstuma que, Senador Paulo Paim, ninguém gostaria de receber. Tenho tratado com a família o tempo inteiro, com o pai, sofrido ainda, lutando, parece, uma luta de João Batista, como uma voz que clama no deserto, sozinho, como também as vítimas de estupro, de assassinato praticado por menores neste País, Senador Mão Santa.

A minha proposta é que se reduza de 17 anos para 13 anos. Mas, na verdade, a minha proposta é para suscitar um debate, porque quero que se reduza para zero. A minha justificativa, Senador Sibá, é a seguinte: qualquer cidadão brasileiro que praticar crime hediondo, com natureza de sangue ou crime de estupro a partir da natureza moral, ou seja, a desmoralização, que perca direito à sua menoridade e seja colocado na maioridade, para pagar as penas da lei.

Isso quer dizer que se um menino de nove meses estiver mamando no peito da mãe, com nove meses, saltar do peito da mãe, pegar uma escopeta e der tiro dentro da escola, ele vai perder a menoridade com nove meses. Se tiver dois anos, achar que pode estuprar e sair estuprando, vai perder a menoridade. Agora, reduzir de 17 anos para 16 anos é brincadeira, porque, com 17 ou 16 anos, são todos iguais.

Isso é pedagógico. A Bíblia diz: ensina a criança no caminho que deve andar e, quando for grande, não se desviará dele. Tem até uma lei proibindo pai de dar palmada em filho.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Já encerro, Senador João Alberto.

Dar palmada, corrigir, olhem só! A Bíblia diz, provérbio de Salomão, que um filho sem correção é a vergonha do seu pai e a decepção da mãe.

Um projeto de lei para proibir pai de corrigir filho?

Agradeço a Deus as coças que levei de Dadá, Senador Mão Santa. Agradeço a Deus as coças, as correções que levei de Dadá. Ela não me esmurrou, não me maltratou, corrigiu. É bíblico: ensina o caminho por onde deve andar. Agora, pai não pode tocar a mão em filho mais porque o filho vai para Justiça, e

o pai vai pagar pelo crime de corrigir seu filho. É um disparate. Aliás, se temos uma dádiva, uma riqueza na vida, é filho. E o mal que a sociedade vive neste momento, que a carcome e a desmoraliza é o mal da insegurança pela falta de segurança pública.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Em um minuto encerro.

Advindo de quê? Da polícia que não toma conta dos marginais, diz a sociedade, e dos políticos que não fazem nada, diz a sociedade. Errou. Polícia não foi constituída para criar filho de ninguém; os políticos não estão aí para dar caráter a filho de ninguém, nem adotar políticas para criar filho de ninguém. Quem recebeu a dádiva de criar filhos foi a família, e as famílias têm de prestar atenção que tipo de cidadão está criando, que tipos de homens que está formando para entregar à sociedade. A deformidade da sociedade é a falta de formação de caráter que recebe em casa. Um homem com deformidade de caráter produz uma sociedade deformada, e toda a formação de caráter é dada por pai e mãe porque o espelho a ser olhado na formação do caráter de uma criança é pai e mãe, não é professora, nem polícia e nem político. E, nesse bolo, o maior responsável é a família: que tipo de cidadãos estamos formando?

Esse debate é longo, e gostaria, Senador João Alberto, de ir mais além. Se eu puder falar no final desta sessão, vou me inscrever.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Encerro até por conta dos *e-mails* que tenho recebido, para voltar a falar da questão do Exército na rua e da segurança nacional, o papel constitucional das Forças Armadas, e para discutir o falido sistema penitenciário brasileiro, que faz com que Fernandinho Beira-Mar viaje o País inteiro por conta da Nação.

Se as autoridades brasileiras quiserem mandar Fernandinho Beira-Mar lá para casa, recebo-o sem problemas. Se eu trancá-lo no banheiro lá de casa, ele só comerá quando eu lhe der comida; ele não terá *laptop*; não terá celular. O advogado dele não vai pintar e bordar como faz na penitenciária. Os 22 advogados dele não entrarão lá para peticionar; ele só terá luz quando eu acender. Na verdade, o criminoso que está trancado é o menos perigoso. O perigo é o salvo-conduto. Infelizmente, quem concede o salvo-conduto no crime é a autoridade. Precisamos discutir o sistema penitenciário brasileiro e o salvo-conduto dos criminosos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Magno Malta, fui Governador do Maranhão e, se ainda fosse, eu pediria que mandassem

Fernandinho Beira-Mar para lá, onde ele ficaria bem garantido.

Muito obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O ex-Deputado Federal José Gerardo está preso lá até hoje. V. Ex^a falou que ele agora é evangélico. Dizem que Hildebrando Pascoal também é evangélico agora. Que coisa boa! O Evangelho é o poder de Deus. Quando sair de lá, Hildebrando não vai serrar mais ninguém. Vai ser um alívio para a população do Acre. Ele não mais andar com motosserra, mas com a Bíblia. E Zé Gerardo não vai mais mandar matar ninguém, não vai matar criança, graças a Deus. O Evangelho é o poder de Deus.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Respeitando a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a terá dez minutos, por gentileza, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto Souza, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero falar sobre uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome relativa ao alcance e à eficácia do Programa Bolsa-Família e também dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Sr. Presidente, de acordo com a pesquisa, a renda média mensal dos beneficiários do Bolsa-Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, aumentou 21%. O levantamento mostra que 61,7% dos adultos e 66% das crianças que participam do Programa fazem três ou mais refeições todos os dias e que a renda média dessas famílias saiu de R\$ 302,00 para R\$ 366,00.

Os resultados indicam uma boa aceitação do programa de transferência de renda. Das 2.317 famílias beneficiárias ouvidas em 86 Municípios de todas as regiões do Brasil, 87,8% consideram que a condição de vida melhorou ou ficou muito melhor depois da inclusão do Programa Bolsa-Família.

De acordo com a pesquisa, o impacto do aumento da renda no Nordeste foi maior do que no resto do Brasil. Isso acontece porque a renda média da população na região é muito inferior, se comparada, por exemplo, às regiões Sudeste e Sul do País. Como lembra o Ministério do Desenvolvimento Social, “o programa atende tanto famílias pobres quanto extremamente pobres”. No Nordeste, 55,6% dos beneficiários declararam que a condição de vida melhorou e 34,7% afirmaram que ficou muito melhor. Não é pouca coisa para uma região que nunca foi olhada com a atenção devida por Brasília.

A pesquisa revela ainda que os atendidos pelo programa recebem, em média, R\$ 64,19 de benefício. Com isso, a renda média das famílias subiu de R\$ 302,00 para R\$ 366,00. Dos entrevistados, 87,2% afirmam que utilizam os recursos para compra de alimentos, de material escolar, compra de roupas e de calçados. Na opinião de 82,4% dos entrevistados a alimentação melhorou bastante depois que ingressaram nesse programa.

A pesquisa mostra também uma informação da maior relevância. O levantamento indica que 84,5% dos alunos vão à escola todos os dias. Manter os filhos na sala de aula é o compromisso mais lembrado pelos beneficiários. De acordo com a pesquisa, 88,1% citam a condição como dever de quem recebe os recursos do programa. A vacinação também foi mencionada por cerca de 25%.

O levantamento que visa a investigar as percepções dos beneficiários do Bolsa-Família, mostra que 85,3% dos responsáveis legais consideram o programa ótimo ou bom e 96,6% o classificam como importante para suas vidas.

Uma surpresa é que as famílias não manifestam dificuldades no uso do cartão magnético do programa. Para 96,3% é fácil sacar os recursos nos postos de pagamentos da rede bancária. Essa sondagem se junta a outro estudo divulgado no ano passado pelo Ministério de Desenvolvimento Social que revelou que o Programa Bolsa-Família tem impacto positivo também na renda dos Municípios brasileiros. Nessa pesquisa, em algumas localidades, o Programa chega a representar mais de 40% do total da renda municipal. Esses números me alegram porque reforçam a minha certeza de que o nosso Governo deixará como legado para futuras gerações o compromisso da solidariedade e da inclusão social.

Sr. Presidente, para falar dos números, das transferências: o Programa Bolsa-Família, que beneficia 8,789 milhões famílias repassou cerca de R\$ 543 milhões durante o ano, e os demais programas, aproximadamente R\$ 700 milhões.

Sr. Presidente, aproveitando ainda meu tempo na tribuna, quero dizer que, no último final de semana, estive acompanhando os debates lá no meu Estado e, como sou Presidente do Diretório Estadual, quero tornar públicas as decisões tomadas em relação à nossa associação. Era esperada com ansiedade por todos nós a resposta do TSE à consulta do Senador Jefferson Péres sobre a possibilidade de o nosso Senador Tião Viana se candidatar a Governador. Como é irmão do atual Governador Jorge Viana, isso não será possível. Assim, de imediato, se imaginava que nossa candidata natural seria a Ministra Marina Silva. Na quarta-feira

da semana passada, tivemos uma reunião no Estado e, em meio a debates, fomos convencidos a aceitar a manutenção da Ministra Marina Silva na Pasta do Meio Ambiente, por decisão unânime. Agora, na Plenária estadual de que participaram meu Partido, o PT, e outros que compõem nossa aliança, foi aceito o nome do vice-Governador Arnóbio Marques, que conhecemos lá por “Binho”, atual Secretário de Educação, como pré-candidato à sucessão do Governador Jorge Viana. Também essa decisão foi à unanimidade, e o Senador Tião Viana foi convencido a tentar a reeleição. Doravante, se Deus quiser, até metade do mês que vem, teremos definida já completamente nossa aliança no Estado, dados os resultados da verticalização e de todas as conversas que vimos tendo. Tudo isso poderá resultar na confirmação da nossa coligação, no fechamento da chapa de Deputados Federais e Estaduais, no restante da chapa majoritária, que envolve o debate sobre o vice-Governador, e as suplências de Senado.

Por último, Sr. Presidente, fiquei acompanhando pela imprensa o resultado do dia de ontem. E, como uma das pessoas que admiram o Ministro Palocci, que o respeitam, que têm por ele um carinho especial, quero render-lhe aqui também as minhas homenagens e a minha solidariedade pelo brilhante trabalho que exerceu à frente do Ministério da Fazenda. Havia unanimidade no seio do Governo e também em boa parte desta Casa, embora alguns, os quais respeito muito, contestassem as taxas de juros. Pelo equilíbrio do País, pelo equilíbrio das suas contas, pelo equilíbrio fiscal, pela estabilização da moeda, pelo controle da inflação, pela distribuição de renda e por tantas outras coisas que dependem, inevitavelmente, da competência de um ministro, sem sombra de dúvida o Ministro Palocci deve receber também as nossas homenagens. Eu não podia me furtar de vir hoje a esta tribuna para dizer isso.

Tenho grande esperança de que o seu sucessor, Ministro Guido Mantega, siga essa política, que, como ele mesmo disse, não é uma orientação do Ministro, mas sim uma orientação do Governo. Esperamos que ainda este ano possamos conviver com as taxas de juros mais baixas da história do Brasil. Com isso, Sr. Presidente, como já foi motivo de muitos debates, teremos um País com crescimento sustentável.

Falo ainda, como disse da última vez, sobre o crescimento e o desenvolvimento. Muitas vezes, acredito, o debate deixa a informação distorcida. Não faço a defesa do crescimento por si só, porque aprendi nos poucos manuais de Economia que li que crescimento e desenvolvimento são duas coisas diferentes; uma faz parte da outra. O País precisa de desenvolvimento, e o desenvolvimento, inevitavelmente, precisa do

crescimento do bolo, mas com repartição. É preciso haver a repartição, o respeito à distribuição de renda, o equilíbrio entre os mais ricos e os pobres. É claro, todas as pessoas têm direito a uma casa para morar, a um ambiente de residência, têm direito a fazer as suas refeições básicas no decorrer do dia, têm direito a levar a felicidade para suas casas, para seus entes queridos e, principalmente, cuidar bem de seus filhos. Temos certeza do cumprimento dessa missão.

Diante disso, quero aqui, mais uma vez, render as minhas homenagens ao Ministro Palocci pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente do Ministério da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, para a imprensa local, escrevi um artigo que trago para o conhecimento da Nação brasileira, por entendê-lo pertinente diante do momento que estamos vivendo.

Diz o artigo:

O Brasil não está em guerra. Não possui litígios com outros países. Aqui não existem conflitos sociais. Não vivenciamos a intolerância religiosa, racial nem de qualquer outra natureza. Mas é verdade que o Brasil passa por uma grave crise, quase fora de controle e já beirando o caos. Tudo é uma decorrência do esgarçamento do tecido social pela completa inversão dos valores que permeiam toda sociedade civilizada. O respeito aos pais, à família, à escola, à igreja, à sociedade, ao princípio da autoridade, à lei e à própria pátria, tem se tornado escasso em nosso meio. A decadência dos valores éticos e morais na sociedade brasileira é flagrante, vista a olhos nus. E o mais grave é que esta situação passa a ocorrer com intensidade nunca vista nos setores sociais que sempre foram referência, padrão e modelo para toda sociedade. Hoje se nota mudanças, pois a tônica tem sido, muitas vezes, o comportamento indigno, o que torna mais graves os nossos problemas. E uma sociedade que perde as suas referências, os seus valores, os seus cultos, é uma sociedade desestruturada e falida. Lamentavelmente é para este ponto que o Brasil está se encaminhando. Não tenha dúvida e não veja nessa afirmativa nenhum

exagero, ou afirmativa sinistra, pois foi nesta semana mesmo que todos nós vimos e ouvimos no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão um garoto afirmar que quando crescer deseja ser bandido. Não esqueça que num passado recente o desejo era ser doutor, professora, diplomata, aeromoça. Ser bandido nunca foi desejo de criança alguma.

Mas, convenhamos, crianças e adolescentes que ligam uma televisão ou ouvem em casa, na escola ou nas ruas que professor e doutor têm salário de fome e que não mais possuem *status* social, ao tempo em que ouvem que os bandidos estão se dando muito bem, roubando milhões sem ir para a cadeia, esperar o quê? Dá para se prever e esperar comportamento diferente? A deterioração moral em nosso país está evidente.

Para ilustrar essa evidência não é demais citar o célebre pensamento de Rui Barbosa que diz: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Mais do que apatia e omissão, apresentamos a permissividade e, até mesmo, a convivência daqueles que têm por dever a obrigação de coibir a bandalheira generalizada que se amplia cada vez mais no país. O que dizer de um Presidente da República que afirma não ter conhecimento de nenhum entre centenas de atos de corrupção praticados no seu governo e embaixo de suas barbas? O que dizer de uma Câmara de Deputados que não cassa parlamentares que foram corrompidos por esse mesmo governo, com provas de recebimento de dinheiro de origem ilícita? O que dizer de magistrados de tribunais superiores que concedem **habeas corpus** e outras liminares, embora contrariando e ferindo flagrantemente os interesses coletivos de uma nação com mais de cento e oitenta milhões de pessoas, e impedindo que um grupo de parlamentares exerça a função constitucional da investigação? O que dizer desses mesmos magistrados que, estando no exercício da judicatura, afirmam que estarão deixando a toga para enfrentar uma candidatura na próxima eleição com apoio desse governo e dos partidos que lhe dão sustentação e, ainda, continuam a conceder essas liminares que, escancara-

damente, dificultam a apuração da corrupção em prejuízo de toda a nação?

Portanto, mais do que disse Rui Barbosa, já estão institucionalizando a corrupção no país. Enquanto isso, a sociedade civil continua apática, sem líderes e o povo órfão sem referências a seguir, uma massa disforme. A Igreja, que sempre assumiu uma posição de vanguarda, os empresários, os estudantes, os intelectuais, os trabalhadores, a imprensa, entidades como a OAB, a ABI, a própria CNBB, a UNE, a CUT, todos estão sem líderes e sem atitudes: da incredulidade à omissão, e, o mais grave, alguns até coniventes com o que se pratica no governo.

Como a referência tem sido a corrupção, a desonra, as nulidades, o descrédito nas instituições, parcela maior do povo já perdeu a capacidade de se indignar, enquanto outros já planejam e sonham com uma vida de bandido. A que ponto chegamos!

Sr. Presidente, sei da brevidade do tempo, mas peço a compreensão de V. Ex^a para que me conceda, pelo menos, dois minutos a fim de que eu possa concluir meu raciocínio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o aparelhamento do Estado pelo PT não foi visto sequer no governo do Presidente Collor. Aparelharam o Estado para corromper, para controlá-lo politicamente diante de toda a sociedade, para dar empregos, para a prática do nepotismo, para aumentar os descontos para o Partido dos Trabalhadores, para vasculhar a vida de todos os cidadãos, principalmente para perseguir aqueles que lhes fazem oposição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam o caso Palocci, as mentiras, a economia sem desenvolvimento, sem crescimento. Quiseram, por fim, quebrar a própria Caixa Econômica Federal, porque, Sr. Presidente, a atitude que tomaram...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Já imaginaram os senhores e as senhoras se a conta do Francenildo, em vez de ser na Caixa Econômica, fosse no Banco do Brasil? Fariam a mesma coisa. Não seria a queda do Mattoso, mas seria a queda, quem sabe, de um outro dirigente do Banco do Brasil, porque o aparelhamento está em todo o Estado brasileiro. Nunca se viu, neste País, o uso de órgãos como o próprio Ministério de Estado da Justiça, que não é um ministério de Governo, mas de Estado, assim como a Polícia Federal, para a dificuldade que se cria na

investigação de toda esta bandalheira que estamos vendo em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, e Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos criar as referências para que os nossos jovens não digam mais e não desejem mais aquilo que vimos no Fantástico, da Rede Globo, na última semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, claro que ontem o plenário do Senado foi tomado pelo debate em relação à demissão do Ministro Palocci.

Antes de alguém ir ao microfone para dizer que isto é debate eleitoral, esta cantilena enfadonha e mentirosa de dizer que todas as críticas que são feitas ao Governo Lula nada mais é do que o simbolismo da campanha eleitoral. Então, eu já sempre inicio dizendo que o povo brasileiro, se quiser, terá todo o direito de reeleger o Presidente Lula, solicitar um plebiscito para voltar a Monarquia, transformá-lo em rei. Então, está tudo muito bem. Em última instância, caberá ao povo brasileiro dizer quem será o futuro Presidente do Brasil. Então, não se trata disso.

Agora, eu, realmente, a cada dia, fico mais impressionada com a tática utilizada pelo Presidente Lula e os depoimentos que são dados por autoridades do setor público. Analisando a demissão do Ministro Palocci, primeiro que já era de se esperar. Até porque o Presidente Lula, sendo um homem brilhante como é, eu não tenho dele a visão elitista e preconceituosa de que ele é um incapaz e que, portanto, manobrado por qualquer uma outra personalidade do Governo. Ele é um homem brilhante, profundo conhecedor da estrutura partidária, das relações promíscuas com o Congresso Nacional e da máquina pública. E é exatamente por não ter do Presidente da República uma visão elitista e preconceituosa, por reconhecer nele um homem brilhante e profundo conhecedor das relações políticas do País, é que eu não tenho dúvida de que ele é o grande comandante, o grande articulador dos tentáculos da corrupção estabelecida pelo parasitismo da máquina pública dentro do Governo Federal.

E o Presidente Lula agiu como agiu no caso do Delúbio, do José Dirceu e de outros mais. Sendo um homem brilhante, estabeleceu uma manobra inteligente, sofisticada, mas fraudulenta e oportunista do ponto de vista eleitoral e, mais uma vez, retirou um dos seus principais articuladores e assessores para, de alguma forma, não deixar nele respingar no debate eleitoral. Então, esse tipo de manobra sofisticada e inteligente

do Presidente Lula de retirar os seus principais articuladores e assessores para ludibriar a opinião pública, dizendo que nada tem a ver com os escândalos de corrupção, já era de se esperar.

Agora, eu, realmente, estou impressionada com o cinismo do Presidente da Caixa Econômica Federal na justificativa pública que deu para a violação do sigilo bancário do Sr. Francenildo. Realmente, daqui a pouco, nós vamos ter que encontrar vários poços de óleo de peroba para tamanha cara-de-pau dos agentes públicos, quando vão depor nas instâncias da Polícia Federal ou do Ministério Público ou do Congresso Nacional.

O Presidente da Caixa Econômica Federal ter a ousadia, a audácia de prestar um depoimento na Polícia Federal, dizendo que nada mais fez do que cumprir a legislação em vigor do País ao abrir um procedimento para investigação de lavagem de dinheiro do caseiro, realmente, é o cúmulo do cinismo! Até porque se a Caixa Econômica Federal fosse, pela lei, abrir um procedimento investigatório em relação às contas do Francenildo, ela tinha de ter feito no dia 6 de janeiro, quando foram depositados os primeiros dez mil; no dia 6 de fevereiro, quando foram depositados os segundos dez mil, e não às vésperas. Ou seja, às 19 horas e 54min da sexta-feira, na véspera de sair a matéria, a Caixa Econômica Federal encaminhou ao Coaf, que, por sua vez, contrariando tudo que já tinha feito ao longo da sua história – porque o Coaf só encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal 0,6% dos procedimentos que tinham sido encaminhados por todas as instituições de crédito no Brasil –, no caso específico do Francenildo, imediatamente foi encaminhado.

Então, realmente, é um escândalo o que aconteceu, é um cinismo que eu não poderia deixar de registrar. Claro que, em relação ao Presidente Lula, como homem brilhante que é, fez mais uma manobra sofisticada e inteligente de jogar fora o Ministro Palocci para ludibriar a opinião pública, dizendo que nada tem a ver com os esquemas de corrupção, enquanto sabemos todos nós que ele é o grande comandante do esquema de corrupção montado no seu Governo.

Mas eu não poderia deixar de registrar o meu repúdio ao cinismo mentiroso, delinqüente do presidente da Caixa Econômica Federal, que teve a ousadia de reivindicar a legislação em vigor do País para justificar a quebra de sigilo do Sr. Francenildo.

Como não tenho mais tempo, Sr. Presidente, eu queria apenas deixar registrado o que já disse. Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário,

deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, na prorrogação do expediente, o Senador João Alberto Souza, para uma comunicação inadiável.

Os próximos oradores serão os Senadores José Jorge e Arthur Virgílio, que falarão como inscritos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda agora ouvia o Senador Magno Malta e ele me falava sobre a responsabilidade fundamental do Governo para com os professores.

O meu pronunciamento hoje – eu já falei ontem – não é com referência aos professores. Só gostaria de dizer que eu, como representante do Estado do Maranhão, sinto a vergonha de, aqui nesta Casa, voltar a me pronunciar que um professor de terceiro grau do Maranhão percebe, pelo Estado, um salário de apenas R\$400,00 e que o salário mínimo no Maranhão é de R\$280,00, não é de R\$300,00. É o único Estado do Brasil que não paga o salário mínimo. E, agora, com o salário mínimo de R\$350,00, o Governador do Estado anuncia que vai poder pagar só R\$320,00.

Enquanto isso, o Governo do Estado faz estradas fantasmas, convênios com entidades fantasmas, e a corrupção é a maior de toda a história do Maranhão.

Mas, Sr. Presidente, eu venho falar hoje sobre o aniversário da cidade de Chapadinha, no Maranhão. Essa Chapadinha que já votou em mim para Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador agora aniversaria. E eu quero dizer algumas palavras sobre a cidade de Chapadinha.

Presto hoje minha homenagem a Chapadinha, no Estado do Maranhão, pelo aniversário que fará amanhã, 29 de março – e lá eu estarei. Chapadinha está completando 68 anos de sua elevação à categoria de cidade, fato que aconteceu em 29 de março de 1938, por ato do então Interventor do Estado, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos.

A história de Chapadinha, no entanto, é muito mais longa, história cheia de aventura, de obstinação, de trabalho, de coragem e de heroísmo. É resultado do empreendimento do povo maranhense e dos nordestinos que se embrenharam pelo interior do Estado do Maranhão, na esperança de construir vida própria e melhor para si e para as famílias.

Assentada na zona do Baixo Parnaíba, Chapadinha em 1783 era habitada pelos índios Anapurus; passou por várias denominações, Chapada das Mulatas – em função da cor predominante das mulheres locais –, Freguesia Nossa Senhora das Dores, Vila Chapadi-

nha, em 1890, por desmembramento dos Municípios de Brejo e Vargem Grande, até à denominação atual de simplesmente Chapadinha, em decorrência de sua configuração geográfica.

A região sempre se sobressaiu pela produção de amêndoa de babaçu, cera de carnaúba e pecuária, além de arroz, milho e mandioca. Hoje, seu perfil econômico está-se diversificando com a introdução da soja e a intensificação da produção, tecnicamente aprimorada, de arroz. É o pólo número um de desenvolvimento do Baixo Parnaíba, no setor, do Maranhão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a fala sobre o nosso pujante Município de Chapadinha, mas iniciou o seu discurso com uma referência aos professores. O que trago aqui é minha palavra de solidariedade a tudo quanto afirmou o eminente Senador João Alberto, ex-Governador do Maranhão. Os nossos professores estaduais precisam de uma atenção melhor do Estado do Maranhão. São bons professores. De algum tempo a esta parte, todos concursados, todos requalificados e que têm grande qualificação para o exercício de sua profissão nobre. Merecem, por isso mesmo, uma atenção melhor do Poder Público, que é o que reivindica V. Ex^a. Quando V. Ex^a foi Governador e eu também, tivemos juntos, tanto no seu Governo quanto no meu, o cuidado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ...o cuidado com os nossos professores estaduais. O que nós desejamos é que tudo isso prossiga neste Governo e a partir dos próximos. Os professores precisam de um lugar especial na paisagem social do nosso Estado, como pensa V. Ex^a também pela exaltação que faz da região de Chapadinha. É uma região promissora e que, ajudada, produzirá muito em benefício de todo o Estado do Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Agradeço, Senador Edison Lobão, que foi um grande Governador do Maranhão, o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse mais alguns minutos.

O Município de Chapadinha tem hoje uma população de 56.800 habitantes, dedicados predominantemente à agricultura e à pecuária. É administrada pelo Prefeito Magno Augusto Bacelar Nunes, ex-Deputado Estadual...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– ...homem público provido de visão empreendedora, dinâmico e sonhador, marcado pelo esforço de bem gerenciar e incentivar o desenvolvimento da comunidade cuja administração lhe foi entregue pela população local. O Prefeito Magno Bacelar, anteriormente, foi Prefeito da cidade de Aldeias Altas.

Parabéns à cidade de Chapadinha! Parabéns a seu Prefeito! Muito desenvolvimento e progresso é o que desejo ardentemente a toda a população chapadinhense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como disse na semana passada que ingressaria com representação disciplinar contra o Ministro Edson Carvalho Vidigal, comunico a esta Casa que o fiz na última quinta-feira, dia 23, às 16:05 horas, no Conselho Nacional de Justiça. O Protocolo tem o nº 1466. Obrigado, Sr. Presidente. Era só a comunicação que eu desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador José Agripino, há dois inscritos para falar como Líder: V. Ex^a e o Senador Jefferson Péres, que se inscreveu antes de V. Ex^a e já está em plenário. Falará V. Ex^a ou o Senador Jefferson Péres?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, pela Liderança do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há três anos alguém me dissesse que o Governo Lula, o Governo do PT, seria isso, eu teria chamado a pessoa de louca. Só um louco poderia pensar isso.

Passei oito anos no Senado vendo as posições firmes de Senadores da Bancada do PT e as críticas ao Governo Fernando Henrique. Pareciam tomados de um rigor ético que me impressionava muito. Por isso, no segundo turno, votei no Lula. É curioso isso. Votei no Lula com certo temor de que ele fizesse besteira na economia, bobagem na economia, mas tinha a certeza de que ele seria corretíssimo do ponto de vista ético. E houve o contrário.

O Ministro Palocci, enfrentando todos os radicais e alguns amalucados do PT, conduziu a política eco-

nômica de forma responsável. Por isso, o País está em céu de brigadeiro. Mas, do ponto de vista moral, está sendo realmente um desastre, Sr. Presidente.

E digo isso com a decepção de quem votou no Lula.

Hoje recebi um **e-mail** de um cidadão, provavelmente petista, em que fazia cobranças: “O senhor parece zangado, cheio de ódio”.

Engano seu! Se há uma pessoa desprovida de ódio, sou eu. Posso ser sisudo, posso ser duro. Odiento jamais. Sigo a máxima de Santo Agostinho: “Detesto o pecado, mas não odeio, de forma alguma, os pecadores”.

Tenho pena do drama. Até hoje tenho pena da pessoa, da figura do Ministro Antônio Palocci, mas eu o condenaria tranqüilamente se fosse juiz. Eu o condenaria à prisão. O Ministro Palocci cometeu crime. Não só mentiu ao Congresso, não só mentiu à Nação. Ele cometeu crime. Ele se reunia com aquele grupo de Ribeirão Preto – desculpe-me a bela cidade paulista, que vai ficar quase que com esse estigma; até me recuso a utilizar a expressão “república de Ribeirão Preto” exatamente para não estigmatizar a cidade –, mas ele se reunia com aquele grupo mafioso que fazia tráfico de influência naquela casa. Sei lá se para outros fins, não importa, não quero falar da vida privada dele. E depois culminou com esse episódio escabroso – isto foi escabroso – da quebra do sigilo bancário desse caseiro, desse humilde caseiro dentro de um órgão oficial da Caixa Econômica, numa operação que envolveu toda a cúpula da Caixa, certamente com o conhecimento, se não sob a ordem, sob a determinação do Ministro Antônio Palocci.

É o Governo que está envolvido nisso. Não é...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Já lhe dou o aparte, Senador.

Não é um fato isolado; envolve a cúpula do Governo. A cadeia de comando veio do Ministro Antonio Palocci Filho, que despachava, nos últimos dias, no Palácio do Planalto, ao lado do Presidente da República. Será que o Presidente não sabia também?

Senador Almeida Lima, já lhe concedo o aparte.

O Governo está precisando de oftalmologista. É um governo de pessoas que sofrem de doze graus de miopia, ou, então, de catarata em grau avançado, porque nunca sabem de nada do que acontecem em torno. Toda essa operação do valerioduto era pelo Sr. Delúbio Soares, freqüentador assíduo de palácio, coordenado pelo Ministro José Dirceu, de absoluta confiança do Presidente. E o Presidente não sabia de nada? O Ministro Antonio Palocci Filho não sabia de

nada dos que faziam a máfia de Ribeirão Preto. Uma Diretora da Caixa e vice-Presidente está dizendo, agora, que não sabia de nada também: nem da operação de quebra de sigilo, nem da operação abafa. É um governo de cegos.

Dou-lhe o aparte, Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Jefferson Péres, V.Ex^a, ao iniciar o pronunciamento, disse que, se há três anos alguém tivesse imaginado o fim do Governo Lula, como se encontra hoje, teria sido chamado de doido, louco. Eu não digo três anos. Mas, no dia 2 de março de 2004, eu fiz isso desta tribuna e não fui chamado apenas de louco; eu fui chamado de louco e de mais alguma coisa. Aliás, de muito mais coisa, quando disse aí exatamente o procedimento do então Ministro José Dirceu. E de lá para cá, toda a história tem comprovado aquilo que nós havíamos previsto. V.Ex^a tem razão. Três anos, não; mas, pelo menos, dois isso aconteceu e foi a nossa previsão. Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Parabéns pela sua clarividência que, infelizmente, eu não tive. Hoje, percebo que, realmente... Não todos os petistas. Tenho um grande respeito por muitos deles. Aqui mesmo, à minha frente, está o Senador Eduardo Suplicy. Eu o cumprimento pela sua independência. Senador, tenho dó do constrangimento por que V.Ex^a sofre, passa, porque V.Ex^a, além do histórico que tem com o seu partido, V.Ex^a é, sem dúvida, – e digo isso de público – inegavelmente, um homem de bem. Ouço V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, serei muito breve. Ouvirei apenas o aparte do Senador Eduardo Suplicy, em atenção a S.Ex^a. Em seguida, encerro meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ouviremos, então, o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Eduardo Suplicy, V.Ex^a tem o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jefferson Péres, agradeço a manifestação de V.Ex^a. Apenas gostaria de ponderar: ainda não sabemos inteiramente tudo o que se passou. E avalio que será importante aprofundarmos o conhecimento. Acredito que o próprio Ministro Antonio Palocci, estará passando seu cargo daqui a instantes, se não já o está fazendo, ao novo Ministro Guido Mantega. Ainda não sabemos inteiramente – eu, pelo menos, não sei – todo o teor daquilo que disse à Polícia Federal o Presidente Jorge Mattoso, da Caixa Economia Federal. Avalio que se faz

necessário conhecermos melhor todo o episódio para chegarmos a conclusões. Sem dúvida, houve da parte do Ministro Antonio Palocci e do Presidente da Caixa Econômica Federal o reconhecimento de erro grave cometido, e, por essa razão, resolveram sair e estão sendo afastados. Portanto, quero ter mais elementos para compreender tudo antes de fazer uma avaliação mais completa. É apenas isso que queria registrar, em respeito a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas não é erro, não; é crime, Senador Eduardo Suplicy. Vamos deixar os eufemismos de lado.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço V. Ex^a, Senador Jefferson Péres. Vou conceder a palavra ao Senador José Agripino pela Liderança. Em seguida, falará o Senador José Jorge. Logo após, o Senador Arthur Virgílio. Às 16 horas, vou anunciar a Ordem do Dia.

Concedo agora a palavra ao Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, como Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E a pauta está trancada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A pauta está trancada.

Tem a palavra o Senador José Agripino, por cinco minutos, Senador, por gentileza, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava voltando agora há pouco do depoimento, na CPI dos Bingos, da Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr^a Clarice Copetti, e fui abordado, Senador César Borges, aqui na entrada do plenário, por um jornalista – bom jornalista – que me perguntava até onde o Congresso e a Oposição iriam caminhar no processo Palocci, Mattoso. Ao invés de responder a ele, prefiro responder na tribuna. Respondo a ele e respondo ao Plenário, aos que nos vêem e que nos ouvem.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a estava na reunião da CPI dos Bingos no dia em que o caseiro Francenildo, o piauiense Francenildo, o meu conterrâneo de Região Nordeste, Francenildo prestava um depoimento, procurando ajudar o esclarecimento de fatos que estavam constrangendo o País. Ele, vestido na sua camisa simples, modesta, falando a verdade, com palavras toscas, mas absolutamente, sinceras, lá pelas tantas, foi interrompido por uma decisão do Supremo

Tribunal Federal, solicitada pelo PT e acolhida, aceita pelo Supremo Tribunal Federal. O fato aconteceu e indignou o Brasil inteiro. Senador Jefferson Péres, no dia seguinte, quinta-feira, sexta-feira, já circulavam rumores de que próceres petistas anunciavam que, no fim de semana, viriam notícias, viriam bombas que iriam inutilizar o depoimento sincero do piauiense Francenildo. Realmente vieram notícias numa revista de circulação nacional, que tentavam desqualificar Francenildo: anunciavam depósitos de R\$ 25 mil, R\$ 30 mil, ou mais do que isso, que seriam inexplicáveis na conta de Francenildo. O que não se esperava é que Francenildo tivesse os boletos bancários para exibir ao Brasil inteiro mostrando que aqueles depósitos eram feitos pelo seu pai biológico por razões que não interessa aqui discutir. Isso porque nunca nos interessou, Senador Arthur Virgílio, discutir questões pessoais do Ministro Palocci na CPI, assim como não se deveria discutir, esmiuçar, como foi esmiuçada, a questão do porquê foi depositado aquele dinheiro, por que razões o pai biológico dele depositou aqueles R\$25 mil. A partir daí, ocorreu uma indignação nacional. No afã de se defender o Ministro Palocci, cometeram um crime que o País não perdoa: quebrar o sigilo, que é um direito, uma garantia individual do cidadão, de qualquer um de nós, é uma garantia constitucional. Quebraram o sigilo do Francenildo para justificar o Ministro Palocci, para dizer que o Francenildo tinha uma palavra desqualificada. A partir daí, surgiu toda uma seqüência de eventos. A primeira delas foi o envolvimento das pessoas que estariam, como numa corda de caranguejos, ligadas ao processo de esclarecimento ou à quebra do sigilo bancário. O Sr. Jeter é um gerente de carreira; a Sr^a Sueli é uma superintendente da Caixa Econômica, funcionária de carreira; o Sr. Schumann é assessor especial da Presidência, não é funcionário de carreira; e o Sr. Mattoso é o Presidente da Caixa, não é de carreira.

Ficou claro, Senador Jefferson Péres, para o Brasil inteiro, que a Caixa Econômica, a nossa Caixa, a Caixa que eu conheci fazendo depósito na cadernetinha, nos meus tempos de menino, em Mossoró. Eu fazia depósito em poupança numa caderneta, mas acreditavam nela naquele tempo. A Caixa Econômica Federal foi destroçada na sua imagem por uma turma que se instalou na sua direção, comandada pelo Presidente Mattoso, que acabou de se demitir ou foi demitido. Mas ele foi demitido quando o prejuízo eleitoral era inevitável. É aí que eu quero chegar.

O aparelhamento do Estado ficou claro para as pessoas. O Jeter e a Sueli são funcionários. Não sei se são petistas ou não são petistas. O Schumann não é funcionário e é ligadíssimo ao Presidente Mattoso,

que recebeu do Schumann, que mandou a Sueli, que mandou o Jeter quebrar o sigilo. Um aparelhamento de Estado claro. Os petistas mandam que os funcionários façam o crime para dele se aproveitar e desqualificar a palavra de um brasileiro comum, pobrezinho, chamado “o piauiense Francenildo”.

Muito bem, o fato chegou até o Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, que tinha uma obrigação: pegar aquele papel que lhe foi entregue e remetê-lo à Coaf. Ele até teria direito a mandar quebrar o sigilo pelo inédito dos depósitos, se entregasse o papel à Coaf. Está previsto na legislação que a Coaf, havendo algum movimento estranho na conta de alguém, pode mandar quebrar o sigilo. É verdade que, de um milhão, mandam investigar cinco. Então, podia ser um dos cinco.

O Sr. Jorge Mattoso recebeu da escadinha. Do Jeter, para a Sueli; da Sueli para o Schumann. E aí o Schumann, que não é funcionário, entregou ao Mattoso, que não é funcionário, mas é do PT. Ele foi entregar ao Ministro Palocci, em vez de fazê-lo à Coaf. Do Ministro Palocci, em vez de ir para a Coaf – houve a segunda época, a segunda chance –, foi para uma revista de circulação nacional para anarquizar a vida de Francenildo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, por gentileza, conclua.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

O uso do aparelho do Estado, criminoso, aconteceu nesse segmento. Está acontecendo o uso do aparelho do Estado, produzindo um crime para beneficiar o Governo. Terminou no Ministro Palocci? Quem me assegura isso? Quem me assegura que terminou no Ministro Palocci, que foi demitido? E só foi demitido porque o prejuízo eleitoral estava estampado. Há três dias, Lula disse: “Palocci fica. Palocci fica. Palocci fica”. Quando pegou as pesquisas e viu que estava se destroçando eleitoralmente, fez com ele o que fez com José Dirceu e faz com qualquer um. Para se autopreservar, ele passa por cima do parente mais próximo. Só que as investigações, Senador Jonas Pinheiro, por dever de consciência, têm que ir aonde tiverem que ir. Se entrarem no Palácio do Planalto, vão entrar no Palácio do Planalto.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

A pergunta que me fizeram tem uma resposta clara: nós não vamos nos intimidar. As investigações vão chegar aonde tiverem que chegar. A questão da

quebra do sigilo bancário, da agressão à garantia individual foi demais, passou da conta. O uso do aparelho do Estado em benefício do Governo não se pode agüentar.

E o Sr. Paulo Okamoto espere, porque as suas contas vão ter que ser, sim senhor, quebradas para que o Brasil saiba quem pagou a conta de Lula e de onde veio o dinheiro do Sr. Paulo Okamoto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por dez minutos.

Antes, porém, concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar que o horário da Liderança do PSDB, antes da Ordem do Dia, será ocupado pelo Senador Leonel Pavan, com muita honra para o Partido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – S. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a queda do Ministro da Fazenda Antonio Palocci é a 18^a baixa do Governo do Presidente Lula, que fulmina amigos, Parlamentares ou funcionários graduados de empresas estatais.

Do chamado “núcleo duro” do Governo, quase todos já foram afastados, em sua maioria envolvidos na prática de corrupção ou de crimes eleitorais, como é o caso do mensalão.

Recentemente, tive a oportunidade de rever o filme documentário chamado “Entreatos”, do cineasta João Moreira Salles, que registrou os últimos dias da campanha presidencial de Lula, em 2002. No filme, fica clara a proximidade de Lula com esses companheiros que acabaram tombando nesse campo de batalha que é o Governo petista.

O coordenador da campanha foi o Ministro Antonio Palocci, a mais nova vítima do desmonte deste Governo, que vai chegando ao fim melancolicamente. E, diga-se de passagem, pessoalmente, acredito que o Ministro Palocci saiu do Governo pelo fato mais grave que já aconteceu no Governo do Presidente Lula: a quebra do sigilo bancário desse caseiro pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, uma instituição de 145 anos, a pedido do Ministro da Fazenda. Realmente, não existe mensalão, nem roubalheira, nada que possa

ser mais grave numa democracia do que a quebra do sigilo bancário de um homem do povo.

O Deputado cassado José Dirceu aparece nas cenas exatamente como atuou no período em que exerceu a chefia da Casa Civil, ou seja, mandando mais do que o próprio Presidente da República.

A Direção nacional do Partido dos Trabalhadores, também presente na fita, Genoino, Delúbio e Silvinho, acabou defenestrada, acusada de envolvimento no escândalo do mensalão, que manchou indelevelmente o PT e os partidos aliados ao Palácio do Planalto. Os Deputados aliados a Lula, como João Paulo Cunha, Paulo Rocha, Roberto Jefferson, Carlos Rodrigues, José Borba, Valdemar Costa Neto, Severino Cavalcanti, ou foram cassados, ou renunciaram ao mandato, ou encontram-se em situação desesperadora, aguardando a fatia libertadora da pizza assada nos porões do Palácio do Planalto.

Também gostaria de acrescentar que a dança da Deputada, na última quarta-feira, é a prova definitiva de que todas as absolvições que estão ocorrendo na Câmara, Senador Jefferson Péres, são comandadas pelo PT, com apoio dos demais Partidos do mensalão e com o voto dos faltosos, aqueles que não vão. Por isso, não se está conseguindo fazer essas cassações. Na realidade, a Deputada Ângela Guadagnin também é representativa porque é a representante do PT no Conselho de Ética, Senador Jefferson Péres. Se ela que é representante do PT no Conselho de Ética e que acompanhou de perto todos os processos vota contra e ainda comemora, significa efetivamente que são eles que estão comandando essas absolvições.

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Jorge, creio que nada mais emblemático, nada mais representativo de uma época e de um governo do que aquela Deputada dançando em plenário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É a dança da *pizza*.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – É, mas não pela dança em si. Creio que o gesto lúdico da Deputada de cantar e dançar é admissível no Parlamento. Considero isso uma manifestação perfeitamente humana e até bonita. Mas é o motivo de ela ter sambado. Ela estava festejando acintosamente, debochadamente a absolvição de um colega que confessara – e ficara comprovado – ter recebido mais de R\$ 400 mil do “valerioduto”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Enquanto a Deputada sambava, o povo dançava; enquanto a

Deputada saracoteava, a ética cambaleava; enquanto ela rebojava, o Governo se enrolava. É símbolo de uma época.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade, Senador Jefferson Péres.

Aquilo foi grave. Mas, na realidade, ela foi importante também porque definitivamente mostrou quem é que está comandando a *pizza* na Câmara dos Deputados.

Outros atores no documentário de Moreira Salles eram Luiz Gushiken, Paulo Okamoto e Clóvis Carvalho – aliás, é Gilberto Carvalho; Clóvis Carvalho era do Governo Fernando Henrique – perambulam pelos corredores do Palácio do Planalto, desculpando-se a cada esquina e dependendo de liminares do Supremo Tribunal Federal para não prestar esclarecimentos de suas atividades suspeitas nas Comissões Parlamentares de Inquérito em curso no Congresso Nacional.

O Ministro Luiz Gushiken está envolvido com as agências de publicidade. Paulo Okamoto – não precisa nem falar –, hoje, não veio aqui porque o Supremo Tribunal Federal concedeu outra liminar para ele não vir. É o cara que faz os pagamentos do Presidente Lula. E Gilberto Carvalho está envolvido na questão de Santo André como o comandante da “Operação Abafa”.

Duda Mendonça, que, formalmente, não é o diretor do filme, aparece na película como o verdadeiro ventríloquo que manipula o boneco ao gosto da grande platéia de eleitores, iludindo e enganando o distinto público que espera ansioso um salvador da pátria. Mas o ilusionista Duda Mendonça não conseguiu esconder os recursos que depositou em paraísos fiscais e que jamais foram declarados à Justiça Eleitoral ou à Receita Federal – mais de dez milhões de reais.

Outros atores coadjuvantes como José Nobre Guimarães – o dos dólares na cueca –, Maurício Marinho, esse Manoel Severino, que era da Casa da Moeda – este é o único país do mundo que tem um corrupto presidindo a Casa da Moeda. Imagine V. Ex^a, Senador Ney Suassuna: é macaco tomando conta de banana; o sujeito que fabrica dinheiro não merece confiança.

O documentário “Entreatos” tem um final abrupto. Fica claro que a história estava apenas começando. O que nos entristece é que o “Entreatos 2”, atualmente em produção, está sendo muito pior do que o primeiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de concluir falando também sobre essa questão do sigilo bancário do caseiro na Caixa Econômica Federal. Está acontecendo, neste momento, o depoimento da Sr^a Clarice Coppetti, que é a Diretora de Tecnologia da Caixa Econômica Federal. Essa senhora deu um depoimento frio, dizendo coisas que considere absurdas. Primeiro, contou que o Presidente da Caixa baixou uma portaria

determinando um prazo de 15 dias para que se identificassem as pessoas que tinham quebrado o sigilo bancário do caseiro Francenildo. Ora, na realidade, foi ele quem o quebrou. Como posso baixar uma portaria para apurar quem fez algo que eu mesmo fiz? Na realidade, é uma situação inusitada. E a Sr^a Copetti contou o fato como se fosse correto baixar uma portaria para apurar algo que ele mesmo fez.

Segundo, eles receberam três Senadores, uma subcomissão da CPI, e mentiram aos Senadores. Passaram mais de uma hora conversando, comandados pelo Presidente da CEF, dizendo que iam apurar, quando o Presidente já sabia que tinha sido ele quem havia feito. Então, penso que esse Presidente da Caixa, o Sr. Mattoso, na realidade, não tinha mais o que errar. Ele errou quando quebrou o sigilo bancário e, o que é pior, errou quando tentou esconder o fato e enganar os Senadores.

O Presidente Lula demorou dez dias para se revoltar contra essa quebra de sigilo bancário, porque é de um trabalhador, um simples caseiro. Enquanto isso, o sigilo bancário do Sr. Okamoto, que – todo mundo sabe – cometeu pelo menos três irregularidades graves: pagou a dívida do Presidente Lula com o PT; deu uma contribuição à campanha do Sr. Vicentinho, que não foi declarada; e ainda pagou uma dívida da filha do Presidente Lula, nesse caso não se consegue abrir o sigilo bancário. Agora, um pobre caseiro que recebeu R\$25 mil na sua conta por um acordo que fez com o pai foi denunciado no Coaf como autor de lavagem de dinheiro.

Ora, ninguém lava dinheiro na sua própria conta, Senador! Como é que vou pegar o dinheiro, botar na minha conta, na Caixa Econômica Federal, um banco estatal, e depois o Governo vai dizer que estou lavando dinheiro? O que houve foi uma utilização absurda, antidemocrática e antirepublicana da força do Estado pelas suas diversas instituições – Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Polícia Federal –, tudo isso para desmoralizar o depoimento do caseiro Francenildo.

O que se queria era dizer o seguinte: esse caseiro foi comprado pela Oposição para dar esse depoimento. Isso era o que se queria como resultado final de tudo isso. Enfim, deu errado. Na verdade, o caseiro tinha recebido o dinheiro e iam abrir a conta dele...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Abriu a conta dele é que foi o grande crime. Mas penso que ele definiu muito bem, com uma frase, a responsabilidade do Governo e do Presidente Lula, quando disse, como simples caseiro: “O lado mais fraco

perdeu!” Qual é o lado mais fraco? O lado da mentira. Ele ganhou porque estava do lado mais forte, apesar de ser um simples caseiro contra um ministro, porque ele estava do lado da verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Aguarde um instante, Senador Ney Suassuna.

Quero anunciar o Senador Leonel Pavan, que falará pela Liderança do PSDB. Em seguida, anunciarei a Ordem do Dia. Quero comunicar aos Srs. Líderes que anunciarei a Ordem do Dia logo após o pronunciamento do Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de falar logo após a Ordem do Dia para que o Senador Arthur Virgílio possa fazer o seu pronunciamento agora, como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como inscrito não há mais tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque, Sr. Presidente, não haverá Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, V. Ex^a fala após a Ordem do Dia, que vou anunciar. Não havendo **quorum**, evidentemente darei prosseguimento à sessão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero exatamente informar que não houve acordo entre as Lideranças. Nós discutimos bastante, mas ainda há pendências que precisam ser aplainadas. Por isso, não havendo acordo, não será possível haver votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas anunciarei a Ordem do Dia.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para confirmar o que o Senador Ney Suassuna acabou de anunciar, ainda não há acordo com relação às matérias que constam da pauta da Ordem do Dia de hoje. Tem V. Ex^a toda a razão, anunciará a Ordem do Dia, mas quero comunicar, quanto ao entendimento entre o PMDB e o PSDB – o Líder Arthur Virgílio vai falar a respeito –, que ainda não está costurado nenhum acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confirmo esse entendimento, de que participou também

o PSDB, e faço uma sugestão a V. Ex^a. Talvez pudéssemos iniciar a Ordem do Dia, neste minuto, após a fala do Senador Leonel Pavan, e eu falaria logo como primeiro orador da parte subsequente da sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB, para uma comunicação urgente de interesse partidário, por cinco minutos.

Em seguida, anunciarei a Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho um pronunciamento a fazer referente aos repasses da Lei Kandir que não estão sendo executados como deveriam pelo Governo Federal.

Porém, antes de fazer esse pronunciamento, quero lembrar aqui que, há poucos dias, o Senador Arthur Virgílio disse desta tribuna que o Palocci deveria ser demitido e argumentava por que deveria ser demitido. O Senador Arthur Virgílio, que tecia alguns elogios à política econômica praticada pelo Ministro Palocci, reconhecia o trabalho por ele desenvolvido, mas dizia que, diante de todas as acusações que estavam ocorrendo, o Ministro Palocci deveria ser demitido.

Depois, a Líder do Governo veio à tribuna e respondeu ao Senador Arthur Virgílio, dizendo que quem nomeava e quem demitia era o Presidente da República. Logicamente, o correto seria isso, mas o núcleo duro está sendo demitido não pelo Presidente; está sendo demitido por alguém que não tem essa prerrogativa. Quem demitiu o todo-poderoso, o ex-ministro, o primeiro ministro demitido do Lula – vejam que ele saiu e já esquecemos o nome dele –, quem demitiu José Dirceu foi justamente Roberto Jefferson, que dizia “sai daí, José Dirceu”, e José Dirceu foi demitido. Agora, quem demitiu o Palocci foi o caseiro. Foi o caseiro quem demitiu Palocci. Na melhor das hipóteses, quem o demitiu foi o Presidente da Caixa Econômica, o Jorge Mattoso, o companheiro deles. O Lula, que tem a prerrogativa de demitir quando ocorrem casos de escândalo, por corrupção, por incompetência, não o tem feito. Quem demitiu José Dirceu foi Roberto Jefferson, e quem demitiu o Palocci foi o caseiro ou, na pior das hipóteses, o Mattoso.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, que faz uma análise verdadeira, mas, neste caso de Palocci, quem mandou o Presidente da Caixa dizer na Polícia Federal que foi o Palocci

foi Lula, às nove horas da manhã de ontem. Mandou que ele dissesse isso porque queria demitir o Palocci e não tinha coragem, tendo em vista a declaração leviã que deu, de que ninguém tirava Palocci.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Veja que é verdade. O Lula, quando foi a Santa Catarina, disse que Palocci não seria demitido e que tinha boas novas ou novas boas. Disse que fatos novos seriam descobertos em função das investigações e que acreditava certamente que o dinheiro depositado na conta do caseiro poderia salvar a honra do Ministro. Queria incluir, de repente, a Oposição em todo esse escândalo.

A verdade veio à tona. Por meio de uma investigação profunda da Polícia Federal, descobriu-se que quem estava por trás de todo esse processo de quebra do sigilo bancário do caseiro era justamente o Ministro da Fazenda. Pior: dois ou três dias antes, falando para empresários, disse que a economia vivia em céu de brigadeiro e que ele vivia num inferno astral, que estava mal, como se ele não tivesse relação com a questão, pedindo, inclusive, punição para aqueles que estivessem envolvidos.

Lamentavelmente, o Mattoso disse: “Entreguei ao Palocci. Ele pediu, e eu entreguei”. E ele dizia que não sabia.

Sr. Presidente, lamentavelmente, o Governo continua mentindo e dizendo que não sabe nada. Aliás, realmente não sabe sequer governar e orientar seus próprios comandados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe so-

bre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Parecer sob nº 206, de 2006-Plen, em substituição à Comissão Mista, Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide, favorável ao Projeto de Lei de Conversão, com a Emenda nº 38-Plen, que apresenta.

Prazo final: 13-4-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que *altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização*

no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28-4-2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 1º-5-2006

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)*

Relator revisor:

Prazo final: 18-5-2006

10

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).*

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros

e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Volta-se à lista de oradores.

Anuncio os três primeiros oradores inscritos: Senador Arthur Virgílio; Senador Antonio Carlos Magalhães, como Líder da Minoria; e Senador José Agripino, como Líder. Depois, falará o Senador Almeida Lima. O Senador Pedro Simon é o décimo oitavo, mas, com

a ausência de algum orador, poderá falar tranquilamente.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB pelo Amazonas, por 20 minutos improrrogáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convido a Casa para esboçar um raciocínio comigo. Para termos uma idéia da grandeza, do tamanho do crime que foi cometido pelo Governo Lula nesse episódio da quebra do sigilo do caseiro Francenildo, eu gostaria, de início, de procurar tentar corrigir uma distorção que tenho ouvido muito desta tribuna.

As pessoas dizem que é crime quebrar o sigilo de um pobre caseiro, de um simples caseiro. O crime não está em quebrar o sigilo ilegalmente do pobre caseiro ou do rico banqueiro. O crime está em quebrar o sigilo sem a determinação legal de quem quer que seja, rico ou pobre, banqueiro ou caseiro.

Chamo a atenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, porque, com a sua aguda inteligência, certamente, vai me ajudar a elaborar esse raciocínio com a Casa. Tudo o que queremos na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos e tudo o que a Nação pretende, neste momento, é ver a quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamoto. Muito bem, Senador Heloísa Helena.

Se o Sr. Mattoso, em vez de quebrar o sigilo do caseiro Francenildo, tivesse quebrado, criminosamente também, o sigilo do Sr. Mattoso, ele estaria infringindo a Constituição do mesmo jeito. Ou seja, a fórmula de se quebrar o sigilo do Sr. Okamoto é pela via legal, é pelo entendimento entre Legislativo e Judiciário, é pela mão única da legalidade mais absoluta.

Ou seja, eu que pretendo ver quebrados todos os sigilos do Sr. Paulo Okamoto, esse misterioso “primeiro amigo” do Presidente Lula, esse homem que paga contas do Presidente, esse homem que, apesar de mexer com um R\$1 bilhão por ano no Sebrae, faz tudo para não ter a sua conta bancária, seu sigilo telefônico e seu sigilo fiscal devassados. É um homem que quer ter vida pública, pelo bem-bom, mas não quer se submeter às agruras de ser homem público, que é, por exemplo, não ter o direito à vida privada. O homem público deve ter uma vida que pertença à sociedade que ele representa.

Tudo o que quero é quebrar o sigilo do Sr. Okamoto. Mas não quero que o Sr. Mattoso quebre, criminosamente, o sigilo do Sr. Okamoto para mim. Ou seja, eu não aceitaria, em hipótese alguma, o método que foi encenado pelo Governo Lula, pela direção da

Caixa econômica Federal, pelo alto comando do Ministério da Fazenda.

Veja o tamanho do crime, Senador José Agripino. É um crime brutal, é um crime que põe em risco a democracia. Ontem, desta tribuna, e ainda há pouco, na CPI, eu dizia algo que quero repetir à exaustão. O líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva não perdoaria o Presidente Lula; o líder sindical que foi preso por uma ditadura, defendendo o direito de as pessoas terem liberdade, não perdoaria o Presidente Lula, que quebra a liberdade do caseiro para salvaguardar Ministro seu, governo seu de acusações pesadas, comprovadas de corrupção.

O Presidente Lula deve uma satisfação moral imensa ao líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, Senador Geraldo Melo, cuja presença registro, com muito acatamento, com muita fraternidade, nesta sessão de hoje do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Vão-se os anéis e ficam os dedos, e esses precisam de explicação. Os anéis eram elos de um desastrado e incompetente Governo, que não titubeou em colocar um elenco da mais elevada categoria hierárquica e o aparato do Estado para quebrar o sigilo bancário de um modesto caseiro.

Descartados os anéis, muita coisa fica pendente de explicações. Mattoso, então Presidente da Caixa Econômica, disse que entregou o extrato bancário de Francenildo a Palocci. E Palocci disse que não o pediu. Quem o solicitou, então? Na seqüência hierárquica, temo ficar próximo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi denunciado pela imprensa, à farta, nos últimos tempos, como alguém que teria gerenciado, teria pilotado, teria liderado de seu gabinete essa manobra – ele, que já fez a mesma coisa para evitar a prorrogação da CPI dos Correios certa vez –, uma manobra para se chegar a esse fim delinqüente.

A história, como diz o jornal **O Estado de S. Paulo**, foi uma escabrosa tentativa de linchamento moral de Francenildo Costa, o caseiro que, como testemunha, revelou as estranhas e inaceitáveis manobras da chamada “República de Ribeirão Preto” no Lago Sul de Brasília.

A cadeia da ilegalidade usou, sim, o mais alto escalão do Governo Lula. Envolve ao menos quatro figurantes e mais dois: o Ministro Palocci e talvez o próprio Presidente da República.

O esquema ilustrado é este: primeiro figurante, Jeter Ribeiro de Souza, gerente da Caixa Econômica Federal, foi quem manuseou os computadores para acessar e imprimir o extrato bancário de Francenildo; segundo figurante, Sueli Aparecida Mascarenhas, gerente de Integração de Políticas de Gestão da Cai-

xa Econômica Federal, que deu ordens a Jeter para “entrar” na conta de Nildo e obter o extrato bancário; terceiro figurante, Ricardo Schumann – este, dos quatro, nem funcionário da Caixa Econômica Federal é, ele é consultor da Presidência da Caixa –, requisitou de Suely o extrato da conta-poupança de Nildo, agiu a pedido do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso; quarto figurante, Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, disse à Polícia Federal que entregou, pessoalmente, o extrato bancário ao Ministro Antônio Palocci.

Os figurantes-mandantes poderiam ter sido o Ministro Antônio Palocci, que, embora de posse do extrato, disse que não o pedira a Mattoso. E o Presidente Lula? É impossível não cobrarmos uma explicação do Presidente Lula, Sr^{as} e Srs. Senadores. É impossível fingirmos – como alguns gostam de fazer – que o Presidente Lula, de novo, não sabe de nada, que o Presidente Lula seria um *naïf*, seria um ingênuo, seria uma criança de quatro anos de idade, ou de idade mental de quatro anos, e que, portanto, estaria inimputavelmente ao largo do alcance da lei brasileira. Mas alguém com essa condição não poderia ser Presidente da República. Alguém com essa capacidade de preservar a coisa pública, até pela vigilância, não poderia dirigir os destinos de um País complexo, de uma economia sofisticada como são o país Brasil e a economia brasileira.

Há ainda o desdobramento a explicar. Até aqui, temos a ação da cadeia de comando para a violação do sigilo bancário de Francenildo. Seu extrato, ilegalmente obtido, percorreu todo um percurso de comando, mal definido, sigiloso e sorrateiro, e, como se viu, foi parar nas mãos do ex-Ministro da Fazenda.

E aí vem a pergunta: como é que esse extrato foi entregue a uma revista, para ser tornado público? Quem o entregou? Por ordem de quem?

Em suma, o desfecho do hediondo episódio petista é, por enquanto, provisório. Por enquanto, repito, é um desfecho parcial.

Se ele aparentemente encerra um capítulo, não livra o Governo petista do Presidente Lula de suspeição.

Leio aqui a análise do jornalista Clóvis Rossi, da **Folha de S. Paulo**:

O próprio presidente diz, em horário nobre dominical, que seu partido está “desmoralizado”. Se o presidente de honra do PT, seu fundador e líder máximo, seu único candidato presidencial na história do partido, diz tal coisa, só um beócio seria capaz de pensar o contrário.

Em qualquer país do mundo em que se produzisse tal conjunção de fatos, todos diriam que o governo está desmoralizado.

Só no Brasil há o pudor ou o medo ao patrulhamento de dizer que o rei está nu. Obscenamente nu.

Com o rei desautorizado e, aos olhos da Nação atônita, desacreditado, mais do que nunca é necessário redobrar os cuidados com os rumos da economia, agora entregue a mãos indecisas, que sugerem diversos pontos de interrogação.

“O temor” – diz a **Folha** – “é que Mantega assuma no ministério um viés mais intervencionista, mais heterodoxo, com defesa de maiores quedas dos juros” – e aí eu acrescento: sem responsabilidades – “e aumento dos gastos públicos, avalia a analista da Tendências Consultoria Integrada.”

O novo condutor da Fazenda, figura pública respeitável, parece inseguro e pode ser tentado a despavimentar o único terreno em que o atual Governo apresentava razoável desempenho; ou seja, as políticas macroeconômicas.

Na tarde de ontem, numa simples entrevista à imprensa, ele repetiu por seis vezes a expressão “política econômica”. E deixou transparecer uma certa dificuldade de encarnar o novo papel, ele, Guido, que até ontem se filiava à corrente econômica oposta à de Palocci, no interior do Governo Lula.

Insisto, pois: para um Governo em fim de linha, toda prudência é pouca. Não vale o tresloucamento. Eventuais aventuras, permeadas de indecisão, seriam mal vistas pelos agentes econômicos deste País.

Com essa advertência, encerro; não sem uma palavra a mais para mostrar que foi a democracia brasileira que permitiu o desmascaramento dos culpados no trágico episódio de um Governo que quase se tornou sandeu. Ensandecido, sim, pela volúpia de poder.

Estivesse o Brasil sob uma ditadura – da qual é muito próximo o poder voluptuoso –, o mais fraco, o caseiro que o Governo Lula tentou transformar em bandido, estaria, quem sabe, por detrás das grades. E os culpados, impunes.

Senador Pedro Simon, insisto em que nós não fizemos, em nossas vidas, nada melhor do que lutar por democracia. Repito: a ditadura que prendeu Lula, que se portou com bravura e com firmeza naquele episódio das greves do ABC, aquela ditadura, apesar dos protestos daquele Lula que conhecemos antes, ela teria encarcerado o caseiro e deixado impunes os fraudadores da Caixa Econômica Federal e os seus mandantes do Ministério Público ou da Presidência da República.

Eu digo do débito enorme, impagável – não por ser engraçado, impagável porque não pode ser pago –, do débito moral que o Presidente Lula tem com o Líder Sindical Lula da Silva, aquele que foi preso para garantir o regime de liberdade no País e que agora vê o Presidente em que ele, Líder Sindical Lula, se transformou; vê o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tão sofisticado, tão do *jet set* internacional, que já trata o caseiro como “simples caseiro”. É o novo astro do *jet set* internacional, a nova estrela das aparições no *jet set*, mas a grande verdade é que o regime de liberdade não permitiu ao Presidente Lula fazer aquilo que a ditadura que Lula combatera como líder sindical faria com o caseiro. Foi possível, na democracia, mostrar que a lei fortalece ainda que o mais fraco economicamente, se formos com coragem buscar o manto da lei para proteger a ordem democrática que ajudamos a construir.

Ouçó, V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Senador, eu felicito V. Ex^a. Aliás, quero dizer que, neste último mês, é impressionante o número de pessoas que me perguntam por V. Ex^a: “Quem é aquele rapaz? Ele é bom mesmo?” V. Ex^a está aparecendo com muito respeito e admiração da sociedade. Aliás, V. Ex^a teve um comportamento que deve ser analisado com profundidade. Eu, às vezes, olhava: mas esse Arthur Virgílio é tão engraçado, ele é Líder da Oposição, ele bate, mas daqui a pouco ele quase está namorando o Ministro da Fazenda. V. Ex^a foi até o limite, no sentido de garantir que este País andasse. E realmente o Ministro da Fazenda estava fazendo este País andar. E V. Ex^a tentou ao máximo deixar que o Ministro da Fazenda deixasse o Brasil andar. Mas houve um determinado momento em que não era mais possível. Repare como... Este é um grande homem, e tinha que voltar. Está fazendo falta, foi um grande antecessor de V. Ex^a na Liderança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Estou de pleno acordo com V. Ex^a. O Senador Geraldo Melo merece todos os elogios de quem faz vida pública com seriedade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É uma prova de que Deus existe. E que Deus, no meio da escuridão, aponta uma luz. Foi assim no **impeachment** do Collor. Lembro-me de que, durante a CPI, a Veja e a Globo demoliram o Governo, e nós não tínhamos prova alguma! De repente, apareceu um motorista, ninguém sabe de onde, e contou a história. Agora, não mais do que de repente, vem esse rapaz, que o Governo cometeu o equívoco de não respeitá-lo. Disseram, inclusive a Líder: “Quem é esse rapaz? É do Piauí, é um caseiro e vai querer vir aqui dar lição?”

Pois ele deu uma lição: em um Congresso onde havia uma CPI que foi um festival de mentiras, ele apontou a verdade, e o castelo de cartas caiu. Ele veio e disse o que estava acontecendo. O Ministro exagerou na mentira. O Ministro deveria ter reconhecido os fatos há mais tempo. O Presidente Lula foi ao fim da linha, se dependesse dele, morria o caseiro, mas ficava o Ministro. O Congresso, cá entre nós, foi levando. E o Supremo Tribunal Federal? Eu gostaria de ver a cara do Supremo, que interrompeu uma audiência do caseiro e impediu-o de ser ouvido de novo. Não entendo o que pensa o Supremo Tribunal Federal! Nunca tinha visto isto: uma CPI ser proibida de convocar uma testemunha! E não é nenhum Ministro, nenhum General, é um caseiro! Nem na época da ditadura – houve aqui a CPI nuclear – aconteceu uma coisa dessas! E o Supremo se dá ao desplante de dizer: “V. Ex^{as} não vão ouvi-lo”. Acontece, no final, o quê? Em um festival de mentiras, a Polícia chamou dois “Zé ninguém” da Caixa Econômica Federal e perguntou-lhes: “Foram vocês?”. Eles responderam: “Fomos nós, mas quem mandou foi o gerente”. Aí vem o gerente: “Foi você?”. Ele respondeu: “Fui eu, mas quem mandou foi o gerente-geral”. Veio o gerente-geral: “Foi você?”. Ele disse: “Fui eu, mas quem mandou foi o Diretor”. Veio o Diretor: “Foi você?”. Ele afirmou: “Fui eu, mas quem mandou foi o Presidente”. Veio o Presidente: “Foi você?”. Ele disse: “Fui eu, mas quem mandou foi o Ministro da Fazenda”, ou melhor dito: “Eu entreguei para o Ministro da Fazenda”. E, quando menos se esperava, um festival de verdades veio à tona, claramente a verdade apareceu. Olha, é de se fazer um monumento singelo e simples no Congresso a esse rapaz, porque ele representa aquilo que venho tentando dizer e não consigo: ele representa a alma do povo brasileiro, ele é o povo brasileiro. Ele é a gente simples, a gente humilde; é a gente do Nordeste, do Sul, de onde for, que não tem nada, não tem casa, não tem onde morar, mas tem um sentimento de dignidade, de honradez, porque o povo brasileiro é um povo de bem. A elite é que não vale muita coisa. Nós não valemos muita coisa. Mas o povo é um grande povo. E esse guri deu um grande exemplo. Esse guri deu um tapa de moral em toda a burguesia brasileira, inclusive em nós. Felicito V. Ex^a, que vive um momento de grande importância, pelo seu trabalho, pela sua ação. V. Ex^a seguiu degrau por degrau. Podia ter agitado. Houve um momento em que se podia ter pedido o **impeachment** do Lula, e V. Ex^a, com moderação, disse que não era a hora. Os meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Só discordo quanto à sua afirmação de não valermos muita coisa, porque

V. Ex^a se enquadra no que o Brasil tem de melhor na sua elite intelectual. A partir de cabeças e corações, como o de V. Ex^a, é que grandes mudanças poderão se processar neste País. A vida pública de V. Ex^a a mim me dá muito orgulho.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo algo muito simples. Estava ouvindo a Dr^a Clarice, ainda há pouco, na CPI dos Bingos. E ela tratava dessa questão, Senador Jefferson Péres, com enorme frieza. Ela dizia: “Não sei, não soube, Dr. Mattoso, ex-Presidente, meu Presidente”. Eu pensava, de mim para mim, que era como se ela estivesse optando entre abrir – para falar da nossa terra, e V. Ex^a, o Senador Gilberto Mestrinho e eu nunca poderemos deixar de trazer a nossa terra à baila durante a nossa permanência no Senado V. Ex^a – uma agência da Caixa Econômica na Cidade Nova ou na Zona Leste da cidade. Algo assim de mero efeito mercadológico, de mera avaliação de números, para ver onde seria mais útil, mais rentável se estabelecer uma agência. Ela, em nenhum momento, deu a entender que compreendia, tendo participado ou não – e quero acreditar que não participou – a gravidade do crime que se perpetrou contra os direitos básicos da pessoa humana, quebrando-se o sigilo de alguém. E para quê? Quebrou-se o sigilo de alguém para quê?

Foi, por acaso, Sr. Presidente – já concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres –, algum jovem Procurador da República que sabia que determinado cidadão corrupto, comprovadamente corrupto, protegido por uma liminar da Justiça, tinha o que mostrar de escandaloso no seu currículo e, não resistindo ao seu ímpeto juvenil, quebrou o sigilo na marra, de qualquer jeito e vazou-o para a imprensa, como já vimos em outras ocasiões? Foi esse o caso? Não foi. Não foi o erro, não foi o delito de um jovem procurador da República mostrando o sigilo de alguém que tinha contas a prestar à sociedade. Não foi!

Foi o Governo do Presidente Lula, o operário ético que chegou ao poder! Foi o Governo do Presidente Lula, quebrando o sigilo do caseiro para que não se derrubasse um Ministro envolvido em denúncia de corrupção! É o Presidente, no Palácio, metendo a mão na massa diretamente nesse esquema apodrecido que tem envergonhado a Nação brasileira como um todo!

Com muita honra ouço V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, o espanto de V. Ex^a é o mesmo meu. Não é emblemática apenas aquela dança indecorosa da Deputada na Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O ritual tribalista do mensalismo.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Que outra coisa emblemática: o Governo do operário utilizando a máquina do Estado para silenciar e esmagar um operário, um homem do povo! V. Ex^a já viu coisa mais impressionante na decomposição de um Governo? V. Ex^a se espantou ou pelo menos se impressionou com a frieza daquela diretora da Caixa. Essa é uma marca característica – repare – de quase todos os membros da cúpula deste Governo. É isto que me espanta e me atemoriza: não que tenham cometido desvios éticos, mas que parecem ser desprovidos de senso ético, parece que vivem na amoralidade. Isso me atemoriza porque acho que são capazes de tudo. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Já concedo o aparte, para encerrar meu discurso, ao Senador Almeida Lima.

Mas digo a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, que me chama a atenção o fato de que Lula foi o primeiro, aconselhado, quem sabe, por Duda – esse milionário dos contratos da Petrobrás, o milionário da conta Dusseldorf e o milionário da conexão com o valerioduto –, mas a grande verdade é que Lula disse assim: “Os erros do PT, os erros dos companheiros, fui traído” – e não disse por quem. O PT pegou essa mania de dizer que foi traído. Todo mundo agora diz que foi traído, Senador Pontes, todo mundo diz assim: “Os erros que foram cometidos...”.

Vamos ser bem claros. Erro é um jovem que não devia ter pegado o carro do pai e dado uma volta na cidade sem carteira. Isso é um erro, recuperável. Erro é um jovem que falsifica a assinatura do pai para não levar uma bronca em casa, porque foi reprovado numa prova. Estamos falando aqui de uma coisa diferente: estamos falando de roubo de dinheiro público, de peculato, de evasão de divisas, estamos falando de corrupção, de gente pobre nas ruas, estamos falando de gente que se comove quando vê o rapper MV Bill com o documentário que a todos nos choca – Falcão, meninos do tráfico –, e não liga corrupção a menino na rua, a menino no tráfico, a criança se prostituindo, não liga corrupção a esse dado essencial de ser compreendido de que temos uma média de vida menor do que outros países, porque nossos jovens morrem mais cedo em função da alta taxa de mortalidade entre aqueles que são abandonados pela sociedade e que não chegam aos vinte e cinco anos de idade!

Imaginar que a corrupção nada tem a ver com isso é pura e simplesmente procurar abrigar no coração de cada um uma taxa insustentável de hipocrisia!

Senador Almeida Lima, ouço V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, temos, eu pessoalmente, V. Ex^a e inúmeros companheiros desta Casa, ao longo destes meses e dos dois anos já, falado quase diariamente isso que V. Ex^a expressa, ou seja, a corrupção neste Governo criou corpo, está devidamente capilarizada e, não tenha dúvida, porque eu não tenho dúvida, de que, quanto mais se aprofundam as investigações, sente-se, Senador Arthur Virgílio, o quanto é forte o mau odor exalado por este Governo. É impressionante! Se deixarem que as investigações se aprofundem, nós não iremos sentir, nesta Esplanada, outra coisa senão o que eu acabei de dizer. É muito forte o mau cheiro que este Governo exala. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo uma coisa que me vem ao cérebro e me vai ao coração: quantas autoridades se meteram nesse imbróglio todo?! Quantos se corromperam para se chegar a esse resultado?!

Vamos fazer uma outra figura: então, de repente, o inimigo do Estado lulista foi o caseiro! Quebra o sigilo dele! Essa gente chegaria mais até onde? Se fosse uma coisa mais grave, chegariam ao assassinato? Chegariam ao espancamento? Chegariam à composição de documentos falsos, ao estilo de Stalin, ou ao estilo da propaganda hitlerista?

Questiono até que ponto não está incômodo para todos nós termos que admitir que voltamos a falar na questão democrática porque temos um Governo que não respeita as instituições democráticas.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Presidente José Sarney, cujo Governo eu não aprovei, cujo Governo para mim não foi o melhor que se podia ter feito em matéria de economia, mas que foi impecável do ponto de vista da transição democrática, colocou em segundo plano a discussão democrática, porque se portou como um democrata naquele episódio.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O seu sucessor, Fernando Collor – Governo de triste memória –, caiu com uma enorme dignidade formal. O Sr. Fernando Collor não usou o aparelho de Estado, não usou verba de orçamento, não usou a Polícia Federal como se fosse polícia Tonton Macoute, de algum Baby Doc, e caiu, sofreu o **impeachment**, sem nada fazer que afrontasse a lei brasileira.

Seu sucessor, Itamar Franco, que lutou bravamente contra a ditadura, não arranhou a democracia.

Fernando Henrique, ao contrário, em oito anos – isso é reconhecido até por quem possa tê-lo com-

batido com denodo – aprofundou a democracia neste País.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, o Ministro Célio Borja, do Governo Fernando Collor, se portou naquele instante, quando o Presidente sofreu o **impeachment**, com a maior dignidade. Basta dizer isso, e que se façam as comparações com hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Célio Borja é, de fato, um homem de bem.

Mas, veja, Sr. Presidente – e encerro mesmo –, o Presidente Fernando Henrique aprofundou a democracia.

Seu sucessor, Lula, o sindicalista preso pela ditadura por defender os direitos da pessoa humana, vira o Presidente que se porta, numa certa esquizofrenia política, entre autoritária e frágil, entre flébil e arrogante. Uma mistura explosiva de fraqueza com autoritarismo, de fragilidade com arrogância, Senador César Borges.

O Presidente Lula acrescenta este gesto a tantos outros, como, por exemplo, a tentativa do tal Conselho de Jornalismo, a tentativa de cercear a produção intelectual no País, a tentativa de manipular o esquema sindical do País, a tentativa de manipular o Congresso – e aí nós vimos o mensalão, que está mais do que provado. Quem não admite? Quem não sabe? Quem de bom senso não reconhece que houve mensalão sim? Está havendo uma seqüência de ações de impunidades expressadas por aquela dança absurda da Deputada que virou musa do mensalão.

Sr. Presidente, é duro sabermos que temos de voltar a falar de luta por liberdade no Governo do sindicalista que foi preso por defendê-la.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, chamo a atenção de V. Ex^a para registrar o artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, intitulado “É uma vergonha!”, de Boris Casoy – de quem todos estamos com saudades; aliás foi uma vergonha tirá-lo do ar, tirar a verdade dos lares brasileiros – em que diz: “As razões legais para o processo de **impeachment** gritam no artigo 85 da Constituição, que versa sobre os crimes de responsabilidade do Presidente. Basta ler os seguintes motivos constantes da Carta Magna para que o Congresso promova o processo de **impeachment** de Lula: atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, contra o livre exercício dos direitos individuais ou contra a proibição da administração. Seguem alguns exemplos ilustrativos...” Então, esse extraordinário homem da imprensa, que busca a verdade, acha que é hora de pensar, para salvar este

País, no **impeachment** que está previsto no art. 85 da Constituição.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Se já não podemos ver ou ouvir Boris Casoy, sabemos agora que podemos lê-lo e isso é um grande conforto para todos os que pensam como ele um futuro decente para o País.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Apurar toda a verdade

A demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci – confirmada enquanto este texto era redigido –, não pode servir de pretexto para o Governo considerar encenada a escabrosa história da tentativa de linchamento moral de Francenildo Costa. Assinale-se, desde logo, que a descida do ministro aos infernos, para usar a mesma metáfora a que recorreu no discurso à Câmara Americana de Comércio, na sexta-feira, em São Paulo, não começou com a inevitável suspeita do envolvimento da Fazenda na sórdida operação montada para desqualificar o testemunho arrasador do ex-caseiro da sede da república de Ribeirão Preto em Brasília.

Começou, a rigor, quando ele não apenas confirmou o depoimento à CPI dos Bingos do motorista que servia à corriola freqüentadora do imóvel, mas o enriqueceu com tal quantidade de detalhes verossímeis que desidratou as juras de Palocci à mesma CPI de que jamais pusera os pés na malfadada mansão do Lago Sul. Diga-se a bem da verdade que nada indica, por ora, que ele a tenha visitado para participar da armação das negociatas a que se dedicava a sua patota, no horário, digamos, comercial. Mas isso não deteve a erosão do patrimônio político do ministro até então blindado pela oposição contra o fogo dito amigo dos seus companheiros.

O que precipitou a ruína política de Palocci foi a vexaminosa tentativa do aparato petista de incriminar Francenildo, violando a sua conta na Caixa Econômica Federal, repassando à imprensa a sua movimentação financeira e, por último, escândalo dos escândalos, mandando a Polícia Federal investigá-lo por lavagem de dinheiro. Admita-se, para argumentar, que Palocci não ordenou, nem autorizou e nem mesmo sabia de nada daquilo, apesar do apontado envolvimento, na divulgação dos extratos, de um de seus assessores mais próximos. De um modo ou de outro, o fato é que ele era, objetivamente, o beneficiário direto da

vilania. É isso – a anatomia do crime – que interessa aos brasileiros.

Porque urge expor à luz do sol as entranhas do governo Lula, com a identificação cabal da origem dos delitos praticados, da seqüência de decisões e iniciativas que levaram à sua desastrosa consumação – em suma, o organograma e o cronograma da ofensiva massacrante de um humilde assalariado, cuja intimidade foi sacrificada no altar profano das conveniências pessoais de um ministro e dos interesses eleitorais do seu chefe. Os nomes e os dados biográficos dos envolvidos citados na imprensa e na internet no fim da semana praticamente demonstram que o petismo deixou as suas digitais no processo de estilhamento dos direitos civis de Francenildo Costa.

Duas funcionárias mencionadas, ambas com poder de decisão em áreas estratégicas da Caixa, eram – ou são – militantes petistas, embora não tão estreladas como o presidente da instituição, Jorge Mattoso, que sintomaticamente se recusou a depor na Polícia Federal, na semana passada, mandando dois advogados em seu lugar – isso depois de anunciar que a apuração do caso poderia levar 15 dias. Foi o primeiro sinal de uma trama destinada a acobertar, contando com o tempo, a disseminação de informações confusas e desencontradas, e a supressão de evidências incriminadoras, não o delito escancarado, mas a malha mafiosa que o tomou possível. Estas não são acusações precipitadas nem politicamente motivadas.

No final da semana, o responsável pelo inquérito aberto na Polícia Federal, delegado Rodrigo Carneiro Gomes, afirmou textualmente o seguinte, em comunicado transmitido pela PF do Distrito Federal: “A policia não compactua com a tentativa de transferir responsabilidades exclusivamente a pessoas de menor importância na cadeia de comando e que, portanto, não possuem poder decisório.” Não é preciso ser nem bom entendedor para avaliar o alcance e a direção dessas palavras. Além da busca de bodes expiatórios, o esquema de dissimulação da verdade, posto em movimento na Caixa, incluiu aparentemente o estranho episódio de um computador portátil que viajou de Brasília para São Paulo com um dos dois funcionários que o utilizam. (O outro estaria em férias.) O laptop teria sido usado para quebrar o sigilo bancário de Francenildo.

Além do desvendamento da violação, é preciso que os seus autores paguem por seus atos. Apenas a demissão de Jorge Mattoso, o presidente da Caixa, não será suficiente nem para uma coisa nem para a outra.

São Paulo, terça-feira, 28 de março de 2006.

Clóvis Rossi

A nudez de Lula

São Paulo – A demissão de Antonio Palocci deixa o conjunto da obra mais ou menos assim:

1 – Todas as idéias que Luiz Inácio Lula da Silva tinha a respeito do Brasil eram apenas “bravatas”, jogadas na lata do lixo de sua história como presidente da República.

2 – Todos os seus dois, digamos, primeiro-ministro, José Dirceu e Antonio Palocci, não resistiram a um grito de Roberto Jefferson (“sai daí, Zé, rapidinho”) e a uma frase de um modesto caseiro, respectivamente.

3 – O nível de solidariedade do presidente para com seus homens de confiança é assustador. Assustador, digo, para quem supostamente tem a solidariedade. Dura apenas enquanto dura o uso que Lula possa fazer deles. Quando passam a atrapalhar a única coisa que realmente interessa ao presidente (o poder e, naturalmente, a sua manutenção), são decapitados e humilhados. Pior: aceitam a humilhação.

4 – Não dá para acreditar que Palocci saiu por ter perdido “condições políticas” de permanecer no cargo. Saiu porque Lula avaliou que a permanência do ministro prejudicava suas chances reeleitorais. Só.

5 – Ninguém, no Governo ou no PT, nem sequer cochichou uma crítica a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo e à transformação do acusado em perseguido. Ninguém. O que só prova, se ainda fosse necessário, a decomposição ética e moral do lulo-petismo.

6 – Para fechar a lista, o próprio presidente diz, em horário nobre dominical, que seu partido está “desmoralizado”. Se o presidente de honra do PT, seu fundador e líder máximo, seu único candidato presidencial na história do partido, diz tal coisa, só uma anta seria capaz de dizer o contrário.

Em qualquer país do mundo em que se produziu tal conjunção de fatos, todos diriam que o governo está desmoralizado. Só no Brasil há o pudor ou o medo ao patrulhamento de dizer que o rei está nu. Obscenamente nu.

Luiz Carlos Costa Rego, Mantega terá de mudar a atitude para não estressar o mercado. “Ele sempre se disse contra as taxas de câmbio e juros que estão aí e seu pedido tem sido para que a Tjlp seja reduzida. Man-

tega joga no time da Dilma Rousseff (ministra-chefe da Casa Civil), adepta da política desenvolvimentista.”

Para o economista-chefe da corretora Fator, José de Lima Gonçalves, o mercado vai demorar um pouco mais para digerir a indicação de Mantega e pode ter alguns dias bastante voláteis. Mas pelo menos agora tem algo definido, ao contrário do que ocorreu ontem. Durante quase todo o dia, o mercado operou sem rumo. Primeiro esperou a queda de Palocci, depois acreditou na continuidade do ministro, até que, no início da noite, veio o anúncio de sua saída e a substituição por Mantega. Com tanta indefinição, os ativos oscilaram fortemente.

O economista-chefe do Banco WestLB do Brasil, Adauto Lima, acredita que Mantega não fará nada muito diferente de Palocci. Uma dúvida, no entanto, é sobre a continuidade de projetos já em andamento, como a redução de alíquota para importados.

Colaboraram Célia Froufe e Francisco Carlos de Assis (**O Estado de S. Paulo**, 28 Mar 06)

Terça-feira. 28 março de 2006

O superávit primário do governo federal está perdendo o fôlego. Dados divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional mostram que, no primeiro bimestre, o resultado primário (economia de recursos para pagamento da dívida) ficou em R\$7,446 bilhões, bem inferiores aos R\$10,482 bilhões do primeiro bimestre de 2005.

Isso aconteceu devido ao crescimento das despesas. No período, os gastos totais foram de R\$60,990 bilhões, contra R\$52,108 bilhões em janeiro e fevereiro de 2005, um aumento de 17%. As receitas, por sua vez aumentaram 9,7% no período, de forma que não conseguiram acompanhar a aceleração dos gastos. Elas passaram de R\$76,686 bilhões em 2005 para R\$84,145 bilhões. Esses dados referem-se às receitas brutas. As receitas líquidas, usadas para calcular o resultado primário, passaram de R\$62,591 bilhões no primeiro bimestre de 2005 para R\$68,437 bilhões em janeiro e fevereiro de 2006, um crescimento de 9,3%.

O resultado das contas do governo central (conjunto formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) no mês de fevereiro havia sido marcado para o final da tarde de ontem. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, daria entrevista. Porém, o horário coincidiu com o anúncio da saída do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Levy cancelou a entrevista e apenas o boletim com os números foi distribuído.

Em fevereiro, as contas do governo central tiveram superávit de R\$3,478 bilhões, 12,3% menor do que o de janeiro. O Tesouro Nacional teve superávit de

R\$5,879 bilhões, resultado parcialmente anulado pelo déficit de R\$2,440 bilhões nas contas da Previdência. O Banco Central fechou suas contas em R\$21,9 milhões positivos.

Pesou para o resultado no mês a queda de R\$5,8 16 bilhões na receita líquida. Ainda na comparação com janeiro, as despesas caíram R\$5,326 bilhões. Esse efeito é explicado mais pelo alto nível dos gastos em janeiro do que por uma maior austeridade em fevereiro. Em janeiro houve, por exemplo, uma capitalização de R\$2,7 bilhões na Emgea, empresa ligada ao governo federal que administra ativos habitacionais. Também foram feitos pagamentos elevados de despesas judiciais.

As despesas de custeio e capital, na qual estão os investimentos do governo, passaram de R\$14,266 bilhões no primeiro bimestre do ano passado para R\$17,816 bilhões no início de 2006. Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) foram de R\$175 milhões no período. Em 2005, nenhum centavo havia sido desembolsado nesse programa, que contempla principalmente investimentos em estradas.

Segundo técnicos, a tendência é que as contas públicas apresentem um resultado mais fraco neste início de ano, devido aos gastos autorizados no final do ano passado cujo pagamento foi transferido para 2006 (restos a pagar). Porém, o objetivo é cumprir a meta fiscal de 4,25% do Produto.

Líderes Setoriais e Sindicalistas Aguardam Mudança na Economia

Da Reportagem Local

É esperado que, com a saída de Antonio Pallocci e a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, aconteçam mudanças na condução da política econômica, na análise de empresários e sindicalistas. Com Mantega, acreditam empresários e sindicalistas, existe a possibilidade de os juros caírem mais rapidamente. Há também mais chance de o real se desvalorizar “um pouco” em relação ao dólar, o que daria competitividade às exportações. “Creio que Mantega tem uma visão que pode levar a mudanças na política monetária”, disse Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Na sua avaliação, “o conservadorismo continuou, sem necessidade”. “Mas reconhecemos que ele fez boas coisas. Em outras, discordamos. Agora, o momento é de olhar para frente.”

“Chegou a oportunidade de o governo inverter a política econômica equivocada do ministro Pallocci. Guido Mantega já mostrou que conhece a palavra desenvolvimento. Por isso, acreditamos que a economia

daqui para a frente estará voltada para esse sentido”, afirmou ontem Newton Mello, presidente da ABIMAQ, Associação dos Fabricantes de Máquinas.

Um grupo de empresários, que até espera mudanças, não acha, entretanto, que ocorrerão na prática. “Mesmo esperando alterações, não acho que virão. Nem faria sentido, de repente, os juros começarem a cair porque se mudou de ministro”, diz João Carlos de Oliveira, presidente da ABRAS, Associação Brasileira dos Supermercados.

“Mudaram o comando aos 40 minutos do segundo tempo. Ai, só dá para fazer substituição, e substituição não faz mudar todo o jogo”, afirma Guilherme Afif Domingos, da Associação Comercial de São Paulo. Júlio Gomes de Almeida, diretor-executivo do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) diz que “espera que haja uma política de juros e câmbio mais realista”. Força Sindical, CUT e MST esperam que a saída do ministro possa significar, na prática, mais investimentos e mais empregos. “O governo deve aproveitar a salda do ministro e mudar de forma sistemática o rumo da economia (...) com fomento na produção e na geração de postos de trabalho, diz Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical. A central afirma, em nota oficial, que Pallocci “se curvou aos especuladores de forma vergonhosa” e adotou política “perniciosa para todos os trabalhadores” e “nefasta para o setor.

A CUT espera que o “substituto de Pallocci atenda as reivindicações históricas dos trabalhadores”. Em nota, afirma que é contrária a toda e qualquer quebra de sigilo bancário, mas que considera “inaceitável” que isso tenha servido “como combustível de uma insidiosa, oportunista e hipócrita campanha da oposição, com a ajuda de setores da mídia, para desestabilizar o governo”.

“O Governo Lula ficou refém da política econômica de Pallocci, que impediu o assentamento de famílias e uma reforma agrária de fato”, afirma Marina dos Santos, da coordenação do MST.

Nova Liminar do Supremo Desobriga Okamoto de Depor

Da Sucursal de Brasília

O Presidente do Sebrae e amigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto, conseguiu uma nova liminar do Supremo Tribunal Federal, dessa vez para desabrigá-lo de prestar novo depoimento hoje à CPI dos Bingos.

Okamoto entrou com mandado de segurança afirmando que não poderia ter sido convocado para depor, porque a CPI havia rejeitado chamá-lo para esse fim e aprovou uma acareação entre ele e o ex-petista Paulo

de Tarso Venceslau, que o acusa de ter feito caixa dois para o PT quando era tesoureiro do partido. A liminar foi dada pelo ministro Eros Roberto Grau. Outra liminar, concedida pelo presidente do STF, Nelson Jobim, mantém suspensa a quebra dos sigilos dele.

Grau concedeu a liminar apenas parcialmente. Okamoto não está desobrigado de comparecer à CPI caso receba a convocação para a acareação. (Silvana de Freitas)

Palocci sai, a Crise Fica

A 280 dias do fim do mandato, ruiu o pilar remanescente da plataforma sobre a qual foi montado o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Antonio Palocci Filho, o emblema da conversão tardia, mas incondicional do petismo à ortodoxia de mercado, não resistiu aos modelos de conduta indevida e deixou o Ministério da Fazenda. Mas a saída de um ministro cuja carga se tornou insustentável não livra o governo da crise.

O escândalo do uso criminoso de braços do Estado para intimidar Francenildo Costa o caseiro que refutou Palocci ganhou ontem seu capítulo mais estarrecedor. O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, disse à Polida Federal que solicitou os extratos com dados bancários de Francenildo e, de posse dos papéis, os entregou a Palocci: o ministro da Fazenda e o dirigente da Caixa, envolvidos pessoalmente na violação do sigilo de um cidadão!

Quer dizer que não passava de empulhação toda a pantomima armada para “apurar” o crime com menções a laptops perdidos e recuperados e prazos de inquérito de 15 dias. Foi, no máximo, uma tentativa, afinal frustrada, de ganhar tempo e encontrar no baixo funcionalismo um voluntário ao sacrifício.

O Governo Lula e o petismo governista perderam definitivamente a noção de limites institucionais. Que outra concepção de Estado senão a totalitária, em que se esfacelam as fronteiras entre coisa pública e partida, pode gestar tamanha afronta a uma Constituição democrática?

Em momentos como esse, em que um Poder exorbita de suas prerrogativas, as demais esferas da República precisam agir no interesse do reequilíbrio institucional.

O Congresso, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a burocracia do Executivo devem reagir e colocar um freio à sanha autoritária que atropela as garantias básicas dos cidadãos em nome da manutenção do poder.

Palocci e Mattoso saem, mas ambos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem muitas explicações sobre o ocorrido nesses últimos dias de março.

Lula sabia do ato criminoso urdido no alto escalão de seu governo? O Brasil exige uma resposta.

Tendências/debates

É uma vergonha!

Boris Casoy

Jamais o Brasil assistiu a tamanho descalabro de um governo. Quem se der ao trabalho de esmiuçar a história do país certamente constatará que nada semelhante havia ocorrido até a gestão do atual ocupante do Palácio do Planalto. Há desde o tempo do Brasil colônia, um sem número de episódios graves de corrupção e de incompetência. Mas o nível alcançado pelo governo Lula é insuperável.

Não se trata de um ou de alguns focos de corrupção. Vai muito além. Exibe notável desprezo pelas liberdades e pela democracia. Manipula a máquina administrativa a seu bel-prazer, de modo a colocar o Estado a favor de sua inesgotável sanha de poder. Um exemplo mais recente é a ação grotesca contra um simples caseiro, transformado em investigado por dizer a verdade depois de ser submetido a uma ação de provocar náuseas em qualquer stalinista.

Não se investiga o Ministro Palocci, acusado de frequentar um **bunker** destinado a operar negócios escusos em Brasília e de ter mentido a respeito ao Congresso. Tenta-se, a qualquer preço, desqualificar a testemunha para encobrir o óbvio. E o desespero da empreitada conduziu a uma canhestra operação que agora o Governo pretende encobrir, inclusive intimidando o caseiro.

Do Presidente da República, sob a escusa pueril de dever muito a Palocci (talvez pela conquista do troféu dos juro mais altos do mundo e pelo crescimento ridículo do PIB), só se ouve a defes pífia dos que não conseguem dissimular a culpa. A única providência das autoridades federais foi um simulacro de investigação, com a cumplicidade da Caixa Econômica Federal.

Todos os limites foram ultrapassados; não há como o Congresso postergar um processo de **impeachment** contra Lula. Ou melhor, a favor do Brasil.

Lula seria o primeiro a sofrer **impeachment** não apenas pelos crimes de responsabilidade mas também por toda a obra.

O argumento para não afastar Lula, de que sua gestão vive os últimos meses, é um auto-engano! A proximidade das eleições faz com que o Governo use e abuse ainda mais do poder. Desde o início, este Governo é envolvido na compra de consciências, na lubrificação da alma de órgãos de comunicação por meio de gigantescas verbas publicitárias e de perseguir os que lhe negam aplauso.

Outro argumento usado para não afastar Luiz Inácio Lula da Silva é a sua biografia, a saga do trabalhador, do sindicalista que chegou a presidente. Ora, aquele metalúrgico já não existe há muito tempo. Sua lenda enferrujou. Foi tragado por sua verdadeira figura, submetido a uma metamorfose às avessas.

As razões legais para o processo de **impeachment** gritam no artigo 85 da Constituição, que versa sobre os crimes de responsabilidade do presidente. Basta ler os seguintes motivos constantes da Carta Magna para que o Congresso promova o processo de **impeachment** de Lula: atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, contra o livre exercício de direitos individuais ou contra a probabilidade da administração. Seguem alguns exemplos ilustrativos.

No “mensalão”, fato que Lula tentou transformar em um pecadilho cultural da política brasileira, reside um grave atentado contra o livre funcionamento do Congresso Nacional. A compra de consciências não só interferiu na vida do Poder Legislativo como também demonstrou a disposição petista de romper a barreira entre a democracia e o autoritarismo, utilizando a máxima de que os fins justificam os meios.

Jamais as instituições bancárias estatais foram tão agredidas. O Banco do Brasil teve seu dinheiro colocado a serviço de interesse escusos; a Caixa Econômica Federal também, demonstrando que o sigilo bancários de seus depositantes foi posto à mercê da pilantragem política.

No escândalo dos Correios, mais que corrupção, foi posto a nu, além do assalto aos cofres públicos, um cuidadosamente urdido esquema de satrapias destinado a alimentar as necessidades pecuniárias de participantes da mesma viagem. Como costuma acontecer nesses casos, o escândalo veio à tona na divisão do botim.

Causa perplexidade, também, a maneira cínica com que o governo tenta se defender, usando todos os truques jurídicos para criar uma carapaça que evite investigações de suspeitas gravíssimas em torno do Presidente do Sebrae, o generoso Paulo Okamoto, pródigo em cobrir gastos do amigo Lula – sem que ele saiba. Aliás, ele nunca sabe de nada...

Lula passará à história, além de tudo, como alguém que procurou amordaçar a imprensa com a tentativa da criação de um orwelliano “conselho” nacional de jornalismo e com uma legislação para o audiovisual, que tentou calar o Ministério Público pela Lei da Mordada e que protagonizou uma pueril tentativa de expulsar do país um correspondente estrangeiro que lhe havia agredido a honra.

Neste momento grave, o Congresso Nacional não pode abdicar de suas responsabilidades, sob o

perido de passar à história como cúmplice do comprometimento irreversível do futuro do País. As determinantes legais invocadas para o processo de **impeachment** encontram, todas elas, respaldo nos fatos.

Mas, infelizmente, na Constituição brasileira, falta uma razão que bem melhor poderia resumir o que estamos assistindo: Lula seria o primeiro presidente a sofrer **impeachment** não apenas pela prática de crimes de responsabilidade, mas também pelo ímpar conjunto de sua obra.

Boris Casoy, 65, é jornalista. Foi editor-responsável da Folha de 1974 a 1976 e de 1977 a 1984. Na televisão, foi âncora do TJ Brasil (SBT) e do Jornal da Record (Rede Record).

28 de março de 2006 – 09h22

Imprensa Argentina Comenta Queda de Palocci

*Um dos Jornais, o **La Nación**, opina que, desde ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está mais só do que nunca”.*

Marina Guimarães

BUENOS AIRES – A queda do Ministro Antonio Palocci é destaque das capas dos jornais argentinos nesta terça-feira “Brasil: acusado de corrupção, caiu o ministro da Economia”, diz a manchete do **La Nación**, que no perfil traçado sobre Guido Mantega, o classifica como um “ministro coringa”. **La Nación** opina que “desde ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está mais só do que nunca”.

O jornal destaca que “as denúncias sobre corrupção no Governo de Lula fez cair toda a cúpula do PT – amigos de Lula”; e recorda alguns nomes que acompanharam o presidente, como José Dirceu (ex-chefe da Casa Civil), “transformado em um pária da política brasileira”, ou Luiz Gushiken (ex-coordenador de Comunicação), “companheiro de luta sindical” e “pensador da ética que o PT imaginava para o País”.

O **La Nación** diz que quando Lula chegar ao Palácio do Planalto, hoje, “perceberá que já não tem a companhia de Palocci, nem a de nenhum de seus companheiros de construção do PT, nem a de seus amigos dos sindicatos, com os que imaginava presidir o Brasil algum dia. Salvo alguma exceção, como a do professor Marco Aurélio Garcia”.

Clarín

O **Clarín** dedicou duas páginas ao assunto, embora a chamada de capa tenha sido discreta e ocupando só um pequeno espaço com o título “Baixo para Lula: um ministro-chave renunciou”. Em sua análise sobre a saída de Palocci, o **Clarín** lembra que “Lula o sustentou tudo o que pode. Mas num ano eleitoral, os riscos

de que as denúncias de corrupção se pegassem na campanha eram altos demais. Também diz que “a chegada de Mantega causará certa tensão nos mercados, por seu escasso apego à ortodoxia”.

Página 12

O **Página 12** também se refere à campanha eleitoral, lembrando que foram duas perdas: “Lula perdeu sua segunda mão direita. Rodeado pelas denúncias, renunciou o ministro da Economia do Brasil, Antonio Palocci, para não afetar o caminho da reeleição de Lula. O presidente já havia perdido Dirceu, seu outro homem de confiança, pelas denúncias de corrupção”. O jornal opina que “agora os ataques Irão diretamente contra o presidente Lula”.

El Cronista

O **El Cronista** colocou o assunto no centro de sua capa:

“Lula substituiu Palocci com um ministro menos ortodoxo”. O jornal destaca que a escolha de Guido Mantega “tem um claro sentido político”: Lula preferiu pôr um ponto final no desgaste que Palocci sofria, para evitar que um golpe ao seu ministro estrela afete seu próprio futuro. “O sucessor defenderá o superávit fiscal, mas não a política de taxa alta”.

O jornal opina que os resultados da política econômica aplicada por Palocci “foram bons, mas não conclusivos. Os próximos meses darão um veredicto sobre seu legado e sobre o futuro político do Brasil”.

Âmbito Financeiro

“Temor: crise no Brasil impactaria na Argentina”, foi a manchete alarmista do **Âmbito Financeiro**. “A crise no Brasil se reabriu ontem e neste caso a vítima foi o homem forte de Lula na economia... É muito delicada a situação no futuro”, alerta o **Âmbito**.

Em primeiro lugar, argumenta o jornal, “porque não se pode antecipar o final desta crise e, definitivamente, se pode derivar na derrota de Lula nas próximas eleições presidenciais de outubro”.

Âmbito afirma ser “preocupante” a escolha de Guido Mantega, “partidário de uma maior intervenção estatal na economia e afastado da ortodoxia e da ordem das contas públicas representados por Palocci”.

Infobae

Já o **Infobae** optou por um título sem dramas: “A renúncia de Palocci não sacudiu a Bolsa do Brasil – Eficaz jogada de Lula para não afetar o auge econômico”. Em duas páginas, o **Infobae** publica uma foto de Palocci derrotado: fundo negro e um tanto cabisbaixo.

O jornal destacou que “a renúncia de Palocci não gera temor empresarial” e que houve “respaldo do mercado ao novo ministro Mantega”, já que a estratégia do Governo é a de “sustentar que o modelo é de Lula”.

Infobae afirma que “de acordo com consultas realizadas, referenciais do setor empresário, financeiro e economistas coincidiram em sua visão de que não se registrarão mudanças substanciais na relação comercial com a Argentina”.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me inscrevesse para falar, como Líder do PDT, após o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Chamo o próximo orador Senador Antonio Carlos Magalhães, que usará da palavra pela Liderança da Minoria, por 20 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se o próximo orador for o Senador Pedro Simon, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Após o Senador Antonio Carlos Magalhães, será V. Exª e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se me permite o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e dirigindo-me ao Senador Osmar Dias, gostaria de lembrar que assim como S. Exª, eu e o Senador José Fogaça temos projetos tramitando sobre as sociedades cooperativas. Um projeto que tramitava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por entendimento da Mesa – em que não fui consultado –, seguiu para a Comissão de Agricultura, onde está para ser apreciado.

Há um aspecto sobre o qual temos dialogado que envolve uma questão de constitucionalidade. Espero que esse aspecto possa ser objeto de melhor entendimento. Mas se, porventura, não houver esse entendimento, juntamente com outros Senadores, consideramos que será adequado que o projeto seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por essa razão, encaminhamos à Mesa requerimento nesse sentido. E espero ainda que, na própria Comissão de Agricultura, possa haver um entendimento para superar o problema da inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Feito o registro, V. Ex^a deverá encaminhar à Comissão de Agricultura diretamente o seu pedido.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Neste caso, é a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Mesa tomará as devidas providências regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contrário até do que muitos dizem, sou extremamente afetivo. E, por ser afetivo, gostaria de ouvir um dos Líderes do PMDB, ou mesmo de V. Ex^a, Sr. Presidente, sobre o Presidente Renan Calheiros, porque estou com saúde de S. Ex^a.

O Presidente Renan não tem aparecido tanto quanto eu gostaria. Sou seu amigo, admirador e, conseqüentemente, acho que ele presidindo... não que V. Ex^a não presida muito bem e merece até aplausos por isso.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Até melhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Melhor eu não diria, deixo isso para V. Ex^a, Senador César Borges.

Mas o Senador Renan precisa, realmente, aparecer.

De maneira que peço a V. Ex^a que presida a sessão – bem, como sempre presidiu –, mas que, uma vez ou outra, dê lugar ao nosso Presidente efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Darei oportunidade ao Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – “É uma vergonha”, Senador Suplicy! Jamais o bordão de Boris Casoy foi tão adequado.

O artigo do jornalista, hoje, na **Folha de S. Paulo**, é um diagnóstico fiel e cruel da realidade brasileira. Boris aponta que o Governo Lula superou, em quantidade e gravidade, todos os episódios de corrupção e de incompetência do País desde o Brasil colônia. O jornalista faz o diagnóstico e apresenta a cura. Dolorida, cirúrgica, mas necessária. Segundo ele, todos os limites foram ultrapassados. Não há mais como o Congresso postergar um processo contra Lula – ou, como ressalta, não contra Lula, mas a favor do Brasil. E arremata que, diante de tantos descalabros, “Lula

seria o primeiro a sofrer **impeachment** não por determinados crimes de responsabilidade, mas pelo conjunto da obra”.

Boris rebate um argumento muito utilizado, o de que não se pode afastar Lula por sua biografia, pela saga do trabalhador que chegou à Presidência. Ele lembra que aquele Lula, metalúrgico, já não existe há tempos. Sua legenda enferrujou-se, foi tragada pelos seguidos escândalos.

Por várias vezes, desta tribuna, eu disse que queria ver Lula derrotado pela vontade das urnas. Entretanto, não se pode ignorar as roubalheiras, que se multiplicam a cada dia neste Governo corrupto. Lula vem usando, despidoradamente, as instituições públicas com fins eleitoreiros. Agora, comprovou-se que ele as utiliza também para dar proteção aos seus apaniguados.

Em busca de impunidade, o Governo tem procurado envolver e comprometer até mesmo a mais alta Corte de Justiça do País. O fato é que o processo de **impeachment** pode não acontecer – até não sou favorável –, mas não terá sido por falta de motivações jurídicas. Essas sobram. Todos os dias elas acontecem.

Daí por que, Sr. Presidente, peço que seja transcrito o artigo de hoje, da **Folha de S. Paulo**, intitulado “É uma vergonha”, de Boris Casoy, um jornalista que muito faz falta ao País por sua atuação na televisão.

Boris Casoy sempre foi coerente em relação ao combate à corrupção. E quem é coerente e combate a corrupção não pode aceitar a falta de caráter deste Governo, que só é atingido pela corrupção.

O PT se desmilingüiu. Ainda, graças a Deus, existe a figura do Eduardo Suplicy, homem de bem, às vezes um pouco ingênuo, porque acredita nos seus correligionários.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero aqui registrar um fato, porque V. Ex^a estranhou a ausência do Presidente Renan Calheiros – talvez não tenha acompanhado os acontecimentos. O Presidente Renan Calheiros estava, há pouco, com o Presidente Lula. Sua Excelência estava empossando o novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e transmitindo suas palavras de agradecimento ao Ministro Antonio Palocci, com quem V. Ex^a sempre teve uma relação construtiva e de muito respeito; crítico, mas muitas vezes reconheceu o seu trabalho. Nós ainda não conhecemos, Senador Antonio Carlos Magalhães, todos os fatos dos últimos dias relacionados ao epi-

sódio que consternou a Nação, relativos à quebra do sigilo de Francenildo dos Santos Costa. Considero isso um episódio grave. E o Presidente da República também o considerou tão grave que, ao detectar que o Ministro Antonio Palocci e o Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, tinham responsabilidade sobre o caso, admitiu que era inevitável afastá-los. Respeito e tenho amizade pelo jornalista Boris Casoy, que conheço desde menino. Morávamos perto um do outro e jogávamos bola no mesmo gramado, junto ao Parque Siqueira Campos. Fui seu colega na **Folha** e muitas vezes com ele dialoguei. Considero-o muito importante como figura do jornalismo brasileiro. Espero até que volte logo a alguma das principais emissoras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quem o tirou da emissora?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe! Sabe, mas não quer dizer!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não sei todos os detalhes, mas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, diga o detalhe que sabe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a souber, poderá falar. Não conversei com o Boris Casoy...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Governo exigiu a saída do Boris Casoy!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não sei exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe. V. Ex^a é sincero.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bom, quero aqui dizer, com o respeito e a amizade que desenvolvi por V. Ex^a, que eu próprio – e V. Ex^a o sabe – votei para que se continuasse o processo de exame de um episódio ocorrido quando V. Ex^a era Presidente do Senado. V. Ex^a sabe disso, porque fui conversar com V. Ex^a, que, em determinado momento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nunca me viu envolvido em corrupção. Desafio V. Ex^a!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não estou dizendo isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É bom colocarmos isso em pratos limpos, porque a corrupção não é minha, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está certo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a é que pertence ao Partido dos corruptos!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a se dirigir a mim assim, eu, então, poderia – e não vou fazê-lo – dizer que o PFL seria um Partido que apoiava um Governo cujo Presidente teve de se afastar por problemas sérios. E eu nunca aqui disse, seja o Partido do Presidente Fernando Collor ou o Partido que o apoiava...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tudo do Presidente Fernando Collor é pouco diante do Governo Lula. Tudo é pouco!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe perfeitamente que sempre condenarei seja a pequena, a grave ou a gravíssima falta, em termos de incorreção, sobretudo de desvio de dinheiro público ou enriquecimento ilícito, mas houve uma circunstância – é isso o que quero recordar e desejo fazê-lo, especialmente pelo dia de hoje. Note bem: o que estou dizendo é que ainda não conhecemos todos os fatos. É possível que o Ministro Antonio Palocci tenha sido instado a cometer um ato grave, o de procurar saber que razões levaram Francenildo a fazer o que fez, em virtude de ter tomado conhecimento de que um depósito foi feito em sua conta, e foi levado, por algumas razões – e ainda não sabemos todas –, a quebrar aquele sigilo – um ato que não pode ser, de maneira alguma, aceito por mim, pelo Senado ou pelo povo brasileiro. V. Ex^a, um dia, foi levado, por razões que eu compreendo, a verificar quem havia votado em uma votação secreta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não é verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bom, V. Ex^a mesmo transmitiu que algo nesse sentido ocorrera.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, ocorreu por culpa de um Senador que fez um jogo com a diretora do Prodasen. Não venha com isso, porque não honra a sua inteligência e nem vai me intimidar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não o estou dizendo para intimidá-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não há homem no mundo, muito menos V. Ex^a, para me intimidar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pelo que eu me lembro dos fatos, houve uma situação em que o Senador José Roberto Arruda, a responsável pelo Prodasen e V. Ex^a tinham tomado conhecimento

de um fato que levou V. Ex^a inclusive a renunciar ao seu mandato diante daquilo que estava ocorrendo. V. Ex^a o fez e eu respeitei todo esse procedimento. V. Ex^a, pelo povo da Bahia, voltou ao Senado e temos tido uma relação de muito respeito e construção aqui, muitas vezes por propósitos comuns, mas estou chamando a atenção para o que pode ter ocorrido. No caso do Ministro Palocci, não houve qualquer prova de que tenha havido corrupção. Houve um procedimento incorreto e, pelo que entendi, ele disse ao Presidente Lula que não podia continuar, e o Presidente Lula também assim determinou. Nós ainda precisamos saber melhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^a não sabe a verdade, eu vou contar qual é a verdade. V. Ex^a não pode ficar tão ingênuo mais. Vou contar quando V. Ex^a terminar o seu aparte, o que espero seja logo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se V. Ex^a sabe a verdade, Senador Antonio Carlos, deve contar, mas não dá para contar assim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de poder falar mais, mas como estou apenas aparteando, pedirei para que, ainda nesta sessão, tenha eu a oportunidade de falar. Estou inscrito, mas se não chegar a minha vez, quero falar pelo art. 14, porque considero importante prestar alguns esclarecimentos sobre isso que o Senador Pedro Simon está dizendo. Inclusive, quero relatar o encontro pessoal que tive com Ministro Palocci na sexta-feira à tarde, durante 15 minutos, e aquilo que procurei dizer-lhe para explicar as razões pelas quais eu – que, como ele, sempre defendi a transparência total – votei favoravelmente ao depoimento de Francenildo dos Santos Costa. Nessa mesma tarde de sexta-feira, ele me disse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, por favor, peço que o aparte não vá ser maior que o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Descontarei o tempo que for necessário.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Ele me disse que dialogou com V. Ex^a e que ficou acordado, tal como eu havia proposto, que houvesse uma sessão reservada para ouvi-lo. Esse era, inclusive, o entendimento que iria haver, mas, em virtude de outros fatos, a Mesa resolveu que fosse aberto. Eu não quero mais me alongar no aparte, por respeito à palavra que V. Ex^a tem agora.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a aborda um assunto a respeito do qual não sei se alguém falou antes, mas a saída do jornalista Boris Casoy é um absurdo que não tem explicação. Boris Casoy era a pessoa que dizia. Muita gente falava: “Mas ele tem coragem de dizer!” Ele dizia, analisava, comentava, interpretava. Eu digo mais: a presença do Boris Casoy era um símbolo de democracia e até somava, para o Lula, deixar um homem assim. Na verdade, de repente, ele desapareceu. Por que, não sei, mas era um grande homem da comunicação, impunha, ganhava da Rede Globo e tudo mais, e, de repente, desapareceu. Eu acho um absurdo um homem como o Casoy, agora, se limitar a escrever, uma vez por semana, para a **Folha de S.Paulo**. O que aconteceu? Será que uma empresa de televisão que luta por conquistar espaço e tinha o homem que tinha, o melhor espaço, a melhor comunicação, a maior credibilidade tira o cara fora? O que aconteceu? Eu concordo com V. Ex^a que é muito estranho. Eu levo, por meio de V. Ex^a, minha solidariedade ao Boris Casoy.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Realmente, o que fizeram com o jornalista Boris Casoy já tinham feito com um jornalista americano. Está certo, mas fazer com um grande jornalista como o Boris Casoy, como V. Ex^a diz, é demais. Realmente, é uma coisa de censura que nem os regimes militares tiveram. É inacreditável. Como dizia Boris Casoy: é uma vergonha!

Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu estava, Senador Antonio Carlos, ainda há pouco, com o Senador Gilberto Goellner tomando ciência da brutal crise que avassala o campo brasileiro – um prejuízo de 16,6 bilhões para os produtores rurais –, quando ouvi a intervenção do Senador Suplicy, que é uma figura que estimo e respeito. Eu dizia isso ainda há pouco, na CPI dos Bingos, até por isso sou bastante exigente em relação à sua coerência e postura. Ouvi menção àquele episódio de painel, enfim, e não consigo aceitar que o Senador Suplicy, sob nenhum aspecto, perdoe o que está aí. Há pessoas do seu Partido que deixo aos montes, aos montões. Podem fazer o

que quiserem – plantar bananeira, dançar com anjo, o que quiserem –, mas o meu querido amigo, que chegou comigo ao Congresso, o Senador Eduardo Suplicy, não permito. Ele não pode inventar ou procurar dar nenhuma desculpa para esse crime brutal, que o democrata Suplicy tem de condenar, que é o da quebra do sigilo do caseiro Francenildo – não por ser do caseiro, poderia ser do banqueiro Olavo Setúbal, do professor João das Couves. Não se pode quebrar o sigilo de quem quer que seja, sobretudo para um Governo encobrir corrupção e tentar desqualificar uma testemunha chave para explicar acusações graves a um Ministro. Em segundo lugar, sempre somos muito cheios de dedos quando se trata da imprensa, mas temos a coragem mínima necessária – não precisa tanta, não – para estranharmos todos, sim, a ausência de Boris Casoy. Boris Casoy atravessou no ar o Governo Itamar Franco; atravessou no ar o Governo Collor; atravessou no ar o Governo Sarney; atravessou no ar o governo do seu fulano e do seu beltrano; e os oito anos do Presidente Fernando Henrique com as mais cáusticas críticas ao Presidente. De repente, saiu do ar. O bochicho é de que foi tirado do ar. Isso se juntaria, a ser verdade, com a tentativa de se amordaçar o jornalista, com a tentativa de se amordaçar a produção intelectual, com a tentativa de, agora, amordaçar-se qualquer brasileiro, desmoralizando, inclusive, o Coaf, que é o menos culpado disso tudo no caso do caseiro Francenildo. Ou seja, esse é o Governo do vale-tudo, que diz: “Não estou satisfeito com o comportamento do fulano, então, o que eu preciso fazer para destruir o fulano, para tirar o fulano da minha frente?” Essa história do Lula prático, essa história do Lula de qualquer jeito, essa história do Lula trator, isso não passa pela minha goela. Por isso, vão encontrar-me na tribuna enfrentando essas investidas, porque não há hipótese de ninguém arranhar a democracia que nós construímos e que Lula, inclusive, ajudou a construir. Portanto, quero solidarizar-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer que eu próprio estou com saudades de ouvir Boris Casoy. Estou com saudades. Considero um desperdício Boris Casoy não estar no ar e será uma vergonha se esse Governo se mexeu para tirá-lo do ar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero apenas dizer ao Senador Suplicy que sempre o tratei com muita educação, com muita gentileza, mas, se ele mentir a meu respeito, direi verdades a respeito dele. Acho que está bem entendido.

Sr. Presidente, quero dizer, na presença de V. Ex^a, o que disse há pouco: que sou um homem afetivo e que estava com saudade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É recíproco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu estava com saudade de V. Ex^a. O Senador Eduardo Suplicy disse que V. Ex^a estava no Planalto, na posse do novo Ministro, fazendo discursos etc. Penso que a obrigação maior de V. Ex^a é aqui. V. Ex^a nos pode representar muito bem lá, mas V. Ex^a nos representa melhor aqui. Aqui é que é o dever maior de V. Ex^a, o que não impede que V. Ex^a compareça a todos os atos que julgar ser do seu dever.

Sou um homem que tenho respeito pela sua atuação, elogio seu trabalho, não lhe tenho pedido nada – a verdade é essa, e V. Ex^a sabe disso. É por isso que tenho autoridade para dizer que V. Ex^a é um grande Presidente, mas é um Presidente que está faltando aqui por causa de assuntos partidários e para comparecer a solenidades com as quais nada temos a ver. Avalio que, se se mudar um Ministro por dia, vamos perder todos os dias o Presidente. Já seriam 18 vezes, pois já caíram 18! Digo isso, porque quero bem a V. Ex^a, e V. Ex^a tem em mim um defensor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É igual.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não gostaria de deixar de dizer isso a V. Ex^a, uma vez que está presente, para que não parecesse que o disse às escondidas. Falo às claras!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem interromper V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode interromper-me, com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de dizer que, como chefe do Poder Legislativo, compete-nos a obrigação de algumas presenças em algumas cerimônias, e foi exatamente o que aconteceu.

Com relação ao Senado Federal, estamos, há três semanas exatamente, sem que votemos nada, absolutamente nada. Há pouco, eu conversava com o Líder José Agripino, para tentarmos contornar essas dificuldades políticas, que existiram durante todo o ano, mas que agora começam a prejudicar a produtividade do próprio Senado. Inclusive, quero conversar com V. Ex^a, para que possamos contornar essa situação.

Para situar o debate, que é necessário e fundamental na democracia – o debate é insubstituível, é

claro –, a Oposição tem de cumprir seu papel, que é o de denunciar; o Governo tem de cumprir o papel dele, que é o de esclarecer e dar respostas à sociedade, que as cobra; e nós temos de cumprir o nosso papel, que, além de servir de palco de debate, é também o de votar e produzir, o que infelizmente não estamos conseguindo fazer.

É muito difícil para mim ficar aqui, sem que haja Ordem do Dia, porque se fica arbitrando um debate que, pelo dever funcional tanto do Governo quanto da Oposição, não tem limite. Então, fica muito difícil arbitrá-lo.

V. Ex^a tenha a absoluta certeza e a convicção de que não vou frustrar a expectativa que V. Ex^a e que o Brasil têm de mim. Vou cumprir, na plenitude, o meu papel, até para que esteja à altura do voto de V. Ex^a e do apoio que tenho recebido em todos os momentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Mas V. Ex^a, numa dessas idas ao Palácio, numa dessas solenidades a que é obrigado a comparecer, poderia dizer ao Presidente da República que ele é o culpado pelo não funcionamento da Câmara, com as medidas provisórias. Se já tivéssemos resolvido esse assunto, estaríamos aqui votando; se já tivesse resolvido o problema do Orçamento impositivo, pelo qual nosso amigo Gilberto Mestrinho tanto luta com decência e com altivez, resolveríamos também o problema do Orçamento. Tudo isso é culpa do Palácio do Planalto, que, vivendo a imoralidade que vive, não tem tempo para tratar de coisas sérias, apenas das maracutaias que surgem a todo instante.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero dizer a V. Ex^a que o caso do Francenildo é extremamente fácil de ver. Às nove horas da manhã de ontem, o Presidente da Caixa foi saber do Lula se diria na Polícia Federal a verdade, ou seja, que o Ministro havia pedido a ele para quebrar o sigilo do Francenildo. Ele, prontamente, disse ao Lula, e o Lula mandou que ele dissesse a verdade à Polícia Federal, porque também já estava com vontade de descumprir a sua palavra de que não demitiria Palocci de forma alguma. Palocci foi demitido pela vontade do Presidente da República, que tomou conhecimento dos fatos. V. Ex^a, que tem um espírito investigativo, deveria também saber de tudo isso, porque, quando o Presidente da Caixa ludibriou a CPI dos Bingos, que é tão malsinada e que tantos serviços tem prestado ao País, V. Ex^a viu que eles pediram 15 dias – veja que

canalhice! – para provar aquilo que o Presidente da Caixa foi quem fez.

Isso é desmoralizante, é triste para o nosso País! Instituições sérias como o Banco do Brasil, como a Caixa Econômica Federal, como os Correios e como a Petrobras desmoralizam-se a cada dia em virtude da complacência, inclusive, de muitos do PT que estão desorganizando a vida pública brasileira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite mais um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, não lhe vou permitir o aparte, porque V. Ex^a quer fazer outro discurso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Iria fazer algumas ponderações.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A mim, não me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a; mas, primeiramente, eu o concedo a meu Líder, que está com a boa causa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, faço este aparte com base no que V. Ex^a coloca, mas com um agravante. V. Ex^a disse que o Presidente da Caixa Econômica pediu 15 dias para dar a resposta do que ele fez. E ele fez o pedido ao Presidente da República. Vou ler apenas três linhas do Editorial “Coisas da Política”, publicado no **Jornal do Brasil**, intitulado “Lula tem culpa nesse cartório”: “A revista **Época** ainda não divulgara a presença de quase R\$30 mil na conta bancária de Francenildo Costa, e o presidente Lula já sussurrava a amigos, em Florianópolis, a boa nova”. Lula, o jornalista Augusto Nunes é um homem de responsabilidade. O **Jornal do Brasil** é um jornal de circulação nacional, com anos e anos de vida, e não iria publicar uma ignomínia. Então, veja V. Ex^a que as coisas são muito mais graves do que se imagina. Estamos participando de uma grande farsa. Aqui está dito que o Presidente da República, Lula, na sexta-feira, já trombeteava, já bravateava, em Florianópolis, a boa nova que viria no fim de semana. A boa nova era a quebra do sigilo bancário do Francenildo. Com esse aparte, quero registrar que V. Ex^a tem a absoluta solidariedade da Bancada do Partido a que pertence, que endossa, em gênero, número e grau, o

que V. Ex^a disse e o desagrava da insinuação maldosa, inconveniente, fora de tempo, feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço extremamente a V. Ex^a, que, sempre solidário com as boas causas, está apoiando este meu pronunciamento em favor do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, em primeiro lugar, V. Ex^a, a qualquer momento que quiser referir-se a quaisquer atos de minha vida, pode fazê-lo. Eu os ouvirei. Se erros, em algum momento da minha vida, cometi, saberei reconhecê-los. Aprendi a ter com V. Ex^a uma relação de muita franqueza e de sinceridade, mas, em muitas ocasiões, sabemos e aprendemos juntos como dialogar para construir um Brasil melhor. Quero transmitir a V. Ex^a que, nos 15 minutos de diálogo que mantive com as autoridades no saguão do Aeroporto de Congonhas, na sexta-feira última, transmiti ao Ministro Antonio Palocci que seria importante S. Ex^a solicitar à Caixa Econômica Federal, por intermédio do seu Presidente Jorge Mattoso, o quanto antes e não em 15 dias, que esclarecesse inteiramente esse episódio. Estou de acordo com V. Ex^a que 15 dias seriam inadequados. Só queria fazer esse registro. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – PI) – O Sr. Jorge Mattoso, que traiu o Brasil, era pessoa de confiança da ex-Prefeita de São Paulo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – PI) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Apenas quero saber o que o Dr. Jorge Mattoso disse ao Senador Eduardo Suplicy, tido nacionalmente como homem de boa-fé. No momento daquele diálogo, seja lá o que ele tenha dito, ele já havia praticado o crime; já havia quebrado o sigilo, segundo declarações dele à Polícia Federal, e o levado à casa do Ministro, após sair de um restaurante da cidade. Então, o Sr. Mattoso...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas eu não me encontrei com o Mattoso. Estava me referindo ao diálogo com o Ministro Palocci.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, então, cometeu um equívoco, falando para todos. Daí por que meu estarrecimento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não cometi equívoco. Falei...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, de qualquer maneira, fica o registro, Senador Antonio Carlos Magalhães. O constrangimento que o Sr. Mat-

toso trouxe ao Governo do PT é irreparável. Aliás, esse episódio serviu para mostrar que a Caixa Econômica, de tantas tradições, está completamente aparelhada por militantes do PT, principalmente os originários de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É verdade isso, e ficou provado no depoimento de hoje, quando vimos a relação de diretores e de técnicos, todos ligados ao PT. Tudo que está acontecendo de ruim, desmoralizando uma centenária instituição, é pelo PT, como desmoralizaram uma tricentenária instituição, que são os Correios. É o PT. O PT é hoje o grande cancro do Brasil. E temos de eliminar esse cancro pelo voto do povo com a candidatura do Presidente Alckmin.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que os principais jornais do País até então apenas divulgavam denúncias sobre o Governo. Agora, cobram em seus editoriais um basta aos abusos cometidos e exigem a apuração plena dos malfeitos.

Só para citar alguns, a **Folha de São Paulo** inicia seu editorial de domingo com a seguinte frase: “A desfaçatez, o uso sistemático da mentira, o empenho em desqualificar qualquer denúncia, nada disso constitui novidade no comportamento do Governo Lula”.

Era isto que queriam neste instante: desqualificar as minhas denúncias, mas não conseguem, porque eu tenho, realmente, moral para enfrentar quaisquer dos Srs. Senadores, qualquer homem do Brasil.

Já o jornal **O Estado de S. Paulo** hoje cobra tudo, o mesmo esclarecimento com relação ao episódio do uso da máquina pública para obter vantagens e constranger pessoas.

Aliás, os títulos dos editoriais, Sr. Presidente, falam por si. O primeiro: “Abuso de poder”; o segundo: “Apurar toda a Verdade”, e o terceiro, de Boris Casoy: “É uma Vergonha!”.

Este é o quadro em que o Brasil vive hoje: estarrecido, precisando que nós, no Congresso, tenhamos a coragem de realizar aquilo de que o Brasil precisa com relação a um Governo que só faz o mal para o povo e o engana, porque a pior das mentiras é a de enganar o povo humilde do nosso Brasil. Mas isso vai acabar, graças, tenho certeza, a uma nova eleição em 1º de outubro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

É uma vergonha!

BORIS CASOY

JAMAIS O Brasil assistiu a tamanho descalabro de um governo. Quem se der ao trabalho de esmiuçar a história do país certamente constatará que nada semelhante havia ocorrido até a gestão do atual ocupante do Palácio do Planalto. Há, desde o tempo do Brasil colônia, um sem número de episódios graves de corrupção e de incompetência. Mas o nível alcançado pelo governo Lula é insuperável.

Não se trata de um ou de alguns focos de corrupção. Vai muito além. Exibe notável desprezo pelas liberdades e pela democracia. Manipula a máquina administrativa a seu bel-prazer, de modo a colocar o Estado a favor de sua inesgotável sanha de poder. Um exemplo mais recente é a ação grotesca contra um simples caseiro, transformado em investigado por dizer a verdade depois de ser submetido a uma ação de provocar náuseas em qualquer stalinista.

Não se investiga o ministro Palocci, acusado de frequentar um "bunker" destinado a operar negócios escusos em Brasília e de ter mentido a respeito ao Congresso. Tenta-se, a qualquer preço, desqualificar a testemunha para encobrir o óbvio. E o desespero da empreitada conduziu a uma canhestra operação que agora o governo pretende encobrir, inclusive intimidando o caseiro.

Do presidente da República, sob a escusa pueril de dever muito a Palocci (talvez pela conquista do troféu dos juros mais altos do mundo e pelo crescimento ridículo do PIB), só se ouve a defesa pífia dos que não conseguem dissimular a culpa. A única providência das autoridades federais foi um simulacro de investigação, com a cumplicidade da Caixa Econômica Federal.

Todos os limites foram ultrapassados; não há como o Congresso postergar um processo de impeachment contra Lula. Ou melhor, a favor do Brasil.

O argumento para não afastar Lula, de que sua gestão vive os últimos meses, é um auto-engano! A proximidade das eleições faz com que o governo use e abuse ainda mais do poder. Desde o início,

este governo é envolvido na compra de consciências, na lubrificação da alma de órgãos de comunicação por meio de gigantescas verbas publicitárias e de perseguir os que lhe negam aplauso.

Outro argumento usado para não afastar Luiz Inácio Lula da Silva é a sua biografia, a saga do trabalhador, do sindicalista que chegou a presidente. Ora, aquele metalúrgico já não existe há muito tempo. Sua legenda enferrujou. Foi tragado por sua verdadeira figura, submetido a uma metamorfose às avessas.

As razões legais para o processo de impeachment gritam no artigo 85 da Constituição, que versa sobre os crimes de responsabilidade do presidente. Basta ler os seguintes motivos constantes

Lula seria o primeiro a sofrer impeachment não apenas pelos crimes de responsabilidade mas também por toda a obra

da Carta Magna para que o Congresso promova o processo de impeachment de Lula: atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, contra o livre exercício dos direitos individuais ou contra a probidade da administração. Seguem alguns exemplos ilustrativos.

No "mensalão", fato que Lula tentou transformar em um pecadilho cultural da política brasileira, reside um grave atentado contra o livre funcionamento do Congresso Nacional. A compra de consciências não só interferiu na vida do Poder Legislativo como também demonstrou a disposição petista de romper a barreira entre a democracia e o autoritarismo, utilizando a máxima de que os fins justificam os meios.

Jamais as instituições bancárias estatais foram tão agredidas. O Banco do Brasil teve seu dinheiro colocado a serviço de interesse escusos; a Caixa Econômica Federal também, demonstrando que o sigilo bancário de seus depósitos

foi posto à mercê da pilantragem política.

No escândalo dos Correios, mais que corrupção, foi posto a nu, além do assalto aos cofres públicos, um cuidadosamente unido esquema de satrapias destinado a alimentar as necessidades pecuniárias de participantes da mesma viagem. Como costuma acontecer nesses casos, o escândalo veio à tona na divisão do botim.

Causa perplexidade, também, a maneira cínica com que o governo tenta se defender, usando todos os truques jurídicos para criar uma carapaça que evite investigações de suspeitas gravíssimas em torno do presidente do Sebrae, o generoso Paulo Okamoto, pródigo em cobrir gastos do amigo Lula — sem que ele saiba. Aliás, ele nunca sabe de nada...

Lula passará à história, além de tudo, como alguém que procurou amordaçar a imprensa com a tentativa da criação de um orwelliano "conselho" nacional de jornalismo e com uma legislação para o audiovisual, que tentou calar o Ministério Público pela Lei da Mordaca e que protagonizou uma pueril tentativa de expulsar do país um correspondente estrangeiro que lhe havia agredido a honra.

Neste momento grave, o Congresso Nacional não pode abdicar de suas responsabilidades, sob o perigo de passar à história como cúmplice do comprometimento irreversível do futuro do país. As determinantes legais invocadas para o processo de impeachment encontram, todas elas, respaldo nos fatos.

Mas, infelizmente, na Constituição brasileira falta uma razão que bem melhor poderia resumir o que estamos assistindo: Lula seria o primeiro presidente a sofrer impeachment não apenas pela prática de crimes de responsabilidade mas também pelo ímpar conjunto de sua obra.

Boris Casoy, 65, é jornalista. Foi editor-responsável da Folha de 1974 a 76 e de 1977 a 84. Na televisão, foi âncora do TJ Brasil (SBT) e do Jornal da Record (Rede Record).

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou conceder a palavra ao Líder Osmar Dias, que é o próximo orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Encaminho à Mesa, para registro nos Anais, documento que acabo de receber do Senador Gilberto Goellner e de representantes da Confederação Nacional da Indústria.

O primeiro documento diz: “Produtores perdem R\$16,6 bilhões e aumenta a crise no campo”. Daqui a pouco, tem um “tratoração” novo e o Governo continua feito “Alice no País das Maravilhas”, que é governado por alguém que sempre não sabe de nada, ou melhor, jamais sabe de qualquer coisa.

O segundo documento são as propostas emergenciais para solucionar a crise agropecuária. Teve a participação das Comissões Nacionais de Cereais, Fibras e Oleaginosas e de Crédito Rural, para ser encaminhada pela CNA ao Sr. Presidente da República.

Então, são a securitização dos somatórios dos valores referentes às seguintes modalidades de financiamentos – e fala das modalidades; e a outra proposta é a de assegurar o cumprimento da política de preços mínimos, além de todo o embasamento técnico que me cumpre, como Parlamentar, encaminhar a V. Ex^a, imaginando que está na hora de o Governo despertar desse seu delírio, antes que o Brasil mergulhe, de novo, no pesadelo de ter o seu agronegócio arruinado pela incompetência oficial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Propostas emergências para solucionar a crise agropecuária, aprovadas na reunião do dia 22 de março, na Farsul, com a participação das Comissões Nacionais de Cereais Fibras e Oleaginosas e de Crédito Rural, para ser encaminhada pela CNA ao senhor Presidente da República.

Suspensão por 120 dias de todos os vencimentos dos financiamentos e dívidas rurais, mantendo-os em situação de normalidade, para que possam ser implantadas as seguintes medidas:

1 – Securitização do somatório dos valores referentes às seguintes modalidades de financiamentos, para pagamento em 25 parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir de outubro de 2007, com encargos financeiros prefixados de 3% ao ano: custeio pecuário e agrícola da safra 2004/05 vencidas e não pagas e ou prorrogadas para pagamento em 2006; o custeio da safra 2005/06; operações de investimentos vencidas e não pagas e ou prorrogadas das parcelas de 2005 e de 2006; parcelas da dívida securitizada vencidas e não pagas relativas a 2005 e as vincendas em 2006; parcelas da dívida renegociadas no âmbito do Pesa (Resolução Bacen nº 2.471) vencidas e não pagas em 2005 e as vincendas em 2006 e recebíveis emitidos pelos produtores rurais e suas cooperativas junto aos fornecedores/fabricantes privados de insumos, máquinas e implementos e instituições financeiras.

A grave perda de renda do setor rural em 2005 e o aprofundamento da crise em 2006 em decorrência dos preços inferiores ao custo de produção para a maioria dos produtos agropecuários, inviabilizam o pagamento dos financiamentos ainda pendentes da safra passada e os compromissos financeiros da safra em curso. A simples prorrogação de curto prazo tem-se mostrado incompatível com o atual quadro de dificuldades do setor rural. A medida saneadora para esses financiamentos seria a sua transformação em compromissos de longo prazo.

Ato legal: editar Medida Provisória.

2 – Assegurar o cumprimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com a alocação de R\$2,8 bilhões no orçamento das Operações Oficiais de Crédito (2OC) para a safra 2005/06.

O quadro de preços baixos para a agropecuária requer uma atuação ativa da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A formação de e financiamento de estoques (AGE e EGF), o lançamento de contratos de opções, as despesas com Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), as operações de recompra, repasse de opções e o prêmio das opções privadas requerem aumento dos recursos orçamentários das Operações Oficiais de Crédito (2OC).

Na safra passada, os recursos orçamentários empregados para a garantia e sustentação de preços

com a POPM foram da ordem de R\$1,2 bilhão. Para 2006, o orçamento é de apenas R\$650 milhões que é muito aquém das reais necessidades para a execução da PGPM.

Ato legal: emendar o orçamento das Operações Oficiais de Crédito com crédito suplementar de R\$2,2 bilhões, para que o montante total destinado às operações da PGPM atinja R\$2,8 bilhões. Esses recursos viabilizarão a formação de 7,8 milhões de toneladas de estoques e a realização de 13,8 milhões de toneladas de contratos de opções de produtos agrícolas.

Produtores perdem R\$16,6 bilhões e aumenta a crise no campo

Os produtores perderam R\$ 16,6 bilhões de renda em 2005. Diversos fatores contribuíram para a perda de renda no ano passado. Seguro rural incipiente e perda da produção física das lavouras, aumento dos estoques mundiais de passagem com impacto negativo nos preços das commodities e taxa da câmbio desfavorável com a valorização do real em relação as principais moedas.

O câmbio e os juros ajudaram a erodir a renda do setor rural. O câmbio valorizado derrubou os preços recebidos pelos produtores. A taxa de câmbio do plantio não foi a mesma da comercialização. Compraram-se insumos com dólar mais caro e o valor da produção comercializada com o dólar desvalorizado. Isso desnivelou os termos de troca que ficaram desfavoráveis à agricultura.

Os juros também foram maiores para o setor rural. O aumento de 2,6 pontos percentuais na taxa de juros Selic aumentou a taxa média em 2005 para 18,9% contra 16,3% que foi a média em 2004. O resultado foi o aumento da conta juros paga pelos produtores em R\$224,6 milhões, considerando apenas o volume de recurso do custeio de R\$8,640 bilhões a taxa de juros livre concedido em 2005.

Com a queda de renda do setor rural, o PIB da agropecuária caiu de R\$169,65 bilhões, em 2004, para R\$153,04 bilhões em 2005. A queda de renda de 9,79% afetou profundamente a capacidade de pagamento e de realização de investimentos dos produtores. Como adequar a redução de renda com os compromissos financeiros de desembolso com o pagamento do custeio da safra, dos investimentos realizados e com o estoque das dívidas? Essa é a principal questão financeira a ser resolvida no ano em curso.

A ausência de um seguro rural dificulta a gestão do risco da produção agrícola. A safra de grãos e fibras que estava inicialmente estimada em 132 milhões de toneladas caiu para 113 milhões de toneladas. A absorção dos prejuízos com a perda de 19 milhões de toneladas no ano passado ficou a cargo exclusivo

dos produtores já que não se tem um seguro rural que indenize essas perdas.

A maioria dos produtos agrícolas está sendo comercializada abaixo do custo de produção, ou seja, com prejuízos. O preço de mercado do algodão precisa subir 38,4% para cobrir o custo de produção. O preço de arroz irrigado necessita subir 44,1% para o custo de produção. O do trigo precisa de 102,3%, o de soja 24,3% e o do milho de 27%. Isso demonstra que a situação é crítica para os principais produtos da safra de grãos e fibras.

A grave crise de renda do setor rural também afetou os setores de atividade econômica que fornece insumos e bens de capital para a agricultura e os setores que processam os produtos agropecuários. O PIB do agronegócio caiu 4,7% o que corresponde a R\$26,26 bilhões a menos de renda na economia nacional. A partição desse prejuízo ficou mais dentro da porteira com R\$16,6 bilhões e R\$9,66 bilhões fora da porteira. Em 2004, o PIB do agronegócio foi de R\$563,89 bilhões e em 2005 caiu para R\$537,63. O impacto da redução do agronegócio na economia é muito grande. Com uma participação de 30,07% no PIB da economia, uma queda de 4,7% no PIB do agronegócio proporciona uma redução de 1,41 pontos percentuais no PIB do País.

O emprego e a arrecadação de tributação também foram atingidos. O setor primário agregou, a cada final de ano, de 40 a 79 mil empregos diretos nos anos de 2002 a 2004. Em 2005 começou a desempregar, acumulando um saldo negativo de 12,8 mil pessoas. O Estado de Mato Grosso motivado pela drástica queda de arrecadação de ICMS está estudando decretar estado de emergência. A economia dos municípios que tem a atividade rural como motoras do desenvolvimento encontram-se paralisadas.

A crise de renda afetou os produtores de diversas culturas. Algodão, arroz, milho, soja, trigo e pecuária bovina de corte foram os mais atingidos. É importante entender que enquanto a moeda brasileira, o real, se valorizou, a moeda dos produtores que é o produto agrícola se desvalorizou pela queda dos seus preços.

As ações emergenciais realizadas na safra passada como a prorrogação parcial dos custeios e a implantação da linha FAT – Giro do BNDES, para viabilizar a prorrogação das compras a prazo dos insumos junto aos fornecedores privados tiveram alcances limitados. A continuidade da crise de renda do setor rural em 2006 requer um conjunto mais estruturado de ações que possam mitigar os seus efeitos sobre a economia setorial e sobre a economia nacional. As principais medidas de curto prazo apresentadas pelo setor ao Governo são:

1 – Custeio da safra 2004/05 vencidas, parcelas do custeio da safra 2005/06, parcelas dos programas de investimentos vencidos em 2005, parcelas a vencer dos programas de investimentos em 2006, inclusive custeio pecuário – editar medida provisória para o alongamento e a securitização das parcelas vencidas de custeio e investimento em 2005, das parcelas de investimentos vincendas em 2006 e parte do custeio vincendo em 2006, unificando esses valores, transformando-os em uma nova obrigação de longo prazo, para pagamentos em até 10 anos, com dois anos de carência.

2 – Dívidas securitizadas e do Pesa – editar ato normativo para prorrogar as parcelas vencidas em 2005 e as vincendas em 2006 do Pesa e securitização, fixando os seus vencimentos subsequente e após o vencimento da última prestação.

3 – Financiamentos do Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO) – editar Resolução do Conselho Monetário Nacional para ampliar o prazo dos financiamentos pecuários de forma a se adaptar a nova realidade de mercado, aumentando o limite dos financiamentos de forma a prover capital de giro para os pecuaristas.

4 – FAT Giro – apresentar proposta no Codefat com o objetivo de permitir que essa linha possa ser acessada diretamente pelo produtor e viabilizar a sua utilização para resgate de CPR junto às instituições financeiras. Viabilizar a securitização dos recebíveis emitidos pelos agricultores junto aos fornecedores de insumos.

5 – Liberações de garantias e aumento da capacidade de financiamento dos produtores – reavaliar as garantias vinculadas à renegociação das dívidas através de critérios estabelecidos entre o setor privado e o Governo e liberar as garantias excedentes.

6 – Recursos para as Operações Oficiais de Crédito (20C) – emendar o orçamento das Operações Oficiais de Crédito com crédito suplementar de R\$2,2 bilhões, para que o montante total destinado às operações da PGPM atinja R\$2,8 bilhões. Esses recursos viabilizarão a formação de 7,8 milhões de toneladas de estoques e a realização de 13,8 milhões de toneladas de contratos de opções de produtos agrícolas.

Essas medidas são imprescindíveis e de cunho emergencial para que o setor rural possa atravessar este momento de dificuldades. É urgente a adoção de políticas que possam equacionar o fluxo de caixa da atividade rural, compatibilizando a baixa receita com os compromissos financeiros do setor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouvirei V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, com a aquiescência do Senador Osmar Dias.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero deixar registrado, se V. Ex^a permitir, um pronunciamento que eu faria. Tendo em vista que terei de ouvir o Francenildo, pela Corregedoria, às 18h, não poderei esperar minha vez como orador inscrito.

Hoje, a Polícia Federal completa o 62º aniversário. Eu não poderia deixar de transmitir a esta Casa minha satisfação por um dia ter dirigido a Polícia e ressaltar a dignidade com que tem sido conduzida pelo Diretor Paulo Lacerda, que hoje a administra. V. Ex^a, como Ministro, sempre prestigiou o comportamento da Polícia Federal.

Deixo, também, um abraço para o Dr. Rodrigo Gomes, Senador Antonio Carlos Magalhães, que preside o inquérito sobre a quebra de sigilo. Na visita que fizemos, em nome da Subcomissão, tivemos mais sorte do que a Subcomissão que foi à Caixa Econômica. S. S^a nos deu todo o cronograma dos atos que iria praticar. Realmente, ele os está cumprindo com a velocidade necessária, esclarecendo a sociedade sobre esse fato que tanto entristeceu a Nação brasileira.

Se V. Ex^a permitir, meu discurso em homenagem à Polícia Federal será dado como lido.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, há 62 anos, no Rio de Janeiro – então Distrito Federal – eram lançadas as raízes da nossa Polícia Federal, com a instituição do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que absorveu a antiga polícia carioca.

Desde 2004, por força de decreto presidencial número 5.279, o 28 de março passou a ser considerado data comemorativa da criação do Departamento de Polícia Federal (DPF), que foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 200 em 25 de fevereiro de 1967, dois anos depois de o DFSP, seu antecessor, ter adquirido competência para atuar em todo o território nacional

com as atribuições mantidas até hoje, graças à Lei n.º 4.483 de 16 de novembro de 1964.

Ainda pelo Decreto n.º 5279 de 2004, o 16 de novembro passou a ser comemorado como Dia do Policial Federal, deixando, portanto, a condição de data magna do DPF.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, independentemente de datas, devemos reverenciar o surgimento da Polícia Federal como um marco que divide a segurança pública brasileira em dois períodos históricos, isto é, antes e depois daquela instituição. Este é o seu significado para o aprimoramento do sistema destinado a tutelar garantias e direitos individuais à luz da Constituição e da legislação penal.

Tão importante é a Polícia Federal para o funcionamento da República e do Estado Democrático de Direito que seria inadequado atribuir o seu surgimento simplesmente a determinada lei ou decreto. O nascimento decorreu de um longo e, às vezes, conturbado processo de gestação com início há mais de sessenta anos, nos albores do Estado democrático brasileiro.

Também no caso do DPF, a função fez o órgão. Seu surgimento deve ser entendido como resultado de uma necessidade e não como produto da imaginação ou do gosto de quem quer que seja.

O processo de gestação do DPF acelerou-se na década de 50, período de intenso contrabando e descaminho, especialmente nos ramos de automóveis, eletrodomésticos e autopeças. Lembro-me bem de que, nessa época, a Polícia Civil de São Paulo mantinha um setor especializado em crimes fazendários, que atuava junto à Secretaria da Fazenda para dar combate às fraudes praticadas contra os interesses do Estado e da União. Chamava-se Setor de Crimes Contra a Fazenda. Posteriormente, já com atribuições restritas à área da Fazenda do Estado, foi transformado em delegacia especializada e, finalmente, em divisão.

Nos anos 50, existia o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com atuação circunscrita ao antigo Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, exceto na execução da polícia marítima, aérea e de fronteiras. Esta função era delegada aos Estados, através de convênios. No início da década seguinte, paralelamente às polícias estaduais, a União atuava com o seu Serviço Nacional de Repressão ao Contrabando no combate a esse tipo de delito, feito às escâncaras principalmente nas fronteiras do Sul e do Norte. O Serviço chegou ao ápice sob o comando de uma ilustre autoridade, formada no antigo Setor de Crimes Contra a Fazenda da Polícia paulista, delegado Newton de Oliveira Quirino, paradigma de seriedade, competência e honestidade.

Mas, a União enfatizava a apreensão do produto do crime, nos casos de contrabando ou descaminho, relegando a segundo plano a necessidade de estruturas apropriadas à investigação para identificar, localizar e entregar os autores dos delitos à Justiça. Operações cinematográficas, como as apreensões de milhares de automóveis novos, contrabandeados através de rios amazônicos até o Pará, envolveram o emprego das Forças Armadas e alcançaram grande repercussão. Todavia, a inexistência de atribuições da União para ter uma polícia judiciária própria resultava, quase sempre, em impunidade.

Aquele tipo de inquérito altamente especializado ficava a cargo das polícias estaduais, nem sempre dotadas das condições necessárias. A idéia de instituir uma polícia judiciária da União só viria a se concretizar na década seguinte, porque os Estados recusavam abrir mão do que consideravam ser sua própria autonomia.

Havia décadas, os prejuízos para os cofres públicos e a sociedade eram incomensuráveis e quase sempre causados pelas mesmas organizações criminosas. Por isso, em novembro de 1964, embora ainda com a antiga denominação, o DFSP adquiriu jurisdição sobre todo o País.

Havia passado 20 anos desde que, no Rio de Janeiro, a Polícia do Distrito Federal transformara-se em Departamento Federal de Segurança Pública. Apesar da palavra Federal, a jurisdição do departamento continuou restrita ao território carioca. Depois, o DFSP acompanhou a mudança da Capital, trazendo para Brasília pequena parte dos efetivos, isto é, os servidores que optaram pela transferência. Os demais, permaneceram no Estado da Guanabara, que então se formava. Os recursos materiais também passaram para a polícia guanabarina.

A Lei n.º 3.754, de 13 de abril de 1960, que determinara a transferência do DFSP para Brasília, criou, no aguardo de uma lei especial necessária à estruturação definitiva, um cargo de Chefe de Polícia, três de delegado e três de escrivão. Estava-se no auge do pioneirismo que nos legou esta esplendorosa e monumental Capital da República, no Planalto Central, e, como em qualquer desbravamento, tudo era precário e sacrificante.

A primeira sede do DFSP em Brasília foi instalada num galpão de madeira da Novacap, ao lado do Gabinete do Presidente desse órgão, de onde foi transferida, entre setembro e outubro de 1960, para o 5.º andar do Bloco 10 da Esplanada dos Ministérios. A solução encontrada para prover o departamento de meios foi empregar o pessoal do Departamento Regional de Polícia de Brasília, criado pelo governo de Goiás em

1958, com jurisdição sobre toda a área destinada ao Distrito Federal.

Daí até o encontro de uma estrutura adequada, percorreu-se mais um difícil trajeto. Dois anteprojetos de estruturação, encaminhados pelo Poder Executivo a este Congresso Nacional, foram abandonados, entre 1960 e 1962. Continuava a intransigência dos Estados na defesa do que consideravam sua autonomia, o que implicava em retardar o surgimento de uma polícia de âmbito federal.

Ainda em 1962, o Ministro da Justiça criou o “Quadro Provisório” de pessoal do DFSP, com todos os servidores em serviço no órgão, requisitados ou não. E, a 11 de junho do mesmo ano, a Lei n.º 4.069 efetivou os servidores admitidos anteriormente. Finalmente, após a Revolução de 1964 e com a aprovação da Lei n.º 4.483, de 16 de novembro de 1964, o DFSP foi reorganizado e transformou-se, realmente, em uma Polícia Federal. Essa lei veio encontrar a sede do departamento já instalada no Edifício do BNDE.

Em 25 de fevereiro de 1967, no bojo de uma das mais amplas reformas administrativas já realizadas no âmbito da União, o Decreto-Lei n.º 200 conferiu ao departamento seu nome atual. Diz o artigo 210 desse diploma:

“O atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal, considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos.”

Houve, na década seguinte, diversas alterações estruturais que acabaram por fazer o DPF assemelhar-se a organizações congêneres existentes no Exterior, especialmente no Canadá, EUA e Inglaterra. Nossa Polícia Federal dispõe de estrutura moderna e funcional, que permite planejamento, coordenação e controle centralizados e execução descentralizada.

Sua estrutura atual permite um excelente desempenho, além de favorecer a integração com os diversos órgãos da administração federal. A Direção-Geral conta com órgãos técnicos e de apoio, em Brasília, incumbidos das tarefas de planejamento, coordenação e controle. Para as atividades de execução, o DPF dispõe de 27 Superintendências Regionais, 54 Delegacias de Polícia Federal, 12 postos avançados, 2 bases fluviais e 2 bases terrestres. Além disto, representa a Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL no País.

É esse arcabouço, inserido no âmbito do Ministério da Justiça, que, sob o comando do ilustre Diretor-Geral, Delegado Paulo Lacerda, cumpre com

dedicação e eficiência o disposto no artigo 144 da Constituição Federal:

“I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de sua entidade autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho;

III – exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a felicidade de dirigir a Polícia Federal durante uma década e sou testemunha presencial do diligente trabalho realizado por seus integrantes nos mais longínquos e inóspitos rincões da Pátria, assim como nos lugares mais nobres e sofisticados das grandes cidades. Posso afirmar com segurança que, apesar das dificuldades, dos sacrifícios e das tentações com que se deparam a todo momento, seus funcionários, inclusive os administrativos, conseguem executar um serviço difícil e perigoso com grau de qualidade comparável ao encontrado nas melhores organizações do gênero ao redor do mundo.

Tenho ouvido relevantes manifestações de respeito pela Polícia Federal brasileira, notadamente por ocasião de eventos que reúnem os Estados-membros da Interpol. É essa boa imagem que faz do DPF o paradigma a ser seguido no campo da segurança pública brasileira. Cabe-nos, portanto, não só registrar este momento de glória da Polícia Federal por atingir seus 62 anos de existência, como também reafirmar a disposição de apoiá-la em tudo o que for necessário ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento.

Parabéns a todos os seus integrantes.

Era o que me cabia comunicar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do Regimento, defiro o pedido de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma indagação ao Senador Romeu Tuma porque S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu já anunciei que daria a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Mas é uma breve indagação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Mas S. Ex^a já encerrou a intervenção.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se V. Ex^a quiser e se o Senador Osmar Dias entender que é o caso, pode fazê-lo ao Senador Osmar Dias, a quem tenho a honra de conceder a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Apenas porque S. Ex^a vai ouvir o Sr. Francenildo, como Corregedor, e se será...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Suplicy, se V. Ex^a puder colaborar, vamos pôr limites nos debates da Casa. Se não fizermos isso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente,

será às 18h, na sala 6. Se pedirem que a reunião seja reservada, será; se permitirem que seja aberta, será aberta, sem intervenção de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Jefferson Péres, que é Vice-Líder do PDT, já fez pronunciamento em nome do Partido sobre a crise que vive o Governo brasileiro, e essa crise, com certeza, está sendo transferida para a população brasileira com reflexos de enorme importância na economia, no desemprego, nos problemas sociais que vão crescendo cada vez mais.

E, no meio dessa crise toda, em que debatemos o problema da quebra de sigilo do caseiro, em que debatemos o crime que se praticou, manchando a biografia do próprio Presidente da República, é preciso discutir os problemas que o País vive simultaneamente a crise política ou até aumentados por ela, que insiste em permanecer, já que começou há muito tempo – no mês de maio do ano passado – e vai completar aniversário já, já. Essa crise política tem sido desastrosa para os setores produtivos deste País.

Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, está sofrendo para colocar o Orçamento em votação aqui. É até oportuno a presença de V. Ex^a na Presidência neste momento, porque comunico que recebi hoje boa parte das lideranças do cooperativismo do Estado do Paraná, que tenho a honra e

orgulho de defender nesta Casa não apenas por ser cooperado de várias cooperativas em várias regiões do meu Estado, mas por acreditar, por ter a convicção de que o cooperativismo é um instrumento poderoso para resolver problemas que até o Governo não consegue resolver.

O cooperativismo, pelo menos em meu Estado, é o responsável pela geração do maior número de empregos gerados por um setor. O cooperativismo é responsável pela colheita de cerca de 70% das safras do Paraná. O cooperativismo do meu Estado é composto por cerca de 85% de pessoas que não possuem área superior a 50 hectares e, portanto, é um segmento que atende à pequena produção, ao pequeno produtor, à agricultura familiar.

Todos os políticos deveriam defender o cooperativismo, não apenas nas épocas eleitorais, nas eleições, como alguns demagogos, oportunistas, fazem e depois, quando eleitos, passam a perseguir o cooperativismo. As cooperativas devem ser apoiadas por todo homem público que deseja o desenvolvimento, que quer o crescimento do Estado, do País.

Aliás, no meu Estado, muitos Municípios só sobrevivem porque lá há uma cooperativa funcionando. O emprego, a renda, o comércio funcionando porque as cooperativas dão essa oportunidade a tantas pessoas no campo e na cidade. São os 13 ramos do cooperativismo atuando para fortalecer não só a economia, mas também a questão social, que é atendida pelo cooperativismo médico, pelo cooperativismo de trabalho.

Só alguém com insanidade mental pode combater o cooperativismo. Quem tem o mínimo de sanidade mental, de equilíbrio não vai combater o cooperativismo, vai defendê-lo porque é pelo cooperativismo que vamos promover o desenvolvimento, principalmente das regiões agrícolas do País, onde o cooperativismo de produção se insere com força.

Por isso meu orgulho de defender o cooperativismo no meu Estado, de representá-lo nesta Casa de uma forma espontânea. Porque, como homem público, acho que tenho esse dever, embora alguns homens públicos deste País não acreditem ter o dever de defender o que faz bem para o trabalhador, para o pequeno produtor, para o setor produtivo.

E as cooperativas trouxeram uma série de reivindicações que, em meio a essa turbulência que vive o Governo, em meio a esse momento crítico que vive o País, essas propostas, parece-me, poderiam atenuar a crise que pelo menos o setor produtivo sofre.

Por isso mesmo, já referenciado pelo Senador Arthur Virgílio, que, antes da minha fala pediu a palavra pela ordem para alertar sobre essas propostas, trago

resumidamente as propostas elaboradas pelas cooperativas, pela Confederação Nacional da Agricultura:

Propostas de ações emergenciais mitigadoras da crise da agropecuária

1 – Custeio da safra de 2004/05 vencidas, parcelas do custeio da safra 2005/06, parcelas dos programas de investimentos vencidos em 2005 e parcelas a vencer dos programas de investimentos em 2006, inclusive custeio pecuário.

Proposta: editar Medida Provisória [já que o Governo gosta tanto desse instrumento; e, nesse caso, estaríamos aqui apoiando, porque essa, sim, é relevante e urgente e tem de ser editada] para o alongamento e a securitização das parcelas vencidas de custeio e investimento em 2005, das parcelas de investimentos vencidas em 2006 e o custeio e FAT – Giro Rural, vencidos em 2006, unificando esses valores, transformando-os em uma nova obrigação de longo prazo, para pagamentos em até 10 anos, com dois anos de carência.

Essa é a proposta que deixo registrada nos Anais do Senado, para que o Governo saiba que o Senado Federal está apoiando a proposta das cooperativas brasileiras.

2 – Dívidas securitizadas e do PESA

Proposta: editar ato normativo para prorrogar as parcelas vencidas em 2005 e as vencidas em 2006 do PESA e securitização, fixando os seus vencimentos subsequente após o vencimento da última prestação.

É uma proposta, portanto, para resolver o problema das dívidas que foram securitizadas mas que aqueles produtores ficaram inadimplentes e não puderam pagar, assim como o PESA.

3 – Financiamentos dos Fundos Constitucionais

Proposta: editar Resolução do Conselho Monetário Nacional para ampliar os prazos dos financiamentos, ao amparo dos fundos constitucionais, de forma a se adaptar à nova realidade de mercado, aumentando o limite dos financiamentos de forma a prover capital de giro para os agropecuaristas.

4 – FAT Giro

Proposta: apresentar proposta no Codefat com o objetivo de permitir que essa linha possa ser acessada diretamente pelo produtor e viabilizar a sua utilização para resgate de CPR junto às instituições financeiras.

5 – Liberação de garantias e aumento da capacidade de financiamento dos produtores

Proposta: reavaliar as garantias vinculadas à renegociação das dívidas através de critérios estabe-

lecidos entre o setor privado e o Governo e liberar as garantias excedentes.

6 – Recursos para as Operações Oficiais de Crédito (20C)

Proposta: emendar o orçamento [é importante V. Ex^a ouvir essa proposta] das Operações Oficiais de Crédito com crédito suplementar de R\$2,2 bilhões, para que o montante total destinado às operações da Política Geral de Preços Mínimos atinja R\$2,8 bilhões. Esses recursos viabilizarão a formação de 7,8 milhões de toneladas de estoques e a realização de 13,8 milhões de toneladas de contratos de opções de produtos agrícolas.

Essas são propostas de curto prazo. E o Governo deveria atender ao apelo do setor produtivo, porque o Governo está tão perdido em meio a essa crise; o Governo está tão atordoado com as denúncias que ocorrem dia-a-dia; o Governo está tão maculado pelos fatos que a imprensa divulga todos os dias, que não pode deixar de gerenciar a crise e, ao mesmo tempo, atender às demandas do País. O Governo está praticamente congelado diante da crise política e não faz nada para atender os setores produtivos.

Vou dar um dado, Senador Suplicy, que me parece vai pedir um aparte, um dado revelador do crime que se está praticando contra o agronegócio neste País. Todo saldo da balança comercial do ano passado – todo, 100% do saldo da balança comercial – e deste ano é proveniente da agricultura. E hoje, logo cedo, vi, na região de Barreiras, na Bahia, um produtor fazendo a análise do que aconteceu com a sua lavoura, onde ele perdeu com a estiagem. Lá na Bahia, houve perda com a estiagem em Barreiras e em Eduardo Magalhães; tivemos perda no Mato Grosso e tivemos perda no sul do País, e o Governo faz de conta que não sabe de nada.

Acontece que são R\$30 bilhões que a agricultura perdeu nesses dois anos consecutivos. Esse dinheiro foi tirado do produtor rural, do produtor familiar, que aos milhares estão deixando o campo, procurando outras alternativas para sobreviver e fazer a sua família sobreviver.

Hoje, pela manhã, vi um produtor rural do meu Estado chorando na televisão, porque ele disse que o produtor rural é honrado, tem dignidade, paga dívida, não quer ficar devendo. Ele já vendeu dois tratores, a colheitadeira e ainda está devendo R\$800 mil. Mas nem se vendesse parte da propriedade conseguiria pagar, porque as terras estão se desvalorizando dia-a-dia neste País.

E aí vejo a propaganda do Governo, dizendo que conseguiu baixar o preço do arroz e do leite, e as pes-

soas estão comendo mais. Só que o Governo precisa entender que o leite e o arroz não nascem dentro do supermercado. Alguém tem que produzir. Daqui a pouco não vai ter mais quem produza, porque o Governo está destruindo o setor produtivo deste País com a sua política econômica caolha.

Espero que essa mudança tenha pelo menos esse benefício, que esse Ministro que assume pratique a política econômica que pregava e não aquela que ele criticava. Porque a política que criticava é a responsável pela destruição do setor produtivo e pela eliminação de milhares de propriedades familiares em nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, quero dizer que as cooperativas vieram ao Senado para discutir o projeto de lei de minha autoria que votaremos amanhã e, principalmente, para reafirmar que o campo deste País não está apenas atravessando uma crise, mas está em desespero. Os produtores choram diante das câmeras de televisão para o Brasil inteiro ver. Eles não estão pedindo favor ao Governo; pedem que o Governo faça a sua parte e cumpra a sua obrigação, o que não tem ocorrido.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Inscreva-me para um aparte, Senador Osmar Dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Osmar Dias, primeiramente, registro, mais uma vez, a minha admiração pelo conhecimento que V. Ex^a sempre tem externado com relação aos problemas das cooperativas e da agricultura. Além disso, quero irmanar-me a V. Ex^a no apoio às formas cooperativas de produção, porque acredito que uma das maneiras de melhor distribuir a renda e a riqueza no País, dentre outros instrumentos, é estimularmos as cooperativas, não apenas as da agricultura, mas também as dos artesãos, dos pequenos produtores urbanos e rurais, enfim, de toda natureza, inclusive aquelas cooperativas de autogestão. Este último caso, por vezes, têm ocorrido, com o apoio das instituições oficiais, quando os trabalhadores em empresas em dificuldades econômico-financeiras – sejam da indústria, sejam de outras áreas –, resolvem, então, propor uma forma de autogestão, formando cooperativas. São múltiplas, portanto, as formas. Gostaria de apelar a V. Ex^a, mais uma vez, no sentido de podermos chegar a um entendimento, amanhã, quando da votação do projeto sobre as sociedades cooperativas, a que V. Ex^a deu uma contribuição muito significativa, assim como

o ex-Senador José Fogaça. Eu próprio, atendendo à demanda de inúmeras experiências de cooperativas, apresentei um projeto nesse sentido. Apesar de termos uma diferença de opinião, avalio, inclusive, que se deva levar em conta um aspecto constitucional. Então, tendo em vista a preocupação de não se chegar a um entendimento amanhã, apresentei, juntamente com outros Senadores, um requerimento para que esse projeto também seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que lá não foi votado o seu aspecto constitucional. No entanto, é possível que possamos ainda, até amanhã, chegar a um entendimento. E tomei conhecimento, na tarde de hoje, de que o próprio Ministro Miguel Rossetto e o Secretário da Economia Solidária, o Professor Paul Singer, estão empenhados em dialogar dentro do Governo, com V. Ex^a e com o Senador Demóstenes Torres, para que cheguemos a um entendimento. Mas quero aqui dizer que acredito ser muito importante criarmos formas de estimular o cooperativismo no Brasil. Nesse sentido, cumprimento V. Ex^a por estar sempre levantando esse tema.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Suplicy. Eu posso ser até desagradável em dizer isso a V. Ex^a, mas não vou mais fazer reunião. A minha posição é conhecida de todos. Creio que já fiz mais de 100 reuniões. O problema do Partido de V. Ex^a é este: fazer muita reunião e demorar muito para tomar decisões, levando o País a sofrer. Portanto, não vou mais fazer reunião alguma para discutir o projeto. Se V. Ex^a apresentar o requerimento para que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, meu voto será favorável, para tirar a dúvida de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento, dizendo que nos irmanamos na indignação com relação a essa perversa política econômica do Governo Federal. O Governo procura trazer dólares, que estão sobrando no mundo, fazendo com que o dólar caia a um valor irreal; com isso, consegue combater a inflação de certa forma, mas arrasa o agronegócio no País. Essencialmente, produzimos *commodities* e, como colocou muito bem V. Ex^a, foi por meio do agronegócio que o País conquistou esse superávit comercial, exportando as nossas *commodities*. Agora, o dólar como está aí, a R\$2,10, está arruinando o nosso agronegócio. V. Ex^a citou a situação de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Lá, os produtores plantaram uma safra em 2003 e início de 2004 com o dólar a R\$3,10, R\$3,20; agora, têm de vender por um dólar a R\$2,00. E, além disso, há a seca. Resultado: como se posicionou o Congresso para resolver essa situação no Nordeste brasileiro?

Aprovando o Projeto de Lei da Câmara nº 142, por maioria tranqüila na Câmara dos Deputados e aqui. E o que fez o Governo? Vetou-o na íntegra e mandou um arremedo de medida provisória que simplesmente não atende a ninguém. Tivemos um “tratoço”, quando vieram os produtores de Luís Eduardo, lá do Paraná, do Brasil inteiro. Adiantou? O Governo é insensível. Lamentavelmente, olhamos para o Ministro da Agricultura, um homem competente, sabemos o homem sério que é, ligado ao setor inclusive das cooperativas, mas que não tem força política dentro do Governo. Então, o Ministro Roberto Rodrigues, hoje, não sai porque talvez não se consiga arrumar ninguém melhor do que ele. Qualquer outro que vier é pior. Então, lamentavelmente, essa é a atenção que este Governo destina a um setor tão importante, que não é só responsável pela balança comercial, mas também pela maioria dos empregos neste País, o que segura o homem no campo. V. Ex^a está de parabéns! Receba minha solidariedade, porque é de uma insensibilidade inaceitável a posição do Governo Federal com relação ao setor primário do Brasil, o agronegócio. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador César Borges. Por coincidência, hoje vi um agricultor do Estado de V. Ex^a que saiu do meu Estado e lá foi plantar soja. Ele estava dando uma entrevista, dizendo da perda que teve e que estava condoído, sentido, nem tanto com ele mesmo, que estava perdendo a safra, mas ainda tinha como me agüentar; estava era sentido de ver um vizinho seu que não iria agüentar mais e que teria de entregar a colheitadeira, o trator. Vai entregar o que tem para pagar, porque o homem do campo não sabe ficar devendo; ele quer pagar. Então, o Governo tem de agir no sentido de que essas pessoas não destruam suas estruturas de produção.

Em relação à balança comercial, ao superávit; se não houvesse a agricultura, o País teria amargado no ano passado um déficit de R\$7 bilhões. A agricultura deu um superávit e, mais do isso, evitou um déficit de R\$7 bilhões. Então, por que abandoná-la? Parece até que é proposital, para inviabilizar as propriedades, para que elas sejam desapropriadas! Será que é isso que o Governo quer? Parece que é.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a está sempre muito atento aos problemas da agricultura no País, e penso que têm muita propriedade, competência e razão as suas observações. Em reuniões com o setor da bovinocultura, com toda a cadeia que vai do produtor até a exportação, os processados, tenho verificado algo que me preocupa: a incapacidade de o setor pagar impostos em razão

da alta carga tributária deste País. Ele não paga, mas vai a débito deles, existem processos, não-renegociação de dívidas. Vejo que tudo isso é um problema muito sério para quem gera divisas e emprego para o País. De forma que o cumprimento pela propriedade com que traz esse assunto hoje aqui e me solidarizo com V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Rodolpho Tourinho e Senador César Borges, imagino que o Ministro Roberto Rodrigues, com a competência e o conhecimento que tem, se mantém no Ministério para não permitir que se façam mais bobagens do que têm sido feitas. Penso que S. Ex^a tem evitado muitos desastres permanecendo no Ministério da Agricultura; não tem conseguido fazer o que desejava. Imagino que, todos os dias, evita um problema para a agricultura, evita uma besteira a mais que iriam cometer se ele não estivesse lá. Então, é importante que ele permaneça.

Consulto o Presidente se posso conceder um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Arthur.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É que V. Ex^a, Senador Osmar Dias, no brilhante pronunciamento que apresenta à Casa e ao País, ainda há pouco se referia a essa mania de reuniões do Governo e do PT – parodiando uma televisão muito forte neste País: “Governo e PT, tudo a ver”. Um baiano muito ilustre – espero que esteja gozando de boa saúde –, que foi meu colega de Câmara Federal e chegou, se não me engano, a ser prefeito de Salvador, disse uma frase que já ouvi várias pessoas repetirem, eu próprio já a repeti até sem citar o autor. Ele dizia o seguinte: “O PT convoca para reunir e reúne para convocar”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado pelo aparte, Senador Arthur Virgílio. Vou encerrar, Sr. Presidente, cumprindo...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Osmar Dias, eu esqueci de citar o nome do baiano ilustre, mas o faço agora: é o ex-Deputado e ex-Prefeito Virgildásio Sena, uma figura muito ilustre e muito correta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar com esse aparte do Senador Arthur Virgílio, mas não sem antes dizer ao Senador César Borges, que levantou o problema da estiagem, que está no programa de governo do Presidente Lula – deste governo e não do próximo, que ele almeja, mas me parece que isso não acontecerá – a promessa do seguro da produção.

Os produtores que estão perdendo safra com a estiagem querem saber do Presidente Lula o que foi

feito do seguro da produção que ele prometeu durante a campanha eleitoral e até agora não cumpriu.

Agradeço a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti como Líder do Bloco. Em seguida, falará o Senador Flávio Arns por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficamos hoje, durante boa parte do dia, acompanhando a oitiva da Sr^a Clarice Coppetti na CPI dos Bingos. Foi um depoimento competente, sério, firme e muito transparente a respeito de sua atuação à frente da vice-presidência responsável por toda a área de informática da Caixa Econômica.

Agradeço ao Senador Pedro Simon, que passou por aqui e me falou baixinho que estou elegante hoje. Agradeço a gentileza, Senador.

A Sr^a Clarice Coppetti, em determinado momento de seu depoimento, pronunciou uma frase que considere relevante e, levando em conta o que eu tinha preparado para falar hoje, veio bem a calhar. A Sr^a Clarice disse o seguinte: “O legado de um homem ou de uma mulher não pode ser medido por um erro; o legado de um homem ou de uma mulher tem de ser medido sempre pelo conjunto daquilo que executou”. De fato, sabemos que erros podem ser cometidos por todos nós. Qualquer um é passível de cometer um erro. Portanto, a avaliação das pessoas tem sempre de ser feita pelo conjunto.

Ontem, tive oportunidade de fazer referência – acho que vários Parlamentares também fizeram isso – ao conjunto do que o Ministro – agora ex-Ministro Palocci – teve oportunidade de desenvolver à frente do Ministério da Fazenda e aos benefícios que trouxe para o cotidiano de milhões e milhões de brasileiros com a melhoria das condições de vida, de renda, de possibilidade de emprego, de acesso a bens, de acesso a produtos, até da auto-estima do povo brasileiro e de sua soberania com a independência em relação ao Fundo Monetário Internacional. Portanto, esse conjunto da obra do Ministro Palocci tem sempre de ser lembrado e relevado como algo importante, como algo que efetivamente modificou, melhorou a vida das pessoas. Por tudo isso ele tem sido tão ostensivamente colocado no foco de toda uma série de situações realmente bastante constrangedoras.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um pouquinho, Senador César Borges, se V. Ex^a me permite. Ainda não entrei no que quero falar.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Mas é sobre o que V. Ex^a já falou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouvirei V. Ex^a e, assim, poderei entrar no meu assunto. Pois não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Toda a Nação acha que houve um estupro às instituições republicanas com esse episódio da Caixa Econômica Federal. No entanto, a razão do meu aparte é pedir-lhe um esclarecimento, já que o nome de V. Ex^a está aqui, na coluna do festejado jornalista Merval Pereira de sábado, dia 25, que diz:

Essa comunicação foi postada no sistema do Banco Central (Sisbacen) às 19h10min da sexta-feira dia 17, exatos 25 minutos e dois segundos depois que a revista **Época** colocou no ar, em seu *site*, a notícia sobre o extrato da conta do caseiro às 18h45min02. Antes disso, esse extrato já circulava entre assessores do ministro Palocci e os boatos já corriam pelo Congresso. Naquela manhã, segundo relato da líder petista senadora Ideli Salvatti, o presidente Lula, ao ser comunicado sobre os boatos de depósitos na conta do caseiro durante uma viagem à Santa Catarina, “fez cara de quem já sabia” [são palavras de V. Ex^a.]

Repito: quando da visita do Presidente Lula à Santa Catarina – não é o meu Estado, mas é o Estado que V. Ex^a representa nesta Casa –, “o Presidente Lula já sabia”. Merval Pereira disse que ouviu isto da senhora: “[...] fez cara de quem já sabia”. Ou seja, o crime não é apenas do Sr. Mattoso, não é apenas do ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci. E não é erro, como diz aqui o Senador Arthur Virgílio, não é equívoco, não é um erro ocasional, é um crime tipificado e apenado com até seis anos de cadeia segundo a legislação em vigor. Estou colocando isso para lhe dar oportunidade de esclarecer o que saiu aqui no jornal **O Globo**, do dia 25/03, na coluna do jornalista Merval Pereira. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Em primeiro lugar, Senador César Borges, eu gostaria de saber do Sr. Merval Pereira quando eu teria conversado com ele, porque não tive oportunidade de falar com o jornalista Merval Pereira. Então, se o que está veiculado em sua coluna coloca na minha boca palavras que eu teria proferido para ele, isso não confere com a verdade, porque eu não falei com o Sr. Merval Pereira.

Em segundo lugar, quero dizer que acompanhei, sim, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à visita que fez à Santa Catarina. E acompanhei desde o primeiro momento, desde a saída aqui da Base; estive com Sua Excelência pessoalmente, desde a primeira hora, desde às 7h30min até a hora em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, perto das dezenove horas e alguns minutos, desembarcou na Base Aérea de Florianópolis. Estive junto com Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando Sua Excelência recebeu a notícia, no helicóptero – o deslocamento de Laguna para Florianópolis deve ter sido por volta de 18h30, de 18h45 –, de que estava sendo veiculada pela revista **Época** a reportagem com suspeitas de depósitos na conta do caseiro. Eu estava ao lado do Presidente quando Sua Excelência recebeu a notícia.

Se V. Ex^a pegar – posso até lhe dizer – toda a cobertura da imprensa, ao longo de todo o dia, nas diversas atividades do Presidente, durante todos os pronunciamentos públicos que fez, que foram três, V. Ex^a verificará que Sua Excelência fez a defesa incontestada do Ministro Palocci. Somente perto das 19h, Sua Excelência recebeu a informação – e eu estava ao lado dele – de que a revista **Época** estaria publicando a reportagem. Foi essa a informação que pode ter gerado algum tipo de veiculação da ordem como V. Ex^a está reproduzindo na coluna do Sr. Merval. Mas não falei com o Sr. Merval.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu queria dizer a V. Ex^a que não é apenas o Sr. Merval. Hoje, também o colunista Augusto Nunes, do **Jornal do Brasil**, disse que, em Florianópolis, o Presidente Lula dava a entender que tinha conhecimento disso. Veja bem V. Ex^a: isso foi no dia 17. O Presidente continuou defendendo o Ministro Palocci até ontem. Ou seja, o Ministro Palocci mentiu esse tempo todo para o Presidente?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A partir do momento em que recebeu a informação dos depoimentos, tomou as providências de imediato, Senador César Borges, tanto que o Sr. Mattoso e o Sr. Palocci não são mais membros do Governo. Portanto, não sei...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Mas ele o defendeu até ontem. Do dia 25...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Defendeu e iria defender...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Ele o defendeu do dia 17 ao dia 27, por dez dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...pelo serviço que o Sr. Palocci prestou, de forma inequívoca, a este País e que é reconhecido por todos.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a reconhece que o Ministro Palocci mentiu ao Presidente?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não reconheço nada. O Ministro Palocci terá de prestar contas dos seus atos. Há um inquérito aberto na Polícia Federal para investigar esse episódio.

Portanto, volto às palavras da Sr^a Clarice Coppetti: “Não nos cabe julgar. O procedimento está aberto, e a investigação, em andamento”.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a não acha razoável que esse período tenha sido utilizado para se tentar colocar a culpa em um bode expiatório? Foram criados os 15 dias solicitados para se tentar colocar um “nariz de cera”, como é comum, para dizer que é algo comum, que pode ser um subalterno que fez esse ato? De uma hora para a outra, sem mais nem menos, o Sr. Mattoso vai à Polícia Federal, reconhece que ele quebrou o sigilo e que o levou ao Ministro da Fazenda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, suas opiniões...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não, mas quero ouvir V. Ex^a, sua opinião é importante a esse respeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Suas opiniões, V. Ex^a tem todo o direito de emitilas, mas não queira colocar na minha boca aquilo que V. Ex^a terminou de reproduzir da coluna do Merval Pereira, porque não é verdade! Nem é verdade que eu tenha comunicado ao Sr. Merval que houve qualquer manifestação do Presidente, que já sabia ou deixava de saber, porque compartilhei do recebimento da informação, em torno das 18h da sexta-feira, e a informação que foi dada ao Presidente era de que a revista **Época** estava apresentando reportagem a respeito do possível recebimento ou de movimentações na conta do Sr. Francenildo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a se considera traída na sua boa-fé, porque fez uma defesa tão veemente nesta Casa do Ministro Palocci, durante todo esse período?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fiz, não me arrependo. Acho que o Ministro Palocci fez bem a este País, fez bem ao povo brasileiro, modificou a vida...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a é vítima do Ministro Palocci?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como eu disse ontem, Senador César Borges, para uma parcela da população que tem acesso a uma série de bens, aos mais elementares, como alimento, trabalho, estudo, moradia, talvez sejam irrelevantes as mudanças patrocinadas e conduzidas pelo Ministro Palocci no comando da economia, atendendo às determinações do Presidente Lula. Talvez, para V. Ex^a e para uma peque-

na parcela da população, isso não seja relevante, mas, para a ampla maioria do povo brasileiro, isso o é.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Estamos tratando de ética, não estamos tratando de economia. Se quiser tratar de economia, entendo que a política econômica dele é desastrosa no tocante aos juros altos e do crescimento do País. Mas, em se tratando de ética e de moral, mentiu ao Congresso Nacional, mentiu à Nação, mentiu ao Presidente, mentiu a V. Ex^a!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a tem todo o direito de ter todas as opiniões que quiser.

Sr. Presidente, posso retomar a minha palavra? Acho que isso não nos vai levar a nada.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a a forma democrática como participou do debate.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a tem todo o direito de ter suas opiniões; tenho o direito de ter as minhas. Quero aqui deixar externado que esse tipo de procedimento de tentar colocar na boca de outro o que ele não falou, não vivenciou ou não externou também não é democrático. E todos nós sabemos como é que funciona esse tipo de procedimento.

Mas volto ao meu posicionamento. A Sr^a Clarice Coppetti, hoje, como eu tinha iniciado, reportou-se à questão do legado, de as pessoas não poderem ser avaliadas por um único ato ou erro. Também entendo...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já lhe concedo o aparte, Senadora Ana Júlia Carepa.

O que eu queria falar aqui na tribuna era exatamente a respeito do resultado, da mesma forma como falei com relação à economia, porque para a população brasileira interessa também não só apurar o erro, mas também avaliar o acerto. Em termos de economia, como o Ministro Palocci comandou o Ministério da Fazenda, o resultado da atuação do Sr. Jorge Mattoso à frente da Caixa Econômica Federal foi significativo para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Antes de ater-me aos números, porque quero apresentar alguns resultados significativos da melhoria da atuação da Caixa Econômica nesses três anos e três meses, gostaria de ouvir o aparte da Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Ideli Salvatti, na verdade, quero solidarizar-me com V. Ex^a, porque, quando pedimos um aparte, devemos respeitar quem está falando e não ficar interrompendo o discurso a todo momento. Interromper o orador a cada minuto, em vez de fazer o aparte, e, depois, fazer chacota não é democrático.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – PA) – Senadora Ana Júlia Carepa, há várias formas de você não ser democrático: a interdição, a desqualificação, o preconceito. E sabemos do que estamos falando, sabemos do que estamos falando.

Portanto, volto ao que me trouxe à tribuna: o relato de questões fundamentais.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senadora Ideli Salvatti, democraticamente, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso passar os números? Até agora, não consegui trazer à tribuna o que me motivou a vir aqui. Posso, pelo menos, falar do que me trouxe à tribuna?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Ex^a me concederia um aparte de 15 segundos apenas?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Apenas quero saber se V. Ex^a está tentando justificar todos esses males produzidos com a velha teoria do “rouba, mas faz”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Senador Almeida Lima, não estou tentando justificar nada. Estou apenas tentando registrar que todo e qualquer erro cometido tem de ser... Já vim inúmeras vezes à tribuna. Vim aqui ontem, inclusive, até registrar que estranhava determinados comportamentos diferenciados, porque, quando é para atingir o PT, o Governo Lula, há uma contundência que não vi por parte dos mesmos contundentes atacantes com relação a episódios que estamos acompanhando agora. Queremos ver onde vão desembocar esses episódios, como os de São Paulo, com a questão das verbas de publicidade, com a declaração de um dos Deputados – que hoje está veiculada em todos os meios de comunicação –, dizendo que recebeu proposta financeira, inclusive para mudar seu comportamento na oposição que faz ao Governador Alckmin. Não vi contundência nesse aspecto.

Tenho dito aqui que devemos e temos a obrigação de buscar apurar tudo. Mas volto à fala da Sr^a Clarice Coppetti: o erro tem de ser apurado e punido, mas o erro não deleta e não anula o que as pessoas fizeram de bom. E quero aqui deixar registrado que houve todo um procedimento à frente...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Depois que eu falar sobre a Caixa Econômica, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a me permite?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não se apouquente! O “quando” é seu. Só pedi o aparte. Se V. Ex^a

não quiser concedê-lo, diga “não quero conceder”. O “quando” e o “se” é V. Ex^a quem determina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bom. Posso voltar, então, ao que me trouxe à tribuna?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Ouço embevecido a bela peça oratória que V. Ex^a apresenta à Nação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone.) – A Senadora está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Pedro Simon, pela defesa.

A Caixa Econômica é o maior banco público da América Latina – seus números impressionam – e teve uma expansão de 42% nos últimos dois anos e meio. Portanto, o número de pessoas atendidas pela Caixa, clientes ou beneficiados pelos procedimentos que executa, como repasse de benefícios sociais, pulou de 23 milhões para 33,6 milhões.

A partir do procedimento Caixa Fácil, produziu a inclusão bancária de três milhões de pessoas que puderam, por meio do programa Conta Simplificada, em que as pessoas não pagam as tarifas bancárias, usufruir os benefícios do sistema financeiro. Essa é, indiscutivelmente, uma das maiores ações de inclusão bancária já realizada.

Portanto, esse tipo de procedimento à frente da Caixa Econômica é algo que tem de ser relevado, considerado como legado de quem comandou o banco nesses três anos e três meses.

A Caixa também tem se destacado quando o assunto é atendimento. A sua rede é a maior do País, pois abrange todos os 5.561 Municípios, com mais de 17 mil pontos de atendimento entre agências, lotéricas e correspondentes bancários. Essa rede de atendimento, a partir de 2003, recebeu um incremento com mais de 150 agências já instaladas, com base em um projeto de 500 novas agências.

Nesse projeto de ampliação, deslançado a partir de 2003, há 3.500 novos correspondentes bancários, exatamente quando nos livramos do impedimento jurídico do contrato da GTech, que impedia toda essa ampliação dos correspondentes bancários. Esses 3.500 novos correspondentes bancários foram instalados nos últimos 30 meses.

Além da capilaridade, do atendimento e das formas de serviço que a Caixa Econômica Federal disponibiliza a todos os seus clientes e também àqueles que não são clientes, mas beneficiados dos serviços, devemos ainda ressaltar que retomou, de forma significativa, a ampliação do crédito. Houve 128% de am-

pliação nas operações de crédito comercial nos últimos três anos. Foram disponibilizados R\$36 bilhões de créditos apenas em 2005, e, em 2006, a meta é emprestar R\$53 bilhões. Portanto, a inclusão bancária, a capilaridade e o crédito voltaram a ser, na atual gestão da Caixa Econômica, questões estratégicas centrais no seu procedimento.

Gostaria ainda de ressaltar que a Caixa Econômica retomou, de forma vigorosa, a questão da habitação. Em 2005, contratou mais de R\$10,9 bilhões em habitação e desenvolvimento urbano, dos quais R\$598 milhões foram contratados para a melhoria de habitações por meio do Construcard, que é aquela forma de financiamento direto nos estabelecimentos de material de construção.

Somente com financiamentos e arrendamentos residenciais...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a compreensão, até porque só agora estou conseguindo discursar sobre o assunto que me trouxe aqui. Então, se V. Ex^a me permitisse um pouquinho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte agora, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso concluir, Senador?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bem breve. Só quero ajudar na exposição de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então pode ser, Senador Arthur Virgílio. Vamos ouvi-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serão trinta segundos. Senadora Ideli Salvatti, não vou, de forma alguma, desrespeitar o seu discurso. Lamento muito que uma instituição com todo esse cabedal possa ser enlameada por uma atitude tão esdrúxula, tão agressiva à democracia, como essa perpetrada, no mínimo, pelo Sr. Mattoso, que nega isso, e, no máximo, sei lá por quem acima dele nesta República. Mas, já que V. Ex^a está falando muito das excelências da política econômica do Governo, gostaria de alertá-la de que o economista Drew Mc Allister adverte para uma crise fiscal violenta que advirá para o próximo quadriênio, a continuar essa gastança. V. Ex^a deve conhecer o trabalho de advertência que ele fez. Então, se estamos pensando no futuro do Brasil para os nossos filhos, é bom ouvirmos o que diz Drew Mc Allister.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, penso que tenhamos de ouvir todos os alertas. Todos! E todos os alertas nos recomendam cautela nos gastos públicos. No entanto, não sou das que advogam Estado mínimo. O Estado

é necessário para parcela significativa da população que só tem no Estado a possibilidade de acessar determinados serviços.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a conhece o Mc Allister. Ele não prega Estado mínimo; ele prega o Estado necessário. É injustiça chamá-lo de neoliberal. Sabe que Mc Allister não é neoliberal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso dizer, Senador Arthur Virgílio, que esse tema demandaria todo um outro debate, mas o Estado necessário...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora, vou conceder-lhe mais dois minutos para V. Ex^a concluir seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

Deveríamos debater para quem é o Estado necessário, porque o necessário pode não ser necessário para vários dos que estão aqui. Poder ter uma Caixa Econômica Federal – tema a que não pude, infelizmente, dar seqüência – retomando o processo de financiamento habitacional e, principalmente, retomando o processo de financiamento exatamente para a população de mais baixa renda, como foi retomado nesses três anos e três meses que estamos avaliando, é de fundamental importância. Retomar uma posição de Caixa Econômica Federal não só financiando habitação como voltando a financiar significativamente saneamento básico é um Estado necessário para parcela da população, que não tem como ter saneamento básico e habitação, se não tiver, obviamente, subsídio e ação do Estado.

Portanto, o debate que hoje, infelizmente, não pudemos aprofundar sobre o papel tão importante da Caixa Econômica, que, a partir de 2003, vem sendo modificado naquilo que é estratégico para o banco público, que é ampliação do crédito, a inclusão bancária, o financiamento de políticas públicas necessárias – necessárias – para a ampla maioria da população, como saneamento e habitação, é um debate relevante que estará dominando, sim, todo o período eleitoral.

A discussão a respeito dos erros cometidos – e os erros cometidos serão apurados e punidos, diferentemente de outras situações que parecem que não querem investigar nem punir – será feita, englobando duas questões: a ética e a investigação. Mas analisaremos também as mudanças que efetivamente melhoraram a condição de vida de parcela significativa da população, como os três anos e três meses da atual administração da Caixa Econômica Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do P-SOL.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero trazer ao Plenário a comunicação de que a Cemig, empresa de energia de Minas, assinou hoje o contrato de compra da Light, do Rio de Janeiro. É um momento de satisfação para todos nós mineiros. Eu, em particular, fico feliz de ver a Cemig, uma empresa que defendi muito e que, na época do meu Governo, teve parte das suas ações vendidas. Fui acusado de ter vendido a Cemig. E aí está a Cemig: não foi vendida coisa nenhuma, tanto que está comprando outra distribuidora.

Registro meus cumprimentos ao Governador Aécio Neves. A Cemig, portanto, como uma empresa mais forte, será responsável também pela distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição e por permuta com o Senador Flávio Arns, ao Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem a palavra por vinte minutos, conforme o Regimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quinta-feira, dizia eu desta tribuna que era muito importante que o Ministro da Fazenda renunciasse. E renunciasse antes de segunda-feira, porque o PSDB já tinha lançado o seu candidato, Geraldo Alckmin; o PT já tem seu candidato, o Lula; e o PMDB faria uma prévia no domingo para escolher seu candidato entre Garotinho e Rigotto. Na segunda-feira começaria a campanha. E se o Ministro da Fazenda não renunciasse, a campanha começaria em cima dele, em cima do seu comportamento. E eu não tinha nenhuma dúvida de que ele seria demolido. Disse eu: “Meu querido amigo, renuncie. Vá para casa, nem que seja temporariamente. Deixe passar essa tempestade, deixe que se apurem os fatos e, mais adiante, vamos ver o que acontecerá com V. Ex^a.”

Não digo que foi por causa do meu pronunciamento, porque seria pretensão e vaidade da minha parte, mas aconteceu um fato que deve ser salientado. O Congresso Nacional está vivendo uma fase muito triste, um festival de mentiras. Acho até que a televisão deveria ser proibida de transmitir os depoimentos na CPI, porque, no momento em que o Supremo libera as pessoas para não dizer a verdade, o que vemos são pessoas se repetindo e não dizendo o que está acontecendo.

De repente, não mais que de repente, nós assistimos a um festival de verdades. Dois funcionários magrinhos da Caixa foram depor na Polícia Federal: “Foram vocês?” Eles respondem que sim. “E quem mandou vocês?” “Foi o gerente”. Aí a Polícia Federal trouxe o gerente e disse: “Olha, eles estiveram aqui e disseram que foi você.” “Sim, fui eu.” “A mando de quem?” “A mando do gerente-geral.”

Aí veio o gerente-geral. “Os magrinhos disseram que foi o gerente; o gerente disse que foi você. Foi você?” “Fui eu.” “Em nome de quem?” “Em nome do diretor.” Aí chamaram o diretor que confirmou: “Fui eu, mas em nome do Presidente da Caixa.” Chamaram o Presidente da Caixa: “Fui eu, mas eu entreguei o resultado ao Ministro da Fazenda, fui lá na casa do Ministro da Fazenda e entreguei o resultado nas mãos dele.”

Quem diria que, no meio de um festival de mentiras, apareceria um festival de verdades e, nesse festival de verdades, mais uma vez – parece que para mostrar que Deus existe –, pela segunda vez, num segundo momento dramático da vida brasileira, aparece o caseiro, em meio a doutores, ministros, presidente, empresários, intelectuais, economistas, quando a CPI vai para lá e para cá, e não sabe o que faz e o que deixa de fazer. Lá no *impeachment* do Collor, nós não tínhamos idéia para onde caminhar e veio o motorista e indicou o caminho. Parecia piada, parecia ridículo, parecia incompreensível, mas o motorista disse: “Eu era o motorista, eu tinha os cheques fantasmas, eu levava os cheques fantasmas do PC Farias ao gabinete da Primeira-dama no Palácio e recebia as contas dela e as contas da casa da Dinda. E no meio desses cheques fantasmas, fui a Goiás e comprei um carro em nome do Presidente da República, com um cheque fantasma”. A partir daí, desmoronou o império.

Agora, a figura singela de um caseiro. E, até agora, eu não entendo a decisão do Supremo. Acho que o Supremo Tribunal Federal vive um dos momentos mais impressionantes, incompreensíveis e indesculpáveis da sua história. Por que o Supremo Tribunal Federal suspendeu o depoimento desse caseiro na CPI? E por que o Supremo Tribunal Federal negou novo requerimento para ele vir depor? Ele está depondo agora perante

o Corregedor, Senador Romeu Tuma. Tivemos de recorrer a isso para ele falar, porque o Supremo impediu que esse cidadão falasse na CPI.

Eu nunca vi, nem na época da ditadura, o Supremo interferir, como interferiu nessa CPI, a favor dos grandes e contra os fracos. Mas, mesmo assim, esse rapaz falou o suficiente. Há gente que acha que para ter caráter, dignidade, falar a verdade, respeitabilidade, tem de ter roupa bonita, tem de ter título de doutor, tem de ter dinheiro no bolso. Quem é um caseiro, do Piauí, para vir à CPI e depor contra o todo-poderoso Ministro da Fazenda? Quem é ele? Pois ele veio depor com simplicidade, com singeleza. Chamou-me a atenção a maneira firme com que ele falava, com que ele encarava os fatos. E ele contou: “O homem foi lá umas dez, vinte vezes”.

Aí, começou-se a investigar a vida desse homem: “Foi o Senador Heráclito Fortes, lá do Piauí, quem deu dinheiro para ele. Ele está a mando da Oposição”. E, de repente, aparecem R\$25 mil na conta desse homem. “Está aí, eu não dizia: é um baita vigarista”. Milhões na conta de milhares! Um mar de lama, um mar de dinheiro circulando pelo Brasil afora, em malas e mais malas. E até agora não se pediu para investigar a conta de ninguém!

No entanto, a vida desse cidadão foram investigar. “Como é que esse cidadão, esse caseiro, tem R\$35 mil em sua conta? O que é isso? É um escândalo?” Foram ver a conta para desmoralizar o caseiro, a CPI, a Oposição. E aconteceu o que aconteceu. O dinheiro fora enviado por seu pai biológico, do Piauí. O caseiro diz que é seu pai. E o pai, com angústia, afirma que foi há tanto tempo, que não se lembra, mas sabe, com toda clareza, que mandou o dinheiro. O dinheiro foi ele quem mandou do Piauí para o filho aqui. E aí desmorona tudo aquilo que foi feito para desmontar a CPI.

E a coragem que doutores, ministros, deputados, senadores não têm nem de cassar nem de dizer a verdade nem de apurar tem o nosso amigo, o caseiro. Ele vem, fala e conta. E conseguiu: caiu o Ministro e, o que é mais importante, fechou-se o círculo da mentira. Se aquela casa existiu, se lá ia o Ministro da Fazenda, tudo aquilo que se dizia do dinheiro que correu lá, do dinheiro que andava por lá, que circulava por lá também é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Pedro Simon, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais 30 minutos, concedendo-lhe mais cinco minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

E chegamos ao final: o Presidente demite o Ministro. Faz bem. O Presidente demite o Ministro, mas será que isso encerra o episódio?

O Presidente Lula teve uma oportunidade. Quando estourou o escândalo que derrubou o Presidente do PT, o Secretário-Geral do PT, o Tesoureiro do PT, o Chefe da Casa Civil, o Lula tomou uma posição e escolheu uma nova direção para o PT, entregando a Presidência do PT para o Ministro Tarso Genro, e disse: “Vamos recriar o PT. O nosso problema não é a justiça nem a Procuradoria, nem a Polícia Federal, nem a CPI, nem o Congresso; o problema é o PT. E nós, do PT, no Congresso do PT, vamos limpar o partido; vamos botar para fora os corruptos do PT; vamos fazer um novo partido e vamos fazer um novo Governo”.

Vim, então, a esta tribuna dizer que isso era excepcional, era algo altamente positivo, era algo que merece respeito. Realmente, reconhecer a culpa, bater no peito, ainda que já meio tarde, é algo que é digno de ser feito.

Vai para convenção e deixa o Tarso falando sozinho! O próprio Lula não o acompanhou, não lhe deu apoio. Entrou uma nova direção no PT, e as coisas continuaram como estavam.

Houve a eleição do atual Presidente do Senado Federal. Como não havia mais o antigo Chefe da Casa Civil, quem coordenou, quem costurou os acordos para que ele se elegeisse Presidente foi o próprio Lula. Foi o próprio Lula que chamou o PTB, garantindo que, no segundo turno, votariam nele; foi o próprio Lula que chamou o MDB; foi o próprio Lula que costurou a aliança, o entendimento para se eleger o novo Presidente da Câmara.

E as coisas continuam iguais. Absolutamente iguais!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora, demitem o Palocci; sim; demitem o Palocci, mas as coisas continuarão iguais?

É claro que o Governo adotou uma linha. Não há, na história do Brasil, momento em que a publicidade governamental esteve tão intensa. Não há! Onde se lê “Brasil” – com letras coloridas – “aqui tem Governo Federal”. Isso se vê de dois em dois minutos, em qualquer emissora de televisão. E essa frase é encontrada em todo o Brasil. Basta conceder R\$50 mil, do BNDES, para ajudar alguma instituição, e ela estará lá: “obra do Governo Federal”.

Será que isso é suficiente? Será que, no momento da eleição, ninguém vai se lembrar do PT, dos seus compromissos, do seu passado e da sua história? Ou será que vamos encontrar a verdade?

Quero levar uma palavra ao Relator da CPMI dos Correios.

Tenho admirado S. Ex^a pela sua firmeza, não pelos seus arroubos de paixão e de vaidade. S. Ex^a segue devagar, firme e reto. Agora, estamos assistindo a uma pressão que estão fazendo sobre esse homem, no sentido de “tira esse”, “tira aquele”, “não bota isso”, “não bota aquilo”. Ameaças aos seus filhos e a ele. Tudo o que se possa imaginar está sendo feito com o Relator Serraglio para que S. Ex^a tire o Presidente, tire o Ministro, tire não sei mais quem, esvazie seu relatório. “Tira esse do PFL, tira aquele do PT, tira aquele de não sei onde”, e todo mundo querendo se acomodar.

Falo ao meu companheiro Serraglio que ele tenha firmeza em resistir. Derrotem seu parecer no plenário! Derrotem-no lá, na Comissão! Peçam votos e derrubem o parecer dele! Mas que ele não abra mão da sua consciência. Quem ele tiver de incluir ali, que inclua! Se o nome do Lula tem de estar ali, explicando que ele, por omissão ou por ação, participou do episódio, que se inclua o nome dele! Não retire nome nem de Deputado, nem de Senador por pressão de ninguém! É o nome dele, é a vida dele, é a personalidade dele que está em jogo.

Ele ganhou a credibilidade do Brasil inteiro, porque o Brasil inteiro acompanhou os trabalhos da CPMI, a firmeza, a coragem, a sensibilidade e a seriedade com que ele se comportou.

A esta altura, observamos que ninguém está buscando a verdade. Cada um quer salvar os seus: o MDB, os seus; o PFL, os seus; o PT, os seus; o PSDB, os seus, e o PTB, os seus.

O Relator Serraglio vive um drama que dá pena. Que S. Ex^a tenha firmeza! Ele está se escondendo, não pode aparecer, não pode se expressar, porque, na verdade, estão esmagando o seu pensamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que é hora de se transmitir confiança ao Relator Serraglio e de os Partidos políticos transmitirem tranquilidade para a decisão que vem aí.

Esta Casa está se saindo muito mal nessas decisões. Esta CPMI, o episódio da Câmara de absolver praticamente todos e a dança daquela Deputada... Eu até não levo, como a imprensa está levando, para o lado da radicalização. Creio que aquele foi um momento triste, um momento infeliz, mas a verdade é que, assistindo pela televisão, a imagem é horrível, porque, na verdade, parece que ela está dançando em cima de uma *pizza*, da qual cada um de nós tem o seu pedaço. Cada um de nós deu o seu quinhão para comprá-la.

Meus irmãos, saiu o Ministro. Não nego que gostei dele. A meu ver, dentro deste Governo, ele teve tranquilidade e firmeza. Foi o único setor do Governo que realmente caminhava e andava. Não há dúvida alguma. Mas ele tinha de sair, e que bom que ele renunciou, e que bom que as coisas continuam.

O Governo não pode ficar assistindo a essa situação; o Lula não pode ficar parado dizendo: “Me livrei de mais um!” Ontem, foi o Chefe da Casa Civil; hoje, é o Ministro da Fazenda, e ele continua impune. Está enganado. Todas essas questões são pedaços do Lula que desaparecem.

Outro dia, falando na televisão, o Lula disse: “Ora, meu Deus, vamos dar importância a um simples trabalhador que não representa nada?” A coluna de um jornal de hoje diz muito bem:

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um simples trabalhador, não fez o curso de torneiro mecânico, mas é um trabalhador que fez a sua parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Pedro Simon, aproveite o momento para, solenemente, diante de todo o Brasil, pedir o seu autógrafo no livro intitulado **Drama dos Brasileirinhos – Reflexões sobre ética e solidariedade**. V. Ex^a é um dos símbolos da ética nesta Casa.

Eu gostaria de ter o seu autógrafo publicamente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, que é o tempo restante da sessão. Em seguida, ela será encerrada.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É o suficiente, Sr. Presidente.

Eu quero fazer dois registros rápidos.

No dia de hoje, a Polícia Federal comemora 62 anos de existência. É evidente que isso é importante, porque a Polícia Federal tem feito a sua parte e tem buscado manter a condição de instituição séria. Saliento, neste momento, a forma como a Polícia Federa-

ral ajudou a própria CPI a chegar à descoberta das pessoas que quebraram o sigilo bancário do caseiro Nildo, como era conhecido.

É com muito orgulho que me congratulo com os integrantes da Polícia Federal, uma instituição organizada, respeitada e com credibilidade junto à sociedade brasileira.

Faço esse registro em meu nome e abraço e parabênz, pelo brilhante trabalho que tem feito, o Diretor-Geral Paulo Lacerda, um homem que conhece bem a instituição e desenvolve um trabalho firme, em busca, realmente, de fatos verdadeiros. Abraço também a Polícia Federal, ao tempo em que desejo e espero que continue ao lado daqueles que querem, realmente, buscar a verdade, mostrando sempre a sua independência e, sendo, acima de tudo, aquela polícia em que, realmente, se confia.

Então, meus parabéns pelos 62 anos de existência da nossa Polícia Federal.

Sr. Presidente, num discurso talvez diferente daquele que o Senador Mão Santa costuma fazer, quero registrar, inicialmente, com muita saudade, o falecimento, no último dia 22 de março de 2006, aos 92 anos de vida, de um extraordinário homem da magistratura paraibana – ele que era pernambucano, nascido em 06 de março de 1914, na cidade de Palmares, em Pernambuco –, o saudoso Desembargador Emílio de Farias, figura de juiz exemplar, pela simplicidade no trato pessoal e pelo destemor nas horas das decisões mais graves. Foi um homem que jamais, posso afirmar, permitiu que a arrogância dos que se consideram poderosos arranhasse ou sequer manchasse a soberania da Justiça.

Emílio de Farias faleceu vítima de insuficiência pulmonar aguda, mas gozando, até o último momento de sua vida, de lucidez, inteligência, altivez e, sobretudo, de uma vontade indômita de querer continuar a viver.

Era filho de Rodrigo Cavalcante de Farias e de Antonieta Cassela de Farias.

Ressalto que o Desembargador, essa pessoa que eu estimava muito pela forma carinhosa e bondosa com que sempre tratou a todos nós, paraibanos, estudou as primeiras letras em Recife, no Colégio Melo Cabral, dirigido pela tão conhecida professora Maria Cândida. Em 1925, foi morar em Campina Grande e cursou a escola primária no Instituto Pedagógico, dirigido pelo professor Tenente Alfredo Dantas. Concluiu o primário no Instituto Olavo Bilac e, depois, cursou o ginásio no Colégio Marista Pio X.

Esse homem fez história não só na Justiça, mas, acima de tudo, como cidadão, como homem de bem que foi, como um bom pai de família e um grande amigo. Nós, que fazemos a Paraíba, sentimos, com certeza, saudades desse grande paraibano por adoção.

O Sr. Emílio, depois de tantas batalhas, deixou na Terra sua esposa, Dona Ivete do Amaral Farias; uma irmã carinhosa, Dona Yone, outra pessoa extraordinária; cinco filhos – Pérola, Margarita, Paulo Emílio, Emílio Júnior e Helga –; 15 netos e 14 bisnetos.

Deixo um voto de saudades a esse extraordinário paraibano e peço que seja transcrito, na íntegra, todo o meu pronunciamento a respeito da vida desse grande brasileiro, desse grande pernambucano e desse irmão paraibano por adoção.

Sr. Presidente, para concluir o meu tempo, quero fazer um registro que diz respeito ao Piauí, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Mão Santa. Cabe a mim, na condição de Presidente da CPI dos Bingos, fazer essa correção.

Eu estou com cópia de uma publicação do *site* www.180graus.com, do Piauí, que diz o seguinte:

O caseiro é o culpado. ‘Caseiro comprometeu vida pessoal de Palocci’

O governador Wellington Dias revelou hoje (28/03) à imprensa que teve uma conversa por telefone com o ex-ministro Antonio Palocci, que caiu ontem (27) após toda a polêmica da denúncia feita pelo caseiro piauiense Francenildo dos Santos. Dias ligou para prestar solidariedade a Palocci, de quem é amigo pessoal.

Disse o Governador Wellington Dias, do PT do Piauí:

Falei com ele por telefone. Disse que sentia muito. Aí ele agradeceu e disse que o caseiro piauiense não comprometeu somente a sua vida profissional (considerado o homem mais forte do Governo Lula), mas pessoal”, revelou Wellington Dias.

O piauiense teria comprometido também a vida pessoal de Palocci porque a casa do lobista era freqüentada por prostitutas, com noitadas regadas a muito sexo e bebida. Francenildo disse na CPI dos Bingos que viu muitas vezes o ex-Ministro da Fazenda em meio às orgias.

As declarações teriam atingido em cheio a família de Antonio Palocci, que declarou viver um verdadeiro inferno tanto dentro de casa quanto no trabalho e na rua.

Portanto, Sr. Presidente Augusto Botelho, quero dizer a V. Ex^a que, em nenhum momento, Francenildo fez acusações ao Ministro Palocci na CPI dos Bingos, da qual V. Ex^a também é membro titular. Deixo claro e esclareço ao povo do Piauí que o Sr. Francenildo foi à CPI dos Bingos, como um corajoso nordestino, como um trabalhador brasileiro, para dizer a verdade. A prova disso é o que estamos vendo: a verdade venceu, mais uma vez, a mentira. A meu ver, as palavras dele, hoje, significam muito. Disse ele que “entre o caseiro e o Minis-

tro, o mais forte é a verdade”. Se ficaram com a mentira, caiu a mentira, e a verdade, mais uma vez, venceu.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, antes de conceder apartes aos Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, peço a V. Ex^a que prorogue a sessão por dez minutos, para que eu possa ouvir S. Ex^{as} e encerrar meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para que V. Ex^a possa encerrar seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Dez minutos são suficientes.

Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Efraim Morais, as pessoas estão enlouquecidas dentro do PT. O PT sabe que está no banco dos réus e vive, desesperadamente, à procura de companhias. Imagine V. Ex^a que, ontem, em uma rádio muito ouvida em Teresina, a Rádio Pioneira, um Deputado Federal do PT – aliás, S. Ex^a é suplente, assumiu a função por causa do falecimento da Deputada Francisca Trindade –, o Sr. Nazareno Fonteles, de maneira irresponsável e inconseqüente, questionou a necessidade de abrir processo contra mim no episódio do caseiro, com a argumentação de que sou amigo pessoal do pai do caseiro. Inclusive, cita um fato de que, quando o pai do caseiro esteve doente, em algum momento da vida, fui ao hospital visitá-lo. Não conheço o pai do caseiro; logo, jamais poderia visitá-lo. Estou agindo legalmente, inclusive já pedi à Corregedoria da Câmara que tome as providências, para que ele desminta ou confirme o que disse. Sei que não é uma pessoa equilibrada. Na penúltima ida do Presidente Lula ao Piauí, ele se negou a acompanhá-lo, porque disse que o Presidente estava cercado de ladrões. Já na última visita do Presidente, ele o acompanhou. De qualquer maneira, vou tomar as providências legais. Hoje, ao procurar um repórter, ele me disse: “Olhe, tenha cuidado! Ele é muito católico e protegido da Igreja”. Desde quando a minha Igreja, a Igreja a que pertenço, protege moleque que se comporta dessa maneira? A Igreja Católica tomou uma posição concreta, agora, na Campanha da Fraternidade, ao mostrar a decepção, por meio de seu Secretário-Geral, que lhe causou o Partido em que tanto acreditou. Não será esse cidadão que, de maneira irresponsável e leviana, terá proteção para um fato dessa natureza! Desafio qualquer cidadão deste planeta a mostrar uma ligação minha! Mesmo que a tivesse, dela me orgulharia. Isso não me tiraria nenhum pedaço, pelo contrário. Mas querer encontrar culpados onde não existem é um fato lamentável. Faço esse registro. Para resumir,

na realidade, isso se chama desespero e vontade de prestar serviço. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Na condição de Presidente da CPI dos Bingos, reitero que todos os dias tenho sido criticado, não apenas eu, mas também todos os membros daquela Comissão, na tentativa de desqualificar nosso trabalho. Trata-se daquela história: quem não tem argumentos tem de partir para o ataque. É isso que vem acontecendo recentemente na base do Governo em relação ao trabalho desenvolvido pela nossa CPI.

Quero deixar claro que, em nenhum momento, o Sr. Francenildo dos Santos, o Sr. Nildo, o caseiro, atingiu a honra do ex-Ministro Antonio Palocci. Do que aconteceu todo o Brasil já sabe, e aqui não precisarei repetir. O exemplo maior foi o que aconteceu com o Sr. Mattoso, que mentiu para a CPI dos Bingos.

A Presidência da CPI dos Bingos designou comissão composta por três Senadores da República – Senadores Wellington Salgado, Flávio Arns e Alvaro Dias – para investigar, junto ao Presidente da Caixa Econômica, o Sr. Mattoso, que disse não saber de nada. No entanto, ele já sabia de tudo! Esse cidadão já está com o pedido de indiciamento formalizado na CPI dos Bingos no relatório parcial do Relator, o Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Mão Santa, agora, a vida dele se complicou, porque ele mentiu para a CPI, porque, naquele momento, os três ilustres Senadores representavam, Senador Augusto Botelho, todos nós, inclusive V. Ex^a, que também é membro da CPI dos Bingos.

Quero deixar claro ao Governador que esse fato não existiu. Se o ex-Ministro Antonio Palocci falou o que está aqui, ele também mentiu para o Governador.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, em primeiro lugar, quero dizer do nosso orgulho de contarmos com V. Ex^a na Presidência da CPI dos Bingos e com o companheiro de Partido Garibaldi Alves Filho na Relatoria, na busca da verdade. Sr. Presidente Augusto Botelho, permita-me falar sobre a origem das coisas. Somos médicos, e médico dá valor à etiologia, à causa. Isso tudo é porque este Governo se baseou na mentira, naquela filosofia de Duda “Gobbels” Mendonça: uma mentira muitas vezes repetida torna-se verdade. É o Governo da mentira! Então, o que quero dizer deste Governador, do PT, do Piauí, é que a história se repete. Eles foram vitoriosos momentaneamente. A mentira tem perna curta. O Governador do Piauí se comporta nesse episódio exatamente como Pilatos. Já que o companheiro Heráclito Fortes falou em religião, queremos tomar partido. Pilatos era fra-

co. O Governador lavou as mãos para servir Herodes. O nosso Herodes é Lula, que buscava Cristo desde pequenino. Então, momentaneamente, Herodes venceu Cristo. Foi o que houve com nosso Francenildo. Os poderosos, Herodes e Pilatos, todos se juntaram. Mas quero dizer que ontem eu trouxe a esta Casa o retrato da avó desse menino. Brasileiros, lembrai-vos de vossas avós! A minha avó, Nhazinha, a minha avó Sinhá é igual a tantas avós e à avó dele. Olha, isso se deu na zona rural de Teresina. Todos sabemos, Senador Efraim Morais, das virtudes do homem do campo. Mostrei a foto da avó dele, publicada em um jornal, chorando – quase com 80 anos –, contando que ela era a mãe legal. Sua filha é que é a mãe dele. Sabemos da cultura cristã do nosso povo do Nordeste. A avó, como não queria ver sua filha como mãe solteira, adotou-o. Ela relatava que Francenildo – atentai bem, malandros do PT! –, com seis ou sete anos, plantava feijão e milho. Ó Governador, tenha a dignidade de defender um jovem que, com seis ou sete anos, plantava, na zona rural de Teresina, feijão e milho! A avó mostrou o terreno em que ele trabalhava. Ele é um homem de bem: foi garçom, foi *office-boy*, Senador Efraim Morais. Quiseram também mover ação contra mim. O proprietário da casa dele se chama Guerra, e tive um secretário da família Guerra, que é também muito importante no sul do Piauí. Acharam que também tínhamos ligação. Mas esse Guerra é outro, é lá do sul do Piauí. O que quero dizer – atentai bem, Senador Efraim Morais! – é que o dono da casa é um empresário vitorioso, tem uma casa fabulosa. Não é um imbecil. Tem carteira assinada, na sua casa, na sua residência, há oito anos.

Oh, Governador do Piauí, vieste junto com Lula. O mal nunca vem só, vem sempre acompanhado. Então, está aí, neste instante, Pilatos, cuja mulherzinha disse: “Ele é bom, é justo”. É o que quero dizer do nosso Francenildo. O Piauí, Senador Botelho, tem a história mais bonita do País. Por quê? Porque tínhamos as capitâneas hereditárias e fomos colônia de Pernambuco, com os portugueses que vieram degradados e degradados. Éramos dependentes de Pernambuco e, depois, do Maranhão. O Estado Novo, quando surgiu, serviu para expulsar os portugueses. Somos puros e cristãos. O Piauí não é de gente como o Governador Pilatos, que aí está, lavando a mão, acusando um irmão, puro e corajoso, que, aos seis anos de idade, era exemplo para o Partido dos Trabalhadores. Esse, sim, merece o nome de trabalhador. Quero dizer que o Piauí trouxe Evandro Lins e Silva. Há três dias, eu estava no Rio, onde ele era homenageado. É como Rui Barbosa. Petrônio Portella foi quem o sucedeu aqui. João Paulo dos Reis Veloso, Carlos Castelo. Esse, embora pobre, tem as virtudes de um homem do Piauí. Nós nos orgu-

lhamos desse homem, um trabalhador do Piauí, por ter levado a verdade. Como Cristo dizia: “De verdade, em verdade, eu vos digo”, de verdade, em verdade, falou nosso irmão Francenildo para salvar este País da corrupção do PT.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, sempre brilhante, pelo aparte.

Sr. Presidente, queremos aqui fazer essa retificação, deixar o País e principalmente os leitores desse *site* tranquilos, dizendo que nada disso aconteceu. Não houve em nenhum momento detratção por parte do caseiro contra o Ministro. O que devo adiantar é que, lamentavelmente, querem tentar agora encobrir o fato: “já tirou, já retirou.” Não, de forma alguma, não é assim também não. Não é assim. Nós vamos continuar investigando todos os casos. A CPI está com seu foco voltado para a verdade e para a transparência de um relatório que será apresentado pelo Senador Garibaldi.

Para encerrar, vou citar a própria frase do *site* do jornalista Walcyr Vieira, que diz o seguinte: “O caseiro Francenildo estaria seguindo ensinamentos da mãe, Benta Maria dos Santos Costa, de 44 anos”.

Disse a mãe:

Eu sempre disse para ele falar sempre a verdade. Com a verdade não se tem problema, se vai a todo lugar de cabeça erguida. Eu vi ele dizendo na televisão e senti que meu filho está com a verdade.

Então, com essa verdade desse trabalhador brasileiro, devo dizer que o PT se esqueceu, com facilidade, de que, pela palavra de um motorista...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Para concluir, Sr. Presidente. O PT está esquecido de que, pela palavra do motorista Eriberto...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A bem da verdade, um instante. A verdade deve... Senador Efraim Morais, é um bom caráter. Atentai bem. Ele foi chamado. Foi o motorista que incluiu o nome dele, aí V. Ex^a o chamou... Ele foi chamado a servir com a verdade ao Congresso e à democracia. Agora, esse povo do PT mente, mente, mente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois bem. Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que, lamentavelmente, os companheiros do PT se esqueceram rapidamente de que o *impeachment* do Presidente Collor se deu pela palavra de um motorista. No caso que observamos, no trabalho que a CPI desenvolveu, primeiro foi o motorista Francisco das Chagas e, depois, o caseiro Francenildo dos Santos.

É claro que o PT, hoje, com a saída do Ministro Palocci – observei, assim como toda a Nação brasilei-

ra –, recebeu elogios e mais elogios dos banqueiros, saudosos pela saída de Palocci e felizes pela escolha de Guido Mantega, que, parece-me, vai fazer cada vez mais exatamente a política dos banqueiros.

A conversa de que se faz a política do povo e a política do pobre é conversa da boca para fora. O Governo do PT está contaminado e precisa de remédio. V. Ex^a, Senador Mão Santa, que é médico, talvez não tenha o remédio, porque o médico que aí estava lamentavelmente deixou o Presidente Lula no balanço, mas não cai.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

Sr. Presidente,

A Magistratura paraibana e, porque não dizer, o Poder Judiciário de nosso País estão mais órfãos com o desaparecimento de um dos homens mais exemplares da História da minha querida Paraíba. Refiro-me, Sr. Presidente, ao inolvidável Desembargador Emílio de Farias, figura de Juiz exemplar, pela simplicidade no trato pessoal e pelo destemor nas horas das decisões mais graves. Homem que jamais permitiu que a arrogância dos que se consideram poderosos arranhasse ou sequer manchasse a soberania da Justiça.

Emílio de Farias partiu para a morada eterna na quarta-feira passada, dia 22-3-2006, aos 92 anos de vida, vítima de insuficiência pulmonar aguda, mas gozando, até o último suspiro, de lucidez, inteligência, altivez e, sobretudo, uma vontade indômita de querer continuar a viver.

Foi, sem dúvidas, um lutador. Um bravo guerreiro que, desde a infância, travou lutas desiguais. A começar por sua batalha pessoal, uma luta travada consigo mesmo na esperança de sobreviver às ciladas que a Mãe Natureza lhe pregou, pois fora acometido, desde a epigênese da infância, de um defeito físico de origem congênita, qual seja, a hemiplegia do lado direito, doença descoberta pelos pais de Emílio, quando observaram que o pequeno infante, ao chegar no período de dar os seus passos, não conseguia se firmar em pé, tendo a sua mãozinha direita sempre permanentemente fechada.

Mas os desvios da Natureza nunca lhe dobraram o ânimo, nunca entristeceram a sua alma alegre e nunca se constituíram em obstáculo para a perseguição de seus sonhos. Até parece que Deus lhe deu em dobro no que tange à firmeza de seu espírito, pois o Desembargador Emílio sempre fez de suas fraquezas a sua força e dos obstáculos que lhe saltaram o caminho a inspiração maior de seu sucesso.

Nascido no dia 6-3-1914, na cidade de Palmares – PE, filho de Rodrigo Cavalcante de Farias e de

Antonieta Cassela de Farias, o Desembargador Emílio de Farias estudou as primeiras letras em Recife, no Colégio Melo Cabral, dirigido pela professora Maria Cândida. Depois, em 1925, quando, junto com seus pais, veio morar em sua amada e belíssima Campina Grande, cursou a escola primária no Instituto Pedagógico dirigido pelo professor Tenente Alfredo Dantas. Concluiu o primário no Instituto Olavo Bilac, estudando, de 1930 a 1934, no regime de internato, o curso ginasial no Colégio Pio X, em João Pessoa, dirigido pelos Irmãos Maristas.

Ainda quando estudante ginasial, Emílio já revelava a sua liderança e seus pendores tribunícios, tendo sido eleito Presidente da Arcádia Pio X, órgão literário do Colégio Diocesano Pio X.

Data desta época também, o início de sua paixão pelo Desporto e, mais precisamente, pelo futebol, tendo ocupado, em várias diretorias do Treze Futebol Clube, os mais variados cargos e direções. Ainda como desportista, exerceu o cargo de Consultor Jurídico da Federação Paraibana de Futebol, bem como a Presidência do Conselho Regional de Desportos e a Presidência do Tribunal de Justiça Desportivo da Paraíba.

Após o curso secundário no Colégio Pio X, o Desembargador Emílio de Farias prestou os exames de admissão no Lyceu Paraibano, tendo sido aprovado no vestibular para o Curso de Direito da vetusta Faculdade de Direito do Recife.

Os tempos de acadêmico do Desembargador Emílio foram bastante intranquilos. Estudante de origem pobre, hóspede de uma pensão modesta, mantida por Dona Aurélio Barbosa, mãe do saudoso Chacrinha, o grande apresentador da televisão brasileira, Emílio teve que conviver com uma difícil situação econômica, já que seu boníssimo pai houvera falecido no ano de 1937, quando o então acadêmico ainda cursava o segundo ano na Faculdade de Direito.

Tendo perdido o pai e com a obrigação de manter a casa e a sua mãe, Emílio passa a trabalhar, freqüentando a faculdade apenas nos períodos de prova, sendo sua freqüência registrada por um bedel, amigo seu. Desde moço, portanto, já se mostrava um autodidata em tudo que fazia.

Bacharel em Direito em 1940, Emílio passou a advogar, exercendo, outrossim os cargos de Secretário Municipal das Prefeituras de Alagoa Nova (1940) e Sousa (1941), tendo, em ambas, ocupado, interinamente, o cargo de Prefeito Constitucional.

Em 1942, fez Concurso Público para Juiz de Direito, sendo aprovado e designado para a Comarca de Brejo do Cruz. Ainda na 1ª entrância, é removido, a pedido, para São José de Piranhas, Teixeira, Serraria e Ingá. Promovido, exerceu a judicatura nas Comarcas

de 2ª entrância, em Itaporanga, Sousa e Alagoa Grande, sendo promovido, por merecimento para Comarca de Campina de Grande e, posteriormente, removido para João Pessoa, ambas de 3ª entrância. No ano de 1958, foi escolhido, por merecimento, a ocupar o cargo de desembargador, tendo sido, na Superior Instância, Desembargador Corregedor, Presidente da Câmara Criminal, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no biênio 1966/1968.

O Desembargador Emílio, como se vê, foi Juiz em tempo integral, percorrendo todos os meandros de uma caminhada árdua. Passando pelas mais distantes e longínquas comarcas, deixou, na sua atividade judicante, plantadas legendas de sabedoria, probidade, austeridade e coragem.

Magistrado por sacerdócio, com uma formação jurídica em que o conhecimento legal tinha como parceiros a sensibilidade e o humanismo, o Desembargador Emílio de Farias venceu, em luta desigual, os tropeços mais duros do destino. A vitória, na carreira que abraçou, não foi como para tantos, uma rotineira sucessão de etapas, mas uma dramática escalada de obstáculos. Nunca o ajudou a fortuna vária e caprichosa, mas sim a fibra rija de um lutador incansável. E tudo fez – as escarpas que galgou, a montanha que subiu – com ânimo alegre, coração jovial e alma aberta às sadias manifestações da vida.

Em suas mãos, a Justiça nunca se corrompeu, nunca tergiversou, nunca recuou, nunca se aviltou no falso raciocínio, nunca foi enganada pela retórica inútil, nunca foi enxovalhada, desvirtuada no sofisma, bastardizada no conchavo, amedada no negócio ou prostituída nos mercados morais.

A Justiça de Emílio jamais brutalizou, revoltou ou reprimiu, pela arrogância ou indiferença. A Justiça de Emílio jamais se temperou nas paixões e na dureza dos que não vêem no erro ou no crime o indelével sinal da argila pobre que compõe a criatura humana. A Justiça de Emílio jamais se apequenou, porque Emílio só praticou a Justiça cuja única flama é a verdade.

Mas esse Magistrado, Sr. Presidente, de vida digna e honrada, que precisou usar a sua bravura e toda sua garra de Juiz, que nunca se deixou intimidar ou se influenciar nas suas decisões, se agigantou como verdadeiro Titã na defesa intransigente das liberdades democráticas e dos direitos e garantias individuais, quando o arbítrio, a força e a violência se abateram em nosso País, espalhando o medo e o terror com a eclosão da Ditadura Militar.

Magistrado defensor do Estado Democrático de Direito e da independência e harmonia entre os Três Poderes, o Desembargador Emílio foi dos primeiros a

bater-se pela autonomia do Poder Judiciário e o único integrante da mais alta Corte de Justiça do Estado da Paraíba que teve a coragem cívica, a firmeza ética e altivez apostólica de denunciar a marcha batida do Movimento Militar de 1964 em direção da instauração de um regime autoritário, perverso e cruel, que começou por cassar mandatos e direitos políticos e terminou descambando para o assassinato puro e simples dos adversários do sistema, num quadro indistigível de barbárie, sem precedentes na história política do País.

Eleito para a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, no biênio 66/68, o Desembargador Emílio insurgiu-se contra as ameaças à Magistratura, partidas do Governo do Estado e do Governo Federal. Teve, portanto, a ombridade de quebrar a monotonia das Sessões de Julgamento do Tribunal, para denunciar atos arbitrários praticados pelos donos do Poder de então.

O seu gesto coerente e desassombrado ainda hoje ecoa no ar e serve como paradigma e exemplo de um homem público, que preferiu o sacrifício pessoal da perda do seu cargo público e dos seus direitos políticos, enfrentando, estoicamente, a força devastadora das armas, a silenciar ante o vilipêndio e a degradação instaurados no Brasil do regime de exceção.

Altivo diante da prepotência; sábio na interpretação da lei e sereno da distribuição da Justiça, o Desembargador Emílio de Farias, no discurso pronunciado no dia 11 de janeiro de 1969, em solidariedade aos Ministros do STF Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal, que foram cassados pelo Regime Militar, bradou o protesto de Cromwell, estadista inglês do século XIV, ao negar apoio a uma infeliz ação do seu Rei-Senhor, conforme citação do dramaturgo espanhol Calderon de La Barca, dizendo:

“Ao meu Rei tudo. Menos a Honra!”

Disse ainda o Desembargador: “Nós éramos um Poder desarmado, e, hoje, não chegamos a ser um Poder pois todas as nossas garantias não passam de reminiscências melancólicas de um Estado de Direito.

Mas, um Poder; na verdade, não se qualifica pelas suas prerrogativas, mas sim se afirma pela inteireza moral dos seus representantes. O homem só é feito à imagem e semelhança do Criador porque a ninguém é dado aviltá-lo pelo seu arbítrio, pois ele só desce, quando se diminui por falta de respeito próprio. E é este respeito, que é o apanágio dos homens de bem, que me leva a manifestar, perante o Egrégio Tribunal de Justiça da minha terra, o meu mais profundo pesar pelo ato do afastamento de Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal.

Remontam ao exemplo as palavras do Duque de Caxias, que o Brasil para crescer é indispensável que a força da espada se discipline pelo equilíbrio da balança.”

Pois bem, Senhores Senadores, esse grito de Emílio, redimindo uma Corte e resgatando a dignidade da Magistratura Paraibana, foi luz nas trevas da escuridão. Porém, como o pronunciamento de Emílio teve grande repercussão no Brasil e como ele, na qualidade de Presidente da Alta Corte de Justiça do Estado, não se dobrava aos caprichos e desmandos dos Poderosos da Ditadura, o Desembargador foi ao sacrifício, sendo aposentado compulsoriamente pelo AI-5, tanto da cátedra, já que era professor da Universidade Federal da Paraíba, quanto da Magistratura. Teve, ainda, os seus direitos políticos cassados, passando, a partir de então, a exercer a advocacia e a se dedicar aos prazeres sadios da vida, tais como: o seu famoso jogo de biriba, o seu amado Treze Futebol Clube, as reuniões familiares, o veraneio em Camboinha, o São João na minha querida Santa Luzia e às visitas constantes à sua amada Campina Grande.

O Desembargador sempre afirmou que, em todo o seu curriculum na vida pública, o título de maior orgulho que ostentou, foi o fato de ter sido o único Desembargador cassado pelo Regime Militar, pois, ao tempo em que os espaços de liberdades eram restritos, soube ser Magistrado vocacionado, na acepção mais pura, mais sagrada e mais digna do termo.

Desembargador Emílio de Farias, estamos, sim, todos de luto, mas a Paraíba, de tão caras afirmações de altivez e independência, haverá sempre de reverenciá-lo como guerreiro bravo e indômito na luta pela Democracia, pela Liberdade e pelo Direito.

O Senhor, Desembargador Emílio, depois de tantas batalhas, foi chamado pelo Pai para o seu tão merecido descanso, deixando, aqui, na Terra, uma bela esposa, Dona Ivete do Amaral Farias, uma irmã carinhosa (Dona Yone Farias), cinco amados e envaidecidos Filhos (Pérola, Margarita, Paulo Emílio, Emílio Júnior e Helga), 15 netos orgulhos e 14 bisnetinhos.

Família frondosa e bonita, Desembargador. Família de raiz boa e fecunda, que nunca haverá de esquecer os seus exemplos, disseminando a sua História e repetindo, sempre que preciso for, em resgate da tua memória e quando os tempos difíceis se abaterem, o brado retumbante que te consagrou:

“Dê-se tudo ao Rei Menos a honra!!!”.

Muito Obrigado!!!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para um aviso que vou ler agora.

A Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a homenagear o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, de acordo com o **Requerimento nº 316, de 2006**, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 03 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Eu gostaria de registrar também a presença, na Tribuna de Honra, de três cidadãos do meu querido Estado de Roraima: o Deputado Federal Pastor Frankembergen, Sr. Elizeu Santos e Sr^a Dunia Briglia.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT

– RR) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Valmir Amaral, Antero Paes de Barros, Papaléo Paes, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Romeu Tuma e Amir Lando enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apa-

nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o ano 2000 e agora mais acentuadamente a partir de 2004, o trabalhador brasileiro está obrigado a trabalhar mais para se aposentar sem perdas no seu valor de benefício.

O fato ocorre em razão do chamado “fator previdenciário”, em vigor desde 1999. Com a proposta da reforma da Previdência, o governo de Fernando Henrique Cardoso fez inúmeras tentativas de modificar as regras da aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A intenção sempre foi a de diminuir o valor dos benefícios e aumentar as exigências para a aposentadoria, principalmente em relação à idade e tempo de contribuição. Mesmo derrotado no Congresso Nacional em relação à implementação da idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição, o governo federal conseguiu aprovar o “fator previdenciário” através da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, que entre outras novidades, incluiu um índice de expectativa de vida.

O índice de sobrevida é dado pela tábua de expectativa de vida fornecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão do governo federal vinculado ao Ministério do Planejamento. No primeiro ano da aplicação da lei do fator previdenciário, utilizou-

se para o cálculo a tábua de 1998, que passou a ser atualizada anualmente, sempre no mês de dezembro. Com a divulgação pelo IBGE no mês de janeiro de 2005, esse índice aumentou consideravelmente em função do aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Senador Paulo Paim, apresentou em 2003, um projeto visando à correção desta injustiça social, onde diz o seguinte: A Lei nº 9.876, de 1999, entre outras providências, alterou a redação do art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, – Planos de Benefícios da Previdência Social –, para modificar os critérios de cálculo dos benefícios de prestação continuada, mediante ampliação do período de contribuição utilizado para apuração do salário-de-benefício e aplicação sobre o mesmo do “fator previdenciário”.

O salário-de-benefício – valor-base para o cálculo da renda mensal dos benefícios – consistia na média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição do segurado, até o máximo de trinta e seis, apurados em até quarenta e oito meses. Esse parâmetro passou a consistir em igual média dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo do segurado. Para aquele já filiado à Previdência Social, a contagem dos salários-de-contribuição terá como termo final a competência julho de 1994. O valor da média dos salários de contribuição, assim apurados, será multiplicado pelo “fator previdenciário”, no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no caso desta.

O “fator previdenciário” é calculado, considerando, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos e uma alíquota de trinta e um por cento, que equivale à soma da alíquota básica de contribuição da empresa (vinte por cento) e da maior alíquota de contribuição do empregado (onze por cento).

Essas inovações, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, a contenção das despesas com benefícios da Previdência Social, principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, mediante redução de seu valor ou retardamento de sua concessão.

A depender do grau de formalização do trabalhador e de sua evolução salarial, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do salário-de-benefício acarreta perda em seu valor, tanto maior quanto for essa ampliação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as distorções do “fator previdenciário”, destacamos a introdução do critério da idade no cálculo da aposentadoria

por tempo de contribuição, via lei ordinária, ainda que esse critério tenha sido derrotado, nesta Casa, em nível constitucional. No aspecto social, é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria trabalhadores de menores rendimentos. De fato, esses trabalhadores certamente, não adiarão o início de sua aposentadoria, em função de valores maiores, no futuro, proporcionados pelo “fator previdenciário”.

Exemplificando sua aplicação, após essa transição, consideremos uma segurada do RGPS – Regime Geral de Previdência Social que contribua para a Previdência Social durante trinta anos, com direito à aposentadoria por tempo de contribuição, aos quarenta e seis anos de idade, e a cem por cento do salário-de-benefício. A aplicação do “fator previdenciário” – no caso 0,514 – sobre a média dos salários-de-contribuição dessa segurada implica diminuição de seu salário-de-benefício em quarenta e oito vírgula seis por cento. Vejam, (48,6%)!!! Essa redução só não ocorrerá quando essa segurada atingir cinquenta e seis anos de idade e tiver contribuído por mais nove anos. A partir de então, caso continuasse contribuindo, passaria a contar com ganhos no valor de seu futuro benefício.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, através da exposição efetuada, concordamos totalmente em resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários.

Os grandes prejudicados são os trabalhadores mais pobres e menos especializados. A maioria deles não consegue empregos estáveis após os 50 anos, não conseguindo assim manter-se como contribuinte da Previdência. Por começarem a trabalhar mais cedo, chegam ao tempo de se aposentar com menor idade (50 a 57 anos). Assim, são os trabalhadores com aposentadorias menores que tendem a ser mais atingidos e prejudicados com a redução desse fator previdenciário.

Por essa razão, solicito fortemente a colaboração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, no sentido de darmos a urgência que merece o PLS 296, que se encontra na CAE.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de a imprensa, sistematicamente, fazer questão de dizer que o Congresso Nacional não trabalha, sabemos que a atividade legislativa é bastante intensa. Os números divulgados na página do Senado Federal na Internet não nos deixam mentir. No ano de

2005, realizamos 225 Sessões Plenárias, em quase mil horas de discussões, aprovamos cerca de três mil proposições legislativas, entre Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei e Medidas Provisórias, e emitimos mais de dois mil pareceres sobre matérias em tramitação na Casa.

Com efeito, são muitos e variados os assuntos que requerem nossa atenção, para os quais o povo brasileiro olha com ansiedade, à espera de dias melhores. Apesar disso, às vezes, precisamos fazer uma pausa e tirar alguns momentos para refletir sobre a importância de certos profissionais para a vida nacional, e prestar-lhes o devido reconhecimento, por tudo aquilo que eles representam.

Assim, hoje faço uso da palavra para render minhas homenagens aos diagramadores e aos revisores de todo o Brasil, pela passagem do seu dia, celebrado anualmente em 28 de março.

De acordo com o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, diagramador “é aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias e ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação”. Isso quer dizer que é o diagramador o responsável pela definição do lugar que o texto e a imagem devem ocupar numa página a ser impressa ou veiculada pela Internet, de modo que haja harmonia e criatividade para atingir o objetivo proposto. Seu trabalho, às vezes, se confunde com o do desenhista, ou **designer**, como também é chamado, e é imprescindível para editoras de livros e de revistas, para os jornais e, igualmente, para as empresas de mídia eletrônica que se dedicam à produção de páginas para a Internet.

Apesar de envolver conhecimentos complexos, não existe um curso superior específico para diagramador. O profissional da área deve dominar conceitos de desenho, comunicação social e visual, requisitos estes essenciais ao desempenho de suas atribuições.

Num mundo cada vez mais seduzido pela cultura audio-visual, Sr. Presidente, creio ser inegável a relevância dos diagramadores para as comunicações. Não obstante, no momento em que o Senado Federal se preocupa, de modo crescente, em incluir os portadores de necessidades especiais na sociedade, quero fazer aqui um pequeno parêntese, para mencionar a importância do desenvolvimento de novas interfaces que permitam o livre acesso dos deficientes visuais às informações disponibilizadas tanto na Internet quanto em livros e em revistas. Isso é fundamental, no meu entendimento, porque hoje temos um imenso contingente de pessoas que, por não poderem enxergar, encontram-se praticamente marginalizadas do mercado editorial.

Feito esse comentário, podemos dizer, Sr. Presidente, que, no Brasil, a profissão de diagramador teve início nos anos 40, quando o argentino Guevara, que não era o “Che”, veio ao nosso País para trabalhar no jornal **Meio-Dia**, do Rio de Janeiro. Lá, juntamente com Parpagnoli, seu concidadão, construiu a chamada “escola argentina” de paginação do jornalismo brasileiro, que valorizava os ornamentos gráficos na composição do texto.

Posteriormente, nos anos 50, algumas revistas brasileiras, como a **Manchete**, passaram a receber influência da escola concretista, desenvolvida entre artistas soviéticos, caracterizada pela simplificação do arranjo dos recursos gráficos. Era o embrião da reforma que se seguiria no **Jornal do Brasil**, e que marcaria o verdadeiro início da valorização da linguagem visual em nosso País. Nesse contexto, merecem destaque as insígnias figuras de Amílcar de Castro e Jânio de Freitas, que revolucionaram o modo como se fazia a produção da arte visual no Brasil. Entre as mudanças introduzidas por eles, considero relevante citar o uso da lauda padrão de 30 linhas e 72 toques, e a valorização do material fotográfico, cuja retícula escura servia para trabalhar o equilíbrio estético do texto.

Atualmente, a diagramação é apoiada por poderosas ferramentas de editoração eletrônica, que auxiliam, mas não prescindem da presença do diagramador. Por isso, nas palavras de Clara Conti, “a diagramação é uma arquitetura de formas. É uma arte (...) consagrando o dinamismo pela associação de imagens”.

Cumpre lembrar ainda, Sr. Presidente, que, em 28 de março, comemoramos também o Dia do Revisor. O Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, qualifica o revisor como “aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matérias jornalísticas”. Esse profissional pode atuar em jornais, em revistas, em editoras e mesmo na televisão, onde o grande volume de textos produzidos requer seus conhecimentos, para que a mensagem seja transmitida corretamente.

No Brasil, um dos primeiros a exercer a profissão de revisor foi o inigualável Machado de Assis, primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e um de seus fundadores. Apesar de não ter tido formação superior, Machado de Assis era autodidata e freqüentador assíduo da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Por isso, conseguiu seu primeiro emprego, como aprendiz de tipógrafo, na Imprensa Nacional. Tinha, então, apenas 17 anos de idade!

Apesar da importância da atividade de revisão, o mercado de trabalho para esses profissionais vem encolhendo a cada ano, e praticamente não encontramos mais essa categoria nas redações dos grandes jornais brasileiros. Infelizmente, essa nobre função, que já foi exercida por célebres escritores nacionais, não

sobreviveu às mudanças implementadas pela grande imprensa com a chegada dos computadores. No **O Estado de S. Paulo** e no **Jornal da Tarde**, por exemplo, o setor de revisão foi desativado ainda no início dos anos 90, embora alguns profissionais tenham sido reaproveitados nas redações; em **O Globo**, também não temos mais revisores. Por isso, sou obrigado a concordar com o *ombudsman* da **Folha de S. Paulo**, Marcelo Beraba, quando ele afirma que a extinção dos revisores nos jornais parece irreversível.

É com tristeza, Sr. Presidente, que constato essa realidade, porque, hoje, em virtude da quase ausência desses profissionais nas redações, não raro nos deparamos com verdadeiros atentados à Língua Portuguesa, atentados esses cometidos por pessoas com curso superior e que, teoricamente, deveriam saber redigir de forma correta.

Já concluindo meu pronunciamento, Sr. Presidente, ao lembrar, mais uma vez, o significado dos diagramadores e dos revisores para o mundo das comunicações, não poderia deixar de fazer aqui um veemente apelo aos proprietários de jornais, de revistas e de editoras, para que voltem a empregar revisores em suas redações. A Língua Portuguesa é quotidianamente massacrada, não apenas pela invasão de termos estrangeiros, mas, sobretudo, por seu uso incorreto. Cabe a nós, homens públicos, e aos comunicadores deste País, zelar por essa herança cultural, única em todo o mundo, que é o nosso idioma pátrio!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito Obrigado!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria da **Folha de S. Paulo**, de 18 de março do corrente, intitulada “Caseiro protesta contra violação de sigilo”.

A referida matéria destaca que a divulgação, de forma ilegal, de dados da movimentação bancária do caseiro Francenildo dos Santos Costa, levou seu advogado a analisar uma possível ação judicial contra a Caixa Econômica Federal pelo vazamento de dados sigilosos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Caseiro protesta contra violação de sigilo

Francenildo afirma ter se sentido um “zé-ninguém” com invasão bancária e que depósitos foram feitos por seu pai; advogado quer processar a Caixa

A CASA DO LOBBY

O QUE É

Casa alugada em Brasília que, segundo o motorista Francisco das Chagas e o caseiro Francenildo dos Santos Costa, era freqüentada pelo ministro Palocci. A casa foi descrita pelo advogado Rogério Buratti como uma “central de lobby” para encontros de assessores do ministro com lobistas e empresários que tinham interesses no governo Lula

O INQUILINO

Vladimir Poletto, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão na gestão de Palocci, alugou a casa, que pertence a Luiz Antônio Guerra da Silva. Segundo o caseiro, era Poletto quem pagava as contas da casa

AS FESTAS

Segundo a CPI, assessores de Palocci, lobistas e empresários se encontravam na casa para discutir negócios e para se divertir com recepcionistas agenciadas por Jeany Mary Corner

O “CHEFE”

Era assim que o ministro era chamado na casa, segundo o caseiro. Palocci aparecia ali “quinta sim, quinta não”

O CARRO

Segundo o caseiro e o motorista, Palocci chegava à casa em um Peugeot prata, de Ralf Barquete

OUTRO LADO/POLETO

Em depoimento à CPI dos Bingos, Poletto disse que havia alugado a casa para uso pessoal

OUTRO LADO/PALOCCI

Palocci disse à CPI que não conhecia Poletto e nunca havia estado na casa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A divulgação de dados da movimentação bancária do caseiro Francenildo dos Santos Costa, 24, levou seu advogado a analisar uma possível ação judicial contra a Caixa Econômica Federal por vazamento de dados sigilosos.

O caseiro recebeu depósitos em sua conta pessoal na Caixa desde janeiro deste ano. O caseiro e seu advogado, Wílcio Chaveiro Nascimento, afirmaram na noite de ontem, em entrevista coletiva, que a origem dos recursos é lícita, fruto de uma doação familiar.

O depositante é o empresário de ônibus Eurípedes Soares, de Teresina (PI). Segundo o caseiro, ele é seu pai legítimo, embora não tenha reconhecido a paternidade. O advogado de Francenildo disse que vai pedir o teste de DNA.

Em janeiro (dois meses antes de seu depoimento à CPI), Francenildo se encontrou com o empresário em Teresina. Soares decidiu dar a ele R\$ 30 mil “para seguir sua vida”. Ouvido pela revista “Epoca”, que divulgou os dados de Francenildo, o empresário confirmou ter feito os depósitos, mas não assumiu a paternidade.

O caseiro disse se sentir inseguro com a invasão de seus dados bancários. “Mexeram nas minhas contas. O que posso esperar mais?”, disse. “Eu me sinto um zé-ninguém. Pode vir dinheiro e dinheiro, mas a minha honestidade não se compra.”

Com documentos bancários originais, o advogado demonstrou que Francenildo recebeu cerca de R\$ 25 mil, e não R\$ 38 mil, como divulgou a revista. A diferença deve-se a retiradas que voltaram para a conta dias depois. O caseiro disse que tirou o dinheiro para comprar um carro ou um lote, mas depois desistiu e depositou de novo os valores.

Ao ser informada da divulgação de dados do caseiro protegidos pelo sigilo bancário, a assessoria de imprensa da Caixa Econômica Federal informou que se for constatado que houve quebra de sigilo de forma ilegal, já que não há decisão judicial nesse sentido, será aberto um procedimento de averiguação interna.

Conforme a legislação, depósitos em dinheiro superiores a R\$ 10 mil devem ser informados pelos bancos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ligado ao Ministério da Fazenda.

O advogado e Francenildo divulgaram a origem dos depósitos para afastar especulações de que o caseiro teria sido remunerado para fazer as revelações.

O caseiro disse que a divulgação de seus dados bancários não o fará mudar as declarações que mostraram as contradições do ministro Palocci. “Não volto atrás. Tenho orgulho do meu serviço [na casa do lobby, em Brasília]. Apesar de ser um dinheiro sujo, eu estava trabalhando”, afirmou.

O caseiro, que ingressou no serviço de proteção da PF na tarde da quinta-feira, a pedido da CPI dos Bingos, dispensou a segurança na manhã de ontem, menos de 24 horas depois.

Segundo seu advogado, o caseiro tomou a decisão porque se sentia tolhido em sua liberdade por ser constantemente seguido por policiais federais. “Ele disse que não havia matado ninguém e que não podia viver como prisioneiro”, disse Nascimento.

Segundo a PF, para se manter no serviço de proteção, a testemunha deve se enquadrar rigidamente nas condições previstas. Porém, diz, o caseiro não seguiu as recomendações. Francenildo dormiu antontem numa das casas que a PF mantém em Brasília para preservar as testemunhas.

Francenildo convoca entrevista para dizer que os depósitos foram feitos por seu pai, que confirma o fato; no detalhe, cópia do extrato bancário original

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dívida supera R\$ 1 tri”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 16 de março do corrente.

A matéria mostra que o estoque da dívida interna federal ultrapassou a marca de R\$1 trilhão, com um

crescimento de 2,6% em fevereiro, o que indica que a economia do governo não foi suficiente para pagar os juros da dívida.

A notícia é preocupante, uma vez que o tamanho do endividamento influencia negativamente a percepção de risco do País. Nas palavras do economista Jason Vieira, o discurso do governo de que a elevação da dívida não tem grandes conseqüências é “conversa

mole para boi dormir". Segundo o economista, "é por esse tipo de explicação que o governo não consegue obter das agências de classificação o tão almejado *investment grade*, nota que dá ao país o **status** de bom local para investimentos".

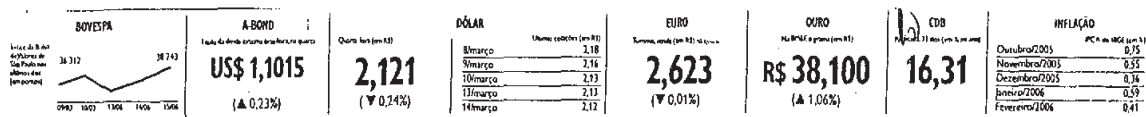
Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE



CONTAS PÚBLICAS

Endividamento da União cresceu 2,6% em fevereiro porque falta economia suficiente para pagar os juros. Governo considera que novo patamar estava previsto e não terá efeito sobre avaliação do país

Dívida supera R\$ 1 tri

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O estoque da dívida federal interna ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão. Em fevereiro, o endividamento da União cresceu 2,6%, atingindo R\$ 1,010 trilhão, um recorde. O valor inédito é um dos principais legados das altas taxas de juros, que encareceram os custos dos títulos negociados no mercado. Mas nada disso parece assustar o governo. No Plano Anual de Financiamento (PAF) divulgado no início do ano, a Secretaria do Tesouro Nacional previu que o estoque deve fechar o ano entre R\$ 1,13 trilhão e R\$ 1,2 trilhão.

Para o coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle, o fato de se ter ultrapassado a barreira de R\$ 1 trilhão não acarretará maiores consequências. "Era previsto. Não vai haver nenhum efeito na classificação de risco do país." Segundo Valle, as agências de classificação prestam mais atenção a fatores como composição da dívida e prazo médio de vencimento dos títulos. "Todos os analistas concordam que estamos melhorando nesses indicadores."

O endividamento só vai cair quando o resultado das contas públicas for um superávit nominal. Isso ocorre quando a economia de recursos orçamentários, chamada de superávit primário, é suficiente para o pagamento de toda a conta de juros e ainda sobre dinheiro para abater o principal. Por enquanto, essa poupança só é suficiente

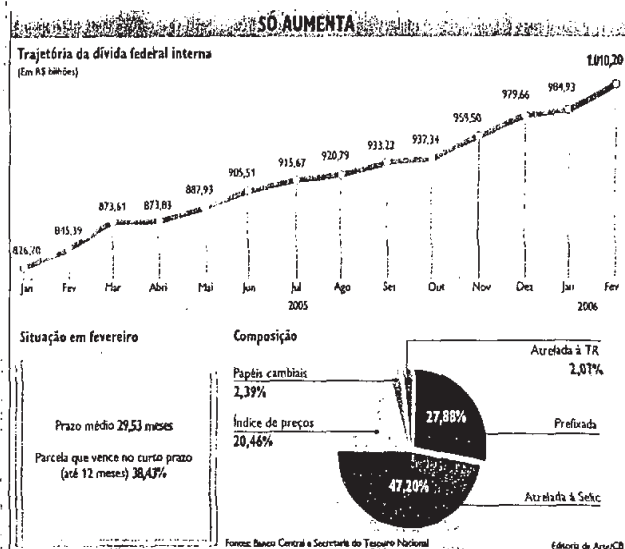
para honrar parte dos juros.

No ano passado, o superávit primário de todo o setor público, o que inclui União, estados, municípios e estaduais, foi de R\$ 93,505 bilhões. Depois de os recursos serem torrados com juros, restou um tombo de R\$ 63,641 bilhões - déficit nominal de 3,29% do PIB (Produto Interno Bruto). Esse buraco se traduz em elevação da dívida. De acordo com as regras fiscais, o governo não pode gastar dinheiro obtido com a emissão de títulos no pagamento de despesas correntes ou em investimentos. Os recursos só servem para honrar o resgate dos próprios papéis no vencimento e para a formação de um "colchão de segurança" (reservas para momentos de turbulência).

Destaque

Segundo Paulo Valle, o indicador realmente relevante para a determinação da capacidade de pagamento do Estado é a dívida líquida, que leva em consideração os haveres (valores a receber) do setor público. O governo tem destacado repetidas vezes que, sob esse critério, a dívida caiu quase nove pontos percentuais do PIB nos últimos três anos. Hoje, ela está em 51,6% do PIB. De acordo com previsão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, este ano será o primeiro em que a dívida líquida vai cair num momento eleitoral.

Ao contrário do que pensa Paulo Valle, não há consenso sobre o bom desempenho da gestão da dívida. O economista-chefe da cons-



sultoria GRC Visão, Jason Vieira, classificou o discurso oficial de que a elevação da dívida não tem grandes consequências como "prospopéia fãcida para acalantar bovinos". Em bom português: conversa mole para boi dormir. Segundo ele, é por esse tipo de explicação que o governo não consegue obter das agências de classificação o tão almejado *investment grade*, nota que dá ao país o status

de bom local para investimentos.

"Com dívida monumental e de curtíssimo prazo como a nossa, crescendo continuamente, o *investment grade* só virá lá para 2008 ou 2009, na melhor das hipóteses", disse. Segundo Vieira, o tamanho do endividamento influencia negativamente a percepção de risco do país. "Quanto maior o estoque, mais o governo tem que emitir papéis para se financiar." Para o eco-

nomista, já passou da hora de se fazer superávits nominais.

No mês, o estoque da dívida aumentou R\$ 25,27 bilhões. A maior parte do crescimento se deveu à emissão líquida (venda de títulos maior que resgate): R\$ 14,822 bilhões. O restante da elevação foi resultado da incorporação de juros.

As críticas do economista-chefe da consultoria GRC Visão,

Jason Vieira, não se limitam ao tamanho da dívida. Sobram restrições para os prazos de vencimento dos papéis federais e para a composição geral do estoque.

Na visão de Vieira, o governo não está conseguindo alongar o perfil do endividamento de forma consistente. O prazo de vencimento cresceu um pouco, passando de 28,79 meses em janeiro para 29,53. Mas a melhoria ainda é insignificante. "Sob nenhuma consideração, pode-se dizer que temos uma dívida saudável. Ela é tremendamente curta, com quase 40% vencendo em até 12 meses. Dívida de longo prazo é de, no mínimo, 10 anos", disse Vieira.

Perigo

Embora esteja caindo nos últimos meses, a participação dos pós-fixados também é considerada muito alta e preocupa os analistas. Em fevereiro, houve uma queda no volume desses papéis, que passou de 49,48% para 47,20%. Em sentido contrário, a parcela dos prefixados subiu de 26,70% para 27,88%. Ambos os movimentos estão dentro dos objetivos do Tesouro Nacional, que quer dar mais previsibilidade para os pagamentos da dívida.

O percentual dos papéis corrigidos por índices de preços também subiu, indo de 19,15% para 20,46%. Segundo Paulo Valle, esse crescimento é o primeiro efeito da medida que isentou do pagamento do imposto de Renda os investidores estrangeiros em títulos públicos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar as matérias intituladas “Tapa-buracos cumpre 47% da meta” e “Estradas, um retrato do descaso oficial”, publicadas pelo **Jornal do Senado**, no dia 20 de março do corrente.

“Apesar do objetivo nobre, a iniciativa do governo recebeu inúmeras críticas. O próprio ministro dos transportes admitiu em fevereiro que existem falhas nas operações tapa-buracos realizadas sem licitação – quase 7 mil qui-

lômetros, em locais onde não havia contratos prévios com empreiteiras”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que as referidas matérias passem a integrar esse pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RODOVIAS Estatísticas revelam que 72% das rodovias estão em estado de conservação péssimo, ruim ou deficiente

Estradas, um retrato do descaso oficial

Obras de asfaltamento em rodovia próxima a Brasília: a Operação Tapa-Buracos é insuficiente para resolver problema, diz a CNT



Washington Luís, presidente de 1926 a 1930, costumava dizer que “governar é abrir estradas”.

Já os líderes do país em tempos mais recentes aparentam um espantoso desdém com o modal que representa mais de 60% da matriz nacional de transportes.

Nem é preciso ser muito perspicaz. Basta uma viagem à cidadezinha mais próxima para perceber a situação de penúria em que estão as rodovias brasileiras. Traduzindo em estatísticas, 72% das estradas estão em estado de conservação péssimo, ruim ou deficiente, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Para piorar, 91% não estão pavimentadas. Os melho-

res trechos estão sob concessão privada, mas somam apenas 10 mil quilômetros de vias.

Não é à toa que o governo lançou em janeiro o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, que ficou conhecido como operação tapa-buracos. A operação foi montada com o propósito declarado de consertar cerca de 23 mil

quilômetros de rodovias espalhadas pelo país, a um custo de R\$ 440 milhões.

É pouco, muito pouco, dizem os especialistas. Estima-se que seriam necessários de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões para recuperar

o 1,9 milhão de quilômetros de estradas brasileiras – 99,5% das quais sob gestão federal, estadual ou municipal. A cada ano que passa sem que se faça a devida manutenção, as condições

vão se agravando e a intervenção vai ficando mais cara.

O descaso com as estradas, é claro, tem consequências graves. Além de prejudicarem o trans-

porte de cargas, feito em sua maioria por caminhões, flagelos como buracos e sinalização ruim nas rodovias exacerbam um dos maiores problemas de saúde pública: o dos mortos e feridos em acidentes.

10

bilhões

de reais seriam necessários para recuperar estradas

Brasília, 20 a 26 de março de 2006

agenda

JORNAL DO SENADO 5

RODOVIAS Dois meses depois de iniciada a operação, menos da metade da previsão foi realizada, segundo o Dnit

Tapa-buracos cumpre 47% da meta



O governo federal iniciou em 9 de janeiro o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas estradas do país. Apelidado de operação tapa-buracos, o programa foi instituído por portaria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) para intervir em quase 24 mil quilômetros em quase todos os estados. O investimento anunciado foi de R\$ 440 milhões. Desse total, um crédito extraordinário de R\$ 350 milhões foi liberado por força da Medida Provisória 276 – aprovada na Câmara na semana passada e que será agora apreciada pelo Senado.

De acordo com o Dnit, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, determinou que se trabalhasse para que os serviços de tapa-buracos fossem concluídos em 90 dias. Operações consideradas mais complexas poderiam se estender até o final deste semestre. Os últimos resultados divulgados pelo Dnit, no começo de março (dois meses depois de iniciada a operação), dão conta de que 47% das obras previstas já foram concluídas.

Apesar do objetivo nobre, a iniciativa do governo recebeu inúmeras críticas. O próprio ministro dos Transportes admitiu em fevereiro que existem falhas nas operações tapa-buracos realizadas sem licitação – quase 7 mil quilômetros, em locais onde não havia contratos prévios com empreiteiras.

– Eu mesmo estive na BR-070 [DF/GO/MT] e encontrei problemas de obras malfeitas. Quem fizer a obra malfeita e fora das normas técnicas vai ter que refazer. A obra só vai ser paga depois de auditada pelo Dnit, pelo Exército, pela fiscalização do próprio minis-

tério e do TCU [Tribunal de Contas da União] – disse o ministro, que esteve no Senado para debater a operação em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Semanas antes, o TCU montara uma força-tarefa composta por cem auditores para fiscalizar os trabalhos emergenciais de recuperação.

– Nós vamos ser muito exigentes no que diz respeito aos valores, ao custo da obra, à escolha das empresas e também com relação à qualidade técnica das obras que serão realizadas – disse o presidente do tribunal, ministro Adylson Motta.

Ele prometeu “atenção especial” aos trechos de estradas que serão recuperadas sem licitação, verificando caso a caso se o contrato emergencial é justificado e os critérios adotados para a escolha das empreiteiras.

– O fator primeiro para a dispensa da licitação é a imprevisibilidade. Se houver um fato da natureza que provoca uma calamidade, então aí caracteriza uma emergência. Agora, uma situação que vem se arrastando há anos, de governo a governo, com completo desleixo pela conservação, é muito difícil de ser enquadrada como uma situação de emergência, porque é plenamente previsível o resultado a que se chegaria sem uma conservação das estradas. O abandono só leva à situação caótica em que se encontram hoje – afirmou Motta.

Mas o presidente do TCU sinalizou que o tribunal não irá interromper as obras se não houver irregularidades nos contratos ou problema na qualidade do serviço.

– Não queremos que o TCU seja acusado de interromper obras de utilidade pública – explicou.

24 mil
quilômetros

É a extensão de estradas que o governo quer recuperar

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A questão que mais conta”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 12 de março de 2006.

O artigo trata das discussões que ocorrerão durante a próxima campanha eleitoral em torno dos rumos da política econômica. Segundo o artigo, “os números – não há outra palavra – são escabrosos. Entre 2003 e 2005, os gastos primários do Estado (fora despesas com juros e investimentos) cresceram 6,25% ao ano, já descontada a inflação. Enquanto isso, o investimento estatal caiu 69% em relação ao triênio anterior. De cada R\$ 100 arrecadados no ano passado, assina-

lou quarta-feira, em artigo neste jornal, o economista Clóvis Panzarini, o governo federal gastou R\$ 97,53 com juros, Previdência Social e o custeio da ‘pesada e ineficiente máquina pública’. Sobraram R\$ 2,47 para investimentos em infra-estrutura!”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A questão que mais conta

Para além dos comícios de autolouvação do presidente Lula e dos dilacerantes dilemas da oposição tucana sobre o candidato que irá enfrentá-lo em outubro, está em curso um confronto cujo desfecho será crucial para o País. Gira, evidentemente, em torno dos rumos da política econômica. Divide os governistas e faz incursões entre os seus adversários.

No PT e nos seus aliados PSB e PC do B parece ganhar força um movimento para desconstituir, como diria um economista pós-moderno, o palocismo. O programa alternativo em discussão a portas fechadas na hierarquia petista não apenas seria a negação das diretrizes do ministro da Fazenda, encampadas pelo seu chefe, mas também não esperaria o advento do novo governo: a reviravolta começaria já este ano, considerado pelos seus adeptos, como o dirigente partidário e assessor do Planalto, Marco Aurélio Garcia, o primeiro do segundo mandato.

“A autonomia operacional do Banco Central, maior do que em períodos anteriores”, escreveu ele aos companheiros, “permitiu uma política monetária, revestida de um discurso conservador – que se chocou com as bases sociais do governo e com o próprio governo.” De seu lado, os socialistas e os comunistas do PC do B prepararam uma réplica às avessas da Carta aos Brasileiros de 2002, em que Lula prometeu manter a gestão austera e sem rupturas da economia. Em oposição a isso, mas também ao que entendem ser a má qualidade do ajuste fiscal, especialistas em finanças públicas pregam um ataque às causas estruturais ou mesmo aos efeitos perversos da política fiscal – entre os quais os juros estratosféricos.

Enquanto a esquerda governista continua a crer que existe almoço grátis na economia, ou seja, que as suas propostas teriam custo zero para as contas nacionais e para tudo o que delas dependem, os outros reformistas deixam cristalinamente claro o que está em jogo, ao fim e ao cabo: a inviabilidade do modelo de Estado descendente em linha direta da Constituição de 1988 e, por extensão, de sua incapacidade congênita de investir no desenvolvimento nacional. O ex-ministro Delim Netto, em recente artigo no jornal *Valor*,

definiu com dois adjetivos o setor público federal: “obeso e faminto”.

Obeso, move mal, devagar e às tontas o seu desmedido corpanzil. Faminto, eievou o seu apetite arrecadador a 38% do PIB, além do limite socialmente admissível. E quase tudo para se perpetuar como está, incompetências incluídas, e dar conta dos imensos gastos sociais impostos pela Carta, como se o Brasil estivesse entre as nações mais prósperas do mundo. A vilipendiada orientação fiscal em vigor apenas garante o pagamento do serviço de uma dívida pública de R\$ 1 trilhão, equivalente a pouco mais da metade de todas as riquezas criadas pelos brasileiros, e que não pára de crescer.

Os números – não há outra palavra – são escabrosos. Entre 2003 e 2005, os gastos primários do Estado (fora despesas com juros e investimentos) cresceram 6,25% ao ano, já descontada a inflação. Enquanto isso, o investimento estatal caiu 69% em relação ao triênio anterior. De cada R\$ 100 arrecadados no ano passado, assinalou quarta-feira, em artigo neste jornal, o economista Cló-

vis Panzarini, o governo federal gastou R\$ 97,53 com juros, Previdência Social e o custeio da “pesada e ineficiente máquina pública”. Sobraram R\$ 2,47 para investimentos em infra-estrutura. Diante da evidência de que nada está resolvido, difícil discordar da tese de que esse descalabro precisa ser enfrentado com duas armas.

Uma, a adoção gradativa da meta de déficit nominal zero, para fazer o Estado caber no País. A economia de quase 5% do PIB depõe a favor do Brasil junto aos mercados, mas, com o aumento do estoque da dívida (adicionais R\$ 141 bilhões em 2005), fruto da política monetária, o superávit primário parece fadado a cair na proverbial situação de ter que correr cada vez mais para não sair do lugar – algo simplesmente impensável. Outra arma conexa é a da recomposição do gasto público, começando por uma reforma de segunda geração da Previdência. Em 2005, o INSS dependeu com benefícios o equivalente a 7,5% do PIB, ante 5,4% no período 1995/1998, por exemplo. A pergunta das perguntas é o que precisará acontecer para amadurecerem as condições políticas que tornariam possíveis uma coisa e outra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sub-relator quer indiciar 20 por fraude em fundos”, publicada pelo Jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de março deste ano.

Segundo a matéria, “Relatório preliminar do sub-relator de fundos de pensão da CPI dos Correios, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), vai pedir o indiciamento de cerca de 20 pessoas, entre proprietários de corretoras, dirigentes de entidades de previdência privada de estatais e autoridades do governo”.

Entre os indiciados está, por exemplo, o ex-ministro Luiz Gushiken, atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador João Batista Motta

O ESTADO DE S. PAULO	DIA: 14	MÊS/ANO: Mar/06	EDITORIA: NACIONAL	CADERNO: A	PÁGINA: 340
<h2>Sub-relator quer indiciar 20 por fraude em fundos</h2> <p>Gushiken e Nilton Baiano estão na lista proposta por ACM Neto</p>					
<p>Eugênia Lopes BRASÍLIA</p> <p>Relatório preliminar do sub-relator de fundos de pensão da CPI dos Correios, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), vai pedir o indiciamento de cerca de 20 pessoas, entre proprietários de corretoras, dirigentes de entidades de previdência privada de estatais e autoridades do governo.</p> <p>Entre os indiciados está o ex-ministro Luiz Gushiken, atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE). O relatório também vai tratar da denúncia contra o deputado Nilton Baiano (PP-ES), que teria recebido recursos de um fundo.</p> <p>ACM Neto pretendia entregar para o relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), a primeira versão de seu relatório sobre fundos de pensão ontem à noite. Amanhã, o deputado vai apresentar o restante do relatório com os pedidos de indiciamento ao Ministério Público dos envolvidos em irregularidades com fundos. “Pode-se afirmar que existiram problemas com fundos de pensão no atual governo e também no anterior”, afirmou o sub-relator. “Há conexões com o mensalão que são óbvias”, disse.</p>					
<p>O nome de Nilton Baiano será incluído no relatório depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou na semana passada a liminar que mantém o sigilo bancário e fiscal da corretora Euro. Segundo denúncia da revista <i>Veja</i>, Renato Paoliello, assessor do deputado, recebeu R\$ 100 mil da corretora, em julho de 2004, quando Baiano concorria à prefeitura de Vitória.</p> <p>Baiano negou que o dinheiro da Euro tenha sido usado em sua campanha. Paoliello disse que os R\$ 100 mil foram um pagamento por alguns meses de trabalho para a corretora. Em 2004, a Euro deu prejuízo de R\$ 8 milhões ao fundo de pensão</p>					
<p>dos funcionários de empresas nucleares, o Nucleos.</p> <p>No relatório preliminar, ACM Neto também vai apontar as corretoras que operavam com fundos de pensão e ajudaram a financiar partidos governistas, a exemplo do que ocorreu no esquema montado por Valério.</p> <p>Até a semana que vem, a CPI dos Correios espera identificar outros assessores de deputados que teriam sacado dinheiro das corretoras. A CPI dos Correios apontou 19 parlamentares que teriam se beneficiado de recursos do caixa de Valério.</p> <p>Nas 400 páginas de relatório, o sub-relator também vai confirmar que 14 fundos de pensão de empresas estatais sofreram perdas de R\$ 729 milhões. A suspeita é que parte desses recursos tenha sido desviada para partidos. ACM Neto vai dizer ainda que os cargos de dirigentes de fundos de pensão são loteados entre os aliados. ●</p>					
<h3>Relatório final irá incriminar Pizzolato, ex-BB</h3> <p>...O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pretende propor, no relatório final, o indiciamento também de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, que teria recebido R\$ 300 mil do empresário Marcos Valério e estaria envolvido em irregularidades com o suposto desvio de R\$ 10 milhões da Visanet – administradora de cartões de crédito que tem entre seus sócios o Banco do Brasil.</p> <p>Serraglio pretende entregar o texto final de seu relatório dentro de uma semana, no dia 21 de março. ●</p>					

l) (Walters)
V. Ba
Sam
Parau
cl. de...
h

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atual Governo do Presidente Lula deu mais um tiro no próprio pé. Ao quebrar, sem autorização judicial, o sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, na tentativa de desqualificar o seu depoimento, o poder petista abre um precedente perigoso no que diz respeito à proteção à privacidade, conquista inalienável do cidadão brasileiro.

A enorme repercussão negativa da quebra do sigilo bancário do caseiro exige uma punição imediata, na medida em que os fatos indicam que a violação do sigilo partiu da Caixa Econômica Federal, instituição subordinada ao Ministério da Fazenda.

Para concluir, cito parte do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 21 de março do corrente: “Mas no mínimo tão verossímeis como as

revelações de Francenildo são as evidências de que gente da administração Lula urdiu a sua desmoralização para evitar que o desfiguramento da imagem de Palocci na esfera ética reponha em cena a questão da corrupção do PT e no governo”.

Sr. Presidente, é neste contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas passem a integrar este pronunciamento e, assim, constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VISÃO DO CORREIO

Precedente perigoso

A denúncia de que a conta de Francenildo Costa teve o sigilo quebrado sem autorização judicial abre precedente perigoso. Confirmada a violação — ao que tudo indica feita pela própria Polícia Federal —, cai por terra um dos alicerces do direito individual assegurado pela Constituição. A proteção à privacidade constitui conquista inalienável do cidadão.

Graças a ela, interesses políticos não podem se sobrepôr ao da pessoa que porventura venha se tornar non grata ao poderoso de plantão. Para ter acesso a dados bancários, fiscais ou telefônicos particulares, é necessário algo mais que a vontade de presidente, governador, prefeito, deputado, senador ou amigo de rei.

Impõe-se, de um lado, que o titular da conta esteja sob investigação. De outro, que o Poder Judiciário autorize a invasão. Não é o caso do caseiro Francenildo Costa. Ele estava nas dependências da Polícia Federal para se inscrever no programa de proteção à testemunha quando o extrato foi tirado às 20h58 da quinta-feira — mesmo dia em que tivera o depoimento na CPI dos Bingos interrompido por liminar do Supremo Tribunal Federal solicitada pelo senador Tião Viana, do PT do Acre.

Durante o período em que pôde falar no

Senado — um pouco menos de uma hora —, Francenildo afirmou que Antonio Palocci freqüentava a república de Ribeirão Preto, nome jocoso dado à casa alugada por colaboradores de Palocci quando era prefeito da cidade paulista. Ali, segundo o caseiro, seria feita distribuição de dinheiro e haveria encontros com jovens convidadas para o evento. O ministro da Fazenda, ainda de acordo com Francenildo, chegava na direção de um Peugeot prata. Palocci, em depoimentos anteriores, dissera jamais ter ido ali.

Não está em questão, no momento, a veracidade ou não das declarações do caseiro. Investigações se encarregarão de separar o joio do trigo. Discute-se, isto sim, a quebra do sigilo bancário sem autorização judicial. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, manifestou-se com inédita dureza ao tomar conhecimento do fato.

Considerou-o “gravíssimo”, crime que choca a opinião pública, além de representar agressão ao Poder Judiciário. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, informou ter instaurado inquérito para apurar responsabilidades. É bom que assim seja. “Quem garante que amanhã eu, como cidadão, não possã ter o meu sigilo violado?”, pergunta o presidente do STF. E a mesma indagação que fazem os brasileiros. Quem garante?

Comissão de Administração

Presidente
Eduardo C. MesquitaPresidente
Francisco Luz MesquitaPresidente
Júlio César MesquitaPresidente
Mário Cecília V. C. MesquitaPresidente
Patrícia Maria Mesquita

Fundado em 1978

Júlio Mesquita (1937-1997)

Júlio de Mesquita Filho (1927-1999)

Francisco Mesquita (1927-1999)

Luiz Carlos Mesquita (1958-1970)

João Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1998)

Júlio de Mesquita Neto (1908-1989)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1939-1997)

Antônio de Campos (1876-1984)

Nestor Romão Pissana (1927-1933)

Pitilo Berrado (1927-1956)

www.estado.com.br

Publicação de S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3656-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3656-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Uma operação torpe

Segundo uma versão divulgada no fim da semana, ao ser informado, no começo da noite de sexta-feira, de que um blog da revista *Epoca* acabava de publicar o extrato bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o presidente Lula fez ar de quem já sabia. Segundo outra versão, divulgada ontem, na quinta à noite o extrato já circulava entre os assessores do ministro Antônio Palocci na Fazenda. Francenildo, que afirmou originalmente ao Estado ter visto Palocci "umas 10 ou 20 vezes" na mansão-sede da República de Ribeirão Preto em Brasília, disse domingo que, no dia e hora que constam do extrato - 16 de março, 20h58m21 -, ele estava na Polícia Federal para pedir proteção (da qual abriria mão 10 horas depois).

A PF admitiu ao jornal *O Globo* que pediu o cartão bancário de Francenildo, além do seu RG e CPF, para cópiá-los, o que teria demorado cerca de 8 minutos. Mas, de acordo com Nildo, como é chamado, depois de lhe pedirem esses documentos, "na última hora" um policial lhe perguntou se tinha conta em banco. "Aí pediu meu cartão" (de correntista da Caixa Econômica Federal). Pelos seus cálculos,

esperou "10 ou 20 minutos" até tirarem as cópias. Nada disso é insignificante quando se está em face da mais torpe operação já engendrada nas alturas - ou nos porões - do governo do PT.

Cometendo um crime - quebrar sem ordem judicial o sigilo bancário de alguém que de nada é acusado - o poder petista tentou desqualificar o trabalhador que ousou declarar a este jornal, depois a outros e, enquanto pôde, antes de ser amonido por uma liminar, à CPI dos Bingos, que Palocci mentiu quando negou ter estado no casamento onde a sua corróia tramava negociações e promovia farras remuneradas. A sórdida idéia consistia em usar a imprensa para difundir a insinuação, com base nos depósitos constantes no extrato, de que Nildo fora comprado para difamar o ministro a quem Lula deve "muito, mas muito", conforme disse na fatídica sexta-feira.

Mas à ignomínia somou-se, como era de se prever, a incompetência. Pois, assim que apareceram na internet o produto da violação do sigilo bancário do ex-empregado daquela ca-

sa de inteligência. *Parageneris*, o seu advogado convocou uma entrevista coletiva em que Nildo deu explicações documentadas sobre a origem do dinheiro que recebera (e que não somava R\$ 88,8 mil, como se noticiou, mas cerca de R\$ 25 mil). Ao preço de ter a intimidade exposta para provar que não estava a soldo da oposição para acusar Palocci e os seus apaniguados, Nildo devassou a própria crônica familiar, banal e pungente.

Nascido de uma união ocasional, o pai nunca o reconheceu e, no fim do ano passado, para dissuadi-lo de exigir a admissão da paternidade, prometeu fazer alguns depósitos em sua conta, a partir de janeiro. Localizada pelo Estado, a mãe confluiu a história e disse temer pela vida de Nildo. Vale por um tratado sobre o Brasil profundo o seu apelo: "Peço ao presidente que não faça nada com o meu filho."

Evidentemente, o ex-caseiro da República de Ribeirão Preto não corre risco de agressão física. Mas no mínimo tão verossemel como as revelações de Francenildo são as evidências de que gente da administração Lula urdiu

a sua desmoralização para evitar que o desfiguramento da imagem de Palocci na esfera ética reponha em cena a questão da corrupção no PT e no governo, de cujos efeitos o presidente parece recuperar, a julgar pelas recentes pesquisas eleitorais. Aliás, a baixeza contra o "simples caseiro", como Lula teria se referido a ele, esquecido talvez de suas próprias origens, é tudo menos um caso isolado.

No vale-tudo pela reeleição, Lula também mandou acionar a mais alta corte judicial para impedir que a CPI dos Bingos ouvisse tudo que Nildo teria a dizer. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fez a sua parte ao não permitir que a Polícia Federal investigue a história da sede da República de Ribeirão a partir das declarações de Nildo. De seu lado, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, apadrinhado do senador José Sarney, e candidato a governador do Maranhão, concedeu uma liminar para tornar ilegais as prévias de domingo no PMDB. Sarney é um dos generais de Lula na batalha contra a candidatura própria do partido ao Planalto. E o PT, enquadrado, carrou fleiras em torno do ministro da Fazenda que até a semana passada exercera - por seus acertos.



NILDO

ANALIS.

Folha S. Paulo 21/03/06

CLÓVIS ROSSI

Gangsterismo

SÃO PAULO - A violação do sigilo bancário do caseiro que diz ter visto o ministro Antonio Palocci na casa da "República de Ribeirão Preto" é um ato de gangsterismo que só reforça a sensação de que a política brasileira desce mais e mais ao pântano.

O jogo aí é o seguinte: em vez de rebater a acusação, alguém, certamente aliado ou membro do governo ou do PT, puxa as contas do caseiro para desviar a suspeição do acusado para o acusador.

Típico gangsterismo. Mesmo que o caseiro tivesse recebido dinheiro da oposição, do demo ou de quem fosse, permanece de pé o fato de que o ministro é acusado de ter mentido sobre suas idas à casa suspetíssima da república de sua terra.

Pior ainda é o fato de que o caseiro mostrou recibos que supostamente provam que os depósitos foram feitos por seu pai biológico. Quer dizer: pratica-se um ato de gansterismo para defender o ministro, mas sai um tiro no próprio pé, na medida em que até o ministro da Justiça, Márcio Tho-

maz Bastos, afirma que é "grave" a violação do sigilo, ele que, nos últimos tempos, notabiliza-se mais por defender o governo que a justiça.

Nesse ambiente pantanoso, petistas de grosso calibre conseguem dizer invariavelmente as piores coisas. O secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, por exemplo, afirma: "Qualquer coisa que fira a lei deve ser deplorada, e foram muitas as vezes que isso aconteceu nesses nove meses, com vazamentos ilegais sobre membros do governo".

Ou seja, em vez de cair matando em cima de uma ilegalidade, como seria de praxe em quem tivesse zelo pelos valores republicanos, o secretário-geral prefere a sua própria versão da frase de Lula, aquela segundo a qual o PT, ao cometer transgressões, fez apenas o que sistematicamente se faz no Brasil.

Alguma surpresa com o ambiente pantanoso que se formou?

@ → cross@uol.com.br



Para Nelson Jobim, "abusos somam-se a abusos"; Gilmar Mendes defende investigação cabal para evitar clima de vale-tudo político

Ministros do STF criticam violação de sigilo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, criticaram ontem a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e pediram uma investigação "cabal" sob pena de a disputa política degenerar em "vale-tudo" e "selvageria".

"A Constituição garante o direito ao sigilo. Isso tem de ser respeitado pelo cidadão. Aí a razão pela qual nós estamos muito preocupados com isso. Os abusos somam-se a abusos, chamam mais abusos e as coisas vão se complicando", disse Jobim.

A Constituição exige autorização judicial para a quebra do sigilo bancário. "Não podemos conviver com esse tipo de situação, porque é um dia isso, um dia aquilo, e depois você vai ter uma soma de abusos que não cabe",

SAIBA MAIS

Pena por violação de dados é de 1 a 4 anos de prisão

DAREDAÇÃO

A violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, cujos dados de conta poupança na Caixa Econômica Federal foram divulgados na última sexta-feira, configura violação da lei de sigilo bancário (nº 105/2001), e a pena é de um a quatro anos de reclusão para o autor da quebra.

Segundo o advogado Rui Celso Reali Fragoço, ex-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, a violação constitui quebra de sigilo bancário com conseqüente divulgação de da-

dos sem autorização judicial.

Nesse caso, diz, cabe processo na esfera cível, por danos morais, e na esfera criminal, pela violação da lei. O advogado explica que o sigilo só poderia ser rompido mediante "jus-

disse Jobim. E completou: "Temos de evitar que disputas de qualquer natureza sejam instrumentalizadas com ilegalidade".

Gilmar Mendes disse que, se tiver ocorrido abuso por parte da Caixa Econômica Federal ou da Polícia Federal, deve haver punição imediata. "Se esse sigilo foi revelado pela instituição bancária, é um fato seriíssimo e terá que ser devidamente investigado. Se houve participação da polícia, muito mais. Por isso é interessante que haja a cabal investigação, porque do contrário nós vamos entrar num clima de vale-tudo político, de uma selvageria política que não se recomenda", afirmou ele, que também é ministro do STF.

Mendes pediu a criação de um estatuto das CPIs. Seria necessário, segundo ele, porque não houve uma reformulação da legislação sobre o tema após a Constituição de 1988. "É chegada a hora de colhermos todo o aprendizado

tificável interesse" e por meio de prévia autorização judicial.

A Polícia Federal, o Ministério Público e as CPIs podem pedir à Justiça que autorize uma quebra de sigilo, desde que haja interesse justificável para apuração de um crime.

O advogado de Francenildo, Wlécio Chaveiro Nascimento, protocolou ontem uma queixa-crime no Ministério Público Federal contra a Caixa Econômica pela violação do sigilo.

A PF anunciou ontem que vai abrir uma investigação formal para apurar a quebra do sigilo.

A Caixa, por sua vez, informou que instaurou procedimento interno para investigar se houve envolvimento de funcionários do banco no vazamento, que aconteceu na quinta-feira. Naquele dia, Francenildo teve o depoimento à CPI dos Bingos suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal. Ele havia confirmado que o ministro Antonio Palocci freqüentava a chamada "casa do lobby", em Brasília, à qual o ministro nega ter ido.

que temos em termos de jurisprudência e de prática para fazermos uma nova lei das CPIs."

O ministro não entrou em detalhes sobre o que defende. Fez referências veladas a episódios recentes envolvendo as CPIs dos Correios e dos Bingos. A primeira, na semana passada, teve um depoimento "mudo" do publicitário da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva Duda Mendonça, invocando o direito de permanecer em silêncio, garantido pelo STF. A segunda teve o depoimento do caseiro suspenso pelo STF por fugir do "fato determinado".

Embora reconheça o direito ao silêncio, Mendes admitiu que pode haver abuso em alguns casos.

As CPIs, por outro lado, precisam "assimilar as limitações do processo judicial", segundo o magistrado. Ele também defendeu mudança nos processos de abertura de sigilos de investigados — que deveriam ser mais bem fundamentados — e o fim das quebras "em massa" de sigilo.

Pediu ainda uma discussão da "questão sobre os fatos determinados, os limites [de uma CPI]", sem citar a CPI dos Bingos. (FABIO ZANINI E SILVANA DE FREITAS)

Formulário com dados é de uso interno; banco anuncia investigação sobre o caso

Sigilo bancário de caseiro foi violado pela própria CEF

MARTA SALOMON KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que testemunhou contra o ministro Antônio Palocci Filho (Fazenda), partiu da própria Caixa Econômica Federal. O formulário de extração de dados da movimentação bancária de Francenildo é exclusivo do sistema interno da estatal, ao qual nem clientes têm acesso.

Segundo a Folha apurou, a ordem para a violação do sigilo foi dada por um funcionário com cargo de chefia da Caixa, instituição subordinada ao Ministério da Fazenda.

Questionada ontem, a estatal não descartou que as informações tenham vazado de dentro da instituição. "Somente a auditoria vai poder constatar a procedência do documento", afirmou Gabriel Nogueira, assessor de imprensa.

Ontem, a Caixa abriu investigação interna para apurar a violação de sigilo do cliente e "eventuais responsabilidades pela divulgação de informações".

A comissão ainda não tem prazo para terminar o trabalho, mas, segundo a assessora, funcionará subordinada diretamente ao Conselho de Administração, presidido pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy, e não ao presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Testemunha

Francenildo dos Santos Costa, 24, foi caseiro da casa alugada por

ex-assessores de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) durante oito meses, até o início de 2004. Nesse período, ele afirma ter presenciado visitas do ministro à casa. A CPI dos Bingos investiga a participação de Palocci em um esquema de lobby coordenado pelas ex-assessoras.

De acordo com o caseiro, havia dinheiro em espécie na casa, onde também se realizavam festas com garotas de programa e partidas de tênis. Ele disse ainda, em depoimento à CPI dos Bingos, que Palocci era chamado pelos ex-auxiliares de "chefe". O ministro da Fazenda nega que tenha frequentado o local.

Francenildo Costa teve seu depoimento à CPI interrompido na quarta-feira da semana passada por uma liminar do Supremo Tribunal Federal concedida a pedido do senador Tião Viana (PT-AC), depois de uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dois dias depois, dados bancários do caseiro foram divulgados pela imprensa, em meio a comentários reservados de membros do governo de que o depoimento de-

le teria sido pago pela oposição. Na noite de sexta-feira, a Caixa Econômica Federal informou que, constatado o vazamento ilegal de informações, mandaria investigar o caso, o que aconteceu ontem. A instauração de "procedimento de investigação" foi comunicada por meio de nota de apenas cinco linhas.

A Caixa não informou ontem qual o prazo da investigação porque esse seria um episódio inédito na instituição. A alternativa para o vazamento ilegal do sigilo bancário seria o ataque de hackers ao sistema. No Palácio do Planalto, a hipótese de fragilidade do sistema não é levada a sério.

A suspeita de que a Polícia Federal pudesse ter invadido a conta do caseiro gerou mal-estar entre membros da cúpula do governo. A hipótese foi levantada por conta de uma coincidência: o extrato bancário do caseiro tornado público na sexta-feira foi impresso na noite da véspera, justamente quando Francenildo estava nas dependências da Polícia Federal.

Ao se inscrever no programa de proteção a testemunhas da Polícia Federal, o caseiro entregou seus

documentos, inclusive o cartão da conta poupança na qual recebera cerca de R\$ 25 mil. O autor dos depósitos é um empresário de ônibus de Teresina (PI), suposto pai biológico do caseiro. O empresário, em entrevista a uma emissora de TV do Piauí, reconheceu ter feito os depósitos, mas não a paternidade.

Segundo a PF, a apresentação do cartão bancário e dos demais documentos faz parte de um procedimento de rotina de testemunhas que pedem proteção ao governo.

Polícia Federal

No início da noite de ontem, o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) reuniu-se com o presidente Lula e outros ministros para discutir a divulgação dos dados bancários do caseiro. Ficou decidido que a Polícia Federal abre hoje inquérito para investigar a violação do sigilo.

A abertura de um inquérito sobre o vazamento dos dados foi pedida ontem ao Ministério Público Federal pelo advogado Wlício Chaveiro Nascimento, que representa o caseiro.

O delegado da Polícia Federal Wilson Damázio disse ontem que soube pelo próprio caseiro da existência de depósitos expressivos na conta bancária dele.

Damázio refuta qualquer envolvimento da PF na violação ilegal do sigilo do caseiro. "A PF vai investigar o caso e vai a fundo", afirmou o delegado.

Colaboração: RUIRES VALENTE e ANDRÉA MICHEL, da Sucursal de Brasília

O QUE PESA PARA ELE

FICAR

1 INACIÃO DE LULA

Se for demitido, pode ficar subentendida sua culpa no cenário devido às denúncias.

2 MUNICÍPIO PARA OPOSIÇÃO

Com sua saída, oposição tem mais fôlego para se utilizar das acusações eleitoralmente contra Lula.

3 ECONOMIA

Há quem diga que, ao contrário, sua saída pode ter consequências negativas no mercado financeiro.

4 FUGA PRIVILEGIADA

Se sair, Palocci perde o fôlego privilegiado e, se julgado pelos supostos crimes, será na Justiça comum e não no STF.

5 REFLEXÃO DE LULA

Lula se vale de Palocci e da política econômica como parte importante da estratégia para sua reeleição.

Dirceu defende Palocci; Planalto guarda silêncio

DA REPORTEAGEM LOCAL DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Conhecido por suas divergências com o ministro Antônio Palocci (Fazenda), o deputado cassado José Dirceu (PT-SP) defendeu ontem a permanência do ministro no governo. "Não há razão para ele sair, a não ser que queira", declarou. "Quem decide é o presidente e, como cidadão, apoio a decisão do presidente Lula."

No Planalto, a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao final do dia de ontem era manter o ministro, apesar de avaliar que a violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa fragiliza o governo pela suspeita de que tenha sido usada para desmoralizar um testemunho contrário a Palocci.

Após o episódio do caseiro, Lula

sem volta. Acredita que, a essa altura dos acontecimentos, entregar a cabeça de Palocci significará colocar a sua própria cabeça como bola da vez. A estratégia do Planalto será tentar dar caráter de empate eleitoral ao caso.

A amigos, Palocci deu sinais de que sentiu o golpe. Em desabafo, disse que estava muito difícil driblar a atual crise. Ele passou o dia no Planalto, evitando ir à Fazenda para não esconter a imprensa.

As afirmações de Dirceu foram feitas na comemoração de seus 60 anos. O evento ocorreu numa casa noturna da zona sul de São Paulo e reuniu cerca de 350 pessoas, entre elas a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deputados federais como João Caldas (PT-AI) e deputado estadual ICHICO DE

O QUE PESA PARA ELE

S A I R

1 SIGILO BANCÁRIO

Oposição acha que o governo é responsável por quebra do sigilo do caseiro Francenildo, que fez denúncias contra Palocci.

2 "CASA DO LOBBY"

Tres fôlegos testemunhas implicaram Palocci, que teria mentido à CPI sobre a "casa do lobby".

3 MENSAGEM A LULA

Excusado por supostamente ter recebido mensagem quando prefeito de Ribeirão Preto, entre outros possíveis crimes.

4 PIB FICOU

Não conta com apoio legislativo à política econômica dentro do governo e do PT: PIB cresceu 2,3%, ante previsão de 3,5%.

5 REFLEXÃO DE LULA

Palocci é um custo político muito alto para o governo Lula, o que deve afetar a campanha à reeleição.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/PALOCCI EM APUROS

Comissão de senadores esteve ontem na CEF apurando vazamento de dados bancários

Para CPI, violação partiu da presidência da Caixa

MARTA SALOMON
ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um integrante da CPI dos Bingos recebeu a informação de que a ordem para violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa partiu do gabinete da Presidência da Caixa Econômica Federal. Os dados, extraídos do sistema do banco com a senha de um gerente, teriam sido encaminhados por fax a um assessor especial do ministro Antônio Palocci Filho (Fazenda).

A Caixa não quis comentar essa informação, mas admitiu a membros de uma subcomissão da CPI que a cópia dos extratos do caseiro, em poder dos senadores, só pode ter saído de dentro da própria Caixa, conforme a ficha antecipou na edição de ontem.

Por meio de sua assessoria, a CEF informou que não se manifestaria sobre hipóteses e reiterou que a quebra do sigilo bancário está sob investigação de um grupo de auditoria, com prazo de 15 dias para terminar o trabalho e apontar os "eventuais" responsáveis pelo crime. O presidente da CEF, Jorge Mattoso, recusou um

pedido de entrevista. Dois pedidos de convocação de Mattoso foram apresentados ontem na CPI.

A Folha ouviu também relatos de dois funcionários da Caixa com teor idêntico à informação obtida por membro da CPI dos Bingos. Segundo os funcionários, a ordem para acessar a conta do caseiro foi encaminhada a Superintendência Nacional de Rede.

Nesse departamento, a cópia do extrato teria sido feita por uma gerente. De acordo com os funcionários, ela não sabia que a operação estava sendo feita para quebrar o sigilo do caseiro. Acreditava ser algo rotineiro e encaminhou o documento para a chefia de gabinete de Mattoso.

Dalí, o extrato teria sido encaminhado ao assessor de Palocci. Senadores da oposição e membros da CPI dos Bingos levantavam suspeitas de que esse assessor seria Marcelo Netto. Ontem, o Ministério da Fazenda não se manifestou sobre o assunto.

Durante o encontro com a subcomissão da CPI, o presidente da Caixa admitiu que o extrato bancário do caseiro foi obtido por um funcionário com cargo de gerência na instituição, segundo relato

do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). "Os próprios dirigentes da Caixa informam que esse tipo de extrato, se for verdadeiro, só pode ter sido fornecido nesse nível [gerencial]", disse o senador. "Temos de ver a autenticidade do documento. Se for verdadeiro, leva a crer que foi obtido por um gerente", confirmou o senador Flávio Arns (PT-PR), outro integrante da subcomissão que visitou ontem a Caixa.

Os senadores dispunham de uma cópia do extrato de Francenildo a que a revista "Época" teve acesso na semana passada. O extrato, no formato do sistema interno da Caixa, foi impresso na noite de quinta-feira, mas não há indicação da senha do funcionário que acessou os dados da movimentação bancária do caseiro.

Rastreamento

Segundo relato de Álvaro Dias, os dirigentes da Caixa manifestaram dificuldades para rastrear o nome do funcionário que teria obtido os dados do caseiro. Além de Mattoso, a vice-presidente de tecnologia, Clarice Copetti, teria falado das dificuldades de rastreamento.

"Não é uma operação simples. Seria simples se tivessem mexido na conta [feito movimentações]", teria dito Clarice, segundo notas feitas durante o encontro pela assessoria do Senado. Mattoso disse que "o sistema é gigantesco", com 110 mil máquinas na rede e 70 mil funcionários com acesso às contas, além de centenas de sistemas corporativos e empresariais "que não falam entre si".

Segundo informações obtidas pela CPI dos Bingos, as supostas dificuldades de rastreamento do responsável pela violação do sigilo bancário não são reais. O sistema da Caixa guardaria rastros, uma "trilha de auditoria" de todos os acessos ao sistema, com identificação da matrícula do funcionário, horário e terminal de acesso aos dados.

Para chegar ao responsável pela violação bastaria rastrear os terminais ligados ao sistema específico da Caixa às 20h58 da última quinta-feira, horário da impressão do extrato. Os rastros poderiam ser perseguidos pela área de tecnologia da Caixa, comandada por Clarice Copetti, mulher do assessor especial da Presidência da República César Alvarez.

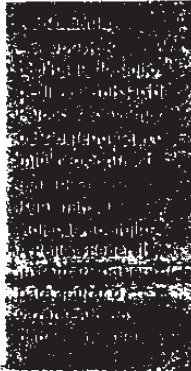
O CASEIRO E A VIOLAÇÃO DO SIGILO

O DEPÓSITO

■ **Francenildo dos Santos Costa** recebeu R\$ 25 mil do empresário Euripedes Soares, que seria seu pai biológico. A informação foi divulgada pela revista "Época" um dia depois de Francenildo ter seu depoimento à CPI dos Bingos, onde fazia acusações contra o ministro Antonio Palocci, suspenso por determinação do STF

A CAIXA

■ Francenildo entrou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, onde foram feitos os depósitos, por vazamento de dados sigilosos. O presidente da Caixa disse ontem que apanas falará sobre o vazamento após 15 dias de investigação interna



PERGUNTAS SEM RESPOSTA

- 1 Palocci esteve na casa do lobby, como dizem testemunhas?
- 2 Se sim, o que o ministro, que teria mentido à CPI, fazia lá?
- 3 Quais os interesses do caseiro em tornar pública a rotina da casa do lobby?

- 4 Quem entregou o extrato da conta do Fr Francenildo Caixa?
- 5 Por que e com qual finalidade foram liberados os dados bancários do depoimento sobre a PF e o acesso a dados sigilosos?
- 6 Se o empresário não depositou R\$ 25 mil na conta do caseiro não é seu pai, por que ele fez depósito de tal soma?

COMO DEVERIA OCORRER A QUEBRA DE SIGILO

QUEBRA DE SIGILO

A quebra de sigilo pode ser decretada pela Justiça para investigações. As CPIs têm poderes próprios de autoridades judiciais e podem quebrar sigilos

MOTIVAÇÃO

É necessário que os pedidos tenham motivação relevante. Caso contrário, podem ser contestados na Justiça, como fez Paulo Okamoto, que conseguiu liminar do STF contra a quebra de seus sigilos

DADOS SOLICITADOS

Considerando que o pedido não seja questionado, cabe aos órgãos competentes providenciar os dados: o Banco Central, no caso de sigilo bancário; a Receita, no caso fiscal; e a Anatel, no caso telefônico



PF vai investigar violação de sigilo

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar as circunstâncias e os responsáveis pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. A pedido do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), a investigação também irá abranger a origem de depósitos de cerca de R\$ 25 mil na conta dele na Caixa Econômica Federal.

Anteontem, o Coaf enviou relatório à PF no qual identifica como movimentação atípica os créditos feitos na conta de Francenildo desde janeiro deste ano. O salário do caseiro é de R\$ 700 mensais. Há depósitos de R\$ 9.990 e R\$ 10 mil em sua conta.

Segundo Francenildo, o dinheiro foi depositado por seu pai biológico, o empresário Euripedes Soares da Silva, que tem uma empresa de ônibus em Teresina (PI). Silva confirma ter feito os depósitos, mas nega a paternidade.

A Folha apurou que o presidente do inquérito, delegado Rodrigo Carneiro Gomes, pedirá à Justiça hoje a quebra do sigilo da conta de Francenildo, pois só pode iniciar a investigação com dados oficiais.

“Como demorando? Você está no Brasil”, diz delegado da PF

JARREJA, AC

“Como demorando? Você está no Brasil, pelo amor de Deus.” Foi essa a resposta do delegado da Polícia Federal, Wilson Damázio, aos repórteres presentes em entrevista coletiva anteontem em Brasília sobre a demora da instituição em apurar a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que contradisse o mi-

nistro Antonio Palocci e afirmou tê-lo visto na “casa do lobby”. Damázio foi o responsável por falar em nome da PF sobre a violação.

O delegado Damázio deu essa declaração diante da insistência dos repórteres em saber por que a PF, já sabendo da violação do sigilo bancário desde a última sexta-feira, ainda não havia tomado nenhuma providência sobre o caso, ainda mais porque o crime aconteceu quando Francenildo estava dentro da PF, em depoimento ao órgão. Damázio, durante a entrevista, enfatizou que a PF iria investigar o caso a fundo.

Já circulam em Brasília os extratos bancários dele. A PF também pedirá judicialmente que a Caixa informe quem acessou os dados sigilosos de seu correntista, que se tornou famoso ao revelar que o ministro Antonio Palocci frequentava uma casa no Lago Sul conhecida como “casa do lobby”.

A casa foi alugada e era frequentada, ao longo de 2004, por ex-assessores de Palocci, como Vladi-

mir Poletto, Rogério Buratti e Ralf Barquete. O grupo ficou conhecido como “República de Ribeirão” e é investigado por suspeita de ter intermediado negócios com o governo, com cobrança de propina.

É provável que a PF ouça nesta semana funcionários da Caixa e que também solicite à Justiça autorização para busca e apreensão de documentos no banco a fim de elucidar as responsabilidades so-

bre a violação do sigilo.

Em entrevista, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, admitiu que, pelo fornecimento de cópias de extrato da conta de Francenildo e pelos dados que os papéis que circulam em Brasília contêm, os documentos realmente saíram do sistema do banco, conforme a Folha revelou ontem.

Ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, enviou ofício ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, no qual informa ter determinado a abertura de inquérito para apurar “suposta ilegalidade” na obtenção dos dados bancários do caseiro e pede que o Ministério Público Federal acompanhe as investigações conduzidas pela PF.

Dirigindo-se ao procurador-geral, Bastos diz no ofício: “Agradeço a Vossa Excelência a indicação, com a urgência que o caso requer, de um procurador para acompanhar” a investigação.

Na segunda-feira, Bastos disse que o caso é “grave” e que a PF irá apurá-lo com rigor. O Ministério Público do Distrito Federal abriu procedimento investigatório criminal para apurar a violação do sigilo. A medida atende à representação do advogado do caseiro.

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO: A CASA DO LAGO SUL

Oposição culpa Palocci por violação de sigilo e recorre ao MP

PF pede ao procurador-geral que investigue ministro e presidente da Caixa por ação ilegal contra caseiro

João Domingos

O PFL requereu ontem à Procuradoria-Geral da República que investigue a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo. Por intermédio de seu presidente o senador Jorge Bornhausen (SC), o partido responsabiliza pela ação ilegal o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

O presidente interino do PSDB Alberto Goldman (SP) também recorreu à Procuradoria. Pediu, porém, que seja investigada apenas a suspeita que recai sobre agentes ou delegados da Polícia Federal e funcionários da Caixa e da Fazenda.

Há uma semana, em entrevista ao Estado, o caseiro desmentiu Palocci, informando que o ministro também frequentava a mansão no Lago Sul - bairro nobre de Brasília -, onde os integrantes da chamada república de Ribeirão faziam reuniões e repartiam dinheiro.

Na quinta-feira passada, o caseiro foi levado à CPI dos Bin-

Partidos tentam convocar Mattoso

Dois requerimentos encaminhados ontem à CPI dos Bingos - do PFL e do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) - pedem a convocação do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para prestar informa-

ções sobre a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a presença de Mattoso se faz necessária diante do "espanto" causado à Nação pela abertura dos dados bancários. ● ROSA COSTA

gos, onde confirmou o que declarara. Seu depoimento, porém, foi suspenso por ordem judicial obtida pelo senador Tião Viana (PT-AC).

Em seguida, a revista *Epoca* publicou dados da conta de Nildo na Caixa. Governistas disseram que altos depósitos na conta do caseiro indicavam que seu depoimento contra Palocci poderia ter sido "comprado".

Ontem, o senador Bornhausen afirmou que a divulgação dos dados sigilosos, a partir de extrato da Caixa, foi ilícita, por desrespeitar as garantias constitucionais da inviolabilidade à intimidade e do sigilo de dados.

Segundo ele, há necessidade de apuração civil, penal e político-administrativa da responsabilidade pela divulgação e propagação das informações.

COAÇÃO

"O fato de a divulgação dos dados ter ocorrido exatamente no mesmo dia do interrogatório de Francenildo Santos Costa constitui indício de que a quebra de sigilo bancário foi realizada, em tese, com o intuito de coagir o depoente ou ainda constrangê-lo, com a finalidade de tornar sem efeito suas afirmações envolvendo o Ministro da Fazenda", afirmou Bor-

nhausen, na representação apresentada à Procuradoria-Geral da República.

O senador chamou atenção para o elo entre a abertura dos dados de Nildo e a investigação em curso na CPI dos Bingos envolvendo Palocci. Ele ressaltou ainda que, levados em conta os indícios de que a divulgação dos depósitos foi feita por meio da Caixa, não há como se iniciar nenhuma investigação sem antes apurar de quem partiu a "autorização ilícita" para tirar os extratos.

De acordo com Bornhausen, foi nítido o intuito da divulgação dos dados bancários para desacreditar o depoimento contrário ao ministro da Fazenda. O senador lembrou, para reforçar a sua tese, que a CPI dos Bingos está examinando várias condutas ilícitas de Palocci.

"Estando a instituição financeira possuidora dos dados sigilosos devassados sob a hierarquia do próprio ministro da Fazenda, não resta dúvidas da necessidade de investigação perante o Supremo Tribunal Federal (STF)", sustenta o PFL na representação. ●

DE TESTEMUNHA A VÍTIMA

Dados violados

Revelações

● O caseiro Francenildo Santos Costa disse, em entrevista ao Estado publicada dia 14, que o ministro Antonio Palocci frequentava sua mansão no Lago Sul, em Brasília, a central de negócios da chamada república de Ribeirão.

Reações

● A oposição, presidentes do STF, do TSE e da OAB condenaram a violação. "Houve um crime, uma injeção numa atitude fascista de covardia", disse o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Para a OAB, tentaram desqualificar o caseiro

Extratos

● Na quinta-feira, enquanto estava no prédio da Polícia Federal, Nildo teve seu sigilo bancário quebrado ilegalmente. Foi divulgado um extrato de sua conta na Caixa Econômica Federal entre às 20h 58. Ele ficou até às 21 horas na PF.

Congresso

● O senador petista Tião Viana, o mesmo que recorreu ao STF para impedir o depoimento de Nildo na CPI dos Bingos, pediu anteontem a quebra do sigilo bancário do caseiro. Nildo avisou que suas contas estão à disposição

Dinheiro

● O extrato mostra que o empresário Eurípedes Soares fez depósitos na conta de Nildo. O caseiro diz que ele é seu pai. Soares confirma ter depositado R\$ 25 mil para evitar uma ação na Justiça para reconhecimento da paternidade.

Investigações

● A PF abriu inquérito para investigar a violação. O Ministério da Justiça pediu que um procurador acompanhe o caso. PSDB e PFL também decidiram pedir ao MP que apure as responsabilidades. Na Caixa, foi aberta sindicância

Depois que desmentiu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o caseiro Francenildo Santos Costa teve seu sigilo bancário quebrado. Foi divulgado extrato de conta que ele mantém na Caixa

Caixa admite que devassa pode ter sido ação interna

Dirigentes eliminaram possibilidade de acesso ter ocorrido via internet, mas pediram 15 dias para concluir sindicância

Vânia Cristino
BRASÍLIA

O comando da Caixa Econômica Federal (CEF) admitiu ontem, diante de três senadores integrantes da CPI dos Bingos, que o extrato da conta do caseiro Francenildo Santos Costa divulgado pela revista *Epoca* pode ter saído de dentro do próprio banco, num gesto praticado por algum funcionário de nível de gerência. Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR), Flávio Arns (PT-PR) e Wellington Salgado (PMDB-MG) estiveram no edifício-sede da Caixa, onde foram recebidos por seu presidente, Jorge Mattoso, e outros dirigentes.

Conte a Dias fazer um relato do encontro. Contou que ele próprio levou para a reunião uma cópia do extrato bancário do caseiro. Ao analisar o documento, os dirigentes da Caixa elimina-

ram a possibilidade de o documento ter sido retirado em alguma máquina de auto-atendimento ou pelo serviço de internet banking. "Eles alegaram que precisam ter acesso ao original do extrato para poder dar início a investigação", disse Dias. "Mas ficou claro, pelo simples exame da cópia, que ela não foi obtida através do auto-atendimento ou via internet. O extrato foi fornecido através de uma gerência."

Mattoso pediu a colaboração da CPI para ter acesso ao documento original. "Ele disse que solicitou à revista o envio do extrato e nós da CPI vamos ajudar a Caixa", afirmou Dias. De acordo com o senador, hoje mesmo será levada a votação na comissão parlamentar de inquérito um requerimento pedindo o extrato original, que seria remetido de imediato à CEF. Apesar de a diretoria da Caixa

ter insistido na necessidade do documento original, Dias lembrou ser possível que se consiga apenas uma cópia bem legível: "Parece que o extrato foi remetido por fax para a revista."

Durante a reunião com os senadores, Mattoso informou que a comissão instaurada internamente para apurar o episódio terá 15 dias para concluir seu trabalho. O prazo foi considerado longo demais pelos parlamentares - já que a violação da conta se deu apenas dois dias depois de o caseiro, em entrevista ao *Estado*, desmentir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao afirmar tê-lo visto "10 ou 20 vezes" na mansão alugada em Brasília por integrantes da chamada República de Ribeirão Preto.

Ao ser informado do prazo pedido pela CEF, o presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), chegou a rir de des-

crédito. Dias, por sua vez, lembrou que o responsável pela violação foi muito ágil em propagar a informação, mas disse que a Caixa alegou a necessidade de cumprir todo um rito de natureza jurídica. "Há lentidão no procedimento", disse o tucano, para quem o banco já poderia ter enviado alguém à revista para pedir o documento.

Depois da visita dos senadores à sede da Caixa, uma onda de especulações sobre o nome do responsável pela violação tomou conta do Congresso. Dois ocupantes de cargos de confiança na CEF chegaram a ser divulgados aos parlamentares e o próprio banco teve de contestar os boatos apresentando explicações.

O primeiro nome apontado como envolvido na irregularidade foi o do chefe de gabinete da presidência da Caixa, Luiz Felipe Torelli. De acordo com o banco, ele que não trabalhou no dia da violação nem no dia seguinte porque se submeteu a uma cirurgia nos rins. O segundo nome foi o da vice-presidente de Tecnologia, Clarice Copetti, que também estava fora da instituição participando, segundo a CEF, de uma reunião do Tesouro Federal. ●

PF vai intimar assessores do ministro

Avaliação é de que Caixa sabe quem violou sigilo, mas o está protegendo

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

A Polícia Federal atribuiu à Caixa Econômica Federal a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa e acredita que a direção da instituição já sabe o nome do responsável pelo crime - que tem senha com nível de gerente - e desconfia que o culpado esteja sendo protegido.

A Caixa é subordinada ao Ministério da Fazenda, cujo titular é Antonio Palocci, alvo das revelações do caseiro. A PF tem convicção de que a direção da instituição já sabe o nome do servidor que violou o extrato de Nildo e a mando de quem, mas estaria protegendo o responsável. A Caixa abriu sindicância para investigar as responsabilidades e repele todas essas insinuações.

INTIMAÇÕES

Por determinação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Polícia Federal abriu ontem inquérito para apurar o

caso e deve fazer ainda hoje as primeiras intimações, incluindo assessores da Caixa e de Palocci citados como envolvidos ou conhecedores do episódio.

A Polícia Federal pretende pedir à Justiça autorização para realizar buscas e apreensões na Caixa. Um dos objetivos é apreender o computador usado pelo servidor do banco e submetê-lo a perícia.

Nildo foi quem revelou, em entrevista ao *Estado*, a presença constante de Palocci na mansão do Lago Sul, alugada por lobistas da chamada república de Ribeirão Preto, em que trabalhava como caseiro.

Palocci nega que tenha colocado os pés na mansão - onde eram realizadas reuniões de lobby e festas com garotas de programa.

No momento em que prestava esclarecimentos sobre o caso à PF, na noite de quinta-feira, um funcionário da Caixa, com senha de gerente, acessou o sistema e retirou o extrato da poupança de Nildo, na

Polícia checará origem de depósito na conta de Nildo

...A Polícia Federal vai investigar a origem dos depósitos, num total próximo de R\$ 30 mil, feitos na conta do caseiro Francenildo Santos Costa entre janeiro e março deste ano. O pedido de investigação dos depósitos foi feito ontem pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O objetivo alegado é confirmar se o dinheiro tem origem legal e se os depósitos de fato teriam sido feitos pelo pai biológico do caseiro. ● V.M.

qual apareciam depósitos feitos para um caseiro.

Os dados da conta, cujo sigilo foi violado sem autorização judicial, apareceram publicados na revista *Epoca* de fim de semana. Por não se tratar de crime de divulgação, mas o quebra do sigilo e o vazamento da revista e os jornalistas que assi-

nam a reportagem não serão investigados.

O inquérito será comandado pelo delegado Rodrigo Carneiro Gomes, da Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR). Um dos auxiliares mais próximos do diretor-geral da PF, Paulo Eduardo Gomes teve passagem pela corregedoria, órgão que fez uma faxina nos quadros da corporação nos últimos anos.

Como em outras ocasiões, Gomes vai investigar também se houve a participação de parlamentares federais no episódio.

TRANSPARÊNCIA

Também ontem, o ministro da Justiça pediu ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros, a designação de um integrante do Ministério Público para acompanhar todos os passos da apuração. O objetivo, segundo informou a assessoria de Thomaz Bastos, é dar transparência, agilidade e isenção às investigações do caso. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula, sempre renovando sua forma de não governar e surpreender o cidadão trabalhador, aquele que é otimista, tolerante e ainda tem esperança em seu governo, lançou uma nova moda.

Tomara que não pegue. É um absurdo, um desrespeito à paciência e ao bolso de qualquer cidadão. O Presidente não se cansa de viajar e subir em palanques fora de hora, fazendo campanha de seu desgoverno. Em dois dias esteve em 6 estados e inaugurou 8 obras inexistentes. Nossa, como o nosso Presidente é bonzinho, prestigia eventos populares, onde aproveita a oportunidade para se auto-elogiar! Quantas virtudes!

O Presidente não inaugura rigorosamente nada, inaugura, sim, uma nova forma de iludir: a inauguração de idéias. Leva a claque, faz a festa, grita um pouco, principalmente quando fala das “elites”, claro; e pron-

to, é só. Será que estão fazendo as filmagens para a campanha?

O Presidente deveria tentar encaixar em sua agenda um dia para o início de seu Governo, ou, poderia ser melhor, um feriado nacional para todos rezarem pela sua reeleição. Ora Presidente, respeite nossa inteligência!

Sr. Presidente, é neste contexto que solicito que a matéria intitulada “Lula diz que ‘o povo sofre’ e ataca Congresso por não votar orçamento”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de março do corrente, seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Arthur Virgílio 343/37

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIÁRIO Nº 10 22 mar. 06	PÁGINA Nº 10 Nacional	CLASSIFICAÇÃO A	Nº 343/37
--	-----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-----------

Lula diz que ‘o povo sofre’ e ataca Congresso por não votar orçamento

Presidente ainda exalta a sua “baianidade” e reclama do preconceito contra nordestinos, negros e pobres

Leonardo Nogueira
Angela Lacerda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem a oposição e o Congresso pelo fato de o Orçamento-Geral da União deste ano ainda não ter sido votado. Lula aproveitou para dizer que outras propostas de interesse “da classe pobre” também estão paradas.

Inicialmente, o presidente culpou o Congresso. “No Brasil, enquanto o povo sofre – e vocês estão vendo isso agora –, nós não conseguimos aprovar o Orçamento da União. O Congresso Nacional ainda não aprovou o Orçamento. Nós estamos trabalhando para que os deputados e senadores votem”, afirmou.

Em seguida, foi a vez de a oposição ser responsabilizada. “Porque a maior desgraça do ser humano é a inveja”, afirmou. “Com 30 e poucos meses de governo, eles (seus opositores) querem que a gente já tenha feito o que eles não fizeram em 500 anos. E o povo não tem nada a ver com nossas divergências partidárias e ideológicas. O povo não pode sofrer pela irresponsabilidade ou perseguição de um político.”

As declarações foram feitas em *Lauro de Freitas*, na Bahia, onde cerca de 2 mil pessoas participaram da solenidade de entrega de 289 casas populares do Conjunto Vila do Portão. Entre elas, havia uma claque petista que reclamava a candidatura de Lula à reeleição, aos gritos de: “Um, dois, três, Lula outra vez.”

Na solenidade, o presidente exaltou a “baianidade”, reclamou do preconceito contra nordestinos, negros e pobres e disse que a crise política não pode afetar as camadas mais pobres. “O povo não tem nada a ver com isso, não pode sofrer com a irresponsabilidade ou a perseguição de um político.”

“LUTADOR”
Em *Salvador*, mais tarde, Lula reconheceu que este não é um dos melhores momentos para o governo. Mais uma vez, a platéia era composta majoritariamente por petistas, que foram ao canteiro de obras do metrô de Salvador, que Lula visitou. “Hoje, não estou bem, a situação está mal. Mas eu acredito em Deus, sou brasileiro e lutador”, afirmou.

Mesmo assim, ele insistiu em que seu governo fez mais pelo social do que governos dos últimos 100 anos. “Podem fazer as políticas que quiserem. No campo da política, sou democrático. Mas não me peçam destratar o pobre como cidadão”, afirmou.

Tendo a seu lado o governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), a quem elogiou, Lula disse que há muitos políticos que vivem falando mal dos outros. Nesse momento, parte da platéia apontou para o governador.

O presidente disse, então, que Souto é um exemplo de político civilizado e, como em outras áreas, é preciso conviver com pessoas de idéias diferentes. “Imaginem se o torcedor do Vitória, quando encontra o do Bahia, começa a brigar, ou um evangélico quando encontra um católico.”

ALFNETADAS
Momentos antes, no entanto,

FRASES
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente
“Lamentavelmente, a maior desgraça do ser humano é a inveja. Eles (os opositores) não conseguiram fazer e não querem permitir que a gente faça”
“O povo não tem nada a ver com nossas divergências partidárias e ideológicas. O povo não pode sofrer pela irresponsabilidade ou perseguição de um político”

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Lista de Furnas é montagem”, de autoria do jornalista Rodrigo Lopes, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 19 de março do corrente.

O artigo destaca que a perícia feita pela polícia Federal afirma haver indícios de montagem, alterações ou implantes na última página do documento divulgado como sendo a lista de Furnas.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 19 de março de 2006 • 3

Análise do Instituto Nacional de Criminalística encontra indícios de alterações ou implantes no documento divulgado pelo lobista Nilton Monteiro que relaciona 156 políticos de 12 partidos como beneficiários de caixa 2

Lista de Furnas é montagem

RODRIGO LOPES
DO ESTADO DE MINAS

Perícia feita pela Polícia Federal afirma haver indícios de montagem, alterações ou implantes na última página do documento divulgado como sendo a lista de Furnas. Agora, a polícia ameaça

indiciar o lobista Nilton Monteiro — responsável pela lista — por fraude e estelionato. O suposto documento é um conjunto de cinco folhas de papel sem autenticação que aponta a existência de caixa 2. Ele relaciona 156 políticos de 12 partidos que teriam recebido dinheiro por meio da estatal federal de energia.

Por não ser possível à PF fazer uma perícia conclusiva sobre o papel, os investigadores buscarão informações que sustentem ou derrubem a listagem. A PF vai intimar oficialmente o lobista para que apresente o original da lista que foi divulgada. Em caso contrário, ele passará de colaborador a réu. “Ele

(Nilton Monteiro) afirmou em entrevista a uma rádio que tem o documento original. Se não aparecer o original, vamos indiciar todos que divulgaram o documento, principalmente Nilton, por obstrução de processo, estelionato e extorsão”, explica um delegado da PF.

A PF diz que algumas pessoas

propagaram a lista pela internet. Essas pessoas também serão indiciadas pelos mesmos crimes (estelionato e extorsão). A Polícia Federal informou também já ter um outro laudo que identifica todas as pessoas e sites de Minas Gerais e Bahia. O deputado mineiro Rogério Correia (PT) e o ex-deputado Agostinho Valente

são alguns dos suspeitos de terem divulgado o documento apontado em perícia como sendo fraude. A PF também já comprovou que a mulher à qual o lobista disse ter entregue os originais, identificada apenas pelo prenome, não existe, e que a lista foi montada por um grupo de funcionários de Furnas.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o publicitário Duda Mendonça, convocado pela segunda vez para depor na CPMI dos Correios, perdeu a oportunidade que teve para se defender e esclarecer informações dadas por ele em seu primeiro depoimento. No entanto, amparado por um **habeas corpus** concedido pelo STF, o publicitário se limitou a repetir à exaustão as palavras “não vou responder”, nas quase cinco horas de seu depoimento.

A estratégia parece não ter surtido efeito, uma vez que o Relator da CPMI, deputado Osmar Serraglio, anunciou que no relatório final vai pedir o indiciamento do publicitário ao Ministério Público por crime de evasão de divisas.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Duda se recusa a falar na CPI e deve ser indiciado

Só ao relator, ex-marqueteiro do PT repete pelo menos 20 vezes a frase 'Lamento, mas não vou responder'

Bernardo de la Peña

• BRASÍLIA. Decidido a não responder a qualquer pergunta de integrantes da CPI dos Correios, seguindo orientação de seus advogados, o publicitário Duda Mendonça transformou num bordão, durante as mais de cinco horas de seu depoimento, a frase: "Lamento, mas não vou responder". Só ao relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Duda repetiu pelo menos 20 vezes a declaração.

A estratégia — segundo Du-

da, adotada para proteger sua defesa na Justiça — pode não ter sido eficaz na CPI. Depois do depoimento, Serraglio anunciou que no relatório final vai pedir o indiciamento do publicitário ao Ministério Público por crime de evasão de divisas. Estuda pedir também o indiciamento por obstrução de investigações.

O segundo pedido de indiciamento, porém, dependerá de uma consulta ao departamento jurídico do Congresso para avaliar se Duda ultrapassou a proteção dada a ele pelo hábeas-

corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Além de não responder a nada que pudesse incriminá-lo, Duda se negou a responder a questões banais como o nome de parentes.

Duda lamentou ter ido espontaneamente à CPI em agosto do ano passado, quando confessou ter recebido R\$ 10,5 milhões numa conta no exterior do esquema de Marcos Valério. Disse ter falado a verdade e, ainda assim, na sua opinião, tornou-se alvo de uma campanha difamatória:

— Vou respeitar o compromisso com meus advogados. Isso para mim é uma tortura. Da outra vez, contrariei meus advogados e só me ferrei.

Uma das poucas perguntas a que Duda respondeu foi a do deputado Carlos William (PTC-MG), que perguntou se ele acreditava em Deus.

— Sim, deputado, eu acredito em Deus. ■

Silêncio do publicitário irrita parlamentares

Presidente da CPI teme que se abra um sério precedente

• BRASÍLIA A reunião da CPI dos Correios que ouviu Duda Mendonça foi dividida em duas partes: aberta com todos os parlamentares, e fechada, apenas com os que foram aos EUA em busca dos dados sobre as contas do publicitário. Na sessão aberta, o silêncio de Duda irritou os parlamentares. O presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que o comportamento dele pode abrir sério precedente:

— Podemos passar para as pessoas que quem tem o direito ao silêncio é quem pode contratar um bom advogado.

Duda deixou o Congresso com discurso de vítima:

— O Ronaldinho é um craque, mas perdeu um pênalti, é porra da nele. Se houve equívoco da

— O Ronaldinho é um craque, mas perdeu um pênalti, é porra da nele. Se houve equívoco da minha parte foi ter recebido sem ter pago o imposto. Mas já paguei R\$ 4,3 milhões.

Ele disse ter demitido mais de cem pessoas das suas empresas. E Duda pode ter mais problemas: o TCU deve julgar o voto do ministro Guilherme Palmeira que, com base em representação do senador José Jorge (PFL-PE), encontrou irregularidades no contrato da agência de Duda com a Petrobras. Segundo Palmeira, a renovação do contrato ultrapassou o limite permitido de 25% do valor total, previsto na lei de licitações. O valor inicial do contrato de Duda com a empresa seria de R\$ 63 milhões e já estaria em R\$

As mentiras de Duda

• Parlamentares da CPI dos Correios identificaram pelo menos três contradições entre o primeiro depoimento do publicitário Duda Mendonça, em agosto de 2005, e o que constatarem as investigações da CPI, da Polícia Federal, do Ministério Público e do governo federal. Em agosto, Duda confessou ter recebido R\$ 10,5 milhões na conta da Dusseldorf, empresa aberta nas Bahamas para receber o dinheiro do esquema do empresário Marcos Valério e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Duda disse que não tinha outras contas no exterior e que os depósitos foram feitos até agosto de 2003. Segundo integrantes da CPI, entretanto, Duda recebeu mais dinheiro na conta da Dusseldorf, inclusive depois de agosto de 2003. Há uma diferença de pelo menos US\$ 300 mil entre o que Duda declarou e o que a CPI apurou.

A terceira contradição ainda está sob investigação: a Polícia Federal e o Ministério Público apuraram a existência de outras contas do publicitário e de pessoas ligadas a ele no exterior.

► NO GLOBO ONLINE:

Opine: você acha que Duda agiu certo?

www.oglobo.com.br/pais

CRISE ÉTICA

Marqueteiro não responde a perguntas da comissão de inquérito e Osmar Serraglio estuda saída para puni-lo por obstruir as investigações

Duda entra mudo e sai calado da CPI

LETÍCIA SANDER E
LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Protegido por um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o publicitário Duda Mendonça frustrou as expectativas da CPI dos Correios ontem e não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe foram feitas, durante depoimento à comissão por quase seis horas. "Contrariei meus advogados e só me ferrei", disse o publicitário, ao fazer referência ao depoimento prestado sete meses atrás à CPI. Apesar de a decisão do STF só lhe permitir ficar calado quando poderia se auto-incriminar, Duda se recusou até mesmo a responder perguntas consideradas simples, como o nome de seus familiares. Ao fim do depoimento, o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou que ele mentiu na primeira vez que compareceu à CPI e que será pedido o indiciamento de Duda por evasão de dividas.

Durante a parte do depoimento que foi aberta à imprensa, Serraglio tentou quebrar o silêncio do publicitário provocando-o com acusações. Questionou a respeito da movimentação financeira de suas empresas, indicando que, de R\$ 56 milhões em 2003, a movimentação saltou para R\$ 352 milhões em 2004, em pleno ano eleitoral. Também citou o fato de a conta Dusseldorf, através da qual Duda recebeu pagamentos via caixa 2 do PT, ter movimentado US\$ 300 mil a mais do que os R\$ R\$ 10,5 milhões declarados por Duda. Mas o marqueteiro não avançou em nenhum tópico. "Vim aqui há sete meses, abri meu coração e falei a verdade. De lá para cá, tenho sido alvo de uma campanha difamatória. Falei, e me dei mal", limitou-se a dizer Duda, que só saiu do script uma única vez, para dizer que acredita em Deus.

Oportunidade

A atitude silenciosa foi considerada por muitos parlamentares como uma confissão de culpa, que agravará sua situação. Duda já foi indiciado pela

Polícia Federal. "Ele teve a oportunidade de prestar esclarecimentos, mas não o fez. Vamos entender como coisas comprovadas", disse Serraglio.

Na segunda parte da sessão, fechada à imprensa, Duda foi questionado a respeito dos dados bancários sigilosos que foram enviados ao Brasil pela Justiça dos EUA relativos à movimentação bancária da Dusseldorf. Mas, de novo, ele nada respondeu, preocupando os parlamentares. Dados sigilosos obtidos pela CPI indicam a migração de recursos de cerca de R\$ 3 milhões da conta Dusseldorf para outras seis contas.

O temor dos parlamentares com o fiasco da sessão de ontem é de que, daqui para frente, todos os depoentes beneficiados com habeas corpus repitam a estratégia do silêncio. A dúvida é se Duda pode ser enquadrado em algum tipo de tentativa de obstrução das investigações, já que se recusou a responder mesmo às perguntas mais óbvias. Serraglio afirmou que vai pedir um parecer à consultoria legislativa da casa sobre o tema.

Papéis revelam mais contas de Duda

Documentos enviados pelos EUA apontam a existência de seis novas contas secretas ligadas ao publicitário

Diego Escosteguy

BRASÍLIA

Documentos sigilosos enviados pelo governo americano às autoridades brasileiras na semana passada revelam a existência de mais seis contas secretas ligadas ao publicitário Duda Mendonça no exterior. Além disso, os investigadores americanos rastrearam outra empresa mantida pelo marqueteiro fora do País, a Stuttgart Company.

A explosiva papelada remetida pelo governo americano, à qual o Estado teve acesso, mostra uma complexa rede, ligada a Duda, de contas no exterior e operações com doleiros em paraísos fiscais, que vai muito além das transações com o vale-rioduto. "A conta da Dusseldorf no BankBoston é só a ponta do iceberg", explica um dos investigadores. As novas informações indicam que o fluxo de dinheiro de caixa 2 ligado ao publicitário pode ser muito maior.

Os dados complicam a vida de Duda, que tem depoimento marcado para amanhã na CPI dos Correios. Até agora, só se sabia da existência de uma empresa em seu nome - a Dusseldorf - e de quatro contas nos EUA - uma no nome da Dusseldorf, outra no nome dele e as últimas tendo como beneficiárias Zilmar Fernandes Silveira, sócia do publicitário, e Eduarda Martins Mendonça, filha do

marqueteiro. Todas abertas no BankBoston da Flórida.

Segundo a documentação, já foram rastreadas dez contas. Três das seis novas contas descobertas foram abertas no BankBoston da Flórida: uma em nome da Stuttgart Company, outra em nome de Rita de Cássia Santos Moraes, ex-mulher do publicitário, e a terceira tendo como beneficiário Eduardo de Matos Freixa, sócio do marqueteiro. As outras três pertencem à Dusseldorf, sendo uma delas no BAC Florida Bank. Não há informações sobre os bancos das outras duas.

Como confessou à CPI, Duda recebeu lá fora R\$ 10,5 milhões do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, dinheiro injetado por doleiros brasileiros na já conhecida conta da Dusseldorf no BankBoston de Miami. Ele jurava que essa era a única conta sua no exterior. O dinheiro não se foi para

dencial vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva.

ESQUEMA

Segundo a papelada, a conta da Dusseldorf registrada no BAC tem movimentação semelhante à do BankBoston. Recebeu uma série de depósitos eletrôni-

cos de contas-ônibus administradas por doleiros. Foi beneficiária de US\$ 1.169.689,25 provenientes de doleiros, por meio de três depósitos efetuados pe-

las contas Diamond Comercial, Gedex International e Deal Financial Corporation, também eram mantidas no BAC.

Segundo laudo sigiloso da Polícia Federal obtido pela reportagem, pelo menos a Deal Financial Corporation, com sede no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Neves, que também enviou dinheiro para a conta da Dusseldorf no BankBoston.

A conta de Rita Moraes no BankBoston, também fez intensas transações de lavagem de dinheiro. Num comunicado de agosto de 2005 endereçado às autoridades financeiras americanas, o BankBoston informou operações atípicas da ex-mulher de Duda com a conta-ônibus "Belém", operada pela doleira-portuguesa Maria Carolina Nolasco - que foi doleira de PC Farias e acabou presa nos EUA.

A mesma conta de Rita fez transferências entre 1998 e 2002 no valor de US\$ 198 mil para as contas Agata Holdings e Maximus, operadas por doleiros brasileiros no MTB Bank. As contas de Duda e de Zilmar

Duda quer ficar calado

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA – O marqueteiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Duda Mendonça, conseguiu ontem no Supremo Tribunal Federal liminar para depor amanhã, pela segunda vez, na CPI dos Correios, na qualidade de investigado e não de testemunha, a fim de ter o direito de permanecer calado e de não responder a perguntas que possam incriminá-lo. O ministro do Supremo Gilmar Mendes concedeu a liminar dando salvo-conduto ao publicitário. O pedido para que não corra o risco de prisão foi ajuizado logo cedo por seus advogados, no Supremo Tribunal Federal.

A CPI dos Correios marcou para amanhã o novo depoimento de Duda Mendonça, em face de novas informações relativas a contas que teria no exterior, além da conta “Dussel-

dorf”, aberta nas Bahamas pelo responsável pela publicidade e marketing do presidente Lula, na vitoriosa campanha eleitoral de 2002.

A defesa de Duda Mendonça, na petição ao Supremo, argumenta que ele já compareceu à CPI, em agosto do ano passado, espontaneamente, e “esclareceu sua relação com as campanhas políticas que realizou para o PT, principalmente em 2002”.

Sustentam ainda os advogados que, desde então, o empresário tem sido alvo de “intensa investigação” por parte da comissão e das autoridades judiciárias, tendo também prestado depoimento, em fevereiro, à Polícia Federal.

Assim, a defesa do marqueteiro Duda Mendonça argumenta que o cliente não pode mais ser considerado testemunha, mas sim investigado.

*'Não vou responder... Da primeira vez contrariei meus advogados e só me ferrei',
diz ex-publicitário de Lula a congressistas*

Amparado pelo STF, Duda silencia em CPI

MARTA SALOMON
FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

"Não vou responder." As palavras, anotadas pelo advogado Tales Castelo Branco num pedaço de papel, foram repetidas à exaustão pelo publicitário Duda Mendonça ontem nas cinco horas de depoimento à CPI dos Correios, o último antes do fim dos trabalhos.

Munido por um habeas corpus concedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que impedia a sua prisão caso não colaborasse com as investigações, Duda se recusou a responder até as perguntas mais simples, como o nome de sua mulher e dos filhos. O silêncio, além de frustrar expectativas da CPI, agravou a situação do ex-marqueteiro do presidente Lula, segundo o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR). "Demos a ele a oportunidade de esclarecer algumas coisas, e ele não o fez; vamos encaminhá-lo como sendo algo comprovado", disse o deputado.

Já indiciado pela Polícia Federal, Duda insistiu em que seguia a estratégia de seus advogados para não complicar sua defesa e mudou o comportamento adotado no primeiro depoimento à CPI: "Em agosto, compareci espontaneamente, abri meu coração e disse a verdade. O que ganhei? Fui vítima de uma campanha difamatória com fins políticos, cujo alvo não era eu", disse à saída do Congresso, repetindo o discurso com que começou seu depoimento: "Da primeira vez contrariei meus advogados e só me ferrei".

Na sua primeira ida à CPI, Duda disse ter recebido R\$ 15,5 milhões do caixa dois do PT como pagamento pelas campanhas de 2002 e serviços prestados em 2003. Desse total, R\$ 10,5 milhões foram depositados numa conta chamada

Dusseldorf, nas Bahamas.

"Evidentemente ele não falou a verdade no primeiro depoimento", disse Serraglio. A Dusseldorf teria movimentado cerca de US\$ 400 mil a mais do que o valor declarado por Duda. A PF e a Procur-

adoria investigam a existência de outras contas dele no exterior.

"Seria uma oportunidade ímpar para ele esclarecer as informações divergentes", lamentou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), preocupado com a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF. "Ainda bem que isso aconteceu no final dos trabalhos da CPI." Na liminar, Mendes disse que a autorização de se calar estava restrita a perguntas que pudessem incriminá-lo. "Com relação aos fatos que não impliquem auto-incriminação, persiste a obrigação de o depoente prestar informações."

Os ministros do STF (Supremo

Tribunal Federal) costumam conceder liminar autorizando pessoas que irão depor em CPI a ficar caladas, por causa de um princípio constitucional que as desobriga de fornecer informações que as incriminem.

Pela Constituição, um dos direitos fundamentais do cidadão é "o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado".

Os ministros entendem que a palavra "preso" vale para todas as pessoas que estão sob investigação policial, judicial, administrativa ou parlamentar. Para eles, há uma distinção entre testemunhas e acusados. Apenas os primeiros são obrigados a assinar um termo de compromisso de revelar a verdade. O fato é que o STF não tem controle sobre o que seria ou não uma confissão de crime.

Sessão fechada

Depois das primeiras três horas e meia de depoimento, a CPI realizou uma sessão fechada para questionar o marqueteiro com dados sigilosos sobre sua movimentação financeira no exterior. Essa parte foi restrita ao senador Delcídio e aos deputados Serraglio, Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Maurício Rands (PT-PE). "Tenho sido vítima de uma campanha difamatória de todos os níveis, tentando destruir uma imagem de 30 anos de trabalho... Gosto muito das coisas francas e abertas, mas meus advogados me convenceram a não falar. Eu falei uma vez e me dei mal", disse Duda.

Os parlamentares ficaram o tempo todo insistindo nas perguntas, para vencê-lo pelo cansaço. Duda suspirou várias vezes, fechou os olhos como se dormisse e consultou os advogados, mas continuou se recusando a falar.

Dizia estar incomodado, mas ria ao repetir que não iria responder.

"Como marqueteiro o sr. deve estar percebendo que a sua imagem está ruim. Tem aquela máxima do Chacrinha: 'quem não se comunica, se trumbica'", disse o relator. Duda afirmou que seu único "equivoco", já sanado, foi não ter pago os R\$ 4 milhões de imposto devido pelo dinheiro remetido ao exterior. "Como fico eu? Tem um comercial de um partido político [PFL] na TV que me coloca como corrupto. Já fui prejudgado e condenado", disse ele.

O deputado Carlos Willian (PTC-MG) foi o único a ter uma pergunta respondida. Questionado se acreditava em Deus, Duda disse que sim. "Tenho certeza que vou ser absolvido, no momento oportuno, pela justiça dos homens. Pela justiça de Deus, tenho certeza absoluta que Ele não me incriminou", disse o publicitário.

TCU investigará contrato entre Petrobras e Duda

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou ontem investigação no contrato da Petrobras com a empresa Duda Mendonça e Associates, para apurar indícios de descumprimento da Lei de Licitações em sucessivas renovações para aumentar os valores negociados.

Também irá apurar uso eleitoral de uma campanha publicitária da estatal em favor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o TCU, o contrato inicial, de dezembro de 2003, previa o pagamento de R\$ 63 milhões a Duda. O valor foi acrescido de R\$ 21,5 milhões no primeiro termo aditivo, e depois sofreu pelo menos outras seis alterações até dezembro de 2005, quando atingiu R\$ 213,9 milhões.

A investigação vai se estender a outras duas agências que têm contrato com a Petrobras. A Lei de Licitações estabelece que cada aditivo pode implicar um aumento de no máximo 25%.

A Petrobras disse que já foi autorizada a realização de licitação para contratar agências de publicidade, em substituição às atuais. A estatal também afirmou que a campanha da auto-suficiência em petróleo atende a uma necessidade de mercado. (SILVANA DE FREITAS)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma série de solenidades está demarcando, em meu Estado, o Mês da Imigração Árabe e o Dia da Comunidade Árabe, comemorado em 25 de março por força de lei estadual.

Dois fatos motivam meu pronunciamento sobre tais acontecimentos. O primeiro é o de que descendo de imigrantes árabes. Portanto, possuo raízes evidentes, tanto naquele movimento migratório, quanto na comunidade que meus pais ajudaram a criar no Brasil, com proeminência na Rua 25 de Março, centro da cidade de São Paulo, onde tive a felicidade de nascer.

O segundo motivo decorre do projeto de lei que institui as comemorações e acaba de ser aprovado pela Assembléia Legislativa paulista. Seu autor é meu filho, o Deputado Estadual Romeu Tuma Júnior, do PMDB. Assim que receber a sanção governamental, a data passará a integrar o Calendário Oficial do Estado. A justificativa do projeto ressalta ser inegável a importância do povo árabe para o desenvolvimento de São Paulo, principalmente no setor comercial, área em que os imigrantes mais se adaptaram. Lembra ainda que, “nas últimas décadas, a contribuição cultural dos árabes tem sido mais lembrada pela culinária, embora haja outros campos como o da indústria, da literatura, do cinema, do direito, da medicina, da universidade, entre outros, em que sua presença é marcante”.

Entre os dias 18 e 21 do corrente, no Teatro Adastor da Cidade de Guarulhos, região da Grande São Paulo, houve a 4.^a Semana Árabe, com palestras e atos dos quais participaram autoridades, diplomatas, empresários e cidadãos descendentes de imigrantes, árabes ou não.

Sábado último, no Plenário “Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira”, daquela Assembléia Legislativa, uma sessão solene enalteceu o “Dia da Comunidade Árabe”. E amanhã (dia 29), o Clube Homs, tradicional agremiação representativa daquela comunidade, homenageará personalidades distinguidas pelos relevantes serviços prestados ao Brasil, com o que honram e dignificam suas origens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tenho participado de comemorações semelhantes há anos, antes mesmo da oficialização em lei. Com o orgulho proporcionado a todos os brasileiros pelo País que considero o maior cadinho de raças do mundo, sou testemunha da constante presença de cidadãos originários das mais diversas etnias. Tais solenidades refletem a convivência harmônica de raças e religiões. Talvez esta convivência seja o maior tesouro brasileiro, daí a importância de não nos deixarmos envolver em nada

que possa nos igualar a nações onde a discórdia e a injustiça produzem radicalização e violência.

Ao mesmo tempo em que contribuirmos para a paz mundial pelo menos com o nosso bom exemplo, qualquer esforço será válido para o Brasil continuar como uma ilha de paz. Assim, todo cuidado é pouco para não nos deixarmos influenciar pelas generalizações de responsabilidades que acabam maculando e prejudicando inocentes. Refiro-me em especial às referências feitas pela imprensa internacional àquilo que ela generaliza com o nome de terrorismo “islâmico”.

Essa injusta generalização mostra-se inconcebível ainda mais por sabermos que o Islã prega a paz. Nossos irmãos muçulmanos professam religião tão mono-teísta quanto o cristianismo e o judaísmo. Somos todos fiéis ao mesmo Deus, filhos do amor e da paz. Longe de nós, portanto, alongar a culpa por quaisquer atos violentos além das pessoas que os praticaram.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Teatro de Rondônia foi para a praça. Desta vez, os atores interpretaram a si próprios, numa história da vida real. Um espetáculo, portanto, em que toda a população poderia atuar. Não havia texto a decorar. Bastava que se deixasse verbalizar sentimentos dramáticos. Era o Dia Internacional do Teatro, mas não havia o que comemorar. Por isso, encenaram um ato público de protesto. O palco, a Praça Aluizio Ferreira, de Porto Velho. A capital de Rondônia é a única, dentre as 27, que não possui sala de espetáculos teatrais. Ironicamente, portanto, os atores de Rondônia protestam porque pertencem a um grupo que poderia denominar-se dos “sem teatro”.

Como Estado-síntese, Rondônia reúne todas as manifestações culturais do Brasil. Uma representação com todos os sotaques de um país de contrastes. Essa imensa diversidade cultural significa, portanto, um grande potencial para o desenvolvimento do Estado e que continua latente, na veia poética do povo rondoniense. Quantos serão os nossos trovadores, cantores de todos os ritmos, atores, produtores e diretores, poetas, declamadores, artistas enfim, obrigados a sublimar dons e sentimentos, por falta de espaços para extravasá-los?

Mesmo assim, os artistas de Rondônia vão à luta. Para o espetáculo ao ar livre de ontem, muito mais que um convite, produziram uma convocação ao povo do Estado e do País, não apenas para comparecer à Praça Aluizio Ferreira, mas para refletir sobre o descaso com uma das maiores riquezas de Rondônia: a sua diversidade cultural.

Assim se manifestou a Federação de Teatro do Estado de Rondônia:

A Federação de Teatro do Estado de Rondônia – FETER, filiada à Confederação Nacional de Teatro – CONFENATA é a entidade representativa dos Grupos de Teatro do Estado de Rondônia. Foi fundada em 1982, tendo jurisdição em todo o Estado. Durante os seus 24 anos de existência, lutou e luta pela formação e criação de grupos nos municípios, realizando a preparação de jovens e adultos, através de oficinas, cursos, encontros, congressos, simpósios e grandes festivais de teatro. Participa, permanentemente, de fóruns, locais e pela internet, com objetivos de formação de profissionais, platéias e de descoberta de novos talentos. Atua e coopera na formulação de políticas públicas, garantindo o respeito à liberdade, aos direitos humanos e sociais e às manifestações educacionais e culturais, bem como em sistema de cooperação técnica com os diversos órgãos públicos no sentido de promover a cultura e o teatro nas comunidades e nas escolas, garantindo o acesso de todos às atividades artísticas e culturais. Atualmente, a Feter possui, em seu quadro de filiados, 17 grupos de teatro, localizados em vários municípios de Rondônia e representa mais 7 que estão em processo de filiação, totalizando 24 grupos. A nossa história foi e está sendo construída por homens e mulheres que nasceram ou que adotaram esse Estado, assim como a maioria dos brasileiros que aqui habitam e é essa história que nos orgulha, que nos dignifica e que nos enobrece... A nossa história é a história do povo rondoniense; construímos e vendemos sonhos, através do teatro. O teatro é magia do povo.

Em 1961, o Instituto Internacional de Teatro da Unesco (órgão das Nações Unidas voltado à educação, à ciência e à cultura), resolveu criar uma data dedicada às atividades culturais. (Tal feito aconteceu durante o IX Congresso Mundial, em Viena, Áustria). Assim, desde 1962, no dia 27 de março (data da inauguração do Teatro das Nações, em Paris, França) tem sido celebrado o Dia Mundial do Teatro.

A idéia inicial da Feter era a de promover uma extensa programação teatral, para comemorar a data. Ante a falta de incentivos para viabilizar o evento, enviou carta ao Senhor Governador do Estado, da qual extraio o seguinte trecho:

Para comemorar essa importante data, em Rondônia, houve uma grande movimentação dos artistas e técnicos dos grupos, para que a

Federação de Teatro do Estado de Rondônia realizasse um grande evento público durante a semana de 27 a 31 de março, na Casa de Cultura Ivan Marrocos, em Porto Velho e, surpresas à parte, a Secretaria de Estado, Cultura, Esporte e Lazer se propôs fazer uma parceria para a efetivação do evento, onde participaria com os serviços de coquetel, sonorização e iluminação. Com o decorrer dos dias, houve várias informações que circularam e culminou com o corte do essencial da luz e do som, o que impossibilitou que vários grupos apresentassem os seus trabalhos, que já sofrera uma adaptação, pois o espaço não é apropriado para apresentações teatrais. Diante do impasse, solicitamos uma audiência com o Secretário e a Comissão Organizadora para o dia 22 do corrente mês. A comissão não foi recebida pelo Secretário e, posteriormente, o mesmo marcou uma reunião com todos os representantes de grupos e assim se procedeu e ficou agendado para as 14 horas do mesmo dia. A reunião foi acontecer por volta das 15h30m, demonstrando total desrespeito com a nossa organização. Na reunião, após vários questionamentos dos representantes dos grupos, o Senhor Secretário acusou os grupos da Federação de estarem promovendo motim (ato próprio de pessoas tutelados pelo Estado, em sistema prisional fechado), o que provocou revoltas e repulsas de todos os representantes dos grupos de teatro e da Federação de Teatro do Estado de Rondônia.

Diante do exposto, estamos cancelando a programação da Semana do Teatro e iremos realizar um ato público na praça Aluizio Ferreira, no dia 27 de Março – Dia Internacional de Teatro, a partir das 20 horas

Cordialmente.

Arlene Bastos Lisboa
Presidente da FETER

Talvez, o evento de ontem tenha sido a apresentação mais importante da vida de cada um daqueles atores ao relento. É que esse espetáculo interativo trouxe o público da platéia para o palco e o fez protagonista de um ato que pode mudar o cenário cultural de Rondônia. Que assim seja!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 2, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Parecer sob nº 206, de 2006-Plen, em substituição à Comissão Mista, Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide, favorável ao Projeto de Lei de Conversão, com a Emenda nº 38-Plen, que apresenta.

Prazo final: 13-4-2006

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.
Prazo final: 14-4-2006

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.
Prazo final: 25-4-2006

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 3, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de

11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei

nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que *institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.*

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28-4-2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 1º.5.2006

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)*

Relator revisor:

Prazo final: 18-5-2006

10
SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004,

na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14
EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

17

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que es-*pecífica.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).*

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

19

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complemen-

tar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

21

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

(OS Nº 11768/06)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Preocupação com a produção e comercialização de leite, especialmente no Estado de Minas Gerais.	77	de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	101
Parecer nº 254, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre Mensagem nº 222, de 1999 (nº 1752/99, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal o relatório acerca da Retribuição Adicional variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999.	419	Contração à questão de ordem da Senadora Ideli Salvatti, sobre a ilegalidade da exibição pública da gravação de conversa telefônica de ex-servidor da prefeitura municipal de Ribeirão Preto - SP.	103
ALMEIDA LIMA		Considerações sobre procedimento ocorrido ontem na CPI dos Bingos.	112
Leitura de artigo de autoria de S.Exa. sobre a grave crise por que passa o Brasil, oportunidade em que reclama o resgate dos valores éticos.	484	Registro do artigo do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, intitulado “Tempus regit actum”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 05 de março de 2006.	138
Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	489	Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT.	194
ALOIZIO MERCADANTE		Registro da matéria intitulada “‘Confirmo até morrer’, afirma caseiro”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 17 de março de 2006.	380
Acusações, de envolvimento em corrupção, a filhos de políticos.	104	Requerimento nº 339, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda. ..	417
Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos e considerações sobre os trabalhos das CPIs.	104	AMIR LANDO	
Necessidade de retomada das votações no Senado Federal e de votação do orçamento da União.	104	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	14
Avanços na política externa do Governo Lula.	152	Transcurso, no dia 27 de março, do Dia Internacional do Teatro.	563
ALVARO DIAS		Protesto dos atores de Rondônia pelo descaso com a cultura no Estado.	563
Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade		ANA JÚLIA CAREPA	
		Aplausos ao documentário <i>Falcão - Meninos do Tráfico</i> , apresentado no último domingo, no programa <i>Fantástico</i> , da TV Globo, sobre menores envolvidos com o narcotráfico.	90
		Falta de recursos para a BR-163. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	151

	Pág.		Pág.
Considerações acerca dos trabalhos realizados pela CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	176	entrega do extrato bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	273
Aprovação do projeto de lei que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. ...	180	Comentários sobre as demissões do Ministro Antonio Palocci e do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.	282
Considerações acerca da violência contra a mulher. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. .	184	Registro da matéria intitulada “Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de março de 2006.	384
Comentário sobre matéria do jornal O Estado de S.Paulo, a respeito da decisão do Judiciário sobre o depoimento do caseiro Francenildo na CPI dos Bingos.	190	Registro da matéria da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulada “Caseiro protesta contra violação de sigilo”, edição de 18 de março de 2006.	540
Aumento nos postos de trabalho.	190		
Resultados alcançados pelo governo Lula.	190		
Registra a necessidade de apuração do episódio “Nossa Caixa”, em São Paulo, que teria desviado recursos, conforme notícias divulgadas pela imprensa. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	263	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Agradecimento público à população do município de Capanema, no Pará, onde recebeu o título de Cidadã de Capanema.	265	Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	153
Justifica a apresentação de requerimento, solicitando o conhecimento aos membros da CPMI dos Correios, dos relatórios da empresa contratada pelo Senado para prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios.	265	Críticas às ações do governo federal, tanto nas CPMIs quanto na questão pública.	271
Requerimento nº 337, de 2006, que requer seja dado conhecimento aos membros da CPMI dos Correios sobre o(s) relatório(s) apresentado(s) pela Empresa Ernest & Young Auditores Independentes S/S, contratada do Senado Federal com o objetivo de prestar assessoria à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, conforme expresso no contrato nº 0146/2005, bem como a(s) data(s) e valores(s) da(s) parcela(s) já paga(s) para a referida Empresa.	267	Considerações sobre a demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	281
Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	527	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula.	509
		ARTHUR VIRGÍLIO	
ANTERO PAES DE BARROS		Requerimento nº 323, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari ocorrido no dia 22 de março de 2006, em São Paulo.	67
Registro da matéria intitulada “É ainda pior do que se pensava” publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 1º de março de 2006.	141	Requerimento nº 328, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, ocorrido em 20 de março de 2006.	68
Registro da matéria intitulada “PT faz operação abafa para poupar Okamoto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição do dia 11 de março de 2006.	214	Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	101
Reiteração à Mesa do Senado da retirada da câmara de segurança direcionada à entrada do gabinete.	270	Registro da matéria intitulada “Reeleição com dinheiro público”, publicada no <i>Jornal da Comunidade</i> , edição semanal de 18 de março de 2006. ..	129
Nota no site do jornalista Ricardo Noblat afirmando que Ricardo Schumann foi o responsável pela		Cumprimentos à empresa Samsung e ao Pólo Industrial de Manaus, pela ampliação da venda de monitores de cristal líquido.	129
		Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	156
		Requerimento nº 329, de 2006, que solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para	

Pág.	Pág.		
a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro do Senhor Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	172	Comenta a crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	248
Apoio ao jornal O Estado de S.Paulo, criticado pelo Ministro Ciro Gomes.	187	Notícias de que o Ministro Palocci enviou uma carta ao Presidente Lula pedindo afastamento do cargo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	272
Críticas à Deputada Ângela Guadagnin pela dança em comemoração à absolvição de um colega de partido.	187	Demissão do Ministro Antonio Palocci, e os fatos que motivaram sua destituição do cargo.	280
Questionamentos acerca da posição da Senadora Ana Júlia Carepa acerca da atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	190	Preocupação com resultados de estudos científicos que afirmam o encolhimento da Floresta Amazônica em 40% até 2050.	376
Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	195	Críticas à censura do filme de Walter Salles, Diários de Motocicleta, por determinação do coronel Geraldo Martinez y Alonso, a mando do general da reserva Ney Oliveira.	376
Indefinição do Governo quanto à escolha do padrão de TV Digital a ser utilizado no Brasil.	197	Registro da matéria “Governo Alckmin recebe aprovação recorde”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>	376
Comentários a respeito de e-mail recebido de Jussara Teixeira Marcelino, moradora de Ribeirão Preto/SP, acerca da atuação do grupo do Ministro Palocci naquele município.	216	Requerimento nº 340, de 2006, que requer voto de aplauso à Editora Desiderata, pelo lançamento do livro O Pasquim – antologia 1969-1971, com um resumo de 150 exemplares do jornal O Pasquim, que foi o mais irreverente tablóide brasileiro, editado durante o regime de exceção.	417
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos.	216	Necessidade da quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto.	498
Requerimento nº 330, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antônio Rabelo, há 40 anos no exercício da função.	236	Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula.	498
Requerimento nº 331, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antônio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro.	236	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	511
Requerimento nº 332, de 2006, que requer Voto de Lembrança em homenagem à memória de um grande democrata amazonense, Aristóphanes Castro.	236	Transcrição, nos Anais do Senado, de documento recebido da Confederação Nacional da Indústria que fala a respeito da crise agropecuária.	516
Requerimento nº 333, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os recursos destinados a projetos sociais.	237	Crítica à política econômica do governo Lula, que provoca a destruição do setor produtivo do país. Aparte ao Senador Osmar Dias.	524
Requerimento nº 334, de 2006, que solicita informações à Senhora Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os recursos destinados a projetos sociais.	237	Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	528
Requerimento nº 335, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre os recursos destinados a projetos sociais.	238	Registro do artigo intitulado “Lula diz que ‘o povo sofre’ e ataca Congresso por não votar orçamento”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006.	556
Requerimento nº 336, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado dos Esportes sobre os recursos destinados a projetos esportivos sociais.	238		
Adverte o governo Lula, no sentido de que saia da confusão estabelecida em torno da TV-Digital. .	248	AUGUSTO BOTELHO	
		Parecer nº 260, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº 1.410, de 2005,	

IV

	Pág.		Pág.
da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte anexado ao Ofício S/3, de 2006, referente ao Processo nº 295-2005-112-03-009, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Transglória Ltda.	447	EDUARDO SUP LICY	
CÉSAR BORGES		Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB e ao ex-Ministro João Sayad um dos responsáveis pelo Plano Cruzado. Aparte ao Senador José Sarney.	9
Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	154	Comentários ao episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador José Jorge.	71
Demissão do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, e a crise pela qual passa o governo.	276	Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	95
Falta de investimentos do Governo Federal na Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	279	Combate à tuberculose.	146
Considerações acerca da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	525	Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	489
CRISTOVAM BUARQUE		Tramitação de projetos acerca de sociedades cooperativas.	508
Requerimento nº 327, de 2006, nos termos do art. 49, X e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal.	68	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	509
DELCÍDIO AMARAL		Defende o cooperativismo agrícola. Aparte ao Senador Osmar Dias.	523
Considerações acerca da conclusão do relatório final da CPMI dos Correios.	174	EFRAIM MORAIS	
Citação do livro do jornalista Hugo Studart, intitulado “A Lei da Selva”, que trata de movimento armado na região do Araguaia.	174	Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.	532
Parecer nº 255, de 2006 (da Comissão de Fiscalização e Controle), sobre Aviso nº 167, de 2000 (nº 5.574/200, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/99, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação.	422	Homenagem à Polícia Federal pelos 62 anos de existência.	532
EDISON LOBÃO		Registro do falecimento do Desembargador Emílio de Farias.	532
Solidariedade com os professores do Estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza.	487	FÁTIMA CLEIDE	
EDUARDO AZEREDO		Registro do evento de assinatura, pelo Presidente Lula, do decreto de criação da Comissão Nacional de Política Indigenista.	79
Comunicação da compra da Light, empresa de energia do Rio de Janeiro, pela Cemig, empresa de energia de Minas Gerais.	529	Aprovação, ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 4.559/04, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher.	79
		Registro do dia 21 de março, como o Dia do Combate à Discriminação Racial.	79
		FLÁVIO ARNS	
		Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2006, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.	403

	Pág.	V	Pág.
FLEXA RIBEIRO			
Parecer nº 242, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006 (nº 744/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas, celebrado em 09 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.	60		
Parecer nº 245, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006 (nº 1.378/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.	63		
Registro da matéria intitulada “CGU constata irregularidades”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 13 de março de 2006.	143		
Defesa da implantação da unidade do Hospital Sarah Kubitschek na cidade de Belém, Estado do Pará, cujas obras estão paralisadas.	150		
Registro da matéria intitulada “Oeste do Pará é um barril de pólvora”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , edição do dia 15 de março de 2006.	208		
Registro da matéria intitulada “Corretor diz que viu Palocci em mansão”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 19 de março de 2006.	388		
Parecer nº 264, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 12, de 2003 (nº 626/2003, no Tribunal de Contas da União), que traz ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do Acórdão nº 473/2003 e do correspondente relatório (TC-03.798/2003-2), os quais tratam de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, contemplada no programa de trabalho sob a funcional nº 26.782.0237.5710.0105, da Lei Orçamentária Anual de 2003 (Lei nº 10.640/2003), e inserida no Quadro VII dessa lei em face de indícios de irregularidades graves.	460		
Parecer nº 265, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 12, de 2003 (nº 626/2003, no Tribunal de Contas da União), que traz ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do Acórdão nº 473/2003 e do correspondente relatório (TC-03.798/2003-2), os quais tratam de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, trecho Pedro Afonso, contemplada no programa de trabalho sob a funcional nº 26.782.0237.5710.0105, da Lei Orçamentária Anual de 2003 (Lei nº 10.640/2003), e inserida no Quadro VII dessa lei em face de indícios de irregularidades graves.	463		
			463
			547
GARIBALDI ALVES FILHO			
Fala a respeito da demissão do Ministro Palocci.			284
GERSON CAMATA			
Parecer nº 236, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006 (nº 1.629/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, 25 de agosto de 2003.			53
Parecer nº 256, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 321/99, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação. .			425
GILBERTO GOELLNER			
Parecer nº 262, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Sudam e Sudene.			453
GILVAM BORGES			
Saudação à Ministra Ellen Gracie, que presidirá o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).			127
HELOÍSA HELENA			
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.			217

	Pág.		Pág.
Repúdio contra a atitude do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, com relação à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	486	IDELE SALVATTI	
HERÁCLITO FORTES		Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	13
Parecer nº 235, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1.379/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.	52	Leitura de texto em homenagem a Florianópolis, pela passagem dos seus 280 anos.	77
Repúdio ao silêncio e omissão do Banco Central do Brasil, no caso da quebra de sigilo bancário envolvendo o caseiro Francenildo dos Santos, correntista da Caixa Econômica Federal. Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro.	126	Legalidade da exibição pública da gravação de conversa telefônica, durante depoimento na CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Riberão Preto, e o advogado Rogério Buratti.	102
Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido.	173	Resposta à contradição levantada pelo Senador Alvaro Dias acerca da exibição pública da gravação de conversa telefônica, durante depoimento na CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Riberão Preto, e o advogado Rogério Buratti.	103
Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	223	Enaltece a Petrobrás pela auto-suficiência do Brasil em petróleo. Aparte ao Senador José Jorge.	246
Aborda a crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	251	Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. Aparte ao Senador Tião Viana.	253
Considerações sobre a demissão do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.	281	Registra a necessidade de apuração do episódio "Nossa Caixa", em São Paulo, que teria desviado recursos, conforme notícias divulgadas pela imprensa.	262
Parecer nº 261, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre Diversos nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com posição em 31 de dezembro de 1996.	449	Considerações acerca do relatório da CPMI dos Correios que se realizará no dia 28 de março de 2006. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. ...	267
Comentários ao artigo intitulado "É uma vergonha", do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	514	Demissão do Ministro Antonio Palocci, ressaltando as suas qualidades pessoais.	283
Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Aparte ao Senador Efraim Morais.	533	Depoimento da Sra. Clarice Coppetti, vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	525
		JEFFERSON PÉRES	
		Parecer nº 227, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2005 (nº 2.013/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 09 e 10 de novembro.	41
		Parecer nº 237, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o	

Pág.	Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006 (nº 1.837/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República Federativa do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.	209
Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	268
Decepção com a ética do governo Lula, destacando o caso Palocci.	389
Comentários a respeito da dança da Deputada Ângela Guadagnin, referente a não cassação de seu colega do PT. Aparte ao Senador José Jorge.	399
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	546
JOÃO ALBERTO SOUZA	
Preocupação com as mudanças na economia brasileira advindo da exoneração do Ministro Antonio Palocci.	422
Solidariedade com os professores do Estado do Maranhão.	427
Manifestação de vergonha com os salários dos professores do Estado do Maranhão.	487
JOÃO BATISTA MOTTA	
Posicionamento favorável à derrubada do veto presidencial ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores.	499
Registro de reportagem publicada pelo jornal A Gazeta, do estado do Espírito Santo, do jornalista Uchôa de Mendonça.	519
Registro da matéria intitulada “Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 03 de março de 2006. .	545
Parecer nº 249, de 2006 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”.	561
Registro da matéria intitulada “O paradoxo de Okamoto”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição do dia 8 de março de 2006.	609
Destaca a queda do Ministro Palocci em razão do depoimento do caseiro Francenildo.	628
Registro da matéria intitulada “E os outros 70%?”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 08 de março de 2006.	639
Registro da matéria intitulada “Sub-relator quer indiciar 20 por fraude em fundos”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de março de 2006.	646
JOÃO RIBEIRO	
Parecer nº 258, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 21, de 2005 (nº 6.537/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre de exercício de 2005; e sobre os Avisos nºs 30 e 40, de 2005 (nºs 6.537 e 7.147/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatórios de Atividades referentes, respectivamente aos 2º e 3º trimestres de 2005.	642
JONAS PINHEIRO	
Parecer nº 263, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 204, de 2001 (nº 6.336/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Sudam e Sudene.	647
JOSÉ AGRIPINO	
Parecer nº 243, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (nº 821/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988; pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	660
Requerimento nº 322, de 2006, que requer voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa de seu Governador José Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado,	

VIII

	Pág.		Pág.
enaltecido pela reportagem publicada na Revista <i>Forbes Brasil</i> , em sua edição de fevereiro de 2006, intitulada “Sergipe: OLHO VIVO NO FUTURO”. ...	67	Comentários sobre a queda do Ministro Palocci e a questão da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	491
Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	100	JOSÉ MARANHÃO	
Considerações sobre o afastamento do Ministro Palocci.	489	Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil.	114
Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	513	Requerimento nº 342, de 2006, que requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de crédito rural.	418
JOSÉ JORGE		JOSÉ SARNEY	
Parecer nº 238, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (nº 1.491/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.	56	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	6
Parecer nº 240, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (nº 1.839/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.	57	JUVÊNCIO DA FONSECA	
Considerações sobre a “incompetência administrativa do governo”, que acaba de macular uma instituição tradicional do país, a Caixa Econômica Federal, com o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	69	Defesa de alterações no Estatuto do Desarmamento.	72
Considerações sobre a quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Mão Santa.	241	Registro do artigo intitulado “Milagreiro está de volta ao noticiário”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 09 de março de 2006.	379
Apelo para que o Presidente da Petrobrás compareça à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e à Comissão de Educação, a fim de prestar esclarecimentos sobre a auto-suficiência do Brasil em petróleo e as irregularidades apuradas pelo TCU nas obras da plataforma de petróleo P-34, em contrato com a empresa GDK Engenharia.	244	Defesa da concessão, pelos prefeitos municipais, do passe estudantil gratuito e do passe para o idoso.	479
Considerações acerca das demissões de ministros no Governo Lula. Aparte ao Senador César Borges.	277	Registro do artigo intitulado “Lista de Furnas é montagem”, de autoria do jornalista Rodrigo Lopes, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 19 de março de 2006.	557
		LEONEL PAVAN	
		Registro da matéria intitulada “Valério ameaça falar”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 08 de março de 2006.	139
		Defesa da implantação da unidade do Hospital Sarah Kubitschek em Santa Catarina. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	152
		Registro da matéria intitulada “Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição do dia 9 de março de 2006.	213
		Registro da matéria intitulada “A ligação pessoal se dá através do Okamoto. É o Fiat Elba de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006.	385
		Preocupação com o alastramento da gripe aviária. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	477

	Pág.		Pág.
Ponderações sobre a demissão do Ministro Palocci.	493	e dos trabalhos desta Casa do dia 29 de março ao dia 04 de abril de 2006.	68
Registro das matérias intituladas “Tapa-buracos cumpre 47% da meta” e “Estradas, um retrato do descaso oficial”, publicadas pelo <i>Jornal do Senado</i> , edição de 20 de março de 2006.	543	Parecer nº 268, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 107, de 2005 (nº 170/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 93.000.000,00 cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) – Fase I.	470
LÚCIA VÂNIA			
Registro da matéria intitulada “Imagens de uma infância perdida”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 20 de março de 2006.	132		
Parecer nº 251, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”.	165	Registra o artigo intitulado “Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006.	131
Parecer nº 252, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.	169	Registro do artigo intitulado “Mandaram o TSE às Favas”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de março de 2006.	383
Registro da entrevista do governador Geraldo Alckmin, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição do dia 19 de março de 2006, sob o título “O governo parece ter muito a esconder”.	206	Registro de várias matérias publicadas pela imprensa, referentes ao depoimento de Duda Mendonça, convocado pela segunda vez pela CPMI dos Correios, limitando-se a repetir à exaustão as palavras “não vou responder”.	557
Registro da matéria intitulada “Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006.	387	MAGNO MALTA	
Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2006, que institui o dia 12 de setembro como “Dia do Urologista”.	404	Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos e considerações sobre os trabalhos das CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	109
LUIZ OTÁVIO			
Requerimento nº 324, de 2006, que requer voto de louvor ao Senhor Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrida no dia 17 de março de 2006.	67	Considerações sobre o quadro político brasileiro.	121
Requerimento nº 326, de 2006, que, a convite do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para acompanhá-lo em missão ao Senado da França e à Assembléia de Portugal, requer licença e autorização para afastamento de S.Exa do País		Sugestão de rediscussão, por parte do Congresso Nacional, do conceito de segurança nacional.	121
		Considerações a respeito da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	219
		Lamenta a saída do Ministro Palocci e repudia a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	285
		Comentários sobre a proposta de redução da maioria penal.	481
		MÃO SANTA	
		Parecer nº 239, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006 (nº	

	Pág.		Pág.
1.696/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.	56	MARCELO CRIVELLA	
Parecer nº 248, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (nº 1.737/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.	65	Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2006, que altera o art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para tornar impassível de penhora, por débito condominial, o bem de família.	402
Política Externa do Governo Lula. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	158	Parecer nº 259, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº S/3, de 2006 (nº 1.783/2005, na origem), da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, tendo como reclamante a Senhora Joana Joaquina de Almeida Rosa e reclamado Tailor's Ltda., sobre o não recolhimento de contribuições previdenciárias durante o período de vigência de relação empregatícia, bem como da decisão proferida pelo Juízo da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que extinguiu o Processo sem julgamento de mérito por não ter a Justiça do Trabalho competência para exigir os comprovantes previdenciários, bem como para aplicar multa pelo seu descumprimento.	445
Aprovação do projeto de lei que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.	179	MARCO MACIEL	
Comentários acerca da distribuição de renda no Brasil. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	191	Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	173
Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	196	Crise enfrentada pelo Mercosul.	185
Defesa da candidatura própria do PMDB à presidência da República.	202	Destaque para as comemorações, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo Gilberto Freyre, em Recife, em 1926.	231
Destaque para as comemorações, em 2006, dos 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo Gilberto Freyre, em Recife, em 1926. Aparte ao Senador Marco Maciel.	233	NEY SUASSUNA	
Defesa do caseiro Francenildo e destaca sua espera pelas próximas eleições que trarão alterações no poder.	239	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	10
Fala a respeito da crise ética que abala o atual governo e o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	252	Parecer nº 230, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2006 (nº 634/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre a Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 04 de outubro de 2002.	46
Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular. Aparte ao Senador Tião Viana.	253	Parecer nº 244, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.326/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre a Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 04 de outubro de 2002.	46
Considerações à queda do Ministro Palocci. Aparte ao Senador João Batista Motta.	268		
Críticas aos gastos com publicidade da Petrobrás.	480		
Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	502		
Considerações a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Aparte ao Senador Efraim Morais.	534		

	Pág.		Pág.
rativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003. .	61		
Parecer nº 245, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.326/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003. .	61		
Parecer nº 247, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006 (nº 1.654/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 05 de outubro de 2004.	64		
Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador José Maranhão.	116		
NEZINHO ALENCAR			
Parecer nº 257, de 2006 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 21, de 2005 (nº 6.537/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 1º trimestre de exercício de 2005; e sobre os Avisos nºs 30 e 40, de 2005 (nºs 6.537 e 7.147/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatórios de Atividades referentes, respectivamente aos 2º e 3º trimestres de 2005.	439		
OSMAR DIAS			
Expressa sua vergonha referente ao caso do caseiro Francenildo e da dança da Deputada Ângela Guadagnin em comemoração a absolvição de seu companheiro de partido. Aparte ao Senador Mão Santa.	240		
Destaca as dificuldades enfrentadas por empresários para realizar investimento e o baixo crescimento da economia brasileira.	243		
Crítica à política econômica do governo Lula, que provoca a destruição do setor produtivo do país.	521		
Registro de propostas elaboradas por cooperativas de ações emergenciais mitigadoras da crise agropecuária.	521		
		PAPALÉO PAES	
		Comentário sobre a matéria intitulada “Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de fevereiro de 2006.	136
		Registro da matéria intitulada “Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição do dia 06 de março de 2006.	204
		Consumo de drogas ilícitas e os seus prejuízos para a sociedade. Necessidade de combater o tráfico e de recuperar os dependentes de drogas.	247
		Registro do editorial intitulado “Amigo leal”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 17 de março de 2006.	378
		Registro da matéria intitulada “Dívida supera R\$ 1 tri”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 16 de março de 2006.	541
		PATRÍCIA SABOYA GOMES	
		Parecer nº 253, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício “S” nº 42, de 2001 (nº 1.432/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia de Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.	225
		PAULO OCTÁVIO	
		Homenagem pelo transcurso dos 40 anos do PMDB.	215
		PAULO PAIM	
		Preocupação com a greve dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, paralisados a mais de 20 dias.	74
		Considerações acerca da recusa da Câmara dos Deputados em votar projeto de lei que altera o salário mínimo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	108
		Homenagem ao Senador Delcídio Amaral que acumulou as funções de Líder do Bloco de Apoio ao Governo e presidente da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	175
		Regozijo diante da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que revoga o fator previdenciário.	178
		Realização, no dia 28 de março de 2006, de reunião na Comissão de Direitos Humanos para tratar da gripe aviária.	228

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senador Antônio Carlos Valadares, que permitiu um debate, na CAS, sobre a situação dos aposentados e pensionistas.	228	a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para harmonizar a prestação de serviços públicos com objetivos do desenvolvimento urbano.	397
Audiência da Comissão de Assuntos Sociais para tratar de questões relacionadas à Petrobrás. .	228	Considerações sobre a demissão do Ministro Palocci e a crise ética do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	500
Destinação de recursos para estradas do Rio Grande do Sul.	228	Comentários ao artigo intitulado “É uma vergonha”, do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 28 de março de 2006, acerca da gestão do governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	511
Requerimento nº 338, de 2006, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 62/2005, de minha autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 116, de 2003, e o nº 88, de 2005, de forma a retomar sua tramitação própria.	417	Considerações sobre a renúncia do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.	529
Parecer nº 266, de 2006 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Ofício nº S/47, de 2005 (nº 1.549/2004, na origem), referente ao Processo 1211.2004.042.01.00.8, da 42ª Vara do Trabalho/RJ, relativo à Reclamação Trabalhista contra a Datamet S/A.	465	RAMEZ TEBET	
Preocupação com o alastramento da gripe aviária. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	476	Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	11
PEDRO SIMON		RENAN CALHEIROS	
Homenagem ao transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.	1	Requerimento nº 325, de 2006, que, atendendo convites do Senado da França e da Assembléia de Portugal, requer autorização para o desempenho das referidas missões e informa a ausência do País de S.Exa. no período de 29 de março a 04 de abril de 2006.	68
Parecer nº 228, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005 (nº 39/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em 20 de março de 2002.	43	Requerimento nº 343, de 2006, que solicita tornar sem efeito o Requerimento nº 325, de 2006, de 23 de março de 2006.	419
Parecer nº 233, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 04 de outubro de 2002.	50	ROBERTO SATURNINO	
Leitura de carta do ex-Ministro Paulo Brosard, dirigida ao Presidente Renan Calheiros, encaminhando trabalho jurídico, com referência à decisão tomada ontem no Supremo Tribunal Federal com relação à verticalização das eleições.	83	Parecer nº 232, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 06 de 2006 (nº 1.069/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999.	48
Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	94	RODOLPHO TOURINHO	
Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2006, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995,		Destaca a falta de investimentos do Governo Federal na Bahia. Suspensão das obras do Gasene.	278
		Requerimento nº 341, de 2006, que requer tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006.	418

	Pág.	XIII	Pág.
ROMEU TUMA			
Parecer nº 231, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2006 (nº 1.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.	47	ções do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de março de 2006.	545
Parecer nº 234, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (nº 1.299/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 09 de dezembro de 2002.	51	SÉRGIO ZAMBIASI	
Homenagem à Polícia Federal pelo transcurso de seu sexagésimo segundo aniversário.	518	Greve dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, paralisados a mais de 20 dias. Aparte ao Senador Paulo Paim.	75
Enaltecimento do Mês da Imigração Árabe e o Dia da Comunidade Árabe, comemorado em 25 de março, na cidade de São Paulo.	563	Homenagem pela passagem, no próximo domingo, dos 15 anos de existência do Mercosul. ...	81
SÉRGIO GUERRA		Homenagem aos 234 anos de existência da cidade de Porto Alegre, comemorado no dia 26 de março.	391
Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Aparte ao Senador José Maranhão.	115	SERYS SLHESSARENKO	
Registro do artigo intitulado “O fim da roubalheira”, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006.	137	Necessidade da aprovação do novo valor do salário mínimo. Defesa de uma política permanente para o salário mínimo.	183
Registro da matéria intitulada “Agora são mais R\$ 5 milhões para o Lulinha”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006.	215	Repúdio à violência contra a mulher.	183
Registro da matéria intitulada “PT cobra mudança na economia e irrita Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2006.	382	SIBÁ MACHADO	
Parecer nº 267, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 106, de 2006 (nº 171/2006, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contatar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 23.155.00,00 com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).	467	Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome relativa ao alcance e à eficácia do Programa Bolsa-Família e também dos programas de transferência de renda do Governo Federal.	483
Registro do artigo intitulado “A questão que mais conta”, publicado na seção Notas & Informa-		TASSO JEREISSATI	
		Comentários acerca da consequência penal da quebra do sigilo do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	273
		TIÃO VIANA	
		Destaque para o programa do governo que considera da maior relevância e qualidade: Programa Farmácia Popular.	252
		Comentários acerca da crise que envolve a quebra de sigilo do caseiro Francenildo. Aparte ao Senador César Borges.	277
		Confirmação da demissão do Ministro Palocci.	281
		Demissão do Ministro Antonio Palocci, ressaltando as suas qualidades pessoais. Aparte ao Senadora Ideli Salvatti.	284
		Demissão do Ministro Palocci. Aparte ao Senador Magno Malta.	286
		Projeto de Resolução nº 27, de 2006, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegia-	

	Pág.		Pág.
dos, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.	408		
VALDIR RAUPP			
Parecer nº 250, de 2006 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica”.	163		
Defesa para a aprovação do Projeto de Lei do Senado 296, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que reduz o denominado “fator previdenciário”.	538		
VALMIR AMARAL			
Homenagem pelo Dia dos Diagramadores e Revisores, celebrado na data de 28 de março de 2006.	539		
		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
		Parecer nº 229, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2006 (nº 494/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 06 de dezembro de 2002.	45
		Parecer nº 241, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 09 de novembro de 2000.	58
		Parecer nº 246, de 2006 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006 (nº 1.627/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Arca de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli em 25 de janeiro de 2004. ...	63